



CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 8ª SESSÃO À 11ª SESSÃO DA 4ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA

VOLUME 30 Nº 11
2 MAR. A 7 MAR.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS
BRASÍLIA – BRASIL
2006

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA (2005-2006)

PRESIDENTE	Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE	Senador TIÃO VIANA (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE	Senador ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO	Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO	Senador JOÃO ALBERTO DE SOUZA (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO	Senador PAULO OCTÁVIO (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO	Senador EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB-TO)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Senadora	SERYS SLHESARENKO (PT- MT)
2º Senador	PAPALÉO PAES (PSDB-AP)
3º Senador	ALVARO DIAS (PSDB-PR)
4º Senador	AELTON FREITAS (PL-MG)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães **
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PMR – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney **

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Reginaldo Duarte*^S
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Morais**
PMDB – José Maranhão **

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PMDB – Gerson Camata**
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra *
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotônio Vilela Filho **

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
Sem partido – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
BLOCO-PT – Delcídio Amaral**
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney *
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA			
Protesto pelo desligamento dos médicos peritos do INSS, terceirizados. Senador Gilvam Borges.	369	<i>S. Paulo</i> , intitulado “Ponto para Lula - e o Brasil”. Senadora Ideli Salvatti.	170
Apelo em favor da apreciação da MP 272/2005, cujos benefícios se estendem a milhares de servidores públicos, corrigindo a remuneração de integrantes de diversas categorias da perícia médica. Senador Gilvam Borges.	369	Repúdio à matéria publicada no jornal <i>Correio Braziliense</i> contendo acusações contra S.Exa. Senador Romero Jucá.	176
Apelo em favor da apreciação da MP 272/2005, cujos benefícios se estendem a milhares de servidores públicos, corrigindo a remuneração de integrantes de diversas categorias da perícia médica. Aparte ao Senador Gilvam Borges. Senador Tião Viana.	371	Comentários sobre matéria da revista <i>Veja</i> sobre a corrupção no Governo Lula intitulada “Surto de autismo”. Senador Arthur Virgílio.	187
ARTIGOS DE IMPRENSA		Comentários sobre matéria da revista <i>Veja</i> sobre a corrupção no Governo Lula intitulada “Surto de autismo”. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Tasso Jereissati.	189
Transcrição de artigos do ex-Ministro Dirceu a respeito do Presidente Lula, publicados nos jornais <i>O Globo</i> e <i>Jornal do Brasil</i> , intitulados “Dirceu diz que Lula não gosta de discutir assuntos graves” e “Esquerda, volver”. Senador Arthur Virgílio.	88	Comentários sobre matéria veiculada pelo jornal <i>Gazeta Mercantil</i> , referente ao crescimento das vendas de imóveis. Senador Sibá Machado. .	195
Comentários sobre matéria da jornalista Sonia Racy, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , intitulada “Palocci decidiu coordenar a campanha de Lula”. Senador Arthur Virgílio.	104	Solicita a transcrição, nos Anais do Senado, das matérias intituladas “9 lições para uma vida melhor”, publicada no dia primeiro de março de 2006 na revista <i>ISTOÉ</i> ; e “Ao som da Amazônia, publicada no jornal <i>Correio Braziliense</i> de 4 de março de 2006, além de pronunciamento sobre a gripe aviária. Senador Arthur Virgílio.	196
Análise da matéria publicada no jornal <i>O Globo</i> , intitulada “A fila dos horrores para pedir o Bolsa Família”. Senadora Lúcia Vânia.	106	Reflexão sobre artigo intitulado “Desperta Brasil”, de autoria do empresário Antônio Ermírio de Moraes, publicado no <i>Jornal do Brasil</i> , edição de 5 de março de 2006. Senadora Lúcia Vânia. ...	225
Transcrição da matéria intitulada “A última luta”, publicada na revista <i>Gracie Magazine</i> sobre o mestre brasileiro de Jiu-jitsu, Carlson Grace. Senador Arthur Virgílio.	110	Leitura e comentários sobre a matéria publicada pela revista <i>Veja</i> , intitulada “Valério ameaça falar”. Senador Almeida Lima.	384
Comentários sobre matéria de revista inglesa <i>The Economist</i> a respeito da política brasileira e da viagem oficial do presidente Lula à Inglaterra. Observações sobre editorial do jornal <i>O Estado de</i>		Comentários sobre matéria de autoria do acadêmico João Ubaldo Ribeiro, publicada em jornal baiano, intitulada “Lula é um assassino dos sonhos do povo brasileiro” e às declarações de D. Geraldo Majella Agnelo, Cardeal Arcebispo da Bahia Primaz do Brasil, Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , intitulada “Lula é o mais submisso a banqueiros”. Senador Antonio Carlos Magalhães.	390

	Pág.		Pág.
Registro de carta encaminhada por S.Exa. à Revista <i>IstoÉ</i> , relacionada à matéria intitulada “Ministro no Valerioduto”. Senador Eduardo Azeredo.	459		
ATUAÇÃO PARLAMENTAR		CALAMIDADE PÚBLICA	
Esclarecimentos a respeito de denúncias contra S.Exa. formuladas pelo Senador Romero Jucá na sessão de 02 de março de 2006. Senador Mozarildo Cavalcanti.	73	Entrega, ao Ministro Ciro Gomes, de vários decretos de situação de emergência, em diversos municípios de Sergipe, atingidos pela seca que assola a região. Senador Antônio Carlos Valadares.	48
Esclarecimentos a respeito de denúncias contra o Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Romero Jucá.	76	CARNAVAL	
Ausência em Plenário de Senadores da base governista, que poderiam comentar as acusações e denúncias contra a administração do Presidente Lula. Senadora Heloísa Helena.	99	Comentários a respeito do Carnaval. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Arthur Virgílio.	171
Indignação contra acusações do Partido dos Trabalhadores sobre S.Exa. e seu neto, Deputado ACM Neto. Senador Antonio Carlos Magalhães. .	179	CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	
Comentários a respeito das acusações do Partido dos Trabalhadores sobre o Senador Antonio Carlos Magalhães e seu neto, Deputado ACM Neto. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Arthur Virgílio.	181	Comentários sobre decisão da 3ª Vara Federal Cível do Rio de Janeiro, que concedeu liminar, suspendendo propaganda sobre a concessão de empréstimos aos aposentados e pensionistas, para desconto em folha. Senador José Jorge.	382
Comentários a respeito das acusações do Partido dos Trabalhadores sobre o Senador Antonio Carlos Magalhães e seu neto, Deputado ACM Neto. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Tasso Jereissati.	181	CORRUPÇÃO	
Comentários a respeito das acusações do Partido dos Trabalhadores sobre o Senador Antonio Carlos Magalhães e seu neto, Deputado ACM Neto. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senadora Ideli Salvatti.	182	Considerações sobre o PT e o envolvimento na corrupção. Senador Heráclito Fortes.	452
Comentários a respeito das acusações do Partido dos Trabalhadores sobre o Senador Antonio Carlos Magalhães e seu neto, Deputado ACM Neto. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Heráclito Fortes.	183	Considerações sobre o PT e o envolvimento na corrupção. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Flávio Arns.	452
Comentários a respeito das acusações do Partido dos Trabalhadores sobre o Senador Antonio Carlos Magalhães e seu neto, Deputado ACM Neto. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador José Agripino.	184	Considerações sobre o PT e o envolvimento na corrupção. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Mão Santa.	453
Comentários a respeito das acusações do Partido dos Trabalhadores sobre o Senador Antonio Carlos Magalhães e seu neto, Deputado ACM Neto. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Garibaldi Alves Filho.	185	Considerações sobre o PT e o envolvimento na corrupção. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senadora Heloísa Helena.	454
Elogios à atuação parlamentar do Senador Tião Viana. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Arthur Virgílio.	439	(CPI)	
		Leitura de resposta enviada pelo Dr. Paulo Fernando da Costa Lacerda, Diretor-Geral da Polícia Federal, sobre pedido de informações que fez, na qualidade de Corregedor do Senado Federal, relativo ao documento de Furnas. Senador Romeu Tuma.	25
		Comentários a respeito da CPI dos Bingos. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Mozarildo Cavalcanti.	87
		Preocupação com a notícia da saída do País de parentes do ex-prefeito Celso Daniel. Senador José Jorge.	211
		Comentários a respeito da morte do ex-prefeito Celso Daniel. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Arthur Virgílio.	211

	Pág.		Pág.
(CPMI)		ENSINO SUPERIOR	
Apelo ao Presidente do Senado Federal no sentido de prorrogar as CPMIs. Senador Heráclito Fortes.	220	Avanços no ensino superior. Senadora Serys Slhessarenko.	406
DEMOCRACIA		Comentários a respeito do ensino superior. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko. Senador João Ribeiro.	406
Questionamento sobre o significado da democracia no Brasil. Senador Cristovam Buarque.	162	FEMINISMO	
EDUCAÇÃO		Comentários sobre pesquisa realizada pela socióloga gaúcha Ana Liési, da Universidade de Brasília, sobre Paternidade e Deserção – Crianças sem Reconhecimento, Maternidades Penalizadas pelo Sexismo. Senador Sérgio Zambiasi.	67
Comentários a respeito da possibilidade de reeleição do Presidente Lula. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Arthur Virgílio.	101	Comentários sobre pesquisa realizada pela socióloga gaúcha Ana Liési, da Universidade de Brasília, sobre Paternidade e Deserção – Crianças sem Reconhecimento, Maternidades Penalizadas pelo Sexismo. Aparte ao Senador Sérgio Zambiasi. Senadora Heloísa Helena.	69
Alerta sobre a prioridade que deve ser dada à educação no Brasil. Senador Antônio Carlos Valadares.	376	FORÇAS ARMADAS	
O debate na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Proposta de Emenda à Constituição 9, de 2006, que trata do Fundeb. Senador Antônio Carlos Valadares.	376	Encaminhamento à Mesa de pronunciamento a respeito do protesto contra a tolerância do Ministro da Defesa, no erro cometido pelo General Francisco de Albuquerque, que mandou parar um avião civil para que pudesse embarcar. Senador Arthur Virgílio.	419
O debate na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Proposta de Emenda à Constituição 9, de 2006, que trata do Fundeb. Aparte ao Senador Antônio Carlos Valadares. Senador José Jorge.	377	Preocupação com a cadeia de omissões que o Brasil vem enfrentando, com destaque para a ocupação das favelas do Rio de Janeiro, pelo Exército Brasileiro. Senador Cristovam Buarque.	440
Benefícios da transformação da Escola Técnica de Palmas em Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet-TO). Senador João Ribeiro. ...	422	GOVERNO ESTADUAL	
Comentários a respeito do ensino técnico no Brasil. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. Senadora Ana Júlia Carepa.	447	Manifestação em defesa do Governador de Roraima, em razão das acusações feitas recentemente pelo Senador Romero Jucá. Senador Mozarildo Cavalcanti.	35
ELEIÇÕES		Réplica ao pronunciamento do Senador Mozarildo Cavalcanti em defesa do Governador de Roraima, Sr. Ottomar Pinto. Senador Romero Jucá.	44
Comentários a respeito da eleição presidencial. Senador Gilvam Borges.	71	GOVERNO FEDERAL	
Comentários a respeito da verticalização das coligações partidárias nas eleições. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Tião Viana.	163	Comentários sobre as declarações do Presidente da CNBB, a respeito do Governo Lula. Senador José Agripino.	46
Comentários a respeito da reforma eleitoral. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Sibá Machado.	163		
Comentários a respeito da reforma eleitoral. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Gilvam Borges.	164		
Lançamento de candidato para as eleições de 2006. Senador Mão Santa.	448		

	Pág.		Pág.
Críticas ao Governo do Presidente Lula. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Arthur Virgílio.	59		
Trabalho desenvolvido no Governo Federal pelos ex-Ministros Emília Fernandes, Tarso Genro, Olívio Dutra, Miguel Rossetto e Dilma Rousseff. Senador Paulo Paim.	78		
Avaliação do Governo Federal pela CNBB. Senador José Agripino.	82		
Avaliação do Governo Federal pela CNBB. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Paulo Paim.	83		
Críticas à gestão Lula. Senador Arthur Virgílio.	91		
Críticas à gestão Lula. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador José Agripino.	93		
Críticas à política econômica e ética do Governo Lula. Senadora Heloísa Helena.	99		
Comentários sobre matéria de revista inglesa <i>The Economist</i> a respeito da política brasileira e da viagem oficial do presidente Lula à Inglaterra. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Tasso Jereissati.	172		
Relacionamento entre o Governo Lula e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). Senador Arthur Virgílio.	423		
HOMENAGEM			
Registro de atenção, respeito e reconhecimento à Ministra do Meio Ambiente Marina Silva. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Romero Jucá.	19		
Encaminhamento de dois requerimentos de voto de aplauso, um para a jornalista Renata Lo Prete e um para a Conferência Nacional dos Bispos no Brasil. Senador Arthur Virgílio.	72		
Comemorações pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher. Senador Ney Suassuna.	160		
Homenagem pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher. Aparte ao Senador Ney Suassuna. Senador Heráclito Fortes.	160		
Registro das comemorações do Dia Internacional da Mulher. Senadora Serys Slhessarenko. ..	168		
Parabeniza a Escola de Samba de Vila Isabel pela vitória do desfile carioca de Carnaval do ano de 2006. Senadora Ideli Salvatti.	170		
Parabeniza a Escola de Samba de Vila Isabel pela vitória do desfile carioca de Carnaval do ano de 2006. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Sibá Machado.	170		
Registro do dia 7 de março como data comemorativa dos Fuzileiros Navais. Senador Valmir Amaral.	457		
		HOMENAGEM PÓSTUMA	
		Encaminhamento à votação do Requerimento nº 225, de 2006, que requer seja aprovado Voto de Lembrança pelo transcurso do quinto ano de falecimento do ex-Governador, ex-Senador, ex-Deputado Federal e ex-Prefeito Mário Covas, ocorrido no dia 6 de março de 2001. Requer, ainda, que esta manifestação do Senado da República seja levada ao conhecimento da família do falecido, ao Presidente do Partido de SP (PSDB) e ao Sr. Governador do Estado Dr. Geraldo Alckmin. Senador Romeu Tuma.	126
		Encaminhamento à votação do Requerimento nº 225, de 2006, que requer seja aprovado Voto de Lembrança pelo transcurso do quinto ano de falecimento do ex-Governador, ex-Senador, ex-Deputado Federal e ex-Prefeito Mário Covas, ocorrido no dia 6 de março de 2001. Requer, ainda, que esta manifestação do Senado da República seja levada ao conhecimento da família do falecido, ao Presidente do Partido de SP (PSDB) e ao Sr. Governador do Estado Dr. Geraldo Alckmin. Senador Heráclito Fortes.	128
		Encaminhamento à votação do Requerimento nº 226, de 2006, que requer Voto de Lembrança ao ensejo do transcurso do quinto aniversário da morte do ex-Governador ex-Senador e ex-Constituinte Mário Covas. Requer, ainda, que seja consignado, nos Anais do Senado, e levado ao conhecimento dos familiares do homenageado. Senador Tasso Jereissati.	165
		Apoio ao Requerimento nº 226, de 2006, que requer Voto de Lembrança ao ensejo do transcurso do quinto aniversário da morte do ex-Governador ex-Senador e ex-Constituinte Mário Covas. Senador Sibá Machado.	166
		Apoio ao Requerimento nº 226, de 2006, que requer Voto de Lembrança ao ensejo do transcurso do quinto aniversário da morte do ex-Governador ex-Senador e ex-Constituinte Mário Covas. Senador Cristovam Buarque.	166
		Voto de lembrança ao ensejo do transcurso do quinto aniversário da morte do ex-governador, ex-senador e ex-constituente Mário Covas. Senador Arthur Virgílio.	169
		IGREJA CATÓLICA	
		Leitura de documento político apresentado pelo Presidente da CNBB, que trata de Nota de Esclarecimentos sobre episódio de estremecimento entre a Igreja Católica e o PT. Senador Tião Viana.	438

	Pág.	V	Pág.
Comentários a respeito da Nota de Esclarecimentos sobre episódio de estremecimento entre a Igreja Católica e o PT. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Flávio Arns.	439		
Comentários a respeito da Nota de Esclarecimentos sobre episódio de estremecimento entre a Igreja Católica e o PT. Aparte ao Senador Tião Viana. Senadora Ana Júlia Carepa.	439		65
IMPrensa			
Críticas à censura praticada pela Anvisa ao proibir reportagens e matérias que versem sobre remédios e bebidas alcoólicas por entender que se trata de propaganda. Senador Arthur Virgílio.	71		
Legislação Eleitoral			
Comentários à decisão do Tribunal Superior Eleitoral referente às eleições. Senador Luiz Otávio.	80		
Comentários à decisão do Tribunal Superior Eleitoral referente às eleições. Aparte ao Senador Luiz Otávio. Senador Paulo Paim.	81		
Explicações sobre a posição do P-SOL, com relação à polêmica da verticalização. Senadora Heloísa Helena.	379		
Comentários a respeito da polêmica da verticalização. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Magno Malta.	380		
Medida Provisória			
Comentários a respeito da "legispirataria". Senadora Heloísa Helena.	405		
Mensagem do Presidente da República			
Mensagem do Presidente da República nº 95, de 2006 (nº 98/2006, na origem), de 16 de fevereiro de 2006, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2005 (nº 4.726/2004, na Casa de origem), que altera os arts. 112, 114, 154, 219, 253, 305, 322, 338, 489 e 555 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, relativos à incompetência relativa, meios eletrônicos, prescrição, distribuição por dependência, exceção de incompetência, revelia, carta precatória e rogatória, ação rescisória e vista dos autos; e revoga o art. 194 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, sancionado e transformado na Lei nº 11.280, de 16 de fevereiro de 2006.	65		
		Mensagem do Presidente da República nº 96, de 2006 (nº 126/2006, na origem) que informa, aos Membros do Senado Federal, a ausência de Sua Excelência do País no período de 6 a 9 de março de 2006, para realizar visita oficial ao Reino Unido. ..	65
		Mensagem do Presidente da República nº 92, de 2006 (nº 99/2006, na origem), que submete à apreciação dos Membros do Senado Federal a escolha do Senhor José Eduardo Martins Felício, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Uruguai.	128
		Mensagem do Presidente da República nº 93, de 2006 (nº 100/2006, na origem), que submete à apreciação dos Membros do Senado Federal a escolha do Senhor Lauro Barbosa da Silva Moreira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.	140
		Mensagem do Presidente da República nº 94, de 2006 (nº 101/2006, na origem), que submete à apreciação dos Membros do Senado Federal a escolha do Senhor Mário Vilalva, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Chile.	145
		Mensagem do Presidente da República nº 97, de 2006, (nº 120/2006, na origem), de 23 de fevereiro de 2006, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2005 (nº 4.309/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a doar cinco aeronaves C-91-A à Força Aérea Equatoriana, sancionado e transformado na Lei nº 11.283, de 23 de fevereiro de 2006.	231
		Mensagem do Presidente da República nº 98, de 2006 (nº 134, na origem), que submete à consideração dos Membros do Senado Federal o nome do Doutor Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Antônio Carlos de Nogueira.	231
Movimento Trabalhista			
		Realização do vigésimo quinto Congresso do Andes - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Senadora Serys Slhessarenko.	406

	Pág.		Pág.
ORÇAMENTO			
Redução dos recursos orçamentários destinados ao Ministério da Saúde. Senadora Lúcia Vânia.	106	Necessidade de providências imediatas para combater a crise na agricultura brasileira. Aparte ao Senador Osmar Dias. Senador Flexa Ribeiro.	413
Redução dos recursos orçamentários destinados ao Ministério da Saúde. Aparte à Senadora Lúcia Vânia. Senador Arthur Virgílio.	106	Crise na agricultura brasileira e comentários a respeito do veto do Governo Federal ao projeto de lei que trata da renegociação das dívidas dos agricultores. Senador Rodolpho Tourinho.	416
Questionamentos sobre a não votação do Orçamento da União e sua repercussão. Senador Ney Suassuna.	160	Crise na agricultura brasileira e comentários a respeito do veto do Governo Federal ao projeto de lei que trata da renegociação das dívidas dos agricultores. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. Senador Antero Paes de Barros.	417
PARECER			
Parecer nº 187, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 6, de 2004 (nº 70/2004, na origem), do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Presidente do Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Mandado de Segurança nº 24.405-4 – Distrito Federal e demais peças necessárias. Senador Pedro Simon.	7	Crise na agricultura brasileira e comentários a respeito do veto do Governo Federal ao projeto de lei que trata da renegociação das dívidas dos agricultores. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. Senador Garibaldi Alves Filho.	417
PECUÁRIA			
Dificuldades enfrentadas pelo pequeno e médio produtor de leite na comercialização do produto, que vem atingindo baixa rentabilidade. Senador Aelton Freitas.	397	Crise na agricultura brasileira e comentários a respeito do veto do Governo Federal ao projeto de lei que trata da renegociação das dívidas dos agricultores. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. Senador Flexa Ribeiro.	418
POLÍTICA AGRÍCOLA			
Preocupação dos agricultores de todos os locais onde se planta a soja, com a doença denominada “ferrugem asiática”. Senadora Serys Slhessarenko.	22	Crise na agricultura brasileira e comentários a respeito do veto do Governo Federal ao projeto de lei que trata da renegociação das dívidas dos agricultores. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. Senador Eduardo Azeredo.	418
Denúncia contra a multinacional Bayer CropScience pela venda de defensivo agrícola ineficaz. Senadora Serys Slhessarenko.	22	POLÍTICA DE TRANSPORTES	
Situação do agronegócio em Mato Grosso, sugerindo diversas medidas para o seu desenvolvimento no País. Senadora Serys Slhessarenko. .	406	Considerações sobre o vale-transporte. Senador Romeu Tuma.	25
Necessidade de providências imediatas para combater a crise na agricultura brasileira. Senador Osmar Dias.	409	Considerações sobre o vale-transporte. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador José Sarney. .	27
Necessidade de providências imediatas para combater a crise na agricultura brasileira. Aparte ao Senador Osmar Dias. Senador Juvêncio da Fonseca.	411	Considerações sobre o vale-transporte. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Paulo Paim. .	27
Necessidade de providências imediatas para combater a crise na agricultura brasileira. Aparte ao Senador Osmar Dias. Senador Magno Malta.	413	Considerações sobre o vale-transporte. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Antônio Carlos Valadares.	28
		Considerações sobre o vale-transporte. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Romero Jucá. .	28
		Considerações sobre a revogação da Medida Provisória 283, que suprime o artigo 4 da Medida Provisória 280, com relação ao vale-transporte. Senador Paulo Paim.	32
		Considerações sobre o vale-transporte. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senadora Lúcia Vânia. ..	33

Pág.	Pág.
<p>A importância do asfaltamento da Rodovia 163, no Estado do Pará. Senadora Serys Slhessarenko. 168</p> <p>Lamento pelo péssimo estado das rodovias de Santa Catarina, que vêm provocando inúmeros acidentes com vítimas. Senador Leonel Pavan. ... 381</p> <p>Pavimentação da Rodovia BR-163. Senadora Serys Slhessarenko. 406</p> <p>Pavimentação da Rodovia BR-163. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko. Senador Flexa Ribeiro. 407</p> <p>Pavimentação da Rodovia BR-163. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko. Senadora Ana Júlia Carepa. 408</p> <p>POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE</p> <p>Leitura de nota de esclarecimento do Ministério do Meio Ambiente, sobre o relatório da CPI da Biopirataria, em resposta à matéria publicada na revista <i>Veja</i>. Senador Tião Viana. 17</p> <p>Comentários à nota de esclarecimento do Ministério do Meio Ambiente, sobre o relatório da CPI da Biopirataria, em resposta à matéria publicada na revista <i>Veja</i>. Aparte ao Senador Tião Viana. Senadora Ana Júlia Carepa. 19</p> <p>Comentários à nota de esclarecimento do Ministério do Meio Ambiente, sobre o relatório da CPI da Biopirataria, em resposta à matéria publicada na revista <i>Veja</i>. Aparte ao Senador Tião Viana. Senadora Heloísa Helena. 20</p> <p>Participação de S.Exa. em solenidade referente à Lei de Gestão de Florestas Públicas. Senador Sibá Machado. 51</p> <p>Comentários à matéria publicada na imprensa sobre a Lei de Gestão de Florestas Públicas. Senadora Ana Júlia Carepa. 54</p> <p>Comentários à matéria publicada na imprensa sobre a Lei de Gestão de Florestas Públicas. Aparte à Senadora Ana Júlia Carepa. Senador Sibá Machado. 54</p> <p>Comentários à matéria publicada na imprensa sobre a Lei de Gestão de Florestas Públicas. Aparte à Senadora Ana Júlia Carepa. Senador Cristovam Buarque. 55</p> <p>Lamento pelos vetos parciais apostos pelo Governo à proposição sobre a concessão de florestas públicas. Senador José Agripino. 213</p> <p>Lamento pelos vetos parciais apostos pelo Governo à proposição sobre a concessão de florestas públicas. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Arthur Virgílio. 215</p> <p>Lamento pelos vetos parciais apostos pelo Governo à proposição sobre a concessão de florestas públicas. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Antonio Carlos Magalhães. 216</p> <p>Lamento pelos vetos parciais apostos pelo Governo à proposição sobre a concessão de florestas públicas. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Sibá Machado. 217</p> <p>Lamento pelos vetos parciais apostos pelo Governo à proposição sobre a concessão de florestas públicas. Aparte ao Senador José Agripino. Senador João Batista Motta. 218</p> <p>Comentários a respeito dos vetos parciais apostos pelo Governo à proposição sobre a concessão de florestas públicas. Senador Sibá Machado. 220</p> <p>Conclama o Congresso Nacional a realizar sessão para exame dos vetos do Presidente da República à proposta de concessão das florestas tropicais. Senador Arthur Virgílio. 224</p> <p>POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA</p> <p>Considerações sobre a desaceleração das exportações. Senador Eduardo Suplicy. 13</p> <p>Manifestação de interesse em encontro da Comissão de Assuntos Econômicos com membros do Comitê de Política Monetária, para esclarecer detalhes sobre as reuniões que definem a taxa de juros no país. Senador Eduardo Suplicy. 13</p> <p>Recordação dos 20 anos da edição do Plano Cruzado, em 28 de fevereiro de 1986. Senador José Sarney. 37</p> <p>Comentários a respeito dos 20 anos da edição do Plano Cruzado, em 28 de fevereiro de 1986. Aparte ao Senador José Sarney. Senador Edison Lobão. 39</p> <p>Comentários a respeito dos 20 anos da edição do Plano Cruzado, em 28 de fevereiro de 1986. Aparte ao Senador José Sarney. Senador Antônio Carlos Valadares. 40</p> <p>Comentários a respeito dos 20 anos da edição do Plano Cruzado, em 28 de fevereiro de 1986. Aparte ao Senador José Sarney. Senador Romero Jucá. 42</p> <p>Comentários a respeito dos 20 anos da edição do Plano Cruzado, em 28 de fevereiro de 1986. Aparte ao Senador José Sarney. Senador José Agripino. 43</p> <p>POLÍTICA ENERGÉTICA</p> <p>Considerações sobre a proposta de criação de um gasoduto que integrará Venezuela, Argentina e Brasil. Senador Edison Lobão. 74</p>	

VIII

	Pág.		Pág.
Comentários a respeito da importância do biodiesel e da elevação do preço do álcool ao consumidor. Senador Sibá Machado.	424	Comentários ao Programa Bolsa-Escola. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Arthur Virgílio.	58
Comentários a respeito de alternativas para combustíveis no Brasil. Aparte ao Senador Sibá Machado. Senador Heráclito Fortes.	426	Realização de audiências públicas para discussão do fator previdenciário, do salário mínimo e do ensino profissionalizante. Senador Paulo Paim. .	78
Comentários a respeito de alternativas para combustíveis no Brasil. Aparte ao Senador Sibá Machado. Senador Mão Santa.	426	Trabalho realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário na redução de desigualdades sociais e econômicas. Senador Romero Jucá.	111
Comentários a respeito do biodiesel. Aparte ao Senador Sibá Machado. Senador Magno Malta.	427	Relatório anual da UNICEF - Situação Mundial da Infância - com o tema Excluídas e Invisíveis. Senador Romero Jucá.	457
Avanços no setor energético brasileiro. Senador Valdir Raupp.	459		
POLÍTICA FISCAL		POLÍTICA SOCIOECONÔMICA	
Considerações sobre o projeto que cria a denominada Super-Receita. Senador Luiz Otávio. ...	80	Noticiário dos principais jornais dando conta da diminuição das desigualdades sociais no Brasil. Senadora Ideli Salvatti.	371
POLÍTICA INDIGENISTA		Comentários a respeito do índice de desigualdade social brasileiro. Aparte ao Senador Jorge Bornhausen. Senador José Jorge.	374
Resumo de um histórico jurídico sobre a questão da demarcação da reserva indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima, na fronteira do Brasil com a Venezuela e a Guiana. Senador Mozarildo Cavalcanti.	395	Comentários a respeito do índice de desigualdade social brasileiro. Aparte ao Senador Jorge Bornhausen. Senador Leonel Pavan.	375
POLÍTICA PARTIDÁRIA		Registro do indicador que mostra que o Brasil conquistou a melhor posição dos últimos 25 anos, na redução das desigualdades sociais. Senador Aloizio Mercadante.	445
Considerações sobre a história do PMDB. Senador Mão Santa.	448	Afirmarções a respeito de investimentos no setor produtivo que proporcionarão maior distribuição de renda no Brasil. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. Senador Sibá Machado.	446
Considerações sobre a história do PMDB. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Heráclito Fortes. ...	450	POLÍTICA TRABALHISTA	
Considerações sobre a história do PMDB. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Wellington Salgado de Oliveira.	451	Preocupação com o desemprego no setor calçadista do país, especialmente no Vale dos Sinos. Senador Paulo Paim.	32
POLÍTICA SALARIAL		PRESIDENTE DA REPÚBLICA	
Comunicação da realização de audiências públicas, para discutir o fator previdenciário e o salário mínimo. Senador Paulo Paim.	32	Apresentação de requerimento de voto de aplauso às cidades de Oeiras e Floriano, no Piauí, cujas populações e administradores souberam reagir à altura a manifestações de despreço do Presidente Lula, por ocasião de sua visita a Parnaíba, no mesmo Estado. Senador Arthur Virgílio.	48
Elogios ao Senador Paulo Paim pela realização de audiências públicas, para discutir o fator previdenciário e o salário mínimo. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senadora Lúcia Vânia.	33	Críticas ao Presidente Lula. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador José Agripino.	190
POLÍTICA SOCIAL		Críticas ao Presidente Lula. Aparte ao Senador José Jorge. Senador José Agripino.	212
Retrocessos do Programa Bolsa-Família. Senador Cristovam Buarque.	56		

Pág.	Pág.
<p>Críticas ao Presidente Lula. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Antonio Carlos Magalhães.</p> <p>Viagem do presidente Lula à Inglaterra e os objetivos de sua recente ida ao Piauí. Senador Heráclito Fortes.</p> <p>Comentários a respeito do “aerolula”. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Antonio Carlos Magalhães.</p> <p>Críticas ao Presidente Lula. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Arthur Virgílio.</p> <p>Considerações sobre declarações do Presidente Lula, que afirmou, em importante órgão da imprensa internacional, que “o Brasil não tem pressa em crescer”. Senador Jorge Bornhausen.</p> <p>Considerações sobre declarações do Presidente Lula, que afirmou, em importante órgão da imprensa internacional, que “o Brasil não tem pressa em crescer”. Aparte ao Senador Jorge Bornhausen. Senador Almeida Lima.</p> <p>Encaminhamento à Mesa de pronunciamento a respeito da gafe do Presidente Lula que se atrasou em pouco mais de um minuto em encontro com a rainha britânica, Elizabeth II. Senador Arthur Virgílio.</p> <p>PREVIDÊNCIA SOCIAL</p> <p>Anúncio, pelo Governo Lula, da suspensão de cento e noventa e sete mil aposentadorias. Senador Arthur Virgílio.</p> <p>Realização de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH sobre o fator previdenciário. Senador Paulo Paim.</p> <p>Referências à Previdência Social. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Romeu Tuma.</p> <p>Acerca de Medida Provisória sobre os trabalhadores domésticos, comentários a respeito do fato de o Senado ter aprovado iniciativas semelhantes de autoria do Senador Renan Calheiros, em 2003, e do orador, em 1995. Senador Edison Lobão.</p> <p>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO</p> <p>Projeto de Decreto Legislativo nº 136, de 2006 (nº 1.541/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Senhora Santana da Comunidade de Jati a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jati, Estado do Ceará.</p> <p>Projeto de Decreto Legislativo nº 137, de 2006 (nº 1.636/2005, na Câmara dos Deputados),</p>	<p>que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Rui Barbosa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso.</p> <p>Projeto de Decreto Legislativo nº 138, de 2006 (nº 1.821/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rui Baromeu para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Colatina, Estado do Espírito Santo.</p> <p>Projeto de Decreto Legislativo nº 139, de 2006 (nº 1851/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação, Cultura e Meio Ambiente de Araponga a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araponga, Estado de Minas Gerais.</p> <p>Projeto de Decreto Legislativo nº 140, de 2006 (nº 1891/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária Várzea do Curral a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Filadélfia, Estado da Bahia.</p> <p>Projeto de Decreto Legislativo nº 141, de 2006 (nº 1.918/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Mercosul de Difusão Comunitária a executar serviço de Radiodifusão comunitária na cidade de Pedro Osório, Estado do Rio Grande do Sul.</p> <p>Projeto de Decreto Legislativo nº 142, de 2006 (nº 1.929/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Educandário Batista de Porto Velho – EBPV a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia.</p> <p>Projeto de Decreto Legislativo nº 143, de 2006 (nº 1.916/2005 na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social “Liberdade” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipuã, Estado de São Paulo.</p> <p>Projeto de Decreto Legislativo nº 144, de 2006 (nº 1.952/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Alternativa FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Corda, Estado do Maranhão.</p> <p>Projeto de Decreto Legislativo nº 145, de 2006 (nº 1.955/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Educacional Dom Pedro Felipak para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ibaiti, Estado do Paraná.</p>
214	257
220	260
220	265
221	268
373	271
374	274
419	277
48	280
157	283
157	
405	
254	
283	

	Pág.		Pág.
Projeto de Decreto Legislativo nº 146, de 2006 (nº 1.958, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Atalaia de Comunicação e Cultura a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caculé, Estado da Bahia.	289	serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pé de Serra, Estado da Bahia.	314
Projeto de Decreto Legislativo nº 147, de 2006 (nº 1.962/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Diamantina a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morro do Chapéu, Estado da Bahia.	292	Projeto de Decreto Legislativo nº 155, de 2006 (nº 1.684/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Moradores e Pequenos Produtores de Rio do Antônio – ACOMPRA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio do Antônio, Estado da Bahia.	317
Projeto de Decreto Legislativo nº 148, de 2006 (nº 1.967/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Proteção e Preservação do Vale do Apodi a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte.	295	Projeto de Decreto Legislativo nº 156, de 2006 (nº 1.729/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Oceânica FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Morro do Chapéu, Estado da Bahia.	321
Projeto de Decreto Legislativo nº 149, de 2006 (nº 1.968/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Professor Falcão – FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Toritama, Estado de Pernambuco.	298	Projeto de Decreto Legislativo nº 157, de 2006 (nº 1.751/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Porto União a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto União, Estado de Santa Catarina.	327
Projeto de Decreto Legislativo nº 150, de 2006 (nº 1.972/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Comunicação Alternativa a executar serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo.	301	Projeto de Decreto Legislativo nº 158, de 2006 (nº 1.781/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Portinari Comunitária de Cultura, Lazer e Comunicação de Brodowski a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brodowski, Estado de São Paulo.	330
Projeto de Decreto Legislativo nº 151, de 2006 (nº 1.204/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Barros Cassal – ASCOBAC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barros Cassal, Estado do Rio Grande do Sul.	304	Projeto de Decreto Legislativo nº 159, de 2006 (nº 1.816/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária de Brejo do Cruz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brejo do Cruz, Estado da Paraíba.	333
Projeto de Decreto Legislativo nº 152, de 2006 (nº 1.478/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ibema a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibema, Estado do Paraná.	307	Projeto de Decreto Legislativo nº 160, de 2006 (nº 1.870/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Perola D'Oeste a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná.	336
Projeto de Decreto Legislativo nº 153, de 2006 (nº 1.523/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Vida Nova Educacional, Cultural e Comunicação Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Americana, Estado de São Paulo.	311	Projeto de Decreto Legislativo nº 161, de 2006 (nº 1.904/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Assistencial dos Moradores da Boa Vista a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cascavel, Estado do Ceará.	339
Projeto de Decreto Legislativo nº 154, de 2006 (nº 1.638/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Jerusalém de Radiodifusão a executar		Projeto de Decreto Legislativo nº 162, de 2006 (nº 1.950/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Integração Comunitária de Orizona – AICO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Orizona, Estado de Goiás.	343

Pág.	Pág.
Projeto de Decreto Legislativo nº 163, de 2006 (nº 1.960/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação da Região Norte a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.	381
Projeto de Decreto Legislativo nº 164, de 2006 (nº 1.964/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio e Difusão de Conceição dos Ouros a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição dos Ouros, Estado de Minas Gerais.	381
PROJETO DE LEI DO SENADO	
Projeto de Lei do Senado nº 40, de 2006, que acrescenta, no Código Penal, Decreto Lei nº 2.848/1940, o § 3º ao art. 317 e o § 2º ao art. 333, transformando o atual parágrafo único deste dispositivo, em § 1º; acrescenta o inciso VII-C ao art 1º da Lei nº 8.072/1990, que trata dos crimes hediondos. Senadora Heloísa Helena.	4
Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2006, que dispõe sobre o regime jurídico e a regulamentação das atividades de Agente Comunitário de Saúde e Agente do Combate às Endemias, na forma do § 5º do art. 198 da Constituição Federal. Senador Rodolpho Tourinho.	5
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO	
Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2006, que acrescenta o § 7º ao art. 100 da Constituição Federal e o art. 95 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Senador Renan Calheiros.	5
RACISMO	
Lamento pela atitude do zagueiro Antonio Carlos, do time Juventude, que protagonizou gesto racista contra outro jogador, em recente partida de futebol. Senador Paulo Paim.	5
Lamento pela atitude do zagueiro Antonio Carlos, do time Juventude, que protagonizou gesto racista contra outro jogador, em recente partida de futebol. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Heráclito Fortes.	5
Manifestação sobre o pronunciamento do Senador Paulo Paim, a respeito do racismo. Senador Leonel Pavan.	381
Manifestação sobre o pronunciamento do Senador Paulo Paim, a respeito do racismo. Aparte ao Senador Leonel Pavan. Senador Magno Malta. ...	381
REQUERIMENTO	
Requerimento nº 217, de 2006, que requer informações ao Tribunal de Contas da União referentes à existência de procedimentos de fiscalização, auditorias ou inspeções realizadas em relação aos gastos do Ministério das Relações Exteriores com a manutenção de representações brasileiras no Exterior no período de 1994 a 2002. Senadora Serys Slhessarenko.	4
Requerimento nº 218, de 2006, que solicita seja o presente requerimento encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, para que este providencie e encaminhe, as seguintes informações: 1. Qual o montante dos gastos realizados por este Ministério com a manutenção de Embaixadas do Brasil no Exterior no período de 1995 a 2002? 2. Quanto destes recursos foi destinado a reformas? Senadora Serys Slhessarenko.	5
Requerimento nº 219, de 2006, que requer sejam prestadas pelo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Antonio Palocci Filho, informações sobre fraudes perpetradas por empresas localizadas em áreas de livre comércio de importação e exportação na Região Norte, conforme denúncia do <i>Correio Brasiliense</i> , consubstanciada na Nota Informativa da Consultoria Legislativa do Senado em anexo, e quais as providências adotadas pelo Governo Federal no intuito de otimização da fiscalização tributária nas áreas de livre comércio da Região Norte. Senador Mozarildo Cavalcanti.	5
Requerimento nº 220, de 2006, que requer sejam prestadas pelo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Dr. Luiz Fernando Furlan, informações sobre fraudes perpetrada por empresas localizadas em áreas de livre comércio de importação e exportação na Região Norte, conforme denúncia do <i>Correio Brasiliense</i> , consubstanciada na Nota Informativa da Consultoria Legislativa do Senado em anexo, e quais as providências adotadas pelo Governo Federal no intuito de otimização da fiscalização tributária nas áreas de livre comércio da Região Norte. Senador Mozarildo Cavalcanti.	5
Requerimento nº 221, de 2006, que requer informações ao Ministro da Defesa acerca dos trâmites	5

	Pág.		Pág.
seguidos pelo Governo do Brasil para a aquisição de aviões de caça para monitoramento do espaço aéreo do País. Senador Arthur Virgílio.	66	Requerimento nº 231, de 2006, que requer a tramitação conjunta dos Projetos PLS nºs 182/2003, PLS 352/2004, PLS 370/2005 e PLC 35/2000, com os Projetos PLS 242/2003, PLS 308/2003 e PLS 355/2003, que já tramitam em conjunto, por versarem sobre matérias semelhantes. Senador Marco Maciel.	231
Requerimento nº 222, de 2006, que requer Voto de Aplauso à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, pela iniciativa de editar uma cartilha de orientação aos eleitores brasileiros, sobretudo para a questão do financiamento de campanha. Senador Arthur Virgílio.	73	Requerimento nº 232, de 2006, que requer voto de solidariedade e moção de apoio ao atleta Jeovânio Rocha Nascimento, ao Grêmio Foot–Ball Porto Alegre e ao Ministério Público Estadual, pelo ato de coragem e prontidão diante do incidente de racismo ocorrido na partida de futebol entre os clubes brasileiros Esporte Clube Juventude e Grêmio Football Porto Alegre, pelo Campeonato Gaúcho. Senador Paulo Paim.	361
Requerimento nº 223, de 2006, que requer Voto de Aplauso à jornalista Renata Lo Prete, vencedora do Grande Prêmio Folha de Jornalismo de 2005, pelas suas reportagens sobre a revelação do “Mensalão”. Senador Arthur Virgílio.	73	Requerimento nº 233, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao jornal <i>Diário de Pernambuco</i> , premiado, com duas páginas, no <i>Best Newspaper Design</i> , edição de 2005. Senador Arthur Virgílio. .	362
Requerimento nº 224, de 2006, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do ator Guará Rodrigues, ocorrido no dia 21 de fevereiro de 2006, no Rio de Janeiro. Senador Arthur Virgílio.	73	Requerimento nº 234, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao jornal <i>Estado de S.Paulo</i> , premiado, em três categorias no <i>Best Newspaper Design</i> , edição de 2005. Senador Arthur Virgílio.	363
Requerimento nº 225, de 2006, que requer seja aprovado Voto de Lembrança pelo transcurso do quinto ano de falecimento do ex-Governador, ex-Senador, ex-Deputado Federal e ex-Prefeito Mário Covas, ocorrido no dia 6 de março de 2001. Requer, ainda, que esta manifestação do Senado da República seja levada ao conhecimento da família do falecido, ao Presidente do Partido de SP (PSDB) e ao Sr. Governador do Estado Dr. Geraldo Alckmin. Senador Romeu Tuma.	125	Requerimento nº 235, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao jornal <i>Correio Braziliense</i> , premiado pela 75ª vez no <i>Best Newspaper Design</i> , edição de 2005. Senador Arthur Virgílio.	364
Requerimento nº 226, de 2006, que requer Voto de Lembrança ao ensejo do transcurso do quinto aniversário da morte do ex-Governador ex-Senador e ex-Constituinte Mário Covas. Requer, ainda, que seja consignado, nos Anais do Senado, e levado ao conhecimento dos familiares do homenageado. Senador Arthur Virgílio.	165	Requerimento nº 236, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao jornal <i>Estado de Minas</i> , premiado, com duas páginas, no <i>Best Newspaper Design</i> , edição de 2005. Senador Arthur Virgílio.	365
Requerimento nº 227, de 2006, que requer, ao Senhor Ministro da Justiça, informação acerca das providências que foram ou estariam sendo tomadas pelo Governo no tocante ao ocorrido com um jovem futebolista brasileiro que permaneceu 16 dias no aeroporto de Frankfurt, no mês de fevereiro de 2006. Senador Arthur Virgílio.	166	Requerimento nº 237, de 2006, que solicita informações ao Sr. Presidente do Banco Central do Brasil sobre o ingresso no Brasil de verba de patrocínio da PDVSA, estatal petrolífera venezuelana, para o desfile da Escola Samba Unidos da Vila Isabel no Rio de Janeiro. Senador Arthur Virgílio.	366
Requerimento nº 228, de 2006, que requer ao Ministro da Saúde informações sobre providências acautelatórias de controle do consumo de anfetaminas. Senador Arthur Virgílio.	167	Requerimento nº 238, de 2006, que requer, ao Senhor Ministro-chefe da Secretaria Especial da Presidência da República, informações acerca da programação vinculadas pela TV NBR, emissora do Governo Federal. Senador Arthur Virgílio.	366
Requerimento nº 229, de 2006, que requer voto de pesar pelo falecimento da artista plástica e escritora Elsie Dubugras, ocorrido no dia 2 de março de 2006. Senador Arthur Virgílio.	167	Requerimento nº 239, de 2006, que requer Voto de Lembrança a um grande político e pensador brasileiro, Florestan Fernandes, ao ensejo do relançamento, dez anos após o seu falecimento, de dois de seus livros e de outro que fala da trajetória do saudoso sociólogo, escrito por Haroldo Cerávolo Sereza e intitulado “Florestan - a inteligência militante”. Senador Arthur Virgílio.	366
Requerimento nº 230, de 2006, que requer tramitação conjunta da PEC nº 86, de 2003, e da PEC nº 31, de 2005. Senador João Batista Motta. .	167		

	Pág.		Pág.
SALÁRIO MÍNIMO		ao Senador Ney Suassuna. Senador Antonio Carlos Magalhães.	390
Comentários a respeito da questão do salário mínimo. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Tião Viana.	158	Observação sobre uma lacuna que se observa no ordenamento jurídico brasileiro: o único país das nações civilizadas que não tem uma lei que trata dos crimes hediondos. Citação sobre decisão do STF a respeito da questão. Senador Demóstenes Torres.	399
SAÚDE		Comentários a respeito de uma lacuna que se observa no ordenamento jurídico brasileiro: o único país das nações civilizadas que não tem uma lei que trata dos crimes hediondos. Aparte ao Senador Demóstenes Torres. Senador Antonio Carlos Magalhães.	400
Alerta sobre a gripe aviária e sugestão, em nome do PDT, no sentido de que o presidente Lula nomeie um coordenador para tratar do assunto. Senador Cristovam Buarque.	21	Comentários a respeito de uma lacuna que se observa no ordenamento jurídico brasileiro: o único país das nações civilizadas que não tem uma lei que trata dos crimes hediondos. Aparte ao Senador Demóstenes Torres. Senador Sibá Machado.	401
Alerta para a ilusão do denominado Programa de Farmácia Popular. Senadora Lúcia Vânia.	31	Inquietação com o crescimento avassalador da criminalidade, em função da omissão dos homens públicos e das famílias. Senador Magno Malta. ...	441
Aplausos ao Ministério da Saúde por implementar a vacinação infantil contra o rotavírus. Senador Tião Viana.	161	Registro de envio, ao Ministro da Justiça, de um ofício sobre o agravamento do fenômeno da violência no Estado do Espírito Santo. Senador Magno Malta.	441
Comentários a respeito da vacinação infantil contra o rotavírus. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Romeu Tuma.	162	Preocupação com a redução da pena para quem cometer crime hediondo. Senador Magno Malta.	441
O grande avanço da medicina com a aprovação da comercialização da insulina inalável. Senador Papaléo Paes.	456	Comentários a respeito do sistema penitenciário brasileiro. Aparte ao Senador Magno Malta. Senador Mão Santa.	443
SEGURANÇA PÚBLICA		Inquietação com o crescimento avassalador da criminalidade. Aparte ao Senador Magno Malta. Senador Romeu Tuma.	443
Ameaças recebidas pelas famílias dos irmãos do ex-Prefeito de Santo André, Celso Daniel. Senador Arthur Virgílio.	77	Apelo pela rejeição do veto parcial, aposto pelo Chefe do Poder Executivo, ao Projeto de Lei 141/2005-Complementar, transformado na Lei Complementar 121, de 9 de fevereiro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas. Senador Romeu Tuma.	461
Ameaças recebidas pelos irmãos do ex-Prefeito de Santo André, Celso Daniel. Senador José Agripino.	82	SENADO FEDERAL	
Ameaças recebidas pelos irmãos do ex-Prefeito de Santo André, Celso Daniel. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Arthur Virgílio.	85	Reconhecimento pelo trabalho cumprido pelo Senado Federal, durante a convocação extraordinária. Senador Antônio Carlos Valadares.	48
Considerações a respeito do caso Celso Daniel. Senador Arthur Virgílio.	88	Solidariedade ao Senador Antonio Carlos Magalhães, nos termos do pronunciamento do Senador José Agripino, na sessão de 06 de março de 2006. Senador Jorge Bornhausen.	373
Drama vivido pelos parentes do ex-prefeito Celso Daniel e a necessidade de que o Estado se pronuncie sobre essa questão e assumira sua responsabilidade. Senador Garibaldi Alves Filho.	225		
Registro da fatalidade que vitimou um jovem torcedor, na cidade de Joinville, que morreu, em razão de uma pedrada. Senador Leonel Pavan.	381		
Considerações sobre a ocupação de favelas no Rio de Janeiro, pelo Exército Brasileiro. Senador Jefferson Péres.	387		
Considerações sobre a ocupação de favelas no Rio de Janeiro, pelo Exército Brasileiro. Aparte			

XIV

	Pág.		Pág.
Saúda a presença no plenário dos guerreiros e das guerreiras do Programa de Reabilitação do Lesado Medular da Rede Sarah de Brasília. Senadora Heloísa Helena.	387	dos sócios, o filho do presidente Lula. Senadora Heloísa Helena.	50
SERVIÇO DOMÉSTICO		Considerações sobre o investimento da Telemar na empresa Gamecorp, que tem como um dos sócios, o filho do presidente Lula. Senador Arthur Virgílio.	60
Aplausos à decisão do governo Lula de beneficiar, através de medida provisória, as pessoas que trabalham no serviço doméstico. Senador Sibá Machado.	195	TURISMO	
Críticas à medida provisória que versa sobre a dedução no imposto de renda, do INSS pago às empregadas domésticas. Senador José Jorge.	211	Defesa da abolição pelo Brasil, da reciprocidade na exigência de vistos turísticos. Aplauso ao Ministro do Turismo que pretende encaminhar proposta ao Congresso, discutindo a questão. Senador Romero Jucá.	25
Críticas à medida provisória que versa sobre a dedução no imposto de renda, do INSS pago às empregadas domésticas. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Sibá Machado.	212	VIOLÊNCIA	
TELECOMUNICAÇÃO		Comentários a respeito da violência no Rio de Janeiro. Aparte ao Senador Jefferson Péres. Senador Ney Suassuna.	388
Comentários à matéria publicada pela revista <i>IstoÉ</i> , sobre palavras do Presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, sobre a "Voz do Brasil". Fundamentos do Projeto de Lei do Senado nº 53, de 2003, que trata da obrigatoriedade de transmissão do referido programa. Senador Sérgio Zambiasi. .	15	Considerações sobre a violência que está espalhada por todo o País. Senador Ney Suassuna.	388
Considerações sobre o acordo da Telemar com a empresa Gamecorp, que tem como um		Leitura de nota sobre assalto ao Prefeito de Patos, em rodovia federal. Senador Ney Suassuna.	388
		Comentários a respeito da violência em Manaus e em todo o Brasil. Aparte ao Senador Ney Suassuna. Senador Jefferson Péres.	389
		Comentários a respeito da violência no Rio de Janeiro. Aparte ao Senador Ney Suassuna. Senador Roberto Saturnino.	389

Ata da 8ª Sessão Não Deliberativa, em 2 de março de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência da Sra. Serys Slhessarenko, do Sr. Romeu Tuma,
das Sras. Heloísa Helena e Ana Júlia Carepa e do Sr. Eduardo Suplicy*

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício que será lido pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

Ofício nº 027/GP

Brasília, 20 de fevereiro de 2006

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 88, inciso IV, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, encaminho a Vossa Excelência cópias da certidão de julgamento e da decisão proferida pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça sobre o mérito do Projeto de Lei da Câmara nº 087/2005, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e dá outras providências.

Atenciosamente, – Ministro **Nelson Jobim**, Presidente do Conselho Nacional de Justiça.

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PEDIDO DE PROVIDÊNCIA Nº 116/2005

Relator: Conselheiro Oscar Argollo

Requerente: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região

Requerido: Conselho Nacional de Justiça

CERTIFICO que o **PLENÁRIO**, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

“O Conselho, por unanimidade, em cumprimento ao disposto no art. 88 da Lei nº 11.178/2005 (Lei de Diretrizes Orçamentárias), manifestou-se favorável à aprovação integral

do Projeto de Lei nº 6.600/2002, que dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, e, por maioria, manifestou-se parcialmente favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 2.170/2003, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e dá outras providências, com expedição de ofício ao Tribunal de Contas da União, nos termos do voto proferido pelo Excelentíssimo Conselheiro Relator Oscar Argollo. Vencido, em parte, Excelentíssimo Conselheiro Paulo Lobo que, com maior extensão, além de não ratificar o ato de transformação das funções gratificadas levado a efeito por meio de resolução, declarava ainda, a nulidade do referido ato. Ausentes, justificadamente, Excelentíssimos Conselheiros Antônio de Pádua Ribeiro (Corregedor), Vantuil Abdala e Ruth Carvalho. Presidiu o julgamento o Excelentíssimo Ministro Nelson Jobim (Presidente). Plenário, 14 de fevereiro de 2006”.

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros: Marcus Faver, Jirair Aram Meguerian, Cláudio Godoy, Germana Moraes, Paulo Schmidt, Eduardo Lorenzoni, Oscar Argollo, Paulo Lobo, Alexandre de Moraes e Joaquim Falcão.

Ausentes, justificadamente, o Procurador Geral da República, Dr. Antônio Fernando de Sousa, e o Presidente do Conselho Federal da OAB, Dr. Roberto Antônio Busato.

Brasília-DF, 14 de fevereiro de 2006. – **Maria Cristina G. Botelho Costa**, Analista Judiciário.

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 116 RELATÓRIO

Trata-se de pedido de produção de parecer e opinião, nos termos da Lei nº 11.178/2005, relativo ao Projeto de Lei – LDO 2006, do TRT da 8ª Região, que alude sobre a criação de cargos de provimento

efetivo e criação de funções comissionadas no quadro de pessoal do referido Tribunal (PL 6.600/2002 e PL 2.170/2003).

Às fls. 21, o ilustre Dr. Secretário-Geral do Conselho determinou a formação do processo com a juntada da íntegra dos Projetos Leis e às fls. 23 o nobre Dr. Juiz Auxiliar da Presidência solicitou o exame da Comissão Técnica instituída pela Portaria nº 336/2005 sobre a matéria. Às fls. 31/55 se encontram as informações do ilustre Sr. Diretor-Geral de Coordenação Administrativa do TST e às fls. 56/64 está a manifestação da douta Comissão Técnica.

É o Relatório.

Voto

A Reparação Legalmente Exigida

Inicialmente, urge dizer a respeito de situação que busca a regularização formal do ato de transformação das funções gratificadas por meio de Resolução interna, editando-se lei específica para ratificar a ação administrativa levada a efeito há muito tempo atrás.

Com efeito, atualmente, criar por meio de decisão administrativa despesas de pessoal se reveste de violação aos artigos. 48, inciso X, e 96, inciso II, alínea b, ambos da Constituição. O exame dos Projetos de Leis em tela decorre de fatos passados e de discussões que levaram ao entendimento atual sobre a impossibilidade de criação de Funções gratificadas mediante atos administrativos ao invés da utilização de norma legal.

Na verdade, há vários anos atrás era prática comum a criação de Funções gratificadas no âmbito dos Tribunais por meio de ato administrativo internos prática era respaldada no disposto no art. 5º, da Lei Complementar nº 10/71, **in verbis**:

“Art 5º As funções gratificadas necessárias aos serviços dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário serão criadas nos respectivos Regulamentos ou Regimentos, respeitados os princípios de classificação vigentes no Poder Executivo.”

Ocorre, que o advento da Constituição Federal de 1988 estabeleceu novas disposições em seus artigos. 48, inciso X, e 96, inciso II, alínea b, cujas redações originais, são as seguintes:

“Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas; [...]“

.....
“Art 96. Compete privatizam ente:

.....
II – ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais

Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder

Legislativo respectivo, observado o disposto no art 169:

.....
b) a criação e a extinção de cargos e a fixação de vencimentos de seus membros, dos juizes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver, dos serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados;

Travaram-se, então, discussões jurídicas sobre o alcance dos referidos dispositivos da Constituição.

O Supremo Tribunal Federal, em Medida Cautelar na ADI nºs 408, sendo Relator o ilustre Ministro Sydney Sanches, julgada em 6-12-90, com acórdão publicado em 20-4-95, externou entendimento no sentido da criação de funções gratificadas por meio de Resolução:

“Ação direta de inconstitucionalidade da resolução administrativa nº 7, de 30-10-1990, do tribunal de justiça do Distrito federal e territórios, que Acrescentou à lotação de seus Gabinetes quinze (15) encargos de Representação. Alegação de ofensa ao Art. 48, inciso x, da constituição federal, que atribui ao congresso nacional, com a sanção do presidente da república, o poder de dispor sobre criação, Transformação de cargos, empregos e Funções publicas. Inadmitida, a um Primeiro exame, a relevância dos Fundamentos jurídicos da ação, por não se tratar, aparentemente, de cargos, Empregos ou funções publicas, e, Considerado o risco de prejuízo a Administração judiciária, com eventual Suspensão da resolução impugnada, é de Se negar a medida cautelar pleiteada “

O Excelso Pretório, por sua vez, editou o Ato Regulamentar nºs 26/92, sinalizando para os demais Tribunais do país que era possível a criação de tais funções gratificadas por meio de atos internos. Assim, a prática foi adotada por outros Tribunais do país.

No entanto, a Suprema Corte foi instada a se manifestar novamente sobre a matéria e decidiu alterar o entendimento inicial, como se infere da Medida Cautelar na ADI nº 1732/ES, sendo Relator o nobre Ministro Néri da Silveira:

“**Ementa:** – Ação direta de inconstitucionalidade. 2. Resoluções nº 26, de 22-12-1994; 15, de 23-10-1997, e 16, de 30-10-1997, do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, havendo a primeira criado gratificação de representação correspondente a 40% do valor global atribuído a diversos cargos da estrutura organizacional do Tribunal, e as demais incluído, entre os beneficiários da gratificação de representação, outros cargos do Tribunal 3. Alegação de ofensa a funções privativas dos Poderes Legislativo e Executivo. Necessidade de lei em sentido formal para a criação de vantagens pecuniárias para os servidores do Poder Judiciário. 4. Impossível confundir a iniciativa de lei conferida pela Constituição aos Tribunais mencionados no art. 96, II, com a competência para fixar vencimentos e vantagens a seus servidores sem lei formal A Constituição não assegura aos Tribunais fixar, sem lei, vencimentos ou vantagens a seus membros ou servidores. 5. Medida cautelar deferida para suspender, **ex nunc**, até o julgamento final da ação, a eficácia das Resoluções nºs. 26, de 22-12-1994; 15, de 23-10-1997, e 16, de 30-12-1997, todas do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.”

Foi assim, com base na jurisprudência do STF, que o Tribunal de Contas da União passou, então, a questionar a legalidade da criação e transformação das funções gratificadas por Resoluções.

Todavia, várias situações se encontravam estabelecidas e extingui-las, simplesmente, seria uma solução juridicamente fácil, mas extremamente danosa aos interesses da Administração, podendo mesmo inviabilizar a atividade dos Tribunais envolvidos. Mas, a solução encontrada – e que contou com a própria compreensão do Tribunal de Contas da União – foi a de ratificar esses atos de criação e transformação de funções gratificadas por meio de lei, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República, até porque restava inequívoca a constatação de que a situação de insegurança jurídica inicial justificava plenamente o agir administrativo levado a efeito anteriormente por vários Tribunais.

Por assim ver, o exame dos Projetos de Leis que resultarão em norma jurídica adequada se impõe a fim de solucionar uma situação fática consolidada, mas carente de lei que a ampare.

Os Projetos de Lei

O Tribunal Superior do Trabalho enviou ao Congresso Nacional em 2002 e 2003 propostas de criação de cargos de provimento efetivo e criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional da 8ª Região.

O PL nº 6.600/2002 prevê a criação de 2 (dois) cargos de Analista Judiciário e o PL nº 2.170/2003 prevê a criação de 18 (dezoito) FC-6, 104 (cento e quatro) FC-5 e 80 (oitenta) FC-4.

O TST justifica suas propostas. A criação dos cargos através no PL nº 6.600/2002 se presta para a Carreira Judiciária a que se refere à Lei nº 9.421/96, de nível superior, e de provimento em caráter efetivo por meio de concurso público, sendo que um dos cargos destina-se a regularização do emprego de Engenheiro, vinculado à Tabela Permanente já extinta no âmbito da aludida Cone, que não possui em seu Quadro de Pessoal cargo efetivo idêntico, legitimamente criado, para cumprir determinação do Tribunal de Contas da União nos autos do Processo TC nº 010.010/1997-1.

A necessidade da criação do segundo cargo de Analista Judiciário vinculado à área de Especialidade de Psicólogo foi justificada pelo Serviço de Recursos Humanos do Tribunal em função dos problemas psicológicos e de relacionamento interpessoal com servidores, havendo necessidade permanente de um profissional especializado nessa área, para acompanhar e dar tratamento adequado a essas questões, que prejudicam sobremaneira o ambiente de trabalho, influenciando negativamente no desempenho das equipes.

A necessidade de criação das 202 (duzentas e duas) funções comissionadas propostas pelo PL nº 2.170/2003 é justificada pelo Tribunal em função da Decisão nº 219/2002, do Tribunal de Contas da União, que entendeu prejudicada, por nulidade absoluta, a criação, por meio de Resoluções Administrativas, dessas funções comissionadas no Quadro de Pessoal do TRT da 8ª Região. Aliás, o TRT interpôs pedido de reexame contra a citada decisão, que se encontra em tramitação naquela Corte de Contas.

A ANÁLISE DA COMISSÃO TÉCNICA

O Tribunal alega que a criação dessas funções não gera impacto na despesa de pessoal, uma vez que a posição orçamentária do Tribunal tem os valores já incluídos.

Em razão da similitude de jurisdição e com o fim de estabelecer parâmetros de análise, a Comissão Técnica optou por comparar o TRT 8ª Região – Pará/Amapá com os Tribunais Regionais do Trabalho de Pernambuco – 6ª Região, de Santa Catarina – 12ª Região, do

Espírito Santo – 17ª Região e de Goiás – 18ª Região. Os dados têm como referência a estatística oficial publicada na página da Internet do Tribunal Superior do Trabalho – TST e o estudo “Justiça em Números”, do Supremo Tribunal Federal, ano base 2003, demonstrando que o TRT da 8ª Região tem carga de trabalho próxima à média nacional, mas com número elevado de casos novos no 1º grau, sem, contudo, apresentar taxa de congestionamento e recorribilidade interna elevadas no 1º grau, o que pode ser um indicativo de desempenho melhor no grupo analisado.

Quanto à questão orçamentária, a análise da Receita Corrente Líquida (PLOA-2006) demonstra que a Justiça do Trabalho possui margem de crescimento de mais de 5 (cinco) bilhões de reais na dotação de pessoal, considerado o limite prudencial estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal. A Comissão Técnica destacou que o impacto com a criação dos 202 (duzentas e duas) funções comissionadas, para regularizar situação pré-existente, apesar de gerar impacto na folha de pagamento, já estava incluída no orçamento do Tribunal, até porque, a Comissão verificou que a previsão no Anexo V do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2006 não faz precogitação específica aos Projetos de Lei em questão, citando apenas o limite orçamentário de R\$44.535.975,00, destinados ao provimento de até 2.086 cargos e funções vagos, criados ou transformados, no âmbito da Justiça do Trabalho.

Destarte, quanto ao mérito, acompanhando o Parecer da douta Comissão Técnica, voto no sentido da aprovação dos Projetos de Lei nºs 6.600/02 e 2.170/2003 pelo Conselho Nacional de Justiça.

Sala das Sessões, 14 de fevereiro de 2006. – **Oscar Argollo**, Conselheiro Relator.

Ofício nº 167/SG

Brasília, 16 de fevereiro de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Desembargador do Trabalho Luiz Albano Mendonça de Lima
Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região

Referência: Pedido de Providências nº 116/2005.

Requerente: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.

Requerido: Conselho Nacional de Justiça

Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente,

De ordem do Excelentíssimo Ministro Nelson Jobim, informo a Vossa Excelência que foi julgado na 13ª Sessão Ordinária do Conselho Nacional de Justiça, realizada no dia 14 de fevereiro de 2006, o Pedido

de Providências nº 116/2005, conforme certidão de julgamento em anexo.

Esclareço-lhe que, nos termos do disposto no art. 21 do Regimento Interno, desta decisão do Plenário do Conselho não cabe mais qualquer recurso, salvo pedido de esclarecimentos para sanar eventuais vícios de obscuridade, contradição ou omissão na decisão.

Atenciosamente, **Alexandre de Azevedo Silva**, Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– O expediente lido, juntado ao processado do **Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2005**, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A Presidência determina a republicação dos avulsos do referido projeto, a fim de constar o expediente do Conselho Nacional de Justiça.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pela Sra. 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Shlessarenko.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 217, DE 2006

Requeiro, nos termos do Art. 71, Inciso VII, da Constituição Federal, combinado com o Art. 216, Inciso I, do Regimento Interno, informações ao Tribunal de Contas da União referente à existência de procedimentos de fiscalização, auditorias ou inspeções realizadas em relação aos gastos do Ministério das Relações Exteriores com a manutenção de representações brasileiras no Exterior no período de 1994 a 2002.

Justificação

O presente requerimento tem por objetivo obter informações, junto ao Tribunal de Contas da União, sobre a existência de algum tipo de procedimento de fiscalização, auditoria ou inspeção realizada entre os anos de 1994 e 2002 referentes aos gastos do Ministério das Relações Exteriores com a manutenção de embaixadas do Brasil no Exterior.

Com base nestas informações poderemos dirimir dúvidas surgidas quanto aos gastos atuais do Ministério, a fim de possibilitar a esta casa saber se em anos anteriores os gastos também foram investigados, se já houve suspeitas sobre o montante destes gastos, desta forma comparar com a situação atual e descobrir se os gastos atuais são excessivos ou estão de acordo com o que já vinha sendo realizado em anos anteriores, uma vez que é o único Ministério que não tem suas contas detalhadas no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

Sala das Sessões, 2 de março de 2006. – **Serys Shlessarenko**, Senadora da República.

REQUERIMENTO Nº 218, DE 2006

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, para que este providencie e encaminhe, as seguintes informações:

1. Qual o montante dos gastos realizados por este Ministério com a manutenção de Embaixadas do Brasil no Exterior no período de 1995 a 2002?
2. Quanto destes recursos foi destinado a reformas?

Justificação

O presente requerimento tem por objetivo obter informações, junto ao Ministério das Relações Exteriores, sobre os gastos deste Ministério entre os anos de 1995 e 2002, destinado para a manutenção de embaixadas do Brasil no Exterior, gastos principalmente com reformas de residências e embaixadas.

Com base nestas informações poderemos dirimir dúvidas surgidas quanto aos gastos atuais do Ministério, a fim de possibilitar a esta casa saber se em anos anteriores os gastos também foram vultosos ou se está havendo aumento considerável nestes gastos nos últimos anos.

Esta solicitação torna-se necessária por conta de que se trata do único Ministério que não tem suas contas detalhadas no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

Sala das Sessões 2 de Março de 2006. **Serys Slhessarenko**, Senadora da República.

REQUERIMENTO Nº 219, DE 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro sejam prestadas pelo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Antonio Palocci Filho, informações sobre fraudes perpetradas por empresas localizadas em áreas de livre comércio de importação e exportação na Região Norte, conforme denúncia do Correio Brasiliense, consubstanciada na Nota Informativa da Consultoria Legislativa do Senado em anexo, e quais as providências adotadas pelo Governo Federal no intuito de otimização da fiscalização tributária nas áreas de livre comércio da Região Norte.

Sala das Sessões, 2 de março de 2006. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

REQUERIMENTO Nº 220, DE 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro sejam prestadas pelo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Dr. Luiz Fernando Furlan, informações sobre fraudes perpetradas por empresas localizadas em áreas de livre comércio de importação e exportação na Região Norte, conforme denúncia do Correio Brasiliense, consubstanciada na Nota Informativa da Consultoria Legislativa do Senado em anexo, e quais as providências adotadas pelo Governo Federal no intuito de otimização da fiscalização tributária nas áreas de livre comércio da Região Norte.

Sala das Sessões, 2 de março de 2006. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

NOTA INFORMATIVA Nº 87, DE 2006

Referente à STC nº 200600635, do Senador Mozarildo Cavalcanti, para que se analise reportagem versando sobre possíveis fraudes praticadas por empresas instaladas na Zona Franca de Manaus e em Áreas de Livre Comércio da Região Norte.

Introdução

O Senhor Senador Mozarildo Cavalcanti solicita à Consultoria Legislativa exame de matérias veiculadas no Correio Braziliense nos dias 25 e 26 de janeiro do ano em curso, em que é apontada suposta fraude perpetrada por empresas localizadas em áreas de livre comércio de importação e exportação, sob regime fiscal especial, da Região Norte, principalmente na Zona Franca de Manaus.

Análise

As reportagens publicadas no referido jornal informam haver dois inquéritos da Polícia Federal, tramitando há dois anos em segredo de justiça, investigando crimes de desvio de mercadorias, falsificação de documentos públicos, superfaturamento de preços e corrupção supostamente praticados na Zona Franca de Manaus e em outras oito Áreas de Livre Comércio (ALCs) implantadas nos Estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amapá e Amazonas.

As condutas investigadas visariam à sonegação de impostos, havendo estimativas da Polícia e Receita Federais de que aproximadamente dois bilhões de reais em tributos deixaram de ser pagos aos Estados e à União. Os suspeitos pelas práticas relatadas seriam comerciantes, atacadistas, transportadores e industriais com sede nas ALCs, bem como algumas

indústrias de São Paulo, do Rio de Janeiro e de outros Estados do Centro-Sul.

A prática ilícita mais comum consistiria no desvio de mercadorias destinadas às áreas de livre comércio, vendidas em outras localidades, após receberem a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e de Circulação de Mercadorias (ICMS) cobrado na origem. Em alguns casos, as mercadorias nem chegariam a sair dos Estados produtores, havendo apenas o envio das respectivas notas fiscais ao destino, para a certificação de servidores públicos participantes do esquema.

Ademais, existiriam casos de indústrias localizadas na Zona Franca de Manaus, que, para a fabricação de seus produtos, comprariam componentes de suas matrizes sediadas em Estados da Região Sudeste por preços bem acima dos cobrados no mercado. Dessa forma, inflariam os lucros da matriz, que se creditaria do crédito de ICMS, transferindo o prejuízo para a filial.

Finalmente, esclarece o periódico que as condutas praticadas – principalmente o desvio de mercadorias -, além dos prejuízos fiscais, geram concorrência desleal entre os empresários sediados nas ALCs e aqueles não beneficiados pelas isenções fiscais, resultando na falência de considerável número de comerciantes.

A Zona Franca de Manaus – criada pela Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957¹, e com existência assegurada até o ano 2013, conforme dispõe o art. 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias é uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar, no interior da Amazônia, um pólo industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância a que se encontram os centros consumidores de seus produtos.

O mesmo objetivo levou o legislador a estabelecer outras áreas de livre comércio (ALCs), inclusive as mencionadas na reportagem, localizadas nos Estados do Amazonas, Rondônia, Roraima, Amapá e Acre, que foram criadas, respectivamente, pelas Leis nºs 7.965, de 22 de dezembro de 1989; 8.210, de 19 de julho de 1991; 8.256, de 25 de novembro de 1991; 8.387, de 30 de dezembro de 1991; e 8.857, de 8 de março de 1994.

A importância da Zona Franca de Manaus e das ALCs para o desenvolvimento da Região Norte é indiscutível, pois, entre outros benefícios, incrementa a indústria e o comércio locais, atrai capital e tecnologia externa, aumenta a oferta de emprego e a necessidade de especialização da mão-de-obra e diminui o êxodo populacional para outras regiões do país.

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), entidade autárquica federal, bem como a Receita e Polícia Federais são responsáveis pela fiscalização das áreas de livre comércio. Contudo, a extensão das regiões a serem fiscalizadas e controladas, aliada ao quantitativo reduzido de pessoal desses órgãos, torna o controle das operações beneficiadas por incentivos fiscais difícil e passível de falhas.

O problema identificado na matéria veiculada no **Correio Braziliense**, portanto, não decorreria apenas da natureza e da extensão dos benefícios deferidos às áreas de livre comércio da Região Norte, mas especialmente à má-fé de empresários inescrupulosos, que se aproveitam de uma fiscalização deficiente para se locupletar às custas dos erários federal e estadual.

Por sua vez, caso seja confirmada a prática de conduta fraudulenta pelos empresários suspeitos, poderão eles ser condenados como incurso nas penas dos arts. 1º e 2º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990², bem como em outras previstas no Código Penal e na legislação penal extravagante.

É de assinalar que dados o número e a diversidade das operações relativas à implementação dos incentivos, faz-se necessária uma fiscalização rigorosa e de caráter permanente. Tal providência, entretanto, depende da existência de condições de que, infelizmente, as administrações tributárias não dispõem a contento.

Conclusão

Diante do exposto acima, considerando as informações contidas nas reportagens encaminhadas a esta Consultoria Legislativa, acreditamos haver indícios de fraudes perpetradas contra os Fiscos Federal e Estadual. Os supostos ilícitos demonstram uma deficiência da fiscalização tributária em relação às operações realizadas na Zona Franca de Manaus e nas ALC, sobretudo em função da falta de estrutura física e de pessoal.

Todavia, para que sejam confirmadas as notícias ora analisadas, com apoio no art. 50, § 2º, da Constituição da República, c/c o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sugere-se o encaminhamento de requerimento de informações aos Senhores Ministros de Estado da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a fim de que sejam esclarecidos os fatos relatados e informadas eventuais providências adotadas pelo governo federal visando à otimização da fiscalização tributária nas áreas de livre comércio da Região Norte.

² Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo.

¹ Alterada pelo Decreto-Lei nº 288, de fevereiro de 1967.

Colocamo-nos, por fim, à disposição do Senhor Senador para outros esclarecimentos e solicitações que julgar necessários.

Consultoria Legislativa, 24 de fevereiro de 2006.

– **Raphael Borges Leal de Souza**, Consultor Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, parecer que será lido pela Sra. 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 187, DE 2006

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 6, de 2004 (nº 70/2004, na origem), do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Presidente do Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Mandado de Segurança nº 24.405-4 – Distrito Federal e demais peças necessárias.

Relator: Senador **Pedro Simon**

Relator *ad hoc*: Senador **Aloízio Mercadante**

I – Relatório

Vem ao exame desta Comissão o Ofício “S” nº 6, de 2004 (Ofício nº 70-P/MC, na origem), mediante o qual o Excelentíssimo Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim, encaminha, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal, peças referentes à decisão daquela Suprema Corte nos autos do Mandado de Segurança nº 24.405-4-DF, no qual declarou-se a inconstitucionalidade da expressão constante do § 1º do art. 55 da Lei Orgânica do Tribunal de Constas da União nº 8.443, de 16 de julho de 1992, “manter ou não o sigilo quanto ao objeto, e à autoria da denúncia”, e do contido no disposto no Regimento Interno do TCU, que, quanto à autoria da denúncia, estabelece a manutenção do sigilo.

É o seguinte o teor do mencionado dispositivo onde se situa a expressão declarada inconstitucional:

Art. 55.

§ 1º Ao decidir, caberá ao Tribunal manter ou não o sigilo quanto ao objeto e à autoria da denúncia.

A decisão a que se refere a norma incriminada diz respeito ao julgamento das irregularidades ou ilegalidades levadas ao conhecimento do TCU, às quais aquela Corte deve dar tratamento sigiloso enquanto não houver decisão definitiva sobre a matéria.

Trata-se o feito, que concluiu pela inconstitucionalidade dessa expressão, conforme o Relator do processo, Ministro Carlos Veloso, de mandado de segurança com fundamento no art. 102, I, **d** da Constituição Federal, impetrada por Euclides Duncan Janot de Matos, contra ato do Presidente do TCU que, mediane despacho exarado no Processo TC-002369/2001-8, negou, com fulcro no preceito legal mencionado, pedido de fornecimento da identificação completa do seu denunciante.

Sustentava, em síntese, o impetrante que a negativa de fornecimento da identificação pretendida da pessoa do seu denunciante, cuja denúncia não foi comprovada por aquela Corte de Contas, impede-o de buscar a reparação dos danos dela decorrentes, e, com isso, restariam malferidos os incisos V, X, do art. 5º da Constituição da República, que autoriza a prestação da tutela jurisdicional na forma de indenização por dano material e moral originados de violação dos direitos fundamentais de intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como o inciso XXXV que trata da indeclinabilidade da pretensão jurisdicional.

Igualmente restariam postergados com a decisão denegatória do pedido pelo TCU, segundo o impetrante, os incisos IV e XXXIII do art. 5º da Constituição, relativos, respectivamente, à vedação do anonimato e ao direito universal de obtenção de informações dos órgãos públicos, com a única ressalva do sigilo imprescindível à segurança social e estatal, que não poderia ser invocada, no caso.

Em sessão plenária do Supremo Tribunal Federal, do dia 3-12-2003, vencido o Ministro Carlos Britto, o Mandado de Segurança foi deferido e a expressão “manter ou não o sigilo quanto ao objeto e à autoria da denúncia”, constante do art. 55, § 1º da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, foi julgada ofensiva ao art. 5º incisos V, X, XXXIII e XXXV, da Constituição da República, e bem assim o disposto no Regimento Interno do TCU, que estabeleceu que, quanto à autoria da

denúncia, seja mantido o sigilo, e, em conseqüência, uma e outra declaradas inconstitucionais.

O Ministério Público Federal, todavia, manifestou-se pela denegação da segurança, em parecer emitido pela Subprocuradora-Geral da República, Helenita Caiado Acioli e aprovado pelo Procurador-Geral, Geraldo Brindeiro, assim ementado:

Mandado de Segurança. Pedido de Identificação Completa do Denunciante no Processo TC-002.369/2001-8. Preservação da Identidade do Denunciante. Garantia do Sigilo da Autoria da Denúncia Formulada no TCU. Inexistência de Irregularidades nos Procedimentos Adotados pela Corte de Contas.

Parecer pela denegação da ordem.

O acórdão transitou em julgado em 30-4-2004 e foi encaminhado ao Senado Federal, por ofício datado de 13 de maio de 2004, acompanhado das cópias das notas taquigráficas do julgamento, do parecer do Ministério Público – e do texto legal contendo a expressão questionada – Lei nº 8.443/92.

Remetida a esta CCJ, na forma do art. 101, III do Regimento Interno do Senado Federal, aguarda decisão em caráter terminativo.

II – Análise

Nos termos do inciso X do art. 52 da Constituição Federal, compete ao Senado Federal, privativamente, suspender a execução, no todo OU em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

Ainda segundo o art. 97 da mesma Constituição, somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público.

De seu turno, estabelece o Regimento Interno desta Casa, em seu art. 101, inciso III, que a esta Comissão compete propor, por projeto de resolução, a suspensão, no todo ou em parte, de leis declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (CF, art. 52, X), prescrevendo, ainda, no art. 387, que o projeto deve ser instruído com o texto da lei cuja execução se deva suspender do acórdão do Supremo Tribunal Federal, do parecer do Procurador-Geral da República e da versão do registro taquigráfico do julgamento.

Pelo que se extrai dos autos, a decisão encaminhada já transitou em julgado, cabendo ainda adu-

zir, quanto ao requisito do apontado art. 97 da Lei Fundamental, que, o comentado aresto, segundo a correspondente ata, foi chancelado pela maioria dos membros do Supremo Tribunal Federal, vencido apenas o Ministro Carlos Britto.

Relativamente aos requisitos regimentais acima referidos, tampouco existem reparos a consignar, dado o seu inteiro atendimento nas várias peças que integram o processado.

Finalmente, à luz dos autos, consideramos oportuno e conveniente a retirada do ordenamento jurídico da expressão constante dos textos normativos aqui referidos, declarada incidentalmente inconstitucional pelo STF, conferindo-se; em conseqüência, efeito **erga omnes** à decisão do Excelso Pretório prolatada nos autos do Mandado de Segurança nº 24.405-4 – Distrito Federal.

III – Voto

Ante o exposto, e com fulcro nos arts. 101, III e 388 do diploma regimental desta Casa, nosso voto é pela propositura do seguinte Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22, DE 2006

Suspende a execução da expressão “manter ou não o sigilo quanto ao objeto e à autoria da denúncia”, constante do § 1º do art. 55 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e do contido no disposto no Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, que, quanto á autoria da denúncia, estabelece a manutenção do sigilo.

O Senado Federal, no uso da competência que lhe confere o art. 52, X, da Constituição Federal, e, considerando o decidido pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do Mandado de Segurança nº 24.405-4 – Distrito Federal, resolve:

Art. 1º Fica suspensa a execução da expressão “manter ou não o sigilo quanto ao objeto e á autoria da denúncia” constante do § 1º do art. 55 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 e do contido no disposto no Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, quanto à manutenção do sigilo em relação á autoria de denúncia.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 18 de janeiro de 2006.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: 20 Nº 2 DE 2004

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 11/1/05, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: <i>[assinatura]</i>	
RELATOR: <i>[assinatura]</i> DE N.º <i>[assinatura]</i> PARECERANTE	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES <i>(Presidente)</i>	1-ROMEU TUMA
CÉSAR BORGES	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE <i>[assinatura]</i>	5-RODOLPHO TOURINHO <i>[assinatura]</i>
JOÃO BATISTA MOTTA	6- TASSO JEREISSATI
ALVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA <i>[assinatura]</i>	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR ⁽¹⁾
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB,⁽²⁾ PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE <i>[assinatura]</i>	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLICY <i>[assinatura]</i>	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA <i>[assinatura]</i>	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA <i>[assinatura]</i>	4- PATRÍCIA SABOYAGOMES
IDELI SALVATTI <i>[assinatura]</i>	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>[assinatura]</i>	6-MOZARILDO CAVALCANTI <i>[assinatura]</i>
SERYS SLHESARENKO <i>[assinatura]</i>	7-MARCELO CRIVELLA ⁽³⁾ <i>[assinatura]</i>
PMDB	
RAMEZ TEBET <i>[assinatura]</i>	1-LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA <i>[assinatura]</i>	2-GILVAM BORGES
JOSÉ MARANHÃO <i>[assinatura]</i>	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCÁ <i>[assinatura]</i>	4- ALMEIDA LIMA
AMIR LANDO <i>[assinatura]</i>	5-LEOMAR QUINTANILHA ⁽⁴⁾
PEDRO SIMON <i>[assinatura]</i>	6-GARIBALDI ALVES FILHO <i>[assinatura]</i>
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 15/12/2005.

(1) O Senador Geraldo Mesquita Júnior deixou de integrar o P-SOL em 26/10/2005 (Vaga cedida pelo PSDB).

(2) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(3) O Senador Marcelo Crivella filiou-se ao PMR em 28/09/2005.

(4) O Senador Leomar Quintanilha filiou-se ao PC do B em 03/10/2005 (Vaga cedida pelo PMDB).

PROPOSIÇÃO: OFS Nº 6, DE 2004

... DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES					1 - ROMEL TUMA				
CÉSAR BORGES					2 - MARIA DO CARMO ALVES				
DEMÓSTENES TORRES	X				3 - JOSÉ AGRIPINO				
EDISON LOBÃO	X				4 - JORGE BORNHAUSEN				
JOSÉ JORGE	X				5 - RODOLPHO TOURINHO	X			
JOÃO BATISTA MOTTA					6 - TASSO JEREISSATI				
ALVARO DIAS					7 - EDUARDO AZEREDO				
ARTHUR VIRGÍLIO					8 - LEONEL PAVAN				
JUVENCIO DA FONSECA	X				9 - GERALDO MESQUITA JUNIOR (1)				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (2), PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (2), PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOIZIO MERCADANTE	X				1 - DELCÍDIO AMARAL				
EDUARDO SUPLYCI	X				2 - PAULO PAIM				
FERNANDO BEZERRA					3 - SÉRGIO ZAMBIASI				
MAGNO MALTA	X				4 - PATRÍCIA SABOYA GOMES				
IDELI SALVATTI					5 - SIBÁ MACHADO				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				6 - MOZARILDO CAVALCANTI	X			
SERYS SLHESARENKO	X				7 - MARCELO CRIVELLA (PMR)	X			
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAMEZ TEBET					1 - LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA					2 - GILVAM BORGES				
JOSÉ MARANHÃO	X				3 - SÉRGIO CABRAL				
ROMERO JUCA	X				4 - ALMEIDA LIMA				
AMIR LANDO	X				5 - LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)				
PEDRO SIMON					6 - GARIBALDI ALVES FILHO	X			
TITULAR - PDT					SUPLENTE - PDT				
JEFFERSON PERES					1 - OSMAR DIAS				

TOTAL: 17 SIM: 16 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 18 101 / 2006

Antônio Carlos Magalhães
Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)

UACCI/2005/Reuniao/Votacao nominal.doc (atualizado em 15/12/2005)

(1) O Senador Geraldo Mesquita Júnior deixou de integrar o P-SOL em 26/10/2005 (Vaga cedida pelo PSDB).

(2) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASILTÍTULO II
Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I

Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V – é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XXXIII – todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado; (Regulamento)

XXXV – a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

Art. 97. Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I – processar e julgar, originariamente:

d) o **habeas-corpus**, sendo paciente qualquer das pessoas referidas nas alíneas anteriores; o mandado de segurança e o “habeas-data” contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República e do próprio Supremo Tribunal Federal;

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pela Sra. 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

Ofício nº 5/2006-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 18 de janeiro de 2006

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada em 18 de janeiro de 2006, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação dos Projetos de Resolução oferecidos como conclusão dos Pareceres da CCJ aos Ofícios “S” nºs: 49(1999; 50/1999; 52/1999; 6/2004; e 32/2004.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – A Presidência comunica a abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Resolução nº 22, de 2006**, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Lei do Senado nº 398, de 2003**, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que *altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral*,

para permitir o voto, ao eleitor que se encontra no exterior, nas eleições para governador, vice-governador e senador;

- **Projeto de Lei do Senado nº 420, de 2003**, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera o art. 15 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências;
- **Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2004**, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da oferta da Língua Brasileira de Sinais – Libras – em todas as etapas e modalidades da educação básica;
- **Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2004**, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que modifica o art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para assegurar a gratuidade dos serviços de informação sobre os produtos e serviços fornecidos;
- **Projeto de Lei do Senado nº 347, de 2005**, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que institui o dia 4 de outubro como o “Dia Nacional do Agente Comunitário de Saúde”; e
- **Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2005**, de autoria do Senador José Jorge, que institui o Dia Nacional de Prevenção da Catapora ou Varicela.

Tendo sido aprovados terminativamente pelas Comissões competentes, os **Projetos nºs 398 e 420, de 2003; 180 e 219, de 2004; 347 e 352, de 2005**, vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas perante a Mesa, às seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2004** (nº 708/2003, na Casa de origem), que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista (altera a área de atuação de jornalistas e dispõe sobre suas funções);

- **Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005** (nº 841/99, na Casa de origem), que dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2005** (nº 5.128/2001, na Casa de origem), que denomina “Aeroporto de Uberaba/MG – Mário de Almeida Franco” o aeroporto da cidade de Uberaba, no Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2005** (nº 4.110/2001, na Casa de origem), que denomina “Aeroporto de Vitória – Eurico de Aguiar Salles” o aeroporto da cidade de Vitória – ES; e
- **Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2005**, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que prorroga até o exercício fiscal de 2016, inclusive, o prazo de que trata o disposto no art. 1º da Lei nº 8.685, de 1993, que cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual e dá outras providências.

Aos projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Sobre a mesa, ofício que será lido pela Sra. 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

Ofício nº 7, de 2006-CN (Nº 92-MCT/2006, do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, na origem), que encaminha ao Senado Federal o Relatório Anual de Avaliação da Utilização dos Incentivos Fiscais da Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993, exercício 2005.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– O ofício que acaba de ser lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pela ordem.) – Solicito a minha inscrição, Sr. Presidente Romeu Tuma, para comunicação de Liderança, pela Bancada do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– V. Exª está inscrito em primeiro lugar para uma comunicação urgente.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy por 15 minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, Senadora Serys Slhessarenko, prezados Senadores, em abril do ano passado, por ocasião do seu comparecimento à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, quando expôs as diretrizes de política econômica, perguntei ao Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, o que achava de tornar inteiramente transparentes as reuniões do Comitê de Política Monetária, o Copom, com transmissão ao vivo, seja pela Radiobrás, seja por outra emissora – a TV Senado poderia até ser uma alternativa –, ou 24 horas após. Seria a maneira de as pessoas conhecerem melhor como cada um dos nove diretores do Banco Central que fazem parte daquele Conselho desenvolve o seu raciocínio e defende os seus pontos de vista.

Atualmente, o Copom divulga a ata de suas reuniões na quinta-feira seguinte à sua conclusão – portanto, oito dias depois. As reuniões ocorrem na terça-feira ou na quarta-feira e, na quinta-feira da outra semana, é divulgada a ata do Copom.

Entretanto, ao lermos as atas com atenção, observamos que se procurou mostrar um ponto de vista relativamente homogêneo de seus participantes no que diz respeito à análise dos efeitos que cada um dos instrumentos de política econômica, sobretudo daqueles que são da responsabilidade das autoridades monetárias, têm sobre as variáveis econômicas, especialmente os níveis de produção, renda, investimento, empregos, juros, distribuição e outros.

Há ocasiões em que a ata registra que, digamos, por seis votos a três, o Copom decidiu diminuir, manter ou elevar a taxa básica de juros denominada Selic. Não se registra, todavia, quais os argumentos que foram apresentados pelos que recomendaram que fosse, por exemplo, mais forte a queda da taxa de juros. O mais comum é que se informe que a decisão foi tomada por unanimidade.

Passo a ler o item 19 da última ata, de 17 e 18 de janeiro de 2006, referente às decisões tomadas na 116ª reunião:

O Copom decidiu, por unanimidade, dar prosseguimento ao processo de ajuste da taxa de juros básica e reduzir a meta da taxa Selic para 17,25% ao ano, sem viés. Tendo em vista as incertezas que cercam os mecanismos de transmissão da política monetária e os riscos associados aos cenários traçados em cada momento, o Comitê avalia que será necessário acom-

panhar atentamente a evolução do cenário prospectivo para a inflação até a sua próxima reunião, para, então, definir os próximos passos na sua estratégia de política monetária.

Ao final da reunião, foi registrado que o Comitê voltaria a se reunir no dia 7 de março de 2006, na próxima terça-feira, para as apresentações técnicas, e no dia seguinte, quarta-feira, para a deliberação sobre a política monetária, conforme estabelecido pelo Comunicado nº 13.821, de 31 de outubro de 2005.

Naquela ocasião, abril do ano passado, o Ministro Antonio Palocci, perante a CAE, avaliou que não seria adequada a transmissão completa da reunião do Copom, mas sugeriu que a Comissão de Assuntos Econômicos convidasse seus membros para ali exporem seus pensamentos. Considerei boa a idéia e logo apresentei o requerimento para que pudéssemos ouvir o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e todos os demais membros do Copom numa única reunião, esta com transmissão pela TV Senado, como costuma ocorrer com as nossas reuniões regulares.

Pois bem, aprovado o requerimento, ainda não houve a reunião com o comparecimento dos diretores do Copom na nossa Comissão de Assuntos Econômicos.

O Presidente da CAE, Senador Luiz Otávio, incumbiu-me de conversar com o Presidente Henrique Meirelles para marcá-la o quanto antes, se possível em março. Hoje pela manhã, liguei duas vezes ao Presidente Henrique Meirelles e estou aguardando a sua comunicação para marcar o dia, uma vez que estou incumbido pelo Presidente da CAE, repito, de ver em qual terça-feira, dia de reunião regular da CAE, comparecerão os nove membros do Copom a fim de dialogar conosco, Senadores, sobre como eles afinal raciocinam e decidem com relação ao nível de taxa de juros.

O que será importante perguntar, ainda mais à luz dos resultados do crescimento do PIB de apenas 2,3%, e do PIB **per capita** de apenas 0,8%, em 2005, é se nenhum dos membros do Copom tem apresentado argumentos suficientemente convincentes para os demais de que um decréscimo mais rápido da taxa de juros básica será consistente com os objetivos tanto de estabilidade de preços quanto de maior crescimento da economia, da renda e do emprego.

Quando de sua última exposição perante a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, realizada em fevereiro último, o Presidente Henrique Meirelles ressaltou a importância de o Banco Central estar envidando esforços para se fazerem cumprir as metas de inflação, as quais vêm sendo razoavelmente alcançadas. A inflação, medida como

a variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA, foi de 5,69% em 2005, registrando queda pelo terceiro ano consecutivo e sendo a menor variação registrada desde a introdução do regime de metas no País.

É claro que a estabilidade de preços é um objetivo importante e saudável. Possibilita um ambiente positivo para que a economia cresça de forma organizada e evita o processo de concentração de riqueza decorrente do processo de crescimento dos preços, que normalmente acaba beneficiando muito mais os ricos do que os pobres. Mas é necessário perguntar como seria possível compatibilizar a estabilidade de preços com maior crescimento da economia. Em que medida a queda mais acentuada da taxa de juros poderia estar proporcionando o maior estímulo aos investimentos, maior crescimento da capacidade produtiva, maior demanda por empregos produtivos e, conseqüentemente, maior crescimento da economia de maneira mais compatível com a potencialidade da economia brasileira?

Ademais, a diminuição mais acelerada da taxa de juros básica poderá contribuir para um certo desestímulo ao ingresso de capitais de natureza especulativa e, conseqüentemente, para que a taxa de câmbio, ou o real, não se valorize tanto como nos últimos meses e ao longo do ano. Dessa forma, estaríamos contribuindo para um outro objetivo importante, que é o de estimularmos mais as exportações, nem tanto as importações, com efeitos positivos para o crescimento da produção e do emprego.

Ressalto que, muito embora tenha havido um crescimento significativo das exportações, que atingiram um recorde ao longo de 2005, a política de juros altos tem tido efeitos no sentido de dificultar as exportações. Com o imenso diferencial de juros entre o Brasil e o resto do mundo, as aplicações em reais tornaram-se excepcionalmente atraentes, o que motivou o ingresso de capital do exterior. Essa entrada de capitais tem contribuído para a apreciação do real, o que tem um lado positivo, pois acelera a queda da inflação, mas diminui, por outro lado, o crescimento da economia e solapa aos poucos o ajustamento das contas externas, um dos grandes resultados da economia brasileira desde 2002.

Os dados do IBGE mostram a gradual desaceleração das exportações em 2005, fato que se deve provavelmente aos efeitos da valorização do real sobre a rentabilidade e a competitividade de produtos e serviços brasileiros. A taxa de crescimento do volume das exportações de bens e serviços (em comparação com igual trimestre do ano anterior) caiu de 16,2% no quarto trimestre de 2004 para 13,6% no primeiro tri-

mestre de 2005, 12,9% no segundo trimestre, 12,3% no terceiro e 8,1% no quarto trimestre de 2005.

Com a persistência e o agravamento do problema da sobrevalorização do real, neste início de 2006, essa desaceleração das exportações deve prosseguir. Ao mesmo tempo, aumenta o incentivo a importar e a realizar outros gastos no exterior. A apreciação cambial prejudica o crescimento por dois lados, portanto: reduz a demanda externa por produção brasileira e transfere demanda interna de bens e serviços nacionais para bens e serviços do exterior.

Há um outro aspecto importante. O Copom tem a responsabilidade de pensar sobre um importante objetivo expresso tanto na Constituição brasileira, mas também e reiteradas vezes pelo Presidente Lula: o de contribuir para melhorar a distribuição da riqueza e da renda.

Sabem perfeitamente os membros do Copom que as taxas de juros muito altas acabam beneficiando aqueles que recebem juros na sociedade brasileira. E quem são esses? São os que têm acesso aos títulos financeiros, sejam as instituições financeiras ou aqueles que adquirem títulos no mercado de capitais.

O Copom deve ter muito clara a resposta para dar aos Senadores e às Senadoras sobre a seguinte questão: quais os efeitos sobre a distribuição da renda e da riqueza de políticas que fazem as taxas de juros serem tão altas na economia brasileira, tão mais altas do que em qualquer outro país do mundo?

Senador Tião Viana, tenho em mãos a Ata da última reunião do Copom. Saliento que aqui não está explicitada a questão dos efeitos das altas taxas de juros sobre a distribuição da renda e da riqueza. Sugiro, construtivamente, aos membros do Copom, aos nove diretores do Banco Central, que demandem do IBGE, da Fundação Getúlio Vargas e do Ipea um estudo a respeito de como é que se distribui a titularidade de títulos entre a sociedade brasileira. Será que os membros do Copom têm a consciência de que os proprietários de títulos financeiros que recebem juros constituem uma parcela relativamente pouco significativa em relação ao conjunto da população brasileira? É importante que tenham ciência disso, pois os juros pagos referentes aos títulos da dívida pública no ano passado corresponderam a algo como R\$157 bilhões. Será que sabem os membros do Copom que os proprietários desses títulos são, por exemplo, os proprietários das instituições financeiras e aqueles que puderam adquirir títulos por meio de intermediários? Quem são esses? Creio que será muito importante que os membros do Copom respondam a essas perguntas.

Outro efeito indireto da política de juros sobre o crescimento ocorre exatamente nas finanças públi-

cas. Como a maior parte da dívida pública é interna, de curto prazo ou diretamente referenciada à Taxa Selic, o aumento da taxa de juros pelo Banco Central afeta pesadamente o custo da dívida e as finanças do Governo. As despesas dos juros do setor público não financeiro aumentaram de 7,3% do PIB em 2004 para 8,1% do PIB em 2005. Segundo o próprio boletim do Banco Central, o crescimento dos juros no ano “refletiu a elevação do nível médio da Taxa Selic, que passou de 16,25% ao ano em 2004 para 19,05% ao ano em 2005”. Em conseqüência, o Governo foi levado a empenhar-se na geração de um superávit primário (definido como a diferença entre as receitas e os gastos não financeiros) ainda mais alto em 2005. A carga tributária continuou aumentando, os investimentos públicos continuaram deprimidos e, em função desses e de outros fatores, o superávit primário do setor público não financeiro aumentou de 4,59% do PIB em 2004 para 4,84% do PIB em 2005, superando amplamente a meta oficial, de 4,25% do PIB. A política fiscal apertada foi mais um fator a retirar demanda do sistema econômico e a contribuir para o baixo crescimento em 2005.

Em 2006, é provável que haja alguma recuperação da economia – torço por isso, Sr. Presidente. Houve um aumento significativo do salário mínimo em termos reais; o programa Bolsa Família continua em expansão, o que é positivo; a TLPJ que é usada nos empréstimos do BNDES foi reduzida; houve alguma correção na tabela do Imposto de Renda na fonte e o Presidente Lula está empenhado em recuperar os investimentos públicos e em não permitir que o superávit fiscal primário volte a exceder a meta oficial. Tudo isso estimula a atividade econômica.

Outro fator positivo é a redução da Taxa Selic por parte do Banco Central, mas que tem ocorrido em ritmo muito lento. Obviamente, todos estão atentos à decisão do próximo dia 7 ou 8. Todos ou quase todos os indicadores disponíveis estão mostrando que a política monetária pode ser afrouxada mais rapidamente. A economia está crescendo pouco, existe capacidade ociosa na maioria dos setores, as taxas de desemprego e subemprego ainda são muito altas, o câmbio está se valorizando de modo preocupante, e as taxas de inflação estão sob controle. Enfim, sobram motivos para que o Copom diminua a Taxa Selic de maneira mais expressiva nessa próxima reunião. Uma redução de apenas 0,75%, como na última, não será adequada. É necessário, acredito, mais. Quem sabe uma redução de 1,5 a 2% seria recomendável nas circunstâncias atuais.

Mas será ótimo, Sr. Presidente, se o Presidente do Banco Central puder comparecer com os demais membros do Copom à Comissão de Assuntos Econô-

micos na terça de manhã, antes que se inicie a reunião desta Comissão na terça de tarde, justamente para que tenhamos maior transparência na forma como os diretores do Banco Central refletem a respeito de importante decisão que atinge toda a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi, como Líder do PTB, por cinco minutos; em seguida, ao Senador Tião Viana e, depois, ao Senador Cristovam Buarque, pelo PDT.

Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a está inscrita como oradora ou como Líder?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Tanto faz.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Está bom.

Senador Sérgio Zambiasi, vou contar o tempo de V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pela Liderança do PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, A Sras. e Srs. Senadores, li na revista **ISTOÉ** desta semana declaração do Presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, a respeito da “Voz do Brasil”. Afirma o ilustre Parlamentar não ser contra o programa em si. A “Voz do Brasil” é uma necessidade, mas não pode ser imposta como ditadura” – disse Aldo Rebelo, que resolveu dar prioridade à votação do projeto que flexibiliza a apresentação do programa.

Quero registrar aqui, desta tribuna, o meu apoio à decisão do Presidente Aldo Rebelo. Semana passada, falei a respeito desse assunto com o Presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, uma vez que tramita aqui, no Senado, projeto de minha autoria, apresentado em março de 2003, que trata do tema. O Projeto de Lei do Senado nº 53, de 2003, tem parecer favorável do ilustre Senador Garibaldi Alves Filho, na CCJ. A proposta pretende apresentar ao País uma solução ao problema constituído pelo debate entre emissoras de radiodifusão sonora e Governo quanto à obrigatoriedade da transmissão do programa “Voz do Brasil”.

De um lado da disputa, crescente no meio radiofônico, fica a alegação de autoritarismo e inconstitucionalidade, consubstanciados no tolhimento da liberdade de expressão e audiência, associada à argumentação de natureza econômica, visto que o horário prescrito pela Lei nº 4.117, de 1962, é nobre e, portanto, caro. De outro, ficam as alegações governamentais de que são atendidos os interesses nacionais, com os testemunhos de audiência nos mais longínquos rincões deste imenso País.

Quanto ao primeiro argumento, salienta-se que a restrição é anacrônica, diante dos princípios exarados na Constituição Federal de 1988, especialmente quando garante que “a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição” e “nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social”.

Nos últimos anos, diversas emissoras têm obtido o provimento judicial para não cumprir tal obrigatoriedade, estando entre as primeiras, para citar apenas alguns casos conhecidos no Sul do País, a Alpha FM Ltda., a Planalto FM Stereo Som Ltda., a Rede Autônoma de Radiodifusão Ltda., a Rádio Musical de São Paulo Ltda., a Rádio Eldorado Ltda., a Rede Central de Comunicação Ltda., e a Rádio Transamérica de São Paulo Ltda. Mais recentemente, tal provimento foi garantido também à Associação Gaúcha de Emissoras de Rádio e Televisão, em favor de suas afiliadas, estando essa última decisão suspensa em razão de recurso com efeito suspensivo recebido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Ocorre que, mais recentemente, a Presidência da República, sem qualquer justificativa, vem indeferindo, sistematicamente, pleitos dessa natureza.

Argumentamos, veementemente, que a veiculação do programa “Voz do Brasil” em outro horário não acarretaria qualquer prejuízo para os ouvintes ou para os órgãos responsáveis por sua produção. Já a sua veiculação em horário fixo impossibilita que as emissoras orientem seus ouvintes em momentos nos quais é mais necessário o papel fundamental do rádio – qual seja, o de informar a população a respeito de assuntos emergentes, tais como sobre trânsito, clima, calamidades –, além de frustrar as transmissões de eventos ao vivo.

Diante do exposto, apresenta-se eficaz solução, que é o estabelecimento de uma faixa mais ampla de horário, compreendida entre as 18 horas e 23 horas, dentro da qual as emissoras poderão inserir o programa. Beneficiam-se com isso as emissoras, que poderão decidir o horário em que veicularão a programação – que deverá ser transmitida como um bloco indivisível, à exceção dos casos de calamidade pública –, e beneficiam-se os ouvintes, que encontrarão opção de programação em qualquer horário, podendo, inclusive, optar por acompanhar a “Voz do Brasil” mais cedo ou mais tarde.

Meu projeto não é o único que tramita nesta Casa. O Senador Delcídio Amaral apresentou proposta na mesma direção em 2004. Em 2005, os Senadores Al-

varo Dias e José Jorge também apresentaram projetos que flexibilizam as transmissões da “Voz do Brasil”.

Carta do Presidente da Abert, Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, Sr. José Inácio Pizani, também argumenta que, no escopo de melhor atenderem a população por elas servidas, diversas emissoras, durante vários anos, mas sempre extraordinariamente, solicitavam por intermédio da Abert, e obtinham, a alteração do horário de veiculação da “Voz do Brasil” junto aos órgãos competentes, no intuito de transmitirem, no horário compreendido entre as 19 horas e 20 horas, notícias, eventos culturais e esportivos, ou seja, realizarem uma mais eficiente prestação de serviço.

Porém, ultimamente, segundo o presidente da entidade, as requisições vêm sendo reiteradamente indeferidas pela Presidência da República, impossibilitando que as emissoras orientem seus ouvintes em momentos nos quais é mais necessário o papel fundamental do rádio, o de informar a população, vez que restam impedidas de transmitir notícias sobre trânsito, clima, situações de calamidade ou iminente perigo público, além de frustrada a transmissão de eventos esportivos e culturais ao vivo.

Na semana passada, tive oportunidade de tratar deste assunto, primeiramente, com o Senador Tião Viana e, posteriormente, com o Presidente Lula, que se mostrou favorável à possibilidade da transmissão em horários alternativos, mas afirmou que é preciso encontrar uma forma para que a mudança seja justa para todas as emissoras.

Sr. Presidente Romeu Tuma, analisando todas as sugestões, fica claro que não se pretendem abolir as transmissões. Todos reconhecemos a importância do programa que vai ao ar desde 22 de julho de 1935. O que se quer é a democratização do horário e que cada emissora possa levar ao ar o programa de rádio estatal de acordo com os interesses de suas programações e de seus ouvintes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Sérgio Zambiasi, desculpe-me, mas, historicamente, acompanhamos de perto – o Presidente José Sarney deve se lembrar – períodos muito difíceis em que as pessoas do Nordeste e do Norte, regiões inóspitas que praticamente não tinham informação nenhuma, obtinham, pela “A Voz do Brasil”, conhecimento do que ocorria no País. Hoje, com a tecnologia em permanente avanço, com as transmissões pela televisão, pode-se reenquadrar e trazer nova forma, mas a informação oficial é feita pelo noticiário dos Três Poderes. Portanto, concordo com V. Ex^a, mas não nos esqueçamos da importância da “A Voz do Brasil”

no passado, único acesso a cidadãos de várias regiões que não tinham notícias do que ocorria dentro do nosso País.

Peço desculpas a V. Ex^a porque é um homem que conhece bem o sistema de comunicação e tem todas as condições de encontrar o caminho correto para isso.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Sr. Presidente, permita-me mais um minuto. Apenas para reconhecer, faço questão, a importância do programa e esclarecer que nenhum dos projetos apresentados nesta Casa prevê a abolição das transmissões. Temos aqui sessões extremamente importantes de votações em que as transmissões da Rádio Senado são interrompidas exatamente devido à obrigatoriedade da transmissão de “A Voz do Brasil”. A nossa proposta, minha e dos Senadores Delcídio Amaral, Alvaro Dias, José Jorge, e outras que tramitam na Câmara prevêem apenas a flexibilização, a oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concordo com V. Ex^a, não há nenhuma contradição.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – É verdade, exatamente. É só para deixar bem claro que entendemos a função social do programa “A Voz do Brasil”; não concordaríamos com sua abolição porque o que estamos propondo, eu e inúmeros colegas Parlamentares...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Zambiasi, vou dar mais um segundo para que V. Ex^a termine porque sou culpado por prejudicar o Senador Tião Viana.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Como eu dizia, estamos defendendo exatamente a possibilidade de oferecer essa flexibilização. Houve momentos, Sr. Presidente, lembro-me, durante a realização do Fórum Social Mundial em Porto Alegre, com a presença do Presidente Lula recém-eleito e empossado, em que o pronunciamento de Sua Excelência foi interrompido exatamente porque chegava a hora em que, obrigatoriamente, se transmitia, em rede nacional, “A Voz do Brasil”. Esse programa, como já disse, tem 76 anos, tempo de experiência bastante interessante; há toda uma cultura de acompanhamento mas, como V. Ex^a mesmo referiu, hoje os próprios Poderes têm seus veículos de rádio, de televisão e jornais que facilitam muito o acesso democrático às informações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana, por 15 minutos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Romeu Tuma, é uma satisfação tê-lo

na Presidência da Casa, Sra.s e Srs. Senadores, no último final de semana, tivemos uma matéria na revista **Veja** com fortes críticas à política ambiental do Governo e insinuações muito delicadas sobre a dignidade da vida pública da Pasta do Ministério do Meio Ambiente do Governo do Presidente Lula.

Na grata satisfação de sempre estar vigilante e com a responsabilidade que tenho de companheiro e amigo da Ministra Marina Silva, uma referência de vida e uma referência moral e de figura pública para nosso País, julgo-me completamente no dever ético de trazer os esclarecimentos que a matéria merece porque é parte do debate democrático, da liberdade de imprensa, do papel da imprensa de fiscalizar e emitir seu juízo sobre determinadas matérias. No caso, foi a área de meio ambiente alvo de dura crítica pela revista, o que suscitou nota de esclarecimento do Ministério do Meio Ambiente que passo a ler.

Carta do Ministério do Meio Ambiente à Imprensa sobre as conclusões da CPI da Biopirataria.

Com relação às notícias publicadas pela revista **Veja**, destacando informações contidas no relatório da CPI da Biopirataria sobre indícios de desvio de finalidade do Plano Safra Legal, o Ministério do Meio Ambiente esclarece que agiu imediatamente ao tomar conhecimento, ainda em janeiro de 2005, de que caminhões transportando madeira estariam circulando com adesivos irregulares na Amazônia.

O que o Ministério do Meio Ambiente fez? De imediato, o Ibama designou vários fiscais para realizar levantamento preliminar da situação e, de posse dos indícios de irregularidades, encaminhou as denúncias à Polícia Federal para investigação e identificação de responsabilidades a partir de provas concretas.

Ao mesmo tempo, o Ibama reforçou a fiscalização no pátio das serrarias em Altamira e Anapu, no Pará, onde foram apreendidos trinta e seis mil metros cúbicos de madeira de diversas origens e aplicadas multas no valor total de R\$8 milhões, já em fevereiro de 2005.

As investigações por parte da Polícia Federal continuam e, a exemplo do que ocorreu em outras ocasiões, chegarão à identificação objetiva de responsabilidades. Nesses poucos mais de três anos do atual Governo, foram realizadas nove grandes operações da Polícia Federal a partir de informações disponibilizadas pelo Ibama: Curupira I, no Mato Grosso, em 2005; Curupira II, no Mato Grosso e em

Rondônia em 2005, e Operação Ouro Verde no Pará, Maranhão, Tocantins, Goiás, Rondônia e Rio Grande do Norte, em 2005. Isso resultou na prisão, Sr. Presidente, de 236 pessoas, sendo 75 servidores públicos federais e estaduais que atuavam, em sua maioria, há mais de 10 anos na região.

Como nesses casos, o Ministério do Meio Ambiente adotará de pronto as medidas administrativas pertinentes, sejam elas a de exoneração de gestores que ocupam cargos de confiança ou a abertura de processos disciplinares que podem levar à demissão de servidores públicos de carreira quando as investigações da Polícia Federal ou as que vierem a ser realizadas pelo Ministério do Meio Ambiente, em decorrência do relatório da CPI, apontarem o envolvimento de servidores do Ibama.

É importante ressaltar que a região de Altamira e Anapu já havia sido objeto de ações específicas por parte do Ibama, antes mesmo de o governo lançar, em março de 2004, o plano de ação para prevenção e controle do desmatamento da Amazônia, reunindo 13 ministérios coordenados pela Casa Civil. O Ministério do Meio Ambiente e o Ibama estabeleceram como prioridade a atuação no Pará, campeão de desmatamento até 2002 e palco de violentas disputas por terras griladas. Tanto que, ainda em 2003, foi realizada a maior operação integrada de fiscalização na região de Altamira e Anapu, reunindo Ibama, Polícia Federal, Polícia Rodoviária, Incra e INSS, resultando na apreensão de 44 mil metros cúbicos de madeira.

Também foram cancelados os planos de manejo em terras griladas, aprovados irregularmente pelo Ibama até 2002. Desde 2003 foram cancelados mais da metade dos planos de manejo no Pará. A forte atuação da fiscalização e o cancelamento dos planos de manejo irregulares levaram o setor madeireiro da região a uma ação de bloqueio das rodovias que dão acesso ao Município de Altamira durante duas semanas em novembro de 2003.

Em meio a essa nova realidade da inibição das atividades predatórias, o Plano Safra Legal foi discutido com centenas de entidades da sociedade civil e associações empresariais, como única forma de exploração legal e sustentável dos recursos madeireiros no Pará, onde cerca de 85% das terras são públicas.

Foram autorizados os desmatamentos de no máximo 3 hectares em lotes de assentamento do Incra, nos termos da Instrução Normativa número 3, de 2002, anterior, portanto, à atual gestão. As primeiras autorizações de desmatamento foram liberadas em novembro de 2004, concedidas aos proprietários dos lotes nos assentamentos. Mas o Ibama não concedeu as Autorizações de Transporte de Produtos Florestais – ATPF – às empresas madeireiras, pois essas não comprovaram a reposição florestal exigida pela legislação em vigor. As empresas que transportaram madeira sem autorização foram multadas e tiveram a madeira apreendida.

Resultados:

Com essas ações e a implementação do Plano de Prevenção e Controle ao Desmatamento, os resultados começam a surgir. O mais expressivo foi a redução de 31% na taxa de desmatamento, no período de 2004/2005, após pequenos acréscimos de 6% em 2003 e 2004.

Essa foi a maior queda nos últimos nove anos. No caso do Pará, houve uma redução de 30% na taxa de desmatamento em relação a 2002, tirando o Estado da condição de líder do desmatamento. A emissão de Autorização para o Transporte de Produtos Florestais (ATPF) foi reduzida em 65%.

Em Altamira, os resultados foram ainda mais significativos: a área desmatada, que era de 1.497 km² entre julho de 2003 e agosto de 2004 caiu para 252 km² de julho de 2004 a agosto de 2005, período em que ocorreu o *plano Safra Legal*. Segundo o maior município em área desmatada na Amazônia em 2004, Altamira caiu para o 11º lugar no ranking dos municípios com maior área desmatada em 2005.

Além das ações coercitivas, o Ministério do Meio Ambiente vem trabalhando para o estabelecimento de marcos legais e condições institucionais que permitam o desenvolvimento de atividades de exploração florestal em bases sustentáveis, com a elaboração do Projeto de Lei sobre Gestão de Florestas Públicas, já aprovado pelo Congresso Nacional e que será sancionado hoje pelo presidente Lula. Essa norma permitirá o ordenamento da atividade madeireira, o combate à grilagem de terras públicas e estimulará o desenvolvimento sustentável e a proteção da floresta.

Com esse novo instrumento de gestão dos recursos florestais, o Ministério propôs, e o Presidente já aprovou, a criação do primeiro Distrito Florestal Sustentável do Brasil, localizado na área de influência da BR-163, com área destinada à exploração madeireira de 5 milhões de hectares, o qual permitirá a integração de um conjunto de políticas públicas destinadas a promover um rápido desenvolvimento do setor florestal em bases sustentáveis, onde devem ser criados pelo menos 100 mil novos empregos diretos.

Creemos que, dessa forma, estamos enfrentando adequadamente os desafios que nos foram colocados pelo Presidente Lula e pela sociedade brasileira.

Essa é a carta do Ministério do Meio Ambiente, objetiva, direta e que responde a toda e qualquer dúvida que tenha ficado na matéria da revista **Veja**.

Considero grave querer atingir a Ministra Marina Silva no aspecto ético ou acusando-a de suposta omissão. Na consciência profissional, na consciência de qualquer atividade pública, a Ministra Marina é uma referência de vida pessoal, é uma referência de vida pública e é um exemplo de responsabilidade com a vida pública deste País. Portanto, acho que esses esclarecimentos são suficientes.

Antes de concluir, vou conceder a palavra ao Senador Romero Jucá e à Senadora Ana Júlia. Farei manifestação sobre ela, seguramente, quando ela também estiver na tribuna, prestando os seus esclarecimentos, a exemplo do que fez o Ministério do Meio Ambiente. Ela já foi, inclusive, alvo de ataques, há meses, por matéria semelhante.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Meu caro Senador Tião Viana, pedi este aparte também para me solidarizar com a Ministra Marina Silva, nossa companheira do Senado, que tem um papel extremamente importante na discussão ambiental do Brasil, que tem uma história nessa área. Aquelas pessoas que discordam dela podem discordar no mérito, mas jamais lhe poderiam imputar um comportamento errôneo. V. Ex^a traz as explicações necessárias. A Ministra também já se posicionou, e quero aqui, em nome da Liderança do Governo e também em nome do PMDB, registrar a nossa atenção, o nosso respeito e o nosso reconhecimento à Ministra Marina Silva pela sua seriedade, serenidade e responsabilidade. Volto a dizer: muitos podem discordar da ação concreta e da intervenção da Ministra e da linha que ela defende, mas alegar qualquer tipo de irregularidade, de má conduta ou de ilação a S. Ex^a é realmente lamentável. Só po-

demo creditar isso ao período pré-eleitoral, quando se cometem tantas arbitrariedades, tantas injustiças. Aqueles que não têm responsabilidade e não têm proposta tentam descaracterizar os seus opositores. Em vez de apresentarem propostas alternativas, preferem agredi-los e imputar-lhes inverdades. É lamentável que esse fato ocorra com a figura humana e profissional que é a Ministra Marina Silva. Parabéns V. Ex^a pelas ponderações feitas no plenário.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Romero Jucá, que fala em nome da Liderança do Governo, da Base de apoio ao Governo na Casa e, seguramente, é um testemunho vivo, de grande experiência na Amazônia sobre política ambiental, de um modelo de desenvolvimento que se tenta construir para a Amazônia nos últimos anos. Essa é uma luta dura, difícil, porque a irracionalidade, a idéia do lucro fácil, muitas vezes, toma conta da atividade econômica que se faz presente na região. Precisamos de um marco regulatório efetivo nessa área. A Ministra Marina tem dado a sua vida a essa causa. Como ela diz, não é mais a causa que a motiva; ela faz parte da causa quando o assunto é política ambiental.

Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra à Senadora Ana Júlia.

A Sra. Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador Tião. Quero parabenizá-lo e também a Ministra Marina por essa nota do Ministério do Meio Ambiente que vem exatamente dizer o porquê dessa matéria. Ela é esclarecedora. Eu, que sou da região, sei exatamente quem foram os atingidos com as ações para acabar com a grilagem e com o desmatamento. Nós sabemos o que significa isso. Eu sei o preço que temos de pagar por combater grileiro de terra, por combater aqueles que fazem parte do consórcio que financia a violência e a morte, inclusive, de trabalhadores rurais, Senador Tião Viana. Foram esses interesses que o Ministério do Meio Ambiente, de forma muito firme, atingiu. Imaginem que o funcionário do Ibama responsável pela autorização de milhares de permissões de desmatamento em Altamira era quem estava “assessorando” a CPI. Imaginem. Assessora a CPI aquele que autorizou planos que o Ibama, depois, suspendeu em virtude de irregularidades. É impressionante! Eu já estou processando essa revista e terei oportunidade de falar sobre isso. Todos dizem que quem processa um órgão de imprensa fica marcado. Eu, Senador Tião Viana, não me importo de ficar marcada. Confesso que o ano 2005 teve a vantagem de deixar-nos calejados contra calúnias absurdas, pois ficou provado não ser verdade tudo que foi dito contra nós. Mas era preciso caluniar, então decidiram caluniar, inventar, porque esse é o único caminho para nos atingir. Não serei

leviana, Senador, como alguns órgãos de imprensa o são. Não o serei jamais, porque não posso cometer a leviandade de acusar a, b ou c. Quero dizer que não estou acusando, mas recebi a denúncia – espero que um dia ela seja investigada – de que essa matéria teria – quero falar nesse tempo verbal – custado meio milhão de reais, e metade disso teria sido financiado por esses grileiros que tiveram seus interesses contrariados, assim como os do consórcio. Quando presidi a comissão que acompanhou as investigações sobre o assassinato da Irmã Dorothy, dizia sempre que nem todos os que são responsáveis por mortes neste País, mas principalmente lá no Pará, que é o Estado campeão de violência e de morte no campo, estão sentados no banco dos réus. Muitos estão soltos e continuam, infelizmente, com muito poder financeiro e econômico, e metade desse meio milhão de reais teria sido pago exatamente por esse grupo de pessoas que teve os seus interesses atingidos. Então, quero aqui também prestar solidariedade à Ministra Marina Silva e dizer que sou tão vítima quanto ela, exatamente porque combati a minha vida inteira e V. Ex^a sabe disso essas práticas absurdas e, por isso, sei que sou vítima. Já distribuí a todos os Parlamentares desta Casa os esclarecimentos necessários e continuarei processando todos aqueles que disserem calúnias, porque é um absurdo, depois de ser investigado, depois de ser comprovado que é falso, levantarem-se ilações: “Prevaricaram porque não estavam indiciados”. Quando a revista **Veja** levantou a primeira denúncia sobre o Safra Legal, realmente nem eu nem o gerente do Ibama, em Belém... Até porque não tem nenhuma responsabilidade técnica o gerente do Ibama em Belém, o Sr. Marcílio, porque não está sob sua jurisdição o Safra Legal. E acho que, se ocorrerem irregularidades, elas têm que ser apuradas. Mas quero dizer, Senador, como V. Ex^a disse, que esse é um processo positivo. Aliás, o normativo do Safra Legal foi criado ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso, não neste Governo, exatamente para ser uma alternativa antes de termos uma norma legal, que agora temos e está sendo sancionada pelo Presidente Lula, que é o Projeto de Gestão de Florestas. Queria agradecer a V. Ex^a, Senador Tião Viana, e parabenizá-lo.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a Senadora Ana Júlia Carepa, com quem tive oportunidade de iniciar minha militância política no início dos anos 80, no Pará, e de quem guardo as melhores lembranças éticas e de responsabilidade política e social na luta por um Brasil mais justo e correto. Seguramente, poderei apartear-la quando da vinda de S. Ex^a à tribuna e contribuir para sua defesa também.

Concedo o aparte à Senadora Heloísa Helena, já agradecendo ao Presidente pela compreensão, para depois eu fazer o encerramento.

A Sra. Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Tião Viana, sinto-me não na obrigação de apartear-lo, porque faço com alegria este comentário. Sabe V. Ex^a que, especialmente depois das últimas experiências que tive na minha vida, eu não ponho a mão no fogo por quase ninguém, para que ela não vire churrasco; sabe V. Ex^a exatamente tudo o que penso do mundo da política. Sobre a matéria, acho que é necessário ser investigado o que está sendo colocado e que é muito grave. Então, o comentário que tenho a fazer é até lacônico: pela Ministra Marina, eu ponho a mão no fogo. Quanto ao resto da matéria, vamos investigar, vamos analisar, vamos fazer aquilo que é nossa obrigação constitucional. Agora, sabe V. Ex^a das divergências que tenho em relação à condução da política ambiental, mas não porque julgue a Ministra despreparada. Não é. É uma das mulheres mais competentes que este País já viu, é uma mulher muito sensível. Às vezes pode até propor algo como foi no debate da gestão da Amazônia, em que fui absolutamente contra. Eu até brincava e dizia que, se eu tivesse a certeza de que ela ficaria **ad infinitum** nos próximos oitenta anos, eu até ficaria mais tranqüila, mas, como tenho uma compreensão distinta da gestão de aparelho de Estado... Então, sobre a matéria, vamos investigar, vamos cumprir nossa obrigação, que é fiscalizar. Vamos analisar tudo como deve ser analisado. Agora, por ela, Marina Silva, por essa eu boto a mão no fogo.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço à Senadora Heloísa Helena, que partilha comigo este sentimento de respeito à dignidade e à integridade da Ministra Marina. Suas palavras só engrandecem, como qualquer gesto de respeito, a figura da Ministra Marina Silva.

As divergências são em relação à concepção de desenvolvimento, que seguramente são boas, para que se possa fazer o melhor pela Amazônia, quando o assunto é política ambiental na região.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Encerrarei, Sr. Presidente, fazendo uma ponderação para que a revista **Veja**, no seu conselho editorial, ao ter acesso a essa carta do Ministério do Meio Ambiente, faça uma reflexão sobre se foi justa com a imagem pública da Ministra Marina Silva.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Tião Viana, e faço-lhe um pedido: sei que V. Ex^a estará presente à sanção do projeto que foi aprovado por esta Casa, de inicia-

tiva da Ministra Marina Silva; transmita a ela o nosso respeito, o nosso carinho e a certeza de que a temos como defensora do meio ambiente. Podemos ter algumas divergências, como disse o Senador Romero Jucá, mas sabemos – e a Senadora Heloísa Helena foi bastante clara em seu aparte – o que a Ministra Marina representa para todos nós, pelo seu comportamento ético, moral e de amor à Terra que sempre demonstrou durante sua permanência nesta Casa. Peço-lhe que leve o nosso abraço a S. Ex^a.

Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, por cinco minutos, pela Liderança.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir o meu registro para falar pela Liderança do Governo, quando possível.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a falará, intercalado com os oradores. A próxima oradora será a Senadora Serys Slhessarenko; em seguida, terá a palavra V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pela Liderança do PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, A Sras. e Srs. Senadores, o papel da Oposição é criticar, mas também, de vez em quando, alertar o Governo e sugerir-lhe ações.

Eu venho aqui, em nome do meu Partido, o PDT, trazer um alerta e uma sugestão, Senador Romero Jucá. Todos nós estamos lendo nos jornais o que acontece hoje na Europa e na Ásia com essa doença chamada gripe aviária. Atualmente, já se sabe que a doença passa de um animal a outro e de animal a pessoas, em casos raros. Mas o que têm dito os cientistas, Sr. Presidente – e eu conversei com esse pessoal –, é que, quase necessariamente, o vírus sofrerá mutação e, em algum momento, no futuro, a doença será transmitida de pessoa a pessoa como uma gripe comum. Quando isso acontecer, terá início uma tragédia de proporções monumentais. Daí o meu alerta, Senador.

Hoje, há uma disputa de três áreas do Governo, que não estão se entendendo, na tentativa cada uma de influir mais e, portanto, cada uma disputando com outra e perdendo o controle das brechas por onde entra a doença, Senadora Heloísa Helena, que é pelos aeroportos, pelos portos, pelas fronteiras.

O Ministério da Agricultura tem uma área que cuida do problema sanitário. A Receita Federal, como o Senado Romeu Tuma conhece muito bem, tem uma área que cuida também desse assunto. O Ministério da Saúde, obviamente, também tem que se preocupar, uma vez que não é apenas uma questão entre animais, como são algumas doenças.

Essa disputa entre as três áreas, pelas informações que temos, está tornando ineficiente o trabalho.

Está-se tratando com descuido o problema da entrada no Brasil dessa doença.

Eu venho aqui, em nome do PDT, por indicação do Senador Osmar Dias, que é um especialista próximo da área, trazer um alerta e uma sugestão ao Presidente Lula e ao Governo: que ele se antecipe a essa tragédia, que pode chegar – não estou dizendo que vai chegar –, e que nomeie uma coordenação para cuidar desse assunto; que ele nomeie uma espécie de xerife que coordene as três áreas ou outras áreas que devam ser levadas em conta.

Se nós não fizermos isso, podemos, de repente, descobrir que há alguns animais aqui contaminados, o que já será uma pequena tragédia econômica, porque o Brasil é um grande exportador de frangos para o mundo inteiro. Já será uma tragédia, como foi a aftosa, numa proporção maior. Mas mais grave é se isso contaminar pessoas, no momento em que o vírus sofre uma mutação e a doença começa a se transmitir pela simples respiração. Venho, portanto, em nome do PDT, por sugestão do nosso Líder, Senador Osmar Dias, que, como muitos de vocês sabem, está doente – já faz algum tempo, sofre de flebite, que o mantém há semanas sem grandes possibilidade de mobilização –, trazer essa sugestão e esse alerta ao Presidente Lula e ao seu Governo, para que nomeie, e rapidamente, alguém encarregado de coordenar tudo o que for preciso nas diversas áreas da Administração Pública, para que fiquemos preparado, se possível impedindo que essa tragédia chegue ao Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Cristovam Buarque, sem nenhum culto à vaidade pessoal, quero dizer que um filho meu, que é médico, há mais ou menos seis meses, escreveu um artigo para a revista **Carta Capital**, não com a solidez da informação do Senador Osmar Dias, mas mostrando que o HI-5, o vírus da febre do frango poderia alcançar o Brasil, sim, e que o governo teria que se acautelar, porque, se chegar, estaremos numa situação econômica muito difícil, sem considerar as mutações que sofre o vírus, que sem dúvida poderá atingir o ser humano. E ele mata, não é Dr. Mozarildo? O doutor sabe que se atacar uma pessoa, ela morre. Pode não transmitir a doença, mas morre. Meu filho fez um artigo nesse sentido, mas não obteve nenhuma resposta, nenhuma manifestação. O alerta de V. Ex^a é mais um conselho que uma crítica. V. Ex^a está de parabéns, e a esperança é de que os responsáveis ouçam e formem um cinturão para garantir que a doença não chegue até aqui. Muito obrigado.

Com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko por 15 minutos.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, A Sras. e Srs. Senadores, há, aliás, vários vírus para os quais precisamos de vacina, começando pelos da maldade, como a da revista **Veja**, de difícil antídoto. Realmente, Senadora Ana Júlia Carepa, a quem presto solidariedade, assinando embaixo de tudo o que o nosso Senador Tião Viana acabou de falar. Não vou fazer discurso aqui pró-Ministra Marina, porque tenho feito muitos; apenas digo que assino embaixo das palavras do Senador Tião Viana, o que significa que, se eu falasse, eu teria que repetir praticamente tudo que S. Ex^a disse aqui.

Quero também registrar a minha total e irrestrita solidariedade à nossa companheira Ana Júlia Carepa, antes mesmo de S. Ex^a vir a esta tribuna se posicionar. Sei que vai fazê-lo, porque a conheço, sei da história e também já li toda a justificativa e sei do porquê, do preço que se paga, Senadora, por combatermos os grandes grileiros, os destruidores das florestas e tudo o mais que, em meu Estado de Mato Grosso, não é muito diferente.

Mas o assunto que nos traz aqui também é um outro vírus. Não deixa de ser um vírus a irresponsabilidade de determinadas grandes empresas. A Sras. e Srs. Senadores, Sr. Senador Romeu Tuma, que preside esta sessão neste momento, trago a esta Casa um assunto da maior gravidade, um assunto que preocupa os agricultores de Mato Grosso, mas que também é do interesse dos agricultores de diversos Estados, como Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul. Em suma, é da preocupação de agricultores de todos os Estados onde se planta soja. Preocupação de agricultores que enfrentaram, especialmente na safra 2003/2004, a praga denominada ferrugem asiática, que ataca a soja e dizima plantações. Uma doença que, em 2004, provocou perdas superiores a US\$2 bilhões para o Brasil, considerando o estrago provocado pela ferrugem asiática em nossas lavouras.

É um assunto extremamente complexo, porque depois a produção não rende, vem o problema de negociação de dívidas, os produtores ficam no prejuízo, o Brasil fica prejudicado. O caso que vou relatar foi resultado de um grande ato de irresponsabilidade de uma multinacional, a Bayer. Vou explicar detalhadamente o porquê do que estou declarando aqui.

Trago para esta Casa uma grande ansiedade, a agonia mesmo de inúmeros produtores rurais que foram lesados por uma multinacional na tentativa de combater a ferrugem asiática. Produtores rurais que, acreditando estar assessorados por uma grande empresa, serviram, em verdade, de cobaias. Produtores

que foram cobaias no uso de um defensivo agrícola. Produtores usados como cobaias e que arcaram sozinhos com o prejuízo. Produtores que foram cobaias no uso de um fungicida vendido com a promessa de ser o melhor preventivo contra a ferrugem que atacava a soja.

Estou falando, A Sras. e Srs. Senadores, da multinacional Bayer CropScience. Estou falando do produto denominado Stratego 250 EC, que foi recomendado pela Bayer como preventivo contra a ferrugem asiática na safra 2003/2004. Estou falando de um produto usado em lavouras de vários Estados brasileiros, contando com a boa-fé de inúmeros produtores rurais que confiaram na Bayer e compraram caro o produto. Estou falando de um produto que continua disponibilizado pela multinacional, mas que praticamente não foi comercializado nas safras 2004/2005 e 2005/2006 como defensivo contra a ferrugem asiática. Um fungicida rejeitado pelo setor agrícola porque ineficaz como preventivo contra a ferrugem asiática que ataca a soja.

Estou falando de centenas de agricultores que procuraram a Justiça pedindo indenização contra a Bayer. Estou falando de uma enxurrada de ações na Justiça contra a Bayer, que usou produtores brasileiros como cobaias e, agora, relegou ao prejuízo aqueles que confiaram na propaganda de que “Se é Bayer é bom”.

Estou falando de direito do consumidor. De direito de clientes lesados pela Bayer na condição de consumidores, de compradores de um produto que se revelou ineficaz e, via de consequência, contribuiu para a falência de muitos produtores, de centenas de produtores.

Estamos também falando de uma praga voraz, uma doença que dizima plantações e com a qual não se brinca. Tanto que o mercado oferece diversos fungicidas destinados à prevenção e controle. Produtos que não podem falhar, sob pena de levar à falência quem trabalha nessa atividade.

Foi isso que aconteceu em diversos Estados brasileiros.

Basta uma simples pesquisa nas páginas dos Tribunais de Justiça para se encontrar um grande número de ações com pedido de reparação por danos contra a multinacional Bayer CropScience. Ações exatamente pela ineficiência de um produto Bayer. Agora, imaginem, senhores, quantos produtos, remédios para seres humanos não estão com problema? São inúmeras ações pelo mundo afora.

Em Mato Grosso, por exemplo, apesar de a Bayer reconhecer para a imprensa a existência de apenas e tão-somente 18 ações, existem dezenas de processos na Justiça.

Existe uma verdadeira enxurrada de ações na Justiça, processos em Comarcas como Cuiabá, Rondonópolis, Campo Verde, Campo Novo do Parecis, Sorriso, Comodoro, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Diamantino e outras.

É bem verdade que também existem muitas ações contra empresas que comercializaram o produto Stratego da Bayer.

Mas o fato é que existem dezenas de ações na justiça contra a Bayer por conta do Stratego, que, aliás, deveria ser chamado “estrago”.

Uma prova de que o produto da Bayer provocou prejuízos é a existência, na cidade de Diamantino, região do Médio Norte de Mato Grosso, de uma entidade denominada Associação dos Produtores Lesados pelo Uso do Stratego, a Aplus.

O nome dessa associação denuncia o produto da Bayer.

O nome “Associação dos Produtores Lesados pelo Uso do Stratego” é um pedido de socorro ao Poder Público.

Assim, essa entidade presidida pelo agrônomo e ex-produtor rural Sônio Aramis Blauth é uma denúncia cabal de que produtores rurais foram usados como cobaia.

Agora, imaginem como fica a natureza e a população de um modo geral.

O nome dessa entidade reporta para um senso comum de que o produto não serviu para a prevenção da ferrugem asiática nas lavouras de soja. Com certeza, não só não serviu para o combate como prejudicou grandemente. É um pedido de socorro de produtores que não suportaram os prejuízos e deixaram de plantar soja, como é o caso de Sônio Aramis Blauth. Ou do outro produtor rural, o Sr. Lauro Diavan Neto, que amargou um prejuízo de 350 mil sacas de soja na safra 2004/2005 por confiar na Bayer e usar o fungicida Stratego como preventivo contra a ferrugem asiática.

O caso Diavan contra a Bayer é acintoso, está na imprensa de Mato Grosso.

A Bayer recomendou o uso do Stratego e vendeu-lhe R\$2,5 milhões em fungicida Stratego 250 EC para serem pagos gradativamente. Só que não houve nenhum resultado e a soja não produziu.

Como Diavan era considerado grande comprador, que comprava direto da fábrica, a Bayer manteve técnicos da empresa permanentemente na propriedade do agricultor acompanhando a aplicação do produto. Então, toda operação foi feita com acompanhamento da Bayer. Mas, quando o fungicida não deu resultado, a Bayer abandonou o produtor rural, retirou-se da fazenda e não ficou lá sequer para assistir a empresa que foi fazer a fiscalização e diagnosticar o problema.

Diante dos prejuízos, obviamente, a Bayer não quis e não quer reconhecer a sua responsabilidade. Mais grave ainda: está cobrando judicialmente os R\$2,5 milhões que foram empenhados para a compra dos 6 mil litros do fungicida Stratego.

Não é por menos que Lauro Diavan Neto está reclamando milhões em indenização como reparação de prejuízos diretos e indiretos. Da mesma forma, inúmeros produtores rurais pelo Brasil afora estão cobrando indenização da Bayer e de empresas que revenderam o fungicida Stratego como o melhor remédio para a prevenção contra a ferrugem asiática.

Sr. Presidente, o produto é contra a ferrugem asiática. Foi fácil, não deu certo. A ferrugem tomou conta. Constatou-se que o prejuízo foi de milhões e milhões. E se um remédio qualquer da Bayer não der certo para um de nós e vidas forem perdidas? Como fica? Porque até que se constate e se prove que a Bayer tem grande irresponsabilidade no que está produzindo, inclusive medicamentos, talvez muitas e muitas vidas tenham se acabado.

Esse assunto, A Sras. e Srs. Senadores, vem dominando a imprensa de Mato Grosso e de vários Estados do Brasil nas últimas semanas. Ela vem destacando principalmente a existência de inúmeras ações na Justiça contra a Bayer, mas trouxe também a resposta desta indústria. Pasmé, Sr. Presidente! A multinacional alegou que houve grande incidência de chuva na safra 2003/2004 e também argumentou que os produtores rurais não tinham muito conhecimento para usar o produto Stratego como preventivo contra a ferrugem asiática.

Esse produto, é bom que se diga, era usado principalmente contra doenças em lavouras de algodão e café. Mas a resposta da Bayer, como informa a matéria do jornal **Folha do Estado**, em seu suplemento rural do dia 23 de fevereiro, aponta os produtores rurais mato-grossenses e dos Estados onde existem ações na Justiça pelo mesmo caso como caipiras, ignorantes – palavras da Bayer – que não dominam a técnica de uso de defensivos.

Sras. e Senhores, é muita arrogância da Bayer CropScience!

Vejam o caso do Sr. Lauro Diavan Neto. Em novembro passado, em solenidade na cidade de São Paulo, ele foi laureado com uma das 13 premiações nacionais que todo ano a empresa Bunge oferece a seus parceiros. Como se vê, o produtor Lauro Diavan é o melhor produtor/parceiro de soja no Brasil, pois foi laureado. Mas, para a Bayer, ele não passa de alguém que não sabe cuidar de uma lavoura de soja, de um caipira ignorante. São as palavras da Bayer.

Mesmo tendo enfrentado prejuízos na safra 2003/2004, mesmo vendo sua produtividade cair de 55 sacas por hectare para apenas 30 sacas, já que o Stratego da Bayer não preveniu contra a ferrugem asiática, na safra seguinte, a de 2004/2005, usando o Stratego da Bayer, Lauro Diavan esperava colher 820 mil sacas de soja. Em 2003/2004, usando o Stratego da Bayer, Lauro Diavan esperava colher 650 mil sacas em 12 mil hectares. Colheu apenas 370 mil sacas. Em 2005, Lauro Diavan, sem a Bayer, com fungicida de outra empresa, enfrentou a ferrugem asiática e se deu muito melhor.

Então, A Sras. e Srs. Senadores, há algo de errado nessa história. E errada está a Bayer. Errada porque o mencionado produtor – que como tantos outros aciona a Bayer na Justiça pedindo indenização – não pode ser considerado um imperito no uso de defensivo; não pode ser apontado como um caipira ignorante; não pode ser tratado como alguém que não entende do cultivo que faz. Ele deve ser respeitado, assim como devem ser respeitados todos os produtores rurais brasileiros, grandes e pequenos. Alguns deles alcançam produtividade de fazer inveja a qualquer país do mundo no número de sacas colhidas por hectare.

O Senado tem a obrigação de acompanhar esse assunto que permeia a Justiça em vários Estados do Brasil. Inclusive porque a Embrapa de Londrina, que é a maior especialista do Brasil em ferrugem asiática, classificou a composição química presente no Stratego como pouco eficaz contra a praga. Pelo menos é o que está na imprensa.

A Sras. e Srs. Senadores, em ano recente, a Bayer teve que gastar 900 milhões com indenizações pelos efeitos prejudiciais causados pelo remédio Lipobay – mas isso ocorreu na Europa.

Há notícias de que a Bayer já estaria caucionando cerca de US\$100 milhões para indenização na área agrícola por conta de seus produtos – mas isso é lá nos Estados Unidos.

E, no Brasil, como a Bayer se posiciona? Estaria ela caucionando algum valor perante a Justiça brasileira para eventual derrota no caso do uso do Stratego recomendado como preventivo contra a ferrugem asiática? Ou será que a Bayer vai ficar apenas insistindo que os nossos produtores rurais são caipiras e ignorantes? Ou será que vai ficar apenas justificando a ineficácia do seu produto no excesso de chuvas, conforme a resposta pelos jornais?

Para encerrar, Sr. Presidente, quero falar de chuva.

Será que durante o plantio da safra de soja 2004/2005 choveu apenas nas propriedades que usaram o Stratego da Bayer?

Em Campo Novo do Parecis, Município de Mato Grosso, onde está a propriedade de Lauro Diavan, e em Diamantino, onde está a propriedade do Presidente da Associação dos Produtores Lesados pelo Uso do Stratego, sojicultores que não usaram o produto da Bayer conseguiram controlar a ferrugem asiática, apesar das chuvas. Sojicultores que usaram outros fungicidas conseguiram controlar a praga, e esses, não.

Então, senhoras e senhores, o problema foi o excesso de chuva, foi certamente o produto Stratego da Bayer que não funcionou como preventivo contra a ferrugem asiática. E se a Bayer não tem culpa nessa história, então a culpa é de São Pedro, que fez chover apenas nas lavouras onde foi usado o Stratego da Bayer? Mas a Bayer não pode culpar São Pedro, não, nem os produtores que estão reclamando; culpada é ela, porque senão daqui a pouco, Sr. Presidente, no Brasil, tudo é culpa dos deuses. Ninguém mais vai receber seguro. Ventou, culpa de Zeus; choveu, de São Pedro; se fez sol, de um santo outro.

O Senado da República precisa acompanhar esse assunto do Stratego da Bayer. O caso está na Justiça, mas interessa aos produtores rurais brasileiros, interessa ao Brasil, interessa ao Senado da República.

Hoje é a Bayer; amanhã pode ser outra multinacional. Hoje é um fungicida aplicado na soja; amanhã pode ser um remédio recomendado para seres humanos.

Atentai! Vamos atentar para todos os fungicidas, a sua validade, as suas contaminações possíveis, os seus malefícios à vida etc. Que se atente para todos os aspectos e, cada vez mais, aos remédios fabricados por todas as multinacionais, mas especialmente pela Bayer, porque sabemos que, na Europa, ela já tem procedimentos de indenização que somam mais de 900 milhões, por erros em medicamentos para a vida de seres humanos. E eu lhes digo, A Sras. e Srs. Senadores, que esse é um risco muito grande à vida. Se um produto fungicida traz riscos à vida quando mal usado ou quando usado em excesso, sem controle nem fiscalização, há também prejuízos à vida quando se trata de medicamentos para seres humanos.

E quando os agricultores brasileiros se vêem em total prejuízo, recorrem a transferências, a renegociação de dívida e não se buscam as raízes desses problemas, A Sras. e Srs. Senadores. Aí está um gigantesco prejuízo que a agricultura no Brasil, em mais de dez Estados, sofreu nas safras de 2003 e 2004. Contudo, felizmente, esses pequenos e grandes produtores despertaram em tempo e estão atacando hoje a causa do problema, não apenas as conseqüências, para depois não ter de recorrer à negociação de dívidas porque os seus produtos foram atacados pela ferrugem asiática.

Isso ocorreu por incompetência, por malversação no trato do produto fungicida, o tal Stratego 205 EC, para o combate à ferrugem asiática.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, pela Liderança do Governo, por cinco minutos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela Liderança do Governo. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, A Sras. e Srs. Senadores, eu pedi a palavra para registrar um tema que permeou a imprensa neste final de semana e que considero extremamente importante seja debatido aqui no Congresso Nacional.

Trata-se da matéria e das posições do Ministro do Turismo, Walfrido dos Mares Guia. De um lado, S. Ex^a anunciou um plano para popularizar o turismo no País, para fortalecer o turismo interno, para criar linhas que possibilitem à população de menor poder aquisitivo fazer, efetivamente, turismo em nosso País; de outro lado, há uma proposta que o Ministro pretende encaminhar ao Congresso Nacional abordando a questão dos vistos e da reciprocidade.

Não me debrucei ainda sobre o assunto, mas o Ministro defende – e, em tese, concordo com S. Ex^a – que a questão dos vistos e da reciprocidade deve ser uma condição do País e não uma obrigatoriedade, ou seja, se for de interesse do País, para fortalecer o seu turismo, liberar de visto determinados países, determinados turistas, é interessante possa fazê-lo. A atual legislação não permite, Senador Romeu Tuma, esse tipo de postura, o que amarra efetivamente a nossa vontade de receber mais turistas de certos países estrangeiros.

O Ministro citou como exemplo a relação com os Estados Unidos, em que os brasileiros têm de ter visto para entrar naquele país e os americanos, para entrar no Brasil, também têm que ter visto. Como temos uma estrutura muito pequena de consulados e embaixadas, não temos condições de dar vazão e de ter aqui a demanda efetiva de turismo da população americana.

É importante lembrar que alguns países que agiram dessa forma incrementaram bastante o turismo. Podemos citar o caso do México, que acabou com a reciprocidade e, efetivamente, liberou para alguns países a entrada sem visto, ampliando em muito a ação turística no país.

Então, o Ministro, ao levantar esse tema, criou controvérsias, e iniciou-se a polêmica. Algumas pessoas defendem a reciprocidade, outras não a defendem. O Itamaraty, inclusive, posicionou-se a favor da reciprocidade porque, na verdade, se trata de um instrumento de negociação internacional. No entanto, pela ótica do turismo, efetivamente este é um assunto que precisa

ser extremamente debatido. O Brasil tem um potencial turístico tremendo; o processo do turismo vem crescendo no País, mas não está ainda no ponto em que poderia estar. Há outros países no mundo com uma condição muito superior à do Brasil, no que se refere à atração turística, sem disporem das condições naturais que temos aqui. Por exemplo, temos a Amazônia, temos o Centro-Oeste, o Pantanal, as praias do Nordeste, temos a situação peculiar do Sul, ou seja, temos vários “brasis” que, efetivamente, podem atrair o turismo internacional.

Faço esse registro para aplaudir a iniciativa do Ministro Walfrido dos Mares Guia de trazer o tema a debate. É importante que essa proposta venha para o Congresso. A partir de sua discussão, tenho certeza de que a Câmara e Senado vão melhorar a proposta encaminhada pelo Executivo. Com isso, daremos mais um passo para que o turismo, tanto interno quanto externo, possa ser um aliado do desenvolvimento, um gerador de empregos, enfim, um absorvedor de mão-de-obra em todo o País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Solicito ao Senador Mozarildo Cavalcanti que assuma a Presidência para que eu possa, seguindo a ordem de inscrição, fazer uso da palavra.

Agradeço a V. Ex^a a cortesia.

O Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma como orador regularmente inscrito.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti, pela gentileza.

É uma honra estar aqui, neste momento, com a presença do meu ilustre chefe, Senador José Sarney, que sempre me honrou com a sua confiança durante todo o período em que tive oportunidade de servi-lo quando Presidente da República. Senadora Heloísa Helena, essa admiração que tenho pelo Presidente Sarney e por sua família é algo permanente e do fundo da alma. Ninguém fale mal de S. Ex^a perto de mim porque ficarei chocado. Essa reação será sempre natural.

O Senador Romero Jucá e eu também trabalhamos juntos. Tivemos oportunidade, em momentos difíceis, de respeitar a Funai e a comunidade indígena neste País, e o Presidente Sarney sempre nos deu irrestrito apoio. Esses são fatos históricos e, quando há críticas contra o Presidente Sarney, eu me choco,

porque conheço um pouco da história e de tudo aquilo que S. Ex^a fez durante a Presidência.

Outro dia, li algumas críticas feitas pelo Governo, e a minha reação foi quase dar um soco no espelho para não me ver mais perante as injustiças que se praticam contra alguns homens nesta terra. Eu podia machucar mais a mão, Senador, e não era mais gostoso.

A Sra. Heloísa Helena (P-SOL – AL. *Fora do microfone.*) – Se faz isso com os amigos, imagine-se com os inimigos!

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Peço desculpas ao Senador José Sarney por esta manifestação.

Estive, Senadora Lúcia Vânia, no 47º aniversário da cidade de Itapevi. A Senadora Serys Slhessarenko saiu do plenário e foi para a comissão, mas quero lembrar a palavra “caipira” que foi usada para o fundador dessa cidade, da qual ele sentia orgulho.

Senadora Lúcia Vânia, V. Ex^a, que andou sempre pelo interior de Goiás, sabe que aqueles que se chamam caipiras são os homens da terra, aqueles que realmente conhecem as adversidades, a luta. Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a que vive em um Estado onde o agronegócio tem muita importância sabe o que é ser um caipira.

Creio que eles têm orgulho disso e não podem ser tratados, como o foram, pela empresa citada aqui pela Senadora Serys Slhessarenko. A crítica tem de valer, mas considero importante pedir uma perícia, para que realmente se possa analisar o produto que foi vendido; se ele realmente não tinha o objetivo para o qual está estabelecido e o procedimento de uso que deve ser descrito na embalagem, sem dúvida alguma deveria haver um processo e uma perícia melhores.

Não vou entrar no mérito, mas penso que ser caipira é algo que deve dar orgulho aos homens da terra, porque eles nasceram sob o sol e a chuva. Senadora Heloísa Helena, não sei se o povo da terra no Nordeste também é conhecido como caipira. Dizem que, por ser minha mãe nascida no interior de São Paulo, tenho um sotaque caipira. Tenho orgulho disso. É tão gostoso falar com o paulista do interior!

Pena que o Senador Suplicy não esteja aqui. Gostei do desafio que S. Ex^a fez ao Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e ao Copom. Como membro do PT e economista reconhecidamente competente, o Senador desafiou ambos a virem a esta Casa para explicar como são distribuídas as riquezas amealhadas através dos altos juros cobrados. Não sei se entendi bem, mas creio que V. Ex^a entendeu como eu. O Senador questionou como os R\$150 bilhões – uma cifra altíssima – arrecadados foram distribuídos aos mais pobres. Ficou uma interrogação que só o Ministro e os membros do Copom poderão esclarecer. Vamos

aguardar que S. Ex^a seja atendido, visto que autoridades do Governo não o atenderam na abertura dos trabalhos, o que deve ter sido uma frustração para o membro do Partido dos Trabalhadores Senador Eduardo Suplicy.

Sras. e Srs. Senadores, eu tenho em mãos uma resposta enviada pelo Dr. Paulo Fernando da Costa Lacerda, Diretor-Geral da Polícia Federal, em relação a um pedido de informações que fiz, como Corregedor, sobre o documento de Furnas.

Se me permitirem, vou ler o documento. Chegou há pouco às minhas mãos. Já pedi ao Dr. Carreiro – que é um auxiliar de primeira grandeza desta Mesa e da Corregedoria – que o encaminhe aos Presidentes das CPMLs dos Correios e dos Bingos.

É um expediente que fiz, como Corregedor, solicitando esclarecimentos a respeito da veracidade das informações sobre um documento em que pessoas são relacionadas como beneficiárias de recursos arrecadados junto a empresas prestadoras de serviços ou fornecedoras de Furnas Centrais Elétricas S.A., conhecida como “a lista de Furnas”.

As análises procedidas por este órgão policial têm por objetivo verificar tanto a idoneidade material do documento, isto é, indícios de falsidade ou adulteração física em sua confecção, bem como a veracidade das informações lançadas.

A Polícia Federal apreendeu no início do corrente mês a cópia autenticada do documento em questão, que foi apresentada pelo Sr. NEWTON MONTERIO, sendo que a mesma foi submetida à perícia, mas ainda estamos aguardando a resposta do Instituto Nacional de Criminalística do DPF. Ressalta-se que qualquer resultado conclusivo quanto à veracidade das assinaturas supostamente apostas por DIMAS FABIANO TOLEDO, indicado autor da “lista de Furnas” – ele já desmentiu, dizendo que não foi o autor –, estariam a princípio prejudicadas devido à ausência do documento original.

Por fim, os trabalhos investigativos relacionados ao exame do conteúdo informativo do documento estão ainda em fase incipiente, quando estamos aguardando respostas de pleitos judiciais.

Luís Flávio Zampronha de Oliveira
Delegado de Polícia Federal”

O referido delegado está investigando as denúncias de corrupção em várias áreas do Governo Federal.

Já fiz o encaminhamento deste documento, que ficará à disposição dos Senadores e das Senadoras que necessitarem da informação.

Senador Paulo Paim, aproveite a presença de V. Ex^a em plenário, neste momento, para dizer que o grito de alerta que deu desta tribuna sobre o Vale-Transporte teve efeito. Hoje li nos jornais que nova medida provisória anula a primeira, que possibilitava a transformação do Vale-Transporte em valor em dinheiro.

Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Paulo Paim, logo em seguida ouvirei o Senador José Sarney.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Faço questão de ouvir primeiro o Senador José Sarney.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pela honra do cargo que ocupou, ouço o Presidente José Sarney.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Fico feliz de, ao apartear, contar com a presença do ex-Presidente José Sarney, que foi quem garantiu o Vale-Transporte aos trabalhadores brasileiros. Falarei depois de S. Ex^a.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – Agradeço a deferência do Senador Paulo Paim que sempre me trata com muita consideração. Sou muito grato a V. Ex^a. Senador Romeu Tuma, em primeiro lugar, tenho o dever de agradecer sempre suas reiteradas manifestações de amizade que só me honram. Há muito tempo quero retribuir e o faço dizendo que tenho grande afeto e grande admiração por V. Ex^a, que foi também um grande colaborador durante o meu Governo. Mas vamos ao assunto de que trata V. Ex^a: o Vale-Transporte. Eu também fiz chegar à Liderança do Governo, tão logo foi encaminhada essa medida provisória que tratava da extinção do Vale-Transporte, a informação de que realmente não podíamos jamais apoiá-la. Não sei como isto pôde ter surgido e, o pior, que o assunto tenha sido encaminhado ao Congresso Nacional. O Vale-Transporte é, hoje, uma conquista irremovível do trabalhador brasileiro. Depois do Plano Cruzado, criamos o Vale-Transporte. E para quê? Para permitir que o trabalhador, que ganhava tão pouco e não podia separar, diariamente, determinada quantia para o transporte, pudesse ir ao trabalho. As taxas do não-comparecimento ao trabalho, muitas vezes, aumentam não por desejo do trabalhador, mas por falta de meios para isso. Então, o Vale-Transporte vinha, em primeiro lugar, atender a esta finalidade fundamental do trabalhador: o dinheiro da sua locomoção, de ele ir ao trabalho, ter direito ao trabalho, não seria tirado do seu salário. Em segundo lugar, devemos estar lembrados de que toda vez que havia aumento de combustível neste País, havia uma revolta popular porque ela refletia no bolso do trabalhador. E essa revolta popular se manifestava pela queima de veículos, por grandes

manifestações de rua, enfim, por todo aquele clima que assistíamos naquela época. Tudo isso desapareceu com o Vale-Transporte. E agora vamos acabar com o Vale-Transporte? Se queremos aumentar o salário, ou se podemos aumentar o salário do trabalhador, que o aumentemos, então, na proporção do Vale-Transporte, mas jamais podemos admitir que se anule o Vale-Transporte, principalmente um Governo que está tendo programas sociais. Este Governo não pode extinguir nada nessa direção. É por isso que acho que é uma medida de extremo bom-senso. Tive a oportunidade de falar com o Líder do Governo nesta Casa, dizendo que não apoiaria a medida e que iria trabalhar no sentido de não a aprovarmos, porque isso iria contra o País, contra os trabalhadores. É uma prova de bom-senso o Governo voltar atrás. Voltar atrás quando se erra não é uma coisa que deprima ninguém, ao contrário, só faz engrandecer. E é nesse sentido que queria incorporar estas palavras ao discurso de V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado, Presidente. As suas palavras serão incorporadas até porque a magnitude do seu coração demonstra a sua visão em benefício dos menos favorecidos, com projetos sociais como este. E todos os demais que V. Ex^a implantou estão atravessando o tempo, pois não se consegue apagá-los ou modificá-los pela validade que tiveram e que ainda têm. V. Ex^a fala em aumento do preço do combustível. É claro que a passagem também aumentará. E também o álcool começa a trazer de volta a angústia que senti na época do Proálcool. Desenvolveu-se a tecnologia do carro flex, mas a população tem receio de que isso possa se transformar num prejuízo muito grande no futuro.

Obrigado, Presidente José Sarney. Ouço V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Romeu Tuma, V. Ex^a toca num assunto que eu ia tratar em meu pronunciamento. Assim, faço um aparte a V. Ex^a e, em meu pronunciamento, falarei de outro tema. De fato, no dia seguinte em que editaram a medida provisória, fui à tribuna e fiz um discurso exatamente na linha feita aqui pelo Presidente José Sarney, que foi o Presidente que sancionou aquela lei. Foi em seu Governo que surgiu o Vale-Transporte, com participação, na época, do Deputado Federal Affonso Carmargo. O que eu queria dizer a V. Ex^a é que a Medida Provisória nº 280 acabou com o Vale-Transporte, na medida em que ele se incorporaria ao salário; e quando incorporado ao salário – sabemos –, com o passar dos anos, iria desaparecer. Felizmente, o Governo e o Congresso, juntos, nesse diálogo estabelecido da tribuna e, pessoalmente, com o Líder do Governo e alguns Ministros, resolveram editar a Medida Provisória

ria nº 283, revogando o art. 4º da Medida Provisória nº 280. Assim, o Vale-Transporte foi mantido. Mas lembro que quando fui à tribuna, na abertura da sessão, V. Exª, Senador Romeu Tuma, foi o primeiro a me fazer um aparte, lembrando que o Vale-Transporte fazia vinte anos – era exatamente da época de V. Exª, Presidente Sarney – e que V. Exª também iria trabalhar no sentido de que não se concretizasse aquela medida. Trabalhei até hoje, Presidente Sarney, e confesso que também não consegui descobrir quem foi o mentor do tal art. 4º da Medida Provisória nº 280, que tratava do Imposto de Renda e não tinha nada a ver com Vale-Transporte. Mas felizmente o Governo atendeu os pedidos de V. Exª, Senador Romeu Tuma, e de outros Senadores – e o Senador Romero Jucá comentava comigo que também houve pedidos por parte de alguns Deputados Federais – e mostrou a sua sensibilidade, revogando o art. 4º. Está de parabéns o Congresso Nacional, o Executivo e o Presidente José Sarney, que foi o autor dessa proposta que, felizmente, está garantida. Obrigado pelo aparte.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado, Senador Paulo Paim. Sentimos que esta Casa, sempre que dá um grito, é ouvida. Assim, sempre teremos em mente que devemos gritar.

Pergunto ao Presidente se poderia conceder o aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares e, em seguida, ao Senador Romero Jucá. (Pausa.)

Concedo o aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Romeu Tuma, gostaria de me congratular com V. Exª pela oportunidade deste pronunciamento, enfocando um assunto que realmente era motivo de preocupação de muitos brasileiros, principalmente daqueles que dependem de um transporte coletivo, daqueles trabalhadores que tinham no vale-transporte a garantia de que chegariam ao seu emprego, ao seu trabalho, no horário certo e determinado. Essa ameaça que foi a Medida Provisória nº 280 felizmente foi afastada pelo próprio Governo, que resolveu voltar atrás. Isso significa dizer que este Governo que atende aos reclamos da sociedade, da democracia, dos Parlamentares é um Governo afinado com o regime de liberdade, com o regime de proposições em que os trabalhadores têm que ter prioridades, têm que ter um tratamento diferenciado, porque são, por assim dizer, a força motriz do nosso País e deles depende a sobrevivência da empresa nacional. Quero também enfatizar que caminhei ao lado do Presidente José Sarney – eu, Governador de Sergipe; ele, Presidente da República – e posso afiançar que, em matéria de administração pública, de realização governamental, ninguém supe-

rou, até hoje, o nosso Presidente José Sarney em realizações no meu Estado de Sergipe. Sou muito grato ao Presidente José Sarney por tudo o que ele fez, não só por Sergipe, mas pelo Brasil inteiro, como Governo democrático, como Governo aberto, como Governo que prestigiava o Parlamento, dando força às liberdades democráticas. Foi ele que, realmente, depois de Tancredo Neves, impulsionou o regime de liberdade no Brasil. Hoje, vivemos uma democracia de verdade, uma democracia perene, permanente, graças à atuação marcante, histórica desse grande amigo dos brasileiros e meu grande amigo também, que é o Senador José Sarney, que foi Presidente do Congresso. E sabemos que a visibilidade que temos hoje, por meio da TV Senado, do **Jornal do Senado**, devemos ao Presidente José Sarney. Agradeço a V. Exª pela oportunidade deste aparte, Senador Romeu Tuma.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – Obrigado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares. V. Exª tem razão, o Presidente Sarney reimplantou a democracia neste País com suor, sangue e lágrimas. Acompanhei de perto todo o seu sofrimento, até que se impusesse esta democracia que vivemos hoje.

Concedo o aparte ao Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Meu caro Senador Romeu Tuma, também quero somar a minha voz aos que falaram a respeito da Medida Provisória e da posição do Governo. Que bom que o Governo ouviu a Casa! E é bom que o Governo ouça cada vez mais esta Casa. Nós, independentemente de posicionamentos partidários, estaremos sempre voltados para buscar o melhor para o povo brasileiro, e essa tem que ser também a intenção do Governo. Ouvindo os reclamos de todos, tivemos condição de conversar com vários setores do Governo. Sabiamente, apesar de haver posições defensáveis na questão da discussão, o Governo preferiu retirar da Medida Provisória o texto que geraria uma polêmica grande e não traria nenhuma contribuição, pelo menos neste momento. Então, fico também satisfeito de ver a solução dada de forma a que prevaleça o entendimento político e o posicionamento do Congresso. Quanto ao Presidente Sarney, a que todos se referiram, também quero dizer que praticamente comecei minha vida pública aqui em Brasília pelas mãos do Presidente Sarney. Tive a satisfação de ser nomeado três vezes por ele. Fui nomeado Presidente do Projeto Rondon, quando vim de Recife para cá; depois, fui nomeado Presidente da Funai e, por último, Governador do Território de Roraima. Durante todo o Governo do Presidente Sarney, sem dúvida alguma, o que foi dito aqui é verdade: sempre esteve presente a visão de estadista preocupado com

o futuro, com o fortalecimento e a consolidação de uma democracia que era frágil. Sabíamos dos problemas que vivíamos, mas o Presidente Sarney tinha os olhos postos no futuro e sabia a posição e a missão que o aguardava na Presidência da República, muitas vezes, com muito sofrimento, com muito padecer. Tive oportunidade de acompanhar várias vezes as agressões até injustificadas e injustas que lhe eram feitas, mas o Presidente, sempre sereno, nos aconselhava e nos orientava a colocarmos de lado esse tipo de provocação e continuarmos firmes, olhando para o objetivo final, que era o fortalecimento do País. Então, aproveitei o discurso de V. Ex^a para fazer este registro e dizer que não foi somente com a criação do vale-transporte que o Presidente Sarney marcou a sua ação de governo, mas também com ações sociais profundas, iniciando o processo de forte intervenção na complementação de renda da população mais pobre do País. Sem dúvida alguma, fez e faz história, e é por isso que o PMDB tem a honra de tê-lo como mestre, como uma direção, como uma bússola, principalmente nos momentos de dificuldades em que o nosso Partido viveu e tem vivido.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito obrigado, Senador Romero Jucá, V. Ex^a demonstra o reconhecimento ao Presidente Sarney, que viu em V. Ex^a um administrador eclético, passando por várias atividades diferenciadas, o que trouxe uma experiência maravilhosa para esta Casa. V. Ex^a é sempre o ponto de congraçamento das idéias aqui, para que se busque a melhor, principalmente com relação a alguns projetos cuja discussão possa levar ao rompimento. V. Ex^a sempre procura buscar o equilíbrio.

Vendo o sorriso maravilhoso da Senadora Heloísa Helena, lembrei-me de que hoje tive a oportunidade de vê-la, por fotografia, com o cabelo solto, a pedido da maioria das leitoras da revista em que está publicada a foto.

Senadora Heloísa Helena, trago um assunto com que V. Ex^a tem tido muita preocupação – sei que V. Ex^a se dedica ao problema de pessoas com dificuldades de visão. No dia 24 de fevereiro, assustei-me quando vi que o Governo suspendeu as cirurgias em mutirão. Conheço esse processo há mais de cinco anos, seis anos, pela Escola Paulista de Medicina, em que todos colaboravam – até grupos estrangeiros vinham colaborar com essa cirurgia. Mas o Governo resolveu suspendê-las para estudar uma melhor forma. Não sei, mas a melhor forma é dar dinheiro – pelo menos é o que entendo – e aumentar a capacidade de hospitais que possam fazer esse mutirão.

Sr. Presidente, V. Ex^a, que é médico, deve conhecer profundamente essa cirurgia, principalmente a de catarata, e há outras que vão surgindo. Sabemos que essas pessoas não têm possibilidade de buscar um hospital particular.

Sr. Presidente, peço encarecidamente a V. Ex^a que autorize a publicação do artigo do Dr. Miguel Srougi, médico pós-graduado em urologia pela Harvard Medical School e Professor Titular de Urologia da Faculdade de Medicina da USP, recém-empossado. Há, nesse artigo, três tópicos destacados, que passo a ler:

Realidade

Nosso país não despertou completamente para uma nova realidade, que está transformando as sociedades mais desenvolvidas.

Gastos

No Brasil, são gastos, anualmente, US\$ 124 por habitante em saúde e nem o mais convicto otimista pode achar que as coisas estão bem.

Juros

O Brasil pagou, em 2005, R\$ 157 bilhões de juros da sua dívida (...) sem atenuar as injustiças, a penúria e a desigualdade.

Peço a publicação desse artigo, Senadora Heloísa, porque é muito importante e voltado para as pesquisas de universidades. E o Governo tem falhado com isso, porque, preocupado com outras ações sociais, esquece-se do desenvolvimento tecnológico na busca de melhoria, principalmente na área da saúde.

Sr. Presidente, peço encarecidamente que autorize a publicação desse artigo, não apenas pela homenagem que fizemos há uma semana ao Professor Miguel, quando assumiu a cátedra no lugar de outro grande cirurgião, Sami Arap, mas também para que o povo tome conhecimento de que um professor que disse que assumiu essa cátedra por acaso, e não por sua história médica. Mas buscou realmente conquistá-la por meio de concurso público e de demonstrações claras, na evolução de sua vida médica.

Agradeço a V. Ex^a e deixo por conta da Taquigrafia, se possível, a publicação deste artigo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e peço desculpas pelo atraso.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMEU TUMA EM SEU PRONCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ARTIGO

“Alguns coisa está errada por aqui”

MIGUEL SROUGI
ESPECIAL PARA A FOLHA

Em 17 de fevereiro último, tomei posse na Faculdade de Medicina da USP envolvido por sentimentos intensos. O primeiro deles de reconhecimento pela graça. Num país que tem 53 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, eu consegui escapar. Num país onde apenas 10% da população adulta chegou à universidade, eu consegui ser incluído. Num país que agora tem 305 mil médicos e menos de 50 atingem a posição de professor titular na USP, eu fui escolhido.

Estava tomado, também, por outro sentimento. Passava a ter uma nova tribuna para debater três temas seminais da área médica, ainda não bem resolvidos e que me despertaram um certo desconforto: o sentido real da cidadania e da pesquisa em nosso meio, o nosso papel como educadores médicos e a quantidade dos sistemas públicos de saúde.

Quando falo em sentido real da ciência e pesquisa, penso que o nosso país não despertou completamente para uma nova realidade, que está transformando as sociedades mais desenvolvidas. Nessas, consolidou-se um novo paradigma, segundo o qual os investimentos em pesquisa devem ser in-

tensamente promovidos sempre que eles ampliarem o estoque de conhecimentos e forem seguidos de desenvolvimento tecnológico, ou seja, quando produzirem avanços que beneficiem a sociedade e promovam o bem-estar do homem. Aqui no Brasil, essa idéia não foi bem compreendida, portanto, o conhecimento tem sido gerado sem um compromisso maior com a qualidade e com sua aplicação prática enriquecedora. Como consequência, importamos o saber e remetemos anualmente para o exterior cerca de US\$ 4 bilhões, sob o rótulo de “transferência de tecnologia”. Para quem não entendeu, US\$ 4 bilhões representam, quase o dobro de tudo o que o governo federal desinha para a educação do povo brasileiro a cada ano.

O papel transformador que a ciência e da pesquisa pode ter sobre o destino de uma nação tem na Coreia um exemplo emblemático. Em 1976, o Brasil registrou nos Estados Unidos três vezes mais patentes do que a Coreia e a nossa renda per capita era três vezes maior. Com investimentos maciços em educação e desenvolvimento tecnológico, a Coreia registrou, no ano de 2004, cerca de 4.000 patentes nos Estados Unidos; o Brasil, somente 220. Nesse mesmo ano, a

renda per capita na Coreia atingiu US\$ 20.400; no Brasil, ela foi de apenas US\$ 7.700.

A segunda questão seminal que me sensibiliza é a da educação médica. O exercício da medicina realizado na sua dimensão maior apóia-se em dois pilares: o conhecimento científico e o humanístico. Este conceito, aparentemente óbvio, explica por que o bom médico não é aquele apenas dotado de ilustração técnica mas também aquele que tem compaixão e estabelece relações humanas profundas, aquele que se posta ao lado do seu paciente, aquele que se preocupa com o bem-estar do paciente e não apenas com o lucro.

Com toda a intolerância que prevalece na nossa sociedade, incapaz de aceitar até os fatos médicos mais inexprimeis, como a decadência física pela idade e as doenças ou a morte incontrolável, com todo o ambiente indigente no qual atua um sem-número de médicos brasileiros e com todas as imperfeições da natureza humana, que atinge inclusive os médicos, é ainda possível produzir bons médicos? Tenho certeza de que sim.

Michelangelo dizia que cada bloco de mármore bruto escondia uma figura esculpida, pronta para ser liberada com um pouco de trabalho e talento. Essa é a função dos educadores médicos. Descobrir nos blocos amorfos os peque-

mos Davis e Pietás dotados não apenas de conhecimentos para ensinar mas principalmente de sentimentos humanísticos genuínos que irão reconfortar. E moldar nos blocos amorfos cidadãos que, além de amenizar o sofrimento, sejam capazes de influenciar suas comunidades, modificando o cotidiano das pessoas, transformando a sociedade e ajudando a desenhá-la um novo país.

Finalmente, na área de assistência médica, mais do que por soluções para o nosso sistema público de saúde, injusto e perdedor, gostaria de expressar um pouco das minhas angústias. De acordo com o Projeto do Milênio, patrocinado pelas Nações Unidas, se cada país em desenvolvimento aplicar corretamente, a cada ano, US\$ 110 por habitante, ao cabo de dez anos estarão resolvidos os problemas da fome, da mortalidade materna e infantil e das doenças transmissíveis que assolam os países do Terceiro Mundo. No Brasil, são gastos, anualmente, US\$ 124 por habitante na área de saúde e nem o mais convicto otimista pode achar que as coisas estão bem aqui.

A bem da verdade, não só aqui mas também em todo o planeta. De acordo com a Organização

Mundial da Saúde, enquanto no Japão a expectativa de vida da população aproxima-se de 85 anos, existem 13 países no mundo, os mais pobres, obviamente, onde a expectativa de vida é menor que 35 anos; em Serra Leoa, a vida média de seus habitantes é de apenas 26 anos. A própria Organização Mundial da Saúde dá uma das explicações para essa injustiça, a chamada “desproporção 10/90”: Cerca de 90% dos recursos mundiais gastos na saúde são consumidos pelos 10% mais ricos da população; os restantes 90% dos habitantes do planeta recebem apenas 10% do total de recursos. Fato que se agrava quando se lê isso; meu desconforto aumenta quando desconfio que isso deva estar acontecendo no Brasil.

Infortunadamente, muitas situações não terminam por aí. Na verdade, elas se tornam quase insuperáveis quando descobro que o Brasil pagou, em 2005, R\$ 157 bilhões de juros de sua dívida. Cento e cinquenta e sete bilhões de juros, sem reduzir a nossa dívida e sem atenuar as injustiças, a penúria e a desigualdade no Brasil. Cento e cinquenta e sete bilhões de juros, enquanto o governo federal gastou somente R\$ 7 bilhões com a educação e R\$ 33 bilhões com a saúde, para assistir a todo o povo brasileiro. Não quero ser panfletário, muito me-

nos pregar a irresponsabilidade, mas alguma coisa está errada por aqui!

No início do texto, lembrei que 53 milhões de brasileiros vivem abaixo dos limites da dignidade humana, o que me remete a um outro país, aquele dos outros 132 milhões, onde, em algumas áreas, a renda per capita anual chegou a quase R\$ 17 mil em 2003 (no Maranhão foi inferior a R\$ 2.500), onde os índices de analfabetismo situam-se em 7% (na região Nordeste é de 31%), onde a taxa de mortalidade infantil em 2003 foi de 17 para cada mil nascimentos (no Maranhão foi de 56). Como membro do grupo dos 132, sou tomado por uma aflição quase insuperável quando imagino que o outro Brasil pode estar cantando Chitãozinho e Coringa. “Sei que estás em festa, pá / Fico contente / Enquanto estou ausente / Guarda um cravo para mim / Sei que há léguas a nos separar / Tanto mar, tanto mar / Sei também quanto é preciso, pá / Navegar, navegar”.

Enquanto nossos governantes não ofereçam os barcos e portos seguros, acho que não custa nada tentarmos fazer a nossa parte.

Miguel Srougi, 59, médico, pós-graduado em urologia pela Harvard Medical School (EUA). É professor titular de urologia da Faculdade de Medicina da USP.

JUROS



O Brasil pagou, em 2005, R\$ 157 bilhões de juros da sua dívida (...)

sem atenuar as injustiças, a penúria e a desigualdade

GASTOS



No Brasil, são gastos, anualmente, US\$ 124 por habitante em saúde e nem o mais convicto otimista pode achar que as coisas estão bem

aquí

REALIDADE



Nosso país não despertou completamente para uma nova realidade, que está transformando as sociedades mais desenvolvidas

nessas

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Concedo a palavra, sem prejuízo da ordem de inscrição dos oradores, à Senadora Lúcia Vânia, por permuta com o Senador Antonio Carlos Valadares.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sra.s e Srs. Senadores, venho à tribuna hoje para fazer um alerta à população do nosso País, em especial à parcela formada pelos cidadãos mais carentes, que estão sendo iludidos pelas benesses oferecidas pelo Presidente da República.

Falo a respeito das chamadas farmácias populares, que o Presidente Lula está anunciando, mais uma vez, como sendo uma verdadeira panacéia para resolver a questão dos altos preços dos medicamentos, muitas vezes inacessíveis às camadas mais pobres da população.

No ano de 2004, quando pela primeira vez o Ministério da Saúde apresentou a proposta, mostrei, aqui nesta mesma tribuna e em artigo publicado no **Jornal do Brasil**, que as farmácias populares não se justificavam.

Além de representarem um gasto exorbitante para os cofres públicos, as farmácias populares, na verdade, estavam, e estão, na contramão dos princípios estabelecidos pelo Sistema Único de Saúde, cujo objetivo é garantir a distribuição gratuita de medicamentos aos carentes.

Ora, se é preciso pagar pelo remédio, mesmo que a um custo mais baixo, o Programa de Farmácia Popular fica de fora do princípio da universalidade dos programas sociais do Governo, uma das exigências da Emenda Constitucional nº 29, que define o montante mínimo de recursos para a saúde.

Em 15 de junho de 2004, o Presidente Lula foi ao programa de rádio “Café com o Presidente”, para dizer:

A farmácia popular é para atender aquelas pessoas que pegam a receita e têm que comprar remédio numa farmácia normal. Eu já cansei de ver pessoas entrarem em farmácias, perguntar quanto custa o remédio e sair sem comprar, porque não têm dinheiro.

Foi contra essa incoerência apregoada em 2004, e que agora se repete, que me pronunciei e volto a me pronunciar.

Se a população mais pobre não tinha e ainda não tem condições de comprar remédios e se o Sistema Único de Saúde garante a distribuição de medicamentos, a quem as farmácias populares estão beneficiando na realidade? Além de pago, o remédio pode ser ad-

quirido por qualquer pessoa, não importando se ganha salário mínimo ou altos rendimentos. Basta apresentar a receita, que pode ter sido aviadada por médico do SUS ou de consultório particular.

No ano de 2004, primeiro ano do programa, a pretensão do Governo era implantar 100 farmácias populares entre os meses de julho e dezembro, e chegar a 2006 com mil farmácias em funcionamento. A previsão de gastos para as primeiras 100 unidades era de R\$277 milhões, assim distribuídos: R\$255 milhões na aquisição e distribuição de medicamentos; R\$2 milhões na implantação das farmácias e R\$20 milhões na sua manutenção. Ou seja, naqueles seis meses, o Governo estaria gastando, para implantar cada farmácia, cerca de R\$3 milhões!

Os planos do Governo, no entanto, não deram certo e nem mesmo entre Palácio do Planalto e Ministério da Saúde existe, hoje, coerência sobre o número de farmácias instaladas. Enquanto o Palácio divulga que implantou 108, o Ministério afirma que são 111, e que a meta é chegar a 350 unidades até o fim do ano.

Nem um nem outro reflete os números das metas físicas do Relatório Anual de Avaliação do PPA 2004/2007, exercício 2005, do Ministério do Planejamento e Orçamento e nem os do Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, a que tive acesso no final de fevereiro.

Segundo o Siafi e o relatório do PPA, foram implantadas, em 2004, 27 farmácias populares, estando em fase de implantação, em 2005, mais 35 unidades. Os números do Siafi apontam que, em 2005, considerando a implantação e manutenção das farmácias, o Governo gastou R\$51 milhões. A previsão para 2006, ainda de acordo com o Siafi, é de um crescimento nos gastos da ordem de 304%, saindo de R\$51 milhões para R\$206 milhões. Esse substancial crescimento se deve, basicamente, à previsão de manutenção das farmácias, que passará de R\$30 milhões, em 2005, para R\$187 milhões, em 2006, com um crescimento de 523%, ou seja, quase seis vezes mais.

Sr. Presidente, Sra.s e Srs. Senadores, essa exorbitância de gastos poderia estar sendo empregada para garantir a ampliação da produção e distribuição de medicamentos gratuitos pelo SUS. Mas, na verdade, o Presidente Lula está tentando garantir sua reeleição, usando as farmácias populares e os programas sociais.

O Governo está desviando o foco do programa para uma espécie de convênio com farmácias particulares, para que vendam medicamentos com preços mais baixos ou subsidiados. Esse é, sem dúvida, mais um balão de ensaio do Executivo.

Em 2005, o Governo enviou à Câmara dos Deputados, em regime de urgência, o Projeto de Lei nº 5.235, para subsidiar a venda de medicamentos nas farmácias particulares. Seria formada uma comissão para formular a lista de remédios beneficiados pelos descontos, mas a idéia não saiu do papel. O regime de urgência foi retirado, e a proposta do Governo caiu no esquecimento.

Sr. Presidente, Sra.s e Srs. Parlamentares, o Governo está iludindo a população mais uma vez, com o único objetivo de fazer campanha antecipada para o Presidente Lula. Se tivesse realmente a intenção de beneficiar a população mais carente, o Governo estaria trabalhando, desde que assumiu, para ampliar a distribuição de medicamentos essenciais.

É assim que deve trabalhar um governo que alardeia programas sociais destinados às camadas mais pobres. Em vez disso, o Presidente da República vai ao rádio para dizer, como fez em 2004, que as farmácias populares vão atender aos milhões de brasileiros que não participam do SUS, que vão ao seu médico particular ou no seu plano de saúde, mas que saem com uma receita e não podem comprar o remédio.

É preciso esclarecer ao Senhor Presidente que o SUS existe para todos os brasileiros. É preciso esclarecer, ainda, que as farmácias populares, como bem diz o nome, foram criadas para os mais carentes, para aqueles que não têm acesso à saúde particular.

Sr. Presidente, creio que é dever desta Casa levar este alerta à população, para que mais uma vez não se deixe enganar por falsas promessas que não se concretizarão.

É oportuno salientar que, no próximo dia 13 de maio, o Conselho Nacional de Saúde vai se reunir com todos os partidos, no Rio de Janeiro, para estabelecer um compromisso dos partidos em relação ao Sistema Único de Saúde. É preocupação de todos os que defendem esse sistema uma reflexão profunda a respeito do que tem acontecido após 15 anos de execução do projeto e quais são as atitudes e iniciativas que devemos tomar para que esse sistema seja preservado, para que a população brasileira deixe de sofrer nas filas e deixe de esperar pelas cirurgias que não acontecem, como foi citado anteriormente pelo Senador Romeu Tuma em relação às cirurgias que não foram realizadas.

É preciso que o povo brasileiro tenha à disposição um sistema único justo, humano e benéfico para aqueles que mais precisam dele.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sra.s e Srs. Senadores, quero falar hoje um pouco sobre o vale-transporte. O Senador Romeu Tuma já o fez, e muito bem, lembrando que nós iniciamos um movimento logo após a edição da Medida Provisória nº 280, no dia 16. Trabalhamos quarta e quinta-feira daquela mesma semana e, felizmente, depois de debater a matéria em plenário no dia 21, o Governo atendeu a solicitação não somente minha, mas do Senador José Sarney e de tantos outros senadores e deputados, editando a Medida Provisória nº 283, de 23 de fevereiro de 2006, que revogou o art. 4º da Medida Provisória nº 280, de 15 de fevereiro de 2006, preservando um direito dos trabalhadores conquistado há mais de vinte anos, na época em que V. Exª, Senador José Sarney, ex-Presidente desta Casa, governava o País com os olhos – lembro-me muito bem da palavra-chave – voltados para o social, “Tudo pelo Social”.

Depois do vale-transporte, veio o vale-alimentação. E aqui, no dia 21, em minha argumentação, eu dizia que o primeiro passo seria o vale-transporte e que depois cairia o vale-alimentação, se o Governo, pela pressão de alguns, eu diria, mal-intencionados da sociedade, não mantivesse pequenas conquistas alcançadas pelos trabalhadores e asseguradas a eles durante essas duas décadas, entre elas o vale-transporte e o vale-alimentação.

Felizmente, o Governo foi sensível à argumentação de todos nós e revogou, no último dia 24, sexta-feira, ao editar a Medida Provisória nº 283, o art. 4º da Medida Provisória nº 280. Não foi uma vitória do Presidente Sarney, nossa, de Pedro ou de Paulo, mas uma vitória da sociedade brasileira.

V. Exª argumentou muito bem, Presidente Sarney, ao apresentar um argumento que poucas pessoas apresentaram aqui. Toda vez que a gasolina aumenta, sendo o vale-transporte incorporado ao salário do trabalhador, aumenta o salário do trabalhador? Claro que não. O vale-transporte é definitivo, ele é mantido, não importando se a gasolina subirá ou não. Esse argumento eu não tinha ouvido na sexta-feira, no dia 21, quando fizemos o debate. V. Exª, que já tinha argumentado junto ao Governo – sei disso – o fez muito bem, consolidando o vale-transporte como uma conquista definitiva dos trabalhadores. Por isso, parabéns a V. Exª.

Quero lembrar ainda que o Deputado Affonso Camargo, à época do seu Governo, trabalhou muito para que o vale-transporte fosse assegurado aos trabalhadores.

Também aproveito a oportunidade para comunicar à Casa que, na próxima segunda-feira, às 10 horas

da manhã, na Comissão de Direitos Humanos, com a presença de sindicalistas de todo o País, do DIAP e do advogado Daisson Portanova, especialista em Previdência, faremos uma audiência pública para debater o fator previdenciário.

Presidente Sarney, volto novamente a V. Ex^a para dizer que não é da sua época o fator previdenciário. Naquele tempo, era a média dos últimos 36 meses. Que saudade daqueles 36 meses que garantiam o princípio da aposentadoria integral! Com o fator previdenciário, a redução direta no ato da aposentadoria é em torno de 35% a 40% do vencimento do trabalhador. Faremos um belo debate, creio, na Comissão de Direitos Humanos, na próxima segunda-feira, às 10 horas. Qual o objetivo? Fazer uma mobilização nacional para, inversamente ao que fizemos com o vale-transporte, não permitindo que caísse, revogar o fator previdenciário e fazer com que o cálculo das aposentadorias seja uma média dos últimos 36 meses, o que vai garantir o princípio da integralidade e não o redutor, que é mantido no fator previdenciário.

Aproveito também este momento, Senadora Heolisa Helena, para destacar que no dia 20 realizou-se em São Paulo um grande debate promovido pelas centrais sindicais e confederações de trabalhadores sobre a questão da redução da jornada de trabalho. Nesse debate foi comprovada, mais uma vez, a importância da redução da jornada sem redução dos salários como forma geradora de emprego. Lembro-me de que nesse debate, também, foi mencionada a importância da redução das horas extras. Se as horas extras fossem reduzidas, geraríamos, de imediato, algo em torno de dois milhões de novos empregos. Se reduzida a jornada nos moldes que apresentamos, serão gerados cinco milhões de novos empregos.

Está comprovado que a redução da jornada diminui os acidentes e as doenças do trabalho e aumenta a qualidade de vida do trabalhador. Permite, inclusive, que o trabalhador se recicle, aprendendo outras profissões para combater o desemprego, devido à alta rotatividade no País. Sem sombra de dúvida, com a redução da jornada e com os empregos gerados, a Previdência arrecada muito mais.

Estamos discutindo aquela velha tese de que é possível, sim, a previdência pública no Brasil ser superavitária, como o é. Quanto mais arrecadar, quanto mais trabalhadores estiverem em atividade, mais a Previdência estará ativa.

A Sra. Lúcia Vânia (PSDB – GO) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora Lúcia Vânia, o aparte de V. Ex^a me prestigiará.

A Sra. Lúcia Vânia (PSDB – GO) – Senador Paulo Paim, aproveito a oportunidade para cumprimentá-lo, primeiramente, pelas audiências públicas que tem realizado e temos tido o prazer de assistir, tratando da recomposição do salário mínimo de forma permanente. V. Ex^a dá um exemplo a esta Casa de preocupação com o salário mínimo – aliás, essa tem sido sua bandeira por vários mandatos. Quero cumprimentá-lo também pela questão abordada no início: o vale-transporte. As considerações feitas por V. Ex^a, pelo Senador Romeu Tuma e pelo Senador José Sarney transmitem o pensamento desta Casa. Não poderia deixar de lembrar que o Senador Alvaro Dias preparou uma emenda para a medida provisória visando recompor o vale-transporte nos moldes em que ele foi criado. No entanto, fomos surpreendidos com a medida provisória. Não foi sem tempo que o Governo refletiu melhor, entendendo que jamais poderia reverter o recebimento do vale-transporte para dinheiro, porque isso prejudicaria não só o trabalhador mais carente, mas também a Previdência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora Lúcia Vânia, cumprimento V. Ex^a por demonstrar grande preocupação com as questões relacionadas aos interesses dos trabalhadores, dos deficientes, dos idosos e, naturalmente, dos aposentados e pensionistas.

Eu tive a honra de debater esses temas sob a orientação de V. Ex^a na Comissão de Assuntos Sociais, quando V. Ex^a era Presidente. Por isso me sinto muito à vontade, quando V. Ex^a faz o aparte porque comungamos no mesmo pensamento em relação ao direito dos trabalhadores, dos aposentados, dos deficientes, enfim, de todos os discriminados sejam as crianças, os idosos, os negros, sejam índios, sejam as mulheres. A Comissão de Assuntos Sociais cumpre esse papel. E eu tenho trabalhado lá com V. Ex^a com muita satisfação.

Lembro que há um projeto de minha autoria – cuja relatoria é de V. Ex^a, e o parecer é favorável – de lei complementar sobre um artigo da Constituição que até hoje não foi regulamentado e que se refere às creches para crianças nas empresas da área privada. O parecer de V. Ex^a, que tive a oportunidade de ler, aponta exatamente para essa regulamentação, o que mostra a sua preocupação com esse tema que é caro a todos nós.

Sra. Presidente, eu gostaria de, neste momento, lembrar a todos na Casa que, na terça-feira, teremos outra audiência pública na comissão mista composta de 11 Deputados e 11 Senadores que está discutindo o salário mínimo e o benefício dos aposentados e pensionistas sob a ótica de uma política permanente. Nesta terça-feira, ouviremos os representantes dos

Prefeitos e também o representante dos funcionários das prefeituras. Sempre que vamos debater essa questão de benefícios a aposentados e pensionistas, há um setor – não são todos os Prefeitos – que diz que o salário mínimo não pode ser aumentado porque isso quebraria as Prefeituras.

Sei que V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena, pensa diferente, pensa como eu, ou seja, que o problema das prefeituras não é o mísero salário mínimo, mas vamos dar a oportunidade a todos de falarem. Nesses dias, tivemos especialistas na área técnica e econômica com um dos quais V. Ex^a polarizou, o que, como Relator, considere muito positivo. É muito bom quando alguém pensa que o problema da economia é o salário mínimo. V. Ex^a foi muito feliz quando rebateu. Claro, o problema da economia não é o salário mínimo; é a taxa de juros, é o câmbio, é mercado interno, externo, é exportação. Então, vamos dar oportunidade a que todos possam falar. Como Relator dessa comissão mista, de cujas reuniões V. Ex^a não tem se ausentado, considero muito bom para a Comissão que, V. Ex^a, que é candidata a Presidente da República, esteja sempre lá debatendo, polarizando e colocando o seu ponto de vista. E vai ser muito bom que nesta semana ouçamos as duas associações nacionais de Prefeitos que dizem que o problema das Prefeituras, na ótica deles – não é sempre, mas em certos momentos – é o salário mínimo. Com certeza, na época eleitoral, eles não dizem que o salário mínimo é o problema deles. Então, vamos deixar que eles coloquem seus pontos de vista. Virá também um representante dos servidores dos Municípios, como dizia antes, que manifestarão também os seus pontos de vista sobre esse tema.

Acho que a Comissão está avançando, e espero que consigamos construir o que chamamos de uma política permanente de recuperação do salário mínimo e de benefício dos aposentados e pensionistas. Há uma expectativa muito grande porque, até hoje, eles não sabem, Sra. Presidente, se o reajuste deles virá em junho, virá em maio, em abril, e de quanto será. O salário mínimo está praticamente definido, queiramos ou não. Há um projeto de lei que fixa o valor. Claro que vai ser debatido aqui no Congresso, poderá ser emendado ou não, mas tudo indica que não ficará muito longe de R\$350. Deve ficar em torno desse valor, eu diria, porque não tenho bola de cristal para saber qual será a decisão dos Senadores e Deputados na votação. Os aposentados não sabem ainda e nos procuram e a setores do Governo na expectativa de receber também o percentual que foi dado ao salário mínimo.

Esse debate continua, é um bom debate. Não é por ser ano eleitoral, como alguns dizem, que ele vai inviabilizar a construção de uma política permanente.

Pelo contrário. Por ser ano eleitoral é que podemos, no debate, ver qual é o compromisso dos candidatos, seja candidato a Deputado Estadual, Federal, Governador, Senador ou mesmo Presidente da República, quando o tema é o salário mínimo e o benefício dos aposentados e pensionistas.

Para concluir, Sra. Presidente Heloísa Helena, eu queria destacar que estou muito preocupado com o desemprego no setor do calçado. A situação das empresas brasileiras que produzem calçados é da maior gravidade. No Vale dos Sinos, que V. Ex^a conhece bem porque já esteve lá – inclusive em minha campanha; foi para o palanque, gravou na televisão um depoimento de apoio a nossa candidatura num momento muito difícil –, eu diria que 25 mil trabalhadores foram demitidos num período de oito meses. Falava-me outro dia um representante dos trabalhadores que, na região de Franca, Estado de São Paulo, de 8 mil a 12 mil funcionários já foram demitidos. Com a desvalorização do dólar, a situação tende a agravar. O comum agora, com relação às empresas do Brasil da área do calçado, não é o fato de irem para o Norte e Nordeste – pelo menos seria uma disputa entre nós –, é irem para outros países, para a China, para a Índia ou aqui para a Argentina, devido à queda do dólar. Não compensaria mais produzirem com essa relação real/dólar. Essa é uma preocupação muito grande, e a Casa e o Governo devem debatê-la.

Calculem os senhores o que dói numa família ver o desemprego entrando pela porta; o desemprego entra e não pede licença. V. Ex^a também fala muito neste tema. É o pão, é o leite, é a passagem do ônibus, é o tíquete que o trabalhador não vai ter mais porque estará desempregado – nem o de alimentação, nem o tíquete transporte. O desemprego, o fantasma do desemprego no setor de exportação, principalmente na área do calçado, é grave.

E agora, com a chamada gripe aviária, nós, que no Rio Grande do Sul exportamos muito frango, já estamos começando a sentir também esse outro impacto, que vai gerar outros milhares e milhares de desempregados. O momento é delicado e mexe com a nossa sensibilidade. Por isso trazemos o tema do desemprego ao debate. Não se trata apenas da redução de jornada. Reduzir a jornada apenas não resolve a situação, sabemos que é toda uma política que tem que ser discutida, analisada, para sabermos se é possível reduzir a jornada sem redução de salário como forma de gerar emprego. Ao mesmo tempo, devemos pensar na taxa de juros, pensar no câmbio, pensar na política de exportação e, naturalmente, pensar no fortalecimento do mercado interno, devido à situação muito grave no Rio Grande do Sul.

Fica este alerta. Agradeço a V. Ex^a pela tolerância.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Heloísa Helena.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena – P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a e parabeno-o pelo pronunciamento.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo, anunciando os demais oradores: depois do Senador Mozarildo Cavalcanti, o Presidente José Sarney, o Senador Antonio Carlos Valadares e outros que queiram se inscrever depois de mim também.

Concedo a palavra a V. Ex^a pelo tempo regimental ou que entender necessário ao seu pronunciamento.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sra.s e Srs. Senadores, não há dúvida que a democracia é o melhor dos regimes políticos. Também é sabido que o contraditório é a regra basilar da democracia e do direito. Por isso, denunciar fatos julgados ilícitos é dever de todo cidadão, mormente do profissional da imprensa e do Parlamentar. Há, porém que se assegurar ao denunciado o direito constitucional de ampla defesa, sem o que a denúncia ou é injusta ou é calúnia, difamação ou injúria.

No dia 21 de fevereiro do corrente ano, numa semana pré-carnavalesca, o Senador Romero Jucá, que até bem pouco tempo estava aqui no plenário, fez uma série de acusações ao Governador do meu Estado de Roraima, inclusive, chamando-o de bandido.

Entendo, Sra. Presidente, ser oportuno diante do ocorrido, fazer um breve histórico da trajetória desse homem público que, aliás, governa Roraima pela terceira vez, tendo sido o primeiro Governador eleito do nosso Estado, criado pela Constituição de 1988, da qual tenho muito orgulho de ter sido membro como Deputado Constituinte, cujo Governador **pro tempore** ou biônico, como se diz no linguajar popular, foi justamente o Senador Romero Jucá, que foi derrotado pelo atual Governador Ottomar Pinto, na primeira eleição para Governador do Estado, em 1990. Daí começaram as mágoas do Senador Jucá, apesar de, nessa eleição, ter elegido a sua esposa, a Sra. Tereza Jucá para a Câmara dos Deputados. Em 1994, Jucá elege-se Senador, mas seu candidato a Governador perde a eleição para Neudo Campos indicado e apoiado pelo Governador Ottomar Pinto. Em 1998, Neudo Campos se reelege Governador, derrotando a esposa do Senador Romero Jucá, a Sra. Tereza Jucá, atual Prefeita de Boa Vista, Capital do meu Estado.

Desde 1990 até a presente data, o Senador Romero Jucá tem usado de todos os meios, seja mediante os veículos de comunicação que controla – uma RTV da Rede Bandeirantes, chamada TV Caburaí, uma RTV da TV Record, chamada TV Imperial e de uma rádio, a Rádio Equatorial; seja da tribuna do Senado, para atingir, com denúncias, os seus mais variados adversários políticos.

Foi assim durante o primeiro Governo Ottomar Pinto, no Governo Neudo Campos, no Governo Flamarion Portela e agora no atual e novo Governo de Ottomar Pinto, não se preocupando em atingir nacionalmente a imagem de um Estado novo, pequeno e pobre, como é o nosso, para satisfazer seus interesses políticos.

Quanto ao discurso proferido em 21 de fevereiro, esclareço que protocolei na Presidência do Senado e na Corregedoria do Senado, ofício em que busquei esclarecer as denúncias do Senador Romero Jucá e peço seja transcrito, na íntegra, como parte deste meu pronunciamento.

Enviarei cópia desse ofício a todos os Srs. Parlamentares para que possam, com calma, analisá-lo, bem como os diversos documentos anexados.

Agora, Sra. Presidente, o que me admira é que o Senado, além de já ter arquivado denúncia contra o Senador Romero Jucá no Conselho de Ética, por desvio de dinheiro público, não tenha tomado qualquer medida para apurar três denúncias contra o Senador nesse mesmo Conselho de Ética, uma, aliás, de V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena, e outras duas de um jornalista do meu Estado.

A imagem do Senado fica mais abalada quando um de seus membros é acusado de crimes do que quando supostamente tem sua casa ou seu escritório, segundo ele, ameaçado de “invasão” pela imprensa, que apenas tentava comprovar denúncias de desvio de recursos e de bens públicos.

Espero que todas as denúncias sejam apuradas: as do Senador contra o Governador e as apresentadas contra o Senador, que estão dormitando no Conselho de Ética do Senado, para que amanhã não sejam engavetadas, prescrevam ou percam o objeto.

Sra. Presidente, faço este pronunciamento até um pouco magoado porque não é meu estilo, mas creio-me no dever de, em defesa do meu Estado, em defesa da própria imagem do Senado, vir aqui prestar esses esclarecimentos e cobrar da Mesa do Senado, da Corregedoria e do Conselho de Ética que tudo seja apurado, ou seja, as denúncias contra o Governador e também as denúncias contra o Senador.

Não podemos aqui fazer de conta que somos apenas uma confraria e acobertarmos os que uns e outros fazem de errado.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Ofício nº 159/2006/GSMCAV

Brasília, 24 de fevereiro de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Ed. Principal, 1º andar
Senado Federal

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Senador Renan Calheiros,

Venho à presença de Vossa Excelência, na qualidade de Senador da República pelo Estado de Roraima, esclarecer pontos sobre o pronunciamento feito pelo Senador Romero Jucá, no dia 21 de fevereiro do corrente ano (Doc. 1), quando responsabilizou o Governador do meu Estado, Ottomar Pinto, inclusive chamando-o de “bandido” (Doc. I, pág. 203), pela invasão do que ele diz ser seu escritório e da sua residência em Boa Vista, Capital de Roraima. A matéria foi transmitida pela TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado, **Jornal Senado** e outros veículos de comunicação, principalmente nos que direta ou indiretamente estão sob o comando do referido Senador (Docs. 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13).

Muito oportuna a providência que essa Presidência, por meio do Senador Romeu Tuma, que presidia a sessão no momento do pronunciamento do Senador Romero Jucá, e, que pelo que se depreende do Documento nº 1 (anexo) já sabia do teor do mesmo, pois, ao conceder-lhe a palavra, afirmou: “...Estamos abrindo uma exceção pela gravidade da comunicação que ele vai fazer” (pág. 201). Também chamou a atenção a interveniência do Senador Tião Viana que, ao pedir a palavra pela ordem, falou: “...estou no exercício da Presidência do Senado, devidamente delegado pelo Senador Renan Calheiros... solicito à Corregedoria imediata providência no sentido de apurar exemplarmente o fato e assegurar a devida proteção à autoridade, ao Senador da República, porque o Senado é atingido com o ato de invasão à propriedade e à vida pessoal de um Senador” (grifo nosso).

Zelo e providências devidas e oportunas diante da denúncia do Senador Jucá. Lamento, entretanto,

que os mesmos zelo e providências para com a imagem do Senado não tenham sido tomadas quando durante vários meses o Senador Jucá exercia o cargo de Ministro da Previdência Social, período em que a grande imprensa nacional: televisão, rádios, jornais e revistas publicaram um rol de denúncias contra o mesmo senador, inclusive a própria Comissão de Ética do Serviço Público, a Procuradoria Geral da República e o Supremo Tribunal Federal não aceitaram as explicações do Senador, tendo ele saído do Ministério denunciado pela Procuradoria Geral da República ao STF, que acolheu a denúncia e mandou a Polícia Federal proceder às diligências. Além disso, o Senador responde a outro processo referente a supostas irregularidades cometidas com verbas federais no município roraimense de Cantá. Existem várias denúncias contra o Senador Jucá; além de uma anterior já arquivada no Conselho de Ética do Senado. Mas, parece que nada atingiu o Senado. Tanto é que ele foi distinguido com a Vice-Liderança do Governo Lula no Senado.

Mas, vamos aos fatos que levaram o Senador Romero Jucá ir à tribuna acusar o Governador Ottomar Pinto pelos incidentes que ele relatou:

1. Na época em que o Senador Jucá era Ministro da Previdência, o Sr. Juan Sragowicz, irmão do falecido Deputado Moisés Lipnik, que mora em Miami, nos Estados Unidos, outorgou duas procurações (Docs. 17 e 18) para o Sr. Antonio Emílio Saenz Zurita, irmão da Prefeita de Boa Vista e esposa do Senador Jucá, concedendo-lhe poderes para gerenciar uma Rádio e uma RTV da TV Record (Rádio Equatorial e TV Imperial). De posse das referidas procurações, pessoas ligadas ao Sen. Romero Jucá invadiram as citadas emissoras e expulsaram sócio e funcionários das mesmas, apossando-se das referidas emissoras numa ação pessoal de polícia. Depois, o Juiz garantiu a posse provisória por liminar e o feito continua sendo apreciado pela Justiça.

É bom esclarecer que ambas as Emissoras de Rádio e TV faziam oposição ao Senador Romero Jucá. Reservo-me, para em ocasião própria comentar, se for necessário, sobre a TV Caburaí, que é RTV da Rede Bandeirantes e que trabalha politicamente para o Senador Jucá.

2. Os episódios denunciados pelo Senador, no dia 21 dos correntes mês e ano, tiveram sua origem em depoimento prestado pelo Sr. Cláudio Roberto Firmino de Oliveira, engenheiro eletricista, ao Ministério Público Federal – Procuradoria da República em Roraima, no dia 31 (trinta e um) de janeiro do corrente ano, em que fez graves denúncias contra o Senador Romero Jucá e à sua esposa Teresa Jucá, Prefeita de Boa Vista. (Doc. 14)

3. Obviamente, que esses fatos tendo chegado à imprensa local, a mesma buscou investigar, como é do seu dever, para esclarecer a verdade, que é o objetivo maior da Justiça e da Ética. (Doc. 15)

4. Por sua vez, o Governo do Estado de Roraima, por meio da sua Coordenadoria de Comunicação Social, enviou-me Ofício (Doc. 16) reproduzindo nota oficial publicada, em que esclarece os fatos.

Certo de que Vossa Excelência adotará as medidas legais cabíveis, quero, como representante do meu Estado, acompanhar todos os procedimentos necessários ao esclarecimento dos fatos, solicitando deles ser notificado.

Atenciosamente, _ Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao Senador José Sarney pelo tempo que entender necessário para o seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Querida e ilustre Presidente, Senadora Heloísa Helena; Sras. Senadoras, Srs. Senadores, ocupo a tribuna nesta tarde para recordar que no dia 28 de fevereiro de 1986, portanto há 20 anos, foi editado o Plano Cruzado, que considero uma das mais importantes e corajosas medidas tomadas no Brasil para proteger os pobres e o povo brasileiro.

Quando assumi a Presidência, a nossa economia estava numa situação extremamente difícil. Tínhamos um déficit de 60% do nosso orçamento. Hoje, fala-se num déficit de 4 e até de superávit. Pode-se, então, avaliar o que era. A nossa despesa era de 201 trilhões (com a moeda de então) e de 112 trilhões a nossa arrecadação.

Pesava também a dívida externa, que, naquele tempo, era impagável. Os anos 80, chamados de a “década perdida”, de certo modo foram assim considerados, não pelos países da América Latina e, sim, porque os Estados Unidos, para solucionarem os problemas internos da sua economia, elevaram os juros a níveis estratosféricos, que incidiram sobre as dívidas desses países, tornando-as impagáveis e desmoronando totalmente as economias da região.

Também devemos recordar que ainda estávamos com os efeitos da crise do petróleo de 1976, e, portanto, com uma inflação estava muito alta – naquele ano 300% –, e com a perspectiva de marcharmos para uma superinflação ou para uma hiperinflação.

Diante daquele quadro, tendo assumido o Governo nas circunstâncias em que o assumi – e de que todo o Brasil é testemunha –, com a morte do Presidente

Tancredo Neves, sem nenhuma legitimação política, vindo de um Estado pobre, sem ligações com os grupos econômicos do País, sem um partido político a me apoiar, sem ter participado da elaboração do programa do Governo, sem ter nomeado os meus auxiliares, a minha situação era extremamente difícil. Mas logo procurei estabelecer as diretrizes que iriam me nortear no Governo. A primeira delas era a minha certeza de que, se o Presidente não se legitimasse, teríamos um retrocesso político, porque, inevitavelmente, ele teria o mesmo destino dos Presidentes que haviam sido depostos.

No terreno da economia, a fórmula que me apresentaram foi a que existia naquele tempo e que, de certo modo, foi consagrada em todo o mundo, com muito maior profundidade, que era do Consenso de Washington e que levou ao neoliberalismo. Eu teria que entrar para um processo recessivo, de restrições profundas de despesa, e entrar numa reforma que desse à economia os instrumentos que, forçosamente, levariam ao desemprego, à recessão e a um processo político no qual não teríamos nenhuma condição de fazer a transição democrática naquele instante.

Sabendo que não podia, nem devia, porque não era da minha formação, transferir ao povo brasileiro, por meio de uma recessão profunda, as culpas de toda a acumulação do modelo econômico que então vivíamos, a minha intenção foi a de buscar uma fórmula diferente daquelas que estavam sendo ditadas pelos organismos internacionais. Era uma luta, de certo modo, arriscada. Eu sabia os custos dessa luta, mas não tinha outra diretriz senão tomá-la.

Tive o apoio muito importante do Ministro João Sayad, que, devo confessar, para mim é um dos melhores, senão o melhor professor de economia no Brasil, porque ele fala dos problemas econômicos com uma concisão, com uma clareza que dá perfeito entendimento das coisas; não é daqueles que procuram complicar para que não se entenda do que a economia trata. Com o Professor Sayad, então, eu, já sabendo que ele tinha, com um grupo formado pelo Francisco Lopes, Pérsio Arida e Otto Lara Resende, alguns estudos sobre a inflação inercial, quer dizer, aquela que a própria inflação gera no outro mês e, seguidamente, pedi que procurássemos, então, nesse caminho, estabelecer esse novo modelo.

Soube, então, que, em Israel, que também tinha uma inflação alta, havia sido feita uma reforma dessa natureza, um plano heterodoxo, que baixara a inflação e, ao mesmo tempo, estabilizara a economia.

Secretamente, solicitei ao Sayad que mandasse a Israel um economista nosso, da nossa confiança – o Professor Pérsio Arida – para estudar em profundida-

de o plano israelense. Ele voltou e nos deu as linhas gerais do plano, que, para nós, teria uma dificuldade muito grande, qual seja, estabelecermos, como em Israel se estabeleceu, um pacto interno no qual as forças políticas sustentariam as dificuldades que seriam encontradas durante o processo.

Eu, então, sem que ninguém soubesse que isso estava vinculado à busca de um caminho heterodoxo, propus um pacto nacional que era justamente para que o País pudesse, à moda da Espanha e à moda do que se fizera em Israel, enfrentar as dificuldades que sabíamos que enfrentaríamos. Pedi a Ulysses Guimarães que chefiasse esse pacto.

Infelizmente, não tive sucesso, porque as forças políticas achavam que o pacto era uma maneira de diminuir a força dos políticos. Naquele tempo, estavam sendo formados os governos e cada um queria ocupar mais espaço dentro do próprio governo.

Então, estabelecemos um grupo para trabalhar na elaboração desse plano que, depois, veio a chamar-se Plano Cruzado. Inicialmente, baixamos um primeiro decreto, de alinhamento de preços – ninguém sabia do que se tratava. Ele foi estudado e feito pelo Pêrsio Arida – e era de correção dos preços de uma maneira geral. Quer dizer, linearmente aumentávamos preços e salários.

Houve uma grande reação do Ministro do Trabalho, mas o que buscávamos era um alinhamento pelo qual, quando chegássemos ao nosso plano, já encontraríamos a nossa economia alinhada nesse aspecto.

Seria uma correção de salários e preços. Dentro do Congresso havia um movimento dessa natureza, mas, por meio do Líder do PMDB, o Deputado Pimenta da Veiga, desejava-se apenas uma correção mensal dos salários, o que levaria a uma hiperinflação. Era algo solto, apenas uma reivindicação.

Depois, quando se fez o Plano Real, foi feito o mesmo decreto, pelo mesmo Pêrsio Arida. Era mais ou menos o que nós estávamos começando a preparar. Então, fizemos o Plano Cruzado em absoluto sigilo – conseguiu-se isso no Brasil. Deu-se o nome de Plano Cruzado. “Cruzado” significa “cruz”. Os cruzados eram aqueles iam para as guerras religiosas; e o cruzado na moeda portuguesa eram 400 réis.

O Senador Paulo Brossard, quando também teve acesso ao texto, pois era Ministro da Justiça, e nós tínhamos de preparar a legislação para deflagrar o plano, encontrou aquela equipe trabalhando e disse: “Os senhores são os cruzados”. Então; Sayad disse: “Encontramos o nome da moeda”, que até então não tínhamos. A partir daí, o Plano foi denominado Cruzado.

Pois bem, uma parte desse Plano Cruzado teve, de certo modo, a minha responsabilidade. Na sua for-

mulação inicial, havia um aumento, um abono de 8% que foi dado; um abono aos trabalhadores de 12%, porque já tínhamos dado 6% em outubro, e demos mais 6% no Plano Cruzado. Iríamos, então, tentar fazer com que a inflação inicial fosse tolhida. Estabelecemos uma média de preços por meio da tablita. E aí eu disse que eu não teria condições de fazer um Plano dessa natureza se nós, ao invés de fazermos a correção total de salários e preços, fizéssemos o congelamento, porque dava no mesmo. Uma coisa ou outra. Mas precisava ter coragem para congelar. A equipe econômica ficou muito em dúvida se havia alguém ou algum governante, algum Presidente que tivesse coragem de enfrentar a decretação do congelamento naquele momento. Assegurei-lhes que eu arcava com essa coragem. Sayad até disse que se tratava de uma audácia.

E, assim, determinei que dessa forma fosse feito. Entrou o gatilho, que foi uma proposta do Ministro Pazzianotto. Hoje se diz que o Cruzado estava errado, que deviam ter sido feitas correções que não foram feitas, enfim, que o Presidente não fez as correções. Eu digo que o primeiro erro do Cruzado é que os economistas desaparecem. Poucos ainda assumem a responsabilidade que tiveram; em grande parte, fugiram da responsabilidade, que ficou nas minhas mãos. Eles achavam que o Plano era recessivo.

As medidas tomadas eram contra a recessão, isto é, concedemos o abono, aumentamos em 12% o custo real dos salários e estabelecemos o gatilho. As medidas eram tomadas na possibilidade de serem recessivas e, quando foi decretado o Cruzado, eles mesmos se espantaram porque o Cruzado era consumista. Houve uma explosão de consumo, embora, na realidade, acreditavam que era recessivo. Muito tivemos que pagar por isso, porque concebemos o Plano dentro de um universo e o universo que encontramos era absolutamente outro. Por quê? Porque éramos inovadores.

Destaco que tive a coragem de adotar um plano daquela natureza. Na última reunião que tivemos, quando todos nós avaliamos os perigos do plano, o que poderia ocorrer, lembro-me de que tive a oportunidade de dizer: “Pois bem, creio que não vou para a recessão. Sei que estou colocando a cabeça na guilhotina, mas vou arriscar porque o povo brasileiro merece que se faça isso”. Foi um plano que se destinava justamente a atender aos mais pobres. Assim, externei a minha preocupação no slogan: “Tudo pelo social”.

Relembrando 1986, saliento que foi o ano mais feliz que teve o povo brasileiro. Quando o ano terminou, a capa de uma revista dizia: “Um ano que vai deixar saudades”. Realmente, foi um ano em que houve no Brasil o menor índice de indignância e de pobreza. Nunca

o Brasil tinha assistido a isso. O nível de desemprego foi de 2,36% durante o período todo em fui Presidente. O que significava? Os trabalhadores passaram a ter força, porque o desemprego retira a força do trabalhador. Não tendo onde trabalhar, perde a sua força de opinar, de reivindicar. Ele joga dentro das suas lutas aquilo que tem de essencial em si, o seu emprego. Então, durante o tempo em que fui Presidente, a média de desemprego no Brasil foi de 3,36%. No último ano, quando saí, 2,38%. Nunca mais, devo repetir, nunca mais isso ocorreu no nosso País.

Estou com a tabela de desemprego: período do Governo Sarney: 2,69%, quase residual; período Collor-Itamar: 4,08% em dezembro e 5,05% a média anual; período Fernando Henrique: 6,39%.

Esses são resultados. Os números que estou lendo encontram-se no *site* da Fundação Getúlio Vargas – não sou eu que estou apresentando – para que qualquer um possa consultá-los e verificar o que ocorreu.

Durante aquele tempo – esses números também estão na Internet –, a balança comercial teve a taxa mais alta, de 13,45%. No Governo Fernando Henrique, foi de -4,27%; Produto Interno **per capita** durante o Governo Sarney, 81,41% de aumento; Governo Collor e Itamar 22%; Governo Fernando Henrique -1,18%. São os números que se mostram hoje.

Outro dia li um artigo de um jornalista, um professor que participou do Cruzado, dizendo que durante dez anos o Cruzado atrasou o Brasil. Digo que até hoje esses números não foram repetidos. Esse atraso, não sei como pode ter tido. Dez anos; nem um dia a menos, nem cinco, nem nove anos e 346 dias. Ele disse dez anos porque, evidentemente, era um argumento político, porque até hoje se sabe o que o Cruzado representou para o Brasil.

Muitos livros foram escritos. A bibliografia sobre o Cruzado é muito grande. Até hoje discute-se que sem o Cruzado não haveria o Plano Real. Sem a coragem que tive de congelar os preços naquele tempo, de escolher um plano heterodoxo, não teríamos Plano Real, porque essa aprendizagem é que levou, realmente, ao Plano Real.

Além disso, adotamos um governo voltado para o social, em que foi possível serem feitas coisas que hoje são importantes. Há pouco falamos no vale-transporte. Lembro-me de que, naquele tempo, tivemos 26 milhões de pessoas beneficiadas com o vale-transporte. Sete milhões e meio de famílias foram atendidas pelo programa do leite. A Unesco concedeu ao meu governo um certificado de que foi o melhor e maior programa mundial de combate à fome, à desnutrição. Estou falando sobre tempos de 20 anos. Havia 11 milhões de crianças, gestantes e nutrízes, no Programa

de Alimentação Suplementar, destinado às mães em amamentação e às mulheres grávidas; 2 milhões de crianças nas creches-casulo, que foram criadas naquele tempo; 50 milhões de estudantes e 8 milhões atendidos na merenda escolar, que era de 140 dias e eu passei para 260 dias, e ainda a estendi: “Leve seu irmãozinho para a escola”. Até os seis anos, eles podiam ir à escola e participar da merenda escolar. Também naquele tempo tivemos a farmácia básica da Ceme, que atendia 50 milhões de pessoas. Havia a central estatal de medicamentos. A mortalidade infantil foi reduzida em 41% – são números que também não se repetiram! –, graças ao Programa de Saúde da Comunidade. O seguro-desemprego, que não havia no Brasil, foi criado pelo próprio decreto do Plano Cruzado. Não existia seguro-desemprego no Brasil. Então, hoje, quem recebe seguro-desemprego...

A população pode entender o que estou falando. Os que têm 40 anos, hoje, tinham 20 naquele tempo; os que tinham 30 anos, têm 50 hoje. É uma diferença de tempo muito grande. A juventude não sabe, não pode avaliar exatamente o que foram aquelas lutas.

Quando escuto, hoje, as críticas aos Presidentes, eu, que fui Presidente, vejo que cada um procura fazer aquilo que as circunstâncias permitem. Ninguém mais do que o Presidente é beneficiado se ele acertar. Ele não pode querer errar. De maneira nenhuma! Não há a dizer: “Eu quero errar por errar”. Não! Os Presidentes sempre procuram acertar. E quaisquer que tenham sido os erros que cada um de nós tenha tido – eu, Itamar, Fernando Henrique –, cada um de nós procurou dar uma contribuição ao País e deu, em um determinado tempo.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador José Sarney, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Concedo um aparte, com muito prazer, ao Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador José Sarney, não participei da elaboração do Plano Cruzado, mas me lembro muito bem das circunstâncias em que foi lançado, do momento das reações populares e dos seus efeitos, sobretudo quando a população parecia derrotada, com uma inflação elevadíssima. V. Ex^a teve a coragem, e já o disse, de enfrentar esse problema grave, com a assinatura que deu, na condição de Presidente da República, estabelecendo o Plano Cruzado. Foi um ato de coragem, sim, mas é preciso que se diga que houve mais acertos do que erros com aquele grande programa. Naquele instante, a inflação corroía, de maneira letal, todas as rendas e todos os salários deste País. Ou se fazia o Plano Cruzado ou se fazia algo semelhante. E o Plano Cruzado, naquele

instante, deu certo. Tanto deu certo que nenhum Presidente da República logrou índices de aprovação e de popularidade tão elevados quanto V. Ex^a naquele instante. É preciso que se diga isso! E, em verdade, foi ali que começaram as ações sociais verdadeiramente ditas. V. Ex^a menciona diversos itens do seu plano de ajuda social, mas ainda não o fez em relação a todos; não mencionou o Programa do Leite ainda, que foi de grande envergadura e de grande repercussão também, do mesmo modo como os demais. Outro ponto questionado freqüentemente a respeito de seu governo é o fato de que V. Ex^a teria lutado para obter mais um ano de mandato presidencial. Na verdade, foi o contrário: V. Ex^a abdicou de um ano! O seu mandato era de seis anos, e não de quatro, e foi reduzido para cinco. Os seis anos deveriam ter sido mantidos; se o objetivo era reduzir para cinco ou para quatro ou para três anos, que se fizesse para o mandato seguinte. O fato é que o de V. Ex^a foi reduzido para cinco anos, e V. Ex^a concordou com isso, não se beneficiou de um ano a mais. Portanto, quero trazer aqui também os meus cumprimentos a V. Ex^a e dizer que, no meu entendimento, o Plano Cruzado foi mais positivo na sua ação global do que negativo.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Lobão. Agradeço a V. Ex^a, que sempre foi muito solidário e nos apoiou muito durante o meu governo e ao longo da vida.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador José Sarney, mais uma vez, V. Ex^a faz história no Senado Federal, ao trazer à nossa lembrança acontecimentos que realmente modificaram a vida econômica e social do nosso País. Substituindo Tancredo Neves, em um momento dramático da política nacional e, como disse, sem escolher nenhum Ministro, atendendo ao espírito democrático do falecido Presidente, V. Ex^a manteve a equipe de Tancredo e conseguiu governar até o final. Como assinalou o Senador Edison Lobão, V. Ex^a tinha todo o direito de governar pelos seis anos, mas, para não gerar nenhuma crise, para não prejudicar o andamento da abertura democrática, tão bem conduzida por V. Ex^a, aceitou os cinco anos. Sei que V. Ex^a lutou pela adoção do regime parlamentarista, mas, infelizmente, não o conseguiu – essa seria, a meu ver, a saída adequada para as crises provocadas pelo regime presidencialista. Antes de tudo, porém, quero registrar que, no século XX, o governo de V. Ex^a foi o último a utilizar a máquina estatal, patrimônio construído pelo povo brasileiro, para

edificar políticas sociais voltadas para as camadas mais pobres da população, notadamente no ramo da construção civil. Até hoje, ninguém igualou o programa habitacional do governo de V. Ex^a. Basta dizer que, em um Estado pequeno como Sergipe, conseguimos construir, em dois anos, mais de vinte mil casas populares. Há que se mencionar ainda as obras de saneamento básico – obras que durante muitos anos foram abandonadas, inclusive no governo passado, e agora estão sendo retomadas. No governo de V. Ex^a, tiveram relevo as obras de saneamento básico, não somente esgotamento sanitário nas milhares de cidades que precisavam, mas também a distribuição de água potável para as casas que não possuíam água. São dois destaques que eu gostaria de citar. Recordo também que a intervenção estatal praticamente se acabou no plano da economia, em função da integração dos mercados, da adoção do sistema de mercado em nosso País. V. Ex^a, com a interveniência da União, conseguiu fazer obras importantíssimas. Uma delas é histórica em meu Estado: o Porto de Sergipe, que foi construído com a participação da Petrobras. Fui ao Palácio do Governo certa vez, e V. Ex^a me entregou uma carta que, por minha vez, entreguei ao então engenheiro de produção da Petrobras Edílson Távora, que assumiu a responsabilidade, juntamente com a direção da Petrobras, de conduzir aquela obra monumental do Porto de Sergipe, que é fator preponderante para o desenvolvimento não só de Sergipe, como de toda a nossa região. O trabalho de V. Ex^a foi edificante não apenas no plano da abertura democrática, no plano do desfazimento de um processo que levava à crise e que poderia levar ao totalitarismo: V. Ex^a, como bom condutor, levou o nosso País à democracia, à abertura democrática, e também ao desenvolvimento social. Espero que o governo de V. Ex^a seja referência para o governo do Presidente Lula, apesar de hoje viver circunstâncias diferentes; como disse V. Ex^a, o governo é o governo das circunstâncias; muitas vezes o Presidente quer fazer uma coisa e não pode, porque sozinho não é possível fazer nada. O Presidente da República está cercado por problemas locais e internacionais – hoje somos um País integrado à economia mundial –, mas temos certeza absoluta de que o Brasil não vai voltar atrás naquela luta empreendida por V. Ex^a, que é a luta pelo fortalecimento do nosso regime democrático.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares.

O tempo não é capaz de colocar nuvens que me possam fazer esquecer aquela manhã em que V. Ex^a, governador, fez a reivindicação do Porto de Sergipe, e eu tive a oportunidade de anunciar que o iríamos construir.

Portanto, quero também agradecer a V. Ex^a por suas palavras e dizer o quanto tive de felicidade, de alegria, por caminharmos juntos, por trabalharmos juntos pelo nosso País durante aquele tempo: V. Ex^a, como Governador, e, eu, Presidente da República.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador José Sarney, gostaria de lembrar também que, naquela época do Plano Cruzado, realmente V. Ex^a cresceu no conceito da Nação. Prova disso é que todos os governadores do PMDB, em todos os Estados, foram eleitos. Ou melhor: em todos, menos em um, no Estado de Sergipe. Em Sergipe, o único candidato do PMDB que não aprovou o Plano Cruzado perdeu a eleição, e quem ganhou foi Antonio Carlos Valadares, que apoiou o Plano Cruzado com muito entusiasmo, porque sabíamos que aquele plano era direcionado para as classes mais pobres da população brasileira.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Muito obrigado a V. Ex^a.

O Senador Edison Lobão tocou num ponto muito discutido, de que se fala sempre, que as gerações atuais sempre ouvem dizer, a inflação. “Ah, mas a inflação, durante o tempo do Presidente Sarney, foi a mais alta que teve o País”. Primeiro, nós não podemos comparar inflação com correção monetária e inflação sem correção monetária. Segundo, temos um tempo. Àquele tempo, à década de 80, o mundo inteiro vivia um momento inflacionário. O Brasil também, como todos os outros países, estava açoitado pela inflação. Eu herdei uma inflação alta! Mas a maior inflação que houve no País não foi durante o meu Governo; ela veio depois. A maior inflação do País veio depois do meu Governo. Agora, eu fiz uma coisa que, realmente, devo explicar à Casa e também o Brasil pode me ouvir. É uma confissão importante para se compreender aquele tempo. Quando o Plano Cruzado começou realmente a enfrentar problemas, eu pensei que nós não podíamos jogar tais problemas nas costas do povo. Então, arrisquei pagar com isso que se diz até hoje de a inflação ser alta. Como? Fazendo a correção mensal dos salários. Então, se os preços aumentavam, no fim do mês os trabalhadores também tinham o seu salário aumentado no mesmo nível. Isso fez um colchão de proteção aos mais pobres. Os ricos se defendiam da inflação, mas os pobres não tinham como se defender. A única defesa que pudemos naquele momento fazer foi esta, a correção mensal dos salários, para que o poder de compra da população brasileira permanecesse o mesmo e os trabalhadores continuassem empregados. Foi possível que o Brasil crescesse.

Até hoje vemos o País patinando em matéria de crescimento. Durante o tempo em que fui Presidente da

República, o Produto Interno Bruto do Brasil – durante os cinco anos do Governo Sarney – cresceu 95,28% em bilhões de dólares. Nos Governos de Itamar Franco e Collor, o PIB cresceu 31,9%; no Governo Fernando Henrique, cresceu 9,4%, até o ano 2000. Isso significa o quanto o País não repetiu mais esses números. Crescíamos cerca de 5% ao ano. Em termos reais, chegamos a um crescimento de 91%. Como disse, na questão **per capita**, o crescimento foi de 81,41%. Ora, não houve um prejuízo maior. O povo brasileiro, os mais pobres, não recebeu o impacto que poderia ter havido se optássemos por uma situação de recessão, pelas fórmulas do Consenso de Washington, pelas fórmulas neoliberais, que começavam a surgir e que me eram dadas como solução. Recusei-as porque sabia o dano que significariam para o País e, sobretudo, para as camadas mais pobres.

Não significa que sou favorável à inflação. Não! A inflação é algo que devemos acabar. Mas a daquele tempo, com correção monetária – não era inflação sem correção monetária – era o único instrumento disponível que tínhamos.

Se o Plano Cruzado teve problemas, foi, em grande parte, porque o Presidente não teve apoio político, não tinha respaldo político. Devo confessar que todos os oito candidatos à Presidência da República que surgiram só tinham uma função, que ouvíamos na televisão dia e noite, sem um para me defender: acusar o Sarney, acabar com o Sarney. Era o que se pedia. Por quê? Porque era uma liderança que podia se consolidar, um Governo que podia se estabilizar. O programa era não conceder estabilidade ao Presidente Sarney. Sem esse apoio político, foi impossível tomar até o fim as decisões que poderíamos ter tomado. Realmente nos faltava apoio político.

Mas, com tudo isso, na área da política, pudemos legitimar os partidos clandestinos. Até mesmo Tancredo, uma vez perguntado, disse que essa era uma questão da Justiça. Ele podia fazer isso, mas eu, que o sucedia naquelas condições, não podia postergar um minuto as aberturas que tinha que fazer. O que fiz? Legalizei os partidos comunistas, as centrais sindicais – CUT, CGT –, todos os sindicatos, dando-lhes liberdade. Saíram daquele sistema getulista, do sindicato ministerialista, dos pelegos. Dei liberdade aos sindicatos. Dei ampla participação a que as forças que emergiam, que vinham dos partidos clandestinos, que tinham entrado na luta armada, tivessem espaço democrático para lutar.

Dizia-se: “Mas, Presidente, como V. Ex^a pode fazer isto: deixa convocar eleições para novembro, o senhor, que está à frente de tantos problemas?” E eu repetia: “Precisamos abrir os espaços para que essas forças

possam, democraticamente, encontrar o caminho de disputar”, o caminho da democracia. Se não fizermos isso, então é que teremos problemas. E assim foi feito. O único que pagava caro era o Presidente. Tive que enfrentar 12.600 greves. Não houve um dia em que eu não tivesse uma, duas, três ou quatro greves para resolver, pressionando o Governo.

Apesar disso tudo, pudemos convocar a Assembleia Constituinte, fazer a transição democrática, instaurar a democracia no País, implantar um Governo de liberdade e terminarmos o Governo entregando a faixa ao meu sucessor, que me tinha agredido tanto durante a campanha. Mas eu não podia deixar, de nenhuma maneira, pelos costumes políticos brasileiros que eu devia honrar, de transmitir-lhe, pessoalmente, a faixa presidencial que lhe tinha sido entregue pelo povo brasileiro.

Concedo um aparte ao Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Meu caro Presidente José Sarney, eu queria apenas registrar que o Plano Cruzado fez com que o Brasil ingressasse na modernidade econômica. Numa situação extremamente adversa politicamente, numa situação de dificuldades, V. Ex^a teve a habilidade, a coragem – aqui já foi dito –, a ousadia, como disse o Ministro João Sayad, e a visão de futuro e de país de implementar o Plano Cruzado. Não vou repetir todos os resultados que foram obtidos durante sua implantação, mas quero aproveitar a oportunidade para dizer que o Plano Cruzado foi uma ação importante do Governo de V. Ex^a. V. Ex^a foi Presidente do Brasil todo, do Brasil inteiro, e posso falar isso porque acompanhei de perto o Governo de V. Ex^a em vários cargos. V. Ex^a olhou para todo o Brasil e olhou para a Amazônia. E isso não foi falado ainda. Teve V. Ex^a a coragem de criar o Programa Calha Norte, de trabalhar com as Forças Armadas e fortalecer a presença das Forças Armadas na região e de buscar o desenvolvimento auto-sustentável da Amazônia. Fui Governador do Estado de Rondônia durante um ano e cinco meses no Governo de V. Ex^a. E o Governo de V. Ex^a, durante esse um ano e cinco meses, fez mais do que todos os governos fizeram até agora. V. Ex^a implantou universidades – até então não havia curso superior no Estado de Roraima, e os jovens tinham que sair para estudar fora e muitos não voltavam –, V. Ex^a implantou a escola técnica, e V. Ex^a resolveu o problema dos servidores que eram prestadores de serviços e tanto em Roraima quanto no Amapá tiveram a sua solução definitivamente resolvida. V. Ex^a olhou para os menores, para os pequenos, para os Territórios, e para os amazônidas.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – E fiz um grande hospital lá em Roraima, se V. Ex^a quiser citar.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Exatamente! Eu ia registrar. V. Ex^a construiu o hospital, V. Ex^a construiu a escola técnica. V. Ex^a, na verdade, ajudou-nos a implantar tudo isso e a fazer, no Estado de Roraima, o maior programa de investimento **per capita** do Brasil em água e saneamento básico. O Governador e Senador Antonio Carlos Valadares falou na questão do saneamento básico e na questão da construção de habitações. Lá em Roraima, não foi diferente. No Governo de V. Ex^a, o BNH olhava para os pequenos em vários aspectos e em várias ações. Assim, sem ser repetitivo, gostaria de dar este testemunho, porque, sem dúvida nenhuma, a História está fazendo justiça a V. Ex^a, pois hoje tem o reconhecimento de todos os brasileiros. E nós, peemedebistas, temos imenso orgulho de tê-lo em nossas hostes. V. Ex^a, volto a dizer o que disse antes, é uma bússola, é um caminho, é um mestre que tende a apontar o melhor caminho, pela experiência de vida e pelo aprendizado, aprendizado com vitórias e com muito sofrimento, porque, como Governador do Território, acompanhei o final do seu Governo. Lembro-me de que, certa vez, no Palácio do Planalto, depois de ataques feitos a V. Ex^a pelo Presidente Collor, V. Ex^a me disse que ele tinha uma audiência marcada com V. Ex^a. Na época, perguntei: “Presidente, V. Ex^a vai receber esse camarada que lhe disse tantas coisas?” E V. Ex^a disse: “Vou recebê-lo, porque a História vai ensiná-lo. Nós temos que ser maiores do que os nossos adversários. Vou recebê-lo e a História vai ensiná-lo”. E parece que a História o ensinou. Está V. Ex^a aqui e ele passou por todos aqueles acontecimentos no passado. Portanto, quero saudar o discurso de V. Ex^a, não só pelo Plano Cruzado, que teve um papel importante pois colocou o Brasil, como eu disse, na era da modernidade econômica, mas também porque foi o precursor de outros planos e fez com que chegássemos à economia que temos hoje. E quero saudar também o Governo de V. Ex^a como um todo, que teve a coragem de agir na economia, mas teve a coragem maior de ser o Governo do “Tudo pelo Social”, como o foi.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Romero Jucá. V. Ex^a trabalhou comigo como Governador e em outros cargos, sempre demonstrando grande eficiência, grande espírito público e grande correção na vida pública.

Quero lembrar ainda que eu apenas vim à tribuna para recordar os vinte anos do Plano Cruzado. E porque os jornais têm falado sobre isso. O **Valor**, inclusive, publicou um caderno inteiro. Os jornais têm tratado desse assunto, alguns de uma maneira, outros de outra, mas todos em um certo consenso, no sentido de que, sem o Plano Cruzado, não teríamos chegado

ao Plano Real. O Plano Cruzado foi o início, a coragem e a audácia de uma aprendizagem.

Recordo as demais conquistas alcançadas naquele tempo: a legalização da UNE, a concessão de 13º salário para os servidores públicos e as 113 escolas técnicas que construímos no Brasil. Ressalte-se que Getúlio Vargas tinha construído 23 e que, até então, esse programa estava parado.

Senador Romero Jucá, já que V. Ex^a falou desse episódio e da resposta que lhe dei, saliento que o meu temperamento ajudou muito o Brasil naquele tempo. Sempre tive o temperamento de nunca procurar agravar as coisas. Se, à época, tivéssemos tido um Presidente temperamental, certamente não teríamos feito a transição democrática. Teríamos tido um grande retrocesso, porque, evidentemente, as únicas forças organizadas que existiam eram as Forças Armadas. Tínhamos aberto a panela – vamos dizer assim – democrática que fervia e o Brasil inteiro era uma grande efervescência. Ressaltem-se as lutas em que o País se dividia. Eram muito maiores as buscas das esperanças do que os instrumentos que tínhamos para realizá-las. Contudo, procurei, com diálogo, tranquilidade e paciência, caminhar.

Todos os desta Casa que me conhecem sabem que nunca fui diferente. Sempre fui assim mesmo. Não tenho nada do que me arrependo. Ao contrário, tenho é que agradecer a Deus tudo o que Ele tem feito para me ajudar durante a minha vida.

Do governo saí para ser um cidadão comum. Em todos os lugares do País aonde chego nunca fui agravaado. O povo brasileiro me trata bem, sabendo que procurei dar uma contribuição ao País – e dei – a transição democrática. No governo, nunca aceitei pressões de ninguém, nem internas, nem externas, principalmente as externas. Nunca sacrifiquei a soberania do Brasil a nenhuma pressão, porque durante o governo também tinha um lema em termos de País: nunca cedi e nunca concedi. Sempre procurando que a soberania brasileira estivesse acima de tudo, busquei alianças com os países sul-americanos e construímos o que de maior já foi feito, a abertura para a junção do Brasil com a Argentina, que se transformou, hoje, no Mercosul.

Concedo um aparte ao Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador José Sarney, estava no gabinete e me apressei em vir aqui para lhe dar este despretensioso aparte. V. Ex^a, hoje Senador, nosso colega, já foi Presidente da República e carrega uma marca registrada: a tolerância. V. Ex^a é um homem que transita entre seus colegas, carrega a marca da humildade e, na Presidência, foi um tolerante. Tolerante no bom sentido e na medida certa, sem perder a altivez do cargo. Por ocasião do aniversário

do Plano Cruzado, V. Ex^a recupera a memória dos brasileiros falando sobre o Plano e sobre o Mercosul, outra marca importantíssima de sua ação como Presidente da República. Foram duas ações importantes. Vivemos um momento de inflação perto de zero com o Plano Cruzado. Eu era Governador – V. Ex^a deve se lembrar – e fui daqueles que...

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Primeiro apoiou Tancredo.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Isso. E fui daqueles que peregrinou pelo meu Estado com os fiscais de Sarney. Eram os fiscais da Sunab, para fiscalizar tabelamento de preços. Depois, veio o Plano Cruzado. Então, guardo boas recordações do Governo de V. Ex^a e do político que é José Sarney. E quero cumprimentá-lo nesta hora em que recupera a memória para o Brasil, pela TV Senado, em uma quinta-feira de cinzas. Quero cumprimentar V. Ex^a pelo homem público que é: tolerante, amigo, compreensivo, decidido na hora certa, mas, acima de tudo, um político competente e hábil, e que tem na sua marca de Presidente da República dois legados importantes a apresentar ao povo brasileiro: o Plano Cruzado, com o grande momento de inflação zero que vivemos; e o Mercosul, que foi, em termos globais, continentais, o gesto mais ousado de soberania continental que o Brasil liderou. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Senador José Agripino, muito obrigado. O seu aparte muito me comove e me toca, porque eu incorporo também à minha vida pública a felicidade de ter sido amigo e colega do seu pai, Tarcísio, e do seu tio, João Agripino, com quem dividimos a Liderança no Rio de Janeiro. É uma família de homens públicos que têm prestado grandes serviços ao Brasil, especialmente ao Nordeste. V. Ex^a também teve a grande virtude de ser um homem a compreender os outros, a olhar a posição dos outros. V. Ex^a é possuidor também dessa boa tolerância a que se referiu. E é por isso que cresce, a cada dia, no conceito de todos nós.

Muito obrigado pelo seu aparte.

Senadora Heloísa Helena, este dia, para mim, tão bom e tão alegre, completa-se com a felicidade de ter V. Ex^a a presidir esta sessão e ouvir essas palavras, que são lembranças de um velho bem vivido nas rezas da vida pública. Nós, na vida pública, não só fazemos discursos; também rezamos, rezamos pelo povo brasileiro e para cada um de nós.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – V. Ex^a, Senador José Sarney, sempre me tratou com muita delicadeza, tolerância e espírito democrático. Em todas as brigas que travei com V. Ex^a, do ponto de

vista ideológico e programático, nunca – tenho de testemunhar isto – V. Ex^a foi capaz de qualquer gesto de indelicadeza política, de intolerância, de truculência.

Eu já disse várias vezes que é muito fácil para as pessoas, quando ocupam o espaço público, as instâncias de decisão política, ou esta cadeira, ou outras importantes, perseguir os inimigos do rei para, de alguma forma, pela bajulação ao rei, serem bem tratados por ele, coisa que V. Ex^a nunca fez. E eu me sinto na obrigação de dar esse testemunho.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – De acordo com o art. 14 do Regimento Interno, concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, pelo prazo de cinco minutos.

Em seguida, concedo a palavra ao Senador José Agripino pela Liderança do PFL.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sra.s e Srs. Senadores, já me encontrava fora do plenário, quando fui surpreendido por um discurso do Senador Mozarildo Cavalcanti dizendo uma série de impropérios e referindo-se à minha pessoa.

Vou ter de tratar desse assunto após o brilhante discurso do Senador José Sarney, portanto peço desculpas a todos os presentes e também aos que nos assistem pela TV Senado. Não gostaria de estar aqui agora, mas me sinto na obrigação de fazer uma colocação já que fui atingido e agredido.

Infelizmente, a bajulação chegou ao Senado Federal. O Senador Mozarildo Cavalcanti, num discurso lido – provavelmente não foi S. Ex^a que escreveu, está cumprindo tabela e está a serviço de alguém –, levantou uma série de questões, as quais quero esclarecer.

Primeiro, quanto à invasão do meu escritório. Há dias atrás, a minha casa foi invadida por um helicóptero, normalmente utilizado pelo Governo do Estado de Roraima, e foram feitas filmagens, colocando em risco a integridade das pessoas que lá residem. Dias depois, o meu gabinete foi invadido por jornalistas que trabalham para o Governador Ottomar Pinto.

Vim à tribuna, denunciei esse fato e disse, naquela oportunidade, que essas são ações de bandido. Eu não disse que o Governador era bandido, mas disse que quem estava realizando aquelas ações era um bandido. Se ele vestiu a carapuça, isso é problema dele e dos seus seguidores.

Quero dizer aqui que quem chamou o Governador Ottomar Pinto de bandido foi o Senador Mozarildo Cavalcanti. Tenho a gravação dessa fala do Senador Mozarildo Cavalcanti, em frente à cadeia pública de

Boa Vista, dizendo que era lá que devia morar o então Governador Ottomar Pinto.

O Senador Mozarildo Cavalcanti, em 2002, estava contra o Governador Ottomar Pinto, falava do Governador. E estávamos juntos, combatendo os “gafanhotos” e as irregularidades que existiam em Roraima, o Governador Ottomar Pinto e eu. O Governador Ottomar Pinto, naquela campanha, fez a denúncia contra os “gafanhotos”. Isso gerou a prisão de um governador, a prisão de deputados estaduais, de parentes de deputados estaduais. E, pasmem os senhores, depois que o Governador Ottomar Pinto assumiu, por determinação da Justiça, ele se juntou a essas pessoas. É lá que estão os que foram presos. E, agora, vem aqui o Senador Mozarildo Cavalcanti, a mando de alguém, fazer insinuações e acusações contra mim?

Quero dizer, Sra. Presidente, que tenho cobrado da Comissão de Ética a resposta às acusações que foram feitas contra mim. Tenho cobrado. E fui informado de que a matéria não poderia ser apreciada na convocação extraordinária porque ela não fazia parte da pauta respectiva. Mas tenho cobrado. São denúncias feitas por um jornalista pago pelo Governo do Estado – pago pelo Governo do Estado! Tenho o decreto de nomeação desse jornalista. Ele é pago. Todos os dias ele me agride pelo jornal que dá apoio ao Governador; todos os dias, jornalistas pagos pelo Governo me agridem na rádio pública de Roraima, na rádio estatal, todos os dias, faltando com o respeito para comigo, com minha esposa, com meus filhos e com os membros da Oposição. E nem por isso temos baixado a cabeça, nem temos aderido ao governo.

O Senador Mozarildo Cavalcanti é um adesista nato. Ele fez parte de todos os governos. Basta ser governo que ele vai rastejando para tentar se juntar a quem quer que seja. Foi assim com todos os governos que passaram por Roraima. Todos os governos! Eu, não! Desde 1991, sou Oposição no Estado. Estou de um lado, e a máquina pública, do outro, fazendo tudo o que é armação contra mim, contratando gente para fazer calúnia. Há 16 anos que eles me atacam e nunca conseguiram provar nada.

Volto a dizer: quem foi preso são os que estão do lado de lá; quem está respondendo a processo são os que estão do lado de lá. Tenho cobrado, e a Senadora Heloísa Helena é testemunha disso, porque, quando eu era Ministro da Previdência e começaram a sair denúncias, colocadas exatamente por essas pessoas, denúncias infundadas, mas que receberam guarida por parte da imprensa nacional – porque era bom, naquele momento, bater no Governo –, a Senadora Heloísa Helena me ligou e disse: “Romero, estou entrando com um pedido de esclarecimento”. E eu lhe disse: “Pode

entrar, porque quem faz questão de esclarecer esse fato sou eu”. E ela não entrou com nenhuma acusação, não. Ela juntou todas as matérias da revista e do jornal e pediu esclarecimentos ao Conselho de Ética. E eu dei esses esclarecimentos; não me furto a dar esses esclarecimentos.

É por isso que sou candidato a governador contra a máquina e contra toda essa corja que está aí, mamando no Governo há anos! Por isso é que sou candidato a Governador. Se vou ganhar ou vou perder, não estou preocupado com isso. Vou enfrentar a máquina do Governo, a máquina que está fazendo favor, que está contratando, que está distribuindo dinheiro. O eleitorado é pequeno, pobre, mas vou concorrer, enfrentando tudo isso, porque, se fazem isso comigo, que sou um Senador da República, imaginem com a população! Então, vou disputar, vou enfrentar a máquina, vou enfrentar as armações, vou enfrentar a estrutura de publicidade oficial, vou enfrentar tudo isso. Se vou ganhar ou se vou perder, essa é uma decisão do povo de Roraima. Não cabe a mim. Cabe a mim fazer a minha parte, que é lutar – e isso eu farei.

Se o Senador Mozarildo Cavalcanti quer brigar, vamos brigar, mas com uma diferença: não pago ninguém para ficar atacando os outros, não! Coloco as questões de frente. E vou colocá-las de frente inclusive no Conselho de Ética, porque não fui eu quem desviou recursos públicos da Quarta Secretaria do Senado; não fui eu quem falsificou declaração para filha minha ser juíza. Não fiz nada disso, mas, se querem partir para esse nível, iremos para esse nível, porque vou brigar contra eles em qualquer que seja o nível, porque estou brigando em defesa do povo de Roraima e a minha honra.

Lamento que o Senador Mozarildo Cavalcanti, a serviço do Governador, para bajular o Governador, para tentar ser aceito, tenha agido dessa forma. Em 2002, ele estava contra o Governador e, agora, quer ser o candidato a senador do Governador. É a única chance dele. Ele não tem votos. Ele se elegeu da outra vez, em 1998, junto com o Governador Neudo Campos na esteira dos “gafanhotos”. Agora, está procurando de novo uma boquinha, mas vai enfrentar a nossa Oposição. Vai enfrentar. Não vou abaixar a cabeça, não tenho medo do Senador Mozarildo Cavalcanti; não tenho medo de Ottomar Pinto, apesar da violência toda.

Ele falou aqui do Sr. Ottomar Pinto, mas se esqueceu de dizer que ele foi Governador três vezes, sim. Na primeira vez, como Governador do território, ele foi demitido do governo, acusado de ter assassinado um jornalista chamado João Alencar. No segundo mandato, morreu o Conselheiro Federal da OAB, assassinado

pelo Secretário de Segurança do Governo dele. Vamos ver quem vai morrer agora, neste terceiro mandato.

Não tenho medo; não tenho um pingão de medo. Se querem brigar, vamos brigar. Eu esperava que esta discussão ficasse restrita ao Estado, mas, se trazem à tribuna acusações levianas, vamos respondê-las também da tribuna.

Devo explicações e as darei. Tenho cobrado do Presidente do Conselho de Ética as três medidas pagas, veiculadas pelo jornalista Márcio Accioly, funcionário do Governador, e a representação da Senadora Heloísa Helena, que faço questão de esclarecer. Tenho cobrado do Supremo Tribunal Federal os esclarecimentos sobre tudo aquilo que se falou de mim, mas, infelizmente, a Justiça é morosa. Estive com o Presidente Nelson Jobim e até lhe disse: “No caso de Parlamentares, de quem está na vida pública, deveria haver decurso de prazo, seis, quatro ou três meses, e, depois, a matéria deveria ir para julgamento imediatamente”. Dever-se-ia trancar a pauta, porque fazem acusações levianas, plantam acusações levianas, e essas acusações passam anos até serem julgadas, enquanto as pessoas são achincalhadas. Foi assim que ocorreu com a Fundação Roraima. Eles plantaram denúncias, passei oito anos respondendo a acusações inverídicas, até que o Tribunal de Contas as julgou e disse que não havia nada.

Essa é uma questão que deve ser ponderada aqui, no Congresso. Deve haver uma legislação que julgue rapidamente questões que tratem de políticos e de cargos de confiança; tem de haver um processo mais célere, exatamente para que se possa dar respostas rápidas a essas questões, que são levantadas nas eleições e que passam anos para serem efetivamente esclarecidas.

Peço desculpas aos telespectadores da TV Senado por esse desabafo. Quero dizer que encaminharei ao Conselho de Ética denúncias contra o Senador Mozarildo Cavalcanti e vou assiná-las – não vou pagar ninguém para fazê-lo.

Se querem discutir nesse nível, vamos discutir aqui também nesse nível. Vamos lutar em defesa do povo de Roraima, porque o que está acontecendo no Estado hoje é um absurdo, é autoritarismo. A ditadura ainda não acabou em Roraima! E vamos enfrentar essa ditadura com democracia, com as propostas de Governo, sem baixar o nível da campanha.

Estamos sendo agredidos todos os dias. Estou processando o Governador, porque ele vai para a rádio agredir; ele vai para a rádio xingar e, ao fazer isso, ele dá um péssimo exemplo. Não estou agredindo o Governador, mas estou constatando um tipo de postura que não condiz mais com os tempos da democracia.

Portanto, ficam feitos os esclarecimentos e fica aqui a minha posição de cobrança, para que o Conselho de Ética se manifeste com relação aos processos que ali tramitam com pseudo-acusações contra a minha pessoa.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Romero Jucá, a Sra. Heloísa Helena, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra, pela Liderança do PFL, ao Senador José Agripino e, logo após, pela ordem de inscrição, ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Sra. Presidente, peço minha inscrição pela Liderança do Partido dos Trabalhadores, no momento em que V. Ex^a achar mais oportuno.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O Senador José Agripino falará como Líder e, em seguida, falarão o Senador Antonio Carlos Valadares, pela lista de inscrição, e o Senador Sibá Machado, pela Liderança do PT.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sra. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Só um minutinho, meu querido Senador José Agripino.

Peço a minha inscrição como Líder, porque, de repente, pode chegar um outro Líder e haverá um problema. Assim, estou inscrita normalmente e peço, também, minha inscrição como Líder, para evitar um outro problema. Não queria fazê-lo, mas é o jeito agora.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Senadora Serys, Sra.s e Srs. Senadores, Senador Antonio Carlos Valadares, na quarta-feira passada, antes do Carnaval – não sei se V. Ex^a estava no plenário –, tive a oportunidade de me manifestar sobre o pífio crescimento de 2,3% do PIB; fazendo uma análise sobre as causas e as conseqüências disso; avaliando a qualidade dos gastos do Governo, dos programas sociais; tecendo comentários positivos sobre o Bolsa-Família, mas fazendo a crítica de que era um programa que, na mi-

nha opinião, só tinha porta de entrada e não oferecia porta de saída para os pobres; comentando, até, que esse era um Governo, Senadora Heloísa Helena, que se orgulhava, que se gabava de ter aumentado de 5,4 milhões para 8 milhões o número de inscritos no Bolsa-Família. Ele se gaba de ter aumentado o número de inscritos pobres, quando se deveria orgulhar de poder dizer ao País: “Eu recebi o programa com 5,4 milhões, não permiti que esse número crescesse e ofereci a porta de saída para 300 mil pobres, que deixaram de sê-lo porque lhes dei educação, qualificação profissional e uma oportunidade de emprego. Consegui, com competência, com o meu talento, fazer isso.” Eu falei sobre tudo isso. Hoje, estamos na “Quinta-Feira de Cinzas” e, nos jornais – praticamente em todos –, uma notícia muito forte está na primeira página.

Veja bem, Presidente Serys, estamos vivendo o último ano do Governo do Presidente Lula.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil é uma entidade que merece o respeito e a reverência de todos nós, porque é apartidária e composta por cidadãos que reputo estadistas. Dom Cláudio Hummes e Dom Scherer são estadistas, são pessoas cuja opinião precisa ser objeto de reflexão – ouvida para ser refletida.

Eu fiz um discurso na quarta-feira e, lamentável e felizmente – as duas coisas –, estou vendo que a CNBB compartilha, pelo menos em boa medida, daqueles conselhos que emiti. Sabe por quê, Senadora Serys? Pelas declarações que vejo, do Secretário-Geral da CNBB, Dom Cláudio Hummes.

A manchete da terceira página do jornal **O Globo** é: “CNBB a Lula: ‘É preciso ir além.’”. Essa é uma opinião que a CNBB está emitindo no final do Governo Lula. Quem é a CNBB? É uma entidade apolítica, apartidária, mas todos sabemos que a Igreja sempre teve uma nítida simpatia pelo operário Lula, pelo lutador Lula. Todos nós sabemos. Então, a CNBB tem toda a credibilidade para, dizendo uma coisa, merecer reflexão. Trata-se de uma crítica que deve ser considerada com uma força muito grande, porque é a crítica de um simpatizante, de quem torce a favor e não mereceria nunca o que está no fim da página: a manifestação raivosa do Líder do Governo, que reage e cobra propostas.

Na verdade, Dom Odilo Scherer, Secretário-Geral da CNBB, declara: “A população quer saber o que será feito para gerar trabalho, renda e para reduzir a sangria de recursos que acabam nas mãos de grupos financeiros.”

Dom Cláudio Hummes, Cardeal-Arcebispo de São Paulo, diz: “Esperava-se mais. Em primeiro lugar, a esperança não era muito grande. Mas essa mesma

esperança não foi realizada. Ficou muito abaixo das previsões.”. O que ele quer dizer? Mais ou menos o seguinte, Senadora Heloísa Helena: do Presidente Lula se esperava muito mais. Não que Sua Excelência não tenha feito nada. Até admite-se que tenha feito alguma coisa, mas não se esperava de Lula nunca, por exemplo, que comprasse o aerolula. Nunca. Nunca se esperava. E esperava-se que fizesse muito mais em matéria de programa social.

Qual é a avaliação que a CNBB está fazendo e que está retratada nas páginas de todos os jornais, como **Folha de S.Paulo**, **Estadão**, **O Globo**, e **Jornal do Brasil**? Que a frustração com a questão social, que era o que se esperava de fundamental no Governo Lula, é uma realidade. Frustração em função de quê? Em função de um crescimento que eles atacam. Atacam a política econômica. Eles dizem que o Brasil é, hoje, um paraíso financeiro. Essa é uma realidade insofismável. O lucro dos bancos foi recorde. O absoluto recorde dos últimos 10, 15, 20 anos foi o do ano de 2005, quando o PIB brasileiro cresceu 2,3%, Senador Arthur Virgílio, contra 6,4%, em média, nos países emergentes.

Do Bric (Brasil, Rússia, Índia e China), a quadra que está deixando de existir, Senadora Serys, o Brasil cresceu 2,3%; a Rússia, 6,4%; a Índia e a China cresceram mais do que 10%. A Argentina cresceu 9,1% e todos os nossos companheiros de Bric cresceram no mínimo três vezes o que o Brasil cresceu.

O que deve ser feito, Senador Sibá Machado? O que a CNBB sugere, Senadora Heloísa Helena? Sugere coisas que estão embutidas nas declarações. Sugere aquilo que todo o Brasil sabe: que se melhore a qualidade do gasto. Não se vai consertar este País, nunca, se não se melhorar a qualidade de gasto. Não é comprando avião, não é nomeando cargos de confiança às toneladas, não é multiplicando por algumas vezes a terceirização no serviço público, não é gastando mais em passagem e diária na Funasa do que em investimentos na saúde que se vai dar o bom exemplo ao Brasil. A qualidade do gasto do Governo Lula é o que há de pior.

O que eles querem dizer – a CNBB, Dom Cláudio Hummes e Dom Odilo Scherer – é que na educação não houve progresso. Até que vínhamos andando bem com o Ministro Paulo Renato, mas o bom andamento parou no tempo. Então, aquilo que se quer, ou seja, abrir uma porta para que o pobre deixe de sê-lo, pela via da educação, não está ocorrendo neste Governo.

E a geração de emprego? “Ah, geramos 3,7 milhões de empregos.” Poderiam ter gerado muitíssimo mais e boa parte desse número foi de transformação de empregos informais em formais. Se tivéssemos crescido o que a Argentina ou o Peru cresceram, teríamos

oferecido os milhões de empregos que se esperavam do Governo Lula.

Sra. Presidente, Sra.s e Srs. Senadores, quero destacar a declaração de uma entidade, a CNBB, que fala ao País, que chama a atenção de um Governo pelo qual – tenho certeza – ela torcia, torce e acredito que vá continuar torcendo, porque todos queremos que o Brasil continue a crescer, mas que mostra os equívocos de comando do Governo, os equívocos de quem não está sabendo o que é preciso fazer. Geração de emprego e renda não é atitude para governo principiante. Governo que cria um Programa como o do Primeiro Emprego e que se perde nas ONGs Ágora da vida não tem competência para governar. Qualquer governo que, em seu programa, queira jogar o País para frente tem de, em primeiro lugar e acima de qualquer coisa, botar na cabeça que política econômica tem de servir não a governo, mas, sim, à sociedade. Se a taxa de juros é o instrumento de correção de rumos, ela tem de estar subordinada ao bem-estar dos cidadãos. Portanto, a continuidade de um programa de governo tem de estar submetida a esses pressupostos.

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Já encerro, Sra. Presidente.

Após o período do carnaval, hoje retomamos os nossos trabalhos, e aqui estou para fazer um comentário sobre o que disse a CNBB, que coincide exatamente com o que eu disse na quarta-feira passada. Na minha opinião, o Governo Lula comete grandes equívocos. E, nos equívocos que comete, o Governo perde um tempo que não mais se recuperará. Refiro-me ao tempo da bonança de um mundo que está crescendo em função da capacidade de compra do mundo desenvolvido, e o Brasil perde essa oportunidade. A Índia, a China, a Rússia, os países emergentes estão seguindo em frente, e o Brasil está ficando para trás, pela falta de talento que, neste momento, está sendo denunciada pelos próprios companheiros, por aqueles que torciam por este Governo, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Silhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra, pela Liderança, ao Senador Antonio Carlos Valadares, por cinco minutos.

Logo após, também pela Liderança, falará a Senadora Heloísa Helena.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Silhessarenko. Bloco/PT – MT) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sra.s e Srs. Senadores, antes de termos o prazer de ouvir o Senador Antonio Carlos Valadares, Sra. Presidente, encaminho à Mesa requerimento de voto de aplauso às cidades de Oeiras e Floriano, no Piauí, em desagravo a manifestações de despreço do Presidente Lula recentemente, por ocasião de sua visita à Parnaíba, no mesmo Estado, quando disse que bom era o litoral e que aquelas cidades não mereciam ser visitadas.

Sra. Presidente, trago também um pequeno pronunciamento, condenando essa história de, a pretexto de combaterem fraudes, os homens oficiais da previdência estarem ameaçando suspender 197 mil aposentadorias. O atual Ministro, Nelson Machado, está agindo como o antecessor, Ricardo Berzoini, pela via da crueldade.

Peço racionalidade, porque a saída para combater as fraudes não é deixar de pagar a quem nada tem a ver com fraudes, mas é procurar saber onde há fraudes e, por favor, a partir daí agir com seriedade.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

O Pretexto _ combater fraudes – seria válido se não fosse estúpido. O Governo petista do Presidente Lula anuncia que vai suspender 197 mil aposentadorias.

Essa parcela representa 20% dos aposentados do INSS e eles estão na iminência de não receber seus poucos reais. O Governo petista de Lula alega que eles não atenderam à convocação para o recadastramento.

Num passado recente, que os aposentados de mais de 90 anos não esquecem, já houve algo desumano praticado pelo então Ministro Ricardo Berzoini. Foi um Deus nos acuda e a Previdência viu que não era por aí.

Os quase 200 mil aposentados sob ameaça do Governo Lula provavelmente não tiveram notícia do recadastramento. E por que não fazer isso por uma via mais decente e mais humana.

O Ministro atual, Nelson Machado, age como o antecessor Berzoini, pela via da crueldade. Deve haver – e seguramente há – um jeito menos burro para esse recadastramento.

Por isso, interpreto aqui o desalento desses muitos brasileiros, tratados com tanto desrespeito.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Requerimento de voto de aplauso às cidades de Oeiras e Floriano, no Piauí”.

REQUERIMENTO Nº /2006

Requer Voto de Aplauso às cidades de Oeiras e Floriano, no Piauí, cujas populações e administradores souberam reagir à altura a manifestações de despreço do Presidente Lula, por ocasião de sua visita a Parnaíba, no mesmo Estado.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso às cidades de Oeiras e Floriano, no Piauí, como desagravo a manifestações de despreço que a elas dirigiu o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de sua recente visita a Parnaíba, no mesmo Estado.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso do Senado Federal seja consignado em ata e levado ao conhecimento dos Prefeitos Tiel Reis, de Oeiras, e Joel Rodrigues, de Floriano e, por seu intermédio às populações dos dois municípios.

Justificação

Em recente viagem a Parnaíba, no Piauí, para a “inauguração” de programa de interiorização das Universidades, o Presidente, extasiado com a beleza de Parnaíba, criticou seus companheiros petistas que, durante sua campanha eleitoral, só incluíram viagens a municípios que, a seu ver, são despidos de beleza. Acrescentou que, como vingança aos petistas seus companheiros, tomara banho de mar em Parnaíba de madrugada (?). Por isso, as cidades de Oeiras e Floriano merecem a homenagem que bom proponho, a título de desagravo.

Sala das Sessões, de março de 2006. _ Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Silhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela Liderança do PSB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sra.s e Srs. Senadores, cumprida a convocação extraordinária, o Senado Federal inicia seu período ordinário de trabalho, ainda

que em ano de eleições, ainda que em ano de transformações políticas e administrativas. Ainda assim, o Senado pode cumprir, do ponto de vista de sua competência constitucional, uma grande tarefa, aprovando projetos da mais alta significação para a economia e para a área social do Brasil.

Na convocação extraordinária, Sra. Presidente, nós, Senadores e Senadoras, conseguimos aprovar 129 matérias. Foi um trabalho edificante, de peso e de responsabilidade, que demonstra, com números, eficiência, tendo à frente o Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros, como também todos os seus companheiros de Mesa, como o Senador Tião Viana, este grande democrata e Senador, que dá exemplo de cordialidade, de fineza e de finura no trato para com seus Colegas, ao lado da Senadora Serys Slhessarenko, que ora preside a sessão, cujo sobrenome tenho dificuldade em pronunciar, mas que tem sido sempre motivo de admiração de todos nós, pela forma alegre e aberta com que dirige os trabalhos desta Casa.

Então, cumprimos com nosso dever nesta convocação extraordinária, pois aprovamos matérias de grande envergadura, como, por exemplo, a redução do recesso parlamentar, oportunidade em que vivenciamos a pressão da opinião pública. Em respeito à opinião pública, chegamos à redução do recesso parlamentar da Câmara e do Senado de 90 dias para 55 dias. Ressalte-se também a exclusão na remuneração dos Parlamentares daquilo que chamávamos de verba indenizatória na convocação extraordinária. Além disso, tratamos de assuntos como a aprovação do projeto da regulamentação dos agentes comunitários – são milhares e milhares de brasileiros e brasileiras que dependiam dessa regulamentação – e como a limitação das medidas provisórias, cujo projeto é oriundo desta Casa e tramita na Câmara.

A Câmara dos Deputados já aprovou, na Comissão Especial, no período da convocação extraordinária, a chamada PEC da Revitalização, também de nossa autoria; saiu daqui há quatro anos, com a aprovação unânime do Senado. Hoje, falei com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo, que disse o que já sabíamos: a Câmara dos Deputados dará prioridade absoluta a essa matéria, assim como a outras tantas matérias que são cobradas pela sociedade brasileira. A revitalização do rio São Francisco será votada, e o substitutivo do Deputado Fernando Ferro, do Estado de Pernambuco, vai ser aprovado pelo Senado Federal.

Sra. Presidente, Sra.s e Srs. Senadores, nesta oportunidade, quero dizer que fui ao Estado de Sergipe e que lá percorri algumas cidades, não apenas para participar, ao lado do povo, dos eventos carnavalescos

do interior. Aproveitando o ensejo, eu e alguns companheiros, como Marcelo Deda, do Partido dos Trabalhadores; Jackson Barreto, do PTB; e o Pastor Heleno, do PL, visitamos as comunas do interior e constatamos, pessoalmente, que alguns Municípios já estão sofrendo as conseqüências da seca inclemente, que começa a se abater sobre o Estado de Sergipe.

Nesse ponto, eu queria destacar, Sra. Presidente, que entregamos ao Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, vários decretos, dando ciência a S. Ex^a da situação emergencial dos Municípios de Canindé do São Francisco, de Gararu, de Monte Alegre de Sergipe, de Nossa Senhora Aparecida, de Nossa Senhora da Glória, de Nossa Senhora de Lourdes, de Poço Redondo e de Poço Verde e de Porto da Folha, além de outros Municípios que também estarão oficiando a situação de emergência para receberem recursos do Governo Federal. Sra. Presidente, para tanto, é preciso que o Governo do Estado, sob a administração do Governador João Alves, juntamente com os Prefeitos municipais, mobilize-se para, num trabalho de parceria com o Governo Federal, atender às comunidades sofridas do interior de Sergipe, que já estão sendo atingidas pelas intempéries do tempo, pela seca que se abate sobre o nosso Estado.

Por fim, Sra. Presidente, eu não poderia deixar de lembrar ao Presidente Lula que o Senado Federal aprovou, em sessão histórica, assim como a Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei de repactuação da dívida dos agricultores. Essa repactuação caminha no sentido da conciliação. Se há empresários – segundo informações do Líder do Governo, são em torno de 500 empresários – que levam mais da metade do financiamento, que o Governo, não podendo atender a esses grandes proprietários, pelo menos atenda aos pequenos e médios proprietários, que são a força da agricultura no Nordeste do Brasil. Que assim eles possam, por meio dessa repactuação, conseguir novas fontes de financiamento para a produção agrícola; e que, a Deus querer, com as chuvas que certamente virão entre abril e maio, o agricultor nordestino possa ter uma grande produção de feijão, milho, batata, inhame e, assim, cuidar da sua família e da geração de emprego e renda em nosso Estado e em nosso Nordeste.

Sra. Presidente, concluo as minhas palavras. Tenho notícias de que o Presidente da República vetará o projeto de lei que saiu desta Casa e foi aprovado pela Câmara dos Deputados. Aproveito para sugerir a Sua Excelência que se lembre dos pequenos que vivem no semi-árido, dos que estão passando necessidade e não têm condições nem de produzir quanto mais de pagar uma dívida infundável, e que uma nova medida provisória seja baixada em defesa das popula-

ções mais pobres, dos produtores agrícolas da pobre região nordestina.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Silhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra, pela Liderança do P-SOL, à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, Sra.s e Srs. Senadores, já tive oportunidade de, brevemente, tratar do tema, e o farei hoje da mesma forma também, tentando adequar-me aos poucos cinco minutos a que tenho direito pela Liderança.

Mais uma vez, algumas revistas, jornais e documentos estão sendo disponibilizados sobre o acordo da Telemar com a empresa Gamecorp, que tem como um dos sócios o filho do Presidente Lula.

Se se tratasse de um problema pessoal do filho do Presidente Lula, eu jamais tocaria no assunto, na tribuna. Se o filho do Presidente Lula estivesse, por exemplo, envolvido com drogas, eu ficaria temerosa de que o meu filho estivesse também, e acolheria o filho de Sua Excelência da mesma forma que acolheria o meu filho se ele estivesse envolvido em um grande problema pessoal. Então, não se trata de problemas pessoais.

Lembro que recebi vários *e-mails* informando que um dos filhos do Presidente estava respondendo pela Internet que, enquanto era contratado pelo PT para prestar serviços à distância, estava vagabundeando, tentando terminar a faculdade, fingindo que trabalhava um pouco. Para mim, isso era um linguajar usado pela juventude na Internet. Se ele era pago pelo partido, não sendo do Fundo Partidário, que é dinheiro público, mas com as contribuições dos militantes e dos dirigentes partidários, só a eles caberia repudiar. Do mesmo jeito, quando eu era militante e perguntavam: “O Lula não trabalha, ele é sustentado como?” Eu respondia: É sustentado com o meu salário, com um percentual que eu dou do meu salário. Portanto, eu sabia. É lógico que, depois, foi um estado de tristeza profunda quando eu descobri que a minha contribuição, do meu salário, acabava, de alguma forma, servindo para lavar dinheiro que era utilizado pela cúpula palaciana, por alguns do PT; eles acabavam usando isso para fazer negócios sujos no Banco Rural e em outras coisas mais. A garantia que era dada para os supostos créditos, empréstimos, era justamente isso.

Agora, esse caso é grave. E retomei esse assunto porque acho que todo mundo viu na imprensa o que vai acontecer com o filho do Primeiro-Ministro Ariel Sharon, que seria condenado a cinco anos de cadeia. A única concessão que a Justiça a ele deu foi não ser preso agora, porque o pai está internado em estado grave,

inconsciente, mas ele será condenado a no mínimo dois anos de cadeia, porque era o tesoureiro da campanha do pai e está envolvido com caixa dois. Portanto, o filho do Primeiro-Ministro Ariel Sharon já está condenado, será preso, e a concessão que a Justiça fez é que não será preso agora, mas, no máximo, em agosto, se o pai não sair do estado de coma antes.

E aí é importante deixar claro que a Telemar – e sabemos de todo o processo, que denunciávamos, de corrupção que foi o processo de privatização da telefonia, ao qual, infelizmente, o Presidente Lula deu um atestado de moralidade porque não abriu uma auditoria, um procedimento investigatório, nada – não é uma empresa privada como outra qualquer. Não é um bodegueiro, com todo o respeito aos bodegueiros. Não é. A Telemar não é uma empresa privada como outra qualquer. Ela atua na área de telefonia fixa por concessão pública. O BNDES, que é um banco público, possui representante no Conselho de Administração da Telemar; tem 25% de participação de um grupo econômico, que, por sua vez, tem 18,8% do capital da Telemar. Então, é um banco público que tem lá um lugar no Conselho de Administração da Telemar, e é sócio, porque tem 25% das ações de uma empresa que é do grupo.

O negócio foi intermediado por uma empresa de auditoria e consultoria de um amigo pessoal do Presidente Lula, que é membro do Conselho de Ética Pública da Presidência da República. Por sua vez, essa mesma empresa de consultoria e auditoria prestou uma consultoria à Petros – e diz a Associação Nacional dos Participantes da Petros que foi uma licitação suspeita, mas deixemos isso de lado – e fez a intermediação para que a Telemar se tornasse sócia da empresa do Presidente Lula. Essa empresa de consultoria participou de uma prestação de serviços da Petros, fundo de pensão da Petrobras, que tem como um dos principais conselheiros o pai dos dois outros sócios da empresa do filho do Presidente Lula. Um dos outros controladores da Telemar é um conhecido empreiteiro, amigo e compadre do Presidente Lula.

A Telemar tem parcerias com quarenta grupos no chamado ramo de jogos e conteúdo multimídia. Tem parcerias com quarenta outros. A única empresa com que ela efetivou sociedade foi justamente a do filho do Presidente Lula, que tem como outros dois sócios os filhos de importante conselheiro do fundo de pensão da Petrobras.

A Telemar informou à Comissão de Valores Mobiliários que R\$15 milhões era besteira. Quinze milhões é o dinheiro que a Telemar acabará investindo até o meio deste ano na empresa do filho do Presidente Lula, e eles informaram à Comissão de Valores Mobi-

liários que isso é insignificante diante do faturamento da empresa.

A grande pergunta que tem de ser feita é: a Telemar investiria R\$15 milhões em uma empresa pequena, cujo capital inicial do filho do Presidente Lula era de R\$25 mil? A Telemar investiria? Essa é a pergunta que tem que ser feita.

Eles disseram que não poderiam disponibilizar todas as atas, que acabaram motivando o acordo e a compra das ações, em nome do chamado acordo de confidencialidade. Só que eles tiveram acesso à composição societária da Game Corp antes de fechar o acordo. Eles disseram que tinham tido acesso às informações em setembro de 2004. Entretanto, a reunião que fechou o acordo foi em janeiro de 2005, quando eles já sabiam a composição societária da Game Corp.

É importante que isso fique claro, Srs. Senadores, porque, repito, sei que o Congresso Nacional, em muitos momentos, não funciona como uma Casa séria; dispõe-se a ser medíocre anexo arquitetônico dos interesses do Palácio do Planalto. O Congresso Nacional, em muitos momentos, se predispõe a ser um dos lados do vexatório e vergonhoso balcão de negócios sujos estabelecidos pela promiscuidade Palácio do Planalto/Congresso Nacional.

Entretanto, é essencial que possamos estabelecer os procedimentos investigatórios para responder à sociedade, ao povo brasileiro, como o seu dinheiro público está sendo usado.

E digo isso com a tranqüilidade de uma mãe que quer continuar ensinando aos seus filhos que é proibido roubar. Do mesmo jeito, sinto-me impedida de arranjar um estágio para o meu filho em qualquer espaço, para que com isso não se venha a dar qualquer conotação de tráfico de influência, exploração de prestígio, intermediação de interesse privado, corrupção ativa e passiva, portanto, todo o banditismo e vigarice muito associada ao mundo da política. Como quero continuar ensinando aos meus filhos que é proibido roubar, estou, mais uma vez, desafiando a este Senado, a este Congresso Nacional, que muitas vezes funciona como um dos lados do podre balcão de negócios sujos e da promiscuidade com o Palácio do Planalto, que ao menos se predisponha a abrir um procedimento investigatório para explicar ao povo brasileiro por que o filho do Presidente Lula tinha R\$20 mil em papel, como parte da sociedade da Game Corp, e, de repente, conseguiu R\$15 milhões de investimentos da Telemar.

É só, Sra. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Heloísa Helena, a Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de

Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Ana Júlia Carepa.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sra.s e Srs. Senadores,

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO NA SESSÃO DO DIA 2 DE MARÇO DE 2006, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Neste momento, pela Liderança do PT, concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

S. Exª dispõe de cinco minutos, com mais dois minutos de prorrogação.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela Liderança do PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Senadora Ana Júlia Carepa; nobre Senadora Heloísa Helena; Senador Eduardo Suplicy; Senador Arthur Virgílio, venho à tribuna hoje após ter participado de uma solenidade em que estavam presentes o Presidente Lula; a Ministra Marina Silva; o Governador do Estado do Piauí, Wellington Dias; o Governador do Estado do Acre, Jorge Viana; e várias outras autoridades, para a promulgação da Lei de Florestas Públicas.

Quero dizer que fiquei bastante preocupado com a matéria da revista **Veja** desta semana, tratando da situação do Estado do Pará, estampando a foto da Ministra e de V. Exª, Sra. Presidente.

Deixo claro que os fatos por si já são explicativos. Penso que matéria foi muito infeliz. Preferia ouvir V. Exª a falar aqui alguma coisa. Estou pronto para dizer que a pessoa que conheço, a Senadora Ana Júlia Carepa, está absolutamente a muitos anos-luz de distância desse tipo de comportamento, e o mesmo digo da Ministra Marina Silva. Os gestos vistos pelo Brasil afora mostram outra direção: não há nenhum sentido de complacência, não há nenhum sentido de passar a mão na cabeça de ninguém, de concordar com matérias não publicáveis, como a que vimos naquela revista.

Hoje, o Programa Nacional de Florestas faz um gol de placa. Quero aqui, mais uma vez, agradecer ao Congresso Nacional e às pessoas que se empenharam para a votação do projeto de gestão de florestas públicas, ratificado pelo Presidente Lula. A Ministra

Marina Silva, com certeza, deve falar em cadeia de rádio e TV para explicar, ponto a ponto, o que é esse grande programa para o Brasil.

Sr. Presidente, gostaria de dizer dos pontos que tanto debatemos nesta Casa, naquele dia, na votação deste grande projeto praticamente após dez horas de trabalho. Muitas pessoas achavam que estávamos entregando as florestas brasileiras para o capital internacional. É exatamente o oposto, pois as terras do Governo, da Nação, da União continuam de propriedade da União. Alguns falavam que estaríamos escancarando as florestas para que pudessem ser usadas indevidamente. É exatamente o oposto, porque as empresas deverão ser credenciadas, certificadas, tendo endereço certo, tudo isso por intermédio de licitações. Além disso, saberemos o que estão fazendo e como as terras estão sendo trabalhadas.

Sr. Presidente, também quero falar sobre a arrecadação financeira. O que antes existia era uma exploração predatória. Com a aprovação dessa lei, o Governo poderá arrecadar impostos e gerar emprego, poderá haver a participação da comunidade, inclusive na fiscalização, pois todas as entidades que tiverem interesse nessa área poderão estar atentas para ajudar nessa fiscalização. E, mais do que isso, uma floresta que antes era usada para motivos de rapina, de roubo, de todo tipo de malversação, será utilizada de maneira correta, contribuindo para o desenvolvimento nacional e, principalmente, para o desenvolvimento sustentado.

Diante disso, Sr. Presidente, fica aqui meu grande agradecimento. É uma situação muito favorável para a nossa região, pois, definitivamente, teremos mais paz na nossa área. São mais ou menos 15 milhões de hectares de terra que, já no ano de 2007, poderão ser explorados. E a grande missão do Ministério para este ano será, com certeza, colocar essas empresas em funcionamento nas áreas em que as licitações estabelecerem.

Sr. Presidente, fica aqui meu registro e a alegria que sinto diante do trabalho da Ministra Marina Silva, que, cada vez mais, é motivo de admiração, e de toda a sua equipe. E também fica meu agradecimento a esta Casa, o Senado Federal, por ter compreendido isso e votado, em tempo hábil, um projeto tão importante para a economia nacional e, especialmente, para a economia daquela região.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigado, Senador Sibá Machado. Tive a oportunidade de, juntamente com V. Ex^a, estar presente à cerimônia na qual se encontravam a Ministra Marina

Silva e o Presidente Lula, que sancionou o projeto, executando um passo muito importante.

Tem a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço que meu discurso seja publicado na íntegra.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR SIBÁ MACHADO.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sra.s e Srs. Senadores,

Carta do Ministério do Meio Ambiente à imprensa sobre as conclusões da CPI da Biopirataria

Com relação às notícias publicadas pela revista **Veja**, destacando informações contidas no relatório da CPI da Biopirataria sobre indícios de desvios de finalidade do plano Safra Legal, o Ministério do Meio Ambiente esclarece que agiu imediatamente, ao tomar conhecimento, ainda em janeiro de 2005, de que caminhões transportando madeira estariam circulando com adesivos irregulares na Amazônia.

O que o Ministério do Meio Ambiente fez:

De imediato, o Ibama designou vários fiscais para realizar levantamento preliminar da situação e, de posse de indícios de irregularidade, encaminhou as denúncias à Polícia Federal, para investigação e identificação de responsabilidades a partir de provas concretas;

Ao mesmo tempo, o Ibama reforçou a fiscalização no pátio das serrarias em Altamira e Anapú, no Pará, onde foram apreendidas 36.000 m³ de madeira de diversas origens e aplicadas multas no valor total de R\$8 milhões, já em fevereiro de 2.005.

As investigações por parte da Polícia Federal continuam e, a exemplo do que já ocorreu em outras ocasiões, chegarão à identificação objetiva de responsabilidades.

Nesses pouco mais de três anos do atual governo, já foram realizadas nove grandes operações da Polícia Federal, a partir das informações disponibilizadas pelo Ibama, entre elas:

a Curupira I (no Mato Grosso, em 2005);

Curupira II (no Mato Grosso e Rondônia, em 2005); e,

Ouro Verde (no Pará, Maranhão, Tocantins, Goiás, Rondônia e Rio Grande do Norte, em 2005).

Isso resultou na prisão de 236 pessoas, sendo 75 servidores públicos federais e estaduais, que atuavam, em sua maioria, há mais de 10 anos na região.

Como nesses casos, o Ministério do Meio Ambiente adotará de pronto as medidas administrativas pertinentes, sejam elas a de exoneração de gestores que ocupam cargos de confiança ou a abertura de processos disciplinares que podem levar à demissão de servidores públicos de carreira, quando as investigações da Polícia Federal ou as que vierem a ser realizadas pelo Ministério Público, em decorrência do relatório da CPI, apontarem o envolvimento de servidores do IBAMA.

Importante ressaltar que:

A região de Altamira e Anapú já havia sido objeto de ações específicas por parte do IBAMA. Antes mesmo de o Governo lançar, em março de 2004, o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia reunindo 13 ministérios, coordenados pela Casa Civil, o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama estabeleceram como prioridade a atuação no Pará, campeão de desmatamento até 2.002 e palco de violentas disputas por terras griladas.

Tanto que, ainda em 2003, foi realizada a maior operação integrada de fiscalização na região de Altamira e Anapú, reunindo Ibama, Polícia Federal, Polícia Rodoviária, Incra e INSS, resultando na apreensão de 44.000 m³ de madeira.

Também foram cancelados os planos de manejo em terras griladas, aprovados irregularmente pelo Ibama até 2002. Desde 2003 foram cancelados mais da metade dos planos de manejo no Pará. A forte atuação da fiscalização e o cancelamento dos planos de manejo irregulares levaram o setor madeireiro da região a uma ação de bloqueio das rodovias que dão acesso ao município de Altamira durante duas semanas, em novembro de 2003.

Em meio a essa nova realidade de inibição das atividades predatórias, o plano Safra Legal foi discutido com centenas de entidades da sociedade civil e associações empresariais, como única forma de exploração legal e sustentável dos recursos madeireiros no Pará, onde cerca de 85 % das terras são públicas.

Foram autorizados os desmatamentos de no máximo 3 hectares em lotes de assentamento do Incra, nos termos da Instrução Normativa número 3, de 2002, anterior, portanto, à atual gestão. As primeiras autorizações de desmatamento foram liberadas em novembro de 2004, concedidas aos proprietários dos

lotes nos assentamentos. Mas o Ibama não concedeu as Autorizações de Transporte de Produtos Florestais – ATPF – às empresas madeireiras, pois essas não comprovaram a reposição florestal exigida pela legislação em vigor. As empresas que transportaram madeira sem autorização foram multadas e tiveram a madeira apreendida.

Resultados:

Com essas ações e a implementação do Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento, os resultados começam a surgir. O mais expressivo foi a redução de 31% na taxa de desmatamento, no período 2004/2005, após pequenos acréscimos de 6% em 2003 e 2004.

Essa foi a maior queda nos últimos nove anos. No caso do Pará, houve uma redução de 30% na taxa de desmatamento em relação a 2002, tirando o Estado da condição de líder do desmatamento. A emissão de Autorização para Transporte de Produtos Florestais (ATPF) no Pará foi reduzida em 65%.

Em Altamira, os resultados foram ainda mais significativos: a área desmatada, que era de 1.497 Km² entre julho de 2003 e agosto de 2004, caiu para 252 Km², de julho de 2004 a agosto de 2005, período em que ocorreu o plano Safra Legal. Segundo maior município em área desmatada na Amazônia em 2004, Altamira caiu para o 11^o lugar no ranking dos municípios com maior área desmatada em 2005.

Além das ações coercitivas, o Ministério do Meio Ambiente vem trabalhando para o estabelecimento de marcos legais e condições institucionais que permitam o desenvolvimento de atividades de exploração florestal em bases sustentáveis, com a elaboração do Projeto de Lei sobre Gestão de Florestas Públicas, já aprovado pelo Congresso Nacional e que será sancionado hoje pelo presidente Lula. Essa norma permitirá o ordenamento da atividade madeireira, o combate à grilagem de terras públicas e estimulará o desenvolvimento sustentável e a proteção da floresta.

Com esse novo instrumento de gestão dos recursos florestais, o Ministério propôs, e o Presidente já aprovou, a criação do primeiro Distrito Florestal Sustentável do Brasil, localizado na área de influência da BR 163, com área destinada à exploração madeireira de 5 milhões de hectares, o qual permitirá a integração de um conjunto de políticas públicas destinadas a promover um rápido desenvolvimento do setor florestal em bases sustentáveis, onde devem ser criados 100 mil novos empregos diretos.

Creemos que, dessa forma, estamos enfrentando adequadamente os desafios que nos foram colocados pelo Presidente Lula e pela sociedade brasileira.

Durante o discurso do Sr. Sibá Machado, a Sr^a Ana Júlia Carepa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Ex^a será atendido.

Senador Cristovam Buarque, como a Senadora Ana Júlia Carepa ainda não se encontra no plenário, tem a palavra V. Ex^a. Em seguida, a Senadora Ana Júlia. (Pausa.)

Então, tem a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador Cristovam Buarque.

Senador Eduardo Suplicy, Senadores aqui presentes, população que nos ouve, confesso, Senador Sibá, que pensei duas vezes se viria à tribuna para falar de um órgão de comunicação – cujo nome faço questão de não citar – que se tem notabilizado, nos últimos tempos, por publicar matérias completamente isentas de credibilidade. Parece que não ouve, inclusive, a voz das ruas. Quanto mais o Presidente Lula aparece bem nas pesquisas, mais alguns órgãos de comunicação tentam atingir o Governo, tentam atingir a Ministra Marina Silva, tentam nos atingir com matérias caluniosas e requentadas. São denúncias requentadas, denúncias que já foram feitas. Já os estou processando. São denúncias absolutamente não comprovadas. Ao contrário, ficou comprovado que não existiram. No entanto, alguns órgãos de imprensa fazem questão absoluta de nos difamar, de nos caluniar.

Sei de onde partem essas iniciativas. A minha atuação parlamentar – e não apenas aqui –, a história política da minha vida, o povo da minha terra conhece. Senador Sibá Machado, brinco dizendo que V. Ex^a é meio Senador paraense, pois lá já morou e sabe que, durante minha vida toda, combati grilagem de terra, violência no campo e aqueles que fazem parte de consórcios que financiam essa violência. É por isso que essas matérias vêm à tona. Não sou perdoada porque combato os grileiros de terra, que, por incrível que pareça, subsidiam as denúncias.

Senador Sibá Machado, hoje o Senador Tião Viana leu aqui a nota da Ministra Marina, mostrando, com dados concretos, exatamente a diminuição do desmatamento no Estado do Pará, que já foi o campeão em 2002. Foi exatamente a ação firme dos que estão lá combatendo o desmatamento que causou essa reação desmedida.

A tentativa é me intimidar – e eu já sabia, já haviam me dito isso –, porque não me perdoam por eu ter rasgado aquele documento que foi uma verdadeira

violência à sociedade brasileira, aquele voto em separado feito pela UDR, na CPMI da Terra, que incentivava a violência, porque incentivava a impunidade. Sei que não me perdoam por isso. Não me perdoam e querem me intimidar. Não conseguirão, porque o meu mandato vai continuar. Continuarei fazendo o que sempre fiz ao longo da história da minha vida, o combate a essas injustiças, junto a outras, é óbvio. Não é a única coisa que faço no meu mandato, mas ele é muito marcado por essa atuação.

Tudo o que já foi dito ali já foi investigado e comprovado que é falso. Mas, como em alguns veículos de comunicação o compromisso com a verdade e com a ética é zero, mais uma vez se faz esse tipo de violência. Talvez haja algum Deputado tentando se aproveitar e ganhar fama às minhas custas. Não vai conseguir.

Quero, inclusive, agradecer de coração a solidariedade que tenho recebido aqui e também do povo da minha terra, que conhece a minha atuação. São manifestações honestas, sinceras, de coração.

Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado e, em seguida, ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senadora Ana Júlia Carepa, o que vi no Pará foram empresas reclamando que V. Ex^a não dava atenção para elas – nem atenção! –, chateadas porque queriam, com certeza, que V. Ex^a facilitasse alguma negociação. Foi o que vi, exatamente o contrário. Não posso acreditar que a matéria tenha trazido esse tipo de informação. De onde foi tirada? Como não conheço em detalhes o ocorrido, preferi ouvir V. Ex^a. E a matéria não só expõe a imagem de V. Ex^a, mas também a associa à Ministra. Fico me perguntando: “Meu Deus, quantas operações já foram feitas na Região Amazônica, coibindo esse tipo de coisa?”. Pessoas foram presas, verdadeiras quadrilhas foram desmontadas, houve apreensões, multas e todo tipo de investimento necessário para incrementar a fiscalização. Inclusive, estavam começando a dizer que, por conta da fiscalização, V. Ex^a não queria o desenvolvimento da região ou coisa parecida...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – V. Ex^a está dizendo que eu fui acusada, não é?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Exatamente. Não posso concordar com isso. Portanto, estou aqui prestando solidariedade a V. Ex^a, Senadora Ana Júlia, e à nossa Ministra Marina Silva. Colocam os fatos como se V. Ex^a estivesse facilitando as coisas, e a Ministra Marina Silva acobertando tudo. Isso, a meu ver, é criar fantasias ou discórdias onde não existem. Vi muito bem que foi dada uma resposta de pronto nos casos da Irmã Dorothy, da Terra do Meio, do Município de...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Anapu?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Não. É no rio Xingu.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Altamira?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Não. Após Altamira. Eu me esqueci... É Porto de Mós. Então, são tantas experiências para se contar no Pará!

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– A criação das reservas extrativistas...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Sim, a criação das reservas extrativistas, a redução do desmatamento, o incentivo às empresas sérias, as empresas certificadas. Essas deveriam ter, no nosso entendimento, apoio moral para continuar sendo bom exemplo para todos. Agora, temos esse conjunto de medidas, culminando com a promulgação da Lei de Gestão de Florestas Públicas. Nesse sentido, sou solidário a V. Ex^a. Não sei que atitude pode ser tomada diante de um caso como esse. Se ficar sem resposta, alguma pessoa que porventura queira combater politicamente V. Ex^a no Estado pode utilizar essa matéria para obter proveitos em outro tipo de proveito. Então, creio que, nesse sentido, cabe, sim, uma resposta de pronto esclarecimento, para que não pare nenhuma dúvida sobre as pessoas que, com certeza, gostariam de ouvir de V. Ex^a essa explicação. Fica aqui a minha solidariedade.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Obrigada, Senador Sibá Machado. Tenho certeza de que é exatamente isso o que estamos fazendo. Já existe um breve esclarecimento a esse respeito no nosso *site*, que inclusive já foi visitado por todos os Senadores.

Quero deixar claro que vamos continuar tomando medidas judiciais em relação a todos aqueles que caluniarem e que se utilizarem de questões que comprovadamente são falsas e repetidas.

Senador Cristovam Buarque, ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senadora Ana Júlia, quero apenas manifestar, na mesma linha do Senador Sibá, a minha solidariedade. Quem conhece o seu trabalho nesta Casa, o seu trabalho no Pará, a sua história sabe perfeitamente que a sua luta lhe credencia para ficar acima dessas denúncias. Nós, aqui, desta Casa, tenho certeza – senão todos, mas muitos de nós –, estamos aqui para manifestar a nossa solidariedade. Para nós, nem precisava a sua fala, mas é importante que alguém que é criticado pela imprensa venha a esta tribuna, sem baixar a cabeça, dizer tudo aquilo que tem no coração diante de uma

denúncia, sobretudo como ouvi V. Ex^a dizer: que nada disso vai enfraquecer sua luta.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Obrigada, Senador. Agradeço realmente de coração a sua solidariedade. É dessa solidariedade que preciso e da de todos aqueles que me apoiaram de forma sincera, assim como o povo do meu Estado, que tem chegado a todo o momento com o seu apoio porque conhecem a minha atuação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT

– SP) – Solicito à Senadora Heloísa Helena que assuma a Presidência, porque tenho um compromisso, mas eu não gostaria de sair sem expressar também a minha solidariedade a V. Ex^a e à Ministra Marinha Silva, de cujo trabalho e honradez sou testemunha desde os primeiros momentos em que aqui convivemos.

Muito obrigado.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Agradeço a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

Concluo o pronunciamento dizendo que não conseguirei impedir-me de continuar a combater os grileiros de terra, os madeireiros ilegais. Também não podemos acusar todos, porque parece que toda atividade madeireira passou a ser ilegal, praticada por bandidos, o que não é verdade. Há muitos que defenderam inclusive o Projeto de Gestão de Florestas.

Aproveito a oportunidade para separar aqueles que fizeram críticas ao Projeto de Gestão de Florestas daqueles que apoiaram outra concepção. Mas, infelizmente, também há aqueles que o fizeram exatamente porque sabem que será um golpe de morte para a grilagem de terra, em especial para o Estado, porque era isso que se negociava com a falta de regulamentação. Hoje, graças a Deus, já há regulamentação no que diz respeito à exploração da nossa floresta.

Então, mais uma vez, venho aqui expressar a minha indignação, mas quero dizer que não me sinto ofendida na minha honra e não vou usar a vitimização, não. Não faz parte da minha história usar a vitimização para fazer disso a minha atuação política. Vou continuar enfrentando não só esses que são grileiros de terra como aqueles que não me perdoam pelo fato de eu combater a violência, a morte e que não me perdoam pelo fato de eu ter rasgado aquela excrescência que foi o relatório da CPMI da terra, aquele voto em separado, que foi, infelizmente, aprovado naquela CPMI.

Continuarei o meu combate firmemente, sem baixar a cabeça, porque sei que a tentativa é me intimidar; sei também dos interesses políticos, como aqui já citou o Senador Sibá Machado. Sabe por que, Senador Cristovam? Porque pensam que serei candidata. Não tenho pretensões de ser candidata, mas pensam isso e tentam me atingir. E a única forma de me atingir

é caluniando-me, é buscando matérias requeitadas, buscando denúncias requeitadas, cuja falsidade já foi comprovada. Utilizaram inclusive documentos que nem sequer constam do relatório da CPMI, o que é mais absurdo! São ilações. As ilações passam a fazer parte da acusação. Alguém faz uma denúncia contra outrem; essa denúncia é investigada e é comprovadamente falsa. Mas, como o órgão de comunicação tem interesses que estão por trás para atingir a pessoa, continuam fazendo as mesmas ilações. Dessa maneira é fácil qualquer um ser atingido, Senador. É fácil!

Agradeço a solidariedade daqueles que se manifestaram nesse sentido de vários partidos políticos, não só os dos partidos da base de apoio. E do povo da minha terra. É dessa solidariedade que preciso. Do resto, realmente, não preciso. Já estou de couro curtido, Senador; já estou de couro curtido. Quero dizer que tenho coragem para enfrentar essa bandidagem. Não vou me intimidar com ela.

A denúncia faz parte da vida pública quando se ferem interesses poderosos, quando ferimos interesses poderosos. É óbvio que sabemos que matérias são veiculadas e, muitas vezes, o que está por trás dessas matérias não aparece para a sociedade. E o que está por trás dessas matérias é exatamente a tentativa de atingir não só a mim, mas a uma política de governo na área do meio ambiente. É isso. E acho que a melhor resposta foi não só a que demos, mostrando que essa denúncia é requeitada, inclusive, mas a da própria Ministra do Meio Ambiente.

Agradeço a todos de coração. Continuarei de cabeça erguida, porque, como eu disse, a minha honra, não conseguiram atingir. Não vou reclamar aqui: "Ah, minha honra!" Não. Não conseguiram atingi-la, Senador. Infelizmente, para eles, não conseguiram atingi-la, apesar de tentarem.

Concluo dizendo isso e que vou continuar combatendo a bandidagem que está por trás desse tipo de matéria, que ainda encontra espaço em veículos de comunicação, que, cada vez mais, perdem a credibilidade. É por isso, inclusive, que o Presidente Lula sobe nas pesquisas, pela falta de credibilidade de matérias como essa, que têm como único objetivo atingir o Governo; têm como único objetivo atingir pessoas que têm uma postura ética correta, uma postura firme de combate à grilagem, de combate à violência no campo, de combate ao desmatamento ilegal. É essa a nossa postura e será sempre essa!

Não pensem que vão me intimidar. Este couro já está curtido e, com certeza, pronto para enfrentar os desafios que o povo da minha terra, com muita honra, me solicitou, elegendo-me Senadora do meu Estado, a primeira mulher Senadora do Estado do Pará.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Ana Júlia Carepa, o Sr. Eduardo Suplicy, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Heloísa Helena.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque pelo tempo que entender necessário para proferir o seu pronunciamento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente – ou Sra. Presidenta, depende de como usamos: de forma politicamente correta ou de forma correta de acordo com o dicionário.

Sra. Presidenta, Sra.s e Srs. Senadores, há pouco, assisti a um debate entre os Senadores Eduardo Suplicy e Arthur Virgílio sobre se houve ou não evolução no Bolsa-Escola. Penso que a palavra correta, o verbo correto é dizer que houve aumento, comparando-se o Bolsa-Escola com o Bolsa-Família. Aumento. Do ponto de vista do conceito, houve um retrocesso, houve uma involução. E essa involução está clara por alguns gestos do Governo Lula. Houve, sim, um redirecionamento rumo a um programa com impacto eleitoral que o Bolsa-Escola não tinha. E vou dizer por quê.

A involução começa com o nome. Por mais nobre que seja a família, do ponto de vista do futuro, há uma diferença entre o programa Bolsa-Escola e o Bolsa-Família. A escola é emancipadora; a família é protetora. Quando estamos em dificuldades, a proteção é importante, é fundamental, e não digo que o Bolsa-Família seja uma coisa ruim para quem precisa daqueles R\$80,00, mas ele não emancipa. A emancipação vem da escola. Essa foi a primeira involução; esse foi o primeiro retrocesso.

O segundo ocorreu quando a administração saiu do Ministério da Educação para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que é uma expressão que não diz a verdade. É o movimento da assistência social – e tenho o mais profundo respeito por ela. No entanto, assistência social é uma coisa; emancipação é outra.

Havia muitos programas de assistência social aos escravos. Havia grupos organizados que protegiam os escravos contra violências, que tentavam lutar para que os filhos não fossem vendidos separadamente das mães, mas que não lutavam pela abolição. É no radicalismo da abolição que está a verdadeira expressão da emancipação.

Obviamente, o terceiro retrocesso – e o Senador Arthur Virgílio tocou nisso sem explicitar – ocorreu quando o Governo misturou programas diferentes.

O Governo Fernando Henrique criou um programa chamado Bolsa-Escola, com finalidade educacional, e outros programas assistenciais para garantir alimentos, renda e remédios. Quando se misturou tudo isso, ficou impossível levar-se a sério a exigência da frequência escolar. Está na lei que, para se receberem os benefícios do Bolsa-Família, todos os filhos devem estar na escola. Contudo, como separar uma família que tem criança de uma que não tem, exigindo de uma a frequência e de outra não? Misturou-se e, ao se fazê-lo, perdeu-se a nitidez. Ao se perder a nitidez, não se trata mais de um programa de fato educacional.

Tenho acompanhado isso. Hoje há até um número maior de escolas informando a frequência do que antes, quando o processo estava em implantação; mas não há o corte da bolsa nem haverá, porque o objetivo deixou de ser educacional. Ao se transformar num programa desse tipo, ele passou a ser eleitoral, para não dizer eleitoreiro. Não vou dizer que escolhem famílias de amigos do Governo. Não vou dizer isso. Não tenho nenhuma informação de que haja fisiologismo na escolha das famílias. Todavia, se elas não são cobradas, sentem-se como se estivesse recebendo um favor. Aí, aproximam-se de quem faz o favor. É o velho paternalismo.

Eu era Governador do Distrito Federal quando implantamos o Bolsa-Escola, pagando um salário mínimo. E digo com tranquilidade, não com alegria: eu não tive tantos votos entre muitas das famílias que recebiam o Bolsa-Escola. Sei disso. Por quê? Porque eu ia lá onde estavam as mães e dizia-lhes: “Vocês não me devem nada! Vocês estão recebendo porque os seus filhos estão na escola. Se eles faltarem mais de dois dias, cortaremos a bolsa”. E cortávamos, às vezes com dor no coração.

Nunca me esqueço de um homem, na cidade do Guará, que me procurou para dizer que não estava recebendo a bolsa. E eu disse: “Mas, então, o seu filho não vai à aula”. E ele disse: “O meu filho vai à aula”. E eu disse: “Mas só tem um?” Ele disse: “Não; eu tenho dois, mas o outro sumiu, fugiu”. E eu tive de lhe dizer: “Nós vamos dar todo o apoio, primeiro, para encontrar o seu filho; depois, todo o apoio à sua família; mas enquanto o seu filho não aparecer e não for à escola, a Bolsa-Escola você não vai receber. Vai receber outro programa assistencial, mas não a Bolsa-Escola.” Disse-lhe isso com dor no coração, mas tive de fazê-lo – e isso todos os dias.

Senador Arthur Virgílio, na verdade, o Senador Eduardo Suplicy, que lamento não esteja aqui, não er-

rou, mas usou o verbo “evoluir” de maneira equivocada. Deveria ter usado o verbo “aumentar”: aumentou no valor e no número, mas evolução não houve. Dá para se dizer que houve, do ponto de vista assistencial, um aumento considerável no número de famílias; mas, do ponto de vista conceitual, houve uma involução, pelas três razões que citei: o próprio nome tem um simbolismo grande, a palavra “escola”; o fato de o gerenciamento ter saído do Ministério da Educação; e, também, o fato de que a cobrança deixou de ser possível ou fácil diante da mistura de programas necessários de assistência com programas necessários de emancipação por meio da educação.

Pouca gente sabe, mas a idéia do Bolsa-Escola surgiu de algo que a elite brasileira sempre teve e nunca reclamou. Aqui, pagam-se bolsas de estudo para que aqueles que já se formaram continuem estudando, porque o Brasil precisa de pessoas que, ao serem engenheiros, não sigam para a carreira, seduzidos pelo salário que o mercado paga. É preciso que virem doutores em Engenharia. Então, pagamos 450 milhões – valores do ano passado – a 35 mil jovens – não sei se todos tão jovens – já formados e que queriam continuar estudando, coisa que o Brasil precisa. E creio que 450 milhões e 35 mil ainda sejam pouco.

A partir daí, pensou-se: “Mas se pagamos para quem já se formou continuar estudando em vez de ir para o mercado, por que não pagamos para tirar do mercado crianças que estão trabalhando, para que venham para a escola?” Essa foi a lógica, que pouca gente sabe de onde surgiu: a de não deixar criança ir para o mercado. Ela evoluiu no sentido de se dizer: “Não vamos dar apenas para quem está trabalhando, mas para todas essas crianças que estão na fronteira da evasão escolar” – e aumentou-se o número.

No livro em que exponho a idéia do Bolsa-Escola pela primeira vez e em que faço referência ao Suplicy, por conta de sua proposta de renda mínima – e isso é de 90 –, sugiro que deveríamos pagar o benefício para todas as famílias com crianças na escola pública, para não se separarem as pobres das ricas, uma vez que, se estão na escola pública, provavelmente não são ricas. Além disso, o custo da seleção, às vezes, é maior do que o do pagamento a todas elas.

Eu propunha para todas, Senador Virgílio. Fiz as contas e mostrei que não era tanto, eram 2,4 bilhões, naquela época, quando meio salário mínimo representava R\$50,00. Hoje, o salário mínimo, felizmente, aumentou um pouco.

De fato, houve uma involução, com um aumento no número de famílias. Quanto ao valor, foi muito ligeiro o seu aumento, se somarmos o Bolsa-Escola com o Vale-Alimentação, com o Bolsa-Alimentação e com

todos esses programas. Não foi tanto, mas houve aumento, e temos que respeitar que cresceu o número. Claro que isso é positivo, mas não é suficiente.

Do ponto de vista da emancipação, houve um retrocesso; do ponto de vista da assistência, houve um aumento. Eu não podia deixar de falar isso porque ouvi esse debate.

Concedo o aparte ao Senador Arthur Virgílio, lamentando que o Senador Suplicy não esteja aqui para ouvi-lo.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – O Senador Suplicy me disse que viajaria. Ele, certamente, teria apreciado muito participar desse debate. Antes de tudo, Senador Cristovam, devo lembrar que V. Ex^a trouxe essa idéia para o Brasil e que havia uma discussão sobre a questão cronológica: V. Ex^a implantou com êxito aqui, José Roberto Magalhães Teixeira implantou com êxito lá em Campinas. Lembro-me de V. Ex^a ter teorizado mais, mas os tucanos vão morrer dizendo que... É aquela história dos irmãos Wright e de Santos Dumont. O fato é que V. Ex^a tem méritos enormes por ter buscado, a meu ver, com a filosofia, com a conceituação correta, implantar o Bolsa-Escola no País. V. Ex^a foi muito feliz. Na medida em que o Governo aumenta e involui, ele visa ao eleitoralismo, como diz Dom Geraldo Majella; ele visa aos votos. Ele não está com o foco na criança, na emancipação pela via da revolução da educação, mas em aumentar o percentual do Presidente Lula nas pesquisas que estão saindo a cada momento. Infelizmente, é isso. Havia o projeto Sentinela para isso, o projeto de erradicação do trabalho infantil para aquilo outro, havia um terceiro, um quarto e um quinto. Ele juntou tudo, e o foco se esfarelou. O foco deveria ser a escola e, mais ainda, com porta de entrada, evidentemente, e com porta de saída, porque senão, ao longo do tempo, não há orçamento que agüente. Segundo, se não há a perspectiva da emancipação, a impressão que se tem é de que o Governo quer manter pessoas como esmoleres pela vida inteira, negando-lhes a cidadania básica, a de poderem viver às custas do seu trabalho. Então, deve existir porta de saída. Sai a família do Sr. João e da Dona Maria, e entra a família do Sr. Pedro e da Dona Francisca; mas não dá para ter o Sr. João, a Dona Maria, o Sr. Antônio, o Cristovam, o Arthur, todo mundo. Não dá, porque o orçamento não resiste.

Tem ainda um outro dado que julgo – V. Ex^a falou muito bem da mistura de Programa – bem exemplificador de como o Governo encara essa questão. Ele está, nas suas estatísticas, falando do Pronaf – Programa de Agricultura Familiar. No entanto, as denúncias que me chegam do Nordeste são que bilhões de reais estão sendo “torrados”: até R\$1.000,00 por família,

quase que um compromisso eleitoral, quase que uma compra de votos. Ou seja: “Toma R\$1.000,00”, sem vinculação a nada estratégico. Mil reais por família. Dizem que isso aí tem, de certa forma, influenciado até em resultados de pesquisa. Esse fato deveria ser olhado pelo Tribunal Superior Eleitoral. Está todo o mundo de olho nisso. Porque se quer, de fato, desenvolver a agricultura familiar, que se pense também, estrategicamente, na agricultura familiar e se imagine uma forma de as famílias serem auto-sustentáveis no trabalho que passam a exercer. Agora, se pura e simplesmente sai distribuindo dinheiro aqui e acolá, cria alguns mostrengos que, amanhã, vão reverter contra o futuro das próprias pessoas que supostamente o Governo gostaria de beneficiar. Queria agradecer, primeiramente, a V. Ex^a pela honestidade intelectual de sempre e pelo socorro, ou seja, V. Ex^a desenvolveu, com muito mais assertividade, a idéia que era minha: de que não tinha havido evolução. Questionei o Senador Eduardo Suplicy se teria havido evolução, e V. Ex^a disse muito bem: houve aumento, mas não evolução. V. Ex^a foi além ao dizer que houve involução. Houve, porque perderam o foco. A questão fundamental para o Governo passado e para V. Ex^a era a emancipação das crianças via educação. Neste Governo, não; é a emancipação eleitoral do Presidente Lula. É preciso dizer isso com todas as letras para que a gente não fique perdendo tempo e fique engodando, pela omissão, a análise do povo brasileiro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Quero aproveitar o momento para fazer um registro. O Presidente Fernando Henrique Cardoso foi autor de uma das grandes generosidades raras em política ao adotar, para o Programa que ele levou ao Brasil inteiro, o nome que eu criei aqui, em 1994, na campanha eleitoral, quando, pela primeira vez, denominei o Programa como Bolsa-Escola. Quando eu apresentei a idéia, em 1986, eu o chamava de Renda Mínima Vinculada à Educação. Na campanha eleitoral de 1994, passei a chamá-lo de Bolsa-Escola. Raramente um Presidente adota o nome de um programa de governo vindo de um adversário político – é preciso reconhecer isso. No México, por exemplo, que implantou um programa melhor do que o nosso – devo reconhecer –, inclusive vieram a Brasília para aprender, lá, o Presidente Fox mudou o nome que o Presidente Zedillo havia dado. Aqui, o Presidente Lula, ao mudar o nome, acho que também estava por trás a idéia de dizer “é nosso”. Se fosse o Bolsa-Escola, não seria.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite mais um aparte?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Se a Sra. Presidente o permitir.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Tenha a absoluta convicção de que terá todo o tempo que entender necessário, Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Chamo a atenção para um outro ponto significativo: essa história de trocar os nomes ou de subverter os fatos é uma marca muito negativa que revela o caráter flácido do Governo que aí está. Não vou além: o Governo está montando, junto com o Sr. Duda Mendonça – que está cercado de todas as suspeitas do mundo –, uma campanha enorme, de milhões e milhões de reais, para dizer que o Brasil ficou auto-suficiente em petróleo graças ao Lula. Vai dizer, depois, com aquela cara pascácia: “Pela primeira vez, neste País, não sei o quê..”, aquela conversa chata, porque aquilo é chato. Ele está-se tornando um chato de galochas – temos de admitir isso com clareza. Muito bem! Se nós olharmos friamente as estatísticas, veremos que, no Governo Figueiredo, evoluía a 17,5% ao ano a produção de petróleo. Por que Figueiredo foi genial nesse campo? Não, não; porque ele se beneficiou do abastecimento de bacias que foram descobertas há 20 anos, e que, graças à Petrobras, graças à sociedade brasileira, esse processo foi amadurecendo e desaguou de uma maneira muito favorável à estatística do Governo Figueiredo, sem que ele tenha sido, precisamente, o mentor de tudo aquilo. O segundo, foi o Presidente Fernando Henrique com dez pontos não sei o quê. Foi genial? Foi fantástico? Não foi! Apenas o Presidente Fernando Henrique se beneficiou – a meu ver – da abertura do petróleo. Isso ele tem a ver, porque foi ele quem fez, inclusive contra o voto do Presidente Lula e de seu Partido de então. Mas outros avanços tecnológicos de épocas anteriores a de Fernando Henrique amadureceram e explodiram no Governo dele. Agora, no Governo Sarney, foi 5%. Neste Governo Lula, a média é 3% ao ano. Não há explicação para isso. Por que caiu tanto o aumento de produção neste Governo? Ou seja, a rigor, se ele tivesse sido competente, nós teríamos a auto-suficiência antes e não agora. Antes, e não apenas neste momento. Muito bem, estão montando uma parafernália para tentar ganhar votos de novo por aí e fazendo algo que é criminoso, algo que dá a entender que ele recebeu 96% de auto-suficiência; faltavam 4%. Demorou um tempão e, agora, no final do Governo, atinge os 4%. Se o ritmo deste Governo fosse aquele do Governo Figueiredo, já teriam alcançado há muito tempo; se fosse o do Fernando Henrique, já teriam alcançado há muito tempo; se fosse o do Sarney, que foi baixo, 5%, teriam alcançado há algum tempo. Isso é criminoso, porque desinforma, mexe com a cabeça das crianças, torce a compreensão do povo brasileiro.

Dá a impressão de que não temos um processo histórico, de que não somos uma Nação, de que não temos instituições maduras, de que a Petrobras não era coisa alguma e passou a ser porque Lula é genial, porque é o guia genial dos povos e conseguiu fazer a Petrobras, inerte, de repente, trabalhar. Agiu quase como Deus: “Levanta-te, Petrobras, e anda”. Isso tem de ter um cobro, porque é brutalmente atrasado. Se eu fosse usar uma linguagem de coluna social, eu diria: “Presidente Lula, deixe de ser cafona. Deixe de ser *out*”. Se tivesse que usar uma linguagem política, visando à história do País, eu diria: “Presidente, isso é criminoso, é autoritário, é desonesto. A partir daí não poderemos acreditar no senhor em mais nada, porque o senhor mente sobre tudo. O senhor está mentindo sobre a questão do petróleo, está preparando uma megacampaña com um dinheiro que poderia ir, quem sabe, para o Bolsa-Escola. O senhor está gastando dinheiro com isso, e nas mãos do Duda Mendonça. Não sei como o senhor ainda contrata o Duda Mendonça. Será que é por que, se não o contratar, ele falará? Será que o senhor dá ainda oportunidade de trabalho a ele porque, caso contrário, ele falará? Será que é isso?” Este é o País do silêncio? É o País em que Delúbio não morreu de fome, em que Delúbio não trabalha, mas come; o Waldomiro não trabalha, mas come; o Silvío Pereira não trabalha, mas come. O Sr. José Dirceu recebe um dinheiro e, de repente, compra uma moto, e não sei o quê. Não se sente neles a menor necessidade de viver. Parece-me que vivem do silêncio! Qualquer um vive de seu trabalho, essa gente vive do silêncio. Para mim, está muito claro que essa gente vive do silêncio. Querem, agora, impingir a idéia de que a Petrobras não fez nada, de que não tem processo histórico nenhum e de que eles chegaram à auto-suficiência porque o Presidente Lula é genial. No campo do Bolsa-Escola é a mesma coisa: “Pegamos R\$2 milhões...” Ele não diz que havia milhões e milhões de pessoas beneficiadas por outros programas, desvirtua o sentido do Bolsa-Escola, transformando tudo no que ele chama de Bolsa-Família, e sem ter a dignidade de reconhecer, como V. Ex^a reconhece no Presidente anterior, que é ter dito: “Olha, isso aqui foi do Governo do Cristovam, está aqui o nome, e acabou”, em vez de ficar nessa disputa medíocre que, a meu ver, não é boa para o povo que recebe esse tipo de insulto intelectual, nem para o Presidente também, porque parece aquele afogado que fica o tempo todo pedindo socorro e, quando se chega lá, ele diz que é brincadeira. Um dia, deixa ele morrer, porque está brincando o tempo todo. Então, no dia em que precisar de credibilidade, ele não terá apoio das pessoas, porque elas vão dizer: “Poxa, passa o Governo todo mentindo, não ataca a questão

da corrupção, não enfrenta as denúncias que fazem contra ele, procura mostrar que o importante é ter feito isso e aquilo e que corrupção é uma besteira! Não tem de discutir corrupção”. Com isso, ele vai criando um quadro muito negativo de conceito – não sei se ele está preocupado com isso – em torno dele. Mas isso é muito bom, porque a verdade vai aparecendo. São pessoas como V. Ex^a que vão, com enorme apuro técnico e muita sensibilidade política, procurando, pura e simplesmente, estabelecer a verdade. A verdade é: não há qualquer preocupação social. Há preocupação em usar o social para arranjar votos. Vou repetir: não há a menor vontade do Presidente em emancipar a criança brasileira carente. Ao contrário, ele quer a criança como cliente, esmoler dos seus óbolos, e ele quer se emancipar eleitoralmente pela via da demagogia mais deslavada e mais cínica que o Brasil possa ter visto. Obrigado a V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sra. Presidente, vou concluir com duas questões.

Primeiro, mesmo que o Bolsa-Escola seja correto, com registro de frequência, com valor alto, não resolve se não vier acompanhado da escola. E aí não adianta pagá-lo se não fizermos uma revolução no salário e na formação do professor, se não se começar a fazer aquilo por que V. Ex^a luta, que é o atendimento na priméiríssima infância, por meio de creches públicas. Se a criança chega, com todo o programa Bolsa-Escola do mundo, mas já sem condições de aprender, também não será emancipador o programa.

Então, o Bolsa-Escola só funciona se vier junto com a escola, e tem de se gastar muito mais em escola do que no programa, o que não se está fazendo. O Governo Federal gasta, hoje, mais com o Bolsa-Família do que com educação básica. Falo do Governo Federal. Quando somamos Estados e Municípios, é claro que aí se gasta mais.

Finalmente, para concluir, quero dizer o seguinte: o que o Governo fez foi sair do futuro, ficar preso ao presente e deixar de construir uma nova geração para ganhar a próxima eleição. É lamentável que, nesse sentido, tenha havido uma involução, um retrocesso, não apenas do ponto de vista social, mas também do ponto de vista político.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço o muito importante pronunciamento de V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra como Líder, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela Liderança do PSDB, pelo tempo que entender necessário.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, acompanhei com atenção o pronunciamento que trouxe à Casa ainda há pouco, e V. Ex^a se revelou, tanto quanto eu, constrangida com essa questão familiar. Temos conversado muito, e V. Ex^a sabe como isso me atinge, como sei que atinge V. Ex^a, e, portanto – V. Ex^a disse bem –, não se trata de ver se é filho de Fulano ou se é irmão de Beltrano. Mas certos fatos públicos têm de ser discutidos e analisados com dureza e com exigência pelos agentes políticos deste+- País. Eu me refiro a esse episódio da Gamecorp. Primeiro, fiz uma solicitação na semana passada aqui e, muito brandamente, pedi que a empresa desse uma explicação. Ela não a deu. Seria uma explicação clara, cabal. Eu adoraria poder vir aqui e dizer que tudo não passa de um mal-entendido. A empresa não deu importância à modesta solicitação que lhe fiz.

Portanto, não se trata de filho, de irmão, de parente ou de quem quer que seja. Trata-se de uma pequena empresa de fundo de quintal que recebeu aporte de uma grande empresa de telefonia no valor de R\$15 milhões, até o momento.

Trata-se do fato de que, nessa guerra de gigantes, outra grande empresa de telecomunicações teria contratado um advogado ligado ao ex-Ministro José Dirceu por R\$8 milhões e o célebre compadre do Presidente Lula, advogado Roberto Teixeira, por R\$1 milhão, sem que se saiba até agora, diz a revista **Veja**, qual foi o serviço jurídico. Os advogados tinham de aparecer à luz e de dizer: “Os serviços prestados foram tais e tais”. Enfim, tinham de procurar justificar. Não foi pouco dinheiro, estou falando aqui de R\$9 milhões; falo de mais de US\$4 milhões.

Há outra acusação terrível: a empresa que se associou à Gamecorp teria sido beneficiada por um ato monocrático do Presidente da República. Até que ponto foi feito o justo?

O Presidente Dutra, com toda aquela sua simploriedade, dizia que no governo não se deve comprar nada nem vender nada, porque, se se vai comprar, o vendedor pode querer vender por quase nada para beneficiar o dono do poder; se se vai vender, o dono do poder pode querer comprar muito caro para chegar igualmente ao coração ou à sensibilidade dos detentores do poder de mando, do arbítrio, da decisão discricionária, enfim.

Então, esse é um caso que – volto a dizer – não gosto de mencionar, mas há muito dinheiro em jogo. Não se trata de brincadeira, mas de algo que envolve dinheiro público, envolve um método. Então, é fundamental que a empresa venha a público – insisto nisto – para dar sua explicação cabal e diga: “Olha, aconte-

ceu isso, por isso, aquilo e aquilo outro”. Desse modo, veremos se é convincente ou não a explicação da empresa. Mas que o Governo está cheio de episódios obscuros e que esse é um deles é verdade, e a tática de não responder tem sido uma marca do Governo do Presidente Lula. Em nenhum momento, enfrentou as acusações de corrupção. Foi aí que ele perdeu, já não para V. Ex^a, mas para mim, até um certo encanto.

Eu imaginava que ele reagiria de outro jeito. Pensei, no começo desta crise, que ele iria enlouquecer, que iria dar o nome das pessoas todas, que iria detonar, demitir, fazer e acontecer. Não demitiu ninguém. O José Dirceu se arrastou um tempão; outro se arrastou um tempinho; outro se arrastou mais outro tempão. Quase todos saíram a pedido, a começar pelo Waldomiro Diniz. Não consegue destratar nenhum deles. Chamou de “nosso Delúbio”, no programa “Roda Viva”, o antigo Tesoureiro do PT. Não parece ter liberdade para ser duro com nenhum deles. Não foi capaz de dizer: “Meu Governo estava indo bem até que um bando de gente que pensei que fosse decente, gente que não presta, fulano, fulano e fulano...”. Não foi capaz de fazê-lo. Deu impressão de ter alguma relação com eles que lhe impossibilitava de falar, mais clara e seriamente, sobre todos os episódios.

Diz que foi traído. Traído por quem?! Trair é um verbo que exige complemento. Não se trata de verbo intransitivo. Traído por quem? Quem o traiu? Quando foi traído? Em que momento foi traído? Qual foi a traição?

Se o episódio é corrupção, alguém é traído porque não sabe, porque condena ou porque não recebeu sua parte. Há mil ilações. Mas não é possível entendermos como legítima a resposta que não aponte nem Fulano, nem Beltrano, nem Sicrano. E esses aí teriam de ser apontados à execração pública, tendo em vista o processo, e o Presidente mostraria com clareza a sua índole.

Igualmente, tenho aqui confrontado essa história do PT em relação ao caso Santo André. Dizem que estamos mexendo numa ferida, pois, afinal de contas, trata-se de um companheiro deles que foi assassinado. Mas o interesse de deslindar esse fato tem sido nosso, sem termos essa ligação toda com Celso Daniel. Eles fizeram tudo para obstaculizar todos os passos que a CPI deu. Fizeram tudo para desmoralizar sempre que alguém do Ministério Público disse alguma coisa que levasse à elucidação de algum dos pontos obscuros – e são muitos nesse caso. E tal comportamento causa estranheza. Que interesse é esse? Que solidariedade é essa em que a família fica de um lado, e eles, do outro? A família não gosta deles. A família está se mudando. Isso é grave, Sra. Presidente. A família está se mudando. No começo, disseram que o irmão de Celso Daniel, João Daniel, é louco. Isso é possível.

Há louco aqui, louco acolá, louco no sanatório, louco fora. Diziam que o Bruno não é louco, mas ele veio e confirmou tudo que o dito louco havia declarado. Pergunto se o Bruno passou a ser louco também.

O Bruno e o outro estão se mudando, não da cidade, não do bairro, não do Estado, mas do País. Estão indo embora, pois estão sentindo-se ameaçados. O Ministro da Justiça, a essa altura, já deveria ter ido à casa deles ou deveria ter mandado a Polícia Federal buscá-los, cercados de toda segurança, para virem aqui e terem uma audiência com ele, para dizerem o que está acontecendo com eles. Deveria ser dito a eles: “O Estado brasileiro garantirá a segurança dos senhores e da sua família. Quais são as pessoas que precisam de segurança? Quais são as pessoas que precisam de guarda da Polícia Federal 24 horas por dia? Onde está? Quais são as suspeitas?”

Na medida em que o Governo se tranca em copas, a impressão que passa é que não está preocupado com a situação, a impressão que passa é que o Governo vê como inimigos esses cidadãos que causaram, quem sabe, alguns dissabores ao Presidente com as denúncias que fizeram. É complicado, é uma coisa muito complicada. Não vejo com bons olhos a forma como eles agem. Não vejo isso com bons olhos.

Estão se mudando alegando que estão ameaçados. Isso aqui é uma democracia ou não é? Se é uma democracia, quem os está ameaçando? O que faz a autoridade máxima desse segmento, que é o Ministro da Justiça, que não vai lá e dá inteira cobertura a eles?

Aqui já tive problemas. Já denunciei pressões absurdas e ilegítimas, que soube repelir do jeito que sou capaz, contra a minha família. V. Ex^a também já passou por momentos difíceis, por tentativas de agressão à sua família, por ameaças a V. Ex^a e a seu filho. Que País é este em que estamos vivendo? Que País é este? É um País onde alguém diz: “Estou ameaçado em um caso investigado por uma CPI. Vou embora do Brasil, porque não acredito nas autoridades”. E não é só o irmão que eles diziam que era louco, não. Está indo o louco, está indo o bom, está indo o mais ou menos, está indo a mais ou menos, está indo todo mundo. E não está chocando ninguém!

Alguém da CNBB diz algo que não agrada aos ouvidos do Príncipe; aí, algum Gregório Fortunato, intelectual do Príncipe, vai e resolve dar um tiro simbólico no Major Rubem Vaz, fictício. Vai lá e diz: “A CNBB tem de cuidar é do Padre Pinto”, que é um padre que estaria rezando missa com umas roupas esquisitas, maquiado, enfim. Sei lá como a Igreja vai lidar com o Padre Pinto! Ela vai lidar do jeito que ela quiser lidar. Se não lidar corretamente, ela vai perder ponto perante seus fiéis. Ela tem de saber como lidar. Eu é que não vou agora ensinar, literalmente, padre a rezar missa. Não vou.

Agora, o fato é que só mandaram a Igreja cuidar do Padre Pinto porque a Igreja, pela CNBB, disse que não concorda com algumas medidas deste Governo, com alguns gestos e posturas deste Governo. Então, dizem eles desdenhosamente: “Vai cuidar do Padre Pinto”; ou seja: “Não se meta com coisa nossa. Não se meta com *cosa nostra*. Não se meta conosco; saia fora, senão vamos jogar para você o bombardeio”. É muito complicado isso. Este País me inquieta.

Renner dizia da Alemanha pré-nazista o seguinte: “Quando, de noite, penso no meu País, perco o sono”. Estou preocupado. Estou preocupado, porque essas pessoas que nos governam não reconhecem as demais forças do País como legítimas. Não reconhecem. Não reconhecem legitimidade em ninguém. Eles reconhecem apenas a eles próprios como autores de uma proposta que não está escrita e que salvaria o Brasil. Então, tem messianismo e tem autoritarismo aí. Portam-se de maneira extremamente autoritária – não sei se à Mussolini, à Stalin, à Hitler mesmo, mas se portam de maneira autoritária.

A partir do momento em que não reconhecem as demais forças do País como legítimas, eles começam a colocar em xeque os valores fundamentais da democracia brasileira, que se fundamentam no contraditório, que se fundamentam no choque de opiniões. Esses valores fundamentam-se precisamente na necessidade de uma Oposição forte fiscalizar o Governo para que o Governo erre menos.

Um governo democrático deveria agradecer a uma oposição consciente pelo favor que lhe presta de apontar-lhe os erros. Este Governo, não; irrita-se. Não faz mais porque não pode, mas tentou calar os intelectuais brasileiros com a Ancinav; tenta o tempo inteiro restringir a liberdade de imprensa; tenta o tempo inteiro amordaçar a opinião dos seus adversários, e, agora, diz, de maneira desdenhosa, que a CNBB não deve interferir intelectualmente sobre o processo político. E estamos vendo a família toda do Sr. Celso Daniel mudar-se com medo de morrer. Eles não vão me dizer, agora, que são todos loucos na família. Aliás, loucos ou não loucos, não se deve deixar ninguém ser assassinado. Não deve, pura e simplesmente, ter assassinato no País. Não há pena de morte formal; não deve haver pena de morte informal também. E casos graves, como esse envolvendo a empresa Gamecorp, têm que ser esclarecidos de maneira clara; têm que ser expostos; tem que vir uma explicação muito nítida. Chega de falta de transparência. Chega de ficarmos fingindo que não estamos vendo coisas muito graves que estão se passando neste País.

Muito obrigado, Sra. Presidente. Era o que eu tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

O Sr. Senador Romero Jucá enviou discurso à Mesa, para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sra.s e Srs. Senadores, nestes 47 anos de vigência, a Declaração Universal dos Direitos das Crianças, adotada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 20 de novembro de 1959, e referendada pelo Brasil, com toda a grandeza dos seus princípios, foi, sem dúvida alguma, uma das maiores conquistas do século XX, um dos mais importantes documentos de direitos humanos fundamentais aprovados no Plenário da instituição. Naquele momento, em comunicado às gerações futuras, a ONU reconheceu que toda criança é um ser humano especial, com características específicas, e que tem direitos próprios que precisam ser respeitados. Lamentavelmente, depois de quase meio século da aprovação daquele documento, em quase todos os países, ricos ou pobres, a maioria das crianças vive constantemente ameaçada pelo perigo.

No continente africano, a vida de uma criança é breve. A maioria morre em conflitos sangrentos, em guerras tribais, vitimada por epidemias, pela desnutrição, por males de fácil tratamento se existissem remédios disponíveis, ou por doenças incuráveis como a *aids*, que está se tornando incontrolável e que deverá matar milhares de crianças nos próximos cinco anos.

Nos países mais avançados, naqueles onde os preceitos da democracia e os direitos humanos são respeitados, e os níveis de conforto, de civilização, de cultura e de educação são satisfatórios, na verdade, as crianças sofrem castigos de toda sorte. Dois exemplos são suficientes para ilustrar essa realidade.

Na Inglaterra, por exemplo, por incrível que possa parecer, haja vista o seu alto grau de bem-estar, o Parlamento chegou a discutir há pouco a frequência das palmadas que os pais poderiam dar em seus filhos “travessos”.

Nos Estados Unidos, a potência mais poderosa da Terra, onde os direitos dos cidadãos constituem um dos maiores exemplos a ser seguido pelo resto do mundo, há dois anos mais ou menos, as televisões do mundo inteiro divulgaram vídeos residenciais chocantes, realizados com câmeras escondidas, em que eram mostrados os próprios pais agredindo covardemente os seus filhos ainda bebês. As imagens revoltaram milhões de telespectadores em todos os continentes. As vítimas não tinham mais de 3 anos de idade.

Sr. Presidente, Sra.s e Srs. Senadores, apesar dos pequenos avanços que registramos ao longo da história e desde a aprovação da Declaração dos Direitos das Crianças, não podemos, de maneira alguma, nos deixar abater pelo desânimo e abandonar o campo

da luta em defesa da dignidade humana. A violência e a agressividade que existem na natureza de muitas pessoas precisam ser vencidas. Para tanto, acredito que um dos passos mais acertados está no fortalecimento de uma poderosa rede de solidariedade, que tem todas as condições de travar um combate permanente contra o abandono, contra o desânimo, contra a doença, contra o preconceito, contra o vício e em defesa da cidadania, do amor, do carinho, da atenção, da mão estendida, enfim, da esperança que falta a milhões de crianças no mundo inteiro.

No Brasil de hoje, apesar das gritantes contradições sociais que motivam os maus-tratos e o desrespeito ao próximo, principalmente contra os mais indefesos, devemos reconhecer que já existe essa grande rede de solidariedade que age para evitar todas as formas de injustiças que são praticadas contra as nossas crianças. Essa corrente é formada por milhões de cidadãos e cidadãs benevolentes, voluntários, religiosos, brasileiros anônimos que não visam qualquer interesse pessoal e que estão disponíveis a qualquer hora do dia ou da noite para prestar um socorro, para oferecer um abrigo ou para entregar um simples agasalho nas noites frias.

Sr. Presidente, Sra.s e Srs. Senadores, quando tomamos consciência do imenso poder e da grande força que essa corrente solidária representa, o nosso ânimo se enche de esperança e a nossa vontade de lutar por justiça se renova a cada dia. A Pastoral da Criança é um dos maiores exemplos que podemos citar. Atua com mais de 5 mil militantes em todo o território nacional. É um pequeno exército que está presente em quase 3 mil e 500 municípios brasileiros, ensinando as mães a cuidarem de suas crianças, conscientizando sobre a importância da amamentação, dos cuidados com a higiene e salvando a vida de milhares de bebês. O trabalho da Pastoral em defesa da criança, principalmente nos guetos, nas favelas, nos cortiços infectos, debaixo das marquises, nos viadutos, no inferno dos corredores dos hospitais públicos, nas imensas e miseráveis periferias urbanas e nas áreas rurais mais longínquas, ano após ano vem apresentando resultados impressionantes e contribui decisivamente para diminuir em muito os nossos índices de mortalidade infantil, mesmo dispondo de recursos financeiros insuficientes.

No que se refere à situação da mortalidade infantil em nosso País, em seu Relatório sobre a **Situação da Infância Brasileira 2006**, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) apresenta índices que merecem ser comentados. Todavia, antes da abordagem da questão, devemos dizer que, para o Unicef, o número de crianças que morrem antes de completar 1 ano de idade para cada mil nascidas vivas e a taxa de mortalidade de menores de 5 anos, também chamada de taxa de mortalidade na infância, revelam muito

sobre as condições de vida e a assistência de saúde em um país.

Com base em dados levantados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Unicef mostra que a taxa de mortalidade infantil no Brasil vem caindo de maneira significativa nos últimos 25 anos. Em 1980, ela era de 82,8 por mil crianças nascidas vivas. Em 2004, conseguimos diminuir para 26,6 para cada mil crianças nascidas vivas. É importante observar que, no período destacado, houve realmente um enorme progresso no combate à mortalidade infantil em nosso País. Apesar de tudo, temos ainda um longo caminho pela frente.

De acordo com o Unicef, mesmo com esse registro positivo, em 2005 a taxa de mortalidade infantil apresentada pelo Brasil era a terceira maior da América do Sul. Vale dizer que ficamos atrás da Bolívia e da Guiana. Sem dúvida alguma, porém, não podemos deixar de reconhecer o sucesso alcançado pelas políticas governamentais para reduzir a taxa de mortalidade infantil. E para esse objetivo, como disse no decorrer deste pronunciamento, o trabalho da Pastoral e de outros movimentos sociais merece louvor.

Entretanto, ao lado de todo o esforço que está sendo feito para proteger nossas crianças, a violência contra elas vem se alastrando na vida brasileira. Seu crescimento é preocupante em todos os espaços de nossa sociedade. Aliás, é no próprio lar onde ocorrem as agressões mais freqüentes e o maior número de atentados sexuais. Assim, no seio de suas próprias famílias, milhares de crianças são todos os dias covardemente surradas, seviciadas pelos próprios familiares e submetidas aos mais duros castigos.

Em várias regiões do Brasil, os Conselhos Municipais e os Conselhos Tutelares dos Direitos das Crianças e do Adolescente, nos levantamentos que fazem periodicamente, têm chamado a atenção das autoridades para as respostas que são dadas pelas crianças durante as entrevistas. Segundo as entidades, o problema mais sério é a exploração sexual. O segundo temor revelado por elas é ficar fora da escola, assim como os maus-tratos e os abusos físicos e verbais dos quais são vítimas freqüentes em casa, na rua e na própria escola.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é preciso que sejam definidas imediatamente, por parte de nossas autoridades, ações mais firmes voltadas para a proteção da infância. Convém lembrar que o acesso universal à educação básica de boa qualidade é indiscutivelmente a iniciativa mais importante a ser encarada urgentemente pelos programas governamentais. Sabemos perfeitamente que muitos esforços estão sendo feitos na área da educação infantil, mas ainda não conseguimos atingir a universalização e estamos mais longe ainda de poder oferecer um ensino básico de bom nível e com condições materiais razoáveis das escolas.

No que se refere ao acesso ao nível escolar básico, de acordo com levantamentos do IBGE, na Região Nordeste, cerca de 14% das crianças de 7 a 9 anos não freqüenta a escola, índice que se eleva para 15% na Região Norte. Ao considerarmos a idade de 10 a 14 anos, o número de crianças fora da escola é de cerca de 14% para o Norte e Nordeste.

Eminentes Senadoras e Senadores, a educação é a maior arma para vencer a desigualdade e alcançar o desenvolvimento sustentável e a cidadania. Para isto, precisamos urgentemente elevar o nível do nosso ensino, colocar todas as nossas crianças em salas de aula decentes e melhorar as condições profissionais e salariais dos nossos professores. Se decidirmos realmente amparar as nossas crianças, garantir para elas um futuro digno e prepará-las para serem atores decisivos em nosso processo de desenvolvimento econômi-

co, devemos desde já tomar a decisão de realizar uma verdadeira revolução educacional em nosso País. Caso contrário, continuaremos nos iludindo com o sonho de que seremos brevemente uma grande potência.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Embora havendo muito ainda a tratar, mas sem mais oradores inscritos, vou encerrar a presente sessão, convocando para uma sessão não deliberativa amanhã, às 9 horas.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 35 minutos.)

(OS Nº 11047/06)

Ata da 9ª Sessão Não Deliberativa, em 3 de Março de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Aelton Freitas, Mozarildo Cavalcanti, Luiz Otávio,
da Sra. Heloísa Helena, do Sr. José Agripino e da Sra. Lúcia Vânia*

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, mensagem do Senhor Presidente da República, que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

– Nº 95, de 2006 (nº 98/2006, na origem), de 16 de fevereiro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2005 (nº 4.726/2004, na Casa de origem), que altera os arts. 112, 114, 154, 219, 253, 305, 322, 338, 489 e 555 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, relativos à incompetência relativa, meios eletrônicos, prescrição, distribuição por dependência, exceção de incompetência, revelia, carta precatória e rogatória, ação rescisória e vista dos autos; e revoga o art. 194 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, sancionado e transformado na Lei nº 11.280, de 16 de fevereiro de 2006.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar do autógrafo do projeto sancionado.

O processado vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, mensagem do Senhor Presidente da República, que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 96, DE 2006

(Nº 126/2006, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,
Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los de que me ausentarei do País no período de 6 a 9 de março de 2006, para realizar visita oficial ao Reino Unido.

Brasília, 2 de março de 2006. – **Luiz Inácio Lula Da Silva.**

Aviso nº 199 – C. Civil

Em 2 de março de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Viagem presidencial

Senhor Primeiro Secretário,
Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República comunica que se ausentará do País no período de 6 a 9 de março de 2006, para realizar visita oficial ao Reino Unido.

Atenciosamente, **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – A mensagem que acaba de ser lida será juntada ao processado da **Mensagem nº 74, de 2006**, e vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 14, de 2006-CN (nº 121/2006, na origem), do Senhor Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 2º do art. 16 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário do conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

e do Programa de Dispendios Globais das empresas estatais federais não financeiras.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – A Presidência recebeu o Aviso nº 3, de 2006-CN (nº 24/BCB-Presi, do Presidente do Banco Central do Brasil, substituto), encaminhando ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras referentes ao 2º semestre de 2005, conforme determina o art. 108 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005).

O expediente vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 221, DE 2006

Requer informações ao Ministro da Defesa acerca dos trâmites seguidos pelo Governo do Brasil para a aquisição de aviões de caça para monitoramento do espaço aéreo do País.

Requeiro, de acordo com o art. 216, do Regimento Interno, combinado com o que dispõe o art. 50, § 2º da Constituição Federal, e considerando a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, que sejam solicitadas, ao Ministro da Defesa, informações acerca dos trâmites seguidos pelo Governo do Brasil para a compra de aviões de caça destinados ao monitoramento do espaço aéreo do País, especificando:

1 – Consta que o Governo do Brasil não levou adiante a concorrência pública, no valor de US\$700 milhões (R\$2,4 bilhões) para a compra de 12 caças supersônicos, destinados ao monitoramento do espaço aéreo brasileiro, dentro do denominado Programa FX;

2 – Como alternativa, considerada improvisada ou uma espécie de tapa-buracos, o Governo do Brasil surpreendeu e adquiriu 12 caças Mirage 2000, para o mesmo objetivo. O custo dessa compra teria atingido 5 milhões de Euros (US\$13 milhões);

3 – Consta ainda que a eventual aquisição dos aviões dentro do Programa FX, no valor total de US\$700 milhões, seda coberto

com financiamento externo, sem gravar o Orçamento da União;

4 – Consta, finalmente, pela opção escolhida, que o Governo terá de recorrer a crédito suplementar no valor da compra pela qual se definiu, ou seja o equivalente em reais a 5 milhões de Euros;

5 – Consta que, dos 12 aviões comprados, quatro deles foram entregues ao Governo brasileiro.

Justificação

Ao que consta, segundo informações de que disponho, há no céu muito mais do meros **cumulus** e **stratoscumulus**. Há desencontros de informações acerca dos passos seguidos pelo Governo do Brasil, para a aquisição de caças supersônicos destinados ao monitoramento do espaço aéreo brasileiro. Por isso e dentro das prerrogativas constitucionais do Senado da República, estou requerendo ao ilustre Ministro da Defesa as informações mencionadas neste expediente, a fim de que esta Casa e especialmente a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da qual sou membro, fique corretamente informada.

Sala das Sessões, 3 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 13/2006–GLPFL

Brasília, 3 de março de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador César Borges pelo Senador Jonas Pinheiro, como titular, na Comissão Mista, destinada a apreciar a Medida Provisória nº 272 de 26 de dezembro de 2005.

Cordialmente, Senador **José Agripino**. – Líder do Partido da Frente Liberal – PFL.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Há oradores inscritos.

A primeira oradora inscrita é a Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, agradeço a gentileza de V. Exª, mas posso

permutar tanto com o Senador Paulo Paim, que chegou primeiro, como com o Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – A palavra fica facultativa, pois não se encontram presentes nenhum dos inscritos. Assim sendo, por permissão da nobre Senadora Heloísa Helena, concedo a palavra ao primeiro orador, o nobre Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senadora Heloísa Helena, pela gentileza de oferecer este espaço a este colega.

Sr. Presidente, nobres colegas Senadoras e Senadores, trago à tribuna um tema que talvez reflita um dos mais complexos dramas sociais que o Brasil enfrenta e que prejudica duramente a construção da cidadania.

No Brasil, segundo pesquisa que embasou a tese de doutorado denominada **Paternidade e Deserção – Crianças sem Reconhecimento, Maternidades Penalizadas pelo Sexismo**, realizada pela socióloga gaúcha Ana Liési, na Universidade de Brasília, um terço das crianças nascidas no Brasil é registrado apenas com o nome da mãe.

Depois de quatro anos de pesquisa sobre essa realidade, cruzando informações obtidas em cartórios e dados do IBGE, a pesquisadora concluiu que 30% das crianças nascidas ficam sem reconhecimento paterno.

Segundo essa estimativa, a cada ano, cerca de 800 mil cidadãos recebem certidão de nascimento com um vazio cruel no espaço reservado ao nome do pai. Segundo a cientista, a falta de acesso a métodos contraceptivos e a proibição do aborto estão na raiz do problema.

Apesar da informalidade das relações entre os gêneros no Brasil, ainda existe no imaginário social a correlação entre casamento e legitimidade. O homem brasileiro não se sente obrigado a reconhecer um filho se não estiver casado de papel passado com a parceira. Esse problema existe em todas as classes sociais, mas mulheres com nível de escolaridade mais elevado correm menos risco de engravidar acidentalmente, além de poderem pagar os custos quando decidem buscar o reconhecimento da paternidade na Justiça.

Reafirmo que o custo unilateral, a dupla responsabilidade das mães, sobretudo adolescentes, na assunção e criação do filho, nem sempre desejado, é um problema social gravíssimo que o Brasil precisa enfrentar com coragem e objetividade.

A ilustre pesquisadora avalia os programas de reconhecimento de paternidade da seguinte forma:

A partir de 2001, acompanhei dois programas criados pelo Ministério Público: o Mutirão da Paternidade, em Simões Filho (região metropolitana de Salvador) e o Pai Legal nas Escolas, em Brazlândia (Distrito Federal). As secretarias de Educação fornecem aos promotores a lista de estudantes sem paternidade estabelecida, matriculados no ensino fundamental e médio da rede pública. A partir daí, as mães são convidadas por carta a uma reunião com os promotores.

Esses programas representam muito em termos de cidadania porque beneficiam mulheres pobres que nunca foram chamadas pelo Estado para se manifestar sobre nada. Os projetos são ótimos, mas a implantação depende da sensibilidade dos profissionais que atuam em cada Estado.

Sua avaliação ressalta a importância da capacidade gerencial que, no Brasil, é muito precária. Por isso é importante empreender esforços significativos para aperfeiçoar processos gerenciais e melhorar a qualificação dos servidores públicos, capacitando-os a atuarem com eficácia nas questões sociais.

Sr. Presidente, a situação é tão grave que as mulheres convidadas para participar desses programas, quando vêm, chegam balbuciantes e intimidadas. São pessoas de cidadania frágil, muitas vezes sem consciência de seus direitos.

Urge um esforço para ampliar a conscientização dos direitos de cidadania no nosso País, sobretudo focado nessas mulheres aviltadas pelo abandono institucional e humano.

Depois de todo o esforço empreendido pelos promotores desses programas, somente 30% das crianças inscritas conseguiram o reconhecimento paterno.

Muitos homens desprezam a convocação. Entre os que atendem ao chamado, grande parte alega não ter certeza sobre a paternidade. Alguns têm a capacidade de dizer que têm 1% de dúvida e, mesmo assim, passam dez anos sem dar nenhuma ajuda ao filho.

No Brasil, ocorre a blindagem do pai, que não se sente obrigado a reconhecer os filhos concebidos fora do casamento ou em relações não-estáveis. As mulheres têm medo de exigir o reconhecimento, e algumas sofrem ameaças. A vergonha também é um problema. Filhos concebidos acidentalmente ainda constroem meio mundo. Por isso, muitas mães preferem não tocar no assunto ainda segundo o estudo da pesquisadora Ana Liése, da Universidade de Brasília.

Existe uma súmula do Supremo Tribunal de Justiça que determina que o homem seja declarado pai ao se recusar a fazer o exame. Recentemente, o STJ analisou o caso de uma moça de Porto Velho que teve um filho com um homem poderoso. O Tribunal determinou que a criança seja reconhecida pelo pai, que se

negou a fazer o teste. É a primeira vez que isso acontece no Brasil e significa um grande avanço. Afinal, a cada ano, quase um milhão de crianças enfrentam o mesmo problema.

Outra dificuldade é que a maioria dos Estados não é obrigada por lei a oferecer o exame. Na opinião da socióloga, o mercado dos testes de paternidade virou uma aberração. Como a sociedade presume que a mulher está sempre mentindo, ela enxerga o DNA como a única forma de redenção. Muitas mães pobres fazem qualquer coisa para conseguir realizar o exame e provar que não mentem. É um absurdo deixar essa obrigação nas costas da mulher, quando ela já é obrigada a assumir sozinha a gravidez e sustentar a criança. Isso precisa mudar.

Sr. Presidente, nobres colegas Senadoras e Senadores, se a mulher aponta um homem como pai da criança e ele se sente injustiçado, ele deve recorrer ao exame de paternidade para isentá-lo de culpa. E o Estado deve oferecer esse exame gratuitamente. É uma forma de contribuir para a democratização desse processo e minimizar um problema social da maior gravidade, que é o ônus somente da mãe.

O Estado também deve, a meu ver, realizar sistematicamente campanhas de conscientização e mobilização para fazer com que a paternidade seja assumida responsabilmente e também para que o planejamento familiar passe a incorporar a agenda de decisões das pessoas, sobretudo as mais jovens.

O não-reconhecimento de paternidade é um problema político dos mais graves e carece de reflexão e de estratégias próprias de ação política e gerencial para solucioná-lo.

Esse problema reflete a dificuldade de consolidação de relações igualitárias entre homens e mulheres e está presente em todas as classes sociais. Denota ainda uma estrutura de desigualdade extremamente cruel entre os gêneros, com graves implicações para cidadania e a felicidade e o bem-estar das pessoas envolvidas.

Essa prática não-democrática confronta a Constituição e está a tal ponto enraizada que poucos percebem uma estranha contradição: temos uma lei progressista, que garante a igualdade entre crianças concebidas no casamento ou fora dele, mas, na vida real, ocorre uma grande desigualdade entre elas.

Aqui está mais um desafio político gerencial: é preciso criar condições efetivas de integração de todos os brasileiros à Nação.

O Congresso brasileiro precisa analisar, com a devida profundidade, a questão do planejamento familiar, uma vez que a interdição ao aborto só vale mesmo para as mulheres pobres. Os métodos de contracepção

não estão disponíveis em todos os serviços públicos de saúde. As mulheres pobres correm risco mais elevado de engravidarem e, assim, carregam a obrigação de assumirem sozinhas os seus filhos.

O Estado brasileiro nega a elas o direito de decidirem e não oferece nenhum auxílio a quem leva a gravidez em frente. Essa condição também precisa mudar, e rapidamente! Senão, corremos sérios riscos de comprometer o futuro de significativa parcela da sociedade brasileira, que, mantidas essas condições, não poderão se tornar cidadãos efetivos.

A ausência de direitos reprodutivos faz crescer o número de crianças geradas de forma acidental e que não terão o nome do pai na certidão. Além disso, é preciso lembrar que, mesmo quando disponíveis, os métodos anticoncepcionais podem falhar. A gravidez pode ocorrer de forma acidental ou em situações de violência contra a mulher.

Durante muito tempo, em nossas leis, a mulher foi considerada “relativamente incapaz”, colocada ao lado das crianças e dos insanos. O Brasil enfrenta muitas dificuldades nesse campo. O acesso à contracepção está longe de ser universalizado. O País precisa enfrentar o desafio de oferecer informações, serviços e recursos de contracepção a todas as mulheres.

Essa é uma questão séria e que o Senado brasileiro precisa debater com a sociedade brasileira e legislar de acordo com a vontade da maioria.

Sr. Presidente, na França, o índice de não-reconhecimento paterno é de apenas 2%. Por que isso ocorre?

Evidentemente, lá se consolidou outra cultura histórica, e é uma sociedade com especificidades distintas da nossa; mas convém notar que a França tem uma tradição clara de afirmar e fortalecer o Estado laico como condição fundamental para a democracia. Lá, a liberdade reprodutiva é assegurada, os cidadãos são gerados predominantemente em relações estáveis, e, por isso, o índice de não-reconhecimento da paternidade é baixo.

Há outra diferença crucial: na França, as mulheres sozinhas, que decidem levar a gravidez adiante, recebem um auxílio do governo durante três anos. Aqui, o homem se sente no direito de dar as costas a ela e deixá-la arcar com o ônus de uma gravidez indesejada.

É conveniente analisarmos profundamente a tradição cultural brasileira para identificarmos aspectos estruturais, cuja reprodução social prejudicam a democrática convivência entre os sexos. E que possam ser atacados por meio da eficaz implementação de políticas públicas que diminuam realmente o alarmante índice de irresponsabilidade paterna.

O Ministério Público deve continuar atuando, de forma ampla, em todos os Estados. Experiências de sucesso como o Mutirão da Paternidade e o Pai Legal nas Escolas deveriam ser nacionalizadas.

É importante promover campanhas de incentivo ao reconhecimento paterno e garantir que alunos do ensino médio recebam informações sobre direitos de filiação.

Sr. Presidente, nobres Colegas, uma transformação substantiva no quadro de não-reconhecimento paterno exige o abandono do sexismo contido na mentira presumida da palavra da mulher. Precisamos refletir detidamente sobre esse fato. Se a filiação ainda se funda na preservação de uma crença misógina, a sociedade que a abriga tem sua democracia posta à prova. Esse é um aspecto triste da nossa realidade que precisa mudar com a devida urgência.

Em meados do ano passado, mulheres indígenas realizaram uma conferência nacional e declararam que “a palavra da mulher é sagrada como a terra”. Assumir essa perspectiva significaria inverter o ônus da prova da paternidade. Essa é uma forma de democratizar essa relação, sem dúvida. E isso não seria uma invenção brasileira. Em 1997, a União Européia estabeleceu a inversão do ônus da prova nos casos de discriminação baseada no sexo. Só assim será possível garantir os direitos da mulher e da criança.

Sr. Presidente, nobres colegas Senadoras e Senadores, esse é um tema a que convivo à reflexão com a devida profundidade.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Sérgio Zambiasi?

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Concedo o aparte à Senadora Heloísa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Zambiasi, quando eu perguntei a V. Ex^a se gostaria de falar antes, eu o fiz até por uma delicadeza, porque V. Ex^a vai viajar mais tarde, e eu não vou viajar hoje. Estou muito feliz por ter tido a honra de conceder o meu tempo a V. Ex^a, que o usa para um tema tão importante, de tanta delicadeza. Além disso, V. Ex^a demonstra sensibilidade em assunto tão polêmico como esse. Fico mais feliz ainda porque estamos às vésperas da Semana da Mulher, e V. Ex^a brinda o Senado e as mulheres brasileiras com um pronunciamento misto de grandeza e delicadeza para com todas nós, mulheres. Infelizmente, as regras estabelecidas na vida em sociedade impõem uma hierarquia perversa, cruel entre homens e mulheres, ricos e pobres, brancos e negros. Essa hierarquia perversa se reflete de forma muito ruim na mulher, especialmente naquilo que se refere à maternidade. Nós mulheres passamos a nossa vida aprendendo a beleza, a poesia do significado da maternidade. E, muitas

vezes, quando temos a oportunidade da gravidez, a bênção da geração de uma vida, se não estivermos no marco do falso moralismo, das conveniências morais de plantão, imediatamente somos condenadas ao que de pior existe pelas línguas mais ferinas e maldosas em relação à mesma maternidade, tão cantada em verso e prosa, tão abençoada. Ao maternidade é tratada de forma muito perversa quando ela não está nos moldes dos casamentos, muitos deles de mentira, de fachada, mas que às vezes são muito mais respeitados do que o ato tão importante na vida da mulher que é a maternidade. É essa ofensa tão grande, essa hierarquia às línguas ferinas que, muitas vezes, levam as mulheres à própria condenação ao isolamento, à solidão, ao aborto, a tantas outras experiências tão dolorosas na vida da mulher. É por isso que fico muito feliz com o pronunciamento de V. Ex^a. Se pudesse, até assinaria junto o projeto de V. Ex^a. Claro que isso não significa uma imposição para os homens, mas que se possa assumir a responsabilidade da geração do que existe de tão belo e tão sagrado que é a geração de um ser vivo, de um ser humano, que, sem dúvida, é parte tão importante da razão de existir da humanidade. Portanto, com entusiasmo, saúdo V. Ex^a. Espero que façamos o impossível para aprovar o quanto antes o projeto para que as mulheres, as mães possam vivenciar o que é uma bênção de Deus não como uma experiência dolorosa. Quando se tem uma estrutura de vida, é muito mais fácil condenar a experiência de dor e sofrimento de outras mulheres. No entanto, quem vivenciou esse problema de alguma forma ou já compartilhou com outras mulheres essas experiências tão dolorosas sabe exatamente o quanto marcam sua alma e seu coração para o resto da vida. Que possamos fazer isto: possibilitar que a maternidade e a paternidade sejam responsáveis. Claro que sei que o Poder Público – e V. Ex^a já conversou comigo uma vez a respeito desse assunto tem a obrigação de disponibilizar métodos anticoncepcionais e de possibilitar à pessoa aprender se quer ou não ter filho. Nada me causa mais angústia do que ver tantas propagandas de governos meramente de caráter eleitoralista. Não se vê uma propaganda falando sobre a estrutura anátomo-fisiológica da mulher; sobre o quanto uma gravidez precoce compromete a adolescência, a juventude, a infância e o futuro de uma mulher; sobre muitas coisas a que elas têm direito pela lei, mas das quais não têm conhecimento e, por isso, não pressionam o Prefeito, o Governador, o Senador, o Presidente da República ou outros para que seja disponibilizado um aparato de saúde pública que dê conta de tudo o que significam não apenas as emoções do universo feminino, mas também as estruturas anátomo-fisiológicas femininas, que são

diferentes, que requerem cuidados especiais e diferenciados. Então, enquanto lutamos por tudo isso, que pelo menos possibilitemos a dignidade a essa mulher. V. Ex^a falava da palavra. Meu livrinho da prestação de contas de um mandato é “Palavra de mulher”, que é uma palavra muito honrada. Não é justo que não se considere a palavra da mulher, por mais que muitos homens também tenham palavras honradas a solidariedade, a esperança, a coragem não necessariamente se vinculam a um ou outro sexo. Há que se considerar a importância do universo feminino, que envolve o cuidado com a casa, com os filhos, o trabalho repetitivo, exaustivo, a dupla ou tripla jornada de trabalho. Tudo isso impõe que a legislação no País vá sendo alterada para minimizar essa hierarquia tão perversa estabelecida por essa sociedade entre homens e mulheres. Desculpe estender-me no pronunciamento, mas fiquei muito feliz de ouvir o pronunciamento de V. Ex^a. Espero que possamos, cada vez mais, estabelecer mecanismos concretos que alterem a legislação, que mudem a prática cotidiana em nossas casas, que melhorem as políticas públicas com relação a tudo aquilo que pode significar a mais bela compreensão do universo feminino, do universo da mulher, daquilo que é tão importante para ela e que marca tanto, porque nada machuca mais do que a negação. A vida já é tão difícil, a angústia é muito grande, e ainda se enfrenta o falso moralismo e tantas outras coisas. E aquele que possibilita que você gere a vida diz: “Não, eu não faço”. Muitas mulheres, Senador Sérgio Zambiasi, saem pelo País para que o juiz, para que o oficial de Justiça consiga fazer uma notificação, de tão difícil, tantas são as manobras em relação a isso. Portanto, desculpe-me a extensão do aparte, mas é para saudar, com entusiasmo, o pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Senadora Heloísa Helena, seu aparte chegou, com certeza, no melhor momento. Ouvir a sua palavra, a palavra de mulher, é realmente muito forte, é muito importante. Acompanho este tema há bastante tempo. Sou pai de quatro filhas e tenho uma enteada. Portanto, tenho cinco meninas e sei o quanto a sociedade ainda é machista e discrimina. Ainda identificamos os seres humanos sobre a face da Terra como homens. Não somos seres humanos, somos todos homens. Essa expressão já mostra claramente a imposição machista universal.

A mudança de conceitos, de preconceitos é uma obrigação nossa também, por meio do debate público, por meio deste microfone, deste canal, utilizando os veículos de comunicação que o Congresso nos oferece, como a Rádio Senado, a TV Senado. Efetivamente, muitos dos problemas são frutos da desinformação. O Governo deve utilizar-se dos privilegiados espaços de

publicidade para oferecer informação a essas cidadãs e cidadãos, porque muitos homens cometem esses crimes também por desinformação. Utilizando-se da publicidade oficial, não fazendo propaganda, mas levando informação e cidadania, o Governo aplicaria melhor as verbas publicitárias, e teríamos resultados sociais efetivamente relevantes. Entendo que, se proporcionássemos mais informação às comunidades periféricas, muitos desses problemas seriam sanados.

Assistimos ontem ao noticiário segundo o qual as diferenças entre o salário dos homens e o das mulheres começam a diminuir. Há pouco tempo, chegava a 50%; hoje, está em 30%. Ainda é um abismo, mas já evoluiu consideravelmente nos últimos dez anos. Vamos torcer para que os avanços agora ocorram mais rapidamente, de maneira que logo esses problemas sejam superados.

Minutos atrás, a Senadora Heloísa Helena comentava comigo, com o Senador Paulo Paim e com o Senador Arthur Virgílio que, na política, ainda é grande a dificuldade que a mulher tem de ocupar seu espaço, ainda existe aquele conceito de que mulher não vota em mulher; mas penso que, aos poucos, esse quadro está mudando. A mulher está descobrindo a sua enorme força, o seu grande poder de transformação mediante o voto também.

Era isso, Sr. Presidente. Agradeço a V. Ex^a pela generosidade em relação ao tempo que me concedeu. Agradeço também a todos pela atenção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Senador Sérgio Zambiasi, por estar na Presidência, não pude apartear V. Ex^a, mas quero deixar aqui também o meu testemunho. Neste final de semana, conversei com um gaúcho, conterrâneo de V. Ex^a, e, quando toquei no seu nome e disse que tinha o prazer de ser seu amigo, ele disse que V. Ex^a conhece todos os problemas do Rio Grande do Sul. Percebemos que não é só do Rio Grande do Sul; é de todo o Brasil.

Parabéns por pronunciar discurso tão importante, num momento tão oportuno, e que ainda foi enriquecido pelo aparte da nobre Senadora Heloísa Helena. Fiquei aqui o admirando e ouvindo-o do começo ao fim.

Quero parabenizá-lo e, se possível, também me inscrever junto com V. Ex^a e dizer que cada dia que passa eu o admiro mais.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Como próximo orador inscrito, concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu estou aguardando um documento do gabinete. Por isso, se alguém pudesse falar antes... Mas, se não tiver jeito, eu falarei.

De qualquer maneira, peço a palavra pela ordem para encaminhar à Mesa pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Senadora Heloísa Helena, desculpe-me interrompê-la, mas o nobre Senador Arthur Virgílio está pedindo para ir ao gabinete antes de fazer o discurso.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Senador, sabe V. Ex^a que eu faço qualquer coisa para não cair a sessão. O problema é que estou esperando um documento. Mas, como o Senador Paulo Paim está inscrito e o Senador Gilvam Borges também, eles poderão usar da palavra antes.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Pela ordem, tem a palavra o nobre Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero encaminhar à Mesa, Sr. Presidente, curto pronunciamento criticando a fúria ditatorial do Governo Lula, e desta vez por meio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que tenta amordaçar a imprensa. Por mero ato da Agência, foram classificadas como propaganda reportagens que versam sobre remédios e bebidas alcoólicas. Isso foi denunciado veementemente pela revista **Veja**.

Cada gesto autoritário desse Governo autoritário deve ser marcado e remarcado pela Oposição, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, novamente, o Governo Lula investe sua fúria ditatorial, a fúria de quem não se conforma com a democracia e, mais particularmente, com a liberdade de expressão.

Dessa vez, é a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, que tenta amordaçar a imprensa. Por mero ato da Agência, foram classificadas como propaganda reportagens e matérias que versam sobre remédios e bebidas alcoólicas.

É visível a inconstitucionalidade dessa medida, considerada pela imprensa, inclusive a revista **Veja**, edição de 1º de março último, de verdadeira *excrecência*.

Diz o noticiário que dois órgãos de comunicação já foram autuados com base na indigitada norma da Anvisa.

Chamo a atenção do Plenário para esse abuso, que é repetitivo no Governo Lula. Com isso, fica evidente seu desprezo à democracia.

Com meu protesto, registro também a indignação da imprensa brasileira, que não se conforma – como todos os brasileiros – com o que é um flagrante desrespeito ao texto constitucional.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) Concedo a palavra ao nobre Senador Gilvam Borges.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o período de festas populares em todo o território nacional levou muitos a refletirem e outros a desfilarrem pelas avenidas e ruas país afora.

As eleições realmente estão na pauta. Há duas semanas, eu disse que havia muita água para passar não por baixo da ponte, mas por cima da ponte.

O PSDB, por suas lideranças máximas, articula-se entre jantares e organiza-se entre palestras e profundas discussões sobre o pleito que se avizinha. O Presidente Tasso Jereissati, na dificuldade da preferência pelo candidato do partido à Presidência da República, tenta equilibrar-se na definição entre José Serra e Geraldo Alckmin. O Senador Arthur Virgílio, um dos mais expressivos Líderes deste Parlamento, desta augusta Casa, combativo, vem mostrando ao Brasil as grandes deficiências e a necessidade da alavancagem de uma proposta desenvolvimentista para o País.

Não sei se o Senador Arthur Virgílio ainda se equilibra para não ferir os dois Líderes e para juntá-los numa marcha rumo à Presidência da República, ou se já se definiu entre Alckmin e José Serra. Sei que agora não é o momento oportuno para tratar deste assunto, porque é uma situação delicada; mas acredito que será uma bela disputa, uma disputa acirrada.

A água subiu como a maré, que sobe, desce e sobe. Então, é a hora em que o PMDB também se organiza.

O Presidente Lula, nas últimas pesquisas de opinião pública, desponta numa reação fabulosa, surpreendendo todos os segmentos políticos. A Senadora Heloísa Helena, aguerrida Líder do P-SOL, também vai às ruas. Vi em revistas de circulação nacional S. Ex^a e o Babá, em cima do caixote, na praça pública, brigando por filiações. A Senadora Heloísa Helena é uma candidata em potencial à Presidência da República.

Acredito, Sr. Presidente, que este é um momento importante para a Nação brasileira. A reforma política já se distancia, não há como implementá-la.

Por esse motivo, conclamo todos os peemedebistas a uma reflexão sobre a conjuntura política em que deveremos estar engajados juntos com o PSDB, ou com o P-SOL, ou aliados com o Presidente Lula. Isso, realmente, é uma preocupação muito grande.

Eu admiro e respeito muito o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que está participando ativamente do processo político, buscando a melhor decisão, imediata, para o lançamento da candidatura do PSDB à Presidência da República. Aliás, o PSDB é o único Partido que realmente estará em plenas condições de se contrapor ao Partido dos Trabalhadores, e, para isso, Sr. Presidente, vai haver ainda um grande debate.

Eu acredito muito na dinâmica do processo político. Há o crescimento de maré, o movimento que sobe e que depois desce. Eu acredito que nós estamos vivendo esse fenômeno. Segundo os analistas políticos, há possibilidade de crescimento do Governador Geraldo Alckmin, com mais densidade do que o Prefeito José Serra, que já fez parte desta Casa e que foi Ministro da Saúde.

Ora, Alckmin, quando Deputado Federal – foi meu colega lá do outro lado –, sempre teve o perfil sereno, perfil de um homem que condensa muito bem as idéias e faz das idéias uma realização com praticidade. É um homem muito prático.

Como vai ser esta eleição presidencial? Ainda estamos na expectativa do julgamento, pelo Supremo, sobre a questão da verticalização, que ainda não acabou. Essa verticalização vai nortear definitivamente o pleito. Os nossos candidatos a governador, a senador, a deputado federal e estadual ainda aguardam essa definição. Parece que está tudo tranquilo, que a verticalização caiu, foi derrubada pela Câmara e por esta Casa. Mas foi fora de tempo.

Quando o Supremo julgar essa matéria, daqui a trinta ou sessenta dias, poderá haver uma nova alteração. Conclamamos as Lideranças do Congresso Nacional, da Câmara e do Senado, a uma reflexão sobre a verticalização. As regras foram mudadas muito antes do tempo, e, se a lei prevalecer, com certeza absoluta as regras que utilizaremos neste pleito serão as regras do pleito passado, e o que foi derrubado vai prevalecer nas próximas eleições.

Sr. Presidente, o povo brasileiro precisa de ânimo. Precisamos de candidatos que empolguem, que tragam novas idéias, novas propostas, que nos animem à grande batalha eleitoral.

A democracia é fantástica. Às vezes, bate no peito do eleitor o desânimo; às vezes o desapontamento, o desencanto em dizer que tudo está perdido. Mas a democracia é fantástica. Assistimos aos noticiários mundiais e vemos os países em guerras, onde a democracia não prevalece, onde o voto é substituído pela intransigência, pelas armas, e a disputa pelo poder é feita de forma violenta entre grupos que se debatem, provocando caos e liquidando muitas sociedades. São mais de quinhentos conflitos mundiais.

O tema que me traz aqui hoje é justamente este: as eleições que estão aí. Já estamos nas ruas, tentando reanimar, levantar o povo brasileiro em torno de propostas, de ideais, para que possamos fazer uma grande eleição.

Vejo, Senador Arthur Virgílio, um grande debate nacional com os dois candidatos que vão polarizar estas eleições: o Presidente Lula e talvez Alckmin ou Serra. Se os dois desistirem, então, convoquem V. Ex^a, que, bravo como é e homem de ideal como tem sido, homem de idéias, poderá ser um grande candidato à Presidência da República.

Sr. Presidente, pela democracia, pela reanimação, pela busca novamente dos ideais da revitalização democrática, conclamamos o PMDB a integrar esta grande discussão nacional, para que possamos fazer um grande pleito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Pela ordem, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Encaminho à Mesa dois requerimentos de votos de aplauso. Um, à jornalista Renata Lo Prete, vencedora do grande Prêmio Folha de Jornalismo, edição 2005, com as duas entrevistas que fez com o Deputado Roberto Jefferson, que resultaram na revelação desse escândalo do mensalão que aí está.

Do mesmo modo, um voto de aplauso à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil pela oportuna idéia de editar uma cartilha de orientação aos eleitores do Brasil com recomendações para uma correta escolha de candidatos a postos eletivos. A CNBB é tachativa: recomenda aos eleitores que não votem em político corrupto.

Encaminho-os à Mesa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Sobre a mesa requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 222, DE 2006

Requer Voto de Aplauso à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, pela iniciativa de editar uma cartilha de orientação aos eleitores brasileiros, sobretudo para a questão do financiamento de campanha.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais do Senado**, Voto de Aplauso à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, pela oportuna idéia de editar uma cartilha de orientação aos eleitores do Brasil, com recomendações para uma correta escolha de candidatos a postos eletivos.

Requeiro, ainda, que deste Voto de Aplauso seja cientificado o Presidente da CNBB, Dom Odilo Scherer e, por seu intermédio, a todos os Bispos católicos do País.

Justificação

Com o objetivo de conclamar os brasileiros a um exame sereno, meditado e responsável dos nomes que vão disputar cargos eletivos em outubro. Em entrevista à imprensa, Dom Scherer observou que o processo eleitoral não acaba com as votações. Deve continuar com a fiscalização dos atos dos eleitos. Por isso, formulo este Voto de Aplauso, dirigido a essa respeitável entidade que é a CNBB.

Sala das Sessões, 3 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento que acaba de ser lido será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 223, DE 2006

Requer Voto de Aplauso à jornalista Renata Lo Prete, vencedora do Grande Prêmio Folha de Jornalismo de 2005, pelas suas reportagens sobre a revelação do “Mensalão”.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais do Senado**, Voto de Aplauso à jornalista Renata Lo Prete, vencedora do Grande Prêmio Folha de Jornalismo, edição de 2005, com as duas entrevistas com o ex-Deputado Roberto Jefferson, que resultaram na revelação do chamado “Mensalão”.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso seja inscrito nos Anais do Senado Federal e levado ao conhecimento da jornalista Renata Lo Prete e ao jornal **Folha de S.Paulo**.

Justificação

A homenagem que ora formulo justifica-se. Na atual fase da vida brasileira, em que se fortaleceu a luta pela moralização da administração pública, a jornalista Renata Lo Prete exerceu papel importante, ao revelar ao País o esquema do chamado “Mensalão”. Foram as duas entrevistas feitas pela repórter, ouvindo o Deputado Roberto Jefferson, o ponto inicial da reação do Congresso Nacional, inclusive com a criação de Comissões Parlamentares de Inquérito.

Sala das Sessões, 3 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 224, DE 2006

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do ator Guará Rodrigues, ocorrido no dia 21 de fevereiro de 2006, no Rio de Janeiro.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar, pelo falecimento, no dia 21 de fevereiro de 2006, no Rio de Janeiro, do ator Guará Rodrigues, que integrou o elenco de diversos filmes brasileiros.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família do ator.

Justificação

O Voto de Pesar que ora requeiro justifica-se. O ator Guará Rodrigues teve intensa participação no cenário da cinematografia brasileira. Entre outros filmes, participou de *Os Sete Gatinhos*, *Jardins de Guerra* e, mais recentemente, de *Rio Babilônia* produzido por Neville d’Almeida e que alcançou grande êxito no País.

Sala das Sessões, 3 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – A Presidência encaminha os votos solicitados. Os requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, solicito a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – A palavra está com V. Ex^a por cinco minutos, Senador Mozarildo Cavalcanti. Logo em seguida, como orador inscrito, falará o Senador Edison Lobão.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem fiz aqui um pronunciamento enfocando dois pontos: primeiro, rebatendo acu-

sações do Senador Romero Jucá contra o Governador do meu Estado; em outro ponto, eu pedi providências da Mesa do Senado, da Corregedoria e do Conselho de Ética para que apurem as denúncias contra o Senador Romero Jucá e também apurem as denúncias do Senador, que ele diz serem verdadeiras, contra o Governador. Mas, em seguida, após eu ter saído do Plenário, o Senador Romero Jucá aqui veio e, em vez de se explicar, em vez de dizer o porquê das denúncias contra ele no Conselho de Ética, fez duas acusações gravíssimas contra mim. A primeira está aqui publicada no **Jornal do Senado** e diz o seguinte: “Não fui eu que desviei recursos públicos da 4ª Secretária do Senado; não fui eu que falsifiquei declaração para a minha filha ser juíza,” afirmou o Senador pelo PMDB, e diz que vai entrar com representação contra mim no Conselho de Ética.

Sr. Presidente, eu vou entrar, agora pela manhã, com representação contra o Senador Romero Jucá porque fui 4º Secretário desta Casa, e todo Senador sabe que o 4ª Secretária não mexe com recursos públicos. Então, eu vou entrar com a representação para que ele prove e quero que o Conselho de Ética e a Corregedoria tomem todas as providências necessárias. Se o Senador não leva em conta uma coisa que eu prezo muito, que é a minha honra – e não pode ser essa história de “não fui eu que desviei recursos” –, então que ele diga quem foi.

Por outro lado, é claro que ele se referia a mim quando disse que eu falsifiquei um documento para que minha filha pudesse ser juíza. Sr. Presidente, essa denúncia é gravíssima também, e a minha filha vai tomar as providências no âmbito do Judiciário, porque ela não só foi concursada, empossada e exerceu o cargo de Juíza em Roraima, mas também foi concursada e deixou de tomar posse na Consultoria Legislativa do Senado, foi concursada e passou em primeiro lugar no concurso para juíza no Distrito Federal, onde exerce a magistratura.

Portanto, eu quero dizer ao Senador Romero Jucá que prezo muito a minha honra e a da minha família e, por isso, entrarei hoje com uma representação contra ele para que a Corregedoria do Senado, o Conselho de Ética e a Mesa Diretora tomem providências. Porque eu passei, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quatro meses aqui, quando o Senador Romero Jucá era Ministro da Previdência, mantendo uma postura, digamos assim, diplomática, para não dizer que eu estaria me aproveitando do noticiário nacional para tirar proveito político das denúncias contra ele. Mantive uma postura e era cobrado no meu Estado: por que eu não denunciava. Agora cobrei, porque existem três denúncias lá, aliás, um pedido de investigação feito

pela Senadora Heloísa Helena e dois, por um jornalista. E agora haverá mais um, feito por mim. Então, não é possível mesmo.

Há poucos dias li no jornal que aqui, nesta Casa, não se apura nada contra os Senadores, não se cassa ninguém. Aliás, só se tem notícia mesmo da cassação do Senador Luiz Estevão, mas não estou preocupado em cassar o Senador Romero Jucá.

Quanto a esses dois pontos, estou entrando hoje contra o Senador com medidas, lógico, parlamentares. Quanto às medidas judiciais, tanto eu quanto a minha filha as tomaremos contra ele, porque minha filha, repito, foi concursada e nomeada. E passou em primeiro lugar aqui em Brasília, num concurso concorrido por pessoas que vêm de todo o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Com a palavra o nobre Senador Edison Lobão, como orador inscrito.

V. Ex^a dispõe de 15 minutos, Senador.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tem obtido grande repercussão a ambiciosa meta de se interligar Venezuela, Brasil e Argentina por um só gasoduto, cortando regiões imensas. Estima-se que esse gasoduto, ainda sob estudos preliminares, percorreria 10 mil quilômetros a um custo aproximado de US\$ 17 a 25 bilhões. Adentraria, além da Amazônia, florestas, outros núcleos de matas densas, plantações, pastos, periferia de vilas e cidades dos citados Países. O ambicionado gás teria como ponto original a Venezuela, cujo atual Presidente, Hugo Chávez, é um entusiasta dessa grandiosa idéia.

Creio ser oportuno movimentarem-se os debates e aconselhamentos em torno dessa pretendida iniciativa.

Falo isso, Sr. Presidente, em função das lições que nos vêm do passado, relativamente aos acordos de fornecimento em grande escala de gás da então União Soviética para os Países da Comunidade Econômica Européia, hoje União Européia, através de gasoduto. Isso ocorreu há cerca de 25 anos.

A tais acontecimentos, seguiram-se o esfacelamento da União Soviética e a libertação do seu jugo das Nações que se conglomeravam na sua órbita, muitas das quais acabaram por se compor com a União Européia, juntando-se aos interesses comuns das potências ocidentais.

Extinta a União Soviética, ficou com a Rússia, País de origem do gás, a herança do contrato de for-

necimento, criando-se a partir daí uma nova situação com seus novos e imensos problemas.

Análise recente da GL Consultoria, comandada por Getúlio Lamartine de Paula Fonseca, expõe os fatos com grande perspicácia. Lembra que os antigos componentes da União Soviética, hoje na União Européia, estão em um grau de dependência assustadoramente grande para importação do gás russo, que recebem por gasoduto.

Ainda recentemente, no final de 2005, viu-se o desentendimento sobre preço entre a Rússia e a Ucrânia (dependente 100% do gás russo), que afetou o fornecimento não somente da Ucrânia, mas para toda a comunidade européia. Acusou-se a Ucrânia de roubar o gás destinado à Europa Ocidental, razão por que a Rússia limitou as remessas para todos. Ocorreu, pois, uma óbvia retaliação do fornecedor contra um dos seus conveniados, repercutindo sobre os demais.

É claro que se deve entender que a Rússia, determinada a exportar o seu gás para a União Européia, não desejava que ele fosse interrompido a meio caminho, ou seja, pela Ucrânia. Daí, seguramente, ter tomado as precauções que tomou, exatamente para prevenir a entrega do gás contratado a todos os Países da União Européia.

Uma nova medida atingiu a Geórgia muito recentemente sob a suspeita alegação de que ocorreria um rompimento de tubulação no gasoduto. O fato é que o País ficou sem gás, exato quando adotara a postura hostil.

Pelos dados de 2004, constata-se que é muito elevada a importação de gás da Rússia pelos países da Comunidade Européia ou que ainda negociam sua entrada nessa mesma União. Em bilhões de metros cúbicos, a Bélgica importa 0,2; a Suíça, 0,3; Grécia, 2,2; Holanda, 2,7; Bulgária, 3,0; Romênia, 4,1; Finlândia, 5,0. E, em maior volume: Áustria 6, 0 bilhões de metros cúbicos; e assim por diante.

Em termos percentuais, a União Européia importa da Rússia 25% do gás que utiliza. Desse volume, a Alemanha fica com 44%; Itália: 31%; França: 24%.

Os demais principais dependentes do gás russo importado, citados pela GL Consultoria:

Estônia: 100%; Letônia: 100%; Lituânia: 100%; Hungria: 81%; República Checa: 74%; Eslováquia: 73%; Polônia: 62%; Áustria: 60%; e Eslovênia: 60%.

Sr. Presidente, desde logo verifica-se que, embora a Rússia possa estar fazendo um bom negócio com a exportação do seu gás, deve-se admitir que esses países que são atendidos comercialmente pela Rússia estão, por igual, se beneficiando. Não fosse esse fornecimento, seguramente estariam em extremas dificuldades pela falta de fornecedores.

O Brasil ainda está na atalaia em relação a nossa estimativa de recebimento de gás da Bolívia, em face das declarações públicas do novo Presidente Evo Morales. Somente no correr dos meses ou das semanas vamos saber até onde será utilizado o gasoduto (ou os empreendimentos bolivianos da Petrobras) que interliga nossos dois Países como instrumento desfavorável aos interesses brasileiros. Depositamos nesse gasoduto Bolívia-Brasil – 3.150 km de extensão ao custo final de US\$ 2 bilhões – as maiores esperanças. Até 2007, a previsão é a de que transportará diariamente 30 milhões de metros cúbicos de gás natural, possibilitando novas usinas termelétricas em diversas localidades. São Paulo deverá absorver metade da capacidade total desse gasoduto.

Esse o espírito com que assinamos o contrato de fornecimento com a Bolívia pelo prazo de 20 anos, sem qualquer desconfiança de que seus termos poderiam um dia ser erodidos.

Ora, planejar-se agora a interligação com a Venezuela por um só gasoduto, cortando regiões imensas onde não há demanda, não me parece um procedimento logístico e geopolítico razoável. Seria repetir o risco Bolívia, ampliando a nossa dependência sem salvaguardas políticas adequadas.

Com as fabulosas riquezas naturais com que o destino aquinhoou o Brasil, oferecendo-nos dimensões econômicas que prevalecem na América do Sul, parece desnecessário que criemos situações que ameacem constrangimentos futuros. Os estudos de que dispomos são auspiciosos em relação ao petróleo e, igualmente, em relação ao gás natural. A Petrobras, presentemente, investe forte para explorar o gás da bacia de Santos. Nossas reservas, provadas, são de 225,9 bilhões de metros cúbicos de gás natural e poderão se avantajam, como ocorreu com o petróleo. Talvez devamos dar prioridade a essas pesquisas, para melhorar aproveitamento do gás, como têm opinado qualificados economistas.

Daí por que, Sr. Presidente, eu conclamei no início deste pronunciamento que precisávamos abrir os debates em torno do assunto. Ouvir especialistas e técnicos das entidades públicas e privadas, a fim de que o Congresso, quando lhe forem submetidas as proposições relativas ao tema, esteja em condições de decidir sob as inspirações do melhor interesse público.

Sr. Presidente, a mim me parece que muito melhor seria que aplicássemos tão vastos recursos, como esses que se programam para a Venezuela, em pesquisa no Brasil, a fim de que pudéssemos ter nós mesmos o nosso gás, sem essa dependência tão grande que se aproxima em relação à Venezuela e à Bolívia.

Era o que eu tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Edison Lobão, o Sr. Aelton Freitas, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – V. Ex^a tem a palavra, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem, tive o desprazer de ter de tratar deste assunto aqui no plenário, por acusações que recebi e injustiças que vêm se acumulando ao longo dos últimos meses. Hoje, novamente, o assunto é abordado, e quero deixar clara a minha posição de ontem e de hoje.

Ontem, retruquei aqui as palavras do Senador Mozarildo Cavalcanti, que cobrava do Conselho de Ética explicações como se eu estivesse não querendo dá-las, quando, na verdade, desde o ano passado, prestei os esclarecimentos necessários e tenho cobrado do Conselho de Ética uma posição e um parecer sobre essas questões. Portanto, estou muito tranqüilo.

Tenho sido vítima e tenho sido caluniado ao longo dos últimos dezesseis anos no meu Estado porque faço parte da Oposição. E mesmo sendo caluniado e sendo vítima, jamais, com todas as tentativas de armação, os governantes de plantão e os seus apaniguados conseguiram provar alguma coisa contra mim, porque elas não existem.

Ontem, deste plenário, eu disse que tinha recebido denúncias. Não fiz denúncias diretamente, mas disse que tinha recebido denúncias de que eu não teria usado a 4^a Secretaria para fazer qualquer tipo de irregularidade e muito menos nomeado minha filha juíza.

Pois bem, estou entrando agora com a primeira representação junto à Mesa por denúncias que recebi, para que o Senador Mozarildo Cavalcanti, assim como fui levado ao Conselho de Ética, possa também se explicar ao Conselho de Ética por que contratou, pela 4^a Secretaria, o jornalista Expedito Perônico, de Roraima, que, ao que consta, e isso poderá ficar provado no esclarecimento, jamais deu um dia de serviço na 4^a Secretaria nem nesta Casa.

Portanto, essa é uma questão que recebi. Não estou fazendo juízo de valor, não estou afirmando que é nem que não é, mas estou encaminhando-a ao Conselho de Ética para que se façam os estudos necessários.

Quanto à filha do Senador, quero dizer que não emiti também nenhum parecer aqui ontem. Mas recebi denúncia a respeito de certidão fornecida pelo seu gabinete e vou, na próxima semana, quando chegar

esse material de Roraima, encaminhá-la também ao Conselho de Ética, sem fazer nenhum juízo de valor, para que o Senador possa se defender, assim como fazem comigo.

Estou cansado de ser agredido, caluniado. E se o Senador ficou doído porque, em tese, mencionou-se a filha dele – e não falei no nome de ninguém –, quero dizer que eu, minha mulher e meus filhos temos sido atacados pelo grupo ao qual ele pertence, por jornalistas ligados a ele, contratados pela Liderança do PPS quando ele foi líder do Partido. Temos sido diariamente achincalhados. O que é que faço? Entro com processo, porque assim é que deve ser na democracia.

Não tenho nenhum tipo de rancor. Não vou baixar o nível, não vou bater boca. Entretanto, vou me defender a cada acusação irresponsável e leviana daqueles que querem perpetuar no meu Estado, Roraima, um modelo ditatorial, perseguidor, antidemocrático e, portanto, merecedor do nosso combate.

Volto a dizer que sou candidato a governador, independentemente de ganhar ou perder a eleição. Não estou preocupado com a disputa, se vou enfrentar a máquina do governo, se vão comprar voto, se vão fazer mais gafanhoto. Estou preocupado em criar o contraditório, em mostrar ao meu Estado que existe outra proposta para Roraima. E essa proposta será apresentada independentemente das agressões que tenho recebido e que vou receber durante a campanha. Não tenho dúvidas de que serei muito agredido, mas estou acostumado, porque há dezesseis anos sou agredido em Roraima, há dezesseis anos sou Oposição em meu Estado, há dezesseis anos enfrento armações, há dezesseis anos eu enfrento depoimentos comprados, muitas vezes de pessoas que estão passando necessidades e que recebem dinheiro para fazer qualquer tipo de depoimento.

Portanto, estou muito tranqüilo. Não vou entrar no debate local aqui, mas, como a situação tinha passado do limite, com a invasão da minha residência, com a invasão do meu escritório e com as agressões perpetradas permanentemente, entendi que já era hora de pôr um basta nisso e procurar as medidas cabíveis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Romero Jucá, não posso, estando na Presidência da Casa, polemizar com V. Ex^a. Vou usar o momento próprio para isso; porém, quero deixar claro que estou entrando também hoje com uma representação contra V. Ex^a pelas duas denúncias que fez, quanto à 4^a Secretaria e quanto à minha filha.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Como Líder do PSDB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a está inscrito regularmente. V. Ex^a quer usar a palavra como orador inscrito ou como Líder?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – As duas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – V. Ex^a tem a palavra como Líder, por cinco minutos, inicialmente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda há pouco, eu conversava com a Senadora Heloísa Helena e nos púnhamos a meditar sobre se estamos ou não ficando, todos nós brasileiros, embrutecidos. É muito comum lermos nos jornais artigos e pensatas da lavra de figuras da maior respeitabilidade profissional sustentando que o povo se cansou das denúncias de corrupção e por isso o Presidente Lula estaria crescendo eleitoralmente. Vejam a gravidade. O povo estaria se cansando de denúncias de corrupção. Ou seja, não adianta mais denunciar porque já há corrupção demais. Se houvesse de menos, perderia a eleição. Tendo demais, poderia ganhar, porque assim ninguém dá bola, ninguém liga. Do mesmo modo, eu dizia à Senadora Heloísa Helena ainda há pouco: é impressionante como nós estamos, todos nós, pouco chocados com o fato de familiares do ex-prefeito Celso Daniel que se apressam para se mudar do País. Como estamos pouco chocados com isso; como estamos achando normal, natural!

O Sr. Bruno Daniel diz: “Nós não queremos exploração política”. Claro, ele está correto, ele tem que proteger a vida da família dele. Nem é meu interesse fazer exploração política disso do ponto de vista eleitoral, fazer qualquer exploração a esse respeito. Quero a apuração das denúncias. Ele próprio diz: “Estou ameaçado”. O seu irmão diz: “Estou ameaçado, estamos mudando”.

Como Líder de um partido de Oposição, tenho todo o interesse em saber disso até o final. Agora, espanto-me por estarmos fazendo pouco eco desse assunto aqui dentro, como se fosse natural numa suposta democracia, como supostamente democrático é o Brasil, estarmos vendo uma família ser ameaçada, em um caso que já produziu oito cadáveres, cuja providência por parte do Governo foi zero, nenhuma. O Ministro da Justiça, a esta altura, já teria que ter chamado aqui a família do Sr. Daniel ou ido até ela para dizer das providências que poderia tomar para protegê-la, e as investigações teriam que estar sendo anunciadas com clareza. Isso era para estar comovendo o País, comovendo todos nós, mas não, não está; nenhum de nós está comovido. A verdade é que não

estamos comovidos. Daqui a pouco, morre mais um, fica aquela dúvida...

Já ouvi até piadas a respeito do caso de Santo André, sobre essa história das mortes. O Brasil precisa levar-se mais a sério. O Brasil precisa levar-se bem mais a sério do que se leva. O Brasil leva-se pouco a sério. O Ministro da Justiça teria que ter tomado providências muito claras e não as tomou. O Congresso teria que, a meu ver, interpelar o Ministro, chamá-lo para depor em um dos seus departamentos, chamar os irmãos do falecido Prefeito Celso Daniel. E nós todos teríamos que declarar, em alto e bom som, que não aceitamos que se implante no País um clima de terror.

Ontem, desta tribuna, referi-me ao fato de que as críticas da CNBB ao Governo Lula foram rebatidas por um assessor do Planalto – segundo o jornal que deu a notícia – à base do deboche, do desdém, dizendo assim: “A CNBB que cuide do Padre Pinto” – Padre Pinto é aquele que tem rezado missas fantasiado, maquiado. Tratam do assunto como se a CNBB não pudesse falar sobre economia, não pudesse criticar Governo algum. Fui Líder de um Governo que recebeu pesadas críticas da CNBB durante oito anos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Arthur Virgílio, informo a V. Ex^a que a Presidência vai conceder-lhe o tempo de 15 minutos, como orador inscrito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente, mas estou falando como Líder. Encerrarei minha manifestação como Líder e, daqui a pouco, voltarei a falar como orador. São dois assuntos diferentes. Em dois minutos eu concluo, Sr. Presidente.

Fui Líder e Ministro de um Governo que, durante oito anos, sofreu as mais pesadas acusações de todos os segmentos, e não me lembro de ninguém ter dito assim: “Estou sendo perseguido por este Governo. A minha vida está sendo ameaçada”. V. Ex^a mesmo, Senadora Heloísa Helena – uma das mais duras adversárias com que poderia ter contado o Presidente Fernando Henrique –, sempre disse o que quis, na hora em que quis, do jeito que quis, sem sofrer o menor constrangimento. Ao contrário, asseguro-lhe que, de nossa parte, havia um grande respeito pela sua coragem, pela sua bravura, e uma grande e natural tolerância pelo fato de estarmos em uma democracia e de a crítica fazer parte da democracia. Se a crítica fosse considerada demasiada, procurava-se não dar importância a ela; se fosse considerada justa, procurava-se aperfeiçoar os métodos e aprender com quem critica. O fato é que foram oito anos em que ninguém foi perseguido; oito anos em que, efetivamente, reinaram democracia e liberdade neste País.

Hoje estamos vendo como natural o fato de morrer um aqui, outro acolá; a CNBB é tratada com deboche; a Anvisa tenta amordaçar a imprensa; vem a Ancinav; vêm todas essas medidas ditatoriais que vimos este Governo intentar; e agora uma família diz que mudará do Brasil porque está ameaça. Oito pessoas já morreram nesse caso. Não sabemos a ligação entre o caso em si e tantas mortes, mas o fato é que o Brasil precisa acordar. Temos que beliscar o Brasil, beliscar cada um de nós. Não podemos aceitar isso, que pode ser o prenúncio de um ciclo autoritário. E vamos chorar lágrimas de sangue se não enfrentarmos o autoritarismo no nascedouro. Todo regime ditatorial começa com brincadeira, com ridicularia; nada mais ridículo que Hitler, no começo de sua carreira pública, e nada mais trágico para o mundo que Hitler. Ou seja, todo cuidado é pouco.

Sr. Presidente, o que quero agora é proteção e esclarecimento a respeito desse caso que se desdobra de maneira lamentável envolvendo a família do Sr. Celso Daniel.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Mozarildo Cavalcanti, Senadora Heloísa Helena, Senador Arthur Virgílio, Senador Edison Lobão, demais Senadores e Senadoras, venho à tribuna hoje para falar um pouco sobre o quadro político do meu Rio Grande do Sul e também para comentar um pouco a atuação dos Ministros gaúchos ao longo desses três anos e meio do Presidente Lula.

Começo falando, por uma questão de justiça, porque foi Senadora desta Casa, da ex-Ministra Emilia Fernandes. Emilia Fernandes é um quadro que se destacou na vida política do Rio Grande e do Brasil principalmente pela sua luta em relação às mulheres. Ela não retornou à Casa como Senadora, mas provavelmente retornará como Deputada Federal. Tenho certeza de que terá uma bela votação e fará um grande trabalho aqui no Congresso Nacional.

Quero falar também do ex-Ministro da Educação Tarso Genro, que fez um belíssimo trabalho como Prefeito de Porto Alegre, concorreu ao Governo do Estado e não se elegeu, além de ter sido Deputado Federal, juntamente comigo e com Olívio Dutra. Tarso assumiu o Ministério da Educação, cargo em que também fez, sem sombra de dúvida, um belíssimo trabalho. Nós todos tivemos o prazer de assistir a inúmeras audiências públicas aqui no Senado, onde, como

Ministro convidado, fez exposições que, com certeza, contemplaram e atenderam a todos os Senadores e Senadoras pelas respostas dadas, mostrando toda a sua competência.

Quero falar também do ex-Ministro das Cidades Olívio Dutra, que foi Deputado Federal Constituinte juntamente comigo, Prefeito da capital e Governador do Estado do Rio Grande do Sul, mas não concorreu à reeleição. No momento, Olívio Dutra, por unanimidade, é indicado, por todas as forças do Partido no Estado, para ser candidato a Governador. Todas as pesquisas já mostram que Olívio Dutra, com certeza – este também é o meu entendimento – estará no segundo turno, provavelmente polarizando com o candidato do atual Governador, que é do PMDB.

Tenho certeza de que Olívio Dutra, pela caminhada que está fazendo pelo Rio Grande, virá com muita força e, com a experiência acumulada como Governador, Ministro, Deputado Federal e Prefeito, terá muito a fazer pelo Rio Grande neste momento tão difícil da economia do meu Estado.

Por isso, Sr. Presidente, foi com alegria que declarei meu apoio desde o primeiro momento em que fui perguntado sobre o que pensava da candidatura de Olívio Dutra. É um quadro respeitadíssimo que há de unir as forças vivas do Rio Grande para que alcancemos a devida recuperação, principalmente no campo econômico e social.

Por fim, quero falar do Ministro Miguel Rossetto. S. Ex^a tem exerce uma função das mais difíceis, qual seja, a de ser Ministro do Desenvolvimento Agrário em um país como o nosso. V. Ex^a, que é um estudioso deste assunto, sabe o quanto o tema da reforma agrária é considerado não só polêmico, como também um tabu.

Eu sempre digo que a reforma agrária aconteceu na grande maioria dos países do mundo – e por que não dizer em quase todos –, independente da posição ideológica, seja ela de cunho comunista, socialista, social-democrata, etc.

Miguel Rossetto tem feito um belíssimo trabalho na agricultura familiar. O seu Ministério tem colaborado muito com os pequenos produtores, os sem-terra, os sem-teto, os sem-luz, e tantos outros.

Vi com satisfação que todos aqui sabem a história de Miguel Rossetto, que, assim como eu, também vem da base do Vale do Sino. S. Ex^a foi sindicalista, líder da própria Central Única dos Trabalhadores e tudo indica que Miguel Rossetto na chapa junto com Olívio Dutra – provavelmente o candidato a vice-Governador será de um outro partido –, será candidato ao Senado.

Miguel Rossetto, tenho certeza, está disposto a fazer uma belíssima campanha. E essa campanha

para o Senado, no Rio Grande do Sul, vai polarizar entre Miguel Rossetto e o Senador Pedro Simon. Todos sabem do respeito que tenho pelo Senador Pedro Simon e pelo Ministro Miguel Rossetto, que se apresenta como candidato ao Senado, conseguindo unir todas as forças do Partido.

Entendo que a chapa composta por Miguel Rossetto e um vice, provavelmente de outro partido, significará uma grande cruzada para a recuperação do nosso Estado.

Ontem, demonstrei a preocupação que tenho com o número de empresas que estão saindo do Rio Grande do Sul e indo, como disse, não para o Norte ou para o Nordeste, mas para outros países.

Referi-me, há poucos dias, à situação gravíssima da nossa agricultura, da nossa pecuária e do próprio parque industrial. Por isso, junto com Miguel Rossetto e com o Ministro interino Jairo Jorge, que substituí o Ministro Tarso Genro na época, trabalhamos também com a questão das escolas técnicas. Na próxima quinta-feira, haverá um debate na Comissão de Educação sobre o Ensino Profissionalizante.

Falo de Miguel Rossetto porque ele tem uma história muito interessante e importante voltada para esta área. Por isso que, ao comentar hoje aqui o trabalho dos Ministros gaúchos, faço-o com muita satisfação.

Naturalmente, deixei para o fim o comentário sobre a Ministra Dilma Rousseff, que, sem sombra de dúvida, está fazendo um trabalho como Chefe da Casa Civil que todos respeitamos. No início, muitos diziam que Dilma era uma grande gestora, uma grande administradora. Eu sempre disse que, além disso, ela tinha uma história – diria – quase que inigualável, principalmente dentro do solo gaúcho. A Ministra Dilma representa hoje, sem sombra de dúvida, pelo posto que ocupa junto ao Presidente da República, o cargo mais importante, na minha avaliação, que uma mulher ocupa no nosso País. Que fique aqui, mais uma vez, o meu carinho e respeito à história e à forma como a Ministra Dilma exerce a sua função como Ministra-Chefe da Casa Civil. Com certeza absoluta, Dilma entra para a história no rol daquelas mulheres que jamais esqueceremos.

Percebo hoje a ascensão das mulheres na Alemanha, Chile, Argentina, França. Enfim, Senadora Heloísa Helena, a ascensão das mulheres é um quadro real. E comentava com V. Ex^a, há poucos minutos, que vejo isso com satisfação. Não faço um discurso apaixonado por este ou por aquele Partido. Falo de forma genérica.

Falei também sobre as pesquisas de que tive conhecimento acerca da perspectiva real, se V. Ex^a assim entender, de vê-la candidata a Governadora de

seu Estado e da ascensão de sua possível candidatura nas pesquisas como – quem sabe? – a primeira mulher brasileira a concorrer para Presidente da República.

Elogiava a Ministra Dilma por conhecer sua história, mas me lembro também, disse isso ontem, de que V. Ex^a me apoiou em um momento difícil de minha campanha. Naquele momento, a Ministra Dilma também esteve lá. Lembro-me de que ela foi a uma grande assembléia do Cepeg – não sei se V. Ex^a conhece – apoiar a nossa candidatura, porque entendia importante que estivéssemos junto com V. Ex^a no Senado. Faço este comentário sobre a Ministra Dilma por tudo o que ela representa para o povo gaúcho e pelo trabalho que está fazendo.

Sr. Presidente, falei ontem sobre a realização de audiências públicas que ocorrerão aqui na semana que vem. Uma delas será na segunda feira, às 10 horas, quando debateremos o fator previdenciário com a presença de representantes das centrais sindicais e de especialistas em questões previdenciárias. Na terça-feira, teremos o debate na Comissão Mista do Salário Mínimo, quando ouviremos representantes das prefeituras, de trabalhadores e de Municípios. Na quinta-feira, com a presença de representantes do MEC, discutiremos sobre o Ensino Profissionalizante, assunto pelo qual sou mais do que um apaixonado, um entusiasta, um admirador daqueles que dedicam a sua vida para a formação profissional da nossa juventude. Isso porque entendo que a formação profissional é que vai assegurar ao jovem o emprego, um salário decente e, principalmente, o acesso à universidade particular ou pública.

No entanto, sabemos que o gasto na universidade, mesmo na universidade pública, é muito grande para um estudante, principalmente aqueles que são pobres ou da classe média. Por isso que, quando apresentei aqui o projeto do chamado Fundep, ele vem com esse objetivo. Ou seja, é um fundo para valorização do Ensino Profissionalizante em todo o País. E espero, Sr. Presidente, que possamos ter em todo o País um número cada vez maior de escolas técnicas profissionalizantes. Sei que no projeto consta a criação de cinco mil escolas.

O meu Estado, o Rio Grande do Sul, já deve se aproximar de um número em torno de 15 escolas profissionalizantes nas seguintes cidades: Porto Alegre, Charqueadas, Passo Fundo, Júlio de Castilhos, Canoas, Pelotas e Sapucaia do Sul. Mas sabemos também que outras regiões pleiteiam que sejam instaladas rapidamente outras escolas de ensino profissionalizante.

Por isso, que estou valorizando muito esta audiência pública que teremos aqui com representantes do Sesi, do Senai, do MEC e dos trabalhadores para

discutirmos esse tema. O representante dos reitores deve vir de Pernambuco para representar as universidades, pois estão também apostando no ensino profissionalizante.

Por isso tudo, Sr. Presidente, termino conclamando os Senadores e os Deputados a se fazerem presentes nessas audiências públicas que ocorrerão na segunda, na terça e na quinta-feira. A Senadora Heloísa Helena faz sinal de que estará presente. Naturalmente, faço o convite a todos e sei que muitos Senadores darão uma passada lá. Apesar de o trabalho da Casa ser enorme, pois somos chamados em todas as Comissões, em inúmeras audiências públicas, estaremos lá também debatendo esse tema.

Era isso.

Obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti, pela tolerância e pelo tempo que me foi concedido.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, sexta-feira, 3 de março, o Tribunal Superior Eleitoral de nosso País estará reunido para discutir e votar as alterações referentes às eleições do próximo dia 1^a de outubro.

Com certeza, a decisão que o Tribunal Superior Eleitoral tomará implicará diretamente no resultado das eleições. O Tribunal Superior Eleitoral tem tido um comportamento ímpar, justo, correto, respeitoso e respeitado no País inteiro e tem transmitido essa seriedade, essa competência a outros países. No caso de nossa urna eletrônica, da nossa urna eleitoral, por exemplo, o Brasil se projeta como um país que detém uma tecnologia de ponta que permite a garantia e a rapidez no resultado eleitoral.

Conseqüentemente, com o Ministro Gilmar Mendes, Ministro do Supremo Tribunal Federal e atual Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, será dado prosseguimento, seqüência ao trabalho do Ministro Carlos Velloso, que foi quem realmente revolucionou o Tribunal Superior Eleitoral do Brasil.

Essa oportunidade que o Tribunal terá hoje, na votação da manutenção ou não, por exemplo, da verticalização, da questão do caixa, principalmente com relação aos recursos que serão utilizados nas campanhas eleitorais, fará com que o Brasil todo possa realmente cumprir a lei eleitoral com naturalidade.

Os Tribunais Regionais Eleitorais de todos os Estados brasileiros têm sido fiscalizadores inclusive da pré-campanha, que antecede o calendário que permite as convenções até o final de junho. O dia 31 de junho é a data máxima para que os Partidos façam as suas

convenções, apresentem as suas coligações. A partir de julho é que se inicia, na verdade, a campanha eleitoral. Na maioria dos Estados, inclusive Estados que tenho visitado, já se apresenta um quadro de campanha eleitoral; e os Tribunais Regionais Eleitorais têm sido vigilantes e têm realmente coibido abusos, como esses *outdoors* que vimos em todas as partes. No meu Estado, por exemplo, vários Parlamentares, prováveis candidatos, já foram multados, e foram retirados os *outdoors*, os adesivos dos carros. Realmente, em alguns Estados – cito particularmente o meu Estado –, o Tribunal Regional Eleitoral tem mantido um rigoroso controle e uma rigorosa fiscalização contra os abusos, porque, na verdade, ficam comprovados os abusos referentes à área financeira, como o do poder econômico.

Depois que os processos são iniciados, abertos os inquéritos, muitos candidatos, até depois de eleitos, têm perdido o seu mandato e ficam a reclamar do Poder Judiciário, da Justiça Eleitoral Regional, do Tribunal Superior Eleitoral, em Brasília, para onde convergem todas as ações iniciadas principalmente nos nossos rincões, como é o caso da Primeira Instância. Quando o juiz local estabelece uma pena que permite até a cassação do próprio eleito, recorre-se ao Tribunal Superior Eleitoral, onde, finalmente, as questões vêm-se avolumar e acumular. Já houve casos, inclusive, de recursos para o próprio Supremo Tribunal Federal.

Alerto a população brasileira e demonstro aqui claramente a capacidade, a coerência, a rigidez e a seriedade do Tribunal Superior Eleitoral, que terá como Presidente, nas eleições de 2006, já o Ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal. Na verdade, com a saída futura do Ministro Nelson Jobim, atual Presidente do Supremo Tribunal Federal, assumirá a Presidência a Ministra Ellen Gracie, e o Ministro Gilmar Mendes será o Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal e abrirá mão da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, cabendo ao Ministro Marco Aurélio Mello esse cargo e, por conseqüência, a fiscalização, a coordenação e o trabalho de toda a eleição de 2006.

Recentemente, semana retrasada, houve a posse do Ministro José Gerardo Grossi como Ministro Titular do Tribunal Superior Eleitoral. Ele também é oriundo do Ministério Público Federal, advogado militante em Brasília, um homem de tradição jurídica, de respeito, de credibilidade; inclusive, foi colega do Ministro José Paulo Sepúlveda Pertence, ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, que também foi oriundo do Ministério Público.

Aliás, ainda ontem, assisti a uma entrevista do Ministro Sepúlveda Pertence à TV Senado. Inclusive, gostaria de destacar que a nossa TV Senado completou 10 anos e tem demonstrado claramente a capaci-

dade que o Senado Federal brasileiro tem de mostrar não só ao povo brasileiro, mas ao mundo todo a sua organização, o seu dia-a-dia, o trabalho das Comissões Permanentes, das Provisórias, as reuniões do Plenário, o trabalho permanente da Diretoria-Geral da Casa, do Dr. Agaciel Maia, como Diretor-Geral; de todos os funcionários do Senado Federal, que são funcionários de carreira, concursados; da Consultoria do Senado, que têm dado provas da sua capacidade, do seu discernimento. Todos os funcionários da Casa são procurados e provocados por nós Senadores e pela população brasileira que visita e frequenta diariamente o Senado Federal. A TV Senado mostra ainda a participação das classes produtoras, dos trabalhadores e dos sindicatos nas discussões de matérias.

Agora, por exemplo, com relação à Super-Receita, haverá uma audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos, pois o projeto já se encontra no Senado Federal e tem com Relator o Senador Rodolpho Tourinho, do PFL da Bahia. Para essa audiência pública serão chamados todos os representantes de categorias profissionais que trabalham diretamente com a arrecadação tanto da Previdência como do Fisco, da Receita Federal. Recebi, inclusive, um apelo do Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul, para que fosse incluída uma categoria de funcionários da Receita Previdenciária e da Receita Federal. O pedido de V. Ex^a, Senador Paulo Paim, foi acolhido. Eles já foram convidados e participarão da audiência pública.

Concedo um aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Luiz Otávio, cumprimento V. Ex^a pelo primeiro tema que trouxe ao debate no Senado Federal, nesta manhã de sexta-feira. Refiro-me ao que chamamos de reforma eleitoral. Sou daqueles que têm publicamente se expressado dizendo que, embora não tenha trabalhado em nenhuma CPI, respeito muito as CPIs e também a capacidade dos Deputados e Senadores que lá atuam. Por outro lado, entendo também ser fundamental que haja algumas mudanças para o pleito deste ano, a fim de que não se repitam os erros do passado. V. Ex^a traz, no primeiro momento de seu discurso, o debate sobre a reforma eleitoral, debate que tem que ser travado. Oxalá, de uma forma ou de outra, por decisão tomada hoje, quem sabe, pela Justiça Eleitoral, sejam criadas novas balizas para orientar a disputa eleitoral deste ano, de Deputado a Presidente da República. Cumprimento-o também pela forma democrática com que age, pois tem sido muito parceiro, muito companheiro em todas as solicitações correspondentes à Comissão de Assuntos Econômicos, que V. Ex^a preside. No caso específico, V. Ex^a acatou um pedido encaminhado pela categoria para que eles também fossem ouvidos, já

que estão diretamente ligados à grande modificação que vai ocorrer com a unificação da Receita Federal e da Previdência, passando a existir no País uma única pasta chamada Super-Receita. Por isso, cumprimento V. Ex^a, e agradeço por ter acolhido a nossa solicitação. Farei o possível para estar lá, junto com V. Ex^a, debatendo tema tão importante para todo o País. O aparte foi mais para cumprimentá-lo.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Senador Paulo Paim, agradeço a participação e insiro o aparte de V. Ex^a em meu pronunciamento.

Tenho certeza de que essa audiência pública permitirá que todos os segmentos, todas as entidades envolvidas na criação da Super-Receita participem da discussão. Na verdade, ocorrerá a fusão do sistema de arrecadação brasileiro: da Previdência Social e da Receita Federal. Um único auditor, um único procurador, um único fiscal, tanto da Previdência como da Receita Federal, ao fiscalizar uma empresa, fará a apuração, a auditoria, a fiscalização, não apenas de empresa como de pessoa física, dos dois Ministérios, das duas pastas. Isso facilitará o processo, proporcionando maior velocidade e maior conteúdo para essa condição de fiscalização, como também aumentará a arrecadação que o Governo Federal e o Brasil precisam a fim de compensar o grande déficit na área previdenciária. Esse é o grande indutor que justifica a criação da Super-Receita.

Para o consumidor, para o usuário, para o contribuinte, melhor dizendo, propiciará uma estrutura menor. Assim, o tempo disponível da empresa será para buscar novos clientes, aumentar o faturamento e torná-la mais viável e mais rentável. A fiscalização não tomará tanto tempo da atividade maior, que é a atividade empresarial, a atividade comercial. Trata-se de um projeto que moderniza e aperfeiçoa a arrecadação de impostos.

Novas idéias e propostas poderão ser apresentadas a fim de que possamos melhorá-lo, aperfeiçoando-o, como já fizemos em outras oportunidades, no Congresso Nacional, em matérias que tratam da melhoria da capacidade de geração de renda e de geração de receita para investimentos tão necessários à sociedade. Lembro que o projeto já foi votado e aprovado na Câmara Federal.

O Secretário-Geral da Receita Federal, Dr. Jorge Rachid, que acumulará também a função de Secretário da Super-Receita, comparecerá à audiência, assim como membros dos Sindicatos de Auditores e Procuradores, que tanto se empenharam para que fossem ouvidos, e categorias tanto da Previdência Social como da Receita Federal. O tema será discutido, e creio que

chegaremos a um consenso a fim de aprovar o projeto o mais rapidamente possível no Senado Federal.

Sr. Presidente, tenho ainda alguns segundos, e retorno à matéria sobre a qual eu me propus a falar nesta manhã. Refiro-me à Justiça Eleitoral, aos Tribunais Regionais e ao Tribunal Superior Eleitoral, e gostaria de cumprimentá-los pelo trabalho realizado. Além de cumprimentá-los, principalmente o Tribunal Superior Eleitoral, a quem são dirigidas as questões maiores e as decisões finais, gostaria de fazer um alerta. Realmente, a situação merece uma campanha, inclusive dos meios de comunicação, tanto regionais como nacionais, no sentido de alertar a população para o fato de que alguns candidatos já se antecipam às campanhas eleitorais. Principalmente quem detém cargo no Poder Executivo, e no próprio Poder Legislativo, tem utilizado esse cargo de maneira errada, de forma a prejudicar outros candidatos que não dispõem dos mesmos meios.

Era o que tinha a dizer esta manhã.

Agradeço a atenção de V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda há pouco, eu conversava com o Senador Paulo Paim, que, ao deixar a tribuna, dizia querer falar a respeito da avaliação do Governo feita pela CNBB, pelo Sr. Secretário-Geral Dom Cláudio Hummes, um dos eméritos da CNBB, e hoje pelo Presidente da CNBB, Dom Geraldo Majella.

Ontem, falei sobre o fato de a CNBB ter avaliado o Governo, fiz observações críticas e disse claramente que, no meu entendimento e no entendimento do Brasil, a CNBB é um órgão que merece o respeito do povo brasileiro, porque é uma entidade madura, equilibrada, formada por homens da melhor qualificação. Dom Cláudio Hummes é um estadista, Dom Geraldo Majella é um estadista, Dom Scherer é um estadista. São homens que têm condições de emitir uma opinião para ser objeto de reflexão; são homens que, dando uma opinião, têm de merecer o respeito do País, dos dirigentes, porque não é nenhuma opinião apaixonada nem uma opinião radical. Se fosse radical, seria a favor do Governo, porque a CNBB, sabe-se, tem uma posição histórica favorável à luta daquilo que se entendeu ser o Partido dos Trabalhadores. Daquilo, repito, que se entendia ser a luta do Partido dos Trabalhadores. Evidentemente, luta que está claramente colocada para a avaliação da opinião pública como a luta do mensalão. O fato é que as observações da CNBB foram objeto de resposta depreciativa por parte

daqueles que falam pelo Governo e pelo PT. Falaram até que a CNBB deveria tomar conta do Padre Pinto. A CNBB, então, que apresente proposta.

Senador Luiz Otávio, não é papel da CNBB apresentar proposta de ação no campo econômico a governo nenhum. Quem tem obrigação de fazer proposta, de apresentar proposta, de cumprir palavra, de cumprir compromisso é o Governo, que ganha eleição fazendo campanha e tomando compromissos. Não é obrigação da CNBB apresentar proposta no campo econômico, nem é papel da Oposição apresentar proposta para o Governo. O Governo tem, sim, de cumprir o que prometeu, e o que prometeu foi ser o campeão na questão social. O que a CNBB está cobrando é exatamente esse campeonato de ação social.

O que está acontecendo, Senadora Heloísa Helena, é que o Governo está calçando de novo o “sapato alto”. Sobe uns pontinhos nas pesquisas e sobe o tamanho do sapato.

Está aí hoje o Governo com atitudes arrogantes sobre as manifestações oferecidas em forma de colaboração, de crítica construtiva, crítica amena, pela CNBB.

O Líder do Governo na Câmara agiu, na minha opinião, de forma arrogante. O porta-voz do Palácio do Planalto, de forma inábil, evidentemente, provocou a manifestação do Presidente da CNBB, que hoje dá uma entrevista ao jornal **O Estado de S. Paulo**, referindo-se ao que o porta-voz do Palácio do Planalto disse em relação à manifestação da CNBB, dizendo o seguinte: “Estamos preocupados com o Padre Pinto. Queremos o bem dele, mas queremos também que os governantes se preocupem e não queiram a desgraça de ninguém, pois as pessoas têm direito a uma vida digna e justa. Que cada um participe e não seja um parasita e receba dinheiro para não fazer nada”.

Quem disse isso foi o Presidente da CNBB, não foi a Senadora Heloísa Helena, nem o Senador Arthur Virgílio, nem José Agripino e nem Efraim Morais. Não foi nenhum líder de Oposição. Quem disse isso foi o Presidente da CNBB, que vou repetir: “... mas queremos também que os governantes se preocupem e não queiram a desgraça de ninguém, pois as pessoas têm direito a uma vida digna e justa. Que cada um participe e não seja um parasita e receba dinheiro para não fazer nada”.

O Presidente da CNBB acha que o Bolsa-Família é assistencialista. Quem está com fome deve receber o seu alimento, claro, e não ser estimulado a não fazer nada, ganhando R\$60,00, R\$80,00 por mês. “Dê trabalho para todos”, pregou, assinalando que “não pode louvar programas se forem “politicalhas” para ganhar votos.” Politicalha está aspeado no jornal. Ou seja, a

arrogância, o “salto alto” do Governo mereceu a resposta dura da CNBB, que quis dar a colaboração, fez uma avaliação crítica e foi objeto de chacota por parte do Palácio do Planalto.

Fez muito bem Dom Geraldo Majella em responder à altura e abrir os olhos deste Governo que acha que vai ganhar a eleição alistando doze milhões de pobres para ter doze milhões de famílias a seu favor, dando a elas apenas uma oportunidade de uma porta de entrada. É a prisão, é o prato de comida sem a oportunidade da porta de saída, sem a qualificação profissional, sem a oportunidade de emprego, como D. Geraldo Majella se refere, para que ele, com o emprego, com a qualificação, com a educação, possa construir o futuro de si próprio e de sua família. Era o que a CNBB esperava. A CNBB esperava um programa de ação social, não assistencialista, mas humano no sentido reto da palavra. E não é isso que está acontecendo. E, quando criticado, este Governo que voltou a usar “salto alto” parte para cima dos seus próprios admiradores ou dos seus próprios simpatizantes.

Eu não quero dizer que a CNBB, que é uma entidade apartidária, seja lulista ou não lulista. Eu não estou dizendo isso por hipótese alguma. Agora que a CNBB sempre teve uma atitude simpática à luta do PT é claro que sempre teve! E à mais leve crítica recebe admoestação de forma desrespeitosa. Fez muito bem Dom Geraldo Majella ao responder à altura a este Governo, para enquadrá-lo, para colocá-lo em seu devido lugar. A crítica da CNBB tem autoridade suficiente para ser refletida pelo Brasil inteiro.

Já disse e vou repetir mil vezes que não prego, em hipótese alguma, o fim do Programa Bolsa-Família. Porém, como ele está, não pode continuar. Oferecer só porta de entrada para a pobreza não dá. Dessa forma, é assistencialismo, é terceiro-mundismo atrasado, e não dá para continuar. É preciso, sim, dar o prato de comida, mas, além de dar o peixe, ensinar a pescar. Se se quer ser governo e merecer o respeito da CNBB e das entidades de classes que queiram o respeito do povo ao governo, tem que se oferecer a porta de saída para a pobreza. É isso que a CNBB está expondo, e não é pela exposição que ela fez que a resposta do PT e do seu Governo poderia ser arrogante como o foi. Parabéns a Dom Geraldo Majella.

Sr. Presidente, quero falar sobre CPI dos Bingos hoje. Estou muito preocupado, Senadora Heloísa Helena...

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador José Agripino, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Paulo Paim, com muito prazer.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Antes que V. Ex^a entre no segundo tema, da tribuna falei um pouco da situação dos gaúchos no Governo e das eleições no meu Estado. Mas queria também falar – e aproveito, já que V. Ex^a entra no assunto – sobre a CNBB. Eu acho que se fez polêmica desnecessária sobre a declaração da CNBB. Lembro-me que, também nos governos anteriores, a CNBB sempre teve uma posição muito clara na sua opção pelos pobres. Fazer críticas, por exemplo, às taxas de juros todos fizemos ontem, hoje e continuamos fazendo. Por isso, sinceramente, não entendi muito o porquê dessa polêmica tão grande quando a CNBB faz uma declaração dizendo que estava preocupada, por exemplo, com a taxa de juros e gostaria que houvesse mais investimentos no social. Quanto ao Bolsa-Família, V. Ex^a mesmo diz que não é contra e ninguém é contra. Neste momento, se V. Ex^a me permitir, ao olhar para a CNBB e, enfim, para todas as religiões, prefiro dizer da importância de todos terem opinião sobre a questão econômica e social do País sem – como diz V. Ex^a, e concordo – partidizar esse debate. Por exemplo, há pouco eu conversava com a Senadora Heloísa Helena, e V. Ex^a estava perto, sobre a importância da campanha da fraternidade que a CNBB está capitaneando em todo o País, com o olhar voltado para as pessoas com deficiência. Eu e o Senador Flávio Arns falávamos com um dos representantes da CNBB que um dos eixos da campanha será a própria aprovação do estatuto da pessoa com deficiência, que está em debate aqui no Congresso. Fiz esse aparte não para fazer crítica a esse debate, mas para dizer que o debate é bom. E é bom que a CNBB diga a todos nós da importância de mais investimentos efetivos no social e que a questão financeira está a preocupar a todos. Por isso, aproveitei a oportunidade que V. Ex^a me deu – pedi a V. Ex^a antes, que disse: faça o aparte na hora que quiser – para comentar da importância da CNBB. Acho que é uma polêmica desnecessária. A CNBB, no meu entendimento, fez um alerta, e o alerta é bom para todos nós.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Quem dera todo o PT pensasse como V. Ex^a, Senador Paulo Paim! Tenho um apreço especial e pessoal por V. Ex^a. Fomos parceiros de muitas lutas na reforma da Previdência pela preservação dos aposentados. Tendo com V. Ex^a uma relação pessoal muito positiva, alegre-me ouvir as observações que faz, com as quais concordo inteiramente.

Senador Paulo Paim, não sei se o que está ocorrendo é um problema de “salto alto” do Governo ou se este está contaminado pela síndrome da absolvição antecipada. Não sei se é uma coisa ou outra. Nem sei se o Governo pensa que já está absolvido de tudo e,

por isso, pode partir com o tacape para bater em quem faz a mais leve crítica sobre ele; não sei se assistimos ao “salto alto”, à arrogância do começo do Governo ou à síndrome da absolvição antecipada.

Por que acha que as CPIs não chegarão a lugar algum, o Governo parte logo para bater. E começa pela CNBB. Ai, Senadora Heloísa Helena, recebem o troco de pessoas sérias e altivas como Dom Geraldo Majella, que falou o seguinte: na política econômica do Governo Lula, de quem não se esperava a compra de um avião, esperava-se que o social fosse o comandante das ações do Governo e não o privilégio ao setor financeiro, o lucro dos bancos ou a taxa de juros que infelicita a geração de empregos em nosso País de forma que a Argentina cresça 9%, os países emergentes, assemelhados do Brasil, cresçam 6,4% e o Brasil cresça 2,3%; portanto, que os empregos cresçam na mesma proporção. É isso; só isso.

Daí, diante da manifestação do Governo em resposta a leve crítica da CNBB, Dom Geraldo Majella diz – ele entra fundo: “Acho que nunca houve Governo tão submetido às condições impostas pelos credores como este”, declarou ontem em Salvador, acrescentando que “nenhum banco foi à falência neste Governo”.

Há quem possa contestar esse tipo de declaração? Ninguém. Quem está dizendo isto, Senador Arthur Virgílio, não é V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio. Se fosse V. Ex^a ou eu até poderiam dizer: “Não, é a opinião de um líder de Oposição, de alguém que tem obrigação constitucional de combater o Governo, de estabelecer o contraponto”. Mas, não! É uma entidade que, teoricamente, ao longo da sua história, teve uma atitude solidária com a pseudo-luta do PT. Por essas razões, nós temos que fazer esta reflexão.

Eu rendo a minha homenagem à CNBB pela oportuníssima manifestação e rendo minha solidariedade pelo fato de ela ter sido mal-entendida e ter sido depreciada pelas manifestações dos porta-vozes do Palácio do Planalto.

Volto à manifestação que fazia sobre a minha preocupação com relação às comissões parlamentares de inquérito. Eu suponho que o Governo, mordido pela síndrome da absolvição antecipada, esteja fazendo pouco caso de fatos gravíssimos.

Senadora Heloísa Helena, não sei se V. Ex^a estava presente quando do depoimento dos irmãos de Celso Daniel – João Francisco e Bruno. Eu estava lá. Eu estava até porque o requerimento de convocação que trouxe S. S^{as} à CPI teve a minha assinatura. Lembrome de ter feito uma pergunta, Senador Arthur Virgílio,

não me lembro se foi ao Bruno ou ao João Francisco. Depois de eles dizerem tudo o que eles tinham dito, num dado momento, perguntei se eles não temiam pela segurança pessoal. Eles – não me lembro se o Bruno ou o João Francisco – não manifestaram preocupação com a segurança pessoal ou deram uma resposta que a mim, de certa forma, me tranqüilizou. Suponho eu que, àquela época, eles estavam tranqüilos com relação ao direito de denunciar fatos para corrigir rumos na vida política do Brasil. Senador Arthur Virgílio, o que está acontecendo é um fato gravíssimo! V. Ex^a se lembra de quem carregava o caixão de Celso Daniel? Quem segurava uma das alças? Era Luiz Inácio Lula da Silva, hoje Presidente da República, que se dizia amigo do peito de Celso Daniel, que iria ser o coordenador da campanha dele! Celso Daniel era amigo pessoal de Lula. Quem são João Francisco e Bruno? São irmãos dele – irmãos de mesmo pai e mesma mãe. O que se está noticiando? Que um deles, Bruno, está indo com esposa e filhos para o exterior com destino ignorado. Por quê? Porque estão ameaçados de morte!

Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a foi prefeito. Eu fui Governador e fui Prefeito. Se isso estivesse acontecendo com um amigo pessoal meu, com um cidadão qualquer, eu tomaria a iniciativa; eu, se fosse amigo, tomaria mesmo a iniciativa de procurar ou o João Francisco, ou o Bruno: o que está acontecendo com vocês? Qual é a denúncia que você fez e que está motivando carta anônima ou *e-mail* ou ameaça de seqüestro a sua família? O que é que eu posso fazer por você, meu amigo, irmão do meu Prefeito Celso Daniel? Se eu fosse o Lula, faria isso, por gesto de solidariedade, por gesto de humanidade, até. Nem seria um gesto político, mas de humanidade pessoal. Alguém viu alguma manifestação do Presidente Lula? Houve a notícia, e o Lula está encolhidinho, não quer nem saber de discussão do caso Celso Daniel. Agora, a CPI quer saber, sim senhor; quer saber, vai investigar e vai saber; não vai deixar esse cadáver insepulto nem vai deixar um caso escabroso como esse impune: vai às últimas conseqüências e vai tomar providência.

Vou conversar, aliás já conversei com o Senador Efraim Morais, e vou combinar com S. Ex^a uma forma de a CPI tentar chegar à família do Celso Daniel para ver o que é que podemos fazer. O que eu tentei fazer quando eles vieram aqui por meio da pergunta que fiz, vou tentar, agora, por intermédio do Presidente da CPI. Ou seja, que um grupo de Senadores – o Senador Romeu Tuma, que é membro da Comissão – vá à família e pergunte: “Se o Governo não oferece proteção, o que

é que o Congresso pode fazer para, tornando pública uma ameaça, garantir a segurança de vida para si e para sua família?” Essa providência vou tomar.

Ouçó com prazer o Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Líder José Agripino, V. Ex^a faz um discurso na linha de palavras ainda há pouco proferidas por mim. Minha preocupação é a mesma. Estranho muito, nesse episódio Celso Daniel, que S. Ex^a o Ministro da Justiça até hoje não tenha se explicado...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Tinha que ser Lula, Senador Arthur Virgílio, tinha que ser Lula! Lula é que era amigo de Celso Daniel. Era ele, não era...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Já chego lá.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Isso me revolta! Era Lula que era amigo de Celso Daniel. Não era o Ministro da Justiça. O Ministro da Justiça tem obrigação institucional, V. Ex^a tem toda a razão, mas era Lula quem tinha que fazer isso, era ele pessoalmente, e não move uma palha!

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Já cheguei lá, Senador José Agripino. A Justiça, sem dúvida, a mando de Lula, servindo a Lula é o mesmo que não teve a coragem ainda de se manifestar sobre a tal lista de Furnas; passamos semanas cobrando dele que se manifestasse. Não é possível que a Polícia Federal não saiba se essa lista é falsa ou não. Não estou discutindo se a assinatura do Sr. Dimas é falsa ou não – acho até que a assinatura deve ser verdadeira. Não estou nem discutindo se tem original ou não: para ter fotocópia tem algum original, e quero saber se o original da tal lista é verdadeiro ou não. A esta altura ele já sabe que a lista é fraudulenta. Já sabem disso. Mas deixam os tais 156 nomes da lista sendo vitimados pela calúnia anônima, por aquela coisa: água de pântano.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – É a fogueira das suspeitas.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – É. Água de pântano mesmo. Senador José Agripino, V. Ex^a tem razão. O Presidente Lula editou um filme italiano com aquela história de segurar o caixão; aquilo é um filme italiano, um filme do sul da Itália. Porque hoje o que me causa espécie é o Presidente Lula não estar indignado, como V. Ex^a; não está chocado. Permitiu que seu Partido obstaculizasse investigações que poderiam levar a elucidação mais rápida desse caso; a tentativa que faz, sistemática, de desqualificar todo e qualquer avanço no terreno das investigações sobre esse caso. Ou seja, é estranhíssimo a viúva do Sr. Toninho do PT não gostar da cúpula desse Partido, da cúpula desse

Governo; estranhíssimo a família do Sr. Celso Daniel não gostar da cúpula desse Partido, da cúpula desse Governo. Estranhíssimo! Creio que aqueles, coerentes com a dor que dizem ter no coração, deveriam estar junto dessas famílias, procurando salvaguardá-las e procurando dar essa satisfação moral que é apontar os culpados. Eu perguntava ainda há pouco para a Senadora Heloísa Helena: Heloísa, o irmão de Celso Daniel, que eles diziam que era louco, é esse que está dando declarações no jornal? Ela disse: “Não, Arthur, esse é o Bruno, que eles diziam que era bom”. O Bruno, eles diziam que era bom; o louco, supostamente, era o João Daniel. Mas parece que os dois, o que diziam louco e o que diziam são, os dois estão sendo ameaçados. Essa é que é a verdade. E o Brasil tem que se chocar, porque as manifestações do autoritarismo começam com coisas ridículas, como o bigodinho do Hitler, e terminam tragédia como aquela. Nenhum autoritarismo se implanta de uma vez só; implanta-se aos poucos, implanta-se pelo medo, pela intimidação; implanta-se no passo a passo. Estamos vendo – fico estupefato –, até com certa naturalidade, que o Brasil não está chocado ao ver uma família mudar-se do País por se dizer ameaçada. E sabemos que se trata de um crime que já rendeu oito mortes, entre comprovadamente ligados ao caso ou não comprovadamente ligados ao caso. Já houve oito mortes além da morte do prefeito. É uma coisa gravíssima. Portanto, Senador José Agripino, parabênizo V. Ex^a pelo pronunciamento corajoso, como sempre, e lhe digo da necessidade que temos de mostrar que este Governo é autoritário. Não vou nem fazer de novo análise da economia. Reagiram mal à declaração da CNBB, reagiram violentamente, ou seja, a CNBB só serve para elogiar o Governo. Se ela diz que não é boa a *performance* do Governo na economia, lá vem o deboche, lá vem a palavra de achincalhe: vão cuidar do Padre Pinto. Atenção, Brasil! Atenção, Brasil! Essa gente é perigosa. Outro dia, uma senhora do Paraná, com o esposo, encontrou-me aqui no Congresso, deu-me um abraço e disse assim: “Aprecio muito o seu trabalho, Senador. O senhor é um homem corajoso”. Eu lhe disse: olha, lamento decepcioná-la. Não enfrento essa gente por ser corajoso, não; enfrento essa gente por medo, tenho medo deles. Não sou corajoso, tenho medo dessa gente. Eu a enfrento com toda a força que tenho dentro de mim porque tenho medo do que possa ser a consolidação dessa gente no Poder. Então, não me tenha como corajoso, porque talvez eu seja muito medroso. Tenho medo. Não quero para o meu País, para os meus filhos o desdo-

bramento desse casamento brutal do autoritarismo com a incompetência e com a corrupção.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Arthur Virgílio, agradeço-lhe o aparte com as considerações que se somam ao raciocínio que eu procurava construir.

Quero complementar dizendo a V. Ex^a o seguinte: quando se trata de esclarecimentos de fatos que envergonham o PT, eles procuram botar a sujeira debaixo do tapete. V. Ex^a deve lembrar-se da acareação entre os dois irmãos e Gilberto Carvalho, quando eles tentaram desqualificar os dois irmãos, tentaram colocá-los, como V. Ex^a disse, um como louco e outro como alienado, para colocar como vítima Gilberto Carvalho, que, na versão dos dois irmãos, na qual acredito, era o estafeta, o confessado estafeta do dinheiro que era recolhido em Santo André e transportado para São Paulo e entregue a José Dirceu. Veja V. Ex^a: tudo o que diz respeito a esclarecimento de uma corrupção, que vem lá de trás – a história do mensalão é apenas a reprodução de um fato que vem lá de trás –, tudo aquilo que esclareça a origem do procedimento do PT é objeto de ataque a golpe de tacape. Só que não nos encontrar pela frente. O assunto Santo André tem vinculação com Campinas, com Ribeirão Preto e envolve Okamoto, Delúbio, Silvinho, José Dirceu e tantos outros, passando por Marcos Valério. Eles não vão passar impunes. Todos esses fatos, como o caso do Sr. Okamoto, Senadora Heloísa Helena, custe o que custar, demande o tempo que demandar, terão de ser esclarecidos. O Sr. Okamoto esteve na CPI. Houve perguntas que eu lhe fiz, e ele ficou com o olho grelado, olhando para a minha cara, e não respondeu ao que eu perguntei. Isso está gravado. Eu perguntei, ele ficou com o olho grelado e não respondeu nada sobre fatos que eram importantes e deviam ser esclarecidos. Ele veio, Senador Arthur Virgílio, para esclarecer um dado que é fundamental. V. Ex^a está assistindo pela televisão aos vídeos do Presidente Bush falando com o Centro de Meteorologia, com técnicos que o teriam advertido de que o Katrina viria e destruiria New Orleans, cidade de Louisiana. Trata-se da reação de Bush diante da informação dada pelos técnicos, depois do que aconteceu, e a denúncia do povo americano com relação à omissão de um presidente da República. Como se trata de uma ação do presidente da República, a situação fica muito grave, porque lá nos Estados Unidos, Senadora Heloísa Helena, estão falando em *impeachment* do Presidente Bush por causa da omissão dele com relação a uma catástrofe que chegou e

sobre a qual ele foi avisado. Essa catástrofe vitimou milhares de pessoas e tem um culpado, que seria o presidente da República, que, não agindo de pronto, foi responsável pela morte de pessoas.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Realmente. Conceda-me dez segundos, Senador. Não mais que isso. Pode marcar no relógio.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Ouço o Senador Arthur Virgílio, com muito prazer.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Meu palpite e meu sentimento é de que este Governo não resiste à quebra do sigilo do Sr. Paulo Okamoto e, por exemplo, do chamado Instituto da Cidadania. Tenho a mais absoluta convicção do que estou dizendo.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Arthur Virgílio, esse sigilo tem que ser quebrado. Veja, quando o Sr. Paulo Okamoto aqui esteve, depois do depoimento dele, impôs-se a quebra do sigilo. Como ele não respondeu às perguntas que lhe foram feitas, às perguntas vitais, fulcrais, impunha-se a quebra de seu sigilo telefônico, fiscal e bancário, principalmente porque, a uma pergunta que fiz, ele respondeu. As parcelas do empréstimo de Lula de R\$29.400,00, tomados com o PT... E partido político não foi feito para emprestar dinheiro a ninguém, principalmente a alguém que hoje é Presidente da República, não é papel de partido, é ilegal partido político emprestar dinheiro a filiado ou a quem quer que seja. O dinheiro que o PT emprestou ao Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, empréstimo confessado, no valor de R\$29.400,00, o Sr. Paulo Okamoto disse que foi ele quem pagou, e pagou em dinheiro, em espécie, sacando parte em Brasília, parte em São Paulo e pagando em São Paulo. O dinheiro é voador, Senador Arthur Virgílio, o dinheiro é voador. Ele é sacado em Brasília e levado em dinheiro para pagar uma conta em São Paulo, em quatro agências diferentes.

Vejam que coisa curiosa: a dívida de alguém que hoje é Presidente da República não é paga por transferência bancária. Nada mais lógico, nada mais seguro. Quem não sabe que a insegurança deste País é um fato? Quem não sabe que carregando 5 mil, 7 mil reais no bolso, está sujeito a perder esse dinheiro no caminho do aeroporto até o banco? É mais seguro, mais fácil fazer a transferência bancária, que não foi feita. Impunha-se, portanto, a quebra do sigilo bancário para quê? Para ver de onde veio o dinheiro com que o Sr. Paulo Okamoto pagou a conta do Presidente Lula.

Muito bem, esse era o fato anterior. O fato novo é que, como a quebra do sigilo bancário, telefônico e

fiscal foi impedida por uma ação do Sr. Paulo Okamoto perante o Supremo Tribunal Federal, técnicos da CPMI dos Correios e da CPI dos Bingos se encarregaram de, por moto-próprio, com seu talento e sua competência, fazer o cruzamento de ligações telefônicas do Sr. Paulo Okamoto com outrem e identificaram dezenas de ligações telefônicas deste com aqueles que são a turma deles, a patota deles. Quem? Delúbio Soares; Sílvio Pereira, do Land Rover; Zé Dirceu, o grande comandante. Então, a história de Paulo Okamoto, que vem de longe, com Lula é misturada com a história de Delúbio, de Silvinho, de Zé Dirceu. Onde entra Marcos Valério? O Sr. Paulo Okamoto é um dos deles. O Sr. Paulo Okamoto, amigo pessoal de Lula, como Roberto Teixeira é amigo pessoal de Lula, é um dos deles. As ligações telefônicas mostram isso. Se é um dos deles, é um dos que estão participando, claro, do valerioduto. Se o nosso queridíssimo investigado Paulo Okamoto entra no Supremo Tribunal Federal com ação para impedir a quebra de seu sigilo bancário é porque teme que se identifique que o dinheiro, que ele diz ter sacado do próprio bolso, de suas contas para pagar a conta do Presidente da República, não foi sacado da conta dele. Esse dinheiro pode ter vindo do valerioduto. Aí, Senador Arthur Virgílio, é onde a coisa engrossa, porque veja bem, o PT está hoje justificando que o dinheiro do valerioduto, que o dinheiro vindo dos fundos de pensão, do Banco do Brasil, VisaNet, lavado com SMP&B, via Banco do Brasil, que dinheiro do IRB, que dinheiro público que alimentou o valerioduto, que terminou pagando as contas de Duda Mendonça no exterior, de forma ilegal, que esse dinheiro todo de origem pública que teria ido parar nas mãos do PT foi para pagar campanha eleitoral.

Ora, se o Sr. Paulo Okamoto é um dos deles – pelas ligações telefônicas, está claro que o Sr. Paulo Okamoto, Delúbio Soares, Silvinho Pereira e José Dirceu, todos fazem parte de um grupo só –, por que eu não vou ter o direito de raciocinar que o dinheiro que ele usou para pagar a conta de Lula, que é Presidente da República, não veio do valerioduto? Quem é que me assegura? Um fato pode desmanchar esta minha suposição: a quebra do sigilo bancário, para ver se os R\$ 29,4 mil, como ele diz, vieram realmente de suas contas pessoais. Se vieram, eu voltarei a esta tribuna para dizer: **mea culpa, mea culpa**. O Sr. Paulo Okamoto sacou R\$29,4 mil, mais a CPMF, para pagar a conta pessoal de Lula.

Aí, Senador Arthur Virgílio, o assunto é gravíssimo porque o dinheiro do valerioduto, além de pagar contas

de campanha, pagou contas pessoais do Presidente da República. Aí, eu quero fazer a ilação com o que hoje o povo americano está fazendo com relação ao Presidente Bush. Em pauta está uma suposição que envolve o Presidente da República pessoalmente. Por essa razão, Senador Mozarildo Cavalcanti, vou conversar com o Senador Efraim Morais. Nós temos duas pendências seriíssimas. Uma é esse caso novo Celso Daniel. São duas coisas novas, perigosas, que a Nação quer saber. Primeiro de tudo: Celso Daniel e os irmãos. Por que os irmãos estão se mudando? O que é que há de esquisito? Será que o crime é comum, como sustentam o Sr. Greenhalgh e o PT, e envolve ameaça de vida na dimensão de fazer com que pessoas, como um médico e um professor, sejam obrigadas a mudar de País e endereço?

O segundo ponto: o Sr. Paulo Okamoto; está na cara que ele fazia parte de um grupão, de uma patota. De onde é que veio o dinheiro com que ele pagou os R\$ 29,4 mil da conta de Lula com o PT? Tem que se quebrar o sigilo. Se isso não for feito, há apenas um caminho: prorrogar os trabalhos da CPI dos Bingos para que tenhamos tempo de dar as respostas que a sociedade quer, exige e vai ter. A não ser que o Governo e o PT assumam: “não, nós vamos assumir a responsabilidade perante o País, vamos ficar claramente colocado ao País como donos da responsabilidade de inibidor das investigações; vamos usar um chapéu a mais; vamos botar o boné na minha cabeça, o boné do defensor número um da impunidade”. Agora, bote o chapéu. Ou bota o chapéu ou prorrogamos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos para esclarecer o que o povo do Brasil quer.

Ouçó o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador José Agripino, V. Ex^a é membro da Comissão chamada CPI dos Bingos e eu, como vice-Presidente, sou testemunha da combatividade que V. Ex^a tem, o zelo, o cuidado e a elegância que lhe são características na busca da verdade. Essa CPI, diga-se de passagem, só foi instalada porque o Supremo Tribunal Federal mandou que ela fosse instalada. A meu ver, ela deve ser prorrogada, sim. É interessante que há uma cobrança, quando se instala uma CPI, de que se apure tudo num prazo curtinho, quando certos inquéritos na Polícia, seja civil, seja federal, arrastam-se por anos. No Ministério Público, às vezes, por outro tanto; para serem julgados, outro tanto. Por que nós, Parlamentares, que temos a obrigação constitucional de investigar esses delitos, principalmente quando envolvem, como

é o caso, recursos públicos, temos de ter um prazo curtinho, corrido? V. Ex^a tem razão. Devemos prorrogar essa CPI pelo tempo que for necessário para deixar claro à Nação todos os delitos cometidos com recursos públicos, como está bem claro.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Mozarildo, creio que as pessoas que estão nos vendo e ouvindo pela TV Senado e pela Rádio Senado não sabem – talvez algumas saibam, outras não, mas é bom que todas saibam – que V. Ex^a, como Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, emitiu uma opinião sensata, equilibrada. V. Ex^a tem toda razão. V. Ex^a, que acompanha os trabalhos daquela CPI, sabe que não podemos terminar com um relatório que venha a frustrar a opinião pública. Muitas questões importantes estão sendo investigadas. Esse caso do Celso Daniel é investigado na CPI dos Bingos porque se está cuidando de investigar a obtenção de propina, dinheiro ilegal que veio de transporte coletivo, mas pode ter vindo de um mundo de outras fontes e que prossegue por Ribeirão Preto, por Campinas, essa coisa toda. Se na CPI dos Bingos entra o Sr. Paulo Okamoto pagando uma dívida com dinheiro sem origem, se não tem origem, temos de buscar a origem. Tudo isso tem de ser investigado e tem que haver conclusões. Do contrário, V. Ex^a, como Vice-Presidente, o Senador Efraim, como Presidente, e o Senador Garibaldi, como Relator, vão pagar o preço da incompreensão da sociedade.

O que V. Ex^a e eu estamos absolutamente acordes e defendendo é a nossa respeitabilidade perante a opinião pública, para que não cheguem para V. Ex^a e para mim amanhã, no avião, no aeroporto ou no meio da rua e digam: cadê? e vocês, seus poltrões? E vocês, seus poltrões, que não tiveram coragem de enfrentar as dificuldades que tiveram pela frente e chegar às conclusões a que precisavam chegar? E vocês, que tiveram medo das ameaças que fizeram com que os irmãos do prefeito Celso Daniel fossem embora para o exterior? Isso os intimidou para que vocês não chegassem ao fundo do poço e concluíssem as investigações? E vocês, seus poltrões?

Para que não sejamos chamados de poltrões no meio da rua é que temos a obrigação de fazer, se for o caso, a prorrogação dos trabalhos da CPI dos Bingos, para que o caso Celso Daniel e o caso Paulo Okamoto/empréstimo a Lula sejam definitivamente esclarecidos. É a posição que vou defender.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Otávio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra o Senador Arthur Virgílio, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, estava vendo aqui uma peça cômica, que é o artigo publicado no **Jornal do Brasil** de hoje, do Sr. José Dirceu, que está recebendo R\$20 mil por mês para produzir esses artigos.

Ele, aqui, evidentemente que comigo não está falando, porque seu cinismo não daria para me caracterizar como um homem de direita. Mas se refere a uma tal nova direita, que chama de corrupta. Diz que todo esse movimento de combate ao Governo Lula seria antidemocrático, subversivo, e que o se quer é desestabilizar Chávez, Lula, Evo Morales e por aí vai.

Sr^a Presidente, eu vou colocar todos os artigos do Sr. José Dirceu nos Anais – todos, eu quero os artigos dele nos Anais – para que se faça o cotejo entre o que diz o ex-Deputado e ex-Ministro e a realidade triste da decadência política que o envolve.

Peço também inserção nos Anais de uma outra peça, publicada no **Jornal O Globo** do dia 08 de novembro de 2005: “Dirceu diz que Lula não gosta de discutir assuntos graves”. O Ministro José Dirceu diz que o Presidente não se detém em discutir assuntos sérios com o Sr. Ministro, gosta muito da conversa frufu, da conversa fiada. É a opinião do Ministro José Dirceu, está aqui no **Jornal O Globo**. O artigo dele é uma peça cômica que revela um cinismo assim brutal – bem remunerada, R\$20 mil por mês –, mas com aquela conversa de esquerda e de direita, enfim, no fundo, no fundo tentando empanar uma realidade do mensalão, da corrupção. E eu não quero saber se a corrupção é de direita, se é de centro, se é de costas, se é de frente, se é de lado. É corrupção. Corrupção é corrupção. Está subtraindo dinheiro da sociedade, dinheiro de programas sociais, dinheiro que pertenceria ao povo como um todo, para os bolsos de alguns apaniguados que o Sr. José Dirceu conhece muito bem quais são.

Para os Anais portanto, essa peça “histórica”. Eu me dirijo à tribuna, Sr^a Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, I, § 2º do Regimento Interno.)

JORNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PAGINA:
JORNAL DO BRASIL	03	Mar/06	Opiniao	A	11A

Esquerda, volver *ARTUR SIRGILIO*

JOSÉ DIRCEU

EX-CHEFE DA CASA CIVIL

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

É sintomático que a mídia, recentemente, tenha levantado o debate sobre a chance de retorno da direita no Brasil. Lógico, uma nova direita, democrática, e, pasmem, defensora não apenas dos direitos humanos e da democracia, mas reformadora – mesmo que seja para efeitos eleitorais –, que quer mudanças na tão sagrada taxa de juros, já que, segundo essa nova direita, não é democrático mantê-la acima dos 10%.

Seria cômico, se não fosse trágico, essa nova pantomima que tentam nos impingir em tempos bicudos, onde eternos corruptos, conhecidos da sociedade e da mídia, são arautos da ética e da moralidade pública.

O discurso é o de sempre. A esquerda não tem compromisso com a democracia, quer o poder para acabar com ela, e, além do mais, agora é corrupta, ou seja, subversão e corrupção – lembrem-se do golpe de 64 – são o DNA da esquerda no Brasil. Ela é intolerante e patrulha toda a manifestação da direita, ou os que a ela se opõem.

Essa esquerda, insistem os arautos da nova direita, é mantida no meio cultural por recursos públicos da Petrobras (esse monopólio que não deixa o Brasil se desenvolver), domina a mídia, a universi-

dade, o cinema e a cultura. E, na verdade, precisa ser eliminada, como afirmou um dos porta-vozes da nova direita. Não se trata de um deslize de linguagem. Quem o conhece sabe que manifestou uma solução de preferência, já que, para este porta-voz, a esquerda propaga uma doutrina totalitária, comunista e fascista.

Ora, ora, senhores e senhoras, a direita domina e governa este país já faz muito tempo; no passado, na base do pau de arara e do garrote e, no presente, da defesa das forças de mercado, do capital financeiro e do escárnio das políticas sociais e distributivistas, empurradas para a vala comum do que chamam de populismo. Pregar o contrário seria subestimar a inteligência nacional. Democracia mesmo, no país – e,

mesmo assim, sem direito de greve, sem liberdade para os comunistas e outras “cositas mas” –, só entre 46 e 64 e de 85 até hoje. Nas duas ocasiões, uma conquista do povo e da esquerda, e que custou muito sangue, suor e lágrimas. Ao povo, na redemocratização do país, se somaram os arrependidos, os apoiadores do golpe de 64 que tiveram seus interesses contrariados.

Até 1930, vivíamos no império dos coronéis, das eleições no bico de pena e nos eternos estados de sítio, já que nossa juventude militar e civil vivia em armas contra as oligarquias da República Velha. Ou os senhores e senhoras já se esqueceram que seus avós e avós eram guerrilheiros, revoltosos, como se falava. Hoje, seriam terroristas, na boca desses novos arautos da direita de sempre.

Mas o que esse movimento tenta, na verdade, é levar o macartismo, que domina nossa cena política, para a cultura e a universidade. Na prática, a nova direita está se comportando como sempre acusou a esquerda que ela sataniza de se comportar – quer eliminá-la de toda a sociedade, e não apenas da política; quer silenciá-la, acua-la ou cooptá-la. Esta é a verdade nua e crua.

E o verdadeiro motivo dessa nova histeria da nossa tão pura e limpa

direita democrática é o avanço da esquerda na América Latina, depois de 25 anos de governos conservadores, de ditaduras sangrentas e corruptas, defensoras, por coincidência, do mesmo discurso dessa nossa nova direita. E, também, submetidas aos mesmos senhores: o mercado, o livre comércio (que a direita não pratica) e a democracia liberal (que liquida quando seus interesses não são atendidos). Daí o ódio a Lula, Chávez e Evo Morales; daí as tentativas de caricaturá-los, principalmente a Chávez e, de tempo em tempo, a Kirchner.

No Brasil, a nova (?) direita está aí, ávida pela volta ao governo, porque o poder ela já tem. Para tanto, faz tudo e de tudo, finge que é honesta, democrática e controla-se para não se trair, como na iniciativa, abafada, de tentar derrubar o atual governo. Agora, insistem vozes da nossa tão culta classe média conservadora, a direita precisa ter uma chance de governar o Brasil. Durma-se com um barulho desses, ou das balas perdidas de nossas grandes cidades, retrato da herança que os séculos de domínio da elite e da direita deixaram para que nós jamais nos esqueçamos de que precisamos de esquerda, volver.

José Dirceu escreve às sextas-feiras nesta página.



O GLOBO

CRISE POLÍTICA: 'O presidente não gosta de ouvir sobre problemas no governo. Ele prefere falar das realizações (...) Eu falava: está para estourar uma crise no setor de transportes.' Ele vinha com um: Zé, esse negócio aqui ..., e mudava de assunto'

Dirceu diz que Lula não gosta de discutir assuntos graves

Em encontro com militantes em São Paulo, deputado diz que Gushiken 'não era a melhor pessoa' para a comunicação, critica ministros, Mercadante e Tarso Genro

Tatiana Farah

Especial para O GLOBO*

• SÃO PAULO. Num desabafo a militantes petistas, o deputado José Dirceu (PT-SP) fez sua mais dura crítica ao presidente Lula ao se queixar das dificuldades que tinha para tratar com ele de problemas que ocorriam no governo durante o período em que foi ministro da Casa Civil. Dirceu contou que era difícil discutir situações graves com Lula, que sempre buscava assuntos mais amenos. O deputado ameaçou de cassação, fez as críticas durante uma reunião, no sábado, com 54 militantes do grupo do ex-prefeito de Santos David Capistrano num hotel de São Paulo.

— O presidente Lula não gosta de ouvir assessores falando de problemas no governo. Ele prefere falar das realizações — disse Dirceu aos militantes, a maionista egressa do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e ligada a Capistrano (morto na década de 90) e que foi para o PT na década de 80 graças à ação do ex-ministro quando era presidente do PT.

Entre os problemas graves a que se referiu, o ex-chefe da Casa Civil disse que estava o desempenho do ex-ministro dos Transportes Anderson Adauto.

— Eu falava, presidente, está para estourar uma crise no se-

tor de transportes. Ele vinha com um "Olha, Zé esse negócio aqui ..." e mudava de assunto — reclamou.

Dirceu criticou também as atuações do ex-ministro Luiz Gushiken e do ex-ministro da Saúde Humberto Costa. Para ele, Circo Gomes deveria ser o ministro da Saúde ou ocupar uma das pastas mais importantes do governo.

— A comunicação foi uma grande falha do governo. Gushiken não era a melhor pessoa. Eu disse ao presidente: pega uma pessoa da área, publicitário ou um jornalista — contou Dirceu.

"Lula é de esquerda, mas é extremamente conservador"

Ele criticou ainda as áreas de Saúde e Educação, o ex-ministro Tarso Genro e o senador Alceu Mercadante. Disse que o presidente é "extremamente conservador". Contou que pedia ao presidente que evitasse falar tanto sobre família e valores religiosos.

— Lula é de esquerda, é socialista, mas é extremamente conservador — afirmou o deputado. Dirceu fez uma crítica a si mesmo, dizendo que deveria ter deixado o governo quando estourou o caso do seu ex-assessor Wladimir Druiz.

— Mas o Wladimir nunca foi meu braço direito. Quem me conhece sabe que eu não tenho bra-

ço direito, que eu não gosto disso de braço direito — arrematou.

Dirceu admitiu que é difícil escapar da cassação e se disse decepcionado com a forma com que o PT se defendeu. Ele disse aos presentes ao encontro que sempre planejou sua vida para estar ao lado de Lula. Agora, se for cassado, deve abandonar a política partidária, voltar a advogar e escrever um livro. Sobre o PT não destacou certa mágoa.

Eu fiquei isolado no partido — afirmou, destacando que se decepçiou com Meri Arfante, que endossou as críticas de Tarso Genro ao deputado.

— Tarso ficou falando besteira. Quem sabotou sua candidatura a presidência do PT foi o próprio Tarso Genro e não eu. Falhou garra aos dirigentes do partido no enfrentamento dos conservadores. Eles aceitaram as versões da direita para o caso do caixa dois e jogaram o PT na defensiva.

O ex-ministro fez muitos elogios ao governo Lula, dizendo que seu desempenho é melhor do que a gestão Fernando Henrique. Perguntado por que não teve uma posição mais contundente ao se defender em plenário, disse que não poderia agir mais a crise no governo e os ânimos dos partidos aliados.

Durante todo o evento, ele se mostrou abatido e disse várias vezes estar chateado com alguns integrantes do partido.

— Estou decepcionado — disse Dirceu aos militantes, que se reuniram em repúdio à pos-

sibilidade de ele ter seu mandato cassado. ■

* Colaborou Germano Oliveira

Sem TV nem charutos

Legumes e frutas em casa de Dirceu

• SÃO PAULO. A casa de campo do deputado José Dirceu num condomínio de classe alta em Vinhedo, a 79 quilômetros de São Paulo, foi invadida e hurtada na madrugada de domingo. Criminosos roubaram uma TV de plasma e charutos do deputado. O assalto foi percebido por seguranças do condomínio. O deputado não estava na casa na hora do crime.

Uma empregada doméstica do deputado, Vilma Caldas, foi à delegacia de Vinhedo e registrou queixa. De acordo com a polícia, os criminosos levaram ainda chocolates, medalhas e um tapete. Um rádio foi abandonado pelos ladrões no jardim da residência.

A polícia acredita que os ladrões tenham entrado na propriedade de madrugada, cortando um alambrado que separa o condomínio de uma fazenda. Peritos do Instituto de Criminalística examinaram o lugar à procura de impressões digitais e pistas. Até ontem a polícia não identificara os criminosos.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Luiz Otávio, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Heloísa Helena.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Como orador inscrito, concedo a palavra a V. Ex^a pelo tempo que entender necessário para o seu pronunciamento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr^a Presidenta.

Sr^a Presidenta, Sr^{as} e Srs. Senadores, temos alguns comentários a fazer a respeito dessa entrevista do Presidente concedida ao jornal **The Economist**, antes da visita de Sua Excelência a Londres. É impressionante o que diz de tolice, de absurdo e – já que ele vai para a Inglaterra – de *nonsense* o Presidente Lula.

Sobre a ONU, disse que o Brasil está lutando por uma reforma profunda na ONU. Simplesmente isso não é verdade. Está lutando para integrar o Conselho de Segurança de uma ONU envelhecida pela crise do sistema multilateral e, inclusive, desfilando com o ditador do Gabão e se aliando com gregos e troianos para realizar o que até me parece, do ponto de vista prático, impossível, além de não valer a pena. Além disso, considera a China economia de mercado, criando todos os problemas que criou, por exemplo, para a indústria têxtil brasileira e, depois, indo infantilmente à OMC pedir salvaguardas contra a economia chinesa, salvaguardas que só se pedem à OMC quando se está lidando com economias que não são de mercado.

Diz o Presidente em outro episódio da sua entrevista: "Quando assumi, a Alca era uma questão altamente ideológica". "Tiramos o peso ideológico do debate e enfatizamos como alternativa a reconstrução do Mercosul". Quer dizer, o Mercosul para ele é alternativa à Alca. Reconstruir o Mercosul coisa alguma. O Mercosul está literalmente esfacelado. Estão fazendo uma Alca por trás do Brasil. O Presidente Lula tomando bola nas costas.

Sobre o Mercosul: "Quando assumi – sempre a mania de "quando fiz", "nunca antes", "ninguém", não sei o quê –, ninguém acreditava mais no Mercosul. Restabelecer a confiança no Mercosul não foi fácil". Ele não restabeleceu a confiança no Mercosul coisa alguma. Ele enfrentou o candidato do Uruguai na OMC. Lançaram o excelente Embaixador Seixas Corrêa*, que foi derrotado, na eleição para diretoria-geral da OMC. Tirou o terceiro lugar, ficou atrás do candidato do Uruguai, o qual não foi apoiado por nós. Terminamos engolindo o barão do protecionismo agrícola europeu, o Sr. Pascal Lamy*, justamente porque não soubemos

apoiar no momento certo, até em reforço ao Mercosul, o candidato do Uruguai.

Aí diz uma coisa assim: "Não existe uma discordância entre Dilma e Palocci. O que está em debate é o *timing*". Sinceramente, eu não sei o que o Presidente quis dizer. Eu não sei sinceramente o que ele quis dizer.

Depois ele disse assim: "Estou no Governo há três anos e não elevamos uma única taxa até agora". Meu Deus do céu! A carga tributária beira 38%. Ele não quitou um só esqueleto novo deste País. Subiu porque subiu. O Presidente diz que não aumentou taxa quando nós aqui, no Senado, já estivemos, em alguns momentos, nos confrontando com a voracidade com que ele propõe aumento de taxas e, no mais das vezes, até obtendo o direito, a prerrogativa de cobrar impostos mais escorchantes ainda à população.

O sensacional de tudo é o Presidente dizer: "Não estamos com pressa para fazer a economia decolar imediatamente. Primeiro, queremos consolidar a base macroeconômica do Brasil para alcançar um ciclo de crescimento que possa durar por dez, quinze anos, algo que os economistas chamam de crescimento sustentável".

Quer dizer, o Presidente não está com pressa de fazer o Brasil crescer. O mundo vive seu momento mais virtuoso. Todos os países crescendo. A China comprando tudo. Se dizem que fulano de tal está vendendo prego, a China compra; se está vendendo aviões, a China compra. A China e a Índia, esses dois países apenas, são responsáveis por 30% a 35% do crescimento mundial. Enquanto isso, o Brasil atrasa o crescimento mundial. Os Estados Unidos crescendo vigorosamente – isso não se dava há alguns anos; a Argentina recuperando o muito que perdeu há 3 ou 4 anos; o Japão voltando a se movimentar. Enfim, o mundo de *commodities* está com preços excelentes, e o Presidente Lula diz que não tem pressa de crescer, como se o Brasil não dependesse do crescimento mundial.

O País deveria ter crescido agora 3,5%, 4%, 4,5%, em média, ao ano, no mínimo. Já não seria grande coisa em comparação com outros países. Nesta época virtuosa, o Governo Lula cresceu 0,5%, 4,9% e agora 2,3%, ou seja, uma média de 2,6% ao ano. Esses números puxam para baixo a média da América do Sul, da América Latina e dos países emergentes. O crescimento dos emergentes sem o Brasil é maior do que o que foi e ele é espetacular ainda que incluído o Brasil. O crescimento da América do Sul é enorme sem o Brasil; com o Brasil, puxa para baixo. E com a América Latina, ocorre o mesmo. O Brasil tem perdi-

do peso específico na composição do PIB da América Latina. Essa é que é a grande verdade.

Aí o Presidente...É cômico. Nós estamos vivendo uma época muito triste, muito obscura.

Está aqui, em inglês, a entrevista do *Mister President* Luis Inácio Lula da Silva: “*Interview with Brazil’s President*”. Diz aqui a figura... Diz ele aqui...

Falei em português, agora vamos para a parte em inglês. Incrível como fala bobagem com pose, porque...Fala com empáfia: “Não tenho pressa”. “*I’m not in hurry*”.

Está aqui: “*In Brazil we are not in hurry to make the economy take off immediately. First, we want to consolidate our macroeconomic base for Brazil...*”

Muito bem: “No Brasil, nós não estamos com pressa de fazer a economia deslanchar imediatamente”.

Ele não tem pressa. Ele está aí para segurar a economia, não para fazer a economia crescer, levando-se em conta que ele tem tudo, ele tem tudo, do ponto de vista do cenário internacional, para crescer, para dar um grande salto de qualidade e se preparar até para momentos de vacas magras que, inevitavelmente, virão, mais hora, menos hora. No momento que o mundo se cansar de financiar os dois déficits americanos, o interno e o externo, a economia americana vai ter um processo que os economistas chamam de *landing*, de aterrissagem, que poderá ser *soft*, leve, ou poderá ser *hard*, poderá ser duro esse processo. Eu acredito que tem tudo para ser suave o pouso da economia americana. Mas que a hora da verdade, virá. E, nesse momento, no mínimo, teremos uma retração de investimento na direção do Brasil e o momento será um momento também de menos procura de títulos brasileiros.

Muito bem, Sr. Presidente, isso tudo eu peço que vai para os Anais.

Eu gostaria ainda de dizer que o Presidente fala muito em política social e quer, à força, que a CNBB concorde com ele, mas aqui tem o jornal **O Globo** de hoje, seção **O País**: “Em Pernambuco, a fila dos horrores para o Bolsa-Família: espera de mais de 48 horas, ratos e até tentativa de estupro na disputa por cadastramento em Jaboatão”. Quem escreve é a jornalista Letícia Lins*, escreve diretamente de Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco.

Aí, ainda do jornal **O Globo**, temos aqui, de novo, o caso da família de Celso Daniel. Então, estou passando da leviandade econômica para o absurdo, os horrores de submeter o povo a essa humilhação diária. E esse, parece, é um dos prazeres deste Governo sádico. Aí tem aqui **O Globo** falando de ameaças: “CPI vai investigar ameaças à família de Celso Daniel”. Já temos discutido isso bastante por aqui.

E no jornal **Correio Braziliense**, no que já virou a coluna **Crise ética**: “Ao examinar documentação enviada pelos Estados Unidos, a CPI dos Correios, detectou o desencontro de 300 mil dólares entre o que o marqueteiro Duda Mendonça (marqueteiro da campanha de Lula) havia declarado à Comissão no ano passado...” Diferença nas contas de Duda. E ao lado, ainda na seção **Crise Ética** do **Correio**, tem: “Irmão de Celso Daniel sai do Brasil”.

Então, se aprofunda o fosso da descoberta dos casos de corrupção deste Governo e, ao mesmo tempo, se aprofunda o fosso da compreensão do caráter autoritário deles: uma família se sente ameaçada e se muda do País.

Muito bem, Sr^a Presidenta, o Presidente Lula passou a defender uma tese ao menos absurda. Inaceitável para um País de múltiplos problemas que precisa com urgência retomar o desenvolvimento. Nada disso, infelizmente. Para o Presidente Lula – eu já falava disso ainda há pouco –, o Brasil não tem pressa de fazer a economia crescer. Vale repetir, para evitar o mal-entendido: “O Brasil não tem pressa de fazer a economia crescer”. Assinado: Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil. Isso, que é um contra-senso, está numa longa e pensada entrevista à revista britânica **The Economist**, a pouco menos de duas semanas da visita de Lula ao Reino Unido, essa mesma entrevista que peço seja inserida nos **Anais** da Casa. Fico imaginando a reação do Palácio de Buckingham diante dessas colocações de seu próximo hóspede. No mínimo, haverá estranheza.

Além da reportagem, a revista britânica contempla o Presidente Lula com um editorial em que o considera – aspas para **The Economist** – “não apenas um político carismático, mas parece também um com-sorte”, ou seja, alguém sortudo. A referência, claro, diz respeito aos desgastes sofridos por Lula pelas denúncias sobre o “mensalão”. Na reportagem, o caso de corrupção no Governo é relatado em detalhes, mas definido como – aspas para **The Economist** – “um mar de suposições pontilhado por ilhas de fatos”. É assim que a revista tão conceituada **The Economist** receberá o Presidente Lula em Londres: “um mar de suposições pontilhado por ilhas de fatos”. No editorial, a publicação afirma que o Presidente – aspas; não sou eu que estou dizendo, é a revista **The Economist** –, “manchado por escândalos” – fecho aspas –, deveria aproveitar um eventual segundo mandato para aprofundar as reformas iniciadas por seu antecessor.

A revista também diz que, comparado à Índia e à China, o desempenho econômico do Brasil desaponta. Ao semanário liberal britânico, o Presidente declarou que: “O futuro será construído com forte investimento

em educação, com redução de impostos para encorajar investimentos, especialmente em ciência e tecnologia”. E mais: apesar de não admitir oficialmente ser candidato a reeleição, prometeu que um eventual segundo mandato seu vai promover mais reformas.

Bem, pelo menos aqui ele não exagerou e teve o cuidado de usar o verbo no condicional.

No texto, a publicação observa que, “apesar de a sua imagem ter sido abalada por um escândalo de corrupção, o Presidente tem chance de ser reeleito e acredita tal possibilidade ao desempenho do seu Governo na economia e no combate à pobreza”.

Ao falar de crescimento, o Presidente disse que prefere uma abordagem lenta e segura da questão. Aspas para o Presidente Lula: “Não quero crescer 10% ou 15% ao ano. Quero um ciclo duradouro” – Senador José Agripino – “de crescimento médio de 4% ou 5%”. Disse, acrescentando uma frase que já virou um bordão seu: “Não vai haver mágica na economia; ninguém quer que o Presidente vire um Mandrake de um momento para outro; basta trabalhar”.

Então, diz ele que não quer crescer 10% nem 15%. Não adiantaria crescer porque o Brasil não está preparado, não tem *capabilidade*, não tem potencial, hoje, para crescer 10% ou 15%. Nem precisa crescer de 10% a 15%. A China é que precisa crescer mais do que o Brasil até pela diferença de população. Ou seja, 4% no Brasil é algo razoavelmente bom; 4% para a China não é nada. Lá tem que ser de 7% para cima, para sustentar todo aquele povo. No Brasil, 5,5% ou 5% seria um crescimento muito bom; para a China, isso é insuficiente.

Senador José Agripino, quero me referir ao cinismo: “Não quero crescer 10% ou 15% ao ano. Quero um ciclo duradouro de crescimento médio de 4% ou 5%”. Ele fez o Brasil crescer 0,5% em 2003; 4,9%, até pelo efeito estatístico, a comparação com a base depreciada, em 2004; e 2,3% em 2005. No início de 2005, ele tinha dito que aquele seria o ano mais espetacular de todos, o ano mais imortal de todos. Ele está agora de novo repetindo, cinicamente, que vai ser imortal o ano de 2006.

Só quero alertar o Presidente, que fala com empatia e que passeia sua ignorância sobre as questões brasileiras com uma arrogância brutal. Quando o Brasil cresceu 4,9% em 2005, Senadora Heloísa Helena, ele já passou algo perto de 1,4% ou 1,5%, automaticamente, como crescimento vegetativo para o ano seguinte. Ou seja, o simples fato de ter crescido 4,9% em 2004 já transmitiu entre 1,4% e 1,6% para o ano seguinte. Portanto, se não tivesse feito nada vezes nada, vezes nada, se tivesse ficado quietinho, teria crescido 1,4%, 1,5%, 1,6%. Tudo que ele fez acrescentou mais 0,8%.

Já neste ano, não temos esse crescimento significativo, nada vai ser transferido de crescimento automático para o ano que vem.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com muita honra, Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a faz um pronunciamento acadêmico, com base em dados consistentes, como esta Casa merece ouvir. Pena que estejamos numa sexta-feira e que não haja plenário cheio para que todos ouçam o que V. Ex^a está expondo. V. Ex^a tem inteira razão ao fazer esse último comentário, como todos os que fez até agora, porque o crescimento pífio do Brasil não foi de 2,3% coisa nenhuma, foi de 0,8%, se for descontado o crescimento demográfico. O crescimento da economia do País foi de 0,8%, porque 2,3%, menos 1,5%, que foi o crescimento demográfico, dá 0,8%. Ou seja, uma desgraça, quando o nosso parceirinho, a Argentina, cresceu 9,1%, quando os nossos companheiros do Bric – Rússia, Índia e China – cresceram na faixa de 9%. Aí vem o Presidente Lula e diz querer que o Brasil cresça 5%. Era o que ele queria no começo de 2005, que o Brasil crescesse 5%, porque anunciou isso. Está gravado, está escrito. Ele anunciou, tomou o compromisso. E palavra de Presidente não pode ser em vão. Ele anunciou que o Brasil cresceria 5% e cresceu 2,3%. Então, entre dizer o que quer fazer e saber fazer, há uma enorme distância. Este é o problema: o Governo do Brasil não sabe fazer, Senador Arthur Virgílio, não tem talento, não tem competência, não tem comando, não tem estadismo para fazer. Pode até ser um governo que, aparentemente, está próximo ao povo. Mas, para estar próximo do povo e fazer o bem dele, como diz D. Geraldo Majella, é preciso saber fazer. Vamos para os ícones, só uma palavrinha rápida.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – À vontade, é um prazer ouvir V. Ex^a.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Os ícones do Governo, Senador Arthur Virgílio, que são os estandartes da propaganda que o Governo ousa fazer, por exemplo, o Banco Popular. Lembra que discutimos tanto o Banco Popular? Falido, quebrado. Por quê?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas ali não é incompetência, e sim roubalheira. É diferente.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Claro, mas eles são um misto de incompetência com padrão ético defeituoso. Para não falar em roubalheira, prefiro dizer padrão ético defeituoso. O Banco Popular faleceu. Já estão dizendo que o Banco do Brasil vai absorvê-lo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Padrão ético intencionalmente defeituoso, para chegarmos a um acordo.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Isso, intencionalmente defeituoso. Que o digam Santo André, Ribeirão Preto e a história deles que vem de longe e que desaguou agora na questão do mensalão. O Banco Popular acabou-se. Foi um ícone. Cadê o Programa Primeiro Emprego? Morreu com a ONG Agora, dirigida por aquele amigo goiano do Presidente que recebeu R\$80 milhões para operar o Primeiro Emprego e que, em vez de fazer isso, foi condenado pelo Tribunal de Contas da União a devolver o dinheiro por mau emprego do mesmo. Trata-se da ética intencionalmente defeituosa a que V. Ex^a se refere. Cadê as PPPs? Cadê o milagre das PPPs, o milagre da criatividade das PPPs?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Temos que aprovar a matéria aqui a toque de caixa, senão o País não teria os investimentos necessários para tocar o desenvolvimento. Nós, da Oposição, tínhamos que demonstrar patriotismo. Aprovamos as PPPs, e está aí: não fizeram nenhuma!

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Mostre uma PPP! Mostre o talento, a competência! Não quero Tapa-Buracos! Ontem, pela televisão, eu vi dez bananeiras plantadas em buracos de estradas. Foi no Bom Dia Brasil. Foram dez bananeiras plantadas em buracos numa rodovia federal, no interior do Estado de São Paulo. Isso foi um protesto popular. Eu não estou falando em Tapa-Buracos. Eu estou falando em Parceria Público Privada para se construir uma estrada, para recuperá-la, para fazer coisas para as quais um governo tenha talento. Este Governo vive de maquiagem, vive de *marketing*. O último é o biodiesel. Eu sou engenheiro, trabalhei com produção de óleo vegetal, sei o custo disso, sei o que é padrão econômico, sei o que vale a pena e o que não vale a pena. Isso é mais uma jogada de *marketing*, infelizmente. Quero parabenizar V. Ex^a pela manifestação competente de esclarecimento que faz ao Plenário e à sociedade brasileira. Nós estamos dentro de um governo de *marketing*, que está procurando impressionar pela forma de ser, mas que não tem consistência para permanecer. Outubro vai mostrar isso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a, Senador José Agripino. Digo-lhe também de pronunciamento que fiz pela Liderança do meu Partido, ainda há pouco, em que eu estranhava até certos comentários do tipo: “o Presidente cresce porque as denúncias de corrupção não sensibilizam mais ninguém”. Essa é uma lógica torta, Sr^a Presidenta, porque, se houvesse só uma denúncia, o Presidente não cresceria; como há denúncias demais, as pessoas se

cansam. Isso é desrespeitar o povo brasileiro, é dar-lhe a impressão de que o povo é tolerante a muita corrupção, ele que não seria tolerante a pouca corrupção.

Do mesmo modo, tenho alertado para essa questão do autoritarismo. E V. Ex^a fez muito bem um novo alerta para a questão da incompetência. Autoritarismo, incompetência e corrupção juntos fazem uma mescla realmente explosiva, potencialmente danosa ao País.

Entendo que cada povo vive o seu momento. Se algo há que a mim não preocupa é essa coisa de eleição para cá, para acolá. Entendo que o Presidente Lula não vai reeleger-se, porque não merece. Entendo que seria uma triste experiência para o País. Mas, se quiserem, vai reeleger-se. Se a maioria das pessoas, na votação livre e secreta, quiser, vai; não sou eu que vou dizer que não. Vou continuar aqui do meu posto fazendo oposição. Se vencer o candidato do meu Partido, evidentemente que o ajudarei a governar, passando, conforme a alternância democrática de poder, para o lado do Governo, procurando manter a mesma seriedade ao abordar as questões nacionais. Agora, não acredito. Creio que o Brasil não vai desarmar todos os seus sistemas de autodefesa, de autopreservação, deixando que, por exemplo, um Governo desse calibre, dessa baixa extração, conviva amanhã com uma possível crise internacional.

Navegando em mar de almirantes, estamos vendo resultados pífijs, escândalos e crescimento pífio; voando em céu de brigadeiro, a mesma coisa. Não sei se, porventura, diante de um mar proceloso, o Brasil não entraria em momentos terríveis por falta de comando e liderança, por falta de capacidade de gerenciar e de tocar o País.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – V. Ex^a me concede um rápido aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ouço V. Ex^a com muita honra.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a tem precisa razão. É necessário que o povo brasileiro compreenda o que está acontecendo no Brasil. Temos o Bolsa Família e exportações crescentes porque o mundo está comprador e o Brasil preparou-se, ao longo de muito tempo, para produzir competitivamente e vender. Na hora em que o mundo passou a comprar a nossa soja, o nosso milho, os nossos produtos industrializados, nós passamos a gerar exportações e empregos em um nível muito menor do que seria possível. Imaginemos, se esse mundo fosse o que o Presidente de quatro anos atrás, Fernando Henrique Cardoso, enfrentou, como estaria este nosso País. Mesmo assim, nós crescemos apenas 2,3% – ou 0,8%, se descontarmos o crescimento da população. Pergunta-se: e o que poderia ter sido feito? O

que a Argentina fez, o que o Peru fez, o que o Chile, a Rússia, a China, a Índia e as Filipinas fizeram. Será que somos diferentes do mundo todo? Ou a diferença é que lá existe talento e aqui não; lá existe competência e aqui, incompetência e aparelhamento do Estado, gasto público de má qualidade, tráfico de influência e corrupção? Será que não é por isso? Essa é a pergunta que temos que fazer para avaliação ao povo brasileiro e que em muita boa hora V. Ex^a provoca.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador José Agripino, a propósito do aparte de V. Ex^a, lembro-me dessa próxima campanha publicitária do Governo, feita, aliás, por Duda Mendonça. O Governo não se inibe em contratar Duda Mendonça, apesar de todas as suspeições que o cercam – talvez o contrate até porque, depois de tê-lo descontratado, Duda Mendonça disse quealaria coisas, e o Governo resolveu contratá-lo. Não sei se não é isso, um pacto de *omertà* – o pacto mafioso do silêncio. Então, Duda Mendonça, agora, está novamente ganhando dinheiro. É um absurdo uma empresa como essa, com tantas suspeições, estar de novo fazendo campanhas – e milionárias – para o Governo.

Lá vem a campanha da Petrobras. O Brasil foi passado ao Lula 96% auto-suficiente em petróleo. Muito bem. Ajudado até pelo baixo crescimento e, portanto, pelo consumo menor, chegamos à auto-suficiência – ou seja, durante quatro anos, 4%. E o Presidente Lula que inaugurar a Petrobras. Ele se esquece de que a luta foi de Getúlio Vargas, do PTB, e o projeto – talvez muita gente no Brasil não saiba –, do udenista Bilac Pinto. Foi Bilac Pinto quem fez o projeto de lei que criava a empresa Petrobras e estabelecia o à época necessário monopólio do petróleo.

Durante os anos do Governo de Figueiredo, o crescimento foi pouco mais de 17%. Algum parente do Presidente Figueiredo poderia falar assim: “O meu parente é genial porque foi em sua época que mais cresceu a produção de petróleo”. Não há nada de genial; deve ter trabalhado com operosidade, mas, sobretudo, em seu Governo amadureceram os resultados das pesquisas e das descobertas de lençóis petrolíferos feitas vinte anos antes – se não me engano, a própria Bacia de Campos.

O Presidente Fernando Henrique foi o segundo em crescimento, com pouco mais de dez pontos percentuais. Alguém poderia perguntar: “Então, depois de Figueiredo, o mais genial de todos foi o Fernando Henrique?” Também não é isso. É claro que foi bom, a meu ver, ter sido quebrado o monopólio. Isso ajudou, mas a grande verdade é que, na gestão de Fernando Henrique, que fez também uma reforma administrativa

– a meu ver – muito produtiva na Petrobras, amadureceram pesquisas e descobertas feitas anos antes.

No Governo Lula, o crescimento da produção se deu à razão de 3% ao ano apenas. Ou seja, se ele tivesse crescido 4%, 5% ou os 10% do período Fernando Henrique ou os 17% do período Figueiredo, teríamos chegado à auto-suficiência bem antes.

Na verdade, excluindo-se o fato de que os resultados de Fernando Henrique e de Figueiredo tiveram a ver com o passado, é claro que os resultados de Lula deveriam ser melhores ainda, porque ele recebeu um passado virtuoso. No entanto, a produção caiu. O ritmo de avanço da produção caiu. Então, ele deveria era ser acusado de ter retardado a auto-suficiência do petróleo. Mas já estão preparando uma investida publicitária para, engodando a Nação, tentar demonstrar que, graças ao guia espiritual dos povos, ao guia genial dos povos, ao Stalin tupiniquim, a esse Stalin macunaímico em que o Presidente Lula está se revelando, graças a isso, então, teríamos hoje a auto-suficiência. Isso é cansativo, é assustador, é terrível, mas agradeço a V. Ex^a o aparte, como sempre, brilhante e consistente, Senador José Agripino.

Prossigo, Sr^a Presidenta, dizendo que a fala de Lula está um pouco atrasada. Seu Governo, aliás, sempre esteve atrasado. O importante é que essa é a sua reação ao PIB de 2,3%. Ele falou como se o Governo do Brasil não estivesse sob seu comando, afirmando que o Governo não deveria ficar deprimido com as críticas ao baixo crescimento da economia. Ele fala como se fosse eu, V. Ex^a ou a Senadora Heloísa Helena. Eu poderia dizer: Presidente, não fique deprimido com o baixo crescimento da economia. Eu não sou o Governo, estou de fora, poderia dizer: não fique deprimido, pois isso aconteceu por tal e tal razão.

Ele, Lula, fala como se não fosse Governo, porque uma das grandes técnicas da máquina de engodo que montou é tentar dizer que o PT é uma coisa, a corrupção no PT é uma coisa, e que ele não tem nada a ver com isso; outra técnica é afastar-se de seu Governo de resultados pífios para tentar só manter a imagem de salvador da pátria. É uma jogada publicitária de caráter “fascistóide” de alta periculosidade.

Diz ele: “O Governo não deveria ficar deprimido com as críticas ao baixo crescimento da economia”. Mas o Governo é ele! Então, ele podia dizer: Eu, Lula, não estou deprimido, não tenho razões para ficar deprimido. Seria mais honesto. Mas ele fala distanciando-se, como se o Governo não fosse ele: “O Governo não deveria ficar deprimido”. Quer dizer, é uma mistura explosiva, repito, de cinismo, incompetência e *outras coisas más*.

Quem deve ficar deprimido já ficou; é o povo do Brasil. O povo sente que o País precisa crescer, mas, pelo teor da entrevista do Presidente, essa não parece ser meta nem urgente e talvez nem prioritária, como se fosse possível deixar as coisas correrem ao deus-dará.

As afirmações de Lula entram na contramão dos fatos da economia brasileira. Na verdade, o confronto dos números da nossa economia com os do cenário internacional não são nada favoráveis ao País. O Senador José Agripino acabou de discorrer sobre diversas economias que tiveram desempenhos convincentes, em contraste com os resultados medíocres e até mesquinhos da economia brasileira.

Em primeiro lugar, a lanterníssima expansão do PIB de 2005 em apenas 2,3% faz o Brasil cair para a 13ª economia do mundo. Em 2004, era a 12ª. E olhe que o real está sobrevalorizado. Se a sobrevalorização fosse mais acentuada ainda, o Brasil poderia melhorar a sua posição artificialmente, o que mostra que, mesmo com o real sobrevalorizado, o Brasil cai no *ranking* das maiores economias do mundo.

Ou seja, o mundo, nessa corrida, está caminhando muito mais rápido do que o Brasil de Lula. E agora se sabe o porquê: não há pressa. Ele disse que não tem pressa de fazer o Brasil crescer. Então, tudo bem. Está dentro do programado. Ele programou para o País não crescer bastante. E o País não está crescendo o bastante. É uma realização do Governo Lula, que está atingindo o objetivo. Não quer que o Brasil cresça e o Brasil não está crescendo. Está aí uma realização concreta, um êxito do Presidente Lula: não está crescendo. Ele não quer que cresça, não está crescendo.

O patamar pouco lisonjeiro para o País, no dizer da colunista Miriam Leitão, mostra que, em 2005, o Brasil foi um fiasco. Para Miriam Leitão, colunista econômica de **O Globo**, “as más notícias são ruins mesmo, e as boas não são tão boas quanto as de outros países”.

O período de Carnaval deixou esse levantamento meio esquecido. No entanto, em todos os jornais o assunto foi o tema predominante, principalmente nas análises sobre o comportamento da economia.

Recolhi quase todos os títulos dessas matérias e entendo que devo incluí-los neste pronunciamento. Leio-os a seguir, mas, antes, mostro a manchete do caderno de Economia da **Folha de S. Paulo**, desta manhã: “Importação cresce mais que exportação”.

Aí vão outros títulos:

Revisão no 3º trimestre não foi significativa;

Expansão de apenas 2,3% faz Brasil cair para a 13ª;

Economia do mundo: por que o país não consegue crescer mais? Nós e os outros (Miriam Leitão);

Governo admite que os juros seguram a economia. Dado confirma a incompetência de Lula, diz PSDB;

Para Fiesp, resultado reflete política errônea, desempenho sofrível;

Juro e crise política fazem PIB subir só 2,3%;

Aí, de novo, um fazendo oposição ao outro. Lá vem o ex-Ministro, atual Presidente do BNDES, Guido Mantega, culpando juros por PIB baixo.

Mantega culpa os juros por PIB baixo; e

Portanto, a guerra intra-muros, a guerra do Governo contra o Governo.

Decepcionado, Lula cobra.

Senador José Agripino, essa é outra tática. Temos que desnudar isso. Decepcionado com quem, Presidente Lula? Com V. Exª tem milhões de brasileiros decepcionados. Mas Sua Excelência fala como se não tivesse nada com o Governo. Ou seja, não demite, não pune, não aponta nome de corrupto nenhum. E não toma providência qualquer porque o Ministro que vai sair do Governo dele é Ministro que vai ser candidato, mas está decepcionado. Ou seja, que dizer as pessoas, como se fossem elas menores de idade, que não se decepcionem com ele, porque ele também está decepcionado com o Governo que decepciona o povo brasileiro, como se não fosse o responsável por eventuais acertos e por esse oceano de erros que o seu Governo comete.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – E nem com o PT, Senador. Sua Excelência não tem nada a ver com o PT. Agora com o Governo também não. Não tem comando nem sobre o Governo, nem sobre o PT, nem sobre o Governo e nada. É um alienado completo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E Sua Excelência aconselha o Governo a não ficar deprimido. Diz assim: “Governo não fique deprimido”. Não é Sua Excelência. Ele está na rua fazendo passeatas.

Não me espanta se o Presidente Lula, qualquer hora, encabeçar uma passeata. Com certeza, vão alguns *punks* atrás pedindo o *impeachment* do Governo.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Sua Excelência se julga acima do bem e do mal, Senador Arthur Virgílio. Acima do bem e do mal, acima do PT, acima do Governo; é uma entidade respeitada pelo povo e

querida pelo povo. Pode até ser estimado e querido pelo povo, mas o povo vai querer um Governo e vai querer um partido que tenha credibilidade e respeitabilidade. E vão cobrar dele, Lula, na hora certa. Aí é onde ele está se enganando.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O modo como ele se porta me dá a impressão ou de muita má-fé ou de alguém que está com 46 graus de febre.

Isso foi antes da entrevista antes à **The Economist**. Agora, ele já não cobra nem tem pressa.

Prossigo, mais títulos:

O que falta para crescimento;
Brasil desperdiça bom momento global;
Maior tropeço foi no 3º trimestre;
Agropecuária cresce apenas 0,8%;
Carga fiscal tem novo recorde;
E o Presidente Lula disse para a revista

The Economist que não aumentou carga tributária nenhuma.

Bala de festim ou bala perdida;
Juro e câmbio levam a culpa;
Para Força Sindical, Governo faz pacto com setor especulativo;
Crescimento frustrante;
Governo faz mea-culpa; e
Vice-lanterna entre latinos;

Acabou a guerra civil no Haiti, e o Haiti vai crescer mais do que o Brasil de Lula. O Brasil só não pega a lanterna definitiva porque o Haiti está em guerra civil.

Mas a respeito do crescimento do PIB em 2005, estrategicamente divulgado pelo IBGE antes do Carnaval – isso foi lamentável. Para não discutirmos más notícias, não se divulga a não ser antes de grandes feriados. E as notícias ditas boas têm que... É impressionante a semelhança entre regimes totalitários e suas máquinas de propaganda e este Governo autoritário – o regime não é autoritário, mas o Governo é autoritário – e sua máquina de propaganda, que sustenta um Governo de mentira, um Governo de ficção.

Mas a respeito do crescimento do PIB em 2005, estrategicamente divulgado, repito, pelo IBGE antes do Carnaval, vale a pena insistir, depois de passada a festa: se a economia brasileira fosse uma escola de samba, teria sido rebaixada junto com a do Haiti, dizendo inclusive que o carnavalesco foi o mesmo. Ou seja, Unidos de Vila Isabel ganhou, com méritos, “Terra de Noel Rosa”, e Grande Rio vem em segundo lugar no Carnaval carioca, mas duas caíram. Se fosse escola de samba, o Brasil e o Haiti teriam ido para o grupo B. O Haiti, com compreensão de todos porque vive uma guerra civil. O Brasil iria sambar no grupo B e não mais no grupo A. Como não é escola de samba, o carnava-

lesco continua dizendo as suas tolices e passando a sua arrogância pelo País e pelo exterior.

Vale a pena destacar que o Governo aumentou os impostos em 3,9%, no ano passado, enquanto a economia, Senador José Agripino, cresceu 2,3%. Ele jura de pés juntos que não houve aumento de carga tributária.

Portanto, se tirarmos os impostos, o desempenho seria ainda pior: o valor adicionado na economia cresceu apenas 2,1%.

Se dependêssemos do mercado interno, o resultado teria sido também desanimador. Entre 2002 e 2005, o crescimento acumulado do PIB foi maior do que o consumo das famílias, o que significa dizer que o setor exportador puxou.

No ano de 2005, essa tendência se inverteu. O consumo das famílias cresceu mais que o PIB e as exportações estão claramente desacelerando, um problema para o futuro.

O mundo continua crescendo vigorosamente, mas a valorização cambial exagerada começa a impedir que o País usufrua da expansão acelerada das outras economias.

No caso do consumo das famílias, a expansão decorre muito mais do aumento do endividamento, pois o PIB **per capita** cresceu apenas 0,8% em 2005. Aí me reporto, por exemplo, àquele sadismo do crédito consignado, do crédito automático concedido aos idosos. Hoje, está começando a virar um drama esse endividamento dos idosos, atraídos que foram para essa cilada pela máquina de produzir mentiras deste Governo.

Entre 2002 e 2005, o salário médio real caiu 3,8%. Desagregado por setor, o setor industrial teve crescimento mais vigoroso que os demais, mas o resultado decorreu principalmente do extrativismo, pois a transformação cresceu bem menos que o PIB.

A febre aftosa levou a agricultura a crescer apenas 0,8% em 2005, configurando a incapacidade gerencial do Governo. O contingenciamento dos recursos por parte da área econômica, de poucos recursos destinados ao combate à febre aftosa, permitiu o retorno da doença ao rebanho brasileiro. Tudo isso para extrapolar o superávit primário das metas previamente estabelecidas.

Sr^a Presidente, volto a dizer, em relação a V. Ex^a tenho uma diferença grande. Não sou contra superávits primários; não estou combatendo isso. O que quero dizer é que se o Governo gastasse menos com supérfluo, com viagens, com diárias, com passagens, com Aerolula, com compra de comidas finas e de bebidas para o Palácio do Planalto, com o cartão de crédito corporativo, com gastos inúteis para o funcionamento

da máquina administrativa do País, poderíamos, sem dúvida alguma, ter superávit, sim, atendendo às necessidades da pecuária brasileira dando recursos para prevenir a febre aftosa.

Sr. Presidente, Senador José Agripino, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva precisa, a meu ver, ser combatido de duas formas: uma através da luta que fazemos – e V. Ex^a tão brilhantemente – no dia-a-dia, no cotidiano do Senado da República, apontando os desvios éticos, apontando os equívocos administrativos, apontando o quadro de incompetência.

Por outro lado, sinto que está na hora de fazermos certos pronunciamentos bem cuidadosos – V. Ex^a terá também um papel muito relevante, pela sua competência técnica, pela sua cultura tão universal –, muito pesados, muito bem pesados, muito sopesados, muito bem medidos, muito estudados, muito tranquilos até, para irmos desnudando, ponto a ponto, item a item, o quadro da incompetência e mostrando ao País a falta de futuro que seria o prosseguimento dessa mazorca.

Volto a dizer, Sr. Presidente, ao encerrar: se amparado por um cenário internacional tão virtuoso e usufruindo de reformas feitas pelos antecessores, usufruindo de saltos de qualidade na direção da competitividade sistêmica da economia, dados tanto pelo Estado brasileiro antes de Lula quanto pela iniciativa privada, se o Presidente Lula, cercado e amparado por todo esse quadro virtuoso, não consegue fazer a economia crescer e ainda diz que não tem pressa de fazê-la crescer, imaginem esse homem e a sua falta de liderança comandando o País num quadro de crise. Seria um deus-nos-acuda.

Portanto, Sr. Presidente – repito que V. Ex^a tem um papel muito relevante, como um dos líderes mais autorizados da Oposição brasileira –, além do dia-a-dia dessa luta de Oposição, temos o dever de apresentar à sociedade agora a análise estudada, sopesada, medida, pensada, bem pensada, refletida, item por item, do quadro de desmando que impera no País.

Ou seja, não vamos deixar nunca de dizer que é um absurdo não estarmos chocados com o fato de a família do Sr. Celso Daniel estar mudando do País, com medo de morrer. Mas vamos analisar também a economia com muita tranquilidade, fazer o debate qualificado sobre a economia, fazer o debate qualificado sobre política social, sobre as políticas sociais do Governo, ponto a ponto, item a item, com muita tranquilidade.

Espero ter contribuído para o início do debate, para que possamos, na semana que vem, aprofundá-lo, ter várias visões. Mas uma coisa me parece inequívoca: o Governo Lula é incompetente; é de uma

competência proporcionalmente inversa à arrogância. Não sei nem se falei precisamente no meu português – estou me deixando levar pelo nosso Presidente –, mas quero dizer que o Presidente é tão arrogante quanto incompetente. Está se achando assim um guru: fala bobagem com uma empáfia!

Tive, na luta estudantil, um companheiro que era assim: corajoso, bravo, enfrentava a repressão, fazia tudo o que tinha que fazer. mas gostava muito de pontificar, de dar aquelas opiniões definitivas. Ele era sempre meio acaciano, era meio “pacheco” do Eça de Queiroz, sempre ele era o Conselheiro Acácio, sempre dizia coisas óbvias, tipo assim: “temos que nos organizar para resistir à ditadura”. Óbvio. Como é que você vai resistir à ditadura sem se organizar? Há que se organizar para resistir à ditadura. Claro. Um colega nosso, muito inteligente, muito ácido, me cutuca certa vez e fala assim: “Olha, Arthur, nosso companheiro aí que não nos ouça, mas ele fala bobagem com uma empáfia, fala bobagem com uma pose”. Se alguém não entendesse o que ele dizia, parecia ser uma coisa genial, porque ele falava com ares de genialidade. Indo mais a fundo, via-se que era uma série de frases do tipo: “está chovendo” – claro, está-se ouvindo o barulho da chuva; “o sol está de rachar” – todo mundo está queimado, está vendo o sol; “o trânsito do Rio de Janeiro é difícil”; “São Paulo é uma cidade grande”; “a natureza da Amazônia é soberba”; “as praias de Natal são magníficas” – só um estúpido vai a sua cidade e não percebe que as praias são paradisíacas mesmo.

Então, o Presidente Lula diz essas platitudes dele com uma pose enorme, com aquela pose do bambambã, do “cheguei”, enfim. Temos que desmontar isso com tranquilidade, mostrando ponto por ponto o nível de incompetência que é o da administração que ele supostamente deveria liderar; ele, que finge que não é do Governo, que finge que não é do PT, que finge que não tem relação com nada e que agora revela para a revista **The Economist**, às vésperas de visitar o Reino Unido, que não tem nenhuma pressa de fazer o Brasil crescer.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, a Sra. Heloísa Helena, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Agripino.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino. PFL – RN)
– Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Presidente José Agripino, solicito, como possibilita o Regimento, falar sentada.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino. PFL – RN)

– Permitido.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, os dias de sexta-feira e segunda-feira são quase marcados, além da presença dos funcionários, por alguns Senadores que geralmente já ficam na segunda e sexta. A maioria acaba ou não cumprindo suas obrigações ou fazendo outras atividades.

Há algo que me impressiona muito, principalmente nesse momento atual. Já são mais de doze horas, a sessão iniciou-se às nove horas, e vários Senadores fazem críticas contundentes ao Governo. O Governo tem maioria, circunstancial, provisória ou não, mas há muitos Senadores na base de bajulação ou na base de sustentação, e ninguém vem aqui para fazer nenhuma contestação às opiniões ou acusações ou comentários ou pronunciamentos feitos por Parlamentares da Oposição. Fico absolutamente surpresa com isso.

Tenho dito várias vezes aqui que o Presidente Lula tem todo o direito de ser reeleito, que o povo brasileiro tem todo o direito de reeleger o Presidente Lula, se quiser. Às vezes, até brinco e digo: se o povo brasileiro quiser pode até solicitar a convocação de um plebiscito para transformar o sistema em monarquia, para transformar o Lula em rei – tem todo o direito de fazer essas coisas. Mas há algo que cada vez mais tem me deixado num misto de indignação e tristeza: a banalização da delinquência de luxo do Governo, a banalização de tudo isso que vem ocorrendo.

A banalidade do mal é tema de uma das teses mais belas de uma das mais importantes – talvez a mais importante – filósofas da humanidade, a Hanna Arendt, uma judia. Ela dizia que o que mais a impressionava no julgamento dos responsáveis pelas tentativas de extermínio do povo judeu eram os depoimentos dos comandantes, dos generais que comandavam aquelas operações de tortura, de extermínio, as atitudes absolutamente racistas. Ela ficava impressionada.

É isso realmente que me impressiona. Penso que ninguém é dono da verdade absoluta. Uma das coisas mais belas que sempre identifiquei no mundo da ciência, das lutas sociais, da exploração do universo é justamente a ausência de uma idéia como verdade absoluta, fora os que têm sofrimento mental e, portanto, têm idéia fixa. A verdade absoluta, os donos da verdade absoluta, a história da humanidade se encarrega de ir desmontando todas essas teses. Sabe disso quem de alguma forma gosta de acompanhar a exploração do universo, todas essas coisas maravilhosas do mundo da ciência, as descobertas maravilhosas do mundo da ciência, sem verdades absolutas. Sempre

brinco, lembrando que, desde Galileu, a minha Igreja Católica tem sido, umas vezes, tão maravilhosa, tão representante da história do povo de Deus e, outras vezes, tão submissa, tão subserviente aos governantes de plantão. O próprio Galileu foi condenado, humilhado, encarcerado. Posteriormente, a própria história da ciência o reabilitou, embora a Igreja Católica só o tenha feito em 1992.

Antes de Darwin, não havia a polêmica com relação a criacionismo religioso versus evolucionismo. Teorias tão interessantes foram apresentadas por Darwin! Lembro-me de algo belíssimo, quando, em 1862, ao identificar uma determinada orquídea, a **Angraecum**, que possui uma estrutura grande, Darwin, mesmo sem nenhuma prova concreta, disse que seria impossível a polinização e, conseqüentemente, a reprodução dessa orquídea, se não existisse um inseto que possuísse uma tromba de mais de 30cm para buscar o néctar no tubo da flor. Quando disse isso, todos se escandalizaram. Eu não me lembro, mas cerca de 50 anos depois, descobriram uma borboleta, melhor dizendo, uma mariposa, que, como todas de sua espécie, tem hábitos noturnos, e jamais poderia ser identificada por Darwin, que fazia suas pesquisas durante o dia. Após encontrarem aquela mariposa, a Esfinge de Morgan, descobriram que a polinização daquele tipo de orquídea só acontecia porque a mariposa possuía uma espirotromba com mais de 36cm. Portanto, buscava o néctar, alimentava-se e polinizava.

Há tantas outras teses maravilhosas! O próprio Einstein, sem dúvida, causou as duas maiores revoluções no mundo da ciência, com a Teoria da Relatividade e a Teoria Quântica. Após Galileu e Newton, certamente são as duas grandes revoluções no mundo da ciência. Einstein também errou, também tentou buscar uma teoria final, e não conseguiu. Assumiu erros perante os grandes cientistas, embora fosse considerado a maior expressão. Assumiu erros porque tentava consolidar a tese do chamado universo estático. Assumiu erros que haviam sido cometidos. Quem não se lembra das maravilhas que vão dos átomos aprisionados ao chamado campo gravitacional em torno dos corpos em movimento? Quem não se lembra de todas as coisas maravilhosas do mundo da ciência, da exploração do universo, da natureza? É muito mais interessante a exploração do mundo da ciência do que determinadas regras e toda a polêmica que às vezes tem lugar no Brasil.

Quem não se lembra do resultado do Conselho de Educação de Kansas, um dos Estados americanos? Eu respeito os que se apegam à tese do criacionismo religioso, mas considero uma bobagem, até porque o evolucionismo para mim é algo maravilhoso. É muito

mais belo acreditar que Deus tenha possibilitado que a sua criação evolua para continuar sobrevivendo do que acreditar na tese de Adão e Eva, embora eu, como feminista, prefira ouvir dizer – é bonitinho – que Deus criou primeiro Adão, para experimentar, observou os defeitos, e criou Eva, que é a sua obra-prima maravilhosa, que somos nós mulheres.

Mas todos esses fatos do mundo da ciência ou da economia ou do pensamento possibilitam os debates programáticos, ideologizados. Tudo está muito bem, é maravilhoso que aconteça. Algo, porém, me faz quase repetir o poema “Cansaço”, de Fernando Pessoa: é a banalização da vigarice política do Governo Lula. Para mim, não tem problema, repito, o povo brasileiro pode eleger o Presidente Lula, reeleger, solicitar um plebiscito para voltar a monarquia, elegê-lo rei. Não há problema, não se trata disso. O que para mim é muito grave é toda a estrutura de corrupção do atual Governo. Repito: eu atacava a corrupção no governo Fernando Henrique Cardoso. Tudo o que eu disse em relação ao que eu pensava dos crimes contra a administração pública patrocinados no processo de privatização do Governo anterior, creio que existiu. Infelizmente, o Governo Lula deu um atestado de imoralidade ao Governo Fernando Henrique, e hoje busca o passado para justificar o seu presente de corrupção.

Para mim, é escandalosa – ontem, falei sobre isso – toda a estrutura de corrupção montada pela apropriação do aparato público, o luxo do lixo, quer seja em relação à comilança e à bebedeira com o dinheiro público dentro do Palácio do Planalto quer sejam as orgias sexuais patrocinadas com dinheiro público roubado por petistas e outros da base de bajulação do Governo Lula, o enriquecimento do filho, essas coisas todas. Considerar isso natural é um escândalo. Identificar com naturalidade a apropriação do patrimônio público, do dinheiro público, da máquina pública para fazer campanha eleitoral é realmente escandaloso. Somente com a manipulação de bons corações e mentes dos pobres brasileiros. Porque, hoje, o Governo Lula faz o mesmo que nós, nordestinos, condenávamos com veemência, quando os caciques, a oligarquia regional, usava a cesta básica para manipular a pobreza. Trata-se da mesma manipulação da pobreza, da apropriação da fome e da miséria das populações pobres brasileiras com as cestas, com programas como o Bolsa-Família e outras coisas mais. É a banalização da utilização da máquina pública.

É claro que a reeleição imoral e absolutamente insustentável juridicamente foi criada pelo Governo Fernando Henrique. Mas o Governo Lula faz as mesmas coisas de forma piorada e traiçoeira, utilizando a máquina pública de forma desavergonhada. É por isso

que, às vezes, algumas pessoas dizem: “Ah, mas o Lula está crescendo nas pesquisas”. É absolutamente natural. Imagino que vai crescer mais ainda, porque terá até o dia 1º de julho para inaugurar obras, fazer comícios, utilizar a máquina pública, fazer publicidade oficial. Durante todo o mês de março, todo o mês de abril, todo o mês de maio e todo o mês de junho estará se apropriando da máquina pública, do dinheiro público, para fazer a velha e conhecida demagogia eleitoralista, a delinqüência de luxo.

Os Senadores Arthur Virgílio, José Agripino e vários outros Senadores já mencionaram a forma de como o Presidente Lula fala sobre o PIB; de como o Presidente Lula considera o caso absolutamente normal. É estranho o Presidente considerar normal que o Governo patrocine três anos de arrocho fiscal na construção do superávit às custas de uma brutal e avassaladora transferência de renda do favelado, do assalariado, do setor produtivo, para os gigolôs do capital financeiro. Vê com naturalidade a oscilação da política de arrocho fiscal para a política da libertinagem financeira com caráter eleitoreiro de manipulação dos corações dos pobres para fazer campanha eleitoral. Já está anunciando a segunda carta ao povo brasileiro, ou seja, é o discurso aos pobres, a vinculação com o que pior há do banditismo do capital financeiro, o maior lucro dos bancos na história da América Latina. O maior lucro dos bancos, o maior lucro das instituições de capital aberto de toda a história da América Latina aconteceu no Governo Lula. E tudo isso ser visto com naturalidade?! Realmente, fica muito difícil.

Tenho dito várias vezes que o povo brasileiro tem todo o direito de reeleger o Presidente Lula; não será com o meu voto, porque eu não estou entre os traidores da classe, entre os que colaboram com a banalização da corrupção, da delinqüência de luxo, da apropriação do espaço público como se fosse uma medíocre caixinha de objetos pessoais que o Presidente vai manipulando conforme seus interesses e dos bandos partidários, das gangues parlamentares. Acho tudo isso muito constrangedor.

Para nós da Esquerda socialista democrática, do que sobrou da Esquerda – sei das posições de V. Ex^a, Senador Paim –, é pior ainda.

Quando era a Direita ideológica que patrocinava crimes contra a administração pública e corrupção, nós, da Esquerda, bradávamos como se fôssemos o santuário dos ungidos da ética e da revolução socialista e condenávamos com veemência. Agora, quando é um filho do povo, um retirante nordestino, aquele que ajudou a fazer o maior Partido de Esquerda da América Latina, que hoje não é mais... O PT, para quem é honesto intelectualmente, não é mais um Partido de Esquerda,

mas uma ferramenta da propaganda triunfalista do neoliberalismo. Faz o que gangues partidárias nem tiveram a ousadia de fazer, paralisam os movimentos sociais. É uma coisa impressionante! Por isso, tem chance de ganhar, porque nada melhor para a grande estrutura do capital financeiro nacional e internacional que um Presidente que amordaça os movimentos sociais, que liquida a resistência dos movimentos sociais, que faz do que era o maior Partido de Esquerda a ferramenta medíocre da propaganda triunfalista do neoliberalismo, que obriga quem resistiu na Esquerda a atravessar, a fazer a travessia – outra travessia no deserto – para disputar, no imaginário popular, alternativas ao pensamento único. Tudo o que passamos anos de nossas vidas falando, do controle de capitais ao aumento dos gastos públicos naquilo que dinamiza a economia local, que gera emprego, que gera renda, que garante políticas sociais; o alongamento do perfil da dívida pública interna, da dívida pública brasileira, para potencializar os investimentos nos Estados e Municípios; tudo o que passamos a vida falando, três anos de Governo Lula tiveram a primazia de aniquilar.

Então, é um misto de tristeza e indignação. Claro que a tristeza, por mais que exista por estar diante de uma traição de classe, de uma traição a todas as concepções acumuladas pela Esquerda socialista e democrática, que corajosamente ousou enfrentar o pensamento único, toda essa tristeza diante da traição não me levará jamais a ser parte do balcão de negócios sujos e da promiscuidade Congresso Nacional e Palácio do Planalto, ou de me desencorajar a continuar defendendo as teses em que continuo acreditando, porque não creio no fatalismo do fim da história, segundo o qual só há uma única alternativa para a política econômica: a inserção do Brasil na globalização capitalista. Não acredito em fatalismo do fim da história, de que só há essa única opção de política econômica.

Quanto à ética, não vou nem entrar na polêmica histórica da Esquerda sobre a ética do capital, a ética do trabalho, se existe ou não uma universalidade no campo da ética. Mas, nem aquilo que D. Pedro Casaldaglia dizia que era ética na política, como vergonha na cara e amor no coração, o Governo Lula consegue viabilizar, porque é toda uma máquina engenhosa, desqualificada de corrupção, que vai desde a utilização dos fundos de pensão por importantes conselheiros para patrocinar o enriquecimento em 15 milhões do filho do Presidente Lula à utilização dos fundos de pensão para viabilizar operações nas instituições de crédito para montar a farsa dos empréstimos para o PT e demais outras gangues partidárias da base de bajulação, às fraudes nos processos de instruções dos editais de licitação, todo o conluio, remessa de dólar

para o exterior, vindo sabe-se lá de quem. Então, tudo isso provoca um misto de tristeza e de indignação muito grande que não nos paralisará jamais. Mas, sem dúvida, a identificação desse quadro deixa absolutamente claro as tarefas gigantescas, difíceis, que o sobrou da Esquerda socialista e democrática no Brasil terá que enfrentar, certamente, por longos anos.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me concede um aparte?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senadora Heloísa Helena, devo dizer, do fundo do coração mesmo, e não se trata meramente de eu ter constituído uma amizade pessoal que julgo sólida, da admiração política que tenho por V. Ex^a, apesar das distâncias ideológicas a nos separarem. Ainda há pouco, antes de a sessão ter início, eu dizia a V. Ex^a que V. Ex^a se jogou numa luta, e com tanta crença, para realizar um partido, sabendo eu e V. Ex^a que não é fácil. O P-SOL estreando, obter 5% dos votos no País e 2% em nove Estados, será uma proeza. Eu perguntava: e se não der? E V. Ex^a que está à frente nas pesquisas para o Senado na sua terra, que seria uma candidatura competitiva para o Governo, que se elegeria deputada federal não só em Alagoas, mas em qualquer Estado do País, dispõe-se a candidatar-se à Presidência da República movida pelo desejo de construir um partido e em cima da sua coerência, com idéias nas quais cre e nas quais acredita. Julgo isso admirável e por aí passa muito do seu sofrimento ao ver todo esse desvirtuamento que o PT tem experimentado e que o Presidente Lula pessoalmente tem experimentado também. Senadora Heloísa Helena, digo que V. Ex^a parece ter traduzido isso bem. V. Ex^a diz que, se o povo quiser, elegerá o Presidente Lula. Digo com a mesma naturalidade com que diz V. Ex^a: se o povo quiser, elege o Presidente Lula. Claro. Qual o problema? Torço para que não. Imagino que, na hora própria, não se vai considerar essa oportunidade, mas, se se quiser considerar, aceitarei o resultado como democrata que sou. Quem não aceita o inverso é o Presidente Lula, que está infringindo a legislação eleitoral por todos os meios que estão ao alcance dele e tomando as atitudes mais danosas ao futuro do País. Tudo é propaganda, tudo é brincadeira. É vontade de deseducar o povo. Está aí a Petrobras; a auto-suficiência virá. O Duda Mendonça à frente. O Presidente se porta como uma espécie de rei momo. Ele é um carnavalesco. Tudo é bobagem, tudo é desrespeito à memória histórica do povo. Fiz, aconteci, nunca antes, não sei o quê. Outro dia fizemos uma denúncia aqui. Recebi a denúncia de uma pessoa. Tenho o Presidente do Instituto Nacionais de Pesqui-

sas Espaciais – Inpe como uma pessoa séria. Recebi um recado dele, por quem não tenho despreço. Mas é necessária a parafernália da teleconferência com astronauta, uma viagem que tem que ser analisada por nós com seriedade? Ou seja, vai trazer efetiva contribuição essa viagem do astronauta para a ciência brasileira? Há quem diga que sim; há quem diga que não, que não é o melhor, que não vai ter grandes resultados. Mas o Presidente Lula está pouco preocupado com a ciência. Está preocupado em conversar com astronauta para depois dizer despididamente: “nunca antes neste País um Presidente conversou com astronauta no espaço sideral. Era preciso que um metalúrgico se elegeisse Presidente para um Presidente da República poder conversar com astronauta...” Não ocorreu a ele fazer a viagem pelo astronauta, mas, sem dúvida alguma, isso é cansativo. O Presidente deprecia diariamente a majestade desse cargo. Não tem uma atitude que não seja de deliberada propaganda. Não tem nada que seja gratuito. Tudo visa a enganar alguém. Havia um político no Amazonas, figura muito inteligente, que não foi para frente porque era conhecido pela sua capacidade de não cumprir compromissos. Uma vez perguntei ao meu pai: papai, fulano se elege até quando? Meu filho, enquanto tiver um setor para ele enganar, ele vai indo. Se tiver um setor, ele vai. Até que um dia esgotaram-se os setores, ele foi para uma eleição e perdeu. Os setores se esgotaram. Essa intenção deliberada de engodar, de embair, de enganar, de mistificar causa em V. Ex^a uma dor dupla. A mim me causa uma enorme inquietação. Tenho medo dessa gente. Digo a V. Ex^a do fundo do coração: tenho medo dessa gente, do que eles demonstraram de capacidade de delinquir, de capacidade de mentir. Não passava pela minha cabeça que o Presidente Lula iria responder a esta crise ética como o fez, ou seja, sem responder. Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a deve se lembrar de que fui àquela tribuna, no primeiro dia da denúncia de Roberto Jefferson, dizer: “Presidente, limpe seu partido, limpe seu Governo e conte comigo para ajudar no processo de governabilidade”. Depois começaram as tergiversações, aquelas conversas de “João sem braço”, aquelas questões mal explicadas. O Presidente Lula é um homem que a mim me causou muita decepção – deve ter-lhe causado uma decepção ainda maior até porque V. Ex^a fez tudo para estar lealmente com ele. Lembro-me que, quando aqui cheguei, nos primeiros dias, V. Ex^a se portava com a combatividade que é sua marca, como alguém muito vigilante, como se fosse – e era naquela altura – do seu dever enfrentar a nós outros que vínhamos fazer oposição a um Governo que V. Ex^a tinha ajudado a eleger. Nada mais natural; nada mais

justo. O Governo perdeu não só a crença de V. Ex^a; ao perder V. Ex^a, ficou sem a liderança mais competente para nos enfrentar, mais capaz de fazer contraponto ao que dizemos. Não que não haja pessoa de valor, mas penso que V. Ex^a se excede na competência parlamentar, na capacidade de dizer as coisas e de se fazer bem compreendida por pessoas de qualquer segmento que a estejam ouvindo. Compreendo muito isso. Entendo que o nosso trabalho deve ser o de esclarecer ponto a ponto. Vamos enfrentar, por exemplo, a enxurrada de propaganda que vem aí, a auto-suficiência em petróleo. O Presidente Lula pensa que o povo brasileiro é idiota; pensa que o povo brasileiro é composto de pessoas de sanidade mental duvidosa. Mas lá vem a enxurrada de propaganda, e nós temos que responder com os meios que estão ao nosso alcance: esclarecer. Eu pretendo fazer um discurso sobre petróleo, trazendo para esta Casa o debate sobre petróleo, pedindo um pouco de pudor às Lideranças do Governo, pudor. Ou seja, não digam isto, não insistam com essa história de que a auto-suficiência se deve a Lula, porque eu não acredito mais em nada. Mentiu para mim; quer que eu acredite no resto? Como? Se estão, deliberadamente, gastando dinheiro, deliberadamente, mentindo. Eu não acredito mais em nada. Portanto, eu entendo que é um dever combater este Governo e, claro, aceitar o veredicto popular. Quem não aceita é o Presidente Lula, que faz tudo para não se parecer com o Governo, faz tudo para não se parecer com o PT, faz tudo para não se misturar com ele próprio. Ele declara que ele não tem nada a ver com o Governo dele próprio; ele diz isso a cada momento. Fila em Jaboatão? Problema no Bolsa-Família? Não tem nada com ele. Não. Com ele, é só o aumento do número de famílias, auto-suficiência em petróleo, ainda que passando por cima dos seus antecessores, negando o processo histórico brasileiro. Uma coisa feia. O Presidente Lula deveria ter vergonha disso. É feio. Então, qualquer dia ele estava no Ipiranga e declarou a independência do Brasil, às margens do Ipiranga? Foi ele e não Dom Pedro; ele quem declarou a independência ou morte; ele quem proclamou a República; ele foi o estadista do Império, como Joaquim Nabuco. Ou seja, é feio isso. Está deseducando as pessoas. As pessoas que o ouvem, elas estão ou se revoltando, como muita gente demonstra, ou estão se deixando iludir. Porque a propaganda maciça é dura. Mas eu queria aproveitar a oportunidade para dizer do apreço pessoal que tenho por V. Ex^a e da admiração. Não preciso concordar com suas idéias sobre economia para conviver com V. Ex^a no dia-a-dia, perceber o seu lado humano tão forte, tão significativo na composição do total da sua personalidade. Ao mesmo tempo,

essa sua teimosia santa. V. Ex^a está fazendo o que pouca gente é capaz de fazer: abrir mão de um mandato certo, de uma sobrevivência política de curto prazo mais do que certa por um sonho que não é bem o da Presidência, mas o sonho de firmar um partido que substitua o PT, em que V. Ex^a acreditava. Isso é para pouca gente. Isso me faz saber que nossas diferenças nos aproximam, não nos separam. V. Ex^a amanhã é Presidente da República, eu serei oposição a V. Ex^a. Se eu fosse, V. Ex^a seria oposição a mim; mas teríamos uma qualidade de diálogo diferente desta que está aí: V. Ex^a teria ampla capacidade de lidar com decência comigo e eu com V. Ex^a. É disto, de decência, de aumento da taxa de decência na convivência política com este Governo que temos que buscar. Portanto, eles podem muito bem ser enfrentados por uma frente amplíssima que passa por V. Ex^a, do seu lado, e passa por mim, do meu lado; mas que no meio tem muita gente. Este Governo é deplorável mesmo, este Governo me causa a sensação de medo, de temor; ele que causa em V. Ex^a toda essa sensação de repulsa pelo que V. Ex^a já viveu ao lado de dirigentes que se desmentem tão cabalmente todos os dias. A minha sensação é de medo; tenho medo deles, sinceramente. Já vi de tudo, já ouvi de tudo e percebo que eles só não rasgam a Constituição de uma vez porque não podem. Mas a vontade é esta: não obedecer a lei brasileira nenhuma. A vontade é estabelecer um código deles e se guiarem pelos códigos deles, por uma “ética” – entre aspas – bem deles, totalmente deles, e nada a ver com o acúmulo civilizatório da Nação brasileira. Mas meus parabéns a V. Ex^a por essa luta, por essa bravura e pelo que V. Ex^a tem significado para o País e, também, para nós, que a admiramos. Não precisamos de concordância com V. Ex^a para estimá-la, para respeitá-la, e não é aquela velha história de que é minha amiga pessoal; não é isso, não, é a pessoa pública que V. Ex^a é, admirável.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Agradeço de coração a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, absolutamente generoso com as palavras. Isso, Senadora Lúcia Vânia, é porque meu filho gosta dele e de sua esposa. Fico tentando inverter, mas não tenho condição de fazê-lo. Claro que se eu quisesse inverter mesmo, eu conseguiria, mas não é esse o caso.

Então quero agradecer a generosidade das palavras de V. Ex^a e mais uma vez repetir: Senadora Lúcia Vânia, quando fui Líder da Oposição ao Governo Fernando Henrique, a oposição contundente que fazíamos, que era classificada como rancorosa, agressiva, sectária, arrogante, tinha pela disputa ideológica e programática um certo prazer, porque havia algo de prazeroso em se fazer a grande disputa ideo-

lógica, programática, eram duas visões de mundo que se confrontavam – e isso dá algo melhor, até para se fazer essa disputa. Mas hoje é uma situação completamente diferente. Não tenho dúvida de que muitos deles são capazes de matar, roubar, liquidar qualquer um que passe pela frente ameaçando a preservação do projeto de poder. Quanto a isso não tenho dúvida, embora saibamos que eles não serão capazes de roubar o que muitos de nós temos de melhor, que é a nossa consciência, a nossa capacidade de luta, a nossa coragem de continuar a lutar por um mundo em que a gente acredita. Mas, Senador Arthur Virgílio, o impacto disso para a esquerda socialista democrática... Volto a dizer, quem é honesto intelectualmente, quem não é parte do banditismo, do balcão de negócio sujo, sabe que lá não é um Governo de esquerda, nem o PT é mais um Partido de esquerda. Com certeza, lá existem socialistas, pessoas honestas, militantes dedicados, mas o partido não é mais; é uma ferramenta do triunfo neoliberal. É um Governo corrupto, serviçal do capital financeiro, como outros que condenamos ao longo da nossa história de vida e se torna pior por caracterizar traição de classe, por caracterizar a traição a tudo que discutimos ao longo da nossa história de vida. Agora, se torna pior ainda no imaginário popular pela representação do Presidente Lula. Não é uma coisa qualquer. Lula é um filho do povo, um retirante nortestino, a maior liderança popular da América Latina. Isso não é uma coisa qualquer, não é uma coisa simples. Respeitamos o passado do Presidente, mas temos a obrigação de dizer que não respeitamos o presente dele. Não é, absolutamente, nada pessoal, embora ele não seja um adversário honesto, corajoso. Não o é. Ele reproduz a velha máxima do “mel na boca e bílis no coração”, abraça-o, com um sorriso, pela frente e o esfaqueia pelas costas. É completamente diferente de outros adversários e inimigos políticos, da direita ou da esquerda, ou do próprio Governo, que olham no seu olho e dizem: “Vou liquidá-la, Heloísa!” E você se prepara, mesmo que esteja com uma caneta e eles com uma Uzi do outro lado, como é o caso do ex-Ministro José Dirceu, e vai para o enfrentamento. Lula não é assim. Não é. É o tipo de adversário do velho estrategema “mel na boca e bílis no coração”. Abraça sorrindo, pela frente, para possibilitar que alguém o esfaqueie covardemente pelas costas. Mas tem uma história de vida belíssima, tem um passado que respeito. Porém, infelizmente, legitimou no imaginário popular que todo político é bandido, que todo político é corrupto. Legitimou no imaginário popular algo que, para mim, pessoalmente, é muito mais doloroso, Senador Arthur Virgílio, porque nasci em uma família pobre. O que a elite, de forma preconceituosa, sempre dizia contra pobre?

Que quem nunca comeu mel quando come se lambuza. Sempre estabeleceu esse tipo de máxima para dizer que os despreparados, aqueles que nunca tiveram nada, quando passam a ter se lambuzam. E tudo isso eles acabaram legitimando, assumindo o lixo do luxo, apropriando-se de todas aquelas coisas.

É realmente algo muito triste, mas vamos em frente. Hoje é mais uma sexta-feira com poucos corajosos e resistentes na Casa. E a situação é tão difícil que durante toda a manhã – são 12h54min –, houve denúncias graves de corrupção, denúncias contundentes, e absolutamente ninguém apareceu para fazer a contestação, que seria legítima, necessária, democrática, para defender o Governo. Mas por quê? Porque é tanta a confiança na impunidade, a confiança de que este patrimônio arquitetônico nada mais é, pela sua maioria, do que um anexo medíocre dos interesses do Palácio do Planalto, que não se importam. Como ainda terão pela frente mais quatro meses para todos os dias usar a publicidade oficial, usando o dinheiro público e fazendo propaganda política, realmente não se importam com o significado de questões tão graves de corrupção, de delinqüência de luxo.

Senadora Lúcia Vânia, são tantas coisas deploráveis e putrefatas que essa gente foi capaz de fazer, que desejo, realmente, que a população brasileira, mais cedo ou mais tarde, tenha consciência e conhecimento de todas elas, das mais putrefatas relacionadas com a corrupção, com os crimes contra a administração pública, a outras que vão além do respeito à dignidade humana. Então, mais cedo ou mais tarde, o povo brasileiro terá a oportunidade de saber.

Agradeço a generosidade de V. Ex^a, que, como sempre, na Presidência da Casa tem nos auxiliado para, pelo menos, deixá-la funcionando e dar certo ar de que existe democracia representativa no Brasil, fazendo com que esta Casa se desmoralize menos perante a opinião pública, embora, pela participação promíscua, omissa e pusilânime da maioria, até mereça que a sociedade condene com tanta veemência o Parlamento brasileiro por mais que a generalização seja tão cruel, tão perversa com aqueles que não deixam que qualquer governante de plantão ponha uma etiqueta na sua testa dizendo qual é o seu preço. Quero agradecer a generosidade de V. Ex^a em relação ao tempo.

Durante o discurso da Sra. Heloísa Helena, o Sr. José Agripino, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sr^a. Lúcia Vânia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Com revisão do orador) – Sr^a Presidente, li hoje na coluna respeitada, muito bem-informada, da colunista Sonia Racy, de **O Estado de S. Paulo**, Direto da Fonte, uma notícia que me inquieta. O título é: “Palocci decidiu coordenar a campanha de Lula”.

Em primeiro lugar – V. Ex^a como minha companheira de partido sabe disso –, eu sou daqueles, na Oposição, que evitaram atropelar o Ministro Palocci, por causa de preocupações com o andamento da economia brasileira. Eu me manifestei o tempo inteiro, dando todo os prazos que o Ministro requeria para que não houvesse tumultos nos mercados. Daí eu me sentir cobrantino em relação à atitude que o Ministro possa vir a tomar. Toda a ideologia, todo o conjunto de idéias que me levou a, segundo críticos meus, a poupar o Ministro Palocci foi a preocupação com a economia. Como é que ele sai agora para coordenar uma campanha? Eu não quero acreditar que seja verdadeira essa notícia. Não quero acreditar mesmo! Não posso. Recuso-me a acreditar que seja verdadeira. O Ministro não pode sair. Fica em seu lugar uma figura excelente, tecnicamente muito mais bem equipada que o Ministro Palocci, Murilo Portugal*. Diziam que se Palocci fosse demitido, Murilo Portugal não saberia como lidar com o PT porque ele Portugal não tinha prestígio dentro do PT. Então Murilo Portugal não é a pessoa adequada para substituir Palocci, embora tecnicamente tenha maior capacidade. Isso é o que nos diziam antes.

Eu acedi a esses argumentos e procurei moderar o comportamento das oposições, entrando em desacordo com companheiros da Oposição, do PFL, e companheiros da Oposição, do nosso partido, do PSDB. Eu tinha apoio de alguns e não tinha de outros para a posição que estava tomando. Então, de repente, Murilo Portugal pode ser nomeado sim, já não existe nenhum problema no relacionamento dele com o PT. E, de repente, Palocci larga a majestade do cargo de Ministro da Fazenda, cercado inclusive de boa vontade de setores da Oposição, nos quais me incluo, para virar cabo eleitoral de luxo do Presidente? Realmente o Ministro precisa se pronunciar. A meu ver, taxativamente, são duas coisas que não combinam: dirigir a economia brasileira e ser cabo eleitoral. Não quero o Ministro pregando cartaz pendurado em poste. Se é para ficar, vai ficar dirigindo a economia brasileira, enquanto tiver condições para ficar lá. Se tiver que sair que saia por alguns dos motivos graves que têm sido tão discutidos na CPI dos Bingos, mas não para virar cabo eleitoral, repito.

Portanto, eu que leio diariamente a coluna de Sonia Racy, inclusive há uma pasta no meu gabinete para o que ela escreve, sempre a vi bem informada. Desta vez estou torcendo para ela ter dado uma “barrigada”, porque seria decepcionante, é uma decepção que vai se acumulando após a outra. Sinto-me credor disso, porque dei ao Ministro o que ele pediu para ficar na economia, gerenciando-a, não para virar cabo eleitoral. Imagino que, amanhã, já vou ler Sônia Racy com o Ministro Palocci dizendo, taxativamente, que não é cabo eleitoral de ninguém, que vai ficar na economia

– imagino que será isso. Mas, de qualquer jeito, estou com a pulga atrás da orelha, porque sempre as notas que ela dá terminam se confirmando, pessoa criteriosa que ela se revela no exercício da sua profissão.

Obrigado, Sr^a Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, I, § 2º do Regimento Interno.)

SONIA RACY

Direto da fonte

sonracy@estado.cm.br

Palocci decidiu coordenar a campanha de Lula

●●● Pelo que se apurou ontem, o ministro Antonio Palocci aceitou ser o coordenador da campanha presidencial do presidente Lula. A forma com que essa operação será conduzida, no entanto, ainda está em discussão dentro do governo. Palocci poderá simplesmente deixar o cargo de ministro da Fazenda ou ainda se licenciar, retomando suas atividades no fim de outubro. Os defensores do licenciamento argumentam que essa transição seria menos traumática: não haveria necessidade de Lula escolher um novo ministro, suscitando dúvidas em relação à condução da economia brasileira. O atual secretário da Fazenda Murilo Portugal assumiria interinamente, dando continuidade à atual política econômica de maneira técnica. O que seria positivo em um ano de eleições, por manter a devida tranquilidade pelos mercados financeiros tanto nacionais como internacionais.

●●● Essa costura, porém, se por um lado minimiza a possibilidade de um processo de volatilidade no âmbito da economia, por outro aumenta as chances de problemas no que se refere à política. Caso o governo Lula opte

por manter Palocci estrategicamente no cargo de ministro, essa será a primeira vez na história das eleições brasileiras em que o próprio ministro da Fazenda – ainda que afastado do cargo oficialmente – se transforma no principal articulador de uma campanha presidencial a favor de um presidente da República que está no exercício do cargo. Alguém imagina qual seria a comoção do meio político, principalmente do PT, caso o ex-presidente FHC escolhesse seu ministro Pedro Malan para coordenador da sua campanha à reeleição?

●●● A segunda opção, a de Palocci deixar o cargo permanentemente, esbarra na escolha do seu substituto. O nome mais cotado, o do ministro Paulo Bernardo, tem como ponto a favor a coincidência de idéias com Palocci. Mas tem, como ponto contra, campanhas do ministro do Planejamento no Paraná. Pesam contra Bernardo acusações, não confirmadas, referentes a arrecadações durante eleições promovidas pelo PT no Estado.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, a Sra. Lúcia Vânia, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Heloísa Helena.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia, pelo tempo que entender necessário para o seu pronunciamento.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, em primeiro lugar, Senador Arthur Virgílio, gostaria de testemunhar o que V. Ex^a acaba de falar. Dentro da Bancada, V. Ex^a sempre teve um cuidado enorme com a figura e a pessoa do Ministro Palocci, sempre nos lembrando da importância de mantermos o equilíbrio quando se tratava das questões econômicas. Embora alguns, como V. Ex^a disse, discordassem dessa postura colaborativa por acharem que o Governo não merecia essa atenção, V. Ex^a sempre foi muito forte em defender a presença dele e ser até complacente mesmo em determinados momentos. Quando ele foi citado na CPI, houve um cuidado por parte de V. Ex^a, e outros Partidos da Oposição até o criticaram por isso.

Hoje, para surpresa nossa, a resposta que temos é esta que V. Ex^a coloca aqui: o Ministro Palocci tornando-se cabo eleitoral e, ao mesmo tempo, conduzindo a economia deste País. Acredito, portanto, que V. Ex^a está coberto de razão em se indignar com essa nova postura do Ministro e com este Governo, que não tem a preocupação em conduzir os destinos deste País com isenção e voltado para todos os brasileiros.

V. Ex^a, portanto, merece todos os nossos cumprimentos e a solidariedade da Bancada do PSDB e, acredito, de todos aqueles que querem o bem deste País.

O Senador Arthur Virgílio, o Senador José Agripino e a Senadora Heloísa Helena passaram toda a manhã de hoje fazendo um balanço das atividades do Governo. Eu estava em casa trabalhando e, ao mesmo tempo, assistindo ao debate e pude sentir o quanto é importante que, na sexta-feira, nós realmente possamos fazer um balanço dos acontecimentos da semana, para que a população brasileira saiba o que está se passando à margem do *marketing* exorbitante, do *marketing* descarado mesmo que o Governo tem feito a respeito de todos os programas, principalmente dos programas sociais. Portanto, parabéns V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, bem como os demais Líderes da Oposição que aqui estiveram.

Como bem falou a Senadora Heloísa Helena, passamos a manhã toda criticando e fazendo essa

análise e não tivemos sequer uma contestação dos Partidos da Base do Governo, que se fazem ausentes no dia de hoje – naturalmente estendendo os feriados do Carnaval –, porque estão tranquilos. Basta que a televisão fale das maravilhas deste Governo para que eles se sintam despreocupados em relação ao que está acontecendo.

Mas, Sr^a Presidente, o que me traz hoje a esta tribuna é uma matéria do Jornal **O Globo** – o Senador Arthur Virgílio já até a mencionou aqui, *en passant* – a qual vem com um título que me deixou perplexa: “A fila dos horrores para pedir o Bolsa Família”. Essa situação já está ocorrendo desde segunda-feira, ou seja, há quase cinco dias, em Jaboatão dos Guararapes, na grande Recife. Sua primeira fase mostra de maneira muito clara o que está acontecendo com esse Programa que o Presidente Lula pretende usar como carro-chefe da sua campanha eleitoral.

É deprimente ver este Governo que, no ano passado, colocava os velinhos nas filas do INSS, passando mal, numa situação degradante e humilhante. Não satisfeito com o que aconteceu no passado, hoje expõe para o País a miséria, a pobreza, a humilhação daqueles que sequer têm dinheiro para comprar o leite e o pão de cada dia dos seus filhos.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me um aparte, Senadora?

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Concedo um aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senadora Lúcia Vânia, V. Ex^a é a pessoa mais autorizada nesta Casa para abordar, com segurança, com técnica, com sensibilidade, este tema. Outros podem ter sensibilidade e, talvez, não tenham a sua técnica. Quem sabe alguns possam ter a sua técnica sem reunir as condições de sensibilidade social e política. Mas, veja: para mim, isso acontece precisamente porque a preocupação não é o beneficiário suposto. A preocupação é aumentar o universo dos atendidos com fins eleitorais, senão a organização seria feita de outro jeito. Ou seja, a pressa que o Presidente declara à revista inglesa **The Economist** não ter em relação ao crescimento da economia, ele não a teria para, meramente, num jogo estatístico, aumentar o número de pessoas atendidas. Ele faria tudo bem feito e chegaria, quem sabe, ao número pretendido, em determinado momento, ou não chegaria, mas fazendo bem feita a parte que lhe coubesse. E não tem faltado pesquisa de opinião pública. A pesquisa do Datafolha revelou, já nos desdobramentos das análises sobre a recentíssima amostragem exibida à população, aquela que coloca no segundo turno Lula 48 e Serra 43, algo incrível: quando se toma só o eleitor beneficiado por esses programas – e aí entra

a propaganda, porque esses programas sempre existem –, Lula fica na frente. Quando são eleitores de fora desse programa, Lula fica atrás. Então, qual é o raciocínio deles, que não pensam em outra coisa a não ser em eleição? O raciocínio deles é simples: aumentar o número de pessoas beneficiárias do Programa para crescer eleitoralmente de qualquer jeito. E aí acontece isso que o Jornal **O Globo** denuncia, essa barbaridade, até ameaça de estupro, ou seja, falta de respeito completo pela população carente do País, população, aliás, que, se entendemos bem a cabeça do Presidente Lula, ele quer que seja carente a vida toda. Ele não quer emancipar ninguém. Imagine! Se todo mundo fica emancipado, ele não ganha eleição nenhuma, porque está se vendo que ele perde na outra banda. Evidentemente, ele pretende transformar parte da população numa espécie de clientela eleitoral dele. V. Ex^a faz um pronunciamento que, a meu ver, haverá de desmontar as farsas que estão sendo montadas embaixo da “boa idéia” (entre aspas) que é ampliar programas sociais. É ótimo. Agora, que façam direito e que não percam o objetivo da emancipação dos beneficiários, que não percam o objetivo da educação – ontem, o Senador Cristovam Buarque fez um alentado pronunciamento sobre isso –, que não percam o objetivo de preparar o País e a sua economia por meio de investimentos maciços em educação, começando por essas pessoas tão deserdadas. Meus parabéns a V. Ex^a.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Arthur Virgílio. E afirmo que nós que trabalhamos nessa área ficamos indignados.

Tive a oportunidade, na semana passada, de assistir ao Governo assumir, incorporar um dos mais importantes programas sociais deste País, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, ao Bolsa-Família. Ele foi incorporado e não houve argumento suficientemente forte para o Governo entender que não poderia destruir um trabalho de dez anos, um trabalho de sucesso, para incorporá-lo e aumentar a estatística do Bolsa-Família.

Nós que trabalhamos nessa área sabemos o quanto é duro aceitarmos, porque somos minoria nesta Casa, e termos que ouvir esse *marketing* desarvorado, prejudicial ao desenvolvimento da família brasileira, principalmente da população menos informada, mais pobre, dizendo da importância que este Governo dá à população pobre.

É triste sentirmos isso, Senador Arthur Virgílio. É triste sentir porque tínhamos, no final do Governo passado, sete milhões de crianças no bolsa-escola com a frequência sendo exigida. E esse projeto, juntamente com o Fundef, foi responsável por colocar 95% das crianças na escola. E hoje vemos esse programa sendo

absorvido, sendo incorporado ao bolsa-família em uma situação como essa que citamos anteriormente.

Concedo o aparte ao nobre Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senadora Lúcia Vânia, no fim do ano passado – eu quero lembrar um episódio que remete à minha terra, à minha província, ao meu Amazonas. Eu estava nesta primeira fileira em uma sessão do Congresso – e V. Ex^a estava presente. De repente eu percebi que tungaram do gasoduto Quari-Manaus R\$110 milhões. Eu pedi a palavra com muita tranqüilidade e disse que eu não iria impedir a votação daqueles créditos, porque havia pagamento de pessoal, não sei o quê, não sei o quê e não sei o quê mais. Mas que eu me oporia clara e terminantemente à aprovação do orçamento, no plenário, quando ele chegasse aqui, se, além do destinado para 2006, não devolvessem os R\$110 milhões tungados do gasoduto Quari-Manaus na peça orçamentária agora. Muito bem, se a Senadora passar por Manaus, vai achar que já existe o gasoduto – a propaganda é brutal. Precisa de R\$700 milhões para terminar a obra. A obra mal começou, se é que começou. Então, eu não vou abrir mão desses R\$110 milhões de volta. Isso eu estou avisando com toda a tranqüilidade. Outro dia eu liguei para o Relator, deixei recado para ele e estou aguardando que me devolva. Eu já falei com o Senador Fernando Bezerra, que é um querido colega de Senado. Tenho a solidariedade, sem dúvida nenhuma, do Presidente da Comissão, que é o Senador Gilberto Mestrinho, meu colega de representação. Não quero que ninguém se espante. Qualquer dia vai chegar aqui o Orçamento. Eu vou entrar por aquela porta ali e, quando começar a brincadeira, eu vou pedir verificação de quórum. Se não houver quórum, não aprova. Para ninguém se enganar comigo. Não gosto de enganar ninguém e não quero que ninguém se engane comigo também. Não se enganem comigo, porque isso é exatamente o que vai acontecer. Ah, mas vai ter notícia contra. Não estou preocupado com isso. Ah, vão dizer que você obstaculizou o Orçamento. Não estou preocupado de novo. Estou avisando há um tempão que, ou devolvem os R\$110 milhões de uma obra essencial para o desenvolvimento econômico da minha região e do meu Estado, ou não vou permitir que se aprove o Orçamento na base do senta e levanta. Então, coloquem gente aqui, vençam a minha obstrução e aprove o orçamento. Eles preferem fazer ouvidos moucos, ouvidos de mercador. Ah, depois acontece alguma coisa e a gente não está aqui para cumprir a palavra. Mas eu estarei aqui para cumprir a palavra, sim. Do mesmo jeito quero lembrar a V. Ex^a – e V. Ex^a conta com toda solidariedade do seu Partido e das Oposições – que essa história do

Peti, da destruição do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil tem uma razão mesquinha. É o Governo Lula tentando matar, através da troca do nome, um programa, ainda que exitoso, do Governo passado. É algo pequeno, é algo mesquinho, algo medíocre mesmo. V. Ex^a viu o relator setorial conseguir aprovar essa mudança nefasta na Comissão. Mas isso não passou pelo Plenário. Nós tínhamos dito, V. Ex^a e eu dissemos aqui que nós tampouco concordaremos com a votação do orçamento se isso vingar. Estou pronto para estar aqui impedindo a aprovação do orçamento, se insistirem nesse equívoco, prejudicando 7 milhões de crianças, tirando foco de um programa essencial, apenas porque o Seu Lula quer faturar mais eleitoralmente, juntando mais bolo no Bolsa-Família, apesar de todas as distorções que V. Ex^a denuncia e que o próprio jornal **O Globo** veicula hoje. Portanto, eu não considero a batalha perdida e vou estar aqui cobrando que não façam isso com o Peti e que respeitem as crianças que trabalham inadequadamente. Criança não é para trabalhar, mas para brincar. Quem não é para brincar é Presidente. Presidente é para trabalhar. Esse brinca. Criança é para brincar e não para trabalhar. Vamos acabar com essa inversão de valores no País de uma vez. Estarei aqui. Não podem dizer que não estão ouvindo, não podem dizer que não sabem. Estão avisadíssimos. Aí começa aquela choradeira, aquela história: ah, vamos ver no ano que vem. Não tem ano que vem. No ano que vem, se Deus quiser, eles vão estar fora do Governo. É agora! Ou devolvem os 110 milhões... O Senador Heráclito Fortes diz que não tem não sei o quê essencial do Estado dele, mas eu estou falando muito pelo meu Estado. Ou devolve os 110 milhões, ou não concordarei com a votação. Querem aprovar, coloquem maioria aqui. Se não quiserem, vão perder a parada. Do mesmo jeito, a Bancada do PSDB inteira estará sob a sua orientação, exigindo que não façam isso com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. V. Ex^a nos comandará e nos liderará nessa luta e nós obstaculizaremos a votação do Orçamento sim, se não retrocederem em algo que é uma insensatez. Eles precisam ser avisados de que é uma insensatez. Se é uma insensatez, não poderemos deixar perdurar, até pelo fato básico, acaciano, de que se trata de uma insensatez.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Agradeço, Senador Arthur Virgílio. Quero dizer ao meu Líder que não esperava outra atitude de S. Ex^a que não fosse essa. Acredito que esta Casa, Senador Arthur Virgílio, tem uma responsabilidade muito grande, porque o que estou apontando em relação ao Peti também está sendo apontado pelo Senador Cristovam Buarque em relação ao Bolsa-Escola. Acredito que não podemos,

sob o risco de sermos omissos, deixar que o Governo continue fazendo essa farra com os programas sociais bem sucedidos.

Sr^a Presidente, gostaria de continuar a falar sobre a matéria do jornal **O Globo**. Como diz a repórter Letícia Linz, o programa Bolsa-Família, que “foi criado para melhorar a qualidade de vida das pessoas carentes, está levando os pobres de Jabotão dos Guararapes a um cotidiano de humilhações”.

Mais de 3.000 pessoas têm convivido, desde segunda-feira, com ratos e baratas, Sr^a Presidente, sofrendo ameaças de estupro e de assalto nas filas que ficam no meio do lixo, debaixo do sol e da chuva, para se recadastrar e continuar recebendo o benefício do Governo.

Até mesmo fichas sendo comercializadas entre os beneficiários que não conseguiram um lugar na fila. Tudo isso, para que a Prefeitura de Jabotão dos Guararapes possa recadastrar as famílias conforme a exigência recorde do Governo Lula!

Essa exigência do Governo Lula baseia-se naturalmente em estatística. Ele acha que os programas sociais precisam funcionar na base da estatística: quanto maior o número para comparar com as ações do Governo anterior, melhor a bandeira de campanha. Não importa se pessoas humildes, pobres estão na fila tomando chuva, no meio de ratos, de baratas, do lixo. O que importa é ter número suficiente para mostrar a grandeza deste Governo.

Assim como nesse pequeno Município, o recadastramento está causando problemas em muitas outras cidades do interior do Brasil.

Os Prefeitos se queixam da falta de informação do Ministério do Desenvolvimento Social.

No Estado de Minas Gerais, 58 Prefeituras estão entre as mais atrasadas na atualização cadastral dos beneficiários do Bolsa-Família, com menos de 20% dos dados já enviados ao Ministério.

O trabalho de recadastramento, de acordo com os vários Prefeitos, vem sendo feito desde setembro, mas é muito difícil reunir informações de beneficiários de quatro programas num cadastro só.

É preciso que a sociedade brasileira saiba que durante três anos o Governo ignorou...Passou três anos reclamando do cadastro, passou três anos reclamando dos programas sociais. E, agora, no último ano, ele resolve triplicar a meta dos programas sociais sem preparar nenhuma estrutura que comporte esse acréscimo, como foi feito em relação ao Peti. Durante três anos conseguiu ampliar o Peti em 200 mil vagas. Agora, no último ano, resolve ampliar para 2 milhões de crianças.

Mas não é só isso. O sistema de cadastro da Caixa Econômica federal também, como eu disse aqui, não foi preparado para receber um volume tão grande de acesso que estão sendo repassados pelos Municípios. E esse sistema já está sobrecarregado.

São problemas alheios à população, mas que vão acabar afetando a parte mais frágil, que são exatamente os beneficiários do Bolsa-Família.

A responsável pela gestão do programa, Rosani Cunha, está afirmando que não haverá novos adiantamentos.

Isso significa que aqueles que não forem recadastrados até 31 de março terão seus benefícios bloqueados.

Sr^a Presidente, a incompetência desse Governo fica mais clara a cada dia. E penso que hoje, mais do que nunca, tivemos oportunidade de mostrar, nas diversas áreas, os sinais dessa incompetência e as dificuldades que esse Governo teve durante três anos para gerir a máquina pública, resolvendo, no último ano, gastar tudo o que reprimiu durante três anos, fazendo com que os programas perdessem qualidade, não tivessem um fluxo de recursos normal. E agora resolve mostrar uma estatística artificial, mentirosa. Se compararmos os programas sociais com o recurso que há no Orçamento, as metas não serão alcançadas.

Sr^a Presidente, é preciso que tenhamos uma preocupação muito grande de ligar esta Casa à Comissão de Orçamento, porque lá está sendo cometido um dos mais graves problemas, principalmente na área social.

A Emenda nº 29, da Saúde, está sendo lesada. A tão propalada Farmácia Básica, que vai na contramão do SUS, tem parte do seu recurso retirado para o Bolsa-Família, incluindo o programa na Emenda nº 29. E isso naturalmente não foi aceito pela frente parlamentar.

Há também a desculpa e a falácia de que a jornada ampliada, que é o período contrário àquele em que a criança está na escola, do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, segundo o Governo, teve um aumento. Na verdade, se formos ligar o recurso da jornada ampliada às metas que o Governo quer atingir, veremos que ele está reduzido a um terço do que era.

Portanto, é preciso que tenhamos uma preocupação muito grande de acompanhar as metas que o Governo alardeia que serão cumpridas com o recurso estabelecido no Orçamento deste ano. Pudemos ver o Governo fazer toda uma apologia em relação ao salário mínimo, mas sabemos que, desde o ano passado, ele procede da seguinte maneira: encaminha para o Congresso um projeto de lei – ano passado, estabe-

lecendo o valor de R\$270,00, para podermos buscar receita para se chegar a R\$300,00; e, este ano, de R\$321,00, para que a Comissão de Orçamento busque receita –, para depois dizer que foi ele que conseguiu ampliar o valor real do salário mínimo, desta vez em 13%, quando na verdade quem conseguiu toda essa conquista foram os Parlamentares na Comissão de Orçamento, Parlamentares esses que foram duramente castigados pela imprensa, pela mídia e pelo próprio Governo durante a convocação.

É preciso ainda mostrar a maneira distorcida com que o Governo do Presidente Lula vem tratando outras áreas importantes para justificar seus programas sociais. Como eu disse aqui, a Frente Parlamentar da Saúde já denunciou – e faço questão de me unir aos demais Parlamentares – os desvios dos recursos da saúde para o Bolsa-Família. Houve um compromisso do Relator-Geral de suprir esse recurso, que foi suprido, mas também com um decréscimo para as ações básicas de saúde, as de média e grande complexidade, que teremos que repor durante a discussão aqui neste Parlamento.

A proposta orçamentária do Governo para este ano reduz em R\$5 bilhões o orçamento do Ministério da Saúde em relação a 2004. Além dos R\$2,1 bilhões remanejados para o Bolsa-Família, a que já me referi aqui, e dos R\$296 milhões para o programa das Farmácias Populares, há um déficit de R\$1,2 bilhão que o Governo não devolveu para os cofres da Saúde em 2005. E mais de R\$868 milhões de restos a pagar de 2003 e 2004 que não foram pagos.

Mas nós teremos, Sr^a Presidente, a oportunidade de ver o Partido do Governo se pronunciando durante o Encontro Nacional dos Secretários de Saúde, no Rio de Janeiro, que se fará nos dias 13 e 14 deste mês. O Governo, naturalmente, vai levar para aquele encontro os dados de que dispõe, mas vai encontrar os Secretários de Estado também com os dados reais do orçamento, que vão poder contestar, de forma muito clara, as conquistas ditas e cantadas pela televisão desse Governo, que tem um carinho muito especial pelos pobres. Segundo as palavras de um dos ministros da área social, esse é um Governo que tem paixão pelos pobres.

É preciso, Senadora Heloísa Helena, que tenhamos muita paciência ao ouvir uma frase dessa natureza, nós que militamos na área social.

Muito obrigada, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Os Srs. Senadores Arthur Virgílio e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, li com emoção a matéria da revista **Gracie Magazine**, sobre o que foi “a última luta” do mestre brasileiro do Jiu-Jitsu, Carlson Gracie.

Foi em 1º de fevereiro último, o dia em que o grande lutador, de memoráveis vitórias no mundo inteiro, foi vencido por um adversário implacável, a morte.

Foi vencido. Fora do tatame e, portanto, sem a amargura de uma derrota.

Foi, da vez de cada um, a sua vez. A vez de Carlson, meu mestre e desportista que soube elevar o nome do Brasil no *ranking* mundial.

Foi, como sempre no cenário das lutas, o jogo duro fora dali.

Foi o jogo duro com a morte.

A matéria da revista é mais do que uma notícia ou reportagem. É uma ode a um grande atleta. Uma página de lirismo, que descreve a intimidade dos últimos momentos de Carlson Gracie, uma semana antes de morrer. Foi na noite de quinta-feira, dia 26 de janeiro

deste ano. Seus familiares tentavam tirá-lo do apartamento em Chicago e colocá-lo numa ambulância.

– Deixa quieto, pai – disse-lhe o filho. Eles estão te levando para o Hospital.

– Pro Hospital? Tá bom.

Carlson não perdeu o bom humor e enfrentou com dureza a própria morte. Morreu às 6 hs do dia 1º de fevereiro.

Ao incluir no meu pronunciamento essa comvente descrição, feita pela revista, presto homenagem sincera a Carlson Gracie, um nome que fica perenizado na história do Jiu-Jitsu.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A última luta

Por Luca Atila com colaboração de Marcelo Dunlop e Rafael Quintanilha

Nos momentos derradeiros, mestre mostra bom humor e faz jogo duro com a morte

Bastante debilitado, Carlson faz pega-das nas mangas dos paramédicos.

Eles tentam tirá-lo de seu apartamento em Chicago, EUA, e colocá-lo na ambulância, na noite de quinta-feira, 26 de janeiro. “Deixa quieto, pai, eles estão te levando para o hospital”. Ao ouvir a voz do filho, o mestre fecha os olhos, dá sua balançada típica com a cabeça, e enfim se resigna: “Pro hospital? Tá bom”.

Minutos depois, Carlson entra na emergência do Lincoln Park Hospital, com um histórico de ataques de dores na cabeça e nos rins, e fortes alterações no estado mental. Fica de exames, e diagnosticado, sob o código, uma infecção generalizada no sangue. Não porque uma pedrinha pegou no rim, não porque a pedrinha se deslocou para a bacia, não porque a reação imunológica e o sangue e com ela orgãos a seguir.

O diagnóstico é grave e pelo médico brasileiro Mauro da Gonsalves passaram a levá-lo em um Chinês, após mais de um dia por fortes dores nos rins. O estado é crítico. Mas o lutador pouco a pouco se

recupera, até que no dia 31 de janeiro, da síncope para de morrer. Sua respiração estava sob controle, os batimentos estavam perfeitos e o ritmo cardíaco muito lento. Recuperou a consciência e parece falar normalmente, embora o boquele

do filho Carlson se livra da cama. Ele começou a perturbar todos na cozinha. Brigava com os médicos, gritava, bunda do enfermeiro, a mãe não faz nada. Achou que cada coisa estava ruim, mas ele me deu um abraço e me falou que esse é o último dia que eu vou ver. Estava me abraçando e dizendo: tá bom.

Não era permitida a entrada de ninguém na UTI. Já em um estado crítico, ele olhou para mim e me abraçou. Não queria mais que eu me afastasse e ele queria que eu seguisse dormindo. Sua mãe e irmã chegaram na manhã seguinte e ele abraçou a mãe e o irmão. Não se lembrava de onde ele estava de ver seu pai. Ele já estava morto.

Os 30 dias de fevereiro são o mês do grande mestre brasileiro, dos lutadores, e a revista Gracie Magazine faz a homenagem ao mestre. Em 10 minutos são lidas mais de 10 mil cópias e são distribuídas mais de 10 mil cópias para os Estados Unidos. Já em setembro, quatro mil exemplares da revista geral são distribuídos e todos os artigos são recuperados. Muitos lutadores brasileiros que hoje são mártires do esporte.

(*) Original ilegível fornecido pelo autor..

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as tremendas desigualdades sociais e econômicas, seculares na sociedade brasileira, nos trouxeram uma herança de miséria, fome e violência que nos classifica no rol das nações mais explosivas do ponto de vista social.

O desrespeito aos direitos humanos, a falta de segurança alimentar, o crescimento desordenado e o inchaço das grandes regiões metropolitanas realçam as nossas condições de sociedade injusta, não equitativa, com grande exclusão social.

É impossível continuarmos a trilhar o caminho da desigualdade absurda, o caminho da injustiça, da falta de ética, da banalização da violência e de tudo que contribui para a eclosão de conflitos sociais.

Não podemos garantir o futuro de uma sociedade civilizada sem o predomínio da ética, do interesse público e da responsabilidade social. Precisamos defender os direitos sociais, em detrimento do individualismo, do clientelismo e do corporativismo.

Precisamos construir uma sociedade solidária, uma sociedade mais justa, mais igualitária, sem opressores e sem oprimidos, em que os mais pobres tenham condições reais de acesso ao alimento, à habitação, ao trabalho, à educação, à informação, à saúde e à participação política.

Sem essas condições, o lema Brasil, país do futuro não passa de um sonho inalcançável, de uma utopia ou de uma fábula.

Não é isso o que queremos para nosso País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, queremos um Brasil forte social e economicamente. Queremos um Brasil mais justo, mais fraterno, mais humano, mais solidário, em que ninguém passe fome, em que todos os que aqui nasceram não precisem emigrar em busca de oportunidades em outros países.

Queremos um Brasil que seja a pátria de todos e o local de realização de todas as oportunidades e de construção do futuro para todos os seus filhos e também para aqueles que aqui residem.

A construção de uma sociedade solidária e equitativa requer a adoção de políticas públicas que assegurem os direitos dos mais fracos, dos marginalizados e dos excluídos.

Por tudo isso, queremos enaltecer o trabalho que está sendo realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, cuja missão primordial tem sido criar oportunidades para que as populações rurais alcancem plena cidadania, e para que haja uma verdadeira inclusão social.

Essa revolução pacífica no Brasil rural engloba projetos-piloto de inclusão digital, como aqueles existentes em assentamentos no Estado do Ceará, que garantem a inserção no mundo digital para assentados da reforma agrária.

A erradicação do trabalho escravo no Brasil é outra área em que o MDA vem atuando, com o objetivo

de erradicar esse flagelo que ainda atinge cerca de 25 mil trabalhadores rurais brasileiros, conforme dados da Pastoral da Terra da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

A publicação dos nomes das empresas e pessoas que exploram o trabalho escravo representa uma atitude corajosa com o objetivo de erradicar a chaga do trabalho escravo, que não mais deveria existir em pleno século XXI.

A criação de linhas de crédito específicas para o trabalhador libertado do trabalho escravo, assim como investimentos em capacitação e assistência técnica, representa caminhos para assegurar efetivamente os direitos econômicos e a inclusão social dos trabalhadores rurais.

O programa de implantação de pequenas bibliotecas em comunidades rurais e áreas remanescentes de quilombos representa uma oportunidade educacional e cultural de grande valor para o futuro das crianças, filhas de pequenos produtores rurais.

Um programa de enorme alcance social está sendo preparado pelo MDA. É o Programa Nacional de Educação, elaborado pelos Centros Familiares de Formação por Alternância (Ceffas), o qual tem por objetivo a escolarização de jovens agricultores familiares, para que tenham uma maior qualificação profissional, para que possam realizar um trabalho mais elaborado, obter melhor nível de renda e garantir uma melhor qualidade de vida para suas famílias.

São programas como esses que nos asseguram que o Brasil pode realizar uma revolução pacífica no meio rural, garantindo os direitos econômicos e a inclusão social de todos quantos querem trabalhar no campo, utilizando as melhores técnicas e colhendo os melhores resultados para nossa agricultura e para o nosso Brasil.

Tenho plena convicção de que o Ministério do Desenvolvimento Agrário continuará a colocar em prática um conjunto de políticas capazes de impulsionar o progresso no campo, promover a justiça social, os direitos econômicos e a inclusão social.

Desejo congratular-me com toda a equipe técnica e administrativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário, para que continue a trabalhar pela redução das desigualdades sociais e econômicas e pela construção de um Brasil mais justo e mais solidário.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Ainda havendo muito a tratar, como não há mais oradores inscritos, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Que Deus nos ilumine, possibilitando vergonha na cara e amor no coração à elite político-econômica brasileira.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 26 minutos.)

Ata da 10ª Sessão Não Deliberativa, em 6 de março de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana,
da Sra. Serys Slhessarenko, do Sr. Romeu Tuma e da Sra. Lúcia Vânia*

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício que será lido pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

Ofício nº 23/GP

Brasília, 20 de fevereiro de 2006

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 88, inciso IV, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, encaminho a Vossa Excelência cópia da certidão de julgamento e da decisão proferida pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça sobre o mérito do Projeto de Lei da Câmara nº 18/2006, que dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal e Territórios e revoga as Leis nºs 6.750, de 10 de dezembro de 1979, nº 8.185, de 14 de maio de 1991, nº 8.407, de 10 de janeiro de 1992, e nº 10.801, de 10 de dezembro de 2003.

Atenciosamente, – Ministro **Nelson Jobim**, Presidente do Conselho Nacional de Justiça.

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 93/2005

Relatora: Conselheira Germana de Moraes.

Requerente: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Requerido: Conselho Nacional de Justiça.

Certifico que o Plenário, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

“O Conselho, por unanimidade, em cumprimento ao disposto no art. 88 da Lei nº 11.178/2005 (Lei de Diretrizes Orçamentária), manifestou-se parcialmente favorável

ao Projeto de Lei nº 3.248/2004, que trata da Atualização da Organização Judiciária do Distrito Federal e Territórios, nos termos do voto proferido pela Conselheira Relatora Germana Moraes. Presidiu o julgamento o Excelentíssimo Ministro Nelson Jobim (Presidente). Plenário, 6 de dezembro de 2005”.

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros: Pádua Ribeiro, Vantuil Abdala, Jirair Meguerian, Douglas Rodrigues, Gáudio Godoy, Germana Moraes, Paulo Schmidt, Eduardo Lorenzoni, Ruth Carvalho, Oscar Argollo, Paulo Lôbo, Alexandre de Moraes e Joaquim Falcão.

Ausentes, justificadamente, o Procurador Geral da República, Dr. Antônio Fernando de Sousa, e o Presidente do Conselho Federal da OAB, Dr. Roberto Antônio Busato.

Brasília-DF, 6 de dezembro de 2005. – **Maria Cristina G. Botelho Costa**, Analista Judiciário.

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 93

Requerente: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

Relatório

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios enviou ao Congresso Nacional, em 26-3-2004, proposta legislativa de atualização e modernização da Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal e Territórios (Projeto de Lei nº 3.248/04), prevendo a criação de órgãos judiciais, cargos e funções.

A Comissão Técnica da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, instituída por meio da Portaria nº 336, de 29 de setembro de 2005, opina, quanto aos aspectos orçamentários e vinculados à Lei de Responsabilidade Fiscal, enquadrar-se o projeto aos termos dos incisos da Lei de Diretrizes Orçamentárias, e, quanto ao mérito, manifesta-se, com apoio nos Indicadores Estatísticos do STF 2003, favorável a sua aprovação, desde que seja feita a redução da proposta nos seguintes termos:

Previsto no Projeto de Lei	Proposta da Comissão
3 Circunscrições Judiciárias	3 Circunscrições Judiciárias
97 Varas	41 Varas
Instituto de Formação, Desenvolvimento Profissional e Pesquisa	Instituto de Formação, Desenvolvimento Profissional e Pesquisa
- 1 CJ-3; - 6 CJ-2; - 17 FC-03; - 16 FC-02.	- 15 Analistas Judiciários; - 25 Técnicos Judiciários; - 1 CJ-3; - 2 CJ-2; - 7 FC-03; - 7 FC-02
Programa de Modernização e Aperfeiçoamento da Justiça do Distrito Federal e Territórios	Programa de Modernização e Aperfeiçoamento da Justiça do Distrito Federal e Territórios
- 1 CJ-3; - 2 FC-5; - 2 FC-3.	- 2 Analistas Judiciários; - 3 Técnicos Judiciários; - 1 FC-05; - 1 FC-3;
5 cargos de Desembargador	0
101 cargos de Juiz de Direito	45 cargos de Juiz de Direito
82 cargos de Juiz de Direito Substituto	36 cargos de Juiz de Direito Substituto

Cargos e Funções	PL	Proposta
Analista Judiciário	1.415	721
Técnico Judiciário	2.415	1.227
Subtotal	3.830	
CJ-3	160	84
CJ-2	68	02
FC-05	469	167
FC-04	23	0
FC-03	415	117
FC-02	218	07
FC-01	195	109
Subtotal	1.548	
TOTAL GERAL	5.378	

OTJDFT prevê a implantação gradual das varas e dos cargos em 10 anos e apresenta cronograma para esse período, bem como estimativa de despesas, justificando a iniciativa com o grave problema de falta de recursos humanos.

O projeto está fundamentado na litigiosidade do país, no crescimento populacional e conseqüente aumento da demanda judicial e na relação de magistrados por 100 mil habitantes.

A Secretaria deste Conselho Nacional de Justiça manifesta-se de acordo com o Parecer do Grupo Técnico.

O TJDF, por sua Presidência e a Associação dos Magistrados do Distrito Federal e dos Territórios apresentaram, no dia 22-11-2005, em reunião, no CNJ, de seus técnicos com a Comissão Técnica da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, em que compareci, considerações escritas contra as “severas reduções em todas as propostas”. Insurge-se contra o uso do relatório “Justiça em Números 2003”, opõe-se contra as projeções da demanda judicial feitas pela Comissão, destacando as singularidades do Distrito Federal, como “a presença de significativo contingente migratório e a maior taxa geométrica de crescimento anual das regiões metropolitanas do Brasil”.

São os seguintes em síntese, os argumentos técnicos são do TJDF:

1. A projeção de demanda do CNJ para 2012 já se alcançou em 2005.

2. Não foram levados em conta pela Comissão os Indicadores de casos novos por 100.000 habitantes (2º maior) no 1º grau e no 2º grau e casos novos por magistrados.

3. Com a desmembração de novas Circunscrições, apenas em um breve momento, registra-se a diminuição do número de demandas novas: retoma-se rapidamente, em seguida, o crescimento da demanda judicial a justificar a criação de novas varas.

A Comissão Técnica, atendendo à diligência, manifesta-se sobre aquelas considerações, com base na comparação dos dados de 2003 com os resultados dos indicadores estatísticos preliminares da “Justiça em Números de 2004”, concluindo que “a despeito de os registros estatísticos de 2004 ainda não estarem validados por todos os órgãos informantes, os resultados preliminares não invalidam as proposições antes consignadas” em seu relatório.

Após reuniões com Juízes do TJDF, o Conselho da Magistratura do TJDF apresentou as sugestões no sentido de reduzir em média 25% (vinte cinco por cento) e não 60%(sessenta por cento), conforme

propusera a Comissão Técnica, de cargos de magistrados de 10 grau, servidores, cargos em comissão, funções e varas, seguindo-se a recomendação de redução do período de implantação para 5 (cinco) anos (ver tabela anexa).

Voto

A Comissão, tendo em vista a competência constitucional do requerente, após cotejar os indicadores estatísticos do TJDF com os resultados dos demais órgãos da Justiça Estadual constantes do Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário – 2003 apresentou as seguintes conclusões:

a) concordou com as propostas de criação de 3 novas circunscrições, bem como do Instituto de Formação, Desenvolvimento e Pesquisa e do Programa de Modernização, aperfeiçoamento da Justiça do Distrito Federal e Territórios, esses últimos com quadros funcionais próprios;

b) entendeu, porém, pela desnecessidade de criação de mais cinco cargos de Desembargador;

c) sugeriu a diminuição do número de Varas e da quantidade de vagas para juízes titulares e juízes substitutos, bem como pela redução de cargos efetivos e de cargos em comissão e de funções comissionados;

d) recomendou a redução de cargos efetivos e de cargos em comissão e de funções comissionados, pronunciando-se pela desnecessidade de criação de cargos efetivos na Secretaria e na Corregedoria.

Suas conclusões estão criteriosa e objetivamente justificadas, conforme se infere da análise comparativa dos indicadores estatísticos (Justiça em Números 2003) do TJDF com as demais unidades judiciárias estatais, a qual serviu de fundamento à proposta:

“ – é elevado o índice de magistrados por 100 mil habitantes (11,23) em relação à média nacional da Justiça Estadual, bem como se comparado à média nacional da Justiça do País (7,7) e à média internacional (7,3);

– a relação de pessoal auxiliar por 100 mil habitantes também é bastante superior à média nacional;

– a despesa por 100 mil habitantes é a maior de toda a justiça estadual (R\$286,96 contra R\$60,73 da média nacional);

– a demanda judicial por magistrados é superior à média nacional nos dois graus de jurisdição;

– a carga de trabalho por magistrado no 2º grau e nos Juizados Especiais está bem abaixo da média nacional e no 1º grau apresenta-se acima da média nacional;

– a taxa de congestionamento apresenta índice inferior à média nacional nos dois graus de jurisdição e nos Juizados Especiais;

– a taxa de recorribilidade externa no 2º grau é superior à média nacional e no 1º grau e nos Juizados Especiais está bem abaixo da média nacional;

– a taxa de recorribilidade interna no 2º grau apresenta-se bem acima da média nacional.”

Adoto, não obstante, a nova proposta do TJDFT pelas seguintes regras:

1) quanto aos cargos de desembargador:

A Comissão considerando a evolução populacional e a demanda judicial projetadas para 2002/012, chegou à conclusão que haveria necessidade, considerado esse fator isolado, de criar 3 cargos de desembargador.

Afastou-se desse entendimento por entender ser a demanda judicial alimentada pelas altas taxas de recorribilidade, recomendando ações no sentido de diminuí-las.

No entanto, há de considerar-se dois importantes fatores: o aumento da demanda do 2º grau com a instalação das varas pendentes (38) e o provimento dos cargos vagos (58 juizes de direito e 59 juizes substitutos). Segundo, o aumento da demanda do Tribunal ocasionado pela criação de mais 41 varas a serem criadas e o provimento de cargos de juizes (58 juizes de direito e 36 de juiz substituto). No total, prevê-se a instalação de mais 79 varas e de 211 cargos de juizes de direito e juizes substitutos.

O resultado preliminar do relatório “Justiça em Números 2004” aponta o aumento (de 15,05%) da taxa de congestionamento de 2º grau: de 32,16% para 47,21%.

Existem 178 cargos de Juiz de Direito e 145 cargos de juizes substitutos (323). O A Comissão propõe sejam criados mais 45 cargos de Juiz de Direito e mais 36 cargos de Juiz substituto (81), o que representa um aumento percentual, respectivamente, de 25,28% e de 24,82% (25,07%).

As projeções da evolução populacional e do aumento da demanda somadas ao aumento de 25,07% do número de magistrados nos levam a concluir que as políticas conducentes à diminuição das taxas de recorribilidades se aplicadas isoladamente sem o cor-

respondente aumento do quadro de Desembargadores não surtirão o pretendido efeito de atender à demanda judicial projetada, representando riscos de aumentar mais ainda a taxa de congestionamento do 2º grau, que subiu de 32,16% em 2003 para 47,21% em 2004.

Relevante o argumento do TJDFT, segundo o qual “se desconsiderada a proposta do TJDFT (5 novos cargos de desembargadores) e acolhida a sugestão inicial da Comissão do CNJ (3 novos cargos de desembargadores, restaria inviabilizada a criação de nova turma julgadora, haja vista que a composição definida em lei é de 04 (quatro desembargadores) e reacenderia a polêmica em torno da proporcionalidade do quinto constitucional.”

Por estas razões, entendo necessária a criação de mais 5 (cinco) novos cargos de desembargadores, conforme proposta original do TJDFT.

2) quanto à criação das 3 (três) Circunscrições:

Opina a Comissão favoravelmente reconhecendo que a proposta do TJDFT “alcança o objetivo de propiciar uma melhor distribuição dos serviços judiciários, bem como permitir maior acesso da população à justiça.”

3) quanto à criação do Instituto de Formação, Desenvolvimento Profissional e Pesquisa:

A Comissão limita-se a sugerir a alocação dos cargos e funções de servidores, de modo a evitar que a cada função comissionada corresponda um cargo efetivo, mantendo a proporcionalidade do TJDFT de 2,31 cargos efetivos/FC+CJ.

4) quanto à criação do Programa de Modernização de Aperfeiçoamento da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios:

A Comissão justifica a necessidade de uma estrutura própria para o órgão, tendo em vista que sendo seu objetivo “analisar os projetos a serem contemplados no programa”, sua criação “vem ao encontro das idéias de modernização do Poder Judiciário”.

5) quanto a diminuição do número de varas de 97 para 41, aplica-se a redução de 25% (vinte e cinco por cento) da proposta do TJDFT, ao invés de 60% (sessenta por cento), conforme acenara a Comissão (reduzindo de 97 para 73 varas) pelos seguintes motivos:

1º A taxa de casos novos por 100.000 habitantes no Distrito Federal é a 2a (segunda) maior da Justiça Estadual no país;

2º Está demonstrado que o desmembramento das circunscrições, embora ocasionasse em reflexo momentâneo no crescimento da demanda, logo em seguida é retomada a linha ascendente.

6) quanto ao número de juízes titulares e substitutos, recomendo a proposta de criação de cargos de Juízes de Direito e de Juízes Substitutos, proporcional ao aumento de 73 (setenta e três) varas, além de 4 (quatro) cargos de Juízes de Direito das Varas criadas e não instaladas, totalizando a criação de 77 (setenta e sete) cargos de Juizes de Direito.

7) quanto à redução de cargos de Analista Judiciário e de cargos de Técnico Judiciário, igualmente, reduziu-se em $\frac{1}{4}$ (um quarto) a proposta original, con-

siderada a criação de mais 5 (cinco) cargos de desembargadores e de 73 (setenta e três) varas.

8) quanto à redução cargos em comissão e funções comissionadas, opera-se a redução de 25% das propostas.

Finalmente, tendo em vista que a projeção da demanda feita pelo CNJ para 2012, segundo dados do TJDFT já se realizou em 2005, recomenda-se que a implantação do Projeto de Lei ocorra no prazo de 5 (cinco) anos.

Voto, pois, pela recomendação da aprovação da nova proposta apresentada pelo TJDFT, e objeto do ofício encaminhado pela Presidência do TJDFT, datada de 5-12-2005, conforme tabelas anexas.

Brasília, 29 de novembro de 2005. – Conselheira **Germana Moraes** Relatora.

QUADRO GERAL CARGOS EFETIVOS				
Descrição	Proposta PL	Nova proposta	Redução	Percentual
Desembargador	5	5	0	0,00%
Juiz de Direito	101	77	24	23,76%
Juiz de Direito Substituto	82	62	20	24,39%
Analista Judiciário	1415	1050	365	25,80%
Técnico Judiciário	2415	1760	655	27,12%
Total	4018	2954	1064	26,48%

QUADRO GERAL CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES COMISSIONADAS				
Descrição	Proposta PL	Nova proposta	Redução	Percentual
CJ-04	0	0	0	0,00%
CJ-03	160	111	49	30,63%
CJ-02	68	67	1	1,47%
FC-05	469	375	94	20,04%
FC-04	23	23	0	0,00%
FC-03	415	308	107	25,78%
FC-02	218	135	83	38,07%
FC-01	195	141	54	27,69%
TOTAL	1548	1160	388	25,06%

Estudo para reduções de cargos efetivos, funções comissionadas e cargos em comissão do PL

73 novas varas propostas no Projeto de Lei

Descrição	Proposta PL	Nova proposta	Redução	Percentual
Juiz de Direito	97	73	24	24,74%
Juiz de Direito Substituto	82	62	20	24,39%
Analista Judiciário	485	365	120	24,74%
Técnico Judiciário	970	730	240	24,74%
Total	1634	1230	404	24,72%

29 varas já criadas e não instaladas

Descrição	Proposta PL	Nova proposta	Redução	Percentual
Juiz de Direito	4	4	0	0,00%
Juiz de Direito Substituto	0	0	0	0,00%
Analista Judiciário	145	0	145	100,00%
Técnico Judiciário	290	0	290	100,00%
Total	439	4	435	99,09%

152 varas já instaladas

Descrição	Proposta PL	Nova proposta	Redução	Percentual
Desembargador	0	0	0	0,00%
Juiz de Direito	0	0	0	0,00%
Juiz de Direito Substituto	0	0	0	0,00%
Analista Judiciário	285	285	0	0,00%
Técnico Judiciário	550	550	0	0,00%
Total	835	835	0	0,00%

2º Grau de Jurisdição - Gabinete de Desembargadores				
Descrição	Proposta PL	Nova proposta	Redução	Percentual
Desembargador	5	5	0	0,00%
Analista Judiciário	35	35	0	0,00%
Técnico Judiciário	60	60	0	0,00%
Total	100	100	0	0,00%

Demais áreas: Administrativa, Serviços Gerais e Apoio Especializado				
Descrição	Proposta PL	Nova proposta	Redução	Percentual
Analista Judiciário	200	150	50	25,00%
Técnico Judiciário	300	225	75	25,00%
Total	500	375	125	25,00%

Apoio ao 1º Grau de Jurisdição (Diretorias de Foruns, Contadorias, Partidorias, Distribuições, Psicossocial, Depósitos Públicos,				
Descrição	Proposta PL	Nova proposta	Redução	Percentual
Analista Judiciário	200	150	50	25,00%
Técnico Judiciário	200	150	50	25,00%
Total	400	300	100	25,00%

Apoio ao 2º Grau de Jurisdição (Câmaras, Turmas e Secretaria Judiciária, Doutrina e Jurisprudência)				
Descrição	Proposta PL	Nova proposta	Redução	Percentual
Analista Judiciário	65	65	0	0,00%
Técnico Judiciário	45	45	0	0,00%
Total	110	110	0	0,00%

Adequação do Quantitativo de Varas à proposta de redução de 25%.

1. Reduzir a proposta do TJDF em cada circunscrição não desmembrada em 1/4

CIRCUNSCRIÇÃO	COMISSÃO	TJDF	VOTO I
DF	13	20	20
Brazlândia	1	2	2
Planaltina	4	8	5
Sobradinho	5	9	6
Núcleo Bandeirante	6	12	9
São Sebastião	6	6	6
Riacho Fundo	6	6	6
TOTAL	41	63	54

2. Reduzir a proposta do TJDF em cada circunscrição desmembrada 1/4.

CIRCUNSCRIÇÃO	COMISSÃO	TJDF	VOTO I
Esp. Brasília	0	19	13
Gama	0	5	3
Paranoá	0	4	3
TOTAL	0	28	19

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O ofício que acaba de ser lido, juntado ao processado ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2006, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A Presidência determina a republicação dos avulsos ao referido projeto, a fim de constar o expediente do Conselho Nacional de Justiça.

Sobre a mesa, aviso que será lido pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

Aviso nº 203 – C. Civil

Em, 3 de março de 2006

Assunto: Endividamento da Refinada Alberto Pasqualini – REFAP S.A.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria cópia do Aviso nº 28/GM/MME, do Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, no qual solicita sejam feitas correções na proposta de elevação temporária do limite de endividamento da Refinaria Alberto Pasqualini – REFAP S.A., que lhe permita concretizar operação de empréstimo junto ao

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, submetido à apreciação dessa Casa por meio da Mensagem nº 73, de 7 de fevereiro de 2006.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff** Ministra de Estado-Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

Aviso nº 28/GM/MME

Brasília, 20 de fevereiro de 2006

Assunto: Refinaria Alberto Pasqualini – REFAP S.A.

Senhora Ministra,

1. Faço referência à EM nº 00003/MME, de 28 de janeiro de 2006, para encaminhar a Vossa Excelência o expediente GAPRE – 070/2006, de 20 de fevereiro de 2006, da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, e a Carta AIE/DEGAP nº 14/06, de 15 de fevereiro de 2006, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES que altera o valor do crédito e das condições básicas do financiamento para o projeto de ampliação e modernização da Refinaria Alberto Pasqualini – REFAP S.A.

2. Sobre o assunto, o BNDES informa que o valor do crédito é até o valor de R\$884.000.000,00 (oitocen-

tos e oitenta e quatro milhões de reais), com prazo total de 102 (cento e dois) meses, sendo 6 (seis) meses de carência e 96 (noventa e seis) meses de amortização. Além disso, sobre 90% (noventa por cento) do valor do financiamento incidirá a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, acrescida de 4% (quatro por cento) ao ano, e sobre os demais 10% (dez por cento) incidirá o custo da cesta de moedas do BNDES acrescido de 2,5% (dois e meio por cento) ao ano.

3. Assim sendo, muito agradecerá a gentileza de que na mensagem nº 73, de 7 de fevereiro de 2006, enviada ao Senado Federal e publicada no **Diário Oficial** da União de 8 de fevereiro de 2006, sejam feitas as devidas correções para apreciação dos Excelentíssimos Senhores Senadores.

Atenciosamente, – **Silas Rondeau Cavalcante Silva**, Ministro de Estado de Minas e Energia.

GAPRE – Nº 70/2006

Brasília, 20 de fevereiro de 2008

Ilmo. Sr.

José Antônio Correa Coimbra

Chefe de Gabinete do

Ministro de Estado de Minas e Energia

Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”

Brasília – DF

Senhor Chefe de Gabinete,

Atendendo solicitação da Alberto Pasqualini Refap S.A. (REFAP), encaminhamos-lhe, em anexo a correspondência “Carta AIE/DEGAP nº 14/06”, que define as novas condições do BNDES para a possível contratação com a Refap no exercício de 2006.

Esta correspondência substitui a correspondência anterior “Carta AIE/OEGAP nº 99/05”, integrante da Mensagem encaminhada pelo Exmº Sr. Presidente da República ao Senado Federal visando a obtenção para a Refap do “Limite de Endividamento” (Resolução 96/89 do Senado Federal), que autorizará a respectiva captação de recursos.

O Senador Ney Suassuna, Relator do respectivo processo na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado Federal, já está informado desta alteração das condições de contratação do BNDES e aguarda a formalização do encaminhamento da respectiva correspondência para a conclusão do seu Relato. Frise-se que as condições de contratação integram a autorização a ser obtida no Senado Federal.

Solicitamos, então, que esse Ministério encaminhe esta correspondência à Casa Civil, visando o seu envio para o Senado Federal.

Agradecendo pelas suas providências, subscrevemo-nos,

Atenciosamente, – **Rogério Gonçalves Mattos**,
Chefe de Gabinete.

Carta AIE/DEGAP nº 14/06

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2006

A

Alberto Pasqualini – REFAP S.A.

Av. Getúlio Vargas, 11.001 – Bairro São José

Canoas – RS

CEP 92.420-221

A/C Sr. Vicente José Rauber – Diretor Financeiro e Administrativo

Ref.: Projeto de Ampliação e Modernização da REFAP

Prezado Senhor,

Vimos através desta informar as condições básicas propostas para a colaboração financeira do BNDES ao projeto de ampliação e modernização da REFAP;

I) Valor do crédito de até R\$884 milhões;

II) Prazo total de 102 meses, sendo 6 de carência e 96 de amortização;

III) Taxa de Juros:

- em 90% do valor do crédito incidirá a TJLP acrescida de 4,0% ao ano; e
- em 10% do valor do crédito incidirá o custo da Cesta de Moedas(1) do BNDES acrescido de 2,5% ao ano.

Ressalvamos que as condições apresentadas são indicativas, podendo sofrer ajustes de acordo com as normas e políticas operacionais do BNDES.

Atenciosamente, – **Cláudia Pimentel T. Prates**,
Chefe de Departamento Área de Infra-Estrutura do BNDES, Departamento de Gás, Petróleo e Fontes Alternativas de Energia.

MENSAGEM Nº 73

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso VII da Constituição, e da Resolução nº 96, de 15 de dezembro de 1989, dessa Casa Legislativa, encaminho as Vossas Excelências proposta para que seja autorizada a elevação temporária do limite de endividamento da Refinaria Alberto Pasqualini – REFAP S.A., para até R\$900.000.000,00 (novecentos milhões de reais), de maneira a lhe permitir concretizar a operação de empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia.

Brasília, 7 de fevereiro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 3/MME

Brasília, 28 de janeiro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Submeto à elevada apreciação de Vossa Excelência o pleito da Refinaria Alberto Pasqualini – Refap S.A. para o aumento de sua capacidade de endividamento, com base no permissivo contido no artigo 96, da Resolução nº 96, de 15 de dezembro de 1989, do Senado Federal, Casa à qual solicito o encaminhamento deste pedido para a necessária manifestação e aprovação.

2. O atendimento à crescente demanda do país por combustíveis derivados de petróleo vem exigindo das refinarias nacionais a implantação de melhorias em seus processos produtivos, por meio de investimentos em seus parques industriais, introduzindo modificações nas plantas existentes e implantando novas unidades de processamento.

3. Nesse escopo, a Refinaria Alberto Pasqualini – Refap S.A., empresa constituída em 21 de novembro de 2000, em conseqüência direta do acordo de troca de ativos negociado entre a Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS e a Repsol YPF do Brasil S.A., vem realizando ampliação e modernização de seu parque industrial, prevendo a ampliação de sua capacidade de refino de 20 mil para 30 mil m³/dia, além de possibilitar o aumento da participação de petróleo nacional no elenco das matérias-primas utilizadas pela refinaria.

4. O investimento total é de R\$3.205.000.000,00 (três bilhões e duzentos e cinco milhões de reais), dos quais R\$900.000.000,00 (novecentos milhões de reais) – menos de 30% -vem sendo negociados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social -BNDES, com prazo total de 108 (cento e oito) meses, sendo 12 (doze) meses de carência e 96 (noventa e seis) meses de amortização. No tocante a 85% do valor do crédito incidirá a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP acrescida de 4% ao ano e sobre os 15% restantes incidirá o custo da cesta de moedas do BNDES igualmente acrescido de 4% ao ano.

5. Até o momento, os recursos necessários para o desenvolvimento do projeto têm sido oriundos da Petrobras e da geração de caixa operacional da própria Refap, sendo que a utilização das disponibilidades do referido caixa é uma alternativa limitada, em seu montante, pelo próprio volume das operações de curto prazo, viável apenas transitoriamente até que sejam equacionadas as linhas de crédito de longo prazo para o projeto.

6. Para a Refap, esta é praticamente a única possibilidade de obtenção de empréstimos, no mercado financeiro brasileiro, que se destinem a viabilizar o empreendimento, principalmente ao considerar-se que as condições do empréstimo a ser contratado se coadunam com as possibilidades de pagamento da Refap.

7. Dessa forma, faz-se necessário habilitar a Refap a contrair dívidas de longo prazo, ou seja, permitir-lhe possuir seu limite de endividamento próprio, o que a deixará apta a negociar junto ao BNDES.

8. Tal possibilidade de endividamento respalda-se, legalmente, na Resolução SF nº 96/1989, que dispõe sobre limites globais para as operações de crédito externo e interno da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal e estabelece limites e condições para a concessão da garantia da União em operações para a concessão de crédito externo e interno. Em seu art. 99, a Resolução SF nº 96/89 admite, em casos excepcionais e devidamente justificados, que a União pleiteie a elevação temporária dos limites de operações de crédito de natureza financeira.

9. Por oportuno, cabe esclarecer que, inicialmente, a solicitação de elevação dos limites de endividamento da Refap S.A. foi submetida à apreciação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF, a qual não se opôs ao encaminhamento do pleito ao Senado Federal, ressaltando apenas a necessidade de oportuna adequação ao Plano Plurianual da União. Posteriormente, o mesmo pleito foi submetido à apreciação da Casa Civil da Presidência da República que, da mesma forma, informou não haver nada a opor em relação ao assunto, solicitando apenas que fosse formalizada a solicitação da Refap S.A. por meio de Exposição de Motivos à Presidência da República. É importante acrescentar que a documentação necessária à continuidade do ora solicitado, nos termos do citado artigo 99, segue anexa à presente.

10. Nesse sentido, encaminho o assunto para a superior deliberação de Vossa Excelência quanto à pertinência do respectivo envio ao Senado Federal, nos termos do art. 92 da Resolução SF nº 96/1989, para a competente apreciação do pleito da Refap S.A. de elevação temporária de seu limite de endividamento para até R\$900.000.000,00 (novecentos milhões de reais), de maneira a lhe permitir fechar a operação de empréstimo junto ao BNDES.

Respeitosamente. – **Silas Rondeau Cavalcante Silva.**

Nota nº 2472 2005/GERFI/COREF/STN

Em 19 de dezembro de 2005.

Assunto: Refinaria Alberto Pasqualini – REFAP S/A. Operação de crédito interno, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, sem a garantia da União, no valor de até R\$900.000.000,00. Recursos destinados a investimentos no parque industrial. Elevação temporária de limites de endividamento do Senado Federal. Análise da situação financeira.

Senhor Coordenador Geral,

Trata a presente Nota de manifestação desta Secretaria acerca da situação econômico-financeira da Refinaria Alberto Pasqualini – REFAP com vistas a subsidiar pedido de autorização do Senado Federal para ampliação dos limites de endividamento da empresa, nos termos do art. 9º da Resolução SF nº 96, de 15.12.1989. O propósito da elevação é permitir que a empresa contrate operação de crédito, no valor de até R\$900.000.000,00 (novecentos milhões de reais), sem a garantia da União, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para investimentos no parque industrial.

2. Inicialmente, cabe informar que o interessado, mediante Ofício nº 1190/2005-SE/MME, de 20.9.2005 (em anexo), informou que os citados investimentos têm como objetivo atender à crescente demanda de combustíveis derivados de petróleo na sua área de atuação, adequar a sua produção às especificações da Agência Nacional do Petróleo – ANP e do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, bem como implementar melhorias em seu processo produtivo.

3. O projeto de ampliação, que já vem sendo realizado pela REFAP, permitirá o aumento da capacidade instalada de refino de petróleo e produção de derivados em 10 mil metros cúbicos diários, além de possibilitar o aumento da participação de petróleos nacionais nas matérias-primas utilizadas, que passará a processar majoritariamente óleos de origem nacional o que evitará a importação de até 6,02 milhões de metros cúbicos ao ano representando, assim, uma economia na remessa de divisas ao exterior equivalente a US\$2 bilhões.

4. Ademais, cabe destacar que o investimento total do projeto está estimado em R\$3,205 bilhões, dos quais cerca de R\$2,1 bilhões serão aportados pela PETROBRÁS e por

receitas próprias da REFAP e R\$900,00 milhões serão financiados pelo BNDES nas seguintes condições:

Valor do Crédito:	R\$900,00 milhões;
Carência:	12 meses;
Amortização:	Em 96 parcelas mensais;
Taxa de Juros:	– Em 85% do valor do crédito incidirá TJLP acrescida de 4% a.a.; e – Nos 15% restantes do valor do crédito incidirá o custo da Cesta de Moedas do BNDES, acrescido de 4% ao ano;
Prazo validade da proposta:	Até 31.12.2005

5. De acordo com informações encaminhadas pela empresa, não existe, no momento, margem nos demais limites de endividamento, fixados nos incisos I e II do art. 7º, da Resolução do Senado Federal nº 96/1989. Os mencionados limites têm como referência: a) o dispêndio anual da dívida, b) 10% do ativo permanente e c) 10% do patrimônio líquido.

6. A Resolução SF nº 96/1989, em seu art. 9º dispõe que: "*Em caso excepcional, devidamente justificado, a União poderá pleitear a elevação temporária dos limites fixados nos arts. 3º, 4º e 7º desta Resolução*". Ademais, determina que os mencionados pedidos sejam instruídos com os seguintes documentos/informações: a) lei autorizativa; b) informações sobre a situação financeira do requerente; e c) descrição das características da operação: prazo, taxas de juros, encargo e cronograma financeiro".

7. É entendimento deste Ministério da Fazenda que os pedidos de ampliação dos referidos limites devem ser encaminhados ao Senado Federal pela Pasta a que a empresa está vinculada, no caso o Ministério de Minas e Energia. Com vistas a subsidiar o pleito em questão, cumpre examinar os aspectos discriminados abaixo, lembrando que, no caso de empresa estatal, não cabe o envio de lei autorizativa para contratação de operação de crédito. ...

Capacidade de Pagamento

8. Análise realizada por esta Coordenação-Geral concluiu que a REFAP possui condições de suportar a operação de crédito pleiteada, apesar de indicar um grau relativamente alto de alavancagem financeira. Devem ser destacadas as seguintes informações relevantes:

- O fluxo de caixa projetado prevê o pagamento de empréstimos/debêntures em 2005, no valor de R\$614,00 milhões, além de investimentos do imobilizado no montante de R\$1,05 bilhão. Como contrapartida, verifica-se a expectativa da aprovação da operação ora em exame, que aportaria R\$900,00 milhões no caixa da empresa, como empréstimos tomados a longo prazo;

- b) Com a operação, o índice de endividamento geral da REFAP passará para 0,73, o que significa que apenas 27% do ativo total da empresa seria financiado por recursos próprios;
- c) As dívidas, no momento, resumem-se a operações de mútuo com os próprios acionistas, fato que reduz significativamente o risco de execução da dívida em caso de dificuldades financeiras, tendo como alternativa para os sócios, nessa hipótese, a possibilidade de conversão em capital;
- d) Os acionistas Petrobrás (por meio da Downstream Participações Ltda) e Repsol YPF possuem, em nova avaliação, condições de oferecer suporte financeiro, inclusive por aumento de capital, caso necessário, uma vez que também têm interesses na empresa na condição de fornecedores e de clientes;
- e) Segundo informações da empresa, os recursos serão direcionados para o pagamento de operações de mútuos, substituindo dívidas de curto prazo por dívidas de longo prazo; e
- f) O retorno dos investimentos é superior ao custo das operações de mútuos ou do financiamento.

Inclusão no PPA

9. A Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SPI/MP comunicou, por meio do Ofício nº 158/2005, de 3.10.2005 (em anexo), que os investimentos financiados pela referida operação encontram-se previstos no Plano Plurianual 2004/2007, na ação 5085 – Modernização e Adequação dos Sistemas de Produção da Refinaria Alberto Pasqualini, no montante total de R\$3.556.393.536,00, restando, apenas, R\$285.104.655,00 para o período restante do PPA 2004/2007.

10. Importa mencionar, entretanto, que foi encaminhado ao Congresso Nacional Projeto de Lei de revisão do PPA em que está prevista ampliação dos valores da ação referente à REFAP, para o período restante do PPA, ou seja, 2005/2007, no montante de US\$1.381,436 milhões. Assim sendo, entendemos que, aprovado o crédito suplementar pelo Congresso Nacional e alterada a Lei do PPA, os investimentos estarão plenamente amparados no Plano Plurianual 2004/2007.


Previsão Orçamentária

11. Por sua vez, o Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – DEST/MP informou que a operação em tela está prevista no Programa de Dispêndios Globais para o exercício de 2005.

Conclusão


12. Diante do exposto, nada temos a opor ao encaminhamento ao Senado Federal de solicitação de elevação dos limites de endividamento da REFAP S/A, nos termos do art. 9º da Resolução SF nº 96/89, lembrando a necessidade de oportuna adequação do Plano Plurianual da União.

À consideração superior, sugerindo o envio de ofício ao interessado na forma anexa.



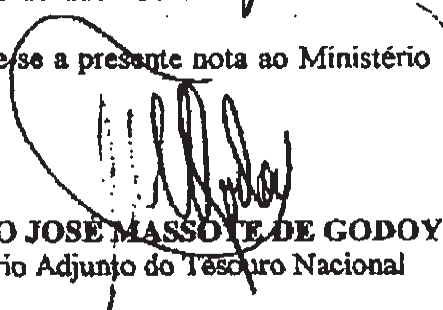
EDUARDO LUIZ GAUDARD
Gerente da COREF/STN

De acordo. À consideração do Senhor Secretário-Adjunto do Tesouro Nacional.



EDUARDO COUTINHO GUERRA
Coordenador-Geral da COREF

De acordo. Encaminhe-se a presente nota ao Ministério de Minas e Energia, para encaminhamento ao Senado Federal.



TARCISIO JOSÉ MASSOTE DE GODOY
Secretário Adjunto do Tesouro Nacional

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O aviso que acaba de ser lido, juntado ao processamento da Mensagem nº 84, de 2006, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

A Presidência determina a republicação dos avulsos da referida Mensagem, a fim de constar o Aviso da Ministra de Estado, Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessa-renko.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 225, DE 2006

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno, seja aprovado Voto de Lembrança pelo transcurso do quinto ano de falecimento do ex-Governador, ex-Senador, ex-Deputado Federal e ex-Prefeito Mário Covas, ocorrido no dia 6 de março de 2001.

Requeiro ainda, de acordo com o Regimento Interno, que esta manifestação do Senado da República seja levada ao conhecimento da família do falecido, ao Presidente do Partido de SP (PSDB) e ao Sr. Governador do Estado Dr. Geraldo Alckmin.

Justificação

Mário Covas foi eleito Governador do Estado de São Paulo, em 1994, e reeleito em 1998, depois de ser Deputado Federal por três mandatos (1962, 1966 e 1982), Prefeito da cidade de São Paulo (1983-1985) e Senador da República (1986-1994). Fundador do antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), depois PMDB, e do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), agremiações nas quais demonstrou, de maneira incontestável, ser um dos maiores líderes políticos nacionais.

Nasceu em Santos, litoral paulista, em 21 de abril de 1930. Formou-se em Química Industrial pelo Colégio Bandeirantes e Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). Em 1969, teve os direitos políticos suspensos por dez anos. Após esse período, voltou ao cenário político como presidente do MDB paulista. Foi, então, Secretário Estadual de Transportes e prefeito de São Paulo, desenvolvendo em 33 meses uma administração exemplar. Em 1986, elegeu-se senador com 7,7 milhões de votos (a maior votação até então registrada para o cargo).

Na Assembléia Nacional Constituinte, liderou a bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), posição que deixou em 1988 para, com o apoio de lideranças da social democracia, fundar o PSDB, que o lançou candidato à Presidência da República em 1989. Em 1994, foi eleito governador paulista e reeleito em 1998.

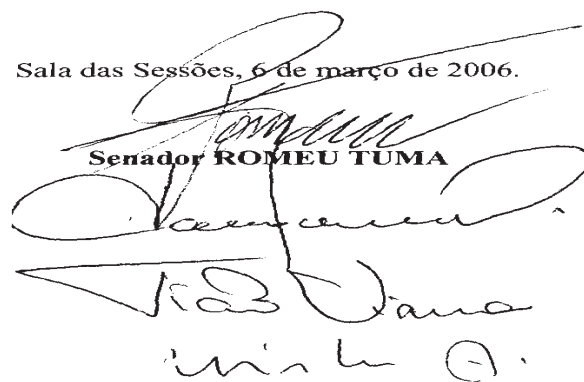
Em 2000, passou por uma cirurgia para a retirada de dois tumores da região abdominal. Em janeiro de 2001, foi detectado um câncer na meninge, fazendo-o dar início a um tratamento de quimioterapia e pedir licença do cargo de governador.

Na noite de 25 de fevereiro de 2001, Covas foi internado em caráter emergencial no Instituto do Coração (INCOR), em São Paulo, em decorrência de uma trombose venosa, à qual se somaram diversas complicações. Passara o carnaval em Bertioga, no litoral paulista, ao lado da esposa, Da. Lila Covas, dos filhos, Renata e Zuzinha, e dos quatro netos, quando precisou ser removido de helicóptero para o Incor. Faleceu na madrugada do dia 6 de março de 2001.

Em entrevista publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, ontem, a viúva de Mário Covas, Da. Lila, lembrou aspectos marcantes da vida desse grande líder. Ele era espiritualista e acreditava em Deus como uma força superior. Nasceu em berço de ouro, pois seu pai era um dos homens mais ricos da cidade de Santos. "Mário tinha tudo para ser um 'playboy' – disse Da. Lila -, mas ele só tinha olhos para os humildes." E foi essa preocupação com os humildes que lhe norteou toda a vida e as realizações políticas.

Portanto, este requerimento tem o objetivo de reverenciar e manter viva a lembrança de um brasileiro ímpar, que prestou inestimáveis serviços ao País e aos compatriotas, tornando-se paradigma de honestidade, capacidade e devoção à República.

Sala das Sessões, 6 de março de 2006.



Senador **ROMEU TUMA**

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Em votação o requerimento que acaba de ser lido.

Para encaminhar o requerimento, tem a palavra o nobre Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje o PSDB realiza, às 18h, em São Paulo, na Sala São Paulo, antiga Estação Sorocabana, reformada pelo então Governador Mário Covas, uma cerimônia em memória, em homenagem ao quinto aniversário do falecimento do grande Governador Mário Covas.

Infelizmente, em razão do funcionamento de subcomissões, chego cedo a esta Casa e não poderei comparecer à cerimônia. Mas, graças à gentileza de V. Ex^a, Sr. Presidente, posso desta tribuna me referir um pouco a esse grande homem que foi Mário Covas. Se V. Ex^a me der dois minutos, eu lerei um pouquinho...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a tem a palavra. A seguir, o Senador Heráclito Fortes.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Lerei um pouquinho da história dele.

Mário Covas foi eleito Governador do Estado de São Paulo em 1994 e reeleito em 1998, depois de ser Deputado Federal por três mandatos: em 1962, 1966 e 1982. Foi Prefeito da cidade de São Paulo de 1983 a 1985.

Andei com ele em algumas praças ainda como Diretor de Polícia e vi a dedicação de Mário Covas, como Prefeito, para melhorar a situação das cidades, Senador.

O Senador Heráclito Fortes, parece-me, foi companheiro de Mário Covas várias vezes e sabia da dedicação de S. Ex^a em benefício da melhoria da cidade que ele tão bem administrou durante esse período.

Foi Senador da República de 1986 a 1994 e aqui deixou sua marca em vários pronunciamentos, que deve constar historicamente nos Anais do Senado. Tive a felicidade de sentar na mesma cadeira que ele ocupou nesta Casa por vários anos.

Foi fundador do MDB no período em que este Partido lutava bravamente para redemocratizar o País. Posteriormente, passou a ser do PSDB, Partido da Social Democracia Brasileira, que ajudou a fundar quando houve o racha no PMDB. Tive a oportunidade de assistir, durante o lançamento da sua candidatura a governador, ao choque que, posteriormente, levou à formação desse partido que, hoje, tem presença marcante na vida nacional. Era um dos maiores líderes, não só no partido como na política nacional.

Nasceu em Santos, no litoral paulista, em 21 de abril de 1930. Era um grande santista, torcedor do Santos, time que teve a oportunidade, provavelmente como uma pré-homenagem, de ganhar o jogo ontem.

Formou-se em Química Industrial pelo Colégio Bandeirantes e, em Engenharia Civil, pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Em 1969, teve os direitos políticos suspensos por dez anos. Após esse período, voltou ao cenário político como Presidente do MDB paulista. Foi então Secretário Estadual de Transporte e Prefeito de São Paulo, como disse anteriormente. Em 1986, teve 7 milhões e 700 mil votos, uma das maiores votações à época, para o cargo de Senador.

Na Assembléia Nacional Constituinte liderou a bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, posição que deixou em 1988, quando houve a fundação do PSDB, que o lançou candidato a Presidente da República em 1989. Em 1994, foi eleito Governador paulista e reeleito em 1998.

Sr. Presidente, Senador Tião Viana, além de ter tido um infarto, o Senador Mário Covas foi operado de câncer detectado na meninge, o que o fez dar início a um tratamento quimioterápico e pedir licença do cargo de Governador por pouco tempo.

Estive com ele no Incor, porque eu estava à época infartado. Só tivemos mais contato, provavelmente, pelas orações de nossas famílias para podermos sobreviver. Mas alguma coisa ficou com a D^a. Lila Covas, os filhos, a Renata, a Zuzinha e os netos. Acompanhei de perto a luta de Mário Covas. Ele tinha algo maravilhoso na sua estrutura de devoção: a vocação de prestar serviço a quem nele confiou com a sua eleição.

Senador Tião Viana, já quase no fim da vida, durante as cerimônias no Palácio, Mário Covas vinha em cadeira de rodas, com toda aquela parafernália que os médicos nos colocam quando precisamos de soro e outros procedimentos médicos. Havia uma cortina para protegê-lo na sala de reuniões. Presidia a cerimônia com o mesmo vigor, com a mesma força, como

se sua saúde fosse completa. Por várias vezes esteve presente; sempre ia às solenidades de inauguração com devoção. Consertou as economias do Estado e, infelizmente, veio a falecer depois de longo sofrimento, passando por momentos difíceis da vida.

O médico que cuidava de Mário Covas, cuidava de mim também, o Dr. Giovanni, que infelizmente também se foi. Nós acompanhávamos com as orações porque sabíamos que era um homem bom, correto, sempre na busca da realização do sonho de todo cidadão, que é o seu bem-estar e o da sua família, o que V. Ex^a e seu irmão buscam nas suas gestões, na administração, em respeito àqueles que confiaram na sua pessoa. É uma missão divina servir à sociedade. Deus nos escolhe para servirmos à nossa sociedade quando nos elegemos para um cargo público, e Mário Covas soube respeitar isso.

Sr. Presidente, solicito que conste dos Anais essa homenagem à Mário Covas pelo quinto aniversário do seu passamento.

Agradeço a tolerância de V. Ex^a e peço este registro que considero importante para a vida nacional e para exemplo àqueles que queiram realmente prestar seu serviço à sociedade, como a Senadora Heloísa Helena e tantos de nós, que lutamos em benefício dos menos favorecidos, tendo, como princípio, a dignidade e o respeito ao cargo público.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMEU TUMA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)

REQUERIMENTO Nº , DE 2006

Requeiro, nos termos do artigo 212 do Regimento Interno, seja aprovado Voto de Lembrança pelo transcurso do quinto ano de falecimento do ex-Governador, ex-Senador, ex-Deputado Federal e ex-Prefeito Mário Covas, ocorrido no dia 6 de março de 2001.

Requeiro ainda, de acordo com o Regimento Interno, que esta manifestação do Senado da República seja levada ao conhecimento da família do falecido.

Justificação

Mário Covas foi eleito Governador do Estado de São Paulo, em 1994, e reeleito em 1998, depois de ser Deputado Federal por três mandatos (1962, 1966 e 1982), Prefeito da cidade de São Paulo (1983-1985) e Senador da República (1986-1994). Fundador do antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), depois PMDB, e do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), agremiações nas quais demonstrou, de maneira incontestável, ser um dos maiores líderes políticos nacionais.

Nasceu em Santos, litoral paulista, em 21 de abril de 1930. Formou-se em Química Industrial pelo Colégio

Bandeirantes e Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). Em 1969, teve os direitos políticos suspensos por dez anos. Após esse período, voltou ao cenário político como presidente do MDB paulista. Foi, então, Secretário Estadual de Transportes e prefeito de São Paulo, desenvolvendo em 33 meses uma administração exemplar. Em 1986, elegeu-se senador com 7,7 milhões de votos (a maior votação até então registrada para o cargo).

Na Assembléia Nacional Constituinte, liderou a bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), posição que deixou em 1988 para, com o apoio de lideranças da social democracia, fundar o PSDB, que o lançou candidato à Presidência da República em 1989. Em 1994, foi eleito governador paulista e reeleito em 1998.

Em 2000, passou por uma cirurgia para a retirada de dois tumores da região abdominal. Em janeiro de 2001, foi detectado um câncer na meninge, fazendo-o dar início a um tratamento de quimioterapia e pedir licença do cargo de governador.

Na noite de 25 de fevereiro de 2001, Covas foi internado em caráter emergencial no Instituto do Coração (INCOR), em São Paulo, em decorrência de uma trombose venosa, à qual se somaram diversas complicações. Passara o carnaval em Bertiooga, no litoral paulista, ao lado da esposa, Da. Lila Covas, dos filhos, Renata e Zuzinha, e dos quatro netos, quando precisou ser removido de helicóptero para o Incor. Faleceu na madrugada do dia 6 de março de 2001.

Em entrevista publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, ontem, a viúva de Mário Covas, Da. Lila, lembrou aspectos marcantes da vida desse grande líder. Ele era espiritualista e acreditava em Deus como uma força superior. Nascera em berço de ouro, pois seu pai era um dos homens mais ricos da cidade de Santos. “Mário tinha tudo para ser um ‘playboy’ – disse Da. Lila -, mas ele só tinha olhos para os humildes.” E foi essa preocupação com os humildes que lhe norteou toda a vida e as realizações políticas.

Portanto, este requerimento tem o objetivo de reverenciar e manter viva a lembrança de um brasileiro ímpar, que prestou inestimáveis serviços ao País e aos compatriotas, tornando-se paradigma de honestidade, capacidade e devoção à República.

Sala das Sessões, 6 de março de 2006 – Senador **Romeu Tuma**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é evidente que, após o registro do Senador Romeu Tuma, colega de bancada de Mário Covas na represen-

tação paulista e acompanhante da sua trajetória política, desnecessário se faz qualquer outra palavra adicional.

No entanto, em respeito a esse grande homem público com o qual tive o privilégio de conviver quando aqui cheguei e no período da Assembléia Nacional Constituinte, sendo ele o Líder da minha bancada, associado-me, em nome do Estado do Piauí – pelo qual ele tinha grande carinho e com o qual tinha bom relacionamento –, a esse justo registro do Senador Romeu Tuma para que fique marcada, na data de hoje nos Anais desta Casa, a homenagem a um dos maiores homens públicos que o Brasil teve nos últimos 50 anos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço aos Senadores Heráclito Fortes e Romeu Tuma, que dispensam qualquer manifestação adicional.

Com grata decisão, eu, em nome da Mesa, venho associar-me ao requerimento apresentado por V. Ex^{as} e, sem dúvida alguma, ao reiterado testemunho de que o Governador Mário Covas é um homem que atravessa seu tempo, que será lembrado por toda a história do Parlamento brasileiro e que deixou como marca fundamental sua firme, digna e inatingível defesa de um Estado nação à altura dos desafios da sociedade brasileira e de todas as vocações virtuosas que o Brasil tem pela frente.

A Mesa encaminhará o requerimento e o voto de pesar de V. Ex^{as}.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, mensagens que serão lidas pela 1^a Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 92, DE 2006

(nº 99/2006, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto nos arts. 18, I e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1 de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor José Eduardo Martins Felício, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Uruguai.

Os méritos do Senhor José Eduardo Martins Felício que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 16 de fevereiro de 2006. – **Luis Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 50/DP/AFEPA/G – MRE – APES

Brasília, 14 de fevereiro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal e com o disposto nos artigos 18, I e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1 de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor José Eduardo

Martins Felício, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Uruguai.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *currículo vitae* do Senhor José Eduardo Martins Felício que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente. – **Celso Luiz Nunes Amorim.**

INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE JOSÉ EDUARDO MARTINS FELÍCIO

CPF.: 36650110787

ID.: 5293 MRE/DF

- 1950 Filho de José Elias Felício e Aurora Martins Felício, nasce em 12 de setembro, em Presidente Prudente/SP
- 1973 Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense/RJ
- 1974 CPCD - IRBr
- 1974 Terceiro Secretário em 18 de novembro
- 1974 Divisão da Organização dos Estados Americanos, assistente
- 1977 Missão junto à Organização dos Estados Americanos, Terceiro Secretário
- 1978 Segundo Secretário, por antigüidade, em 12 de junho
- 1980 Embaixada em Abidjan, Segundo Secretário
- 1981 Reunião da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial sobre o Alto Volta, Uagadugu, Chefe de delegação
- 1981 Primeiro Secretário, por merecimento, em 23 de junho
- 1981 Ordem do Mérito Naval, Oficial, Brasil
- 1983 Embaixada em Viena, Primeiro Secretário
- 1986 Conselho de Segurança Nacional, Secretaria-Geral, Adjunto da Primeira Subchefia
- 1986 Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
- 1987 Conselheiro, por merecimento, em 16 de dezembro
- 1988 Reunião do Comitê Executivo da Associação dos Países Produtores de Estanho (ATPC), Kuala Lumpur, Chefe de delegação
- 1988 Divisão de Energia e Recursos Minerais, Chefe
- 1988 Ordem do Mérito das Forças Armadas, Brasil, Oficial

- 1989 Divisão de Produtos de Base, Chefe
- 1989 Reunião do Comitê Executivo da Organização dos Países Produtores de Estanho, Chefe de delegação
- 1989 Reunião do Grupo de Negociações sobre Agricultura da Rodada Uruguai, Genebra, Chefe de delegação
- 1990 Reunião do Grupo de Negociações sobre Agricultura da Rodada Uruguai, Genebra, Chefe de delegação
- 1990 Delegação Permanente em Genebra, Conselheiro
- 1991 CAE - IRBr, As Salvaguardas Internacionais
- 1993 Comitê Preparatório da Organização para Proibição das Armas Químicas, Haia, Chefe de delegação
- 1993 Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos, Chefe do Gabinete
- 1994 "Problems of Compliance and Enforcement of Regional Arms Limitation Treaties and Agreements", in Disarmament and Arms Limitations and Obligations, UNIDIR, Genebra
- 1994 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 30 de junho
- 1994 Medalha "Mérito Santos Dumont", Brasil
- 1994 Os Regimes de Controle das Tecnologias Avançadas e a Inserção do Brasil na Nova Equação do Poder Internacional, in Temas de Política Externa II, IPRI/FUNAG, Brasília
- 1995 Missão junto à Organização das Nações Unidas, Ministro Conselheiro
- 1995 Conferência de exame e extensão do Tratado de Não-Proliferação e Armas Nucleares (TNP), Nova York, Chefe de delegação
- 1995 Comitê ad hoc sobre o estabelecimento da Corte Penal Internacional, Nova York, Chefe de delegação
- 1996 O Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), com Edmundo Fujita e Achilles Zaluar, in Parcerias Estratégicas, ano 1 N. 1, Centro de Estudos Estratégicos, Brasília
- 1996 Primeira Sessão do Comitê Preparatório da Organização do Tratado para Proibição Completa dos Testes Nucleares, Nova York, Chefe de delegação
- 1997 Comissão do Desarmamento das Nações Unidas, Nova York, Chefe de delegação
- 1997 Comitê Preparatório da conferência de exame do ano 2000 do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), Nova York, Chefe de delegação
- 1997 XIX sessão do Comitê de Informação das Nações Unidas, Nova York, Chefe de delegação
- 1998 VIII reunião dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar, Nova York, Chefe de delegação
- 1998 Comissão do Desarmamento das Nações Unidas, Nova York, Chefe de delegação

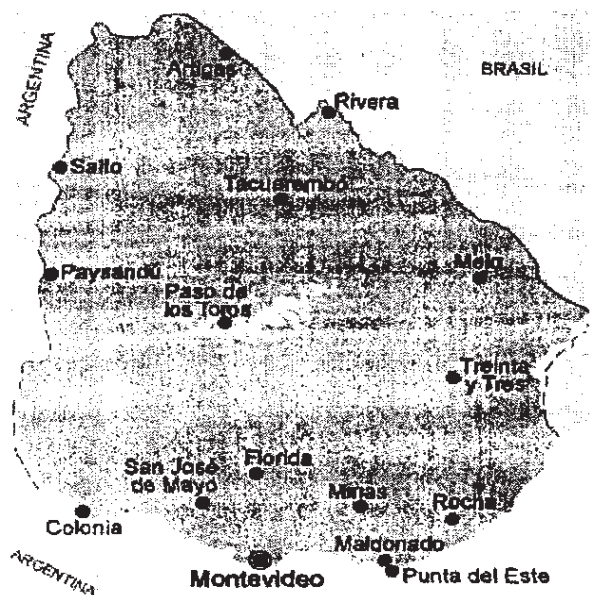
- 1999 Embaixada em Ottawa, Ministro-Conselheiro
- 2001 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Assessor Especial do Ministro
- 2001 Divisão da América Meridional II, Chefe
- 2002 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador
- 2003 Departamento da América do Sul, Chefe
- 2003 Ordem El Sol del Peru, Grande Oficial
- 2003 Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Grande Oficial
- 2003 Ordem do Libertador General José de San Martín, Argentina, Grande Oficial
- 2003 Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 18 de dezembro
- 2004 Secretaria de Planejamento Diplomático, Secretário
- 2004 Prdem do Wissam Al-Alaoui, Marrocos, Grande Oficial

Claudia D'Angelo
CLAUDIA D'ANGELO
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral da América do Sul (SGAS)
Departamento da América do Sul (DAS)
Divisão da América Meridional-I (DAM-I)

MENSAGEM AO CONGRESSO
URUGUAI

DADOS BÁSICOS



Nome do país: República Oriental do Uruguai

População: 3 399 000 (2004)

Território: 176 220 km²

Cidades principais (1999): Capital — Montevideu (1,3 milhão). Outras cidades — Salto (93 mil); Paysandú (84 mil); Las Piedras (99 mil).

Moeda: Peso

Chefe de Estado e de Governo: Tabaré Ramón Vázquez Rosas

Chanceler: Reinaldo Gargano

PIB (2004): US\$ 13,138 bilhões (nominal)

PIB PER CAPITA: US\$ 3.865 (nominal)

Exportações (2004): US\$ 3 264 milhões (fob)

Importações (2004): US\$ 3 859 milhões (cif)

Dívida Externa Total (2004): US\$ 12,9 bilhões

Desemprego: 12,1% (trimestre de setembro a novembro de 2004)

Inflação (2004): 7,59%

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL / URUGUAI ⁽¹⁾ (US\$ mil - fob)	2001	2002	2003	2004	2005 ⁽²⁾
Exportações	410.495	403.527	410.495	667.048	849.578
Varição em relação ao ano anterior	-38,6%	-1,7%	1,7%	62,5%	27,4%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para o Mercosul	6,5%	12,2%	7,2%	7,5%	7,2%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,7%	0,7%	0,6%	0,7%	0,7%
Importações	502.930	484.847	537.868	522.856	493.628
Varição em relação ao ano anterior	-16,4%	-3,6%	10,9%	-2,8%	-5,6%
Part. (%) no total das importações brasileiras do Mercosul	7,2%	8,6%	9,5%	8,2%	7,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,9%	1,0%	1,1%	0,8%	0,7%
Intercâmbio comercial	913.425	888.374	948.363	1.189.904	1.343.205
Varição em relação ao ano anterior	-28,1%	-2,7%	6,8%	25,5%	12,9%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro com o Mercosul	6,8%	10,0%	8,4%	7,8%	7,2%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,8%	0,8%	0,8%	0,7%	0,7%
Saldo Comercial	-92.435	-81.321	-127.373	144.193	355.950

Fonte: Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SE

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país a vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferenças metodológicas de apuração.

HISTÓRIA

A região que hoje corresponde ao Uruguai era habitada por indígenas até o século XVII, quando os espanhóis fundam a colônia de Soriano em 1624. A Colônia de Sacramento é fundada em 1680 pelos portugueses mas são expulsos pelos espanhóis. Em 1726, São Felipe de Montevideu é fundada pelos espanhóis. A região passa a fazer parte do Vice-Reinado do Prata em 1776.

A insurreição armada liderada por Artigas entre 1810 e 1814 domina Montevideu. Em 1816, Artigas é derrotado, ocasião em que o território uruguaio é invadido por tropas portuguesas com o apoio da Argentina. Posteriormente, o território é novamente ocupado por tropas luso-brasileiras, anexando o território uruguaio ao Brasil em 1821 com o nome de Província Cisplatina. Em 1825, a independência uruguaia é proclamada por um grupo conhecido como os Trinta e Três Orientais, liderados por Juan Antonio Lavalleja, que expulsam os brasileiros em 1827, com a ajuda de tropas argentinas. Em 1828, a Inglaterra, que tinha interesses comerciais na região e desejava evitar que a Bacia do Prata pertencesse somente à Argentina, apóia a ratificação da independência uruguaia.

A guerra civil ocorrida entre 1839 e 1851 foi provocada pelo crescente antagonismo entre os colorados e os blancos. Os colorados, liberais e chefiados por Fructuoso Rivera, receberam apoio da Inglaterra e França; os blancos, conservadores e sob a liderança de Manuel Oribe, tiveram a Argentina de seu lado. Rosas, caudilho argentino, invadiu o país e sua deposição, em 1852, fez com que os invasores se retirassem. Em 1864, o Brasil intervém na disputa interna e apóia o caudilho colorado Venancio Flores. Entre 1865 e 1870, o Uruguai, Brasil e Argentina formam a Tríplice Aliança que vence a Guerra do Paraguai.

O presidente colorado José Batlle y Ordóñez domina politicamente o início do século XX e governa em dois períodos: 1903 a 1907 e 1911 a 1915. Os serviços públicos são nacionalizados e é criado o primeiro sistema de previdência social na América Latina.

Em 1951, o Congresso aboliu o cargo de presidente e o substituiu por um Conselho de Administração. Em 1952, foi adotada nova constituição que implantou uma estrutura colegiada de nove membros para o Poder Executivo. O presidencialismo é restaurado em 1966, por referendo simultâneo às eleições.

Inflação, protestos populares e ação dos guerrilheiros de esquerda, os Tupamaros, marca o período seguinte. Em 1973, o Presidente Juan María Bordaberry, eleito em 1971, fecha o Congresso e instaura regime com o apoio dos militares.

Em 1980, por meio de plebiscito para referendar a Constituição, as Forças Armadas são derrotadas e acelera-se a abertura democrática. O colorado Sanguinetti, ao vencer as eleições de 1984, substitui o governo de transição do General Álvarez. A lei que anistia os repressores da ditadura, Lei do Ponto Final, é aprovada em plebiscito em 1989.

O período seguinte é marcado por crise econômica, com estagnação da economia e desemprego acima dos 10%. Em 1995, Sanguinetti volta à Presidência e obtém o apoio do Congresso para cortar gastos públicos, aumentar os impostos e reformar a Previdência. Em 1997, a economia cresce 5,1% e em 1998, 4,3%. Em 1999, o crises econômicas no Brasil e na Argentina afetam a economia uruguaia, que depende muito desses mercados.

Jorge Batlle, do partido colorado, vence as eleições presidenciais de 1999 no segundo turno com 52% dos votos contra 44% de Tabaré Vázquez. A esquerda, representada por Tabaré Vázquez, candidato da coalisão esquerdista Frente Ampla-Encontro Progressista (FA-EP), começa a ganhar espaço, seguindo tendência da América do Sul.

No primeiro ano de seu mandato, Batlle tira do cargo o comandante do Exército por causa de suas declarações consideradas não democráticas, instala a Comissão para a Paz e a Câmara aprova a venda de 40% da estatal de telecomunicações Aneel, a primeira de uma série. Nos dois anos seguintes, o Uruguai é abalado pela crise argentina, que gera crise social e grande descontentamento da população. Somente em 2004, após adoção, nos anos anteriores, de uma série de medidas recomendadas pelo FMI e de plano de contenção de gastos, a situação melhora.

Em 2004, pela primeira vez na história do Uruguai, vence um candidato de esquerda rompendo a hegemonia de colorados e blancos. Tabaré Vázquez vence as eleições em outubro com 51% dos votos e toma posse em 1 de março de 2005.

POLÍTICA INTERNA

O Presidente Tabaré Vázquez mantém elevados índices de aprovação (em torno de 60%). Esse ambiente favorável permitiu que o Encontro Progressista-Frente Ampla-Nova Maioria (EP-FA-NM) vencesse as eleições municipais de 8 de maio de 2005 e passasse a comandar os principais governos municipais do país, que representam 75% da população uruguaia e 80% do PIB. A coalisão de esquerda tem, também, maioria absoluta no Senado e na Câmara.

Em 19/11/05, o Plenário Nacional da Frente Ampla aprovou o ingresso dos oito grupos políticos que compunham o Encontro Progressista e a Nova Maioria, unificando as principais vertentes da esquerda uruguaia. A ampliação da Frente Ampla deverá fortalecer a linha moderada seguida pelo Presidente Tabaré, auxiliando-o em votações polêmicas no Congresso.

As principais dificuldades enfrentadas pela gestão Tabaré Vázquez estão relacionadas a diferenças de posição dentro da própria coalisão governamental. Após quase um ano governo, alguns ministros já sofreram forte desgaste, decorrente sobretudo dos atritos internos, gerando pedidos de demissão que, até o momento, não têm sido aceitos.

Recentemente ocorreram mudanças na cúpula das Forças Armadas: no Exército, o Comandante foi substituído pelo General Carlos Díaz, e, na Marinha, foi designado como novo Comandante da Armada o Contra-Almirante Juan Fernández Maggio. O Presidente ratificou a permanência do Brigadeiro Enrique Bonelli no cargo de Comandante da Força Aérea. O Presidente parece ter preferido manter um quadro mais estável, escolhendo comandantes dispostos a promover a adaptação de suas Forças às políticas do Governo, sobretudo na área de direitos humanos.

Tema particularmente sensível na agenda do novo Governo tem sido o das investigações de violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura. A decisão de permitir a reabertura de casos incluídos na Lei de Caducidade por governos anteriores tem gerado inquietação entre alguns segmentos das Forças Armadas, sobretudo no Exército, especialmente diante da possibilidade de seus integrantes

serem citados pela Justiça para prestarem depoimento. Os relatórios entregues pelas Forças Armadas ao Presidente em agosto e outubro não trouxeram grandes revelações e negavam terem ocorrido assassinatos em suas dependências. Setores do EP-FA-NM defenderam punições para militares que possam ter feito declarações falsas ao Governo.

O Governo apresentou também projeto de lei interpretativa da "Ley de Caducidad", o que permitiria novas ações judiciais no país. Os blancos rejeitaram o projeto do governo, e apresentarão um plano próprio. A resistência a modificações na "Ley de Caducidad" conta apenas com o apoio do Partido Colorado e de alguns dissidentes blancos, como Jorge Larrañaga. No fim de novembro de 2005, foram localizados os primeiros restos de desaparecidos, fortalecendo a posição do Governo Tabaré Vázquez.

A vitória de Tabaré Vázquez teve ainda como efeito o aumento das expectativas da sociedade uruguaia, que vem exigindo, com intensidade crescente, resultados concretos no combate aos problemas sociais (pobreza, desigualdade social e desemprego), agravados após a crise financeira de 2002. Estima-se que quase um terço da população se encontre em situação de pobreza. Com vistas a atender à questão social, o Governo lançou o Plano de Atenção Nacional à Emergência Social (PANES), que se apóia em programas específicos em diversas áreas (saúde, educação, alimentação, renda mínima), cuja previsão de gastos chega a 100 milhões de dólares. As dificuldades de sua implementação fizeram surgir, no início de julho, os primeiros protestos populares contra o Governo, com o fechamento de ruas em diversos pontos da Capital. O surgimento desses piquetes evidencia a necessidade de que o Governo apresente resultados para a população uruguaia com a maior brevidade.

ECONOMIA E COMÉRCIO

O crescimento previsto do PIB do Uruguai para o ano de 2005 é da ordem de 6,5%, superando as expectativas. As políticas macroeconômicas adotadas pelo Governo Vázquez e as condições externas favoráveis em 2005 facilitaram a recuperação econômica, bem como a contenção da taxa de inflação anual em cerca de 5%. O significativo incremento do PIB em 2005, que retoma o patamar de 1999, deveu-se ao bom desempenho do setor agroexportador - favorecido pelos preços das commodities no mercado internacional, sobretudo a carne, e pela expansão do PIB nos EUA, principal comprador da carne uruguaia -, bem como à retomada do consumo interno e dos investimentos.

A recuperação econômica do país começou a partir da consolidação de dois pilares: a) a lei de fortalecimento do sistema bancário que equacionou a crise bancária; e b) o programa de permuta ("canje") da dívida uruguaia. Sobre esses alicerces, o Governo logrou respeitar os contratos firmados em diversas moedas, assegurar o direito à propriedade, manter as normas econômicas e sustentar a estabilidade das regras tributárias.

O Governo Vázquez vem adotando uma política fiscal caracterizada por acentuada austeridade. Em 2005, o superávit primário deverá situar-se entre 3% e 3,3% do PIB. A elevada taxa de crescimento do PIB em 2005 não logrou reduzir a taxa de desemprego no país, que, no trimestre de agosto a outubro de 2005, situou-se em 12,5%.

A retomada do crescimento econômico e o fortalecimento do peso uruguaio em relação ao real, ao peso argentino e ao dólar norte-americano têm levado as importações a crescerem a taxas bastante superiores às das exportações, provocando não só elevado déficit comercial, mas também acentuando o tradicional déficit em conta corrente do Uruguai e comprometendo o balanço de pagamentos. Dessa forma, embora o risco-país tenha acompanhado a tendência da região e baixado a patamares similares ao brasileiro, a sustentabilidade do crescimento econômico local é questionada.

O Governo Vázquez aproveitou a elevada popularidade para aprovar uma série de medidas que contribuíram para o bom desempenho registrado em 2005. Aprovou austero orçamento para o quinquênio 2005-2009, e pôs em discussão projeto de lei que reforma o sistema tributário. A recuperação sustentável da economia uruguaia depende essencialmente da capacidade do país em captar investimentos externos diretos, dado o elevado endividamento público local.

Comércio Exterior

Em 2004, o Uruguai exportou US\$ 3,26 bilhões e importou 3,85 bilhões, incorrendo em déficit comercial de US\$ 590 milhões. No primeiro trimestre de 2005, as exportações foram de US\$ 736,8 milhões e as importações de US\$ 880,9 (déficit de US\$ 144,1 milhões). Neste último período, os principais destinos das exportações uruguaias foram os Estados Unidos (21,4% do total), o Brasil (17,1% do total), Argentina (5,6%) e a Alemanha (4,4% do total). Os Estados Unidos ultrapassaram, em 2004, o Brasil como principal destino das exportações do Uruguai em razão da abertura do mercado norte-americano à carne bovina uruguaia, que se beneficiou da significativa elevação do preço dessa commodity nos EUA, e da diminuição das importações brasileiras de arroz uruguaio, dada a superprodução arrozeira do Brasil na safra 2003/2004.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do governo Tabaré Vázquez tem buscado priorizar as relações com o entorno regional, em especial com Brasil e Argentina, e apoiado a interação do Mercosul com outros agrupamentos regionais. Marcando uma clara diferença com o Governo Batlle, a nova administração respalda o projeto da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA).

No discurso de assunção da PPT do Mercosul, o Presidente Tabaré reafirmou o compromisso de aprofundamento do Mercosul, ainda que tenha, em diversas ocasiões, reivindicado mais resultados concretos do processo de integração. Em particular, o Governo uruguaio defende a redução das assimetrias no bloco e tratamento diferenciado para as economias menores.

O Governo uruguaio apoiou o Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul, tendo reconhecido a necessidade de se estabelecer, no futuro, a representação proporcional no órgão. Apoiou também o ingresso da Venezuela como membro-pleno do Mercosul.

Embora incentive o processo de integração sul-americana e a constituição da CASA, o Governo Tabaré revela certa preocupação com a possibilidade de que a prioridade à América do Sul venha a comprometer sua atuação no âmbito mais amplo

da América Latina, sobretudo em função do México, país com o qual considera manter relação estreita.

O Governo Tabaré Vázquez saudou a eleição de Evo Morales na Bolívia e manifestou-se favoravelmente ao ingresso do país como membro-pleno do Mercosul.

Com relação à reforma do CSNU, o Uruguai apóia o projeto do G-4 (Alemanha, Brasil, Índia e Japão) e manifestou apoio à candidatura brasileira a assento permanente do Conselho de Segurança, decisão tomada pelo próprio Presidente Tabaré Vázquez.

Conforme anunciado durante a campanha eleitoral de 2004, o Governo Vázquez determinou o ingresso do Uruguai no G-20, grupo de países em desenvolvimento que luta contra o protecionismo na área agrícola dos países ricos. Reverteu, assim, a orientação do Governo anterior de se manter afastado daquele grupo na OMC. No entanto, a presença do Uruguai no G-20 não significou o fim das divergências com o Brasil e outros países em desenvolvimento a respeito de alguns temas das negociações comerciais. O Uruguai não compareceu à Reunião Ministerial de Bhurban do G-20 (9 e 10/09/05).

O Governo uruguaio pretende, por outro lado, atribuir renovada importância às relações com os países desenvolvidos. Existe a preocupação central de manter o acesso da carne uruguaia ao mercado dos Estados Unidos, que é hoje o principal destino das exportações do país. Também há forte interesse do Governo uruguaio na conclusão das negociações entre o Mercosul e a União Européia.

Relações com a Argentina

A Argentina representa um parceiro fundamental para o Uruguai, com ampla presença política, econômica e cultural no país. Além da cooperação energética, é positiva para as relações entre os dois países a colaboração nas questões de direitos humanos. A atitude de Kirchner de liberar os funcionários uruguaios residentes na Argentina para votar parece ter sido fundamental na definição dos resultados no primeiro turno das eleições uruguaias.

Fábricas de celulose em Fray Bentos

No momento, a questão central da agenda bilateral entre o Uruguai e a Argentina é a instalação de duas fábricas de celulose no departamento de Río Negro, às margens do Rio Uruguai, envolvendo investimentos de quase U\$ 2 bilhões, os maiores da história do Uruguai. As obras, autorizadas durante o Governo Batlle, provocaram protestos do Governo argentino, relacionados com possíveis impactos ambientais e na saúde da população de Entre Ríos.

Em setembro, o Governador de Entre Ríos, Jorge Busti, iniciou demanda contra o Uruguai na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), alegando que a construção das fábricas violaria direitos da população daquela província, e apresentou pedido ao Ombudsman do Banco Mundial para que a instituição não outorgasse créditos aos projetos. Em outubro, o Governo uruguaio retirou sua confiança no argentino Alieto Guadagni, Diretor Executivo Alterno do Banco Mundial, que representa os dois países no Conselho Executivo daquela instituição.

Os relatórios técnicos do Banco Mundial trazem pareceres divergentes sobre a questão: reconhecem a legitimidade de parte das queixas de ambientalistas do Governo argentino mas minimizam os riscos ambientais para as comunidades locais. O segundo relatório motivou o Governo argentino a enviar nova nota de protesto ao

Uruguai, aludindo implicitamente à possibilidade de recorrer à arbitragem da Corte Internacional de Justiça (CIJ). Em janeiro de 2006 ocorreram manifestações de moradores e grupos ambientalistas de Entre Ríos, inclusive por meio de bloqueios das pontes internacionais San Martín e General Artigas, com reflexos negativos sobre o turismo no Uruguai.

No final de janeiro, o Presidente Kirchner, em gesto conciliatório, manifestou sua oposição aos bloqueios das pontes. Por outro lado, foi anunciada no mesmo período a disposição da Argentina de recorrer à CIJ para buscar uma solução para o diferendo.

O diálogo entre os dois Governos sobre o tema tem sido mínimo. Um entendimento direto entre os Presidentes Tabaré e Kirchner poderia facilitar a superação da divergência.

Acordo de Investimentos Uruguai-Estados Unidos

O Tratado entre o Uruguai e os Estados Unidos foi submetido à ratificação do Legislativo uruguaio no apagar das luzes do Governo Batlle, por pressão norte-americana. Caracterizava-se por restringir significativamente a capacidade reguladora governamental em matéria de investimentos.

Em 4 de novembro, após uma série de consultas com os demais parceiros do Mercosul, assinou-se novo texto para o APPI, que restabelece o princípio da igualdade entre as partes em matéria de denegação de benefícios e altera o procedimento de solução de controvérsias. Na oportunidade, o Governo uruguaio apresentou formalmente declaração interpretativa sobre o alcance da cláusula de "nação mais favorecida", assinalando que as medidas que outorgam tratamento diferenciado aos Estados Partes do Mercosul sob o Tratado de Assunção estão incluídas na lista de exceções do Uruguai em todos os setores.

Tratado de Livre Comércio Uruguai-Estados Unidos

Em entrevista concedida em janeiro de 2006, o Ministro de Economia e Finanças, Danilo Astori, defendeu a negociação de tratado de livre comércio com os Estados Unidos e afirmou ser também favorável à negociação de TLC com a China, declarações que tiveram grande repercussão no país.

O Chanceler Gargano negou que o Uruguai tencione assinar acordos bilaterais com os EUA e a China e reiterou que o programa do Governo Vázquez consiste em manter o Uruguai no Mercosul, rechaçando negociações para ingressar na ALCA. Gargano assegurou não haver qualquer negociação de TLC com os Estados Unidos, mas reconheceu haver interesse em reativar a Comissão de Comércio e Investimentos com os EUA.

O Presidente Tabaré Vázquez afirmou ser interessante para o MERCOSUL engajar-se numa negociação 4+1 com os EUA em torno de um TLC e aproveitou para recordar as dificuldades enfrentadas no processo de integração no MERCOSUL, chamando a atenção para a necessidade de que "funcione a full" e possa aportar benefícios concretos para o Uruguai.

Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA)

Foi realizada em 9/12/05, em Montevidéu, Sessão Extraordinária da Reunião de Chefes de Estado da CASA, na qual foi aprovada a criação da Comissão Estratégica de Reflexão sobre o Processo de Integração Sul-americano, sugerida pelos Presidentes Tabaré Vázquez e Hugo Chávez. Seu objetivo será elaborar propostas para impulsionar o processo de integração sul-americano.

A Comissão será integrada por altos representantes pessoais dos Presidentes. No caso do Brasil, será o Assessor Especial da Presidência da República, Professor Marco Aurélio Garcia. Até o momento, nenhum outro país indicou representante.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações Brasil-Uruguai, tradicionalmente estreitas, conheceram renovado impulso a partir do início do Governo Tabaré Vázquez.

Em fevereiro de 2005, ainda antes da posse das novas autoridades eleitas no ano anterior, o Chanceler Reinaldo Gargano visitou Brasília para conversações com seu homólogo brasileiro. Em março, esteve em Montevidéu o Assessor Especial da Presidência da República, Professor Marco Aurélio Garcia. No começo de abril, o Presidente Vázquez realizou visita de Estado ao Brasil a convite do Presidente Lula. No comunicado conjunto divulgado naquela oportunidade, há menção à reativação da Comissão Geral de Coordenação, em nível de Chanceler, e dos Mecanismos de Consulta e Concertação Política e de Monitoramento de Comércio, em nível de Vice-Ministros. O Mecanismo de Consulta e Concertação Política reuniu-se em 9 de agosto, e o Mecanismo de Monitoramento do Comércio, em 20 de setembro e 18 de novembro de 2005. Foi ainda criada a Comissão Mista de Energia.

No dia 2 de fevereiro de 2006, o Chanceler Reinaldo Gargano, a convite do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, realizou visita de trabalho ao Brasil, tendo sido recebido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Os Chanceleres trataram de temas da agenda bilateral como o estado de projetos de integração na área de energia e de transportes, como o projeto de interligação de redes elétricas e a construção de uma segunda ponte sobre o rio Jaguarão. O Brasil ofereceu ainda ajuda para que o Uruguai possa constituir uma agência de cooperação técnica. Estudou-se a possibilidade de revitalizar o acordo comercial entre as Zonas Francas de Colonia e Manaus, com o objetivo de obter benefícios equilibrados para ambas as partes.

Os Ministros examinaram temas econômicos como a importância dos investimentos brasileiros no Uruguai para promover as exportações daquele país e gerar empregos; a análise de mecanismos proporcionados pelo Mercosul para estimular as economias de seus membros, como o Fundo de Convergência Estrutural e a importância de avançar no objetivo da eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC), prevista na Decisão 54/04 do Conselho do Mercado Comum.

Os Chanceleres avaliaram questões relativas à integração da América do Sul e as perspectivas decorrentes dos processos eleitorais em curso na região. Observou-se a oportunidade de incentivar a consolidação da Comunidade Sul-Americana de Nações, cujo calendário de reuniões para 2006 foi discutido, especialmente a convocação da Comissão Estratégica de Reflexão sobre o Processo de Integração Sul-Americano.

Na mesma ocasião, avaliaram o andamento das principais iniciativas em curso entre os dois países, como o Mecanismo de Consulta e Concertação Política Brasil-Uruguai e o Mecanismo de Monitoramento de Comércio Brasil-Uruguai, que deverá reunir-se pela terceira vez em fevereiro corrente. Nessa oportunidade, será dado seguimento a temas de comércio e promoção de investimentos brasileiros no Uruguai, já mencionados.

O nível de expectativas uruguaias no relacionamento com o Brasil, inclusive quanto à possibilidade de superação de entraves comerciais, aumentou com o início do governo da Frente Ampla. O Brasil tem dado reiteradas mostras de seu interesse em atender às reivindicações uruguaias. O Uruguai, por sua vez, informou que fechará sua Missão Militar em Washington e abrirá outra em Brasília, elevando o status da atual adidância no Brasil, devido à suspensão da cooperação militar norte-americana diante da decisão uruguia de não assinar acordo de isenção de jurisdição do Tribunal Penal Internacional (TPI).

Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Uruguai

Brasil e Uruguai compartilham uma fronteira terrestre de mais de 1.000 km de extensão, sem grandes obstáculos naturais e densamente povoada (cerca de 720 mil pessoas nos dois lados da linha divisória). Desenvolvem, desde 2002, um importante programa de cooperação e integração na área fronteiriça: a *Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Uruguai*. A "Nova Agenda" vem sendo adotada como modelo para outras experiências de desenvolvimento de áreas fronteiriças, como no caso da divisa entre Brasil e Bolívia, e entre Brasil e Argentina. O Acordo de Permissão de Residência, Estudo e Trabalho está plenamente implementado.

A posse do Governo uruguaio e a eleição de intendentos no ano passado colocaram em compasso de espera os temas relativos à Nova Agenda e à cooperação fronteiriça com o Brasil. A natural substituição dos responsáveis postergou os trabalhos da Nova Agenda e de outras Comissões relativas à cooperação fronteiriça. Do lado brasileiro, o lançamento do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), capitaneado pelo Ministério da Integração Nacional, foi apresentado ao Vice-Presidente do Uruguai, Rodolfo Nin Novoa, em 23/09/05. Os dois países tencionam retomar, entre março e abril, as Reuniões de Alto Nível da Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço. Os dois Governos concordaram em bilateralizar o acordo de Residência do Mercosul, o que será feito proximamente.

Aviso nº 135 – C. Civil

Em, 16 de fevereiro de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor José Eduardo Martins Felício, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Uruguai.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado
tato Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Relações Exteriores e
Defesa Nacional.)

MENSAGEM Nº 93, DE 2006

(Nº 100/2006, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto nos arts. 18, I e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Lauro Barbosa da Silva Moreira, Ministro de Primeira

Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Os méritos do Senhor Lauro Barbosa da Silva Moreira que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 16 de fevereiro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 51/DP/AFEPA/G – MRE – APES

Brasília, 14 de fevereiro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal e com o disposto nos artigos 18, I e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior,

aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Lauro Barbosa da Silva Moreira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

2. Encaminhamento, igualmente anexos, informação sobre o Organismo Internacional e *curriculum vitae* do Senhor Lauro Barbosa da Silva Moreira que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim.**

I N F O R M A Ç Ã O C U R R I C U L U M V I T A E

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE LAURO BARBOSA DA SILVA MOREIRA

CPF.: 7506295415

ID.: 334 MRE/DF

- 1940 Filho de Nicanor de Faria Silva e Honorina Augusta Barbosa Silva, nasce em 10 de fevereiro, em Anápolis/GO
- 1962 Direito pela PUC/RJ
- 1964 CPCD - IRBr
- 1965 Terceiro Secretário em 05 de fevereiro
- 1965 Grupo de Coordenação do Comércio com os Países Socialistas da Europa Oriental, (COLESTE), Secretário-Executivo, Adjunto
- 1967 Segundo Secretário, por antigüidade, em 31 de julho
- 1968 Consulado-Geral em Buenos Aires, Cônsul-Adjunto e Encarregado do Consulado durante a ausência do titular
- 1971 Delegação Permanente em Genebra, Segundo e Primeiro Secretário
- 1973 Primeiro Secretário, por merecimento, em 25 de agosto
- 1974 Assessoria Internacional do Conselho Nacional do Comércio Exterior, Chefe
- 1976 Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial
- 1978 Conselheiro, por merecimento, em 12 de dezembro
- 1979 Ministério da Fazenda, Assessoria Internacional, Chefe
- 1981 Trading Company COMEXPORT (São Paulo), Diretor Superintendente, e Presidente da firma de consultoria Lauro Moreira & Castro
- 1981 Ordem do Mérito, Alemanha, Grã-Cruz
- 1981 CAE - IRBr, Relações econômico-comerciais entre o Brasil e os países do Leste Europeu, de 1961 a 1981

- 1983 Embaixada em Washington, Conselheiro
- 1984 Medalha do Mérito da Marinha do Brasil
- 1985 Medalha do Mérito Santos Dumont, Brasil
- 1987 Departamento Cultural, Chefe, substituto
- 1987 Divisão de Difusão Cultural, Chefe
- 1989 Divisão de Informação Comercial, Chefe
- 1990 Ministro de Segunda Classe em 28 de junho
- 1991 Consulado-Geral em Barcelona, Cônsul-Geral
- 1995 Ministério da Ciência e Tecnologia, Assessoria Internacional, Chefe
- 1997 Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil, Presidente
- 1997 Comissão Executiva Bilateral Brasil-Portugal para as Comemorações do Descobrimento do Brasil, Presidente
- 1998 Ministro de Primeira Classe em 21 de dezembro
- 1999 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Comendador
- 1999 Ordem do Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
- 2000 Ordem do Anhanguera do Estado de Goiás, Brasil, Grã-Cruz
- 2000 Embaixada em Rabat, Embaixador
- 2001 Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Grã-Cruz
- 2003 Agência Brasileira de Cooperação, Diretor
- 2003 Ordem Wissam Al Alaoui, do Reino de Marrocos


CLAUDIA D'ANGELO

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral Política para África, Ásia,
Oceania e Oriente Médio
Departamento da África
Divisão da África II

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi criada em Lisboa, em julho de 1996, com a finalidade de reunir os sete países lusófonos então existentes – Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe – em torno de três objetivos gerais, definidos nos Estatutos da Comunidade: a concertação político-diplomática entre os seus membros; a cooperação econômica, social, cultural e técnico-científica; e a promoção e difusão da Língua Portuguesa. Após sua independência, em 20/05/2002, Timor Leste passou a ser o oitavo Estado-membro da Comunidade.

Na origem da CPLP está uma iniciativa do Governo brasileiro: a criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) por ocasião da Reunião de Cúpula de Chefes de Estado dos Países de Língua Oficial Portuguesa, em São Luís do Maranhão, em 1989. O IILP é identificado como o primeiro instrumento institucional da CPLP e tem sede na cidade de Praia, em Cabo Verde.

Os órgãos decisórios da CPLP são a Conferência de Chefes de Estado e de Governo (Cúpula CPLP), que ocorre a cada dois anos, e a Conferência de Ministros das Relações Exteriores, realizada anualmente. A Presidência da CPLP é rotativa e é ocupada pelo país que tiver hospedado a última Conferência. Por ocasião da V Cúpula, em julho de 2004, o Brasil transmitiu a São Tomé e Príncipe a Presidência da CPLP por um mandato de dois anos (não renovável). Em julho de 2006, chegará a vez de Guiné-Bissau presidir a organização.

O órgão executivo da Comunidade reúne-se mensalmente no Conselho de Concertação Permanente (CCP), composto, até o presente momento, pelos Embaixadores dos Estados-membros residentes em Portugal. Com a criação da Missão do Brasil junto à CPLP, o chefe desse posto passará a representar o País no CCP.

A CPLP conta, ainda, com um Secretariado Executivo, com sede em Lisboa. Atualmente o Secretário Executivo é o Embaixador Luís Fonseca, de Cabo Verde, e o Secretário Executivo Adjunto, o Embaixador José Tadeu da Costa Sousa Soares, português. Outros órgãos da CPLP são a Reunião dos Pontos Focais de Cooperação e as Reuniões Ministeriais, que serão descritas adiante neste documento.

O orçamento de manutenção do Secretariado Executivo da CPLP aprovado para o exercício de 2006 monta a € 1.167.169,00, para os quais Portugal e Brasil aportam € 423.892,00 cada um, sendo o restante dividido entre os demais membros de acordo com sua capacidade financeira. O IILP tem orçamento à parte, cujo valor aprovado para este ano é de € 148.500,00. Portugal e Brasil responsabilizam-se por € 44.550,00, e o restante é recolhido entre os demais membros da mesma forma como no orçamento geral.

CONCERTAÇÃO POLÍTICO-DIPLOMÁTICA

No plano político, ou da concertação político-diplomática, os interesses brasileiros estão associados ao empenho do Governo em garantir uma presença qualificada na nova arquitetura internacional, em particular nos foros em que são discutidos os grandes temas globais e de interesse do Brasil. Tal empenho requer o planejamento e a execução de uma diplomacia que se oriente por distintos vetores. Um desses vetores, sem dúvida, são os países de língua portuguesa e a CPLP.

A África de língua portuguesa oferece, ademais, ao Brasil a oportunidade de instalar pontes de contato com várias regiões da África. Três dos países de língua portuguesa, por exemplo, estão na África Ocidental. Nos anos 90, no entanto, graças aos laços de diálogo e cooperação com Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, sob a égide da CPLP, o Brasil passou a atuar nessa região tanto em temas afetos à política regional, quanto no tocante à exploração de novas perspectivas econômicas e comerciais. Esses três países contam com regimes de preferências tarifárias que lhes favorecem as trocas com países desenvolvidos, em particular com a Europa e com os EUA. De certa forma, a participação de Timor-Leste na CPLP cria essa mesma oportunidade de projeção da presença de um universo de língua portuguesa sobre aquela região da Ásia.

O diálogo mais estreito propiciado pela CPLP, em seus múltiplos níveis, envolvendo um número francamente crescente de interlocutores, em variados campos, cria ambiente mais acolhedor à presença do Brasil e de brasileiros nesses países. Pode igualmente redundar, como tem acontecido, no fortalecimento da posição negociadora dos países do Hemisfério Sul. Esse diálogo tem também ajudado o Brasil a conseguir votos para os cargos para os quais tem apresentado candidatos no sistema das Nações Unidas.

Além de seus órgãos dirigentes e do Secretariado Executivo, a Comunidade possui, como instrumentos de ação diplomática conjunta, as Missões Especiais, o Representante Temporário para a Guiné-Bissau e os Grupos CPLP. As Missões Especiais são geralmente chefiadas por alguma autoridade comunitária – Presidente *pro tempore* da CPLP, Presidente do Conselho de Ministros ou Secretário Executivo – e, sempre a convite dos países visitados, têm manifestado o apoio da CPLP na superação de situações de instabilidade interna. No caso específico de Guiné-Bissau, essa manifestação de apoio foi reforçada por meio da designação de um Representante Temporário da CPLP para o país, função que vem sendo exercida pelo brasileiro Carlos Moura. Os Grupos CPLP, por sua vez, são formados pelos embaixadores dos países-membros em todas aquelas capitais e sedes de organismos internacionais nas quais pelo menos três forem residentes; visam à coordenação dos postos diplomáticos dos países-membros para a atuação conjunta em prol dos objetivos da organização.

COOPERAÇÃO

A cooperação em geral constitui um dos elementos essenciais das atividades da CPLP, cabendo à cooperação técnica a grande maioria dos projetos comunitários. Em julho de

reafirmou o compromisso dos países membros com os valores democráticos, a erradicação da pobreza e a promoção do desenvolvimento sustentável.

Se a língua, a convergência de interesses, os elementos históricos e culturais comuns ditaram a criação da Comunidade, a cooperação representa um dos pilares da integração comunitária, com potencial para reforçar e multiplicar os laços que unem os países de língua portuguesa. A cooperação desenvolvida sob a égide da CPLP tende a ampliar-se e consolidar-se cada vez mais em espaço próprio, em relação à cooperação bilateral, o que a torna crescentemente reconhecida e necessária.

Os Estados membros da CPLP vêm empreendendo esforços crescentes no sentido de atender eficazmente às necessidades identificadas entre os países comunitários. Em agosto de 2002, foi criada, por decisão do Conselho de Ministros, a Reunião de Pontos Focais de Cooperação – que congrega as unidades responsáveis, nos Estados membros, pela coordenação da cooperação – como órgão integrante da estrutura da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. A reunião ocorre, ordinariamente, duas vezes por ano. Desde seu início, foram realizadas dez Reuniões que viabilizaram a implementação de vários Projetos e Ações Pontuais. No Brasil, o Ponto Focal de Cooperação é o Diretor-Geral da Agência Brasileira de Cooperação.

O Brasil tem tido papel de relevância no campo da cooperação técnica. Nesse contexto, a Reunião dos Pontos Focais de Cooperação assume um papel cada vez mais importante na identificação, no lançamento e no acompanhamento de projetos multilaterais, sobretudo nas seguintes áreas prioritárias: saúde, educação, administração pública, desenvolvimento empresarial, telecomunicações, desenvolvimento social no âmbito das questões relacionadas com gênero, apoio ao desenvolvimento da Guiné-Bissau e relações com organismos internacionais e a sociedade civil.

Aviso nº 136 – C. Civil.

Em, 16 de fevereiro de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Lauro Barrosa da Silva Moreira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM Nº 94, DE 2006
(Nº 101/2006, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,
De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto nos arts. 18, I, e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Mário Vilalva, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das

Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Chile.

Os méritos do Senhor Mário Vilalva que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 16 de fevereiro de 2006. – **Luís Inácio Lula da Silva**

EM Nº 57/DP/AFEPA/G – MRE – APES

Brasília, 16 de fevereiro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal e com o disposto nos artigos 18, I, e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior,

aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Mário Vilalva, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Chile.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e curriculum vitae do Senhor Mário Vilalva que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim.**

I N F O R M A Ç Ã O C U R R I C U L U M V I T A E

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE MÁRIO VILALVA

CPF.: 41019032715

ID.: 6387 MRE/DF

Nome: Mário Vilalva

- 1953 Filho de Milton Castanheda Vilalva e Carolina Carmen Bardaro Vilalva, nasce em 28 de junho, no Rio de Janeiro/RJ
- 1976 Terceiro Secretário, concurso direto, em 6 de fevereiro
- 1976 Divisão da América Meridional I, assistente
- 1976 Direito pela Universidade do Distrito Federal
- 1977 Departamento das Américas, assessor
- 1978 Ordem Francisco de Miranda, Venezuela, Cavaleiro
- 1978 Embaixada em Washington, Terceiro e Segundo Secretário
- 1979 Segundo Secretário, por antigüidade, em 1 de março
- 1981 IV CAD -IRBr
- 1982 Embaixada em Pretória, Segundo e Primeiro Secretário
- 1984 Primeiro Secretário, por merecimento, em 28 de junho
- 1985 Embaixada em Roma, Primeiro Secretário
- 1987 Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, assessor
- 1988 Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos Bilaterais, assessor
- 1989 Conselheiro, por merecimento, em 29 de junho
- 1990 Presidência da República, Cerimonial, Adjunto
- 1991 Embaixada em Lisboa, Conselheiro
- 1993 XXVI CAE - IRBr
- 1993 Gabinete do Ministro de Estado, Coordenador
- 1994 Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador
- 1994 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 29 de junho

- 1995 Gabinete do Ministro de Estado, Introdutor Diplomático
- 1995 Ordem Bernardo O`Higgins, Chile, Grande Oficial
- 1995 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Comendador
- 1995 Ordem do Mérito, Itália, Grande Oficial
- 1995 Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Grande Oficial
- 1995 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador
- 1995 Ordem Nacional do Mérito, Alemanha, Grande Oficial
- 1996 Gabinete do Ministro de Estado, Subchefe do Gabinete
- 1996 Cônsul-Geral em Boston, Cônsul-Geral
- 1996 Ordem Nacional do Mérito, França, Comendador
- 1999 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Assuntos Internacionais, Secretário
- 1999 Comissão de Financiamento Externo, Secretário-Executivo
- 2000 Departamento de Promoção Comercial, Diretor-Geral
- 2001 Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 18 de dezembro
- 2002 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
- 2002 Ordem do Mérito, Polônia, Oficial
- 2003 Ordem de Manuel Amador Guerrero, Panamá, Grande Oficial
- 2003 Ordem do Mérito Civil, Espanha, Grã-Cruz
- 2003 Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Grã-Cruz
- 2003 Ordem Real do Mérito, Noruega, Grande Oficial
- 2004 Ordem "El Sol", Peru, Grã-Cruz
- 2004 Ordem de Maio, Argentina, Grã-Cruz

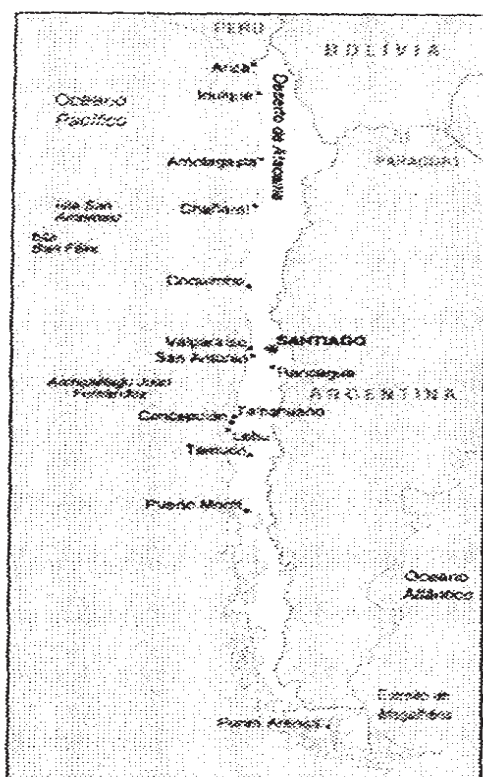
**CLAUDIA D'ANGELO**

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral da América do Sul (SGAS)
Departamento da América do Sul (DAS)
Divisão da América Meridional-I (DAM-I)

MENSAGEM AO CONGRESSO
CHILE

DADOS BÁSICOS



Nome do país: República do Chile

População: 15,5 milhões de habitantes (2005 - estimativa EIU)

Território: 756.946 km²

Cidades principais: Capital — Santiago (5 milhões). Outras cidades — Antofagasta (296 mil); Viña del Mar (286 mil); Valparaíso (275 mil); Talcahuano (250 mil). Dados de 2002.

Moeda: Peso Chileno

Chefe de Estado e de Governo: Ricardo Lagos Escobar

Chanceler: Ignacio Walker Prieto

PIB (2005:EIU): US\$ 112,5 bilhões

PIB per capita (2004): US\$ 7.258

Exportações (fob): US\$ 32 548 milhões (2004)

Importações (cif): US\$ 24 984 milhões (2004)

Dívida Externa Total: US\$ 45,8 bilhões (estimativa 2005)

Desemprego : 8,5 % (2005 terceiro trimestre)

Inflação: 3,7% (2005)

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - CHILE⁽¹⁾ (US\$ - mil fob)	2001	2002	2003	2004	2005
Exportações	1.351.948	1.460.934	1.880.312	2.546.922	3.612.214
Varição em relação ao ano anterior	8,5%	8,1%	28,7%	35,4%	41,9%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a ALADI	11,1%	14,8%	14,6%	12,9%	14,2%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	2,3%	2,4%	2,6%	2,6%	3,1%
Importações	845.448	648.583	821.234	1.398.740	1.699.613
Varição em relação ao ano anterior	-12,7%	-23,3%	26,6%	70,3%	21,5%
Part. (%) no total das importações brasileiras da ALADI	8,5%	7,9%	10,0%	14,0%	14,7%
Part. (%) no total das importações brasileiras	1,5%	1,4%	1,7%	2,2%	2,3%
Intercâmbio comercial	2.197.396	2.109.517	2.701.546	3.944.663	5.311.727
Varição em relação ao ano anterior	-0,8%	-4,0%	28,1%	46,0%	34,7%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro com a ALADI	9,9%	11,7%	12,8%	13,3%	14,4%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	1,9%	2,0%	2,2%	2,5%	2,8%
Balança comercial	506.500	812.351	1.059.079	1.147.182	1.912.701

Fonte: Elaborado pelo MRE/DFR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SEC/EX/Sistema Aladi.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

HISTÓRIA

Por volta de 1500, havia cerca de 500.000 habitantes no Chile. O norte do território chileno, ocupado pelos atacamas, é dominado pelos Incas até o rio Maule. No sul, estavam os araucanos, os fueguinos e os patagões. Entre 1536 e 1537, os espanhóis, liderados por Diego de Almagro, em busca do "Outro Peru" iniciam a conquista da região. Santiago é fundada em 1541 por Pedro de Valdivia. Nessa época, são fundadas diversas cidades, entre elas La Serena (1544), Concepción (1550) e Villarica e Valdivia (1552). Entre 1557 e 1561, García Hurtado de Mendonza, filho do vice-rei de Lima, é nomeado Governador de Chile e consolida a conquista da região. O número de colonos, dedicados principalmente à agricultura e pecuária, chega a 5.000.

Em 18 de setembro de 1810 o primeiro movimento de independência "Cabildo Abierto", destitui o Presidente-Governador e elege uma junta, composta por lideranças locais e presidida por Mateo de Toro y Zambrano. De 1811 a 1813, o Chile é dirigido por José Miguel Carrera. São libertados os filhos de escravos em 1811 e o primeiro jornal chileno, "La Aurora de Chile", é publicado em 1812. Em 1814, na batalha de Rancagua, o domínio militar da Espanha é reestabelecido. Carrera e Bernardo O'Higgins fogem para a Argentina.

Na Argentina, O'Higgins se associa ao general José de San Martín, que organiza exército para libertar o Chile e o Peru. San Martín e O'Higgins invadem o Chile, após cruzar os Andes com seu exército, e derrotam os espanhóis na Batalha de Maipú em 1818. É proclamada a independência do Chile. O'Higgins é proclamado Diretor Supremo do Chile e governa até 1823, quando renuncia. Dez anos depois é promulgada, por Diego Portales, uma nova Constituição, cuja característica principal consiste na independência dos poderes Legislativo e Executivo, com predomínio do segundo. Essa nova constituição dá início a período marcado por governo forte que dura até 1891 e se caracteriza por grande prosperidade.

Entre 1879 e 1883 ocorre a Guerra do Pacífico contra Peru e Bolívia, pelos conflitos suscitados por disputas dos depósitos de salitre no norte do Chile. Vitorioso, o Chile recebe do Peru a região de Atacama, rica em minérios, e a Bolívia perde sua saída para o mar.

A primeira grande crise econômica no Chile ocorre depois da Primeira Guerra Mundial e tem como origem a produção de salitre sintético pela Europa, ocasionando diminuição drástica da venda da principal fonte de riqueza do país na época. A situação da economia chilena agrava-se com a crise econômica mundial de 1929, que gera período de grande anarquia política e social, que dura três anos. Após esse período, Arturo Alessandri reestabelece a paz política. A partir de então, o país vive período de estabilidade econômica, social e democrática.

As eleições de 1970 levam o socialista Salvador Allende a ser eleito Presidente da República, com 34% dos votos. Allende, da Unidade Popular, representa aliança política dos socialistas, comunistas e cristãos de esquerda. Em seu governo, institui políticas de reformas de caráter estatista e nacionaliza o cobre, as mineradoras norte-americanas, os bancos privados e outras empresas.

Em 11 de setembro de 1973, golpe de estado dirigido pelos militares depõe Allende, que se suicida no palácio presidencial de La Moneda. O golpe militar interrompe por dezessete anos a centenária tradição democrática chilena. Assume o poder Junta Militar, encabeçada pelo General do Exército Augusto Pinochet, que dissolve os partidos políticos e dá início à censura da imprensa e à violação dos direitos humanos. Nesse período, lançam-se as bases para a economia voltada para o exterior.

Em 1988, começa a transição democrática com a derrota de Pinochet em plebiscito sobre sua permanência no poder por mais oito anos. Em 1989, o democrata-cristão Patricio Aylwin é eleito e assume o governo em 11 de março de 1990, restituindo-se o regime democrático. Nas eleições presidenciais de 1993 Eduardo Frei Ruiz-Tagle, candidato da Concertación de Partidos pela Democracia, é eleito presidente, assumindo o poder em março de 1994. Em março de 2000, toma posse Ricardo Lagos para um mandato de seis anos. É o terceiro mandatário eleito pelo voto popular desde que Pinochet se afastou do poder. Em 15 de janeiro de 2006, Michelle Bachelet vence o segundo turno das eleições presidenciais no Chile, com 53,5% dos votos válidos. Deverá tomar posse em 11 de março.

POLÍTICA INTERNA

O Presidente Ricardo Lagos (PS-Concertación), empossado em março de 2000, completa seu mandato em março de 2006 com indicadores positivos. Sua popularidade mantém-se próxima aos 70% , a economia continua crescendo em ritmo satisfatório (6,1% em 2004, e 6,3% em 2005), as exportações e investimentos aumentam e, na equação promessas/realizações, o saldo é favorável ao governo.

No governo desde 1990, a *Concertación* manteve o modelo econômico consolidado durante o período militar. O socialista Lagos, por sua vez, aprofundou as características livre-cambistas da economia, com a assinatura de vários acordos de livre-comércio com países desenvolvidos. Paralelamente, no marco de projeto de desenvolvimento com maior equidade, o mandatário chileno promoveu a vertente social de sua administração através de programas como o Chile Solidário. A desigualdade social, contudo, permanece como o principal desafio a ser equacionado no país.

No plano político, durante a gestão Lagos, houve avanços importantes sobretudo no campo da reforma constitucional, com a eliminação de algumas disposições autoritárias herdadas do período militar. Em agosto de 2005, o Presidente assinou novo texto constitucional, enfatizou o caráter democrático da nova Constituição, e proclamou o fim da transição democrática.

As mudanças incluíram a eliminação dos senadores designados e vitalícios, e a restituição da prerrogativa presidencial de remover os Chefes das Forças Armadas e dos Carabineros. A função de "garante da institucionalidade" recai agora sobre o Estado e não mais sobre as Forças Armadas. O Conselho Nacional de Segurança perde a capacidade de auto-convocar-se, podendo reunir-se somente a pedido do Presidente da República, e passa a ter caráter meramente assessor. O mandato presidencial foi reduzido de 6 para 4 anos e, com essa medida, as eleições presidenciais e parlamentares passam a coincidir.

A conjuntura política chilena de 2005 foi claramente marcada pelas eleições presidenciais. Os principais candidatos no primeiro turno foram: Michelle Bachelet, pela *Concertación* (DC, PS, PRSD e PPD); Sebastián Piñera, da RN; Joaquín Lavín, da UDI; e Tomás Hirsch, do *Pacto Juntos Podemos* (PC e PH). A direita *Alianza por Chile* (UDI e RN) apresentou-se dividida na corrida presidencial, entre um candidato mais vinculado ao regime militar (Lavín) e outro que poderia representar uma "nova direita" democrática (Piñera). Venceram o primeiro turno Michelle Bachelet, com aproximadamente 46%, e Sebastián Piñera, com 25,44%.

No segundo turno, ocorrido em 15 de janeiro de 2006, saiu vencedora Bachelet com 53,5% dos votos válidos. A eleição de Bachelet representa uma dupla mudança: no plano interno, por se tratar de candidata advinda de fora da cúpula partidária; no plano externo, por ser a primeira mulher presidente de um país sul-americano, o que lhe abrirá grande espaço para projeção internacional.

No dia 30 de janeiro, a Presidenta eleita anunciou sua equipe ministerial, que foi muito bem recebida praticamente por todos os setores do espectro político chileno. Na indicação de seu gabinete, Bachelet objetivou manifestar que seu governo buscará ser mais independente dos partidos e estabelecer laços mais diretos com a cidadania. Embora tenha respeitado as regras de distribuição partidária, com a indicação de sete ministros da DC, cinco do PPD, quatro do PS e um do PR, Bachelet cumpriu sua promessa de campanha de um gabinete paritário, nomeando dez mulheres e dez homens, e de mesclar renovação com experiência.

A indagação no momento é como será o Governo de Bachelet. O primeiro problema, a escolha dos ministros, a Presidenta cumpriu a promessa de "caras novas" e paridade entre homens e mulheres no Gabinete. A montagem do Gabinete caracterizou-se pelo hermetismo e pela independência dos partidos, o que alguns analistas asseveram será a marca da Administração Bachelet. Quanto às políticas públicas, o primeiro a observar é que haverá continuidade nos pontos fundamentais de sustentação do modelo chileno, procurando, no entanto, estabelecer uma marca diferenciadora. O fato de que contará com maioria no Senado e na Câmara é elemento não desprezível para garantir a Bachelet condições únicas para governar.

Entretanto, a derrota nas eleições presidenciais e a situação de minoria nas duas Casas Legislativas forçam a direita chilena a uma reavaliação profunda. A declaração do Senador Carlos Cantero (RN) de que terminara a "democracia de acordos" aponta para uma nova atuação parlamentar da *Alianza*, caracterizada por uma oposição mais afirmativa. A maioria concertacionista nas duas Casas Legislativa não é suficiente para aprovar, por exemplo, alterações constitucionais, como a do sistema eleitoral binominal, ou a indicação de nomes para a Suprema Corte ou para o Banco Central.

POLÍTICA EXTERNA

Com o fim da ditadura e do isolamento de que padecia o país, o Chile buscou, a partir de 1990, desenvolver uma atuação de maior perfil nos foros internacionais, valorizando os grandes temas globais. Posicionou-se consistentemente como defensor da democracia e dos direitos humanos, do livre comércio, do meio ambiente, do desenvolvimento social, do desarmamento e de um maior envolvimento da ONU na solução dos conflitos internacionais. Nesse mesmo período, o país buscou - encarnando também em sua diplomacia o modelo de "desarrollo hacia afuera" que obteve êxito no campo econômico - uma maior diversificação de seus parceiros comerciais, ampliando as relações com os Estados Unidos, a União Européia e o MERCOSUL, e intensificando os laços com os países da Ásia e do Pacífico.

Em anos recentes, a política externa chilena procuraria consolidar essa tendência a globalizar-se e a exercer um protagonismo internacional que vai provavelmente além do que seria de esperar de um país com o peso e as dimensões do Chile. O fato é que o país concluiu acordos (TLCs) importantes com as duas maiores potências econômicas do mundo (EUA e UE), foi eleito para o CSNU no período 2003-

2004, presidiu a APEC no ano passado e vem participando ativamente em esforços multilaterais como a MINUSTAH e, em menor escala, também na força de paz na Bósnia-Herzegovina.

Os êxitos econômicos alcançados ao longo da década de 90 por vezes criam nas classes dirigentes chilenas a obsessão de diferenciar-se do entorno, de apresentar o Chile como um país distinto, de economia aberta, especializada na exportação de uns poucos produtos: uma exceção de estabilidade em um continente conturbado. A esse respeito, levantaram-se já, na imprensa e nos meios político-diplomáticos locais, teorias sobre um possível "isolamento" do Chile em relação aos países da região. Segundo essa visão, o "êxito" chileno geraria "inveja" na região, o que explicaria certas atitudes antagônicas dos países vizinhos.

Surpreendida com a simpatia que a "causa marítima" boliviana fora capaz de angariar e consciente de que o "discurso da diferença" em relação ao entorno se esgotara, a diplomacia chilena convenceu-se de que era preciso reverter essa sensação de isolamento. Afinal, para manter a boa imagem que promoveu nas últimas décadas, é preciso ser estável ao lado de vizinhos estáveis. Coube ao Chanceler Ignacio Walker, há mais de um ano à frente do Ministério das Relações Exteriores, operar o redirecionamento da diplomacia chilena para a América do Sul, consolidando um processo de "inversão de prioridades" que vinha sendo impulsionado, desde o início de 2004, pelo próprio Presidente Lagos.

Nesse contexto, a atual política externa chilena vem sendo definida pelo próprio Chanceler como de "regionalismo aberto", organizando-se em "cinco diálogos", que dão conta de suas prioridades geográficas. O primeiro abarca os vizinhos imediatos, com os quais o Chile enfrenta problemas de diferente índole e intensidade. O segundo diálogo diz respeito à América do Sul, com destaque para o engajamento na Comunidade Sul-Americana, a associação ao MERCOSUL e as relações com o Brasil. O terceiro diálogo envolve o restante da América Latina e o Caribe, onde ressaltam as ações de cooperação com a América Central, a assertiva participação chilena no envio conjunto de tropas ao Haiti, a aproximação com o CARICOM e a tradicional relação com o México. No quarto diálogo, o hemisférico, ocupa lugar de destaque o projeto de revitalização da OEA. Sob a liderança do chileno José Miguel Insulza, o Chile acalenta a idéia de que será possível reverter o "declínio" da Organização, permitindo que cumpra seu papel de principal foro de diálogo político das Américas. Incluem-se aqui, ainda, as relações com os EUA, marcadas, no campo econômico, pelo TLC, e no político, pelo que se poderia definir como "de compromisso nos princípios básicos, sem implicar consonância de posições". Também estaria a ALCA, projeto que, segundo palavras recentes do Chanceler chileno, "permanece no horizonte", mas dependeria fundamentalmente do entendimento entre Brasil e EUA. Por fim, o quinto diálogo se referiria às ações desenvolvidas com base nos vínculos históricos e culturais que unem o Chile à comunidade ibero-americana.

Fora dos círculos dos cinco diálogos, viriam as demais prioridades da política externa chilena, que seriam, pela ordem, a região da Ásia-Pacífico e a Europa. A Ásia-Pacífico representa hoje uma "nova vizinhança" que absorve 36% das exportações chilenas. Essa crescente interação econômica aponta para a intenção do Chile de constituir-se no elo de ligação privilegiado entre aquela região e a América do Sul, coroando os esforços precursores de aproximação levados a cabo nas últimas décadas, sobretudo pela ativa participação chilena na APEC, foro que presidiu em 2004, e pela negociação de TLC's com a Coreia do Sul e com a China (este recentemente concluído). Já a Europa permanece como referencial histórico e axiológico para a diplomacia e a cultura chilenas, destacando-se, em anos recentes, a assinatura do TLC

com a UE, o qual, além de benefícios políticos e comerciais, teria assegurado, para o período 2002-2006, 34 milhões de euros em cooperação para o país.

Não é provável que a Presidenta Bachelet inove em política externa já que foi das áreas em que Lagos mais obteve sucesso. A indicação de Foxley para a Chancelaria chilena é um sinal claro de continuidade.

ECONOMIA E COMÉRCIO

A economia chilena, em 2005, apresentou seu melhor desempenho dos últimos oito anos, em decorrência da persistência de condições favoráveis no cenário externo e de seus efeitos expansivos já mais intensos sobre a demanda interna.

As novas altas registradas pelas cotações internacionais dos principais produtos chilenos de exportação, como cobre, molibdênio e celulose, mais que compensaram os efeitos negativos da escalada, ao longo do ano, a cotação do petróleo, o principal produto chileno de importação. Assim, pelo segundo ano consecutivo, os termos de troca com o exterior apresentaram evolução favorável (aumentaram 20,1% em 2004 e 7,1% em 2005), embora em queda.

O ritmo de crescimento da economia aumentou ligeiramente, passando de 6,1% em 2004 para 6,3% em 2005. Como reflexo da nova valorização apresentada pelo peso chileno em relação ao dólar norte-americano, que, em termos reais, foi de 0,5% em 2003, 13,9% em 2004 e de 11,5% em 2005, o PIB em dólares registrou expansão ainda maior, passando de US\$ 94,1 bilhões em 2004 para cerca de US\$ 115 bilhões em 2005, com o que a renda per capita média dos chilenos se situou acima de US\$ 7.000.

O crescimento da economia chilena foi impulsionado pelas exportações, que foram beneficiadas pela nova alta das "commodities" nos mercados internacionais, e, sobretudo, pela demanda interna, que deu importante salto (expandiu-se 11,1% em relação a 2004), graças à vigorosa reativação dos investimentos (23,9%) e ao maior dinamismo alcançado pelo consumo (7,2%).

Em 2005, a expansão da atividade econômica interna foi liderada pelo comércio, construção civil, transporte e telecomunicações.

A taxa de inflação, calculada em função do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), aumentou de 2,4% em 2004 para 3,7% em 2005. O moderado aumento observado teria sido induzido, sobretudo, pela nova escalada da cotação internacional do petróleo (quase 95% do consumo doméstico do combustível é abastecido com importações) e seus efeitos sobre os preços internos da energia e do transporte. Outras pressões para o aumento dos preços internos teriam sido exercidas pelas maiores margens de comercialização aplicadas pelos produtores e distribuidores de bens e serviços, em função da conjuntura de acelerada expansão da demanda interna.

O superávit efetivo do setor público chileno, considerando os pagamentos associados ao serviço da dívida, aumentou de 2,2% do PIB, em 2004, para cerca de 4,5% do PIB, em 2005. O aumento pode ser explicado em decorrência do próprio crescimento da atividade econômica e, sobretudo, dos níveis recordes alcançados, em 2005, pela cotação do cobre nos mercados internacionais, que se traduziram num aumento de arrecadação de impostos referente à indústria do setor e nos lucros transferidos para o Tesouro Nacional pela estatal de cobre Codeico.

Emprego

A taxa média anual de desemprego diminuiu de 8,9% do total da força de trabalho do país, em 2004, para 8,0%, em 2005. Também apresentaram comportamento positivo os salários reais da força de trabalho, ao registrar aumento da ordem de 2,5% em 2005.

A relativa recuperação observada no nível de emprego teria sido promovida, em boa medida, pela reativação da demanda interna, uma vez que os setores voltados para o mercado interno se caracterizam como mais intensivos em mão-de-obra do que o setor exportador. Ao longo de 2005 a economia criou cerca de 170 mil novos empregos. Também continuou a diminuir a proporção dos trabalhadores autônomos, muitos dos quais, além de não contar com a proteção da seguridade social, estão associadas muitas vezes à economia informal.

Comércio exterior

O comércio exterior chileno apresentou desempenho muito positivo em 2005, graças às já comentadas altas das cotações internacionais de boa parte das "commodities" exportadas pelo país. As exportações chilenas de bens num período de apenas dois anos praticamente dobraram, passando, em valor FOB, de US\$ 21,0 bilhões, em 2003, para US\$ 32,0 bilhões, em 2004 e US\$ 39,5 bilhões, em 2005. Assim, o valor das exportações incrementou-se 52,1%, em 2004 e 23,5%, em 2005.

As importações chilenas de bens aumentaram 31,7% em termos anuais e passaram de US\$ 23,0 bilhões em 2004 para US\$ 30,3 bilhões em 2005. Houve forte aumento das importações de bens de capital, refletindo o grande dinamismo alcançado pelo investimento. As importações chilenas de petróleo, apesar da queda registrada em seus volumes, aumentaram de US\$ 2,7 bilhões em 2004 para US\$ 3,6 bilhões em 2005.

Embora as importações tenham-se expandido acima das exportações, o saldo positivo da balança comercial aumentou ligeiramente, passando de US\$ 9,0 bilhões em 2004 para US\$ 9,2 bilhões em 2005. Não obstante, a posição da conta corrente do balanço de pagamentos foi revertida, passando de um superávit de US\$ 1,39 bilhão, em 2004, para um déficit de US\$ 464 milhões, em 2005, números que, expressos em termos do PIB, foram equivalentes a 1,5% e - 0,4%, respectivamente. Já o balanço de pagamentos passou de um déficit de US\$ 191 milhões, em 2004, para um superávit de US\$ 1,7 bilhões em 2005. Em contrapartida, a dívida externa global do país, após ter-se mantido estabilizada nos dois anos anteriores, em níveis em torno de US\$ 43 bilhões, aumentou para cerca de US\$ 45 bilhões.

O comércio bilateral entre o Brasil e o Chile expandiu-se 31,9%, em 2005, e alcançou o valor histórico de 5,255 bilhões de dólares. O bom desempenho mostrado pelo comércio bilateral pode ser explicado pela forte reativação da demanda interna chilena e o conseqüente aumento da demanda por importações, bem como pelo impacto das novas altas verificadas nas cotações internacionais dos produtos de base que fazem parte do comércio recíproco.

Nas exportações brasileiras para o Chile, destaca-se nitidamente o desempenho de dois itens: ônibus para o novo plano de transporte urbano da cidade de Santiago e material de transporte ferroviário para nova linha do Metrô de Santiago. As vendas de trens para metrô totalizaram o valor CIF de US\$ 77,4 milhões de dólares no período de janeiro a novembro de 2005. Outros produtos relevantes de nossas exportações foram: petróleo em bruto (US\$ 442,8 milhões no mesmo período); carne bovina (US\$ 117,1 milhões); automóveis (US\$ 113,1 milhões); chassis para caminhões (US\$ 66,4 milhões); e telefones celulares (US\$ 58,7 milhões).

Em 2005, os produtos brasileiros continuaram a melhorar sua competitividade no mercado chileno e, aparentemente, não foram afetados pela erosão das preferências comerciais de que gozavam anteriormente em relação aos produtos da UE, EUA e da Coreia do Sul, em função da entrada em vigor nos últimos anos dos Tratados de Livre Comércio entre o Chile e aqueles países ou blocos econômicos. O Brasil foi, ao mesmo tempo, o terceiro maior fornecedor chileno e o sexto maior mercado para as exportações chilenas. O três maiores fornecedores foram EUA, Argentina e Brasil, com vendas, respectivamente, de US\$ 4,427 bilhões (participação de mercado de 14,6%), US\$ 4,407 bilhões (14,5%) e US\$ 3,526 bilhões (11,6%). Os principais mercados para as exportações chilenas foram: EUA (US\$ 6,25 bilhões e participação de mercado de 15,8%); Japão (US\$ 4,54 bilhões e 11,5%); China (US\$ 4,39 bilhões e 11,1%); Países Baixos (US\$ 2,30 bilhões e 5,8%); Coreia do Sul (US\$ 2,25 bilhões e 5,7%); e Brasil (US\$ 1,73 bilhão e 4,4%).

Assim, em 2005, a Ásia foi o maior mercado para as exportações chilenas e o Mercosul foi o principal fornecedor das importações chilenas.

Perspectivas para 2006

Em relação às perspectivas econômicas do Chile para 2006, nos meios políticos e econômicos locais há generalizado otimismo, fundado na evolução favorável que continua a apresentar o cenário externo e no bom desempenho que vem mostrando a economia.

As autoridades econômicas prevêem que, em 2006, o PIB chileno poderá registrar crescimento entre 5,25% e 6,25%, num contexto de nova expansão nos níveis de emprego, consumo e investimento e controle da inflação. Em matéria de contas externas, entretanto, as projeções oficiais são menos favoráveis, pois apontam para termos de troca com o exterior com moderada deterioração, que se traduziria numa redução do saldo positivo da balança comercial e na conseqüente ampliação do déficit da conta corrente do balanço de pagamentos.

RELAÇÕES BILATERAIS

O momento do relacionamento bilateral é particularmente positivo. Não existem problemas políticos entre os dois países. A sintonia nos temas multilaterais e regionais está marcada, entre outros temas, pelo comando brasileiro-chileno no Haiti, pelo decisivo apoio brindado pelo Brasil à eleição de José Miguel Insulza para a Secretaria-Geral da OEA, em 2005, e pela parceria dos dois Presidentes no plano do combate à fome e a pobreza. Prosseguem os contatos bilaterais nos níveis presidencial (a visita do Presidente Lula a Santiago, em agosto de 2004; e Ricardo Lagos esteve em 2005 no Brasil em duas ocasiões, em São Paulo para coordenar a candidatura Insulza e em Brasília participando da Cúpula América do Sul - Países Árabes) e ministerial (além do Ministro Celso Amorim, foram, em 2005, a Santiago os Ministros da Saúde, Humberto Costa, e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias; do lado chileno, além do Chanceler Ignacio Walker, estiveram no Brasil o Ministro da Defesa, Jaime Ravinet, e o Secretário da Comissão Nacional de Energia, Luiz Sánchez Castellón).

O bom desempenho econômico e a estabilidade política do Chile não têm passado despercebidos na imprensa brasileira. As poucas barreiras que subsistem, de um lado e outro, são menores e há crescente interesse na realização de investimentos de parte a parte. O Brasil detém hoje o segundo maior estoque de investimentos

chilenos no exterior. Nos últimos meses, registraram-se importantes avanços nas negociações do ACE-35 entre o MERCOSUL e o Chile. Também tem sido destacado o papel que o Chile vem desempenhando dentro do G-20, nas negociações da OMC.

No plano cultural, o interesse chileno pela cultura brasileira é forte e, no cotidiano, são constantes as manifestações de simpatia pelo Brasil e pelos brasileiros. A reunião da IV Comista Cultural Brasil-Chile, em maio do ano passado, propiciou a elaboração de um amplo programa de cooperação, com ênfase nas áreas de audiovisual, arquitetura e preservação do patrimônio.

A nova composição ministerial, em razão da posse de Bachelet, não deve alterar a percepção chilena em relação ao Brasil. O indicado ao Ministério das Relações Exteriores, Alejandro Foxley, conhece e admira o Brasil e sempre elogia o Governo do Presidente Lula. É garantia de que as excelentes relações bilaterais assim continuarão. Além disso, Clarissa Hardy, indicada ao Ministério do Planejamento, é também próxima ao Brasil.

O Presidente Lula deverá comparecer à posse da nova Presidenta do Chile, Michele Bachelet, que, por sua vez, deverá a visitar o Brasil ainda em março.

Aviso nº 137 – C. Civil.

Brasília, 16 de fevereiro de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Mário Vilalva, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Chile.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado-Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– As mensagens que acabam de ser lidas vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Esgotou-se, na última sexta-feira, o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento do Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Resolução nº 11, de 2006** (OFS 49/99), que suspende a execução do art. 7º, I e II, e art.

27 da Lei nº 6.989, de 29-12-1966, com a redação dada, respectivamente, pela Lei nº 10.921, de 30-12-1990, e Lei nº 10.805, de 27-12-1989, todas do Município de São Paulo;

– **Projeto de Resolução nº 12, de 2006** (OFS nº 50/99), que suspende a execução do art. 4º da Lei nº 2.175, de 24 de novembro de 1989, do Município de Osasco, no Estado de São Paulo;

– **Projeto de Resolução nº 13, de 2006** (OFS nº 52/99), que suspende a execução do art. 10 da Lei nº 379, de 19 de dezembro de 1969, na redação que lhe deu o art. 1º da Lei nº 1.039, de 7 de dezembro de 1989, ambas do Município de Diadema – SP;

– **Projeto de Resolução nº 14, de 2006** (OFS nº 14/02), que suspende a execução do art. 17 e seu parágrafo único da Lei Municipal nº 6.570, de 2 de março de 1988, que deu nova redação à Lei nº 6.055, de 5 de dezembro de 1983, do Município de Goiânia, Goiás;

– **Projeto de Resolução nº 15, de 2006** (OFS nº 2/03), que suspende a execução do inciso XI do art. 68 da Constituição do Estado de Sergipe; e

– **Projeto de Resolução nº 16, de 2006** (OFS nº 32/04), que suspende a execução da Lei nº 11.564, de 18 de agosto de 1998, do Estado de Pernambuco.

A Presidência comunica ao Plenário que quando da publicação do texto do Projeto de Resolução nº 016/2006, constatou-se equívoco na ementa da matéria que foi sanada naquela oportunidade, retificando-se a expressão “do Rio de Janeiro” por “de Pernambuco”.

Tendo sido apreciadas, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, as matérias vão à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim. S. Ex^a dispõe de até 15 minutos, dez minutos mais cinco de prorrogação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco.PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Comissão de Direitos Humanos encerrou há dez minutos uma audiência pública que propus para debater o fator previdenciário e sua implicação negativa na vida de milhões de brasileiros.

Estiveram presentes todas as centrais sindicais, mais de vinte confederações de trabalhadores, o Presidente da Cobap, companheiro Marcílio, o Presidente do Mosap, companheiro Edison. Estiveram lá também o Senador Romeu Tuma, a Senadora Heloísa Helena e outros Senadores e Deputados.

Senador Romeu Tuma, de pronto, recebo com alegria o aparte de V. Ex^a porque vou falar exatamente sobre o tema. Como eu estava presidindo, praticamente não pude falar, mas tive a alegria de ouvir os participantes, os painelistas, como Darcy Portanova, especialista nessa área, que apresentou inúmeras sugestões. V. Ex^a inclusive fez um aparte a ele.

Ouçó V. Ex^a.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Paulo Paim, Presidente Serys Slhessarenko, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu queria que V. Ex^a, Sr^a Presidente, entendesse como testemunho este meu aparte não para intervir no que o Senador Paulo Paim vai falar, mas pela – Senadora Heloísa Helena esteve lá também – oportunidade que o Senador Paulo Paim sempre apresenta nesta Casa. Eu voltaria um pouquinho atrás, Senador, à luta pela reforma da Previdência, em que V. Ex^a teve um papel importante e quase um sofrimento para ter uma complementação que corrigisse algumas distorções que trouxeram prejuízos aos aposentados principalmente. Eu estava ouvindo pelo rádio do carro – houve um atraso no horário do voo. Não sei como vão controlar esses atrasos de uma hora, uma hora e meia, é uma coisa horrível, não dá mais para assumir compromissos – o depoimento de uma senhora, a vibração dela em expor os problemas dizendo que há 25 milhões de brasileiros em estado de pobreza. Fez referências à Previdência Social e, claro, à fórmula tão mágica – V. Ex^a disse que teria de ressuscitar Albert Einstein e levar para uma professora...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT RS) – Essa é uma frase de V. Ex^a, que está sendo generoso comigo, pois foi V. Ex^a quem usou essa frase. Eu assino embaixo somente.

O Sr. Romeu Tuma (PFL SP) – É uma coisa espetacular. A sociedade desconhece isso. Eu conversava com um advogado do Rio Grande do Sul. É uma fórmula que não se entende se não se escrever aritmeticamente para 1º grau. Não adianta fórmula matemática para quem é formado pela Politécnica de São Paulo. Então, dou este testemunho do valor da iniciativa de V. Ex^a. Tenho certeza de que ela é para valer. Continue lutando e continue com esse amor ao próximo, Senador Paulo Paim, que Deus o recompensará. Tenho certeza disso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT RS) – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma. V. Ex^a é sempre muito generoso com este Senador.

O fator previdenciário foi aprovado pelo Governo anterior e transformado em lei em 1999. Como Deputado, eu já tinha apresentado projeto para tentar revogar essa lei de 1999. É claro que o reapresentei como Senador da República durante o ano de 2003. Ele está em debate até hoje.

Sr^a Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, a audiência de hoje demonstrou que o fator previdenciário é o maior crime que já se cometeu contra a classe trabalhadora. Naquele momento, em 1999, em 2000, eles não perceberam a gravidade, porque o impacto não ocorreu de imediato. Eles estão sentindo o impacto agora, quando estão encaminhando a sua aposentadoria.

Senadora Serys, que tem um belíssimo trabalho em relação às mulheres, assim como a Senadora Ideli Salvatti, no dia 8 de março, comemora-se o Dia Internacional da Mulher. Pois bem, nessa questão, a mulher é a grande prejudicada. Ela vai ter um redutor de 35% nos seus vencimentos no ato da aposentadoria, se considerarmos a lei anterior.

O nosso projeto – Projeto nº 296, de 2003 visa simplesmente revogar o fator previdenciário. Fomos todos contra esse fator na época em que ele foi criado. O PT foi contra o fator previdenciário, e eu me lembro que muitos outros Partidos também foram contra, mas fomos derrotados na época em que o Governo o aprovou.

Há possibilidade de fazermos um grande movimento para derrotar esse fator, que traz um prejuízo enorme para todos os trabalhadores. Muitos dos que estão hoje na ativa ainda não sabem desse fator, mas vão saber quando encaminharem sua aposentadoria, porque vão ter um redutor de 30% em relação ao teto, que é, no máximo, de dez salários mínimos e que, na

realidade, não são dez salários mínimos, pois o valor do teto é de R\$2.400,00. Dez vezes o salário mínimo de R\$300,00 seriam R\$3.000,00, mas na verdade o teto é de R\$2.400,00. Então, é importante que façamos o que chamo de uma cruzada nacional pela derrubada do fator previdenciário.

Hoje, os expositores de todas as centrais, de todas as confederações, da Anfip, da Fenafisp, demonstraram, com muita precisão, o quanto é grave esse instrumento aprovado no Governo anterior e que infelizmente perdura.

O Projeto nº 296 – e o Relator é o Senador Mão Santa – já tem o parecer favorável pela revogação e pela implantação da média dos últimos 36 meses, como era a regra antes do fator previdenciário, como forma de cálculo da aposentadoria dos trabalhadores.

Esse movimento, com certeza, tem que vir de fora para dentro do Congresso Nacional. Dizia eu que é possível derrubar o fator previdenciário se o conjunto do movimento sindical brasileiro se mobilizar nesse sentido. Agora, se deixarem na boa vontade de meia dúzia ou uma dúzia de Senadores e Deputados, de fato isso não se dará.

Estavam lá também o Presidente Edison, do Mospap, e Marcílio, da Cobap. Ambos ressaltaram que os trabalhadores da ativa devem entender a importância dessa caminhada que está também vinculada ao reajuste dos aposentados e pensionistas. Tem que existir uma política de reajuste dos benefícios dos aposentados e pensionistas, porque senão, no espaço de seis anos, todos estarão recebendo o salário mínimo. Se conjurarmos a forma de reajuste dos benefícios e ainda o fator previdenciário, será o caos para quem sonha um dia se aposentar. É claro que todos nós gostaríamos de ter uma aposentadoria digna.

Por isso, nobre Senadora, é que nós estamos promovendo amanhã outro debate na comissão mista. Discutiremos, Deputados e Senadores, como ficará a situação dos funcionários das Prefeituras em todo o País, porque os representantes dos Prefeitos lá estarão, dizendo que é impossível manter uma aposentadoria decente. Eles são contra o reajuste do salário mínimo para R\$350,00, Senador Tião Viana, o que eu acho um absurdo. Mesmo para R\$350,00, eles são contra. Então, faremos este debate na comissão amanhã, entendendo que é mais do que justo que o salário mínimo chegue, pelo menos a partir de 1º de abril, a R\$350,00.

O debate que se está fazendo na comissão é de alto nível. Visitamos o Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, que disse do esforço para se chegar a R\$350,00. Ele me lembrava de um ponto que sei V. Exª vai reforçar neste momento, e eu, que tanto trabalhei

nessa área de salário mínimo durante esses anos todos, concordo: de fato, todos os cálculos mostram que esse aumento é o maior dos últimos 25 anos; R\$350,00 é o maior valor dos últimos 25 anos. É claro que agora nós temos de conjugar o debate para construir, como dizia o Ministro Paulo Bernardo, uma política de recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas e uma política de recuperação do salário mínimo. Mas dizer que R\$350,00 não é o maior aumento nos últimos 25 anos é uma inverdade.

Concedo um aparte ao Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Paulo Paim, quero apenas dar um testemunho sobre V. Exª, sempre com admiração intensa sobre sua trajetória de vida. Verdadeiro missionário na causa do salário mínimo, do trabalhador brasileiro, V. Exª é um homem que, na sua essência, defende as causas trabalhistas do nosso País ao lado do trabalhador, do operário, do sindicato, das organizações sociais que lutam por qualidade de vida e dignidade para o trabalhador, que tem o seu dia-a-dia voltado para sua sobrevivência, para assegurar o mínimo de dignidade a sua família. São admiráveis as ponderações de V. Exª, e sei do seu esforço para que o salário mínimo tenha avanços maiores; mas sei também da sua capacidade de compreensão do que foi o limite de negociação entre as centrais sindicais, o movimento social, a capacidade das prefeituras. Esse é um debate que, muitas vezes, fica acobertado. Todavia, sabemos que centenas ou milhares de prefeituras não teriam condição de cumprir sua folha de pagamento se esse aumento fosse mais elevado, nos moldes em que se quer a recuperação do salário do trabalhador brasileiro. Nesta hora em que afirmamos que, no Governo do Presidente Lula, haverá um salário mínimo que é o maior em termos de recuperação dos últimos 25 anos, não tenho dúvidas de que esse valor de R\$350,00 é um passo da longa caminhada que é o que V. Exª defende, à frente de todos nós: colocar o trabalhador em patamar salarial digno para sua vida e a de seus familiares. Imaginar um quadro em que o trabalhador brasileiro possa assegurar as necessidades do seu cotidiano e de sua família é o mínimo que qualquer homem com visão de Estado neste País deve ter, e V. Exª felizmente a tem nessa luta pelo salário mínimo. Sabe que eu fui e sou forte defensor da ampliação dos programas sociais como o Bolsa-Família, porque me apaixona essa tese. Sem a menor dúvida, debato a favor deles, mas, sobre o salário mínimo, V. Exª é uma autoridade porque o defende e nos convence sempre que é um caminho para a distribuição de renda e a recuperação da dignidade do trabalhador brasileiro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agradeço ao nosso Vice-Presidente da Casa, Senador Tião Viana, pela forma respeitosa e mesmo generosa como se refere a este Senador. Lembro-me de diversos debates que tivemos sobre este tema e V. Ex^a sempre, da mesma forma, dizia: Paim, continua firme, faça a sua defesa e vamos subir, dentro do limite, o que é possível. Mas é correto que o salário mínimo é o melhor distribuidor de renda deste País.

Estou muito animado, Senador Tião Viana, inclusive com a perspectiva real de V. Ex^a ser eleito Governador do Acre. V. Ex^a sabe do carinho e do respeito que eu tenho pela sua história desde que aqui cheguei. Por isso, a emenda constitucional que está em debate neste momento fará justiça. Tenho certeza de que o Senado perderá um grande Senador, mas o Acre ganhará um grande governador e o seu irmão, sabemos, o Jorge, deverá estar na Casa representando, da mesma forma que V. Ex^a sempre representou, não só o Estado do Acre, mas também o interesse de todo o povo brasileiro. Por isso, os meus parabéns a V. Ex^a

Gostaria também de dizer, Senadora Ideli Salvatti, que é muito importante que no Dia Internacional da Mulher, nós, que com certeza participaremos desta grande caminhada de mobilização, de valorização da mulher, a Câmara e o Senado, Senadora Serys, aprovemos aqueles projetos – sei que V. Ex^a é uma das Líderes – que estão na pauta e que valorizam a caminhada e a vida das mulheres brasileiras. Um dos projetos diz respeito ao trabalho doméstico, uma iniciativa que teve sempre o apoio de V. Ex^a, inclusive a questão da regulamentação daquilo que foi o nosso principal debate na PEC Paralela, que é a aposentadoria da dona-de-casa.

V. Ex^a, junto com as Deputadas e outras Senadoras, trabalhou muito nesse sentido. Vamos torcer para que consigamos neste ano, de uma vez por todas, regulamentar essa situação que valoriza e faz justiça às mulheres brasileiras pela sua história, pela sua caminhada. Com convicção eu diria, Senadora Serys, que V. Ex^a tem feito aqui um trabalho belíssimo, liderando esta área correspondente à luta, à vida e à história das mulheres.

Lembro-me de que, no ano passado, por iniciativa minha, uma mulher negra, favelada do Rio Grande do Sul, Rozeli da Silva, que dirige uma instituição que atende crianças e adolescentes, recebeu o “Diploma Mulher Cidadã Bertha Lutz” do Conselho que V. Ex^a que preside, o Conselho da Mulher Cidadã Bertha Lutz. Até hoje, toda vez que ela me encontra, fala do discurso de V. Ex^a.

Por isso a minha a minha alegria de estar aqui lembrando um pouco da trajetória de V. Ex^a, que, ao que tudo indica, também deverá ser, no ano que vem, Governadora, embora faça um belíssimo trabalho como Senadora.

Obrigado, Sr^a Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM

FATOR PREVIDENCIÁRIO

– O fator previdenciário foi aprovado pelo governo anterior através da Lei nº 9. 876/99.

– A fórmula de cálculo é baseada nos seguintes elementos: alíquota de contribuição, idade e tempo de contribuição do trabalhador no momento da aposentadoria e expectativa de sobrevida (calculada conforme tabela do IBGE).

– Quanto menor a idade na data da aposentadoria (por consequência, maior a expectativa de sobrevida) menor será o valor do benefício recebido. Esta nova metodologia nada mais é do que um redutor no valor do benefício.

– No aspecto social, ele é perverso, pois, ao privilegiar a aposentadoria por tempo de contribuição tardia e punir, drasticamente, a considerada precoce, penaliza, sobremaneira, aqueles que começaram a trabalhar cedo, na maioria os trabalhadores das classes mais pobres.

– Como a população mundial está ficando cada vez mais velha pois segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), por volta de 2025 haverá mais idosos no planeta do que crianças, concluímos que cada vez mais o trabalhador se distancia da possibilidade de alcançar a aposentadoria sem redução no valor integral de seu benefício.

– Segundo cálculos da consultoria legislativa da Câmara dos Deputados, as perdas podem atingir também quem adiou a data da aposentadoria, pois o cálculo é falho.

– O cálculo é ainda mais perverso com as mulheres já que apresentam expectativa de vida maior que a dos homens.

– Por discordar desta punição aos trabalhadores que buscam a aposentadoria é que apresentamos o Projeto nº 296/03 que extingue o “Fator Previdenciário”. Propomos resgatar os critérios anteriores de cálculos dos benefícios.

– O Nosso nobre Senador Mão Santa deu parecer favorável a esse projeto na Comissão de Assuntos Sociais.

A matéria está pronta para pauta. Está em nossas mãos fazer justiça aos trabalhadores do RGPS. Eles não podem iniciar o recebimento de suas aposentadorias com perdas. Esse momento tão importante de suas vidas tem que ser de sonho, não de pesadelo.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Silhessarenko, Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Silhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela Liderança do PMDB, com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Silhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, V. Exª tem a palavra.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem) – Solicito a minha inscrição para uma breve comunicação no momento oportuno.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Silhessarenko. Bloco/PT – MT) – Estão inscritos para uma comunicação inadiável, em primeiro lugar, o Senador Tião Viana, e, em segundo, esta Senadora.

Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Srªs e Srs Senadores, começamos um novo período legislativo. Até que enfim o ano começa para valer. Já passou o Carnaval, passaram as festas. Neste País, infelizmente, depois do Carnaval é que se entra duro no trabalho.

Este período vai ser de muitas dificuldades, não tenham dúvidas. Faltam a Semana Santa, o São João, no caso da minha região, a Copa do Mundo e, por último, as eleições. Tudo isso mais o trabalho que temos aqui na Casa. E que trabalho? Para começar, na quarta-feira, às onze horas, será promulgada a verticalização, e esse já é um problema que envolve quase todos os partidos.

Temos, Senador Heráclito Fortes, as dívidas agrícolas a serem votadas. Está vindo aí a medida provisória e, com toda certeza, vamos ter que debater com profundidade e resolver este que é um problema que vem se arrastando há longa data.

Hoje tivemos uma outra medida provisória muito justa. Parabenizo principalmente os que lutam pela mulher, porque, majoritariamente, é o trabalho da mulher. Parabenizo nossa Presidenta, a Senadora Serys

Silhessarenko, porque hoje saiu a medida provisória que facilita a vida dos empregados domésticos. São quase seis milhões de pessoas, majoritariamente mulheres.

Mas, e o Orçamento? O Orçamento, nobre Senadora Ideli Salvatti, até agora não o votamos, está pendente, e precisamos cumprir esse dever. Acho que nunca houve um ano em que fosse tão longe a não votação do Orçamento. Então, precisamos ver urgentemente esse problema do Orçamento, para que se possa regularizar a vida econômica no Governo Federal, no Estado como um todo, e as repercussões nos Estados. Todos os ministérios estão vivendo de duodécimo, e isso é uma coisa que urge mudar.

No caso específico do meu Partido, ainda temos o imbróglio das prévias, que teremos que resolver. Dentro desse quadro, que tem tantos outros assuntos pendentes – algumas reformas ainda em andamento, medidas provisórias tramitando –, apenas um evento me deixa feliz: o Dia Internacional da Mulher. Aí, Srª Presidenta, não é por se tratar de você, a minha amiga querida Serys, é por justiça. Todos os dias deveriam ser de homenagem às mulheres, porque elas se desdobram. Elas hoje, no mundo moderno, cumprem uma carga de trabalho fora de casa e ainda têm de cuidar dos filhos, das roupas de todos da casa, da alimentação, da limpeza, do abastecimento. É muita coisa para uma mesma pessoa.

Daí a minha admiração, o meu respeito. E já, antecipadamente, não esperando depois de amanhã, parabenizo hoje todas as mulheres que cumprem essa missão ainda com um sorriso nos lábios e ainda em cima de alguns centímetros de salto alto – o que deve doer à beça os dedos, até que se acostumem. Mas é um outro sacrifício. Então, vivam as mulheres!

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Pois, não. Claro, V. Exª tem um aparte.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Muito bem presidido neste momento pela Senadora Serys Silhessarenko, V. Exª me deixou surpreso e desapontado, queixando-se de que não pode homenagear as mulheres todos os dias.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Eu não disse que não fazia, mas que devia ser todos os dias.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Pois é. Eu tinha V. Exª na cota dos que fazem isso diariamente, pelo bom trato com as colegas, pela sua maneira e, acima de tudo, por ser solteiro. Evidentemente, V. Exª me deixa extremamente surpreso e desapontado com a sua sincera declaração. No entanto, apesar disso, associo-me a esta antecipada homenagem que V. Exª presta às mulheres do Senado, na pessoa da Senadora Serys Silhessarenko.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Senador, agradeço o aparte de V. Ex^a, mas eu me referi ao genérico e não a mim. Eu disse que é um dia internacional de homenagem às mulheres e que lamento que não sejam todos os dias. Eu, particularmente, faço a minha parte, mas eu queria que fosse todo o País, a humanidade, porque são realmente batalhadoras as mulheres. Se no passado podiam ter uma vida de refúgio, de dondoca, hoje não existe mais isso. Hoje a carga é dobrada, muitas vezes até injusta.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Não pense mal de mim, eu também falei de maneira genérica. Agora, V. Ex^a é um galanteador, é aquele que sempre dá mais atenção a todas elas. Por isso tive o cuidado de fazer esse alerta, pensando que fosse uma pequena falha, evidentemente muito difícil de acontecer com V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado.

Escapando do genérico e passando ao particular, ou seja, às nossas colegas, eu tive a sorte de, nesta Legislatura, ter realmente colegas Senadoras excelentes, a quem homenageio com muita alegria, porque são brilhantes. Um abraço a todas as mulheres, um abraço especial à minha Presidenta Serys, que tem batalhado permanentemente por todas.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Muito obrigada, Senador Ney Suassuna. V. Ex^a é um grande batalhador diário na defesa dos interesses, da luta das mulheres.

Com a palavra, para uma comunicação inadiável, o Senador Tião Viana. Em seguida, como inscrito, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Serys Slhessarenko, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago uma boa notícia. Faço questão de fazer um registro ao Senado Federal. O Ministério da Saúde do Brasil, o nosso Governo, no dia de hoje, toma uma atitude muito positiva, digna de registro na história da saúde pública brasileira, que é exatamente ser o primeiro país a desencadear, na sua rotina de vacinação da população infantil, a vacina contra o rotavírus, que causa diarreia aguda em crianças no mundo inteiro e que mata anualmente meio milhão de crianças, especialmente na faixa etária de 0 a 5 anos.

O nosso Ministério da Saúde, hoje, está disponibilizando mais de meio milhão de doses da vacina. Acaba de adquirir um lote com oito milhões de doses para dar ampla cobertura, nos próximos meses e anos, ao atendimento infantil. É uma vacina que não entra na rotina do Ministério da Saúde, nos centros e

postos de saúde do Brasil, em modos de campanha, porque é de fácil manuseio e aplicação. Então, será dada uma gotinha a crianças com dois meses de vida e outra aos quatro meses. Com isso, reduziremos em 44% as internações de crianças brasileiras nos serviços públicos de saúde por causa da diarreia.

Este é um dado muito positivo que o Governo brasileiro e os meios de comunicação deveriam divulgar mais. Por essa razão, eu trago essa notícia ao Plenário do Senado Federal.

Morrem centenas de crianças nessa faixa etária. Qual o parlamentar deste País, sendo o Senado a Casa da Federação, que não tem no seu Estado aquelas denúncias e críticas de que está havendo um surto diarréico muito grande? Todo ano isso se repete. É a sazonalidade das infecções pelo rotavírus.

Nós temos, hoje, a boa notícia de que o Governo brasileiro se afirma como o primeiro país do mundo a implantar a vacina contra o rotavírus nas unidades de saúde. Somente os Estados de Alagoas, de Santa Catarina e do Acre terão a vacina a partir do dia 20. E o Acre a partir do dia 24, por um problema de logística, de transporte, acomodação e ajuste que foi feito em relação a essa vacina. Os demais a partir de hoje já começam a dispor dessa vacina. Então, todas as crianças na faixa etária entre dois e quatro meses de idade já começarão a ter a sua proteção, Senador Romeu Tuma.

Vamos reduzir 44.469 atendimentos nas unidades de saúde da rede pública, o que significa muito para quem faz saúde pública. Quem não conhece, em visita à periferia de São Paulo ou aos Estados da Amazônia, Amapá, Acre, os centros de saúde, as filas das mães com seus bebês no colo, com a dificuldade de tratar uma doença que leva à desidratação. Mas, agora, vamos enfrentá-la de cabeça erguida, com uma medida de saúde pública a mais admirável.

Se há uma grande invenção de toda a história da humanidade no campo científico é a vacina. Esta foi a atitude que mais salvou seres humanos em toda a história da humanidade. O grande marco científico que houve, revolucionário em termos de impacto à vida humana, foi a implantação das vacinas. E agora temos a implantação da vacina contra o rotavírus, que, repito, mata meio milhão de crianças por ano no Planeta, centenas delas no Brasil. Essa vacina reduzirá milhares de vezes o número de atendimentos na rede pública.

Concedo um aparte, com muito prazer, ao Senador Romeu Tuma, que é sempre uma figura solidária e sensível às questões humanitárias e de saúde pública, assim como o seu filho que é médico.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Creio que é até indelicadeza minha interromper V. Ex^a. Ontem eu conversei com meu filho, porque vi a notícia. Sou muito interessado nessa área, na qual o Rogério é o meu orientador. Ele estava explicando as grandes dificuldades que o rotavírus traz para as crianças, principalmente de dois meses, praticamente recém-nascidas. Quero aproveitar a sua presença nessa tribuna – V. Ex^a é um homem equilibrado, um homem de visão, um homem sempre apaixonado pelas questões públicas – para pedir-lhe que cumprimente o Governo por essa iniciativa. Ficamos muito preocupados com toda a situação, com o desemprego, mas estamos nos esquecendo das gerações que estão vindo por aí. É muito triste, muito amargo saber que uma criança de dois ou três meses vem a falecer com sofrimento para ela e para a família, levando uma mãe ao desespero no hospital, pela diarreia, pela fraqueza, por tudo que é decorrente da própria doença. E essa vacina, sem dúvida alguma – V. Ex^a está colocando os números –, sanará essa grande amargura por que passam as pessoas, principalmente as mais carentes. Os hospitais formam filas e não têm condições de atendimento. É provável que – posso dizer que não é um ponto importante –, economicamente, esse é um investimento que também trará para o Governo um resultado positivo. Peço novamente a V. Ex^a que cumprimente o Governo por essa iniciativa.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, que, com um gesto humanista que é próprio da sua vida, da sua personalidade, vem enriquecer o meu pronunciamento. Transmita ao seu filho Rogério o mais elevado respeito também pelo comentário que fez em relação a uma matéria de saúde pública com essa dimensão.

Reitero, Senador Romeu Tuma, que três milhões de crianças que nascem por ano em nosso País começarão a ser protegidas. Vamos reduzir o número de internações dessas crianças em 42% e o óbito infantil em 34%. E 44.469 crianças deixarão de procurar atendimento porque não estarão acometidas pela diarreia causada pelo rotavírus.

Medidas dessa natureza significam muito. Elas são de alto impacto, possuem um custo real, mas têm um resultado extraordinário na defesa da vida humana. As doses estão sendo adquiridas por aproximadamente US\$7, o que significa mais ou menos R\$15,00, enquanto, na rede particular, que já dispunha dessas vacinas, o custo era de R\$200,00 a dose.

Será um grande impacto para as famílias brasileiras. E sabemos o quanto é doloroso. Não há dor maior do que caminhar em uma cidade pequena e ver aquele momento de uma criança perder a sua vida por

uma diarreia. Não é da altura, da envergadura moral de uma sociedade ver crianças morrerem por causa de diarreia.

Então, o nosso País toma um passo admirável. O Governo brasileiro, o Ministro Saraiva Felipe e a sua equipe merecem o meu reconhecimento e, tenho certeza, o de todos os Srs. Senadores neste momento.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao próximo inscrito, Senador Cristovam Buarque. S. Ex^a dispõe de 10 minutos prorrogáveis por mais cinco.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu vim aqui fazer uma pergunta que possivelmente esteja na cabeça de muitos, mas nem todos a têm explicitado. Eu queria perguntar que democracia é essa a nossa. Que democracia é essa, depois de vinte anos, em que, a menos de seis meses das eleições, ainda não conhecemos as regras eleitorais? Que democracia é essa? Que democracia é essa em que nós, o próprio Congresso, aprovamos uma mudança nas regras eleitorais no mesmo ano da eleição? Essa é a primeira pergunta.

Perguntamos também que democracia é essa sem estabilidade institucional, em que o Poder Judiciário – pelo menos, até agora – recusa conhecida decisão da maioria qualificada de votos do Congresso, capaz de fazer reforma constitucional. O Tribunal Superior Eleitoral impede que vigore a decisão, pelo menos, até este momento, antes da promulgação que esperamos ser quarta-feira.

Que democracia é essa em que não sabemos como será a eleição e que tipo de alianças e de não-alianças haverá? Não tenho a menor dúvida de que, em uma democracia com partidos estáveis, a verticalização é uma boa decisão, Senador Romeu Tuma. Mas, neste caos partidário e ideológico dos partidos, a verticalização é uma camisa-de-força. E ninguém cura loucura com camisa-de-força.

Só depois de passado o período da purificação ideológica dos partidos, depois da cláusula de barreira, com alguns anos, a verticalização nem necessária será nas leis porque será natural. Será uma característica intrínseca dos partidos aliarem-se apenas àqueles com os quais são parecidos.

Que democracia é essa em que precisamos de verticalização, Senador Tião Viana? Ao mesmo tempo, que democracia é essa em que se faz uma reforma constitucional e um grupo de juizes a desfaz? O Congresso teria poderes até para acabar com o TSE. Não é cláusula pétrea. Ou teria poderes para mudar um pouco os arts. 16 e 19 dizendo: só se fazem mudanças

no mesmo ano da eleição se for por meio de reforma da Constituição. No entanto, estamos perdidos, a seis meses da eleição, com uma série crise institucional e sem saber ainda como vamos votar.

Pergunto: que democracia é essa, Senador Tião Viana, em que os partidos ficaram tão iguais, por fora, e tão sem nitidez, por dentro? Se fizermos uma análise, hoje, dos militantes de cada partido, veremos uma diversidade tão grande que seria preciso uma lei de verticalização interna, dentro de cada partido. Nossos partidos são tão diversos que não têm nitidez; nenhum tem clareza, uns mais outros menos. Além de estarem sem nitidez interna, estão sem alianças afinadas, porque não há como ter alianças afinadas quando não há nitidez interna. Há pessoas que têm mais proximidade com as pessoas de outros partidos do que com seus próprios companheiros.

Que democracia é essa, Senador Sibá Machado, em que os partidos precisam de camisa-de-força? Ao mesmo tempo, a camisa-de-força é imposta de fora para dentro do Congresso, sem respeito à maioria qualificada dos representantes eleitos pelo povo. Vim até aqui fazer esta pergunta: que democracia é essa?

Ouçõ o aparte do Senador Tião Viana, antes de continuar o meu discurso.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Cristovam, V. Ex^a traz ao plenário um tema atualíssimo e expõe o dia seguinte de uma decisão tomada pelo Tribunal Superior Eleitoral que afeta os partidos, os interesses eleitorais, sobretudo dos partidos brasileiros, e que deve ser refletida sim. Vejo em V. Ex^a um homem da maior lucidez, que procura tratar as questões com a devida profundidade, não com a superficialidade que a política às vezes impõe para o cotidiano da vida partidária e parlamentar, e fico também muito reflexivo quanto a essa matéria. Pessoalmente tenho o entendimento de que a não-verticalização é mais compatível com o princípio de uma República Federativa. Entendo que não temos que seguir as decisões da macropolítica de São Paulo. Somos um País com distintas regiões, com as peculiaridades dos Estados, com a necessária articulação para as influências e os entendimentos de organização e para a influência política regional, e não deveríamos ficar ainda subordinados às decisões do velho “café-com-leite” deste País. É lamentável – prefiro opinar um pouco sobre sua indagação –, mas culpo, por esse processo todo, o Congresso Nacional brasileiro, porque está nas nossas mãos a feitura das leis, bem como a sua clareza e a cobrança da sua aplicação. Ao mesmo tempo, transferimos para instâncias como o Tribunal Superior Eleitoral e o Supremo Tribunal Federal a interpretação dessas leis, porque não somos claros. Deixamos, no nosso cotidiano, de dar a devida

profundidade, a devida formatação e conteúdo a uma matéria legislativa e ficamos sujeitos a interpretações de terceiros. Então, não consigo culpar o TSE, em uma hora dessas, porque penso que transferimos àquela Corte essa oportunidade. Se tivéssemos agido para fazer uma legislação clara, absolutamente definitiva sobre essa matéria, o TSE apenas aplicaria a lei ou, pelo menos, cobraria sua aplicação, mas, infelizmente, como não fomos claros, deixamos vaga uma elaboração legislativa e pagamos esse preço. Com isso, deixamos de votar no dia-a-dia, com uma volúpia pelo denunciamento – parece que a política brasileira só se alimenta disso –, e deixamos questões fundamentais de lado, como a que V. Ex^a aponta neste momento. Conseqüentemente, a personalidade de um partido político fica oculta e o seu interesse eleitoral se sobrepõe, haja vista a impressão de que o partido só aparece definitivamente para ter espaço de poder puro, direto, dentro do seu praticismo ou em período eleitoral. Isso é uma pena para a democracia. Divido, pois, com V. Ex^a um sentimento de preocupação e lamento por uma enxurrada de problemas que vão surgir, e não apenas em decorrência da verticalização, mas porque transferimos ao TSE e ao Supremo aquilo que era de nossa competência.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senador, estou de acordo em que as leis que temos elaborado não são claras, mas nesse caso a nossa maior culpa, no meu ponto de vista, não é a falta de clareza, mas o atraso em fazer. De fato, isso deveria ter sido feito no ano passado, e deixou-se para fazê-lo neste ano. Mas fez-se neste ano como uma reforma da Constituição. O Congresso precisa ser respeitado nesse sentido. Então, sem elidir a culpa do Congresso, é preciso pensar em como é a convivência entre os Poderes. Se o Congresso toma, com três quintos dos votos, uma decisão – atrasada, é verdade –, ou seja, com maioria qualificada, a interferência do Poder Judiciário cria um impasse grave, qualquer que seja o resultado: se o Congresso impuser ou se for submetido. Na democracia, o Congresso só é submetido por pessoas fardadas, não por pessoas de toga. Contudo, estamos correndo o risco de sermos subordinados. Não diria isso se a aprovação fosse por maioria simples; teço estas considerações por se tratar de maioria qualificada.

Ouçõ o aparte do Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Cristovam Buarque, também estava ouvindo-o pela TV e resolvi vir ao plenário. Este assunto sempre me empolga bastante. V. Ex^a tem razão ao dizer que a falta de clareza da regra deixa todos em uma situação de espera. Não se pode fazer muito,

porque é preciso aguardar decisões que hoje estão fora desta Casa. Ressalto que no ano passado foi conferida, pelo menos pelo Senado Federal, uma velocidade muito boa, no meu entendimento, para que se pudessem apreciar as mudanças que poderiam ser tratadas durante o pleito eleitoral de 2006. Falava-se da reforma política mais aprofundada e, depois, houve até aquela proposta da minirreforma, relativa ao barateamento do custo de campanha para 2006. Portanto, Sr. Senador, agora a situação está meio sem jeito.

(Interrupção do som.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Enquanto, nos Estados Unidos, há não sei quantos partidos políticos registrados, mas apenas dois se revezam no comando do governo, há bastante tempo, aqui no Brasil, que eu saiba, há cerca de trinta partidos políticos registrados no TSE, mas entendo que o País ainda não amadureceu para ter aquilo que alguns falam, que são partidos de ordem mais estrutural e não apenas regional ou local. Assim sendo, ainda estamos em uma fase de aperfeiçoamento. A reclamação que V. Ex^a faz é justa, mas, no meu entendimento, caberia ao Congresso ser muito rígido na hora de confeccionar a verdadeira lei política brasileira, para que as regras fiquem estabelecidas para um período bastante longo, e não apenas para um processo eleitoral e criando o casuísmo de que, a cada conjuntura, tenhamos que fazer cirurgias profundas nessa legislação. Registro, assim, minha preocupação e minha solidariedade a V. Ex^a, no que tange às regras, que estão difíceis de se materializar, visto que as convenções estão chegando.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Ouço, com prazer, o aparte do Senador Gilvam Borges.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Senador Cristovam, é pertinente a indagação de V. Ex^a. Não a respondo, mas a Carta Magna, no seu art. 16, tem uma regra explícita: não se podem mudar as regras doze meses antes das eleições. Lamentavelmente, nós que compomos as duas Casas – no caso, o Congresso Nacional – passamos uma situação vexatória. O Congresso, ao sabor dos interesses partidários, políticos e conjunturais, lamentavelmente fica ao sabor da política na sua essência, o que é lamentável. Portanto, solidarizo-me com V. Ex^a nesse questionamento, mas realmente aqui está explícito – pedi à assessoria para trazer-me o texto do art. 16: “A lei que altera o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação”, quer dizer, um ano antes. Até que sou favorável, na situação conjuntural, mas sou pela lei, e V. Ex^a está correto

quando indaga. É lamentável, realmente, essa situação vexatória pela qual estamos passando neste momento. Parabéns!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Agradeço, Senador Gilvam Borges.

Quero lembrar que, por uma maioria qualificada, até esse art. 16 poderia ser modificado. Poder-se-ia colocar uma vírgula e dizer “salvo por reforma constitucional”. Poderia até acabar. Mas não se fez isso, reconheço. O senhor tem toda razão. Há uma maneira de se fazer apressada na hora de se fazer e atrasada na hora de levar em conta a responsabilidade. Fomos demorados na responsabilidade e apressados no formalismo, e isso está gerando esta crise.

Mas quero fazer outras perguntas, Sr. Presidente. Que democracia é esta? Nós estamos aqui e ainda não sabemos que regras eleitorais vão vigorar este ano. Faço outra pergunta: que eleição é esta, nesta democracia, em que o debate entre os candidatos não existe? Nós temos acusações entre candidatos, não temos debate. Como é possível termos uma democracia com um pensamento unificado em que a polarização que se dá entre os grandes candidatos é uma polarização entre iguais? Pode ser um detalhe, Senador Tião Viana, mas é muito importante: o Governo é tão parecido com a oposição que aqui quase não vemos nenhum debate conceitual. Os debates são travados em termos de críticas e contracríticas, a tal ponto que um trabalho feito recentemente no Ministério da Educação foi engavetado porque passava uma imagem muito negativa da educação brasileira, como se fosse culpa do atual Governo, o que não é. Aliás, não toca no período do atual Governo. O atual Governo preferiu engavetar, o que fez com que um dos principais autores pedisse demissão. Por quê? Porque sente-se tão parecido o atual Governo com todos os anteriores – alguns podem chamar isso de responsabilidade, mas acho que responsabilidade não é para esconder verdade –, que tranca uma análise da tragédia educacional brasileira. Então, que democracia é esta em que não há debate de idéias, em que não há debates de rumos?

Vou mais longe, Sr. Presidente. Que democracia é esta que só pensa em curto prazo, no imediato, que não tem um projeto de longo prazo para a Nação brasileira? Só tem projetos de curto prazo para a economia brasileira, para as eleições brasileiras, para a assistência social brasileira. Sempre de curto prazo, nada de longo prazo. Não há democracia presa ao presente.

Vou mais longe, Sr. Presidente. Que democracia é esta em que o Exército está nas ruas do próprio País,

enfrentando brasileiros? Não importa se são bandidos ou não, o Exército não é para isso. Isso quebra a dignidade do Exército. Temos hoje o Exército em diversas favelas do Rio de Janeiro. Imaginem quando uma bala do Exército matar um civil brasileiro ou quando um civil brasileiro, mesmo que bandido, matar...

(Interrupção do som.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – É para isso que temos o Exército, as Forças Armadas e a Polícia. Se um quartel não é capaz de proteger suas armas, o comandante deveria ir à delegacia mais próxima e dar queixa do roubo.

Acho extremamente perigoso para a nossa democracia – e por isso pergunto que democracia é essa – quando vejo que o Exército que tem que subir os morros para recuperar armas que lhes foram roubadas. Isso seria um trabalho para a polícia fazer.

Finalmente, eu perguntaria que democracia é esta em que ainda não temos aprovado o Orçamento no terceiro mês do ano. Que democracia é esta em que não conseguimos fazer uma das mais óbvias das obrigações do Congresso Nacional, que é aprovar o Orçamento? Fico, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com esta pergunta.

Eu me pergunto o que está pensando o povo, que ouve os nossos debates aqui dentro como se fossem apenas acusações e contra-acusações, críticas e contra-críticas em nível da ética e, de vez em quando, a discussão sobre um ou outro projeto e não traz para cá os verdadeiros projetos do povo brasileiro? Que democracia é esta em que o povo não se sente de fato representado por nós no sentido de ver no dia-a-dia da nossa atividade a solução dos seus problemas?

Além disso, não se vê o devido respeito, porque decidimos uma coisa e a Justiça decide outra. Perdemos o respeito pela falta de poder ou o respeito pela falta de competência? Essa é a discussão que está em jogo hoje: o Congresso foi irresponsável ou o Congresso não tem poder?

Esta é a minha pergunta: que democracia é esta em que a juventude se pergunta se o Congresso é incompetente, atrasado ou se o Congresso não tem poder.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, a Sra. Serys Silhessarenko, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC.) – Agradeço a V. Ex^a.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Silhessarenko.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 226, DE 2006

Requer Voto de Lembrança ao ensejo do transcurso do quinto aniversário da morte do ex-Governador ex-Senador e ex-Constituinte Mário Covas.

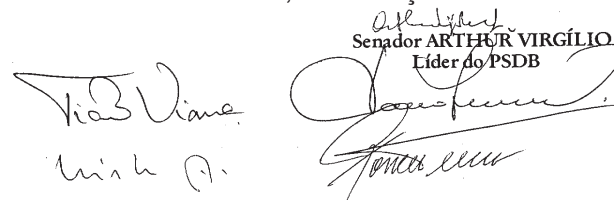
Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Lembrança pelo transcurso do quinto ano da morte do notável político brasileiro, Mário Covas, ex-Senador, ex-Governador de S. Paulo e ex-Constituinte.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento dos familiares do homenageado.

Justificação

Mário Covas foi um grande e autêntico estadista que faz falta ao Brasil. Sua capacidade administrativa, aliada ao tino político, o tornaram conhecido em todo o Brasil. É essa notável figura que hoje homenageio, requerendo ao Senado da República este voto de lembrança.

Sala das Sessões, 6 de março de 2006.


Senador ARTHUR VIRGÍLIO
Líder do PSDB

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Para encaminhar o requerimento de autoria dos Senadores Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, Romeu Tuma e outros Senadores, concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati, Presidente nacional do Partido da Social Democracia Brasileira.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de me congratular com os Senadores Arthur Virgílio e Romeu Tuma pela iniciativa, que lembra o aniversário da morte de um dos maiores homens públicos com quem tivemos a oportunidade de conviver.

Realmente, Mário Covas foi, para nós todos, para todos os políticos brasileiros, não importando o Partido, se adversário ou correligionário, uma referência, de ética, de lealdade, de espírito público, atributos que, sem dúvida, fazem falta no cenário da vida pública brasileira.

É com muita saudade, mais do que saudade, que lembramos Mário Covas. É imensa a falta que ele faz na vida pública brasileira hoje. Nós do PSDB lembramos não apenas do nosso fundador, do homem que fundou um Partido que, como ele sonhava, tivesse a ética como principal referência. Sem dúvida alguma, a ética foi o referencial de toda a sua vida política. Ele provou que é possível se fazer política na Oposição com ética, que é possível se fazer administração pública, que é possível administrar um Estado como São Paulo, que é um país, ou uma cidade como a capital paulista tendo a ética como principal referência.

Quero parabenizar o Senador Romeu Tuma, de São Paulo, o Senador Arthur Virgílio e todos aqueles que lembraram esse homem que deixou essa marca nesse imenso vazio que existe na vida pública brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Tasso Jereissati, a Presidência já se manifestou a respeito do requerimento. Portanto, reitero aqui toda homenagem e reconhecimento a um ícone da vida pública e da moralidade pública do nosso País, que é o ex-Governador Mário Covas, tão bem lembrado por V. Ex^a.

A Mesa dará o encaminhamento regimental ao Requerimento apresentado por V. Ex^a e fará a devida comunicação.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, pela ordem.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Serei breve, Sr. Presidente.

Em nome da nossa Bancada, Senador Tasso Jereissati, nós nos solidarizamos com V. Ex^a e queremos fazer nossas as palavras apresentadas aqui por V. Ex^a. Quero também dizer, apenas para complementar, que as relações entre PSDB e PT são normais dentro do processo da democracia nacional, mas quero lembrar que, naquele momento do cerceamento da democracia brasileira, estávamos juntos na luta pela redemocratização. Foi assim nas Diretas, foi assim no momento daquela retomada.

Então, eu gostaria de estabelecer aqui que também esta é a opinião da nossa Bancada do Partido dos Trabalhadores, apoiando totalmente o requerimento apresentado pelo PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa encaminhará o voto de lembrança de autoria dos Senadores Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, Romeu Tuma e outros Senadores.

Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessa-renko, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno.

Concedo a palavra, antes, pela ordem, ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para me solidarizar com todos aqueles que – a iniciativa foi do Senador Romeu Tuma – aqui lembram o grande homem público brasileiro que foi Mário Covas.

Em nome do PDT, também desejo me manifestar. Fui seu colega como Governador no mesmo período, e tenho não apenas muita saudade, mas um profundo respeito por Mário Covas.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A assinatura de V. Ex^a passa a compor o requerimento apresentado pelos Senadores citados.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pela 1^a Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessa-renko.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 227, DE 2006

Requer, ao Senhor Ministro da Justiça, informação acerca das providências que foram ou estariam sendo tomadas pelo Governo no tocante ao ocorrido com um jovem futebolista brasileiro que permaneceu 16 dias no aeroporto de Frankfurt, no mês de fevereiro deste ano.

Requeiro, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50, § 2^o, da Constituição Federal, que sejam solicitadas, ao Ministro da Justiça, informações acerca das providências do Governo quanto ao drama vivido pelo jovem futebolista brasileiro Douglas dos Santos Rodrigues, jogado à própria sorte no aeroporto de Frankfurt, como notícia a revista **ISTOÉ**, edição de 8-3-2006, p. 53.

Justificação

O drama vivido por Douglas dos Santos Rodrigues, de 20 anos de idade, deixa evidente uma prática condenável e que, infelizmente, vem-se repetindo: o envio de adolescentes para o exterior, em condições precárias e não raro desumanas. São vítimas da exploração de pretensos empresários, que acenam aos jovens oportunidades de emprego no futebol do exterior. No caso de Douglas, quem o teria atraído, diz a revista, foi o empre-

sário Wilson Bellissi Jr., que prometera ao jovem uma colocação era time europeu de futebol. Douglas gastou R\$6 mil com passagens e, ao chegar ao aeroporto de Frankfurt, na Alemanha, o empresário não o aguardava. E ele, então, ficou ali, sem dinheiro para dormir e se alimentar. No Título IV, Capítulo I, a Constituição Federal prescreve as atribuições do Congresso Nacional, contemplando, no inciso X do art. 49, as suas prerrogativas de fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração indireta. No caso em tela, estou solicitando esclarecimentos diante das informações veiculadas pela revista, para que esta Casa fique sabendo se, da parte do Governo do Brasil houve alguma providência para evitar que o fato se repita.

Sala das Sessões, 6 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 228, DE 2006

Requer ao Ministro da Saúde informações sobre providências acautelatórias de controle do consumo de anfetaminas.

Requeiro, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que sejam solicitadas, ao Ministro da Saúde, informações sobre as providências porventura adotadas ou a serem adotadas, para o controle do consumo de anfetaminas, medicamento de Larga venda e uso para emagrecimento.

Justificação

A Revista **Veja** publica, em sua edição com data de capa de 8 de março de 2006, matéria denunciando o uso indiscriminado de anfetaminas, utilizadas para emagrecimento, sujeitando-se quase sempre sem qualquer informação sobre os efeitos colaterais do medicamento. Como são prescritas sem controle, o Brasil é o campeão mundial no consumo do medicamento.

No Título IV, Capítulo I, a Constituição Federal prescreve as atribuições do Congresso Nacional, contemplando, no inciso X do art. 49, as suas prerrogativas de fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração indireta. No caso em tela, estou solicitando esclarecimentos diante das informações veiculadas pela revista, para que esta Casa fique inteirada se há, em nível nacional, algum estudo para impedir que as anfetaminas continuem sendo vendidas indiscriminadamente.

Sala das Sessões, 6 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessa-renko.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 229, DE 2006

Requer voto de pesar pelo falecimento da artista plástica e escritora Elsie Dubugras, ocorrido no dia 2 de março de 2006

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar, pelo falecimento da artista plástica e escritora Elsie Dubugras.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja inscrito nos Anais do Senado Federal, levado ao conhecimento da família da Srª Elsie e da direção da Revista **IstoÉ**.

Justificação

O voto de pesar que ora requeiro justifica-se. A Srª Elsie Dubugras foi uma figura de fone presença na vida artística e editorial do País. Por 30 anos, trabalhou na Editora Três, onde era carinhosamente chamada de Dona Elsie. Era editora e diretora especial da Editora. Além de escritora, autora de diversos livros, Dona Elsie foi excelente artista plástica, com muitos retratos a bico-de-pena do centro velho de São Paulo e de aquarelas pintadas na região de Itanhaém, no litoral paulista.

Sala das Sessões, 6 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessa-renko.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 230, DE 2006

De tramitação conjunta do PEC nº 86, de 2003, e da PEC nº 31, de 2005

Senhor Presidente

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que a PEC nº 86, de 2003, de autoria do senador Gerson Camata, passe a tramitar

em conjunto com a PEC nº 31, de 2005, de autoria do Senador Augusto Botelho, por versarem sobre a mesma matéria – para dispor que as unidades de conservação da natureza serão criadas mediante lei.

Sala das Sessões, 6 de março de 2006. – Senador **João Batista Motta**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, c, 8, do Regimento Interno.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição pela Liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a está inscrito, Senador Sibá Machado.

Com a palavra a Senadora Serys Slhessa-renko.

A SRA. SERYS SLHESARENKO (Bloco/PT – MT. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sei que disponho de apenas cinco minutos para uma comunicação inadiável. Já ouvimos alguns dos Srs. Senadores se pronunciarem a respeito do Dia Internacional da Mulher, no dia 8 de março, quando haverá uma solenidade especial de premiação de cinco mulheres que se destacam na defesa dos direitos da mulher em nosso País.

Solicito a todos os Senadores e Senadoras que, durante esta semana, busquem dar visibilidade à questão, por meio da tribuna do Senado, falando ao Brasil, a homens e mulheres, brasileiros e brasileiras, da importância de tratarmos da igualdade de direitos da mulher, como a lei nos assegura. Infelizmente, a discriminação é uma realidade, seja no trabalho, seja na política, seja na família. Não vou repetir, mas os dados que dizem respeito à violência contra a mulher são assustadores. Pelo menos durante esta semana, que todos nós nos empenhemos no sentido de dar visibilidade à discussão para a superação do problema.

Anuncio também que, entre sexta-feira e domingo, estive em meu Estado de Mato Grosso, onde participei de reuniões da maior relevância, uma delas com a entidade denominada Aprosoja – Associação dos Produtores de Soja. Todos sabemos o tamanho da contribuição que meu Estado, Mato Grosso, dá ao Brasil em termos de produção. É o maior produtor de soja, o maior produtor de algodão, o maior produtor de carne bovina, e o segundo maior produtor em inúmeros outros produtos, mas, infelizmente enfrentamos grandes problemas, em especial de infra-estrutura, para assegurar que o Estado continue tendo a relevância que tem.

Já foi iniciada a discussão da medida provisória que trata da agricultura, medida provisória que deve estar chegando ao Congresso Nacional. Voltaremos

a tratar do assunto, que foi recentemente anunciado pelo Presidente Lula e que é de grande relevância, em especial para o Estado de Mato Grosso.

Nesses poucos dias em que estivemos lá no Estado, percorremos pouco mais de quinhentos quilômetros da estrada Cuiabá-Santarém, a BR-163. A rodovia está praticamente toda asfaltada no Estado de Mato Grosso. Restam em torno de cinquenta quilômetros de asfalto para chegar ao Estado do Pará. Em Mato Grosso, é difícil a situação dessa BR, mesmo asfaltada, devido ao grande tráfego de carretas. Imaginem escoar milhões de toneladas produzidas no entorno da BR-163 por Santos ou Paranaguá, via rodovias. Para rodar 500 km de carro – não falo de carretas –, levam-se de oito a dez horas, devido ao grande tráfego. Com Mato Grosso produzindo, precisamos de mais estrutura.

Conclamo os Colegas a também lutarem pela melhora da BR-163, especialmente minha querida companheira Ana Júlia Carepa, os Senadores Luiz Otávio e Flexa Ribeiro, pois Mato Grosso e Pará têm um interesse comum. É importante, tanto para o Pará quanto para o Mato Grosso, que a BR-163 seja asfaltada no trecho da divisa de Mato Grosso até Santarém, pois a produção no entorno da BR-163 precisa escoar por Santarém – e não falo nem no entorno da BR-158 ou da BR-364 ou de outras BRs, em que a produção também é gigantesca; falo apenas do entorno da BR-163.

Sou titular da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Naquela Comissão, sabemos das dificuldades que enfrentamos, como sabemos também que o Orçamento deverá, com a responsabilidade de Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, ser aprovado nos próximos dias, obrigatoriamente.

Por isso, mais uma vez, conclamo os Srs. Senadores de Mato Grosso e do Pará para que juntemos as nossas forças a fim de que se inicie, o mais rápido possível, o trabalho de tornar transitável a BR-163 no Estado do Pará, e para que possamos, especialmente o Mato Grosso, com o tamanho de sua produção, escoar seus produtos...

(Interrupção do som.)

A SRA. SERYS SLHESARENKO (Bloco/PT – MT) – Peço mais dois minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Desculpe, Senadora Serys Slhessa-renko.

A SRA. SERYS SLHESARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Romeu Tuma.

...escoar a sua produção via Santarém. Sabemos do empenho de todos os Senadores. E aqui cito especificamente o Senador Flexa Ribeiro, que tem se empenhado. S. Ex^a não faz parte do nosso partido, mas a luta

que travamos é muito superior a isso. Também se têm empenhado todos os Parlamentares de Mato Grosso e do Pará, como a Senadora Ana Júlia Carepa. Estou dando ênfase ao Senador Flexa Ribeiro, do Pará, que faz parte dessa luta com bastante determinação.

Existe, como dizia, a necessidade de aprovação do Orçamento. No Orçamento de 2006, Senador Romeu Tuma, que preside a Casa neste momento, há R\$50 milhões, que alguns dirão ser pouco, para iniciar o trabalho de asfaltamento na BR-163, no Pará. É pouco sim, mas já dá para trabalharmos as pontes.

Neste final de semana, participamos de reuniões importantes, próximo à divisa do Pará. Nesse local, se as pontes forem reparadas – e os R\$50 milhões previstos no Orçamento tornam possível a reparação dessas pontes –, já existem empresas dispostas a escoar a produção de Mato Grosso, via Santarém, e a trazer insumos, fertilizantes, fungicidas, etc., que chegarão por um preço muito mais acessível ao Pará e, principalmente, ao Mato Grosso, via Santarém.

Se essa possibilidade já está posta, compete-nos, como Parlamentares, atuar imediatamente para que pelo menos as pontes sejam viabilizadas, enquanto se decide como será feito o asfaltamento nesse trecho grande se não me engano de 600 km, dentro do Pará, da divisa de Mato Grosso até Santarém, que ainda não se sabe se será sob a forma de PPPs. As pontes podem ser viabilizadas, e já existem empresas dispostas a fazer o trânsito de produção e de fertilizantes no trecho Santarém-Mato Grosso e Mato Grosso-Santarém.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Serys Silhesarenko, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Aproveito a presença do jornalista Franklin Martins no plenário para sugerir que a notícia do café não seja dada só aos domingos, mas que o Jornal Nacional divulgue, duas vezes por semana, os cochichos do café, porque é interessante.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, cinco anos se passaram desde a morte de Mário Covas. Eu ouvia o Presidente do meu Partido, Senador Tasso Jereissati, assim como o Senador Sibá Machado. Não tive a honra de ouvir V. Ex^a, nem o Senador Tião Viana e outras figuras respeitáveis desta Casa que se manifestaram sobre Mário Covas. Mas ouvi o meu Presidente Tasso Jereissati, e passou um filme muito rápido na minha cabeça.

O Covas honrado que todos proclamam, o Covas de opinião firme, que é preciso que o Brasil cada vez mais reverencie, aquela figura que não perdia a oportu-

tidade de ser sincero muitas vezes chegava às raíais da ranhetece, e o tempo inteiro manifestava as suas posições com muita clareza, com muita firmeza.

Certa vez, eu disse-lhe: “Mário, você ainda vai ser Presidente do Brasil”. E ele me respondeu, Senador Sibá, de maneira muito crua, dizendo assim: “Arthur, eu jamais vou ser Presidente do Brasil, eu talvez seja Governador de São Paulo. Eu não tenho o conjunto de qualidades e defeitos necessários a um Presidente da República”. E eu percebi que ele estava muito profundamente analisando a figura do príncipe de Maquiavel, príncipe cheio de qualidades e de defeitos, sob pena de não ser sequer um bom Presidente da República.

Essa era a visão que tinha Mário. Não se tratava de uma crítica a quem porventura chegasse à Presidência, mas de uma constatação de que uma pessoa com notável grau de absoluta sinceridade o tempo todo, de absoluto compromisso com as suas verdades esbarraria na hora das coligações, encontraria certos entraves.

Portanto, Mário viu cumprida sua própria profecia de não se tornar Presidente da República. Quem perdeu foi o Brasil, e quem ganhou foi São Paulo, tendo nele o grande Governador que fez a mudança essencial nos padrões de administração daquela terra.

Sr. Presidente, eu tinha por ele um carinho pessoal muito grande. Não vou me alongar. Encaminhei, junto com o Senador Tasso Jereissati, esse requerimento de voto de lembrança a Mário Covas – sei que V. Ex^a apresentou outro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Tomei a liberdade de subscrever o de V. Ex^a também.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É uma honra muito grande para mim.

Certa vez, quando menino, nas férias escolares, vim ao Congresso, em Brasília, ver meu pai. Um velho Senador de Alagoas, Senador Silvestre Pércles de Góes Monteiro*, muito gentilmente, pega-me pelo braço, a mim e um colega meu que passava férias comigo aqui, e me leva ao plenário da Câmara. Eu estava lá para ver os Deputados do meu Estado. Eu queria ouvir todas as figuras que supostamente me representavam. Naquela época, era uma bela representação, sim.

O Senador Silvestre Pércles disse: “Aquele rapaz magro” – ele era magro àquela época – “e de cabelo preto que está ali tem tudo para ser Presidente da República. É um dos melhores Parlamentares que já vi atuar”. Ele começou a elogiar Mário Covas, de quem eu nunca tinha ouvido falar. Foi a primeira vez em que eu o vi e ouvi. Logo em seguida, para sorte minha, ele pede a palavra pela ordem e faz um discurso belíssimo.

Nos seus tempos de Parlamentar, Mário Covas desempatava uma votação. Na Constituinte, foi assim. Estava meio a meio: determinado ponto de vista tinha o apoio de metade dos Parlamentares, e outro ponto de vista, outra metade. O discurso de Mário Covas decidia.

Ele virava o jogo nas reuniões da Bancada de Senadores e Deputados, em conjunto, do PSDB, seja por sua personalidade, seja por sua capacidade de explicar o que queria, seja pelo brilho de sua oratória, seja pela sua cultura, seja, sobretudo, pela sua credibilidade, sem a qual de nada adiantariam as outras qualidades.

Portanto, homenagens a Mario Covas é o que devemos fazer hoje.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – A Mesa se solidariza mais uma vez com V. Ex^a pela iniciativa.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Fui à Mesa solicitar autorização para subscrever o requerimento que envolve uma figura reconhecida por toda a Nação brasileira, Mário Covas, pelo importante papel que desenvolveu ao longo de toda a sua carreira e em todos os postos que teve a oportunidade de exercer no comando da vida pública brasileira.

Venho à tribuna, após o Carnaval, tendo em vista que não tive a oportunidade de me referir a essa que, indiscutivelmente, é uma das maiores manifestações da cultura brasileira, que tem a marca, o ritmo, a cor e toda a exuberância do povo brasileiro, principalmente na sua matriz afro-descendente, que conseguiu, após três séculos de escravidão, nos mostrar toda a pujança da sua arte, da sua cultura. Essa festa faz com que todo o Brasil vivencie, durante momentos tão significativos, aquele que é indiscutivelmente um dos maiores espetáculos artísticos em desenvolvimento no mundo, que é o desfile das escolas de samba, tendo a oportunidade de aprofundar temas e assuntos de forma tão maravilhosa, como ocorreu agora neste último Carnaval.

Parabenizo a Vila Isabel, que ganhou o primeiro lugar no desfile das escolas do Rio de Janeiro, a Vila Isabel, que, conforme Noel Rosa cantava, “tendo nome de princesa, transformou o samba num feitiço decente que prende a gente”. Nesse desfile, efetivamente prendeu a gente pelo tema que trouxe, que é exatamente a situação que vivenciamos nesta tão sofrida América Latina, o enredo “Soy Loco Por Ti, América”.

Ao trazer para a avenida e ter sido escolhida a escola campeã do Carnaval 2006, Vila Isabel fez jus ao reconhecimento que todos têm do papel que essa comunidade representa no mundo do samba.

Quando digo que traz o tema é porque o debate a respeito dos desafios, das potencialidades e da situação que vivencia a América Latina neste momento, com tantas mudanças políticas, econômicas e sociais que vêm sendo desenhadas no último período, faz com que o desfile das escolas de samba seja também esse momento precioso, Senador Tião Viana, de podermos, por meio da arte, da música, do som, do ritmo, das co-

res, também fazer a reflexão sobre este momento que a América Latina vive, de forma tão especial.

Como não poderia deixar de fazer, parabenizo as escolas de samba da minha cidade, Florianópolis, a Consulado do Samba, que, com o tema “Praça XV, onde tudo acontece”, foi classificada em primeiro lugar, e a Unidos da Coloninha, que ficou em segundo lugar.

Lamento o incidente ocorrido com a Porto da Pedra, escola em que tive a oportunidade de fazer a minha estréia na Marquês de Sapucaí, eu que nunca tinha participado do desfile das escolas de samba, apesar de ser carnavalesca de primeira hora, eu diria até de primeiros meses; em Santa Catarina, eu faço uma passagem na bateria da minha escola, que é a Copa Lord.

Neste ano, a Porto da Pedra veio com um enredo muito forte e muito bonito a respeito das mulheres: “Bendita és tu”. Essa escola trouxe toda a luta das mulheres, a luta feminista, a luta das artistas, a luta das atletas. Infelizmente, não entramos na disputa, apesar de o samba ser muito empolgante e o enredo, muito bonito.

Tive a oportunidade de vivenciar a Marquês de Sapucaí no carro “Guerreiras do Brasil”, junto com a Senadora Ana Júlia Carepa, a nossa Ministra Nilcéa Freire e outras parlamentares. É uma pena que tenha sido o carro logo em seguida ao nosso que tenha quebrado, porque era o carro que traria as mães brasileiras, que mostrava a luta das mães brasileiras que defendem o direito das mães nas situações mais amargas e trágicas, como as que perdem os filhos na briga do narcotráfico, na violência urbana, como em Acari, as que perderam os filhos na Ditadura Militar ou pelas mais diversas formas de violência, como a escritora e romancista Glória Perez. Infelizmente, esse foi o carro que quebrou.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a me concede um aparte?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Concedo, com muito prazer, um aparte ao Senador Sibá Machado e, a seguir, abordarei outro tema.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senadora Ideli Salvatti, não tive oportunidade de ver o samba de V. Ex^a. Sempre me interessei pouco em participar do carnaval, pois procuro fazer o caminho inverso, dirigindo-me a um lugar mais fechado ou lendo um livro. Todavia, fiquei curioso desta vez. Como comprar ingresso para assistir ao desfile do Rio de Janeiro era mais complicado do que eu imaginava, acabei não conseguindo adquiri-lo. Foi uma pena, pois estava com vontade de assistir ao desfile. Esta grande festa nacional certamente é uma das que propicia maior turismo – não tenho números, mas creio que é isso. Faço hoje uma comparação muito clara entre as três maiores festas carnavalescas que o Brasil tem: Rio de Janeiro, Salvador e Recife. A grande festa do Rio de Janeiro é mostrada para o mundo. A de Salvador é voltada à classe média. E o povão fica mais em Recife. Até mesmo Caetano Veloso deixou Salvador

para cair no frevo de Pernambuco. Fico imaginando uma maneira de aproveitarmos essa força nacional, tão forte quanto o futebol brasileiro. Hoje o Brasil tem a quinta taça, e torço pela sexta taça. Que tal se pudéssemos, em algum momento, expandir o carnaval para o mundo, vendendo essa imagem tão bonita? Como V. Ex^a já disse, o carnaval traz temas históricos, polêmicos e da atualidade, que nos chamam à reflexão. Eu gostaria mesmo de ter ido ao Rio de Janeiro para ver a Porto da Pedra e o samba no pé da nossa Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço o Senador Sibá Machado.

Eu gostaria muito que o carro da Escola de Samba Porto da Pedra não tivesse quebrado, para que pudéssemos nos classificar entre as campeãs. Até mesmo para que a escola pudesse, mais uma vez, trazer o tema da mulher exatamente na semana em que vamos abordá-lo aqui e fizesse o desfile das campeãs no sábado passado.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me concede um aparte, Senadora?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Ouço, com muito prazer, o Senador Arthur Virgílio, que, sei, é um sambista de primeira hora também.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Não. Até que não. Eu não me considero ruim da cabeça, mas não tenho tanto samba no pé. Senadora, na verdade, Manaus pratica um carnaval de escola de samba de alto nível, um dos mais sofisticados do País, e começa a virar evento turístico que atrai muitos turistas, sobretudo daquela área da Amazônia internacional: da Amazônia peruana e da Amazônia venezuelana. É um carnaval muito bonito. Eu que vejo em outro ponto da cultura do meu Estado, o Boi-Bumbá de Parintins, uma ligação muito forte com o carnaval das escolas, que aprecio muito e gosto de assistir, fiquei feliz este ano porque percebi que, inclusive no Rio de Janeiro, renasceu o carnaval de rua, aquela coisa dos blocos...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Fantástico! Esse renascimento é fantástico.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – O que eu tenho de conhecidos que disseram que saíram em tal bloco... Coisa que já estava morrendo. Eu creio que essa é uma expressão popular que, aliás, é a original. Ela é a fonte dessa festa bonita toda.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – E lá não tem cordão para separar. Todo mundo vai...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Não tem. Todo mundo junto.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Todo mundo junto...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Houve o episódio do Bola Preta, tão tradicional, aquela gafeira... Houve o episódio do Bafo-da-Onça, com milhares e milhares de pessoas nas ruas. Eu fiquei muito feliz com isso. Não custa nada, não tem nada envolvido, a não

ser a alegria popular. Eu creio que essas festas são o resumo da nossa cultura. Não dá para nós imaginarmos destacar o que nós somos como povo, o que nós somos como civilização dessas manifestações populares que passam pela nossa culinária, passam pelo carnaval, passam pelo nosso sincretismo religioso. Portanto, eu parabeno V. Ex^a pelo pronunciamento que faz, indo ao encontro disso que, para mim, é realmente relevante.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu agradeço a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

Peço ao Senador Tuma mais uns minutinhos, porque, além dessa questão da cultura brasileira, da sua importância, eu também gostaria de mencionar algo que eu entendo tão importante quanto. O Presidente Lula vai à Inglaterra em uma viagem oficial e será recebido como Chefe de Estado. A revista *The Economist*, desta semana, destaca na capa uma entrevista do Presidente Lula. Já na terceira página, uma foto com destaque; no editorial, também realça significativamente a situação do Brasil. Há uma reportagem de fôlego, de três páginas, retratando um pouco o que tem sido esse período do Governo Lula, a situação vivenciada pelo Brasil, os desafios que estão postos.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senadora Ideli Salvatti...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu já estou terminando, Senador Heráclito.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – A matéria é tão importante que solicitaria a V. Ex^a que lesse o trecho que considera mais importante, para que fique registrado nos Anais da Casa.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Vou fazê-lo, Senador Heráclito. Peço inclusive que seja considerado lido na íntegra o editorial do jornal *O Estado de S.Paulo*, o *Estadão* que trata exatamente da matéria.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Sei que V. Ex^a vai transcrever nos Anais, mas se trata da Líder de um partido que discorreu tão bem sobre o carnaval e quero que o sucesso do seu pronunciamento sobre o carnaval tenha também o mesmo efeito que o sucesso da atuação do Presidente Lula. Daí, eu pediria a V. Ex^a que destacasse pequenos trechos do artigo do *The Economist*.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu o farei se V. Ex^a não ficar tão ansioso como sempre quando subo à tribuna. Eu já estava até preocupada porque V. Ex^a ainda não havia me aparteado.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Eu quero ajudá-la, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Se V. Ex^a me permitir vou fazer o registro. Pode ser?

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Eu deixo.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – O editorial do jornal *O Estado de S.Paulo*, que tem como título “Ponto para Lula – e o Brasil”, realça trechos e

determinadas questões tanto no editorial quanto na reportagem. Vou ler aqui pequenos trechos, Senador Romeu Tuma, se V. Ex^a me permitir, do editorial.

Seria o supra-sumo da mesquinhez política desdenhar do amplo espaço que o semanário londrino **The Economist**, a mais importante revista do gênero no mundo, concedeu ao presidente Lula na edição que começou a circular ontem, quatro dias antes de sua visita de Estado à Grã-Bretanha, a terceira de um governante brasileiro, depois de Ernesto Geisel e Fernando Henrique.

Muito ao contrário, o País deve receber com satisfação o destaque conferido pela publicação ao presidente – o editorial *A mágica de Lula*, a reportagem *O salto de Lula* e a entrevista de 46 perguntas....

A importância que a *Economist* lhe deu traduz uma atenção ao Brasil rara na mídia do Primeiro Mundo. Os principais períodos do mundo rico, quando não falam de seu entorno imediato, da guerra no Iraque e do terrorismo, têm os seus olhos voltados – justificadamente – para a China ou a Índia. E, hoje em dia, a Venezuela de Hugo Chávez e a Bolívia de Evo Morales são mais notícia do que Lula na grande imprensa européia e americana. A atitude desses órgãos de mídia – que fazem a cabeça de governantes e investidores em relação ao País é de “negligência benigna”, como disse certa vez, em outro contexto, o presidente americano Lyndon Johnson.

Agora, tanto o editorial quanto o artigo e a entrevista que lhes serviu de base tratam Lula com *fairness* e o Brasil com seriedade...

Esse presidente, a revista dá como quase certa, será o político de que se ocupa – “carismático e de sorte”. Eis, de fato, uma combinação invejável aos praticantes do ofício em qualquer parte do mundo. Graças a ela, a sua popularidade se recuperou do mensalão e até agora não pagou pelo acabrunhante crescimento de 2,3% do PIB de 2005. Do mensalão – para a revista “um mar de suposições, pontilhados por ilhas de fatos” -, diz Lula, quase de um só fôlego, que o PT foi vítima de um massacre “não injustificável”, que o partido não pode ser julgado “porque meia dúzia dos seus membros fez algo errado”, que as CPI lhe darão um atestado de idoneidade, mas terá muito a explicar à sociedade nos próximos anos.

Termina o editorial do **Estadão** dizendo:

O Lula que o *establishment* britânico é chamado a ver pelos olhos da **Economist**, juntamente com o seu País, deixa uma boa

imagem, que se deve, principalmente, ao fato salientado pela revista de “a vitória do operário nascido em muito à extrema pobreza não o ter levado a transformar-se num populista (...)”

E isso, obviamente, não é pouco. Portanto, Sr. Presidente, peço que se registre na íntegra o editorial de **O Estadão**.

O Sr. Tasso Jereissatti (PSDB – CE) – V. Ex^a me permite um último aparte?

A SRA. IDELI SALVATI (Bloco/PT – SC) – Pois não, Senador Tasso Jereissatti.

O Sr. Tasso Jereissatti (PSDB – CE) – Eu gostaria de congratular-me com V. Ex^a e com o Presidente Lula, porque a evolução do seu Partido e de V. Ex^a desde os discursos quando oposição é algo extraordinário. **A The Economist** é a bíblia do capitalismo financeiro internacional, e o PT hoje e o Presidente Lula sentir-se orgulhosos pelos elogios que a **The Economist** faz ao Governo do Presidente Lula é natural. Afinal de contas, os lucros dos bancos estão aí para mostrar a coerência da **The Economist** em relação ao Governo Lula. A evolução do PT é que é realmente extraordinária. Eu gostaria de me congratular com essa evolução, apesar de não estar de acordo com essa política que deu um lucro tão grande aos bancos e um crescimento tão pequeno ao País. Mas a evolução do PT, realmente, é extraordinária.

A SRA. IDELI SALVATI (Bloco/PT – SC) – Senador Tasso Jereissatti, não sei se meu tempo me permite ainda, mas eu queria apenas dizer o seguinte: acho, às vezes, bastante estranho que vocês insistam que não houve mudanças na política econômica, que não mudamos nada e continuamos fazendo a mesma coisa que os senhores fizeram ao longo de oito anos. Depois, há um reconhecimento internacional dessa envergadura para o País – quero dizer, com todas as divergências que possamos ter com a linha editorial da revista –, mas, indiscutivelmente, não me lembro de ter tido, na véspera da visita dos dois presidentes, que foram os dois que estiveram na Grã-Bretanha, um destaque dessa magnitude.

Para o País, mesmo com a divergência, entendo que é uma sinalização relevante e que merecia, sim, indiscutivelmente, o destaque nesta tribuna. Porque quando um órgão dessa magnitude, mesmo com todas as divergências ideológicas que podemos ter, dá o destaque para o nosso País, para o que está estabelecido aqui, para a potencialidade com que está colocado, é algo que, com todas as reservas que podemos ter com a linha ideológica da publicação, coloca o País no cenário internacional como destaque e acho que merece seja registrado.

E aí acho bom vocês decidirem o que querem fazer: se querem elogiar a política econômica, que vocês dizem que continua a mesma, ou se querem criticar.

Tenho um entendimento – já tive oportunidade de ver inúmeras vezes – de que há modificações significativas na política, principalmente pela concepção e o papel que o Estado brasileiro passou a fazer durante o Governo Lula. Já tive oportunidade aqui de colocar o papel dos bancos públicos, o papel do crédito, o papel de toda a máquina pública reconstituída enquanto Estado para alavancar a oferta de serviços públicos de inclusão social. É diferenciado de forma significativa.

Então, eu não tenho nenhum problema em fazer o debate...

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Peço tempo para concluir.

Agora, acho um pouco estranhas as posições, porque numa hora criticam, noutra hora dizem que é igual... Então, acho bom vocês saírem da esquizofrenia e definirem como vão tratar o assunto agora, para o processo eleitoral.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senadora Ideli, eu não estou esquizofrênico. Estou elogiando a evolução...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – ... essa sua enorme alegria com o lucro dos bancos e a posição da revista **The Economist**, e essa enorme identidade do seu Partido com a **The Economist**. Não existe nenhuma esquizofrenia, nem crítica, nem elogio; apenas a alegria de ver essa identidade com a bíblia do capitalismo financeiro internacional.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Tasso Jereissati...

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Não há nenhuma esquizofrenia nisso. Pelo contrário, uma enorme alegria e paz.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Referi-me não à esquizofrenia de V. Ex^a – que fique aqui registrado –, mas apenas a essa, porque não cometeria jamais essa indelicadeza para com V. Ex^a, a quem respeito muito. Mas o discurso de V. Ex^{as} em relação à política econômica precisa ser definido. É ou não é? É igual ou não é? É boa ou não é? Porque não dá para ser a mesma e ser ruim. Vocês vão ter de definir o que é bom e o que é ruim do que fizeram. Eu tenho clareza de que fizemos bastante diferente.

Já estou com o tempo encerrado.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Essa política não é a nossa, é a do seu Governo. Quem tem de definir isso é o seu Governo, o PT, se essa política é boa ou não. Essa política do Palocci é boa ou não?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Nós temos definida a política.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – É boa ou não? Essa política do Palocci é boa ou não?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – A política de austeridade, de responsabilidade fiscal...

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Vocês precisam definir isto: se é boa ou não é.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu pediria que não houvesse debates paralelos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – ...de ampliação de crédito, de papel dos bancos, papel do Estado, eu não tenho nenhuma dúvida de que...

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – A senhora está pedindo esta definição: ela é boa ou não é?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu não tenho nenhuma dúvida de que é boa.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O Palocci está certo?

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – O Palocci está certo? Esses juros estão certos?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu não tenho nenhuma dúvida. Poderíamos ter tido situação diferenciada...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP. Fazendo soar a campanha.) – O debate paralelo não dá. Assim ninguém entenderá e gerará confusão. Já adiei cinco vezes. Vou conceder mais um minuto para V. Ex^a terminar.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Romeu Tuma, só para que possamos concluir, porque realmente o debate assim pipocado não contribui. Teremos muitas oportunidades de fazer o debate, principalmente em cima dos resultados. Os resultados poderiam ter sido melhores? Poderiam. Poderíamos ter feito mais? Poderíamos. Poderíamos tanto! Poderíamos. Agora, também poderiam. Nós poderíamos, mas também vocês poderiam e não fizeram. Não fizeram uma série de coisas. Mas vou encerrar, Senador.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Só para responder ao Senador Tasso sobre a preocupação dele. Quero dizer muito claramente que somos, sim, favoráveis e apoiamos a política econômica defendida pelo Presidente Lula, conduzida pelo Ministro Palocci. Faltam dois elos para ser concluído esse ciclo: reduzir a taxa de juros nos patamares que todos desejam e ampliar, espriar a...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP. Fazendo soar a campanha.) – Peço desculpas, mas, se não houver compreensão dos Srs. Senadores, eu não vou conseguir controlar, vai ficar muito difícil. Já encerrou, Senadora?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sim, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º do Regimento Interno.)

Ponto para Lula – e o Brasil

Seria o supra-sumo da mesquitez política desdenhar do amplo espaço que o semanário londrino *The Economist*, a mais importante revista do gênero no mundo, concedeu ao presidente Lula na edição que começou a circular ontem, quatro dias antes de sua visita de Estado à Grã-Bretanha, a terceira de um governante brasileiro, depois de Ernesto Geisel e Fernando Henrique. Muito ao contrário, o País deve receber com satisfação o destaque conferido pela publicação ao presidente – o editorial *A mágica de Lula*, a reportagem *O salto de Lula* e a entrevista de 46 perguntas, um recorde na história das suas infreqüentes conferências à imprensa desde que chegou ao Planalto. Espinha dorsal da mencionada reportagem, a íntegra da entrevista pode ser lida apenas na edição eletrônica do semanário. Quem o fizer não se envergonhará do entrevistado.

A importância que a *Economist* lhe deu traduz uma atenção ao Brasil rara na mídia do Primeiro Mundo. Os principais periódicos do mundo rico, quando não falam de seu entorno imediato, da guerra no Iraque e do terrorismo, têm os seus olhos voltados – justificadamente – para a China e a Índia. E, hoje em dia, a Venezuela de Hugo Chávez e a Bolívia de Evo Morales são mais notícia do que Lula na grande imprensa européia e americana. A atitude desses órgãos de mídia – que fazem a cabeça de governantes e investidores – em relação ao País é de “negligência benigna”, como disse certa vez, em outro contexto, o presidente americano Lyndon Johnson.

Agora, tanto o editorial quanto o artigo e a entrevista que lhes serviu de base tratam Lula com *fairness* e o Brasil com seriedade. Atestam o pragmatismo do outrora ferrabrás, reconhecem o mediocre desempenho da economia nacional, relacionam os problemas estruturais que freiam o crescimento brasileiro, constataam que, apesar disso, na década passada o País enfim lançou as bases para o desenvolvimento sustentado, ressaltam a “considerável coragem” de Lula em ir ainda além do seu antecessor em matéria de políticas monetárias e fiscais impopulares, e identificam o “ponto cego” da atual administração: o inchaço dos custos do seu governo (de 17,7% do PIB em 2002 para estimados 18,8% no ano

passado). Como é de seu feitio, a *Economist* oferece conselhos ao presidente dos próximos quatro anos: diminuir o déficit público, expandir o investimento e aliviar a carga tributária.

Esse presidente, a revista dá como quase certo, será o político de que se ocupa – “carismático e de sorte”. Eis, de fato, uma combinação invejável aos praticantes do ofício em qualquer parte do mundo. Graças a ela, a sua popularidade se recuperou do mensalão e até agora não pagou pelo acabrunhante crescimento de 2,3% do PIB de 2005. Do mensalão – para a revista “um mar de suposições, pontilhado por ilhas de fatos” –, diz Lula, quase de um só fôlego, que o PT foi vítima de um massacre “não injustificável”, que o partido não pode ser julgado “porque meia dúzia dos seus membros fez algo errado”, que as CPIs lhe darão um atestado de idoneidade, mas terá muito a explicar à sociedade nos próximos anos. Como notou a *Economist*, ele próprio, Lula, evitou se explicar.

Esperto, o presidente argumentou que, na campanha de 2002, nem se quisesse poderia recorrer a dinheiro público, portanto ilícito, porque, opositorista, não tinha acesso aos cofres federais, como se fosse peça de ficção a folha corrida petista nas prefeituras sob o seu controle – e como isso pudesse absolver *avant la lettre* o seu governo por ter parte com o mensalão, via contratos superfaturados de publicidade e generosos investimentos de fundos de pensão das estatais nas nascentes do valerioduto. Mas passemos. Surpreendentemente, faltou presença de espírito a Lula quando confrontado com o fato de o Brasil não crescer nem a metade de outros países em desenvolvimento. Acredite quem quiser, assegurou que “não estamos com pressa de fazer a economia decolar”. “Não quero crescer 10% ou 15% ao ano. Quero um ciclo duradouro de crescimento médio de 4% ou 5%.”

Apesar dessa rata, no entanto, o Lula que o *establishment* britânico é chamado a ver pelos olhos da *Economist*, juntamente com o seu país, deixa uma boa imagem, que se deve, principalmente, ao fato salientado pela revista de a “vitória do operário nascido em muito à extrema pobreza” não o ter levado a transformar-se num populista como o presidente Hugo Chávez”. Não é pouco.

POLÍTICA ECONÔMICA

Lula: 'Não há pressa de fazer economia decolar'

À revista britânica 'The Economist', presidente afirma que prioridade é 'consolidar base macroeconômica' e crescimento duradouro de 4% ou 5%

O governo brasileiro "não está com pressa de fazer a economia decolar imediatamente", pois ele quer, primeiro, "consolidar a base macroeconômica para atingir um ciclo de crescimento que possa durar 10 a 15 anos". A explicação foi dada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em entrevista para a edição desta semana da revista britânica *The Economist*. Diante de um crescimento de apenas 2,3% do PIB, a *Economist* lhe perguntou porque o País está crescendo num ritmo que é apenas a metade do dos países emergentes.

A entrevista precede a visita que Lula fará, a partir desta terça-feira, ao primeiro-ministro britânico, Tony Blair. O presidente fez ainda uma comparação: "Não queremos crescer a 10% ou 15%. Eu quero um ciclo de crescimento duradouro, entre 4% e 5%."

Lula explicou, também, que não há divergências entre os ministros Antonio Palocci, da Fazenda, e Dilma Rousseff, da Casa Civil, mas apenas uma diferença quanto ao timing das medidas. Sem fazer qualquer referência à luta pela reeleição, ele defendeu, também, a retomada das reformas. "Teremos de terminar, primeiro, a reforma tributária", avisou. "Depois, votar as reformas sindical e trabalhista. E temos de fazer a reforma política. O sistema político brasileiro precisa ser cuidadosamente revisto." A seguir, outros assuntos abordados pelo presidente na entrevista:

PACTO - "Num ano eleitoral é difícil obter um pacto social, mas estou consciente de que, num período mais calmo, todos vão concordar que precisamos nos comprometer a não gastar mais dinheiro do que temos."

ÉTICA - "O PT merece alguma crítica. Nos próximos anos, o PT terá muito a explicar à sociedade. Mas aquelas pessoas que nos atacaram gratuitamente também terão de refletir sobre o que fizeram. (...) Não digo que (o massacre sofrido pelo PT) não seja justificável. Acredito que o PT errou e, por isso, terá de se explicar. Não deve haver impunidade. (...) Mas (o PT) é um partido de quase um milhão de membros. Não se pode julgar um partido pelo que fizeram meia dúzia de pessoas."

ESTADO - "Geralmente, o Estado é forte se a economia estiver desarrumada. Não queremos ser responsáveis por tudo. Acreditamos que as empresas têm um papel importante a desempenhar. Acreditamos que o Estado deveria, gradualmente, retirar-se da economia. Mas como vamos cuidar da educação sem o investimento do Estado para trazer de volta os professores? Tivemos de contratar 9.008 professores para as vagas de no-

Presidente defende um pacto social em que o País aceite gastar só o que pode

vos cursos. (...) Sabemos que se o Brasil não investir em educação, jamais daremos o salto de qualidade que deram a Grã-Bretanha, a França, a Coreia."

IMPOSTOS - "Presidi este País por três anos e não aumentamos um único imposto desde então. Por que arrecadamos mais? Primeiro, porque as empresas tiveram maiores lucros e o maior aumento que tivemos veio do Im-

FRASES

Luiz Inácio Lula da Silva Presidente

"Não queremos crescer a 10% ou 15%. Eu quero um ciclo de crescimento duradouro, entre 4% e 5%."

"Num período mais calmo, todos vão concordar que precisamos nos comprometer a não gastar mais dinheiro do que podemos"

"Acreditamos que as empresas têm um papel importante a desempenhar. Acreditamos que o Estado deveria, gradualmente, retirar-se da economia. Mas, como vamos cuidar da educação sem o investimento do Estado para trazer de volta os professores?"

posto de Renda. Segundo, a eficácia do sistema arrecadador levou ao aumento da arrecadação. (...) Se a Super Receita trabalhar direito, conseguiremos reduzir o peso dos impostos, porque você reduz a alíquota e amplia a base de contribuintes."

RODADA DOHA - "Algum tipo de gesto é necessário nessas negociações, no qual os vencedores sejam as nações mais pobres (...) pois o que decidirmos na Rodada Doha (da Organização Mundial do Comércio) afetará a humanidade nos próximos 20 ou 30 anos. Minha posição, para (o primeiro-ministro) Tony Blair, é que não podemos simplesmente deixar essas negociações para os negociadores."

BIOCOMBUSTÍVEIS - "Outro tema (com o primeiro-ministro Tony Blair) é a energia renovável, especialmente o etanol e os biocombustíveis. Temos de

usar o biodiesel como base para parcerias com nações pobres. Biodiesel é um importante criador de empregos."

CÚPULA - "O que me preocupa é ouvir o que Blair acha, o que (o presidente americano) George Bush acha. (...) O que proponho é a necessidade de um encontro antes da Rodada Doha. Se, por exemplo, em maio tivermos um encontro de cúpula entre América Latina e União Européia, apresentarei um plano... Se Blair e (o presidente francês Jacques) Chirac forem, eu irei mesmo, pois sou teimoso e não abandono minhas idéias."

BUSH-CHÁVEZ - "Não é papel do Brasil criticar governos democraticamente eleitos. Tenho uma forte relação pessoal com o presidente (venezuelano Hugo) Chávez. Eu disse a Bush que, antes de acabar meu mandato, quero vê-los, ele e Chávez, sentados à mesma mesa para discutir suas diferenças."

ALCA - "Quando tomei posse, a Alca era um assunto altamente ideológico. Removemos o conteúdo ideológico da discussão e enfatizamos a reconstrução do Mercosul (...) É vital não confundir comércio com ideologia."

MERCOSUL - "Quando o setor industrial de um país se sente ameaçado, ele cria um conflito contra o outro país. Os líderes têm de procurar, pacientemente, um compromisso. Como digo sempre, como maior economia do Mercosul, o Brasil precisa ser mais generoso, fazer mais concessões, para que os outros países possam crescer"

A íntegra da entrevista está no site da revista: www.economist.com/Lula.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– V. Ex^a será atendida, nos termos regimentais.

Com a palavra o Senador Romero Jucá, por cessão...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr.

Presidente, pela ordem, enquanto o Senador se dirige para a tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Pois não.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É apenas para não cometer injustiça com o jornal **O Estado de S. Paulo** nem com o jornalista Carlos Alberto Sardenberg, omitido pela Senadora Líder do PT.

Evidentemente, as evoluções carnavalescas cometidas no último período de Momo fazem com que as pessoas se atabalhoem nos comentários que emitem aqui, porque o artigo do jornalista Carlos Alberto, chamado “Lula para inglês ver”, mostra exatamente as contradições das declarações de Lula e o que ele levará na sua bagagem para a Inglaterra.

No mais, meus parabéns pelo inglês, pela tradução perfeita, castiça, o que nos promete um ano de muita discussão sobre economia no plenário deste Senado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senador Antonio Carlos Magalhães, pois não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Eu estou inscrito. O meu Partido pediu há algum tempo, não foi agora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Eu recebi somente agora. V. Ex^a me desculpe.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Se V. Ex^a somente recebeu agora, a culpa não é minha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Eu inscrevi V. Ex^a em seguida ao Senador Sibá Machado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Desde a manhã que se fez a inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Infelizmente, eu somente assumi aqui e quando me trouxeram...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Então, eu quero falar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– V. Ex^a falará em seguida.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Tenho assunto urgente e importante para falar e quero, inclusive, que o PT participe, se for o caso, e tiver coragem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Pergunto a V. Ex^a se o Senador Romero Jucá poderá usar a palavra, por cessão? Em seguida ouviremos V. Ex^a. (Pausa.)

Então, com a palavra V. Ex^a e, em seguida, o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna hoje para tratar de um assunto extremamente sério. Gostaria até que este meu discurso pudesse ser proferido amanhã, quando a Casa terá a presença de mais Senadores e Senadoras, mas não posso deixar de me manifestar hoje por conta de fatos que ocorreram no final de semana passado.

Gostaria de ter a atenção de V. Ex^a, como Corregedor da Casa. Quero dizer que hoje, pela manhã, falei com o Ministro Márcio Thomaz Bastos, com o Diretor-Geral da Polícia Federal, Paulo Lacerda, e com o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, para que fossem tomadas providências acerca do que vou falar aqui.

Quero dizer que já vi muita coisa em Roraima. Já fiz muita disputa. Já enfrentei muita perseguição, muita briga. Dias atrás, minha residência foi invadida por um helicóptero para fazer filmagem. O meu escritório foi invadido na semana passada. Denunciei aqui do plenário. Mas, Sr. Presidente, não pensei ver algo que vou narrar aqui hoje, que extrapola a disputa regional e mostra a ousadia ou o desespero dos meus adversários no Estado de Roraima.

No domingo, o jornal **Correio Braziliense** publicou uma matéria de uma página e meia, dizendo: “Motorista acusa Senador. Ex-funcionário do gabinete do Jucá confessa ser o verdadeiro Roberto Marques que retirou 50 mil de Marcos Valério no Banco Rural.” Esta é a matéria do **Correio Braziliense**.

Fui surpreendido com a matéria e fiquei estupefato, porque ela não tem nenhum sentido, nenhuma responsabilidade. E aqui quero até pedir desculpa pela veemência com que vou falar, Sr. Presidente, mas estou indignado. Não há nenhuma responsabilidade, nenhuma seriedade. E vou demonstrar aqui tudo isso.

Somente o **Correio Braziliense** publicou essa matéria. E a informação que tivemos depois foi de que outros jornais foram procurados e não quiseram entrar nesse barco furado.

A Rede Globo de Televisão, depois dessa matéria, me procurou ontem para fazer gravação para o Fantástico. Mostrei a verdade, mostrei gravações e depoimentos na Polícia Federal, e a matéria caiu, porque o Fantástico não poderia fazer uma matéria sobre uma “barrigada” ou um mau-caratismo do **Cor-**

reio Braziliense. Essa matéria é um erro, ou é muito amorosismo, ou muita maldade e muita má intenção em criar uma situação.

O que diz a matéria? Diz que um ex-motorista meu, de um ano atrás, que se chama Roberto Jefferson Camoelas Gracindo Marques, seria o tal Roberto Marques que teria sido procurado quando houve uma pseudo-informação de que teria sacado dinheiro no Banco Rural.

O motorista foi apontado como se estivesse me denunciando. Ontem essa matéria foi publicada. Ontem! Ontem mesmo, saí atrás das explicações e das investigações dessa questão. Não pedi um dia, nem dois dias para criar versão, para ver o que tinha acontecido, porque sei o que fiz e o que não fiz. E sei que nada disso aqui é verdadeiro. Nada é verdadeiro.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ontem, pela manhã, falei com o Ministro da Justiça. Falei com o Superintendente da Polícia Federal de Roraima, pela manhã, e, à tarde, esse motorista que supostamente estaria me denunciando depôs na Polícia Federal. Fiz questão disso, porque penso que o ocorrido teria que ser tirado a limpo.

O que descobrimos, Sr. Presidente? Primeiro, descobrimos que a história está desconectada da realidade. E como há datas na história que o **Correio Braziliense** conta, é possível entender a mancada que todos fizeram.

Em outubro, a CPI procurava o tal Roberto Marques, que, em tese, teria feito um saque no Banco Rural. Em outubro o meu motorista foi procurado. Ofereceram a ele – eu vou ler depois o depoimento da Polícia Federal – R\$350 mil para que dissesse que é esse Roberto Marques que teria feito o saque. Em novembro e dezembro se descobriu que não houve saque em nome do Roberto Marques. O saque foi feito em nome do Sr. Luiz Carlos Manzano, em São Paulo, e não em Brasília. Portanto, esse Roberto Marques não havia, mas mesmo assim, desconhecendo a realidade, o **Correio Braziliense** publicou essa matéria.

E o que mais publicou o **Correio Braziliense**? Publicou que eu teria mandado esse motorista vir de Boa Vista para cá, para sacar R\$50 mil no Banco Rural, em nome do Roberto Marques. Daqui, esse motorista teria ido levar o meu carro a Belo Horizonte, porque eu iria de avião para Belo Horizonte, segundo os dizeres do **Correio Braziliense**, encontrar-me com uma “gata”. Está aqui escrito, na linguagem chula do **Correio Brasiliense**. É triste ver isso. Eu teria ido encontrar-me com uma “gata”.

Esse motorista, cujo apelido é Xuxa – em Roraima, todos o conhecem como Xuxa e não como Roberto Marques nem Roberto Jefferson –, teria levado

meu carro. Essa é a estória do **Correio Braziliense**. Pois bem. Vejamos agora a verdade e a providência que estou tomando.

A verdade: Termo de Declaração que presta Roberto Jefferson Camoelas Gracindo Marques, ontem, na Polícia Federal, ao Delegado Renato Beni da Silva. Entre outras coisas, o que diz o Roberto Marques, de Roraima?

Primeiro: “que faz cinco anos que não realiza viagens para fora do Estado de Roraima”. Há como se provar isso porque de Roraima só se sai de avião. Segundo o depoimento do Roberto Jefferson Marques, de Roraima, do Xuxa, faz cinco anos que ele não sai de Roraima. Mais: “que, durante o ano de 2004, trabalhou exclusivamente no gabinete do Senador Romero Jucá em Boa Vista”. Ele era motorista em Boa Vista e não aqui. Ele não fazia serviços para mim aqui. Que sentido há em mandar vir um motorista de Boa Vista para cá para sacar um dinheiro num banco? Mais: que nunca saiu de Boa Vista para Brasília para exercer qualquer função no meu gabinete. Mais: “que o declarante não confirma as demais declarações da matéria do **Correio Braziliense**”. Mais: “que nunca esteve em qualquer agência do Banco Rural, como também não recebeu, em nenhum momento ou oportunidade, a quantia de R\$50 mil; que, em junho de 2004” – a data que o **Correio Braziliense** diz que ele veio receber aqui o dinheiro –, “estava em Boa Vista participando da campanha política para eleição do Prefeito de Boa Vista”. E mais: “que nunca assinou qualquer documento originário do Banco Rural”. Nessa matéria irresponsável, o **Correio Braziliense** diz que ele afirma ter assinado e que está à disposição para conferir os dados da assinatura. Foi dito pelo **Correio Braziliense**. Na Polícia Federal, ele disse que nunca assinou.

V. Ex^{as} não de me perguntar: então, por que surgiu essa história toda? Por que, de repente, estão tentando pegar alguém de Roraima para essa história? Como e por que aconteceu? O mais grave vem agora:

Que, em outubro, foi procurado por Joaquim Pinto Souto Maior Neto, conhecido como “Netão”, QUE ocupa a função de secretário adjunto da Casa Civil do atual Governo do Estado de Roraima; que, na época, Netão [esse cidadão que praticamente é o chefe da Casa Civil, advogado do Governador] ofereceu ao declarante R\$350 mil em dinheiro e que o declarante não deveria ficar preocupado com emprego o resto da vida; [porque seria empregado no Governo do Estado] que, para receber tal pagamento, deveria assumir que era Roberto Marques procurado pela CPI do Mensalão; [em outo-

bro, a CPI do Mensalão estava procurando Roberto Marques] que Netão lhe entregou uma folha onde havia um texto que o declarante reconhece como sendo publicado no jornal **Correio Braziliense**; que, sem saber que estaria sendo supostamente gravado, leu em voz alta o texto referido; que recusou a proposta de Netão ante a inveracidade das declarações constantes no texto; que posteriormente Netão procurou a Senhora Ondina Camoeras Gracindo Marques, mãe do declarante, a fim de que sua genitora lhe convencesse a assumir as declarações alegando netão que daria todo suporte financeiro; [...] que nunca ficou desempregado;

O jornal **Correio Braziliense** cria uma história, dizendo que, quando estourou o escândalo Marcos Valério, em março, eu teria demitido o motorista do meu gabinete com medo de ele ter recebido o dinheiro. Ora, primeira mentira: o Xuxa jamais ficou desempregado. Em final de março, quando fui empossado Ministro da Previdência, o Senador Wirlande da Luz assumiu o cargo e fez algumas mudanças, como era natural, colocando pessoas de sua confiança. E o motorista foi contratado pela Emur, pela Prefeitura de Boa Vista, e jamais ficou desempregado. Portanto, ele não ficou desempregado, conforme afirma aqui.

Mais:

Que solicita a realização de exame grafotécnico no suposto comprovante de saque no Banco Rural, a fim de comprovar não ser de seu punho a assinatura que porventura lá exista; [...]

Isso ele o fez ontem mesmo – o exame grafotécnico –, fornecendo sua assinatura à Polícia Federal, a um técnico.

Que veio de livre e espontânea vontade a esta Superintendência prestar esclarecimentos; [...]

Pois bem, aqui está o depoimento prestado na Polícia Federal. Mais do que isso: temendo por sua vida, ele gravou depoimento para todas as televisões de Roraima contando isso. Por que ele fez isso? Porque os Governos do Sr. Ottomar Pinto são reconhecidos pela violência. Ele é Governador pela terceira vez. Na primeira vez em que foi Governador, assassinaram o jornalista João Alencar. Na segunda vez, assassinaram o conselheiro federal da OAB Paulo Coelho. Esta é a terceira vez em que ele é Governador. Tendo em vista que um motorista nega R\$350 mil e denuncia uma armação feita pelo homem de confiança

do Governador, no Palácio do Governo, é claro que temos pela vida dessa testemunha. E ontem pedi ao Ministro Márcio Thomaz Bastos garantias de vida para esse motorista.

Estou tomando uma série de providências. Fiz um ofício à CPMI dos Correios, ao Deputado Osmar Serraglio e ao Senador Delcídio Amaral – com quem mantive contato por telefone.

No ofício, coloco-me à disposição para depor onde e quando quiserem e faço à CPMI vários questionamentos:

1 – se houve efetivamente saque em dinheiro no Banco Rural em nome de Roberto Marques a informação que tenho da CPMI é a de que não houve esse saque;

2 – se houve, qual o documento, assinatura e registros existem sobre tal operação e qual o valor se existir, vamos fazer o exame grafotécnico; a informação que tenho é a de que não existe esse saque;

3 – se há nos registros operação, pagamento ou retirada feita por Roberto Jefferson Camoeras Gracindo Marques, Carteira de Identidade nº 106416 – SSP/RR e CPF nº 426.629.312-72 estou perguntando se existe algum tipo de operação com o verdadeiro Roberto Jefferson de Roraima;

4 – se consta registro de presença na portaria, no controle do Banco Rural ou do prédio onde se localiza, da ida do Sr. Roberto Jefferson Camoeras Gracindo Marques a informação que obtive da CPI, ainda não oficial, é a de que não existe registro nem da presença de algum Roberto Marques e muito menos de Roberto Jefferson Camoeras Gracindo Marques.

Além disso, estou dizendo à CPI que considero importante convocar ou convidar, para que possamos ouvi-lo, o Sr. Roberto Jefferson de Roraima, que faz essas acusações, e o Sr. Joaquim Pinto Souto Maior Neto, acusado de ser o armador dessa questão. Por que considero isso importante? Para esclarecer os fatos? Não. Os fatos já estão por demais esclarecidos. A imprensa livre que quiser procurar vai checar todas as informações. Quero trazê-los aqui porque quem tem o despalante de tentar enganar uma CPI do Congresso, fabricar provas falsas, montar um ardid desses para usar uma CPI politicamente, em nível eleitoral, nos Estados tem que responder por esse crime. Não é possível tentar fazer armações em uma CPI do Congresso, séria como a dos Correios! Se estão fazendo isso comigo hoje, amanhã poderão querer fazê-lo em qualquer Estado.

Então, é importante que o Senado, o Congresso, a CPMI, a Polícia Federal, o Ministério da Justiça tomem providências para que bandidos como esses não tentem desrespeitar o Congresso Nacional armando artimanhas como essa.

(Interrupção do som.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Estou encaminhando também ao Presidente Renan Calheiros pedido de providências à Corregedoria e à Procuradoria do Senado, porque, como Senador, sinto-me ultrajado, e creio que a CPI também o foi com essas informações.

Estou movendo processo contra o **Correio Braziliense**. Não seria do meu feitio fazer isso, mas esse jornal tomou partido na disputa eleitoral de Roraima, virou um panfleto eleitoral de Roraima, que vai ser usado na campanha por esses bandidos que armaram essa questão toda. Então, estou processando criminalmente os três jornalistas e também, por perdas e danos, o **Correio Braziliense**. Irei às últimas conseqüências, porque isso é um absurdo. Se eu não tivesse tido a rapidez, a premência e a responsabilidade de esclarecer o episódio rapidamente, eu estaria hoje sendo questionado por toda a imprensa, como se estivesse fazendo parte do mensalão, simplesmente porque, um ano atrás, um motorista meu teve o azar de ter o primeiro nome Roberto e o último Marques e porque há um bandido no Governo do Estado que consegue mandar financiar esse tipo de coisa.

É importante a Polícia Federal averiguar, inclusive, se o **Correio Braziliense** não recebeu recurso do Governo de Roraima, porque é muito estranha essa matéria. Tentaram vender essa matéria à **Folha de S.Paulo** em outubro. Joaquim Pinto Neto confessa hoje que, em outubro, tentou passar o caso para a **Folha de S.Paulo**, que não aceitou, porque em novembro apareceu que Roberto Marques não tinha feito mais saques e, portanto, o ponto de toque – que seria encontrar Roberto Marques – perdeu a evidência.

Sr. Presidente, quero novamente pedir desculpa pela minha veemência, por algum excesso que eu tenha cometido. Mas é um absurdo que a disputa eleitoral no meu Estado tenha atingido esse nível de fatos, esse nível de armações. Roraima não merece. O povo de Roraima não merece esse tipo de Governo. Se um Governo age desse jeito contra um Senador da República, imagine-se o que não faz contra um cidadão comum, contra um pai de família, contra um funcionário público, contra um trabalhador!

É por isso que sou candidato a Governador. Não sei se ganharei a eleição. Vou enfrentar muitas armações além dessa, inclusive a possibilidade de violência

física, mas não tenho medo. Não tenho medo porque estou defendendo o povo de Roraima ao colocar minha candidatura como opção a esse tipo de bandalheira e patifaria que estão ocorrendo em meu Estado.

A democracia não pode conviver com esse tipo de coisa, Sr. Presidente. E eu solicito, novamente, ao Ministro da Justiça, à Polícia Federal, ao Senado da República, à Presidência da CPMI, à Relatoria da CPMI todas as providências necessárias para que esse fato fique esclarecido e para que os culpados sejam punidos e responsabilizados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Romero Jucá, no que compete à Corregedoria, as providências serão tomadas ainda hoje para a oitava dos citados por V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, por cessão do Senador Edison Lobão.

V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, falará como Líder. Em seguida, falará o Senador Sibá Machado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não, Sr. Presidente, com muita honra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a, Senador Antonio Carlos, dispõe de dez minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não posso dizer que todo o Partido dos Trabalhadores nem que todo o Governo é corrupto, mas há uma grande parte de ladrões públicos neste Governo, e esses ladrões públicos desejam intimidar aqueles que têm a coragem de vir a esta tribuna ou à CPI demonstrar o quanto este Governo tem feito de mal ao País e quantos ladrões o PT tem, que não é a sua maioria, mas que são seus representantes legítimos.

O PT desmoralizou a política brasileira, e o Presidente Lula é o principal causador de tudo isso. Desmoralizou e quer desmoralizar mais ainda através da imprensa. A imprensa é utilizada com as verbas das estatais e dos fundos de pensão, com as corretoras de fundos de pensão, pois já provamos à saciedade que os fundos de pensão faziam e fazem parte do “valerioduto”. Não são todos, mas uma grande parte. A cada dia o “valerioduto” apresenta uma novidade, e essa novidade foi traçada pelo Governo do Presidente Lula, sobretudo por aqueles que vivem ao seu lado.

Não vou citar sequer Jaques Wagner–GDK; GDK porque ele também ia receber um Land Rover, que ficou em uma garagem no corredor da Vitória e depois foi devolvido. A compensação confesso que não sei qual foi, mas deve ter havido.

Ele usava e usa a GDK muito, muito e muito na Petrobras. Quando se chegar à Petrobras, Srs, Senadores, é que os senhores vão ver que tudo isso que está aí é muito pouco diante dos escândalos dessa empresa. Se ela dá bons lucros, e dá, avalio que lucros não seriam se não roubassem tanto.

Mas vamos ao assunto concreto. O **Jornal do Brasil** de sexta-feira traz que a Previ e o PT estão em guerra. A edição de sábado traz publicada a mesma matéria, o mesmo texto, e sai na **Carta Capital**, tudo com um retrato meu e do ACM Neto, que, aliás, está descobrindo as maiores vergonhas nos fundos de pensão e nas corretoras com este Governo. O preço é este!

Acusam-me de ter assinado um contrato, como testemunha, para a construção do Complexo de Sauípe. Fui testemunha, sim, desse contrato. O Governo do Estado fez apenas um pouco da infra-estrutura, mas uma firma forte, baiana, fez o empreendimento. É uma firma competente, que teve prestígio no Governo passado – tem mais prestígio neste Governo do que teve no Governo passado – e fez o contrato com a Previ.

O Governador da Bahia, satisfeito, como eu estou, por termos um empreendimento dessa ordem, fez uma carta de agradecimento à Previ. Fez-se um protocolo. Como eu era Presidente do Senado e estava presente, assinei como testemunha esse contrato, eu e o Dr. Paulo Gaudenzi, Secretário de Turismo.

Mas a **Carta Capital** vende seu espaço a qualquer pessoa que chegue ao seu balcão, e vende diretamente, através do Sr. Mino Carta, que é um homem pouco sério, que tem uma vida difícil, que vive a enganar os empresários e a vender-se ao Governo; o Governo compra a **Carta Capital**, e vários Senadores aqui já foram vítimas.

Então, que faço eu? Venho à tribuna registrar que o **Jornal do Brasil** publicou duas vezes a mesma nota. Tive o prazer de falar, hoje, pela manhã, com o Dr. Tanuri, que desconhecia o fato e ficou extremamente aborrecido, dizendo-me que jamais passaria por ele algo desse tipo. É a palavra dele.

Não tenho por que me queixar do Dr. Tanuri, mas tenho de dizer que Mino Carta é desonesto. Porque é desonesto, entrei hoje com processo contra ele. Se o processo vai andar ou não vai, aí o problema é da Justiça brasileira, que tanto tem sido criticada.

Mas o que mais me estarreceu foi que uma pessoa, a Senadora Ana Júlia, que até falavam que tinha laços de profunda amizade com alguns dos meus familiares, levou esse assunto, quando, na realidade, ela deveria explicar o que está aqui na **Veja** em relação a ela, o que mostra e demonstra que os casamentos podem se desfazer, mas os negócios continuam, por-

que o representante do Ibama na região não é nada mais nada menos do que o esposo de Ana Júlia Carepa. Essa que está aqui e que a **Veja** denuncia, aí sim, com recebimentos de mais de R\$2 milhões, ela que levou, por ordem do PT, esse assunto. Coitada, ela não pensava que eu viesse aqui tratar disso. Eu gosto muito dela, tenho motivos para gostar, mas evidentemente que a minha honra está acima de coisas do passado.

Sr^a Ana Júlia, venha responder isso aqui. Venha dizer que não tem mais negócios com o seu ex-marido – isso é importante que se diga.

Fora daí, o que quero dizer é que o próprio diretor do PT, Luiz Carlos Siqueira Aguiar, ex-Diretor Financeiro do Previ, atual Vice-Presidente da Embraer – fala-se muito na Embraer –, em depoimento, declarou: “considero o Complexo de Sauípe um negócio estratégico para a Previ. Foi acertado o investimento feito, um dos mais importantes investimentos que a Fundação realizou. Considero o negócio atualmente rentável do ponto de vista operacional, que apresenta resultados mensais positivos. Considero que, em alguns anos, com o acúmulo de resultados positivos, o investimento que a Previ realizou será revertido em benefício do Fundo de Pensão”.

Eu já digo o contrário. Foi ótimo para a Bahia? Foi. Qualquer coisa boa para a Bahia eu quero. Mas, se eu fosse da Previ, não faria um contrato tão grande quanto aquele. Não faria. Por que o fizeram? Por que até agora não surgiu isso, que é de 1999? Porque a firma – repito que é uma excelente firma – tem todas as relações com o PT e o Presidente Lula. Tomam Romanée-Conti juntos.

Nós queremos, agora, saber coisas do PT: Okamoto paga as despesas de Lula; Roberto Teixeira dá dinheiro para a família de Lula; os R\$15 milhões da Telemar foram para o Lulinha. Isso sim! O Brasil está estarrecido porque todo dia se cobra, e não se chega nunca a esses assuntos. Eu tenho certeza de que esta Casa não ficará indiferente nem a Lulinha, nem a Okamoto, nem ao Sr. Roberto Teixeira.

Quanto ao Sr. Okamoto, esta revista da semana demonstra como ele financia diretamente os familiares do Presidente da República. Quando o convoquei, fizeram uma guerra. Disseram que era um absurdo, que Okamoto era um homem de bem. Era um homem de bens, mas não de bem, porque está provado agora com a situação que ele tem. Mas é um homem sabido. Em vez de querer Land Rover, como Silvinho Pereira, ele quer um carro Fusquinha.

Conheci um político que, toda vez que tinha que roubar, deixava protestar um título seu para mostrar que estava mal. Assim é o PT. O PT, quando quer assaltar os

cofres públicos ou os fundos de pensão, as corretoras, sempre dá uma marca atacando alguém para desviar o assunto. Comigo isso não vai se verificar.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Com prazer.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Antes de mais nada, a solidariedade da Bancada do PSDB a V. Ex^a e o registro da inutilidade da eventual tentativa de cercearem a sua expressão indomável, como indomável vejo que é a expressão do Deputado ACM Neto, que está cumprindo com maturidade, com maturidade admirável, o seu papel de investigador nesse mar de lama que o Governo do Presidente Lula espalhou pelo País. Sobre Okamoto, causa-me espécie enorme S. S^a não ter ainda desafiado a Nação: “estão querendo tanto que eu, Okamoto, abra os meus sigilos que aqui estão os meus sigilos”. O PT da Oposição vangloriava-se o tempo inteiro de que todo homem público, ao assumir um cargo, deveria ter seus sigilos quebrados. Mudou muito. Ele está se apegando a todas as blindagens para não ser investigado. Tenho dicas graves de que, se se quebra o sigilo do Sr. Paulo Okamoto, haverá revolução neste País. Okamoto e o Instituto de Cidadania: são duas coisas extremamente graves, que aterrorizam o centro mais íntimo do poder. Noites maldormidas por lá acontecem porque esse binômio é, de fato, muito preocupante para eles. Mas, a nossa solidariedade e a certeza da inutilidade de qualquer tentativa de intimidá-lo, porque está aqui, corajoso como nunca, tendo ao seu lado os seus companheiros de Oposição.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço muitíssimo a V. Ex^a o aparte, pois V. Ex^a é o Líder do PSDB nesta Casa e tem autoridade para falar, porque é um homem digno, decente e correto, seguindo a tradição paterna, daí por que é sempre bom quando a gente tem esse *pedigree* como V. Ex^a tem, assim também tinha Luís Eduardo e tem o ACM Neto.

Posso dizer desta tribuna o que muitos não podem. O meu sigilo, qualquer que seja ele, está aberto. O Senador Pedro Simon, há cinco anos, seis anos, tem todas as minhas declarações e da minha esposa, no sentido de que pode vasculhar em todas as contas bancárias em que eu ou minha mulher temos recursos. Está na mão de S. Ex^a há mais de seis anos. De modo que posso falar desta maneira, com essa coragem e sem medo de errar.

Espero que a minha colega e amiga Ana Júlia faça o mesmo e venha mostrar que não tem nenhuma ligação com o seu ex-esposo, venha mostrar que não pegou o dinheiro dos madeireiros e que é uma pessoa que pode falar em honestidade, porque é ho-

nesta. Eu espero isso, e tomara que ela faça. Eu ficarei contente.

Concedo o aparte ao Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Antonio Carlos, eu também, em nome do PSDB, venho me solidarizar com V. Ex^a, contra aqueles que pensaram que pudessem intimidá-lo e ao Deputado ACM Neto, diante da investigação rigorosa que esse vem fazendo das eventuais irregularidades cometidas pelos fundos de pensão na CPI dos Correios. Isso prova algumas coisas: primeiro, que existem algumas irregularidades grandes, maiores até do que possamos estar pensando; que há muita gente graúda, forte e com medo atrás disso, decididamente empenhados em esconder, fazendo de tudo que é possível para impedir que isso ocorra. Eu conheço e tenho acompanhado, não só nesse caso específico, mas ao longo de toda esta legislatura, o trabalho do Deputado ACM Neto e sei como ele é aplicado, sério, extremamente sério, rigoroso e imparcial nas suas investigações. Todos nós só temos a aplaudir o seu trabalho. Acima de tudo, sei que herda da sua família a determinação e a coragem diante de qualquer tipo de intimidação. Pelo contrário, tentativa de intimidação só irá estimulá-los mais ainda a ir mais profundamente e com mais determinação em busca da verdade. Por outro lado, faço a pergunta que V. Ex^a coloca e que está no ar, cada vez mais, no Brasil inteiro: por que esse receio enorme do Sr. Okamoto e de todo o Governo em esconder as contas do Sr. Okamoto? O que um homem sério, público, profundamente ligado ao Presidente da República, às contas e ao Partido do Presidente da República tem a esconder e não pode mostrar, de maneira que se utiliza de todos os artifícios jurídicos possíveis e de toda a influência que possa ter até junto à Suprema Corte do País para impedir que suas contas sejam verificadas?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Pelo contrário, qualquer homem público, neste País, principalmente aquele que vem de um partido com a tradição do PT, devia estar disposto a ser transparente a qualquer momento. Sejamos transparentes! Mas não! Está-se vendo o espetáculo do oposto. Esconder, esconder, esconder e se fazer, cada vez mais, as coisas às escondidas, usando de subterfúgios para não mostrar nunca a verdade ou a transparência. Por isso, apresento a V. Ex^a nossa solidariedade e a certeza da integridade do caráter e da história do comportamento de V. Ex^a e de sua família.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço, meu querido amigo Tasso Jereissati, as suas palavras, que me confortam bastante, dada a autoridade que V. Ex^a tem na política nacional. V. Ex^a é uma das maiores figuras do Senado e, talvez, do Brasil. O testemunho de V. Ex^a, para mim, vale muito

mais do que toda essa carga de infâmias pagas contra a minha pessoa e a de meu neto, que cumpriu muito bem os seus deveres e que vai cumpri-los, mais ainda, em qualquer oportunidade.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – V. Exª me permite um aparte, Senador Antonio Carlos Magalhães?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Com prazer, Senadora Ideli Salvatti.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Acompanhei atentamente as matérias divulgadas na imprensa, principalmente a matéria divulgada, em primeiro lugar, no **Jornal do Brasil**, que diz que as operações com os fundos de pensão da Previ, do Banco do Brasil, totalizaram algo em torno de R\$1,5 bilhão de prejuízo na gestão passada, no Governo anterior. V. Exª se colocou – estava prestando atenção em sua fala – como um baiano acolhendo todo e qualquer investimento. Qualquer pessoa, quando vem um investimento para o seu Estado, o entende como importante, relevante. V. Exª disse algo que me chamou a atenção. Que se estivesse na condução da Previ não faria o investimento. Realmente, o que a denúncia diz é que foi um investimento prejudicial à Previ, um prejuízo bastante significativo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Permita-me V. Exª, mas o Diretor da Previ é do Partido de V. Exª. Ele está fazendo essa declaração aqui justamente em sentido oposto ao que V. Exª fala.

Em primeiro lugar, nenhum jornal... Aliás, o **Jornal do Brasil** diz que deu R\$1,5 milhão, mas não chegará a isso.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Mas é que, no caso, se V. Exª me permite...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não chegou nem a R\$1 milhão.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Não, é porque a reportagem do **JB** não trata apenas da questão de Sauípe. Eu queria inclusive registrar...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Ah, sim.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – ...porque a reportagem trata do Hospital Umberto Primo e também de algo que diz respeito ao meu Estado, que é a Invesc – Santa Catarina Participação e Investimentos, e a Celesc, nossa empresa estadual de energia elétrica, que tem também, na participação da Previ, um prejuízo estimado em R\$600 milhões.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Exª é contra o seu Estado?

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Não, obviamente não sou contra. Porém, quero deixar registrado que – é importante isso – se há algum tipo de suspeita ou irregularidade em atitudes, atividades ou investimen-

tos dos fundos de pensão, seja em que época for, eles virão a público. Senador Antonio Carlos Magalhães, tenho o entendimento de que eles devem e precisam ser investigados. Até porque tivemos a oportunidade de ampliar o sistema de fiscalização dos fundos de pensão, quando a medida provisória passou pelo Senado Federal, e infelizmente foi derrotada. A matéria, que tratava da Previc, ampliava o sistema de investigação. Agora, teremos que fazer por projeto de lei; é outra situação. V. Exª está agora na tribuna, buscando defender a sua honra e o seu ponto de vista. Antes de V. Exª, também estive o Senador Romero Jucá, colocado em uma situação de denúncias surgidas neste final de semana. Estamos neste clima de denúncias para tudo quanto é lado, para tudo quanto é gosto. Como políticos e Parlamentares, o compromisso que devemos ter é o de, surgindo algum indício, investigar. Por isso, tenho o entendimento de que, na Sub-Relatoria dos Fundos de Pensão, a Previ, enquanto fundo de pensão, nos três casos – sei que o investimento que fez, no caso de Santa Catarina, foi errado, não foi positivo, pois o recurso que lá foi colocado foi um ralo...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – No caso de Sauípe, não tenho elementos para ter uma posição tão firme, como tenho no caso do Invesc.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas eu quero que V. Exª...

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Mas é importante investigarmos. Senador Antonio Carlos Magalhães, a lógica é a de fazermos a investigação da corrupção e não a investigação do PT, não a investigação de determinadas pessoas, como se somente essas precisassem ser investigadas. Não. Todas as denúncias que surgirem têm de ser investigadas.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – A do PT já está pública. Mas eu peço a V. Exª um obséquio: V. Exª ser presidente...

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Pois não. E tenho certeza de que a Senadora Ana Júlia Carepa terá, como já teve, a oportunidade de vir à tribuna e desmontar a reportagem da revista **Veja**.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Um momento. V. Exª me deixe falar um pouquinho?

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Pois não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Fique calma.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Estou calma, Senador. Calmíssima.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O samba sempre dá calma.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Aliás, estou relaxadíssima, depois do Carnaval. (Risos.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Oba!

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – E nem fui para a Bahia. Não gosto de cordinha.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Se fosse, V. Ex^a ficaria muito mais feliz.

Quero que V. Ex^a presida uma comissão de três Senadores do seu Partido e vá à Previ examinar esse contrato que foi celebrado com o Governo da Bahia. V. Ex^a está agora com este repto: declarar aqui, como Líder do PT, se há algo errado e da parte de quem nesse processo, porque essa diretoria já tinha três diretores do PT, três, porque era do contrato feito na Previ, de três diretores, e quatro de uma outra parte.

De maneira que V. Ex^a vai me fazer o obséquio...

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Mas é que temos a Sub-Relatoria, que poderia fazer ela mesma a investigação de Sauípe, da Invesc e do Hospital Umberto Primo, que é o caso do prejuízo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a falará em seguida.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não, o meu caso é Sauípe. Peço a V. Ex^a que assuma essa presidência e vá à Previ. Pedirei ao Senador Renan Calheiros que lhe dê uma autorização pelo Senado para que possa investigar. Mas, se V. Ex^a não for, ficará mal. Tem que investigar e trazer o resultado aqui. Assim é que fazem os homens de bem, que não têm medo de nada, até porque não tenho nada com esse contrato. Eu não o assinei. Eu apenas fui testemunha desse contrato. Esse contrato foi assinado por petistas também. Agora, as coisas estão muito piores. De modo que, V. Ex^a vai ter oportunidade de ver o caso da Previ e os demais casos, inclusive o de Santa Catarina, que poderá examinar nessa oportunidade.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador, até porque está instalada a Sub-Relatoria dos Fundos, com prerrogativa de quebra de sigilo e tudo que é necessário para se fazer uma investigação adequada, entendo que, a partir do que veio no noticiário, podemos encaminhar por lá.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Já vi, V. Ex^a não quer assumir.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Não. É porque, como comissão...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Assuma.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – V. Ex^a sabe que as prerrogativas são diferenciadas da CPI.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não. V. Ex^a é Líder.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – V. Ex^a sabe que é diferenciada comissão e sub-relatoria de uma CPI. Aí, V. Ex^a está jogando com palavras.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Perdoe, perdoe, mas V. Ex^a é Líder, e o Senado unanimemente aprovando...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Antonio Carlos, me permita 10 segundos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Hem?

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Dez segundos, até para fazer uma certa contradita.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não fuja desse assunto. Vá lá na Previ. Sei que a senhora vai sim, mas voltará decepcionada e não vai dizer nada. Eu quero que diga.

Ouçoo o Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Dez segundo. É que a ilustre Líder alega que a Previc, que ia investigar os fundos, teria caído com a MP. Sei que não lhe falta boa-fé, mas não é real. A fiscalização hoje é feita pela Secretaria de Previdência Complementar, que, por tristeza da Nação, é comandada por uma pessoa da estrita confiança do Sr. Luiz Gushiken.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O Sr. Sérgio Rosa é Gushiken até o miolo, como também esse daqui é Gushiken. Pode não ser mais, porque Gushiken, uma hora dessa, cai como ladrão. A cada dia cai um. Sei que V. Ex^a jamais cairá, faça-lhe justiça, mas muitos vão cair ainda.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Cada dia cai um, fora os que ficam.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Fora os que ficam. Mas, para cair um por dia, tem que ficar alguém.

Senador Heráclito.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Antonio Carlos Magalhães, a única dúvida que eu tinha com relação a essa matéria era o que fazia a sua assinatura ali naquele documento. Mas estou vendo agora que é como testemunha de uma solenidade. É a mesma coisa de alguém ser testemunha de uma certidão de batismo e ser suspeito de ser pai...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Há 90 dias eu fui testemunha, no Banco do Brasil, aqui, de um empréstimo. Há 90 dias.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Exatamente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Há 90 dias. O Governador assinou e eu fui testemunha.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Nós, Parlamentares, assinamos como testemunha, na mesma circunstância, dezenas e dezenas de vezes no exercí-

cio de nosso mandato. Aliás, as suspeitas com relação ao contrato da Previ não são do ato do contrato e, sim, os reajustes posteriores. Não foi ali...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Exatamente.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Trata-se dos reajustes que foram concedidos. Agora...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Inclusive, o maior beneficiário foi a empresa construtora, uma grande empresa, que conseguiu passar todas as suas ações para a Previ... Isso é demais! Mas conseguiu.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Pois é...

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Quando?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Neste Governo...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Neste Governo, Senador Tasso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Em 2003.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – E, recentemente, criou-se um fundo para salvar hotéis endividados no Nordeste, em que os pequenos proprietários do Nordeste achavam-se beneficiários. Mas, era um pacote que envolvia recursos do Banco do Nordeste exatamente para acudir à situação desse empreendimento.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Antonio Carlos, me desculpe, peço um minuto só.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Pois não.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Um minuto só, Senador. Se existe algum problema a ser estudado é a transferência...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pediria que o Senador Antonio Carlos concedesse os apertes, pois, do contrário, fica confuso.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Permita-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Tudo bem.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Se existe alguma irregularidade a ser estudada é a transferência neste Governo, agora, de todas as ações para a Previ.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Da empresa que vendeu o terreno e construiu.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Aí, sim, é uma irregularidade que deve ser mais bem estudada.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Mas, Senador, gostaria de concluir o meu aparte.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas a Senadora Ideli vai estudar isso também.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Queria concluir meu aparte dizendo que essa é uma tática usada pelo PT para diversificar os fatos verdadeiros. O Senador Arthur Virgílio disse muito bem. Não podemos ter confiança – venho denunciando há mais de dois anos – no que apura a Secretaria de Previdência Complementar, porque é presidida pelo ex-chefe de gabinete do Sr. Gushiken, que é, o Brasil todo sabe, o controlador, de fato neste Governo de fundo de pensão. Agora, Senador Antonio Carlos, V. Ex^a falou de vários nomes que precisam ser passados a limpo. Nada mais simbólico do que aquele da cueca suja do Ceará. Aquele caso da cueca, Senador Tasso, precisa ser esclarecido porque o PT não vai a lugar nenhum nessa campanha com a cueca suja. Ou o PT lava aquela cueca ou vai ter muito o que explicar porque aquilo é vergonhoso. Os fatos estão aí.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Até porque a nossa Senadora viu isso no carnaval. Muita gente fantasiada.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Inclusive marchinhas a respeito, Senadora Ideli. Fomos contemplados, no Brasil inteiro, com marchinha “mensalão para cá, cueca para cá” e, em alguns momentos de surpresa, tivemos que julgar essas músicas ou entregar o prêmio aos vitoriosos. Ninguém vai, Senador Antonio Carlos, para lugar nenhum se não limpar essa cueca que está lá no Ceará. Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço muito ao Senador Heráclito Fortes esse aparte, que sempre é bem-vindo pela competência, pela experiência desse parlamentar que já viveu muitas coisas neste País, mas não viveu um Governo tão corrupto quanto este.

Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Antonio Carlos, V. Ex^a já foi Prefeito de Salvador, foi Deputado Federal, foi Governador, foi Ministro, Senador, enfim, tem uma vida pública bastante longa, e o Brasil é testemunha de que não tem Marcos Valério na sua vida, nem tem Sílvio Pereira, nem tem Delúbio. Eu não conheço, acho que o Brasil inteiro não conhece. Eu não sei na sua vida pública quem é que possa ter estado vinculado a V. Ex^a em termos de negociata. Suponho que ninguém, porque esse negócio de transacionar com o dinheiro público não é a praia de V. Ex^a. E essa é a razão pela qual, eu que conheço as pessoas, estou percebendo absoluta serenidade na voz de V. Ex^a ao comentar esse fato. Comentar o fato que está na capa de uma revista com V. Ex^a de costas e o Deputado ACM Neto de frente. E quem fala como V. Ex^a está falando não é gago. Quem fala com a serenidade com que V. Ex^a está falando é porque tem absoluta convicção do

que está falando, está desafiando. V. Ex^a está desafiando! E eu quero trazer um fato que talvez não seja do conhecimento de V. Ex^a, que acho que é definitivo, para que caracterizemos aqui, nessa sua intervenção, o famoso caso de o feitiço se virar contra o feiteiro, o feitiço de virar contra o feiteiro! Eu acho que V. Ex^a não sabe que o Deputado ACM Neto, que voltou a Brasília na quarta-feira de cinzas e que fez depoimentos – e eu assisti pela televisão –, ele com o depoente e mais ninguém... Na quarta-feira, na quinta-feira, mas houve – e me corrija a Senadora Heloísa Helena, que era a única presente na subcomissão...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma PFL – SP) – Eu também.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – O Senador Romeu Tuma também. É verdade, eram os dois únicos. Eu via na televisão quinta-feira, V. Ex^a lá e não havia mais ninguém. Mas um dos depoimentos, o do Sr. Jorge, que fez um depoimento sobre o fundo de pensão da Rede Ferroviária Federal – e não tinha ninguém do Governo lá, porque ele fez o depoimento hoje. E foi perigoso para o Governo, comprometedor para o Governo. Como podem testemunhar a Senadora Heloísa Helena e do Senador Romeu Tuma, o Deputado ACM Neto fez um desafio. Ele disse que com relação ao assunto Previ/Costa do Sauípe, ele queria investigar o caso Previ daqui para a frente e um pouco para traz, chegando ao Sauípe, desde que o PT concordasse na prorrogação do prazo da CPMI dos Correios, para que a CPMI dos Correios pudesse investigar por inteiro o caso Previ e outros. Então, o Deputado ACM Neto, que está na frente na capa de revista em que V. Ex^a está de costas, fez um desafio. Então, acho que V. Ex^a precisaria endossar esse desafio, propondo àqueles que fazem a base do Governo na CPMI dos Correios se associarem à disposição do Deputado ACM Neto para prorrogar os trabalhos da Sub-Relatoria, e, por via de consequência, da CPMI dos Correios, para que se investigue o caso Previ, pegando o Sauípe e tudo o que a Previ possa haver cometido de legal ou eventualmente de ilegal. Com essas palavras, quero manifestar a V. Ex^a a mais absoluta solidariedade – e nem precisava apresentar solidariedade a V. Ex^a. V. Ex^a não precisa de solidariedade em matéria de comportamento moral e ético; não precisa.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço muito ao meu Líder, que é sem dúvida das maiores figuras deste Congresso e para quem o destino ainda reserva grandes vôos. Suas palavras me trazem sobretudo conforto. E sei que o meu Partido está unanimemente ao meu lado.

Concedo um aparte ao Senador Garibaldi Alves, que é, sem dúvida, figura importante no Nordeste e, como tal, conhece os assuntos da região como ninguém.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Antonio Carlos, minha palavra nesta hora serve até para dizer a V. Ex^a que não é apenas o seu Partido – é verdade que o PFL se manifesta pela sua unanimidade –, mas os outros Partidos também estão solidários a V. Ex^a. Eu estou porque conheço o desassombro de V. Ex^a, a maneira correta como V. Ex^a vem ajudando a minha missão na CPI dos Bingos. Certamente que o desassombro de V. Ex^a tem provocado desconforto por parte daqueles que querem atingir a imagem de V. Ex^a, depois de uma vida longa de serviços prestados à Nação – como dizia o Senador José Agripino. V. Ex^a tem a minha solidariedade.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL BA) – Honra-me a solidariedade de V. Ex^a, porque V. Ex^a é das figuras mais eminentes deste Senado e a cada dia se projeta mais, inclusive como Relator de uma CPI difícil, em que V. Ex^a mostra competência, imparcialidade e sobretudo caráter.

Senador José Jorge, ouço V. Ex^a.

O Sr. José Jorge (PFL PE) – Senador Antonio Carlos, eu também deixo a minha solidariedade a V. Ex^a. Quem tem uma vida pública como a de V. Ex^a, sempre polêmica, sempre desafiadora, não pode se expor àquelas questões ali colocadas. V. Ex^a tem feito um trabalho de oposição, e todos nós aqui temos feito, mas vemos que o Governo sempre cria algumas manobras diversionistas exatamente para retirar o foco da questão, que é o mensalão, que é Delúbio, que é Marcos Valério. Em todo esse desgoverno que o Presidente Lula realiza, a cada dia ele aparece mais afastado da realidade nacional. Disse que haveria o espetáculo do crescimento, mas, na realidade, o Brasil este ano só cresceu 2,3%, índice maior apenas do que o do Haiti, considerando-se a América Latina. O Presidente faz afirmativas a cada dia com finalidade meramente eleitoreira, e também entra nessas manobras diversionistas, como foi a lista de Furnas e outras que virão. Mais importante que a solidariedade a V. Ex^a, que é total, é considerarmos a possibilidade de que outras matérias virão não só contra V. Ex^a, mas contra qualquer um de nós, porque quem inventou a lista de Furnas pode inventar outras. Então, na época da campanha, temos de estar bem atentos a esse problema. Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a tem absoluta razão. Vão surgir muitas mentiras, mas elas serão desmentidas aqui da tribuna e da televisão. Não podemos deixar que o Governo fique utilizando a televisão como está fazendo, da forma mais desavergonhada possível, sem que haja

uma providência do Congresso Nacional. O Senador Renan Calheiros tem que observar isso, e os Líderes, pelo menos os da Oposição, têm que reclamar contra esse abuso do Governo em relação a publicidade e a compra de revistas, como a **Carta Capital**.

Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Sibá Machado. Quero encerrar depois de V. Ex^a.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Antonio Carlos Magalhães, a Senadora Ana Júlia veio à tribuna da Casa e apresentou as suas razões, datas, dados, fatos que pudessem comprovar a inocência dela contra a matéria que ela considerou muito injusta e até irresponsável. Agora ouço V. Ex^a também tratando de matéria que envolve o nome de V. Ex^a. Eu só tenho a considerar o seguinte: senti-me bastante feliz com os dados apresentados pela Senadora Ana Júlia; convenci-me do que ela disse, acredito na seriedade dela. Quanto a V. Ex^a trazer as mesmas razões, também quero acreditar nisso. Todavia não acho necessário criar mais uma comissão externa para investigar o caso, porque já temos uma CPI instalada. Eu me lembro de que o Senador Delcídio Amaral, quando se decidiu criar as sub-relatorias dentro da CPMI dos Correios, convidou de pronto as pessoas que deveriam ser relatores. Claro que é regimental. S. Ex^a não teve nenhuma dúvida em convidar pessoalmente e não fez nenhuma pré-reunião para chegar a esse entendimento. Neste caso, seria desnecessário o conselho à Senadora Ideli Salvatti para constituir e presidir outra comissão para investigar o caso. Entretanto, não deixa de ser importante esse ponto que V. Ex^a traz e no qual nós podemos entrar. Se não tivermos uma resposta imediata para esse tipo de matéria, poderemos viver aqui a TPE, Tensão Pré-Eleitoral. Dessa forma, nascem informações dentro da imprensa pautando esta Casa para notícias que eu não sei se nos levarão a algum lugar. Mas fica entendido o que V. Ex^a traz. Se a notícia aparece, deve ser imediatamente respondida à altura, para que não pare nenhuma dúvida sobre nenhuma das pessoas presentes aqui.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu tomei um susto enorme quando V. Ex^a falou em TPE depois de ter citado a Senadora. Mas, felizmente, é TPE.

Com isso, eu quero dizer a V. Ex^a que então requerira, na CPMI dos Correios, tratar o caso da Previ separado dos outros. Isso será útil, será bom e demonstrará quem consegue as coisas na Previ e como o faz. Eu estou pronto para atender a V. Ex^a. Mas V. Ex^a, como também participa daquela Comissão, faça amanhã o requerimento sobre o problema da Previ, a meu pedido. Estimaria bastante que V. Ex^a o fizesse, porque iria esclarecer mais rapidamente esse assunto. Inclusive, seus diretores já estão dizendo o oposto.

Agora, se alguém tem prestígio ou teve prestígio na Previ para fazer isso e teve, para vender ações neste Governo, não foi o Governador Paulo Souto, nem o Senador Antonio Carlos Magalhães, nem ninguém do

Governo da Bahia. Que se procure, então, averiguar as pessoas que fizeram esse negócio com a Previ. Uma grande empresa baiana, sim, mas ela não está imune de ser também examinada. Penso que até seria bom, porque iria demonstrar que os erros foram anteriores e deste Governo, do qual V. Ex^a participa, até para minha satisfação, com muita eficiência.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Concedo-me um aparte, Senador Antonio Carlos?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pois não, Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a tocou num ponto que, para mim, é fulcral. Ou seja, quando se investiga qualquer coisa do passado em relação à Previ, é evidente que pode ter havido mesmo alguma lacuna ética, algum equívoco, que deve ser investigado e punido, para se chegar aos responsáveis. Mas V. Ex^a foi ao ponto fulcral: há muito tempo que o PT tomara de assalto a Previ com os seus diretores, aqueles tais diretores eleitos pela classe, aquela história. Vou recordar um episódio de março de 2005. Setores do PT se rebelavam aqui contra um requerimento da Senadora Heloísa Helena que propunha investigar a Previ. Foram a mim e disseram: olha, isso aí vai investigar também o Governo Fernando Henrique, do qual V. Ex^a foi Líder. E eu disse: muito bem, vamos investigar então o Governo do Fernando Henrique, do qual fui Líder. Percebi que poderia mesmo ter havido alguma irregularidade lá, mas a responsabilidade ia para as costas de um diretor do PT, que estava lá sobretudo à revelia daquele governo, porque estava lá imposto pelas regras da eleição classista. Muito bem, voltaram à carga e pediram, de novo, que eu não consentisse com a aprovação do requerimento. Eu disse: olha, se vocês estão dizendo que a preocupação de vocês é com o Governo de Fernando Henrique, vocês não podem ter mais preocupação com o Governo de Fernando Henrique do que eu, me perdoem, mas não vão. Esse amor súbito é comovente, mas esse amor súbito não pode ultrapassar os meus laços de companheirismo e de amizade, não são de amor, mas de companheirismo, fraternidade e amizade. Não dá para vocês defenderem o Fernando Henrique. Ou seja, a sinceridade importaria que dissessem assim: Arthur, não queremos que investigue é o tal diretor do PT que está na Previ aprontando, isso sim. Então, não era nenhuma preocupação com o Governo de Fernando Henrique. Isso vem de longe e agora explodiu porque, com o poder na mão, aquilo que era relativo vira absoluto. Daqui a pouco, irei à tribuna para falar dessa história de coisas absolutas que tomam o lugar do relativo. Queria dar mais essa contribuição ao seu pronunciamento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Excelente contribuição a de V. Ex^a. Evidentemente, não se pode fazer comparações morais do Governo Fernando Henrique com o atual, nem do

Presidente Lula com Fernando Henrique. Quem fizer estará, evidentemente, afrontando a verdade.

Quero dizer aos senhores que, não só neste assunto, como em qualquer outro, estão livres para investigar. A Abin e a Polícia Federal estão investigando. Podem me investigar à vontade, podem investigar o ACM Neto, não vão encontrar nada. Os ladrões vão ficar decepcionados, mas vão continuar roubando, porque eles se habituaram a isso, e o Governo Lula é um Governo realmente de ladrões.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Antonio Carlos Magalhães, quero cumprimentá-lo pela presteza com que traz ao nosso conhecimento as acusações infundadas. Mas, se V. Ex^a permitir, queria ser testemunha do trabalho do ACM Neto à frente da Subcomissão dos Fundos de Pensão. Tenho acompanhado de perto, como alguns outros Parlamentares, a dedicação e o conhecimento profundo num assunto tão difícil como as aplicações que foram feitas durante o período pelos fundos de pensão. Ele fala com muita lhanza, com tranqüilidade, com objetividade e põe em xeque aqueles diretores que não souberam cumprir com as suas obrigações.

Então, fica claro aqui que talvez V. Ex^a possa pagar o preço pelo seu neto. Às vezes, os filhos pagam por nós, mas de vez em quando há uma inversão da característica da maldade das pessoas.

Eu queria deixar registrada a força do ACM Neto, do seu trabalho.

Eu sou favorável. Declarei na quinta-feira, como o Senador José Agripino disse, em razão de vários pontos ainda não esclarecidos, que não se pode encerrar uma CPI de muletas. Tem-se que prorrogar até que todos os fatos sejam esclarecidos.

Peço desculpas a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a as palavras. Eu não poderia finalizar este meu discurso sem o pronunciamento de V. Ex^a, homem que conhece a vida, que lida com essa gente toda, Corregedor desta Casa pelos seus méritos e que tem uma vida pública que merece nosso aplauso. Fico muito grato pelas suas palavras. Em nome do Deputado ACM Neto, também agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado, Senador.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, como inscrito, para ter tempo suficiente, por permuta com o Senador Sibá Machado.

Senador Sibá Machado, V. Ex^a está muito generoso hoje. Depois, não reclame da Mesa.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição como Líder da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a está inscrito, como Líder da Minoria, para falar após os Senadores Sibá Machado e Cristovam Buarque. V. Ex^a é o terceiro inscrito.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, na semana passada, sugeri o início de um debate que pudesse apontar rumos para o Brasil, com análises serenas, mas altivas, sem qualquer gesto de passar carinhosamente a mão nos numerosos culpados da cena nacional, todos soltos e impunes e com um único pensamento: o de assim ficar por mais tempo, soltos e impunes.

Os corruptos de hoje nasceram sob a égide de um grupo que chegou ao governo com a idéia, por enquanto, de fazer o que não deveria e de não fazer o que era preciso. Era o caminho para implantar um ciclo autoritário de poder.

Como cotidiano desta fase, absurdos se vêm sucedendo em meio a uma faraônica propaganda oficial, que tenta mostrar um Brasil que não é o nosso, não é o Brasil do povo que nele vive, muito menos o Brasil com que sonhamos. O Brasil com que sonhamos é, antes de tudo, um país sério, democrático e livre. A democracia custou muito ao povo e não será um grupo de aventureiros que haverá de substituí-la pelo autoritarismo, pelo populismo, pelo atraso e pela corrupção.

Estamos vigilantes.

Como no cenário da Sr^a Hendersen, do filme em exibição nos cinemas, prosseguiremos, apesar da borrasca que o grupo petista impõe ao País.

The show must go on!

Traduzo, adaptando: continuaremos, apesar das ameaças.

Sr. Presidente, a história do autoritarismo e das ditaduras é muito igual no mundo inteiro. O Governo que se pretende autoritário faz as alianças mais absurdas e espúrias. Procura cercear a livre manifestação e compra, com dinheiro público ou de origem duvidosa, o apoio necessário a uma tal escalada.

Há, todo dia, em todos os veículos de informação, ao menos indícios de uma escalada de autoritarismo, com relatos dos riscos a que se expõe o Brasil a partir desses três últimos anos.

A revista **Veja** desta semana exhibe alguns desses indícios, pondo a nu acordos e esquemas que se montam com impudência e descaramento, não raro em próprios públicos, Deputado Babá, agora revelados com fotos em cores: “Lula conversa com Ratinho durante churrasco na Granja do Torto: tudo pago?” Esse é o título da matéria.

Na matéria de capa, um apêndice para esse esquema: “Valério pode (...) contar como o PT pagou para Ratinho fazer elogios a Lula.”

Logo após, seguindo o combinado, o apresentador tentou minimizar críticas, Senadora Heloísa Helena, críticas que, como Líder de Oposição, fiz a Lula desta tribuna. O tal apresentador Ratinho – e o nome já não é feliz – resolveu minimizar o que seria minha participação na vida pública. É o que me dizem meus assessores, porque não dei ao trabalho, mais uma vez, de perder tempo com o seu programa. Mas, Senadora Heloísa Helena, aqui está um *paper* em que sou depreciado pelo apresentador Ratinho, logo depois da conversa lá.

A minha pergunta é bem simples, Sr. Presidente: estava no preço? Foi gratuito ou estava no preço? Ou estava no preço isso, isso e aquilo outro e a crítica a mim entrava como brinde, tipo assim: comprou o carro, leva o chaveiro; comprou um carro mais caro, leva o toca DVD?

Está aqui. Não me dei ao trabalho de ver, porque eu tenho realmente bem mais o que fazer.

Mas, muito bem. Foi o tal Ratinho primariamente irônico, pensando que fazia graça, a ponto de propositalmente fingir que não me identificaria com precisão – como se ele soubesse ironizar. Mas tudo bate com as revelações de **Veja**, inclusive o fato de que fui criticado logo após o tal almoço e logo após os fatos que a revista denuncia como um suborno de R\$5 milhões.

A matéria de **Veja** traz na capa o título “O Mensalão II”, e, como títulos auxiliares: “Fitas Explosivas”, “Propina para perdoar dívida com Itaipu” e “Dinheiro para Ratinho elogiar Lula na TV”.

Nas páginas internas, o título “Valério ameaça falar.”

Pobre do Governo que tem medo de o Valério falar. O Valério é personalidade que faz muita gente tremer neste País: “Valério vai falar”, “Valério, que não devia estar solto, vai ameaçar fulano”. Aí, ficam quietinhos, todos com medo, todos amedrontados com a figura que supostamente teria o que dizer deles. É capaz que ele tenha. Sabemos pela prática das investigações contra máfias que somente se desfaz sociedade criminosa geralmente não é uma pessoa de bem que vai descobrir, não, porque essa não descobre nunca – quando alguém de dentro da organização se manifesta. Então, está aqui o Sr. Valério ameaçando gregos e troianos neste País.

Muitos desconfiam que os mais implicados nos escândalos nascidos com orientação direta de antessalas do Palácio do Planalto estão calados pela força do dinheiro. São pagos para não falar. Uma nova profissão, já que estamos falando de emprego: ficar silencioso, que se vive muito bem, desde que não se abra a boca sobre as desmazelas do desgoverno que aí está.

A reportagem é rica em pormenores e reproduz trechos de gravações com conversas do advogado Roberto Bertholdo, membro do Conselho de Administração da Itaipu Binacional. Leio o trecho que contém uma gravação:

No decorrer de 2004, o advogado Roberto Bertholdo, membro do Conselho de Administração de Itaipu até fevereiro de 2005, foi grampeado por um ex-sócio. O ex-sócio, o também advogado Sérgio Renato Costa Filho, gravou cerca de duzentas horas de conversa que ele próprio manteve com Bertoldo. **Veja** teve acesso a uma parte das gravações. No trecho abaixo, Bertholdo faz menção ao acordo pelo qual o PT pagaria ‘cinco paus’ ao apresentador Calos Massa, o Ratinho, e conta que um dos negociadores era Delúbio Soares, então tesoureiro petista. A Polícia acredita que ‘cinco paus’ sejam R\$5 milhões.

Bertholdo É só fazer um acordo entre o Ratinho e o PT.

Costa Filho – Ah, é?

Bertholdo – Aí, o Ratinho fala bem do PT até o final do ano.

Costa Filho – Como foi a conversa com o Ratinho? Vocês não foram lá para São Paulo?

Bertholdo – O Ratinho não tava lá. Nós conversamos com o Sérgio (*personagem não identificado*).

Costa Filho – Esse Sérgio que tá centralizando tudo?

Bertholdo – O PT topou pagar. Cinco paus.

(...)

Bertholdo – Na segunda-feira eu vou, eu e o Ratinho e o Borba (*José Borba, então líder do PMDB na Câmara dos Deputados*), no avião do Ratinho, pra pegar o Delúbio, que é o tesoureiro. Pra fazer um acerto de uns cinco paus.

Costa Filho – Hum-hum.

Ratinho tem avião, Senador Tasso Jereissati. É impressionante! Ratinho tem avião! É impressionante! Não sabia que roer dava dinheiro a esse ponto neste País!

Estou anexando, então, a este pronunciamento, Sr. Presidente, o inteiro teor desta reportagem, que expõe o Governo Lula. E não é só. A escalada do autoritarismo e da corrupção, estimulada pelo comportamento de Lula, mostra outro episódio dos meandros deste Governo, o famoso capítulo Okamoto, que está também em duas páginas e meia da revista **Veja**, com o título “O Paradoxo de Okamoto.”

Lula tem medo de suas relações tão íntimas com Okamoto, hoje superintendente do Sebrae, por indicação do próprio Presidente, e, por isso, procura por to-

dos os meios blindar o antigo companheiro que, para tantos analistas, não passaria de testa-de-ferro seu. O pronome possessivo refere-se ao Presidente. Okamoto, diz a revista, “além de amigo pessoal de Lula, é também o administrador pessoal das finanças pessoais do Presidente”, uma espécie de caixa eletrônico 24 horas do petista, conforme o próprio Okamoto quis fazer crer em seu último depoimento à CPI dos Bingos.

Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a traz à tona essas matérias da **Veja** da última semana. São fatos novos gravíssimos que nós, no Congresso Nacional, não podemos mais deixar passar em branco. Uma se refere a este caso Bertholdo, que abre mais uma avenida no caso valerioduto, no caso Marcos Valério, e que leva diretamente a outro gabinete ligado ao Palácio do Planalto. Isso me faz crer – e gostaria de ouvir a opinião de V. Ex^a – que a CPI dos Correios precisa ser aprofundada, ela não pode ser encerrada sem que isso seja aprofundado, devidamente esclarecido e levado em conta no seu relatório, porque é tão grave que o relatório ficará não só incompleto, mas absolutamente falso se não levar em conta esses dados. Outro fato que a revista **Veja** levanta – isso vem complementando, mas parece-me o pingo d’água que derrama este copo – é a questão Okamoto, o mistério Okamoto. Esse homem virou o verdadeiro Mister M, um personagem misterioso que virou intocável...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Que mora numa casinha pobrezinha...

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Que mora numa casa pobrezinha, com o seu fusquinha, mas que é capaz de pagar a conta de todos, ligado diretamente à Presidência da República. Ele é o contrário de tudo o que sempre se pensou dever ser exemplar na vida pública brasileira, ou seja, transparência. Sempre se falou em transparência. O homem público brasileiro deveria ser transparente. A vida do Presidente da República, as contas dos Ministérios, dos Governadores, etc deveriam ser transparentes. Este, não, é o misterioso. Paga a conta de todos e de tudo e deve ser misterioso. Ninguém deve saber da sua vida, como ele ganha dinheiro, como paga as contas, quais são as suas contas. E o Supremo Tribunal Federal deve ser envolvido para que ele não mostre suas contas. Deve ser mantido misteriosamente como se o Brasil inteiro não pudesse saber quem paga as contas do Presidente da República, da sua família, dos seus familiares, do Partido e de outras pessoas mais. Isso é uma verdadeira antítese da transparência e da clareza, e não podemos aceitar. Devemos ter duas metas, Senador Antonio Carlos, aqui e agora. Uma é a questão desse Sr. Bertholdo, que apareceu na **Veja** e que não pode passar em branco. Isso é muito grave! A outra é esse Mister M, o misterioso Okamoto, que ninguém sabe

quem é. Ele paga a conta de todos e ninguém pode saber como nem de onde vêm seus recursos. Não podemos sossegar enquanto não soubermos o que é isso. É muito grave para as instituições democráticas e para a clareza da vida pública brasileira. Eu queria saber qual é a opinião de V. Ex^a sobre este assunto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Meu Presidente, Senador Tasso Jereissati, de maneira bem esquemática, eu lhe digo que temos de fazer uma prorrogação, certamente, dos trabalhos da CPI dos Correios. Não tão longa, algo como trinta ou quarenta dias para concluirmos, investigando tudo aquilo que deve ser investigado, Líder José Agripino. Eu adoraria que pudéssemos investigar tudo em um tempo mais curto e virássemos a página da Comissão Parlamentar de Inquérito. Mas, se não é possível, não há por que se prorrogar.

Além do mais, quero fazer uma advertência muito clara à base do Governo, Senador Antonio Carlos Magalhães, Senador Tasso Jereissati. Não adianta essa história de que “temos maioria”. Não têm maioria lá coisa nenhuma. Isso é conversa fiada. Duvido, se o Relator Osmar Serraglio falar “estão boicotando o meu relatório”, como se V. Ex^a falasse, Senador Garibaldi Alves, que estariam porventura boicotando seu relatório, que a pressão da opinião pública não se torne insuportável a ponto de aceitarem a prorrogação – não aqui; maioria temos bastante aqui para aprovar o que quisermos em termos de prorrogação de uma CPI no Senado – da CPI dos Correios. Ou seja, não têm legitimidade.

Senador Tasso Jereissati, ouça bem, temos que fazer a formulação jurídica correta. E isso é coisa para um advogado de alto coturno, de modo a não levarmos uma petição que seja inepta a julgamento do egrégio Supremo Tribunal Federal. Qual é a fórmula que realmente, Senador Garibaldi Alves, ilustre Relator, vai possibilitar a quebra do sigilo do Sr. Okamoto? Vai ter que ser quebrado o sigilo dele. Não se pode encerrar a CPI dos bingos antes da quebra do sigilo do Sr. Okamoto. Isso é fora de dúvida. Vamos então ver qual é a fórmula jurídica correta e vamos usar da melhor linguagem jurídica para não esbarrarmos na negativa, que tem sido pela fórmula, a meu ver. Confio plenamente no Supremo em relação ao Sr. Okamoto.

Por outro lado, eu estava há pouco conversando com alguns jornalistas que me diziam que o Governo agora está com uma outra versão. O Governo dizia: “essas novas denúncias são porque o Lula melhorou nas pesquisas”. Isso é tão grave, que só me passa a impressão de que estão sabendo da culpa de uns; estão sabendo outros que são eles próprios os culpados, porque, senão, estariam rebatendo as acusações, não estariam inventando uma desculpa tão esfarrapada e, a meu ver, tão torpe como essa. Ou seja, para provar que não estamos preocupados com a eleição, vamos deixar

roubarem à vontade no País, vamos deixar dilapidarem o patrimônio público, porque, senão, vai parecer que estamos querendo influenciar resultado eleitoral.

Então, essa gente está contando que a Nação brasileira não se estarreça mais, e a Nação brasileira tem de ser beliscada e ficar estarecida sim, porque nunca se praticou corrupção, na História Republicana deste País, como nesta quadra infeliz do Presidente Lula.

Com muita honra, ouço o aparte do Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Ora, se não trouxermos, com rapidez, esse Okamoto, Roberto Teixeira e o Bertoldo, estaremos desmoralizando o Congresso. O problema das pesquisas é muito fácil. Ninguém ataca o Lula. Ele está com milhões para publicidade, gastando em todos os jornais e televisão. Como ele pode ser atacado se nem a nossa voz sai, a não ser na TV Senado, para dizer as verdades sobre este Governo, o mais corrupto que o País já teve em todos os tempos? Collor hoje está sorrindo diante do Governo do Lula, e tem razão para isso. Agora, evidentemente, eles vão atacar sempre V. Ex^a, o Senador Tasso Jereissati, a mim, o Presidente Fernando Henrique e o futuro candidato à Presidência – já começa a atacar, por um lado e por outro, em um tiroteio cego, porque não sabem quem é. Seja como for, estaremos aqui juntos...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Podem vir quentes!

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – ...juntos, trabalhando, com o calor que é próprio a V. Ex^a, mostrando ao País que este Governo não pode continuar. E ele será derrotado não como pede Diogo Mainardi – que seja expulso –; ele será expulso pelo voto dos brasileiros.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Estou com muita segurança de que será assim, Senador Antonio Carlos.

Ouçó o Líder José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Arthur Virgílio, eu estava para apartear V. Ex^a, mas o telefone não pára de tocar e de chamar-me lá fora. A imprensa toda está indagando se o PFL vai pedir a prorrogação da CPI dos Bingos e da CPMI dos Correios. Sequer estamos falando nisso – V. Ex^a já toca no assunto –, mas a imprensa, que verbaliza muito a vontade da sociedade, já está cobrando da Oposição uma providência saneadora de costumes. Por quê? Todo mundo tem o direito de se habituar a esse estado de coisas de perda, de fratura do padrão ético, menos nós; temos obrigação de sermos clarividentes, de não nos habituarmos a esse mar de denúncia, de corrupção, ou entendermos que está tudo muito bem, que isso faz parte do estado de coisas, que o Presidente Lula...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Estão brutalizando o País.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – ...está acima do bem e do mal, que ele é um de nós, é o papaizão! Ele é o papaizão de Lulinha e de Lurian. É preciso que a sociedade perceba isso, Senador Arthur Virgílio. Ele posa de papaizão, o homem do Bolsa Família. Ele é papaizão de Lurian. E quem é Lurian? Lurian é a moça que devia R\$26 mil e que teve esse débito pago pelo Sr. Okamoto. E quem é Okamoto? É aquele mesmo que pagou a conta de Lula. E pagou com quê? Com dinheiro dele, do bolso dele – isso foi dito por ele. Mas do bolso dele? Ele é rico? Dizem que não. Ele é amigo de quem? Ele é amigo de Delúbio Soares, de Marcos Valério, de Silvinho Pereira, é amigo de José Dirceu. Amigo como? Os telefonemas que os técnicos da CPMI dos Correios cruzaram com as informações dos técnicos das CPI dos Bingos. São centenas de telefonemas de Okamoto falando com essa turma, a turma do mensalão, do valerioduto. Então, Senador Arthur Virgílio, eu honestamente não sabia que o Sr. Okamoto havia pago a conta de Lurian, filha de Lula. Eu não sabia. A denúncia veio da imprensa, que é vigilante. Ainda bem que neste País temos uma imprensa vigilante para acusar qualquer um de nós; se estiver errado, tome-lhe acusação. Isso está certo. Então, o Sr. Okamoto pagou a conta de Lurian, pagou a conta de Lula, pagou com dinheiro dele, em espécie, e fica tudo por isso mesmo. Lula nega e fica tudo por isso mesmo? Não, vamos esclarecer! Vamos quebrar o sigilo bancário de Okamoto? Não, porque há uma ação no Supremo Tribunal Federal que nos impede. E a sociedade como fica?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E porque, Senador José Agripino, esse medo todo de quebrar o sigilo?

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – A sociedade fica vendo pelas ruas o Sr. Marcos Valério, o Sr. Delúbio Soares e o Sr. Waldomiro Diniz. E nós ficamos como? Fazendo o que e com quem, Senador Arthur Virgílio? “Não, não é o Lula. O Lula está por fora disso tudo!” Ele está por dentro até a tampa. Lurian é filha dele; ele é o dono da conta; quem pagou foi Okamoto. Tem de haver a quebra de sigilo. Ou isso acontece ou teremos de prorrogar as CPIs para que os técnicos continuem a fazer o que estão fazendo. E agora, essa nova história de Itaipu: o Sr. Samek, que era Deputado Federal do PT, deixou de sê-lo para ser Presidente de Itaipu. Estão aí os milhões de reais, conforme a giriazinha que a revista **Veja** trouxe: “Cinco paus”.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – “Cinco paus”, o que dá direito a mil interpretações.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Cinco milhões de reais ou de dólares. Brincam! E com empresa fornecedora disso, daquilo e daquilo outro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Essa conversa dá todo tipo de interpretação, é perigosa.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – E fica tudo por isso mesmo. Envolvendo um partido político inteiro, um líder que renunciou, uma série de evidências: um homem que está preso, um advogado que era diretor e está preso. Vamos fazer cara de paisagem para isso? Vamos fazer cara de paisagem para isso ou vamos prorrogar a CPI? “Ah, não! É porque querem entrar no período eleitoral”. Que período eleitoral? Quem produziu esse fato? Fomos nós ou foram eles? Fomos nós ou foram eles que produziram esses fatos? Nós, não.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tem absoluta razão V. Ex^a.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Nós, não. Nós temos obrigação é de policiar, de investigar e de entregar os culpados ao Ministério Público e à PF, com indiciamento, para que eles sejam punidos, presos, para evitar o pior dos mundos e que se chama impunidade. Por essa razão acredito, Senador Arthur Virgílio, que temos a obrigação de começar a falar, seriamente, sobre a prorrogação da CPI dos Bingos e da CPMI dos Correios. Temos de começar a coletar assinaturas, sim, senão, a sociedade vai começar a cobrar de nós; nós que não convivemos com a improbidade. Solidarizo-me absolutamente com os termos do pronunciamento de V. Ex^a e digo que vamos cumprir a nossa obrigação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Líder José Agripino.

Peço a V. Ex^a tempo para concluir, Sr. Presidente.

Quero dizer, de maneira muito clara, que V. Ex^a, Senador José Agripino, prosseguiu com brilho o discurso que eu vinha fazendo. O seu aparte se incorpora como uma luva mesmo.

Mas vamos falar das duas CPIs. Primeiro, o PSDB está convocando o Sr. Bertoldo e o Sr. Samek aqui. Segundo, a CPI dos Bingos se prorroga quando quisermos, porque temos muito mais de 27 Senadores – temos 46 e precisamos de 27 para prorrogar a CPI dos Bingos.

Quanto à CPMI dos Correios, basta o Sr. Relator Osmar Serraglio dizer que precisa prorrogá-la, e eu quero ver a Liderança do Governo ter a ousadia de breçar as assinaturas que viabilizariam a prorrogação da Comissão dos Correios. Se é período eleitoral, o que querem? Se é período eleitoral e não se investiga nada por isso, Senador Jereissati, fica complicado. Um governo organizadamente corrupto faria o seguinte: vamos fazer o mal-feito, praticar os atos de corrupção perto do período eleitoral, porque ninguém pode investigar. Assim, cria-se uma impunidade diferente. Depois o tempo passa, as águas nunca são as mesmas, o rio é sempre o mesmo, mas as águas são diferentes. Vamos trabalhar isso.

Sr. Presidente, gostaria de deixar registrados nos Anais da Casa dois artigos, sendo o primeiro in-

titulado “Exílio de Companheiro”, do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Não podemos fechar os olhos a um outro fato: a família do Sr. Celso Daniel está se mudando do País ameaçada de morte – é o que declara a família. Ministro da Justiça? Quietos, calados, não chamou ninguém aqui, não mandou proteção para lá. O Presidente Lula, que se demonstrou tão contristado ao segurar a alça do caixão do Sr. Celso Daniel, não tomou gesto algum para dizer: “puxa vida, viraram meus inimigos, mas quero protegê-los”. Nada, nada! Não fazem um gesto no sentido de proteger essas pessoas.

Diziam que o Sr. João Daniel era louco – eu não o considerei louco quando o ouvi na CPI –, mas foi aquele que diziam que era são, o Sr. Bruno, quem fez a denúncia, em primeiro lugar, de que havia ameaça à sua família. Então, não foi o louco, foi o são; foi o são quem pediu a proteção ou ainda quem mostrou que não acreditava em proteção e estava se mudando do País. E o medo é tanto que está cada um indo para um país. A família vai se desagregar. É muita confusão. Estão desmoralizando o nome do santo, que deixou de fazer milagre para produzir mortes em série.

Concedo a palavra a V. Ex^a, com muita honra, Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Arthur Virgílio, o pior de tudo é que o amigão da família Daniel, Luiz Inácio Lula da Silva, homem que pegou na alça do caixão, não dá uma palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Nada!

O Sr. José Agripino (PFL – SC) – Uma palavra! Não dá uma palavra o amigão de Celso Daniel, que iria ser coordenador da campanha de Lula. Não dá uma palavra de solidariedade aos irmãos, que estão se mudando do País com medo de morrer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com medo!

O Sr. José Agripino (PFL – SC) – Ameaçados de seqüestro e morte. E o amigão, que é o Presidente da República, não dá uma palavra de solidariedade, não estende um dedinho da mão para ajudar quem está com a vida ameaçada.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador José Agripino, se essas pessoas da família Daniel estão mentindo, também não aparece ninguém para dizer que estão mentindo, que isso é uma fraude, uma farsa, uma exploração política, eleição. Não, não estão dizendo nada. Simplesmente há aquele silêncio obsequioso.

Peço, ainda, Sr. Presidente, que se insira nos Anais da Casa o artigo do jornalista André Petry, que faz críticas muito duras ao Ministro Antônio Palocci e

diz que Lula bem que poderia aproveitar e indicar Duda Mendonça como “marqueteiro” de sua campanha e Delúbio Soares como tesoureiro. Lembro que Duda Mendonça está na campanha, sim, na Petrobras, fazendo campanha desabrida, com uma remuneração de R\$26 milhões, a favor da reeleição do Presidente Lula.

Aqui, Senadora Heloísa Helena, eu aprendi com V. Ex^a isso. Somente não concordo com o título e faço uma crítica ao jornalista André Petry. Recebi um *e-mail* muito bonito de uma senhora, mãe de uma criança autista, que certa vez me disse: “Não chame de autista – a mesma observação que V. Ex^a me havia feito – alguém que V. Ex^a queira depreciar, porque as crianças são inteligentes, amorosas, meigas e são vitimadas por algo que pode até torná-las, quem sabe, incapazes de se autodeterminarem”.

Então, quero dizer mesmo ao admirável jornalista André Petry que o único erro do seu artigo está no título “Surto de autismo”, porque as crianças autistas nada têm a ver com o que de autismo não tem nada, que é o esquema endêmico, epidêmico e sistêmico de corrupção que se montou neste País, que já vem, como vimos hoje, de antes, da Previ, com os diretores petistas...

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Altista com a letra “L”.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sim, altista do ponto de vista do desejo de lucros cada vez mais altos, mais elevados, às custas do dinheiro público.

Então, são dois artigos, Sr. Presidente, que mando como contribuição para os Anais. Os jovens de amanhã estudarão este momento nos Anais do Senado e vão pensar, com razão, que estamos vivendo uma era de trevas, uma era que, no futuro, vai ser descrita como de trevas, porque o desrespeito à vida humana aqui está: família muda-se com medo de ser assassinada. E ninguém faz nada para proteger essa família.

Ao mesmo tempo, estamos aqui vendo o cinismo. Se essas pessoas só erraram, se Duda Mendonça é bom para trabalhar na Petrobras, ele é bom para ser “marqueteiro” da campanha. Talento ele tem. Pode não ter caráter, mas tem talento. E se o outro, o Delúbio Soares, só errou, não foi culpado de nada, por que não merece uma chance? Quando meus filhinhos erram, dou logo uma chance nova para eles. Já que o Lula é o paizão, então devia dar uma chance nova ao Delúbio, colocar o Delúbio mexendo com dinheiro. Ele deve ter aprendido. Ele não teve má-fé. É um rapaz tão bom!

Com a palavra o Senador Garibaldi Alves.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio, esse caso da fuga – não se pode nem chamar de fuga –, dessa ida para o exterior da família do ex-Prefeito Celso Daniel vem provocando um estarecimento profundo. Afinal de contas, a família

está apenas defendendo uma versão que não é somente dela, mas é uma versão de todos aqueles que acompanham mais de perto o caso e que sabem que não houve crime comum, mas que existem todas as evidências de um crime a mando, de um crime planejado. Não se trata de uma reação emocional de uma família, e sim de uma constatação de que todos nós, a imprensa, de que todos estamos comungando. É de estarrecer o que está acontecendo com a família do ex-Prefeito Celso Daniel.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, encerro dizendo duas coisas.

No governo passado, neste e nos governos anteriores ao passado, vimos muita gente se dizendo desiludida com a incapacidade de o Estado brasileiro lhes dar segurança. V. Ex^a deve ter conhecidos que se parecem com conhecidos meus que disseram assim: vou vender o que tenho aqui e morar em Miami, porque lá meus filhos não serão seqüestrados. Todos nós vimos isso. Mas a família Daniel está fugindo porque não acredita neste Governo, do ponto de vista da intenção em relação a ela. Ela acha que há envolvimento de pessoas deste Governo nesse episódio de Santo André. Essa verdade é iniludível, inequívoca, não dá para escapar dela. Essa verdade tem que ser proclamada em alto e bom som. Não é uma família que diz que houve o seqüestro de uma prima e que, então, estão todos indo para Miami. Não, não, não! É uma família que se julga vítima de perseguição política, que se julga vítima de uma perseguição que envolveu corrupção na Prefeitura de Santo André, que resultou na morte do Prefeito e em mais oito mortes colaterais.

Esse é o fato, Sr. Presidente. É um fato lamentável. Não vou deixar de falar isso todo dia, porque hoje, Senadora Heloísa Helena, é com essa família, mas amanhã pode ser com V. Ex^a, depois de amanhã pode ser comigo, outro dia pode ser com o Senador Tasso Jereissati. Nós não podemos, nunca, nos calarmos diante do arbítrio, da violência ou da truculência, sob pena de amanhã sermos, candidamente, vítimas da violência, do arbítrio e da truculência. É hora de falarmos! Não posso admitir que a sociedade brasileira ache normal uma família ser banida do País porque tem medo de morrer e a suspeita é de que possa haver braço oficial em tudo que aconteceu de crime em Santo André, Sr. Presidente.

Era o que, por ora, e apenas por ora, tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

veja

ANDRÉ PETRY

Surto de autismo

Os jornais noticiam que o presidente Lula resolveu indicar o ministro Antonio Palocci, da Fazenda, para ser coordenador de sua campanha reeleitoral. É uma ousadia ímpar, para dizer o mínimo: Lula está colocando no centro de sua campanha o ministro mais suspeito de seu governo desde que José Dirceu foi demitido da Casa Civil. Palocci prestou três depoimentos em comissões no Congresso, mas nunca esclareceu nada e deixou ainda mais suspeitas no ar. Com isso, Palocci vive enredado por uma teia tenebrosa. É suspeito de ter montado um esquema de mensalinho em Ribeirão Preto, de ter arrecadado dinheiro clandestino na campanha de Lula, de ter-se cercado de assessores ávidos por negócios ilícitos, de dissimular suas visitas ao casarão que funcionava em Brasília como "central de negócios", de esconder que usava o mesmo jatinho que viajou com o dinheiro de Cuba...

São tantas as suspeitas em torno de Palocci que sua indicação para comandar a campanha de Lula só pode ser interpretada como um deboche lançado a todos aqueles que não se esqueceram. Ou, então, é a expressão mais cabal de que Lula pretende comportar-se na campanha reeleitoral como um autista que nunca ouviu falar em mensalão. Se é assim, Lula bem que poderia aproveitar e indicar Duda Mendonça como o marqueteiro ou Delúbio Soares como o tesoureiro, ora.

Tem-se discutido de que forma Palocci sairia do ministério — se abandonaria o cargo sendo substituído por outro ministro, ou se pediria uma licença temporária e seu cargo seria ocupado por um interino. A hipótese de Palocci ser subs-

tituído por outro ministro tem um problema ético, veja só: é que o ministro mais cotado é Paulo Bernardo, do Planejamento, que anda enroscado em suspeitas de recheiar o caixa dois do PT em campanhas eleitorais no Paraná, sua base eleitoral. Parece piada. Um ministro na Fazenda com problema ético parece não ser um empecilho neste governo. Por que seria na coordenação da campanha?

O formato da saída de Palocci — se deixa o cargo ou se pede licença — é um assunto fora da esfera política. Eis o ponto a que chegamos:

“Lula bem que poderia aproveitar e indicar Duda Mendonça como o marqueteiro ou Delúbio Soares como o tesoureiro”

diz-se que o ministro teme que, deixando o cargo e virando um cidadão comum, possa acabar sendo preso. Se pedir apenas uma licença, talvez possa seguir com o status de ministro e assim manter o foro privilegiado — e escapar. É um tanto constrangedor que um ministro, e futuro coordenador de campanha,

esteja preocupado com a forma mais eficaz de escapar da Justiça, mas isso parecer ser o de menos.



Algumas luzes, modestas ainda, surgem no fim do túnel: o senador Demosthenes Torres, do PFL de Goiás, disse que está na hora de deixar de lado os “pudores tucanos” e investigar a relação entre Lulinha, filho do presidente, e a Telemar. A senadora Heloísa Helena, do P-SOL de Alagoas, pediu que o Congresso abra uma investigação para saber os motivos verdadeiros que levaram a Telemar a aplicar cerca de 15 milhões de reais na empresa de Lulinha, a Gamecorp.

O ESTADO DE S. PAULO

NOTAS & INFORMAÇÕES

Exílio de companheiro

Na terça-feira de carnaval, Marilena Nakano, Bruno Daniel e seus três filhos inauguraram na História política brasileira a prática inusitada do "exílio de companheiro". O casal é de militantes petistas históricos - ela foi secretária da Educação na prefeitura de Santo André na gestão do irmão dele, Celso Daniel. E agora, com um correligionário do PT, partido no qual ambos militaram, na chefia do governo federal, ambos se viram forçados a deixar de repente seus empregos e cuidar para que os filhos interrompessem os estudos e se abrigassem em lugar mais seguro no exterior para evitar ser atingidos pelos disparos das armas empunhadas pelos até agora não identificados mandantes do assassinio de seu ilustre parente.

A fuga para além das fronteiras nacionais não é uma experiência inédita na vida desses dois militantes de esquerda, que lutaram contra o arbítrio da ditadura militar. Mas a situação que a família Daniel vive agora é muito mais absurda que a experimentada por seus companheiros que foram obrigados a abandonar o País há 40 anos. Estes foram banidos por um regime autoritário, truculento e discricionário, que não admitia oposição. Além disso, uma vez expatriados, seus amigos e familiares tinham tranqüilidade, liberdade e segurança para se comunicarem com eles sem medo de pôr a própria integridade física nem a deles em risco, pois no momento em que desembarcavam em qualquer país estrangeiro nada mais ameaçava suas vidas.

A situação da família Daniel - incluindo outro irmão de Celso, o oftalmologista João Francisco, levado pela situação esdrúxula a se tornar um nômade, mudando constantemente de residência e de local de trabalho para sobreviver, e, por extensão, sua prole - é de um absurdo ainda mais cruel. Pois os participantes dos movimentos de resistência à ditadura estavam conscientes dos riscos que corriam por violarem conscientemente as normas estabelecidas pelos inimigos no poder, pouco importando, no caso, se tais normas eram, ou não, legítimas. O clã Daniel, não! João Francisco, o irmão, a cunhada, os filhos e os sobrinhos não cometeram nenhum crime nem desafiaram o Estado brasileiro, ho-

je plenamente democrático. Eles apenas exercem o direito de discordar da versão oficial, defendida pelo PT e adotada pela polícia paulista, de que seu irmão teria sido mera vítima da banalidade do mal nesta nossa sociedade insegura, à qual a autoridade que exerce o monopólio do uso legítimo da força não consegue prover segurança.

Não se trata sequer de uma atitude singular do clã Daniel, tomada por razões emocionais de quem perdeu um irmão em circunstâncias trágicas. Qualquer brasileiro medianamente informado tem todo o direito de duvidar da versão do "crime comum", tantas são as evidências de que o ex-prefeito de Santo André foi, de fato, alvo de uma execução de mando. Não se trata de uma série de evidências alinhadas em reportagens de jornal, mas profissional e competentemente investigadas pelos promotores estaduais encarregados da elucidação do caso.

Ainda que a família do morto não tivesse razão nenhuma para duvidar da versão oficial, ela teria todo o direito de discordar dos resultados da investigação policial e cobrar da autoridade encarregada da punição dos criminosos uma ação mais eficiente. É revoltante saber que os parentes de uma vítima da violência têm de fugir das ameaças de quem eles acreditam ser os eventuais assassinos de seu ente querido, interrompendo seus projetos de vida para evitar serem dizimados pela ousadia de exigir que a verdade apareça e a justiça seja feita. Mais revoltante ainda é verificar como os dirigentes do governo federal e do PT - que, aliás, não têm sequer relações institucionais com a polícia estadual, sob o comando do governador Geraldo Alckmin, do PSDB -, além de insistirem, contra a lógica plana dos fatos, na hipótese do crime comum, se empenham em desqualificar os membros da família vitimada e lançar suspeitas descabidas sobre suas verdadeiras intenções.

O "exílio de companheiro" da família de Bruno Daniel, a vida clandestina imposta a seu irmão João Francisco e o anúncio da viagem de um filho deste para destino incerto e não sabido fora do País só acrescentam mais suspeitas sobre o papel que o PT e o governo têm cumprido nesse caso sobre o qual se alguma dúvida ainda resta é sobre quem foi o mandante - ou os mandantes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Eu gostaria de dizer, Senadora Heloísa Helena, que tem acompanhado o caso de perto, que, com uma experiência de cinquenta anos na vida profissional de policial, é difícil lidar com o crime organizado. Durante esse período do carnaval, uma das coisas mais tristes que acompanhei pelos jornais foi a decisão dessa família de se desagregar, de separar os filhos da mãe e do pai, espalhando-se por vários lugares, para não serem localizados, porque quem mata cinco ou seis, tranqüilamente, afasta a testemunha, e se essa testemunha insiste, ela será eliminada.

Então, fico constrangido. Acho que o Relator foi correto. O crime aconteceu, um crime de mando, e, o que é pior, cada dia se chega mais perto de se constatar que é uma máfia organizada, que dificilmente será vencida se não conseguirmos, firmemente, enfrentá-la todo dia e toda hora, protegendo aqueles que poderão ser as grandes testemunhas do crime praticado.

Peço desculpas a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

Não vou marcar cinco minutos, Senador, porque sua paciência foi grande.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Esperei bastante, Sr. Presidente, porque uma das boas lições que tirei do livro **O Monge e o Executivo** foi saber ouvir, ouvir bastante para depois se pronunciar.

Venho à tribuna hoje, Sr. Presidente, para aplaudir a decisão do Governo Lula de beneficiar, por meio de medida provisória, quase dois milhões de pessoas que trabalham no serviço doméstico. A medida faz parte do esforço da Ministra Nilcéa Freire, à frente da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, e apresenta os seguintes dados.

No Brasil, cerca de 3,4 milhões de pessoas trabalham como domésticos. O trabalhador doméstico entra na intimidade de um lar, mas, ao mesmo tempo, é muito mal recebida. Em muitos casos, são tratadas com muito desprezo, preconceito e com todo tipo de adversidade que a sociedade deveria ter banido. Desse número, 1,8 milhão de trabalhado-

res domésticos – acredito que a esmagadora maioria seja de mulheres – não têm carteira assinada. Por não terem carteira assinada, têm dupla ou tripla jornada e ainda sofrem o prejuízo de não contar com os benefícios da legislação previdenciária. Quanto a esse 1,8 milhão de pessoas que trabalha com serviço doméstico, a medida provisória procura atender da seguinte maneira, Sr. Presidente: os 12% que o empregador pagaria a título de Imposto de Renda seriam destinados a cobrir o pagamento da Previdência Social dessas pessoas. Fazendo uma troca, o impacto na renúncia fiscal seria de R\$289 milhões. É claro que, à medida que tivermos cerca de 1,1 milhão de mulheres com carteira assinada, não só esses R\$289 milhões estarão cobertos, como também poderemos atingir um superávit de mais de R\$400 milhões.

Então, fica aqui o meu elogio ao Presidente Lula e à Ministra Nilcéa Freire por tão sábia decisão nas proximidades do dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher.

Sr. Presidente, vejo aqui, em matéria da **Gazeta Mercantil**, uma pequena entrevista com Ricardo Yasbek, Presidente da Secovi em São Paulo. Ele menciona que as vendas de imóveis, no ano de 2006, dispararam e que, com a política do Governo Lula, de 2003 a 2006, houve um crescimento muito grande de repasses financeiros para o crédito no setor, além de um conjunto de regras que formam um marco regulatório. Afirma que, em 2003, foram disponibilizados e financiados, com recursos da caderneta de poupança, o chamado Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, cerca de R\$2 bilhões; no ano de 2004, passou para R\$3 bilhões; no ano de 2005, para R\$4,5 bilhões; em 2006, a previsão é de R\$6,7 bilhões. Com os R\$2 bilhões da Caixa Econômica, poderemos chegar a quase R\$9 bilhões.

Além disso, ele disse que a taxa de juros para financiamento imobiliário começa a diminuir e que tem havido mais elasticidade quanto aos prazos, o que propicia a facilitação do crédito. Disse ainda que os agentes financeiros também estão acreditando mais no Brasil e que, com essa nova credibilidade, é claro que a balança de pagamentos fica muito mais favorável.

Com esse conjunto de coisas, Sr. Presidente, o País aponta para o tão sonhado equilíbrio dos investimentos. Quanto aos debates do dia-a-dia da Casa sobre o fato de o Governo, na questão econômica,

ter um dado não muito favorável para fixar a taxa de crescimento e a taxa de juros, digo que esses são os únicos dois elos de resistência a serem quebrados e que, em quatro anos, não foi possível quebrá-los. Nas demais questões do equilíbrio das contas, o País está pavimentado para o seu desenvolvimento sustentado. É inevitável, do meu ponto de vista, que a taxa de juros comece a cair.

Sr. Presidente, não fomos nós que inventamos o capitalismo. Este País preferiu esse regime, esse sistema, e hoje temos que conviver com ele, adaptando-o o máximo possível a uma esfera de Governo, pois o Governo não tem como fazer uma revolução social – quem o faz são outros atores da sociedade.

Portanto, no meu entendimento, cabe um elogio à seriedade e à convicção do Presidente Lula de trabalhar, com a maior maestria possível, num sistema que, na sua essência, pode ser injusto, para fazer com que o nosso País seja minimamente humanitário.

Lembro os números bons: maior taxa de emprego com carteira assinada registrada; crédito estabilizado, facilitação para os setores mais desassistidos da sociedade terem participação; encurtamento da distância entre os mais ricos e os mais pobres. É claro que ainda há três gargalos a superar. Um deles é a taxa de juros, que acredito feche 2006 próxima de 12%, no máximo. Eu acredito nisso. Acredito ainda que o País tem condições de, no ano de 2007, crescer superando a taxa de 3,5%.

Por último, também creio que as condições da economia vão propiciar que o lucro não seja apenas para o sistema financeiro, mas para todos os outros elos da sociedade econômica brasileira, a fim de que todos tenham ganhos muito promissores, como foram os ganhos dos bancos.

Para encerrar, expresso uma preocupação sobre o pronunciamento de Dom Odilo Scherer. Foi dito que algumas pessoas do meu Partido o trataram aqui de uma maneira que considere um pouco deselegante. O que ele falou está correto: o País tem de avançar. Mas não podemos fazer milagres. Portanto, está correto o Presidente Lula, e está correto Dom Odilo. Acredito que, juntando essas forças, podemos

chegar a esses números tão sonhados e esperados pela sociedade nacional.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador José Jorge, se V. Ex^a me permite, vou conceder a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio e, em seguida, V. Ex^a fará uso da palavra. (Pausa.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Encaminho à Mesa três curtos pronunciamentos. Num deles, lembro que, sobre a gripe aviária, que ameaça tornar-se pandemia, fiz requerimento de informações ao Ministro da Saúde no ano passado, indagando das providências que vejo pálidas, flébeis e frágeis para evitar algo que pode complicar terrivelmente a economia e a vida dos brasileiros.

O outro pronunciamento visa saudar o grupo musical formado por Luiz Bueno e Fernando Melo, que gravou o disco “Precioso”, por meio do qual homenageia, com som magistral, as águas, a floresta e a biodiversidade da minha belíssima Amazônia.

Finalmente, Sr. Presidente, o terceiro pronunciamento solicita a inclusão nos Anais de matéria das jornalistas Cilene Pereira e Mônica Tarantino, da revista **IstoÉ**, alertando para o perigo do *stress*, pois, no momento, temos muitos motivos para tanto: mensalão, corrupção, escândalos e mais escândalos. É bom parar um pouco e ver que é possível viver melhor. A matéria das duas jornalistas merece, pois, fazer parte dos Anais da Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEUS
PRONUNCIAMENTOS.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Guide da vida sexual

O alerta é da OMS: o sexo faz parte dos pilares de sustentação da qualidade de vida. "O sexo é uma necessidade básica como dormir ou comer. Uma relação sexual satisfatória relaxa, aproxima os parceiros, melhora a auto-estima e o humor", explica a psicóloga Mara Pusch da Universidade Federal de São Paulo, especializada em sexualidade humana.

O contrário também é verdadeiro. "O descontentamento com a vida sexual se reflete em muitas áreas. A pessoa fica mais irritadiça e introvertida, briga no trânsito, torna-se menos criativa, dorme mal", descreve o sexólogo Moacir Costa, de São Paulo. Costa tem um programa transmitido por 139 rádios em que responde a questões sobre sexualidade. Por falta de informação, muita gente continua, no entanto, a levar uma vida sexual

com menos qualidade do que poderia ter. "Mas existem profissionais e serviços de orientação em sexualidade espalhados pelo País. Vale a pena buscar ajuda para desfrutar dessa fonte de prazer na vida", encoraja Costa. Um dos primeiros passos para isso não custa nada e pode ter um efeito surpreendente: conversar francamente com o parceiro sobre pontos de conflito.

Tenha prazer

Atividade física deve ser feita regularmente para manter a saúde e a disposição. Muitas vezes a rotina faz com que não haja tempo para onde se chegar, embora, com esse tempo, comece com a consciência de que é importante proporcionar-se prazeres. E isso vai desde um passeio solitário pela manhã até pular de pára-quedas, ler, viajar ou simplesmente não fazer nada. Gestos como esses relaxam e recarregam as "energias", diz a psicóloga Ana Maria Rossi, da Iama-BH. Investir no relaxamento é, ainda, uma das chaves para ter contato com o prazer de viver. Ana Maria, por exemplo, ensina e pratica a técnica de relaxamento chamada respiração abdominal, que deve ser feita várias vezes ao dia. "A respiração é o que temos de mais importante para lidar com as emoções. Inspiro pelo nariz inflando o abdome e depois solto o ar, esvaziando a região da barriga, como os bebês", ensina. O benefício virá na forma de mais energia e eficiência para lidar com as situações desgastantes.

Garanta mais tempo para si mesmo

Ficar mais tempo no trabalho, dificuldade de dizer não e falta de planejamento são desafios a ser vencidos para ter mais horas livres. Para quê? "Se não 'dermos um tempo' em certos momentos, nosso desempenho, criatividade e motivação ficam comprometidos. Isso repercute na vida profissional e pessoal", diz Ricardo de Marchi, de São Paulo, especialista em programas de qualidade de vida. Por isso, ele afirma que se deve ter como meta o equilíbrio entre vida pessoal, familiar e trabalho. "Algumas empresas entendem que importante é o resultado, e não o número de horas que as pessoas ficam visíveis no trabalho", informa. Outra solução é o que ele chama de "negligência criativa". "Se o problema não é urgente, pode ser resolvido no dia seguinte até de maneira mais criativa", orienta. Mais um remédio é dizer, por exemplo, "desculpe, não posso fazer isso agora" quando se está no meio de algo importante. Ricardo também acha que a falta de tempo muitas vezes é, na verdade, falta de planejamento. "Organizando, dá", acredita.

Movimente o corpo

Há três bons motivos para fazer atividade física. Primeiro, diminuir a gordura corporal, ajuda no controle da pressão arterial e da taxa de colesterol. Depois, ganhar um corpo mais torneado levanta a auto-estima. "E o indivíduo passa a lidar melhor com o stress porque está emocionalmente fortalecido", explica Luis Carlos de Oliveira, vice-presidente do Centro de Estudos do Laboratório de Aptidão Física de São Caetano do Sul. E o terceiro

benefício é a interação social. Ir a uma academia ou participar de um grupo de caminhada aumentam a roda de amigos. Mas, para que ocorram todos os ganhos, é preciso praticar no mínimo cinco dias por semana, durante 30 minutos, e com intensidade suficiente para elevar as frequências respiratória e cardíaca e a transpiração. E segundo Edgar Corona, presidente da Bio Ritmo Academia, de São Paulo, uma das chaves para continuar na malhação é não desistir nos primeiros 30 dias. "Perceber as mudanças que ocorrem no corpo após esse período é uma grande motivação", explica.

Coma bem

Honestamente: você presta atenção no que come? Certamente não. E aí está o problema. Está provado que a alimentação é um dos fatores de qualidade de vida. Se for correta, as chances de as doenças aparecerem ficam menores. "E ter saúde é viver uma vida mais feliz", explica Durval Ribas Filho, presidente da Associação Brasileira de Nutrologia. Por alimentação equilibrada, entenda-se, entre outras coisas, a opção por pratos cheios de legumes e grãos e a economia no consumo das gorduras que fazem mal. Entre elas está a saturada, presente na carne vermelha. E não é preciso adotar a tediosa dobradinha salada/grelhado. A mudança dos hábitos é mais salada/grelhado. A mudança dos hábitos é mais salada/grelhado. A mudança dos hábitos é mais salada/grelhado. Consumir mais azeite e produtos industrializados com menos açúcar, por exemplo, continua sendo gostoso. Da mesma forma, não se perde nada ao trocar o molho quatro queijos, gorduroso e calórico, pelo de tomate, cheio de vitaminas e de licopeno (nutriente bastante estudado por seus potenciais benefícios contra o câncer).

Não exija demais

"O trabalho me exige, eu exijo cada vez mais de mim e do outro." A frase resume uma situação comum. No dia-a-dia, essa atitude alimenta a tensão interna, elevando o *stress*, e a externa. "O ambiente tenso aumenta o risco de mais erros ocorrerem", avalia a psicóloga Samia Siburro, de São Paulo, especialista em gestão do *stress*. É preciso também prestar atenção no que este comportamento pode estar dizendo. "Ser exigente demais com os outros resulta muitas vezes em um lado inseguro e dificuldade de lidar com as pressões", diz Samia. Segundo ela, para mudar isso é preciso treinar a resiliência. O termo é emprestado da física e indica a capacidade de absorver impactos com flexibilidade.

Vá ao médico com regularidade

Esta é uma das maneiras garantidas de prolongar a vida. "Adotar este hábito previne doenças", afirma Antônio Antonietto, do Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo. Não é à toa que se investe na detecção precoce. "Quanto mais cedo elas forem diagnosticadas, maior a possibilidade de cura", diz a cardiologista Samira Morin, do Hospital Albert Einstein, de São Paulo. De fato. A chance de cura de um tumor de intestino diagnosticado no início, por exemplo, é de 100%. Por isso, a recomendação é que se façam exames anuais para investigação desse tipo de câncer a partir dos 60 anos (ou aos 50, quando há casos na família). Para cuidar da saúde de maneira geral, o ideal é procurar um médico depois dos 20 anos se houver história familiar de pressão alta, diabete e colesterol elevado. Caso contrário, a rotina de exames deve ser iniciada após os 40 anos.

Mantenha boas relações

Ter com quem partilhar sucessos, tristezas, expectativas. Pode não parecer, mas isso conta muito para a vida ficar mais leve. "Dividir a angústia ajuda a manejar o *stress*, a passar pelas situações mais difíceis", diz a cardiologista Danielli Bezen, do Hospital Sírio-Libanês, de São Paulo. O problema é que muita gente anda se esquecendo da importância da amizade. "A família, por exemplo, está desafiada. O pai não tem tempo, a mãe também não. Qual o momento de reunir a família de novo, de falar de tudo?", pergunta Edina. A psicóloga Edina Bonfatti, de Belo Horizonte, especialista em relações interpessoais. Para reativar e manter essa rede de apoio, não é necessário fazer grandes atos. "É preciso tomar pequenas iniciativas amorosas e autênticas. É telefonar para um amigo que não vê há tempos, é avisar que vai chegar tarde em casa", sugere Edina. "A vida que vale a pena conjuga afeto", diz.

Cultive a espiritualidade

Um número cada vez maior de pesquisas científicas mostra que as pessoas engajadas em práticas espirituais têm uma atitude mais otimista diante da vida e se recuperam mais rapidamente de doenças e cirurgias. Elas também possuem menos comportamentos autodestrutivos (como tabagismo, alcoolismo ou dependência de drogas), mais confiança, laços afetivos e maior satisfação com a vida de uma forma geral. Resta entender o que é espiritualidade. "É ter a

experiência de sentir um significado ou propósito mais profundo da vida, a presença de um poder mais elevado guiando as nossas vidas, um sentido de harmonia com o universo. Para isso, não são necessárias crenças ou práticas religiosas. Recursos como yoga, meditação e técnicas de respiração profunda e até ser voluntário em ações sociais contribuem para expandir nossas mentes", orienta a psicóloga Susan Andrews, formada na Universidade de Harvard, nos EUA, e especializada em biopsicologia, o estudo da relação entre saúde, corpo e mente. Todos, até os ateus, podem seguir as recomendações e sentir seus benefícios.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faltam 18 meses para a gripe aviária virar uma pandemia mundial, com a ameaça de matar 50 milhões de pessoas.

Faltam 5 meses para o vírus chegar ao Brasil.

Apesar da séria ameaça, o Brasil limitou-se a algumas poucas medidas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, que proibiu a importação de produtos derivados de aves procedentes de países onde a gripe já existe, além do monitoramento de sobras de alimentos servidos a bordo de aviões procedentes das áreas afetadas. Também foram compradas 90 milhões de vacina (T amiflu)

No mais, o Governo anda muito distante de qualquer outra providência mais efetiva, como, por exemplo, a montagem de uma equipe de técnicos para estudo e pesquisa e, quem sabe se preparar para lançar uma campanha nacional e ampla de vacinação de aves.

A Revista **IstoÉ** de 8 de maio deste ano publica um bom levantamento sobre a gripe aviária, com dados precisos da Organização Mundial de Saúde, mostrando as rotas da doença e informando que o Brasil não está livre de vir a ser afetado.

Diante dos riscos a que se expõe o País, encaminhei, no ano passado, requerimento de Informações ao Ministro da Saúde, para que o Senado se inteirasse

acerca das providências do País para enfrentar o grave problema. De lá para cá, pouca coisa fez o Governo, pelo que trago novamente este alerta ao Plenário.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, registro com prazer a iniciativa do grupo musical Duofel, de São Paulo, que acolheu temas da Amazônia para as apresentações comemorativas do seu jubileu de prata, incluindo espetáculos ao vivo em Brasília e o lançamento de um cd com os motivos da floresta, as águas e a biodiversidade.

O grupo é formado por Luiz Bueno e Fernando Melo e o disco é denominado *Precioso*.

Estou anexando a este breve pronunciamento a matéria que, a respeito, foi publicada pelo jornal **Correio Braziliense**, edição de 4 de março de 2006, intitulada “Ao som da Amazônia”, para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado.

Encerro, transmitindo cumprimentos ao Grupo Duofel, pela iniciativa, que contempla a região Amazônica.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

GRUPO PAULISTA DUOFEL RETOMA O PROJETO JAZZ BRASILEIRO DO GATE'S PUB, NA COMEMORAÇÃO DE SEUS 25 ANOS DE ESTRADA

SHOW

AO SOM DA AMAZÔNIA

MANUELA MACIEL
DA EQUIPE DO CORREIO

Foi com a comemoração dos 25 anos de carreira do Duofel que o produtor Rubens Carvalho resolveu retomar a programação regular de música instrumental no Gate's Pub. A casa vai destinar as noites de sábado ao projeto *Jazz Brasília* e o Duofel, formado por Luiz Bueno e Fernando Mello, abre a temporada. Hoje, às 23h, com o lançamento do disco *Precioso*. Além de celebrar mais de duas décadas de estrada, o trabalho inaugura a gravadora e editora Fine Music, montada pela dupla para facilitar a produção e o acesso do público. “A novidade é que agora trazemos novas formações, com

uma viola caipira e o violão tenor de quatro cordas”, avisa Luiz Bueno. “É posso ouvir álbum e a segunda vez que estamos 22 anos, sem nenhum convidado. *Precioso* tem 10 faixas, das quais apenas uma, *Bom dia tristez* (Adriano Barbosa e Vinícius de Moraes), não é composta pela dupla. Luiz e Fernando partiram por caminhos curiosos para compor as músicas. Queriam que o local de nascimento do disco fosse tão precioso quanto o título e desembarcaram em Manaus. A preciosidade alaram a floresta amazônica, o clima e a ambientação. “Fomos tomados de amor pela cidade. Cada mû-

siça do disco retrata um momento que a gente viveu”, conta Luiz. *Motor de linha*, por exemplo, refere-se às barcas que cruzam a travessia do rio pela selva, como a viagem chovera de Macena, nitidamente *o caminho das facemas* entre Manaus e Belém. As músicas do disco foram compostas por Luiz e Fernando. “Influências musicais não apenas ficaram de fora”, diz Luiz. “Chamamos mais a atenção e que a cidade é povoada por muita gente de fora. Tem gente do mundo inteiro, sem identidade musical forte”, explica Luiz. *Precioso* tem samba, choro e composições que resultam da dupla, sempre inter-

foçada em explorar o momento que a gente viveu”, conta Luiz. *Motor de linha*, por exemplo, refere-se às barcas que cruzam a travessia do rio pela selva, como a viagem chovera de Macena, nitidamente *o caminho das facemas* entre Manaus e Belém. As músicas do disco foram compostas por Luiz e Fernando. “Influências musicais não apenas ficaram de fora”, diz Luiz. “Chamamos mais a atenção e que a cidade é povoada por muita gente de fora. Tem gente do mundo inteiro, sem identidade musical forte”, explica Luiz. *Precioso* tem samba, choro e composições que resultam da dupla, sempre inter-

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na semana passada, sugeri o início de um debate que possa apontar rumos para o Brasil, com análises serenas, mas altivas, sem qualquer gesto de passar carinhosamente a mão nos numerosos culpados da cena nacional, todos soltos e impunes e com um único pensamento, o de ficar por mais tempo.

Os corruptos de hoje nasceram sob a égide de um grupo que chegou ao Governo com a idéia, por enquanto, de fazer o que não deveria e de não fazer o que deveria fazer. É o caminho para implantar um ciclo autoritário de poder.

Como cotidiano desta fase, absurdos se sucedem em meio a uma cara propaganda oficial que tenta mostrar um Brasil que não é o nosso, não é o Brasil do povo que nele vive nem é, tampouco, o Brasil com que sonhamos.

O Brasil com que sonhamos é, antes de tudo, um país sério, democrático e livre. A democracia custou muito ao povo e não será um grupo de aventureiros que haverá de substituí-la pelo autoritarismo.

Estamos vigilantes.

Como no cenário da Sra. Hendersen, prosseguiremos, apesar da borrasca que o grupo petista impõe ao País. *The show must go on.*

Traduzo, adaptando: Continuaremos, apesar das ameaças.

Sr. Presidente, a história do autoritarismo e das ditaduras é muito igual no mundo inteiro. O Governo que se pretende autoritário faz as alianças mais absurdas e espúrias, procura cercear a livre manifestação e compra, com dinheiro público ou de origem duvidosa o apoio necessário a uma tal escalada.

Há, todo dia, em todos os veículos de informação ao menos indícios de uma escalada de autoritarismo, com relatos dos riscos a que se expõe o Brasil a partir desses três últimos anos.

A revista *Veja* desta semana exhibe alguns desses indícios, pondo a nu acordos e esquemas que se montam com impudência e descaramento, não raro em próprios públicos, agora revelados com fotos em cores: Lula conversa com Ratinho durante churrasco na Granja do Torto: tudo pago?

Na matéria de capa, um apêndice para esse esquema: Valério pode (.....) contar como o PT pagou para Ratinho fazer elogios a Lula.

Logo a seguir, seguindo o combinado, o apresentador tentou minimizar críticas que, como Líder de oposição, fiz desta tribuna. Foi irônico, pensando que fazia graça, a ponto de propositadamente fingir que seria um Senador de algum lugar, como se ele soubesse ironizar. Tudo bate.

A matéria de **Veja** traz na capa o título “O Mensalão II”, e, como títulos auxiliares:

Fitas explosivas

Propina para perdoar dívida com Itaipu

E

Dinheiro para Ratinho

elogiar Lula na TV

Nas páginas internas, o título “Valério Ameaça Falar”.

Muitos supõem que os mais implicados nos escândalos nascidos com orientação direta de ante-salas do Palácio do Planalto estão calados pela força do dinheiro. São pagos para não falar.

A reportagem é rica em pormenores e reproduz, inclusive, trechos de gravação com conversas do advogado Roberto Bertholdo, membro do Conselho de Administração da Itaipu Binacional.

Leio o trecho da gravação:

No decorrer de 2004, o advogado Roberto Bertholdo, membro do conselho de administração de Itaipu até fevereiro de 2005, foi grampeado por um ex-sócio. O ex-sócio, o também advogado Sérgio Renato Costa Filho, gravou cerca de 200 horas de conversa que ele próprio manteve com Bertholdo. VEJA teve acesso a uma parte das gravações. No trecho abaixo, Bertholdo faz menção a um acordo pelo qual o PT pagaria “cinco paus” ao apresentador Carlos Massa, o Ratinho, e conta que um dos negociadores era Delúbio Soares, então tesoureiro petista. A polícia acredita que “cinco paus” sejam 5 milhões de reais

Bertholdo – É só fazer um acordo entre o Ratinho e o PT.

Costa Filho – Ah, é?

Bertholdo – Aí, o Ratinho fala bem do PT até o final do ano.

Costa Filho – Como foi a conversa com o Ratinho? Vocês não foram lá para São Paulo?

Bertholdo – O Ratinho não tava lá. Nós conversamos com o Sérgio (*personagem não identificado*).

Costa Filho – Esse Sérgio que tá centralizando tudo?

Bertholdo – O PT topou pagar. Cinco paus.

(...)

Bertholdo – Na segunda-feira eu vou, eu e o Ratinho e o Borba (*José Borba, então líder do PMDB na Câmara dos Deputados*), no avião do Ratinho, pra pegar o Delúbio, que é

o tesoureiro. Pra fazer um acerto de uns cinco paus.

Costa Filho – Hum-hum.

Estou anexando a este pronunciamento o inteiro teor dessa reportagem, que expõe o Governo Lula.

Não é só. A escalada do autoritarismo, estimulada pelo comportamento de Lula, mostra outro episó-

dio dos meandros desse Governo, o famoso capítulo Okamoto. Está também em duas páginas e meia da revista **Veja**, com este título:

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ANEXOS

Brasil

Valério ameaça falar

Ele pode jogar o PMDB na lama do mensalão e contar como o PT pagou para Ratinho fazer elogios a Lula

O publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza, o pagador do mensalão, sentindo-se emparedado pela CPI dos Correios, anda ameaçando fazer revelações capazes de dar nova dimensão à crise – e, além do PT, está deixando o PMDB de cabelo em pé. Do fim de dezembro até agora, o publicitário conversou pelo menos três vezes por telefone com o ex-deputado José Borba, ex-líder do PMDB na Câmara que renunciou ao mandato em outubro passado quando se descobriu que embolsara 2,1 milhões de reais no valerioduto. Nas conversas telefônicas com Borba, Marcos Valério tem lembrado um acordo selado no começo do escândalo: o PMDB colocaria na CPI dos Correios um relator capaz de dar proteção a Marcos Valério, que, em troca, manteria silêncio sobre o envolvimento de peemedebistas com o mensalão. Como já ficou demonstrado que Osmar Serraglio, o relator da CPI dos Correios, não fez acordo algum nem pretende protegê-lo, Marcos Valério ameaça contar o que sabe. VEJA ouviu dois senadores que conversaram com Borba. Eles disseram que o publicitário ameaça disparar três petardos que fisgam o PMDB e, claro, o PT. São eles:

- Valério tem ameaçado contar que, no início do ano passado, repassou dinheiro para que José Borba pudesse ficar como líder do PMDB na Câmara, comprando o apoio da ala oposicionista do partido, que iniciara um movimento para destituí-lo. (Soube-se, então, que Borba conseguira neutralizar a rebelião dos oposicionistas, para felicidade do Palácio do Planalto, que torcia por sua permanência.)
- Valério tem dito ainda que Simone Vasconcelos, a diretora da agência de publicidade SMPB, fazia pagamentos do mensalão também para deputados do PMDB. (Ao depor na CPI dos Correios, a diretora disse que várias vezes se hospedou em hotéis em Brasília e, no quarto, contava e distribuía dinheiro a engravatados, mas não soube identificá-los.)
- O publicitário tem avisado que pode revelar detalhes de como, nos primeiros meses de 2004, repassou dinheiro para que José Borba pagasse o apresentador Carlos Massa, o Ratinho. O apresentador, em troca do dinheiro, passaria a usar seu programa no SBT como palanque para promover o presidente Lula e a então prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, que se encontrava em campanha reeleitoral. (Como se sabe, Ratinho fez uma longa entrevista com Lula durante um churrasco na Granja do Torto. A entrevista-churrasco foi exaustivamente reprisada no seu programa, mas o apresentador sempre negou que tivesse recebido qualquer pagamento.)

O publicitário Marcos Valério, de fato, manteve relações estreitas com José Borba. Um ex-auxiliar do PMDB, que privou da intimidade do ex-deputado, conta que Borba tinha encontros frequentes com Marcos Valério no hotel Sofitel, no bairro do Ibirapuera, em São Paulo. Nesses encontros, além de Borba e Valério, outros dois personagens das sombras costumavam aparecer: o então tesoureiro do PT, Delúbio Soares, e o advogado Roberto Bertholdo, braço-direito de Borba e então membro do conselho de administração de Itaipu. Entre setembro de 2004 e março de 2005, os quatro fizeram pelo menos quatro reuniões no Sofitel. O ex-auxiliar do PMDB, que conversou com VEJA sob a condição de ficar no anonimato, nunca participou das reuniões, mas sabe que, depois delas, Borba voltava para Brasília e, numa saleta ao lado de seu gabinete de líder, recebia filas de deputados do PMDB. Mas havia uma logística curiosa: os deputados entravam na saleta um a um, nunca em grupo. O entra-e-sai ocorria quase sempre à noite.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

O advogado Roberto Bertholdo, sendo o principal assessor de José Borba, era o encarregado de operar o mensalão dentro do PMDB. Um ex-aliado de Bertholdo, em conversa de quase cinco horas com VEJA, contou detalhes da façanha. Ele diz que Bertholdo distribuía o mensalão a 55 dos 81 deputados do PMDB. Todos os 55 deputados pertenciam à base do governo. A mesada variava entre 15.000 reais e 200.000 reais, conforme o cacife do deputado mensaleiro. O ex-aliado conta que Bertholdo adorava exercer esse papel e, como trabalhava em nome dos interesses do governo, achava que pairava acima da lei. Numa ocasião, em meados de 2004, querendo exibir seu poder, Bertholdo telefonou ao ex-aliado e convidou-o a visitá-lo no Aeroporto Afonso Pena, em São José dos Pinhais. Era noite e chovia nas franjas de Curitiba. Ao chegar ao aeroporto, o ex-aliado encontrou Bertholdo a bordo do Citation II que costumava usar e que pertencia ao empresário paranaense Wadi Debes. Dentro do avião, esparramado sobre uma poltrona de couro, Bertholdo mostrou ao amigo uma caixa de papelão, aberta, cheia de dinheiro.

"Tem 8 milhões de reais aí", disse Bertholdo. Diante da surpresa do interlocutor, que lhe perguntou se não tinha receio de ser preso com tanto dinheiro vivo, Bertholdo respondeu com a empáfia que só a certeza da impunidade proporciona: "Que perigo, o quê? Eu tô operando para o governo". Na semana passada, VEJA teve acesso a um conjunto de gravações de conversas de Bertholdo nas quais fica claríssimo que, de fato, ele operava em nome do governo – e, nessas conversas, aparecem os bastidores de uma negociação com quem? Com Ratinho, para fazer propaganda do presidente Lula e da ex-prefeita Marta Suplicy. As gravações, que somam quase 200 horas, foram realizadas em 2004 pelo advogado Sérgio Renato Costa Filho, então sócio de Bertholdo no escritório Bertholdo & Costa Advogados. Como Costa Filho gravou as próprias conversas com Bertholdo, a arapongagem não constitui crime – embora seu conteúdo, já em poder da Polícia Federal, seja suficiente para enquadrar o homem da mala do PMDB em uma fleira de artigos do Código Penal.

Em um dos trechos das gravações, Bertholdo revela ao sócio que está intermediando um acordo entre Ratinho e o PT para que o apresentador fale bem do partido em 2004. "O PT topou pagar. Cinco paus", diz Bertholdo. A polícia acredita que "cinco paus" sejam 5 milhões de reais. Em outro trecho, Bertholdo informa que a negociação conta também com a presença do então tesoureiro do PT, Delúbio Soares (*veja transcrição*). Como era maquinista do trem pagador do PMDB, Bertholdo priorizava seu partido quando surgia, digamos assim, um conflito de interesses. Um caso emblemático ocorreu em Itaipu, onde Bertholdo foi conselheiro de 2003 a fevereiro de 2005. Em uma das conversas gravadas pelo sócio, Bertholdo diz que o diretor-geral de Itaipu, o petista Jorge Samek, cobrou 6 milhões de dólares de propina da empresa Voith Siemens para perdoar uma dívida de 200 milhões de dólares para com a estatal. Ele fica uma fera ao saber que o PMDB fora excluído da negociata. "Temos que pegar pelo menos três", diz Bertholdo (*veja transcrição da conversa*).

O que torna essa gravação perturbadora é o fato de que a Voith Siemens, de fato, tinha um negócio de quase 200 milhões de dólares com Itaipu e que, de fato, uma dívida sua com a estatal foi perdoada – de um modo heterodoxo. Em 2000, a Voith Siemens comprometeu-se a entregar duas novas turbinas para Itaipu, num negócio de 184,6 milhões de dólares, mas não conseguiu cumprir o prazo. Sofreu uma multa de 2,6 milhões de dólares, que foi devidamente paga, mas também tinha de sofrer outra multa, de 18,6 milhões de dólares. A multa gorda, porém, foi graciosamente perdoada e o prazo de entrega das turbinas foi estendido. O mimo saiu na forma de um despacho, de três páginas, assinado pelo diretor-geral Jorge Samek. O novo prazo venceu em setembro do ano passado, mas também não foi cumprido. Aliás, até agora Itaipu

espera as turbinas da Voith Siemens – e a multa por esse atraso interminável está hoje em 9 milhões de dólares, mas nem um tostão foi pago. Ouvido por VEJA, Samek refutou a acusação de pegar propina. "Jamais fiz qualquer acordo nesse sentido", afirma. "Trata-se de um absurdo, uma infâmia, um crime contra a minha honra." A Voith Siemens, por meio de sua assessoria de imprensa, mandou dizer que "não paga propina a nenhuma instituição, pessoa jurídica ou física".

O diretor-geral de Itaipu, Jorge Samek, integra o seleto grupo de amigos íntimos do presidente Lula. Samek costuma participar de churrascos e festas de réveillon na Granja do Torto. Foi por escolha direta de Lula que ele assumiu a diretoria de Itaipu, onde permanece até hoje. Samek também já foi bastante próximo de Bertholdo. Quando ambos trabalhavam em Itaipu, Samek costumava ir a Brasília de carona com Bertholdo no Citation das caixas de dinheiro. Mas, enquanto Samek se mantém firme no comando de Itaipu, Bertholdo caiu. Renunciou ao cargo de conselheiro de Itaipu em fevereiro do ano passado – e está preso há quatro meses. Bertholdo é acusado pela Polícia Federal de grampear um juiz federal e de torturar seu ex-sócio Sérgio Renato Costa Filho, no início do ano passado, numa violenta tentativa de reaver as fitas nas quais faz algumas das confidências relatadas nesta reportagem. Também é acusado de tráfico de influência e lavagem de dinheiro. A acusação de lavagem de dinheiro indica que a relação pecuniária entre Bertholdo e Ratinho tem pelo menos um antecedente. Bertholdo é acusado de lavar 200.000 reais para Ratinho, espalhando o dinheiro em contas de funcionários, amigos e colaboradores do apresentador. A Polícia Federal e o Ministério Público, que investigam o caso, suspeitam que os 200.000 reais eram pagamento ao apoio de Ratinho a algum político assessorado pelo homem da mala do PMDB.

O paradoxo de Okamoto

Ao contrário de outros petistas encrencados, o amigo de Lula tem de provar que é mais rico do que declara ser. Ele pagou também uma dívida de Lurian

.....
Juliana Linhares

O petista Paulo Tarciso Okamoto – ex-garçom, jornalista, vendedor de cerâmica, operário da Volkswagen e sindicalista – sempre levou uma vida modesta. Nunca concorreu a cargo eletivo, mora até hoje em um sobrado geminado em São Bernardo do Campo, na região do ABC, em São Paulo, avaliado em 100 000 reais e, como presidente do Sebrae, está bem distante do núcleo do poder do governo. Apesar de sua aparente irrelevância, Okamoto tornou-se o centro das atenções de parlamentares que apuram a corrupção no governo Lula. As investigações em torno dele devem incomodar o governo. Os sinais disso são as manobras para blindá-lo que já envolveram até mesmo o Supremo Tribunal Federal, na figura de seu prestimoso presidente, Nelson Jobim. O barulho em torno da quebra de seus sigilos fiscal e telefônico – reiteradamente pedida pela CPI e sucessivamente negada pelo STF – já dura quase dois meses. Parece exagerado? Não quando se sabe que Okamoto, além de amigo de Lula há quase trinta anos, é também o administrador das finanças pessoais do presidente e de sua família – uma espécie de "caixa eletrônico 24 horas" do petista, conforme o próprio Okamoto quis fazer crer em seu último depoimento à CPI dos Bingos, no ano passado.

Veja também

EXCLUSIVO ON-LINE

Cronologia da crise

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 7ª Vara Cível da Comarca de São Bernardo do Campo.

Processo n.º 141598 - Ação de Execução por Título Extrajudicial
 Reque: Espólio de Aldo Virira Ormonde
 Réu: J. L. L.

1.- A Executada reconhece seu débito na presente Execução, no importe de R\$32.650,00 (trinta e dois mil seiscentas e cinquenta reais), referentes aos valores acordados e não pagos.

2.- Pagar, para quitação do débito, a importância de R\$26.000,00 (vinte e seis mil reais) da seguinte forma:

a.) R\$ 12.000,00 (doze mil reais) na data de hoje, representados pelos seguintes cheques do Banco Bradesco S/A, agência 0302-6:

- nº 001312 - R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais) e
- nº 001313 - R\$10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), importância da qual, mediante os pagamentos dos cheques pelo banco sacado, o exequente dará plena quitação.

b.) R\$14.000,00 (quatorze mil reais), em 20 (vinte) de junho de 2002

Rua Erasmo Peixoto nº 71 - 1ª Andar - Conjunto 11/18 - Cap 08971-200 - Centro - São Bernardo do Campo - SP
 Telefone/Fax: 448-1429

Termo do acordo judicial que reduziu para 26 000 reais a dívida de Lurian paga por Okamoto em 2002: estranhamente, o documento omite o nome do titular dos cheques e o número de sua conta bancária

O depoimento girou em torno do até hoje mal explicado episódio da dívida de 29 000 reais que Lula teria contraído junto ao PT em 2002, quando ainda era candidato. Na ocasião, Okamoto declarou que pagou o débito do próprio bolso, em 2003, sem nem sequer participar ao presidente seu gesto magnânimo. A história sem pé nem cabeça, a falta de documentos que a comprovassem e o depoimento dado mais tarde pelo ex-petista Paulo de Tarso Venceslau à mesma CPI (em que reafirmava que Okamoto era responsável pelo recolhimento de dinheiro para o caixa dois do PT junto a fornecedores de prefeituras petistas) levantaram na CPI a suspeita de que o atual presidente do Sebrae usou dinheiro de origem suspeita para saldar a dívida de Lula. O débito, no entanto, não foi o único pago por Okamoto em favor da família do presidente. VEJA apurou que, no mesmo ano de 2002, Okamoto saldou outra dívida, no valor de 26 000 reais, dessa vez contraída pela filha mais velha de Lula, Lurian Cordeiro Lula da Silva. Os valores envolvidos são baixos, mas eles têm um significado interessante, pois, proporcionalmente ao padrão de vida de Okamoto, são uma fortuna. Isso sugere que ou ele se colocou como missão da vida patrocinar Lula e sua família ou – o que é mais provável – Okamoto é apenas um canal de dinheiro que vem de outra fonte.

Em 1996, Lurian, então com 22 anos, lançou-se candidata a vereadora em São Bernardo do Campo. Para montar seu escritório de campanha, alugou um conjunto de duas salas no centro de São Bernardo e pediu à mãe de uma amiga que fosse sua fiadora (VEJA se comprometeu a manter o nome das duas em sigilo). O escritório, na Rua Jurubatuba, 1025, funcionou de junho de 1996 a junho de 1997. Lurian foi derrotada nas urnas (teve 1.564 votos), deixou para trás o sonho de se tornar política e também uma dívida referente ao acúmulo dos doze aluguéis de seu gabinete político, nenhum deles pago. A amiga, cuja mãe havia servido de fiadora no contrato, cobrou Lurian por mais de quatro anos. Ao final do período, com a mãe já sendo processada pelo dono da casa, ela ameaçou vir a público transformar o episódio em escândalo. Foi nesse momento que Okamoto entrou em cena.

O amigo de Lula procurou a amiga de Lurian e prometeu assumir a dívida. Assim foi feito. Em acordo com o dono da casa alugada para Lurian, Okamoto reduziu o débito para 26.000 reais (a certa altura do processo a dívida chegou a 34 750 reais) e quitou-o em duas vezes. A primeira parcela, segundo mostra o documento judicial que relata os termos do acordo, foi paga no dia 22 de abril de 2002, mediante dois cheques totalizando 12.000 reais. A segunda parcela, no valor de 14.000 reais, foi paga em 20 de junho do mesmo ano. Em relação a ela, o texto do acordo não faz menção a cheques, o que leva a supor que tenha sido quitada em dinheiro. Estranhamente, o acordo traz apenas o nome do banco e o número da agência bancária à qual pertencem os cheques que saldaram a primeira parcela da dívida. Omite o nome de seu titular e o número da conta. O documento também não menciona o nome de Lurian nem o de Okamoto. Está assinado por duas advogadas – a que representa a fiadora e a que representa o proprietário do imóvel. Procurado por VEJA, o presidente do Sebrae recusou-se a dar entrevista. Limitou-se a dizer que não teve "participação na campanha de Lurian" e que, por causa disso, nada teria a declarar.

No ano em que pagou a dívida de Lurian, Okamoto declarou à Receita Federal ter recebido 45.679 reais – a soma do seu salário no PT, mais rendimentos da aposentadoria e de um plano de previdência privada. Caso tenha pago a dívida de Lurian novamente do próprio bolso, a exemplo do que diz ter feito com a de Lula, o amigo do presidente terá gasto, com isso, mais da metade de tudo o que ganhou em 2002. Seu desafio, nesse caso, será provar que era mais rico do que aparentava, exatamente o contrário do que costuma ocorrer entre outros personagens da atual safra de escândalos.

Os "gestos altruístas" de Okamoto têm razão de ser. Ele e o atual presidente da República se conheceram no fim de 1970, no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. O temperamento extrovertido de Lula, então líder sindicalista, contrapunha-se aos modos reservados de Okamoto. Apesar dessas diferenças, a amizade prosperou. Lula passou a rebocar o amigo, para cargos dentro do sindicato. De 1981 a 1984, Okamoto foi tesoureiro da instituição. Também participou da fundação do PT. Presidiu o diretório estadual do partido e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Os laços de confiança entre os dois se fortaleceram ainda mais depois que Okamoto coordenou a campanha de Lula a deputado em 1986 e assumiu o cargo de tesoureiro de sua campanha a presidente em 1989. Desde então, Okamoto passou a cuidar com especial atenção também da economia doméstica de Lula.

O presidente tem retribuído à altura a dedicação do amigo. Foi ele quem, pessoalmente, telefonou para o então presidente Fernando Henrique Cardoso, no fim de 2002, pedindo que assinasse a nomeação de Okamoto para uma das diretorias do Sebrae. O petista já estava eleito e queria que a nomeação ocorresse antes do fim do período de transição. Okamoto foi promovido à presidência do órgão no ano passado. Além desse emprego, que lhe rende um salário de 25.000 reais, o amigo de Lula ainda tem participação em uma importadora e exportadora de mármore e granito, chamada SRB Granite, em Mauá. A empresa, criada em 2004, tem como sócios, além dele, o americano Richard John Farster e Sandra Regina Barbosa Fornazier, ex-secretária do petista. Até 2003, Okamoto também era sócio da Red Star, empresa que vende artigos com a marca PT. Ela hoje está no nome de sua mulher e de sua filha. Na semana passada, algumas das transações da Red Star com o PT foram consideradas suspeitas pela CPI, que começará a investigar a empresa. Dívidas alheias pagas com dinheiro do próprio bolso, cheques misteriosos, transações esquisitas... O amigo do presidente, como se vê, é uma caixinha de surpresas. Isso explicaria tanto empenho em mantê-la trancada.

MST anuncia '2006 vermelho' e faz 14 invasões em Pernambuco

Em ano eleitoral, movimento quer aumentar pressão sobre gestão Lula, intensificando ocupações em todo o País

Angela Lacerda

José Maria Tomazela

Com a ocupação de 15 áreas em Pernambuco neste final de semana, o MST deu início ao que o movimento batizou de "2006 vermelho": em pleno ano eleitoral, invasões mais cedo, em maior número e acompanhadas de outras formas de ação, como a greve de fome. Tudo para aumentar a pressão para que o governo Lula cumpra suas metas de assentamento e, também, para tentar influenciar o debate eleitoral.

"Não haverá trégua", afirmou o líder Jaime Amorim, ontem de madrugada, em São Lourenço da Mata, região metropolitana do Recife, onde mais de 300 famílias reocuparam o engenho São João, pertencente ao Grupo Votorantim. "Não vamos ficar reféns das eleições e da Copa do Mundo. Este é um ano importante para a reforma agrária e vamos nos mobilizar."

"O MST está animado pela ascensão ao poder de alternativas políticas que surgiram no calor da luta popular", disse o dirigente nacional João Paulo Rodrigues, citando como exemplo a eleição de Evo Morales, na Bolívia, que se juntou a governantes considerados populares e eleitos há mais tempo, como Néstor Kirchner, na Argentina, e Hugo Chávez, na Venezuela.

O "2006 vermelho" representa uma estratégia nova para o movimento dos sem-terra. Em 2002, ano da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, o MST tinha adotado outra posição: reduziu ao mínimo suas ações para não criar problemas ao PT. Agora, só em Pernambuco a meta é chegar a 30 invasões até o próximo mês.

Nesse Estado, em que o MST é especialmente ativo, as invasões começaram mais cedo este ano - em geral, elas aconteciam em abril. Sob o comando de Jaime Amorim, as lideranças regionais do movimento planejam fazer greve de fome a fim de obter a desapropriação de áreas de conflito e o cumprimento da meta do Incra para 2006, de cerca de 8 mil famílias.

Novas ações devem ocorrer para marcar os 10 anos do massacre de Eldorado de Carajás. "A polícia do Pará matou 19 trabalhadores sem terra no dia 17 de abril de 1996 e até hoje ninguém foi punido", constata Amorim. Na ocasião, 14 líderes fizeram greve de fome por 11 dias, e o movimento recebeu a Fazenda Normandia, em Caruaru, onde hoje funciona a sede do MST no Estado. Agora, a greve de fome será repetida se, até 17 de abril, não forem desapropriados o Engenho Bonito, no município de Condado, pertencente ao Grupo João Santos, e o Engenho São Gregório, pertencente à Usina Estreliana, do empresário Gustavo Maranhão. As duas áreas já eram requisitadas pelo movimento em 1996.

Jaime Amorim disse que a antecipação das ações também está relacionada à conferência sobre reforma agrária, que começa hoje em Porto Alegre, organizada pela FAO, o braço da Nações Unidas na área de agricultura e alimentação. "A conferência mostra que mesmo com a globalização, a reforma agrária é uma questão emergencial na América do Sul", disse.

INTERESSE POLÍTICO

No Pontal do Paranapanema, interior de São Paulo, os líderes regionais também anunciaram que vão intensificar suas ações. De acordo com João Paulo Rodrigues, a idéia é não restringir a agenda às reformas no campo. Os militantes serão mobilizados também para exigir mudanças na economia. "O programa de todo candidato terá de mostrar claramente como será sua política e se a reforma agrária será prioridade", explicou.

Em São Paulo, o MST liderou 16 invasões neste ano, 15 delas no Pontal do Paranapanema. O número corresponde a metade das ações de todo o ano passado, quando houve 30 invasões naquela região.

Rodrigues disse que o movimento tem o compromisso de discutir problemas mais gerais do brasileiro. Por isso, neste mês e no próximo, haverá manifestações pelo Dia Internacional da Mulher, contra a presença brasileira no Haiti e jornada em defesa das águas, por exemplo.

CAMPO MINADO

Comparação é com últimos três anos de FHC, com dados oficiais

Invasões de terra crescem 55% com Lula no Planalto

BATALHA *Conflito entre o MST e a polícia na fazenda "Guerra", em Coqueiros do Sul (RS), invadida na última quarta-feira por 2.000 acampados; notificados para deixar o local até as 15h de ontem, os sem-terra rasgaram a ordem de reintegração de posse e resistem a sair*

EDUARDO SCOLESE

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O número de invasões de terra nos três primeiros anos do governo Luiz Inácio Lula da Silva superou em 55% o registrado nos 36 últimos meses da gestão tuca-
na de Fernando Henrique Cardoso. No mesmo intervalo, a quantidade de assassi-
natos por conta de conflitos agrários avançou 63%.

Segundo balanço da Ouvidoria Agrária Nacional, o governo petista acumulou 770
invasões a imóveis rurais em todo o país entre janeiro de 2003 e dezembro de
2005. Nos três últimos anos de FHC (2000 a 2002), a ouvidoria registrou 497 a-
ções desse tipo.

Sob Lula, que em campanha eleitoral dizia ser o único candidato capaz de conter os sem-terra, ocorre uma média de 21 invasões a cada mês. Entre 2000 e 2002, a média ficou um pouco abaixo de 14 casos a cada 30 dias. Criada em 1999 pelo governo para prevenir e controlar os conflitos no campo, a ouvidoria passou no ano seguinte a quantificar invasões e mortes no campo -logo, não há dados anteriores para comparação.

Há dois fatores que devem ser considerados para explicar o aumento. Primeiro, em 2000 o governo FHC baixou uma medida provisória segundo a qual quem invadia terra perdia direito a assentamentos. Lula deixou de aplicá-la na prática. Além disso, o MST deu uma trégua em 2002 para evitar que suas práticas fossem associadas ao então candidato Lula, que tinha seu apoio.

Outro dos motivos para o atual aumento das invasões de terra está no fato de o governo Lula ter priorizado seus assentamentos nos Estados da chamada Amazônia Legal (os do Norte, além de MT e MA), onde não atua o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). O movimento teve então de partir para as invasões como a única forma de pressionar o governo. Das 770 invasões na gestão Lula, 67% (516) foram organizadas pelo MST.

Quando Lula venceu as eleições, no final de 2002, houve uma corrida de sem-terra aos acampamentos, com a expectativa de que o governo petista, enfim, fizesse a reforma agrária. Em seis meses, a quantidade de famílias acampadas saltou de 60 mil para 200 mil, sendo a maioria delas do MST.

Segundo dados da ouvidoria, assim como o MST, as invasões estão distantes do Norte do país. No governo Lula, a liderança do ranking está com o Nordeste, com 37% (287) das ações. A seguir, aparecem Sudeste (204), Centro-Oeste (133), Sul (113) e Norte (33).

Pernambuco, com carência de terras para desapropriação e diante de quase uma dezena de movimentos camponeses, está à frente entre os Estados, com 23% (177) das invasões do país entre janeiro de 2003 e dezembro de 2005. São Paulo (107), Paraná (76), Minas Gerais (65) e Distrito Federal (49) vêm logo atrás.

Em 2005, de acordo com a ouvidoria, que é ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, ocorreram 221 invasões em todo o país, próximo das 222 de 2003

e abaixo do recorde de 327 em 2004. Neste ano, porém, a tendência é que as ações se intensifiquem. O MST promete invadir terras para homenagear os dez anos do massacre de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás (PA).

Mortes no campo

Mesmo com as invasões em alta, são as mortes no campo que têm trazido as maiores dores de cabeça ao governo petista. Não somente pelos números, que passaram de 44 (de 2000 a 2002) para 72 (de 2003 a 2005) mas também pelo simbolismo e pela repercussão internacional dos crimes, como a chacina de Felisburgo (na qual morreram cinco sem-terra) e o assassinato da religiosa norte-americana Dorothy Stang.

No governo Lula, a cada mês duas pessoas morrem por conta de conflitos fundiários. Das 72 mortes de 2003 a 2005, 63% (46) ocorreram na região Norte.

Entre os Estados, o Pará lidera com 27 assassinatos, incluindo o caso de Stang, seguido por Rondônia, com 15 mortes.

Mortes no campo aumentam em 63% durante governo Lula

02h50 - Por Eduardo Scolese, na Folha de S.Paulo desta segunda-feira: "O número de invasões de terra nos três primeiros anos do governo Luiz Inácio Lula da Silva superou em 55% o registrado nos 36 últimos meses da gestão tucana de Fernando Henrique Cardoso. No mesmo intervalo, a quantidade de assassinatos por conta de conflitos agrários avançou 63%. Segundo balanço da Ouvidoria Agrária Nacional, o governo petista acumulou 770 invasões a imóveis rurais em todo o país entre janeiro de 2003 e dezembro de 2005. Nos três últimos anos de FHC (2000 a 2002), a ouvidoria registrou 497 ações desse tipo. Sob Lula, que em campanha eleitoral dizia ser o único candidato capaz de conter os sem-terra, ocorre uma média de 21 invasões a cada mês. Entre 2000 e 2002, a média ficou um pouco abaixo de 14 casos a cada 30 dias. Criada em 1999 pelo governo para prevenir e controlar os conflitos no campo, a ouvidoria passou no ano seguinte a quantificar invasões e mortes no campo -logo, não há dados anteriores para comparação. (...) Quando Lula venceu as eleições, no final de 2002, houve uma corrida de sem-terra aos acampamentos, com a expectativa de que o governo petista, enfim, fizesse a reforma agrária. Em seis meses, a quantidade de famílias acampadas saltou de 60 mil para 200 mil, sendo a maioria delas do MST. Segundo dados da ouvidoria, assim como o MST, as invasões estão distantes do Norte do país. No governo Lula, a liderança do ranking está com o Nordeste, com 37% (287) das ações. A seguir, aparecem Sudeste (204), Centro-Oeste (133), Sul (113) e Norte (33). Pernambuco, com carência de terras para desapropriação e diante de quase uma dezena de movimentos camponeses, está à frente entre os Estados, com 23% (177) das invasões do país entre janeiro de 2003 e dezembro de 2005. São Paulo (107), Paraná (76), Minas Gerais (65) e Distrito Federal (49) vêm logo atrás. (...) Mesmo com as invasões em alta, são as mortes no campo que têm trazido as maiores dores de cabeça ao governo petista. Não somente pelos números, que passaram de 44 (de 2000 a 2002) para 72 (de 2003 a 2005) mas também pelo simbolismo e pela repercussão internacional dos crimes, como a chacina de Felisburgo (na qual morreram cinco sem-terra) e o assassinato da religiosa norte-americana Dorothy Stang. No governo Lula, a cada mês duas pessoas morrem por conta de conflitos fundiários. Das 72 mortes de 2003 a 2005, 63% (46) ocorreram na região Norte."



O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, assomei à tribuna para falar sobre a questão dos irmãos do ex-Prefeito Celso Daniel. Considero o fato extremamente grave. Nós da CPI, principalmente o Presidente, o Relator e todos nós membros, temos uma responsabilidade com isso. Cabe-nos pedir à Polícia Federal e à Polícia estadual de São Paulo esclarecimentos sobre esse caso, dando aos irmãos de Celso Daniel toda assistência.

Tenho acompanhado horas e horas o depoimento sobre essa questão do Celso Daniel e percebi que já está mais do que comprovado que ali ocorreram três fatos graves: primeiro, foi um crime de mando, que já está mais do que comprovado por todas as pessoas que estiveram lá dando depoimento; segundo, que existia um esquema de corrupção na Prefeitura de Santo André – os empresários foram lá e o declararam, só não há a fotografia do cara dando o dinheiro, mas, quanto ao resto, há tudo e não há mais o que investigar; em terceiro, há a questão da “operação abafa”, que foi comandada pelo Chefe de Gabinete do Presidente da República, Sr. Gilberto Carvalho, com a participação de outros Parlamentares do PT.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Então, é um assunto de extrema gravidade, um crime de morte de uma pessoa que era amigo e que convivia diariamente com o Presidente Lula. Não estamos acusando o PT de ter mandado matar, mas realmente o PT está envolvido na chamada “operação abafa”, que não permitiu que os criminosos, para os quais já existem diversos indícios, uma quantidade enorme de indícios, fossem presos e punidos.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador José Jorge, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Tive o cuidado de levantar – e nada como se fazer história – que, logo após a morte do Celso Daniel, Senadora Heloísa Helena, se publicaram matérias intituladas “Medo domina PT após onda de crimes”. Outra: “PT orienta prefeitos e lideranças do partido a aumentar segurança”. Outra: “Mortes dos dois prefeitos...” – e as famílias dos dois prefeitos não os suportam – “... não são coincidências, diz o partido”. Eu concordo: não são coincidências. Está provado que não são coincidências as mortes. Outra: “Prefeito era um dos mais importantes dirigentes do PT”, diz a nota. A nota oficial do PT cha-

ma as mortes de Toninho do PT e de Celso Daniel de “atentados e ameaças a prefeitos e dirigentes do PT”. E, mais ainda: “Lula diz que assassinato de Celso Daniel foi planejado”. Ele fala isso no dia 22 de janeiro de 2002. Lula declarou que o crime não foi coincidência e que tem gente graúda por trás disso. “E nós vamos descobrir quem é”, diz ele. Lula destacou em seu discurso as qualidades profissionais de Daniel a quem descreveu. Blá-blá-blá, blá-blá-blá,... Então, ele tem razão! O crime foi planejado, e nós estamos ansiosos para descobrir quem foi.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio. Trata-se de um caso grave que nós, da CPI, temos que continuar investigando, apesar de entender que já temos todos os elementos para saber o que aconteceu ali; mais do que o necessário.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, gostaria de falar a respeito de uma medida provisória que o Presidente Lula baixou hoje com relação à dedução do Imposto de Renda do INSS da empregada doméstica. É mais uma medida baixada no sentido eleitoral. E por diversas razões. Em primeiro lugar, só vai valer em 2007. Ora, medida provisória é para ser utilizada em questões urgentes e relevantes. Suponhamos que seja assunto relevante diminuir o gasto do empregador com o empregado doméstico, mas urgente não é, se for para ser aplicada em 2007.

Na semana passada, o Presidente Lula declarou que se o Senado demorasse com o Fundeb, ele baixaria uma medida provisória. Ora, o Fundeb é uma emenda constitucional, e para emenda constitucional não existe medida provisória. A medida provisória é para lei. Mas o Presidente Lula disse, está dito. Ele agora baixou uma medida provisória que só valerá em 2007. Assim sendo, está provado que não cumpre a urgência necessária para uma medida provisória.

Essa medida provisória, Senador Antonio Carlos Magalhães, o Senado não devia nem protocolar. Vamos ser claros: o Senado não devia nem protocolar, e no Protocolo mesmo devolver, porque não é urgente. Se só vai valer para o Imposto de Renda de 2007, a matéria pode vir como projeto de lei, e, daqui para lá, certamente o Senado vai aprovar.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a tem razão absoluta. Evidentemente, devia ser um despacho saneador da Mesa nas matérias que ferissem a Constituição. Essa é uma das que ferem no que diz respeito à urgência. Portanto, V. Ex^a tem razão. A Mesa do Congresso não deveria aceitar medida provisória que não estivesse dentro dos preceitos constitucionais. V. Ex^a está absolutamente certo.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Com relação a essa, está mais do que provado: só vale em 2007,

e ainda estamos em março de 2006. É só mandar um projeto de lei, aprovamos aqui, e valerá para 2007 sem nenhuma dificuldade.

No que diz respeito à lógica dessa medida, há uma declaração aqui do Sr. Ricardo Pinheiro, Secretário-Adjunto da Receita Federal, que diz: “Deduzir salário de empregada do IR não tem lógica”. Diz também que isso é uma “afronta à matemática”. Deve ser uma afronta à aritmética, para ser mais preciso.

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Vou concluir, Sr^a Presidente.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – V. Ex^a me permite um rápido aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Vou dizer duas coisas: primeiro, só pode deduzir de empregada doméstica no Imposto de Renda o salário que for até R\$350,00.

Ora, ao invés de incentivar que se pague mais à empregada doméstica – e a maioria das empregadas domésticas, no Sul e no Sudeste, aqui mesmo em Brasília, não ganha salário mínimo –, dá a entender que o salário mínimo é o salário de classe da empregada doméstica, o que é um absurdo. Se uma empregada ganhasse mais de um salário mínimo, é evidente que o imposto deveria ser descontado da mesma maneira, porque seria um incentivo para que se pagasse mais à empregada doméstica, e não pagar o salário mínimo, que sabemos não ser suficiente para uma pessoa se manter.

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Em segundo lugar, trata-se de apenas um empregado para cada pessoa. Ora, suponhamos que em uma casa haja três, quatro membros. Por exemplo, o Senador José Agripino vai ter um empregado, a tia do Senador Agripino vai ter outro empregado, a avó vai ter outro empregado. Daqui a pouco, as pessoas encontrarão uma fórmula de burlar esse processo.

O Presidente Lula deveria anunciar, já que a questão é eleitoral, no Dia Internacional da Mulher – o que é outro absurdo, porque nem todo empregado doméstico é mulher, a maioria até reconheço que é, mas há homens que são empregados domésticos; e agora, como fica? Só deduz para a mulher? –, dia 8 de março, que vai enviar um projeto para o Congresso. Mas não uma medida provisória que só vai valer em 2007, e muito mal feita, como a que está sendo elaborada. Faz lembrar o projeto do Primeiro Emprego. Quando foi lançado, estava cheio de erros, inclusive dizia coisas absurdas. E fracassou porque estava errado. Esse

programa da empregada doméstica, se não for feito corretamente, fracassará também.

Concedo um aparte ao Senador José Agripino. Em seguida, ao Senador Sibá Machado.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador José Jorge, apenas para aduzir meu raciocínio ao discurso de V. Ex^a, que é muito bem colocado, sempre muito bem construído, com idéias claras e facilmente compreensível pelo Plenário e por quem está ouvindo. Só que quem está ouvindo precisa compreender que o Presidente Lula teve três anos para fazer o que está fazendo. Está fazendo agora, por medida provisória, sem necessidade, para vigor a partir do próximo ano. Teve três anos para editar a medida. Há três anos, tem Dia Internacional da Mulher para prestar homenagem. Agora, está anunciando para vigor no próximo ano.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – É porque quer os votos das mulheres.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Sabe qual é o objetivo? É um só: tudo pelo eleitoral. O Governo Lula é tudo pelo eleitoral. Sabe para quê? Para produzir estatística. Sabe para quê? Para que a pessoa que tenha empregada doméstica tenha um pequeno incentivo para formalizar o contrato com carteira assinada. Para que, na estatística, no final do mês, apareça o número de empregos crescendo. Cresceu coisa nenhuma. Cresceu a formalização por um incentivo, magro, dado. É o Governo do marketing, que produz geração de emprego para inglês ver. Essa é que é a verdade nua e crua.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado, para encerrar.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador José Jorge, V. Ex^a, como já foi dito aqui, é matemático.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Eu era, Senador.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Mas não perdeu o conhecimento, a fundamentação. Quando V. Ex^a fala, realmente nos chama a atenção para dizer que, com um cálculo desses, a matéria é um absurdo. Pelo pouco que li da matéria, entendi que a dedução é da parte patronal para incentivar que o empregador assinasse a Carteira. Dos oito anos que passei em meu primeiro emprego, apenas um ano e sete meses foi com Carteira assinada. Portanto, perdi toda essa parte da minha vida para o serviço previdenciário.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas V. Ex^a não era empregado doméstico!

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Não era empregado doméstico, era comerciário, mas estou fazendo uma comparação. Perdi cinco anos e meio da minha vida profissional, da minha vida de trabalhador.

Portanto, o desconto de 12% do Imposto de Renda é no sentido de incentivar a Carteira assinada. Por quê? Porque todo empregador que paga hoje o salário mínimo pagará também os encargos trabalhistas, que impõem um preço que ele tem dificuldade de pagar, e retirará o benefício. Existe a previsão de benefício para um milhão e oitocentas mil pessoas. E como eu, com certeza, estão perdendo uma boa oportunidade em sua vida. Gostaria ainda de lembrar que, claro, qualquer governo, do menor Município à Presidência da República, em ano de eleição, tudo que fizer parecerá apelo muito mais eleitoral do que social. Vou aplaudir de pé a matéria, Senador. Se for executada em 2006 ou 2007, ou não, com certeza, é um apelo social de vulto, que, acho, qualquer Governo, mesmo antes de o Presidente da República ser Lula, poderia também já ter sido feito, porque esse fato ocorre no cenário nacional. Então, antes tarde do que nunca. Mas eu quero continuar aplaudindo, pois a medida chegou em boa hora.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Na realidade, é um outro aspecto. A maioria dessas pessoas não é registrada como empregado doméstico porque os empregadores pagam menos do que salário mínimo no Nordeste, no interior.

A própria Senadora Heloísa Helena deve saber que, a maioria das empregadas domésticas no Nordeste, no interior, não tem carteira assinada, porque o empregador paga a elas menos que o salário mínimo. Então, não é só para não pagar a Previdência, e essa medida não faz nada em relação a esse aspecto.

A idéia de formalizar o emprego doméstico é boa. Agora, que o projeto é eleitoral e inconstitucional, exatamente feito por medida provisória, que só vai vigorar no ano que vem, é. Então, se tivermos que votar essa medida, vamos votá-la em benefício do empregado doméstico. Estamos aqui para aplaudir, mas vamos fazer corretamente, no momento certo, e de uma forma precisa.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Jorge, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Lúcia Vânia.

Durante o discurso do Sr. José Jorge, a Sra. Lúcia Vânia, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador José Agripino, como inscrito.

Dispõe V. Ex^a da palavra por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos.

Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a pediu a palavra pela Liderança. É isso?

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Foi.

V. Ex^a está usando o procedimento de intercalar ou não? Está conferindo a palavra ao Líder. Para mim, não tem problema esperar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Falará agora o Senador José Agripino. Em seguida, a Senadora Lúcia Vânia. Se a Senadora não falar, será V. Ex^a.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Não tem nenhum problema. Eu solicito a minha inscrição como Líder. Mas como estou aqui para trabalhar, não tem nenhum problema o horário que V. Ex^a me disponibilizar para um breve pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Perfeito.

Senador, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senadora Heloísa Helena, na quinta-feira da semana passada, quinta-feira de cinzas, eu estava ainda em casa ouvindo não sei se um discurso ou um aparte de V. Ex^a sobre matéria da revista **Veja**, da semana passada: “Amazônia – Como o PT vendeu a floresta”.

Um aparte contido o de V. Ex^a, muito bem posto, elegante, em que dizia que era uma mulher experimentada e que tinha grandes amizades no Partido dos Trabalhadores, onde nasceu politicamente. Que tinha lido a matéria: “Floresta pagou a conta do PT”, e que V. Ex^a não tinha uma idéia definitiva sobre os termos da matéria. Isso tudo eu ouvia pelo rádio. Dizia ainda que V. Ex^a não colocava a mão no fogo por ninguém que estava sendo mencionado nessa matéria, mas por uma pessoa, única, V. Ex^a botava a mão no fogo: a Ministra Marina Silva.

Vejo aqui, abrindo a página 40 – guardei a revista – um carimbo ao lado da fotografia da Ministra Marina recolhendo um baldinho de látex de uma seringueira, um carimbo com os dizeres: “empresa oPTante”, com as letra p e t em tipo grande, “do Plano Safra Legal 2004, Anapu, Amapá, Pacajá, HB Lima Topografia e Engenharia Florestal”. “Seria isso”, diz a matéria, “o selo ou o decalque que seria a senha para que madeira ilegal pudesse circular livremente, com o conhecimento de autoridades”.

Eu, que lhe tenho amizade pessoal e confio nas suas opiniões – nem sempre, mas quase sempre – ia me manifestar sobre esse assunto, mas preferi ouvir a sua opinião e me manter quieto. Cheguei ao plenário, falei sobre mil assuntos. No dia seguinte, falei sobre mil outras questões, na sexta-feira. Estávamos ambos

aqui na quinta-feira de cinzas e na sexta-feira após o carnaval. Mas na quinta-feira à tarde, sem eu saber estava o Presidente Lula sancionando a lei de flores-tas de que eu fui relator.

Estava Sua Excelência em festa com todas as autoridades do Ibama, etc, no Palácio do Planalto, sancionando uma lei da qual eu fui relator, sobre a qual me debrucei, em cujo texto trabalhei, mesmo não sendo um amazônida. Trabalhei no sentido de garantir o interesse coletivo e transparência.

Nada é mais explosivo, Senadora Heloísa Helena, Senador Sibá Machado e Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a que é um legítimo representante do Estado do Amazonas, no contexto internacional, do que falar, no mundo desenvolvido, sobre a Amazônia, devastação da floresta e comprometimento do “pulmão do mundo”; sobre ocupação indiscriminada de floresta tropical.

Como relator procurei incorporar ao texto transparência, segurança, interesse coletivo, divisão de responsabilidades.

Senadora Heloísa Helena, quase morro de raiva quando vi os termos publicados no **Diário Oficial da União** – aí já foi da sexta-feira para frente. Os termos revoltaram-me, da sanção com vetos e das razões do veto. Vetaram as emendas. Não tenho interesse nenhum na Amazônia, sou do Nordeste. O meu interesse era proteger as florestas com o mínimo de colaboração, com espírito público, transparência, vigilância, sem trazer nenhuma influência externa, sem prejudicar os interesses de Governo, que hoje estão com um grupo e amanhã podem estar com outro grupo. Trouxe para o projeto transparência.

Senador Arthur Virgílio, propus, entre outras coisas, que o Serviço Florestal Brasileiro seja uma agência reguladora. Todas as agências reguladoras, todas elas, têm diretorias que se submetem à sabatina do Senado. O Serviço Florestal Brasileiro é uma agência reguladora. Propus que fosse igual à ANA, Agência Nacional de Águas, à Anatel, à Aneel, em todas elas os dirigentes se submetessem à sabatina, para que soubéssemos que qualidade de gente o Governo, o Poder Executivo estava submetendo ao Senado para nomear, tomar conta das florestas do Brasil. Vetaram.

Propus que, conforme manda a Constituição, a concessão de floresta pública em área superior a 2.500 hectares fosse submetida ao Congresso Nacional. Para quê? Para proteger as florestas públicas, para dar constitucionalidade a uma concessão. Vetaram.

Eu queria que os planos do Serviço Florestal Brasileiro e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, que é o dinheiro decorrente da arrecadação, produto das concessões, componham o fundo. O Serviço Florestal Brasileiro é a agência reguladora que

comanda um fundo que tem dinheiro. O que queria, Senadora Heloísa Helena, é que, como acontece no Nordeste com a Sudene, esses planos e esse dinheiro fossem submetidos a um conselho que não fosse só do Ibama, só do Ministério do Meio Ambiente.

O Ministério da Saúde tem ingerência? Claro que tem. Pode-se meter dentro de uma floresta pública a indústria química ou farmacêutica que vai mexer com a floresta e pegar coisas que dizem respeito à saúde pública.

O Ministério da Defesa tem algo a ver com a floresta? Claro que tem, está em área de fronteira. É interesse nacional de preservação? Claro.

O desmatamento tem que ver com o Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário? Claro que tem. É a terra, é a produção agrícola. Vetaram.

É só o Ibama e o Ministério do Meio Ambiente, nenhum outro Ministério. E não é ministério da oposição, não, Senador Antonio Carlos, é Ministério do Governo deles.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Claro, permito o aparte a V. Ex^a e ao Senador Arthur Virgílio em seguida.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a está fazendo um brilhante discurso, sempre com a característica do bom senso e da propriedade de expressão. E em tudo isso nos deixa uma lição: a de não se fazerem relatórios sem a segurança de que não vai haver veto.

Nós somos da Oposição e, conseqüentemente, só poderemos dar relatório favorável ao Governo quando tivermos a certeza de que eles não vão vetar; fora daí nós seremos sempre ludibriados como temos sido. Este Governo não tem palavra, e os seus Líderes aqui não representam sequer a vontade do próprio Presidente da República, que é o maior culpado de tudo isso porque é um irresponsável.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Antonio Carlos, essa matéria se encontrava há meses ou há bem mais que meses em tramitação no Senado obstada por membros da base do Governo que se manifestaram aqui contra a matéria. V. Ex^a é testemunha de que, num dado momento, na Comissão presidida por V. Ex^a, a CCJ, eu entrei na discussão como forma harmonizadora de encontrar caminho para que um assunto que reputo de interesse nacional pudesse ter conclusão. Ofereci algumas sugestões. O Senador Jefferson Péres, que tinha sido Relator, concordou; o Senador Mozarildo Cavalcanti e o Senador Augusto Botelho, os três amazônidas, concordaram com as propostas que apresentei, e V. Ex^a me designou Re-

lador do vencido para que pudesse oferecer um relatório que merecesse o encaminhamento para votos, o que aconteceu.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – O assunto só entrou em pauta por causa de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Claro. O Líder do Governo estava presente às discussões, tanto na oportunidade, como no plenário. As emendas foram elogiadas de público pela imprensa. Algumas mereceram leves críticas de alguns órgãos, mas, na quase unanimidade das opiniões, mereceram – até porque não havia razão para não sê-lo – elogios pelo zelo do objetivo, do mérito. Eu entendia – e estava patente para mim – que estávamos promovendo um grande acordo para desobstruir a pauta do Congresso e, na convocação extraordinária, votarmos matéria importante como a da lei de concessão de florestas. Nunca, hora nenhuma, alguém falou que aquele consenso ou acordo seria furado por veto do Palácio do Planalto. Aí está minha preocupação.

Vetaram a transparência, Senador Antonio Carlos Magalhães. Creio que essa matéria é verdadeira. Eles vetaram elementos que iriam traduzir transparência, espírito público, participação. Entregaram a concessão de florestas à tutela exclusiva do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama. Não há submissão de diretor nenhum ao Congresso; mandam quem quiserem; nomeiam quem quiserem; quem quiserem! Concessão de área que quiserem; fazem como quiserem. Eu tenho alguma razão para acreditar que essa matéria não seja verdadeira?

Senador Antonio Carlos Magalhães, quem vetou essa matéria? Foi Luiz Inácio Lula da Silva. Ele colocou a digital dele. Está assinado por ele. Sabe V. Ex^a em que termos ele colocou o veto?

Diário Oficial da União nº 43, sexta-feira, 3 de março de 2006: Comunico a V. Ex^a [ao Presidente do Senado] que, nos termos do parágrafo 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente por contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade (...)

Vou repetir:

(...) decidi vetar parcialmente por contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade (...)

Senador Antonio Carlos, submeter a aplicação do fundo e o plano do serviço florestal a um grupo de ministros ou de representantes de ministérios que respondem pelo interesse do Governo na exploração de uma floresta pública é contrariar o interesse público ou é estabelecer transparência? Mandar submeter ao Congresso a concessão de uma área superior a

2.500 hectares é contrariar o interesse público ou é proteger o interesse público? Submeter nomes para a avaliação de qualificação e competência ao Congresso Nacional – para que, se houver denúncia (a própria imprensa, já por antecipação, faz a denúncia) a pessoa já chegue mazelada ou nem chegue – é contrariar o interesse público?

A pérola maior: Por inconstitucionalidade.

Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a é uma regimentalista por excelência e parece que tem a Constituição na cabeça, o que não tenho. Vou ler para V. Ex^a o art. 47 – art. 49, até nisso me enganei – inciso XVII, da Constituição Federal.

Constituição da República Federativa do Brasil (Emenda Constitucional 19/98).

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....
XVII – aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas [repetido: a alienação ou concessão de terras públicas] com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

Estamos tratando de concessão de floresta pública. Ou eu falo português ou eu falo grego. Se falo português, terra pública e floresta pública são a mesma coisa. Está na Constituição, e ele veta por inconstitucionalidade. Ele veta por inconstitucionalidade!

Tenho o direito de achar que essa matéria é verdadeira, Senadora Heloísa Helena. A floresta pagou a conta do PT. O carimbinho, o selinho do PT nas cargas de madeira ilegal, suponho, pelo veto do Presidente da República, pela digital de Luiz Inácio Lula da Silva nas emendas que coloquei para proteger o interesse coletivo, e com a ignomínia dessa justificativa, só tenho razões para acreditar que Sua Excelência tem algum tipo de conivência com coisas pouco recomendáveis para a exploração de floresta pública brasileira. Só encontro essa explicação. Ele concentrou. Aquilo que propus para diluir poder, ele concentrou de volta; vetou para concentrar o poder no Ibama, no Ministério do Meio Ambiente, para que ele pudesse – se a revista tem razão – fazer o que ele quisesse, sem prestar contas a ninguém. Quem fez isso não foi outro, foi Luiz Inácio Lula da Silva. Não foi Delúbio, não foi Silvinho, não foi Zé Dirceu, não foi Genoíno, não foi Marcos Valério. Não foi outro, foi ele diretamente. Então, ele que justifique agora.

Ouçõ, com muito prazer, o Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Antes de tudo, nobre Líder, ressalto a competência com que V.

Ex^a se houve na relatoria dessa matéria. V. Ex^a disse “não sou amazônida”, mas agiu como tal. Agiu, dando-me uma satisfação pessoal muito grande porque um dos objetivos do meu mandato que julgo estar cumprindo é conseguirmos transformar a Amazônia num tema de efetiva preocupação nacional. V. Ex^a agiu como amazônida, sim, porque agiu como brasileiro, sabendo do peso estratégico daquela região. Eu me empenhei muito – e V. Ex^a sabe disso também – para que a matéria fosse aprovada, até porque estudei e conversei com a Ministra Marina Silva, por quem tenho apreço. Não consegui a unanimidade do meu Partido, mas entendíamos que era melhor alguma regulamentação do que nenhuma; era melhor alguma tentativa do que nenhuma; era melhor algo que pudesse depois ser burlado, mas com regras, do que a burla aberta que é o que estaria prevalecendo até então. Porém, eu quero ser bem prático, Senador José Agripino, complementando o aparte do Senador Antonio Carlos Magalhães. Para mim, foi posta em prática uma nova forma de atuação do Governo. Para que eu ajudasse na aprovação do projeto e para que V. Ex^a emitisse o relatório a favor – estou pegando o seu exemplo e o meu exemplo, e nós ajudamos muito a trazer pessoas que não são da Amazônia para as nossas teses. O Governo dizia: vamos negociar até um certo ponto. E o certo ponto era, por exemplo, o prestigiamento do Senado, a transformação da matéria em Agência Reguladora, a partir de xis hectares haveria também a necessidade de consulta ao Senado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Dois mil e quinhentos hectares.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Dois mil e quinhentos hectares. O Governo aceita e, depois, o Presidente veta. Parece assim um crime perfeito: o Governo aceita, o Presidente veta. Então, nós nos sentimos feito trouxas, feito literais otários. Mas vamos um pouco mais além: há antídotos para isso, sim, ou seja – o Senador Antonio Carlos Magalhães diz –, quando nós relatarmos matérias, vamos exigir o compromisso do não-veto. É verdade. Quando outros relatarem matérias, para aprová-las, nós, que somos maioria nesta Casa, vamos exigir o não-veto em relação aos pontos de acordo conosco. E se hoje temos o direito de relatar matérias, é porque precisamente fizemos ver ao Presidente da Casa, que foi sensível, que temos uma maioria. Então, não tem cabimento os que são minoria, embora com título de Maioria **pro forma**, eles e só eles relatarem matérias aqui na Casa. Já se faz justiça à matemática, à aritmética. Qual é a saída, Senador José Agripino? Termos uma conversa com o Presidente Renan Calheiros e colocarmos que cobramos fundamentamente sessões de apreciação de vetos. O

Governo tem o direito de vetar. Não tinha o direito de ter empenhado a palavra e não a ter cumprido. Disso não tinha direito, isso é engodo, mas tem o direito constitucional de vetar. Pode até dizer: eu não cumpro a palavra, não tenho palavra, mas vetei de acordo com o que a Constituição me faculta. Muito bem, é possível isso, sim. Agora, é possível também usarmos um outro direito constitucional que temos, que é vermos os vetos presidenciais apreciados. Então, temos que ter sessões de vetos do Congresso Nacional para sabermos se a maioria do Congresso concorda ou não concorda com a assinatura posta pelo Presidente a esses absurdos que V. Ex^a menciona e que representaram, na prática, uma traição aos acordos feitos conosco. Sinto-me traído pessoalmente porque me empenhei a favor da matéria, e V. Ex^a, sem dúvida, deve sentir-se ultrajado porque foi o brilhante Relator que conseguiu o consenso que viabilizou, depois de horas e horas de discussão – e o Senador Motta está aqui para dar exemplo –, o Senador Antonio Carlos votou por nossa causa e disse: eu não estou tão convencido assim; estou solidário, mas não estou convencido. Senador Motta, não houve quem o convencesse. Nós aprovamos a matéria literalmente com os nossos votos, merecemos todos os elogios sinceros da Ministra Marina, que é uma pessoa de bem. Mas depois o Governo veta, ou seja, se fosse do jeito que o Governo queria antes, não passaria porque não deixaríamos. Então, o Governo finge acertar conosco certos pontos de convergência e, depois, veta e não tem a sessão. É evidente que vamos quebrar esse ciclo vicioso, cobrando – e vamos ser atendidos certamente – do Presidente Renan Calheiros a marcação de uma, duas ou dez sessões para apreciação de vetos, e aí vamos saber o que o Congresso pensa. Se o Congresso achar que é melhor manter o veto do Presidente, curvemo-nos à maioria, porque também isso é constitucional, é democrático e é da vida política, mas aceitar que o processo se interrompa no ponto que está, não! Seríamos coniventes com o engodo que nos vitimou e que não foi bom, a meu ver, para o País.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Permite-me V. Ex^a?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Com prazer. Vou ouvir os Senadores Sibá Machado e João Batista Motta.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – É melhor eu falar porque aí ele vai responder a mim e a V. Ex^a. Nisso aí tudo tem uma pessoa de que gostamos muito, a quem admiramos, tratamos como santinha, que é a Ministra Marina. Ela vem e convence todo mundo e, no fim, deixa que haja os vetos. Aí também não vamos deixar de culpá-la. A Ministra Marina é responsável, porque ela fez acordo com as Lideranças da Casa e

permitiu – ou induziu – o Presidente a veto. Essa coisa também de passar por uma santinha e tudo acontecer, já passou esse tempo, Senador José Agripino. Nossos cabelos brancos – V. Ex^a não os tem – não permitem que isso aconteça.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Antonio Carlos, Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, expõe com muita propriedade essa dificuldade que o Governo nos coloca agora e que é o não-cumprimento de acordo – o não-cumprimento aberto de acordos.

Senador Antonio Carlos, eu não fiz nenhum acordo com a Ministra Marina. Mas, no dia em que nós votamos e aprovamos, a Ministra Marina telefonou para mim, cumprimentando e agradecendo pela aprovação da matéria.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Para mim, ela ligou três vezes. Três vezes!

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Para V. Ex^a, três vezes. Quem cumprimenta e agradece, concorda. Telefonou-me na hora em que o veredicto foi dado e a matéria foi aprovada. Então... Ah! não houve acordo...

A minha preocupação maior – e já lhe concedo um aparte, Senador Sibá Machado – é que o texto ficou defeituoso, o texto ficou aberto para que essa matéria seja julgada absolutamente verdadeira. Com que cara, Senador Sibá, vou eu olhar para o Senador Mozarildo Cavalcanti? Eu avalizei a ele que as emendas que eu havia acolhido iriam ser respeitadas. E ele disse: ainda bem que V. Ex^a conseguiu, porque o texto ficou menos mal. Ele se manifestou contrariamente, pediu voto contra, mas permitiu a votação e não fez obstrução.

Com que cara fico eu agora? Eu, que costurei esse acordo com pessoas vinculadas a partidos da base aliada? Com que cara fico eu? Eu, que trabalhei no sentido de garantir transparência e proteção ao interesse coletivo? A Ministra me telefona agradecendo. De repente, aparece o veto por essa justificativa no mínimo exótica, engraçada e inveraz.

Ouçõ com muito prazer o Senador Sibá Machado e, em seguida, o Senador João Batista Motta.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador José Agripino, infelizmente, esses temas ligados à ordem do meio ambiente e especialmente à Amazônia, em alguns momentos, acho que são tratados até mais como um tabu do que até mesmo como princípios. Toda vez que tratamos de assunto dessa natureza foi muito polêmico, efervescente e, as pessoas, em algum momento, com até um certo ar de nervosismo. Não acompanhei todas as conversas, é claro, mas acompanhei algumas. No sentido da aprovação aqui, eu estava fazendo a defesa do projeto e, em alguns

momentos, prontifiquei-me para tirar algumas dúvidas sobre as preocupações que os Senadores ainda colocaram naquelas mais ou menos cinco horas de debates que tivemos aqui sobre esse relatório. Uma das coisas que preciso fazer aqui é, em primeiro lugar, parabenizar V. Ex^a por isso. Eu não sei se já havia feito com a veemência que deveria fazer porque V. Ex^a, realmente, trabalhou como ninguém para o aperfeiçoamento das dificuldades que estavam no entendimento daqueles pontos do relatório. Depois, o acatamento que teve pelo Presidente da CCJ, Senador Antonio Carlos, de colocá-lo na votação a tempo, dentro da convocação extraordinária, também preciso fazer aqui essa referência. A outra, as dúvidas que foram colocadas aqui dentro, acredito que, respeitado o maior ou menor conhecimento, eram verdadeiras, porque é um sentimento nacional. Então, por ser uma matéria voltada mais para a floresta amazônica, não posso ficar aqui dizendo que só os amazônidas podem tratar sobre ela. É interesse do Brasil e, portanto, qualquer pessoa tem total liberdade e direito de se reportar a ela. Quanto a este ponto que trata dos dois mil e quinhentos hectares, realmente é uma dificuldade, um antagonismo de compreensão sobre isso, se o que está disposto no art. 49, inciso XVII – V. Ex^a fez a leitura ainda há pouco –, transporta-se para a questão da floresta, porque há a concepção de que floresta não gera patrimônio. A floresta é um bem como se fosse a água tirada de um rio, como se fosse o ar respirado, como se fosse a escavação de um poço de petróleo. Uma vez que está ainda no seu local natural, há uma legislação nacional que trata do solo e subsolo. Então, o direito de propriedade que qualquer pessoa possa ter sobre a terra não se estende ao subsolo – minério, petróleo, água e assim por diante –, como também não geraria o direito sobre a floresta, que é um bem de uso neste caso. Aí é que gerou talvez essa dificuldade de entendimento...

(Interrupção do som.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Peço a complacência do nosso Presidente. Segundo esse dispositivo, esse direito não transporta para a floresta, mas sim para a questão fundiária. Quanto ao Conselho Administrativo do Sistema Florestal, que, na avaliação de V. Ex^a, leva para o entendimento de que é uma agência também ou possui o perfil de uma agência, se não for tratado como tal, e que deveria passar aqui pela Casa, quero dizer a V. Ex^a que eu compreendi que as emendas apresentadas, estando ou não justapostas... Alguns disseram que já estão justapostas, que já está na Constituição e que, por isso, não é preciso reescrever no texto da lei. Eu também

disse aqui: pelo que compreendo do Relator, S. Ex^a pensa que, como já está posta na Constituição, não haveria prejuízo algum em repeti-la e recomendá-la novamente no texto da lei. Mas o ponto que V. Ex^a traz aqui e que me coloca na posição de realmente pensar sobre novas matérias na Casa é que não sei se houve, da parte do Governo, seja da Ministra Marina Silva, seja do nosso Líder Mercadante, seja de outra pessoa, o compromisso, implícito ou explícito, de que, na aprovação da matéria, não haveria os vetos. Quanto a isso, penso que o acordo de procedimento – nesse caso sou obrigado a concordar – foi muito falho, porque realmente talvez não se votaria aquela matéria se não tivesse havido o entendimento de as três emendas irem para o texto. Tanto é que eu pedi que não se apresentasse nenhum destaque para votação em separado ou coisa parecida, porque acreditava que aquele era o melhor procedimento para ir a campo. Assim, Senador José Agripino, eu gostaria de separar uma coisa da outra. Uma coisa é a gratidão sincera, sentida e verdadeira de nossa parte com o trabalho de V. Ex^a; isso é algo real. O outro lado que precisa ser analisado é o compromisso de que as emendas não seriam passíveis de veto. Nesse caso, digo a V. Ex^a que fico em uma dívida de voltar em um novo momento, em uma nova oportunidade, para dizer aqui se houve o entendimento de que não haveria o veto. Eu penso que isso deveria ser recobrado para que não se reproduzam mais situações dessa natureza daqui para frente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador José Agripino, eu gostaria de prorrogar a sessão, se V. Ex^a permitir, porque temos quatro inscritos e não sei de quanto tempo V. Ex^a precisa.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Pois não, Sr. Presidente. Concederei um aparte ao Senador João Batista Motta e concluirei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Então, prorrogo por mais vinte minutos para dividir o tempo entre os outros Senadores.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obrigado pela compreensão, Sr. Presidente.

Senador Sibá Machado, deixe-me clarear a V. Ex^a uma preocupação minha. Estou mais preocupado com a subtração das proteções que as emendas que sugeri – aprovadas no Senado e na Câmara – traziam ao texto do que com o cumprimento do acordo.

Na hora em que a Ministra me telefonou, cumprimentando e agradecendo a aprovação do texto, estava subentendido, para mim, que ele estava do agrado. Nunca ninguém me contestou as emendas, nunca nin-

guém do Governo contestou, por menor que fosse a contestação, o texto de qualquer das emendas. Supunha, portanto, que estivesse dando uma colaboração ao interesse coletivo.

Mais importante, para mim, portanto, do que o cumprimento do acordo é a subtração do instrumento de proteção ao interesse coletivo que coloquei nas emendas.

Segundo ponto, rapidamente. Uma terra tem um valor “x”. Na Constituição está dito que terra pública com área superior a 2.500 hectares, para ser concedida, negociada, tem que passar pelo Congresso Nacional. Terra pública pode não ter nada; floresta pode ter mogno – que vale muito mais –, minério, fármaco. Tudo isso vale muito mais do que a terra. Ora, se na Constituição se obriga que, em áreas com perímetro superior a 2.500 hectares, a terra se submeta, para ser alienada, a um veredicto do Congresso Nacional, o que dirá um bem muito mais valioso, com absoluta certeza.

Eu não vejo, portanto, por que não adotarmos para algo que vale muito mais o que a Constituição adota para algo que vale muito menos. Então, essas são as razões da minha estupefação.

A minha preocupação é muito menor com a quebra do acordo e muito maior com o que estou enxergando: o sentido de retirar a rede de proteção ao interesse coletivo, à preservação da floresta pública; a não permissão de que a floresta seja invadida predatoriamente, de forma inescrupulosa e aética, pelas emendas que eu coloquei. E nenhuma delas foi contestada hora nenhuma. Eu coloquei a proteção com toda a disposição de colaborar. Fui eu quem falou com o Senador Antonio Carlos Magalhães para incluir na pauta da convocação extraordinária a Lei de Florestas Públicas. Fui eu que o convenci a isso, que pedi a S. Ex^a.

Então, na hora em que a subtraem, eu me sinto traído no meu espírito cívico de proteger o patrimônio nacional. É só isso.

Ouçó o Senador João Batista Motta.

O Sr. João Batista Motta (PSDB ES) – Senador José Agripino, eu, na oportunidade da votação dessa emenda, tive de agradecer muito ao Senador Arthur Virgílio, que é o meu Líder, porque, dentro do PSDB, eu discordo, não votei no projeto, e tenho orgulho disso. E as suas palavras hoje me deixam mais convencido ainda. A Senadora Heloísa Helena e o Senador do PMDB também discordaram junto comigo, e fizemos coro nesse sentido. Percebe-se que V. Ex^a foi traído. Nós não fomos traídos. Eu tinha certeza absoluta de que, por trás desse projeto, havia algo com muita malficência. Eu já previa que o interesse maior era entregar as nossas florestas a grupos internacionais. Não

tenho dúvida de que hoje o Greenpeace e outros grupos estrangeiros estão comemorando, estão vibrando com essa lei sancionada. Ela veio para prejudicar este País, principalmente no futuro. É só observar que, no bojo dela, as pessoas que tomarem conta dessa floresta poderão entregá-la a bancos estrangeiros como garantia para obtenção de empréstimos. Futuramente esses banqueiros virão aqui tomar conta dessas terras, que lhes vão pertencer, e nós vamos ficar para a história por termos aprovado um monstro que é essa lei; teremos por certo a nossa consciência pesada. Peço a compreensão do Presidente, porque gostaria de dizer mais a V. Ex^a: a Ministra Marina Silva não é essa santinha que dizem ser não. Quero alertar aqui esta Casa de que todos os dias o Presidente da República está criando reservas extrativistas, reservas não sei de que, reserva indígena. Quando se trata de terra da União, pode ser feito por decreto presidencial, mas, quando depende de desapropriação, depende de lei. Assim dizem quase todos os Ministros do Supremo Tribunal Federal. Estão rasgando a Constituição! Não é possível que neste País se crie uma reserva em cima de propriedade particular sem que haja verba no Orçamento nem previsão no Plano Plurianual. Isso está se fazendo hoje. A Ministra Marina Silva tem colocado essas cascas de banana para o Presidente Lula pisar e escorregar amanhã. Comete-se um crime como jamais foi visto neste País. Nós estamos rasgando a nossa Constituição no que diz respeito a essa matéria. Muito obrigado e desculpem o tempo que tomei.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador João Batista Motta, passando a limpo tudo que falei, a matéria da revista **Veja** diz: “A floresta pagou a conta do PT”. É matéria circunstanciada, fala em tráfico de influência, em madeireiro transportando e tirando madeira ilegal e pagando propina ao PT, diz aqui. O Governo é do PT.

Eu pretendi que o Governo fosse observado, nessa questão da concessão de floresta, pelo Congresso Nacional, como também pretendi que o Plano e o Fundo fossem objeto de uma avaliação anual por parte de um conselho de ministros. Vetaram! E o texto, como está posto, diz que qualquer área de 2.500 hectares, cinco mil, cinqüenta mil, setenta mil pode ser concedida ao bel-prazer do Ibama ou do Serviço Florestal Brasileiro, comandado por quem o Governo do PT quiser. Não submete ninguém a crivo de Congresso nenhum, diferentemente de qualquer agência reguladora, e o Serviço Florestal Brasileiro é uma agência reguladora. O que a revista diz, pelos vetos do Presidente, confirma-se. Parece que se está armando – tenho o direito de raciocinar – que o Governo do Sr. Delúbio Soares, do Sr. Sílvio Pereira, do Sr. Genoíno, do Sr. José Dir-

ceu vai ter a tutela das florestas. Vamos cuidar desse assunto, Senador João Batista Motta.

Lembro-me de que, três ou quatro dias depois da aprovação da matéria no Senado, entraram aqui os Líderes do PFL na Câmara satisfeitos, dizendo: “Garantimos a aprovação, porque a matéria tramitou em regime de urgência na Câmara, com o nosso pedido para que assim o fosse, aprovamos integralmente as emendas que foram daqui”.

Com o mesmo endosso e o mesmo esforço com que eles votaram essas emendas, vou me esforçar pessoalmente para que o veto do Presidente, que terá que ser submetido ao Congresso, seja derrubado em nome da decência, em nome de um padrão ético que temos de preservar.

Estamos conscientes, Senador João Batista Motta, de que o Governo que nos preside é o Governo de Delúbio, de Silvinho, de Zé Dirceu e de Marcos Valério. E nesse Governo ninguém pode confiar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senadora Heloísa Helena, antes de conceder a palavra a V. Ex^a, lerei uma comunicação do Presidente do Congresso Nacional.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Aguarde um instante, Senador Sibá Machado.

A Presidência convoca, nos termos do art. 2º do Regimento Comum, sessão solene do Congresso Nacional, a realizar-se quarta-feira, dia 8 do corrente, às 11 horas e 30 minutos, no Plenário do Senado Federal, destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 52, de 2006, oriunda da Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 2002 (nº 548, de 2002, na Câmara dos Deputados), que “dá nova redação ao § 1º do art. 17 da Constituição Federal, para disciplinar as coligações eleitorais”.

Portanto, haverá sessão do Congresso Nacional, quarta-feira, dia 8, às 11 horas e 30 minutos, no plenário do Senado Federal.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHAES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – BA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, longe de mim querer mudar uma data que a Mesa marcou para uma promulgação. Entretanto, se o Senado esperou a decisão do Tribunal Superior Eleitoral, julgo que também deveria esperar a decisão do Supremo Tribunal Federal. Essa é a minha posição, que já manifestei outras vezes.

Não há nada contra a Mesa e muito menos contra o Presidente, mas é uma incoerência aguardar-se a situação do Tribunal Superior Eleitoral e não se aguardar a decisão do Supremo sobre o mesmo assunto.

Faço questão de falar isso hoje, e falarei amanhã e na quarta-feira sobre o mesmo assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Acredito que o Sr. Presidente esteja atento e que já deve ter tomado conhecimento do pronunciamento de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, por conta do debate a respeito do tema floresta, quero dizer ao Senador José Agripino que me comprometo a tentar buscar informações para a decisão dos vetos que se apresentaram ao projeto. Acredito que deva haver, sim, uma explicação sobre isso. Comprometo-me a buscar essas informações e, oportunamente, apresentá-las a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – A Mesa agradece a V. Ex^a as providências.

Senadora Heloísa Helena, a Mesa consulta V. Ex^a se está permutando com o Senador Heráclito Fortes.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sem nenhum problema, posso falar depois do Senador Heráclito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Em seguida a V. Ex^a, está inscrito o Senador Garibaldi. V. Ex^a permuta com ele também para ficar por último e encerrar a sessão? Segurarei a sessão até V. Ex^a terminar o seu pronunciamento, caso deseje fazer a permuta.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, os últimos serão os primeiros, como diz o Evangelho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Heráclito, peço apenas, para que possamos encerrar a sessão, que V. Ex^a – assim como os demais Senadores – use o tempo de cinco minutos, se for possível. Sei que V. Ex^a é conciso, objetivo e direto no assunto.

Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acabou o Carnaval. A Bahia e o Rio de Janeiro comandaram a folia nacional, e alguns companheiros exibiram as suas perfeições físicas na Marquês de Sapucaí. Uns se vangloriam inclusive de que não foram vaiados – talvez também nem tenham sido reconhecidos, porque as alegorias conseguiam disfarçar realmente a realidade de quem

as vestia. E hoje voltamos à tribuna, no primeiro dia, para retomar o nosso velho batente de representante do povo brasileiro nesta Casa.

O Presidente Lula, se bem andou, já chegou à Inglaterra. Mais uma vez, Senador Antonio Carlos Magalhães, o “aerolula” viaja sem fazer vôo internacional e teve de parar no Recife. Antigamente, dizia-se que era para pegar fulano, abraçar sicrano. Mas, não! O avião comprado pelo Governo Federal é inapropriado para vôos internacionais, tem limites, mas foi comprado à vista e pago antecipadamente, Senadora Heloísa Helena. Vai-se reclamar para quem?

Já foram feitas revisões para rebalanceamentos. Alegaram que iam colocar um bar – nada mais impróprio em um momento como este, até porque o Presidente jurou, dias atrás, que estava abster-se já há quarenta dias. O problema do avião brasileiro é desbalanceamento.

Senador Antonio Carlos Magalhães, compraram um Airbus 319, avião equivalente ao Sucatinha, ao 737, e acreditaram que o poder do PT e a força de levitação dos membros petistas fariam com que essa aeronave atravessasse o Atlântico sem precisar de reabastecimento. Colocaram o equipamento de segurança necessário para um avião presidencial e aumentaram seu peso, mas o avião não consegue atingir os objetivos de um Presidente que voa como Chefe de Estado, como agora, quando tomará chá com a rainha. Da última vez, Senador Antonio Carlos Magalhães, que uma comitiva dessa viajou, um ilustre integrante do Governo confundiu aquele lencinho para o asseio das mãos com o nosso tradicional cuscuz nordestino, o que foi um vexame no palácio da rainha da Inglaterra.

Espero que essas coisas não aconteçam agora e que, realmente, a viagem de Sua Excelência seja um sucesso. Espero que ao menos uma satisfação convincente, consoladora e confortadora, chegue à família daquele pobre mineiro – assassinado de maneira bárbara, no metrô de Londres –, por meio do Presidente da República. Na realidade, estão empurrando aquele caso com a barriga.

Sr. Presidente, quero falar agora da ida de Lula ao Piauí.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois não, com muito prazer.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a faz falta na tribuna e, quando a ela chega, tem de ser realmente louvado. V. Ex^a conhece todo tipo de avião e sua opinião é realmente consagrada. V. Ex^a está dizendo coisas verdadeiras que o povo brasileiro precisa saber para ver como foi jogado fora esse di-

neiro. Foram mais de US\$60 milhões gastos no “aerolula”. Isso é uma vergonha! V. Ex^a tem autoridade para falar do assunto, porque talvez ninguém desta Casa conheça esse problema como V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sabe muito bem V. Ex^a, que me conhece tão bem, que tenho pavor a avião. E uma das maneiras que encontrei para dominar esse medo, esse pavor, foi ler sobre a matéria. Então, saio lendo tudo que vejo, tudo que posso. Daí porque estou prestando essas informações com total segurança. Aliás, para mim, eu gosto de avião ele lá em cima e eu aqui embaixo.

Mas, Sr. Presidente, o estranho dessa questão foi o seu pagamento antecipado. Aí vimos nos jornais, Senador Arthur Virgílio – tive a oportunidade de ver no período do carnaval –, que a Presidência da República recebeu mais um helicóptero Super Puma, sendo que o PT criticou o Presidente Fernando Henrique quando readaptou um seminovo da FAB e colocou para uso presidencial. E agora, segundo a imprensa notícia, temos mais um, o segundo Super Puma. Não sei exatamente qual o objetivo, mas tenho certeza que será para carregar, durante pouco tempo, como o povo brasileiro espera, algumas estrelas descoroadas pelo Brasil afora.

Mas, Sr. Presidente, já que o assunto é aviação, quero falar um pouco sobre o que Lula foi fazer no Piauí. Inaugurou um aeroporto na cidade de Parnaíba – o termo usado não é inaugurar, mas reconhecer – um aeroporto que passaria a ser internacional.

Senador Antonio Carlos, esse aeroporto foi construído, no Governo Médici, por determinação do Ministro Reis Veloso. Já existia uma pista razoável, que recebia vôos comerciais em Convairs, aviões adaptados àquela época. O Ministro Reis Veloso não somente fez uma pista de dimensões internacionais, como também a casa de passageiros.

O Governador do Estado anunciou que, no dia 22 passado, chegaria à Parnaíba o primeiro vôo internacional. Seria um vôo que sairia de Roma com 262 passageiros e chegaria à Parnaíba, para, dali, distribuir os turistas para as belezas e os encantos do litoral não só do Piauí mas dos Estados vizinhos.

No entanto, vejam o que aconteceu. Rotineiramente, um avião da empresa Ocean Air fazia a ligação de Parnaíba com Fortaleza e Teresina. O vôo foi cancelado. Nem o internacional, nem o nacional. O vôo foi cortado, Senador João Batista Motta, porque havia um convênio entre o Governo do Estado e essa companhia segundo o qual o Governo compraria, em passagens, R\$40 mil por mês. O Governo desonrou o compromisso e, pela primeira vez, em muitos anos, o

Piauí deixa de ter Parnaíba ligada à capital e a Fortaleza por linha comercial da viação brasileira.

O Presidente foi lá anunciar e anunciou o **Campus Reis Veloso** da nossa universidade. Quero fazer justiça e dizer que esse é um trabalho iniciado pelo Senador Alberto Silva e continuado pelo hoje Senador Mão Santa.

Senador Arthur Virgílio, tem V. Ex^a um aparte com o maior prazer.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Heráclito Fortes, fazendo uma revisita à história recente do País, de 1946 para cá, lembramos que Eurico Gaspar Dutra não queria ser candidato, mas foi convencido por Getúlio Vargas, que, por sua vez, em 1950, tampouco desejava a investidura, tanto que se recusava a receber o repórter Samuel Weiner, que publica aquela reportagem brilhante para o jornal de Assis Chateaubriand, reposicionando-o politicamente. Juscelino Kubitschek queria ser candidato, mas não era nenhuma sangria desatada, não estava fazendo nenhum desatino. Foi uma candidatura que se tornou natural, embora tenha ido à convenção. Então vem o fenômeno Jânio Quadros, e eu não discuto fenômenos. Em seguida, por absoluto acaso, veio a posse do Presidente João Goulart, vice de Jânio, cuja renúncia não se previa. Não vou discutir o período militar, porque não havia eleição. Tancredo Neves era eleitor de Ulysses Guimarães nas diretas, que não vingaram. Ulysses, então, torna-se eleitor de Tancredo nas diretas. Tancredo morre. Assume, por obra do destino, José Sarney. Entra em cena Fernando Collor de Melo, que queria ser vice de Mário Covas, o qual não lhe deu espaço para a conversa prosseguir. Assim, Collor torna-se Presidente, derrotando Covas, Lula, Brizola, todo mundo. Com o *impeachment* de Collor, assume a Presidência Itamar Franco, que aceitou ser seu vice depois de algumas tentativas que Collor fez, sem sucesso, com outras pessoas. A seguir, Fernando Henrique Cardoso, que não estava em situação confortável em São Paulo, torna-se Ministro da Fazenda à revelia de si próprio. Itamar Franco o nomeia sem ele querer. Com o êxito do Plano Real, Fernando Henrique se elege e se reelege Presidente. Lula, então, vence a eleição depois de três tentativas – foi vitorioso na quarta. Venceu justamente a que não queria, aquela em que impôs mil condições ao PT. Ele disse que só aceitaria se não o aborrecessem quando ele falasse com banqueiro, quando falasse com empresário, se não o aborrecessem quando fosse contratar Duda Mendonça. Ou seja, sabem qual o grande defeito do Presidente Lula? É que ele está conspurcando a sua própria biografia, está se desmoralizando literalmente, porque ele quer demais ser Presidente da República e quem quer de-

mais – a História do Brasil mostra – não consegue. Tem que querer moderadamente e deixar o destino trabalhar um pouco. No caso dele, ele está atrapalhando o destino do povo brasileiro e está tão ávido que vai ser desmascarado pelos próximos momentos que o Brasil vai viver. Quanto ao aeroporto, ele não tem nem o Presidente Médici, que já morreu, para questioná-lo. Ele vai dizer que é dele mesmo e pronto.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador José Agripino, o Presidente da República – tenho que reconhecer – transforma tempo ruim em ensolarado, notícia ruim em fato positivo, está vivendo uma festa. No meio da empolgação em Parnaíba, ele disse o seguinte: “Vou cobrar dos meus companheiros do PT. Fizeram uma maldade comigo. Até agora só me trouxeram ao Piauí para ver coisa ruim”. Aí citou, de maneira injusta, as cidades de Floriano, Oeiras e Picos, situadas em outra região do Estado.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Heráclito, apresentei um voto de desagravo a essas cidades que foram injuriadas pelo Presidente da República, em homenagem a V. Ex^a, ao Senador Mão Santa, ao Senador Alberto Silva e ao povo do Piauí.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a.

Mas, Senador José Agripino, para que agredir três cidades que, inclusive, deram a ele maioria na eleição presidencial e que bem o receberam todas as vezes que lá foi. São cidades produtivas e importantes do nosso Estado e não merecem ser agredidas de maneira gratuita pelo Presidente da República.

Aliás, o Presidente esteve lá, meses antes, para lançar o biodiesel, em parceria com o Grupo Birmann, que atua entre o Rio Grande do Sul e São Paulo. Esteve em Floriano, foi muito bem recebido. O projeto que ele inaugurou não está indo bem, mas este é um assunto de que, tenho certeza, irá tomar conta o Senador Alberto Silva, porque envolve matéria de seu pleno domínio.

Mas, Senador Antonio Carlos, vou finalizar fazendo algo que faço desde que aqui cheguei. Alerto esta Casa mais uma vez: ou o Brasil toma providências sérias com relação ao que vem sendo feito com os fundos de pensão ou ainda vamos chorar muito o ouro derramado.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – A arrogância, a prepotência e a falta de satisfação com relação ao dinheiro do aposentado brasileiro é uma coisa vergonhosa! E fica por isso mesmo! O Senador Antonio Carlos fez um pronunciamento, e eu, em seguida, o aparteei. Ao chegar ao meu gabinete, já

chegavam *e-mails* de aposentados que não dormem, preocupados com a malversação do recurso público que vem sendo feita no País.

Pois não, Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a está se referindo a uma reportagem sobre a passagem do Presidente Lula pelo querido Estado do Piauí e tecendo comentários sobre as intempestividades verbais de Sua Excelência. Sabe o que mais me preocupa no Presidente Lula? Essa mania dele de querer se equipara a JK traduz, como diz o Senador Arthur Virgílio aqui ao meu lado, uma espécie de delírio, porque o Lula verdadeiro é aquele que solta a frase que estava no jornal **Folha de S.Paulo** de ontem. É mais ou menos o seguinte: “o Presidente da República não tem obrigação de saber tudo, de conhecer tudo. Basta que lhe cheguem as demandas do povo para ele fazer o que o povo quer”. Está perfeito, pela vontade do povo. Mas um Presidente da República tem que ter a noção de perspectiva de futuro, e perspectiva de futuro envolve risco, que foi o que JK enfrentou. JK pegou uma briga com a Oposição para fazer muito do que fez. Ele arriscava a sua perspectiva eleitoral. Ele não jogava no “tudo pelo eleitoral, não”. Para fazer Brasília, ele brigou com a velha UDN. Para fazer isso, aquilo e aquilo outro, ele criou conflitos políticos perigosos para a sua permanência na vida pública, mas ele fez. Lula, não. Lula, se é para entrar em conflito que redonda em perda eleitoral, pára a reforma tributária. Pára. Não move mais a reforma tributária. Interessa ao País? Interessa. Mas se há perda eleitoral, pára. Quanto à reforma sindical e trabalhista, é polêmica? Pouco importa se ele prometeu. Pouco importa se ele prometeu. É melhor ele ir lá inaugurar um aeroporto. É muito mais cômodo, é muito mais tranquilo. Agora, vai lá e fala as bobagens.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Já existente, porque, pelo menos, não tem escândalo.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – É verdade. É verdade. Então, quero me congratular com V. Ex^a, com este relato que faz da passagem dele e acrescentar essas minhas considerações e preocupações, que são considerações e preocupações de um brasileiro que procura um mínimo de lucidez, que procura fazer as análises as mais rasteiras, as mais fáceis, para a compreensão de nós todos e daqueles que nos ouvem e vêem pela TV Senado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Renan Calheiros, é muito bom que V. Ex^a esteja presidindo a Mesa nesta hora. Há três meses, pouco mais, pouco menos, fiz apelo a vários companheiros, inclusive a V. Ex^a, no sentido de que não permitisse a autoconvocação do Congresso, porque era uma jogada

do Governo para colocar esta Casa contra o povo brasileiro. Voto vencido. V. Ex^a, cheio de boas intenções, o Governo, sem nenhuma boa intenção, feita a convocação, emperrou a pauta. Não andamos, e mandou matérias impróprias, inclusive aumentando o número de Parlamentares na Câmara, para criar o desgaste desta Casa com a opinião pública.

Estou abrindo agora matérias que serão manchetes nos jornais de amanhã. Uma delas diz que, com a ajuda de V. Ex^a, as CPIs serão prorrogadas.

Faço este apelo a V. Ex^a: em nome da preservação desta Casa, encerrar CPI sem apuração desses fatos novos é jogar esta Casa contra a opinião pública.

Vamos ser acusados, Senador Antonio Carlos, sem direito de defesa, de termos participado de chavos, de “acordões” e de outras coisas mais.

Essas CPI, com os fatos que apareceram e que com certeza vão parecer no decorrer dos próximos dias, exigem de todos nós, Senador José Agripino, Senador Arthur Virgílio, Líderes responsáveis desta Casa, que não entremos no período eleitoral sem que esse assunto tenha sido esclarecido. Os fatos são graves. Haverá hoje o depoimento de um diretor de investimentos da Nucleos, que acrescenta dados novos. Os fatos estão vindo, e é preciso, Senador Tuma, que essas duas CPI sejam prorrogadas, para que se esgotem essas denúncias.

Concedo o aparte ao Senador Antonio Carlos com o maior prazer.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a tem absoluta razão. Sou favorável a que tomemos as assinaturas dos representantes dos nossos Partidos, PFL, PDT e PSDB e de todos os partidos que estão conosco na luta pela moralização do País, porque muita coisa, como V. Ex^a está dizendo, ainda vai aparecer, e os ladrões públicos vão se desmoralizar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Portanto, Sr. Presidente, a minha satisfação em ver em noticiário de fim de tarde declarações atribuídas a V. Ex^a, que espero sejam confirmadas, para que possamos ter, por meio da prorrogação das CPIs, a investigação desses fatos até o fim.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Heráclito Fortes, antes que V. Ex^a deixe a tribuna, quero só dizer ao Plenário o que acabei de dizer à imprensa. Estávamos tratando evidentemente de um outro assunto e veio à baila essa pergunta sobre a continuidade ou não das Comissões Parlamentares de Inquérito. Eu disse exatamente o que disse das vezes anteriores, que isso é uma questão regimental.

Se houver um número mínimo de assinaturas pedindo a prorrogação das Comissões Parlamentares de Inquérito ou mesmo a criação de outras Comissões Parlamentares de Inquérito, não nos compete fazer

outra coisa senão dar seqüência àquilo que o Regimento manda.

Foi isso que demonstramos na primeira CPI, na segunda, na terceira. Se for necessário prorrogar, faremos isso com a maior naturalidade, com a maior satisfação.

Concordo com V. Ex^a. A única coisa que não pode deixar de existir são essas respostas que a sociedade continua a cobrar de todos nós. Essas respostas precisam ser dadas. O Congresso vai se reafirmar por elas. No que depender de mim, já o demonstrei quando quiseram paralisar a CPI dos Correios. Quando dependia de uma decisão da Mesa, eu mantive a CPI dos Correios.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Quando disseram que os Líderes não iriam indicar, eu disse que, se os Líderes não indicassem, eu indicaria. Alguns Líderes não indicaram, e eu indiquei os membros das Comissões, da mesma forma que, com um número mínimo de assinaturas na minha mão, se for decisão da Casa, de acordo com o Regimento, prorrogar, não tenha dúvida alguma, absolutamente dúvida alguma, de que as CPIs serão prorrogadas.

Não tenho outra coisa a fazer senão manter essa isenção que exatamente tem possibilitado a condução dos nossos trabalhos. Foi o que disse à imprensa e reafirmo agora.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a. Tenho certeza de que, se depender de V. Ex^a, essas CPIs serão prorrogadas, o que é bom para o País.

Vemos, por exemplo, Senador Arthur Virgílio, de repente, envolvido – quero crer de maneira injusta – um apresentador de televisão de renome nacional, o Ratinho. Penso que ele deve vir aqui esclarecer se está sendo caluniado ou não, se o nome dele está sendo envolvido ou não. Esta Casa não pode permitir que o nome de um cidadão público seja enlameado sem direito de defesa, sem poder vir aqui explicar se foi vítima ou confessar que participou.

Mas a essas coisas temos de dar clareza, para que, Sr. Presidente, não se vá para essa eleição com a cueca do Ceará suja. O Governo não vai pensar que vai entrar nessa campanha sem limpar aquela cueca, Senador Arthur Virgílio. De repente, escondeu-se aqui. “Ah, o dono do ‘cucômetro’ tem prestígio, fez a limpeza do Palácio da Alvorada”. Ele pode ter feito a limpeza do que queira, mas se esqueceu, no seu quintal, de uma cueca suja. E ninguém enfrenta, nessas circunstâncias, o povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio. Em seguida, darei a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu talvez não consiga ser tão otimista quanto o Senador Heráclito, porque o material que sujava aquela cueca não é necessariamente biodegradável. Logo, é preciso mesmo a ação da CPI para que seja passado a limpo o episódio.

Mas, Sr. Presidente, a nossa posição mesmo em relação à CPI dos Bingos – não há dificuldade – é amanhã mesmo começar a coleta das assinaturas, para nós, no Senado, colocarmos, nos dois casos, mais do que 27 assinaturas. Falta ver, na questão da CPI Mista, se vão conseguir número na Câmara. Eu espero que sim. De qualquer maneira, a impressão que eu tenho é a de que se o Deputado Osmar Serraglio declarar que está sendo boicotado, por quem quer que seja, hoje em dia, com a autoridade que ele reuniu, com a decência com que ele tem se comportado, não há hipótese de funcionar uma maioria automática do tipo: vamos barrar a CPI porque somos maioria. Nada. Acabam mesmo percebendo que a Nação fala mais alto do que essas maiorias aritméticas.

Sr. Presidente, V. Ex^a não presidia a sessão no momento em que o Senador José Agripino foi à tribuna para, com toda a justeza e com mais do que justa indignação, se reportar ao episódio da medida provisória das florestas. Ele, que foi o Relator, dizia dos acordos que costuramos aqui. Eu próprio lembrei a ele, em aparte, do empenho que pessoalmente tive por entender que a matéria em gênero era boa para a minha região, para a Amazônia.

Muito bem, fizeram conosco certos acordos que prestigiavam o Senado. Não nos disseram que o Presidente poderia vetar. Se nos dissessem, teríamos adiado a votação da matéria. O Presidente, depois, vai e veta. Ou seja, descobriram uma nova forma de trambique político. Primeiro, finge que concorda; depois, o Presidente veta. Mas eles estão contando com algo que sei que não encontrará eco na decisão de V. Ex^a. Estão contando que fique para as colendas a votação dos vetos.

Daí a minha reivindicação neste momento: que V. Ex^a convoque uma sessão para apreciarmos os

vetos. Deixar o Congresso Nacional livre em relação, por exemplo, a esta matéria, opinar se quer ou não as inovações que o Senado colocou, prestigiando o Congresso, ou se quer prestigiar o veto do Presidente da República. E tem dezenas de outros que estão dormindo nas gavetas. É a reivindicação que faço, em nome do meu Partido e na certeza de que V. Ex^a será sensível: nós fecharmos o círculo para que ele não fique vicioso e vire virtuoso.

O Senado faz um acordo, o Governo faz uma molequeira: não cumpre o acordo. O Presidente veta e se homizia na idéia de que o veto não será votado. Queremos dizer para ele que não dá para ele se homiziar em lugar nenhum e nem no veto, porque queremos saber do Congresso, agora, o que o Congresso pensa do veto que ele apôs à matéria que nós aqui aprovamos. Se o Congresso resolver manter, muito bem, fica mantido. Se o Congresso resolver não manter, cai o veto e volta a prevalecer a vontade – acordada conosco pelo Governo – soberana do Senado Federal, representando nitidamente o prestigiamento do Congresso como um todo. Portanto, fica aqui o meu apelo para que nós façamos uma sessão de vetos, com toda a urgência, para sabermos o que pensa o Congresso e para mostrarmos ao Presidente que ele não tem todo o poder.

Ele andou, outro dia, inaugurando um aeroporto que tinha sido construído por Médici. Eu não sei, Senador José Agripino, se ele não está confundindo a coisa. Ele não é o Médici. O Médici podia cassar, prender, arrebentar, matar, fazer tudo. Ele não é o Médici. Ele não tem Ato nº 5 a sua disposição, ele não tem as enxovias fechadas para a imprensa.

Ele fica às vezes delirando que é o JK. Isso até não é ruim. Mas quer delirar, depois, que é o Médici. Inaugura o aeroporto do Médici e deve imaginar que está ao abrigo, como o Médici estava, do nosso julgamento, do crivo da imprensa e da exigência da sociedade. Então, que ele se submeta ao Congresso. E que o Congresso diga o que pensa do veto dele.

Eu me curvarei, como democrata que sou, à vontade do Congresso, se o Congresso tiver uma vontade, na sua média, diferente da minha, que é de derrubar o veto dele. Mas que ele não fuja por essa tangente do veto, e se submeta ao Congresso. Daí o apelo que faço a V. Ex^a para que convoque uma sessão de vetos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a intervenção de V. Ex^a e assumo publicamente o compromisso, como, aliás, fiz das vezes anteriores, para que tenhamos uma reunião de Líderes, a fim de, o mais rapidamente possível, convocarmos o Congresso Nacional para apreciar alguns vetos; se possível, todos os vetos.

Se houver a possibilidade de chegarmos a um consenso com relação aos vetos apreciados, melhor. Se não, vamos distribuir aquela cédula com os vetos todos, mas o Congresso estará cumprindo o seu papel.

O mesmo fizemos hoje com relação à verticalização. Conversamos com alguns Líderes partidários, ouvi alguns Senadores, o Presidente da Câmara também, e marcamos para quarta-feira, às 11 horas e 30 minutos, a sessão do Congresso Nacional, a fim de promulgarmos a Emenda à Constituição que proíbe a verticalização.

Nesse episódio todo, fiz questão de lembrar, trabalhei como bombeiro. Não declaramos, absolutamente, guerra a ninguém. Vou continuar cumprindo esse papel, mas como Presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal tenho a obrigação de defender a competência do Congresso de legislar. Se este não puder legislar, o que vai restar ao Congresso Brasileiro?

O que for preciso nós vamos fazer, em uma questão e na outra também, na apreciação dos vetos, para que não se acumulem – conversaremos sobre isso –, e na promulgação do texto da Constituição que trata da mudança com relação às eleições.

Conte com a minha participação, Senador Arthur Virgílio.

Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na tarde de hoje já se falou muito a respeito do drama vivido pelos irmãos do Prefeito assassinado de Santo André, Celso Daniel. Os Srs. João Francisco Daniel e Bruno Daniel e suas famílias estão transferindo residência para o exterior, em uma espécie de auto-exílio, por não se sentirem seguros em território brasileiro.

A imprensa constatou que os irmãos João Francisco e Bruno Daniel foram ameaçados, inclusive com as ameaças se estendendo às suas famílias. É fundamental, diante do ocorrido, que o Estado brasileiro se posicione, que o próprio Chefe da Nação, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assuma a responsabilidade perante o episódio. Temos que definir com clareza o que somos como Nação. Se a lei aqui se impõe e o cidadão possui garantias de que pode exercer a sua liberdade sem ser ameaçado, isso não pode ser alvo de nenhuma contestação. Esse é um ponto precioso e analienável de uma democracia. Regime que só é possível com o respeito integral das liberdades fundamentais. Diferentemente dos regimes ditatoriais e totalitários, nos quais a liberdade é mitigada em nome de uma pretensa segurança, na democracia, a segurança está intimamente associada ao exercício das liberda-

des. Franklin Delano Roosevelt, em um momento de extrema felicidade, afirmou que “quem troca liberdade por um pouco de segurança não merece liberdade e nem consegue segurança”.

Estamos, então, diante desse dilema. Nós que constituímos o Poder Legislativo não podemos nos omitir diante de fato de tal gravidade. Como principal alicerce de um Estado Democrático de Direito, é chegado o momento de cobrarmos uma atitude que salvguarde o direito inalienável da família de Celso Daniel, que foi brutalmente assassinado, de lutar por Justiça e por desvendar o crime que assustou o País.

A CPI dos Bingos se debruçou sobre esse tema, e os elementos existentes apontam que o crime ainda não possui uma solução definitiva. A identificação e a prisão dos autores imediatos do crime não indicam que tudo está esclarecido, pois se vislumbra uma clara intenção por trás da extorsão mediante seqüestro seguido de morte, versão que insistem em sustentar.

Não vou me voltar aqui sobre detalhes desse crime torpe, que chocou o País e que ainda vem levando a Nação a sobressaltos. No entanto, é inegável que existia um esquema de corrupção entranhado na Prefeitura de Santo André e que o Prefeito Celso Daniel se voltou contra esse esquema, um esquema que envolvia pagamento de propina, ameaças, veladas ou diretas, e extorsões.

Estamos aqui também ao lado de outros oradores, como os Senadores José Agripino e Arthur Virgílio, para lamentar o que está acontecendo com a família do ex-Prefeito Celso Daniel e protestar contra isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Garibaldi Alves Filho, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado a V. Ex^a.

Tenho certeza de que será reparada essa tremenda injustiça que se pratica contra os irmãos de Celso Daniel.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – A Senadora Lúcia Vânia enviou discurso à Mesa, para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendida.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, durante os três anos de meu mandato, tenho subido à Tribuna desta Casa, para criticar, aplaudir ou mesmo divergir.

Desde a área social que tem sido carro-chefe de minha vida pública, até à área econômica que, acredito é da maior importância para que se cumpram todos os demais deveres do Estado para com a Nação.

Hoje, Senhor Presidente, trago à reflexão dos senhores parlamentares artigo publicado neste domingo no Jornal do Brasil, de autoria do empresário Antônio Ermírio de Moraes, intitulado “Desperta Brasil”.

O Senhor Antônio Ermírio é um dos empresários brasileiros mais combativos, não só a favor da sua classe, mas, sobretudo a favor do Brasil.

Senti, nas palavras do empresário uma grande desilusão com os rumos que vem tomando nosso país.

Sua maior preocupação relaciona-se à falta de confiança dos investidores sejam internos ou externos.

Segundo ele mesmo afirma, se a inflação controlada, se o mercado consumidor é gigantesco e se a capacidade exportadora é pujante, porque a confiança em nosso país está tão em baixa?

Para o empresário, a baixa confiança na economia brasileira está nas crescentes despesas governamentais, no desequilíbrio das contas fiscais e inchaço dos quadros da máquina pública.

Esta também é uma de minhas maiores preocupações e minha resposta é a mesma dele.

Os investidores – nacionais e estrangeiros descredita num país onde o governo consegue equilibrar suas próprias finanças, onde a máquina pública transformou-se num monstro devorador de impostos e tributos pagos pela população, que não param de crescer.

Em 29 de março do ano passado, ou seja, há cerca de um ano, pronunciei-me exatamente desta Tribuna, a respeito da Medida Provisória 232 de 2004, que aumentava a carga tributária dos prestadores de serviços e dos produtores rurais, e que conseguiu erguer um clamor nacional contra o governo, levando-o a desistir de aprová-la.

Naquele mesmo período, a Imprensa nacional discutia o aumento de gastos do Executivo, que fiz questão de comprovar e comparar com o crescente aumento da carga tributária.

Uma receita que, ao longo do atual governo vem reduzindo e minando o crescimento da economia brasileira.

Enquanto os tributos e impostos têm crescido de maneira vertiginosa, os investimentos têm sido praticamente zero.

Estão aí as estradas federais, em situação quase caótica. A operação tapa buraco do atual governo, traduz uma enorme falta de planejamento e desrespeito a inteligência do brasileiro.

A criminalidade e a violência continuam mantendo a população em estado permanente de vigília e alerta!

Os programas sociais, de cunho assistencialista, se sustentam no marketing, como já ficou comprovado na última semana, com as filas de pessoas carentes tentando se recadastrar para receber o Bolsa Família.

Em seu texto, de excelente abordagem, o empresário Antônio Ermírio de Moraes questiona como o Brasil, uma nação de tantas riquezas, pode crescer apenas mais do que o Haiti, um país destruído e que precisa de ajuda externa para organizar seu governo.

E indaga: o que será da economia brasileira em 2006? Há aqueles que acham que vai melhorar pelos bons efeitos da Copa do Mundo e pelas eleições de outubro.

Mas em 2007 não haverá Copa do Mundo nem eleições!

Termina afirmando que é preciso sanear os grandes ralos dos déficits públicos para gerar a confiança dos investidores, porque “nenhum país pode viver de copas e de eleições”.

Gostaria de encerrar meu pronunciamento, dizendo que existem pessoas que pensam um Brasil forte e desenvolvido.

Podemos começar trabalhando e acenando com um projeto para um Brasil diferente, um Brasil capaz de gerar desenvolvimento, emprego, renda, divisas, bens e serviços, mais confiança e um desempenho capaz de atrair os investimentos como desejam todos aqueles que acreditam em nosso país.

Obrigada, senhor Presidente por esta oportunidade de reproduzir um artigo oportuno e lúcido, deste empresário preocupado com seu país, como é o senhor Antônio Ermírio de Moraes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

REQUERIMENTO Nº 203, DE 2006

Votação, em turno único, do Requerimento nº 203, de 2006, do Senador Alvaro Dias, que requer que sejam solicitadas ao Tribunal de Contas da União informações sobre a adoção das providências relativas à operação tapa-buracos promovida pelo Governo Federal, através do DNIT, com relação à execução de obras sem contratos no Estado do Paraná e em Minas Gerais.

2**REQUERIMENTO Nº 210, DE 2006**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2006, do Senador Antero Paes de Barros, que requer ao Tribunal de Contas da União que seja realizada auditoria sobre a obra do Fórum da Justiça Federal em Mato Grosso, dirigida pelo Sr. Julier Sebastião da Silva.

3**REQUERIMENTO Nº 211, DE 2006**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 211, de 2006, do Senador Antero Paes de Barros, que requer ao Tribunal de Contas da União que seja realizada auditoria sobre o Fórum da Justiça Federal em Mato Grosso, dirigido pelo Sr. Julier Sebastião da Silva, a respeito de publicação de revista autopromocional relativa à inauguração do Fórum 8 de abril, na cidade de Cuiabá.

4**REQUERIMENTO Nº 213, DE 2006**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 213, de 2006, do Senador Jonas Pinheiro, que requer informações ao Tribunal de Contas da União sobre a adoção das providências relativas à operação tapa-buracos promovida pelo Governo Federal por intermédio do DNIT, com relação a execução de obras no Estado de Mato Grosso.

5**REQUERIMENTO Nº 217, de 2006**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 217, de 2006, da Senadora Serys Slhessarenko, que requer informações ao Tribunal de Contas da União referente à existência de procedimentos de fiscalização, auditorias ou inspeções realizadas em relação aos gastos do Ministério das Relações Exteriores com a manutenção de representações brasileiras no exterior, no período de 1994 a 2002.

ORDEM DO DIA**1****PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2006**

(Proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005), que *altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de re-*

ursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; 9.074, de 7 de julho de 1995, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81-A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 5.989, de 17 de dezembro de 1973; 9.888, de 8 de dezembro de 1999; 10.768, de 19 de novembro de 2003; 11.094, de 13 de janeiro de 2005; e 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências.

Relatora revisora: Senadora Fátima Cleide.

Prazo final: 13-4-2006

2**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 270, de 2005**

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 270, de 2005, que *abre crédito extraordinário, em favor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Presidência da República, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de oitocentos e vinte e cinco milhões, novecentos e oito mil, novecentos e sessenta e oito reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor: Senador Tião Viana.

Prazo final: 14-4-2006

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 271, DE 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 271, de 2005, que *autoriza a União a prestar auxílio financeiro complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País.*

Relator revisor: Senador Wellington Salgado Oliveira.

Prazo final: 25-4-2006

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2006

*(Proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005), que *altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social; 10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do INSS, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, que institui a Gratificação Específica do Seguro Social – GESS; 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais; e fixa critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial – GDAMP.*

Relator revisor: Senador Sérgio Guerra.
Prazo final: 25-4-2006

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2006

*Proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2006 (proveniente

da Medida Provisória nº 273, de 2005), que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quinhentos e dezesseis milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor: Senador João Ribeiro.

Prazo final: 26.4.2006

6

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2006

*(Proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005), que *acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação; revoga o art. 3º da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001; e dá outras providências.*

Relator revisor:

Prazo final: 28-4-2006

7

**SUBSTITUTIVO À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2006

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, que *altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de*

peças para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro.

9

REQUERIMENTO Nº 1.355, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.355, de 2005, do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito de operações financeiras eventualmente efetuadas entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com a empresa controladora do empreendimento *Beach Park*, localizado em Porto de Dunas, Ceará, ou com qualquer das empresas controladas por ela.

Parecer favorável, sob nº 162, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 20 minutos.)

(O.S.: 11119/2006)

Ata da 11ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 7 de março de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Papaléo Paes, Rodolpho Tourinho,
Roberto Saturnino, Augusto Botelho, Mozarildo Cavalcanti e Flávio Arns

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES

AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:



Senado Federal

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 7/3/2006 07:42:22 até 7/3/2006 21:30:01

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X		PFL	PE	JOSE JORGE	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X		PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X		PSDB	MS	JUVÊNIO DA FONSECA	X	
PMDB	RO	AMIR LANDO	X		PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X		PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	X		PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X		PSDB	CE	LUIZ PONTES	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X		Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X		PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X		PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X		PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X		PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X		PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X		PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X		PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X		PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X		Bloco-PSB	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X		PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X		Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X		PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X		PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X		PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
-	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X		PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X		PFL	SP	ROMÉU TUMA	X	
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X		PFL	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X		PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X		PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X		Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X		Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X		PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X		PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	X	
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X		Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X		PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X		PTB	DF	VALMIR AMARAL	X	
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X		PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						

Compareceram: 73 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 73 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 231, DE 2006

Senhor Presidente,

Na forma do disposto no Art. 258, do Regimento Interno, requeremos a tramitação conjunta dos Projetos PLS nºs 182/2003, PLS 352/2004, PLS 370/2005 e PLC 35/2000, com os Projetos PLS 242/2003, PLS 308/2003 e PLS 355/2003, que já tramitam em conjunto, por versarem sobre matérias semelhantes.

Sala das Sessões, 7 de março de 2006. – Senador **Marco Maciel**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento será publicado e posteriormente incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, inciso II, alínea “c”, Item VIII, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, mensagem que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lida a seguinte:

LUIZ PAULO TELES FERREIRA BARRETO
Nascido no Rio de Janeiro, em 19 de janeiro de 1964,

DADOS PESSOAIS

Filiação: Luiz Ferreira Barreto e Paulina Teles Lobo Ferreira Barreto
 RG: 750.249 – SSP/DF
 OAB: 22404 – DF
 CPF: 318800881-34

CARGO ATUAL

- Secretário-Executivo do Ministério da Justiça, 2003 até a presente data.
 - Assiste ao Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério e das entidades a ele vinculadas;

MENSAGEM DO
PRESIDENTE DA REPÚBLICA

– Nº 97, de 2006, (nº 120/2006, a origem), de 23 de fevereiro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2005 (nº 4.309/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a doar cinco aeronaves C-91-A à Força Aérea Equatoriana, sancionado e transformado na Lei nº 11.283, de 23 de fevereiro de 2006.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Será encaminhado à Câmara dos Deputados o exemplar do autógrafo do projeto sancionado.

O projeto vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, mensagem que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 98, DE 2006

(nº 134, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 123 da Constituição, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Doutor Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Antônio Carlos de Nogueira.

Brasília, 6 de março de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

LUIZ PAULO TELES FERREIRA BARRETO
Nascido no Rio de Janeiro, em 19 de janeiro de 1964,

DADOS PESSOAIS

Filiação: Luiz Ferreira Barreto e Paulina Teles Lobo Ferreira Barreto
RG: 750.249 – SSP/DF
OAB: 22404 – DF
CPF: 318800881-34

CARGO ATUAL

- Secretário-Executivo do Ministério da Justiça, 2003 até a presente data.
 - Assiste ao Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério e das entidades a ele vinculadas;
 - Supervisiona e coordena as atividades de organização e modernização administrativa, bem como as relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos e de serviços gerais, no âmbito do Ministério;
 - Auxilia o Ministro de Estado na definição de diretrizes e na implementação das ações da área de competência do Ministério;
 - Representa o órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISIP, de Serviços Gerais - SISG, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Contabilidade Federal e de Administração Financeira Federal, por intermédio da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração a ela subordinada.
 - Exerce a função de Ministro de Estado da Justiça Interino, de 2003 até a presente data, quando de ausências do titular da Pasta, já tendo respondido pelo Ministério da Justiça nos períodos de 06/09/2004 a 10/09/2004; 02/01/2005 a 14/01/2005; 17/05/2005 a 20/05/2005; 23/05/2005 a 27/05/2005; 05/09/2005 a 06/09/05; 13/10/2005 a 14/10/2005 e 26/12/2005 a 13/01/2006.

FUNÇÕES GOVERNAMENTAIS ATUAIS

- Presidente do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual, desde 2004;

- ❑ **Membro Suplente do Ministro de Estado da Justiça no Conselho de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CREDEN, da Presidência da República, desde 2003;**
- ❑ **Presidente do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública – CGFNPS, desde 2003;**
- ❑ **Presidente do Comitê Nacional para os Refugiados, desde 2002;**
- ❑ **Coordenação Nacional dos Trabalhos para Implantação da norma ISPS Code - Norma Internacional de Segurança Portuária, desde 2003.**

CARGOS GOVERNAMENTAIS ANTERIORES

- ❑ **Secretário Nacional de Justiça Substituto, 1997 – 2002**
 - **Elaborou, avaliou e negociou acordos internacionais bilaterais e multilaterais relativos a transferência de apenados, extradição e cooperação jurídica e judiciária internacional;**
 - **Elaborou, avaliou e negociou acordos internacionais multilaterais no âmbito do Mercosul, nas áreas de segurança pública, integração regional e justiça;**
 - **Avaliou e negociou Convenções e Acordos no âmbito das Nações Unidas, notadamente Tribunal Penal Internacional e Convenção de Palermo sobre Combate ao Crime Organizado Transnacional;**
 - **Atuou como representante do Ministério da Justiça em reuniões da Organização dos Estados Americanos – OEA sobre temas migratórios, de segurança pública, terrorismo, tráfico de drogas, tráfico de armas e cooperação judiciária.**
- ❑ **Diretor do Departamento de Estrangeiros, 1994 – 2002**
 - **Emitiu pareceres em processos e apartados sobre naturalização, opção de nacionalidade, igualdade de direitos civis e políticos, perda e reaquisição da nacionalidade brasileira e regime jurídico de estrangeiros;**
 - **Emitiu pareceres em projetos de lei e de emendas constitucionais relativos à nacionalidade, naturalização, opção de nacionalidade, direitos civis e políticos, perda e reaquisição da nacionalidade brasileira, regime jurídico de estrangeiros e execuções penais, dentre outros;**
 - **Emitiu pareceres e encaminhou processos relativos a medidas compulsórias de expulsão, extradição e deportação;**

- Instruiu processos relativos à transferência de presos para cumprimento de pena no país de origem, a partir de acordos dos quais o Brasil é parte;
 - Instruiu processos de reconhecimento da condição de refugiado e de asilo político.
- **Chefe da Divisão de Permanência de Estrangeiros, 1991 – 1994**
- Orientou, instruiu, analisou, emitiu pareceres e decidiu processos relativos à transformação de vistos, permanência definitiva, asilo político e prorrogação do prazo de estada de estrangeiros no país e aplicação da Lei nº 6.815/80.
- **Chefe da Divisão de Nacionalidade e Naturalização, 1990 – 1991**
- Controlou, orientou e executou atividades relativas à instrução de processos de perda da nacionalidade brasileira e dos direitos políticos;
 - Analisou processos referentes à revogação de decreto ou portaria de perda e reaquisição da nacionalidade brasileira e dos direitos políticos;
 - Decidiu quanto ao reconhecimento de igualdade de direitos e obrigações civis e/ou gozo dos direitos políticos;
 - Decidiu sobre alteração assentamentos dos estrangeiros, naturalização, segunda via do certificado de naturalização e/ou igualdade;
 - Controlou, orientou e executou atividades relativas à instrução de processos de naturalização;
 - Emitiu pareceres em processos de naturalização;
 - Recebeu, instruiu, analisou e controlou processos relativos à naturalização.
- **Chefe da Divisão de Naturalização, 1998 – 1990**
- Controlou, orientou e executou atividades relativas à instrução de processos de naturalização;
 - Emitiu pareceres em processos de naturalização;
 - Recebeu, instruiu, analisou e controlou processos relativos à aquisição da nacionalidade brasileira por naturalização.

□ **Chefe da Divisão de Nacionalidade, 1986 – 1988**

- Controlou, orientou e executou atividades relativas à instrução de processos de perda da nacionalidade brasileira e dos direitos políticos;
- Analisou processos referentes à revogação de decreto ou portaria de perda e reaquisição da nacionalidade brasileira e dos direitos políticos;
- Reconheceu a igualdade de direitos e obrigações civis e/ou gozo dos direitos políticos;
- Decidiu sobre alteração assentamentos dos estrangeiros, naturalização, segunda via do certificado de naturalização e/ou igualdade.

FUNÇÕES GOVERNAMENTAIS ANTERIORES

- Membro do Conselho Nacional de Imigração;
- Membro do Comitê Nacional para os Refugiados;
- Membro do Conselho Nacional de Populações.

FORMAÇÕES ACADÊMICAS

- Bacharel em Ciências Econômicas, CEUB/DF, 1986
- Bacharel em Direito, CEUB/DF, 1992

PRINCIPAIS PALESTRAS PROFERIDAS

□ **DIREITO HUMANOS E REFUGIADOS**

- Caracas, Venezuela – 1993, sobre a Convenção de 1951 e a proteção internacional às vítimas de perseguição e situações de emergência;
- Buenos Aires, Argentina – 1995, palestra sobre “A Proteção Jurídica Internacional aos Refugiados”;

- Rio de Janeiro, Brasil – 1995, palestra “Aplicação Interna do Direito Internacional dos Refugiados”;
- Buenos Aires, Argentina – 1996, palestra sobre “A proteção Internacional aos Refugiados”, em seminário promovido pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados;
- Recife, Pernambuco – 1996, palestra “Aplicação Interna do Direito Internacional dos Refugiados”, em seminário promovido pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados;
- São Paulo, São Paulo – 1997, palestra no Seminário “Refugiados: Direitos sem Fronteiras”, organizado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, pela Seção Brasileira da Anistia Internacional e pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo;
- São Paulo, São Paulo – 1997, palestra no Seminário “A Proteção dos Refugiados à Luz da Lei nº 9.474/97”, organizado pelo Ministério da Justiça e pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados;
- Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – 1997, palestra no Seminário “A Proteção dos Refugiados à Luz da Lei nº 9.474/97”, organizado pelo Ministério da Justiça e pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados;
- Rio de Janeiro, Brasil - 1998, palestra sobre “Vulnerabilidade de Populações em Risco”;
- Rio de Janeiro, Brasil - 2000, junto à Cáritas Arquidiocesana e membros de ONGs estrangeiras, sobre “Direito de Asilo e Refúgio”;
- Porto Alegre, Brasil - 2000, no seminário “Porto Alegre Solidária”, realizado pela Câmara Municipal;
- Brasília, Brasil – 2000, no Primeiro Seminário Internacional sobre o Tráfico de Seres Humanos, promovido pelo Programa das Nações Unidas para o Controle Internacional de Drogas – UNDCP;
- Brasília, Brasil - 2001, no Seminário Internacional sobre Refugiados, organizado com as Nações Unidas;
- Rio de Janeiro, Brasil - 2001, junto à autoridades brasileiras e estrangeiras responsáveis pelo tema do Asilo e do Refúgio;
- Brasília, Brasil - 2001, na Jornada de Direito Internacional do Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, sobre “O cinquentenário do Alto Comissariado das Nações Unidas Para os Refugiados e da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados”;

- **Brasília, Brasil - 2001, seminário “Refugiados” – Instituto Rio Branco;**
- **Brasília, Brasil - 2002, no seminário “Direitos Humanos: Proteção Internacional da Pessoa Humana”, na Universidade de Brasília - UnB;**
- **Buenos Aires, Argentina - 2002, no seminário “O Direito Internacional dos Refugiados e o Mercosul”;**
- **Brasília, Brasil - 2002, no seminário “Ensino de Proteção a Refugiados” – Academia de Polícia Federal - ANP;**
- **Brasília, Brasil - 2002, no seminário “Direitos Humanos: Reagindo ao Esquecimento”, na Universidade de Brasília - UnB;**
- **Brasília, Brasil - 2003, palestra “A Proteção Internacional aos Refugiados”- Universidade Católica de Brasília;**
- **Brasília, Brasil - 2003, seminário “O Quotidiano dos Direitos Humanos” - palestra “Os Direitos Humanos dos Refugiados” - Centro Universitário de Brasília;**
- **Santos, Brasil - 2003, palestra “Os Refugiados no Brasil e no Mundo”, na Universidade de Santos, São Paulo;**
- **Brasília, Brasil - 2003, palestra no evento de assinatura de acordo entre o Centro Universitário de Brasília e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, no Centro Universitário de Brasília;**
- **Brasília, Brasil - 2004, Seminário Internacional – Acordos e Compromissos com a Promoção da Igualdade Racial e Combate a todas as Formas de Discriminação;**
- **Brasília, Brasil - 2004, Palestra sobre Direito Internacional dos Refugiados, no Secretariado Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB;**
- **São Paulo, Brasil - 2004, Palestra Sobre Direito Internacional dos Refugiados – Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP;**
- **Brasília, Brasil - 2005, Exposição sobre o Programa Brasileiro para Refugiados;**
- **Quito, Equador – 2006, Exposição sobre o Programa Brasileiro de Reassentamento de Refugiados, no 1º Encontro Sobre Reassentamento Solidário nas Américas, promovido pelas Nações Unidas.**

□ DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E MIGRAÇÕES

- Recife, Brasil - 1996, junto à Polícia Federal sobre Direito dos Estrangeiros;
- São Paulo, Brasil - 1997, junto à Polícia Federal sobre Imigração;
- São Paulo, Brasil - 1997, junto a empresas multinacionais sobre normas para trabalho, investimento e imigração no Brasil;
- Rio de Janeiro, Brasil - 1997, junto à Polícia Federal sobre Imigração;
- Brasília, Brasil - 1997, junto à Interpol sobre Cooperação Internacional e Imigração;
- Brasília, Brasil - 1997, palestra sobre “Processos Estrangeiros” na Academia Nacional de Polícia Federal, no Encontro Nacional dos Chefes de Polícia Marítima Aérea e de Fronteiras;
- Brasília, Brasil - 1997, palestra sobre “A Atuação do Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça”, no “I Encontro dos Representantes Regionais do Escritório Central Nacional da Interpol”;
- Buenos Aires, Argentina - 1998, sobre temas migratórios e de integração;
- Rio de Janeiro, Brasil - 1999, junto à Polícia Federal sobre Imigração;
- São Paulo, Brasil - 1999, junto à Polícia Federal sobre Imigração;
- São Paulo, Brasil - 2000, no seminário Internacional “Políticas Migratórias”, realizado pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, em parceria com o Instituto de Estudos Econômicos, Políticos e Sociais de São Paulo;
- Brasília, Brasil - 2000, no Seminário Internacional sobre Migrações Internacionais – Contribuições para Políticas Brasil 2000;
- Brasília, Brasil - 2001, Seminário “Tráfico Internacional de Imigrantes”, organizado pelo Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios;
- Brasília, Brasil - 2001, no Seminário “A Mão-de-Obra Estrangeira no Brasil”, organizado pela Câmara Americana de Comércio - AMCHAM;
- São Paulo, Brasil - 2001, junto à Câmara de Comércio Brasil – Alemanha, sobre Investimento de Capital Externo no Brasil e normas migratórias;

- São Paulo, Brasil - 2001, no Colóquio sobre Políticas de Migrações e o Futuro dos Direitos Humanos no Século XXI, junto ao Departamento de Direito Privado da UNESP – Universidade Estadual de São Paulo, Campus de Franca/SP;
- Brasília, Brasil - 2001, no Seminário “O Futuro do Direito Internacional”, organizado pela Universidade Católica;
- Brasília, Brasil - 2001, seminário realizado na Câmara Americana de Comércio – AMCHAM, sobre Imigração;
- São Paulo, Brasil - 2001, no seminário sobre “Vistos temporários de Trabalho”, junto à Câmara de Comércio Brasil-Alemanha;
- São Paulo, Brasil - 2002, no seminário sobre “Vistos de Trabalho para Estrangeiros no Brasil”, junto à Câmara de Comércio Brasil-Alemanha;
- Brasília, Brasil – 2002, no seminário “A mão-de-obra Estrangeira no Brasil, junto à Câmara de Comércio Brasil – Estados Unidos;
- São Paulo, Brasil - 2002, no seminário “O Trabalho do Estrangeiro no Brasil”, promovido pela Câmara de Comércio Brasil – França;
- Brasília, Brasil – 2003, no Seminário de Estudo “Migrações: Exclusão ou Cidadania”, promovido pelo Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios;
- Brasília, Brasil - 2004, Palestra às empresas de petróleo sobre lei de imigração e trabalho de estrangeiros no Brasil;
- Brasília, Brasil - 2004, Palestra sobre Segurança Jurídica para Desenvolvimento Econômico - Relações Internacionais e Acordos Internacionais – Tribunal de Contas da União -TCU;
- Brasília, Brasil - 2004, palestra na abertura do Seminário “ A mão-de-obra Estrangeira no Brasil IV” – Câmara Americana de Comércio de Brasília;
- São Paulo, Brasil - 2005, palestra sobre Migrações no Seminário no Congresso IASFM – PUC;
- São Paulo, Brasil - 2005, palestra “A Nova Lei de Imigração e o Direito dos Estrangeiros”, na Câmara de Comércio Brasil - Alemanha;
- São Paulo, Brasil - 2005, palestra “Nova Lei de Imigração e o Direito dos Estrangeiros” - Câmara Americana de Comércio – AMCHAM.
- Bagé, Rio Grande do Sul – 2006, palestras “A importância do Fortalecimento do Mercosul e O Anteprojeto da Nova Lei de Imigração e Naturalização do Brasil” ,

no Seminário Internacional sobre Migração e Turismo para agentes públicos de fronteiras.

□ **COMBATE AO CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL E COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL**

- Bahia, Brasil - 1998, junto à Interpol, sobre Cooperação Internacional, Crime Transnacional Organizado e Imigração;
- Rio de Janeiro, Brasil - 1999, na OAB/RJ, sobre Cooperação Judiciária Internacional;
- Rio de Janeiro, Brasil - 2000, no Encontro Nacional sobre Prevenção ao Crime: “O Brasil e as Nações Unidas em busca de alternativas, cooperação judiciária e o combate ao crime transnacional organizado”.
- São Paulo, Brasil - 2001, no seminário sobre “Tratados Internacionais e Cooperação Judiciária Internacional”, promovido pela Associação dos Juizes Federais do Brasil;
- Rio de Janeiro, Brasil - 2001, no Seminário Sobre Cooperação Judiciária Internacional – Brasil – Estados Unidos, para juízes, procuradores e delegados de polícia federal;
- São Paulo, Brasil - 2001, no Seminário Sobre Cooperação Judiciária Internacional – Brasil – Estados Unidos, para juízes, procuradores e delegados de polícia federal;
- Brasília, Brasil - 2001, no Seminário Sobre Cooperação Judiciária Internacional – Brasil – Estados Unidos, para juízes, procuradores e delegados de polícia federal;
- Recife, Brasil - 2002, no Seminário sobre “Tráfico de Seres Humanos”;
- Brasília, Brasil - 2002, no Seminário Internacional sobre Tráfico de Pessoas, Brasília;
- Brasília, Brasil - 2004, Palestra aos Diplomatas formandos sobre Cooperação Judiciária Internacional em Matéria Penal e Extradicação, no Instituto Rio Branco;
- Brasília, Brasil - 2005, pronunciamento sobre Cooperação Judiciária e Jurídica em Matéria Penal – II Reunião de Autoridades Centrais em Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal e Extradicação da OEA;

- Brasília, Brasil - 2005, palestra no Curso de Formação de Analistas de Inteligência, na Escola de Inteligência da ABIN, sobre o tema “Atribuições do Ministério da Justiça no Combate ao Crime Organizado”;
- Brasília, Brasil - 2005, Seminário Internacional “A Atividade de Inteligência e os Desafios Contemporâneos”, sobre o tema : “Atividade de Inteligência e Limites Legais”.

□ SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE À CRIMINALIDADE

- Brasília, Brasil - 2003, palestra sobre “O Ministério da Justiça e a Segurança Pública”, na Agência Brasileira de Inteligência - ABIN;
- Washington, Estados Unidos - 2004, Representando o Brasil em Conferência da OEA sobre ‘Tráfico de Armas Leves – chefe da delegação;
- Brasília, Brasil - 2004, palestra Magna sobre Segurança Pública e Direito Penal – UNIEURO;
- Brasília, Brasil - 2004, palestra na Abertura da I Conferência Internacional de Perícias em Crimes Cibernéticos;
- Brasília, Brasil - 2004, palestra de Abertura e Apresentação do Novo Sistema Nacional de Informações Criminais – Ministério da Justiça;
- Brasília, Brasil - 2004, palestra na Abertura do Seminário Sobre Segurança no transporte Rodoviário de Passageiros, palestra sobre ‘Normas de Regulamentação sobre Segurança no Transporte de Passageiros’;
- Brasília, Brasil - 2004, palestra “Conclusões da CPI da Pirataria e Propostas do Governo para o Combate às falsificações e Fraudes Correlatas”;
- Brasília, Brasil - 2004, palestra sobre Propriedade Intelectual. – Plenário da Câmara dos Deputados;
- São Paulo, Brasil - 2004, palestra sobre Segurança Pública - BOVESPA;
- Brasília, Brasil - 2005, Fórum sobre Pirataria para Advogados;
- Brasília, Brasil - 2005, palestra “O Combate à Pirataria e aos Delitos Contra a Propriedade Intelectual” – AJUFE – Associação dos Magistrados Federais;

- Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil - 2005, seminário “Combate ao Contrabando, Pirataria e Contrafação” – SINDIRECEITA;
- Brasília, Brasil - 2005, palestra no primeiro Seminário Franco Brasileiro “Os Desafios do Combate à Contrafação” - Embaixada da França;
- Rio de Janeiro, Brasil - 2005, palestra no Congresso de Pirataria – ABPI – Associação Brasileira da Propriedade Intelectual;
- Brasília, Brasil - 2005, palestra no Seminário FIESP: “O CNCP e o Combate à Pirataria”;
- Cuiabá, Mato Grosso, Brasil - 2005, palestra “Pirataria e Propriedade Intelectual” - GAECO - Grupo de Combate ao Crime Organizado;
- São Paulo, Brasil - 2005, palestra no seminário “A Pirataria e os Delitos Contra a Propriedade Intelectual”, na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP;
- São Paulo, Brasil – 2005, palestra sobre o tema “Combate à Pirataria e Contrafação”, no XXV Seminário Nacional da Propriedade Intelectual, promovido pela Associação Brasileira de Propriedade Intelectual - ABPI;
- Brasília, Brasil - 2005, Palestra "Ações de Combate à Pirataria e Alternativas" - 33º Encontro Nacional de Editores e Livreiros;
- Brasília, Brasil - 2005, palestra no seminário sobre “Combate à Pirataria e Contrafação”;
- Brasília, Brasil - 2005, pronunciamento sobre ‘O controle de armas de fogo e a redução da violência’ - Cerimônia de lançamento do estudo “Vidas poupadas - o impacto do desarmamento do Brasil”;
- Brasília, Brasil - 2005, palestra de abertura do Seminário sobre Pirataria na Solenidade de Abertura do 1º Seminário e 2ª mostra de Medidas Legislativas e Governamentais no Combate à Pirataria – Câmara dos Deputados;
- Canela, Rio Grande do Sul, Brasil - 2005, no Congresso Nacional do Disco, Palestra sobre Violação de Direitos Autorais;
- Brasília, Brasil – 2005, palestra sobre “Segurança Pública” na Fundação Getúlio Vargas – FGV.

□ DIREITO DE INTEGRAÇÃO E MERCOSUL

- Brasília, Brasil – 2002, palestra sobre “Direito de Integração” na abertura da Presidência brasileira do Mercosul;
- Brasília, Brasil - 2003, palestra “O Mercosul Cidadão” – no Ministério das Relações Exteriores;
- Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil - 2003, palestra no II Fórum de Debates sobre Integração Fronteiriça, “Mercosul: A Questão da Segurança nas Fronteiras”;
- Manaus, Amazonas, Brasil – 2004, palestra sobre “Proteção da Propriedade Intelectual” na abertura da presidência brasileira do Mercosul;
- Brasília, Brasil - 2005, palestra na Abertura do Encontro Técnico Preparatório da Reunião sobre Segurança Cidadã na América do Sul – Ministério das Relações Exteriores;
- Brasília, Brasil - 2005, palestra “A importância da relação Mercosul e Europa” – UNICEUB.

□ DIREITO ADMINISTRATIVO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- Brasília, Brasil - 2000, no curso de Capacitação em Administração Pública da Comunidade Afro-Brasileira;
- São Paulo, São Paulo – 2002, palestra sobre “A Administração Pública Federal e o Direito dos Estrangeiros”, no Ciclo de Debates: O Direito dos Estrangeiros no Brasil – Situação Atual e Perspectivas, organizado pela Escola Superior do Ministério Público da União em São Paulo e Escola de Magistrados da Justiça Federal da Terceira Região, do Ministério Público Federal em São Paulo e to Tribunal Regional Federal da Terceira Região;
- Brasília, Brasil – 2003, palestra sobre “Atribuições, Estrutura e Funcionamento do Ministério da Justiça”, no curso de Aperfeiçoamento em Inteligência da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN.
- Brasília, Brasil - 2004, Abertura do II Encontro Nacional de Gerentes de Recursos Humanos, palestra sobre Recursos Humanos.

NEGOCIAÇÕES E REUNIÕES INTERNACIONAIS

Participação em diversas negociações e reuniões internacionais sobre temas como Justiça, Direitos Humanos, Direito Internacional, Extradicação, Nacionalidade, Naturalização, Expulsão, Cooperação Jurídica, Cooperação Judicial, Transferência de Apenados e Execução Penal, Cooperação Policial, Terrorismo, Tráfico de Pessoas, Defesa e Segurança Pública, dentre outros:

- Montevideu, Uruguai - 1997, reunião do Mercosul;
- Montevideu, Uruguai - 1998, tema migratório;
- Santiago, Chile - 1998, reunião preparatória para a Cúpula das Américas;
- Buenos Aires, Argentina - 1998, tema migratório;
- Brasília, Brasil - 1998, elaboração de um Protocolo Mercosul sobre Extradicação;
- São José, Costa Rica - 1999, reunião preparatória para o 10º Congresso de Viena sobre Prevenção ao Crime e Tratamento do Delinqüente;
- Assunção, Paraguai - 1999, reunião do Mercosul sobre integração de sistemas de Justiça e Segurança Pública;
- Assunção, Paraguai - 1999, reunião do grupo consular Brasil-Paraguai. Diversos temas de cooperação, inclusive a situação dos brasiguaios;
- Lima, Peru - 1999, seminário com a Organização Internacional de Migrações da ONU e negociações com o Governo do Peru do texto do acordo de cooperação judiciária em matéria penal;
- Bogotá, Colômbia - 1999, seminário dos países da América do Sul sobre cooperação judiciária em matéria penal. Palestrante. Organização do PNUFID. Programa das Nações Unidas para Controle das Drogas;
- Montevideu, Uruguai - 1999, reuniões de Ministros da Justiça e de Interior do Mercosul sobre marcação e controle de armas de fogo e sobre migrações;
- Washington, EUA - 1999, reunião preparatória para a primeira sessão de trabalho do Comitê Interamericano de Combate ao Terrorismo, CICTE, Órgão da Organização dos Estados Americanos, OEA;
- Lisboa, Portugal - 1999, reunião do grupo de cooperação consular e jurídica Brasil - Portugal;

- Buenos Aires, Argentina - 2000, reunião do grupo de concertação política do Mercosul. Discussão de temas de integração, tais como passaporte, controle de fronteiras, canais de ingresso no País e documentação;
- Buenos Aires, Argentina - 2000, como chefe da delegação brasileira no encontro preparatório da reunião dos Ministros do Interior do Mercosul, Bolívia e Chile. Discussão de temas jurídicos e de segurança, tais como migração, ilícitos ambientais, narcotráfico, terrorismo, contrabando, tráfico de menores, sistema informático de comunicações e informações judiciais e cooperação policial;
- Buenos Aires, Argentina - 2000, como chefe da delegação brasileira no encontro preparatório da reunião dos Ministros do Interior do Mercosul, Bolívia e Chile. Discussão de temas jurídicos e de segurança, tais como migração, ilícitos ambientais, narcotráfico, terrorismo, contrabando, tráfico de menores, sistema informático de comunicações e informações judiciais e cooperação policial;
- Viena, Áustria - 2000, para participar da elaboração da Convenção das Nações Unidas para Combate ao Crime Organizado e seus Protocolos Adicionais sobre Tráfico de pessoas, imigrantes e armas, reuniões em agosto e outubro;
- Santiago, Chile - 2001, para participar de reunião preparatória para o Encontro sobre migrações, sob os auspícios da Organização Internacional para as Migrações/OIM;
- Santiago, Chile - 2001, para participar do Encontro sobre Migrações Internacionais, sob os auspícios da Organização Internacional para as Migrações/OIM;
- Genebra, Suíça - 2001, para participar do Foro de Consultas Globais sobre Refugiados, sob os auspícios do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados;
- Moscou, Rússia - 2001, para negociar acordo de extradição;
- Kiev, Ucrânia - 2001, para negociar acordo de cooperação judiciária em matéria penal;
- Genebra, Suíça - 2001, para reuniões das Nações Unidas sobre Refugiados;
- Bahamas - 2001, para negociação de um acordo de cooperação judiciária em matéria penal;
- Montevideu e Punta Del Este, Uruguai, 2º semestre de 2001, três reuniões para coordenação nacional da reunião de Ministros da Justiça e do Interior do Mercosul;
- Buenos Aires e Puerto Iguazu, Argentina - 1º semestre de 2002 – três reuniões para coordenação nacional da reunião de Ministros da Justiça e do Interior do Mercosul;

- *Havana, Cuba - 2002, negociação de acordo de cooperação judiciária em matéria penal;*
- *Berna, Suíça - 2002, negociação de procedimentos para cooperação jurídica e judiciária internacional;*
- *Lieschenstein - 2002, para negociação de acordo de cooperação judicial em matéria penal;*
- *Londres, Grã-Bretanha - 2002, para negociação de acordo de cooperação judicial em matéria penal e procedimentos para obtenção de provas penais;*
- *Ilhas Jersey - 2002, negociação de acordos de cooperação judiciária em matéria penal e procedimentos para provas em processo penal;*
- *Brasília, Brasil - 2004, Reunião de Ministros de Justiça – Representando o Ministro da Justiça;*
- *Brasília, Brasil - 2004, Reunião de Ministros de Interior do Mercosul – Representando o Ministro da Justiça;*
- *Cidade do México, México - 2004, representar o Brasil em reunião sobre Proteção Internacional a Refugiados;*
- *Montevideu, Uruguai - 2005, Representação do Ministro nas Reuniões de Ministros de Justiça e Interior – Integração Jurídica do Mercosul;*
- *Praia, Cabo Verde – 2005, Representação do Ministro e assinatura - com plenos poderes do Presidente da República - de acordos de Extradução, Cooperação Judiciária em Matéria Penal e Transferência de Presos, com os países da CPLP.*

OUTROS

- *Integrante da Comitiva do Presidente da República em viagem a Portugal e participação na negociação do acordo sobre regularização imigratória, junho de 2003;*
- *Presidente do Grupo de Trabalho que redigiu o Anteprojeto de Lei de Imigração e Naturalização, dezembro de 2005;*
- *Integrante da Comitiva do Presidente da República em reuniões de trabalho com os presidentes do Peru, Colômbia e Venezuela, em 2003;*
- *Integrante da comitiva do Vice-Presidente da República em instalação do Centro de Recuperação e Readaptação Social de Nova Lima (APAC), onde proferiu*

pronunciamento oficial sobre a importância de se buscar alternativas às penas de prisão, junho de 2003;

- *Elaboração da Portaria Interministerial nº 394/91, que disciplina o reconhecimento da condição de refugiado no Brasil;*
- *Elaboração, em conjunto com o ACNUR, do texto original da Lei nº 9.474/97, que implementa o Estatuto dos Refugiados no Brasil e cria o Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE;*
- *Agraciado com o III Prêmio “Cidadania Mundial”, na categoria individual, na 1ª Conferência Internacional de Direitos Humanos, 1997, pela Comunidade Baha’i do Brasil;*
- *Condecorado com o título de “Comendador” da Ordem do Rio Branco, outorgado pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso por meio de Decreto de 28 de maio de 1998;*
- *Condecorado com o título de “Grande Oficial” da Ordem do Rio Branco, outorgado pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, por meio de Decreto de 17 de setembro de 2003;*
- *Condecorado com a medalha “Amigos da Marinha, em 1992, pelo Comando da Marinha do Brasil;*
- *Condecorado com a “Medalha da Vitória”, por intermédio da Portaria nº 442, de 22 de abril de 2004, pelo Ministro de Estado da Defesa.*
- *Condecorado com a medalha “Ordem do Mérito de Dom Bosco”, pelo Tribunal Regional do Trabalho de Brasília, por intermédio da Resolução Administrativa nº 15, de 2005;*
- *Condecorado com a “Medalha Tamandaré” pelo Comando da Marinha do Brasil, por intermédio da Portaria nº 282, de 16 de novembro de 2005;*

PRINCIPAIS ARTIGOS E PUBLICAÇÕES

- *“Das Diferenças Entre os Institutos Jurídicos do Asilo e do Refúgio”, artigo publicado no site do Comitê Nacional para os Refugiados do Ministério da Justiça, 1998;*
- *“Considerações Sobre a Imigração no Brasil Contemporâneo” in Migrações Internacionais – Contribuições para Políticas, ed. CNPD do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, agosto de 2001;*

- “A Imigração no Brasil”, Editora Renovar, Rio de Janeiro, publicação de texto referente à palestra proferida em Franca, São Paulo;
- “O Brasil e os Refugiados: Solidariedade Necessária”, artigo publicado no Jornal “O Globo”, assinado conjuntamente com a Dra. Elizabeth Sussekind, Secretária Nacional de Justiça, 2001;
- “Tribunal Penal Internacional – Uma Instância Urgente e Necessária”, artigo publicado no Jornal Folha de São Paulo, assinado conjuntamente com o Dr. Antonio Rodrigues de Freitas Júnior, Secretário Nacional de Justiça, 2002;
- “Qualidade da Programação Televisiva”, artigo publicado no Jornal Folha de São Paulo, assinado conjuntamente com o Dr. Antonio Rodrigues de Freitas Júnior, Secretário Nacional de Justiça, 2002;
- “Os direitos Humanos, o Refúgio e a Segurança Nacional”, publicado no livro “Memoria del Vigésimo Aniversario de La Declaración de Cartagena Sobre Los Refugiados”, Editorama S/A, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados – UNHCR, referente às palavras de abertura do seminário respectivo 2005;
- “Pirataria e Inclusão Social”, in Revista “Inclusão Social”, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, vol 1, número 1, 2005;
- “Novas Idéias para Combater a Pirataria”, Jornal “O Globo”, 2006;
- “Fortalecer o Direito Internacional Humanitário é o Desafio”, artigo sendo vertido para os idiomas inglês e espanhol para publicação na Revista do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, Genebra, Suíça, 2006;
- “São Brasileiros os Filhos dos Nossos Emigrantes Quando Nascem no Exterior?”, artigo encaminhado para publicação no Jornal “O Globo”.

Brasília, aos 06 de março de 2006.



Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS HUMANOS
GABINETE**

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins e, mais especificamente, para atender ao disposto no Artigo 4º da Resolução nº 11, de 31 de janeiro de 2006, do Conselho Nacional de Justiça, que de acordo com os assentamentos funcionais do servidor **LUIZ PAULO TELES FERREIRA BARRETO**, matrícula SIAPE nº 0160676, as atribuições exercidas reiteradamente pelo nominado exigiam a utilização preponderante de conhecimento jurídico e, a seguir, passam a ser demonstradas:

a - Designado, pela Portaria nº 262, de 09.12.83, publicada no Diário Oficial de 12.12.83, para substituir o Chefe da Seção de Registro, código DAI-111.2, da Divisão de Naturalização do Departamento Federal de Justiça e dispensado pela Portaria nº 248, de 27.11.84, publicada no Diário Oficial de 27.11.84;

b - Designado, pela Portaria nº 35, de 30.01.85, publicada no Diário Oficial de 31.01.85, para exercer a Função de Chefe da Seção de Nacionalidade, código DAI-111.3, da Divisão de Nacionalidade do Departamento Federal de Justiça e dispensado pela Portaria nº 944, de 10.12.85, publicada no Diário Oficial de 11.12.85;

c - Designado, pela Portaria nº 485, de 09.12.85, publicada no Diário Oficial de 10.12.85, para exercer a Função de Diretor da Divisão de Nacionalidade, código DAS-101.2, do Departamento Federal de Justiça e dispensado pela Portaria nº 228/GM, de 28.03.90, publicada no Diário Oficial de 29.03.90;

d - Designado, pela Portaria nº 273/GM, de 04.04.90, publicada no Diário Oficial de 05.04.90, para exercer a Função de Chefe de Divisão, código DAS-101.2, do Departamento de Estrangeiro da Secretaria Nacional dos Direitos da Cidadania e Justiça e dispensado pela Portaria nº 672/GM, de 08.06.95, publicada no Diário Oficial de 09.06.95;

e - Nomeado, pelo Decreto de 07.06.95, publicado no Diário Oficial de 08.06.95, para exercer o cargo de Diretor, código DAS-101.5, do Departamento de Estrangeiros da Secretaria de Justiça e exonerado pelo Decreto de 20.01.2003, publicado no Diário Oficial de 21.01.2003, a partir de 07.01.2003;

f - Designado, pela Portaria nº 786, de 22.08.97, publicada no Diário Oficial de 25.08.97, para substituir o Secretário de Justiça, código DAS-101.6, em seus impedimentos eventuais;

g - Nomeado, pelo Decreto de 06.01.2003, publicado no Diário Oficial de 07.01.2003, para exercer o cargo de Secretário-Executivo do Ministério da Justiça até a presente data;

h - Substituiu o Ministro de Estado da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, no período de 02.01.2005 a 12.01.2005, de acordo com a Exposição de Motivos nº 209/MJ, de 22.12.2004;

i - Substituiu o Ministro de Estado da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, nos períodos de 06.09.2004 a 10.09.2004; 03.01.2005 a 14.01.2005; 17.05.2005 a 20/05/2005; 23.05.2005 a 27.05.2005; 05.09.2005 a 06.09.2005 e 13.10.2005 a 14.10.2005, referente às férias de 2004;

j - Substituiu o Ministro de Estado da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, no período de 26.12.2005 a 13.01.2006, referente às férias de 2005.

l - Por Despacho do Ministro da Justiça, 03 de maio de 1996, publicado no Diário Oficial da União de 06 subsequente, participou, representando a Pasta, como Diretor do Departamento de Estrangeiro da Secretaria de Justiça, código DAS 101.5, da Reunião com o Governo Argentino para tratar da Implantação do Acordo para Facilitação de Atividades Empresariais, na cidade de Buenos Aires, no período de 06 a 08 de maio de 1996.

m – Por Despacho do Ministro da Justiça, de 04 de abril de 1997, publicado no Diário Oficial da União de 08 subsequente, participou, representando a Pasta, como Diretor do Departamento de Estrangeiros da Secretaria de Justiça, código DAS 101.5, da Reunião Preliminar para Negociação do Acordo de Facilitação de Atividades Empresariais, celebrado entre o Brasil e o Uruguai, na cidade de Montevideu, no período de 06 a 09 de abril de 1997.

n – Por Despacho do Ministro da Justiça, de 07 de janeiro de 1998, publicado no Diário Oficial da União de 08 subsequente, participou, representando a Pasta, como Secretário de Justiça Substituto, código DAS 101.6, da Reunião de Expertos Gubernamentales de Justiça de las Américas, na cidade de Santiago, no Chile, no período de 07 a 11 de janeiro de 1998.

o – Por Despacho do Ministro da Justiça, de 26 de junho de 1998, publicado no Diário Oficial da União de 29 subsequente, participou, representando a Pasta, como Secretário de Justiça Substituto, código DAS 101.6, da Conferência das Nações Unidas sobre o Estabelecimento de um Tribunal Penal Internacional, na cidade de Roma, Itália, no período de 20 de junho a 04 de julho de 1998.

p – Por Despacho do Ministro da Justiça, de 17 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 18 subsequente, participou, representando a Pasta, como Diretor do Departamento de Estrangeiros da Secretaria de Justiça, código DAS 101.5, da Reunião da Subcomissão de Seguimento e Controle da Reunião de Ministros do Interior do Mercosul, na cidade de Buenos Aires, Argentina, no período de 17 a 20 de maio de 2000.

q – Por Despacho do Ministro da Justiça, de 23 de abril de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 24 subsequente, participou, representando a Pasta, como Diretor do Departamento de Estrangeiros da Secretaria de Justiça, código DAS 101.5, da Reunião de Ministros do Interior do Mercosul, na cidade de Buenos Aires, Argentina, no período de 23 a 27 de abril de 2002.

Certifico, mais, que, de conformidade com a Portaria nº 1276, de 27 de agosto de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 28 dos mesmos mês e ano, as funções comissionadas identificadas nas letras “a” a “d” supra, envolviam análise, pronunciamento e decisão técnico-jurídica, como se extrai do Artigo 16 do Regimento

Interno da Secretaria Nacional de Justiça, aprovado pela supracitada Portaria nº 1276/2003, concernentes na seguinte competência: “I – controlar, orientar e executar as atividades relativas à instrução de processos de perda da nacionalidade brasileira e dos direitos políticos; II – analisar os processos referentes à revogação de decreto ou portaria de perda e reaquisição da nacionalidade brasileira e dos direitos políticos; III – reconhecer a igualdade de direitos e obrigações civis e/ou gozo de direitos políticos; IV – alterar assentamentos dos estrangeiros, naturalização, segunda via do certificado de naturalização e igualdade; V – averbar e apostilar nos certificados de naturalização e de igualdade de direitos, bem como emitir certidão negativa de naturalização; VI – receber, instruir, analisar e controlar os processos; VII – fixar prazos para cumprimento das exigências; VIII – propor arquivamento e indeferimento, bem como a inclusão em portaria dos processos devidamente instruídos; IX – observar e aplicar a legislação e a jurisprudência concernentes a matérias de sua área de competência; e X – providenciar a publicação de arquivamento e indeferimento dos processos inerentes à Divisão”. Já o cargo em comissão, identificado na letra “e” supra, de Diretor do Departamento de Estrangeiros, exercido no período de 07 de junho de 1995 a 07 de janeiro de 2003, abarcava as competências de natureza jurídica das Divisões de Permanência de Estrangeiros, de Medidas Compulsórias, de Nacionalidade e Naturalização, de Estudos e Pareceres, da Coordenação-Geral de Assuntos de Refugiados e da Coordenação do Comitê Nacional para os Refugiados, cuja competência abrangente do Diretor do Departamento era: “I – processar, opinar e encaminhar os assuntos relacionados com a nacionalidade, a naturalização e o regime jurídico dos estrangeiros; II – processar, opinar e encaminhar os assuntos relacionados com as medidas compulsórias de expulsão, extradição e deportação; III – instruir os processos relativos à transferência de presos para cumprimento de pena no país de origem, a partir de acordos dos quais o Brasil seja parte; IV – instruir processos de reconhecimento da condição de refugiado e de asilo político; e V – fornecer apoio administrativo ao Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE. Na condição de Secretário de Justiça Substituto, cumulativo com o Diretor do Departamento de Estrangeiros da mesma Secretaria Nacional, identificado na letra “f” supra, o servidor abarcou as competências jurídicas do Departamento Penitenciário Nacional, do Departamento de Estrangeiros, do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação, tendo sob sua competência, dentre outras, na forma do Artigo 27 do supracitado Regimento Interno,

“III – fornecer subsídios e emitir parecer sobre legislação relativa a matérias de competência da Secretaria; VII – propor ou avaliar a participação de representantes oficiais em eventos científicos, realizados no Brasil ou no exterior, sobre matéria penal, penitenciária ou criminológica; VIII – assistir o Ministro de Estado nos assuntos relativos às atividades da Secretaria; X – baixar atos administrativos de caráter normativo; XIV – propor a elaboração e/ou revisão da legislação referente a matérias de competência da Secretaria”. Some-se, ainda, ter que encaminhar ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária propostas de resoluções; instruir cartas rogatórias; instruir os processos de provimento de vacância de cargos de magistrados de competência do Presidente da República; opinar sobre a solicitação, cassação e concessão de títulos de utilidade pública, medalhas e sobre instalação de associações, sociedades e fundações no território nacional, na área de sua competência; dirigir, negociar e coordenar os estudos relativos ao direito da integração e as atividades de cooperação jurisdicional, nos acordos internacionais em que o Brasil seja parte, dentre outras, previstas no Artigo 1º do citado Regimento Interno da Secretaria Nacional de Justiça.

Brasília - DF, 15 de fevereiro de 2006


EDSON RAIMUNDO MACHADO
Coordenador-Geral de Recursos Humanos

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

SECRETARIA EXECUTIVA – SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS HUMANOS

Espanada dos Ministérios, Bloco “T”, Anexo II, Sala 406, Brasília, Distrito Federal – CEP 70064-900

Telefone: 0xx61 3429.3827 – 3429.9399 – 3224.4348 – Fax 0xx61 3429.9156

Aviso nº 212-C. Civil

Brasília, 6 de março de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Doutor Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Antônio Carlos de Nogueira.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado-Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 136, DE 2006**

(Nº 1.541/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Senhora Santana da Comunidade de Jati a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jati, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 44, de 22 de fevereiro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária Senhora Santana da Comunidade de Jati a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jati, Estado do Ceará, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 970, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompa-

nhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar serviços de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 808, de 28 de dezembro de 2000 – Associação Cultural, Educacional e Rádio Comunitária de Pirabeiraba, na cidade de Joinville – SC;

2 – Portaria nº 41, de 22 de fevereiro de 2001 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Amigos do CECAP, na cidade de Piracicaba – SP;

3 – Portaria nº 42, de 22 de fevereiro de 2001 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Flor da Sena do Sul, na cidade de Flor da Serra do Sul – PR;

4 – Portaria nº 44, de 22 de fevereiro de 2001 – Associação Comunitária Senhora Santana da Comunidade de Jati, na cidade de Jati – CE;

5 – Portaria nº 66, de 22 de fevereiro de 2001 – Associação Rádio Comunitária Artística e Cultural de Boca do Acre, na cidade de Boca do Acre – AM;

6 – Portaria nº 70, de 22 de fevereiro de 2001 – Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural e Educativa, na cidade de Vazante-MG;

7 – Portaria nº 80, de 22 de fevereiro de 2001 – ACIRCI – Associação Cultural, Informativa, de Radiodifusão Comunitária de Iitororó – Bahia, na cidade de Iitororó – BA;

8 – Portaria nº 96, de 22 de fevereiro de 2001 – Associação Comunitária, Artística e Cultural Catanduvense, na cidade de Catanduvas – PR;

9 – Portaria nº 101, de 6 de março de 2001 – Associação Comunitária de Colares (Rádio Comunitária Rosário FM Stereo), na cidade de Colares – PA;

10 – Portaria nº 112, de 6 de março de 2001 – Associação Cultural das Entidades Mantenedoras de Radiodifusão Comunitária, na cidade de Belém – PA; e

11 – Portaria nº 115, de 6 de março de 2001 – Associação Comunitária de Comunicações (Rádio Princesa do Atlântico FM), na cidade de Maracanã – PA.

Brasília, 12 de setembro de 2001 – **Fernando Henrique Cardoso**.

PORTARIA Nº 44, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2001

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53850.002484198, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Comunitária Senhora Santana da Comunidade de Jati, com sede na Avenida Presidente Médici, s/nº, Centro, na cidade de Jati, Estado do Ceará, a executar serviço de radiodifusão

são comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 07º41'10"S e longitude em 39º00'57"W, utilizando a freqüência de 104,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação – **Pimenta da Veiga**

MC 89 EM

Brasília, 23 de março de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade denominada Associação Comunitária Senhora Santana da Comunidade de Jati, com sede na cidade de Jati, Estado do Ceará, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o caput do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os segmentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53650.002482/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais

somente após Nacional, a teor do § 3º do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

RELATÓRIO Nº 0132//2000-DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53650002484/98 de 30-10-98

Objeto: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Comunitária Senhora Santana da Comunidade de Jati, localidade Jati, Estado do Ceará.

I – Introdução

1. A Associação Comunitária Senhora Santana da Comunidade de Jati, inscrita no CGC/MF ou CNPJ sob o número 1.794.339/0001-70, no Estado do Ceará, com sede na Av. Presidente Médice s/nº Centro, cidade de Jati – CE, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 9 de outubro de 1998, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU**, de 18 de março de 1999, Seção 3, que contempla o logradouro onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o servi-

ço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2-98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, face aos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;
- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;
- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 4 à 116 dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – Relatório

• informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Av. Presidente Médice s/nº – Centro, na cidade de Jati, Estado do Ceará, de coordenadas geográficas em 7º41'03"S de latitude e 39º00'05"W de longitude, consoante aos dados constantes do Aviso publicado no **DOU**, de 18-3-1999, Seção 3.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 44 a 47, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom". Ocorre que, posteriormente, houve alteração das referidas coordenadas

e considerando que a Entidade requerente foi única interessada na localidade que atendeu ao citado Aviso, aplicou-se a Portaria nº 83.

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;
- compatibilização de distanciamento do canal;
- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;
- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se diligências para a apresentação de documentos dispostos no subitem 6.7, incisos II, III, IV, V, VIII e X da Norma 02/98, comprovação de necessária alteração estatutária, esclarecimentos acerca das coordenadas geográficas apresentadas; comprovante de válida existência das entidades que manifestaram apoio à iniciativa da requerente, bem como apresentação do Projeto Técnico e posterior adequação do mesmo à Norma 02/98, (fls. 54 a 116).

13. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 90, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;
- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;
- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma 02/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, assim como o disposto na Portaria nº 83 (folhas 94 e 95). Na ocasião da solicitação do licenciamento da estação, a Entidade deverá indicar o nome do fabricante e o modelo do transmissor certificado para o Serviço de Radiodifusão Comunitária de 25,0 W.

15. É o relatório.

IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

- **nome**

Associação Comunitária Senhora Santana da Comunidade de Jati

- **quadro diretivo**

Presidente: Francisco Alencar Macedo

Vice-Presidente: Osvaldo Freitas

1º Secretário: Evandro Lucena Salviano

2º Secretário: Josoaldo Pereira da Silva

1º Tesoureiro: Francisco Mando Macedo dos Santos

2º Tesoureiro: Arlindo Rocha Neto

- **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

BR-116, km 535, cidade de Jactai, Estado do Ceará;

- **coordenadas geográficas**

07°41'10" de latitude e 39°00'57" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 94 e 95, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 90 e que se referem á localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária Senhora Santana da Comunidade de Jati, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53650002484/98, de 30 de outubro de 1998.

Brasília, 12 de dezembro de 2000. – Relator da conclusão Jurídica – Relator da conclusão Técnica De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga e Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 13 de dezembro de 2000. – **Hamilton de Magalhães Mesquita**, Coordenador-Geral.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 137, DE 2006

(Nº 1.636/2005, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Rui Barbosa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 21, de 15 de janeiro de 2004, que autoriza a Associação Cultural Comunitária Rui Barbosa a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 886, DE 2004

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 21, de 15 de janeiro de 2004 – Associação Cultural Comunitária Rui Barbosa na cidade do Tara Nova do Norte – MT;

2 – Portaria nº 27, de 15 de janeiro de 2004 – Associação Cultural de Rádio comunitária de Central Carapina, na cidade de Serra – ES;

3 – Portaria nº 35, de 15 de janeiro de 2004 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Central de Cajati, na cidade de Cajati – SP;

4 – Portaria nº 37, de 15 de janeiro de 2004 – Associação Nova Esperança de Promoção Social, na cidade de Malhada de Pedras – BA;

5 – Portaria nº 49, de 16 de janeiro de 2004 – Associação de Radiodifusão Comunitária São Domingos, na cidade do Brejo da Madre de Deus – PE;

6 – Portaria nº 57, de 16 de janeiro de 2004 – Associação Artística Virtulino Antônio Mairink – Jovens Unidos de Iguaba Grande, na cidade de Iguaba Grande – RJ;

7 – portaria nº 92, de 23 de janeiro de 2004 – Associação da Rádio Comunitária Migrantes São Felipe – ARCOMISF, na cidade de São Felipe D'Oeste – RO;

8 – Portaria nº 95, de 23 de janeiro de 2004 – Associação Comunitária Rádio ondas Verdes FM, na cidade de Tacuru – MS; e

9 – Portaria nº 133, de 16 de abril de 2004. – Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/Flexeiras – AL, na cidade de Flexeiras – AL.

Brasília, 15 de dezembro de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC 81 EM

Brasília, 13 de abril de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Cultural Comunitária Rui Barbosa, na cidade de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes,

referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53690.001323/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

PORTARIA Nº 21 DE 15 DE JANEIRO DE 2004

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 92 e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53690.001323/98 e do Parecer/Conjur/MC nº 2/2004, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Cultural Comunitária Rui Barbosa, com sede na Quadra Central, nº 03, Lote 72, Casa nº 27, na cidade de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 10º35'55" S e longitude em 55º07'58" W, utilizando a freqüência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira.**

RELATÓRIO Nº 424/2003-DOSR/SSCE/MC

Referência: Processo nº 53.690.001.323/98, protocolizado em 9 de dezembro de 1998.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Cultural Comunitária Rui Barbosa, localidade de Terra Nova do Norte, Estado do Mato Grosso.

I – Introdução

1. A Associação Cultural Comunitária Rui Barbosa, inscrita no CNPJ sob o número 02.841.596/0001-88, no Estado do Mato Grosso, com sede na Quadra Central, nº 03, lote 72, casa 27, Centro, cidade de Terra Nova do Norte, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 01 de novembro de 1998, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU**, de 18 de março de 1999, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outra entidade foram objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentou sua solicitação para a mesma área de interesse, tendo sido seu processo devidamente analisado e arquivado. Os motivos do arquivamento, bem como a indicação da relação constando o nome e processo, se encontra abaixo explicitada:

a) Associação Comunitária, Educacional e Cultural de Terra Nova do Norte – Processo nº 53.690.001.342/98, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: a entidade não apresentou toda a documentação solicitada, ocorrendo a perda de prazo por decurso do tempo, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 8467/01, datado de 29 de novembro de 2001. (cópia anexa)

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei

nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 2/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com cento localizado na Quadra Central, nº 3, Lote 72, Casa 27, Centro, na cidade de Terra Nova do Norte, Estado do Mato Grosso, de coordenadas geográficas em 10º35'55"S de latitude e 55º07'58"W de longitude.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 80 a 83, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arrumamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos II, III, IV, V, VIII da Norma 2/98, comprovação de necessária alteração estatutária, certidão cartorária comprovando o registro da ata de constituição da entidade, cópia do CNPJ da requerente e declaração do endereço da sede. Diante da regularidade técnico-jurídica a Entidade foi selecionada, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 92 a 280).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 200 e 201, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme se observa nas folhas 209 e 210. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 280, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar 298, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar 2-98
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar 2-98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• nome

Associação Cultural Comunitária Rui Barbosa;

• quadro diretivo

Presidente: José Almir da Silva

Vice-presidente: Nilson Renato Antoniete

Secretário: Alcides Correia

Tesoureiro: Paulo Ricardo da Silva

Suplente de Sec.: Ademir Mizzani Mendes

• localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Quadra Central, nº 3, Lote 72, Casa 27, Centro, cidade de Terra Nova do Norte, Estado do Mato Grosso;

• coordenadas geográficas

10°35'55"S de latitude e 55°07'58"W de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 209 e 210, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 200 e 201 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Cultural Comunitária Rui Barbosa, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.690.001323/98, de 09 de dezembro de 1998

Brasília, 9 de dezembro de 2003 – **Lídia Souza El-Carab Maria**, Chefe de Serviços/SSE, Relator da conclusão Jurídica – **Regina Aparecida Monteiro**, Chefe de Serviço/SSR, Relator da conclusão Técnica.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 138, DE 2006

(Nº 1.821/2005, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rui Baromeu para executar serviço de radiodifusão sonora a frequência modulada na cidade de Colatina, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 421, de 12 de novembro de 2004, que outorga permissão à Fundação Rui Baromeu para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Colatina, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 216, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado

das Comunicações, permissões às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 421, de 12 de novembro de 2004 – Fundação Rui Baromeu, no Município de Colatina – ES; e

2 – Portaria nº 508, de 9 de dezembro de 2004 – Fundação de Apoio à Comunicação Cristã – FACC, no Município de Picos – PI.

Brasília, 19 de abril de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC 284 EM

Brasília, 24 de novembro de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53660.000254/1999-19, de interesse da Fundação Rui Baromeu, objeto de permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Colatina, Estado do Espírito Santo.

2. De acordo com o art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente pro-

duzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

**PORTARIA Nº 421,
DE 12 DE NOVEMBRO DE 2004**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53660.000254/1999-19, e do PARECER/MC/CONJUR/MRD/Nº 1596-1.07/2004, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Fundação Rui Baromeu para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Colatina, Estado do Espírito Santo.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de trata o artigo anterior, sob pena de tomar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Eunício Oliveira**, Ministro de Estado das Comunicações.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE ÁUDIO**

**SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COM FINALIDADE EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVA
DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À INSTRUÇÃO DO PROCESSO DE PEDIDO DE OUTORGA**

PROCESSO Nº 53660.000254/1999

INTERESSADO(A): FUNDAÇÃO RUI BAROMEU

LOCALIDADE: COLATINA

CANAL : 298/E

1. O Canal pretendido consta vago no Plano Básico de Distribuição de Canal?

(X) SIM () NÃO Fis.: 83

2. Há requerimento assinado pelo representante legal ou procurador devidamente nomeado?

(X) SIM () NÃO Fis.: 01

3. Apresentou cópia autenticada do Estatuto, devidamente registrado no Livro "A" – de Pessoas Jurídicas, constando dentre seus objetivos a execução dos serviços de radiodifusão?

(X) SIM () NÃO FLS.: 88/132

3.1. Apresentou a aprovação do Estatuto pelo MP?

(X) SIM () NÃO FLS.: 102

4. Há alguma cláusula no Estatuto declarando que o serviço será executado sem finalidade comercial, ou seja, com fins exclusivamente educativos e culturais?

(X) SIM () NÃO FLS.: 105

5. Existe Declaração assinada pelo representante legal, de que a entidade dispõe de recursos financeiros para o empreendimento?

(X) SIM () NÃO FLS.: 05

6. Apresentou Cópia autenticada do Ato de nomeação e/ou comprovante da eleição de diretores, devidamente registrado?

(X) SIM () NÃO FLS.: 130

7. Relação nominal dos diretores: (fls: 130)

a) ANTONIO DE DEUS LOPES	Cargo: Diretor Presidente
b) MARIA DAS GRAÇAS LOPES MACHADO	Cargo: Diretora Adm. E Financeira
c) ROSEVALTO DE DEUS LOPES	Cargo: Diretor de Operações
	Cargo:
	Cargo:
	Cargo:
	Cargo:

8. Prova de que todos os diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou, para o caso de portugueses, de que tem reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no País?

a)	(x) SIM	() NÃO	Fls.:155/157	f)	() SIM	() NÃO	Fls.:
b)	(x) SIM	() NÃO	Fls.: 160	g)	() SIM	() NÃO	Fls.:
c)	(x) SIM	() NÃO	Fls.: 164	h)	() SIM	() NÃO	Fls.:
d)	() SIM	() NÃO	Fls.:	i)	() SIM	() NÃO	Fls.:
e)	() SIM	() NÃO	Fls.:				

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE ÁUDIO

9. Há Certidões em nome dos dirigentes, dos cartórios distribuidores cíveis e criminais e do de protesto de título, dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas?

a)	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Fis.: 147/151	f)	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Fis.:
b)	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Fis.: 165/166	g)	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Fis.:
c)	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Fis.: 158/160	h)	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Fis.:
d)	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Fis.:	i)	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Fis.:
e)	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Fis.:				

10. Prova de que todos os dirigentes estão em dia com as suas obrigações eleitorais (certidão fornecida pela Justiça Eleitoral)?

a)	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Fis.: 67	f)	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Fis.:
b)	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Fis.: 168	g)	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Fis.:
c)	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Fis.: 161	h)	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Fis.:
d)	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Fis.:	i)	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Fis.:
e)	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Fis.:				

11. Há Declaração assinada pelos diretores, de acatamento aos limites fixados pelo Decreto-lei nº 236/67 (não participa da direção de outra executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão ou permissão, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/67; não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargo ou função do qual decorram foro especial)?

SIM NÃO FLS. 154, 162, 167

11.1. Há Declaração assinada pelo representante legal, de acatamento DA ENTIDADE aos limites fixados pelo Decreto-lei nº 236/67 (a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da presente concessão e que, caso venha a ser contemplada com a outorga, não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/67; nenhum sócio integra o quadro social de outra entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão, nem de outras empresas de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/67)?

SIM NÃO FLS. 03, 134

12. Declaração assinada pelo representante legal de que a entidade se compromete a cumprir as obrigações constantes da Portaria Interministerial nº 651, de 15/04/99, bem como às exigências constantes da legislação específica de radiodifusão?

SIM NÃO Fis.: 02, 133

13. Apresentou Certidão Negativa de Insolvência Civil (da entidade), expedida pelo Distribuidor Cível do Fórum da Comarca onde está sediada?

SIM NÃO Fis.: 140/147

14. Apresentou Certificado de Regularidade relativo ao FGTS?

SIM NÃO Fis.: 139

15. Apresentou Certidão Negativa de Débito relativa ao INSS?

SIM NÃO Fis.: 138

16. apresentou Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-CNPJ?

SIM NÃO Fis. 135

17. Caso esteja situada em Faixa de Fronteira, obteve o assentimento prévio do órgão próprio?

SIM NÃO Fis.

18. Apresentou justificativa do uso do canal baseada em carências educacionais a serem supridas na área de cobertura da emissora pretendida?

SIM NÃO Fis. 50/61

19. Apresentou prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal da sede da entidade, ou, comprovante de isenção de cadastro?

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE ÁUDIO**

SIM () NÃO Fls. 135/, 140, 142

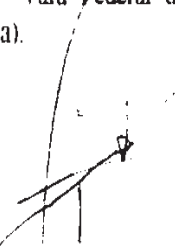
20) Apresentou prova de regularidade para com as Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede da entidade, ou outra equivalente na forma da lei?

SIM () NÃO Fls. 140/142

Exigências: O Processo não se encontra devidamente instruído. A Entidade deverá carrear aos autos:

1) Certidão de Objeto e Pé expedida pela 3ª Vara Federal da seção Judiciária de Vitória, relativa ao Processo nº 2003.50.01.001677-8 contra a entidade (cópia anexa).

Brasília-DF, 13 de agosto de 2004.


Raimundo da C. Bahia Alves
Chefe de Serviço
Coordenação da Região Sudeste

(À Comissão de Educação – decisão Terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 139, DE 2006**

(Nº 1851/2005, Na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação, Cultura e Meio Ambiente de Araponga a Executar Serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araponga, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 563, de 5 de novembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação, Cultura e Meio Ambiente de Araponga a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araponga, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 229 DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 492, de 22 de setembro de 2003 – Ação Social Mirandense, na cidade de Miranda do Norte – MA;

2 – Portaria nº 532, de 8 de outubro de 2003 – Associação Comunitária Santanense, na cidade de Santana do Deserto – MG;

3 – Portaria nº 563, de 5 de novembro de 2003 – Associação Comunitária de Comunicação, Cultura e Meio Ambiente de Araponga, na cidade de Araponga – MG;

4 – Portaria nº 646, de 9 de dezembro de 2003 – Associação de Difusão Comunitária Várzea do Curral, na cidade de Filadélfia – BA;

5 – Portaria nº 765, de 22 de dezembro de 2003 – ASCOM – Associação de Comunicação Comunitária Cultural Coração de Maria, na cidade de Coração de Maria – BA;

6 – Portaria nº 6, de 13 de janeiro de 2004 – Associação Louvores ao Rei Integração Comunitária, na cidade de Campo Grande – MS;

7 – Portaria nº 31, de 15 de janeiro de 2004 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Altamira – “ASSOMIRA”, na cidade de Altamira – PA;

8 – Portaria nº 32, de 15 de janeiro de 2004 – Associação dos Comunicadores de Maracanaú – ASCOMAR, na cidade de Maracanaú – CE;

9 – Portaria nº 40, de 15 de janeiro de 2004 – Associação Comunitária de Comunicação de União de Minas, na cidade de União de Minas – MG; e

10 – Portaria nº 43, de 15 de janeiro de 2004 – Associação Sócio Cultural São Romão, na cidade de Fernando Pedroza – RN.

Brasília, 20 de abril de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC 526 EM

Brasília, 26 de novembro de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Comunicação, Cultura e Meio Ambiente de Araponga, na cidade de Araponga, Estado de Minas Gerais, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53710.000418/01, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Miro Texeira.**

PORTARIA Nº 563 DE 5 DE NOVEMBRO DE 2003

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53710.000418/01 e do PARECER/CONJUR/MC nº 1365/2003, resolve:

Art. 1º – Outorgar autorização à Associação Comunitária de Comunicação, Cultura e Meio Ambiente de Araponga, com sede na Rua Maria Joana de Jesus Macedo, nº 11 – Centro, na cidade de Araponga, Estado de Minas Gerais, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 20º39'58"S e longitude em 42º31'18" W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua, publicação. – **Miro Teixeira.**

RELATÓRIO Nº 265 /2003-DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53.710.000.418/01, protocolizado em 30 de maio de 2001

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Comunitária de Comunicação, Cultura e Meio Ambiente de Araponga, localidade de Araponga, Estado do Minas Gerais.

I – Introdução

1. A Associação Comunitária de Comunicação, Cultura e Meio Ambiente de Araponga, inscrita no CNPJ sob o número, no Estado do 4.421.669/0001-08, com sede na Rua Maria Joana de Jesus Macedo, nº 11, Centro, cidade de Araponga, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 08 de junho de 2001, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço

de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU**, de 11 de novembro de 2002, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua Maria Joana de Jesus Macedo, nº 11, Centro, na cidade de Araponga, Estado de Minas Gerais, de coordenadas geográficas em 20º39'58."S de latitude e 42º31'18."W de longitude, consoante aos dados constantes do Aviso publicado no **DOU**, de 11-11-2002.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 43 e 44, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada

pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: para a apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos II e V da Norma 2-98, comprovação de necessária alteração estatutária, comprovante de válida existência das entidades que manifestaram apoio à iniciativa, cópia do CNPJ retificado da requerente, declaração do endereço da sede e documento declarando que a Entidade não possui vínculos, cujo cumprimento e aplicação dos critérios estabelecidos na legislação específica resultou no saneamento dos autos e posterior seleção da Entidade, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 47 a 96).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 54 e 55, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma 02/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 86 e 87. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 96 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar 02/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar 02/98;

- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar 02/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• nome

Associação Comunitária de Comunicação, Cultura e Meio Ambiente de Araponga;

• quadro diretivo

Presidente: Ronaldo Vitarelli

Vice-presidente: José Ermelindo Miranda

1º Secretária: Elizabet Laureano Miranda

2º Secretário: Geraldo Gonçalves de Assis

1º Tesoureiro: João Andrade de Miranda

2ª Tesoureira: Maria de Lourdes Assunção

1º Dir. Patrim: Itamar Gomes de Macedo

2º Dir. Patrim: José Ermelindo Laureano Rodrigues

• localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Maria Joana de Jesus Machado. Nº 11 – Centro, cidade de Araponga, Estado de Minas Gerais;

• coordenadas geográficas

20º39’58” de latitude e 42º31’18” de longitude, correspondentes aos dados dispostos no “Roteiro de Análise de Instalação da Estação” – fls. 86 e 87, bem como “Formulário de Informações Técnicas” fls. 54 e 55 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária de Comunicação, Cultura e Meio Ambiente de Araponga, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.710.000.418/01, de 30 de maio de 2001.

Brasília, 17 de setembro de 2003.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 140, DE 2006**

(Nº 1891/2005, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária Várzea do Curral a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Filadélfia, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 646, de 9 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação de Difusão Comunitária Várzea do Curral a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Filadélfia, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 229, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 492, de 22 de setembro de 2003 – Ação Social Mirandense, na cidade de Miranda do Norte – MA;

2 – Portaria nº 532, de 8 de outubro de 2003 – Associação Comunitária Santanense, na cidade de Santana do Deserto – MG;

3 – Portaria nº 563, de 5 de novembro de 2003 – Associação Comunitária de Comunicação, Cultura e Meio Ambiente de Araponga, na cidade de Araponga – MG;

4 – Portaria nº 646, de 9 de dezembro de 2003 – Associação de Difusão Comunitária Várzea do Curral, na cidade de Filadélfia – BA;

5 – Portaria nº 765, de 22 de dezembro de 2003, ASCOM – Associação de Comunicação Comunitária Cultural Coração de Maria, na cidade de Coração de Maria – BA;

6 – Portaria nº 6, de 13 de janeiro de 2004 – Associação Louvores ao Rei Integração Comunitária, na cidade de Campo Grande – MS;

7 – Portaria nº 31, de 15 de janeiro de 2004 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Altamira – “ASSOMIRA”, na cidade de Altamira – PA;

8 – Portaria nº 32, de 15 de janeiro de 2004 – Associação dos Comunicadores de Maracanaú – ASCOMAR, na cidade de Maracanaú – CE;

9 – Portaria nº 40, de 15 de janeiro de 2004 – Associação Comunitária de Comunicação de União de Minas, na cidade de União de Minas – MG; e

10 – Portaria nº 43, de 15 de janeiro de 2004 – Associação Sócio Cultural São Romão, na cidade de Fernando Pedroza – RN.

Brasília, 20 de abril de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC 631 EM

Brasília, 26 de dezembro de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Difusão Comunitária Várzea do Curral, na cidade de Filadélfia, Estado da Bahia, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53640.000072/00, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

PORTARIA Nº 646, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2003

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53640.000072/00 e do PARECER/CONJUR/MC nº 1452/2003, resolve:

Art. 1º – Outorgar autorização a Associação de Difusão Comunitária Várzea do Curral, com sede na Praça Clériston Andrade, nº 29, 1º andar, sala 02 – Centro, na cidade de Filadélfia, Estado da Bahia, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 10º44'17"S e longitude em 40º07'57"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira.**

RELATÓRIO Nº 286/2003-DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53.640.000.072/00, protocolizado em 10 de fevereiro de 2000

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação de Difusão Comunitária Várzea do Curral, localidade de Filadélfia, Estado da Bahia.

I – Introdução

1. A Associação de Difusão Comunitária Várzea do Curral, inscrita no CNPJ sob o número 3.159.229/0001-61, no Estado da Bahia, com sede na Praça Clériston Andrade, nº 29, 1º andar, sala 2 – Centro, cidade de Filadélfia, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 10 de fevereiro de 2000, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU**, de 29 de agosto de 2002, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de -3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Av. ACM, na cidade de Filadélfia, Estado da Bahia, de coordenadas geográficas em 10º44'17"S de latitude e 40º07'57"W de longitude. Ocorre que, posteriormente, o endereço proposto foi retificado, passando a estar na Praça Clériston Andrade, 29, 1º andar, SL.2 -Centro, consoante aos dados constantes do Aviso publicado no **DOU**, de 29-8-2002

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 62 e 63, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que a entidade apontou novo endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação do novo dado.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: para a apresentação de necessária alteração estatutária, comprovante de válida existência das entidades que manifestaram apoio à iniciativa, cópia do CNPJ da requerente e declaração do endereço da sede, cujo cumprimento e aplicação dos critérios estabelecidos na legislação específica resultou no saneamento dos autos e posterior seleção da Entidade, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 66 a 115).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 69, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma 2-98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 103 e 104. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 115 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98; e comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes; e manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;

- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar 02/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar 02/98; e declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da re-

querente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar 02/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

- **nome**

Associação de Difusão Comunitária Várzea do Curral;

- **quadro diretivo**

Presidente: Juralécio Lima Maia
 Vice-presidente: Gicelia Souza Silva
 Secretário Geral: Maria Célia Alves de Araújo.
 2º Secretário: Jorge Adriano Ferreira de Souza
 Tesoureiro: Laércio Oliveira Pires
 Diretor de Oper.: Antonio Gonçalves de Souza
 Vice-Diretor de Oper.: José Adilson Alves de Oliveira
 Dir. Cult e Com. Social: Deoclécio Maia Neto
 Vice-Dir.Cult.Com.Soc: Egnaldo Souza Paixão
 Dir.Patrimônio: Alvino Pereira Maia Neto

- **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Praça Clériston Andrade, 29, 1º andar, sl.2, cidade de Filadélfia, Estado da Bahia;

- **coordenadas geográficas**

10º44'17" de latitude e 40º07'57" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no “Roteiro de Análise de Instalação da Estação” – fls. 103 e 104, bem como “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 69 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela

Associação de Difusão Comunitária Várzea do Curral, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.640.000.072/00, de 10 de fevereiro de 2000.

Brasília, 3 de outubro de 2003. – **Aline Oliveira Prado**, Chefe de Serviço/SSR, Relatora da conclusão

Jurídica – **Neide Aparecida da Silva**, Chefe de Divisão/SSR, Relatora da conclusão Técnica.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 141 DE 2006**

(Nº 1.918/2005, na Câmara Dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Mercosul de Difusão Comunitária a executar serviço de Radiodifusão comunitária na cidade de Pedro Osório, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 33, de 15 de janeiro de 2004, que autoriza a Associação Mercosul de Difusão Comunitária a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedro Osório, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 222, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 549, de 5 de novembro de 2003 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Pérola D'Oeste, na cidade de Pérola D'Oeste – PR;

2- Portaria nº 771, de 22 de dezembro de 2003 – Associação dos Lavradores Autônomos de Buriti – MA, na cidade de Buriti – MA;

3 – Portaria nº 775, de 22 de dezembro de 2003 – Centro Comunitário Sócio Cultural de Barra dos Coqueiros, na cidade de Barra dos Coqueiros – SE;

4 – Portaria nº 5, de 13 de janeiro de 2004 – Sociedade dos Amigos de Magalhães de Almeida, na cidade de Magalhães de Almeida – MA;

5 – Portaria nº 7, de 13 de janeiro de 2004 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Ubaitaba, Estado da Bahia, na cidade de Ubaitaba – BA;

6 – Portaria nº 16, de 14 de janeiro de 2004 – Associação Comunitária de Edealina, na cidade de Edealina – GO;

7 – Portaria nº 33 de 15 de janeiro de 2004 – Associação Mercosul de Difusão Comunitária, na cidade de Pedro Osório – RS;

8 – Portaria nº 51, de 16 de janeiro de 2004 – Associação de Radiodifusão Comunitária Majestade “FM”, na cidade de Sorocaba – SP;

9 – Portaria nº 53, de 16 de janeiro de 2004 – Instituto de Radiodifusão Comunitária de Pacujá – Ceará, na cidade de Pacujá – CE; e

10 – Portaria nº 86, de 23 de janeiro de 2004, alterada pela de nº 303, de 3 de agosto de 2004 – Associação Curaçaense Comunitária de Rádio e Difusão, no município de Curaçá – BA.

Brasília, 19 de abril de 2005.

MC 89 EM

Brasília, 13 de abril de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Mercosul de Difusão Comunitária, na cidade de Pedro Osório, Estado do Rio Grande do Sul, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o caput do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53790.000916/02, que

ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, **Eunício Lopes de Oliveira.**

PORTARIA Nº 33 DE 15 DE JANEIRO DE 2004

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 92 e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53790.000916/02 e do PARECER/CONJUR/MC nº 17/2004, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Mercosul de Difusão Comunitária, com sede na Rua 30 de Novembro, nº 67 – Centro, na cidade de Pedro Osório, Estado do Rio Grande do Sul, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º – A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 31º51'50" S e longitude em 52º49'13" W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira.**

RELATÓRIO Nº 451 /2003-DOSR/SSCE/MC

Referência: Processo nº 53.790.000.916/02, protocolizado em 22 de julho de 2002

Objeto: Requerimento exploração Radiodifusão de autorização para a do Serviço de Comunitária.

Interessado: Associação Mercosul de Difusão Comunitária, localidade de Pedro Osório, Estado do Rio Grande do Sul.

I – Introdução

1. A Associação Mercosul de Difusão Comunitária, inscrita no CNPJ sob o número 5.150.532/0001-29, no Estado do Rio Grande do Sul, com sede na Rua 30 de Novembro, nº 67, Centro, cidade de Pedro

Osório, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 19 de julho de 2002 subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração de Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU**, de 29 de agosto de 2002, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 1Cm entre as interessadas nesta localidade, comunicamos *que* apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua 30 de Novembro, nº 67, na cidade de Pedro Osório, Estado do Rio Grande do Sul, de coordenadas geográficas em 31º51'58" S de latitude e 52º49'25" W de longitude. Ocorre que, posteriormente, as coordenadas e endereço propostos foram retificados, passando a estar na Rua Presidente Vargas, nº 203, Centro, em 31º51'50" S de latitude e 52º49'13" W de longitude consoante aos dados constantes do Aviso publicado no **DOU**, de 29 de agosto de 2002.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 61 e 62, denominado de "Rotei-

ro de Análise Técnica de RadCom”, que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira.

endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: para a apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos II, IV, V e VIII da Norma 2-98, comprovação de necessária alteração estatutária, certidão cartoraria comprovando o registro da Ata de Fundação da Entidade, alteração da denominação da entidade em sua Ata de Fundação, comprovante de válida existência das entidades que manifestaram apoio à iniciativa, declaração de que a entidade requerente não possui vínculos de subordinação e declaração do endereço da sede, cujo cumprimento e aplicação dos critérios estabelecidos na legislação específica resultou no saneamento dos autos e posterior seleção da Entidade, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 67 a 175)

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls 153 e 154, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma 2-98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 176 a 177. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 175, dos autos, corresponde ao que se segue.

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispo-

tos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;

- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;

- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar 02/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar 02/98;

- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar 02/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• nome

Associação Mercosul de Difusão Comunitária;

• quadro diretivo

Presidente: Danúbio M. Pereira;

Vice-presidente: Waldir Jesus Corrêa Porto;

Secretário: Osório Vergara;

Tesoureiro: Ubiratan dos Santos Martins.

• localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Presidente Vargas, nº 203, cidade de Pedro Osório, Estado do Rio Grande do Sul;

• coordenadas geográficas

31º51'50” de latitude e 52º49'13” de longitude, correspondentes aos dados dispostos no “Roteiro de Análise de Instalação da Estação” – fls. 176 e 177, bem

como “Formulário de Informações Técnicas” – fls 153 e 154 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Mercosul de Difusão Comunitária, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.790.000.916/02, de 22 de julho de 2002.

Brasília, 18 de dezembro de 2003. – **Lídia Souza El-Carab Moreira**, Relatora da Conclusão Jurídica, Chefe de Serviço/SSR – **Ana Maria das Dores e Silva**, Relatora da conclusão Técnica, Chefe de Serviço/SSR.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 19 de dezembro de 2003. – **Jayme Marques de Carvalho Neto**, Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio e Imagem

De acordo.

A consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 19 de dezembro de 2003. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo o Relatório nº 451/2003/DOSR/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 19 de dezembro de 2003. – **Eugenio de Oliveira Fraga**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 142, DE 2006

(Nº 1.929/2005, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza o Educandário Batista de Porto Velho – EBPV a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 87, de 16 de fevereiro de 2005, que autoriza o Educandário Batista de Porto Velho – EBPV a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia.

Art. 1º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 348, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 10, de 26 de janeiro de 2005 – Associação de Integração Comunitária de Orizona – AICO, no município de Orizona – GO;

2 – Portaria nº 59, de 4 de fevereiro de 2005 – Associação Cultural de Penha, no município de Penha – SC;

3 – Portaria nº 87, de 16 de fevereiro de 2005 – Educandário Batista de Porto Velho – EBPV, no município de Porto Velho – RO; e

4 – Portaria nº 138, de 16 de fevereiro de 2005 – Associação de Comunicação Alternativa de Novo Horizonte – ACANH, no município de Macapá – AP.

Brasília, 9 de junho de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC 78 EM

Brasília, 11 de março de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Educandário Batista de Porto Velho – EBPV, no município de Porto Velho, Estado de Rondônia, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53800.000063/99, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, **Eunício Lopes de Oliveira**.

PORTARIA Nº 87, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2005

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53800.000063/99 e do PARECER/MC/CONJUR/GAT/Nº 1484 – 1.08/2004, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização ao Educandário Batista de Porto Velho – EBPV, com sede na Estrada do Belmont, nº 2349, Bairro Nacional, no município de Porto Velho, Estado de Rondônia, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 08º42'42"S e longitude em 63º54'30"W, utilizando a frequência de 105,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Eunício Oliveira**.

RELATÓRIO

Nº 0209/2004/RADCOM/DOS/SSCE/MC/APMC

Referência: Processo nº 53800.000063/99, protocolizado em 7-7-1999.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Educandário Batista de Porto Velho – EBPV município de Porto Velho, Estado de Roraima.

I – Introdução

1. A Educandário Batista de Porto Velho – EBPV, inscrita no CNPJ sob o número 00.842.804/0001-38, no Estado de Roraima, com sede Estrada do Belmont 2349 – bairro Nacional, no município de Porto Velho, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 7-7-99, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU**, de 9-9-1999 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outras entidades foi objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentou suas solicitações para a mesma área de interesse, tendo sido seu processo devidamente analisado e arquivado. Os motivos do arquivamento, bem como a indicação da relação constando o respectivo nome e processo, se encontra abaixo explicitada:

a) Centro Social São Luiz Gonzaga – Processo nº 53800.000364/98, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: deixou de encaminhar toda a documentação referente ao subitem 6.7 e incisos da Norma 02/98, desta forma não há possibilidade de análise de pleito, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 236, datado de 12-1-01, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade não apresentou solicitação para reconsideração desta decisão.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para

a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 02/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Canil s/nº – Nacional, no município de Porto Velho, Estado de Roraima, de coordenadas geográficas em 08º42'42"S de latitude e 63º54'30"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 39, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de armamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos I, II, VIII, IX e X da Norma 02/98, comprovação de necessária alteração estatutária, comprovante de válida existência das entidades que manifestaram apoio à iniciativa, cópia do CNPJ retificado da requerente e declaração do endereço da sede, assentimento prévio do conselho. A Entidade foi selecionada, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 89).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 89, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma 02/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 142 e 143. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equi-

pamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 02 a 144, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar 02/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar 02/98;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar 02/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• nome

Educandário Batista de Porto Velho – EBPV;

• quadro diretivo

Presidente: José Sidney Andrade dos Santos

Vice-presidente: Valdeci Teixeira da Silva

1º Secretário: José Abreu Lemos

2º Secretário: Joel Medeiros
Tesoureiro: Samuel dos Santos

• **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Rua do Canil s/nº – Nacional, município de Porto Velho, Estado de Roraima;

• **coordenadas geográficas**

08º42'42" de latitude e 63º54'30" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 39, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 89 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Educandário Batista de Porto Velho – EBPV, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53800.000063/99, de 7 de julho de 1999.

Brasília, 29 de junho de 2004. – Relator da conclusão Jurídica – **Ana Maria das Dores e Silva**, Relatora da conclusão Técnica.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 29 de junho de 2004. – **Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior**, Coordenador-Geral

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 29 de junho de 2004. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo o Relatório nº /2004/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, – **Elifas Chaves Gurgel do Amaral**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(*À Comissão de Educação – decisão terminativa.*)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 143, DE 2006**

(Nº 1.916/2005 na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social "Liberdade" a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipuã, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 122, de 16 de fevereiro de 2005, que autoriza a Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social "Liberdade" a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipuã, Estado de 510 Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 565, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 230, de 12 de junho de 2003 – Associação de Desenvolvimento Comunitário de Bias Fortes – MG, na cidade de Bias Fortes – MG;

2 – Portaria nº 122, de 16 de fevereiro de 2005 – Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social "Liberdade", no município de Ipuã – SP

3 – Portaria nº 263, de 1º de junho de 2005 – Associação de Radiodifusão Comunitária Professor Falcão – FM, no município de Toritama – PE.

Brasília, 31 de agosto de 2005. – **Luiz inácio Lula da Silva**.

MC 135 EM

Brasília, 5 de abril de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social "Liberdade", no município de Ipuã, Estado de São Paulo, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por

meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53830.001831/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente. – **Eunício Lopes de Oliveira.**

PORTARIA Nº 122 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2006

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53830.001831/98 e do PARECER/MC/CONJUR/GAT/Nº 1445 – 1-8/2004, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social “Liberdade”, com sede na Rua José Bonifácio nº 369 – Centro, no município de Ipuã, Estado de São Paulo, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 20º26’24”S e longitude em 48º00’49”W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, – **Eunício Lopes de Oliveira.**

RELATÓRIO

Nº 136/2004/RADCOM/DOS/SSCE/MC-LC

Referência: Processo nº 538300001831/98 protocolizado em 26-8-1998.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social “Liberdade”, município de Ipuã Estado de São Paulo.

I – Introdução

1. A Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social “Liberdade” inscrita no CNPJ sob o número 01.280.112/0001-06, no Estado de São Paulo, com sede na Av. Alberto Conrado, 1018, município de Ipuã, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 24 de agosto de 1998, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU**, de 18-3-1999 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 02/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Av. Alberto Conrado, nº 1026, no município de Ipuã, Estado de São Paulo, de coordenadas geográficas em 20º26’56”S de latitude e 48º00’73”W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 72, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”, que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos II da Norma 02/98, comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do CNPJ retificado da requerente e declaração do endereço da sede, cujo cumprimento e aplicação dos critérios estabelecidos na legislação específica resultou no saneamento dos autos e posterior seleção da Entidade, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 76 a 164).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 110, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma 02/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 162/163. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 164 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98.

- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;

- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;

- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar 02/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar 02/98;

- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar 02/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• nome

Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social “Liberdade”

• quadro diretivo

Presidente: Carlos Augusto Barbosa Franco
Vice-presidente: Sebastião Aparecido da Cruz
Secretário: Renato Cruz Gonçalves
Tesoureiro: Luiz Valentim Bolsoni

• localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua José Bonifácio, 369, município de Ipuã, Estado de São Paulo.

• coordenadas geográficas

20°26’24” de latitude e 48°00’49” de longitude, correspondentes aos dados dispostos no “Roteiro de Análise de Instalação da Estação” – fls. 162 e 163, bem

como “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 110 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social “Liberdade”, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53830001831/98 de 26 de agosto de 1998.

Brasília, 14 de maio de 2004. – **Luciana Coelho**, Relatora da conclusão Jurídica Chefe de Serviço/SSR – **Regina Aparecida Monteiro**, Relatora da conclusão Técnica, Chefe de Serviço/SSR.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 14 de maio de 2004. – **Alexandra Luciana Costa**, Coordenadora

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 144, DE 2006

(Nº 1.952/2005, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Alternativa FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Corda, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 478, de 22 de setembro de 2003, alterada pela de nº 45, de 16 de janeiro de 2004, que autoriza a Associação da Rádio Alternativa FM a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Corda, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 227, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 500, de 2 de abril de 2002, alterada pela de nº 402, de 30 de julho de 2003 – Associação

de Cultura e Informação de Pacajá – ACIPA – Emissora Comunitária “Novo Tempo”, na cidade de Pacajá – PA;

2 – Portaria nº 2.943, de 18 de dezembro de 2002, alterada pela de nº 601, de 19 de novembro de 2003 – Fundação Maranhense de Assistência Comunitária – FUMAC, na cidade de São Luís – MA;

3 – Portaria nº 207, de 12 de junho de 2003 – Associação Comunitária Educativa de Radiodifusão de Sapucaí Mirim, na cidade de Sapucaí-Mirim – MG;

4 – Portaria nº 256, de 12 de junho de 2003 – Associação Comunitária para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Monte Verde, na cidade de Camanducaia – MG;

5 – Portaria nº 257, de 12 de junho de 2003 – Associação Acultural de Galiléia, na cidade de Galiléia – MG;

6 – Portaria nº 324, de 27 de junho de 2003 – Associação “Comunidade Irmãos Unidos” de Governador Archer, na cidade de Governador Archer – MA;

7 – Portarias nº 427, de 28 de agosto de 2003 – Associação Assistencial dos Moradores da Boa Vista, na cidade de Cascavel – CE;

8 – Portaria nº 478, de 22 de setembro de 2003, alterada pela de nº 45, de 16 de janeiro de 2004 – Associação da Rádio Alternativa FM, na cidade de Barra do Corda – MA;

9 – Portaria nº 668, de 9 de dezembro de 2003 – Associação Comunitária Cultural Filadélfia – ACCFI, na cidade de Tucuruí – PA;

10 – Portaria nº 678, de 9 de dezembro de 2003 – Associação Cultural Novos Caminhos de Munhoz de Mello – Paraná, na cidade de Munhoz de Mello – PR; e

11 – Portaria nº 680, de 9 de dezembro de 2003 – Associação Comunitária Cultural Bragadense, denominada “ACCB”, na cidade de Pato Bragado – PR.

Brasília, 20 de abril de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC 447 EM

Brasília, 30 de setembro de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação da Rádio Alternativa FM, na cidade de Barra do Corda, Estado do Maranhão, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da

filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83 de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53000.001931/01, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Miro Teixeira.**

PORTARIA Nº 478, DE 22 DE SETEMBRO DE 2003

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998 e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.001931/01 e do PARECER/CONJUR/MC nº 1117/2003, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação da Rádio Alternativa FM, com sede na Av. Beira Rio, s/nº, Setor Incra, na cidade de Barra do Corda, Estado do Maranhão, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 5º29'01"S e longitude em 44º16'41"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade

iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira.**

PORTARIA Nº 45, DE 16 DE JANEIRO DE 2004

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 9º, II e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998 e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.001931/01 e do PARECER/CONJUR/MC nº 1758/2003, resolve:

Art. 1º Alterar o art. 3º, da Portaria nº 478, de 22 de setembro de 2003, publicada no **Diário Oficial** da União de 25 de setembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 05º29'01"S e longitude em 45º16'41"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.”

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira.**

RELATÓRIO Nº 160/2003-DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53000001931/01 protocolizado em 5-6-01.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação da Rádio Alternativa FM, localidade de Barra do Corda, Estado do Maranhão.

I – Introdução

1. A Associação da Rádio Alternativa FM, inscrita no CNPJ sob o número 04.375.731/0001-72, no Estado do Maranhão, com sede na Av. Beira Rio s/nº – Setor Incra, cidade de Barra do Corda, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 31 de maio de 2001, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU**, de 24 de maio de 2002, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outra entidade foi objeto de exame por parte do Depar-

tamento de Outorga de Serviços, vez que apresentou sua solicitação para a mesma área de interesse, tendo sido seu processo devidamente analisado e arquivado. Os motivos do arquivamento, bem como a indicação da relação constando o respectivo nome e processo, se encontram abaixo explicitada:

a) Associação Comunitária Jitirama de Barra da Corda – Processo nº 53720000801/01, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: aplicação do Critério da representatividade, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 5.481, datado de 13-6-2003. (cópia anexa)

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-02-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03-03-1998 e Norma Complementar nº 2/98, de 06-08-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Av. Beira Rio s/nº – INCRA, na cidade de Barra do Corda, Estado do Maranhão, de coordenadas geográficas em UTM 0472825 e 9390795. Ocorre que, posteriormente, as coordenadas propostas foram retificadas mediante solicitação datada de 22-8-01, passando a estar 05º30'41"S de latitude e 45º14'42.8"W de longitude consoante aos dados constantes do Aviso publicado no **DOU** de 24-5-02.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 79, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena: planta de arrumamento, endereços da sede e do sistema irradiante,

outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos I, II, III, XIX e X da Norma 02/98, comprovação de necessária alteração estatutária e declaração do endereço da sede. Diante da regularidade técnico-jurídica dos processos nºs 53720000801/01 e 53000001931/01, referentes às interessadas na localidade e em observância ao disposto no subitem 6.10.1 da Norma 02/98, foi encaminhado ofício para que se estabelecesse uma associação entre as mesmas, ocorre que, diante da impossibilidade associativa, utilizou-se o critério de seleção apontado no subitem 6.10.2 da Norma 02/98, do qual se constatou que a requerente conta com maior número de manifestações em apoio que a sua concorrente, em decorrência de tal fato a Entidade foi selecionada, tendo sido o projeto técnico apresentado voluntariamente no prazo de atendimento à convocação realizada por meio do citado Aviso em tramitação (fls. 89 a 136).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 61 a 63, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 130 e 131. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 3 a 137, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em

conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;

- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;

- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar 2/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar 02/98;

- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7. incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar 02/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços. a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

- **nome**

Associação da Rádio Alternativa FM;

- **quadro diretivo**

Presidente: Júlio Pereira Cardoso

Vice-presidente: Zigomar Franco Mota

1º Secretário: Raimunda Jânia Diniz Freitas

2º Secretário: Maria Eldi Rodrigues da Silva

1º Tesoureiro: Erisvan Pereira Santos

2º Tesoureiro: Julio César Lincar

- **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

BR 226 km4 s/nº – Tresidela, cidade de Barra do Corda, Estado do Maranhão;

- **coordenadas geográficas**

5º29'01" s de latitude e 45º16'41" w de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 130 e 131 bem como "Formulário de Informações (Ilegível) e que se referem à localização da estação".

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação da Rádio Alternativa FM, no sentido de conceder-lhe a autorização para

a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53000001931/01, de 5 de junho de 2001.

Brasília, 18 de junho de 2003. – **Alexandra Luciana Costa**, Relatora da conclusão Jurídica – **Neide Aparecida da Silva**, Relatora da conclusão Técnica

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 23 de junho de 2001. – **Jayme Marques de Carvalho Neto**, Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio e Imagem

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica. Brasília, 23 de junho de 2003. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo o Relatório nº 160/2003/DOSR/SSR/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 24 de junho de 2003. – **Eugenio de Oliveira Fraga**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 145, DE 2006

(Nº 1.955/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Educacional Dom Pedro Felipak para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ibaiti, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 27 de junho de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 6 de junho de 1997, a concessão da Fundação Educacional Dom Pedro Felipak para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ibaiti, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 608, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XIII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 27 de junho de 2002, que "Renova a concessão das

entidades que menciona, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências". As entidades mencionadas são as seguintes:

- 1 – Rádio Atalaia de Canavieiras Ltda., na cidade de Canavieiras–BA (onda média);
- 2 – Rádio Difusora Paranaibense Ltda.–ME, na cidade de Paranaíba–MS (onda média);
- 3 – Rádio Aliança Ltda., na cidade de João Pessoa–PB (onda média);
- 4 – Rádio Potiguara de Mamanguape Ltda., na cidade de Mamanguape–PB (onda média);
- 5 – Fundação Educacional Dom Pedro Felipak, originariamente Rádio Novo Horizonte de Ibaiti Ltda., na cidade de Ibaiti–PR (onda média);
- 6 – Rádio Alvorada do Sul Ltda., na cidade de Rebouças–PR (onda média);
- 7 – Rádio Club de Faxinal Ltda., na cidade de Faxinal–PR (onda média);
- 8 – Rádio Independência de Medianeira Ltda., na cidade de Medianeira–PR (onda média);
- 9 – Rádio Najuá de Irati Ltda., na cidade de Irati–PR (onda média);
- 10 – Rádio Voz do Sudoeste Ltda., na cidade de Coronel Vivida–PR (onda média);
- 11 – Rádio Heróis do Jenipapo Ltda., na cidade de Campo Maior–PI (onda média);
- 12 – Fundação Navegantes de Porto Lucena, originariamente Rádio Caibaté Ltda., na cidade de Caibaté–RS (onda média);
- 13 – Rádio Nonoai Ltda., na cidade de Nonoai–RS (onda média);
- 14 – Rádio Planetário Ltda., na cidade de Espumoso–RS (onda média);
- 15 – Rádio Vale do Jacuí Ltda., originariamente Rádio Princesa do Jacuí Ltda., na cidade de Cachoeira do Sul–RS (onda média);
- 16 – Empresa Blumenauense de Comunicação Ltda., originariamente Rádio Jornal de Santa Catarina Ltda., na cidade de Blumenau–SC (onda média);
- 17 – Rádio Barriga Verde Capinzal Ltda., na cidade de Capinzal–SC (onda média);
- 18 – Rádio Caibi Ltda., na cidade de Caibi–SC (onda média);
- 19 – Rádio Centro Oeste de Pinhalzinho Ltda., na cidade de Pinhalzinho–SC (onda média);
- 20 – Rádio Cidade Ltda., na cidade de São Miguel do Oeste–SC (onda média);
- 21 – Rádio Educadora de Taió Ltda, originariamente Rádio Educadora Taiô Ltda., na cidade de Taió–SC (onda média);
- 22 – Rádio Entre Rios Ltda., na cidade de Palmitos–SC (onda média);

- 23 – Rádio Fronteira Oeste Ltda., na cidade de Dionísio Cerqueira–SC (onda média);
- 24 – Rádio Nambá Ltda., na cidade de Ponte Serrada–SC (onda média);
- 25 – Rádio Porto Feliz Ltda., na cidade de Mondaí–SC (onda média);
- 26 Rádio Rainha das Quedas Ltda., na cidade de Abelardo Luz–SC (onda média);
- 27 – Sociedade Rádio Hulha Negra de Criciúma Ltda., na cidade de Criciúma–SC (onda média);
- 28 – Rádio Monumental de Aparecida Ltda., na cidade de Aparecida–SP (onda média);
- 29 – Rádio Nova Sumaré Ltda., na cidade de Sumaré–SP (onda média);
- 30 – Rede MS Integração de Rádio e Televisão Ltda., na cidade de Campo Grande–MS (sons e imagens);
- 31 – Televisão Borborema Ltda., na cidade de Campina Grande–PB (sons e imagens) e
- 32 – Televisão Alto Uruguai S.A., na cidade de Erechim–RS (sons e imagens).

Brasília, 10 de julho de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC 698 EM

Brasília, 10 de maio de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.
Submeto à consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de decreto que trata da renovação de concessões, outorgadas às entidades abaixo relacionadas, para explorar serviço de radiodifusão, nas localidades e Unidades da Federação indicadas:

- Rádio Atalaia de Canavieiras Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Canavieiras, Estado da Bahia (Processo nº 53640.000694/97);
- Rádio Difusora Paranaibense Ltda. – ME, concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Paranaíba, Estado de Mato Grosso do Sul (Processo nº 53700.001728/97);
- Rádio Aliança Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba (Processo nº 53730.000225/91);
- Rádio Potiguara de Mamanguape Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Mamanguape, Estado da Paraíba (Processo nº 53730.000243/97);
- Fundação Educacional Dom Pedro Felipak, concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Ibaiti, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000054/97);

- Rádio Alvorada do Sul Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Rebouças, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000115/97);
- Rádio Club de Faxinal Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Faxinal, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000146/97);
- Rádio Independência de Medianeira Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Medianeira, Estado do Paraná (Processo nº 53740.001304/97);
- Rádio Najuá de Irati Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Irati, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000149/97);
- Rádio Voz do Sudoeste Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Coronel Vivida, Estado do Paraná (Processo nº 53740.001386/97);
- Rádio Heróis do Jenipapo Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Campo Maior, Estado do Piauí (Processo nº 53760.000348/97);
- Fundação Navegantes de Porto Lucena, concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Caibaté, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 53790.000266/97);
- Rádio Nonoai Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Nonoai, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 53796.000483/97);
- Rádio Planetário Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Espumoso, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 53790.001651/97);
- Rádio Vale do Jacuí Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 53790.000145/94);
- Empresa Blumenauense de Comunicação Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000952/94);
- Rádio Barriga Verde Capinzal Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Capinzal, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000498/98);
- Rádio Caibi Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Caibi, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000319/98);
- Rádio Centro Oeste de Pinhalzinho Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000635/97);
- Rádio Cidade Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000336/98);
- Rádio Educadora de Taió Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Taió, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000978/97);
- Rádio Entre Rios Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Palmitos, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000955/97);
- Rádio Fronteira Oeste Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000053/97);
- Rádio Nambá Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000055/97);
- Rádio Porto Feliz Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Mondai, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000569/97);
- Rádio Rainha das Quedas Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000182/97);
- Sociedade Rádio Hulha Negra de Criciúma Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000446/97);
- Rádio Monumental de Aparecida Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Aparecida, Estado de São Paulo (Processo nº 53830.000036/00);
- Rádio Nova Sumaré Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Sumaré, Estado de São Paulo (Processo nº 53830001227/99);
- Rede MS Integração de Rádio e Televisão Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul (Processo nº 53700.000205/00);
- Televisão Borborema Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba (Processo nº 53730.000066/97);

• Televisão Alto Uruguai S.A., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 53790.000653/96).

2. Observo que a renovação do prazo de vigência das outorgas para explorar serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou.

3. Cumpre ressaltar que os pedidos foram analisados pelos órgãos técnicos deste Ministério e considerados de acordo com os dispositivos legais aplicáveis, demonstrando possuir as entidades as qualificações necessárias à renovação da concessão.

4. Nessa conformidade, e em observância ao que dispõem a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, Decreto nº 88.066, de 1983, submeto o assunto à superior consideração de Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao § 3º do art. 223 da Constituição.

Respeitosamente, – **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações

DECRETO DE 27 DE JUNHO DE 2002.

Renova a concessão das entidades que menciona, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, **caput**, da Constituição, 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e tendo em vista o disposto no art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983,

Decreta:

Art. 1º Ficam renovadas as concessões das entidades abaixo mencionadas para explorar, sem direito de exclusividade, pelo prazo de dez anos, serviço de radiodifusão sonora em onda média:

I – Rádio Atalaia de Canavieiras Ltda., a partir de 25 de fevereiro de 1998, na cidade de Canavieiras, Estado da Bahia, outorgada pelo Decreto nº 95.588, de 5 de janeiro de 1988 (Processo nº 53640.000694/97);

II – Rádio Difusora Paranaibense Ltda. – ME, a partir de 10 de janeiro de 1998, na cidade de Paranaíba, Estado de Mato Grosso do Sul, outorgada pela Portaria nº 723, de 8 de novembro de 1967, e renovada pelo Decreto nº 96.010, de 3 de maio de 1988 (Processo nº 53700.001728/97);

III – Rádio Aliança Ltda., a partir de 10 de julho de 1997, na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, outorgada pelo Decreto nº 94.408, de 9 de junho de 1987 (Processo nº 53730.000225/97);

IV – Rádio Potiguara de Mamanguape Ltda., a partir de 24 de julho de 1997, na cidade de Mamanguape, Estado da Paraíba, outorgada pelo Decreto nº 94.411, de 10 de junho de 1987 (Processo nº 53730.000243/97);

V – Fundação Educacional Dom Pedro Felipak, a partir de 6 de junho de 1997, na cidade de Ibaiti, Estado do Paraná, outorgada originariamente à Rádio Novo Horizonte de Ibaiti Ltda., pela Portaria nº 486, de 30 de maio de 1977, renovada pelo Decreto nº 94.581, de 10 de julho de 1987, transferida pela Portaria nº 199, de 24 de outubro de 1989, para a concessionária de que trata este inciso, e autorizada a passar à condição de concessionária em virtude de aumento de potência de sua estação transmissora, conforme Portaria nº 230, de 19 de outubro de 1990 (Processo nº 53740.000054/97);

VI – Rádio Alvorada do Sul Ltda., a partir de 6 de julho de 1997, na cidade de Rebouças, Estado do Paraná, outorgada pela Portaria nº 594, de 4 de julho de 1977, e renovada pelo Decreto nº 94.529, de 26 de junho de 1987 (Processo nº 53740.000115/97);

VII – Rádio Club de Faxinal Ltda., a partir de 21 de junho de 1997, na cidade de Faxinal, Estado do Paraná, outorgada pela Portaria nº 547, de 15 de junho de 1977, e renovada pelo Decreto nº 94.752, de 10 de agosto de 1987 (Processo nº 53740.000146/97);

VIII – Rádio Independência de Medianeira Ltda., a partir de 3 de março de 1998, na cidade de Medianeira, Estado do Paraná, outorgada pelo Decreto nº 81.291, de 31 de janeiro de 1978, e renovada pelo Decreto nº 95.797, de 8 de março de 1988 (Processo nº 53740.001304/97);

IX – Rádio Najua de Irati Ltda., a partir de 30 de junho de 1997, na cidade de Irati, Estado do Paraná, outorgada pelo Decreto nº 79.713, de 23 de maio de 1977, e renovada pelo Decreto nº 94.300, de 30 de abril de 1987 (Processo nº 53740.000149/97);

X – Rádio Voz do Sudoeste Ltda., a partir de 19 de junho de 1998, na cidade de Coronel Vivida, Estado do Paraná, outorgada pelo Decreto nº 95.934, de 19 de abril de 1988 (Processo nº 53740.001386/97);

XI – Rádio Heróis do Jenipapo Ltda., a partir de 31 de outubro de 1997, na cidade de Campo Maior, Estado do Piauí, outorgada pelo Decreto nº 79.715, de 23 de maio de 1977, e renovada pelo Decreto nº 98.032, de 9 de agosto de 1989 (Processo nº 53760.000348/97);

XII – Fundação Navegantes de Porto Lucena, a partir de 6 de maio de 1997, na cidade de Caibaté, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada originariamente à Rádio Caibaté Ltda., pela Portaria nº 97, de 4 de maio de 1987, autorizada a passar à condição de concessionária em virtude de aumento de potência

de sua estação transmissora, conforme Exposição de Motivos nº 196, de 29 de setembro de 1987, do Ministério das Comunicações, e transferida pela Exposição de Motivos nº 109, de 14 de dezembro de 1995, do Ministério das Comunicações, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 53790.000266/97);

XIII – Rádio Nonoai Ltda., a partir de 30 de agosto de 1997, na cidade de Nonoai, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada pela Portaria nº 381, de 24 de agosto de 1977, e renovada pelo Decreto nº 94.952, de 24 de setembro de 1987 (Processo nº 53790.000483/97);

XIV – Rádio Planetário Ltda., a partir de 23 de fevereiro de 1998, na cidade de Espumoso, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada pela Portaria nº 201, de 17 de fevereiro de 1978, e renovada pelo Decreto nº 95.770, de 3 de março de 1988 (Processo nº 53790.001651/97);

XV – Rádio Vale do Jacuí Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada originariamente à Rádio Princesa do Jacuí Ltda., pela Portaria MVOP nº 822, de 28 de setembro de 1955, renovada pelo Decreto nº 90.576, de 28 de novembro de 1984, e transferida pelo Decreto nº 92.916, de 10 de julho de 1986, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 53790.000145/94);

XVI – Empresa Blumenauense De Comunicação Ltda., a partir de 20 de fevereiro de 1995, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, outorgada originariamente à Rádio Jornal de Santa Catarina Ltda., conforme Decreto nº 55.206, de 14 de dezembro de 1964, renovada pelo Decreto nº 99.133, de 9 de março de 1990, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 113, de 1991, publicado no **Diário Oficial** da União em 10 de junho de 1991, e transferida pelo Decreto de 25 de março de 2002, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 53820.000952/94);

XVII – Rádio Barriga Verde Capinzal Ltda., a partir de 25 de outubro de 1998, na cidade de Capinzal, Estado de Santa Catarina, outorgada pelo Decreto nº 96.608, de 30 de agosto de 1988 (Processo nº 53820.000498/98);

XVIII – Rádio Caibi Ltda., a partir de 19 de setembro de 1998, na cidade de Caibi, Estado de Santa Catarina, outorgada pela Portaria nº 350, de 16 de setembro de 1983, e autorizada a passar à condição de concessionária em virtude de aumento de potência de sua estação transmissora, conforme Exposição de Motivos nº 193, de 7 de novembro de 1989, do Ministério das Comunicações (Processo nº 53820.000319/98);

XIX – Rádio Centro Oeste de Pinhalzinho Ltda., a partir de 8 de novembro de 1997, na cidade de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, outorgada pela Portaria nº 1.169, de 31 de outubro de 1977, e renovada pelo Decreto nº 95.257, de 19 de novembro de 1987 (Processo nº 53820.000635/97);

XX – Rádio Cidade Ltda., a partir de 4 de outubro de 1998, na cidade de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, outorgada pelo Decreto nº 96.641, de 2 de setembro de 1988 (Processo nº 53820.000336/98);

XXI – Rádio Educadora de Taió Ltda., a partir de 10 de fevereiro de 1998, na cidade de Taió, Estado de Santa Catarina, outorgada originariamente à Rádio Educadora Taió Ltda., pela Portaria nº 171, de 2 de fevereiro de 1978, transferida para a Cacimba Comunicações Ltda., pela Portaria nº 17, de 1º de setembro de 1982, renovada pelo Decreto nº 96.839, de 28 de setembro de 1988, e transferida pelo Decreto de 14 de outubro de 1997, para a entidade de que trata este inciso (Processo nº 53820.000978/97);

XXII – Rádio Entre Rios Ltda., a partir de 21 de fevereiro de 1998, na cidade de Palmitos, Estado de Santa Catarina, outorgada pela Portaria nº 17, de 10 de janeiro de 1968, e renovada pelo Decreto nº 95.769, de 3 de março de 1988 (Processo nº 53820.000955/97);

XXIII – Rádio Fronteira Oeste Ltda., a partir de 15 de junho de 1997, na cidade de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, outorgada pela Portaria nº 510, de 6 de junho de 1977, renovada pela Portaria nº 177, de 13 de julho de 1987, e autorizada a passar à condição de concessionária em virtude de aumento de potência de sua estação transmissora, conforme Portaria nº 338, de 27 de novembro de 1987, do Ministério das Comunicações (Processo nº 53820.000053/97);

XXIV – Rádio Nambá Ltda., a partir de 29 de abril de 1997, na cidade de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, outorgada pela Portaria nº 337, de 20 de abril de 1977, renovada pela Portaria nº 179, de 11 de julho de 1988, e autorizada a passar à condição de concessionária em virtude de aumento de potência de sua estação transmissora, pela Exposição de Motivos nº 92, de 16 de maio de 1996, do Ministério das Comunicações (Processo nº 53820.000055/97);

XXV – Rádio Porto Feliz Ltda., a partir de 19 de setembro de 1997, na cidade de Mondaí, Estado de Santa Catarina, outorgada pelo Decreto nº 79.899, de 30 de junho de 1977, e renovada pelo Decreto nº 95.259, de 19 de novembro de 1987 (Processo nº 53820.000569/97);

XXVI – Rádio Rainha das Quedas Ltda., a partir de 16 de julho de 1997, na cidade de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, outorgada pelo Decreto nº 94.489, de 17 de junho de 1987 (Processo nº 53820.000182/97);

XXVII – Sociedade Rádio Hulha Negra de Criciúma Ltda., a partir de 9 de outubro de 1997, na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, outorgada pelo Decreto nº 94.749, de 10 de agosto de 1987 (Processo nº 53820.000446/97);

XXVIII – Rádio Monumental de Aparecida Ltda., a partir de 11 de março de 2000, na cidade de Aparecida, Estado de São Paulo, outorgada pelo Decreto nº 84.450, de 30 de janeiro de 1980, e renovada pelo Decreto de 4 de novembro de 1994 (Processo nº 53830.000036/00);

XXIX – Rádio Nova Sumaré Ltda., a partir de 24 de janeiro de 2000, na cidade de Sumaré, Estado de São Paulo, outorgada pelo Decreto nº 84.390, de 10 de janeiro de 1980, e renovada pelo Decreto de 25 de outubro de 1995 (Processo nº 53830.001227/99).

Art. 2º Ficam renovadas as concessões das entidades abaixo mencionadas para explorar, sem direito de exclusividade, pelo prazo de quinze anos, serviço de radiodifusão de sons e imagens:

I – Rede MS Integração de Rádio e Televisão Ltda., a partir de 5 de fevereiro de 2001, na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, outorgada pelo Decreto nº 92.331, de 24 de janeiro de 1986 (Processo nº 53700.000205/00);

II – Televisão Borborema Ltda., a partir de 7 de junho de 1997, na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba, outorgada pelo Decreto nº 60.464-A, de 14 de março de 1967, e renovada pelo Decreto nº 92.564, de 17 de abril de 1986 (Processo nº 53730.000066/97);

III – Televisão Alto Uruguai S.A., a partir de 26 de agosto de 1996, na cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada pelo Decreto nº 58.765, de 28 de junho de 1966, e renovada pelo Decreto nº 86.527, de 30 de outubro de 1981 (Processo nº 53790.000653/96).

Art. 3º A exploração do serviço de radiodifusão, cujas concessões são renovadas por este Decreto, rege-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 4º A renovação das concessões somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de junho de 2002; 181º da Independência e 114º da República. – **Fernando Henrique Cardoso**

PARECER CONJUR/MC Nº 852/2002

Referência: Processo nº 53740.000054/97.

Origem: Delegacia do MC no Estado do Paraná.

Interessada: Fundação Educacional Dom Pedro Felipak.

Assunto: Renovação de Outorga.

Ementa: Concessão para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Pedido apresentado tempestivamente. Regulares a situação técnica e a vida societária.

Conclusão: Pela ratificação do Parecer Jurídico nº 63/97, que concluiu favoravelmente ao requerido.

I – Do Relatório.

Trata o presente processo de pedido de renovação de concessão, formulado pela Fundação Educacional Dom Pedro Felipak, concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Ibaiti, Estado do Paraná.

2. A outorga em questão foi deferida originariamente à Rádio Novo Horizonte de Ibaiti Ltda., conforme Portaria nº 486, de 30 de maio de 1977, publicada no **Diário Oficial** da União de 6 de junho do mesmo ano.

3. Por intermédio do Decreto nº 94.581, de 10 de julho de 1987, publicado no **Diário Oficial** da União de 13 seguinte, por 10 (dez) anos, a partir de 6 de junho de 1987.

4. Em 24 de outubro de 1989, através da Portaria nº 199 publicada no **Diário Oficial** da União de 17 de novembro do mesmo ano, a concessão em pauta foi transferida para a atual concessionária, ou seja, Fundação Educacional Dom Pedro Felipak.

5. O pedido foi objeto de análise pela Delegacia do MC no Estado do Paraná, tendo aquela Delegacia concluído favoravelmente ao pleito, consoante Parecer Jurídico nº 63/97, fls. 37/38 dos autos.

II – Da Fundamentação

6. Reexaminadas as peças que constituem os autos do presente processo, o pedido, sua documentação e os fundamentos jurídicos que determinaram a postura de deferimento adotada pela DRMC/PR, concludo, igualmente, pelo deferimento do postulado, acrescentando o que se segue:

– A entidade obteve autorização para alterar o seu quadro diretivo, mediante autorização dada pela Portaria nº 147, de 14 de setembro de 1998, ficando com a seguinte configuração:

NOME	CARGO
ANTONIO CARLOS QUALIA	DIRETOR PRESIDENTE
JOÃO CRISÓSTOMO DE MORAES FREIRE	DIRETOR VICE PRESIDEN.
JOSÉ PARENTE DE ALENCAR FILHO	DIRETOR
ANÍZIO ALVES DE SOUZA	DIRETOR
ADIL DA SILVA REIS	DIRETOR
NEY DE CARVALHO MENDES JACOPETTI	DIRETOR
HEITOR FERREIRA DOS SANTOS	DIRETOR

7. Ressalte-se que a outorga original está amparada juridicamente nos termos de que dispõem a Lei nº 5.785, de 1972, e o Decreto nº 88.066, de 1963, eis que o pedido de sua renovação foi apresentado na forma devida e com a documentação hábil.

8. Nos termos da lei, o pedido ter-se-á como deferido, porquanto não decidido ao termo da respectiva concessão ou permissão, sendo permitido o funcionamento em caráter precário, dos serviços outorgados e não renovados em tempo hábil, concluindo, desta forma, que a terminação do prazo da concessão ou a pendência da sua renovação, a curto ou a longo prazo, não determina, necessariamente, a extinção do serviço prestado.

9. Ressalte-se que o pedido de renovação da entidade foi apresentado a este Ministério tempestivamente em 24 de janeiro de 1997, conforme requerimento de fls. 1 dos autos, cujos estudos se concluíram em 30 de maio de 1997, na forma do mencionado Parecer de nº 63/97, de fls. 37/38.

10. Diante do concurso das circunstâncias que envolvem a presente novação, deve o processo seguir em seu trâmite, sendo viável, juridicamente, que se autorize a postulada renovação, por 10 anos, a partir de 6 de junho de 1997.

III – Da Conclusão

11. Isto posto, Pronuncio-me pelo encaminhamento dos presentes autos ao Exmº Sr. Ministro das Comunicações, acompanhados de minuta dos atos de renovação correspondentes – Exposição de Motivos e Decreto, com vistas ao encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, autoridade competente para conhecer e decidir do pedido.

12. Posteriormente, a matéria deverá ser apreciada pelo Congresso Nacional, consoante dispõe o § 3º, do art. 223 da Constituição, para que o ato de renovação possa produzir seus efeitos legais.

É o Parecer, **sub censura**.

Brasília, 19 de abril de 2002. – **Marcus Vinícius Lima Franco**, Assistente Jurídico/AGU

Chefe da Divisão Jurídica de Assuntos de Radiodifusão.

De acordo. Encaminhe-se à Srª Consultora Jurídica.

Em 19 de abril de 2002

Maria da Glória Tuxi F. Dos Santos, Coordenadora-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicações. Aprovo. Encaminhe-se ao Gabinete do Sr. Ministro.

Em 19 de abril de 2002

Raimunda Nonata Pires, Consultora Jurídica

(À Comissão de Educação decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 146, DE 2006

(Nº 1.958, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Atalaia de Comunicação e Cultura a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caculé, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 91, de 23 de janeiro de 2004, que autoriza a Associação Comunitária Atalaia de Comunicação e Cultura a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caculé, Estado da Bahia.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 84, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional, Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 89, de 23 de janeiro de 2004 – Associação dos Moradores e Amigos de Chonin de Cima “AMACCI”, na cidade de Governador Valadares – MG;

2 – Portaria nº 91, de 23 de janeiro de 2004 – Associação Comunitária Atalaia de Comunicação e Cultura, na cidade de Caculé – BA;

3 – Portaria nº 135, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária e Agropastoril de Tuiutiba, na cidade de Campo Formoso – BA;

4 – Portaria nº 140, de 16 de abril de 2004 – Associação de Moradores e Amigos do Bairro de Pedra (ASMOAPE), na cidade de Fortaleza – CE;

5 – Portaria nº 163, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Assaí, na cidade de Assaí – PR;

6 – Portaria nº 165, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária da Vila Rural Vereador Sebastião Vieira de Araújo, na cidade de Inajá – PR;

7 – Portaria nº 166, de 16 de abril de 2004 – Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social, Educacional e Econômico de Mauá – CODESEM, na cidade de Mauá da Serra – PR;

8 – Portaria nº 171, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Tibagi, na cidade de Tibagi – PR;

9 – Portaria nº 181, 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Jambeiro, no município de Jambeiro – SP;

10 – Portaria nº 218, de 28 de abril de 2004 – Associação Comunitária e Cultural Porto União, no município de Porto União – SC; e

11 – Portaria nº 302, de 3 de agosto de 2004 – Fundação Assistencial, Educacional e Cultural de Petrolina – FAEPE, no município de Petrolina – PE.

Brasília, 16 de fevereiro de 2005.



MC 54 EM

Brasília, 13 de abril de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Atalaia de Comunicação e Cultura, na cidade de Caculé, Estado da Bahia, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto

com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53640.001 517/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, **Eunicio Lopes De Oliveira**.

PORTARIA Nº 91 DE 23 DE JANEIRO DE 2004

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53640.001517/98 e do PARECER/CONJUR/MC nº 0122/2004, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária Atalaia de Comunicação e Cultura, com sede na Rua Tenente José Raimundo de Castro, nº 104, na cidade de Caculé, Estado da Bahia, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 14º30'18"S e longitude em 42º13'19"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira**.

RELATÓRIO

Nº 001/2004/RADCOM/DOS/SSCE/MC – LSM

Referência: Processo nº 53.640.001.517/98, protocolizado em 16 de outubro de 1998.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Comunitária Atalaia de Comunicação e Cultura, localidade de Caculé, Estado da Bahia.

I – Introdução

1. A Associação Comunitária Atalaia de Comunicação e Cultura, inscrita no CNPJ sob o número 02.744.396/0001-07, no Estado da Bahia, com sede na Rua Tenente José Raimundo de Castro, nº 104, Centro, cidade de Caculé, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 2 de setembro de 1998, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU** de 18 de março de 1999, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 02/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua Tenente José Raimundo de Castro, nº 104, na cidade de Caculé, Estado da Bahia, de coordenadas geográficas em 14º30'10"S de Latitude e 42º13'21"W de longitude. Ocorre que, posteriormente, as coordenadas propostas foram retificadas, passando a estar em 14º30'18"S de latitude e 42º13'19"W de longitude consoante aos dados constantes do Aviso publicado no **DOU**, de 18 de março de 1999.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas ou confirmadas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 183 e 184, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 inciso II da Norma 02/98, comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do CNPJ da requerente e declaração do endereço da sede, cujo cumprimento e aplicação dos critérios estabelecidos na legislação específica resultou no saneamento dos autos e posterior seleção da Entidade, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls.189 a 331).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls 329, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma 02/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 333 e 334. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada

e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 331, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequado às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos deposedo no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;

- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;

- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar 2/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar 2/98;

- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar 2/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• nome

Associação Comunitária Atalaia de Comunicação e Cultura.

• quadro diretivo

Presidente: José Luciano Santos Ribeiro;

Vice-presidente: José Roberto Neves;

1º Secretário: Cincinato Ferreira Neves Filho;

2º Secretário: Eugênio Brito Alves;

1º Tesoureiro : Valdir Saraiva de Carvalho;

2º Tesoureiro: Jaime Souza Brito;

1º Diretor de Patrimônio: Egidio Justiniano dos Santos;

2º Diretor de Patrimônio: Paulo de Souza Novaes.

• localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Tenente José Raimundo de Castro, nº 104, cidade de Caculé, Estado da Bahia;

• coordenadas geográficas

14º30'18" de latitude e 42º13'19" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 333 e 334, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls 329 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária Atalaia de Comunicação e Cultura, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.640.001.517/98, de 16 de outubro de 1998.

Brasília, 7 de janeiro de 2004. – **Lídia Souza El-Carad Moreira**, Relatora da Conclusão Jurídica – **Neide Aparecida da Silva**, Relatora da Conclusão Técnica.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 147, DE 2006

(Nº 1.962/2005, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a – Associação Comunitária Diamantina a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morro do Chapéu, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 142, de 16 de fevereiro de 2005, que autoriza a Associação Comunitária Diamantina a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morro do Chapéu, Estado da Bahia.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 551, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 142,

de 16 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação Comunitária Diamantina para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Morro do Chapéu, Estado da Bahia.

Brasília, 24 de agosto de 2005. – **Luíz Inácio Lula da Silva.**

MC 129 EM

Brasília, 5 de fevereiro de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Diamantina, no município de Morro do Chapéu, Estado da Bahia, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53640.001252/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente. – **Eunício Lopes de Oliveira.**

**PORTARIA Nº 142,
DE 16 DE FEVEREIRO DE 2005**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso

II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53640.001252/98 e do PARECER/MC/CONJUR/GAT/Nº 1.576 – 1.08/2004, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária Diamantina, com sede na Rua Juracy Magalhães, nº 70, 1º Piso – Centro, no município de Morro do Chapéu, Estado da Bahia, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

– Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 11º32'59"S e longitude em 41º09'16"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Eunício Oliveira**

**RELATÓRIO
Nº 231/2004/RADCOM/DOS/SSCE/MC**

Referência: Processo nº 53640.001.252/98, protocolizado em 9-9-1998.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Comunitária Diamantina município de Morro do Chapéu, Estado da Bahia.

I – Introdução

1. A Associação Comunitária Diamantina, inscrita no CNPJ sob o número 02.606.121/0001-07, no Estado da Bahia, com sede Rua Juracy Magalhães, nº 70, Centro, no município de Morro do Chapéu, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 24 de agosto de 1998, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU**, de 5 de novembro de 1998 que

contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outras entidades foram objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentaram suas solicitações para a mesma área de interesse, tendo sido seus processos devidamente analisados e arquivados. Os motivos dos arquivamentos, bem como a indicação da relação constando os respectivos nomes e processos, se encontram abaixo explicitadas:

a) Associação Rádio Comunitária Rio Jacuípe – Processo nº 53640001881/98, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: a Entidade não encaminhou a documentação necessária para análise, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 2034, datado de 19-5-2000, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade não apresentou solicitação para reconsideração desta decisão.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 02/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua Juracy Magalhães, nº 70, 1º Piso, Centro, no município de Morro do Chapéu, Estado da Bahia, de coordenadas geográficas em 11º35'26"S longitude (ilegível).

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 80, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata

de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arrumamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados. Esclarecemos que as coordenadas, bem como o endereço inicialmente apresentados, não são os mesmos constantes no Roteiro de Análise de Instalação da Estação, tendo em vista que foram alterados pela Requerente, conforme fls. 136 e 138 os quais foram devidamente analisados e acatados, conforme fls. 155/156.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constatou-se o arquivamento dos autos às fls. 89, pedido de reconsideração às fls. 90 e o acatamento da decisão de reconsideração às fls. 153, bem como pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos IV e VIII da Norma 2/98, comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do CNPJ da requerente, declaração do endereço da sede e apresentação do projeto técnico (fls. 89 a 173).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 138, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma 02/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 154/155. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 173 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispo-

tos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;

- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;

- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar 2/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar 2/98;

- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar 2/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• nome

Associação Comunitária Diamantina;

• quadro diretivo

Presidente: Antônio Gabriel de Oliveira Barreto Neto

Vice-presidente: Marcos Bagano Guimarães

1ª Secretária: Adriana Lopes Lima Fialho

2º Secretário: Antônio Barreto Dantas Júnior

1º Tesoureiro: Baldoíno Soares Feitosa

2º Tesoureiro: Sandro Claber da Silva Souza

• localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Antônio Balbino, nº 168, município de Morro do Chapéu, Estado da Bahia;

• coordenadas geográficas

11º32'59" de latitude e 41º09'16" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 154/155, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 138 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária Diamantina, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.640.001.252/98 de 9 de agosto de 1998.

Brasília, 10 de setembro de 2004.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa))

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 148, DE 2006

(Nº 1.967/2005, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação de Proteção e Preservação do Vale do Apodi a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 390, de 3 de novembro de 2004, que autoriza a Associação de Proteção e Preservação do Vale do Apodi a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data sua publicação.

MENSAGEM Nº 558, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 390, de 3 de novembro de 2004, que outorga autorização à Associação de Proteção e Preservação do Vale do Apodi para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte.

Brasília, 24 de agosto de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC 272 EM

Brasília, 10 de novembro de 2004.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva

documentação para que a entidade Associação de Proteção e Preservação do Vale do Apodi, no Município de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o caput do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53780.000173/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

PORTARIA Nº 390, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2004

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 99 e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de

1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53780.000173/98 e do PARECER/MC/CONJUR/GAT/Nº 1043-1.08/2004, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Proteção e Preservação do Vale do Apodi, com sede na Praça Getúlio Vargas, nº 09 – Centro, no município de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 05º35'55"S e longitude em 37º49'48"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Eunício Oliveira**

RELATÓRIO**Nº169/2004/RADCOM/DOS/SSCE/MC -SLP**

Referencia: Processo nº 53.780.000.173-98, protocolizado em 27-8-1998.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação de Proteção e Preservação do Vale do Apodi, município de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte.

I – Introdução

1. A Associação de Proteção e Preservação do Vale do itao sob o número 02.652.777/0001-66, no Estado do Rio Grande de Norte, com sede na Praça Getúlio Vargas, nº 09, Bairro Centro município de Apodi, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 23 de agosto de 1998, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU** de 29-8-2002 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 02/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Travessa Nossa Senhora da Conceição, s/nº, Centro, no município de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte, de coordenadas geográficas em Q50395 15 de latitude e 3704755”W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser alteradas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 217-220, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”, que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados

7. Inicialmente processo foi arquivado, no entanto, a Entidade apresentou pedido de Reconsideração que

foi devidamente analisado, constatando-se a possibilidade de acatamento do mesmo. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos II da Norma 02/98, comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do CNPJ retificado da requerente e declaração do endereço da sede, cujo cumprimento e aplicação dos critérios estabelecidos na legislação específica resultou no saneamento dos autos e posterior seleção da Entidade, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 227 a 374).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls 374, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma 02/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 377 e 378. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 370 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar 02/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto

no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar 02/98;

- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar 02/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• nome

Associação de Proteção e Preservação do Vale do Apodi

• quadro diretivo

Presidente: Zaid Gama da Silveira
 Vice-presidente: Alderivan Marinho da Costa
 1º Secretário: Maria do Carmo Di Liana Souza
 2º Secretário: Márcio Marcelo Marinho
 1º Tesoureiro: Ismael Simão da Silva
 2º Tesoureiro: César Augusto Fernandes de Freitas

• localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Sítio Soledade, Distrito de Soledade, município de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte.

• coordenadas geográficas

05°35'55" de latitude e 37°49'48" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 377 e 378, bem como "Formulário de Informações Técnicas" - fls 374 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação de Proteção e Preservação do Vale do Apodi no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº. 53.780.000.173-98 de 27 de agosto de 1998.

Brasília, 21 de junho de 2004. – Relator da conclusão Jurídica; **Neide Aparecida da Silva**, Relator da conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senador Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 21 de junho de 2004. – **Waldemar Gonçalves Ortunho Junior**, Coordenador-Geral.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa).

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 149, DE 2006

(Nº 1.968/2005, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Professor Falcão – FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Toritama, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 263, do 1º de junho de 2005, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Professor Falcão – FM a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Toritama, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 565, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional, Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 230, de 12 de junho de 2003 – Associação de Desenvolvimento Comunitário de Bias Fortes – MG, na cidade de Bias Fortes – MG;

2 – Portaria nº 122, de 16 de fevereiro de 2005 – Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social "Liberdade", no Município de Ipuã – SP; e

3 – Portaria nº 263, de 1º de junho de 2005 – Associação de Radiodifusão Comunitária Professor Falcão – FM, no Município de Toritama – PE.

Brasília, 31 de agosto de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC 203 EM

Brasília, 6 de junho de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
 1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva – documentação para que a entidade Associação de Radiodifusão Comunitária Professor Falcão – FM, no Município de Toritama, Estado de Pernambuco, explore o serviço

de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53103.000599/99, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente. – **Eunício Lopes de Oliveira.**

PORTARIA Nº 263, DE 1º DE JUNHO DE 2005

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53103.000599/99 e do PARECER/MC/CONJUR/GAT/Nº 0786 – 1.08/2005, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Professor Falcão – FM, com sede na Rua São Benedito, s/nº, Vila São Benedito, no Município de Toritama, Estado de Pernambuco, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares. Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 07º59'46”S e longitude em 36º01'09”W, utilizando a freqüência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Eunício Oliveira.**

RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E SEM CONCORRENTES

RELATÓRIO

Nº 95/2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC

Referência: Processo nº. 53103.000599/99 protocolizado em 23 de novembro de 1999

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação de Radiodifusão Comunitária Professor Falcão – FM, município de Toritama, Estado de Pernambuco.

I – Introdução

1. A Associação de Radiodifusão Comunitária Professor Falcão – FM inscrita no CNPJ sob – o número 03.517.648/0001-28, no Estado de Pernambuco, com sede na Rua S/N Benedito, S/N, Vila São Benedito, município de Toritama, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 25 de novembro de 1999 subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº. 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU** de 9-4-2001 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº. 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº. 01/2004.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua 13 de maio, nº. 48 – Centro no município de Toritama, Estado de Pernambuco, de coordenadas geográficas em 08º00'31"S de latitude e 36º03'22"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 82, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arrumamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados, ressalte-se que em relação ao item 15 do Roteiro de Análise de Instalação da Estação de Radcom houve justificativa às folhas 254.

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas "a", "c" e "g", da Norma Complementar nº. 01/2004,

comprovação de necessária alteração estatutária, comprovante de válida existência das entidades que manifestaram apoio à iniciativa, cópia do CNPJ retificado da requerente e declaração do endereço da sede e Certidão Cartorária, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 141 a 308).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 154, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar 01/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 253 e 254. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 308, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 01/2004;

- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;

- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;

- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar 01/2004;

- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas "h", "i" e "j" da Norma Complementar 01/2004 e ainda, demais declarações e do-

cumentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• nome

Associação de Radiodifusão Comunitária Professor Falcão – FM

quadro diretivo

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Alberto Galdino da Silva	Presidente
José Edmilson da Silva	Vice Presidente
Anastácia Morais de Andrade	1ª Secretário
Maria Rozelma da Silva	2ª Secretária
José Pedro de Lima	1º Tesoureiro
José Rogério Nunes	2º Tesoureiro
José Nivaldo Soares dos Santos	Dir. Operações
Morelli Soares da Souza	Vice Dir. Operações
José Ferreira dos Santos Filho	Dir. Cult. Com. Social
Reginaldo José Pereira	Vice Dir. Cult. Com. Social
Maria Geruza Torres	Dir. Patrimônio

• localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua São Benedito, S/N – Vila São Benedito, município de Toritama, Estado de Pernambuco.

• coordenadas geográficas

07°59'46" de latitude e 36°01'09" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 253 e 254, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 154 que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela **Associação de Radiodifusão Comunitária Professor Falcão – FM**, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localida-

de pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº. 53103.000599/99 de 23 de novembro de 1999.

Brasília, 5 de maio de 2005. – **Vilma F. Alvarenga**, Relatora da conclusão Jurídica/Chefe de Serviço/SSR; **Neide Aparecida da Silva**, Relatora da conclusão Técnica/Chefe de Divisão/SSR

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 5 de maio de 2005. – **Waldemar Gonçalves Ortunho Junior**, Coordenador-Geral

De acordo.

À consideração de Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 5 de maio de 2005. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

.....
Aprovo o Relatório nº. 0095/2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, de maio de 2005. – **Sergio Luiz de Moraes Diniz**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

(À Comissão de Educação, decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 150, DE 2006

(Nº 1.972/2005, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Comunicação Alternativa a executar serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 80, de 15 de fevereiro de 2005, que autoriza a Associação Cultural de Comunicação Alternativa a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo. Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 599, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,
Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo

relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 395, de 28 de julho de 2003 – Associação de Comunicação e Educação de Marco, na cidade de Marco – CE;

2 – Portaria nº 29, de 15 de janeiro de 2004 – Associação Comunitária Educativa e Cultural Itauense (ACECI) Itau – RN, na cidade de Itau – RN;

3 – Portaria nº 80, de 15 de fevereiro de 2005 – Associação Cultural de Comunicação Alternativa, no município de Santa Cruz do Rio Pardo – SP;

4 – Portaria nº 119, de 16 de fevereiro de 2005 – Associação Cultural Comunitária Nova Birigui, no município de Birigui – SP;

5 – Portaria nº 127, de 16 de fevereiro de 2005 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Diamante do Norte, no município de Diamante do Norte – PR;

6 – Portaria nº 136, de 16 de fevereiro de 2005 – Sociedade de Radiodifusão Comunitária de São Bento do Una, no município de São Bento do Una – PE;

7 – Portaria nº 155, de 16 de fevereiro de 2005 – Associação Cultural Comunitária Camponovense, no município de Campos Novos – SC; e

8 – Portaria nº 273, de 13 de junho de 2005 – Rádio Comunidade Porciúncula, no município de Porciúncula – RJ.

Brasília, 14 de setembro de 2005.



MC 63 EM

Brasília, 28 de fevereiro de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

1. Encaminho a Vossa Excelência Podaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Cultural de Comunicação Alternativa, no município de Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de ma-

neira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53830.002386/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente. – **Eunicio Lopes de Oliveira.**

PORTARIA Nº 80 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2005

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e lendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53830.002386/98 e do PARECER/MC/CONJUR/GAT/Nº 788 – 1.08/2004, resolve:

6. Art. 1º Outorgar autorização à Associação Cultural de Comunicação Alternativa, com sede na Rua Regente Feijó, nº 724 – Centro, no município de Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 22º53'50"S e longitude em 49º37'34"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação – **Eunício Oliveira**

RELATÓRIO Nº 153/2003-DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53830002386/98, protocolizado em 7-10-1999.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: – Associação Cultural de Comunicação Alternativa, localidade de Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo.

I – Introdução

1. A Associação Cultural de Comunicação Alternativa, inscrita no CNPJ sob o número 01.253.006/0001-33, no Estado de São Paulo, com sede na Rua Regente Feijó, nº 724, cidade de Santa Cruz do Rio Pardo, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 30 de setembro de 1998, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU**, de 18 de março de 1999, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 3,5Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de

Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 02/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua Regente Feijó, 724, na cidade de Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo, de coordenadas geográficas em 22º53'50"S de latitude e 49º37'34"W de longitude.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 255/258, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arrumamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis de cumprimento das seguintes exigências para a apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos II da Norma 02/98, ata de eleição e declaração do endereço da sede, cujo cumprimento e aplicação dos critérios estabelecidos na legislação específica resultou no saneamento dos autos e posterior seleção da Entidade, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 265 a 1755).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 1737, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma 02/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 99/100. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 1755, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da presente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar 02/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar 02/98;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar nº 02/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• nome

Associação Cultural de Comunicação Alternativa

• quadro diretivo

Presidente: José Gonçalves Neto

Vice Presidente: José Mário Alves

Dir. Tesoureira de Secretaria: Aldrovanda Morales Morretti

Dir. Presidente do Conselho: Aurélio Fernandes Alonso

• localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Regente Feijó, nº. 724, cidade de Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo;

• coordenadas geográficas

22º53'50" de latitude e 49º37'34" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 1754/1755, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 1737, que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Cultural de Comunicação Alternativa, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº. 53830002386/98, de 7 de outubro de 1999.

Brasília, 3 de junho de 2003. – **Luciana Coelho**, Chefe de Serviço/SSR, Relatora da conclusão Jurídica; **Regina Aparecida Monteiro**, Chefe de Serviço/SSR, Relatora da conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 10 de junho de 2003. – **Jayme Marques de Carvalho Neto**, Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio e Imagem.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 151, DE 2006

(Nº1.204/2004, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Barros Cassal – ASCOBAC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barros Cassal, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 501, de 22 de setembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária de Barros Cassal – ASCOBAC a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barros Cassal, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 14, DE 2004.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 481, de 22 de setembro de 2003 – Associação Comunitária em Defesa do Desenvolvimento de Wanderley – ADWAN, na cidade de Wanderley – BA;

2 – Portaria nº 486, de 22 de setembro de 2003 – Associação Beneficente Dom Lino – ABDL na cidade de Russas – CE;

3 – Portaria nº 487, de 22 de setembro de 2003 – Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Assaré, na cidade de Assaré – CE;

4 – Portaria nº 488, de 22 de setembro de 2003 – Associação Comunitária de Joaninha, na cidade de Tauá – CE;

5 – Portaria nº 491, de 22 de setembro de 2003 – Associação Comunitária de Abadia de Goiás, na cidade de Abadia de Goiás – GO;

6 – Portaria nº 495, de 22 de setembro de 2003 – Sociedade Assistencial de São João Batista – SAB, na cidade de São João Batista – MA;

7 – Portaria nº 498, de 22 de setembro de 2003 – ACOCAB – Associação Comunitária do Desenvolvimento Cultural e Artístico de Boa Vista da Aparecida – PR, na cidade de Boa Vista da Aparecida – PR;

8 – Portaria nº 499, de 22 de setembro de 2003 – Associação Anunciação, na cidade de Cantagalo – RJ.

9 – Portaria nº 500, de 22 de setembro de 2003 Associação Comunitária e Assistencial MANJE, na cidade de Rio Grande – RS;

10 – Portaria nº 501, de 22 de setembro de 2003 Associação Comunitária de Barros Cassal – ASCOBAC, na cidade de Barros Cassal – RS; e

11 – Portaria nº 509, de 23 de setembro de 2003 – Associação Benevente de Moradores, na cidade de Anchieta – ES.

Brasília, 9 de janeiro de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva**

MC 450 EM

Brasília, 30 de setembro de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação

para que a entidade Associação Comunitária de Barros Cassal – ASCOBAC, na cidade de Barros Cassal, Estado do Rio Grande do Sul, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o caput do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da imponência da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53790.001153/01, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente. – **Miro Teixeira.**

PORTARIA Nº 501, DE 22 DE SETEMBRO DE 2003

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53790.001153/01 e do PARECER/CONJUR/MC nº 1122/2003, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Comunitária de Barros Cassal – ASCOBAC, com sede na Av. Maurício Cardoso, nº 1000/A02 – Centro, na cidade de Barros Cassal, Estado do Rio Grande do Sul, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 29º05'28"S e longitude em 52º34'56"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira**

RELATÓRIO Nº 180 /2003-DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53.790.001.153/01, protocolizado em 09 de outubro de – 2001.

Objeto: Requerimento exploração Radiodifusão – de autorização para a – do Serviço de Comunitária.

Interessado: Associação Comunitária de Barros – Cassal – ASCOBAC, localidade de – Barros Cassal, Estado do Rio – Grande do Sul.

I – Introdução

1. A Associação Comunitária de Barros Cas-sar – ASCOBAC, inscrita no CNPJ sob – o número 04.691322/0001-85, no Estado do Rio Grande do Sul, com sede na Art. – Maurício Cardoso 1000/A02, Centro, cidade de Barros Cassal, dirigiu-se ao Senhor – Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimen-to datado de 09 de outubro de – 2001, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do – Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço – de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito – nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU** de 29 de agosto de 2002, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, – assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio. – 3. Em atendimento à citada convocação e ainda, con-siderando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencio-nada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos aces-sórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a ins-trução do presente processo administrativo, em con-formidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612/98, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 02/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo circulo de raio igual a 1 km, com centro localizado na – Av. Maurício Cardoso, 1000, ap. A02, na cidade de Barros Cassal, Estado do Rio Gran-de do Sul, de coordenadas geográficas em 29º05'28"S de latitude e 52º34'56"W de longitude, consoante aos dados constantes do Aviso publicado no **DOU**, de 29-8-2002.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do do-cumento de – folhas 54 e 55, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”, que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre ge-ração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arru-amento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passí-veis do cumprimento das seguintes exigências: para a apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 inciso II da Norma nº 02/98, comprovação de ne-cessária alteração estatutária, comprovante de válida existência das entidades que manifestaram apoio a ini-ciativa, cópia do CNPJ da requerente e declaração do endereço da sede, cujo cumprimento e aplicação dos critérios estabelecidos na legislação especifica resul-tou no saneamento dos autos e posterior seleção da

Entidade, sendo que o projeto técnico foi encaminhado voluntariamente pela Entidade (fls. 58 a 127)

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 42 e 43, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 02/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 80 e 81. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 127 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro adequados às formalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem – 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar nº 2/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar nº 2/98;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar nº 2/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• nome

Associação Comunitária de Barros Cassal – ASCOBAC

• quadro diretivo

Diretor Geral: Sebastião Clademir Borges Padilha
Dir. Adm: Leni Terezinha Pereira de Carvalho
Dir. Oper: Joel de Almeida Castro

• localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio.

Avenida Maurício Cardoso 1000 ap. A2, Centro, cidade de Barros Cassal, Estado do Rio Grande do Sul;

• coordenadas geográficas

29°05'28" de latitude e 52°34'56" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no “Roteiro de Análise de Instalação da Estação” – fls. 80 e 81, bem como “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 42 e 43 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária de Barros Cassal – ASCOBAC, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.790.001.153/01, de 9 de outubro de 2001.

Brasília, 9 de julho de 2003. – **Aline Oliveira Prado**, Relator da Conclusão Jurídica – **Ana Maria das Dores e Silva**, Relator da conclusão Técnica.

(À Comissão de Educação – Decisão Terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 152, DE 2006

(nº 1.478/2004, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ibema a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibema, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 711, de 15 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ibema a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibema, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 503, DE 2004

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 671, de 9 de dezembro de 2003 – Associação de Difusão Comunitária e Cultural de Nina Rodrigues, na localidade de Nina Rodrigues – MA;

2 – Portaria nº 679, de 9 de dezembro de 2003 – Associação Comunitária e Cultural de Guaraniçu, na cidade de Guaraniçu – PR;

3 – Portaria nº 684, de 9 de dezembro de 2003 – Associação Comunitária de Radiodifusão de Pedro II, na cidade de Pedro II – PI;

4 – Portaria nº 711, de 15 de dezembro de 2003 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ibema, na cidade de Ibema – PR;

5 – Portaria nº 713, de 15 de dezembro de 2003 – Associação Cultural do Conjunto Prefeito José Walter, na cidade de Fortaleza – CE;

6 – Portaria nº 714, de 15 de dezembro de 2003 – Rádio Comunitária Cruzeiro FM, na cidade de Tucano – BA;

7 – Portaria nº 719, de 15 de dezembro de 2003 – Associação Rádio Comunitária Major Izidoro FM, na cidade de Major Izidoro – AL; e

8 – Portaria nº 722, de 15 de dezembro de 2003 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Serra Caiada, na cidade de Presidente Juscelino, atual Serra Caiada – RN.

Brasília, 20 de agosto de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva**

MC 578 EM

Brasília, 26 de dezembro de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação

para que a entidade Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ibema, na cidade de Ibema, Estado do Paraná, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53740.000161/99, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente. – **Miro Teixeira**.

PORTARIA Nº 711, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2003

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53740.000161/99 e do Parecer/Conjur/MC nº 1.577/2003, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ibema, com sede na Rua Estado do Rio, s/nº, na cidade de Ibema, Estado do Paraná, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 25º06'47"S e longitude em 53º01'02"W, utilizando a freqüência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira.**

RELATÓRIO Nº 148/2003-DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53740000161/99, protocolizado em 9-2-99.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ibema, localidade de Ibema, Estado do Paraná.

I – Introdução

1. A Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ibema, inscrita no CNPJ sob o número 2.900.788/0001-18, no Estado do Paraná, com sede na Rua Estado do Rio s/nº, Centro, cidade de Ibema, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 28 de setembro de 1998, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União** – DOU, de 9 de setembro de 1999, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 3,5 km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 02/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Estado do Rio s/nº, Centro, na cidade de Ibema, Estado do Paraná, de coordenadas geográficas em 25º06'47,04"S de latitude e 53º01'02"W de longitude, consoante os dados constantes do Aviso publicado no **DOU**, de 9-9-99

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 60, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arrumamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: para a apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos II, V, da Norma 2/98, comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do CNPJ da requerente, declaração do endereço da sede da Entidade, cujo cumprimento e aplicação dos critérios estabelecidos na legislação específica resultou no saneamento dos autos e posterior seleção da Entidade, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 62 a 122).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fl. 76, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatan-

do-se conformidade com a Norma 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 112 e 113. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 123, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade.
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar 02/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar 02/98;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar 02/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente,

seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• nome

Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ibema;

• quadro diretivo

Presidente: Adelar Antonio Arrozi

Vice-presidente: Juscelino Paiola

Secretário: Osmar Daga

Vice-Secretário: Vanderlei de Borba

Tesoureiro: Ildo Belim

Vice-Tesoureiro: Valdevino dos Santos

Diretora Administrativa: Eva Farias Arrozi

Vice-Diretor Administrativo: Nidoval Luiz Bernardi

Conselheiro Fiscal: Jaime Luiz Klein

Titular I: Lennon Gerolando Arrozi

Titular II: Edson Rodrigues de Meira

• localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Estado do Rio s/nº, Centro, cidade de Ibema, Estado do Paraná;

• coordenadas geográficas

25º06'47" de latitude e 53º01'02" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 112 e 113, bem como "Formulário de Informações Técnicas" -fl 76 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ibema, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53740000161/99, de 09 de fevereiro de 1999.

Brasília, 3 de junho de 2003. – **Cristinane Cavalheiro Rodrigues**, Relatora da conclusão Jurídica, Chefe de Serviço/SSR; **Regina Aparecida Monteiro**, Relatora da Conclusão Técnica, Chefe de Serviço/SSR.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Brasília, 10 de junho de 2003. – **Jaime Marques de Carvalho Neto**, Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio e Imagem.

(À Comissão de Educação – Decisão Terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 153, DE 2006**

(Nº 1.523/2004, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Vida Nova Educacional, Cultural e Comunicação Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Americana, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 750, de 19 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Vida Nova Educacional, Cultural e Comunicação Social a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Americana, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 743, DE 2004

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 662, de 9 de dezembro de 2003 – Associação Comunitária de Radiodifusão da Rede Jovem de Cultura e Educação Social, na cidade de Santa Luzia – MG;

2 – Portaria nº 707, de 15 de dezembro de 2003 – Associação Comunitária de Radiodifusão Ondas da Paz de Alto Rio Novo – ES, na cidade de Alto Rio Novo – ES;

3 – Portaria nº 716, de 15 de dezembro de 2003 – ACCI – Associação Comunitária e Cultural Ibititaense, na cidade de Ibititá – BA;

4 – Portaria nº 747, de 19 de dezembro de 2003 – Associação Comunitária Novo Milênio, na cidade de Irecê – BA; e

5 – Portaria nº 750, de 19 de dezembro de 2003 – Associação Vida Nova Educacional, Cultural e Comunicação Social, na cidade de Americana – SP.

Brasília, 8 de novembro de 2004 – **Luiz Inácio Lula da Silva**

MC 572 EM

Brasília, 26 de dezembro de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Vida Nova Educacional, Cultural e Comunicação Social, na cidade de Americana, Estado de São Paulo, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53830.001074/00, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente. – **Miro Teixeira.**

PORTARIA Nº 750, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53830.001074/00 e do PARECER/CONJUR/MC nº 1685/2003, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Vida Nova Educacional, Cultural e Comunicação Social, com sede na Rua São Tiago, nº 1161 – Bairro Jardim São Manoel, na cidade de Americana, Estado de São Paulo,

para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização rege-se pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 22º43'20"S e longitude em 47º18'54"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § V do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação – **Miro Teixeira**

RELATÓRIO Nº 391 /2003 – DOSR/SSCE/MC

Referencia: Processo nº 3.830.001.074/00, protocolizado em 13 de setembro de 2000.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária

Interessado: Associação Educacional, Comunicação de Americana, Paulo. Vida Nova Cultural e Social, localidade Estado de São

I – Introdução

1. A Associação Vida Nova Educacional, Cultural e Comunicação Social inscrita no CNPJ sob o número 04.033.317/0001-85, no Estado de São Paulo, com sede na Rua São Tiago nº 1161, Bairro Jardim São Manoel, cidade de Americana, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 12 de setembro de 2000, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, Aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente: baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU**, de 16 de agosto de 2001, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outras duas entidades foram objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que

apresentaram suas solicitações para a mesma área de interesse, tendo sido seus processos devidamente analisados e arquivados. Os motivos dos arquivamentos, bem como a indicação da relação constando os respectivos nomes e processos, se encontram abaixo explicitadas:

a) Associação Comunitária Jardim Brasil, Vale das Nogueiras, Antônio Zanaga I e II, Vila Bela e Nossa Senhora Aparecida – Processo nº 53.830.000.885/99, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: a Entidade não encaminhou a documentação exigida pela legislação específica no prazo estipulado no citado aviso de habilitação, tendo infringido, portanto, o disposto no subitem 6.6.1 da Norma complementar 02/98, impossibilitando a análise técnico-jurídica, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 5119, datado de 29/08/2002 (cópia anexa).

b) Associação Com. Unif. Bairros VI Ber. I-II-III, IV Mariana, VI Belv., VI Lourdes – Processo nº 53.830.002.449/98, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: diante da análise efetuada nos autos do processo em epígrafe, constataram-se pendências passíveis de saneamento por meio de cumprimento de exigências conforme ofício 5757/02 de 30/09/02. Ocorre, que muito embora tenha sido concedida a prorrogação do prazo estipulado, a requerente não encaminhou a documentação, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 6958/02, datado de 25/11/2002. (cópia anexa).

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 2/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Santiago nº 1.161 —Jardim São Manoel, na cidade de Americana, Estado de São Paulo, de coordenadas geográficas em 47º17'51"S de latitude e 22º47'20"W de longitude. Ocorre que, posteriormente, o endereço e as coordenadas propostos

foram retificados, passando a estar na Rua São Thiago, 1161, Jd. São Manoel, em 22°43'20"S de latitude e 47°18'54"W de longitude consoante aos dados constantes do Aviso publicado no **DOU.**, de 16-8-2001.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 71, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 inciso X da Norma 02/98, comprovação de necessária alteração estatutária; comprovante de válida existência das entidades que manifestaram apoio à iniciativa, cópia do CNPJ da requerente e declaração do endereço da sede, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls.74 a 170).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 143 e 144. firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma 02/98. em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 73 e 174. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade: os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 170 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

- comprovantes relativos à maioria e nacionalidade dos dirigentes;

- manifestações de apoio à iniciativa da requerente. formulados e encaminhados pela comunidade;

- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar 2/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar 2/98;

- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar 2/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• nome

Associação Vida Nova Educacional, Cultural e Comunicação Social;

• quadro diretivo

Presidente: Carlos Roberto Lembo
Vice-presidente: João Batista Rodrigues de Lima
Tesoureiro: Anízio Mendes Barbosa
Secretária: Rosana Missão Lembo

• localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua São Thiago 1161, Bairro Jd. São Manoel, cidade de Americana, Estado de São Paulo;

• coordenadas geográficas

22º43'20" de latitude e 47º18'54" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação"- fls. 173 e 174, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 143 e 144 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Vida Nova Educacional, Cultural e Comunicação Social, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.830.001.074/00, de 13 de setembro de 2000.

Brasília, 25 de novembro de 2003. – **Aline Oliveira Prado**, Relatora da Conclusão jurídica. – **Neide Aparecida da Silva**, Relatora da Conclusão Técnica. De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 25 de novembro de 2003 – **Jayme Marques de Carvalho Neto**, Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio e Imagem.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 154, DE 2006

(Nº 1.638/2005, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Jerusalém de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pé de Serra, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 138, de 16 de abril de 2004, que autoriza a Associação Comunitária Jerusalém de Radiodifusão e Ação Social – Jerusalém a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pé de Serra, Estado da Bahia.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 885, DE 2004

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos,

sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 137, de 16 de abril de 2004 – Associação Novo Horizonte dos Pequenos Produtores Rurais e Moradores do Bairro Santa Cruz, na cidade de Palmas de Monte Alto – BA;

2 – Portaria nº 138, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária Jerusalém de Radiodifusão e Ação Social – Jerusalém, na cidade de Pé de Serra – BA;

3 – Portaria nº 139, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária de Moradores e Pequenos Produtores de Rio do Antônio – ACOMPPRA, na cidade de Rio do Antônio – BA;

4 – Portaria nº 146, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária dos Moradores de Cachoeira Dourada – GO e Distritos, na cidade de Cachoeira Dourada – GO;

5 – Portaria nº 157, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social de Terenos – MS, na cidade de Terenos – MS;

6 – Portaria nº 160, de 16 de abril de 2004 – Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/Salgado São Félix – PB, na cidade de Salgado de São Félix – PB;

7 – Portaria nº 161, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária Nossa Senhora da Penha, na cidade de Gameleira – PE;

8 – Portaria nº 164, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Florestópolis, na cidade de Florestópolis – PR; e

9 – Portaria nº 170, de 16 de abril de 2004 – Associação Cultural e Artística de Sertaneja – ACASE, na cidade de Sertaneja – PR.

Brasília, 15 de dezembro de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva**

MC 125 EM

Brasília, 5 de maio de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Jerusalém de Radiodifusão e Ação Social – Jerusalém, na cidade de Pé de Serra, Estado da Bahia, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53640.000070/99, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente. – **Eunício Lopes de Oliveira.**

PORTARIA Nº 138, DE 16 DE ABRIL DE 2004

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53640.000070/99 e do PARECER/MC/CONJUR/GAT/Nº 0408 – 1.08/2004, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária Jerusalém de Radiodifusão e Ação Social – Jerusalém, com sede na Avenida Getúlio Vargas, s/nº – Centro, na cidade de Pé de Serra, Estado da Bahia, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 11º50'07"S e longitude em 39º36'23"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação – **Eunício Oliveira**

RELATÓRIO

Nº 066 /2004/RADCOM/DOS/SSCE/MC – VFA

Referência: Processo nº 53.640.000.070/99, prolocolizado em 20 de fevereiro de 1999.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Comunitária Jerusalém de Radiodifusão e Ação Social – Jerusalém, localidade de Pé de Serra, Estado da Bahia.

I – Introdução

1. A Associação Comunitária Jerusalém de Radiodifusão e Ação Social – Jerusalém, inscrita no CNPJ sob o número 02.556.087/0001-03 no Estado da Bahia, com sede na Avenida Getúlio Vargas, S/Nº, cidade de Pé de Serra, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 08 de janeiro de 1999, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU**, de 9 de setembro de 1999, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 1Cm entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-

2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 02/98, de 06.08.1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Avenida Getúlio Vargas, S/N – Centro na cidade de Pé de Serra, Estado da Bahia, de coordenadas geográficas em 11°50'07"S de latitude e 39°36'23"W de longitude.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 58 e 59, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de armamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos II, III, V, VIII, X da Norma 2/98, comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do CNPJ da requerente Certidão Cartorária, declaração de que a Entidade não possui vínculos, cópia do CNPJ e/ou Estatuto Social das entidades que manifestaram apoio e declaração do endereço da sede, cujo cumprimento e aplicação dos critérios estabelecidos na legislação específica resultou no saneamento dos autos e posterior seleção da Entidade, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 62 a 146).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls 146, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11. conforme observa-se nas folhas 148 e 149. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equi-

pamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 146 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar 2-98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar 2-98
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar 2-98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos,

os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• **nome**

Associação Comunitária Jerusalém de Radiodifusão e Ação Social – Jerusalém

• **quadro diretivo**

Presidente: Rosa Irene Carneiro Rios

Vice Presidente: Adalberto Luiz Costa

Secretária: Sirlândia Maria Bandeira Rios

2ª Secretária: Rosaneide Carneiro de Miranda

Diretor Financeiro: Adelmo Fernandes Rios

2º Diretor Financeiro: Gedeon Batista de Miranda

• **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Avenida Getúlio Vargas, s/nº – Centro, cidade de Pé de Serra, Estado da Bahia.

• **coordenadas geográficas**

11º50'07" de latitude e 39º36'23" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 148 e 149, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 146 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária Jerusalém de Radiodifusão e Ação Social – Jerusalém, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.640.000.070/99, de 20 de janeiro de 1999

Brasília, 13 de fevereiro de 2004. – **Vilma F. Alvarenga**, Relatora da conclusão Jurídica – **Regina Aparecida Monteiro**, Relatora da conclusão Técnica

(À Comissão de Educação – em decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 155, DE 2006**

(Nº1.684/2005, Na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Moradores e Pequenos Produtores de Rio do Antônio – ACOMP-PRA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio do Antônio, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 139, de 16 de abril de 2004, que autoriza a Associação Comunitária de Moradores e Pequenos Produtores de Rio do Antonio – ACOMP-PRA a executar, por 10 (dez) anos, soa direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio do Antônio, Estado da Bahia.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 885, DE 2004

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 137, de 16 de abril de 2004 – Associação Novo Horizonte dos Pequenos Produtores Rurais e Moradores do Bairro Santa Cruz, na cidade de Palmas de Monte Alto – BA;

2 – Portaria nº 138, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária Jerusalém de Radiodifusão e Ação Social – Jerusalém, na cidade de Pé de Serra – BA;

3 – Portaria nº 139, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária de Moradores e Pequenos Produtores de Rio do Antônio – ACOMP-PRA, na cidade de Rio do Antônio – BA;

4 – Portaria nº 146, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária dos Moradores de Cachoeira Dourada – GO e Distritos, na cidade de Cachoeira Dourada – GO;

5 – Portaria nº 157, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social de Terenos – MS, na cidade de Terenos – MS;

6 – Portaria nº 160, de 16 de abril de 2004 – Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/Salgado São Félix – PB, na cidade de Salgado de São Félix – PB;

7 – Portaria nº 161, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária Nossa Senhora da Penha, na cidade de Gameleira – PE;

8 – Portaria nº 164, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Florestópolis, na cidade de Florestópolis – PR; e

9 – Portaria nº 170, de 16 de abril de 2004 – Associação Cultural e Artística de Sertaneja – ACASE, na cidade de Sertaneja – PR.

Brasília, 15 de dezembro de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva**

MC 123 EM

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Moradores e Pequenos Produtores de Rio do Antônio – ACOMP-PRA, situada na cidade de Rio do Antônio, Estado da Bahia, explore o serviço de radiodifusão comunitária em conformidade com o caput do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53.000.000.020/03, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

PORTARIA Nº 139, DE 16 DE ABRIL DE 2004

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 92 e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.000.000.020/03 e do PARECER/CONJUR/MC nº 0323 – 1.08/2004, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária de Moradores e Pequenos Produtores de Rio do Antônio – ACOMP-PRA, com sede na Praça Coronel Souza Porto, s/nº – Centro, na cidade de Rio do Antônio, no Estado da Bahia, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 14º24'43"S e longitude em 42º04'31"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Eunício Oliveira**

RELATÓRIO

Nº 053/2004/RADCOM/DOS/SSCE/MC AOP

Referência: Processo nº 53.000.000.020/03, protocolizado em 11 de dezembro de 2002.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Comunitária de Moradores e Pequenos Produtores de Rio do Antônio – ACOMP-PRA localidade de Rio do Antônio, Estado da Bahia.

I – Introdução

1. A Associação Comunitária de Moradores e Pequenos Produtores de Rio do Antônio – ACOMP-PRA, inscrita no CNPJ sob o número 02.551.373/0001-86, no Estado da Bahia, com sede Praça Coronel Souza Porto, s/nº – Centro, na cidade de Rio Antônio, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 29 de novembro de 2002,

subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU**, de 11 de novembro de 2002, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outra entidade foi objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentou sua solicitação para a mesma área de interesse, tendo sido seu processo devidamente analisado e arquivado. O motivo do arquivamento, bem como a indicação da relação constando o respectivo nome e processo, se encontra abaixo explicitada:

a) Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – Processo nº 53.640.000.967/98, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: A Requerente não encaminhou a documentação exigida pela legislação específica, qual seja, a disposta no subitem 6.7 e incisos da Norma 02/98, bem como no art. 9º, § 2º e incisos da Lei nº 9.612/98, no prazo legal estipulado no citado aviso de habilitação em infringência ao disposto no subitem 6.6.1 da Norma Complementar 02/98 e ainda, impossibilitando a análise técnico-jurídica do requerimento, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 2.984, datado de 30 de abril de 2003. (cópia anexa)

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de

Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 02/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Praça Coronel Souza Porto. s/nº, na cidade de Rio do Antônio, Estado da Bahia, de coordenadas geográficas em 14º24'43"S de latitude e 42º04'35"W de longitude. Ocorre que, posteriormente, as coordenadas propostas foram retificadas, passando a estar em 14º24'43"S de latitude e 42º04'31"W de longitude consoante aos dados constantes do Aviso publicado no **DOU**, de 11-11-2002.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser confirmadas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 43 e 44, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arrumamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos I, II, IV, V, VIII e X da Norma 02/98, comprovação de necessária alteração estatutária, comprovante de válida existência das entidades que manifestaram apoio à iniciativa, cópia do CNPJ retificado da requerente e declaração do endereço da sede. Em decorrência da instrução do processo, foi solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 47 a 90).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 89, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma 02/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme

observa-se nas folhas 91 e 92. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 47 a 90 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar 2-98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar 2-98-
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar 02/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinen-

te, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• nome

Associação Comunitária de Moradores e Pequenos Produtores de Rio do Antônio – ACOMPRA;

• quadro diretivo

Presidente: Jair Souza Guimarães

Vice-presidente: Israel Gomes Públio

1ª Secretária: Nadir Borges Silveira

2º Secretário: Carlos Cardoso dos Santos

1º Tesoureiro: Geraldo Neves Neto

2º Tesoureiro: Milton Guedes

• localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Praça Coronel Souza Porto s/nº, cidade de Rio do Antônio, Estado da Bahia.

• coordenadas geográficas

14º24'43" s de latitude e 42º04'31" w de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 91 e 92, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 89 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária de Moradores e Pequenos Produtores de Rio do Antônio – ACOMPRA, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.000.000.020/03, de 11 de dezembro de 2002.

Brasília, 10 de fevereiro de 2004. – **Aline Oliveira Prado**, Chefe de Serviço/SSE, Relator da conclusão Jurídica – **Regina Aparecida Monteiro**, Chefe de Serviço/SSR, Relator da conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração o Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 11 de fevereiro de 2004. – **Alexandra Luciana Costa**, Coordenadora.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 11 de fevereiro de 2004. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

(À Comissão de Educação – em decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 156, DE 2006**

(nº 1.729/2005, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga permissão à
Rádio Oceânica FM Ltda., para explorar ser-
viço de radiodifusão sonora em frequência
modulada na cidade de Morro do Chapéu,
Estado da Bahia.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 328, de 30 de agosto de 2004, que outorga permissão à Rádio Oceânica FM Ltda., para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Morro do Chapéu, Estado da Bahia.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 131, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões às entidades abaixo relacionadas para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 267, de 3 de junho de 2004 – Rádio Ação Candeias FM Ltda., na cidade de Riachão do Jacuípe – BA;

2 – Portaria nº 323, de 30 de agosto de 2004 – Rádio 90,7 Ltda., no município de Goianópolis – GO; e

3 – Portaria nº 328, de 30 de agosto de 2004 – Rádio Oceânica FM Ltda., no município de Morro do Chapéu – BA.

Brasília, 9 de março de 2005. – **Luis Inácio Lula da Silva.**

MC 251 EM

Brasília, 8 de setembro de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 051/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Morro do Chapéu, Estado da Bahia.

2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que à Rádio Oceânica FM Ltda. (Processo nº 53640.000366/2000) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tomando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

PORTARIA Nº 328, DE 30 DE AGOSTO DE 2004

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53640.000366/2000, Concorrência nº 051/2000-SSR/MC, e do PARECER/MC/CONJUR/MGT/Nº 1141-2.29/2004, de 3 de agosto de 2004, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Rádio Oceânica FM Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Morro do Chapéu, Estado da Bahia.

Parágrafo único A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Eunício Oliveira.**

**CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE POR COTAS DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

RÁDIO OCEÂNICA FM LTDA.

SAMUEL PEREIRA ARAUJO, brasileiro, maior, solteiro, estudante, natural de Salvador, Estado da Bahia, residente e domiciliado à Praça Emilio Odebrecht, Edf. Maison Du Soleil, ap. 502 – Pituba, na cidade do Salvador, Estado da Bahia, Cep.: 40.000.000, portador da Cédula de Identidade RG n.º 05654301-81, expedida pela SSP/BA e inscrito no CPF sob o n.º 925.318.495-72;

ALEXI PELAGIO GONÇALVES PORTELA JÚNIOR, brasileiro, maior, casado, empresário, natural de Salvador, Estado da Bahia, residente e domiciliado à Praça Emilio Odebrecht, Edf. Maison Du Soleil, ap. 401 – Pituba, na cidade do Salvador, Estado da Bahia, Cep.: 40.000.000, portador da Cédula de Identidade RG n.º 00.819.992-24, expedida pela SSP/BA e inscrito no CPF sob o n.º 185.173.315-91; resolvem entre si e na melhor forma de direito, a constituição de uma Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA I – A Sociedade terá como denominação Social: **RÁDIO OCEÂNICA FM LTDA.**

CLÁUSULA II - O objetivo social será executar e explorar Serviços de Radiodifusão, em base comercial, mediante concessão ou permissão que lhe venha ser outorgada por atos dos poderes públicos, com observância na produção e programação dos seus serviços às finalidades educativas, artísticas, culturais, jornalísticas e informativas, de conformidade com legislação, referente e aplicável ao serviço.

PARÁGRAFO PRIMEIRO- A Sociedade adotará o nome fantasia: **“OCEÂNICA FM ”**

PARÁGRAFO SEGUNDO - A Sociedade terá sua sede à Estrada Mata Escura, 151 – Mata Escura, CEP: 41.225-000, no Município do Salvador, Estado da Bahia.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Fica eleito o Foro da Cidade de Salvador/BA, para dirimir quaisquer divergências surgidas entre sócios, que renunciam a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA III – A Sociedade é constituída para vigorar por prazo indeterminado.

PARÁGRAFO ÚNICO – Quando e se necessário a dissolução da sociedade, os dispositivos da Lei pertinente serão observados.

CLÁUSULA IV – A Sociedade se compromete, por seus sócios, se investida na qualidade de Concessionária ou Permissionária do Serviço de Radiodifusão, a não efetuar qualquer alteração neste Contrato Social nem proceder transferência de cotas, sem que tenha sido prévia, plena e legalmente autorizado pelo Poder Concedente.

CLÁUSULA V – A Sociedade se obriga a observar, com rigor que se impõe, leis, decretos-lei, decretos, regulamentos, portarias e demais normas legais vigentes ou a vigi, referentes e aplicáveis aos serviços de Radiodifusão que lhe forem outorgados.

CLÁUSULA VI – A Sociedade se obriga a obedecer a organização dos quadros de pessoal as qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA VII – As cotas representativas do Capital Social, são **INALIENÁVEIS E INCAUSIONÁVEIS**, direta ou indiretamente, a estrangeiros ou pessoas jurídicas, e sua totalidade pertencerá sempre a brasileiros natos, brasileiros naturalizados há mais de dez anos ou portugueses com igualdade de direitos civis reconhecida.

CLÁUSULA VIII – O Capital Social é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), representado por 30.000 (trinta mil) cotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real), cada uma, subscrito e integralizado, neste ato, pelos sócios, em moeda corrente do país, na seguinte proporção:

COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA

SÓCIO	COTAS	VALOR EM R\$	%
SAMUEL PEREIRA ARAÚJO	16.500	16.500,00	55%
ALEXI PELAGIO GONÇALVES PORTELA JÚNIOR	13.500	13.500,00	45
TOTAL	30.000	30.000,00	100%

PARÁGRAFO ÚNICO – De acordo com o art. 2º “In fine” do Decreto n.º 3.708 de 10 de janeiro de 1919, a responsabilidade dos sócios é limitada ao total do Capital Social.

CLÁUSULA IX – As cotas são individuais em relação a sociedade, que, para cada uma delas só reconhece um proprietário.

CLÁUSULA X – A Sociedade será gerida e administrada pelo sócio SAMUEL PEREIRA ARAUJO, já qualificado no preâmbulo, sendo-lhe atribuído todos os poderes de administração legal da Sociedade e sua representação em juízo ou fora dele, competindo-lhe ainda a assinatura de todos os documentos isoladamente, relativos as suas questões sociais e comerciais para o que se lhe dispensam prestação de caução.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A hipótese de dispor ou onerar com as ressalvas atinentes sobre qualquer forma, os bens constitutivos do patrimônio da Sociedade, inclusive direitos, torna obrigatório a assinatura de todos os sócios.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Ao Sócio Gerente, caberá uma retirada de “Pro-Labore” que será fixada pelo consenso unânime dos sócios, obedecendo os critérios aplicados pela Legislação do Imposto de Renda.

CLÁUSULA XI – O uso da denominação social nos termos da **CLÁUSULA X**, deste instrumento, é vedado em fianças, avais, abonos e outros favores estranhos aos interesses da Sociedade, ficando o Sócio Gerente pessoalmente responsável pelos atos praticados.

CLÁUSULA XII – Os Administradores da Sociedade serão brasileiros natos, brasileiros naturalizados há mais de dez anos ou portugueses com igualdade de direitos civis reconhecida e a sua investidura no cargo somente poderá ocorrer após terem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações.

PARÁGRAFO ÚNICO – Se procuradores vierem a ser investidos nos poderes de gestão e administração da Sociedade, atribuição que caberá a brasileiros natos, brasileiros naturalizados há mais de dez anos ou portugueses com igualdade de direitos civis reconhecida, o ato da nomeação será necessariamente submetido à prévia autorização dos órgãos competentes do Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA XIII – As cotas sociais não poderão ser cedidas a terceiros, estranhos à Sociedade sem o conhecimento expresso dos sócios. Para esse fim, o sócio que pretender se retirar deverá notificar por escrito aos demais, concedendo-lhe o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de recebimento da notificação para que exerça ou renuncie em condições de igualdade ao direito de preferência a aquisição de cotas da Sociedade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Fica ajustado entre as partes que o sócio que se retirar, caberá receber o valor das cotas integralizadas e representativas de seu capital mais os lucros apurados em balanço, previamente aprovado pelos sócios, cujo pagamento será à vista ou em prestações conforme convencionado entre os sócios da época.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A saída de sócio será objeto a oportunidade, de Alteração Contratual, sendo submetido o documento à anuência prévia do Ministério das Comunicações e posterior arquivamento na Junta Comercial do Estado da Bahia.

CLÁUSULA XIV – O falecimento, impedimento ou incapacidade de qualquer natureza de qualquer dos sócios não dissolverá necessariamente a Sociedade, ficando herdeiros e sucessores ou representante legal nomeado, integrando o quadro social mediante consenso entre os sócios superstites caso não haja impeditivo legal quanto a sua capacidade jurídica e se observe a anuência prévia dos órgãos competentes do Ministério das Comunicações, para que sua admissão seja revestida de todos os direitos legais.

PARÁGRAFO ÚNICO – Se herdeiros ou sucessores não desejarem continuar na Sociedade, seus haveres serão apurados em balanço levantado especialmente para esse fim, e serão pagos à vista ou em parcelas convencionadas entre os sócios da época.

CLÁUSULA XV – O exercício social coincidirá com o ano civil, terminando em 31 de dezembro quando serão levantados o balanço patrimonial e a demonstração de resultados do exercício e as demonstrações financeiras em conformidade com a Legislação em vigor.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os lucros apurados serão divididos entre os sócios proporcionalmente às cotas de Capital na Sociedade, os mantimentos como reserva para posterior incorporação ao Capital Social. Em caso de prejuízo, o mesmo será suportado pelos sócios, também nas proporções de suas cotas.

CLÁUSULA XVI – Os casos omissos neste Contrato Social, serão regidos pelos dispositivos do Decreto n.º 3.708 de 10 de janeiro de 1919 e a lei n.º 8.934 de 18 de novembro de 1994, regulamentada pelo Decreto n.º 1.800 de 30 de janeiro de 1996, a cuja fiel observância, como das demais cláusulas deste compromisso, se obrigam os dirigentes e sócios.

CLÁUSULA XVII – Os sócios qualificados no preâmbulo deste instrumento declaram que não estão impedidos de exercerem o comércio ou administração de sociedade mercantil em virtude de condenação criminal.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente Contrato Social em 03 (três) vias de igual teor e forma, fazendo-o perante duas testemunhas.


Salvador/BA, 26 de maio de 2000.


Sócios:


Assinatura 
 Nome: SAMUEL PEREIRA ARAUJO


Assinatura 
 Nome: ALEXI PELAGIO GONÇAVES PORTELA JÚNIOR

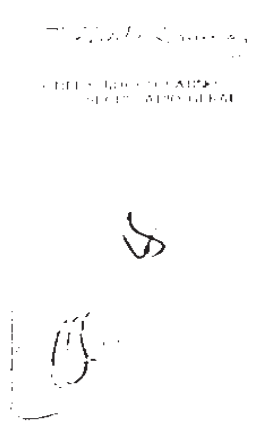
Testemunhas:


 Nome: Jarbas José Alves Menezes
 C.P.F.: 168.977.655-20
 RG. n.º 1.282.026 – SSP/Ba.


 Nome: Marluze Veiga Araújo
 C.P.F.: 565.700.585-68
 RG. n.º 0438672518 – SSP/BA

Visto: 
 Matheus Lima Moura
 OAB-Ba. 15.903

 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA
 CERTIFICO O REGISTRO EM: 07/06/00
 SOB O NÚMERO: 25202224119
 Protocolo: 001028227



**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 157, DE 2006**

(Nº 1.751/2005, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Porto União a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto União, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 218, de 28 de abril de 2004, que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Porto União a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto União, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 84, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 89, de 23 de janeiro de 2004 – Associação dos Moradores e Amigos de Chonin de Cima “AMACCI”, na cidade de Governador Valadares – MG;

2 – Portaria nº 91, de 23 de janeiro de 2004 – Associação Comunitária Atalaia de Comunicação e Cultura, na cidade de Caculé – BA;

3 – Portaria nº 135, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária e Agropastoril de Tuiutiba, na cidade de Campo Formoso – BA;

4 – Portaria nº 140, de 16 de abril de 2004 – Associação de Moradores e Amigos do Bairro de Pedra (ASMOAPE), na cidade de Fortaleza – CE;

5 – Portaria nº 163, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Assai, na cidade de Assai – PR;

6 – Portaria nº 165, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária da Vila Rural Vereador Sebastião Vieira de Araújo, na cidade de Inajá – PR;

7 – Portaria nº 166, de 16 de abril de 2004 – Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social, Educacional e Econômico de Mauá – CODESEM, na cidade de Mauá da Serra – PR;

8 – Portaria nº 171, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Tibagi, na cidade de Tibagi – PR;

9 – Portaria nº 181, 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Jambuí, no Município de Jambuí – SP;

10 – Portaria nº 218, de 28 de abril de 2004 – Associação Comunitária e Cultural Porto União, no Município de Porto União – SC; e

11 – Portaria nº 302, de 3 de agosto de 2004 – Fundação Assistencial, Educacional e Cultural de Petrolina – FAEPE, no Município de Petrolina – PE.

Brasília, 16 de fevereiro de 2005.



MC 00186 EM

Brasília, 26 de maio de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária e Cultural Porto União, no Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o caput do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53820.000918/98, que

ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, **Eunício Lopes de Oliveira**.

PORTARIA N° 218, DE 28 DE ABRIL DE 2004

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53820.000918/98 e do PARECER/MC/CONJUR/GAT/Nº 512 – 1.08/ 2004, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária e Cultural Porto União, com sede na Rua Padre Anchieta, nº 394 – Centro, no Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 26º14'06"S e longitude em 51º05'02"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Eunício Oliveira**.

RELATÓRIO

Nº 0087 /2004/RADCOM/DOS/SSCE/MC – LSM

Referência: Processo nº 53.820.000.918/98, prolocolizado em 8 de dezembro de 1998.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Comunitária e Cultural Porto União, localidade de Porto União, localidade de Porto União, Santa Catarina.

I – Introdução

1. A Associação Comunitária e Cultural Porto União, inscrito no CNPJ sob o número 02.265.565/0001-26 no Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Pa-

dre Anchieta, nº 394, Centro, cidade de Porto União, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 23 de novembro de 1998, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no Diário Oficial da União – D.O.U. de 18 de março de 1999, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 1Cm entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente o processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e Norma nº 02/98, de 06.08.1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Av. Getúlio Vargas, nº 149, na cidade de Porto União, Estado de Santa Catarina, de coordenadas geográficas em 26º14'06" S de latitude e 51º05'02" W de longitude. Ocorre que, posteriormente o endereço proposto foi retificado passando a estar na Rua Padre Anchieta, nº 394, Centro, consoante aos dados constantes constantes do Aviso D.O.U., de 18 de março de 1999.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 275 e 276, denominado de "Ro-

teiro de Análise Técnica de RadCom”. que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novo endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos II, III, IV, V, VIII da Norma 02/98, comprovação de necessária alteração estatutária, certidão cartorária comprovando o registro da Ata de Fundação da entidade, declaração de que a entidade requerente não possui vínculos de subordinação, cópia do CNPJ da requerente e declaração do endereço da sede, cujo cumprimento e aplicação dos critérios estabelecidos na legislação específica resultou no saneamento dos autos e posterior seleção da Entidade, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 281 a 348).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls 320, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma 02/98, em especial as exigências inscritas em seu item 611, conforme observa-se nas folhas 340 e 341. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante do sistema irradiante e características elétricas.

09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 348 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e

em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;

- comprovantes relativos à maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar 02/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar 02/98;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar 02/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

– nome

Associação Comunitária e Cultural Porto União;

– quadro diretivo

Presidente: José Paulo Knapik;
Vice Presidente: João Carlos Ramos;
Secretária: Inês Eneida Knapik;
2º Secretário: Michel Andréas Niewohner;
Tesoureiro: Hilário Babireski;
2º Tesoureiro: Celso Pinto Cordeiro.

– localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Padre Anchieta, nº 394, Centro, cidade de Porto União, Estado de Santa Catarina.

– coordenadas geográficas

26º14’06” de latitude e 51º05’02” de longitude, correspondentes aos dados dispostos no “Roteiro de Análise de Instalação da Estação” – fls.

340 e 341, bem como “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 320 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária e Cultural Porto União, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.820.000.918/98, de 08 de dezembro de 1998.

Brasília, 15 de março de 2004. – Relator da conclusão jurídica – **Lídia Souza El-Carab Moreira**, Chefe de Serviço/SSR, Relator da conclusão Técnica – **Regina Aparecida Monteiro**, Chefe de Serviço/SSR.

(À Comissão de Educação (decisão terminativa))

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 158 , DE 2006

(Nº 1781/2005 , na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Portinari Comunitária de Cultura, Lazer e Comunicação de Brodowski a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brodowski, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 70, de 4 de fevereiro de 2005, que autoriza a Associação Portinari Comunitária de Cultura, Lazer e Comunicação de Brodowski a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brodowski, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 219, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações, às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 70, de 4 de fevereiro de 2005 – Associação Portinari Comunitária de Cultura, Lazer e Comunicação de Brodowski, no município de Brodowski-SP;

2 – Portaria nº 74, de 4 de fevereiro de 2005 – Clube de Mães “Madre Madalena” da Comunidade

Senhor dos Passos – COMASP, no município de Malacacheta-MG;

3 – Portaria nº 83, de 16 de fevereiro de 2005 – Associação Niteroiense de Arte, Cidadania e Comunicação POPOOIABA, no município de Niterói-RJ;

4 – Portaria nº 85, de 16 de fevereiro de 2005 – Associação Comunitária e Solidária de Comunicação Social Sepé Tiaraju, no município de São Sepé-RS;

5 – Portaria nº 96, de 16 de fevereiro de 2005 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales, no município de São Francisco de Sales-MG;

6 – Portaria nº 98, de 16 de fevereiro de 2005 – Associação da Rádio Comunitária “Voz do Povo”, no município de Porto de Moz-PA;

7 – Portaria nº 108 de 16 de fevereiro de 2005 – Associação de Moradores da Cohab Massangano – Petrolina (PE), no município de Petrolina-PE;

8 – Portaria nº 109, de 16 de fevereiro de 2005 – Associação de Integração Comunitária de São João do Tigre, no município de São João do Tigre-PB; e

9 – Portaria nº 112, de 16 de fevereiro de 2005 – Associação Comunitária de Radiodifusão de Ibirapuã, no município de Ibirapuã-BA.

Brasília, 19 de Abril de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**

MC 00037 EM

Brasília, 21 de fevereiro de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Portinari Comunitária de Cultura, Lazer e Comunicação de Brodowski, no Município de Brodowski, Estado de São Paulo, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações bené-

ficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53830.002124/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, **Eunício Oliveira.**

PORTARIA Nº 70 DE 4 DE FEVEREIRO DE 2005.

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso 11 do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53830.002124/98 e do PARECERJMC/CONJUR/GAT/Nº 1457 – 1.08/2004, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Portinari Comunitária de Cultura, Lazer e Comunicação de Brodowski, com sede na Rua Floriano Peixoto, nº 626 – Centro, no município de Brodowski, Estado de São Paulo, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 20º59'00"S e longitude em 47º39'10"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

O Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 39 do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Eunício Oliveira.**

RELATÓRIO Nº 211 /2004/RADCOM/DOS/SSCE/MC

Referência: Processo nº 53830002124/98, protocolizado em 15/09/1998

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Portinari Comunitária de Cultura, Lazer e Comunicação de Brodowski município de Brodowski, Estado de São Paulo.

I – Introdução

1. A Associação Portinari Comunitária de Cultura, Lazer e Comunicação de Brodowski, inscrita no CNPJ sob o número 02.727.825/0001-38, no Estado de São Paulo, com sede Rua Floriano Peixoto, no 626, Centro, no município de São Paulo, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 11 de Setembro de 1998, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação no **Diário Oficial** da União, **D.O.U.**, de 27-3-2000 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante o respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outras 03 entidades foram objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentaram suas solicitações para a mesma área de interesse, tendo sido seus processos devidamente analisados e arquivados. Os motivos dos arquivamentos, bem como a indicação da relação constando os respectivos nomes e processos, se encontram abaixo explicitadas:

a) Centro de Estudos, Promoção e Difusão de Cultura Folclórica – Processo nº 53830000044/00, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: a entidade não encaminhou a documentação exigida pela Legislação, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 4978, datado de 22/12/2000, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade não apresentou solicitação para reconsideração desta decisão.

b) Associação Cult. Independente Brodowskiana de Apoio à Comunidade – Processo nº 53830002652/98, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: aplicou-se o critério da representatividade e esta entidade apresentou menor número de manifestações em apoio, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 9188, datado de 23/09/03, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade apresentou solicitação para reconsideração dos autos, tendo sido a mesma objeto de análise pelo Departamento que decidiu pela não reconsideração conforme os fatos e fundamentos dispostos no ??? 26/03/2004.

c) Associação Com. Organiz. Cult. E Ecológica de Brodowski. Processo nº 53830000464/99, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: utilizou o critério da representatividade e esta entidade apresentou menor número de manifestações, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 9187, datado de 23/09/03, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade apresentou solicitação para reconsideração dos autos, tendo sido a mesma objeto de análise pelo Departamento que decidiu pela não reconsideração conforme os fatos e fundamentos dispostos no ofício nº 8997 de 01/07/04.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e Norma Complementar nº 02/98, de 06.08.1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 Km, com centro localizado na Rua Floriano Peixoto, nº 626,

Centro, no município de Brodowski, Estado de São Paulo, de coordenadas geográficas em 47°34'05"S de latitude e 42°25'55"W de longitude. Estas coordenadas foram alteradas, antes mesmo da primeira análise de 12/04/99.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória de folhas 29, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: () apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos I, II, III, IV, V, VIII da Norma 02/98, comprovação de necessária alteração estatutária, comprovante de válida existência das entidades que manifestaram apoio à iniciativa, cópia do CNPJ da requerente e declaração do endereço da sede. Diante da regularidade técnico-jurídica dos processos nº 53830002124/98, 53830002652/98 e 53830000464/99 referentes às interessadas na localidade e em observância ao disposto no subitem 6.10.1 da Norma 02/98, foi encaminhado ofício para que se estabelecesse uma associação entre as mesmas, ocorre que, frente a negativa das entidades e considerando o decurso do prazo concedido, utilizou-se o critério de seleção apontado no subitem 6.10.2 da Norma 02/98, do qual constatou-se que a requerente conta com maior número de manifestações em apoio que a sua concorrente, em decorrência de tal fato a Entidade foi selecionada, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 31 a 191).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls 154, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma 02/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 163/164.

Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade;

os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada no limite da área de serviço, diagramas de irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação e características elétricas.

09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 191, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dipostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dipostos no Código Civil Brasileiro adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar nº 02/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar nº 02/98;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar nº 02/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a conclusão dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• nome

Associação Portinari Comunitária de Cultura, Lazer e Comunicação de Brodowski;

• quadro diretivo

Presidente: Nestor Ribas Filho
Vice-presidente: Maria Rosa Adami Soares
Secretário: Ana Paula Ribas
Tesoureiro : Ana Maria de Fátima Greggio

• localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Castelo Branco, 321, Vila N. 5. Aparecida, município de Brodowski, Estado de São Paulo;

• coordenadas geográficas

20°59'00" de latitude e 47°39'10" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 163/164, bem como "Formulário de Informações Técnicas" -fls 154 que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Portinari Comunitária de Cultura, Lazer e Comunicação de Brodowski, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53830002124/98, de 15 de Setembro de 1998.

Brasília, 30 de Junho de 2004. – Relator da conclusão Jurídica, **Luciana Costa**, Chefe de Serviço/ssr
Regina Aparecida Monteiro, Relator da conclusão Técnica, Chefe de Serviço/SSR.

(À Comissão de Educação (decisão terminativa))

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 159, DE 2006

(Nº 1.816/2005, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária de Brejo do Cruz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brejo do Cruz, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 213, de 12 de junho de 2003, que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária de Brejo do Cruz a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brejo do Cruz, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 209, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 200, de 12 de junho de 2003 – Associação Cultural de Guimarães, na cidade de Guimarães – MA;

2 – Portaria nº 213, de 12 de junho de 2003 – Associação de Comunicação Comunitária de Brejo do Cruz, na cidade de Brejo do Cruz – PB;

3 – Portaria nº 320, de 27 de junho de 2003 – Associação de Cultura de Brasília de Minas, na cidade de Brasília de Minas – MG;

4 – Portaria nº 396, de 28 de julho de 2003 – Associação Liberalista de Itapiranga, na cidade de Itapiranga – AM;

5 – Portaria nº 426, de 28 de agosto de 2003 – Associação Comunitária Alto Bandeirante – ACABAN, na cidade de Ipaumirim – CE;

6 – Portaria nº 675, de 9 de dezembro de 2003 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Altônia, na cidade de Altônia – PR;

7 – Portaria nº 723, de 15 de dezembro de 2003 – Associação Cultural Marmeleiro, na cidade de Marmeleiro – PR; e

8 – Portaria nº 749, de 19 de dezembro de 2003 – Associação Comunitária de Rádio de Lagoa do Barro do Piauí, na cidade de Lagoa do Barro do Piauí – PI.



MC 00215 EM

Brasília, 31 de julho de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Comunicação Comunitária de Brejo do Cruz na cidade de Brejo do Cruz, Estado da Paraíba, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço,

cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53103.000030/00, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, **Miro Teixeira.**

PORTARIA Nº 213, DE 12 DE JUNHO DE 2003

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53 103.000030/00 e do PARECER/CONJUR/MC nº 552/2003, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação de Comunicação Comunitária de Brejo do Cruz, com sede na Rua São Vicente de Paula, nº 14 – Centro, na cidade de Brejo do Cruz, Estado da Paraíba, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 06°20'47"S e longitude em 37°29'52"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira.**

RELATÓRIO Nº 55/2003-DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53.103.000.030/00, protocolizado em 20/01/2000.

Objeto: Requerimento exploração Radiodifusão de autorização para a do – Serviço de Comunitária.

Interessado: Associação de Comunicação Comunitária de Brejo do Cruz localidade de Brejo do Cruz, Estado da Paraíba.

I – Introdução

1. A Associação de Comunicação Comunitária de Brejo do Cruz, inscrita no CNPJ sob o número 02.884.907/0001-96, no Estado da Paraíba, com sede na Rua São Vicente de Paula, 14 – Centro, cidade de Brejo do Cruz, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 12 de janeiro de 2000, subscrito por representante legal no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12. do Regulamento do. Servicet4e Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto fls 2.615. de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente; baseou o pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no Diário Oficial da união – D.O.U., de 17 de dezembro de 1999, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 3,5 K.m entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação da referido serviço, não havendo concorrentes

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a lei nº 9.612. de 19.02.1998. o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1 998 e Norma nº 02/98, de 06.08.1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em

área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 k.m, com centro localizado na Rua Antonio Gomes 37. na cidade de Brejo do Cruz, Estado da Paraíba, de coordenadas geográficas cm 06°20'47”S de latitude e 37°29'52”W de longitude. Ocorre que, posteriormente, as coordenadas e endereço propostos foram retificados, passando a estar na Rua São Vicente de Paula, 14 em 06°20'47”S de latitude e 37°29'52”W de longitude consoante aos dados constantes do Aviso publicado no **D.O.U.** de 17-12-993

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 108, denominado de ‘Roteiro de Análise Técnica de RadCom’. que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arrumamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: para a apresentação da documentação eleneada no subitem 6.7 incisos 1, II e VII da Norma 02/98, comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do CNPJ da requerente, declaração do endereço da sede e projeto técnico(fl. 58 a 138).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 68, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 02/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 110 e 111. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e elétricas.

09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 138 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dipostos no Código Civil Brasileiro adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dipostos no Código Civil Brasileiro adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar 02/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar 02/98;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar 02/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços,

a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• nome

Associação de Comunicação Comunitária de Brejo do Cruz

• quadro diretivo

Presidente: Antonio Farias de Araújo
 Vice-presidente: Gutemberg Fernandes de Alencar
 Secretária: Zenilda Gomes Batista
 Tesoureiro: Izac Gomes de Brito
 Dir.Patrim: Francisco das Chagas Gomes da Silva

• localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua São Vicente de Paula, 14, Centro, cidade de Brejo do Cruz, Estado da Paraíba.

• coordenadas geográficas

06°20'47" de latitude e 37°29'52" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 110 e 111, bem como "Formulário de Informações Técnicas" -fls. 68 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela **Associação de Comunicação Comunitária de Brejo do Cruz, no sentido de conceder-lhe** a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.103.000.030/00, de 20 de junho de 2000.

Brasília, 15 de maio de 2003. – **Aline Oliveira Prado**, chefe de serviço SSR, Relator da conclusão Jurídica – **Neide Aparecida da Silva**, Chefe de Divisão SSR, Relator da conclusão Técnica.

De acordo

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Brasília, 16 de maio de 2003. – **Jaime de Carvalho Netto**, Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio e Imagem.

(À Comissão de Educação em Decisão Terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 160 , DE 2006

(Nº 1.870/2005 , na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Perola D'oeste a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 549, de 5 de novembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Pérola D'Oeste a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pérola D'oeste, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 222, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 549, de 5 de novembro de 2003 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Pérola D'Oeste, na cidade de Pérola D'Oeste – PR;

2 – Portaria nº 771, de 22 de dezembro de 2003 – Associação dos Lavradores Autônomos de Buriti – MA, na cidade de Buriti – MA;

3 – Portaria nº 775, de 22 de dezembro de 2003 – Centro Comunitário Sócio Cultural de Barra dos Coqueiros, na cidade de Barra dos Coqueiros – SE;

4 – Portaria nº 5, de 13 de janeiro de 2004 – Sociedade dos Amigos de Magalhães de Almeida, na cidade de Magalhães de Almeida – MA;

5 – Portaria nº 7, de 13 de janeiro de 2004 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Ubaitaba, Estado da Bahia, na cidade de Ubaitaba – BA;

6 – Portaria nº 16, de 14 de janeiro de 2004 – Associação Comunitária de Edealina, na cidade de Edealina – GO;

7 – Portaria nº 33, de 15 de janeiro de 2004 – Associação Mercosul de Difusão Comunitária, na cidade de Pedro Osório – RS;

8 – Portaria nº 51, de 16 de janeiro de 2004 – Associação de Radiodifusão Comunitária Majestade “FM”, na cidade de Sorocaba – SP;

9 – Portaria nº 53, de 16 de janeiro de 2004 – Instituto de Radiodifusão Comunitária de Pacujá – Ceará, na cidade de Pacujá – CE; e

10 – Portaria nº 86, de 23 de janeiro de 2004, alterada pela de nº 303, de 3 de agosto de 2004 – Associação Curaçaense Comunitária de Rádio e Difusão, no município de Curaçá – BA.

Brasília, 19 de abril de 2005.

MC 00502 EM

Brasília, 26 de novembro de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria dc outorga dc autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de desenvolvimento Cultural e Artístico de Pérola D'Oeste, na cidade de Pérola de D'Oeste. Estado do Paraná,

explore o serviço de radiodifusão comunitária em conformidade com **caput** do art 223. da Constituição e a Lei nº 9.612. de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço cuja a documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão. de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração por meios de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais

4. Sobre o caso em espécie cumpre informar que grupo de Trabalho, instituído por meio da Portara nº 83, de 24 de março de 2003 com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendente referentes a autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53000.001264/02, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais. a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor § 3º, do art. 223. da Constituição Federal.

Respeitosamente, **Miro Teixeira.**

PORTARIA Nº 549 DE 5 DE NOVEMBRO DE 2003.

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.001264/02 e do PARECER/CONJUR/MC nº 1303/2003, resolve'

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Pérola D'Oeste, com sede na Rua Leopoldo Schmidt, s/nº, na cidade de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 25º49'37"S e longitude em 53º44'20"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira.**

RELATÓRIO Nº 243/2003-DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53.000.001.264/02, protocolizado em 14 de março de 2002.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração Radiodifusão de autorização para a do Serviço de Comunitária.

Interessado: Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Pérola D' Oeste localidade de Pérola D' Oeste, Estado do Paraná.

I – Introdução

1. A Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Pérola D' Oeste, inscrita no CNPJ sob o número 04.798.951/0001-09, no Estado do Paraná, com sede na Rua Leopoldo Schimidt, s/n, cidade de Pérola D'Oeste, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 23 de janeiro de 2002, subscrito por representante legal. no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no Diário Oficial da União – **D.O.U.** de 24 de maio de 2002, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento á citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente

O processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612 de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615. de 03.03.1998 e Norma nº 02/98, de 06.08.1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km. com centro localizado na Rua Leopoldo Schmidt, s/n, na cidade de Pérola D' Oeste, Estado do Paraná, de coordenadas geográficas em 25º49'37"5 de latitude e 53º44'20"W de longitude, consoante aos dados constantes do Aviso publicado no D.O.U., de 24/05/02.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográfica. indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 218 e 219, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom". que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE. compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arrumamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: para apresentação de comprovação de necessária alteração estatutária e declaração do endereço da sede, cujo cumprimento e aplicação dos critérios estabelecidos na legislação específica resultou no saneamento dos autos e posterior seleção da Entidade, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 205 a 236).

8. Ao cumprir as exigências. foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" fls. 218 e 219. firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma 02/98. em especial as exigências inscritas em seu item 6.11. con-

forme observa-se nas folhas 237 e 238. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade: os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio: características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de com no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação Específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 236 dos autos. corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes.
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar 02/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar nº 02/98;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar 02/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• nome

Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Pérola D' Oeste;

• quadro diretivo

Presidente: Valdir Antonio Scitz

Vice-presidente: Cleunice de Fátima Corteze Jaskulski

Secretário Geral Rogério Luiz Becker

Tesoureiro: Elomar Linke

Dir.Administrativo: Valdomiro Bassanesi

• localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Leopoldo Schmidt, s/n. Centro, cidade de Pérola D' Oeste, Estado do Paraná;

• coordenadas geográficas

25°49'37" de latitude e 53°44'20" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 237 e 238, bem como "Formulário de Informações Técnicas" fls. 218 e 219 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Pérola O' Oeste, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.060.001.264/02. de 14 de março de 2002.

Brasília, 8 de setembro de 2003. – **Aline Oliveira Prado**, Relatora da conclusão Jurídica, Chefe de Serviço/SSR – **Regina Aparecida Monteiro**, Chefe de Serviço, Relatora da conclusão Técnica, Chefe de Serviço/SSR.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 9 de setembro de 2003. – **Jayme Marques De Carvalho Neto**.

Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio e Imagem

(À Comissão de Educação (decisão terminativa))

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 161 DE 2006

(Nº 1.904/2005, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Assistencial dos Moradores da Boa Vista a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cascavel, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 427, de 28 de agosto de 2003, que autoriza a Associação Assistencial dos Moradores da Boa Vista a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cascavel, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 227, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 500, de 2 de abril de 2002, alterada pela de nº 402, de 30 de julho de 2003 – Associação de Cultura e Informação de Pacajá – ACIPA – Emissora Comunitária “Novo Tempo”, na cidade de Pacajá – PA;

2 – Portaria nº 2.943, de 18 de dezembro de 2002, alterada pela de nº 601, de 19 de novembro de 2003 – Fundação Maranhense de Assistência Comunitária – FUMAC, na cidade de São Luis – MA;

3 – Portaria nº 207, de 12 de junho de 2003 – Associação Comunitária Educativa de Radiodifusão de Sapucaí Mirim, na cidade de Sapucaí – Mirim – MG;

4 – Portaria nº 256, de 12 de junho de 2003 – Associação Comunitária para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Monte Verde, na cidade de Camanducaia – MG;

5 – Portaria nº 257, de 12 de junho de 2003 – Associação Acultural de Galiléia, na cidade de Galiléia – MG;

6 – Portaria nº 324, de 27 de junho de 2003 – Associação “Comunidade Irmãos Unidos” de Governador Archer, na cidade de Governador Archer – MA;

7 – Portaria nº 427, de 28 de agosto de 2003 – Associação Assistencial dos Moradores da Boa Vista, na cidade de Cascavel – CE;

8 – Portaria nº 478, de 22 de setembro de 2003, alterada pela de nº 45, de 16 de janeiro de 2004 – Associação da Rádio Alternativa FM, na cidade de Barra do Corda – MA;

9 – Portaria nº 668, de 9 de dezembro de 2003 – Associação Comunitária Cultural Filadélfia – ACCFI, na cidade de Tucuuruí – PA;

10 – Portaria nº 678, de 9 de dezembro de 2003 – Associação Cultural Novos Caminhos de Munhoz de Mello – Paraná, na cidade de Munhoz de Mello – PR; e

11 – Portaria nº 680, de 9 de dezembro de 2003 – Associação Comunitária Cultural Bragadense, denominada “ACCB”, na cidade de Pato Bragado – PR.

Brasília, 20 de abril de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC 00397 EM

Brasília, 17 de setembro de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva

documentação para que a entidade Associação Assistencial dos Moradores da Boa Vista, na cidade de Cascavel, Estado do Ceará, explore o serviço de Radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas, também, servindo de elo à integração, com informações benéficas a todos os segmentos e a todos os respectivos núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53650.002750/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223, da Constituição Federal

Respeitosamente. – **Miro Teixeira.**

PORTARIA Nº 427 DE 28 DE AGOSTO DE 2003

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53650.002750/98 e do PARECER/CONJUR/MC nº 974/2003, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Assistencial dos Moradores da Boa Vista, com sede na Rua Campo da Aviação, s/nº na cidade de Cascavel, Estado do Ceará, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 04º08'00"S e longitude em 38º14'18"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira.**

RELATÓRIO Nº 109/2003-DOSR/SSR/MC

Referencia: Processo nº 53650002750/98, protocolizado em 02/12/1998.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão

Interessado: Associação Assistencial dos Moradores da Boa Vista, localidade de Cascavel, Estado do Ceará.

I – Introdução

1. A Associação Assistencial dos Moradores da Boa Vista, inscrita no CNPJ sob o número 01.312.764/0001-85, no Estado do Ceará, com sede no Campo de Aviação, s/nº, Boa Vista, cidade de Cascavel, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 02 de dezembro de 1998, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial**

da União – D.O.U., de 11 de dezembro de 1998, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor. assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 3,5 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outras entidades foram objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentaram suas solicitações para a mesma área de interesse, tendo sido seus processos devidamente analisados e arquivados. Os motivos dos arquivamentos, bem como a indicação da relação constando os respectivos nomes e processos, se encontram abaixo explicitadas:

a) Fundação Vera Lúcia Real – Processo nº 53650001133/01, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: A entidade não cumpriu todas as exigências do ofício nº 5212/02, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 7418, datado de 03/12/2002 (cópia anexa).

b) Associação da Comunidade Paz Bem – Processo nº 53650000821/01, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: Diante do decurso do prazo para resposta do ofício de acordo utilizou-se o critério da representatividade, do qual constatou-se que esta entidade apresentou menor número de manifestações, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 7421, datado de 03/12/2002 (cópia anexa).

c) Associação Comunitária de Cascavel – ASCOVEL – Processo nº 53650001139/01, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: Não existe possibilidade de comunicação entre o departamento e a entidade, pois o endereço fornecido não foi encontrado pelos correios, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 4250, datado de 22/07/2002 (cópia anexa).

d) Associação dos Moradores do Parque Juarez Queiroz Processo nº 53650001139/01, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: O local proposto para a instalação do sistema irradiante contraria o disposto no subitem 6.6 da Norma nº 02/98, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 6213, datado de 22/08/2001 (cópia anexa).

e) Associação Vida Esperança de Apoio da 3ª Idade – Processo nº 53650001143/01, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: A entidade não se caracteriza como de natureza comunitária, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 3156, datado de 28/05/2002 (cópia anexa).

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e Norma Complementar nº 02/98, de 06.08.1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Rua Padre Valdevino Nogueira, 2446, na cidade de Cascavel, Estado do Ceará, de coordenadas geográficas em 04º08'00"S de latitude e 38º14'18" de longitude.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 87, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do LBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos I, II e IV da Norma nº 02/98, comprovação de necessária alteração estatutária, acordo, no qual não houve entendimento entre a partes, utilizando porém o critério da representatividade, conforme o subitem 6.10 da Norma nº 02/98, onde a entidade concorrente apresentou menor número de manifestações e declaração do endereço da sede. Diante da regularidade técnico-jurídica do processo foi solicitado a apresentação do projeto técnico (fls.90 a 301).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls 228, firmado

pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 02/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 296 e 297. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 301, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro adequados às finalidades e requisitos da nº Lei 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar 02/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar nº 02/98;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar nº 02/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• **nome**

Associação Assistencial dos Moradores da Boa Vista;

• **quadro diretivo**

Presidente: Francisco Medeiros de Sousa
 Vice-presidente: Adriano Matias de Sousa
 1º Secretário: Silvio Barbosa Ferreira
 2º secretário: Paulo Matias da Silva
 1º Tesoureiro : Maria Rita Evangelista da Silva
 2º tesoureiro: Elesbão Ribeiro Rodrigues

• **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Rua Padre Valdevino Nogueira, 2446, cidade de Cascavel, Estado do Ceará.

• **coordenadas geográficas**

04º08'00" de latitude e 38º14'18" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – lis. 266 e 297, bem como "Formulário de Informações Técnicas" -fls 228 que se referem á localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Assistencial dos Moradores da Boa Vista, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53650002750/98, de 02 de dezembro de 1998.

Brasília, 16 de maio de 2003. – **Luciana Coelho**, Chefe de Serviço/SSF, Relatora da conclusão Jurídica – **Regina Aparecida Monteiro**, Chefe de Serviço/SSR, Relatora da conclusão Técnica

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Brasília, 23 de maio de 2003. – **Jayme Marques de Carvalho Neto**, Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio e Imagem

(À Comissão de Educação (decisão terminativa))

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
 Nº 162, DE 2006**

(Nº1.950/2005, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação de Integração Comunitária de Orizona – AICO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Orizona, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 10, de 26 de janeiro de 2005, que autoriza a Associação de Integração Comunitária de Orizona – AICO a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Orizona, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 348, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 10, de 26 de janeiro de 2005 – Associação de Integração Comunitária de Orizona – AICO, no município de Orizona – GO;

2 – Portaria nº 59, de 4 de fevereiro de 2005 – Associação Cultural de Penha, no município de Penha – SC;

3 – Portaria nº 87, de 16 de fevereiro de 2005 – Educandário Batista de Porto Velho – EBPV, no município de Porto Velho – RO; e

4 – Portaria nº 138, de 16 de fevereiro de 2005 – Associação de Comunicação Alternativa de Novo Horizonte – ACANH, no município de Macapá – AP.

Brasília, 9 de junho de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**

MC 00022 EM

Brasília, 9 de fevereiro de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Integração Comunitária de Orizona – AICO, no Município de Orizona, Estado de Goiás, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o caput do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações

permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53670.001200/02, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, **Eunício Oliveira.**

PORTARIA Nº 10 DE 26 DE JANEIRO DE 2005

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53670.001200/02 e do PARECER/MC/CONJUR/GAT/Nº 1733-1.08/2004, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Integração Comunitária de Orizona – AICO, com sede na Rua Imídio Correa Peres, nº 11 – B, Centro, no município de Orizona, Estado de Goiás, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 17º02'02"S e longitude em 48º18'26"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Eunício Oliveira.**

RELATÓRIO Nº 0255 /2004/RADCOM/DOS/SSCE/ MC

Referência: Processo nº 53.670.001.200/02, protocolizado em 02/05/2002.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação de Integração Comunitária de Orizona – AICO município de Orizona Estado de Goiás.

I – Introdução

1. A Associação de Integração Comunitária de Orizona – AICO, inscrita no CNPJ sob o número 04.965.113/0001-82, no Estado de Goiás, com sede na Rua Imídio Correa Peres, nº 11 – B – Centro no município de Orizona, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 30 de abril de 2002, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12. do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no Diário Oficial da União – D.O.U de 29 de agosto de 2002 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outras entidades foram objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentaram suas solicitações para a mesma área de interesse, tendo sido seus processos devidamente analisados e arquivados. Os motivos dos arquivamentos bem como a indicação da relação constando respectivos nomes e processos, se encontram abaixo explicitadas:

a) Associação Comunitária .Amigos de Orizona – Processo nº 53.670.002.185/02, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: A Entidade não encaminhou qualquer documentação em cumprimento as exigências elencadas no ofício nº 672/03 datado de 31/01/2003, AR Postal em 18-2-2003, tendo ocorrido a perda do prazo por decurso de tempo e restando comprovada a falta de interesse processual da requerente, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 01200/04. datado de 09 de fevereiro de 2004,

cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade não apresentou solicitação para reconsideração desta decisão

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a *regular* análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e Norma Complementar nº 02/98, de 06.08.1998

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km com o centro Rua Imídio Correa Peres, nº 11 -B/Centro, no município de Orizona, Estado de Goiás, de coordenadas geográficas em 17°02'08"S de latitude e 48°17'40"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser confirmadas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 133 e 134 denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de armamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados, ressalte-se que em relação ao item 15 do Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RadCom houve justificativa às folhas (243).

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 e inciso X

da Norma 02/98, comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do CNPJ retificado da requerente e declaração do endereço da sede. Diante da regularidade técnico-jurídica do processo nº 53.670.001.200/02, em a Entidade foi selecionada, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls.137 a 239)

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de informações Técnicas" – fls 207, firmado pelo engenheiro responsável, segundo o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma 02/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 242 e 243k Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 239, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar 02/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar 02/98;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar 02/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos. os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• **nome**

Associação de Integração Comunitária de Orizona – AICO:

• **quadro diretivo**

Presidente: Nelson da Costa Filho
Vice-presidente: Sueli do Socorro Mesquita
Secretário: Sonia de Oliveira e Castro Silva
Tesoureiro: Osmar Barbosa de Almeida

• **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

AV. 7 de Setembro Qd 07– Lt 13 – Setor Campo Formoso, município de Orizona, Estado de Goiás;

• **coordenadas geográficas**

17°02'02" de latitude e 48°18'26" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 242 e 243, bem como "Formulário de Informações Técnicas" lis 207 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação de Integração Comunitária de Orizona – AICO, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.670.001.200/02, de 2 de maio de 2002.

Brasília, 17 de novembro de 2004

(À Comissão de Educação (decisão terminativa))

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 163, DE 2006**

(Nº1.960/2005, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação da Região Norte a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 150, de 16 de abril de 2004, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação da Região Norte a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 357, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações as entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 79, de 21 de janeiro de 2004 – Associação Comunitária de Radiodifusão da Cidade de Engenheiro Navarro – MG, na cidade de Engenheiro Navarro – MG;

2 – Portaria nº 150, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária de Comunicação da Região Norte, na cidade de Belo Horizonte – MG;

3 – Portaria nº 151, de 16 de abril de 2004, alterada pela de nº 179, de 16 de fevereiro de 2005 – Associação Comunitária Beneficente Mantiqueira – ASCOBEM, no município de Belo Horizonte –MG; 9

4 – Portaria nº 184, de 16 de abril de 2004 – Associação Movimento Comunitário Rádio Rodovia FM, na cidade de Taquarivaí – SP;

5 – Portaria nº 213, de 28 de abril de 2004 – Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão, no município de Coronel Murta – MG;

6 – Portaria nº 295, de 28 de julho de 2004 – Associação Comunitária e Cultural Modelo – ACCM, no município de Castanhal – PA; e

7 – Portaria nº 377, de 11 de outubro de 2004 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Jucurutu/RN, no município de Jucurutu – RN.

Brasília, 14 de junho de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**

MC 00158 EM

Brasília 11 de maio de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Comunicação da Região Norte, situada na cidade de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, explore o serviço

de radiodifusão comunitária, em conformidade com o caput do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53.710.000.594/99, que ora faço acompanhar, corri a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – Eunício Lopes Oliveira.

PORTARIA Nº 150 DE 16 DE ABRIL DE 2004

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.710.000.594/99 e do PARECER/CONJUR/MC nº 0387/2004, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária de Comunicação da Região Norte, com sede na Av. Joaquim Clemente, 251 – Bairro Floramar, na cidade de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 19º57'46"S e longitude em 43º51'34"W, utilizando a freqüência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Eunício Oliveira.**

RELATÓRIO

Nº 070/2004/RADCOM/DOS/SSCE/MC – AOP

Referencia: Processo nº 53.710.000.594/99, protocolizado em 05 de maio de 1999.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Comunitária de Comunicação da Região Norte, localidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

I – Introdução

1. A Associação Comunitária de Comunicação da Região Norte, inscrita no CNPJ sob o número 03.118.885/0001-16, no Estado de Minas Gerais, com sede na Av. Joaquim Clemente, 251 – Bairro Floramar, cidade de Belo Horizonte, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 03 de maio de 1999, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no Diário Oficial da União – D.O.U. de 27 de março de 2000, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento á citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

II – Relatório

atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e Norma nº 02/98, de 06.08.1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Av. Joaquim Clemente nº 251, Bairro Floramar, na cidade de Belo Horizonte de Minas Gerais, de coordenadas geográficas em 19°57'46"S de latitude e 43°51'34" de longitude.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 51 e 52, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arrumamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos I, II, III, IV, VIII da Norma 02/98, comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do CNPJ retificado da requerente e declaração do endereço da sede, cujo cumprimento e aplicação dos critérios estabelecidos na legislação específica resultou no saneamento dos autos e posterior seleção da Entidade, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls.55 a 148).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o Formulário de Informações Técnicas – fls. 58 e 59, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma 02/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, con-

forme observa-se nas folhas 134 e 135. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida aos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 148 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de armamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar 2/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar 2/98;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar 2/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

•nome

Associação Comunitária de Comunicação da região Norte

•quadro diretivo

Presidente: Sebastião Ferreira Bastos
 Vice Presidente: Osvaldo Cesar dos Santos
 Dir.Técnico: Mário Divino de Moura
 Dir.Eventos/Rel.Publ: Francisco Carlos Antunes
 Diretor de Patrimônio: Dervalino Alves da Silva

•localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Avenida Joaquim Clemente, nº 251 – Bairro Floramar, cidade de Belo Horizonte. Estado de Minas Gerais.

•coordenadas geográficas

19°57'46" de latitude e 43°51'34" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" fls. 118 e 119, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 58 e 59 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária de Comunicação da região Norte, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade o pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.710.000.594/99, de 5 de maio de 1999.

Brasília, 19 de fevereiro de 2004. – Relator da Conclusão Jurídica; **Regina Aparecida Monteiro**, Chefe de Serviço/SSR, Relatora da conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 19 de fevereiro de 2004 – **Alexandra Luciana Costa** Coordenadora

(À Comissão de Educação (decisão terminativa))

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
 Nº 164, DE 2006**

(Nº1.964/2005, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio e Difusão de Conceição dos Ouros a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição dos Ouros, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria n 153, de 16 de abril de 2004, que autoriza a

Associação Comunitária de Rádio e Difusão de Conceição dos Ouros a executar, por 10 (dez) anos, se direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição dos Ouros, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 553, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 153, de 16 de abril de 2004, que outorga autorização à Associação Comunitária de Rádio e Difusão de Conceição dos Ouros a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Conceição dos Ouros, Estado de Minas Gerais.

Brasília, 24 de agosto de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**

MC 00138 EM

Brasília, 11 de maio de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Rádio e Difusão de Conceição dos Ouros, situada na cidade de Conceição dos Ouros, no Estado de Minas Gerais, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o caput do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de

proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53.710.001.576/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, **Eunício Oliveira.**

PORTARIA Nº 153 DE 16 DE ABRIL DE 2004

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.710.001.576/98 e do PARECER/CONJUR/MC nº 0404/2004, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária de Rádio e Difusão de Conceição dos Ouros, com sede na Rua Alves Corrêa, nº 227, Centro, na cidade de Conceição dos Ouros, no Estado de Minas Gerais, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 22º24'53"S e longitude em 45º47'50"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Eunício Oliveira.**

RELATÓRIO Nº 428/2003-DOSR/SSCE/MC

Referência: Processo nº. 53.710.001.576/98, protocolizado em 02 de dezembro de 1998.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Comunitária de Rádio e Difusão de Conceição dos Ouros, localidade de Conceição dos Ouros, Estado de Minas Gerais.

I – Introdução

1. A Associação Comunitária de Rádio e Difusão de Conceição dos Ouros, inscrita no CNPJ sob o número 01.528.282/0001-67, no Estado de Minas Gerais, com sede na Rua Alves Corrêa, nº. 227, Centro, cidade de Conceição dos Ouros, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 02 de dezembro de 1998, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº. 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no Diário Oficial da União – D.O.U. de 18 de março de 1999, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 km entre as interessadas nesta localidade. comunicamos que o requerimento de outra entidade foi objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentou sua solicitação para a mesma área de interesse, tendo sido seu processo devidamente analisado e arquivado. Os motivos do arquivamento, bem como a indicação da relação constando o nome e processo, se encontra abaixo explicitada:

a) Associação Comunitária de Radiodifusão FM – Processo nº. 53.710.600.543/99. arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: a entidade não apresentou todos os documentos solicitados, ocorrendo a perda do prazo por decurso do tempo, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº. 11173, datado de 17 de novembro de 2003. (cópia anexa)

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº. 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto

nº. 2.615, de 03.03.1998 e Norma Complementar nº. 02/98, de 06.08.1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Alves Corrêa, nº. 108, na cidade de Conceição dos Ouros, Estado de Minas Gerais, de coordenadas geográficas em 22º24'12"S de latitude e 45º47'54"W de longitude. Ocorre que, posteriormente, as coordenadas e endereço propostas foram retificados, passando a estar na Rua Alves Corrêa, nº. 227, Centro, em 22º24'53"S de latitude e 45º47'53"W de longitude consoante aos dados constantes do Aviso publicado no **D.O.U.**, de 18 de março de 1999.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 62 a 65, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arrumamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos II, III, IV, V, VI e VIII, da Norma 02/98, comprovação de necessária alteração estatutária, certidão cartorária comprovando o registro da ata de fundação da entidade bem como, das alterações estatutárias, comprovante de válida existência das entidades que manifestaram apoio à iniciativa, cópia do CNPJ retificado da requerente e declaração do endereço da sede. Diante da regularidade técnico-jurídica a Entidade foi selecionada, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 68 a 271).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 264 e 265, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma 02/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 272 e 273. Ressalta-

mos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 271, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro adequados às finalidades e requisitos da Lei 96 12/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de armamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar 02/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar 02/98;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar 02/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• nome

Associação Comunitária de Rádio e Difusão de Conceição dos Ouros;

• **quadro diretivo**

Presidente: Hamilton Barbosa Pinto
 Vice-presidente: João Paulo Barbosa
 Secretário: Antônio Sérgio de Lima
 Tesoureiro : Wender Santos Rosa

• **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Rua Alves Corrêa, nº 227, Centro, cidade de Conceição dos Ouros, Estado de Minas Gerais;

• **coordenadas geográficas**

22°24'53" de latitude e 45°47'53" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 272 e 273, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls 264 e 265 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária de Rádio e Difusão de Conceição dos Ouros, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.710.001.576/98, de 02 de dezembro de 1998.

Brasília, 09 de dezembro de 2003. – **Lídia Souza Morena**, Relatora da conclusão Jurídica – **Regina Aparecida Monteiro**, Relatora da Comissão Técnica

(*Á Comissão de Educação (decisão terminativa)*)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 136 a 164, de 2006**, que acabam de ser lidos, tramitarão com prazo determinado de quarenta e cinco dias, de acordo com o art. 223, § 1º, da Constituição Federal.

A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, os Projetos lidos serão apreciados terminativamente pela Comissão de Educação, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, "b", combinado com o art. 375, I, ambos do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2003**, de autoria do Senador Aelton Freitas, que *altera os arts. 40 e 42 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, que dispõem sobre o plano diretor e seu sistema de acompanhamento e controle.*

Tendo sido rejeitada em apreciação terminativa pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a matéria vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 10, de 2006** (nº 61/2006, na origem), de 22 de fevereiro último, do Ministério da Fazenda, encaminhando o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de janeiro de 2006, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.

O expediente vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

OF. CCS Nº 006/2006

Brasília, 6 de março de 2006

Senhor Presidente,

Na condição de Presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, solicito a V. Exª que sejam transmitidos à Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal e à TV Senado, os nossos votos de congratulações pela comemoração de seus 10 anos de excelentes serviços prestados.

Aproveito a oportunidade para renovar meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente, **Arnaldo Niskier**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lida a seguinte:

**PROPOSTA DE EMENDA
 À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2006**

Acrescenta o § 7º ao art. 100 da Constituição Federal e o art. 95 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Cons-

tituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 100 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“§ 7º Os pagamentos de precatórios somente ocorrerão após prévia compensação de valores nas hipóteses em que o credor originário possuir débitos inscritos em dívida ativa da respectiva Fazenda Pública:

I – com execução fiscal não embargada; ou

II – com trânsito em julgado de sentença favorável à Fazenda Pública em embargos a execução fiscal .“

Art. 2º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

“Art. 95. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão optar, por ato do poder executivo, de forma irrevogável, por regime especial de pagamento de precatórios relativos às suas administrações direta e indireta, a ser efetuado com recursos calculados com base na vinculação de percentual de suas despesas primárias líquidas, nos termos, condições e prazos definidos em lei federal.

§ 1º Os recursos aplicados no pagamento de precatórios serão equivalentes, no mínimo, a três por cento da despesa primária líquida do ano anterior para a União, os Estados e o Distrito Federal e um e meio por cento da despesa primária líquida do ano anterior para os Municípios.

§ 2º Cinquenta por cento, no mínimo, dos recursos de que trata o § 1º serão liberados até o último dia do mês de abril e os valores restantes serão liberados até o último dia do mês de setembro de cada ano.

§ 3º A disponibilização de que trata o § 2º ocorrerá por meio do depósito em conta especial, criada para tal fim, e os recursos não poderão retornar para a livre movimentação do Ente da Federação.

§ 4º Os recursos de que trata o § 1º serão distribuídos da seguinte forma:

I – setenta por cento serão destinados para leilões de pagamento à vista de precatórios; e

II – trinta por cento serão destinados para o pagamento dos precatórios não quitados por meio de leilão de que trata o inciso I.

§ 5º O leilão de que trata o § 4º, inciso I, ocorrerá por meio de oferta pública a todos os credores de precatórios habilitados pelo respectivo Ente da Federação.

§ 6º A habilitação somente ocorrerá para os precatórios em relação aos quais não esteja pendente, no âmbito do Poder Judiciário, recurso ou impugnação de qualquer natureza.

§ 7º Na hipótese do § 4º, inciso II, a ordem de pagamento respeitará os seguintes critérios:

I – ordem crescente dos valores atualizados, devidos a cada credor dos precatórios, sendo quitados, sempre com prioridade, os de menor valor, independentemente da data de apresentação; e

II – no caso de identidade de valores, a preferência será dada ao credor do precatório mais antigo.

§ 8º Para os fins do § 4º, inciso II, existirá uma fila única de pagamentos de precatórios, a ser gerenciada pelo Tribunal de Justiça local, ou, no caso da União, pelo Superior Tribunal de Justiça, na qual se incluirão débitos relativos às entidades públicas que se sujeitam ao regime dos precatórios.

§ 9º A opção do Ente da Federação pelo regime especial de pagamento de precatórios prevista no **caput** deste artigo afasta, transitoriamente, enquanto estiver sendo cumprida a vinculação de recursos, a incidência dos arts. 34, VI; 36, II; 100, **caput**, §§ 1º, 1º-A, 2º, 4º e 5º da Constituição, bem como o art. 78 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, inclusive quanto a seqüestros financeiros já requisitados ou determinados na data da opção.

§ 10. Os precatórios parcelados na forma do art. 78 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e ainda pendentes de pagamentos ingressarão automaticamente no regime especial de pagamento de acordo com

o valor consolidado das parcelas não pagas relativas a cada credor.

§ 11. No caso de opção pelo regime especial de pagamento e de não liberação tempestiva dos recursos, haverá o seqüestro por ordem do Presidente do Tribunal de Justiça local ou, no caso da União, do Presidente do Superior Tribunal de Justiça, até o limite do valor não liberado.

§ 12. Na hipótese do § 11, o Chefe do Poder Executivo responderá por crime de responsabilidade.

§ 13. Para os fins do regime especial de pagamento, será considerado o valor do precatório, admitido o desmembramento por credor.

§ 14. No caso de desmembramento do precatório conforme previsto no § 13, não se aplica aos valores por credor o art. 100, § 3º, da Constituição.

§ 15. Os precatórios habilitados poderão ser utilizados, a critério do Ente da Federação, para o pagamento de débitos inscritos em dívida ativa até 31 de dezembro de 2004, sem que isso signifique quebra da ordem de pagamento de que trata o § 4º, inciso II.

§ 16. Os precatórios pendentes de pagamento serão corrigidos, a partir da data da promulgação desta Emenda Constitucional, pelo índice de Preços ao Consumidor Amplo – (IPCA) ou outro que o venha a substituir, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescidos de juros de seis por cento ao ano, ficando excluída a incidência de juros compensatórios.”

Art. 3º Lei aprovada pelo Congresso Nacional regulamentará a matéria tratada nesta Emenda e será de observância obrigatória para os Estados, Distrito Federal e Municípios que aderirem a este regime.

Art. 4º O regime especial de pagamento de precatórios vigorará enquanto o valor dos precatórios devidos e não pagos for superior ao valor dos recursos

vinculados nos termos do § 1º do art. 95 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Parágrafo Único. O Ente da Federação voltará a observar o disposto no art. 100 da Constituição, no ano seguinte ao que ficar constatado que o valor dos precatórios devidos e não pagos é inferior aos recursos vinculados nos termos do § 1º, do art. 95 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, sendo vedada nova adesão ao regime especial.

Art. 5º. A opção em aderir ao regime de pagamento criado pelo art. 95 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias deverá ocorrer em até cento e oitenta dias contados da publicação da lei que regulamentar esta Emenda Constitucional e será irretroatável.

Art. 6º. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A questão de precatórios assumiu relevância no cenário nacional a partir do enorme volume de precatórios não pagos por parte dos Estados e Municípios. O total pendente de pagamento a preços de junho de 2004 é de 61 bilhões, dos quais 73% se referem a débitos dos Estados.

Paralelamente a esta situação, Estados e Municípios apresentam uma situação financeira difícil. Os Estados apresentam uma média de comprometimento da receita corrente líquida de 85% (pessoal, saúde, educação e pagamentos de dívidas), ou seja, do total de recursos dos estados restam apenas 15% para outros gastos e investimentos.

Esta proposta de emenda à Constituição é apresentada como sugestão para viabilizar o debate na busca de uma solução para a questão de precatórios.

Durante o ano de 2005 foram realizadas reuniões com todos os segmentos objetivando minimizar conflitos e buscar uma solução comum a todos os envolvidos.

Esta proposição busca contribuir para uma solução definitiva para a questão, equacionando os débitos existentes e ao mesmo tempo assegurando o pagamento dos novos precatórios.

Sala das Sessões, em 7 de março de 2006.

- 1. ~~F. Caldeira~~
- 2. ~~Myre Siqueira~~ PODEB
- 3. ~~Luiz Inácio Lula da Silva~~
- 4. ~~Luiz Inácio Lula da Silva~~ PT
- 5. ~~Luiz Inácio Lula da Silva~~
- 6. ~~Luiz Inácio Lula da Silva~~
- 7. ~~Luiz Inácio Lula da Silva~~
- 8. ~~Luiz Inácio Lula da Silva~~
- 9. ~~Luiz Inácio Lula da Silva~~
- 10. ~~Luiz Inácio Lula da Silva~~
- 11. ~~Luiz Inácio Lula da Silva~~
- 12. ~~Luiz Inácio Lula da Silva~~
- 13. ~~Luiz Inácio Lula da Silva~~
- 14. ~~Luiz Inácio Lula da Silva~~
- 15. ~~Luiz Inácio Lula da Silva~~
- 16. ~~Luiz Inácio Lula da Silva~~
- 17. ~~Luiz Inácio Lula da Silva~~
- 18. ~~Luiz Inácio Lula da Silva~~
- 19. ~~Luiz Inácio Lula da Silva~~
- 20. ~~Luiz Inácio Lula da Silva~~
- 21. ~~Luiz Inácio Lula da Silva~~
- 22. ~~Luiz Inácio Lula da Silva~~
- 23. ~~Luiz Inácio Lula da Silva~~
- 24. ~~Luiz Inácio Lula da Silva~~
- 25. ~~Luiz Inácio Lula da Silva~~
- 26. ~~Luiz Inácio Lula da Silva~~
- 27. ~~Luiz Inácio Lula da Silva~~
- 28. ~~Luiz Inácio Lula da Silva~~
- 29. ~~Luiz Inácio Lula da Silva~~
- 30. ~~Luiz Inácio Lula da Silva~~
- 31. ~~Luiz Inácio Lula da Silva~~
- 32. ~~Luiz Inácio Lula da Silva~~
- 33. ~~Luiz Inácio Lula da Silva~~

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para: (EC nº 14/96 e EC nº 29/2000)

- I – manter a integridade nacional;
- II – repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra;
- III – pôr termo a grave comprometimento da ordem pública;
- IV – garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação;
- V – reorganizar as finanças da unidade da Federação que:

- a) suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior;

- b) deixar de entregar aos Municípios receitas tributárias fixadas nesta Constituição dentro dos prazos estabelecidos em lei;

- VI – prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial;

- VII – assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais:

- a) forma republicana, sistema representativo e regime democrático;

- b) direitos da pessoa humana;

- c) autonomia municipal;

- d) prestação de contas da administração pública, direta e indireta;

- e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.

.....
Art. 36. A decretação da intervenção dependerá:

- I – no caso do art. 34, IV, de solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto ou impedido, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal, se a coação for exercida contra o Poder Judiciário;

- II – no caso de desobediência a ordem ou decisão judiciária, de requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral;

- III – de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, na hipótese do art. 34, VII;

- IV – de provimento, pelo Superior Tribunal de Justiça, de representação do Procurador-Geral da República, no caso de recusa à execução de lei federal.

§ 1º O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembléia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro dias.

§ 2º Se não estiver funcionando o Congresso Nacional ou a Assembléia Legislativa, far-se-á convocação extraordinária, no mesmo prazo de vinte e quatro horas.

§ 3º Nos casos do art. 34, VI e VII, ou do art. 35, IV, dispensada a apreciação pelo Congresso Nacional ou pela Assembléia Legislativa, o decreto limitar-se-á a suspender a execução do ato impugnado, se essa medida bastar ao restabelecimento da normalidade.

§ 4º Cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos a estes voltado, salvo impedimento legal.

.....
Art. 100. À exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim. (EC nº 20/98, EC nº 30/2000 e EC nº 37/2002)

§ 1º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

§ 1º– A Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado.

§ 2º As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor, e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito.

§ 3º O disposto no **caput** deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual, Dis-

trital ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

§ 4º São vedados a expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago, bem como fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, a fim de que seu pagamento não se faça, em parte, na forma estabelecida no § 3º deste artigo e, em parte, mediante expedição de precatório.

§ 5º A lei poderá fixar valores distintos para o fim previsto no § 3º deste artigo, segundo as diferentes capacidades das entidades de direito público.

§ 6º O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatório incorrerá em crime de responsabilidade.

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Art. 78. Ressalvados os créditos definidos em lei como de pequeno valor, os de natureza alimentícia, os de que trata o art. 33 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e suas complementações e os que já tiverem os seus respectivos recursos liberados ou depositados em juízo, os precatórios pendentes na data de promulgação desta Emenda¹⁰ e os que decoram de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999 serão liquidados pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, permitida a cessão dos créditos. (EC nº 30/2000)

§ 1º É permitida a de composição de parcelas, a critério do credor

§ 2º As prestações anuais a que se refere o **caput** deste artigo terão, se não liquidadas até o final do exercício a que se referem, poder liberatório do pagamento de tributos da entidade devedora.

§ 3º O prazo referido no **caput** deste artigo fica reduzido para dois anos, nos casos de precatórios judiciais originários de desapropriação de imóvel residencial do credor, desde que comprovadamente único à época da imissão na posse.

§ 4º O Presidente do Tribunal competente deverá, vencido o prazo ou em caso de omissão no orçamento, ou preterição ao direito de precedência, a requerimento do credor, requisitar ou determinar o seqüestro de recursos financeiros da entidade executada, suficientes à satisfação da prestação.

10 Leia-se "da Emenda Constitucional nº 30/2000"

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40, DE 2006

Acrescenta, no Código Penal, Decreto Lei nº 2.848/1940, o § 3º ao art. 317 e o § 2º ao art. 333, transformando o atual parágrafo único deste dispositivo, em § 1º; acrescenta o inciso VII-C ao art 1º da Lei nº 8.072/1990, que trata dos crimes hediondos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescenta-se o seguinte § 3º ao art. 317 do Código Penal, Decreto Lei nº 2.848/1940:

“Art. 317.

§ 3º – Se a vantagem indevida é de grande proporção e ocasiona grave dano individual ou coletivo:

Pena – reclusão, de 10 (dez) a 25 (vinte e cinco) anos, e multa”.

Art. 2º – Acrescenta-se, ao art. 333 do Código Penal, Decreto Lei nº 2.848/1940, o seguinte § 2º, transformando-se o atual parágrafo único em § 1º:

Art. 333.

§ 1º –

§ 2º – Se a vantagem indevida é de grande proporção e ocasiona grave dano individual ou coletivo:

Pena – reclusão, de 10 (dez) a 25 (vinte e cinco) anos, e multa”.

Art. 3º – Acrescenta-se o seguinte inciso VII-C ao art. 1º da Lei nº 8.072/1990, que trata dos crimes hediondos:

Art. 1º... ..

VII – Corrupção passiva na forma prevista no § 3º do art. 317, e corrupção ativa na forma prevista no § 2º do art 333.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Com a presente proposição buscamos oferecer, à discussão do Congresso Nacional, uma nova perspectiva de avaliação dos crimes de corrupção ativa

e passiva. A corrupção nos últimos anos vem sendo praticada intensamente no interior da Administração Pública. Vê-se, cada vez mais, vultosos recursos públicos utilizados para beneficiar determinadas pessoas ou grupos, que se escudam em benefícios jurídicos para evitar a condenação ou se livrar rapidamente da condenação.

É preciso adequar o grau da pena hoje atribuída à corrupção e ao alto potencial ofensivo que a sua consumação acarreta para a sociedade: quantos brasileiros são privados da satisfação das suas necessidades fundamentais, como alimentação, assistência médica, educação, habitação, saneamento básico, enfim, condições dignas de vida, justamente porque desvio dos recursos públicos.

Creemos que ações delituosas como estas são gravíssimas, tão graves, pelos enormes danos que proporcionam, que merecem, até mesmo, a classificação de hediondas com todas as consequências legais daí resultantes.

Não nos conformamos com o fato de que corruptos tenham desviado recursos DOS Cofres Públicos e, hoje, estejam prestes a usufruírem da liberdade depois de um exíguo prazo de cumprimento da pena.

Enfim, não trata a presente proposição de contrariar a tendência até mesmo científica da progressão do cumprimento da pena rumo a liberdade. O que pretendemos é oferecer uma nova avaliação jurídica de um fato que acreditamos ser gravíssimo, principalmente num país como o Brasil, em que os problemas são muitos e a injustiça toma-se regra.

Sala das Sessões, 7 de março de 2006. – Senadora **Heloísa Helena**

LEGISLAÇÃO CITADA

Lei nº 2841, DE 1940

Corrupção passiva

Art. 317. Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fixa da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:

Pena – reclusão, de um a oito anos, e multa, de três contos a quinze contos de réis.

§ 1º A pena é aumentada de um terço, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.

§ 2º Se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem:

Pena – detenção, de três meses a um ano, ou multa, de quatrocentos mil réis a dois contos de réis.

Corrupção ativa

Art. 333. Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício:

Pena – reclusão, de um a oito anos, e multa, de um conto a quinze contos de réis.

Parágrafo único. A pena é aumentada de um terço, se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou omite ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional.

LEI Nº 8072, DE 1990

Art. 1º São considerados hediondos os crimes de latrocínio (art. 157, § 3º, in fine), extorsão qualificada pela morte, (art 158, § 2º), extorsão mediante seqüestro e na forma qualificada (art. 159, caput e seus §§ 1º, 2º e 3º), estupro (art. 213, **caput** e sua combinação com o art. 223, caput e parágrafo único), atentado violento ao pudor (art. 214 e sua combinação com o art. 223. **caput** parágrafo único), epidemia com resultado morte (art. 267, § 1º), envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal, qualificado pela morte (art. 270, combinado com o art. 285), todos do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), e de genocídio (arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956), tentados ou consumados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 41, DE 2006

Dispõe sobre o regime jurídico e a regulamentação das atividades de Agente Comunitário de Saúde e Agente do Combate às Endemias, na forma do § 5º do art. 198 da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre o regime jurídico e a regulamentação das atividades de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias, na forma do § 5º do art. 198 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A partir da promulgação da Emenda Constitucional nº 51, de 2006, e ressalvado o disposto no art. 7º, os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias somente poderão ser admitidos diretamente pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios na forma do disposto nesta lei, observado o limite de gasto estabelecido na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 2º Submetem-se os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias admitidos pelos gestores locais do Sistema Único de Saúde (SUS) na forma do disposto no § 4º do art. 198 da Constituição Federal ao regime jurídico aplicado aos servidores da área de saúde do respectivo ente, observado o disposto nesta lei.

Parágrafo único. Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias admitidos na forma do **caput** exercerão as suas atividades exclusivamente no âmbito do SUS.

Art. 3º Compete ao Agente Comunitário de Saúde o exercício de atividade de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor local deste.

Parágrafo único. São consideradas atividades do Agente Comunitário de Saúde, na sua área de atuação:

I – a utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sócio-cultural da comunidade de sua atuação;

II – a execução de atividades de educação para a saúde individual e coletiva;

III – o registro, para controle das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde;

IV – o estímulo à participação da comunidade nas políticas públicas como estratégia da conquista de qualidade de vida;

V – a realização de visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família;

VI – a participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas públicas que promovam a qualidade de vida.

Art. 4º Combate ao Agente de Combate às Endemias o exercício de atividade de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações de controle de endemias e seus vetores, abrangendo atividades de execução de programas de saúde desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor local deste.

Art. 5º Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias serão admitidos mediante processo seletivo público de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições, observados os princípios da impessoalidade e da publicidade e os seguintes requisitos:

I – residência na área da comunidade em que atuarem;

II – conclusão com aproveitamento de curso de qualificação básica;

III – conclusão do ensino fundamental.

§ 1º O conteúdo programático do curso de que trata o inciso II do **caput** será estabelecido em regulamento.

§ 2º O processo seletivo de que trata este artigo poderá incluir provas, entrevista e títulos, restritos essas a atividades de liderança comunitária na área em que irá atuar e a experiência profissional em funções similares.

§ 3º Será assegurada a participação do conselho de saúde do respectivo ente em todas as fases do processo seletivo de que trata esse artigo.

Art. 6º Além das hipóteses previstas no § 1º do art. 41 e no § 4º do art. 169 da Constituição Federal, o servidor de que trata esta lei poderá perder o cargo no caso de descumprimento do requisito estabelecido no inciso I do **caput** do art. 5º

Art. 7º Os profissionais que, na data de promulgação da Emenda Constitucional nº 51, de 2006, e a qualquer título, estivessem desempenhando as atividades de Agente Comunitário de Saúde ou de Agente de Combate às Endemias, definidas por esta lei, ficam dispensados de se submeter ao processo seletivo público a que se refere o art. 5º, desde que tenham sido admitidos a partir de anterior processo de seleção pública efetuado por órgãos ou entes da administração direta ou indireta de Estado, Distrito Federal ou Município ou por outras instituições com a efetiva supervisão e autorização da administração direta dos entes da federação.

Parágrafo único. Os profissionais de que trata o **caput** ficam dispensados dos requisitos a que se referem os incisos II e III do **caput** do art. 5º aplicando-se lhes o disposto no inciso I do mesmo dispositivo.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Emenda Constitucional nº 51, de 2006, que teve a honra de relatar no Senado Federal, representou uma conquista fundamental não apenas dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias como de toda a cidadania.

O diploma legal permite solucionar o problema da admissão desses profissionais no serviço público em bases que preservam os princípios da Administração Pública e as peculiaridades de suas atividades.

Conforme registrei no meu parecer à época, o surgimento desses agentes se insere em um processo de reorganização da prática assistencial em saúde em novas bases e critérios, com a substituição do modelo tradicional de assistência à saúde – orientada para a cura da doença e para o atendimento hospitalar por outro, que tem a família como locus privilegiado de atuação, enfatizando-se a articulação da equipe de saúde com a comunidade em que atua.

Nesse tipo de atividade se dá ênfase a práticas não convencionais de atenção, atribuindo-se grande peso à promoção da saúde, à prevenção de doenças como forma de reorganização e antecipação da demanda, à atenção não-médica e à educação em saúde, e reafirmam-se os princípios organizadores do Sistema Único de Saúde (SUS) (integralidade, hierarquização, referência e contra-referência) e regionalização (territorialização e delimitação de uma população-alvo).

Atualmente, encontra-se em atuação mais de 200.000 agentes comunitários de saúde, distribuídos em cerca de 22.000 equipes. Cada uma delas atende, em média, a 3.500 pessoas de uma comunidade. Só no Estado da Bahia, são, segundo dados do Ministério da Saúde, 23.555 agentes distribuídos em 1.888 equipes.

Esses agentes desempenham um papel fundamental, no qual se destaca o acompanhamento domiciliar das condições de saúde das famílias, em uma abordagem que considera o contexto comunitário e a realidade regional.

São homens e mulheres que, apesar de receberem remuneração extremamente reduzida, algumas vezes, mesmo, inferior a um salário mínimo, exercem, como verdadeiros idealistas, atividades imprescindíveis à população, especialmente àqueles de baixa renda e aos habitantes das comunidades mais pobres e distantes, nas quais a aceitação desses agentes é excelente.

Repetidas vezes, os formuladores das políticas de saúde no País reconheceram que esses trabalhadores constituem a pedra angular da transformação desejada no modelo de atenção à saúde, em especial na reorganização da atenção básica.

Os agentes comunitários têm um papel estratégico, por viverem na área em que atuam, terem identidade com a população e partilharem cultura, linguagem, problemas e interesses, o que favorece a integração da equipe e dos serviços de saúde com a comunidade e viabiliza as parcerias necessárias.

Escolhidos junto à comunidade em que vão atuar e conhecedores dos problemas específicos que a acometem, esses agentes atuam como elo de transmissão entre os profissionais de saúde e a população assistida, de modo a facilitar o rápido acesso ao atendimento e, também, a resolutividade das ações de saúde implementadas.

A Emenda Constitucional nº 51, de 2006, entretanto, apesar de dar a base para o equacionamento da questão envolvendo a admissão dos agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias, não é suficiente para tal, uma vez que exige regulamentação, mediante lei da União, com normas gerais sobre a matéria.

Para suprir essa lacuna e permitir que a questão seja resolvida no menor prazo possível, estamos apresentando a presente proposição, que dispõe sobre o regime jurídico e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias, na forma do § 5º do art. 198 da Constituição Federal.

O projeto busca homenagear o princípio da autonomia dos entes federados, prevendo que se submetem os agentes comunitários de saúde e os agentes de Combate às endemias ao regime Jurídico aplicado aos servidores da área de saúde do respectivo ente, observadas as normas específicas das categorias.

Além disso, estabelece a proposição as atribuições das duas categorias e disciplina o respectivo processo seletivo.

Assim, os agentes comunitários de saúde e os agentes de Combate às endemias serão admitidos mediante processo seletivo público de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições, observados os princípios da impessoalidade e da publicidade, exigindo-se deles residência na área da comunidade em que atuarem, conclusão com aproveitamento de curso de qualificação básica e conclusão do ensino fundamental.

O processo seletivo de que trata este artigo poderá incluir provas, entrevista e títulos, restritos esses a atividades de liderança comunitária na área em que irá atuar e a experiência profissional em funções similares, sendo assegurada a participação do conselho de saúde do respectivo ente em todas as suas fases.

Essa regulamentação do processo seletivo, registre-se, tem inspiração na bem sucedida experiência da Secretaria de Estado da Saúde da Bahia na questão.

Ainda de acordo com o disposto na Emenda Constitucional nº 51, de 2006, prevê-se que os profissionais que, na data de promulgação daquele diploma legal, e a qualquer título, estivessem desempenhando as atividades de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias ficam dispensados de se submeterem ao processo seletivo público acima referido, desde que tenham sido admitidos a partir de anterior processo de seleção pública efetuado por órgãos ou entes da administração direta ou indireta de Estado, Distrito Federal ou Município ou por outras instituições com a efetiva supervisão e autorização da administração direta dos entes da federação.

Temos a certeza de que, com essa regulamentação, estaremos garantindo definitivamente a formalização da relação desses profissionais com o serviço público da forma mais correta e adequada possível.

Sala das Sessões, 7 de março de 2006. – Senador **Rodolpho Tourinho**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DE 1988

“Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo:

I – em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II – mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III – mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

“Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 4º Se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da lei complementar referida neste artigo, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal.

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

§ 4º Os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitas específicas para sua atuação.

§ 5º Lei federal disporá sobre o regime jurídico e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias.

§ 6º Além das hipóteses previstas no § 1º do art. 41 e no § 4º do art. 169 da Constituição Federal, o servidor que exerça funções equivalentes às de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias poderá perder o cargo em caso de descumprimento dos requisitos específicos, fixados em lei, para o seu exercício.”

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 51, DE 2006

“Acrescenta os §§ 4º, 5º e 6º ao art. 198 da Constituição Federal.”

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 2000

“Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.”

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Assuntos Sociais e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sendo que nesta última em decisão terminativa, nos termos do art. 49, inciso I, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 232, DE 2006

Nos termos do Art. 222 do Regimento Interno da Casa, Requeiro voto de solidariedade e moção de apoio ao atleta Jeovânio Rocha Nascimento ao Grêmio Foot–Ball Porto Alegrense e ao Ministério Público Estadual, pelo ato de coragem e prontidão diante do incidente de racismo ocorrido na partida de futebol entre os clubes brasileiros Esporte Clube Juventude e Grêmio Foot–ball Porto Alegrense, neste final de se-

mana, pelo Campeonato Gaúcho. Acontecimento este de alta significação nacional, visto que temos o Brasil como expoente de luta contra a discriminação racial. O referido voto deverá ser enviado, respectivamente, para os endereços sito à Rua Largo dos Campeões nº 1, Bairro Azenha, Porto Alegre/RS – CEP – 90880–440; Largo Patrono Fernando Kroeff, nº 1 Porto Alegre/RS – CEP – 90880–440 e Rua Andrade Neves, nº 106, Porto Alegre/RS – CEP – 90010–210.

Justificação

Num momento em que vemos uma onda crescente de atos de racismo no mundo todo e com a agravante destes incidentes no meio esportivo, onde se tem o mais alto sentimento de realização patriótica e pessoal, não podemos deixar de enaltecer a atitude deste atleta que corajosamente se pôs contra a discriminação e a injúria do racismo.

A Lei que hoje propiciou e sustentou a posição do atleta, do clube e do Ministério Público é de autoria do então Deputado Paulo Paim, hoje senador da

Republica, falamos da Lei nº 7.716/89, e que muito tem lutado para que fatos como este não mais ocorra necessariamente em nosso país.

Sabemos que, não só no Brasil, mas em todo o mundo, cresce a onda do neonazismo e do racismo, razão porque devemos depositar solidariedade e conduzirmos monção de apoio ao ato deste atleta, do clube e do MP que mostram coragem e dão o recado que no Brasil atos como estes são reprováveis.

Por tudo entendemos que é de crucial importância a aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, 7 de março de 2006. – Senador **Paulo Paim**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 233, ^{de} 2006

Requer VOTO DE APLAUSO ao jornal DIÁRIO DE PERNAMBUCO, premiado, com duas páginas, no Best Newspaper Design, edição de 2005.

REQUEIRO, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, VOTO DE APLAUSO ao jornal DIÁRIO DE PERNAMBUCO, premiado, com duas páginas, no *Best Newspaper Design*, edição 2005, da Society for News Design - SND, de Nova York.

Requeiro, também, que este Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do jornal Diário de Pernambuco.

JUSTIFICATIVA

O jornal Diário de Pernambuco, pela primeira vez, foi premiado, com duas páginas, na 27ª edição do Best Of Newspaper Design, concedido anualmente pela Society for News Design – SND. O Prêmio outorgado este ano ao jornal, engrandece, sobremaneira, a imprensa brasileira, sendo, pois, merecedor do Voto de Aplauso que estou requerendo ao Senado.

Sala das Sessões, 7 de março de 2006.


Senador **ARTHUR VIRGÍLIO**
Líder do PSDB

REQUERIMENTO Nº 234, ^{de} 2006

Requer VOTO DE APLAUSO ao jornal ESTADO DE S.PAULO, premiado em três categorias no Best Newspaper Design, edição de 2005.

REQUEIRO, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, VOTO DE APLAUSO ao jornal O ESTADO DE S.PAULO, premiado em três categorias no *Best Newspaper Design*, da Society for News Design - SND, de Nova York.

Requeiro, também, que este Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do jornal *O Estado de S.Paulo* e ao diretor de arte do Jornal, Fábio Sales, criador das páginas premiadas.

JUSTIFICATIVA

Os prêmios outorgados este ano ao jornal O Estado de S.Paulo, em três categorias, os suplementos *Paladar* (dois prêmios) e *Aliás*, engrandecem a imprensa brasileira. As páginas foram criadas pelo diretor de arte, Fábio Sales, que já acumula 74 prêmios da SND. O jornal é, pois, merecedor do Voto de Aplauso que estou requerendo ao Senado Federal.

Sala das Sessões, 7 de março de 2006.


Senador ARTHUR VIRGÍLIO
Líder do PSDB

REQUERIMENTO Nº 235, ^{de} 2006

Requer VOTO DE APLAUSO ao jornal CORREIO BRAZILIENSE, premiado pela 75ª vez no Best Newspaper Design, edição de 2005.

REQUEIRO, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, VOTO DE APLAUSO ao jornal CORREIO BRAZILIENSE, premiado pela 75ª vez no *Best Newspaper Design*, da Society for News Design - SND, de Nova York.

Requeiro, também, que este Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do jornal Correio Braziliense.

JUSTIFICATIVA

O jornal Correio Braziliense, sagrou-se vitorioso em 5 dos 12 prêmios atribuídos a veículos de comunicação brasileiros na 27ª edição do Best Of Newspaper Design, concedido anualmente pela Society for News Design – SND. O 75º Prêmio outorgado este ano ao jornal, engrandece, sobremaneira, a imprensa brasileira, sendo, pois, merecedor do Voto de Aplauso que estou requerendo ao Senado.

Sala das Sessões, 7 de março de 2006.


Senador ARTHUR VIRGÍLIO
Líder do PSDB

REQUERIMENTO Nº 236, ^{de} 2006

Requer VOTO DE APLAUSO ao jornal ESTADO DE MINAS, premiado, com duas páginas, no Best Newspaper Design, edição de 2005.

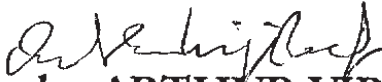
REQUEIRO, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, VOTO DE APLAUSO ao jornal ESTADO DE MINAS, premiado, com duas páginas, no *Best Newspaper Design*, da Society for News Design - SND, de Nova York.

Requeiro, também, que este Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do jornal Estado de Minas.

JUSTIFICATIVA

O jornal Estado de Minas, pela primeira vez, foi premiado, com duas páginas, na 27ª edição do Best Of Newspaper Design, concedido anualmente pela Society for News Design - SND. O Prêmio outorgado este ano ao jornal, engrandece, sobremaneira, a imprensa brasileira, sendo, pois, merecedor do Voto de Aplauso que estou requerendo ao Senado.

Sala das Sessões, 7 de março de 2006.


Senador ARTHUR VIRGÍLIO
Líder do PSDB

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os requerimentos lidos vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 237, 2006

Solicita informações ao Sr. Presidente do Banco Central do Brasil sobre o ingresso no Brasil de verba de patrocínio da PDVSA, estatal petrolífera venezuelana, para o desfile da Escola Samba Unidos da Vila Isabel no Rio de Janeiro.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requero que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Presidente do Banco Central do Brasil:

1. Qual o volume de recursos, declarados pela PDVSA, que ingressaram no País para o patrocínio da Escola de Samba Unidos da Vila Isabel, do Rio de Janeiro?
2. O ingresso desses recursos no País obedeceu a todos os procedimentos legais exigidos pelos órgãos de controle e fiscalização do Banco Central?

Justificação

Conforme foi noticiado pela mídia, a estatal petrolífera venezuelana PDVSA, financiou o desfile da Escola de Samba Unidos da Vila Isabel para o último carnaval, no Rio de Janeiro.

A transparência na remessa dos recursos estrangeiros ao Brasil, entretanto, não ficou bem esclarecida. Diante das recentes denúncias de desvio de dinheiro público, remessa ilegal de divisas para o exterior e de corrupção que pairam sobre o atual governo é imprescindível esclarecer com maior clareza a procedência dos recursos que ingressam no País, sejam eles para o financiamento de qualquer atividade de cunho cultural ou esportivo.

Assim, o presente requerimento busca confirmar a legalidade da entrada de recursos desta estatal estrangeira para o Brasil, na forma de patrocínio, pouco comum, de uma Escola de Samba, no desfile de Carnaval do Rio de Janeiro em 2006.

Sala das Sessões, 7 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio Neto**.

REQUERIMENTO Nº 238, DE 2006

Requer, ao Senhor Ministro-chefe Da Secretaria Especial da Presidência da República, informações acerca da programação vinculadas pela TV NBR, emissora do Governo Federal.

Requero, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50, § 2º da Constituição Federal, que sejam solicitadas, ao Ministro-Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, informações que indiquem quais são os programas de entrevistas da TV NBR – A TV do Governo, veiculados pela Empresa Brasileira de Radiodifusão – RADIOBRÁS, com os nomes de todos os entrevistados no período de janeiro de 2003 a 28 de fevereiro de 2006, com o inteiro teor dessas entrevistas.

Justificação

No Título IV, Capítulo I, a Constituição Federal prescreve as atribuições do Congresso Nacional, contemplando, no inciso X do art. 49, as suas prerrogativas de fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração indireta, como, no caso em tela, a programação da TV NBR – A TV do Governo Federal, jurisdicionada à Empresa Brasileira de Radiodifusão – RADIOBRÁS. Estou solicitando esclarecimentos diante das informações mencionadas, para subsidiar análises a respeito da vinculação noticiosa oficial do Governo.

Sala das Sessões, 7 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 239, DE 2006

Requer Voto de Lembrança a um grande político e pensador brasileiro, Florestan Fernandes, ao ensejo do relançamento, dez anos após o seu falecimento, de dois de seus livros e de outro que fala da trajetória do saudoso sociólogo, escrito por Haroldo Cerávolo Sereza e intitulado “Florestan a inteligência militante”.

Requero, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos

anais do Senado, Voto de Lembrança pelo transcurso do décimo ano da morte do pensador e político brasileiro Florestan Fernandes.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento dos familiares do homenageado, da Professora Maria Arminda do Nascimento Arruda, do Departamento de Sociologia da USP e à Editora Globo.

Justificação

Pouco mais de 10 anos após seu falecimento, é homenageado com a republicação de seu principal livro, Florestan Fernandes, político, ex-Deputado Federal, ex-Constituinte e, sem dúvida, um dos maiores pensadores brasileiros. A republicação do livro *A Revolução Burguesa no Brasil* reúne também, em 512 páginas, Pensamento e ação: PT e os rumos do socialismo. Florestan, como recorda o *Jornal do Brasil*, em matéria assinada por Bruno Liberatti, “superou muitos e grandes obstáculos na vida: a perseguição política e o exílio. (...) Filho de mãe solteira, foi criado na casa onde ela era empregada doméstica.

Obrigado a trabalhar com seis anos, foi engraxate, alfaiate e garçom. Para estudar, trabalhava como representante de um laboratório. Com muito sacrifício, chegou à Escola Livre de Sociologia de São Paulo (1933) e à Universidade de São Paulo – USP. Emergiu do fundo do povo e venceu”. O autor da matéria conclui: “Lula, segundo Florestan, seria o líder capaz de conduzir o País as mudanças que o elevariam a condição de produtor da civilização moderna. Hoje, Florestan deve estar se revirando no túmulo diante das trapalhadas do PT, partido que ele ajudou a fundar.”

Sala das Sessões, 7 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio** Líder do PSDB

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência encaminhará o voto de lembrança solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

Ofício nº 50 /2006

Brasília, 22 de fevereiro de 2006

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Senhor Deputado Dr. Heleno, na qualidade de Suplente, para integrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a “apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os

Estados Unidos e outros países, e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior”

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Atenciosamente, – Deputado **José Mucio Monteiro** Líder do PTB

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência designa o Deputado Dr. Heleno, como suplente, para integrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, de conformidade com o expediente que acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas pela ordem.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço minha inscrição para uma breve comunicação, como primeiro inscrito do dia.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a está inscrito na prorrogação da Hora do Expediente.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim por permuta com o Senador Gilvam Borges.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, 1º Vice-Presidente desta Casa, quero agradecer também ao Senador Gilvam Borges por ter feito a permuta, para que eu fale sobre um tema que está tomando conta da imprensa gaúcha e que hoje foi palco de um debate nas tevês do meu Estado, principalmente na RBS TV. Vou comentá-lo, Sr. Presidente, e não poderia ser diferente, até porque sou gaúcho e nascido em Caxias do Sul.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no último final de semana, na partida de futebol entre o Grêmio e o Juventude de Caxias, minha cidade, o zagueiro Antônio Carlos, do Juventude, foi expulso após violenta falta cometida contra o jogador do Grêmio, Jeovânio Rocha do Nascimento.

Quando deixava o gramado em direção ao vestiário, o zagueiro fez um gesto, mostrado pela televisão para todo o País, racista, dizendo que o Jeovânio não tinha a sua cor, porque ele era branco, e o Jeovânio, negro.

Sr. Presidente, Antônio Carlos cometeu, queiram ou não alguns, um crime de racismo, de preconceito.

O volante Jeovânio, quando perguntado, disse que não tinha nada contra o Antônio Carlos, até porque a falta foi cometida pelo Antônio Carlos. Só disse que, no futebol, é lamentável esse tipo de atitude.

É lamentável também, Sr. Presidente, que ainda ocorram atos como esse no esporte brasileiro, e não só brasileiro, mas diria que na maioria dos países do mundo. Lembro aqui atitudes racistas que ocorreram

no ano passado contra o jogador Grafite, contra o Tinga e contra o Felipe – foram vítimas. Na Europa, temos inúmeros casos, inclusive de torcidas organizadas que utilizam a cruz suástica nazista, e jogador fazendo continência em respeito à cruz suástica. Olha o absurdo e o risco que estamos correndo.

Em seguida, concederei um aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Ministério Público Estadual já tem a fita com as imagens da partida e está investigando o caso. A direção do Grêmio já comunicou que, uma vez comprovada a atitude de Antônio Carlos, o clube vai solicitar uma reparação por parte do jogador, ou seja, vai fazer com que os trâmites legais punam aquele que cometeu o crime de racismo.

Já o volante Jeovânio, com os olhos cheios d'água, contendo o choro por duas vezes, disse ontem em entrevista coletiva à imprensa que não vai recuar na luta contra o racismo. Diz ele:

Se eu recuar, estarei dando motivo para outras atitudes. Queremos ser tratados como humanos. Espero que esta seja a última vez que eu tenha que dar entrevista sobre um tema como esse [que dói tanto a todos nós].

Caso seja comprovado o crime de racismo, previsto inclusive em lei de minha autoria, a pena será de um a três anos de reclusão porque o crime é inafiançável e não prescreve.

Senhoras e senhores, Senadoras e Senadores, o que ocorreu no estádio Alfredo Jaconi, em Caxias do Sul, posso dizer, como caxiense, que é um ato isolado e que não condiz com a cultura da população daquela cidade e do Rio Grande. O Rio Grande está indignado com esse fato.

Sou natural de Caxias do Sul, conheço essa boa gente. Confesso que joguei nos juvenis do Juventude. Lembro-me aqui dos treinadores Irajá, Pastelão, o Baixinho e o próprio Babão, exemplos de homens de solidariedade e amizade a todos os jogadores, brancos e negros.

Digo mais: em 2002, Senador Heráclito Fortes, recebi mais de 2,1 milhões de votos. Caxias, uma cidade basicamente italiana, me deu o privilégio de, proporcionalmente, ser o Município de que mais recebi votos em todo o Estado – e sou negro e nasci em Caxias do Sul.

Senador Heráclito Fortes, por favor.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Paulo Paim, ontem à noite, quando cheguei a casa e vi o noticiário da televisão, confesso que pensei exatamente em V. Ex^a, antevendo o pronunciamento oportuno que faria aqui hoje à tarde. Quero dizer que aquele

fato teria para mim sido minimizado se fosse apenas a ofensa em campo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu vi também.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O que me deixou chocado foram as duas versões dadas pelo jogador. Em um primeiro canal de televisão, ele disse que, quando passava a mão na pele, era para tirar o sangue de um ferimento que tivera. No segundo depoimento, ele já diz diferente, que, na realidade, fez aquilo para mostrar que já vestira várias camisas de time de futebol pelo Brasil e pelo mundo afora. Lamentável é exatamente a maquinação da justificativa do erro do crime que ele cometeu. Se ele tem reconhecido simplesmente o erro e tem pedido desculpas ao jogador...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Correto.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – ...uma situação de campo, uma situação de emoção, tudo bem! O inaceitável, Senador Tião Viana, foi a premeditação da justificativa – ele deve ter sido orientado por advogados, por companheiros ou por outras pessoas. A primeira versão era de que ele estava tirando sangue do braço; a segunda era de que demonstrava que tinha vestido várias camisas de futebol. Daí por que, Senador Paulo Paim, que temos de tomar alguma providência séria. Não acho que se deva bani-lo do futebol, não; mas deve haver uma punição exemplar, talvez uma suspensão, para que se acabe com essa brincadeira em campos brasileiros. Que na Alemanha, que no mundo afora alguém pratique isso é lamentável, mas não temos nada a ver com isso. Em nosso Brasil, porém, com a miscigenação que temos, com a liberdade que temos e com a integração racial que o Brasil vive graças a Deus, é inaceitável que fatos dessa natureza aconteçam sem que haja punição rápida para o fato. Parabenizo V. Ex^a por trazer assunto de tamanha importância para a tribuna do Senado Federal.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – SP) – Obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Também ouvi e vi as versões, inclusive a que ele deu ontem. Até aquele momento, eu também estava na dúvida, mas então ele disse assim: “Se eu o chamei de macaco, foi num momento de nervosismo”. Ora, então! O fato de, a cada momento, apresentar uma versão diferente – na verdade, assumindo e mostrando a todos que cometeu um crime – é que, efetivamente, nos deixou preocupados. Eu também não estou aqui querendo, como foi dito, de uma vez por todas, crucificar o jogador. Acho que a punição é para que esses fatos não se repitam. Tantos são os fatos que vêm acontecendo no Brasil e pelo mundo afora, que ficamos assustados. Por isso, Senador Tião Viana, é que mais uma vez venho à tribuna. Não podia me omitir,

até em respeito à minha cidade, Caxias do Sul, e ao povo gaúcho.

Termino dizendo que precisamos denunciar e punir a prática do racismo. A atitude do jogador Jeovânio Rocha do Nascimento de não recuar é exemplo a ser seguido por outros que sofrerem preconceito e discriminação racial. Por isso, hoje apresentei um requerimento a esta Casa para que seja aprovado voto de solidariedade, de louvor, de apoio ao jogador Jeovânio, ao clube Grêmio Porto-Alegrense e ao Ministério Público Estadual, pela tranqüilidade com que este último está investigando a questão.

É importante destacar, Sr. Presidente, que o Estatuto da Igualdade Racial, projeto de nossa autoria aprovado por unanimidade aqui no Senado, infelizmente, está parado na Câmara dos Deputados. É um instrumento de luta pelo fim da discriminação racial em nosso País e pela igualdade que tanto almejamos.

O dia 21 de março é o Dia Internacional de Combate ao Racismo. O mundo todo fará movimentos contra o racismo, e o eixo este ano é, infelizmente, o esporte. Como seria bom, Sr. Presidente, se a Câmara dos Deputados seguisse o exemplo do Senado da República, onde o projeto nem precisou vir a Plenário – foi aprovado nas Comissões por unanimidade e foi direto para a Câmara.

O Senado entendia que o projeto do Estatuto da Igualdade Racial deveria ser promulgado em 20 de novembro do ano passado. Fizemos toda a tramitação, dialogamos com todos os partidos e com o próprio Governo, mas, para surpresa nossa, o Estatuto da Igualdade Racial está engavetado no plenário da Câmara dos Deputados.

Que essa atitude negativa do zagueiro Antônio Carlos e a atitude positiva desse lutador que é o Jeovânio sirvam de exemplo, Sr. Presidente, para que aquela Casa vote rapidamente o Estatuto, que quer só a igualdade. Ele não permitirá que ninguém seja discriminado pela cor da pele, pela etnia, pela raça, pela procedência, pela religião, pela idade, por gênero.

O Estatuto da Igualdade Racial, de nossa autoria, é uma peça do Congresso Nacional; é uma peça da sociedade brasileira. Por isso fica aqui mais um apelo para que o Estatuto seja aprovado antes do dia 21 de março.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Obrigado, Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao nobre Senador Gilvam Borges por permuta com a Senadora Ideli Salvatti.

S. Ex^a terá dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no último dia 15 de fevereiro, o INSS anunciou o desligamento de todos os médicos-peritos terceirizados, que, por determinação do TCU, deverão ser substituídos por pessoal concursado. Isso me causou certa preocupação, porque, apesar de já haver sido aberto o edital do concurso público para o provimento desses cargos, será preciso aguardar um tempo relativamente longo até que os aprovados sejam contratados e entrem em efetivo exercício.

Quero alertar o Plenário para o fato de que a atividade médico-pericial corresponde a 70% dos procedimentos envolvidos na concessão de benefícios previdenciários e assistenciais. É, portanto, uma função imprescindível para o cidadão brasileiro que, enfermo, recorre ao INSS em busca do merecido auxílio. A propósito, para termos uma noção exata do significado desses profissionais, basta dizer que são realizadas no Brasil, mensalmente, cerca de 660 mil perícias, totalizando quase oito milhões de exames ao ano, que movimentam algo em torno de vinte bilhões de reais em recursos públicos.

Apesar de tudo isso, Sr. Presidente, até a edição da Medida Provisória nº 272/2005, os médicos-peritos do INSS não vinham sendo valorizados, recebendo uma remuneração muito aquém de seus méritos e de suas responsabilidades. Com isso, a carência desses profissionais tornou-se imensa, porque muitos dos aprovados em concurso público simplesmente não tomavam posse ou pediam vacância do cargo logo após assumirem em razão do baixo nível salarial. Disso resultaram as filas intermináveis nos postos do INSS, que todos conhecemos, com inegável prejuízo à sociedade.

Fiz questão de mencionar esses fatos uma vez que, nesta semana, deveremos apreciar seis medidas provisórias que estão trancando a pauta do Senado Federal, incluindo a MP nº 272/05, cujos benefícios se estendem a milhares de servidores públicos, a suas famílias e a todo o povo brasileiro!

Isso porque ela corrige a remuneração dos integrantes das Carreiras de Perícia Médica da Previdência Social, de Supervisor Médico-Pericial e do Seguro Social, ao instituir a Gratificação Específica de Perícia Médica (GEPM) e reajustar os valores de outras gratificações que incidem sobre os vencimentos desses servidores. Isso permitirá que os concursos públicos para essas áreas atraiam e retenham mais

servidores, melhorando sensivelmente o atendimento ao cidadão.

Mas, Sr. Presidente, se esses benefícios, por si mesmos, já ensejariam a aprovação dessa medida provisória, há um outro, a meu ver mais fundamental. Refiro-me ao artigo 9º da MP nº 272/05, que trata da contratação de planos de saúde para os servidores federais. Esse dispositivo visa corrigir a situação dramática que milhares de servidores públicos passaram a vivenciar com a confirmação, pelo TCU, do Acórdão nº 458/2004, em 15 de fevereiro último.

Esse acórdão é o resultado de uma representação movida, em 1995, pela Golden Cross e pelo Deputado Distrital Augusto Carvalho, questionando a legalidade dos convênios de adesão entre o Ministério da Saúde e a Geap – Fundação de Seguridade Social, convênios estes destinados à prestação de serviços de assistência médica aos servidores do Poder Executivo.

Ocorre que, em 15 de dezembro de 2004, ao editar esse Acórdão, o TCU entendeu legítimos apenas os convênios firmados entre a Geap e as entidades que a instituíram, ou seja, o Ministério da Saúde, o Ministério da Previdência Social, o INSS e a Dataprev. Portanto, a partir daquela data, foram impedidas não só as renovações, como também as celebrações de quaisquer novos termos, convênio entre a Geap e os demais órgãos da Administração Pública. Com isso, Sr. Presidente, mais de 120 mil servidores e suas famílias se viram desamparados e ficaram na iminência de perder seus planos de saúde!

Ante essa situação, a Geap recorreu ao TCU pedindo que reconsiderasse aquela decisão. Contudo, em 15 de fevereiro deste ano, aquela Corte de Contas negou provimento ao recurso da Geap e manteve seu entendimento inicial, levando ao desespero todos aqueles que, neste momento, dependem da Geap para continuar seus tratamentos de saúde.

Então, o que restava a fazer? A única alternativa era alterar a Lei nº 8.112/1990, que trata do funcionalismo público, incluindo novas modalidades de contratação de planos de saúde para os servidores. Isso foi feito, ainda na Câmara dos Deputados, graças ao brilhantismo e à sensibilidade do nobre Deputado Nelson Pellegrino, Relator da matéria na Comissão Mista, a quem cumprimento nesta oportunidade. Foi, então, incluído no texto da MP nº 272, de 2005, o art. 9º, permitindo que a Administração Pública possa contratar planos de saúde para seus servidores por três diferentes maneiras: a primeira delas é a licitação junto a operadoras privadas; a segunda é a assinatura de convênios com entidades autorizadas a promover a autogestão, como a Geap, por exemplo; e a terceira possibilidade é o reembolso parcial de despesas ao

servidor que não tiver interesse no plano oferecido pelo Governo.

Quanto a essa última alternativa, Sr. Presidente, gostaria de dizer que se trata de uma questão de justiça! Afinal, desde 1999, os servidores do TCU e dos ex-Territórios já podem optar pela modalidade de ressarcimento de seus gastos com o custeio de planos de saúde. Então, por que não estender também a todo o funcionalismo essa possibilidade?

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste ponto, permitam-me fazer alguns comentários acerca da Geap e de sua importância para o Brasil.

As origens da Geap remontam ao longínquo ano de 1945, quando o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (Iapi), já extinto, emitiu uma resolução criando a “Assistência Patronal”, que autorizava a concessão de assistência aos funcionários do referido órgão.

Desde então, a Geap vem crescendo e, hoje, presta atendimento a 760 mil pessoas em todo o País! É uma entidade sem fins lucrativos, com 60 anos de existência, e cujo objetivo maior é a melhoria da qualidade de vida de seus clientes. Para isso, adota a autogestão compartilhada e oferece planos solidários de Previdência Complementar, de Saúde e de Assistência Social. Seus serviços são abrangentes, cobrindo uma ampla gama de eventos em todo o território nacional, e seus preços são acessíveis à realidade salarial do servidor público, que, na maioria das vezes, não tem condições de arcar com os elevados custos dos planos de saúde privados.

Ademais, seu plano de benefícios é um dos únicos com cobertura odontológica, além da ambulatorial e da hospitalar, e inclui sessões de psicologia e de fonoaudiologia, todos os transplantes e os tratamentos de Aids, de câncer e de cardiopatias congênitas.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, só mais um minutinho para concluir.

Cumpra salientar também que, recentemente, a Geap obteve seu registro definitivo junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), o que significa dizer que ela está adequada às exigências legais e, portanto, em condições de firmar convênios de adesão com o Poder Público.

Antes de finalizar, Sr. Presidente, retorno ao impasse criado pelo Acórdão nº 458/2004, do TCU, para comunicar a esta Casa que, na última sexta-feira, dia 3 de março, o Ministro Carlos Ayres Britto, do Supremo Tribunal Federal, concedeu liminar suspendendo os efeitos daquele acórdão. Essa decisão decorre de

um mandado de segurança impetrado pela Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho e Previdência Social (Fenasps) e por outras 17 entidades representativas de servidores federais. Entretanto, o entendimento do Supremo é que esta liminar só tem validade para os servidores ligados às entidades que entraram com aquele mandado de segurança.

É por esse motivo, e por todas as razões que aqui apresentei, que faço um apelo veemente a todas as Sr^{as} e os Srs. Senadores para que aprovem, sem alteração, a Medida Provisória nº 272/2005, tal como votada na Câmara dos Deputados, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 03/2006.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Gilvam Borges, V. Ex^a me permite um aparte de um minuto e não mais do que isso, com a anuência da Presidência?

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Com a permissão da Presidência, já que o tempo está exaurido, concedo um aparte ao Senador Tião Viana com o maior prazer.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Agradecendo ao Presidente a tolerância, quero dizer a V. Ex^a, com toda brevidade, que, o meu envolvimento também é absoluto nesta matéria, pois conheço em profundidade a história, a evolução e as qualidades da prestação do serviço da Geap neste País. Sei da dimensão social e de sua atividade ética na prestação de serviço aos servidores federais brasileiros. É uma entidade que poderia, inclusive, ampliar o seu leque de cobertura e atendimento à sociedade. Também me manifestarei no mesmo sentido de V. Ex^a, em absoluta defesa da aprovação da Medida Provisória, que será uma salvaguarda legal para que tanto o Tribunal de Contas da União, revendo matéria dessa natureza, como o próprio Supremo, diante da sua liminar, possam definitivamente dar estabilidade, nessa relação entre a Geap e a União, à prestação de serviço ao usuário de saúde pública, que é o servidor público federal.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – É com alegria, Senador Tião Viana, que o aparte de V. Ex^a, como estudioso da matéria, subsidia o meu pronunciamento.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Concluindo, Sr. Presidente, estamos numa corrida contra o tempo que pode colocar em risco a vida de milhares de servidores públicos e de seus dependentes se não agirmos rápido. Por isso, tenho a certeza de que esta Casa, como em inúmeras situações e ocasiões, não

faltarão no cumprimento de seus deveres para com o País, em especial para com os servidores públicos.

Concluo meu pronunciamento, Sr. Presidente, conclamando todos os Senadores a aprovarem, sem alteração, essa medida provisória tão importante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Permita-me, Senador Gilvam Borges, registrar a importância do seu pronunciamento. Quero solidarizar-me com V. Ex^a nesse assunto essencial para a saúde do nosso País e dos servidores públicos.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti, por permuta com o Senador Jorge Bornhausen. S. Ex^a terá dez minutos para fazer seu pronunciamento. Em seguida, terá a palavra o Senador Jorge Bornhausen.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, primeiramente, agradeço ao Senador Jorge Bornhausen a gentileza de ter feito a permuta, para que eu pudesse ir à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde teremos um debate.

Sr. Presidente, o que me traz à tribuna nesta tarde de terça-feira é o noticiário dos principais jornais a respeito de resultado que, apesar de ainda ser muito aquém do que precisamos neste País, indiscutivelmente não podemos deixar de comemorar: a diminuição da desigualdade social.

As manchetes são extremamente positivas e nos chamam à reflexão para o que necessita ser feito, porque todos sabemos que a pior chaga deste imenso Brasil é a desigualdade astronômica que separa os mais ricos dos mais pobres.

É bom lembrar que o Brasil já esteve muito próximo de ser o campeão mundial das desigualdades sociais. Houve um período em que só perdíamos para Serra Leoa, éramos o segundo colocado no *ranking* mundial das desigualdades e da concentração de renda.

Portanto, quando os estudos do Bird e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE, apontam melhorias, diminuição na concentração de riqueza e na desigualdade social, não podemos deixar de trazer o assunto para esta tribuna. Ao refletirmos sobre os resultados, temos de manter o compromisso de continuar ampliando e efetivando as políticas que modificam essa situação de desigualdade.

Eu gostaria de citar alguns trechos das reportagens que são extremamente elucidativos. Diz a **Folha de S.Paulo**:

Depois de ocupar o posto de vice-líder mundial em desigualdade social, o Brasil aparece em décimo lugar na lista dos países com maior concentração de renda citada em estudo do Bird (Banco Mundial). Embora não seja exatamente um motivo de comemoração, é a melhor classificação em pelo menos duas décadas e meia.

Como professora de Matemática, Senador Tião Viana, não resisto a mostrar um pequeno gráfico, publicado pelo jornal **Folha de S.Paulo**, apresentando a evolução nessas duas décadas e meia. Em 1988, foi o pico, quase ultrapassamos Serra Leoa. Depois, houve uma queda significativa, e, durante o período do Governo Fernando Henrique, houve certa estabilidade nos índices de concentração de renda, uma pequena queda, e, nos dois primeiros anos do Governo Lula, ocorreu uma queda acentuada. Aliás, essa queda foi apontada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE.

Nas reportagens de hoje, são publicadas as principais conclusões de um estudo do pesquisador Sergei Soares, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea, órgão vinculado ao Ministério do Planejamento: “O mercado de trabalho foi o principal responsável pela redução da desigualdade social [...], mesmo com a queda da renda média”.

Mas o volume de postos de trabalho, principalmente gerados no último período, foi responsável por algo em torno de três quartos do resultado da geração de empregos e produziu essa diminuição significativa, que nos fez sair da segunda para a décima colocação no *ranking* da desigualdade. Portanto, a fração de três quartos refere-se ao mercado de trabalho, e a de um quarto, aos programas de transferência de renda, entre os quais, principalmente, o Bolsa-Família.

Na matéria, afirma-se ainda que “o trabalho mostra que o ano de 2004 foi o menos desigual nos últimos 20 anos no País”, o que vem exatamente corroborar aquilo que o próprio IBGE já havia sinalizado. E continua:

Segundo o pesquisador, apesar de estar entre os programas que contribuíram com um terço no resultado final da queda na desigualdade, o Bolsa-Família teve um impacto “chave” na distribuição de renda desde que foi criado, em outubro de 2003.

[...]

Ao levar em consideração as diferenças de rendimentos entre os mais pobres e os mais ricos, constata-se que houve, respectivamente, ganho e perda.

“A comparação de 2001 com 2004 fornece o mesmo ponto de cruzamento. Ou seja, claramente os mais ricos perderam e os mais pobres ganharam”, diz o técnico de planejamento do Ipea.

A desconcentração dos rendimentos do trabalho e o aumento do salário mínimo foram responsáveis por 78% da queda da desigualdade. Já os programas de transferência de renda não indexados ao salário mínimo ficaram com 27%.

Portanto, pedi que fosse feita a permuta com o Senador Jorge Bornhausen, para que eu pudesse estar na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde temos de aprovar rapidamente o Orçamento. Estamos entrando no terceiro mês do ano e temos de votar o Orçamento para que os recursos dos programas de transferência de renda, como o Bolsa-Família, a recuperação do salário mínimo de R\$300,00 para R\$350,00, toda essa alavancagem que está sendo dada nas políticas de inclusão social possa ter continuidade ao longo de 2006.

Um ponto importante no estudo do pesquisador do Ipea foi a definição de quatro questões sobre as quais o Executivo e o Legislativo têm de continuar atuando.

A primeira refere-se a todas as políticas que tratam da escolaridade. Não posso deixar de registrar que o Senado da República, neste momento, tem uma tarefa, que é a votação do Fundeb. Temos de debater e aprimorar a matéria, mas é de fundamental importância que ela seja votada, pois o Fundeb garantirá e ampliará os recursos para o financiamento da educação infantil, do ensino fundamental, do ensino médio, da educação de jovens e adultos, do ensino profissionalizante, e da educação especial. Portanto, essa questão da escolaridade e das condições de oferta e da qualidade da escolaridade dos brasileiros é de fundamental importância, e tem reflexos e resultados significativos na diminuição das desigualdades.

A outra é a questão das diferenças entre as condições de vida rural e urbana. Aí vem uma série de programas: o Pronaf, ampliação do crédito para os agricultores familiares, a questão da reforma agrária, dos assentamentos. Há diferença entre as raças, daí o fato de este Governo ter uma Secretaria Nacional especificamente voltada para a superação das desigualdades raciais é de fundamental importância para que trabalhe a diminuição da concentração de renda e da desigualdade.

Por último, foco nas políticas sociais, principalmente voltadas às populações mais pobres.

Por isso, trago à tribuna o resultado do estudo feito pelo Ipea. E, como já disse, não podemos sair comemorando o 10º lugar no *ranking*. Mas, indiscutivelmente, está colocado um cenário, como há duas décadas e meia nós não tínhamos, de menor índice de concentração de renda neste País.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Exª tem mais dois minutos para concluir o seu discurso.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Concluo dizendo que esse resultado, esses estudos, esses dados têm de ter um único objetivo: estimular cada um de nós, seja no papel de legislador, seja no papel de governo, federal, estadual ou municipal, a termos este compromisso com o povo brasileiro de continuarmos atuando na linha e na ótica de diminuição das desigualdades.

Se conseguirmos continuar ampliando essa diminuição significativa da concentração de renda, certamente teremos um País melhor para um número cada vez maior de brasileiros e brasileiras.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senadora Ideli Salvatti.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Bornhausen, por permuta com a Senadora Ideli Salvatti.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero estender a solidariedade que o eminente Líder José Agripino expressou, ontem, ao Senador Antonio Carlos Magalhães, em nome da Bancada do Senado, como Presidente do PFL, a todo o Partido.

É meu desejo, Sr. Presidente, fazer considerações sobre declarações do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em importante órgão da imprensa internacional, **The Economist**. O Presidente afirmou peremptoriamente: “O Brasil não tem pressa de fazer a economia crescer”.

Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil tem pressa, sim, porque, só crescendo, é que teremos a geração de empregos em nível capaz de absorver não apenas os desempregados, mas a nova geração que chega para ter oportunidade de trabalho.

Vivemos, Sr. Presidente, o triângulo do atraso. Lamentavelmente, esse triângulo se configura pela injustiça social, pelo Estado máximo e pelo cidadão mínimo. E é exatamente fazendo crescer este País,

reformando a sua estrutura administrativa, encolhendo os gastos do Estado, fortalecendo a iniciativa privada, que poderemos crescer com pressa, como precisamos e desejamos, ao contrário do que foi dito pelo Presidente Lula.

Sua declaração é uma apologia à incompetência, e reflete realmente a incompetência e a leniência com a corrupção que tem tido o seu Governo. Lembro que o Presidente da República previu o espetáculo do crescimento logo no início do seu Governo; lembro que prometeu, na campanha eleitoral, mais 10 milhões de empregos, e também que iria dobrar o salário mínimo real. Nada disso aconteceu e, agora, faz essa confissão, confissão de incompetência de que o Brasil não tem pressa de crescer a sua economia. É lamentável, mas a falta de crescimento é igual à estatura e à competência do Presidente da República: pequena.

O Brasil não cresceu por falta de gerência, por falta de competência. Em 2003, quando tivemos a oportunidade, com o mundo crescendo, os países emergentes crescendo, de mudar a rota e o rumo do Brasil, o Governo, que tinha prometido mudanças na sua gestão econômica, aumentou impostos, subiu juros inoportunamente, o compulsório dos bancos, sufocando a iniciativa privada, a grande geradora de empregos. E ainda demonstrou a sua falta de competência ao criar Ministérios para candidatos do PT derrotados ao Senado e aos governos dos Estados.

O ano de 2003 foi o ano de aumento de impostos, de mais sacrifícios para o contribuinte brasileiro, desnecessariamente. Ao final, tivemos a Cofins aumentando de forma absurda, de três pontos para sete ponto seis. Tudo isso pela má gerência, pela incompetência, pela falta de equipe.

Chegamos ao final de 2003, com o Brasil crescendo a zero por cento. Aí, o Presidente é obrigado a dizer que não tem pressa de crescer porque os resultados são medíocres, dramáticos e não permitem a geração de empregos.

Em 2004, quando todo o mundo crescia, os países emergentes como o Brasil cresciam a 7%, 8%, 9% – Índia, China, Venezuela e outros mais –, o que aconteceu com o Brasil? Crescemos 5% sobre zero, portanto, um crescimento médio de 2,5%, enquanto os outros tinham um crescimento de 7%, 8% 9% e o mundo crescia a uma média de quase 5%. Esse foi o Brasil mal gerenciado, o Brasil da incompetência, que não aproveitou o crescimento, não teve condições de aproveitar o grande momento do crescimento da economia mundial.

E fechamos 2005 com o triste número de um crescimento de 2,3%. E o Presidente, que maximizou o resultado de 5% – que, na realidade, era 2,5% nos

dois primeiros anos –, que exaltou os feitos do seu Governo, no final de 2004, escondeu o resultado do PIB para proclamá-lo durante o carnaval, para esconder da população o fracasso de uma administração incompetente e leniente com a corrupção.

É lamentável tudo isso!

E o ano 2006 caminha no mesmo rumo.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Com todo o prazer, Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Sr. Senador e Presidente do nosso Partido, na realidade, hoje lemos uma manchete em um jornal, cujo teor foi aparentemente citado aqui, no discurso da Senadora Ideli – mas eu ainda não havia lido a matéria –, que diz o seguinte: “Brasil melhora em *ranking* da desigualdade”. O artigo mostra que o País passou da segunda para a décima posição, e a Senadora estava exatamente comemorando isso. Porém, na realidade, se observarmos os valores, vamos verificar que o Brasil já esteve em situação melhor. Por exemplo, em 1992, o índice do Brasil era de 0,573 e, agora, está em 0,564, ou seja, praticamente igual. Na verdade, quais são os países que estão na frente do Brasil? Namíbia, Haiti, Botsuana, Lesoto, República Centro-Africana, África do Sul, Zimbábue e outros desse tipo. Quer dizer, creio que não podemos comemorar isso. Temos de comemorar quando o Brasil tiver um índice de desigualdade pelo menos melhor que o Chile, o Uruguai, a Argentina, mas não melhor do que aqueles países, porque, na realidade, não foi o Brasil que melhorou, foram eles que pioraram. O índice do Brasil praticamente está no mesmo patamar e vem caindo. Antes do Governo Lula, ele vinha caindo, mas muito devagar em relação às necessidades. Era isso que eu gostaria de dizer.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, que vem corroborar tudo aquilo que estou neste momento falando à Nação via Senado Federal.

O ano de 2006 continua modesto, mas há um espetáculo de crescimento, sim: o crescimento da publicidade oficial desvairada de um Presidente que não se diz candidato, mas que está ultrapassando os limites da lei, utilizando-se do seu cargo para fazer viagens inclusive de inauguração de obras que já foram inauguradas há anos, como se todo o povo brasileiro fosse igual a ele, que nada sabe e nada viu.

Na verdade, Sr. Presidente, é lamentável a declaração do Presidente Lula: “O Brasil não tem pressa de fazer a economia crescer”. É muita coragem dizer isso a um órgão da imprensa internacional. O Brasil tem pressa, sim, e nós aqui estamos para cobrar a

incompetência, a leniência e a corrupção deste Governo, dizendo que o PFL continua com a bandeira da Oposição e não vai deixar de criticar aqueles que, pela incompetência, não estão permitindo o que queremos: menos impostos e mais empregos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Bornhausen, o Senador Almeida Lima...

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Peço um aparte a V. Ex^a.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Se V. Ex^a permitir, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a tem dois minutos ainda.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Agradeço à Presidência e a V. Ex^a, Senador Bornhausen. Quero parabenizá-lo pelo pronunciamento brilhante. Coincidentemente, V. Ex^a vai à tribuna logo após termos ouvido um pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti – é bem verdade: opositora de V. Ex^a, mas do mesmo Estado –, que mostrou a divisão de renda no País, a grandiosa divisão de renda. Com todo respeito à Senadora, nunca vi tanta dissimulação na minha vida! E V. Ex^a, com muita tranquilidade, mostra exatamente essa incoerência do Governo Lula, que diz que o Brasil não tem pressa em crescer. Será que ele não acha vergonhoso o Brasil ter tido, no ano passado, um crescimento de 2,3%, percentual superior apenas ao de um país miserável como o Haiti, que vive com conflitos internos, que enfrenta uma guerra civil? Que divisão de renda é essa, cujo crescimento é medíocre, patrocinado por um Governo medíocre e sustentado por um Partido medíocre? O pior, Senador Bornhausen, é que o Brasil não cresce porque os juros fixados pelo Governo são altos, elevadíssimos e porque o povo paga a maior carga tributária do mundo. Quem mais lucra, no País, são os bancos, pois recebem os maiores juros do planeta, pagos e fixados pelo próprio Governo. Tudo isso já sabíamos, mas há aproximadamente dez, quinze dias, passamos a saber que os maiores financiadores do Partido dos Trabalhadores são exatamente os bancos. Posteriormente, tomamos conhecimento de que as doações dos bancos ao Partido dos Trabalhadores aumentaram 1.000%. Para concluir, nobre Senador, quero presentear com um bombom quem me disser de onde está saindo o dinheiro que os bancos estão doando ao PT. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Agradeço a V. Ex^a. O seu aparte tem absoluto conteúdo e condiz com aquilo que estávamos dizendo desta tribuna.

Por outro lado, antes de, se o Presidente permitir, passar a palavra para um aparte ao Senador Pavan, eu queria dizer que, neste sofrimento do crescimento,

o Estado de Santa Catarina tem sido arrasado. Hoje, observamos as empresas exportadoras, na sua maioria, sem poder competir internacionalmente: o setor moveleiro e madeireiro fechando as suas fábricas, o desemprego e, ainda, o Governo sem querer colocar recursos no Orçamento para a Lei Kandir. Santa Catarina, que é um Estado equilibrado, que é um Estado eminentemente exportador, sofre pela incompetência do Governo Lula e da sua equipe.

Concedo um aparte ao Senador Pavan, para, depois, encerrar o meu pronunciamento.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Bornhausen, a minha abordagem seria justamente em relação a essa questão, em função das empresas que estão passando por sérias dificuldades no Brasil inteiro, inclusive no nosso Estado de Santa Catarina, apesar do empenho, do grande trabalho e do esforço dos nossos empresários para sobreviverem, apesar do Governo Lula. O que lamento – e com tristeza! – é ouvir da Líder do Governo uma notícia como essa. S. Ex^a deveria usar os microfones para falar de coisas que pudéssemos comemorar, como, por exemplo, os compromissos que o Lula assumiu com a sociedade brasileira, com Santa Catarina. Mas comemorar que o Brasil superou países como Namíbia, Haiti...

(Interrupção do som.)

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Vou repetir: Namíbia, Haiti, Lesoto, República Centro-Africana e Zimbábue? É lamentável que a Líder do Governo venha à tribuna comemorar isso. Por que ela não vem explicar ao povo brasileiro – e vou repetir as palavras do Senador Almeida Lima – que o Brasil supera apenas o Haiti, que vive em guerra civil? Não é possível que a Líder do Governo, em vez de trazer notícias positivas, resultados bons para o Brasil, venha comemorar esse pífio crescimento do nosso País.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Agradeço ao Senador Leonel Pavan.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Concluo, Sr. Presidente, graças à sua benevolência em relação ao tempo, dizendo que o Brasil tem pressa, sim; tem pressa que chegue outubro para que possamos, pelo voto democrático, derrotar esse Presidente incompetente e leniente com a corrupção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senador Jorge Bornhausen.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Consulto, antecipadamente, se V. Ex^a voltará a seguir a lista de inscrição ou se possibilitará aos Líderes, quando inscritos, falarem primeiro, porque, se assim for, vou me inscrever pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Os Líderes titulares têm...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Então, pronto... Mas, mesmo assim, eu, o Senador José Jorge e o Senador Ney Suassuna estaremos fazendo um acordo para intercalamento com os inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senadora, então vamos relatar a ordem provável de oradores, a não ser que haja interferência de um Líder.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Certo. Então, falam um inscrito e um Líder; um inscrito e um Líder.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Como falou um inscrito, agora, então, falará um Líder, a Senadora Heloísa Helena.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Falará o Senador Antonio Carlos Valadares e, posteriormente, a Senadora Heloísa Helena, pela Liderança ou como inscrita.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, não esqueça que estou inscrito em quarto lugar.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Chegaremos a V. Ex^a.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sem esquecer do nosso direito adquirido.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Objetivamente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Objetivamente, nós, Líderes, poderíamos até falar antes, mas os três Líderes estão fazendo a opção – que é muito importante que se faça – de intercalar com os inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pois não.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Portanto, não estamos passando por cima de ninguém; pelo contrário, estamos fazendo uma concessão.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Qual é a decisão dos Srs. Líderes?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Exatamente essa.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – A de intercalar.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Quero-me inscrever como Líder e vamos intercalar. Quem falou foi um inscrito; agora, falará um Líder.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Eu pediria que V. Ex^a declarasse a ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concederei a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares. A seguir, farão uso da palavra a Senadora Heloísa Helena, como Líder, e o Senador Ney Suassuna, como inscrito.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não; não, Sr. Presidente. Estou cedendo a vez ao Senador Almeida Lima e vou falar como Líder depois.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Sim; Senador Almeida Lima e, em seguida, o Senador José Jorge, como Líder. Os demais inscritos na lista de oradores falarão alternadamente com os Líderes.

Tenha paciência, Senador Leonel Pavan, pois V. Ex^a será atendido.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Alguma discriminação contra o PSDB, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – De forma nenhuma. Faço cumprir o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, quanto tempo terei para o meu pronunciamento?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a dispõe de dez minutos, com dois minutos de prorrogação, se necessário for.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a prioridade que deve ser dada à Educação, no concerto das políticas públicas, constitui, hoje, uma das grandes unanimidades nacionais. Trata-se, na verdade, Sr. Presidente, de um consenso que – paulatinamente construído no decurso da última década, década e meia – amadureceu e criou profundas raízes na consciência brasileira.

Não obstante isso, os passos necessários para materializar um sistema de educação de qualidade, para todos os brasileiros, podem ser avaliados como tímidos e insuficientes.

Não há como negar a importância de iniciativas, havidas ao final do século passado, que tornaram possível alcançar certa melhora no quadro geral do ensino, em especial, aquela que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef.

Segundo levantamentos da Unesco, constantes do Informe de Acompanhamento da iniciativa “Educação para Todos”, edição de 2005, os índices de matrícula na pré-escola cresceram, entre 1998 e 2001, de 53,5% para 67,3% do público-alvo.

O percentual de estudantes matriculados no ensino fundamental aumentou, no mesmo período, de 85,6% para 96,5%, e o nível de alfabetização de jovens e de adultos – na faixa dos 15 aos 24 anos –, de 91,8% para 96,3%.

Ainda segundo a Unesco, o Brasil apresentou, no que se refere ao índice geral de alfabetização, 88,2% da população com capacidade de leitura e de escrita, tendo girado esse valor, em 1990, em torno de 82%.

Esses mesmos números revelam um panorama de carências e de dificuldades que não se pode ocultar, esquecer ou relegar a um segundo plano. Um terço das crianças em idade pré-escolar não encontra vagas no sistema de educação infantil; são muito preocupantes os indicadores de abandono e de repetência em todo o ensino fundamental; e o desempenho do Brasil na educação de jovens e adultos – assim como seu índice de alfabetização – ainda é inferior ao do conjunto de países latino-americanos.

Os resultados na educação, portanto, ainda que positivos, não evitaram que o Brasil obtivesse no Pisa – um exame internacional de desempenho escolar – o 40º lugar entre 41 países avaliados, colocando-se à frente apenas da Tunísia. Para que se possa estimar a extensão e a contundência dessa avaliação negativa, cito que, no exame de Matemática, 75% dos estudantes brasileiros foram classificados no ponto mais baixo da escala de mensuração adotada pelos organizadores, estruturada entre os conceitos 1 e 6.

Está claro, por todo o visto, que é preciso avançar – forte e rapidamente –, não apenas para continuar perseguindo a universalização do acesso à escola, mas para promover uma escola de qualidade; para buscar na educação não apenas uma alavanca indispensável à promoção do desenvolvimento econômico, mas um instrumento efetivo e inafastável do desenvolvimento social.

São esses os motivos que me levam a destacar, neste instante, a importância da discussão, no âmbito do Senado Federal – mais especificamente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania –, da PEC nº 09, de 2006, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb.

Aprovada “por aclamação” da Câmara dos Deputados, a proposta do Fundeb pretende vincular ao ensino básico 20% do montante arrecadado em tributos pelos Estados e Municípios, contra um percentual atual

de 15%, além de incorporar a sua base de cálculo outros impostos como o IPVA e o Imposto de Transmissão **Causa Mortis** e Doação de Bens (ITCMD).

Talvez tão significativo quanto isso, o novo Fundo ainda pretende elevar, no prazo de cinco anos, o grau de comprometimento de recursos da União – hoje limitados, na prática, a valores da ordem de R\$400 milhões por ano – para volumes equivalentes a R\$5 bilhões, de forma progressiva. Trata-se, como se pode ver, de uma clara sinalização, por parte do Governo Federal, de que a prioridade nacional para a Educação alcança, finalmente, patamares tangíveis.

Os recursos que o Fundef atualmente concentra e distribui, de cerca de R\$33 bilhões anuais, poderão, portanto, com a aprovação da PEC, ser acrescidos de uma parcela equivalente a R\$17 bilhões, configurando aumento superior a 50% em relação ao valor original.

Quero destacar que, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Relator da matéria é o Senador José Jorge, que sempre trabalhou em favor da Educação no Brasil, em especial no Nordeste.

Senador José Jorge, não sei se V. Ex^a já anunciou no seu Estado – desculpe-me se estou adiantando o que me falou –, mas deixo meus protestos e os de alguns Senadores por V. Ex^a não ser candidato a cargo algum nas próximas eleições.

O Senado Federal e o Congresso Nacional sentirão uma grande falta de V. Ex^a se não voltar atrás e, tenho certeza, o eleitorado de Pernambuco lhe fará justiça.

Concedo o aparte a V. Ex^a, com o maior prazer.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Agradeço a V. Ex^a. É verdade. Há um acordo político lá em meu Estado para que o candidato a Senador seja o Governador Jarbas Vasconcelos e eu poderia me candidatar a Deputado Federal. Mas já fui Deputado Federal por 16 anos e entendo que já cumpri essa fase de minha vida. Agradeço a solidariedade de V. Ex^a. Certamente, vamos continuar trabalhando na vida pública, fazendo um outro trabalho que não seja o de Parlamentar. Congratulo-me com V. Ex^a pelo tema escolhido. Realmente, hoje, tivemos uma audiência pública, inclusive V. Ex^a esteve presente, com os presidentes do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), a fim de iniciarmos a discussão dessa emenda constitucional. O Estado de Sergipe, como já comentei com V. Ex^a, não será beneficiado diretamente com a emenda. Por isso, temos de discuti-la e votá-la o mais rapidamente possível para que ela comece a vigorar o quanto antes. Evidentemente não poderíamos abrir mão da discussão, em defesa dos mandatos dos

demais companheiros da Casa, Senadoras e Senadores. Meus parabéns!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a. No que se refere a Sergipe, espero que, de uma ou de outra forma, pela emenda constitucional ou pela regulamentação da mesma, seja corrigida essa injustiça, porque, como disse V. Ex^a, Sergipe poderá perder R\$40 milhões. O Governador João Alves, convidado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, por intermédio de V. Ex^a, para participar dos debates, infelizmente, não pôde comparecer. Mas espero que, na próxima quinta-feira, S. Ex^a possa mostrar-nos a saída que o seu Governo encontrou para que Sergipe não fique de fora do Fundeb.

Será possível que o País alcance, com o Fundeb, os níveis de investimento recomendados pela Unesco para a educação, de 6% do PIB, incorporando aos dispositivos de financiamento do ensino fundamental recursos suficientes para apoiar adicionalmente o custeio da educação infantil e do ensino médio, além de programas voltados à educação de jovens e adultos.

Não se trata apenas de aumentar os recursos. O Fundeb ainda preservará 60% de suas disponibilidades financeiras totais para o pagamento de salários aos professores em efetivo exercício, garantindo condições concretas de implementação de um plano de carreira e de um piso salarial nacional para essa categoria, o que significará, por conseguinte, maior atratividade para o magistério e, em curto período de tempo, melhoria dos níveis de capacitação dos educadores. Isso significa, Sr. Presidente, que as políticas educacionais atreladas única e exclusivamente aos Estados e Municípios vêm prejudicando substancialmente, seja por falta de condições financeiras, seja por falta de direcionamento favorável à educação, as reivindicações da remuneração dos professores.

É grande, portanto, a esperança de que a educação finalmente venha a cumprir uma de suas mais importantes funções: a de promover, tanto quanto possível, uma distribuição igualitária das oportunidades. Aumentando de 31 para 48 milhões o número de crianças e de jovens beneficiados, elevando o valor do investimento por aluno, reduzindo as diferenças regionais no ensino médio, na creche, na pré-escola, estabelecendo, por fim, um piso salarial nacional que possa representar simultaneamente, para o professor, um grande atrativo.

Por fim, saúdo a PEC nº 9/2006, que traz ao Parlamento uma discussão de caráter altamente estratégico para o futuro de nossa Nação. Aos seus objetivos, dou o meu apoio incondicionado, apoio que peço também aos nobres colegas do Senado Federal, e, notadamente

agora, o da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde a matéria está tramitando sob a coordenação deste nobre Relator, Senador José Jorge.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, e peço a inserção nos Anais da Casa deste pronunciamento, de forma integral, já que não pude lê-lo completamente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a prioridade que deve ser dada à Educação, no concerto das políticas públicas, constitui, hoje, uma das grandes unanimidades nacionais. Trata-se, na verdade, de um consenso que – paulatinamente construído no decurso da última década, década e meia – amadureceu e criou profundas raízes na consciência brasileira.

Inobstante isso, os passos necessários para materializar um sistema de educação de qualidade, para todos os brasileiros, podem ser avaliados como tímidos e insuficientes.

Não há como negar, Sr. Presidente, a importância de iniciativas, havidas ao final do século passado, que tornaram possível alcançar certa melhora no quadro geral do ensino; em especial, aquela que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef.

Segundo levantamentos da Unesco, constantes do Informe de Acompanhamento da iniciativa “Educação para Todos”, edição de 2005, os índices de matrícula na pré-escola cresceram, entre 1998 e 2001, de 53,5% para 67,3% do público-alvo.

O percentual de estudantes matriculados no ensino fundamental aumentou, no mesmo período, de 85,6% para 96,5%; e o nível de alfabetização de jovens e de adultos – na faixa dos 15 aos 24 anos –, de 91,8% para 96,3%.

Ainda segundo a Unesco, o Brasil apresentou, no que se refere ao índice geral de alfabetização, 88,2% da população com capacidade de leitura e de escrita, tendo girado esse valor, em 1990, em torno de 82%.

Mas esses mesmos números revelam um panorama de carências e de dificuldades que não se pode ocultar, esquecer ou relegar a segundo plano. Um terço das crianças em idade pré-escolar não encontra vagas no sistema de educação infantil; são muito preocupantes os indicadores de abandono e de repetência em todo o ensino fundamental; e o desempenho do Brasil na educação de jovens e adultos – assim como seu índice de alfabetização – ainda é inferior ao do conjunto de países latino-americanos.

Os resultados na educação, portanto, ainda que positivos, não evitaram que o Brasil obtivesse no Pisa – um exame internacional de desempenho escolar – o quadragésimo lugar entre 41 países avaliados, colocando-se à frente apenas da Tunísia. Para que se possa estimar a extensão e a contundência dessa avaliação negativa, cito que, no exame de matemática, 75% dos estudantes brasileiros foram classificados no ponto mais baixo da escala de mensuração adotada pelos organizadores, estruturada entre os conceitos 1 e 6.

Está claro, por todo o visto, que é preciso avançar – forte e rapidamente –; não apenas para continuar perseguindo a universalização do acesso à escola, mas para promover uma escola de qualidade; para buscar na educação não apenas uma alavanca indispensável à promoção do desenvolvimento econômico, mas um instrumento efetivo e inafastável do desenvolvimento social.

São esses os motivos que me levam a destacar, neste instante, a importância da discussão, no âmbito do Senado Federal – mais especificamente, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania –, da PEC 9/2006, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb.

Aprovada “por aclamação” na Câmara dos Deputados, a proposta do Fundeb pretende vincular ao ensino básico 20% do montante arrecadado em tributos pelos Estados e Municípios, contra um percentual atual de 15%, além de incorporar à sua base de cálculo outros impostos como o IPVA e o imposto de transmissão “causa mortis” e doação de bens, ITCMD.

Talvez tão significativo quanto isso, o novo Fundo ainda pretende elevar, no prazo de 5 anos, o grau de comprometimento de recursos da União – hoje limitados, na prática, a valores da ordem de 400 milhões de reais por ano – para volumes equivalentes a 5 bilhões de reais, de forma progressiva. Trata-se, como se pode ver, de uma clara sinalização, por parte do Governo Federal, de que a prioridade nacional para a educação alcança, finalmente, patamares tangíveis.

Os recursos que o Fundef atualmente concentra e distribui, de cerca de 33 bilhões de reais anuais, poderão, portanto, com a aprovação da PEC, ser acrescidos de uma parcela equivalente a 17 bilhões de reais, configurando aumento superior a 50% em relação ao valor original.

Será possível que o País alcance, com o Fundeb, os níveis de investimento recomendados pela Unesco para a educação, de 6% do PIB, incorporando aos dispositivos de financiamento do ensino fundamental recursos suficientes para apoiar, adicionalmente, o cus-

teio da educação infantil e do ensino médio, além de programas voltados à educação de jovens e adultos.

Mas não se trata, apenas, Senhoras e Senhores Senadores, de aumentar os recursos. O Fundeb ainda preservará 60% de suas disponibilidades financeiras totais para o pagamento de salários aos professores em efetivo exercício, garantindo condições concretas de implementação de um plano de carreira e de um piso salarial nacional para essa categoria, o que significará, por conseguinte, maior atratividade para o magistério e, em curto período de tempo, melhoria dos níveis de capacitação dos educadores.

A parcela federal se destinará principalmente a suplementar o orçamento nos Estados cujos Fundos não alcançarem, por motivo de insuficiência de sua capacidade arrecadatória, os parâmetros mínimos a serem fixados, em lei, para investimento no ciclo básico de ensino.

Isso soa justo e oportuno, Senhor Presidente, aos ouvidos de um parlamentar do Nordeste; de um parlamentar que sente, por meio da íntima convivência com os cidadãos sergipanos, seus conterrâneos, a importância de fazer da educação a porta de entrada para um mundo novo e melhor; um mundo que começa na educação infantil e que se consoma com a garantia de melhores oportunidades, no decurso da vida adulta.

É grande, portanto, a esperança de que a educação, finalmente, venha a cumprir uma de suas mais importantes funções: a de promover, tanto quanto possível, uma distribuição igualitária das oportunidades. Aumentando de 31 para 48 milhões o número de crianças e de jovens beneficiados; elevando o valor do investimento por aluno; reduzindo as diferenças regionais no ensino médio, na creche e na pré-escola; estabelecendo, por fim, um piso salarial nacional que possa representar simultaneamente, para o professor, atratividade e estímulo.

A proposta, até o momento, vem avançando por força do forte consenso que produziu no seio da sociedade, apoiada que está pelas estruturas institucionais de representação do ensino nos três níveis da Federação, como ficou demonstrado na carta de apoio à criação do Fundo – dirigida a prefeitos, governadores, deputados e senadores –, firmada pelo Ministro da Saúde, Fernando Haddad, pela presidência do Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed, e pela presidência da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime. É algo inédito na história da educação brasileira, como bem afirmou Sua Excelência o Ministro Haddad!

Não podemos, Sr^{as} e Srs. Senadores, ficar alheios ao fato de que – ao contrário das nações mais ricas do

mundo, como é o caso dos Estados Unidos, da França e do Reino Unido, que investem no ensino básico quase 4% de seus Produtos Internos – o investimento brasileiro não alcança sequer a marca de 3%, número muito distante dos 6% recomendados pela Unesco aos países de condição semelhante à nossa.

Não podemos ficar alheios a uma estrutura educacional que perpetua injustiças entre as classes sociais e entre as diversas regiões; que não garante acesso à escola, nos casos da creche, da pré-escola e do ciclo médio, e que, quando o faz, como no caso do ensino fundamental, não cuida sequer do pilar fundamental da qualidade na educação: o investimento na remuneração adequada do corpo de educadores.

Saúdo, portanto, a PEC 9/2006, que traz ao Parlamento uma discussão de caráter altamente estratégico para o futuro de nossa Nação. Aos seus objetivos dou o meu apoio incondicionado, apoio que peço, também, às Colegas e aos Colegas de mandato, às Sr^{as} e aos Srs. Senadores aqui presente, certo de que sua sensibilidade política e seu compromisso com o Brasil lhes guiarão o juízo na direção mais correta.

É o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento.

Concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena.

S. Ex^a fará uso da palavra, como Líder, por cinco minutos, Senadora.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já tive oportunidade de falar sobre essa questão, mas, diante da polêmica pública estabelecida, sinto-me na obrigação de reproduzir para a Casa e para os ouvintes e telespectadores do Senado a posição do P-SOL em relação à verticalização.

Sabem todos – e os mais antigos no Senado acompanharam – que eu fui vítima do processo de verticalização na época em que era filiada ao PT. Como o debate da verticalização foi feito por uma interpretação do Tribunal Superior Eleitoral sobre a questão da circunscrição, se estadual ou nacional, acabei, de alguma forma, sendo vítima dessa decisão, em 2002, porque, como o PT resolveu fazer uma aliança com o PL, e, à época, eu, candidata ao Governo de Alagoas, não poderia estar no mesmo palanque com algumas personalidades políticas com as quais eu não tinha qualquer identidade, já que representavam o lado podre da política do meu Estado, acabei não sendo candidata, mesmo estando em um momento muito especial da minha vida e com grandes chances de vitória. Fui, portanto, vítima do processo de verticalização. Claro

que, hoje, agradeço muito a Deus, porque, se eu tivesse sido candidata em 2002, certamente alguém poderia dizer que teria sido com o dinheiro podre do Delúbio, do Lula, do valerioduto e de outras coisas mais. Então, até nisso, Deus me protegeu.

Entretanto, no debate da verticalização, há coisas extremamente interessantes. Independente das especificidades estaduais, municipais e regionais, o debate sobre a verticalização, de alguma forma, Senador Jefferson Péres, possibilitaria que a política de alianças – e portanto a tática eleitoral – tivesse coerência com os objetivos estratégicos do programa dos partidos e com o programa eleitoral em que os partidos se comprometem perante a sociedade. Por isso, o processo de verticalização é importante. Às vezes, o que fazem os partidos? O mesmo que fizeram o PT e o PL, embora o PT nada tivesse a ver com o PL. Os programas partidários eram separados por um abismo; mesmo assim, eles se juntaram. Tudo bem. Era uma demonstração de incoerência, que acabava gerando distorções e imposições nos Estados. Mas isso são fatos circunstanciais que não podem inutilizar uma tese importante e que, de alguma forma, pode aperfeiçoar as estruturas partidárias. Não sou parte dessa cantilena, dessa lenda de dizer que “tem de aprimorar os partidos no Brasil”. Isso é supercômico, se não fosse trágico. Os mesmos que dizem que “temos de ter partidos fortes”, na hora que vêm ser atingidos os seus medíocres interesses eleitorais, pessoais ou das gangues partidárias, imediatamente deixam esse discurso de lado, e aí vem a medíocre matemática eleitoralista das contas, do tempo de televisão, das contas para eleger Deputado e outras *cositas* mais sujas, dissimuladas e cínicas. Isso é um fato.

O TSE, como sabemos, tomou duas decisões: uma, em 1998, e a outra, em 2002. O Congresso Nacional teve os anos de 2003, 2004 e 2005 para alterar a Constituição e, portanto, definir, no seu poder legislativo, a alteração. Não o fez. Não adianta vir com essa cantilena: “Mas o Senado votou”. Não tem essa história não, porque quando se quer, vota-se. Aqui se vota com mensalão, vara-se a madrugada retirando direitos dos trabalhadores, o Governo põe um balcão de negócios sujos, distribuindo cargos, prestígio, liberação de emenda, propinóquios e outros mais para votar. Então, quando se quer, vota-se. Se não se votou, é responsabilidade do Congresso como um todo. Isso é fato. Realmente isso fica muito feio! Já temos de agüentar esse processo eleitoral, que é algo inimaginável. É o Presidente da República repetindo, de forma imitadora e medíocre, o que fazia Fernando Henrique, todo dia inaugurando obra, fazendo demagogia eleitoralista, apropriando-se da dor, da miséria e da pobreza,

fazendo discurso eleitoral, fazendo obra com comício e outras coisas mais. Já há isso, que é traumático. E, como se não fosse pouco – estamos a praticamente quatro meses das definições –, agora se quer mudar, mais uma vez, o processo de verticalização.

Entendo que o Congresso deve assumir sua irresponsabilidade, seu erro, e, assim, deixar que a extinção do processo de verticalização aconteça apenas para as outras eleições. Que nesta eleição se mantenha o processo de verticalização, porque é inadmissível que o Congresso Nacional legisle conforme a medíocre matemática eleitoralista, conforme as conveniências de lideranças ou dos governantes de plantão ou de quem quer que seja! Então, isso é fato.

Nós, do P-SOL, liberamos nossos Deputados. Há gente que quer manter a verticalização para criar problema para determinados candidatos que estão nas prévias do PMDB. Outros querem tirar ou deixar conforme as conveniências, para o Presidente Lula fazer o que quiser com o Congresso Nacional. Então, cada partido começa a estabelecer a alteração ou não da legislação, conforme seus medíocres interesses políticos e eleitoralistas. Isso é muito feio!

O Congresso tem de acabar com essa mania oportunista de alterar a legislação conforme as medíocres conveniências de partidos ou dos governantes de plantão, seja Fernando Henrique, seja Lula, seja quem quer que lá esteja, se oportunista, infelizmente, for!

Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, sei que já ultrapassei meu tempo, mas não poderia deixar de conceder o aparte ao nosso querido Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senadora Heloísa Helena, serei rápido, até porque é um aparte mesmo. O discurso é de V. Ex^a.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – S. Ex^a está ironizando, porque, quando o aparteio, quero tomar-lhe o tempo todo.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Meu discurso é que vira um aparte. Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a é precisa neste momento, nesse comentário. Esse casuísmo é extremamente ridículo. Penso que a democracia brasileira amadureceu de maneira que já podíamos ter banido esse tipo de prática e de comportamento. V. Ex^a o descreveu, e quem está assistindo à TV Senado ou ouvindo a Rádio Senado já compreendeu o raciocínio, não preciso mais tratar dele. Mas quero parabenizá-la e também fazer coro com aqueles que consideram essa atitude extremamente ridícula e oportunista. Esse casuísmo é desnecessário para um País que fala tanto em avanços, em inserção no primeiro mundo e em amadurecimento de democracia. Quando chegam os momentos cruciais, em que es-

peramos atitudes mais dignas dos homens públicos, parece que um balde de água fria é jogado sobre a nossa cabeça.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Neste meu comentário, não há nenhum respeito bajulatório por decisão da Justiça, absolutamente nenhum, até porque já fui vítima de decisões da Justiça que representavam a promiscuidade com a canalha política do Palácio do Planalto. Então, não se trata disso. Quero apenas deixar claro que o Congresso tem de aprender a superar essa visão oportunista de legislar conforme as conveniências do calendário eleitoral, de estruturas partidárias, de governantes de plantão.

Então, assumamos nosso erro e deixemos para as próximas eleições a alteração do processo de verticalização!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senadora Heloísa Helena.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres, pela ordem.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço minha inscrição pela Liderança do PDT, antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Já há algumas Lideranças inscritas. Então, V. Ex^a fará uso da palavra após o Senador José Jorge.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – De acordo com o critério de alternância entre orador inscrito e Srs. Líderes dos Partidos, fará uso da palavra o Senador Leonel Pavan, como orador inscrito, por cessão da Senadora Lúcia Vânia.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu teria hoje inúmeros assuntos a tratar, mas, primeiro, quero falar sobre o pronunciamento do Senador Paulo Paim, que se referiu ao comportamento de alguns atletas do futebol brasileiro em relação ao racismo. São atletas que, dentro de seus clubes, são companheiros, amigos de jogadores de cor negra. No entanto, alguns jogadores procuram levar para dentro do campo, na hora da disputa, as diferenças raciais. Isso não é bom.

O futebol brasileiro, que é exemplo para o mundo, passa por um momento delicado. Enquanto, em alguns países, times de futebol e torcidas organizadas nos

decepcionam por causa de manifestações racistas, o Brasil, que deveria dar exemplo, acaba entrando nessa mesma linha, envergonhando ainda mais nossa Pátria. Nós não somos racistas. O Brasil não pode mais suportar que companheiros, parceiros, por questões pessoais, às vezes por disputas internas no futebol, acabem tomando uma posição dura em relação aos homens de cor, que todos devemos respeitar. O racismo tem de ser banido, e as pessoas que o praticam têm de ser punidas.

Concedo o aparte, com muito prazer, ao nobre companheiro Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Hoje, estou com espírito de Mão Santa, apartando todo mundo. Senador Leonel Pavan, quero parabenizá-lo pela referência ao tema. Quero juntar-me a V. Ex^a e expressar à Nação a minha tristeza, o meu descontentamento, a minha decepção com o zagueiro Antônio Carlos, que tem um futebol admirável, que é uma pessoa que sempre respeitei em suas atuações em grandes e em pequenos clubes e na Seleção Brasileira. A atitude racista dele, nesse último jogo, mostrando a pele branca dele como se a pele negra do outro fosse uma coisa nojenta ou uma doença incurável, é lamentável. E me fez lembrar um episódio, Senador Leonel Pavan. Sou de uma cidade pequena do interior da Bahia. Cheguei perto de uma agência de ônibus e vi um rapaz loiro, alto, ironizando um cidadão pequenininho, de cor, que estava acompanhado de uma moça branca. Ele achava aquilo o fim do mundo, um absurdo. E começou a ironizar tão alto, que o cidadão de cor se aproximou dele, e ele abriu os braços, muito grande, forte, e disse: “Vai encarar?”. Foi a primeira vez que ouvi essa colocação, eu ainda era adolescente. Ele disse: “Só queria dizer a você que, quando dois corpos se unem e duas mãos se encontram, refletem no chão a sombra da mesma cor”. Eu queria que Antônio Carlos soubesse disso. A Nação brasileira, nós, o povo brasileiro, a sociedade brasileira, precisamos ter orgulho da mistura que temos, da força, do trabalho, da capacidade e da inteligência da raça negra brasileira, que tanto orgulha todos nós. Portanto, nota zero para Antônio Carlos!

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Acho que todos pensam dessa forma. Penso que é unanimidade no Congresso Nacional.

Fiz referência a esse tema, porque a guerra continua também fora do campo. E aí não é uma questão de cor, mas de rivalidade entre torcidas.

Recentemente, em 1º de março, o menino Júlio César, de 17 anos, saudável, saiu de casa para prestigiar o time de futebol de sua cidade, o Joinville Esporte Clube, da cidade de Joinville. Esse menino, começando sua vida, cheio de sonhos, esperanças, comemorando

rou o empate do Joinville contra o Avaí, dois grandes clubes do nosso Estado, duas torcidas maravilhosas, dois times que orgulham nosso Estado. Mas Júlio não voltou para casa. A fatalidade mudou o curso de sua vida: atingido no rosto por uma pedra de três quilos, não resistiu aos ferimentos e nos deixou.

Também estou experimentando o sentimento de perda e de dor que os pais estão tendo, sem demagogia e sem falsidade, pois tenho filhos. Em especial, meu filho Leonel Junior Pavan se identifica muito bem com ele já que, como ele, gosta de futebol. Essa tragédia poderia ter acontecido com qualquer um, mas ela é uma selvageria inaceitável.

Insisto que essa barbárie deve ser tipificada como assassinato premeditado. Que tipo de pessoa sai de casa, prepara emboscada e agride com tanta ferocidade uma pessoa? Só podem ser assassinos. Por mais que a psicologia e os advogados de defesa tentem argumentar que se trata do “inconsciente coletivo” ou qualquer outra baboseira de desculpas, não é aceitável. O futebol é saúde, é arte, é diversão, e os jogadores são os artistas; os clubes devem ser paixões, mas nunca doentias, como alguns interpretam. Qualquer pessoa que saiba quem praticou esse assassinato – ou desconfie – deve informar às autoridades policiais. Não podemos permitir que esses animais saiam ilesos, que não sofram pelo que fizeram, que não paguem por esse erro, que não olhem nos olhos dos pais do garoto. Que a justiça seja feita!

Estou-me referindo a esse menino Júlio César Ganzer da Cruz, 17 anos, de Joinville, porque todo o Estado de Santa Catarina ficou comovido com a morte prematura desse torcedor do Joinville. O ônibus em que ele estava andava pela BR-101 quando sofreu uma emboscada: interceptado por dois outros veículos, sofreu o ataque de jovens que se encontravam nesses carros e atiravam pedras. Uma pedra de quase 3kg pegou em cheio o rosto do jovem Júlio César, que veio a falecer.

Deixo registrado, Sr. Presidente, esse triste episódio, que abala toda a torcida brasileira, as pessoas que simpatizam com o futebol. São barbáries que acontecem na agressão pessoal, como essa questão do Antônio Carlos com o jogador do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, que devemos reprimir e buscar a justiça com toda força, tanto para aqueles que agredem, que assassinam, como para aqueles também que usam meios que repudiamos, principalmente o racismo.

Sr. Presidente, registro também que estamos ouvindo aqui, seguidamente, pessoas do Governo falarem em investimentos por parte do Governo Federal. O que estamos vendo não é aquilo que comentam no Senado. O Presidente Lula viaja pelo Brasil, faz campanha

política, tenta promover-se até para buscar aumentar o seu prestígio perante a opinião pública, visando às próximas eleições. Por mais que o Presidente da República diga que não está fazendo política, que não é candidato, tem dito – ao contrário do que diz uma hora a um órgão da imprensa outra hora a outro – que faz política 24 horas por dia. Mas repudiamos a forma como ele faz política, usando dinheiro público.

Deveria o Presidente da República criar mecanismos e investir em rodovias para diminuir o índice de acidentes e mortes que estão ocorrendo em Santa Catarina e no Brasil inteiro. Só neste período de verão, nas rodovias de Santa Catarina, tivemos a perda de 137 pessoas.

Eu gostaria que representantes do Governo, Sr. Presidente, viessem à tribuna e falassem de resultados positivos, de coisas concretas, que viessem trazer soluções ao nosso Brasil, principalmente na questão de investimentos na infra-estrutura do nosso País, e não que viessem aqui comemorar coisas pífias, que não merecem um mínimo de comemoração. Repito, Sr. Presidente, as 137 mortes que ocorreram nas rodovias de Santa Catarina devem ser apenas um percentual mínimo das mortes que ocorrem em todo o Brasil. Claro que a responsabilidade também é dos motoristas, mas a responsabilidade maior é do Governo Federal, que não faz o mínimo de esforço para melhorar as rodovias do Brasil, exceto esses tapa-buracos, que são obras politiqueras, que não vão trazer resultados nem garantias para o futuro.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Leonel Pavan.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge, como Líder.

S. Ex^a terá cinco minutos para o seu pronunciamento. Em seguida, o Senador Almeida Lima.

Faço uma correção, Senador Almeida Lima: em seguida, o Senador Jefferson Péres, já que o Senador Jefferson Péres não estava no acordo que Líderes fizeram, antecedendo...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Mas creio que o Senador Jefferson Péres concorda com o acordo, que consiste em ir chamando um da lista e um Líder, um da lista e um Líder.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no mês de maio último, fiz desta tribuna um pronunciamento em que relatei sobre a manipulação que o Governo estava fazendo contra os aposentados e pensionistas do INSS, em vista da implantação apressada do chamado empréstimo consignado aos beneficiários do INSS e da campanha publicitária empreendida pelo Governo Federal e pelos bancos.

Em seguida a esse pronunciamento, fiz um ofício ao Conselho Nacional de Auto-regulamentação Publicitária (Conar), solicitando uma avaliação sobre a publicidade das instituições financeiras, que, a nosso ver, estavam induzindo a contratação dos empréstimos com informações imprecisas e até mentirosas.

Decorridos alguns poucos dias, o Conar informou que teria aberto um processo investigatório para analisar a nossa denúncia.

Quase um ano depois, e não tendo sido mais informado sobre as providências do órgão de auto-regulamentação, fui agradavelmente surpreendido com a informação de que a 3ª Vara Federal Cível do Rio de Janeiro teria suspenso a propaganda de 15 instituições de crédito consignado para aposentados.

A decisão vale para todo o País e atinge até instituições de crédito oficial como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, além daquelas notoriamente identificadas com os esquemas de corrupção do Governo Lula, como os Bancos Rural e BMG, que V. Ex^a, Sr. Presidente, e todos os Senadores sabem, foram os dois primeiros bancos – principalmente o BMG – a fazer esse tipo de empréstimo.

A liminar foi pedida pela Comissão de Defesa do Consumidor da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), e a decisão preliminar suspende a veiculação das peças publicitárias, só podendo voltar a serem exibidas quando informarem claramente os custos do empréstimo.

Depois do meu pronunciamento aqui no Senado, recebi muitas manifestações de apoio de aposentados e pensionistas de diversos Estados, em especial durante os meus contatos com a população especial do meu Estado de Pernambuco.

Os usuários desse empréstimo são unânimes em dizer que se sentem manipulados pela publicidade, inclusive a dos bancos oficiais.

Segundo a Deputada Cidinha Campos, presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Alerj, “os bancos desrespeitam o consumidor ao informar apenas vantagens na contratação das linhas de crédito, informando somente as taxas mais baixas cobradas, levando o cliente a acreditar que é um dinheiro fácil e barato”.

Quando o empréstimo consignado foi lançado, a Ouvidoria-Geral da Previdência Social registrou mais de mil queixas de beneficiários quanto ao serviço prestado pelas instituições financeiras.

O jornal **O Globo**, em matéria de julho do ano passado, denunciou que as taxas cobradas eram até o triplo da informada na publicidade..

Portanto, Sr. Presidente, desde que esses empréstimos consignados foram lançados, aqui da tribuna

do Senado, mesmo no dia em que o projeto foi aprovado, tenho mostrado preocupação com esse tipo de empréstimo, porque ninguém – nem aposentado, nem pensionista, nem pessoa que não é aposentado, que é empregado – deve ser incentivado a tomar dinheiro emprestado em banco, porque, ao se pegar dinheiro emprestado em banco, principalmente em prazo longo, paga-se muito juro. Depois que alguém toma um empréstimo, compromete parte de seu salário; por exemplo, uma pessoa que recebe R\$300,00 do INSS vai pagar um empréstimo de R\$120,00 e ficará recebendo apenas R\$180,00.

Então, tudo bem! Existe essa oportunidade, algumas pessoas tiram esse empréstimo para pagar outro de juros mais altos; tudo isso é uma oportunidade que deve ser realizada, mas não com essa propaganda que está sendo feita. As faixas colocadas na frente do banco dão a impressão às pessoas desavisadas de que se está oferecendo dinheiro gratuito.

Sr. Presidente, além, dessa questão do Conar, apresentei um projeto aqui no Senado, incluindo na lei que aprovou a possibilidade de concessão desse empréstimo a proibição de propaganda. Na realidade, essa propaganda deve ser proibida. Deve haver a oportunidade do empréstimo, mas não deve haver a propaganda. Essa é a opinião, para que as pessoas não sejam, de certa maneira, empurradas a tirar esse empréstimo. Diga-se, de passagem, que esses empréstimos fizeram com que os pequenos bancos, bancos oficiais, Caixa Econômica, tudo, tivessem os maiores lucros da história. Nunca, no Brasil, os bancos tiveram mais lucros do que no Governo Lula. Evidentemente, boa parte desses lucros vem desses empréstimos consignados.

Então, vamos ter o empréstimo. O projeto de minha autoria já está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; o Senador César Borges é o Relator e já emitiu parecer favorável.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Vou encerrar, Sr. Presidente.

Então, faço um apelo ao Presidente Antonio Carlos Magalhães, para que possamos colocar esse projeto na pauta e aprová-lo, a fim de que continuemos com o empréstimo consignado, mas, sem essa propaganda desrespeitosa ao consumidor e ao aposentado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senador José Jorge.

Concedo a palavra ao nobre Senador Almeida Lima, por cessão do Senador Ney Suassuna. S. Ex^a terá até 10 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB AP) – Senador Rodolpho Tourinho, pela ordem.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de inscrever-me pela Liderança do PFL após a Ordem do Dia, com a documentação que já se encontra na mesa.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a será atendido.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não tenho conhecimento se esta matéria da revista **Veja** desta semana tenha sido objeto de leitura no Plenário desta Casa, mas, usando um jargão jurídico, “o que abunda não vicia”. Considero que a matéria é muito importante:

Valério ameaça falar.

O publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza, o pagador do mensalão, sentindo-se emparedado pela CPI dos Correios, anda ameaçando fazer revelações capazes de dar nova dimensão à crise – e, além do PT, está deixando o PMDB de cabelo em pé.

Àqueles que não sabem, quero dizer que sou do PMDB.

Do fim de dezembro até agora, o publicitário conversou pelo menos três vezes por telefone com o ex-deputado José Borba, ex-líder do PMDB na Câmara que renunciou ao mandato em outubro passado quando se descobriu que embolsara 2,1 milhões de reais no valerioduto. Nas conversas telefônicas com Borba, Marcos Valério tem lembrado um acordo selado no começo do escândalo: o PMDB colocaria na CPI dos Correios um relator capaz de dar proteção a Marcos Valério, que, em troca, manteria silêncio sobre o envolvimento de peemedebistas com o mensalão. Como já ficou demonstrado que Osmar Serraglio, o relator da CPI dos Correios, não fez acordo algum nem pretende protegê-lo, Marcos Valério ameaça contar o que sabe. **Veja** ouviu dois senadores que conversaram com Borba. Eles disseram que o publicitário ameaça disparar três petardos que fismam o PMDB e, claro, o PT.

O terceiro dos três petardos diz o seguinte:

O publicitário tem avisado que pode revelar detalhes de como, nos primeiros meses de

2004, repassou dinheiro para que José Borba pagasse o apresentador Carlos Massa, o Ratinho. O apresentador, em troca do dinheiro, passaria a usar seu programa no SBT como palanque para promover o presidente Lula e a então prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, que se encontrava em campanha eleitoral. (Como se sabe, Ratinho fez uma longa entrevista com Lula durante um churrasco na Granja do Torto. A entrevista-churrasco foi exaustivamente reprisada no seu programa, mas o apresentador sempre negou que tivesse recebido qualquer pagamento.)

O publicitário Marcos Valério, de fato, manteve relações estreitas com José Borba. Um ex-auxiliar do PMDB, que privou da intimidade do ex-deputado, conta que Borba tinha encontros freqüentes com Marcos Valério no hotel Sofitel, no bairro do Ibirapuera, em São Paulo. Nesses encontros, além de Borba e Valério, outros dois personagens das sombras costumavam aparecer: o então tesoureiro do PT, Delúbio Soares, e o advogado Roberto Bertholdo, braço direito de Borba e então membro do conselho de administração de Itaipu. Entre setembro de 2004 e março de 2005, os quatro fizeram pelo menos quatro reuniões no Sofitel. O ex-auxiliar do PMDB, que conversou com **Veja** sob a condição de ficar no anonimato nunca participou das reuniões, mas sabe que, depois delas, Borba voltava para Brasília e, numa saleta ao lado do seu gabinete de líder, recebia filas de deputados do PMDB. Mas havia uma logística curiosa: os deputados entravam na saleta um a um, nunca em grupo. O entra-e-sai ocorria quase sempre à noite.

Vejam:

O advogado Roberto Bertholdo, sendo o principal assessor de José Borba, era o encarregado de operar o mensalão dentro do PMDB. Um ex-aliado de Bertholdo, em conversa de quase cinco horas com **Veja**, contou detalhes da façanha. Ele diz que Bertholdo distribuía o mensalão a 55 dos 81 deputados do PMDB. Todos os 55 deputados pertenciam à base do governo. A mesada variava entre 15.000 reais e 200.000 mil reais, conforme o cacife do deputado mensaleiro. O ex-aliado conta que Bertholdo adorava exercer esse papel e, como trabalhava em nome dos interesses do governo, achava que pairava acima da lei. Numa ocasião, em meados de 2004, querendo exibir

seu poder, Bertholdo telefonou ao ex-aliado e convidou-o a visitá-lo no Aeroporto Afonso Penna, em São José dos Pinhais. Era noite e chovia nas franjas de Curitiba. Ao chegar ao aeroporto, o ex-aliado encontrou Bertholdo a bordo do Citation II [o avião] que costumava usar e que pertencia ao empresário paranaense Wadi Debes. Dentro do avião, esparramado sobre uma poltrona de couro, Bertholdo mostrou ao amigo uma caixa de papelão aberta, cheia de dinheiro.

‘Tem 8 milhões de reais aí’, disse Bertholdo. Diante da surpresa do interlocutor, que lhe perguntou se não tinha receio de ser preso com tanto dinheiro vivo, Bertholdo respondeu com a empáfia que só a certeza da impunidade proporciona: “Que perigo, o quê? Eu tô operando para o governo”. Na semana passada, VEJA teve acesso a um conjunto de gravações de conversas de Bertholdo nas quais fica claríssimo que, de fato, ele operava em nome do governo – e, nessas conversas, aparecem os bastidores de uma negociação com quem? Com Ratinho, para fazer propaganda do presidente Lula e da ex-prefeita Marta Suplicy. As gravações, que somam quase 200 horas, foram realizadas em 2004 pelo advogado Sérgio Renato Costa Filho, então sócio de Bertholdo no escritório Bertholdo & Costa Advogados. Como Costa Filho gravou as próprias conversas com o Bertholdo, a arapongagem não constitui crime – embora seu conteúdo, já em poder da Polícia Federal, seja suficiente para enquadrar o homem da mala do PMDB em uma feira de artigos do Código Penal.

Em um dos trechos das gravações, Bertholdo revela ao sócio que está intermediando um acordo entre Ratinho e o PT para que o apresentador fale bem do partido em 2004. “O PT topou pagar. Cinco paus”, diz Bertholdo. A polícia acredita que “cinco paus” sejam 5 milhões de reais. Em outro trecho, Bertholdo informa que a negociação conta também com a presença do então tesoureiro do PT, Delúbio Soares. A revista traz a transcrição desses diálogos. Como era maquinista do trem pagador do PMDB, Bertholdo priorizava seu partido quando surgia, digamos assim, um conflito de interesses. Um caso emblemático ocorreu em Itaipu, onde Bertholdo foi conselheiro de 2003 a fevereiro de 2005. Em uma das conversas gravadas pelo sócio, Bertholdo diz que o diretor-geral de Itaipu, o petista Jorge Samek,

cobrou 6 milhões de dólares de propina da empresa Voith Siemens para perdoar uma dívida de 200 milhões de dólares para com a estatal. Ele fica uma fera ao saber que o PMDB fora excluído da negociata. “Temos que pegar pelo menos três”, diz Bertholdo.

Há um complemento da matéria que requeiro à Mesa que seja dado como lido, um trecho final. Porém, o mais importante e que me deixou atônito já foi lido.

Em primeiro lugar, repetindo, eu devo dizer o seguinte: eu sou do PMDB, e quero dizer que o Deputado Osmar Serraglio tem demonstrado seriedade e que, portanto, precisa do respaldo do PMDB, do Congresso Nacional e da sociedade brasileira. Não se pode abandonar o Relator da CPI dos Correios neste momento! O Deputado Osmar Serraglio não pode ser atirado às feras!

Segundo, é preciso que se defenda, sobretudo aqueles que não têm rabo preso e telhado de vidro, a prorrogação da CPI dos Correios, não por trinta ou por quarenta e cinco dias, mas por três ou quatro meses. Aliás, bom seria é que a Constituição brasileira permitisse CPI contra a corrupção instalada **ad aeternum**, sem prazo para terminar. Imaginava-se que tudo estivesse esclarecido, mas agora a revista **Veja** traz o “mensalão 2”.

Terceiro: o Marcos Valério precisa falar. Recorde-me, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de que, em minha primeira participação na CPI dos Correios, perguntei ao Marcos Valério, em seu primeiro depoimento, exatamente o seguinte – Senadora Heloísa Helena, preste bem atenção. Dirigi-me ao depoente e perguntei se ele confirmava que tinha comparecido à Procuradoria da República para uma negociação jurídica, uma transação jurídica no sentido de prestar esclarecimentos em troca de benefícios na sua pena. Ele confirmou, dizendo que “sim” – não quis confirmar, mas confirmou, até porque o fato era público. Então cheguei à conclusão: “Quer dizer que o senhor tem algo mais a declarar – tanto, que está tentando negociar juridicamente –, mas à CPI no Senado, no Congresso Nacional, o senhor não se dispõe a dizer a verdade?”

Deixe a CPI – indicado por meu partido, fui para outra –, mas entendo que o Marcos Valério precisa falar. E tenho certeza de que o Deputado Osmar Serraglio vai contribuir com esse processo de soltura da língua do Sr. Marcos Valério. Tenho plena convicção de que Osmar Serraglio não vai compactuar em hipótese alguma com essa situação. Inclusive, conversei com S. Ex^a rapidamente hoje nos corredores do Senado.

Mesmo que esse senhor não solte a sua língua, a esta altura, em benefício maior da sociedade,

é preciso acenar com uma negociação jurídica para o Sr. Marcos Valério, com o “careca”. Em benefício do País, é preciso fazer isso, porque esse homem hoje, podemos afirmar, é um pinto; esse senhor hoje é um pequeno em meio a uma grande selva de corruptos espalhados neste País. Na pressão ou numa negociação, esse cidadão precisa falar.

Sr. Presidente, com a benevolência de V. Ex^a, quero ainda dizer o seguinte: os senhores e as senhoras aqui se recordam – e acho que o Brasil também – de um pronunciamento que fiz daquela tribuna, no dia 2 de março de 2004, quando ainda os escândalos não estavam escancarados. Fiz a denúncia do Sr. José Dirceu e vi o céu do Brasil cair sobre a minha cabeça. Fui triturado pela imprensa do meu País quando, em 2 de março de 2004, eu disse que o Sr. José Dirceu era um corrupto e tinha envolvimento com a corrupção e com o caso Waldomiro Diniz. Deste Plenário, claro que com as honrosas exceções, recebi muita pancada. Recordo-me ainda hoje do que ouvi – aliás, tenho os textos gravados num boletim que fiz.

Eu disse hoje que trataria desta questão aos poucos; eu iria dando respostas individuais, um por um. Eu já dei uma resposta à Senadora Ideli Salvatti quando ela disse que o meu pronunciamento era uma montanha que não tinha parido sequer um rato – ela disse isso naquela tarde de 2 de março. Eu disse que, de fato, não tinha, mas que o partido dela teria parido muitas ratazanas.

Eu me recordo, meu querido povo brasileiro, a quem eu quero me dirigir especialmente neste momento, de que o Sr. Carlos Massa, o Ratinho, apresentador de um programa no SBT, foi um dos que fizeram a maior chacota deste Senador. Fui triturado neste País sem ter cometido nenhum ato de corrupção. Ao contrário, sempre combati e critiquei corruptos, como a história mostrou e ficou provado. Só faltaram arrancar o meu couro, porque a minha alma arrancaram. A minha filha, Juliana Almeida Tavares de Lima, hoje uma acadêmica de Direito, após ter visto o Ratinho me esculhambando naquela noite em Aracaju, recebeu-me chorando.

Pois bem; o Ratinho, exatamente no início de 2004, no momento em que fiz aquele pronunciamento, teria recebido “cinco paus”, cinco milhões de reais para defender o Governo e tentar jogar lama num Senador que, graças a Deus, tem uma vida pública contra a qual ninguém nunca teve condição de levantar sequer meia palavra – e já fui Executivo e Legislativo!

Pois bem; o Ratinho... Ratinho coisa nenhuma; ração; aliás, Dom Ratón. Esse Ratinho do SBT não é um ratinho, é uma ratazana! Está aqui na **Veja**, nas declarações. Porque é da imprensa, não vou perdoar nenhum, nenhum. E, aos poucos, falarei de todos eles.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Almeida Lima, um minuto para concluir, visto que já prorrogamos por cinco minutos o seu tempo.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Atesto a generosidade de V. Ex^a. Compreendo. Sei que aqui temos de obedecer ao tempo. Mas me permita, por gentileza, para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a tem 40 segundos.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Houve uma nobre jornalista do jornal **O Globo** que fez uma chacota comigo em um artigo. Ela não deve estar aqui hoje. Gostaria de falar na sua presença, mas ela vai tomar conhecimento. Permita-me, pois, só para concluir.

Outro dia, tomei conhecimento de um artigo do jornalista Sebastião Nery, sob o título *ombudsman*. Ele dizia assim:

Tereza, a Incrível, diz em **O Globo** que “já se prevê um final melancólico (sic) para a CPI dos Correios: a CPI que investigou as denúncias de Roberto Jefferson comprovou a existência do valerioduto, desvendou o esquema oculto de financiamento do PT e dos aliados, mas não provou tudo (sic) que foi dito, nem o mensalão (sic) na forma descrita por Jefferson, nem a existência de um sistema organizado de corrupção (sic) no governo, que desviava dinheiro público para os cofres petistas”.

A doce Tereza [prosegue Sebastião Nery] deve ter tido uma recaída stalinista. Ela queria fuzilamentos. A não ser que, nos saudosos jantares que fazia para Lula, Dirceu e a turma do Planalto, tivesse ficado sabendo de coisas ainda mais escabrosas.

(Interrupção do som.)

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – É só esta parte que gostaria de destacar, Sr. Presidente. A senhora jornalista Tereza Cruvinel era a cozinheira do Palácio do Planalto, de Lula, de José Dirceu e da turma do Planalto. Então, é por isso que, naquela semana, no artigo que escreveu, ela fez chacota deste Senador, coisa que não deveria ter feito, pois, inclusive, deu-me apelidos para tentar diminuir a minha dignidade e a minha estatura moral.

Tenho aqui um adversário político – não é inimigo – do meu Estado de Sergipe, o Senador Antonio Carlos Valadares, que, como todo o Sergipe, sabe qual foi e qual é a minha trajetória política. Sempre tive dignidade e continuarei tendo, mas jamais vou permitir que façam ou tentem diminuir a minha honra. Esperei e ainda estou esperando para dar respostas a outras...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Peço a sua compreensão.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Concluo,

Sr. Presidente. Não é possível que uma jornalista da estatura de Tereza Cruvinel, que admiro, pela relação pessoal de intimidade e amizade, até como cozinheira do Planalto do Planalto, de Lula – como disse o jornalista Sebastião Nery – tivesse se prestado a isto: em um artigo de jornal, tentar desmanchar a minha dignidade e a minha honra.

A história aí está. Sou PMDB, mas quero que se apure tudo isso e que se prorrogue a CPI por 30, 60, 90, 120 dias para que tudo fique devidamente apurado. E aqueles que não me conhecem, procurem me conhecer melhor para depois tentar diminuir a minha dignidade.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, até por uma delicadeza do Senador Ney Suassuna, que está inscrito agora, como Líder, só gostaria de fazer um registro, que sei que é acolhido por toda a Casa. É o registro da presença dos guerreiros e das guerreiras do Programa de Reabilitação do Lesado Medular da Rede Sarah de Brasília.

Sabem todos da admiração que tenho que vocês. Já tive oportunidade de dizer várias vezes aqui que, em alguns momentos em que estou muito cansada, com tantas adversidades e obstáculos que ameaçam esgotar minha capacidade de reação, lembro da oportunidade que a Fundação Cásper Líbero e o grande Secretário de Esportes Lars Graef me deu de acompanhar a Corrida de São Silvestre. E cada vez que eu via os cadeirantes ou outras pessoas, como a minha filha de leite, a Fabrícia, que é cega, cada vez que eu os via com tanta dignidade, com auto-estima, com capacidade de luta e de trabalho, com certeza minha admiração era muito grande. Portanto, a admiração a vocês, pelo empenho, por toda a capacidade de luta cotidiana, que todos vocês demonstram, sei que é algo compartilhado por toda a Casa.

Portanto, parabéns a todos que aqui estão e a todos do Programa de Reabilitação do Lesado Medular e aos que fazem a Rede Sarah de Brasília.

É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Obrigado, Senadora Heloísa Helena.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR.

Pela ordem.) – Eu gostaria de pedir minha inscrição, como Líder, para falar antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– V. Ex^a já está inscrito.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Pela ordem, tem a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem.)

– Também solicito a minha inscrição pelo PDT.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Senador Osmar Dias, já temos o registro da inscrição do Senador Jefferson Péres.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Como o Senador Jefferson Péres já se inscreveu, podemos fazer o seguinte: um fala antes e, o outro, após a Ordem do Dia, se V. Ex^a permitir.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Ex^a será inscrito para após a Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres, já que foi anunciado por antecipação. Em seguida, fará uso da palavra o Senador Ney Suassuna, pela Liderança do PMDB.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela Liderança do PDT. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a situação de um país, o estado de degeneração de uma sociedade se mede pela reação desta sociedade ao absurdo. Quando a sociedade aceita o inaceitável, ocorre aquilo que a Hannah Arendt chamou de “a banalização do mal”. Essa sociedade está doente, Senadora Heloísa Helena. A sociedade brasileira está profundamente doente.

O Exército brasileiro ocupou favelas do Rio de Janeiro. Por quê? Porque bandos assaltaram um quartel e roubaram fuzis dessa dependência militar. E não é a primeira vez que isso acontece. Não é a primeira vez. E isto passa despercebido. Não vi um discurso no Senado sobre isso.

Em qualquer país civilizado, do nível de desenvolvimento do Brasil, isto não acontece. O Brasil não é o Iraque, o Brasil não é o Afeganistão, o Brasil não é o Haiti, o Brasil é o País mais industrializado da América Latina e se arvora a ser líder dos emergentes, ao lado da Índia e da China, e não está ao lado deles. É aqui, no Brasil, que o Exército da segunda cidade do País, ex-capital da República, o meu belo, querido e amado Rio de Janeiro, chega a esse estado de degradação.

Senador Ney Suassuna, V. Ex^a mora no Rio de Janeiro. Como é que o Brasil assiste praticamente de braços cruzados ao que acontece no Rio de Janeiro?

O Rio de Janeiro é uma desordem urbana completa. As ruas tomadas por ambulantes, ocupadas. Debaixo das marquises, famílias sem teto, aos montes, dormindo. Os narcotraficantes tomam conta dos morros, substituem o Estado, fecham ruas, decretam feriados. O poder paralelo comete a audácia de assaltar quartéis para levar armas, usam granadas. No Rio de Janeiro! Isso acontece aqui nos nossos vizinhos? Não vou nem falar em Nova Iorque, em Paris, em Berlim, em Roma. Isso acontece em Buenos Aires, Senador Ney Suassuna? Vá a Buenos Aires: V. Ex^a não encontrará um camelô nas ruas, não ouvirá falar absolutamente em bandos organizados fechando ruas, não verá famílias morando embaixo de marquises. E não é só em Buenos Aires. Vá a Santiago do Chile: fotografe uma família dormindo embaixo de marquise, fotografe um camelô e me traga!

Bandos armados tomando conta de uma cidade, e o Governo Federal, o Governo Estadual e o Governo Municipal entendem que não há solução! E o Congresso Nacional nem sequer se ocupa disso, Senador Rodolpho Tourinho!

A mais bela cidade do mundo, um dos maiores patrimônios que este País tem chama-se Rio de Janeiro. Em qualquer país competente, essa cidade atrairia 20 milhões de turistas por ano, Senador Luiz Pontes, se o Estado brasileiro, falido, não a deixasse se degradar!

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – V. Ex^a me permite um pequeno aparte?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Em seguida, Senador.

Isso exigiria uma ação conjugada de Presidência da República, Governo Estadual e Governo Municipal para se fazer uma operação salvação do Rio de Janeiro. O Estado tinha de entrar nas favelas não com Polícia e Exército, mas urbanizando, levando escolas, postos médicos, centros culturais, quadras esportivas, enfim, civilização àquelas áreas degradadas, escorraçando o narcotráfico e o crime organizado de lá e impondo a autoridade do Estado nacional.

Concedo um aparte ao Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – O aparte será muito rápido, Senador Jefferson Péres. Moro na Paraíba e também no Rio do Janeiro. O que V. Ex^a está dizendo é mais do que a verdade. O discurso que farei a seguir mostrará um pouco mais a generalização dessa violência no País. No entanto, no Rio de Janeiro, outro dia, nobre Senador, um dos meus funcionários chegou pela manhã chorando. Perguntaram-lhe por que estava chorando, e ele disse: “No bairro em que moro, no subúrbio, fazem pedágio. Como eu não tinha dinheiro no bolso, apenas o tíquete do ônibus,

tomaram a minha marmita. E o cidadão disse: se sua marmita estiver ruim ou azeda, quando você voltar vai levar um tiro”. E meu funcionário disse: “Estou rezando para que a minha marmita não esteja azeda”. Fiquei chocado com a situação. Esse é um quadro que vemos acontecer com certa frequência. V. Ex^a está coberto de razão. Solidarizo-me com V. Ex^a em sua séria preocupação.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Muito obrigado, nobre Senador Ney Suassuna.

Há um tanque do Exército hoje na entrada da Estação Primeira da Mangueira.

Senador Ney Suassuna, o que acontece no Rio de Janeiro e em outras cidades brasileiras, como São Paulo, com a inação, com a indiferença da sociedade brasileira é uma vergonha! É um labéu na face de toda a classe política brasileira. O Estado brasileiro é falido, a classe política brasileira é falida. Isso é uma vergonha! Como cidadão brasileiro sinto-me envergonhado, Sr. Presidente!

Durante o discurso do Sr. Jefferson Péres, o Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodolpho Tourinho.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna, pela Liderança do PMDB, por cinco minutos, e, em seguida, ao Senador Antonio Carlos Magalhães, por permuta com o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, caro Senador Jefferson Péres, parece até que havíamos combinado fazer uma suíte da matéria.

A violência está espalhada por todo o País. O quadro do Rio de Janeiro é muito mais caótico, muito mais difícil, mas não é diferente do de São Paulo nem do de muitas regiões que se estão contaminando.

Nobre Senador Jefferson Péres, no polígono da maconha no Nordeste, os carros só passam à noite, em comboio, com Polícia inclusive. É difícil um juiz ou um promotor atuar, porque logo os bandidos prometem matar a família, a fazer isto ou aquilo.

Vejam a nota que vou ler:

Prefeito de Patos é assaltado e agredido na BR – 230 [uma estrada Federal, larga, grande, onde passa muita gente].

O Prefeito de Patos, Nabor Wanderley, foi assaltado esta madrugada, 7, quando passava pela BR – 230, próximo à Serra Texeira. Além de levarem sua camionete, ele ainda foi agredido ao tentar se defender do roubo. O

prejuízo foi calculado em cerca de R\$80 mil para os sacoleiros.

O Prefeito passava pela BR – 230, quando percebeu que havia dois ônibus parados no meio da estrada. Eles estavam sendo assaltados. Nabor foi obrigado a parar a camionete e foi agredido pelos bandidos, [quebrou uma costela, teve vários cortes na cabeça]. Nabor não se identificou como Prefeito de Patos [provavelmente, teria sido morto, se o fizesse].

O grupo de ladrões [vejam que isso ocorreu no interior da Paraíba!] estava armado com fuzis [AR-15], pistolas e espingardas calibre 12.

Os assaltantes fugiram utilizando o veículo do Prefeito. Cerca de 60 passageiros que estavam nos dois ônibus que transportavam sacoleiros que se dirigiam para a cidade pernambucana de Santa Cruz do Capibaribe tiveram seus bens levados durante o assalto.

Era sobre isto que eu ia falar, não há tranquilidade sequer nas estradas do interior do País. Essas quadrilhas não são do meu Estado, mas dos Estados vizinhos. Com frequência, bandidos de um Estado vão assaltar no outro. Há poucos meses, entraram em uma cidade do Rio Grande do Norte, foram à delegacia, mataram o delegado e os dois policiais, depois foram ao Banco do Nordeste e o assaltaram e por aí afora.

É preciso que a Inteligência da Polícia Federal e que a Inteligência das Forças Armadas estejam atuando. É inadmissível, como diz V. Ex^a, Senador Jefferson Péres, que um quartel militar, com permanentes sentinelas, seja assaltado, levando-se de lá fuzis, pistolas. E não é só isso que tem sido roubado. São roubados também foguetes, granadas, minas terrestres. Não sei aonde vamos parar, se não avançarmos no combate, na luta contra essa violência.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Jefferson Péres.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Senador Ney Suassuna, citei o Rio de Janeiro como exemplo porque talvez lá a situação seja mais grave. Mas isso ocorre em todo o Brasil. Na minha Manaus, uma cidade tão pacata, houve, no carnaval, 14 homicídios. Foram quatorze homicídios! Penso que foram duas mortes por dia. Apenas dou esse um exemplo. Isso é fruto da miséria? Senador Ney Suassuna, se a pobreza realmente gerasse homicídios, haveria 40 milhões de assaltantes e assassinos no Brasil. Dou-lhe um exemplo internacional. A Índia é um país onde há mais pobreza do que no Brasil.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – E um bilhão de habitantes.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – E o índice de criminalidade na Índia é dez vezes menor do que no Brasil. A Colômbia é um país mais pobre do que o Brasil. Bogotá era uma das cidades mais violentas. Com uma ação conjugada das autoridades e com uma série de medidas que foram tomadas, a criminalidade caiu – creio – em 80%. É uma cidade muito mais segura em plena guerra civil. Com as Farc, com o ELN há 30 anos em guerra civil, é uma cidade muito mais segura do que Rio de Janeiro e São Paulo. Como é que nós, brasileiros, podemos nos conformar com isso, Senador Ney Suassuna?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – E o objetivo, nobre Senador Jefferson Péres, do meu discurso é exatamente pedir à Polícia Federal que, com seu serviço de inteligência, localize esses grupos, procure debelá-los. A Polícia já o fez. Ainda outro dia, um grupo que estava assaltando Bancos na região toda, nos três Estados, foi aniquilado.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Ney Suassuna?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Com muita satisfação, Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senador, na semana anterior à do carnaval, antes do incidente ocorrido no quartel que motivou a intervenção do Exército, tive oportunidade de, dessa tribuna onde V. Ex^a está, fazer um pronunciamento, depois de eu e a Deputada Jandira Feghali termos um encontro com o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para tratar do assunto. Fomos levar a S. Ex^a a nossa preocupação e ouvimos o relato de todo o esquema que estava preparado para ser acionado no Rio de Janeiro. Finalmente, ao que parece, houve um entendimento entre os Governos Federal e Estadual, o que se prenunciava quase impossível. Mas, felizmente, houve esse entendimento, com vistas à realização dos Jogos Pan-Americanos. Mas há a Força Nacional, um grupamento policial que vem sendo treinado e especializado há um ano nesse tipo de intervenção em comunidades carentes, especialmente em morros com atividades comandadas pelo narcotráfico. Então, esse esquema, pelo que sei, e anunciei isso desta tribuna – e fico muito frustrado porque esses acontecimentos vieram sem que o esquema da Força Federal fosse deflagrado – está pronto para ser deflagrado. Ainda hoje, procurei o Ministro da Justiça para saber, afinal, quando vai entrar em função, porque, efetivamente, a população do Rio está num estado de tensão e de ânimo que não suporta mais a convivência com esses fatos horríveis que estão ocorrendo na cidade.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a o aparte.

Não sei se o Presidente ainda me permite conceder um aparte ao Senador Sibá Machado. Se S. Ex^a o permitir, seria só um segundo, e eu concluiria a seguir.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Posso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Sim.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Obrigada. Senador Ney Suassuna, durante as décadas de 70 e 80, pude estar mais próximo, principalmente dos militantes da Igreja ligada à Teologia da Libertação. É claro que se acompanhava ali o uso das Forças Armadas brasileiras e também da Polícia Federal, como um serviço político. E esse serviço acabava detectando e combatendo organizações políticas de combate ao regime. Não quero concordar com os métodos, mas com a decisão de fazer. Acho que pouco importa se será uma ação do Exército ou da Polícia Federal, mas tem que ser feita, porque agora não estamos mais lidando com organizações políticas. Estamos lidando com organizações criminosas. E, como disse o Senador Jefferson Péres, nesse caso, o crime independe de faixas de distribuição de renda. Aqui há pessoas se dando bem com esse negócio e acho que aquele assalto ao quartel do Exército foi uma espécie de acinte e até mesmo uma brincadeira, como quando um *hacker* entra no sistema de uma empresa e deixa recados engraçados, só para dizer: “cheguei aqui”. Então, chega-se ao acinte até de brincar. Garotos e garotas ligados ao narcotráfico brincam de fazer assalto a um departamento militar. O que quero dizer é que isso não pode passar em branco, não dá para passar em branco. Concordo que o Exército ou qualquer outra força militar ocupe e devolva não apenas a tranqüilidade, mas também dê um troco para esse acinte feito a uma instituição militar, como é o caso do Exército. Assim, acredito que é o momento das forças se juntarem mesmo e dar um basta nisso. Chegamos à margem da tolerância, como no caso de Fernandinho Beira-Mar. Trancafiar, acabar com a liberdade definitiva e dizer que isso não vale a pena.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado. Realmente, a informação de V. Ex^a pode ser muito útil nesse planejamento futuro.

Peço ao Presidente, mais uma vez, uma licença para conceder o aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Agradeço pelo aparte e quero dizer que, há muitos anos, talvez sete ou oito anos, venho dizendo nesta Casa que o Exército tem que participar da defesa da sociedade. As Forças Armadas não podem ficar indiferentes aos crimes, porque, do contrário, vão começar a

sucumbir, como estão sucumbindo agora. É muito grave que dois generais ilustres tenham se suicidado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – É verdade.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Isso são problemas que estão na mente desses militares. Enquanto isso, a bandidagem corre solta e enfrenta até os quartéis, tomando as armas, que não voltam. Enquanto o Governo Federal – e venho pedindo não apenas no Governo Lula, mas desde o Governo Fernando Henrique – não der um apoio total às polícias militares, às polícias civis, teremos um quadro desesperador e cada dia pior neste País. E nós, do Nordeste, seremos também atingidos, porque a bandidagem já está correndo para lá. Muito obrigado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a. Concordo com V. Ex^a em gênero, número e grau.

Encerro, Sr. Presidente, alertando para algo incrível. O Exército, hoje, tem cerca de 160 mil homens; a Marinha tem cerca de 45 mil homens; e a Aeronáutica tem cerca de 30 mil homens. As forças policiais em cada Estado tem um contingente significativo. Temos, ainda, 7 mil homens da Polícia Federal. Todos esses serviços de informação deviam estar atuando. Eu não entendo por que, quando assaltam um quartel do Exército, correm atrás. Por que o Exército, a Marinha e a Aeronáutica não fazem uma varredura e tomam todos os armamentos pesados? Assim, minoraríamos a situação, pelo menos por algum tempo, e os serviços de informação ficariam monitorando e tomando providências para que nós, que pagamos impostos e temos as nossas famílias intranqüilas, possamos ter dias melhores.

Muito obrigado a V. Ex^a pela condescendência, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, do PFL da Bahia.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, enquanto o Brasil vive esse clima de intranqüilidade, em que, a cada dia, os crimes se repetem sem que o povo tenha o mínimo de segurança, estamos a ver o Senhor Presidente Lula de carruagem na Inglaterra.

Veja a felicidade do Presidente Lula ao lado da Rainha Elizabeth, conversando por sinais! Será difícil a troca de informações entre o Presidente e a Rainha. Vemos esse ridículo, mas sabemos que as coisas no Brasil continuam cada vez piores. A ponto de homens como João Ubaldo Ribeiro, nosso conterrâneo, Sr. Presidente, membro da Academia Brasileira de Letras, um dos maiores escritores do País, dar uma entrevista, que

aqui está, a um jornal baiano, com o seguinte título: “Lula é um assassino dos sonhos do povo brasileiro”.

Além de assassinar os sonhos, este Governo está assassinando, pela fome, milhares e milhares de brasileiros, e adota medidas demagógicas que realmente não convencem ninguém, a não ser aqueles que se convencem por outros motivos que nós já sabemos quais são. Quem não estiver no mensalão não pode ser realmente um defensor deste Governo. Para defender este Governo é preciso ter muita coragem – vejo até que o Senador Sibá Machado está com vontade de me apartear –, mas é preciso ter muita coragem, porque, a todo momento, os fatos acontecem com uma gravidade cada vez maior.

Nos últimos dias, a imprensa tem traduzido o temor do povo brasileiro e as medidas demagógicas enganando aqueles pobres que ganham salário mínimo com a dispensa de Imposto de Renda.

Ora, seria impossível para quem ganha R\$350,00 pagar imposto de renda, pois não pode comprar sequer o feijão e o arroz para a sua comida diária porque o projeto da fome foi um engodo. E, relativamente ao projeto Bolsa-Família, foi coisa de quem? De ACM e de Cristovam Buarque.

Portanto, essa é a situação triste que o nosso País atravessa. Este é um momento dos mais difíceis, a ponto de um homem como D. Geraldo Majella Agnelo, Cardeal Arcebispo da Bahia Primaz do Brasil, Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, declarar, como aqui está – leiam, senhores – “Lula é o mais submisso a banqueiros”

Realmente, nunca os bancos, em tempo algum, em qualquer país, ganharam tanto quanto no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em contrapartida, o PIB é de 2,3%, acima apenas do Haiti. Vejam V. Ex^{as} que situação grave nós estamos vivendo. Um homem como D. Geraldo é um homem sensato. S. Ex^a não é político, não é contra o Governo Lula – ainda hoje declarou isso. Mas ele é realmente um homem que tem de zelar pelos católicos, pelos cristãos do Brasil, por aqueles que estão na pobreza que ele vê e sente a cada dia nas igrejas onde convive. O Presidente da CNBB declara prontamente que este é um Governo submisso aos banqueiros. E nós podemos dizer: assim como o PIB é o pior do mundo, os banqueiros do Brasil nunca, em tempo algum, ganharam tanto. Não há, no mundo, banqueiros que tenham ganhado mais do que os brasileiros. E quem paga? Quem paga é esse povo que aí está. Somos todos nós, que deveríamos também ter coragem de tomar medidas legislativas para impedir pagamentos via Imposto de Renda, porque quem paga Imposto de Renda é o pobre; os banqueiros nada pagam. Esta é uma situação triste, esta é uma situação

que realmente só os Okamottos ou os Robertos Teixeiras podem enfrentar porque esses são os privilegiados. Ou então o Lulinha, que pegou 15 milhões da Telemar! Eram cinco, passaram para dez e agora são quinze, meu caro Senador Sibá. Sei que V. Ex^a é contra isso, sei até que muita gente do seu Partido é contra isso, mas é o que está acontecendo, essa desgraça está levando o País a uma situação evidentemente caótica.

O que acontece no Rio de Janeiro, o que acontece em São Paulo, no Rio Grande do Sul, no Nordeste, na minha terra, em toda parte: a fome e a miséria campeiam, enquanto o Aerolula sai por aí, levando o Presidente para a Inglaterra, para passear de carruagem, numa linguagem mímica, com a Rainha Elizabeth. Eu sei que os jornais e as televisões vão noticiar como um fato maravilhoso: O Presidente do Brasil está com a Rainha Elizabeth, na carruagem. Mas, vejam, é esse o PT que iria transformar o Brasil. É esse o torneiro mecânico que passou a brilhar nos salões do Reino Unido, da Inglaterra, recebendo ordens de Tony Blair, ou então fazendo reverências à Rainha Elizabeth.

Sr. Presidente, eu vejo isso com muita tristeza. Eu sei que V. Ex^a também vê. Mas nós não podemos ficar parados. O Senado, se não tomar providências urgentes em relação a isso, também será culpado pelo que acontece neste País.

Deseja-se que não se apurem os crimes dos bancos e das corretoras, que levam o dinheiro do povo cada vez mais. E ainda tem quem defenda. Ontem fiz um discurso aqui mostrando a ladroagem de um governo. Não vou dizer que todos são ladrões, seria injusto, mas a maioria, infelizmente, é. E a maioria é comandada pelo Presidente da República.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, façamos alguma coisa. Esse povo acredita ainda que esta Casa pode fazer alguma coisa, embora esta Casa também esteja desacreditada porque não toma providências enérgicas em relação a um Governo corrupto.

Peço, neste instante, a quantos aqui estão e aos que não estão que voltemos as nossas vistas para este País e não deixemos que o Brasil sucumba na miséria, enquanto o antigo torneiro mecânico hoje Presidente da República passeia no Aerolula ou nas ruas da Inglaterra de carruagem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do inciso I e § 2º do art. 210 do Regimento Interno.)

JOÃO UBALDO RIBEIRO

“Lula é um assassino dos sonhos do povo brasileiro”

NELSON DULTRA
Jornalista

Numa entrevista eclética, irreverente e bem humorada, concedida na varanda da casa onde nasceu, na bucólica Ilha de Itaparica, ao som de “Carlos Galhardo” (um sabiá que mora na copa de uma das árvores da residência) e outros passarinhos, o escritor João Ubaldo Ribeiro falou de política a exame de próstata.

Indignado com o governo da República, comandado pelo operário-presidente, o autor de “Vira o Povo Brasileiro”, “Sargento Getúlio”, “O sorriso do Lagarto” e mais de uma dezena de livros, não economizou críticas ao atual condômino do palácio do Planalto. “Não acho nada bom no governo de Lula”, generaliza.

O imortal baiano ocupante da cadeira de número 34 da Academia Brasileira de Letras,

João Ubaldo Osório Pimentel Ribeiro, que comemorou 65 anos de vida no dia 23 de janeiro, teve seu primeiro emprego aos 17 anos como repórter do Jornal da Bahia. No início da década de setenta tem o talento reconhecido, nacional e internacionalmente, com a publicação de “Sargento Getúlio”. Nessa época, trabalhou na **Tribuna da Bahia** onde chegou a ocupar o cargo de editor-chefe do jornal.

NELSON DULTRA – Você veio a Itaparica para o lançamento da Fundação João Ubaldo Ribeiro?

JOÃO UBALDO RIBEIRO – Bom, eu não sei se a fundação está sendo constituída ou já foi juridicamente constituída. Mas eu ainda não sei dos planos da fundação. Ninguém se reuniu ainda comigo pra me ouvir quanto a ela. A não ser muito superficialmente, assim, numa conversa, na única vez em que eu estive com o prefeito daqui. Mesmo para que não pensem que eu estou querendo dar apoio político a algum prefeito. A minha política será a prosperidade da ilha. Vou querer o bem dos habitantes daqui, de meus conterrâneos.

ND – Nessa sua passagem pela Bahia, vai a Salvador?

JUR – Não. Eu não encaro esse ferry-boat nem com a porra. Só encaro em último caso (risos). Quando morava aqui, só ia a Salvador para tratar dente e emergência, mudar de óculos. Mas essa viagem de ferry-boat é uma coisa insuportável e cada vez pior. Eu detesto. É a tua ou lancha de Mar Grande tá gigantesca, quilométrica. Ou eu arranja um amigo rico, porque a melhor viagem de barco é de amigo, né? Agora, ter barco é uma merda. É a mesma coisa de ter sítio. Um programa ótimo é passar uns dias no sítio do amigo dando um trabalho desgraçado e depois até logo obrigado, uma maravilha de estada (risos).

ND – “Viva o Povo Brasileiro”, o mais badalado dos seus livros, pode ser rotulado como um livro espiritualista, já que existem reencarnações no romance?

JUR – Eu misturei crenças que existem aqui, ou credíes se quiser ser pejorativo. Mas eu misturei lendas e coisas da minha própria fantasia. Eu achei uma metáfora interessante brincar com esse negócio de origem das almas e me deu um fio narrativo da história, que é a reencarnação de uma alminha que se tornou brasileira, a alminha de um sujeito que se tornou alferes. Era uma alminha brasileira e resolveu que só encarnava aqui. Maluca (risos).

ND – Em 2000 você lançou o primeiro livro virtual no Brasil o “Miséria e grandeza do amor

de Benedita”. A experiência foi positiva?

JUR – Do virtual, não. Benedita vendeu pra cacete e ainda tá vendendo. Para “baixar” o livro era preciso o sujeito tá apaixonado por mim. Dava uma trabalhadeira tal que todo mundo desistia. A edição escrita se deu muito bem.

ND – Você é um dos poucos intelectuais que diz e escreve o que pensa. Falta coragem ao intelectual brasileiro, mesmo em tempos democráticos?

JUR – Não sei se falta coragem. Não sei o que é. Pode haver compromisso de várias ordens. Pode ter até problemas de filosofia de vida do cara. De amizade pessoal ou mesmo de aprovação com o governo que tá aí. Eu desaprovo, mas tem quem aprove. O presidente mesmo aprova com entusiasmo tudo no Brasil que foi feito. “Nunca se fez tanto nesse país” (imitando a voz do presidente Lula). O Brasil não tem mais nome de Brasil. Antigamente, ele dizia “esse país”, que denota uma certa distância. Ai, eu enchi o saco dele. Eu sei que eu devo ter sido parcialmente responsável por isso. Algum assessor dele deve ter dito: “Diga este” e ele passou a dizer “este País”. Eu já escrevi uma crônica dizendo que o nome do Brasil é “Esse País”. Ele, pelo menos, poderia dizer “nosso País”. O presidente da República vai para a televisão dizer, com a maior cara de pau imaginável, que quando não constrói falam mal, quando constrói falam mal, porque ele está construindo estradas pelo Brasil. Todo mundo sabe que ele está mandando tapar buracos de emergência. O ministro dos Transportes disse que só dura um ano a tapação de buracos. E ele vem com aquela cara de pau.

Que nota merece o governo Lula?

JUR – Zero. Lula acabou sendo um assassino de ilusões e de sonhos que povo brasileiro teve. Ninguém esperava que Lula fosse fazer revolução nenhuma. Mas ninguém esperava que Lula fosse virar 180 graus. Tudo que ele dizia que não faria, a começar pelas medidas provisórias, já fez muito mais que Fernando Henrique. Tudo que ele dizia, ele desdisse. Hoje não se pode mais confiar no que o presidente diz. Que presidente é esse que durante esse tempo todo, sem trabalhar, desconhecia a origem de qualquer recurso do PT? Como é que ele desconhecia esse

tempo todo? Ou, então, ele é realmente um presidente desligado, que não quer trabalhar, porque nunca trabalhou. Só sabe trabalhar fazendo discurso como líder sindicalista. Foi um grande líder sindicalista. E foi promovido a seu nível de incompetência. Eu tenho essa experiência, por exemplo, em jornal. A alma de um jornalista é a reportagem. O repórter é a atividade típica do jornalismo, a mais heróica, a mais celebrada, a mais romântica. O repórter é o homem que está no aceso, no fogo da batalha, da refrega, que vai lá e enfrenta a autoridade abusada. Pra aumentar o repórter você promovia ele a redator. Ai, você perdia um grande repórter e pegava um redator de merda. Aconteceu com Lula. Lula foi um grande líder sindical e autor de um dos maiores fenômenos da América Latina, que é o PT, hoje atravessando essa débacle. Ele não sabe trabalhar. E quem nunca trabalhou não vai aprender aos 60.

Nada se salva no governo Lula?

JUR – Deve se salvar alguma coisa. O índice de assalto em Itaparica não cresceu, qualquer coisa assim. Você pode dizer o que quiser. Qualquer coisa. Porque estatística prova qualquer coisa. Quer ver eu lhe provar qualquer coisa com estatística? Por exemplo: cem por cento das pessoas que tiveram câncer beberam água (risos). Água causa câncer. Você pode dar risada, mas esse tipo de besteira se ouve disfarçada o tempo todo. Como a média de renda de não sei quem é 500. Esquece que a média é um valor sensível aos valores extremos. Em termos estatísticos sérios, você tem que combinar a média, e pelo menos a moda, o valor mais freqüente, e a mediana. São três conceitos estatísticos: a média aritmética, o meio, ou seja, o valor médio, e a moda, ou seja, o valor mais freqüente. Com esses três dados, você começa a ter uma idéia do panorama. Mas eu não confio absolutamente nas estatísticas brasileiras como não confio, absolutamente, na administração pública brasileira. O estado brasileiro está se tornando cada vez mais uma anomalia. É um estado que existe para financiar a si mesmo, para se custear. Para pagar os funcionários públicos, pagar os deputados, pagar o Judiciário.

ND – Os institutos de pesquisa do Brasil não são confiáveis?

JUR – Eu não quero dizer isso

ND – Vide o referendun sobre as ar-

mas. Os principais institutos de pesquisa, como Datafolha e Ibope, disseram, um dia antes da votação, que a diferença entre o Sim e o Não era de 10% e a diferença foi muito maior.

JUR - Eu fui um bom aluno de estatística há 40 anos. Hoje, eu apanharia. Mas, com duas semanas de estudo eu acho que desmoralizaria direitinho as estatísticas que existem por aí. São estatísticas como cem por cento de quem tem alergia a camarão comeu camarão. Viagra dá cegueira. Eu não sou vendedor de Viagra, nem estou levando jabá do laboratório. Fui falar com um urologista, amigo meu, onde fui fazer o tradicional exame que enfia o dedo na gente. Fui tomar a dedada. Aliás, aconselho a todos. Não que seja agradável. Antes, pelo contrário, mas é babaquice não fazer.

ND - Voltando ao governo Lula. Nem o Ministério da Cultura se salva?

JUR - Não sei nada do Ministério da Cultura, a não ser que é ocupado por Gilberto Gil.

ND - Que é seu amigo...

JUR - Meu chapa. Não posso dizer que ele é meu amigo. Me dou cordialmente com ele.

ND - Ele é um bom ministro?

JUR - Não sei. Não acompanho. Eu não acho nada bem no governo de Lula. Eu me reservo o direito de ser retido quanto a isso. Disse ele, outro dia, que não estaria mais aqui no próximo ano. Eu tenho minhas sérias dúvidas quanto a isso. Ele não quer largar aquele negócio. So trabalha no que gosta de fazer. So dão boas notícias a ele. Não lê. Não sabe o que dizem os jornais. Tá ficando cínico, dúbio, evasivo, indeciso, se revelando uma porção de coisas. E deu um belo pontapé na bunda de quem estava atrapalhando ele, os delúbios, os dirceus.

ND - Existe outra opção para as eleições presidenciais?

JUR - Praza aos céus que exista. De repente, de onde menos se espera sai. Bem verdade que, já diziam antes, de onde menos se espera é aí que não sai mesmo (risos). Como aconteceu com Lula.

ND - Na sua carta célebre ao ex-presidente Fernando Henrique, você diz, mais ou menos assim, que político retado é Antonio Carlos Magalhães e, que você votaria nele, se ele fosse candidato a presidente, e faria oposição a ele. Como é isso? Você

votaria e faria oposição?

JUR - Eu não me lembro mais disso que eu escrevi. Quer dizer, como é que eu escrevi direito isso. Eu me lembro mais ou menos. Mas eu pus isso em termos. É como eu dissesse assim: eu sempre fui adversário político de Antonio Carlos Magalhães, embora não pessoal. Ele sempre me tratou muito bem. Sempre fui oposição a Antônio Carlos. Aí, eu quis dar o exemplo extremado e disse que seria oposição se Antônio Carlos fosse presidente. Mas, seria um presidente mais macho do que o que tá aí. Eu não me lembro mais que diabo que Fernando Henrique estava fazendo que me motivou esse tipo de comentário. Ou seja: eu, tradicional adversário político das posições do carlismo, seria capaz de votar em Antônio Carlos, embora soubesse que iria fazer oposição. Mas saberia que não seria um governo indeciso. Um governo vai não vai, resolve não resolve. Um governo reativo. Tem buraco nas estradas, manda tapar. Tem rebelião não sei onde, dá cesta básica. Vive reagindo. Qual o programa de governo que tem o governo Lula? Nenhum. "A economia desse país tá crescendo" (imitando a voz de Lula). "Esse país" é a... (risos).

A8 NACIONAL SEXTA-FEIRA, 3 DE MARÇO DE 2006
ESTADÃO DE SÃO PAULO

IGREJA

CNBB: Lula é o mais submisso a banqueiros

Presidente da entidade reforça crítica de secretário-geral e diz que "nenhum banco foi à falência" no atual governo

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, pela Liderança do PTB, por cinco minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Como líder. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, já ocupei várias vezes esta tribuna para falar do assunto que volto a abordar hoje.

Trata-se da demarcação da reserva indígena Raposa/Serra do Sol, no meu Estado – aliás, a 35ª reserva indígena demarcada em meu Estado –, na fronteira do Brasil com a Venezuela e com a Guiana. Portanto, quem já tinha, naquela época, 34 reservas demarcadas, não tinha nada de especial quanto a demarcar mais uma, embora esta fosse uma reserva diferente das demais, porque uma reserva de 1,7 milhão de hectares. Todavia, a maioria dos indígenas que lá habitam, repito, aqueles que habitam a região da reserva Raposa Serra do Sol, a grande maioria não queria a demarcação da forma como o Presidente da República terminou por fazer.

Não é demais lembrar aqui que essa reserva foi objeto de uma comissão externa do Senado e de uma comissão externa da Câmara dos Deputados, cujos membros se deslocaram até o Estado de Roraima, ouviram os índios, ouviram os moradores daquela região, ouviram todas as camadas da sociedade, inclusive instituições como OAB e outras. Tanto a comissão da Câmara, cujo Relator foi o ex-Deputado Lindberg Farias, do PT, quanto a comissão do Senado, que teve a honra de presidir, e cujo Relator foi o Senador Delcídio Amaral, do PT, hoje Líder do Bloco de apoio ao Governo, as duas comissões, recomendaram uma série de providências, entre as quais – só para sintetizar – que se retirasse da área pretendida para demarcar, de um milhão e setecentos mil hectares, 320 mil hectares. Portanto, essa reserva ficaria ainda com um milhão, quatrocentos e tantos mil hectares.

Retirasse o quê, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores? Que as vilas existentes retirassem dessa portaria as propriedades cujos títulos eram anteriores a 1934 e se retirasse uma borda mesmo – no popular, uma beirada – da reserva, onde estão localizados os produtores de arroz do meu Estado, que produzem o equivalente a 25% do PIB do meu Estado.

Apesar de tudo isso, o Senhor Presidente da República preferiu demarcar como queriam as ONGs, a CNBB, o Cimi, e desprezou, portanto, todo o trabalho feito pela Câmara e pelo Senado.

Nós entramos, anteriormente, com uma medida cautelar, acatada pela Ministra Ellen Grace, do Supremo Tribunal Federal, que determinou que fosse suspensa a demarcação. Porém, por uma manobra – não posso chamar manobra jurídica porque não é

legal –, digamos, por fora do pensamento jurídico, o Ministro Thomaz Bastos informou ao Ministro Carlos Ayres de Britto, que era o relator do processo, que havia editado uma nova portaria. E o Sr. Ministro Carlos Ayres de Britto, no julgamento da nossa ação – minha, do Senador Augusto Botelho, do Governo do Estado e de tantas outras pessoas –, louvou-se, creio eu, só na informação do Ministro Thomaz Bastos para dizer que as ações perdiam o objeto porque havia uma nova portaria. E essa portaria não foi publicada no momento da decisão, mas somente no outro dia. Portanto, não é preciso entender muito para saber que não existia portaria alguma. Ela só existe quando publicada no **Diário Oficial**.

Apesar desse erro, demos entrada em sucessivos recursos para que seja corrigida a situação. O Supremo não se manifesta a favor. Por último, eu e o Senador Augusto Botelho entramos com uma ação pedindo que pelo menos um artigo do decreto não seja cumprido de imediato: aquele que manda evacuar de toda a área aquelas pessoas consideradas não-índias, que moram lá há séculos e que vêm de gerações e gerações sucessivas. Repito que os próprios índios, na sua grande maioria, não querem que essas pessoas saiam de lá; e que também não se extingam as cidades. Ocorre que a decisão vem sendo procrastinada.

O Governo do Estado pediu entrada na lide, com o que eu e o Senador Augusto Botelho, por meio do nosso advogado, concordamos. Agora, foi aberto prazo para a Advocacia-Geral da União se pronunciar. Espero que o Supremo decida a última ação para solucionar a constrangedora situação que vivem as pessoas daquela região e que também aprecie o mérito da questão, porque todo o processo – demarcação e levantamento – é criminoso e fraudulento, como está fartamente provado nos autos. Por isso, não querem entrar no mérito da questão e analisá-lo.

Sr. Presidente, peço que faça parte integrante do meu pronunciamento um resumo do histórico jurídico dessa questão para que conste dos Anais do Senado.

Mais uma vez, alerta a toda a população, a Nação para o fato de que a demarcação de reservas indígenas parece inocente, mas não é. Para uma população equivalente a 0,3% da população nacional, já existem 12% do território nacional demarcados para reservas indígenas. Portanto, vamos ficar de olho antes que as coisas se compliquem e que, amanhã, principalmente na Amazônia, não tenhamos mais terra de ninguém. Quando falo em terra de ninguém, refiro-me ao fato de que essas terras não são dos índios. Os índios que lá moram são desassistidos pelo Governo Federal e

pela Funai, especificamente, que é o órgão federal que deveria ocupar-se deles.

Como médico, preocupo-me com a pessoa do índio e não com essa história de uma política indigenista que só se preocupa em demarcar terras indígenas em desproporção. Até o atual presidente da Funai, um dia desses, reconheceu que já há terras demais.

Não quero questionar se há terras demais ou de menos; quero que haja justiça nessa questão. Até agora, a justiça não foi feita. Já até sugeri ao Presidente Lula que ele mesmo refizesse o decreto, alterando alguns artigos, mas não o faz porque a pressão das ONGs é maior do que a de qualquer partido político – e as citou.

Espero que possamos fazer justiça; que o Supremo Tribunal Federal decida sobre a questão; que nós, aqui, aprovemos o decreto legislativo que está aqui para ser relatado; e, finalmente, que o Brasil acorde, porque a Amazônia representa 61% do Território Nacional e, atualmente, é reserva indígena ou reserva ecológica, corredor ecológico ou floresta nacional.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Pautas Processos Jurisprudência DJ STF-Push Notícias BNDPJ Legislação Institucional Licitações

STF **Supremo Tribunal Federal**
Opções do Serviço

Brasília, sexta-feira, 3 de março de 2006 - 19:14h

ANDAMENTOS

AÇÃO CAUTELAR Nr.1086

ORIGEM:RR RELATOR: MIN. CARLOS BRITTO

REDATOR PARA ACÓRDÃO: -

REQTE.(S): FRANCISCO MOZARILDO DE MELO CAVALCANTI E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S): ANTÔNIO GLAUCIUS DE MORAIS

REQDO.(A/S): UNIÃO

ADV.(A/S): ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

ANDAMENTOS

DATA	ANDAMENTO	OBSERVAÇÃO
03/03/2006	REMESSA DOS AUTOS	À SEÇÃO CARTORÁRIA E DE COMUNICAÇÕES.
03/03/2006	JUNTADA	DA PETIÇÃO Nº 25428/2006: FRANCISCO MOZARILDO DE MELO CAVALCANTE E AUGUSTO AFONSO BOTELHO NETO MANIFESTAM-SE A RESPEITO AO DESPACHO DE FOLHAS 220-221.
01/03/2006	JUNTADA	CÓPIA DO MANDADO DE INTIMAÇÃO DO ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, DEVIDAMENTE CUMPRIDO. DJ DO DIA 21/02/2006
24/02/2006	INTIMACAO DO AGU	REF. AO DESPACHO PUBLICADO NO DJ DE 21/2/2006.
21/02/2006	PUBLICACAO, DJ:	DESPACHO DO DIA 14/02/2006.
16/02/2006	JUNTADA	DA CÓPIA DO MANDADO DE INTIMAÇÃO DO ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, DEVIDAMENTE CUMPRIDO.
16/02/2006	JUNTADA	DA PETIÇÃO Nº 16706/2006: ESTADO DE RORAIMA REQUER SEU INGRESSO NO PÓLO ATIVO DA LIDE.
16/02/2006	DESPACHO ORDINATORIO	EM 14/02/2006, REFERENTE À PETIÇÃO Nº 16706/2006. JUNTE-SE. (...) EM FACE DO EXPOSTO, DETERMINO A ABERTURA DE VISTA AOS AUTORES, PELO PRAZO DE 10 DIAS, A FIM DE QUE SE PRONUNCIEM SOBRE O PEDIDO DO ESTADO DE RORAIMA. NESTE ENTRETEMPO, FICARÁ SUSPENSO O CUMPRIMENTO DO MANDADO DE CITAÇÃO DA UNIÃO. PUBLIQUE-SE.
15/02/2006	INTIMACAO DO AGU	REF. AO DESPACHO PUBLICADO NO DJ DE 13/2/2006.

14/02/2006	PETICAO AVULSA	Nº 16706/06 - O ESTADO DE RORAIMA REQUER SEU INGRESSO NO POLO ATIVO DA LIDE E VISTA DOS AUTOS - AO GABINETE SEM OS AUTOS
13/02/2006	PUBLICACAO, DJ:	DESPACHO DE 03/02/2006. -
07/02/2006	REMESSA DOS AUTOS	À SEÇÃO CARTORÁRIA.
07/02/2006	DESPACHO	DE 03/02/06: CITE-SE A UNIÃO PARA QUE NO PRAZO DE 10 (DEZ)
	ORDINATORIO	DIAS , SE MANIFESTE A RESPEITO DA PRESENTE MEDIDA CAUTELAR. PUBLIQUE-SE.
02/02/2006	CONCLUSOS AO RELATOR	
02/02/2006	DISTRIBUIDO POR PREVENCAO	MIN. CARLOS BRITTO
01/02/2006	REMESSA DOS AUTOS	À SEÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO.
01/02/2006	DESPACHO ORDINATORIO	DO MINISTRO PRESIDENTE: À SECRETARIA PARA DISTRIBUIÇÃO.
25/01/2006	CONCLUSOS AO PRESIDENTE	ART. 13, VIII DO RISTF

[Mapa do Site](#) | [Ajuda](#) | [Fale Conosco](#)

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Para uma comunicação inadiável, concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago a esta Casa, nesta tarde, um tema que muito tem nos preocupado em relação ao meio rural. Trata-se da crescente dificuldade enfrentado pelo pequeno e médio produtor de leite na comercialização, que está ameaçando sua sobrevivência pela baixa rentabilidade do setor, muitas vezes uma das principais rendas do pequeno produtor rural.

Em minhas recentes andanças pelo interior de Minas Gerais, pude observar de perto que a crise da pecuária leiteira atingiu limites alarmantes, Sr. Presidente. Em todas as cidades por onde passamos, em regiões como o Triângulo Mineiro, sul e sudoeste de Minas e Alto Paranaíba, a classe se manifesta e é claramente perceptível se tratarem de reclamações mais do que justas, pois são diversas e diversas pessoas e famílias que vêm definhar sua condição financeira ano a ano.

Uma análise da evolução do setor demonstra que a situação atual do pequeno e médio produtor de leite tem origens especialmente a partir da aplicação mais rigorosa da legislação sanitária, no final da década de 80, e da desregulamentação do mercado, ocorrida no

início da década de 90, pondo fim ao controle estatal até então existente sobre o mercado. A verdade é que esta mudança beneficiou muito as indústrias de laticínios que, ao se adaptarem melhor às exigências de modernização, passaram a impor no mercado preços que antes tinham de ser negociados em condições quase uniformes com os produtores – isso hoje, infelizmente, não existe.

Outra dificuldade para o produtor nacional, advinda da abertura externa, foi o aumento expressivo do fluxo de importações de lácteos, pois a União Européia e países como Nova Zelândia, Argentina e Uruguai chegaram a exportar para o Brasil a preços inferiores aos do seu mercado interno.

Além disso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a produção brasileira de 1994 a 2002 aumentou aproximadamente 33,5%, sem que o consumo **per capita** crescesse nesse ritmo, aliás, com índice de 15%, inferior à metade do crescimento em produção.

Esse conjunto de fatores, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pressionou o preço do produto – e muito – para baixo e, hoje, é necessário vender praticamente dez litros de leite para se poder adquirir um litro de gasolina, um exemplo claro do quão difícil está sendo sobreviver na atividade pelo interior deste País.

Para o pequeno produtor, o reflexo vem sendo uma redução do seu trabalho e, muito mais, a redução do seu rebanho, enquanto apenas aqueles mais

tecnificados aumentam bastante sua produtividade de litros por vaca. Sem essa condição, está-se inviabilizando todo o setor.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a minha preocupação com a base da cadeia pecuária leiteira é grande, não apenas por minha formação de engenheiro agrônomo e minha condição de representante da classe agropecuária, mas também pelo fato de o meu Estado, Minas Gerais, ser o maior produtor do País, responsável por algo em torno de 29% da produção nacional.

Apesar de o último censo sobre a agropecuária brasileira ter sido realizado já há dez anos, em 1996, os números daquela época refletiam que boa parte da cadeia agroindustrial leiteira de Minas carecia de investimentos em modernização, sanidade e higiene, ações que ficam cada vez mais comprometidas pela baixa rentabilidade do negócio.

É diante deste quadro crítico que defendo a necessidade de se reavaliar ações já existentes e criar medidas legislativas, regulatórias e governamentais que permitam uma recuperação efetiva de pequenos e médios produtores de leite. É fundamental buscarmos propostas que contemplem esta classe antes que ela seja vítima de uma “quebradeira” geral.

Faço questão de registrar, por exemplo, sugestões de novas políticas para a pecuária leiteira que chegaram ao meu gabinete no fim de 2005, oriundas da Câmara Municipal de Frutal, município da minha região, o Triângulo Mineiro. O documento, redigido pela Presidente da Câmara, Gleiva Ferreira, e pelo Vereador Cláudio Rodrigues Borges, relata protesto de sindicatos rurais de pelo menos dez Municípios da região com a atual crise do setor leiteiro, bem como enumera medidas que os pecuaristas e líderes consideram passíveis de adoção pelo Governo, tendo em vista pelo menos socorrer o setor.

Dentre várias ações pertinentes apontadas, Sr. Presidente, separei algumas para destacar inicialmente desta tribuna, as quais apóio integralmente. Um dos aspectos de maior importância é incentivar o consumo interno, o que poderia ser feito incluindo o leite de forma obrigatória na merenda escolar e com o Governo adquirindo o produto para doar às instituições filantrópicas e assistenciais, que atendem a famílias carentes.

Diante da atual situação de mercado, Sr. Presidente, também tem de ser considerada a possibilidade de se adotarem mecanismos reguladores de preços, quem sabe até criar uma espécie de “agência reguladora do leite” e impedir importações desnecessárias, como vem acontecendo com frequência, que só fazem prejudicar muito os produtores rurais.

Sr. Presidente, Senador Roberto Saturnino, peço um pouco mais de tolerância em relação ao tempo, porque é de grande importância esse tema.

É necessário também fortalecer o cooperativismo na atividade e reduzir a carga tributária, pois organizações bem estruturadas são fundamentais para a solução de problemas coletivos em qualquer setor agropecuário.

Em Minas Gerais, apesar de já existirem algumas ações do Governo Estadual em favor dos produtores de leite, as iniciativas ainda são insuficientes para as demandas e dificuldades enfrentadas por estes trabalhadores. O mesmo cenário se repete em termos de Brasil e, por isso, é preciso planejar medidas que contemplem programas já em andamento, como o Proleite, linha de financiamento do BNDES, ou de Minas Leite, programa governamental de meu Estado.

A recuperação do pequeno e médio produtor de leite, Sr. Presidente Roberto Saturnino, ainda passa por uma melhor oferta de assistência técnica e por alternativas que superem os atuais gargalos da cadeia produtiva na industrialização e na distribuição.

Pois bem, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por estar consciente da complexidade desta crise da pecuária leiteira, pretendo retomar este tema em breve aqui nesta tribuna para aprofundar defesa e reflexões sobre as medidas às quais manifestei apoio no dia de hoje.

Como um filho de produtor rural, nascido e criado no meio, e ex-presidente da Emater do meu Estado, não poderia deixar de firmar o compromisso com os trabalhadores da pecuária leiteira em Minas Gerais de defender suas bandeiras no Senado Federal, bem como naquilo que vier a ser a seqüência de minha trajetória política. Tenham certeza de que, ao limite da nossa capacidade de atuação, buscaremos a mobilização e o convencimento necessários para que as instâncias competentes promovam medidas que resgatem a dignidade e a justiça merecidas pelo trabalhador do pequeno e médio produtor de leite.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado pela compreensão, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Aelton Freitas, o Sr. Rodolpho Tourinho, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Saturnino.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/ PT – RJ) – Obrigado, Senador Aelton Freitas.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Nobre Senador Demóstenes, a próxima inscrita é a Senadora Serys Slhessarenko e, em seguida, haverá a Ordem do Dia, que será extremamente rápida. Logo depois, V. Ex^a fará uso da palavra como Líder. Já tenho o documento de inscrição de V. Ex^a. Portanto, peço a sua compreensão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Solicito à Senadora Serys Slhessarenko uma permuta. Falarei rapidamente. Prometo fazer um pronunciamento brevíssimo. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Por permuta com a Senadora Serys Slhessarenko, concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna para falar sobre uma lacuna que hoje observamos no ordenamento jurídico brasileiro. O Brasil hoje é o único país das nações civilizadas que não tem uma lei que trata adequadamente os chamados crimes hediondos.

Na semana passada, o Supremo Tribunal Federal fulminou o art. 2º, § 1º, da Lei 8.072. A lei previa que os crimes hediondos seriam cumpridos em regime totalmente fechado, que não haveria progressão de regime e que o livramento condicional, aquele que se dá mediante determinadas condições, ocorreria quando cumprido os dois terços da pena. O Supremo Tribunal Federal, portanto, considerou inconstitucional essa medida.

Segundo o Supremo Tribunal Federal, uma lei tem de trazer, no seu bojo, a chamada progressão. Foi apertado o placar: seis a cinco. Mas não adianta reclamar; o Supremo decidiu. Acabou. Nós temos de fazer uma outra lei tão severa quanto a anterior, prescrevendo apenas que haverá progressão.

Hoje me veio uma preocupação extraordinária. Eu tive uma reunião com algumas pessoas do Ministério da Justiça, segundo as quais o Governo Lula deverá mandar para o Congresso Nacional, na semana que vem, um projeto de lei com urgência urgentíssima, para que nós possamos votar a nova lei dos crimes hediondos.

Haverá a previsão da progressão da pena, e qual será, Senador Ramez Tebet, esse período? Para o Governo, o réu primário que cometer crime hediondo terá

a progressão com um terço da pena. Isso quer dizer que quem for condenado a 15 anos de reclusão por estupro e for primário terá progressão com cinco anos e, se for reincidente, terá progressão com metade da pena: sete anos e meio.

Em decorrência disso, eu me reuni hoje com os Líderes do Senado, com o Sr. Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, que me pediram que fizesse um estudo acerca desse problema. Conversei com alguns ministros do Supremo, e o Tribunal não se opõe a que a pena e a progressão sejam rigorosas. O que o Supremo exige é que haja progressão. Não pode haver só o livramento condicional; tem de haver progressão dentro da lei dos crimes hediondos.

Em decorrência disso, Senador Ramez Tebet, estou propondo um projeto de lei – antes vou discuti-lo com a Liderança e a Presidência da Casa – para que, nos casos de primariedade, o réu cumpra, no mínimo, metade da pena e que, nos casos de reincidência, fique como estava antes: dois terços da pena. No primeiro caso, haverá o livramento condicional com dois terços da pena; no segundo caso, não haverá o livramento condicional.

Nesse caso, o Brasil volta a se inscrever no rol das nações civilizadas, em que o crime hediondo é tratado de forma diferente. Muitos querem fazer-nos pensar, Senador Ramez Tebet, que não há um tratamento diferenciado nos Países civilizados. Ao contrário, há sim: crime leve, pena alternativa; crime punido com reclusão, progressão de uma forma mais branda; crime hediondo, progressão de uma forma mais acentuada.

Ouçó o aparte do Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Demóstenes, quando se trata principalmente de legislação penal, V. Ex^a é nesta Casa sempre ouvido e acatado, dada a sua preocupação com a defesa da sociedade brasileira, por ser oriundo do Ministério Público, da segurança pública. V. Ex^a tem vastíssima experiência. Daí eu, com este meu modesto aparte, querer louvar a presença de V. Ex^a nesta tribuna. O assunto está causando polêmica na sociedade. Uns estão de acordo com a decisão do Supremo Tribunal Federal; outros estão em desacordo, e com muita razão, porque o próprio STF decidiu a matéria por seis votos a cinco, portanto, em um placar apertadíssimo. Mas isso também não significa – e pedi o aparte para tranquilizar a sociedade –, por exemplo, que vão abrir as portas das cadeias. Ouvi dizer que a sociedade está pensando que esses autores de crimes hediondos estarão todos na rua, brevemente, e isso não é verdade. O Supremo Tribunal Federal fez uma interpretação, do ponto de vista da Constituição, e, por um placar apertadíssimo, entregou a decisão aos juízes. Essa é a verdade. Quebrou-se a obrigato-

riedade, mas isso não significa que todos os autores de crimes hediondos passem a ter direito de ir para a rua. Não é assim. Tanto isso é verdade que relato a V. Ex^a – embora não tenha ouvido isso de nenhum magistrado do meu Estado – que li, em um jornal do Mato Grosso do Sul, que o Tribunal de Justiça do Estado, juntamente com os juízes, entendeu de dificultar sobremaneira a liberdade de presos condenados por crimes hediondos. Então, não há essa obrigatoriedade de ir para rua, e V. Ex^a sabe bem disso. Quero apenas esclarecer a sociedade, que está em dúvida. Agora, é fato que precisamos de uma legislação. E, se a autoria for de V. Ex^a, não tenho a menor dúvida de que será uma boa lei para tratar desse assunto e terminar com a inquietação da sociedade.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Senador Ramez Tebet, V. Ex^a fez um aparte contundente, tocou no cerne da questão.

Atualmente, com o advento da súmula com efeito vinculante, se o Supremo decidir mais um caso da mesma forma – o que é provável –, poderá ser editada súmula, e os tribunais e juízes não terão mais o que fazer. Hoje, ainda é dessa forma.

Porém, as faculdades de direito, os professores universitários...

(Interrupção do som.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – ...os promotores de justiça, os juízes de direito, os advogados, todos pensam da mesma forma. Já não temos direito a um pensamento divergente no Brasil. Aqueles que defendem que os crimes hediondos têm de ser punidos com mais rigor são taxados de terroristas, de defensores do chamado “terror penal”, o que não é verdade. Muitos estão usando de uma falácia, dizendo que a Lei dos Crimes Hediondos não surtiu efeito. Surtiu sim. Muitos dizem: “Mas os crimes continuaram aumentando!” E se esses delinquentes estivessem nas ruas? A estatística é assombrosa. Quando vão para as ruas, o crime sempre continua aumentando.

Muitos dizem também: “É, mas a cadeia não recupera”. Não recupera mesmo. É preciso reconhecer isso. E não é só no Brasil, não; é assim em qualquer parte do mundo. Mas eu pergunto: e as ruas recuperam? É melhor uma pessoa não recuperada na cadeia ou nas ruas? Não podemos tratar desse tema com hipocrisia.

Sou favorável também a que se inclua no rol dos crimes hediondos os chamados crimes de corrupção, como os crimes de corrupção do Código Penal, a Lei do Colarinho Branco, os crimes contra a ordem tributária. Dessa forma, teremos condição também de punir aqueles que causam verdadeiro prejuízo à Nação

brasileira; não é só o esturador, o homicida mediante paga – pistoleiro –, o que comete atentado violento ao pudor, mas é também o delinqüente do colarinho branco. Estamos vendo aí a verdadeira chuva de mandrúvas que está comendo o dinheiro da nossa Nação. Então, eu sou favorável a que sejam incluídos nos crimes hediondos os crimes de corrupção...

(Interrupção do som.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas não podemos deixar o Brasil como uma Nação abandonada. Essa é a verdade. A noção de que a cadeia não recupera, de que a cadeia piora o indivíduo é verdadeira, mas não podemos, de forma alguma, por conta desse argumento falacioso, deixar que ninguém mais vá para as grades. O grande delinqüente tem de ir para as grades.

Temos que incentivar, sim, as penas alternativas, mas para crimes pequenos. Alguns nem deveriam mais ser contravenção. Soltar foguete, por exemplo. Contravenção para quê? Mas esturador, pistoleiro, corrupto, que toma grande parte das economias do povo brasileiro, esses têm de ser punidos, sim, com muito rigor.

Peço a atenção das Sr^{as} e dos Srs. Senadores. O Supremo Tribunal Federal disse que a lei é inconstitucional, porque não há previsão de progressão da pena. Então, vamos colocar na lei essa previsão. Se primário, metade, ou seja, se for condenado a 30 anos, terá que cumprir 15 anos; se reincidente, dois terços, ou seja, se for condenado a 30 anos, tem que cumprir no mínimo 20. Senão, veremos, daqui a alguns dias, uma enxurrada desses delinquentes nas ruas.

O que disse o Senador Ramez Tebet é verdade. Ainda não há essa obrigatoriedade, mas a tendência é essa. E com a cabeça de juízes, promotores, delegados, advogados e professores universitários sempre na filosofia, sem o pé na realidade, daqui a alguns dias as ruas estarão cheias de criminosos, e não teremos mais o que fazer. É preciso termos uma legislação desse naipe.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Continua com a palavra V. Ex^a, para concluir.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Ouço o aparte do ilustre Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a tem absoluta razão. Tenho lido sobre esse assunto e estou realmente indignado. Creio que se não tomarmos uma providência, vai ocorrer o que V. Ex^a está afirmando: o número de delinquentes na rua e de

criminosos irrecuperáveis vai multiplicar-se. E quem pagará o preço será a sociedade brasileira.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Concordo com V. Ex^a, Senador Antonio Carlos.

Conforme a proposta que quer o Governo – vamos usar apenas um exemplo –, alguém condenado a cumprir 15 anos por latrocínio, ou seja, que matou para roubar, com a progressão de um terço da pena, em sendo réu primário, sai da cadeia com cinco anos. Será que sai com cinco anos? Se trabalhar, a cada três dias se desconta um dia. Isso reduz a pena para três anos e meio. Nós sabemos qual é o trabalho que existe nas cadeias brasileiras: confecção de artesanato com palito de picolé. Então, é isto que vai acontecer: quem matar alguém, sendo condenado a 15 anos, vai sair da cadeia com três anos e meio. Isso é para desafogar as cadeias.

Temos que investir em penitenciárias, em recuperação de delinqüentes, mas temos que prender. A obrigação do Governo brasileiro é prender o delinqüente perigoso e incluir no rol dos crimes hediondos os corruptos, para que também possam dar o seu grau de contribuição à moralização do País, perdendo a própria liberdade.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Demóstenes...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Concedo um aparte ao nobre Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador, já ouvi V. Ex^a tratar de temas dessa natureza várias vezes e, por várias vezes, tenho-me convencido bastante a tentar entender cada vez melhor o assunto. O que V. Ex^a traz aqui é uma preocupação que penso que é da sociedade brasileira como um todo. Do jeito que estão as cadeias, os presídios de modo geral, são misturados todos os tipos de pessoa, tornando-se verdadeiras faculdades do crime. Penso que V. Ex^a traz aqui um pensamento segundo o qual devemos separar o crime hediondo de crimes cujos criminosos podem, estes sim, ser beneficiados com a redução da pena, que podem ter penas mais brandas ou até cumprir, por exemplo, penas alternativas ou coisa parecida. Mas acredito que o que caberia no Brasil, hoje, seria ter algumas penitenciárias, alguns presídios específicos para esse tipo de crime, para que não precisemos mais misturar criminosos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Com certeza.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Daí dar o tratamento devido e de direito para o crime que V. Ex^a traz, neste momento, a esta Casa.

(Interrupção do som.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Portanto, vejo que V. Ex^a tem inteira razão. Penso que esta Casa tem a oportunidade de ajudar ao máximo. Já que tratamos de reforma do Judiciário e tantas outras leis que estão sendo trabalhadas aqui no Congresso Nacional, podemos aproveitar para trabalharmos também sobre a proposição que V. Ex^a está trazendo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Agradeço a V. Ex^a, Senador Sibá Machado.

Lembro apenas um exemplo que nós todos discutimos na Comissão de Segurança Pública do Senado. Há algum tempo, nós discutimos o assunto, e eu disse que criaram o isolamento apenas de perfumaria, porque ele não vai funcionar. Isolamento com prazo determinado não funciona. Não gosto de usar exemplo, porque esses exemplos acabam se tornando verdadeiros, mas acabam também se tornando repetitivos; mas eu dizia que, com o isolamento...

Sr. Presidente, solicito mais um minuto apenas para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Darei um minuto a V. Ex^a para concluir a intervenção.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Eu dizia que, com esse isolamento que estamos dando, daqui a alguns dias vai acabar o período de um ano, prorrogável por mais um ano, e o Fernandinho Beira-Mar vai sair do isolamento. Por quê? Porque o delinqüente, aquele que tem potencial de delinqüir não comete crime dentro da cadeia, não. Quem comete é alguém que ele paga para cometer, alguém que está a serviço dele. Ele tem comportamento exemplar. Foi o que acabou acontecendo. Acabou o período de isolamento, criamos o isolamento fictício... Quem tem que decidir quanto tempo o preso tem que ficar isolado é o juiz, em decorrência de ele comandar a sua organização criminosa dentro ou fora da sociedade, em decorrência da periculosidade que ele representa solto...

Sr. Presidente, Srs. Senadores, no mundo inteiro, nas nações democráticas, na Itália, na França, berço dos direitos humanos, o que é louvável, isso não é tratado, isso não é disciplinado dessa forma. Aí dizem: “Mas isso é antidemocrático!” Na França, não é antidemocrático. “Isso vai fazer com que o delinqüente fique doido, que ele tenha problemas mentais”. Por que isso não acontece lá e vai acontecer aqui?

E mais: será que não é doente esse cidadão que foi apenado com duzentos, trezentos, quatrocentos anos de cadeia? Será que ele merece voltar ao convívio social? Será que não tem que estar isolado dos outros companheiros de cela, até porque ele vai causar um mal muito grande à própria convivência dentro da penitenciária?

Então, acho que temos a oportunidade de corrigir um equívoco da lei. Não digo nem que o Supremo se equivocou. O Supremo disse que essa lei não tem progressão de regime. Pois vamos criar essa progressão. Com o estudo designado pelo Sr. Presidente Renan Calheiros e pelos Líderes, espero que até a próxima semana possamos dar um retorno à sociedade.

Durante o discurso do Sr. Demóstenes Torres, o Sr. Roberto Saturnino, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada, sucessivamente, pelos Srs. Augusto Botelho, e Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Parabéns a V. Ex^a.

Antes de conceder a palavra à Senadora Serys Slhessarenko, próxima oradora inscrita, e, depois da Ordem do Dia, aos Senadores Rodolpho Tourinho, Osmar Dias e João Ribeiro, eu gostaria de pedir atenção à Casa para fazer um importante comunicado, um breve relato às Sr^{as} e aos Srs. Senadores a respeito de reunião que realizamos hoje com os Líderes partidários em meu gabinete, no gabinete da Presidência do Senado Federal.

Inicialmente, marcamos para amanhã, às 11 horas, a sessão para promulgar a emenda constitucional que sepulta a verticalização, conforme decidiu o Congresso Nacional. Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, sei que há visões antagônicas com relação à vigência, questão que será dirimida pelo Supremo Tribunal Federal. É claro que não se pretende, com a promulgação, subtrair poder do Judiciário, mas tão-somente salvaguardar a competência do Legislativo para mudar a Constituição Federal.

Acertamos ainda com os Líderes a apresentação da proposta que cria regras claras para o caos dos precatórios, que somam perto de R\$60 bilhões, débitos estaduais e municipais. Ao invertermos a ordem cronológica atual, que tranca a fila dos pagamentos, ao nos depararmos com valores elevados e priorizarmos os precatórios de menor valor, criando um fundo, estaremos dando um horizonte seguro na quitação das dívidas pendentes. O novo modelo, que teve uma inestimável participação do próprio Judiciário, pretende resolver o problema definitivamente, sendo que, em alguns Estados, a questão poderá ser equacionada em apenas três anos. É preciso, no entanto, que todos fiquem atentos ao crescimento de um mercado negro de compra de precatórios com grande deságio, cuja tendência é aumentar a partir da tramitação da própria proposta.

Acordamos também, como aqui foi dito pelo Senador Demóstenes Torres, que S. Ex^a faria um estudo

com relação à progressão de penas dos chamados crimes hediondos.

Também agendamos nova reunião, Sr^{as} e Srs. Senadores, para a próxima quinta-feira, para analisarmos, conjuntamente, o mérito das seis medidas provisórias que trancam a pauta do Congresso Nacional.

Acordamos, ainda, a montagem de um calendário que inclui audiências públicas para votar o Fundeb. Ressalte-se – é importante dizer novamente – que a proposta tramitou durante sete meses na Câmara dos Deputados e está tramitando há apenas 15 dias no Senado Federal, incluindo a semana do carnaval. Para agilizar a votação, fizemos um apelo aos Líderes, que concordaram, para que as emendas que todos pretendem apresentar sejam apresentadas na Comissão, para que a proposta não volte do Plenário para a Comissão a fim de lá serem apreciadas.

Instados corretamente pelo Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, resolvemos ainda adotar uma conduta que considero será padrão em todas as oportunidades em que acordos firmados com o Governo forem descumpridos na sanção presidencial. Isso, na contramão do bom-senso, lamentavelmente, ocorreu com a Lei de Florestas.

Finalmente, eu gostaria de parabenizar o Governo pela decisão de permitir a dedução, no Imposto de Renda, da contribuição do empregado doméstico. É claro que essa medida provisória caracteriza um avanço. A proposta é boa, mas é importante que se diga que é acanhada. O Congresso deve e pode ousar, ampliando o alcance da proposta. Deduzir a contribuição previdenciária sobre um salário mínimo e limitá-la a um empregado é profundamente injusto e desrespeita o art. 5º da Constituição Federal. Afinal, todos são iguais perante a Lei. Em lares onde há mais de um empregado doméstico, qual o critério para formalizar um e marginalizar outro empregado?

No Congresso, tramitam várias matérias com o mesmo teor, que podem ser utilizadas para alargar o alcance da Medida Provisória. No passado, eu mesmo levei essa proposta ao Presidente, que pediu que conversássemos sobre ela com o Ministro Antonio Palocci. Conversei com o Ministro Palocci em várias oportunidades sobre o assunto. Depois, conversei também com o Chefe da Casa Civil, com o Coordenador Político do Governo, com o Ministro do Trabalho.

No passado, aprovamos nesta Casa um projeto de lei, juntamente com a então Senadora Benedita da Silva, que foi arquivado pela Câmara, um projeto sem dúvida mais abrangente, beneficiando mais empregados e permitindo a dedução de até 30% da renda bruta do contribuinte.

O tema não pode ser mais uma vítima, Sr^{as} e Srs. Senadores, da voracidade fiscal; tem contornos humanos. Estamos falando não de um, mas de sete milhões de trabalhadores domésticos, que, na forma como está anunciada a Medida Provisória, estarão condenados ao abandono, ao desamparo e à completa invisibilidade por parte do Estado na velhice. Mesmo não sendo, claro, um problema contábil, é inegável que, em sendo mais abrangente, a receita também aumentaria se mais empregados domésticos fossem contemplados.

Eram essas as comunicações que eu gostaria de fazer à Casa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à:

ORDEM DO DIA

Não houve acordo de Lideranças para apreciação das matérias.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, n os termos do § 6º do art. 62 da constituição federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005), que *altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; 9.074, de 7 de julho de 1995, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de*

contratos temporários firmados com base no art. 81-A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 5.989, de 17 de dezembro de 1973; 9.888, de 8 de dezembro de 1999; 10.768, de 19 de novembro de 2003; 11.094, de 13 de janeiro de 2005; e 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências.

Relatora revisora: Senadora Fátima Cleide.

Prazo final: 13.4.2006

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 270, de 2005
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 270, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Presidência da República, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de oitocentos e vinte e cinco milhões, novecentos e oito mil, novecentos e sessenta e oito reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador Tião Viana.

Prazo final: 14.4.2006

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 271, de 2005
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 271, de 2005, que autoriza a União a prestar auxílio financeiro complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

Relator revisor: Senador Wellington Salgado Oliveira.

Prazo final: 25.4.2006

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005), que *altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, que*

dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social; 10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do INSS, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, que institui a Gratificação Específica do Seguro Social – GESS; 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais; e fixa critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial – GDAMP.

Relator revisor: Senador Sérgio Guerra.
Prazo final: 25.4.2006

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2006

*(Proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005), que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quinhentos e dezesseis milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor: Senador João Ribeiro.
Prazo final: 26.4.2006

6

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2006

*(Proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005), que *acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação; revoga o art. 3º da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001; e dá outras providências.*

Relator revisor:
Prazo final: 28.4.2006

7

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2006

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, que *altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro.*

9

REQUERIMENTO Nº 1.355, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.355, de 2005, do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito de operações financeiras eventualmente efetuadas entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com a empresa controladora do empreendimento *Beach Park*, localizado em Porto de Dunas, Ceará, ou com qualquer das empresas controladas por ela.

Parecer favorável, sob nº 162, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Haverá votação apenas na quinta-feira.

Pretendemos realizar amanhã, às onze horas, uma reunião com os Líderes partidários para tentar um acordo sobre o mérito dessas seis medidas provisórias que trancam a pauta de hoje do Senado Federal.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão. Em seguida, darei a palavra à Senadora Serys Slhessarenko.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ouvi atentamente a manifestação de V. Ex^a acerca da Medida Provisória que acaba de ser editada pelo Presidente da República sobre os trabalhadores domésticos. Tem V. Ex^a razão nas observações que faz.

V. Ex^a foi autor de uma iniciativa semelhante, que tem a data de 2003; fui autor de outra, de 1995. A minha era mais ampla que esta.

Existem hoje, no Brasil, cerca de cinco milhões de trabalhadores domésticos, dos quais apenas cerca de dois milhões têm a carteira profissional assinada e com todos os encargos sendo cumpridos. Aproximadamente três milhões estão na informalidade.

O meu projeto contemplava um desconto no Imposto de Renda de até dois trabalhadores domésticos. Com isso, melhoraríamos a situação crítica da Previdência na atualidade. Seriam três milhões de novos contribuintes, aliviando a situação dramática da Previdência Social brasileira. Nem o meu projeto, nem o de V. Ex^a lograram êxito. Foram aprovados nesta Casa e enviados à Câmara.

Nada tenho contra a edição de uma Medida Provisória pelo Presidente da República. Todavia, creio que nada custaria ao Presidente ou ao Ministro do Trabalho, que seguramente elaborou o documento, ter tido antes um entendimento com V. Ex^a e modestamente até comigo, para que todos pudéssemos elaborar um documento tanto quanto possível próximo da realidade e da perfeição.

Não, não se fez isso. Não sei quanto a V. Ex^a, mas não fui sequer convidado para a edição da Medida Provisória, nem comunicado do fato.

Nada custaria ao Governo Federal, que, muitas vezes, se vale da iniciativa de parlamentares – nada tenho contra isso –, dar um crédito também aos parlamentares precursores de tais iniciativas. Os parlamentares são a gênese de muitas das iniciativas vitoriosas do governo. Por que não registrar isso? O que custaria isso? Nada.

Evidentemente, não estou culpando o Presidente da República, que tem outros afazeres e não está ligado diretamente a essas questões, mas seus auxiliares, sim. Não tenho dúvida de que, se o Presidente Lula tivesse sido advertido da iniciativa do Presidente do Congresso Nacional e, modestamente, da minha, Sua Excelência teria tido outra orientação para o problema.

Mas o fato é que assim ocorreu.

Se a Medida Provisória não é boa, não é perfeita, não é completa – e realmente não o é –, poderemos agora completá-la, alterando-a para introduzir nela aquilo que pensamos deve ser feito para modernizá-la e aperfeiçoá-la.

Sr. Presidente, cumprimentos a V. Ex^a.

Era a comunicação que eu desejava fazer.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O cumprimento de V. Ex^a é extensivo ao Senado Federal como um todo, que aprovou a matéria que, lamentavelmente, foi arquivada na Câmara dos Deputados.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena e, em seguida, à Senadora Serys.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Já que o Senador Edison Lobão tratou da síndrome da “legispirataria”, também gostaria de, rapidamente, falar sobre isso, porque o fato agora talvez tenha sido mais chocante, se assim pode se dizer, por estar envolvendo dois parlamentares como V. Ex^{as}.

Mas quero deixar aqui registrado que esse tipo de “legispirataria”, que o governo passado fazia e que o atual Governo continua fazendo é de um cinismo e de uma dissimulação inimaginável. Vários outros parlamentares já passaram por essa situação nesta Casa, como o próprio Senador Osmar Dias, na época da discussão do primeiro emprego; como eu, com relação à repactuação da dívida dos produtores, com relação à aposentadoria das donas-de-casa, com relação à questão do fator previdenciário e em muitos momentos de debates que aqui foram feitos ou na reforma da Previdência ou em outros projetos aprovados.

Ao contrário dos Exm^{os} Srs. Senadores, imputo a responsabilidade, sim, do mesmo jeito que eu fazia com relação ao Sr. Presidente Fernando Henrique, ao Senhor Presidente Lula, porque, volto a repetir, aqui, o mais besta não anda, voa.

Era o registro que eu queria fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço muito à Senadora Heloísa Helena o registro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência designa o Senador Romero Jucá Relator revisor do **Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2006**, originário da Medida Provisória nº 274, de 2005, *que acrescenta e altera dispositivo na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o*

Plano Nacional de Viação, revoga o art. 3º da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001, e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente Renan Calheiros, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de entrar no assunto do meu pronunciamento, que, aliás, vai na linha do que o Senador Aelton Freitas falou hoje sobre a produção – S. Ex^a, do Estado de Minas, e eu, do meu Estado de Mato Grosso –, gostaria de fazer uma saudação especial pela realização, de 5 a 10 de março, do 25º Congresso do Andes, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.

Esse Congresso é da maior relevância para os profissionais de educação do ensino superior das universidades públicas do Brasil, que se encontram reunidos na Universidade Federal de Mato Grosso.

Faço uma saudação muito especial aos professores e às professoras universitárias do Brasil inteiro que estão em meu Estado de Mato Grosso, na nossa universidade. Aliás, universidade da qual faço parte, porque lecionei durante 26 anos na Universidade Federal de Mato Grosso.

Eu me coloco totalmente à disposição a fim de contribuir com todas as decisões tomadas nesse congresso. Estarei à disposição das conclusões a que os participantes chegarem, a partir de debates e de amplas e profícuas discussões que, com certeza, estão acontecendo, pois sempre trabalhei na defesa da universidade pública, democrática e laica, uma universidade para todos e para todas. Com certeza, os participantes do XXVI Congresso do Andes têm na pessoa desta Senadora, que é Senadora temporariamente, mas já ministrou 26 anos de aulas em uma universidade federal, a nossa Universidade Federal de Mato Grosso, alguém que luta, em todas as trincheiras, na defesa do ensino superior público, de boa qualidade, laico e democrático. Estão à disposição também nosso gabinete, nosso trabalho e nossa determinação política na defesa dos interesses de uma universidade pública, que acreditamos ser a única condição de redirecionamento de um grande projeto de desenvolvimento social, político, econômico, científico e tecnológico que venha a atender os interesses da maioria da população brasileira a partir de uma universidade pública forte, em que não apenas o curso de extensão, mas a pesquisa estejam a serviço da maioria da população brasileira, e não apenas de interesses de grupos.

Aproveitando a oportunidade, gostaria de registrar, mais uma vez, que temos que reconhecer a importância, como já fizemos algumas vezes desta tribuna, do plano de extensão dos campus universitários, que está sendo desenvolvido pelo Presidente Lula. A iniciativa já está em andamento em dez Estados brasileiros. Em nosso Estado, Mato Grosso, é da maior relevância a expansão do ensino superior, que ocorre a partir dos Municípios de Rondonópolis, Sinop e Barra do Garças. É realmente um grande programa. A universidade pública brasileira, que estava absolutamente esquecida, relegada ao milésimo plano, atrás de tudo que fosse possível se tratar neste País, hoje está retomando sua importância. Não é em um passe de mágica, porque isso não é possível. Infelizmente. Se fosse possível, a primeira mágica a ser feita seria o estímulo à educação, especialmente ao ensino superior, que puxaria, com certeza, a melhoria da qualidade do ensino fundamental e básico.

Mas não há mágica. E, de forma limitada, mas decidida e determinada, o Presidente da República vem fazendo avançar o ensino superior em nosso País. Precisamos de muito mais, não temos a menor dúvida, em termos de formação de recursos humanos, investimento em formação, investimento em pesquisa, investimento em recursos para salários dignos; enfim, precisamos de condições cada vez melhores. Precisamos de maior acesso em número e em quantidade e que mais e mais vagas sejam abertas em todos os cursos em nossas universidades federais.

Estamos avançando para isso, e a sinalização principal é a expansão dos campus universitários, inclusive em meu Estado, que possui três campus.

O Sr. João Ribeiro (Bloco/PL – TO) – V. Ex^a me permite um aparte, Senadora Serys Slhessarenko?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MS) – Pois não, Senador João Ribeiro.

O Sr. João Ribeiro (Bloco/PL – TO) – Cumprimento V. Ex^a pelo discurso que faz em defesa do ensino superior, sobretudo das universidades federais, e aproveito para dizer que há poucos dias fiz um discurso em que cumprimentava o diretor da Universidade Federal do Tocantins. Em nosso Estado, aplicamos o sistema da universidade multicampi, ou seja, há vários campus em nossa Universidade Federal. E cumprimentava o professor por uma atitude muito correta que tomou: ele homenageou toda a Bancada Federal do Estado do Tocantins porque nós alocamos, no Orçamento da União, por intermédio da Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização, de que V. Ex^a faz parte, recursos nos últimos dois anos. Para este ano, já existe uma emenda de bancada no valor de R\$8 milhões, aprovados no relatório, até agora, valor

que poderá aumentar por meio de destaque. Por que faço essa colocação, Senadora Serys Slhessarenko? Porque, na verdade, temos que apoiar as universidades federais. Não podemos deixar isso apenas para o Poder Executivo. Existem mecanismos para melhorar a receita de nossas universidades federais, para melhorar as condições, a fim de que as universidades federais possam atender, cada vez melhor, a população, sobretudo os alunos que, muitas vezes, não têm condições de pagar uma faculdade ou universidade particular. Portanto, cumprimento V. Ex^a pelo discurso e digo que nós do Tocantins temos procurado dar o exemplo em algumas coisas, e um dos exemplos diz respeito à universidade federal. Inclusive farei um discurso daqui a pouco – estou terminando de revisá-lo –, a respeito da Escola Técnica Federal do Tocantins, que pretendemos transformar em Cefet. Parabéns pelo discurso.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador João Ribeiro.

Eu assino embaixo das palavras de V. Ex^a. Existe também o ProUni, que é um programa importantíssimo do Governo: aqueles que não podem estudar por falta de vagas nas universidades federais têm a oportunidade de frequentar uma escola superior de forma gratuita. Trata-se de um programa da maior relevância. Mas não vou tratar do assunto agora.

Gostaria, ainda, de dizer que não apenas eu – Senadora Serys Slhessarenko –, mas toda a Bancada de Mato Grosso, tanto a do Senado Federal como a da Câmara dos Deputados, asseguramos uma emenda de bancada ao Orçamento, alguns milhões que estão sendo direcionados para a nossa Universidade.

Eu justifico, mais uma vez – não estou me desculhando, mas justificando –, a todos os participantes do XXVI Congresso do Andes, que se realiza na nossa Universidade Federal, em Mato Grosso, a minha não-presença. Vontade de participar eu tenho, porque lá vivi 26 anos. É disto que eu entendo, um pouco pelo menos: de ensino superior. Mas, como estamos nesta roda gigante e difícil de tratar, que é o Orçamento da República para 2006, e como faço parte do Comitê de Líderes do Orçamento e sou titular da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, estamos aqui praticamente em tempo permanente, de sobreaviso. Assim, quando não estamos na Comissão, estamos de sobreaviso, para participar dela a qualquer momento. Por isso, não podemos nos afastar de Brasília, pelos próximos dias, principalmente no início desta semana.

Quero ainda falar aqui sobre uma questão de extrema relevância para o meu Estado, Mato Grosso. Estive, no último final de semana, em Mato Grosso,

mais precisamente na sexta-feira, dia 3 de março; encontrei-me com vários representantes do agronegócio, quando, por mais de três horas, discutimos causas e conseqüências da situação difícil em que se encontra o agronegócio do meu Estado.

Digo sempre que o agronegócio não é o único setor que precisa de apoio e desenvolvimento em Mato Grosso. Há a agricultura familiar, a questão do biodiesel e a da cana-de-açúcar, isso falando só sobre agricultura e pecuária.

O agronegócio tem um papel importante no meu Estado, por ainda ser eminentemente produtor de matéria-prima para exportação. Esse setor se encontra numa situação extremamente difícil, necessitando de providências o mais rapidamente possível. Aliás, felizmente, o Presidente Lula já anunciou que encaminhará ao Congresso Nacional uma medida provisória voltada para a agricultura nos próximos dias. Ainda não sei o nome dessa MP, mas espero que, por meio dela, se busque solução pelo menos para alguns problemas mais relevantes do setor agrícola, especialmente no Estado de Mato Grosso, que tem suas diferenças. Em primeiro lugar, porque é o maior produtor de soja, algodão, carne bovina e o segundo maior produtor de aves, milho etc, mas também porque se situa na Região Centro-Oeste, o que dificulta enormemente o escoamento da produção. Assim, inúmeros problemas encarecem a produção. Eles vão do transporte ao diesel e às estradas. Enfim, são muitas as dificuldades que se acrescem ao nosso Estado, que não tem saída por mar. Por enquanto, a nossa saída deveria ser por Santarém, no Pará.

Ontem, eu aqui citei a minha companheira Senadora Ana Júlia Carepa e o Senador Flexa Ribeiro quando me referi ao esforço que precisamos fazer para que a BR-163, pelo Pará, chegue a Santarém. Isso é da maior importância para o meu Estado de Mato Grosso, porque, hoje, o nosso escoamento, companheira Senadora Ana Júlia, Senador Flexa Ribeiro, a nossa saída é somente por Paranaguá, o que, por conseguinte, encarece muitíssimo a produção em Mato Grosso.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – V. Ex^a me concede um aparte, Senadora?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Concedo um aparte ao Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senadora Serys, V. Ex^a trata de um assunto da maior importância não apenas para Mato Grosso e o Pará, mas também para o Brasil: a pavimentação definitiva da BR-163.

Soube que V. Ex^a esteve em uma reunião, em seu Estado, com o Prefeito de Sinop...

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sim. Nilson Leitão.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Com Nilson Leitão, que fez um contato comigo ainda ontem. Nós estamos agendando a ida de um grupo de prefeitos a Belém, juntamente com V. Ex^a, com a Senadora Ana Júlia e o Senador Luiz Otávio, para fazermos um movimento que pressione o Governo a efetivamente iniciar a pavimentação da BR-163. Os recursos já estão sendo aprovados no Orçamento de 2006 e poderão ser utilizados, uma vez que são poucos para a pavimentação, para a execução definitiva das pontes de concreto. Esse seria já um passo inicial para a pavimentação futura. Parabéns a V. Ex^a.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Muito obrigada, Senador. Ainda ontem, em fala desta tribuna, recorremos a esse argumento. Citamos o seu nome, o seu esforço, a sua contribuição nesse sentido. Existem os R\$50 milhões previstos no Orçamento para o trecho da divisa de Mato Grosso até Santarém. Esse montante poderá ser usado para as pontes, porque já existem grandes empresas dispostas a levar a produção para Santarém e trazer fertilizantes de lá. Esse é um outro problema.

(Interrupção do som.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Tem mais um tempinho, Senador.

O preço dos fertilizantes que chegam a Mato Grosso é absurdamente alto. Mas essas empresas já estariam dispostas, tão logo as pontes estejam prontas, mesmo que a estrada não esteja asfaltada, a transportar fertilizantes do Porto de Santarém para Mato Grosso.

A SRA. Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – V. Ex^a me concede um aparte, Senadora?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Concedo um aparte à Senadora Ana Júlia.

A SRA. Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senadora Serys. É só para parabenizá-la e dizer que essa é uma luta conjunta. Realmente, recebi telefonemas dos prefeitos que estão vindo aqui, que me convidaram para ir junto àquela reunião, porque sabem que essa é uma causa que toda a Bancada abraça, independentemente de partido político, e é uma necessidade do País. Costumo dizer que a BR-163 não é necessária apenas para o Estado do Pará, para Mato Grosso, mas para o escoamento da produção no País. O nosso Porto de Santarém não tem, por exemplo, problemas de congestionamento apresentados em outros portos no Sul do País, além do que é muito mais próximo e vai tornar o nosso produto mais barato, mais competitivo. Haverá uma enorme economia para os produtores. Essa é uma luta conjunta que não envolve apenas as Bancadas do Pará e de Mato Grosso, mas

uma luta de interesse de toda a sociedade brasileira. Tenho certeza que contará com o apoio de todas as Bancadas porque é do interesse do Brasil.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Muito obrigada, Senadora Ana Júlia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, peço que o meu discurso a esse respeito seja registrado na íntegra nos Anais do Senado. Tenho muitos dados aqui e gostaria de dizer que medidas necessárias, emergenciais, devem ser tomadas em curto prazo com relação à soja, especialmente, e ao algodão, em Mato Grosso. Espero, conto com isso, que elas venham nessa medida provisória da agricultura, a qual já dei um nome: medida provisória do bem para a agricultura. Ela é fundamental, decisiva, determinante para Mato Grosso em curto prazo. Precisamos de outras medidas, a médio e longo prazo, para que, realmente, Mato Grosso continue crescendo e se desenvolvendo, pois possui um potencial gigantesco de terras amplas, de boa qualidade e de um povo trabalhador.

Há necessidade de medidas em médio prazo, como, por exemplo, uma legislação para que os fertilizantes genéricos entrem no País. Sabemos hoje que muito fertilizante vendido no País, por um preço absurdamente alto, como se não fosse genérico, é genérico. Todavia, não existe permissão legal para que o genérico esteja atuando aqui dentro. É necessário legislarmos nesse sentido urgentemente.

São necessárias medidas, talvez de médio para longo, como da chegada da Ferronorte em Cuiabá, da Brasil Central, seja qual for o nome que se dê à Norte-Sul – está para chegar um braço dela no extremo norte do Estado de Mato Grosso que passará por trechos do Pará e Tocantins, eu não tenho muito bem agora o desenho na cabeça.

Poderíamos delinear todas essas medidas, algumas a curto, outras a médio e a longo prazo, mas fundamentais, decisivas e determinantes, para que a produção continue crescendo com ímpeto, como vem acontecendo em Mato Grosso, não só para o sustento do mercado interno, mas também para a exportação.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DA SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna desta casa para me posicionar diante da maior e mais grave crise econômica que atravessa Mato Grosso. Meu Estado que tem sido decisivo para impulsionar os recordes na

balança comercial deste país, vive momento dramático na agricultura e na pecuária.

Na última sexta-feira – dia 03 de março, me encontrei com vários representantes do agronegócio que por mais de três horas fizeram exposição da crise no setor, suas causas e conseqüências. Fiquei incumbida de agendar uma reunião entre os produtores e a ministra Dilma Rousseff, espero conseguir.

A crise é tão aguda que a partir deste mês uma equipe de técnicos do agronegócio prestará assessoria ao meu gabinete para pautar a discussão.

Farei gestão junto aos diversos setores do governo federal para tentar socorrer o setor agrícola.

O cenário que apresentaram é terrível, mas não podemos deixar o estado falir, temos de pensar em algo a curto prazo para resolver a crise e termos também um projeto de longo prazo que diversifique a produção em Mato Grosso, pois não podemos ficar reféns de uma única cultura.

Como já disse foi uma longa reunião que foi perdida pela Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja) e contou com a participação da Associação dos Produtores de Algodão e outras instituições ligadas ao agronegócio. Os participantes foram unânimes em afirmar que a produção no estado será muito reduzida caso o governo não socorra o setor.

Na lista de reivindicações apresentada estão a desoneração do óleo diesel, a moratória de dois anos para as dívidas dos empresários rurais, a diminuição da taxa de juros para o pagamento das dívidas e para futuros financiamentos, o investimento em infraestrutura ferroviária, rodoviária e fluvial, subsídio para o escoamento da produção e a necessidade de se tratar a ferrugem da soja como uma epidemia – aos moldes da febre aftosa.

O que deve ser observado Sr^{as} e Srs. Senadores, é que não se trata de aventureiros que chegaram ontem ao nosso Estado, mas sim de agricultores experientes, responsáveis pelo surgimento de diversas cidades modelos como Sorriso, Sinop, Lucas do Rio Verde, Primavera do Leste entre outras. É muito triste ouvir os produtores afirmarem “vamos falir produzindo”, já que os fatores apontados fazem com que o custo de produção seja maior que o preço de venda dos produtos. Na soja, por exemplo, seria necessário se colher 65,9 sacas por hectare para encontrar equilíbrio entre o custo de produção e o retorno na venda. Contudo, a média colhida hoje é de 45 sacas por hectare.

Mas o governo está atento e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu um prazo de até meados deste mês para que sua equipe encontre uma solução para a crise da agricultura. A informação é do ministro de Agricultura, Roberto Rodrigues, que afirmou que uma

“MP do bem” para o setor está sendo analisada pelo ministro da Fazenda, Antônio Palocci.

A medida provisória foi proposta pelo Ministro Rodrigues e visa reduzir os custos de produção da agricultura. Em uma entrevista aos correspondentes brasileiros na Argentina, na sede da Embaixada do Brasil, em Buenos Aires, Rodrigues argumentou que o setor gera 37% dos empregos no Brasil e é responsável por 40% das exportações brasileiras, “um peso fundamental na economia do país”.

De acordo com o ministro, a agricultura vive uma crise grave que já provocou uma perda de R\$20 bilhões no ano passado, com perspectivas de perder mais R\$10 bilhões, em 2006. “Não há política agrícola que resolva um problema tão grande quanto a perda de R\$ 30 bilhões em apenas dois anos”.

Durante o discurso da Sra. Serys Silhesarenko, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – V. Ex^a será atendida na forma regimental.

Concedo a palavra ao nobre Senador Osmar Dias, como Líder, por vinte minutos, para comunicação de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “b”, do Regimento Interno. A seguir, falará o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, saúdo o Deputado Moroni Torgan, que se encontra neste plenário e por quem tenho gratidão e admiração. S. Ex^a sabe por quê.

Sr. Presidente, estive ausente durante quinze dias, forçado que fui a atender determinação médica de licença para tratamento de saúde. Recuperado aqui estou e agradeço o carinho e a preocupação de todos os Senadores e Senadoras que se manifestaram, apreensivos com a minha ausência. Senadora Heloísa Helena, muito obrigado. Mesmo ausente, acompanhei os trabalhos do Senado e, é claro, o que ocorria por este Brasil afora principalmente no momento em que as pesquisas são tão procuradas pelos políticos.

Trago à tribuna uma pesquisa bem diferente que demonstra o caos da agricultura brasileira. A Federação da Agricultura do Estado do Paraná pesquisou como está o produtor rural do meu Estado. Apenas um dado já revela a drástica situação.

Senador Augusto Botelho, que preside esta sessão, de acordo com a pesquisa, 70% dos produtores – ou seja, de cada dez, sete produtores – responderam que não terão como pagar a dívida contratada para o plantio da atual safra. Setenta por cento! Vinte

e três por cento disseram que não têm condições de pagar nada porque perderam tudo, 100% da safra, com a estiagem. O Estado do Senador Juvêncio da Fonseca, o Rio Grande do Sul, sofre com os mesmos problemas que o Paraná pela proximidade, pela região de influência climática que do Rio Grande do Sul subiu por Santa Catarina e pelo Mato Grosso do Sul nos últimos três anos. Nesse período de verão não chove regularmente. Os produtores perdem suas safras sem que tenham a garantia do seguro. Quero lembrar que o seguro foi uma promessa de campanha tanto do Governo do Estado do Paraná quanto do Governo Federal. Ambos prometeram implantar um seguro para proteger o produtor da intempérie climática, cada vez mais freqüente em nossa região e que também ocorre em outras regiões.

O seguro não existe, simplesmente, porque não se abastece o fundo que poderia garantir as seguradoras. Sem um fundo para garantir as seguradoras não há nenhuma empresa, estrangeira ou nacional, que queira correr o risco, juntamente com o produtor, em uma atividade considerada de alto risco como a agricultura, especialmente nos sucessivos anos em que ocorrem estiagens, em momentos críticos de desenvolvimento da cultura da soja, do milho etc.

Quando falo que o agricultor não vai pagar a conta não falo do grande produtor, mas de todos. No Paraná, 85% das propriedades têm área menor do que 50 hectares; 85%, repito, têm área menor do que 50 hectares; 14% têm área menor do que 100 hectares; então sobram 1%, 2% com área superior a 100 hectares. E falo do Paraná porque estou com os dados da Federação da Agricultura – o Presidente Ágide Meneguetti me encaminhou um relatório –, para dizer que só no nosso Estado o prejuízo é superior a R\$2 bilhões, já contabilizado pela própria Ocepar, que é a organização das cooperativas e por todos aqueles que têm liderança na agricultura.

Mas é só a estiagem que está levando prejuízo aos agricultores?

Agora há pouco, a Senadora Serys, que é do PT, portanto do Governo, fez um pronunciamento falando sobre uma medida provisória do bem para a agricultura. O Governo está dormindo no ponto. O Governo Lula está perdendo muito tempo, e pode se tornar irreversível a situação de milhares de produtores porque, como eu disse, 23% deles não pagarão nada. E grande parte de produtores rurais já carregaram dívidas roladas do ano passado para este. Realizou-se aqui um “tratoração”, que levou como promessa nove itens

que não foram atendidos. Para se ter uma idéia, dos R\$3 bilhões prometidos, por meio do BNDES, para o pagamento de insumos agrícolas por parte dos produtores, com redução da taxa de juros por parte do BNDES que seria paga pelo fornecedor de insumo, apenas R\$650 milhões foram utilizados. Não porque o produtor não quis utilizar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mas porque a burocracia imposta, as exigências colocadas ao produtor foram tão amplas que foi impossível ao produtor se valer daquela medida anunciada – aliás, uma das únicas cumpridas do rol de medidas prometidas aqui pelo Governo.

Senador Juvêncio da Fonseca, vou dar uma idéia do que está levando o produtor rural à falência e ao desespero. Vou ler uma manchete do jornal da minha cidade de Maringá – a bela cidade de Maringá, que V. Ex^a conhece. O jornal **O Diário** do norte do Paraná traz a seguinte manchete: “Economia urbana sofre com crise no campo”. Somente a cidade de Maringá perdeu R\$500 milhões no comércio pela crise instalada na agricultura. Somente a cidade de Maringá! Quando falamos que a agricultura está em crise, há aqueles que reagem e dizem: “E quando a agricultura ganhou?” Mas ganhar é o normal, perder é que não é normal! O agricultor planta exatamente para ganhar. Ou o agricultor planta para perder? Somente o agricultor tem de perder? Todos os outros setores têm de dar lucro? Os bancos tiveram enormes lucros neste ano. Somente o Bradesco teve lucro de 5,5 bilhões; outro banco, o Itaú, teve lucro de 5,2 bilhões. Isso é lucro que soma milhares e milhares da renda do produtor; não é do lucro, porque o lucro, neste ano, não vai existir. Como eu disse, 70% não vai poder pagar a conta.

Vou dar um dado, Senador Juvêncio da Fonseca – para depois lhe conceder um aparte – que é revelador da situação em que se encontra a agricultura. Por que estamos sempre falando deste assunto aqui e por que os agricultores estão desesperados. Há hoje desesperança, desespero, quase que pavor por parte dos agricultores; muitos já pretendem entregar praticamente a terra em troca da dívida. No Estado de Mato Grosso, como disse a Senadora Serys Silhessarenko, 729 produtores procuraram as agências dos bancos para devolver os tratores e equipamentos financiados porque não conseguem pagar parcelas da dívida.

Vou mostrar por que a situação é essa, procedendo a uma comparação dos preços dos principais produtos em 2004 e 2005. Em 2004, o preço da soja ficou, em média, em 45 reais; neste ano, 26 reais; ou

seja, 40% a menos. O preço do milho, em 2004, era de 18 reais; em 2005, 12 reais; isto é, 30% a menos. O trigo custava 22 reais em 2004 e 19 reais em 2005. Em 2004, a mandioca custava 160 reais a tonelada e, em 2005, 85 reais, com uma queda de 53%. O leite, 44 centavos de reais em 2004 e 39 centavos de reais em 2005. A carne bovina – o Estado de V. Ex^a sofre agora com a aftosa, mas é um grande fornecedor do produto, Senador Juvêncio da Fonseca – custava 69 reais a arroba em 2004 e 46 reais em 2005. Em 2004, o quilo da carne suína era de R\$2,5 e baixou para R\$1,55 no ano seguinte. O frango, que em 2004 custava R\$1,44 o quilo, teve o preço reduzido para R\$1,24 no ano seguinte. Com isso, em 2004, o agronegócio gerou 271 mil empregos; em 2005, 220 mil empregos, com queda de 20% dos empregos gerados. Não é só o produtor que paga; o trabalhador também paga.

O impacto na economia urbana, como eu disse aqui que aconteceu em Maringá, aconteceu também em Cascavel, Foz do Iguaçu, Curitiba, Londrina, Apucarana, em todas as cidades do meu Estado e do País afora, porque o que acontece no campo se reflete na cidade.

A economia está sendo deteriorada. Os produtores rurais, este ano, estão se empobrecendo de forma dramática, e o Governo Federal, até agora, não acenou com nenhuma medida que possa amenizar esse quadro.

Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Juvêncio da Fonseca.

O Sr. Juvêncio da Fonseca (PSDB – MS) – Senador Osmar Dias, V. Ex^a sempre brilhante, com dados incontestáveis na mão e um discurso que é de um legítimo líder da área do agronegócio. Não são apenas os produtores agrícolas e da pecuária que acreditam em V. Ex^a e têm esperança na sua palavra, mas praticamente o Brasil todo precisa de várias lideranças que toquem nesse assunto, que tragam esse problema ao conhecimento da população, no sentido de sensibilizar o Governo Federal para olhar um pouco mais para o agronegócio. Veja bem, Senador Osmar Dias, o agronegócio é o grande carro-chefe da economia nacional, e o Governo, sem qualquer sensibilidade para essa área, não tem uma política agrícola e pecuária de desenvolvimento, nada que possa dar esperança ao produtor rural do País. No entanto, Senador, da maneira mais desrespeitosa com a população, o Governo age rapidamente, sem burocracia, de um dia para o outro, isentando do Imposto de Renda todos os investimentos

de entidades estrangeiras aqui no mercado financeiro nacional, mais uma vez transferindo os recursos da produção para o mercado financeiro internacional e até mesmo nacional. Portanto, vivemos um momento muito difícil. O que V. Ex^a está dizendo sobre o Paraná também está acontecendo no Estado de Mato Grosso do Sul. Estamos mobilizados. Amanhã mesmo, toda a Bancada federal de Mato Grosso do Sul, juntamente com lideranças ruralistas do nosso Estado, como o Presidente da Farmasul, Léo Brito, visitaremos Ministros e mostraremos ao Governo a calamidade que está vivendo o homem do campo hoje. Portanto, o pronunciamento de V. Ex^a é oportuno, e Deus queira que o Governo Federal abra uma janelinha no seu mundo de fantasia e olhe a realidade brasileira, ouvindo o discurso de V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Senador Juvêncio da Fonseca, agradeço o aparte, sempre consistente, de V. Ex^a. E digo mais: essa soma de febre aftosa, que praticamente inviabiliza as exportações de carne neste momento; mais a ameaça da gripe aviária, mais a falta absoluta de investimentos para garantir um sistema sanitário mais adequado às condições de país continental que somos, somada à incompetência já demonstrada, já clara do Governo que, neste momento, tem o dever de olhar para os agricultores e indicar o caminho para as soluções, é uma soma explosiva. O setor agropecuário vai entrar em um processo de empobrecimento irreversível se não houver uma imediata tomada de providências. E mais: esse empobrecimento vai atingir todos os segmentos da economia brasileira.

Vou citar um caso para, depois, passar o aparte ao Senador Leonel Pavan, de Santa Catarina. Para os pesquisados, Senador Juvêncio da Fonseca, foi feita a seguinte pergunta: “O senhor tem a pretensão de adquirir máquinas ou algum equipamento para a sua propriedade este ano?” Oitenta e sete por cento disseram que não; 6% disseram que sim; talvez, 4%. Veja o que vai acontecer com a indústria de máquinas e equipamentos agrícolas: 87% dos produtores disseram que não vão adquirir nada. Então, pára a indústria, pára a geração de emprego.

Vejam o reflexo disso só no meu Estado, por exemplo. Vejamos os empregos na agroindústria no ano de 2005 em relação aos do ano de 2004 e vou ler os dados para não falar o número errado: de 21 mil empregos gerados em 2004 na agroindústria, esse

número passou para apenas 3 mil empregos gerados em 2005.

Não é brincadeira! A situação é séria demais para essa passividade, para que haja preocupação apenas com a crise política, com a crise que se instalou no Governo por causa do próprio Governo, pelo comportamento de alguns dos seus integrantes...

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador Osmar Dias...

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – É preciso governar o País. Não é momento de pensar apenas na eleição, porque, sem pensar no País, a eleição também vai ser frustrada para o PT.

Eu passo primeiro a palavra ao Senador Leonel Pavan, que pediu o aparte; depois a V. Ex^a, Senador Magno Malta.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Osmar Dias, V. Ex^a não é apenas um Senador admirado pelos paranaenses, mas pelos agricultores do Brasil inteiro, especialmente os do meu Estado, que o admiram pela coragem de muitas vezes colocar o dedo na ferida e alertar o Governo das dificuldades, alertar o Governo do que é preciso fazer para que o homem do campo permaneça no campo e tenha vontade de permanecer lá. Senador Osmar Dias, milhares de pessoas estão deixando as áreas rurais na busca de grandes centros urbanos, e, principalmente na região Centro-Oeste, está havendo uma verdadeira explosão demográfica. Os colonos estão fugindo, indo embora de suas terras, porque só existem mentiras. Há discurso, há mídia, há propaganda, e as coisas não acontecem, Senador Osmar Dias. Aqui mesmo, no Senado Federal, nós aprovamos uma lei para repactuar a dívida do agricultor, para atender o agricultor. Mas o projeto ainda está na Câmara, e já se passaram meses. Não existe uma política séria para o agricultor. Sofrem os grandes e sofrem os pequenos, e não há mais como gerar emprego, como abrir as portas para a produção. Vamos ter agora a Festa da Cebola, em Ituporanga, Santa Catarina – e eu vou falar nesse dia sobre a agricultura familiar. Há um desespero do agricultor familiar, que não sabe mais o que fazer. Até relacionei algumas questões. Eles esperam providências das autoridades do poder constituído, do Governo do Estado e do Governo Federal. É preciso cobrar também do Governo Estadual, porque às vezes ele não cobra do Governo Federal. Isso acontece no seu e no meu Estado também. Os agricultores exigem assistência técnica eficiente, semente de boa qualidade – quando fornecida –, taxas de juros menos agressivas, acesso ao crédito

com melhores garantias, eliminação das dificuldades burocráticas, impostos menos onerosos, garantia de preço justo para os seus produtos! Eles pedem estradas eficientes, meios de transporte adequados para evitar maiores prejuízos no escoamento da produção. Tudo isso é necessário para a agricultura, Senador Osmar Dias. Há necessidade de o Governo ter uma política adequada e ampla para os nossos produtores. Se nos orgulhamos das nossas exportações, isso acontece em função da garra e da determinação de nossos produtores. Lamentavelmente, o Governo não faz nada para que isso melhore. Ele se vangloria pelo crescimento das exportações, mas não desce um degrau, não estende as mãos aos responsáveis pelo discurso do Presidente Lula de que estão aumentando as exportações. Vamos sofrer um prejuízo enorme no País, um prejuízo social irreparável. Lamentavelmente, um governo que se dizia dos trabalhadores, que se dizia dos agricultores, que era um governo do social, está criando um problema seriíssimo para o nosso País. O êxodo rural será o grande problema do Brasil no futuro, em decorrência desse mau governo hoje implantado em nosso País.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Senador Leonel Pavan, o Presidente Lula está agindo como no caso da crise política. Ele fala que não sabia de nada. Parece que ele não sabe de nada do que está acontecendo em relação à agricultura também. Creio que as pessoas não estão levando a verdade ao Presidente.

Quer um exemplo? Surgiu um foco de febre aftosa na Argentina. Em dois dias, o governo argentino constatou a existência do foco, eliminou os animais doentes, limpou a área do entorno e ficou livre do problema. Estamos há mais de 120 dias para resolver se existe febre aftosa no Paraná ou não. Ainda não descobriram se existe ou não, mas anunciaram para o mundo que existe, e o Paraná está fora do mercado, com um prejuízo diário de US\$5 milhões. O Paraná perde esse valor porque os Governos Estadual e Federal anunciaram que existe suspeita de febre aftosa no Paraná. Faz mais de 120 dias, e eles não se entenderam ainda se vão matar ou não o rebanho e, se vão, como será feito. Enfim, a Argentina, em dois dias, eliminou a questão. E estamos com o problema envolvendo outros segmentos. O frango já perdeu comércio, principalmente externo; o preço dos suínos, de R\$2,50, caiu para R\$1,50 por causa da crise. E vamos continuar com este problema por absoluta incompetência do Governo em resolvê-lo.

O Senador Magno Malta pediu-me um aparte, assim como o Senador Flexa Ribeiro. Se o Presidente me permitir, encerro com o aparte de S. Ex^{as}, que, tenho certeza, será rápido.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – O Presidente permite, porque tem compreensão com um assunto tão relevante como este.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Mas peço que seja um minuto para cada um.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Com certeza, Sr. Presidente. Senador Osmar Dias, eu deveria ter feito este aparte no começo da sua fala, quando V. Ex^a falou do ganho dos bancos, questionando – porque questionam – “e quando ganham os agricultores?”. Na verdade, se o sujeito trabalha e planta é para ganhar mesmo, não é para perder. O exército colocou um efetivo de 1.500 homens nos morros do Rio de Janeiro. Parabéns! Parte dessas pessoas, que são parte da violência do Brasil hoje, foram enxotadas do campo. Eu não vou dar o nome do grande narcotraficante das Américas que está preso no Brasil, cujo pai era um pequeno agricultor e perdeu a terra para o banco, porque fez um empréstimo para plantar e não pôde pagar. Foi parar em uma favela à beira-mar, no Rio de Janeiro. O filho virou o que virou porque o banco tomou dele a terra. Então, na verdade, perdem os agricultores e ganha o banco. Essa é a lógica. Ganha o banco. Quem tem de ganhar é o banco. E, para ganhar o banco, perdem os agricultores e outros segmentos da sociedade. A minha fala, neste momento, é para parabenizá-lo pela coragem de trazer um assunto tão relevante e significativo e que diz respeito a todas as áreas da sociedade, inclusive a área de segurança pública, pois os bolsões de miséria são formados pelos pequenos que são enxotados da terra para vir tentar a vida na cidade. Assim, criam-se os bolsões de miséria. O filho daquele agricultor, que poderia ser um grande e bom lavrador, agricultor, colocando comida na mesa do cidadão e na sua própria mesa, vem para um bolsão...

(Interrupção do som.)

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – ...de pobreza para se tornar marginal. Parabéns a V. Ex^a pelo tema e pela coragem de abordá-lo.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Obrigado, Senador Magno Malta.

Ouçó o Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Osmar Dias, V. Ex^a traz à tribuna um assunto da maior importância, pela liderança que exerce no setor agrí-

cola nacional. V. Ex^a citou compromissos assumidos pelo Governo ainda no ano passado, quando este Congresso Nacional foi objeto de um “tratoração”, como V. Ex^a colocou. Esses compromissos, lamentavelmente, até hoje não foram atendidos pelo Governo Federal. E não foram só esses; normalmente os compromissos do Governo não são atendidos. V. Ex^a coloca também a necessidade da renegociação dessas dívidas. Lamentavelmente, por ocasião da aprovação de um projeto na CAE que amplia a faixa de possibilidade de renegociação da dívida de R\$35 mil para R\$50 mil, o Governo posicionou-se contrário ao projeto, porque acredita que empréstimo de R\$50 mil já é para grandes e não para pequenos produtores. Quero informar a V. Ex^a – porque este assunto é nacional, não diz respeito só ao Estado que tão bem V. Ex^a representa, o Paraná, mas é nacional – que recebi aqui o fax de um pequeno agricultor do meu Estado, do Município do Novo Progresso, no Pará, que, desesperado, faz referência aos decretos que o Governo Federal editou há duas semanas, criando novas áreas de preservação ambiental no Estado. Ele diz que a única fonte de renda dos pequenos agricultores era a pequena área que tinham e pergunta se agora que serão retirados da referida área serão pelo menos indenizados, porque não têm como sustentar a família. Essa é a realidade do pequeno e micro produtor rural no nosso País.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Eu encerro, Sr. Presidente, fazendo aqui um alerta e um apelo ao Governo que está no poder: Não trate os agricultores brasileiros como se fossem ignorantes e não soubessem que os bancos estão ganhando demais com a política econômica que está em vigor; não trate os produtores rurais como ignorantes que não sabem que, quando um banco quebra, o Governo é rápido para atendê-lo; não trate os produtores rurais como ignorantes que esquecem as promessas de campanha feitas logo ali atrás e abandonadas. Trate com mais respeito o produtor rural, porque, se quebrar a agricultura e dizimar o modelo de pequena propriedade e de agricultura familiar que nós temos, o caos social neste País será irreversível. É o alerta que deixo aos governos que estão no poder.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR OSMAR DIAS EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O DIÁRIO do Norte do Paraná

Economia urbana sofre com crise no campo

Quebra na safra deixa de injetar cerca de R\$ 500 milhões na economia local, o que explicaria inadimplência de 18% no comércio registrada em janeiro

■ JOSI COSTA

redacao@odiariomaringa.com.br
Equipe O DIÁRIO

Enquanto o Paraná comemora a retomada da liderança no ranking nacional de produção de grãos, perdida ano passado para o Mato Grosso do Sul, produtores da região de Maringá contabilizam prejuízos no campo e a cidade sofre as consequências.

Ha três meses, o comércio sente o impacto da frustração da safra de soja e do baixo preço pago ao produtor. Segundo o presidente da

Associação Comercial e Empresarial (Acim), Arivaldo Costa Paulo, o percentual de 18% de inadimplência registrado no mês de janeiro é considerado "altíssimo". "Na capital, a inadimplência no mesmo mês foi 8,5%", compara ele.

Costa Paulo lembra que na safra 2003/2004, também considerada fraça e preços pouco atrativos, R\$ 500 milhões deixaram de ser injetados na economia local. Em 2002, o produtor chegou a receber mais de R\$ 50 pela saca de soja. No período citado por Costa Paulo caiu para R\$ 38 e este mês, em pleno

pleno de safra, a cotação não ultrapassa R\$ 25.

A geração de emprego é um bom termômetro para medir o quanto a cidade depende do campo em uma região que depende da agricultura. Segundo o presidente da Acim, em 2004, foram gerados 6,8 mil postos de trabalho a mais. Em 2005, a oferta de trabalho caiu para 2,8 mil; 4 mil a menos.

Segundo Costa Paulo, para enfrentar a inadimplência, o comerciante está orientado a renegociar com o consumidor, incentivar as compras à vista e com cartão de crédito e ter o máximo de cautela nas vendas a prazo.

Durante o discurso do Sr. Osmar Dias, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

Durante o discurso do Sr. Osmar Dias, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Senador Osmar Dias.

Tem a palavra o Senador Rodolpho Tourinho, pela Liderança. Vinte minutos é o tempo regulamentar. Vou conceder a palavra a V. Ex^a pelo tempo que resta da sessão.

Gostaria de fazer uma proposição a V. Ex^{as} que estão pretendendo falar, aos inscritos. Temos ainda dois pela Liderança e mais quatro Srs. Senadores que desejam falar. Sugiro que, após o Senador Rodolpho Tourinho, os Srs. Senadores aceitassem falar por cinco minutos cada um, para que todos tenham oportunidade de se pronunciar, prorrogando-se a sessão.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PL – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Pela ordem, com a palavra o Senador João Ribeiro.

V. Ex^a também está inscrito.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PL – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu sempre tenho aberto mão, Senador Augusto Botelho. Estou aguardando há quase duas horas para fazer o meu discurso, que não posso fazer em cinco minutos. Lamento, mas não poderei abrir mão do meu tempo hoje, porque preparei um pronunciamento para fazer. Gostaria de saber de V. Ex^a se serei o próximo depois do Senador Tourinho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Deixe-me explicar a situação, Senador. Há quatro inscritos pela Liderança. O Senador Rodolpho Tourinho foi o primeiro inscrito, o segundo era o Senador Osmar Dias. S. Ex^{as} permutaram. V. Ex^a é o quarto, porque o Senador Demóstenes Torres já falou. Depois, será a Senadora Ana Júlia.

Então, vou prorrogar a sessão por mais meia hora e veremos o que vamos conseguir para V. Ex^a falar.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PL – TO) – Não quero falar meia hora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – V. Ex^a quer 20 minutos.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PL – TO) – Sr. Presidente, gostaria do meu tempo apenas.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – O seu tempo é de 20 minutos, e sempre tenho sido complacente.

A sessão encerra-se às 18h30min. Eu ia prorrogá-la por mais meia hora para dividir o tempo entre os presentes.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Mais uma hora, meu Presidente, porque meia hora não dá.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – A intenção seria essa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente Augusto Botelho, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Vamos deixar o Senador Rodolpho Tourinho começar a falar, senão não andamos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Mas o Senador Tourinho concede-me um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Não, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – S. Ex^a não está nem falando ainda.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador Magno Malta, qual a sugestão?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Não, meu Senador, é para colaborar com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Então, colabore.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Todos os inscritos, inclusive eu, queremos falar. É relevante o assunto de que vou tratar: ônibus estão sendo incendiados no meu Estado todos os dias. Preciso tratar deste assunto hoje.

Então, é necessário que V. Ex^a prorrogue não por 30 minutos, mas por mais uma hora, para que tenhamos tempo para abordar os assuntos importantes dos nossos Estados e da Nação.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador, tenho certeza de que todos os assuntos discutidos aqui são de grande relevância.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – É por isso que estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Mas vamos prorrogar por 30 minutos, depois por mais 30 minutos, para ser equilibrado.

Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, indago a V. Ex^a qual a minha colocação na ordem dos inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Solicito a V. Ex^a que venha aqui conferir a posição de V. Ex^a para o Senador começar a falar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)
– Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Augusto Botelho, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero continuar do ponto em que o Senador Osmar Dias terminou, tratando da questão dos agricultores. Penso que S. Ex^a expôs de forma muito clara que o setor agropecuário brasileiro – não tenho dúvida disso – entrará em um grande empobrecimento e que isso atingirá outros setores da economia.

Essa observação do Senador Osmar Dias é muito importante, mas eu diria que, no Nordeste, o setor não entrará nessa situação; na minha avaliação, já entrou em uma fase de empobrecimento, sobretudo pela questão da seca que se abate sobre todo semi-árido nordestino e que tem conseqüências muito graves, não só sobre a vida dos nossos agricultores, mas também sobre as outras áreas da economia.

Recentemente, estive em viagem por todo interior do meu Estado. Em alguns lugares, sobretudo no sudoeste baiano, no semi-árido, pude verificar pessoalmente o estrago feito pela seca, mas também um outro estrago muito pior, que é o da insensibilidade do Governo Lula em relação aos seus agricultores, em relação às dívidas dos agricultores, em relação ao veto que foi dado a um projeto de lei aprovado na Câmara dos Deputados e aqui no Senado, o PLC nº 142, que trata da renegociação das dívidas na área da Adene, a antiga Sudene.

Esse projeto foi aprovado no dia 14 de fevereiro e, naquele mesmo dia, o Governo anunciou aqui, pela sua Liderança, que o vetaria. No dia 16, foi encaminhado ao Governo à sanção presidencial e foi efetivamente vetado. O veto apareceu hoje no **Diário Oficial da União**.

Esse veto é, no meu entendimento, um desrespeito aos pequenos agricultores, não só do meu Estado, a Bahia, mas a todos os agricultores do Nordeste brasileiro. Simultaneamente ao veto, o Presidente também editou a Medida Provisória nº 285, do dia 6 de março, ontem, tratando do mesmo tema, ou seja, da renegociação das dívidas dos agricultores na área da Adene, a antiga Sudene, ou no semi-árido nordestino.

Há inúmeras diferenças, Sr. Presidente, entre a medida provisória e o projeto de lei que aqui foi aprovado. Em primeiro lugar, a medida provisória restringe-se às operações de crédito rural oriundas do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste*), até 31 de dezembro de 1998, que não tenham sido renegociadas nos termos da Lei nº 10.177, de 2001, e ficam limitadas a R\$50 mil. O PLC aprovado na Câmara, aprovado no Senado e vetado ontem pelo Presidente Lula – como consta hoje no Diário Oficial da União – não fazia qualquer restrição de valor nem

da origem dos recursos, tampouco excluía qualquer operação já renegociada, aceitando operações realizadas entre 1989 e 31 de dezembro de 2000.

Outra grande diferença é que o cálculo do saldo devedor na medida provisória possui apenas uma fórmula de cálculo e considera todos os encargos e multas de inadimplência que serão desconsiderados enquanto o mutuário estiver em dia com seus pagamentos. No caso do projeto de lei vetado, existiam três fórmulas distintas de cálculo do saldo devedor e não eram computados encargos de inadimplemento.

Por outro lado, na medida provisória, são beneficiados os miniprodutores, os pequenos e médios produtores rurais e as cooperativas e associações enquadradas nessa categoria. O PLC – o projeto de lei vetado pelo Presidente da República – não fazia restrição a nenhum beneficiário, a nenhum agricultor.

Há problema maior ainda nas taxas de juros. Na medida provisória, as diferenças de taxas se dão em relação ao porte do produtor e variam em duas faixas: 6% para o miniprodutor e 8,75% ao ano para o pequeno e médio produtor. É bom lembrar que, no projeto de lei aprovado na Câmara e no Senado e vetado pelo Senhor Presidente da República, o saldo devedor tinha três faixas com três taxas de juros distintas: 1,5% para quem devia até R\$35 mil, 3% para quem devia até R\$200 mil e 5% para montantes acima de R\$200 mil. Verificamos, então, que a faixa inicial, que era de 1,5%, passou a ser de 6%; uma taxa quatro vezes maior para o miniprodutor, para o pequeno produtor.

Essas condições, bem como outras contidas na medida provisória, são absolutamente inaceitáveis pelos agricultores do Nordeste.

E o prazo? Esse é outro grande problema que passou a existir com essa medida provisória. A medida – e é inacreditável que isso aconteça –, Senador Juvêncio da Fonseca, não prevê carência alguma. Nunca vi uma renegociação de dívida, com qualquer tipo de agricultor, que não tenha um mínimo de carência. De acordo com a medida provisória, a primeira parcela será devida no dia em que se fizer a renegociação. Não há carência.

Lembro que, no projeto de lei aprovado pela Câmara e pelo Senado e vetado pelo Senhor Presidente da República, havia uma carência de quatro anos. O prazo total era de 25 anos para o pagamento, com quatro anos de carência. Agora, o prazo de 25 anos baixou para seis anos, e a carência, que era de quatro anos, baixou para zero. Ou seja, de 25 anos, com quatro de carência, ficamos com seis anos e sem nenhuma carência. Quero ver que agricultor do semi-árido nordestino terá condição de pagar essas prestações, de fazer uma renegociação com essas taxas de juros, sem previsão de carência e, além disso, com um prazo tão exíguo para o pagamento do saldo devedor. Entendo

que, nessas condições, até a bonificação que existia para quem pagasse em dia foi abolida.

É inacreditável Senador Garibaldi Alves Filho – nordestino como eu –, que o Governo tenha tido coragem não só de vetar o projeto de lei da renegociação das dívidas, mas, também, de apresentar uma medida provisória tão ordinária quanto essa! É inacreditável que se trate o pequeno agricultor dessa forma.

Tenho uma preocupação muito grande, neste momento, não só com o miniprodutor, o médio e o pequeno agricultor, mas também com o Banco do Nordeste, porque, nessas condições, não vejo condição de algum desses agricultores que estavam no processo de renegociação das dívidas fazer essa renegociação. Possivelmente será, então, levado a prejuízo do Banco no Nordeste, abrindo efetivamente um problema muito grande, que é o de lançar todos esses créditos em prejuízo.

Lamento profundamente a edição dessa medida provisória. Penso que, além de um desrespeito muito grande ao agricultor, é um desrespeito a toda essa população do Nordeste, que, além de tudo, sofre neste momento uma seca muito grande.

Repito que passei por vários Municípios, como Malhada, Carinhanha, Caetitê, Anagé, Conquista, áreas de agricultura do Estado da Bahia sujeitas à seca, e senti de perto a agonia dessas pessoas, a falta de esperança dessas pessoas no Governo e naquilo que podia ser feito.

Ouçó, com muito prazer, o aparte do Senador Antero Paes.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Senador Tourinho, eu gostaria de cumprimentar V. Ex^a pela oportunidade do pronunciamento e dizer o seguinte: o Brasil está com uma bomba e com o pavio aceso. O Brasil está tratando com desdém o seu setor produtivo, qualquer que seja o tamanho do produtor, pequeno, médio ou grande. Não há política pública para proteger a produção brasileira e o produtor brasileiro. Estamos vindo de uma reunião em Mato Grosso, onde o setor produtivo do Estado está se organizando para fazer uma grande mobilização, que eles esperam seja de âmbito nacional. Há uma ausência total de política pública. O setor produtivo não vai conseguir pagar a dívida junto ao sistema bancário brasileiro. O Governo Lula é extremamente incoerente. Ele falava, há 72 horas, saindo de uma audiência com o Ministro Roberto Rodrigues, que era preciso fazer uma “MP do Bem” para proteger os pequenos produtores brasileiros. Porém, 48 horas depois ele veta as soluções apontadas pelo Congresso Nacional para os pequenos produtores do Nordeste e estabelece uma medida provisória que, **a priori**, é um horror para o setor produtivo brasileiro. Então, cumprimento V. Ex^a, vigilante Senador da Bahia e do Nordeste brasileiro, vigilante Senador do setor produtivo. O Se-

nado Federal e a Câmara dos Deputados precisarão atuar para corrigir essas injustiças em relação a esse mercado. Esse mercado nos interessa, pois ele gera empregos, fortalece o comércio e pode melhorar a vida de muita gente. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Senador Antero Paes de Barros, muito obrigado pelo aparte, que só fez enriquecer o nosso pronunciamento. Agradeço muito.

Concedo um aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Rodolpho Tourinho, estou solidário com V. Ex^a, que vem protestar e dizer que o que o Governo está propondo é bem pior do que o que foi negociado ou do que a tentativa de negociação que ocorreu nesta Casa por ocasião da discussão do projeto anterior, que é oriundo da Câmara. V. Ex^a conhece bem as condições dos produtores do Nordeste e sabe que, a essa altura, eles não podem pagar as dívidas com as exigências feitas pelo Governo. São impagáveis as dívidas de alguns agricultores. O que o Governo fez foi acenar que iria enviar uma medida provisória que repararia a situação dos produtores, mas isso não aconteceu. Congratulo-me com V. Ex^a.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Garibaldi Alves Filho. Considero muito importante a posição de V. Ex^a, que, como eu, é Parlamentar pelo Nordeste.

Concedo, com muito prazer, um aparte à Senadora Heloísa Helena.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senadores Rodolpho Tourinho e Heloísa Helena, permitam-me interromper a sessão para prorrogá-la por 40 minutos, a fim de que outros possam fazer uso da palavra.

Com a palavra a Senadora Heloísa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (PSOL – AL) – Senador Rodolpho Tourinho, novamente nos solidarizamos com V. Ex^a no que diz respeito a seu pronunciamento. Às vezes ficamos meio cansados de repetir algumas coisas, mas só não podemos cansar-nos primeiro para honrar a memória e a luta de tantos outros que trabalham e sofrem muito mais do que nós, pois têm que derrubar um gigante por dia para sobreviver. Haja Davi nascendo no coração para conseguir derrubar a arrogância, a intolerância e todas as coisas que acontecem na vida cotidiana do País. Enquanto eu tiver cordas vocais, vou falar sobre como o Governo consegue misturar o cinismo, a dissimulação, o requinte de perversidade, a vigarice política, como consegue misturar tudo isso para tratar da discussão sobre o setor agrícola, um tema tão delicado, tão precioso para a vida de milhões de agricultores familiares e de pequenos e médios produtores rurais. O Senador Osmar Dias falou sobre

isso hoje – não tive oportunidade de fazer o aparte a S. Ex^a –, V. Ex^a traz esse tema, há projetos tramitando aqui para todos os gostos, projeto do Senador César Borges, projeto de minha autoria, projeto do Senador Osmar Dias, projeto do Senador Jonas Pinheiro, projeto que trata da anistia da agricultura familiar onde houve perda de safra, projeto que repactua as distorções, corrige as distorções do saldo devedor. Isso realmente é de um cinismo inimaginável. Já estou decidida a isso e acho que V. Ex^a também. Quando chegar a medida provisória, nós vamos apresentar emenda à medida provisória, V. Ex^a reapresenta o projeto, o Senador César Borges reapresenta, todos os meus projetos sobre o setor agrícola vou apresentar como emenda, porque se é para fazer guerra, que façamos. O que não agüento é a demagogia do Governo, a mentira do Governo de dizer que é um projeto para viabilizar os interesses dos grandes. Ora, se o Governo vinha dizendo que já tinha resolvido os problemas dos pequenos, por que editou uma medida provisória? É a prova concreta de que não havia resolvido o problema dos pequenos e médios produtores, que dinamizam a economia, geram emprego, renda e produzem alimentos. Mentiram para a opinião pública há dois anos, mentiram no ano passado, e a prova disso é que editaram uma nova medida provisória. Então, quero me solidarizar com V. Ex^a e dizer que espero que esta Casa, mesmo sabendo que a oscilação de humor varia conforme as conveniências e as pressões feitas pelo Governo, mesmo sabendo como funcionam os artifícios da base de bajulação e associados, espero que esta Casa tenha a ousadia necessária para manter o que foi aprovado, o debate que foi feito ou então que, imediatamente, porque não há nem como derrubar o veto, porque foi o projeto todo, possamos promover as alterações necessárias. Desculpe-me ter me alongado no aparte, mas este é um assunto que me irrita profundamente. Sei que o Governo age com demagogias, como fazia o Governo passado – eu quase morria de enfarte –, mas este sequer criatividade tem, porque nunca vi tanto cinismo e tanta dissimulação, tanta medida provisória sendo apresentada como solução para o problema, sem resolver nada. Realmente, fica difícil ter tolerância e paciência com tanta vigarice política. Portanto, solidarizo-me com o pronunciamento de V. Ex^a e espero que esta Casa tenha a coragem necessária para retomar o debate e que o Governo deixe de ser mentiroso. Espero que os membros da base de bajulação do Governo deixem de ser mentirosos, porque temos que desafiar a tirar os grandes, pois quem faz a política para os grandes não somos nós. Então, que o Governo realmente tenha a oportunidade de explicitar o que deve ser explicitado aqui nesta Casa.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, Senadora Heloísa Helena, por tão lúcido aparte.

Ouçõ o nobre Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Rodolpho Tourinho, V. Ex^a trata, neste momento, de um assunto – já disse isto anteriormente, quando o Senador Osmar Dias se referia a ele – também da maior importância. V. Ex^a fala da total ausência do Governo no sentido de resolver o problema de todos esses produtores que estão sem condições, como já foi aqui colocado, de saldar os seus compromissos com o sistema financeiro. E, lamentavelmente, aconteceu aquilo que a base do Governo disse que aconteceria quando foi votado aqui o projeto: que ele seria vetado pelo Presidente. Então, V. Ex^a traz um problema que não é só do Nordeste. O projeto se referia ao Nordeste, mas não serve só para o Nordeste, pois é nacional. É necessário que o Congresso Nacional, que esta Casa, que o Senado Federal atenda a esses produtores, pequenos, médios e grandes, que estão com necessidade de quitar as suas dívidas. Eles têm vontade, mas precisam dos meios para que isso possa se tornar realidade. Parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento!

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Não tenha dúvida de que o projeto é regional, porque é da região da Adene. Agora, é uma vergonha nacional. Não tenho dúvida com relação a isso.

Ouçõ, com prazer, o aparte do Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Rodolpho Tourinho, acompanhamos a tramitação deste projeto durante muito tempo aqui no Senado e as discussões que foram feitas na Comissão de Assuntos Econômicos, que sempre buscavam o interesse maior da área rural brasileira. Não digo que estamos totalmente surpresos com esse veto, porque foi anunciado pelo Líder do Governo que ele realmente aconteceria. Temos, agora, que nos movimentar para que esse veto seja votado. É lamentável que os vetos não sejam votados. Eu realmente confesso a minha decepção nesse aspecto. Nesses três anos que estamos no Senado, vi pouquíssimos vetos serem votados, e o veto tem que ser julgado pelo Senado, que deve aprovar ou não o uso do veto pelo Presidente da República. Lá, em Minas Gerais, numa área grande que pertence à região do polígono das secas, há produtores rurais que estão sofrendo com as dificuldades que ocorrem na sua produção. Evidentemente, essa renegociação seria muito interessante. Lamento, portanto, que tenha havido esse veto e acredito que devemos nos movimentar para que o Presidente da Casa coloque o veto em votação.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo à Senadora Heloísa Helena o seguinte: nós não podemos cansar, não. Não temos o direito de ficar cansados nesse processo. Quero discutir este assunto com todos os agricultores, miniprodutores, pequenos produtores em meu Estado, em Carinhanha. Temos que restabelecer, sim, com todas as forças que tivermos, Senadora Heloísa Helena, as condições originais do projeto que foi vetado. Isso é o que temos que fazer, porque temos esse direito, podemos fazer isso, devemos fazer isso, porque essa Medida Provisória que foi editada é uma vergonha.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Senador.

Concedo a palavra, como Líder, ao Senador João Ribeiro e, a seguir, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminho à Mesa dois pronunciamentos bem curtos. No primeiro deles, protesto contra a tolerância desmedida do Vice-Presidente da República e Ministro da Defesa José Alencar, passando a mão por cima do erro do Comandante do Exército, General Francisco de Albuquerque, figura respeitável, mas que não tem o direito de fazer um avião voltar, desalojando dois passageiros para que ele tome os assentos.

Se houve erro, *overbooking* – isso já aconteceu comigo, acontece com V. Ex^a ou com qualquer pessoa –, ninguém deve ter o muito menos usar da prerrogativa de fazer um avião voltar. Todos somos iguais perante a Lei. Esta é uma democracia.

O respeitável Comandante Francisco de Albuquerque serve a um País democrático, a uma ordem democrática. Não é possível, portanto, que um Ministro da Defesa não saiba ser duro num momento em que um subordinado seu, ainda que desse gabarito, desse alto nível, comete um equívoco.

O outro discurso registra a gafe do Presidente da República, que fez a Rainha da Inglaterra esperar mais de um minuto – lá, isso é muito grave. Como amanhã é o Dia Internacional da Mulher, a gafe é triplamente ruim: fazer uma mulher esperar, essa mulher ser a Rainha da Inglaterra e comemorar-se amanhã o Dia Internacional da Mulher.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Ministro da Defesa, José Alencar garantiu ontem, em entrevista à televisão, que o Comandante do Exército, General Francisco de Albuquerque, é um grande democrata.

Não duvido. Estou certo de que sim.

O Ministro da Defesa abre perigoso precedente, ao considerar correta a postura do seu comandado, que mandou parar um avião da TAM, em Campinas, para que ele, o General, e a esposa, pudessem embarcar.

Pergunto ao Ministro: ser democrata autoriza uma pessoa a praticar uma arbitrariedade como essa, que só ocorria nas ditaduras?

Outra pergunta: a atitude do militar seria influência do autoritarismo do atual Governo, que não se ajusta bem às práticas democráticas?

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o outro assunto é sobre o Presidente da República e suas gafes.

O Presidente Lula e suas gafes. A primeira da visita ao Reino Unido, esta manhã. Leio o noticiário da BBC

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou com pouco mais de um minuto de atraso para o primeiro encontro com o rainha britânica, Elizabeth 2^a, nesta terça-feira em Londres. A pequena gafe foi registrada por mestre-de-cerimônias, que observou que "a rainha teve de esperar um pouco mais" pelo presidente brasileiro, que realiza a terceira visita de Estado de um presidente brasileiro à Grã-Bretanha.

Lula, ninguém duvida, não sabe o que é a chamada precisão britânica nem o just in time!

Lula fez a Rainha esperar.

Isso é péssimo.

Elizabeth é mulher (e hoje é véspera do Dia Int. da Mulher),

É rainha da Inglaterra

— E da Inglaterra

Sr - Presidente,
Srs - e Sr - Senadores.

Esta é a que tinha a dizer

Arthur Virgílio

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso
I e § 2º, do Regimento Interno.)

O general na Comissão de Ética

Comandante do Exército é denunciado
por recorrer ao DAC para parar avião da TAM

Luiza Damé e Chico Oliveira
BRASÍLIA e PORTO ALEGRE

O comandante do Exército, general Francisco de Albuquerque, terá de prestar esclarecimentos à Comissão de Ética Pública da Presidência da República por ter feito retornar um avião da TAM que já taxiava na pista do Aeroporto de Viracopos, em Campinas (SP), para embarcar com a mulher, Maria Antonina de Albuquerque. A denúncia sobre o episódio foi protocolada ontem na Comissão de Ética, que terá cinco dias úteis para ouvir o general. O caso deverá ser examinado pelos integrantes da comissão na reunião do dia 20 deste mês.

Albuquerque recorreu ao Departamento de Aviação Civil (DAC) para embarcar no avião. Como o voo estava lotado, um casal de passageiros teve de descer para ceder o lugar ao general Albuquerque e sua mulher, como revelou o colonista Elio Gaspari. A TAM disse que pediu a apresentação de dois voluntários para sair do avião, garantindo lugar para o general.

O processo correrá em sigilo por se tratar de uma denúncia envolvendo ética. O general será intimado a apresentar sua defesa. Depois, os seis integrantes da comissão analisarão a denúncia de uso do cargo para tirar vantagem própria. Ontem, o comando do Exército informou em Brasília que não se pronunciará sobre o caso.

Alencar defende comandante

• Antes mesmo da conclusão da investigação, o presidente em exercício e ministro da Defesa, José Alencar, já inocentou ontem o comandante do Exército. Em Porto Alegre, onde participou de uma conferência, Alencar disse que o general chegou na hora certa no aeroporto (15 minutos antes do voo) porque um auxiliar já tinha feito o check-in. Perguntado se Albuquerque poderia ser punido, o vice-presidente foi enfático:

— Não, ao contrário. Ele não tem absolutamente nada e vocês vão ver as declarações do outro lado, que é a companhia — afirmou Alencar.

Quando o general chegou ao aeroporto, o voo já estava fechado e lotado porque ocorrera overbooking (número de passagens vendidas superior à capacidade da aeronave). Segundo a TAM, informado sobre o overbooking, Albuquerque recorreu à Seção de Aviação Civil (SAC), do DAC. A torre de comando do aeroporto determinou o retorno da aeronave e a empresa conseguiu dois voluntários para dar lugar ao casal. Alencar explicou o episódio da seguinte forma:

— O general estava com a esposa e de fato mandou alguém para fazer o check-in com uma hora e tanto antes. Foi feito o check-in e ele chegou 15 minutos antes do horário de embarque.

Para quem já tem o check-in, é absolutamente normal. Mas o overbooking fez com que o avião lotado saísse, ainda que alguns passageiros daquele voo não tivessem ainda entrado. E quando o general chegou e se apresentou com o check-in, eles mandaram que o avião retornasse. Não houve exigência do general. O general é um democrata e um grande comandante do Exército brasileiro.

O Centro de Comunicação Social da Aeronáutica admitiu que Albuquerque teve mesmo a ajuda do DAC para embarcar no voo da TAM. O procedimento de decolagem foi interrompido e a companhia aérea convenceu um casal a ceder lugar. O caso foi registrado no livro de ocorrências da Infraero, que administra os aeroportos.

Em nota, a TAM confirma que partiu da torre de controle do Aeroporto de Viracopos a determinação para que o avião retornasse para embarcar o comandante. Na TAM em Campinas, comenta-se que o casal que deixou o aparelho para dar lugar ao general recebeu alguns benefícios. O casal ficou seis horas no aeroporto e embarcou em outro voo da Gol às 18h20m, com despesas pagas pela TAM.

Na nota, a empresa diz que a consulta aos passageiros a bordo sobre a viabilidade de algum voluntário desistir do voo está prevista no Termo de Compromisso de Ajustamento (número 53/2002) assinado pelas companhias aéreas no Ministério Público e aprovado pelo DAC.

'Em 23 anos, nunca vi situação parecida'

Sindicato dos Aeronautas cobra esclarecimento público

Chico Otávio

• A presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, Graziella Baggio, cobrou ontem um esclarecimento público sobre os motivos que levaram o Departamento de Aviação Civil (DAC), órgão ligado ao Ministério da Defesa, a parar um avião que se preparava para decolar, no Aeroporto de Viracopos, em Campinas, para embarcar o comandante do Exército, general Francisco de Albuquerque, e sua mulher.

— Nos meus 23 anos como comissária de bordo nunca vi situação parecida. O motivo, suponho, deve ter sido grave. Tão grave que ele deve dividir com a nação as razões da medida — disse.

Graziella contou que, em algumas ocasiões, tes-

temunhou situações em que o avião já estava desentocando quando retornou para embarcar passageiros atrasados, que precisavam fazer conexão. Mas, segundo ela, em nenhum dos casos passageiros já embarcados foram retirados do voo para dar lugar a outros:

— Foi inusitado. O país não precisa mais disso. Uma vez fechada a porta, é muito difícil de acontecer.

A sindicalista disse que o passageiro deve saber que, meia hora antes da partida, se encerra a reserva do voo. Quando ocorre overbooking (número de passageiros com passagem comprada maior do que a capacidade do voo), os que não conseguiram embarcar entram em lista de espera e são chamados de acordo com a disponibilidade de vagas no avião.

OPINIAO

CARTEIRADAS
AÉREAS

• A ÚLTIMA vez que uma autoridade havia carteirado um avião foi no regime militar, quando o ministro da Fazenda Ernane Galvães desviou um voo direto Nova York-Rio para desembarcar em Brasília.

ENGANOU-SE QUEM achava que a redemocratização tinha acabado de vez com o tipo de postura "sabe-com-quem-está-falando?"

O GENERAL Francisco de Albuquerque, comandante do Exército, foi didático nesse sentido, ao forçar um voo lotado de Campinas para Brasília a suspender a decolagem para ele e a mulher ocuparem duas poltronas oferecidas "voluntariamente" por dois passageiros. Civis, por suposto.

DESSA HISTÓRIA saem mal o general, o Exército e o DAC, conivente com a carteirada. Foi atingido também o próprio estado de direito, pelo qual todos os cidadãos são iguais perante a lei. Sem exceção para os códigos aeronáuticos.

Parente de Jeffe diz
que militar sofria
pressões políticas

Família de comandante não voltará a Minas nem para fazer a mudança

• PORTO ALEGRE. A família do general Luiz Alfredo Reis Jeffe, comandante da 4ª Região Militar do Exército que cometeu suicídio no último sábado, denunciou ontem que o general vinha sofrendo pressões políticas relacionadas a seu trabalho. Teria sido por esse motivo que a viúva, Carolina Magalhães Jeffe, dispensou as honras militares no sepultamento, domingo, no Rio Grande do Sul. Segundo a família, ela não voltará a Minas Gerais nem para fazer a mudança.

— Outras pessoas da família vão buscar a mudança. Ela não quer voltar mais à cidade. Vocês sabem como está Minas, em todas as áreas. O meio militar ali está muito envolvido com o meio político. O general foi chamado ali para cumprir uma missão, se movimentou bastante, fez o que tinha que ser feito, mas a pressão foi muito grande e ele não agüentou — disse um integrante da

família que pediu para não ser identificado, mas deixou claro que nos próximos dias a viúva deverá se manifestar sobre o que ocorreu na 4ª Região Militar.

As pressões não foram explicadas mas seriam relacionadas com uma suposta ação de políticos de alto escalão intervindo em questões militares. Durante o enterro, na fazenda do general, também chamou a atenção o fato de não haver qualquer representante da 4ª Região Militar, que o general Jeffe comandava.

Por coincidência, Jeffe foi colega de turma, na Academia Militar das Agulhas Negras, do general Urano Baccellar, que comandava a missão da ONU no Haiti e também se suicidou em janeiro. Segundo o parente, o general não tinha depressão e nem problema familiar ou financeiro que pudesse ser apontado como causa do suicídio.

Em Porto Alegre, o vice-presidente e ministro da Defesa, José Alencar, reconheceu que "a família pode dar informações mais precisas", mas não comentou as denúncias e disse que isso será apurado.

— O que nós temos que fazer é o nosso dever, é mandar abrir o inquérito e ser solidários obviamente com a família. O general era um homem de bem, sério, de passado brilhante em todos os sentidos. Então nós estamos todos tristes e de luto com esse acontecimento — disse Alencar. (Chico Oliveira) ■

A 'carteirada' do delegado da PF

Policial embarca com arma em avião e, ao ter de entregá-la, acaba ferindo colega

• BELO HORIZONTE. O delegado da Polícia Federal Gustavo Souza Buckler dos Santos, da Superintendência da PF no Rio de Janeiro, conseguiu embarcar armado num voo da TAM no Aeroporto Internacional do Galeão, no Rio, o que contraria a legislação de tráfego aéreo. Detalhe: o delegado estava de férias. Ao chegar a Belo Horizonte, o delegado foi abordado por colegas da PF e acabou disparando acidentalmente a arma, ferindo um agente federal na perna.

A Polícia Federal vai instaurar uma sindicância interna para apurar as causas do incidente, registrado no Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins, Região Metropolitana de Belo Horizonte.

O delegado da PF teve a arma detectada pelo sistema de raios X

do aeroporto, ainda no Rio, mas se recusou a obedecer aos agentes e embarcou armado para Maceió, em Alagoas, com escala em Belo Horizonte. No gabinete de Buckler na PF do Rio, a informação é de que ele está de férias desde a semana passada. Ou seja, não estava trabalhando quando embarcou armado e por isso não havia sequer razão funcional para o uso da pistola.

A Polícia Federal de Belo Horizonte foi acionada logo depois que o avião decolou do Galeão. Em Confins, o delegado foi abordado por agentes da PF e obrigado a tirar a munição da arma. Enquanto retirava as balas, um disparo acidental acertou o chão da sala do plantão policial do terminal de Confins e um fragmento atingiu a perna do

agente da Polícia Federal de Belo Horizonte Waldecy Costa Pereira, que ficou com um hematoma na região da virilha direita.

A arma, uma pistola calibre 45, foi apreendida e será periciada. Waldecy Perelra foi submetido a exame de corpo de delito e o delegado foi liberado para seguir a viagem para Maceió. Segundo a superintendência da Polícia Federal em Belo Horizonte, o caso é "um incidente sem importância que será analisado apenas em procedimento interno".

O delegado embarcou no voo 9544 da TAM. De acordo com a assessoria, a companhia aérea só foi informada sobre o passageiro armado a bordo, quando a aeronave já estava voando. O passageiro foi então abordado pela própria PF na primeira escala, em Confins.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)
– V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Com a palavra, o Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PL – TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desde o primeiro dia em que assomei a esta Tribuna, tenho mostrado a visão futura que formei sobre um Tocantins desenvolvido em bases sólidas, um exemplo para o Brasil de como se constrói uma sociedade bem resolvida, do ponto de vista social e econômico.

Estou convicto de que essa situação ótima só poderá ser alcançada pelo meu Estado ou por qualquer outro que busca a mesma situação se todos os homens e mulheres públicos que trabalham politicamente pela sociedade estiverem certos de que existe uma área que precisa ser privilegiada a todo tempo, quando se fala em investimento governamental.

Entre os inúmeros programas e projetos na área pública, com destaque para os que têm apoio e investimento federal, não há outro que possa garantir o futuro que todos almejamos como aqueles destinados ao incremento da educação em todos os níveis.

Sabendo disso, a Bancada tocantinense, nos últimos dois anos, destinou um volume de recursos até então inalcançado pelos organismos de Governo dedicados à notável tarefa do ensino em todos os níveis.

Mês passado, duas importantes instituições de ensino do nosso Estado celebraram, junto aos seus representantes no Parlamento, o aumento de 224% das verbas federais destinadas ao ensino entre o ano de 2005 e 2006. Cerca de R\$16 milhões, nos últimos dois anos, foram alocados no Orçamento-Geral da União para investimentos diretos na área da educação do Tocantins.

Desse montante, é preciso destacar que a verba que foi destinada à Escola Técnica Federal de Palmas, não só em razão do estupendo aumento percentual de 425% do ano passado para o atual, se comparados aos montantes destinados, mas porque os R\$850 mil de emendas individuais, agora garantidos à Escola Técnica, serão empregados tanto na reforma física, como na aquisição de equipamentos para a modernização e estruturação dos laboratórios dos cursos técnicos oferecidos pela Escola, quanto na construção de novos espaços poliesportivos.

É preciso destacar também que o revigoramento da Escola Técnica Federal de Palmas tem um propósito que vai muito além da simples realização de obras. Na verdade, a Escola Técnica se prepara para dar início aos cursos superiores de tecnologia, que serão ministrados a partir de julho deste ano, resultantes da crescente demanda de pessoal tecnicamente prepa-

rado para atender ao incessante desenvolvimento do Estado.

Tal iniciativa, capitaneada pelo intrépido professor, nosso querido Diretor Adail Pereira, está relacionada com o brilhante e necessário projeto de transformar aquela Escola Técnica num centro de educação tecnológica, em moldes didáticos tão avançados que lhes permitam, em futuro breve, fundar na região Norte a primeira universidade tecnológica, como ocorreu recentemente na região Sul do País, cujo projeto, diga-se de passagem, serve de modelo ao que se pretende fazer atualmente na Escola Técnica Federal de Palmas.

O projeto de transformação institucional da Escola Técnica em Cefet que conheci pretende introduzir uma concepção metodológica avançada, tendo como objeto principal colocar à disposição do povo tocantinense uma educação profissional sólida, com vistas a “fortalecer a pesquisa aplicada à produção de novos processos, serviços, equipamentos e desenvolver atividades de extensão em estreita articulação com a comunidade”, como nos garantiu a direção daquela escola, quando a visitei recentemente.

Essa visão de futuro, acalentada pelo corpo docente da nossa Escola Técnica Federal de Palmas, está fundada na explicação do professor Adail, quando, em correspondência ao meu gabinete, aduziu que a base da transformação da ETF-Palmas em Cefet-TO se funda “no que ela representará em termos de avanço conceitual na oferta de educação tecnológica, capaz de atender às exigências dos tempos atuais e de engajar totalmente a instituição nos programas de desenvolvimento público e privado do Estado do Tocantins, integrando-a, assim, à importante tarefa de articular-se com os agentes econômicos, sociais e políticos, visando ao desenvolvimento sustentado desta parte do Brasil”.

Acrescento eu que uma extensa parte do Brasil tem necessariamente de lançar mão de todas as possibilidades que hoje a tecnologia oferece, tais como a educação à distância, pois seu território beira os 278 mil quilômetros quadrados.

Nesse particular, o que está em jogo é o alcance social de um programa dessa natureza. Hoje, mesmo com os investimentos feitos até aqui, o ensino presencial não alcança todos os cidadãos tocantinenses. Mas, num futuro breve – com a transformação da nossa Escola Técnica de Palmas em Centro Federal de Educação Tecnológica, o planejado Cefet –, considerando desde já o ensino à distância, com toda a certeza, nossos concidadãos, mesmo que morem nos limites geográficos do Estado, nos mais distantes Municípios, terão à disposição uma educação de igual qualidade e entra-

rão, de forma definitiva, na posse de um dos maiores anseios de toda a população brasileira.

Havendo essa transformação, não é difícil prever inúmeros benefícios para a população e para o Estado. Entre eles, a atual direção da nossa Escola Técnica destaca:

1 – ampliação da oferta de educação de jovens e adultos, contemplando os princípios e práticas inerentes à educação profissional e tecnológica, inclusive por meio de Programas e Atividades de Educação à Distância;

2 – diversificação da educação profissional técnica de nível médio, de forma integrada, destinada a proporcionar habilitação profissional para os diferentes setores da economia;

3 – geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão, identificados com os potenciais de desenvolvimento estadual e regional;

4 – integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida, mediante ações interativas que concorram para a transferência e aprimoramento dos benefícios e conquistas auferidos na atividade acadêmica e na pesquisa aplicada;

5 – expansão e interiorização da Educação Tecnológica Profissional com a criação de mais três unidades do Cefet-TO em Porto Nacional, cidade próxima a Palmas, Araguaína e Gurupi, que são pólos de desenvolvimento econômico do Tocantins.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse é um sonho possível de ser realizado. Mas não pode ser um sonho de um pequeno grupo de abnegados professores e professoras. Tem que se transformar numa verdadeira cruzada de todos os tocantinenses, que, de maneira efetiva, lutam diariamente para fazer do nosso Estado um exemplo positivo de desenvolvimento socioeconômico sustentável para o País.

Pensando assim é que conclamo, na qualidade de Coordenador da Bancada Federal do Tocantins no Congresso Nacional, a todos os nossos conterrâneos, independentemente de suas agremiações partidárias, a se ombrearem nessa luta para levantar os recursos necessários e o apoio à construção da que será no futuro nossa universidade tecnológica.

Sr. Presidente, ao encerrar, cumprimento o Diretor da Escola Técnica Federal de Palmas, Prof. Adail Pereira, e seu corpo de professores e alunos. Recentemente, visitei aquela escola e participei de uma reunião em que eles agradeceram à Bancada pelas emendas que

ali alocamos, como afirmei em meu pronunciamento, e também me fizeram as reivindicações que aqui trago, em nome de nossa Bancada.

Espero que a luta seja vitoriosa, como sempre foram todas as lutas e tudo o que a população tocantinense e nossa Bancada têm almejado e proposto aqui em Brasília. O Tocantins, sobretudo no que diz respeito à luta da Bancada Federal em Brasília, tem sido um grande exemplo para muitos outros Estados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Muito obrigado, Senador João Ribeiro.

Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, como Líder.

Gostaria de fazer um acordo com os Senadores presentes. Ainda há oito oradores querendo falar, e havíamos prorrogado a sessão por quarenta minutos, que estão se encerrando agora. Prorrogo, portanto, a sessão por mais quarenta minutos, para que cada Senador fale por cinco minutos.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de mais nada, Senador José Agripino, comunico à Casa que o atual Ministro Ciro Gomes foi condenado a pagar indenização ao atual Prefeito de São Paulo, José Serra, por ofensas dirigidas a esse ilustre homem público.

Sr. Presidente, ser leniente é ter brandura e doçura, posturas aceitáveis no relacionamento entre pessoas. É civilizado. Não é isso o que há entre Lula, o Presidente do Brasil, e o MST, movimento muito mais político e muito menos representativo dos que de fato não têm terras e querem trabalhar a terra. Aqui preponderam interesses eleitorais e do pretenso esquema de poder do PT.

Esse é o esquema de maior aconchego de Lula. Nem de longe, seu compromisso significa trabalhar, muito menos governar. Governar não é compatível com suas idéias de poder.

“Lula não tem clareza para governar o Brasil,” – no entender do dramaturgo Lauro César Muniz – “até por problemas de escolaridade”. Quem diz isso é Lauro César Muniz, e não eu. “A falta de escolaridade impede a pessoa de entrar em contato com a lógica” é até questionável, mas não fui eu quem disse isso.

Paro para explicar a Lula o que é Lógica. São estudos, Presidente, que levam a pessoa a avaliar corretamente os fatos e, em consequência, ao conhecimento verdadeiro.

No cenário do que poderia ser uma política de reforma agrária, Lula optou por uma singular parceria com o chamado MST, não recorreu a qualquer orien-

tação lógica, limitando-se a falsas promessas de ampliação de assentamentos rurais. Prometeu, valeu-se da propaganda maciça que usa para tudo o mais e mandou propagar que seu Governo promove de fato uma política de reforma agrária. Política inexistente na verdade, encenada com instrumental eleitoreiro-partidário.

Deu no que deu. Nos três anos de seu malogrado Governo, registraram-se no País 770 invasões de terras, 55% a mais do que no triênio anterior. Em consequência, entre 2003 e 2005, houve 72 mortes, número também superior às 44 mortes ocorridas em igual período antecedente.

Por que Lula falha redondamente na condução do que seu Governo ainda insiste em chamar de reforma agrária? Diz o editorial de hoje da **Folha de S. Paulo** que há excesso de leniência no trato do problema. Leniência e condescendência.

Pela análise do jornal, que é correta, “é preciso desfazer o mito de que esse programa” – se assim pode ser chamado – “vai representar emancipação econômica para milhares de famílias que pleiteiam um lote de terra. Não vai.”

Independentemente do que se passa no encaminhamento de uma falsa política de reforma agrária no Governo Lula, a agricultura não atravessa uma boa fase.

A mesma **Folha de S. Paulo** publica hoje matéria que reflete bem a crise no campo. Leio o título: “Agricultor endividado quer devolver máquina. Sindicatos do Mato Grosso elaboram lista com 729 equipamentos agrícolas que donos não conseguem pagar.”

Se não bastassem as muitas condições climáticas adversas, os lavradores enfrentam ainda problemas cambiais. Fizeram a semeadura com o dólar a R\$3,00 e colhem a safra com o dólar lá embaixo, hoje a R\$2,10.

Neste plenário, são freqüentes as manifestações dos Senadores que conhecem a fundo a agricultura, como Jonas Pinheiros, Osmar Dias e Ramez Tebet, entre outros nomes ilustres.

Fora daqui, o País vive dias de intranquilidade no campo. A todo instante, chegam notícias de novas invasões, muitas em áreas de comprovada produção.

Por conta da leniência e da incompetência do Governo Lula, cultivar a terra hoje no Brasil é atividade de alta periculosidade. O MST recruta moradores das periferias das cidades, entrega-lhes carteirinhas do Movimento e uma estrelinha, aquela que era vermelha e usada pelo PT, hoje esmaecida, envergonhada e propositadamente esquecida.

O quadro nessas invasões é quase sempre o mesmo, como agora em que o MST usa chavões do tipo

Março Vermelho. Março, na verdade, é apenas o mês da vez, que se repete e acaba sendo o ano todo.

Narrou-me um lavrador da região Norte Velho do Paraná que os invasores chegam de madrugada, tomam conta de tudo, expulsam os moradores, saqueiam à vontade, derrubam cercas, matam animais e desafiam as autoridades.

O fazendeiro é então obrigado a contratar advogado para requerer judicialmente a reintegração de posse. É outra novela, em geral em meio a confusões e violência.

Quando consegue retomar a terra que é sua, legitimamente sua, o balanço dos prejuízos é grande e não há Lula que responda pelos danos causados por uma entidade afagada pelo PT.

Com essa nova onda vermelha, por enquanto o *Março Vermelho*, a violência se amplia e já se teme o pior. Há fazendeiros dispostos a desistir de tudo, Senador Mão Santa, e, num gesto que lembra o dos familiares do irmão do Prefeito Celso Daniel, já pensam em deixar o Brasil. Aqui, a segurança para o trabalho – notem bem, para o trabalho – caminha para se tornar letra morta.

Responsabilizo o Presidente Lula pela intranquilidade que seu Governo implanta no campo, por leniência, incompetência e pela baixa politicagem do seu partido.

Sr. Presidente, do mesmo modo, apresentei à Mesa requerimento de informações indagando qual o volume de recursos declarados pela empresa petrolífera venezuelana – PDVSA, que patrocinou a escola de samba Unidos de Vila Isabel, no Rio de Janeiro. O ingresso desses recursos no País obedeceu a todos os procedimentos legais exigidos pelos órgãos de controle e fiscalização do Banco Central? Tenho certeza absoluta que não veio na cueca esse dinheiro, deve ter vindo numa operação completamente normal, completamente legal, por meio do Banco Central, uma operação de câmbio como deve ser.

Então, aguardo uma pronta resposta do Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Concedo a palavra ao próximo orador, Senador Sibá Machado. A seguir, falarão os Senadores Tião Viana e Cristovam Buarque. São cinco minutos para cada, a fim de que todos possam falar.

Aguardando desde as 14 horas, o Senador Sibá Machado falará agora.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Peço desculpas, mas estou aguardando desde as 15 horas, aproximadamente.

Sr. Presidente, abordo o programa de biodiesel do Brasil e trago um discurso escrito para não errar em algumas informações que considero importantes.

A edição da quarta-feira de cinzas do matutino **O Globo** informava-nos do interesse da França pelos combustíveis verdes. Segundo a matéria, o governo daquele país abriu licitação para produção de um 1,1 milhão de toneladas de biocombustível somente este ano, sendo 950 mil toneladas de biodiesel e 150 mil toneladas de etanol.

Há algumas semanas, o presidente norte-americano, George W. Bush, reconhecidamente ligado por sociedade aos interesses da indústria do petróleo, elogiava o Brasil pelo sucesso na substituição de combustíveis fósseis por seus sucedâneos de origem vegetal.

Essas são informações que precisamos destacar do ruído de fundo do noticiário cotidiano, por pelo menos duas razões, primeiro, porque elas provêm de dois países diametralmente divergentes quanto a suas preocupações ambientais e quanto a seus interesses geopolíticos globais; em segundo lugar, porque, a despeito de suas diferenças, as autoridades dos dois países convergiram para aquilo que nós, brasileiros, já sabemos e defendemos há muito tempo: a constatação de que o futuro energético do mundo está inevitavelmente ligado ao uso do biocombustível.

Sr. Presidente, vou citar alguns dados relativos à composição da matriz de energia no mundo e no Brasil. Petróleo: no mundo, 35,3%; no Brasil, 43,1%. Carvão mineral: no mundo, 23,2%; no Brasil, 6%. Gás natural: no mundo, 21,1%; no Brasil, 7,5%. Biomassa tradicional: no mundo, 9,5%; no Brasil, 8,5%. Energia nuclear: no mundo, 6,5%; no Brasil, 1,8%. Energia hidroelétrica: no mundo, 2,2%; no Brasil, 14%. Biomassa moderna: no mundo, 1,7%; no Brasil, 23%. Outras energias renováveis: no mundo, 0,5%; no Brasil, 0,1%. Isso mostra a representação do poder da biomassa na matriz de energia.

Com efeito, a economia brasileira do último quarto de século não pode ser estudada nem compreendida sem o reconhecimento do papel decisivo do Programa Nacional do Álcool na redução de nossa dependência ao petróleo importado e, por conseguinte, no equilíbrio do balanço de pagamentos. Os dois choques do petróleo da década de 70 apanharam nosso País em situação de grande fragilidade, porque estruturado em uma matriz de transportes predominantemente rodoviária, apesar da falta de produção significativa do insumo energético fóssil. A terrível crise da dívida do início da década de 80 e o esforço pela generalização do uso

do álcool foram as conseqüências, uma negativa e a outra positiva, da crise causada pelos dois embargos da Opep aos importadores de petróleo.

É inegável o sucesso do álcool combustível no País. Já consideramos como parte da ordem natural das coisas o fato, na verdade incomum aí pelo mundo, de usarmos, mesmo nos veículos movidos a gasolina, uma adição significativa de álcool – da ordem de 20% a 25% em volume. Uma vantagem da adição do álcool à gasolina, fundamental, mas nem sempre divulgada, é o aumento do índice de octanas da mistura, que possibilitou inclusive a abolição do uso do chumbo tetraetila como aditivo antidetonante, reduzindo o envenenamento do ar pelos gases de escapamento.

Quer dizer, além de, sendo combustível verde, estar inserido no ciclo do carbono vivo e não liberar para a atmosfera carbono retido em fósseis, o álcool implica outra vantagem que é ambiental, mais técnica.

A introdução do álcool combustível no Brasil, de fato, possibilitou o desenvolvimento de tecnologias inovadoras nacionais, tanto na área tecnobiológica, com a seleção de novas cepas de cana-de-açúcar, de mais elevada produtividade – o que foi realizado com a inestimável colaboração da nossa Embrapa –, quanto no setor industrial, com melhorias introduzidas nas usinas e até no próprio campo, com a mecanização da colheita de cana.

É inevitável para mim, neste ponto, dada a minha visão da política e da economia, profundamente comprometido que estou com o progresso econômico que alie o aumento da produção à melhor distribuição dos rendimentos, fazendo uma crítica, pequena mas incisiva, ao caminho tomado pela indústria do álcool em nossa economia. É que, em sua origem, o Proálcool previa a possibilidade produção do combustível a partir de outros tipos de biomassa como mandioca e a inclusão da agricultura familiar entre as fontes de fornecimento dos insumos industriais.

Isso não aconteceu por diversas razões, entre as quais a urgência em garantir o suprimento de álcool para um parque automobilístico crescentemente integrado por veículos a álcool, nos anos 80, e a condução do programa, em seu início, por um governo autoritário e antipopular. A introdução do álcool combustível, malgrado seus méritos ambientais e econômicos, acabou por consolidar uma indústria verticalizada e concentradora de renda – infelizmente, o destino de tantas boas idéias no Brasil.

Aliás, a atual elevação dos preços do álcool ao consumidor é mais uma conseqüência negativa dessa concentração do setor. De fato, mais que um efeito de entressafra sobre a relação entre oferta e demanda, verifica-se que um número pequeno de megausineiros

detém excessivo poder sobre o mercado e determina os preços à sua conveniência. Isso não ocorreria, por certo, se outro houvesse sido o encaminhamento do programa do álcool.

Esse erro de política econômica, tão característico de nossa história até hoje, de promover o desenvolvimento material sem atentar para as necessidades da população nem para a justiça social, temos a chance de evitá-lo agora ao iniciarmos a implantação no País, sob o Governo popular e democrático do Presidente Lula, de um novo e revolucionário combustível que é o biodiesel.

Pois eis a grande novidade, Sr. Presidente: com a assinatura, dia três de fevereiro, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, dos primeiros contratos de compra de *biodiesel*, começa a se realizar o sonho do engenheiro Expedito Parente, que, já no início dos anos 80, pesquisava na Universidade do Ceará a tecnologia de transesterificação de óleos para a produção de um sucedâneo nacional do derivado de petróleo mais consumido no País. Cumpre dizer que as necessidades de diesel impunham, mesmo nessas décadas de aplicação bem-sucedida do Proálcool, um limite à nossa capacidade de redução da dependência.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte? (Assentimento do orador.) Senador Sibá Machado, estou ouvindo, com muita atenção, o pronunciamento de V. Ex^a. Congratulo-me pelo pronunciamento, inclusive pela citação do Professor...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Expedito Parente.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Expedito Parente. Indiretamente, acompanhei um pouco esses estudos porque, por trás, financiando por intermédio de organismo que dirigiu ou no exercício parlamentar, teve uma participação fundamental o nosso colega, Senador Alberto Silva. O Senador Alberto Silva, na década de 70, presidiu a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos e, a partir daí, começou, na Universidade do Ceará, com a participação do Professor Expedito Parente, a fazer estudos, procurando alternativas para combustível no Brasil. Exatamente numa época em que nós tínhamos o Proálcool, mas já havia a primeira sinalização de que aquele programa poderia não dar certo. De modo que eu queria apenas registrar nos Anais da Casa, por dever de justiça, a importância do engenheiro e nosso colega Senador Alberto Silva nessa saga brasileira de encontrar alternativas para combustível no Brasil. Muito obrigado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, também mesmo por um dever nosso de registrar as autorias. Eu desconhecia a participação

do Senador Alberto Silva nesse período; conheço a militância dele atualmente. Faço integrar o aparte de V. Ex^a ao meu pronunciamento.

Sr. Presidente, eu gostaria muito de concluir este pronunciamento e pediria a V. Ex^a que tivesse um pouquinho mais de paciência comigo.

Agora um novo horizonte se descortina para o Brasil, favorecido pela auto-suficiência em petróleo conseguida pela Petrobras e pela implantação efetiva do programa do biodiesel. Quatro empresas assinaram contrato com o Governo Federal: a Brasil Biodiesel, do Piauí, a Granol, de São Paulo, a Soyminas, de Minas Gerais, e Agropalma, do Estado do Pará, que produzirão um total de 65,3 milhões de metros cúbicos anuais a serem adquiridos pela Petrobras, por 50 milhões de reais.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Sibá, permite um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Pois não, Senador.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Olha, eu já fui professor de Biologia...

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador Sibá, eu já dei duas prorrogações a V. Ex^a.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador Mão Santa, só um instante, antes do aparte de V. Ex^a.

Eu compreendo que já foram feitos aqui sucessivos entendimentos sobre a tarde de hoje. Mas eu pediria ao Presidente que pudesse estender o meu tempo para que ouvíssemos todos. Eu teria um prejuízo grotesco se eu não concluísse aqui o meu pronunciamento, Sr. Presidente. Eu compreendo V. Ex^a, mas, como esta Casa tem usado as sessões não deliberativas para falarmos à vontade...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Sr. Presidente, V. Ex^a não tem o direito de cercear a Nação de ouvir o pensamento do nosso companheiro Sibá Machado.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – E eu como irmão piauiense gostaria de dar uma contribuição.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Peço complacência, Sr. Presidente. Eu gostaria de ouvir o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Sibá Machado, a V. Ex^a que veio lá de União, eu gostaria de citar Franklin Delano Roosevelt, que governou quatro vezes os Estados Unidos: “Todo homem que vejo é superior a mim em um determinado assunto e eu procuro aprender”. Olha o melhor pronunciamento que ouvi foi o do professor José Agripino. Ele falou sobre economicidade. Depois de governar o Estado ele foi dirigir uma multinacional que trabalhava com tudo

isso. E demonstrou da tribuna do Senado, ele ensinou aos que fazem a Petrobras, aos que estão cultivando os óleos vegetais – atentai bem! – que têm que ver a economicidade da solução.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Continuo, Sr. Presidente.

Pelo plano, as entregas devem ter tido início já no mês passado.

Segundo informa o Ministério do Desenvolvimento Agrário, esses contratos significam a inclusão econômica de 40 famílias de agricultores no projeto piauiense, de 200 famílias no Pará, e de cerca de duas mil famílias em cada um dos outros projetos como os de Minas e São Paulo. E isso é somente o começo, a primeira roda de contratos. Temos a certeza de que projetos do tipo se multiplicarão nos próximos anos, com milhares de novos pequenos agricultores sendo beneficiados.

Uma das principais vantagens do biodiesel é o fato de poder ser produzido a partir de uma grande quantidade de oleaginosas, o que permite encontrar, em cada área, o vegetal de maior adequação econômica, ambiental e até cultural, de acordo com as tradições agrícolas locais. Na Bahia, por exemplo, dentro do Pro-biodiesel Bahia, realizou-se um zoneamento do Estado que apontou a vocação litoral Sul para a utilização do dendê como matéria-prima; da mamona, no Vale do São Francisco, e da soja, no Oeste do Estado.

Quem brincou o carnaval da capital baiana, atrás do trio elétrico, este ano, talvez não tenha tomado conhecimento imediato, mas já respirou um ar mais limpo, porque dez trios elétricos rodaram pelas ruas de Salvador queimando mistura de biodiesel. A realização inédita foi possível graças a um acordo de cooperação entre o Governo do Estado, a Prefeitura de Salvador, a Universidade Estadual de Santa Cruz, de Ilhéus, a Universidade Salvador e a Empresa de Turismo de Salvador juntamente com a Associação dos Produtores de Música do Estado da Bahia.

No Paraná também está avançando o projeto para a implantação de uma unidade de biodiesel.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador Sibá Machado, é muito interessante que os trios estavam queimando diesel, mas é lamentável que outros queimassem outras coisas e o número de ocorrência policial e morte por *overdose* foram muito grandes.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Infelizmente. Mas, já é um começo a redução do impacto ambiental.

Sr. Presidente, esses fatos demonstram o potencial de produção e utilização do combustível verde nas

diversas regiões do país. E não há dúvidas de que as experiências se generalizarão.

Pela Lei nº 22.091, de 2005, a adição do combustível verde ao diesel de origem mineral, desde já autorizada na proporção de 2%, passará a ser obrigatória nesse percentual, a partir de 2008; em seguida, a autorização passará a 5%, fração que será obrigatória a partir do ano de 2013. O objetivo final é o de termos, em 2020, o biodiesel representando 20% de todo o diesel consumido no Brasil. Para tornar possível essa progressão, nesse início em que a disponibilização do biodiesel ainda sairia mais caro que a do diesel de petróleo, foi estabelecida uma tributação específica, com isenção integral do PIS e da Cofins, para a agricultura familiar das Regiões Norte e Nordeste, e com a redução de quase 90% desses tributos nas demais regiões, de modo a tornar atraente o investimento nesse produto.

Faço rapidamente, Sr. Presidente, o panorama do biodiesel no Acre. Começamos um trabalho para incluir o Estado do Acre na rota da produção dos biocombustíveis. Uma primeira iniciativa é a reestruturação de uma usina de álcool conhecida lá como Alcoobrás, financiada nos anos 80 pelo Banco do Brasil e que estava paralisada em função da falência dos primeiros investidores. Agora, o Governo do Estado retoma essa usina, em um acordo com empresários e a participação da comunidade local, criando o Pólo Sucroalcooleiro do Acre.

Para a implementação desses investimentos, o Acre selecionou empreendedores nacionais e produtores do entorno da usina. Também estão sendo envolvidos pequenos agricultores de dois assentamentos do Incra onde se localiza a Usina. O novo empreendimento chama-se Álcool Verde e estará produzindo, inicialmente, cinco mil hectares de cana. O objetivo é chegar aos dezoito mil hectares, valor da sua capacidade plena.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Já estou indo para a conclusão, Sr. Presidente. Peço somente mais um instante.

Importante também ressaltar a criação de um Grupo de Trabalho do Biodiesel, que vem coordenando todos os trabalhos. Esse grupo de trabalho é formado pela Fundação de Tecnologia do Acre – Funtac, a Embrapa e a universidade, juntamente com a Eletro-norte, o Incra e a Secretaria de Assistência Técnica do Governo local.

No momento, está sendo concluído o zoneamento para o plantio de mamona e dendê. Estudos da Embrapa

pa indicam a possibilidade de cultivo do dendê como oleaginosa principal para a produção do biodiesel.

A instalação de duas Unidades de Transterificação dos óleos em combustíveis, a adequação e domínio tecnológico, bem como a formação de mão-de-obra por parte da Funtac e da universidade são iniciativas também em execução. Já o Incra está encaminhando a implantação de um assentamento exclusivo para o plantio de oleaginosas, o futuro assentamento chamado Baixa Verde, voltado para o plantio de dendê e mamona, envolvendo a agricultura familiar.

Sr. Presidente, eu sei que V. Ex^a foi bastante complacente comigo. Mas quero falar da minha alegria em ver o meu Estado dentro da rota do biocombustível.

Hoje a União Européia – especialmente a Alemanha e outros países que a compõem –, os Estados Unidos e a própria fomentação desse combustível na matriz energética brasileira fazem com que hoje se necessite de setenta novas usinas de álcool e, com certeza, uma produção de mais de quinhentos milhões de litros de biodiesel, que vai fomentar a agricultura familiar na matriz de energia.

Assim sendo, agradeço a tolerância de V. Ex^a e peço que dê como lido o restante dos detalhes deste discurso, porque eu gostaria de utilizá-lo no futuro.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR SIBÁ MACHADO.

BIODIESEL: A PONTE PARA A ENERGIA DO FUTURO

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

A edição da quarta-feira de cinzas do matutino carioca *O Globo* informava-nos do interesse da França pelos combustíveis verdes. Segundo a matéria, o governo daquele país abriu licitação para a produção de 1,1 milhão de toneladas de biocombustível somente este ano, sendo 950 mil toneladas de *biodiesel* e 150 mil toneladas de etanol. Há algumas semanas, o presidente norte-americano George W. Bush, reconhecidamente ligado, por sociedade, aos interesses da indústria do petróleo, elogiava o Brasil pelo sucesso na substituição de combustíveis fósseis por seus sucedâneos de origem vegetal.

Tabela 1. Composição da matriz de energia.

Fonte	Mundo	Brasil
Petróleo	35,3	43,1
Carvão mineral	23,2	6,0
Gás natural	21,1	7,5
Biomassa tradicional	9,5	8,5
Energia Nuclear	6,5	1,8
Energia Hidroelétrica	2,2	14,0
Biomassa moderna	1,7	23,0
Outras energias renováveis	0,5	0,1

Fonte: IEA (Mundo) e MME (Brasil).

Essas são informações que precisamos destacar do ruído de fundo do noticiário cotidiano, e por pelo menos duas razões: primeiro, porque provêm de dois países diametralmente divergentes quanto a suas preocupações ambientais e quanto a seus interesses geopolíticos globais; em segundo lugar porque, a despeito de suas diferenças, as autoridades dos dois países convergiram para aquilo que nós, brasileiros, já sabemos e defendemos há muito tempo: a constatação de que o futuro energético do mundo está inevitavelmente ligado ao uso do biocombustível.

Com efeito, a economia brasileira do último quarto de século não pode ser estudada nem compreendida sem o reconhecimento do papel decisivo do Programa Nacional do Álcool na redução de nossa dependência ao petróleo importado e, por conseguinte, no equilíbrio do balanço de pagamentos. Os dois choques do petróleo da década de 1970 apanharam nosso País em situação de grande fragilidade, porque estruturado em uma matriz de transportes predominantemente rodoviária, apesar da falta de produção significativa do insumo energético fóssil. A terrível crise da dívida do início dos anos 80 e o esforço pela generalização do uso do álcool foram as conseqüências, uma negativa, a outra muito positiva, da crise causada pelos dois embargos da Opep aos importadores de petróleo.

É inegável o sucesso do álcool combustível no País. Já consideramos como parte da ordem natural das coisas o fato, na verdade incomum aí pelo mundo, de usarmos, mesmo nos veículos movidos a gasolina, uma adição significativa de álcool - da ordem de 20 a 25 por cento em volume. Uma vantagem da adição do álcool à gasolina, fundamental, mas nem sempre bem divulgada, é o aumento do índice de octanas da mistura, que possibilitou, inclusive, a abolição do uso do chumbo tetraetila como aditivo antidetonante, reduzindo o envenenamento do ar pelos gases de escapamento.

Quer dizer: além de, sendo combustível verde, estar inserido no ciclo do carbono vivo, e não liberar para a atmosfera carbono retido em fósseis, o álcool implica outra vantagem ambiental, mais técnica.

A introdução do álcool combustível no Brasil, de fato, possibilitou o desenvolvimento de tecnologias inovadoras nacionais, tanto na área tecnobiológica, com a seleção de novas cepas de cana-de-açúcar, de mais elevada produtividade - o que foi realizado com a inestimável colaboração da Embrapa -, quanto no setor industrial, com melhorias introduzidas nas usinas, e até no próprio campo, com a mecanização da colheita da cana.

É inevitável para mim, neste ponto, dada a minha visão da política e da economia, profundamente compromissado que estou com um progresso econômico que alie o aumento da produção à melhor distribuição dos rendimentos, fazer uma crítica, pequena, mas incisiva, ao caminho tomado pela indústria do álcool em nossa economia. É que, em sua origem, o Proálcool previa a possibilidade de produção do combustível a partir de outros tipos de biomassa, como a mandioca, e a inclusão da agricultura familiar entre as fontes de fornecimento dos insumos industriais.

Isso não aconteceu por diversas razões, entre as quais a urgência em garantir o suprimento de álcool para um parque automobilístico crescentemente integrado por veículos a álcool, nos anos 80, e a condução do programa, em seu início, por um governo autoritário e antipopular. A introdução do álcool combustível, malgrado seus méritos ambientais e econômicos, acabou por consolidar uma indústria verticalizada e concentradora de renda - infelizmente, o destino de tantas boas idéias no Brasil.

Aliás, a atual elevação dos preços do álcool ao consumidor é mais uma consequência negativa dessa concentração do setor. De fato, mais que um efeito de entressafra sobre a relação entre oferta e demanda, verifica-se que um número pequeno de megausineiros detém excessivo poder sobre o mercado, e determina os preços à sua conveniência. Isso não ocorreria, por certo, se outro houvesse sido o encaminhamento do programa do álcool.

Esse erro de política econômica, tão característico de nossa História até hoje, de promover o desenvolvimento material sem atentar para as necessidades da população nem para a justiça social, temos a chance de evitá-lo agora, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, ao iniciarmos a implantação no País, sob governo popular e democrático, de um novo e revolucionário combustível verde: o *biodiesel*.

Pois eis a grande novidade, Senhor Presidente: com a assinatura, dia três de fevereiro, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, dos primeiros contratos de compra de *biodiesel*, começa a se realizar o sonho do engenheiro Expedito Parente, que, já no início dos anos 80, pesquisava na Universidade do Ceará a tecnologia de transesterificação de óleos para a produção de um sucedâneo nacional do

derivado de petróleo mais consumido no País. Cumpre dizer que as necessidades de *diesel* impunham, mesmo nessas décadas de aplicação bem-sucedida do Proálcool, um limite a nossa capacidade de redução da dependência.

Agora um novo horizonte se descortina para o País, favorecido pela auto-suficiência em petróleo, conseguida pela Petrobrás, e pela implantação efetiva do programa do *biodiesel*. Quatro empresas assinaram contratos com o Governo Federal: a Brasil Biodiesel, do Piauí, a Granol, de São Paulo, a Soyminas, de Minas Gerais, e a Agropalma, do Estado do Pará, que produzirão um total de 65,3 milhões de metros cúbicos anuais, a serem adquiridos, pela Petrobrás, por 50 milhões de reais. Pelo plano, as entregas devem ter tido início já no mês passado.

Segundo informa o Ministério do Desenvolvimento Agrário, esses contratos significam a inclusão econômica de 40 famílias de agricultores no projeto piauiense, de 200 famílias no Pará, e de duas mil famílias em cada um dos outros dois projetos. E isso é somente o começo, a primeira rodada de contratos. Tenho certeza de que projetos do tipo se multiplicarão nos próximos anos, com milhares de pequenos agricultores beneficiados.

Uma das principais vantagens do *biodiesel* é o fato de poder ser produzido a partir de uma grande variedade de oleaginosas, o que permite encontrar, em cada área, o vegetal de maior adequação econômica, ambiental e até cultural, de acordo com as tradições agrícolas locais. Na Bahia, por exemplo, dentro do Probiodiesel Bahia, realizou-se um zoneamento do Estado que apontou a vocação do litoral Sul para a utilização do dendê como matéria-prima, da mamona no vale do São Francisco e da soja e do algodão no Oeste do Estado.

Quem brincou o carnaval da capital baiana atrás do trio elétrico este ano talvez não tenha tomado conhecimento imediato, mas já respirou ar mais limpo, porque dez trios rodaram pelas ruas queimando mistura com *biodiesel*. A realização inédita foi possível graças a um acordo de cooperação entre o Governo do Estado, a Prefeitura de Salvador, a Universidade Estadual de Santa Cruz, de Ilhéus, a Universidade Salvador, a Empresa de Turismo de Salvador, a Associação de Produtores de Música do Estado da Bahia, e outros participantes.

No Paraná também está avançado o projeto para a implantação de uma unidade de produção de *biodiesel*, em um trabalho conjunto da Secretaria de Estado de Ciência,

Tecnologia e Ensino Superior (Seti), do Instituto Tecnológico do Paraná (Tecpar), e do Centro Brasileiro de Referência em Biocombustíveis (Cerbio).

Esses fatos demonstram o potencial de produção e de utilização do combustível verde nas diversas regiões do País. Não há dúvidas de que as experiências se generalizarão.

Pela Lei de nº 22.091, de 2005, a adição do combustível verde ao *diesel* de origem mineral, desde já autorizada na proporção de dois por cento, passará a ser obrigatória, nesse percentual, a partir de 2008; em seguida, a autorização passará a cinco por cento, fração que será obrigatória a partir de 2013. O objetivo final é o de termos, em 2020, o *biodiesel* representando vinte por cento de todo o *diesel* consumido no País.

Para tornar possível essa progressão, neste início em que a disponibilização do *biodiesel* ainda sairia mais caro que a do *diesel* de petróleo, foi estabelecida uma tributação específica, com isenção integral do PIS e da Cofins, para a agricultura familiar do Norte e do Nordeste, e com a redução de quase 90 por cento desses tributos nas demais regiões, de modo a tornar atraente o investimento nesse

produto. Mas muito em breve as vantagens econômicas diretas e indiretas do *biodiesel* se imporão, e veremos o dia em que, tanto quanto se dá hoje com o álcool, teremos dificuldade em entender como foi possível a vida antes do combustível alternativo.

No Acre, começamos um trabalho para incluir o Estado na rota da produção dos biocombustíveis. Uma primeira iniciativa é a reestruturação de uma usina de álcool conhecida como Alcoobrás, financiada nos anos 80 pelo Banco do Brasil e que estava paralisada em função da falência dos primeiros investidores. O Governo do Estado adquiriu este patrimônio e criou, com a aprovação da Assembléia Legislativa, o Pólo Sucroalcooleiro do Acre.

Para a implementação destes investimentos o Estado do Acre selecionou empreendedores nacionais e produtores do entorno da usina. Também estão sendo envolvidos pequenos agricultores de dois assentamentos do Incra onde se localiza a Usina. O novo empreendimento chama-se *Álcool Verde* e estará produzindo inicialmente 5 mil hectares de cana. O objetivo é chegar aos 18 mil hectares, valor da capacidade plena.

Importante também ressaltar a criação de um Grupo de Trabalho do biodiesel que vem coordenando todos os trabalhos. O GT é formado pela Funtac, Embrapa, Ufac, Eletronorte, Incra, Seater entre outros. No momento está sendo concluído o zoneamento para o plantio de mamona e dendê. Estudos da Embrapa indicam a possibilidade de cultivo do Dendê como oleaginosa principal para a produção do Biodiesel no estado consorciando nos dois primeiros anos com a mamona.

A instalação de duas Unidades de Transterificação dos óleos em combustíveis, a adequação e domínio tecnológico, como a formação de mão de obra por parte da FUNTAC e UFAC é iniciativa também em execução. Já o INCRA está encaminhado a implantação de um assentamento (Baixa Verde) voltado para o plantio do Dendê que será o primeiro Pólo Produtor de oleaginosa e produção de biodiesel do Acre.

Para finalizar com mais um argumento econômico, lembrarei a possibilidade, aberta pelo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, do Protocolo de Quioto, de países emergentes venderem créditos de captura de carbono para as nações mais desenvolvidas. Isso significa que o Brasil poderá auferir ganhos em cima de ganhos com a novidade:

inclusão social, alívio na balança comercial pela redução das importações de *diesel*, menor dependência de combustíveis fósseis em vias de esgotamento, menos poluição, exportação de *biodiesel* e de créditos de carbono, enfim, é toda uma nova era que se inicia.

Sim, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, o Brasil deixa o clima de negativismo das últimas décadas e volta a ter a confiança de ser o país do futuro. Futuro que vem da agricultura, do povo e da proteção à natureza.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Com a palavra o Senador Tião Viana, conforme o acordo, por cinco minutos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Augusto Botelho, serei completamente obediente ao tempo proposto por V. Ex^a.

Trago, na condição de cristão católico, um documento político, apresentado pela Igreja Católica no dia de hoje, que diz respeito ao eventual estremecimento das relações entre o Governo e a Igreja, especialmente por meio da CNBB, no lançamento e debate sobre a Campanha da Fraternidade.

O Cardeal Dom Geraldo Majella Agnelo, Arcebispo de Salvador, na Bahia, Presidente da CNBB, emite nota que acho mais do que relevante sua leitura. A referida nota coloca a polêmica no devido local: o da serenidade, de uma relação institucional madura, que deve nortear o Governo e a Igreja Católica.

A nota diz o seguinte:

Brasília, 06 de março de 2006.

Nota de Esclarecimento.

Diante das matérias publicadas pelos jornais, nos últimos dias, a partir da minha entrevista por ocasião do lançamento da Campanha da Fraternidade, quinta-feira, dia 02/0306, esclareço o seguinte:

– Em plena consciência da importância e do respeito às autoridades constituídas, não usei expressões que destoam da dignidade que lhes é devida;

– Não utilizei na entrevista termos como “politicalha para garantir votos”, nem quis dizer

que o Governo Lula seja o mais submisso aos banqueiros da História do Brasil;

– Reconheço que o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem mostrado sensibilidade pelos mais pobres da população, embora insistamos que a situação de desemprego estrutural no País requer medidas também estruturais como condição para a sua estabilidade;

– A CNBB não está fazendo oposição ao Governo, mas apenas chama a atenção para os problemas enfrentados pela nossa população, principalmente na área social; considera este seu dever na missão que lhe é confiada;

– Auguramos que o Bolsa Família, além de responder ao direito à alimentação como direito fundamental à vida, consiga solidificar as mudanças qualitativas que favoreçam a uma real inclusão.

Cardeal Geraldo Majella Agnelo

Arcebispo de São Salvador da Bahia

Presidente da CNBB.

Essa é a expressão, em nota, do Presidente da CNBB, Cardeal Dom Geraldo Majella Agnelo.

Trago, com muita serenidade, esta nota e faço a leitura da tribuna do Senado, porque não ousaria o aproveitamento político-partidário dela. Na minha condição de cristão católico convicto, responsável por ter uma atitude coerente também no meu cotidiano, entendo que o limite dessa nota é a confirmação de uma relação institucional respeitosa entre a CNBB e o Governo do Presidente Lula.

O reconhecimento de avanços sociais estabelecidos pelos programas sociais – é importante que se diga – não são deste Governo, começaram em governos anteriores e agora têm o seu horizonte de expansão. E, ao mesmo tempo, o respeito àquilo que ela julga ser a sua missão natural, que é a missão de expansão da atitude social de governo com a atitude da verdadeira inclusão à dignidade, que vai muito mais além da relação de amparo social que qualquer governo pratique.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Concedeme um aparte, Senador Tião Viana?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Com muito prazer, concedo o aparte ao Senador Arthur Virgílio; depois, ao Senador Flávio Arns e à Senadora Ana Júlia Carepa.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Tião Viana, V. Ex^a sabe da posição que adoto, que é a de procurar não deixar passar em branco inúmeros equívocos que vejo perpetrados pelo Governo do Presidente Lula, que V. Ex^a defende com tão boa-fé, com tanto denodo e com muito equilíbrio. Aproveito para ressaltar a admiração que tenho pela sua atuação. V. Ex^a age como um competente coordenador de vontades, como um verdadeiro líder de base governista. V. Ex^a age com respeito pelos seus colegas, é enérgico nos momentos necessários e é dotado de uma habilidade que o credencia ao respeito e à admiração da Casa. Faço questão de registrar este sentimento que tenho como uma demonstração da atenção com que acompanho a sua carreira pública. Muito obrigado, Senador.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco PT – AC) – Agradeço imensamente a V. Ex^a, que tem como traço de personalidade política e pessoal tratar de frente todo e qualquer assunto, sem nenhum temor pelo juízo de valor que se venha fazer. Por isso, conta com a minha admiração, amizade e respeito.

Na minha casa mesmo, o debate é claro quando é o Senador Arthur Virgílio opositor. Tem a minha esposa dificuldade de entender, às vezes, a intensidade do confronto de oposição, e eu, como advogado de defesa de V. Ex^a, pela compreensão do que é fazer oposição e os momentos de ira que se tem nessa condição.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns. Em seguida, à Senadora Ana Júlia Carepa.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Senador Tião Viana, em primeiro lugar, quero enaltecer a iniciativa de V. Ex^a em fazer a leitura da nota oficial da CNBB sobre as interpretações que aconteceram nos meios de comunicação pelo lançamento da Campanha da Fraternidade – aliás, uma campanha extraor-

dinária em relação às pessoas com deficiência, que são 25 milhões de brasileiros, de acordo com o IBGE. Ao mesmo tempo, quero enaltecer a figura de Dom Geraldo Majella Agnelo, atual Presidente da CNBB e Cardeal de Salvador, que também foi Arcebispo da cidade de Londrina, no Paraná, e, em 1983, portanto 23 anos atrás, iniciou a Pastoral da Criança, que hoje é uma referência no Brasil e no mundo. Muitos países do mundo já adotam a Pastoral, que começou lá na região de Dom Geraldo, no Município de Florestópolis, que dista setenta ou oitenta quilômetros de Londrina. É um grande amigo, uma grande pessoa, alguém equilibrado, com vocação e compromisso com a área social. Eu diria que a nota de Dom Geraldo é altamente esclarecedora. Ela apazigua as interpretações que porventura tenham acontecido após o lançamento da campanha. Ao mesmo tempo, quero dizer que temos que estar permanentemente abertos para uma reflexão sobre todas as nossas ações, independentemente de onde venham, para que, em conjunto, possamos aprimorar o grande objetivo almejado pelo Brasil, que é tornar-se um país desenvolvido, mas principalmente justo com todos os brasileiros. Parabenizo a V. Ex^a.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado.

Ouçó a Senadora Ana Júlia.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Serei breve, Senador, também para me somar aos parabéns que os outros Senadores já lhe deram e dizer que temos aqui uma nota oficial da CNBB que mostra inclusive que a nossa Igreja Católica – também sou cristã – sabe muito bem se colocar e corrigir interpretações indevidas não só de alguns veículos de comunicação, mas também de muitos políticos do Congresso Nacional. Isso é importante para que sociedade também reflita. A Confederação Nacional dos Bispos do Brasil tem de esclarecer as interpretações indevidas. É bom que a sociedade reflita sobre o quanto alguns veículos de comunicação têm se desvirtuado e alguns deles, cada vez mais, até perdido a credibilidade...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – ... exatamente por atitudes como essa que distorcem palavras, tentam impingir a um bispo coisas que ele não disse. Quer dizer, se fazem isso com representante da Igreja Católica, imagine V. Ex^a o que não estão fazendo alguns veículos de comunicação. Por isso, cada vez mais, perdem credibilidade. Parabéns, Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Ana Júlia Carepa.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo muito obrigado à tolerância de V. Ex^a com os minutos que extrapolei. Encerro, lembrando que estamos no período da quaresma, caminhando para a Semana Santa e a Páscoa. O momento mais forte da Igreja Católica, sem dúvida alguma, é essa etapa que se pauta em três sentimentos e ações muito fortes: jejum, oração e doação. Seguramente, essa nota esclarece o respeito da Igreja Católica a qualquer política social solidária e evidentemente impõe uma reflexão mais profunda sobre o que é a verdadeira inclusão, que também é missão própria da Igreja. Quem anda nos bairros e ruas pobres das cidades brasileiras sabe a grandeza de uma mensagem da CNBB, exigindo mais de todo e qualquer governo.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Muito obrigado, Senador Tião Viana.

Solidarizo-me com V. Ex^a. Creio que essa reflexão sobre a CNBB é muito oportuna, principalmente porque estamos na quaresma.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vim falar de um assunto que raramente entra no discurso dos demais congressistas: a omissão. Vim falar de uma cadeia de omissões que o Brasil vem realizando, se é que podemos falar em realizar uma omissão.

A primeira omissão dessa cadeia de sucessivas omissões ocorreu quase 100 anos atrás, Sr. Presidente. Há quase 100 anos, o Exército brasileiro conseguiu acabar com a rebelião de Canudos. Daquela rebelião, um grupo de combatentes foi para o Rio de Janeiro e lá criou a primeira favela. A palavra favela, inclusive, origina-se de Canudos, daquele movimento. Essa favela se chama Morro da Previdência. Cem anos depois, o Exército está outra vez no Morro da Previdência, no Rio de Janeiro, junto aos descendentes – mas claro que muitos não são descendentes – de Canudos.

Qual foi a primeira omissão, Sr. Presidente? A primeira omissão foi que, depois de conseguir acabar com a rebelião de Canudos, não se fez uma reforma agrária na Bahia, não se conseguiu fazer com que as pessoas ficassem nos seus Estados e não emigrassem em direção ao Rio de Janeiro. Foi uma omissão que gerou tudo isso, mas não foi a única que cometemos e que terminou criando a situação que vemos hoje no Rio de Janeiro.

A segunda omissão dessa cadeia foi que, trinta anos depois, começamos a fazer a nossa industriali-

zação, e ainda sem fazer a reforma agrária. Então, fizemos uma industrialização que, além de concentrada em São Paulo, Senador Tuma, não tinha lá na ponta do Nordeste, do Norte, nem mesmo do extremo Sul condições de segurar a população. Criamos um atrativo, que era a industrialização, Senador Arthur Virgílio, em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Centro-Oeste, no Sudeste, e não criamos atrativos nas outras regiões. Era inevitável, por aquela omissão, que as pessoas emigrassem e formassem as grandes cidades, o que é hoje a maior tragédia e o mais difícil problema a ser resolvido. Fizemos uma industrialização concentrada e não distribuída, e não fizemos a reforma agrária nos lugares não-industrializados nem colocamos ali os serviços sociais necessários.

Outra omissão foi termos gastado todo o dinheiro, inclusive da dívida que contraímos, para viabilizar a industrialização, deixando de lado a agricultura naquela hora, deixando de lado a educação, a saúde, a água, o esgoto, a regulamentação do solo nas cidades. Nós – e falo nós brasileiros, mas especialmente os dirigentes deste País – fomos omissos e estamos pagando por essa terrível omissão.

Fomos omissos também quando abandonamos as Forças Armadas nos últimos anos. Temos de reconhecer que mesmo o regime militar nunca investiu o bastante nas Forças Armadas, como vimos em outros países. Os salários dos militares nunca foram privilegiados, nem no tempo do regime militar, o que, de certa forma, é um elogio ao regime militar, mas é também essa omissão de não ter profissionalizado corretamente as Forças Armadas, de não ter investido nos seus salários e de não ter atraído para elas os melhores quadros nacionais.

Essa omissão fez com que, agora, um quartel fosse assaltado. Aquilo que parece uma grande humilhação não para as Forças Armadas, mas para o Brasil inteiro, com um quartel sendo assaltado por bandidos que conseguem roubar armas é fruto da omissão. Essa omissão não é do Exército, mas dos dirigentes brasileiros ao longo do tempo.

Omissão também foi deixarmos de lado as Polícias, não apenas do ponto de vista de equipamentos e da formação, mas também do ponto de vista da promoção cívica da nossa Polícia. Se tivéssemos investido corretamente na Polícia, quando houvesse um assalto a um quartel, não seria preciso que as tropas fossem, pois a Polícia iria aliás, a Polícia nem deixaria que isso acontecesse, mas, se acontecesse, ela resolveria. O Comandante do Exército daria um telefonema para a delegacia ou para o Secretário de Segurança...

(Interrupção do som.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – ...e, em muito pouco tempo, essas armas estariam de volta.

Vejam a cadeia de omissões!

E temo mais uma omissão agora: a de que, assustados com a criminalidade, preocupados com a perda de controle, como tem ocorrido, açodadamente coloquemos as Forças Armadas em uma posição difícil, pela omissão de não resolvermos o problema de outra forma. O que vai acontecer no Brasil se as Forças Armadas atirarem em civis? Quando vamos distinguir qual foi o bandido e qual não foi o bandido morto? Quando brasileiros atirarem nos nossos soldados, o que vai acontecer? Qual será a reação do Brasil quando as Forças Armadas enfrentarem, de fato, a situação – como está acontecendo – e houver conflitos armados nas ruas?

Quando vi hoje a primeira página de **O Globo**, que mostra os soldados subindo os morros com o uniforme do Exército, confesso que me assustei. À primeira vista, pensei que fosse uma foto do Haiti, uma foto de um país em guerra civil, uma foto de um país ocupado.

Além disso, há uma omissão muito grave: a de não saber que, ao colocar o Exército nas ruas, depois ficará difícil levá-lo de volta ao quartel, porque ele não pode sair desmoralizado e talvez não consiga adquirir dignidade rapidamente, pela dificuldade de controlar aqueles meandros das ruas das favelas do Rio de Janeiro.

Assomei à tribuna para falar dessa cadeia de omissões. Não vamos resolver esses problemas apenas com o Exército nas ruas e não tomando as medidas necessárias. O Exército foi feito, treinado e preparado patrioticamente para defender o Brasil de estrangeiros, e nós não nos estamos preparando com as Forças Armadas para, quando houver necessidade, defender-nos. Atualmente existe uma base militar norte-americana a cerca de cinco a dez minutos de Itaipu, e nós não temos força nem para dizer apenas que, se vierem, terão que pagar algum preço. De cinco a dez minutos, com alguns helicópteros, eles tomam Itaipu.

O que aconteceria no Brasil se Itaipu fosse desligada?

Vim aqui, portanto, Sr. Presidente, dizer dessa preocupação, como Senador da República, com todas as omissões do passado e com essa omissão que talvez nós, a nossa geração de Senadores, estejamos cometendo. Com isso, estamos deixando na história uma marca que talvez, daqui a 50 anos, alguém venha a incluir como mais uma omissão nessa cadeia repetitiva e trágica de omissões dos dirigentes brasileiros.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Agradeço a generosidade de V. Ex^a, Sr. Presidente, com o tempo adicional. Talvez tenha sido uma omissão sua não ter cortado o meu tempo, mas creio que foi no sentido de deixar que alguém fale aqui sobre esse tema, que foge daquilo que discutimos todos os dias, mas pelo menos tenta quebrar essa cadeia da omissão.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Senador.

Prolonguei o tempo de V. Ex^a porque entendo que o Brasil já tem uma guerra civil estabelecida na cidade do Rio de Janeiro; agora ficou definida. Em outras cidades também.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que me traz a esta tribuna é uma inquietação que me acompanha já há vários anos e que a cada dia fica pior, ante o crescimento e o poder avassalador da criminalidade, como dizia o Senador Cristovam, em função da omissão dos homens públicos e – por que não dizer? –, um pouco maior, das famílias.

Digo isso porque nem polícia nem políticos existem para criar filho de ninguém. Educação de filho se faz em casa, e é preciso que as famílias comecem a questionar-se sobre o tipo de cidadão que está formando para oferecer à sociedade. São muitos os casos, Senadora Heloísa Helena, que eu gostaria de abordar – ao longo desta semana eu o farei –, mas o tempo é pouco.

Gostaria de registrar uma declaração que o Senador João Batista Motta – seria importante que S. Ex^a estivesse no plenário para fazer um aparte – fez a um jornal do Estado no sentido de que os últimos líderes ou coordenadores de Bancada do Espírito Santo nada fizeram por não terem ligação com o Governador nem com o Governo. Necessariamente, coordenador de Bancada não tem que ter ligação com ninguém, ainda mais no meu caso. Não tenho vocação para subserviência.

Quero responder ao Senador dizendo da infelicidade da sua entrevista e estou passando ao gabinete do Senador João Batista Motta um relatório das minhas atividades. Falo da luta da Bancada Federal do Espírito Santo, a partir da questão dos *royalties* para pagar salários atrasados no Estado, de uma série de outros acontecimentos, de lutas vencidas pela Bancada Federal e pelo Governo do Estado. Essa história de que é preciso estar ligado ao Governador ou ao Governo Federal é balela, só ocorre para quem tem vocação para a subserviência. E isso não é do meu tamanho.

Mandei um ofício ao Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, porque o fenômeno da violência, que campeia em São Paulo e no Rio de Janeiro, tem se agravado bastante, perdeu todos os limites, Senador Augusto Botelho, no seu querido Estado do Espírito Santo, que tanto o ama. Aliás, agradeço muito a V. Ex^a por ter saído de lá, porque cheguei na sua vaga; vim do Nordeste e fiquei no lugar de V. Ex^a, que foi para outro Estado. Muito obrigado. Fui acolhido e recebido pelo seu povo, esse povo amado do Espírito Santo, que me acolheu de braços abertos.

No ofício eu disse ao Ministro da necessidade de o Ministério estar aberto, porque o nosso Secretário de Segurança, Dr. Evaldo, por quem tenho profundo respeito, vive um momento crítico no Espírito Santo. O bonde da criminalidade, comandado a partir dos presídios, está agindo com uma violência tremenda no Estado, onde ônibus são incendiados todos os dias. Trago aqui recortes de jornal do Espírito Santo mostrando ônibus incendiados. Hoje falei com o Dr. Evaldo. Nove dos incendiários estão presos.

Esse bonde é comandado de dentro dos presídios, por conta dessa omissão, Senadora Heloísa Helena, porque não temos presídios para que o sujeito pague a pena com dignidade. O que temos são bolsões de miséria, bolsões de seres humanos, lixos humanos. Um sujeito que come sua marmita em cima de um vaso sanitário é compungido a agir em seu favor, seja como for, e em desfavor da sociedade como um todo. Precisamos construir presídios que dêem dignidade para o indivíduo pagar sua pena.

O Espírito Santo, que tem aumentado tanto a sua arrecadação, onde o petróleo tem, graças a Deus, brotado e jorrado com tanta força, com tanto granito... Os empresários do Fundap no Espírito Santo, chamados pelo Governador, tenho certeza de que cooperarão, porque precisamos de um presídio de segurança máxima para encarcerar os trinta ou cinqüenta mais violentos bandidos e comandantes dessa violência contra a sociedade do meu Estado, a exemplo do que o Presidente Fernando Henrique fez no Acre para o Governador Jorge Viana, irmão do Senador Tião Viana. Precisamos elogiar, Senador Arthur, a atitude do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que não deixou de olhar para o Acre porque o Governo era do PT, Senador Sibá. Fernando Henrique acompanhou toda aquela movimentação e fez um presídio para encarcerar a quadrilha de Hildebrando Pascoal e mais alguns quadrilheiros. Não importa qual era o Governo do Acre, Fernando Henrique foi lá e fez.

A construção desse presídio, feito tão rapidamente, pode também ocorrer no meu Estado, o Espírito Santo, para recolher os cinqüenta mais violentos que têm comandado esse bonde e colocado a sociedade

de um Estado pequeno, de um povo trabalhador e pacífico – V. Ex^a sabe disso –, em estado de pânico.

A sociedade vai receber com muita alegria a notícia de que esse presídio será construído. É preciso uma ação enérgica com relação ao sistema carcerário tanto do meu Estado quanto do Brasil.

Senador Romeu Tuma, eu gostaria de ir além com este assunto, mas não tenho tempo para tal. Eu tenho aqui os recortes, os suspeitos, os incendiários presos... Temos a palavra do nosso juiz, Dr. Carlos Eduardo, da Vara de Execuções Penais, um juiz honrado, decente, um jovem valente, que tem ajudado muito a sociedade do Espírito Santo no combate ao crime organizado.

É um terrorismo tão grande, Senador Augusto Botelho, que o Ministro Edson Vidigal esteve em meu Estado e qualificou a ação como de terrorismo, conclamando as autoridades a uma ação enérgica. Terrorismo no Espírito Santo!

“Bandidos queimam outro ônibus em Vila Velha”, e assim vai. Amanhã, teremos aqui um ato em que pessoas virão trazer 1,3 milhão de assinaturas pedindo a redução da maioria penal. Tenho um projeto aqui que está apensado a outros que estão com o Senador Amir Lando, e eu gostaria que o Senador Amir Lando começasse a discutir o assunto, porque a sociedade deseja sua discussão.

O Senador Romeu Tuma, o delegado, o “xerife” do Brasil, sabe o que tem ocorrido...

(Interrupção do som.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – ... a partir da ação de homens de 17 anos, homens de 18 anos, que geram filhos, que estupram, que têm direito a voto e que são chamados de crianças, Senador Sibá Machado. Quando a polícia põe a mão neles, logo dizem: “Tira a mão de mim! Sou criança, estou protegido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente!”

Liana Friedenbach, cujo pai estará aqui amanhã, é aquela menina que foi estuprada, de que menores abusaram durante quatro dias e depois mataram. Pois minha PEC, que leva seu nome, Liana Friedenbach, pede a redução não para 16, mas para 13 anos. Estou pedindo redução para 13 anos para suscitar a discussão, porque, na verdade, não quero nada. Na verdade, acho que todo cidadão brasileiro que atentar com crime de sangue contra a integridade física de alguém ou crime hediondo de natureza moral a partir do estupro deve perder o direito a sua menoridade, deve ser considerado maior, para que sofra as penas da lei. Se um menino estiver mamando no peito da mãe, com um dia de nascido, e saltar do peito da mãe, pegar uma escopeta e sair dando tiro na escola, ele vai perder a menoridade. Isso é pedagógico! É preciso ensinar isso!

Não são doze, quinze ou cem assinaturas; são um milhão e trezentas mil assinaturas. E agora estamos querendo fazer plebiscito para ver se a sociedade quer que feche bingo ou que abra bingo, para ver se a sociedade quer ou não quer contravenção. Isso é brincadeira! Basta encomendar pesquisas sobre a redução da maioridade penal para se verificar, imediatamente, a vontade maciça da sociedade brasileira.

Amanhã vou receber e estarei junto a todos aqueles que vão trazer um milhão e trezentas mil assinaturas.

Há um terceiro assunto, que quero discutir aqui durante esta semana, que é a redução da pena para quem comete crime hediondo.

No Brasil, a única coisa que me falta ver é chover para cima, porque o resto eu já vi de tudo. Então, quer dizer que o sujeito estupra, atenta contra a honra de uma família, mete um revólver 38 na boca de um trabalhador, chama-o de vagabundo, estupra a mulher dele na sua frente e, como não temos condição de construir um novo sistema prisional, a única solução é colocá-lo na rua.

A sociedade está cada dia mais descrente com a classe política. É só o bandido levantar a asa que todo mundo se acovarda e anda para trás. É verdade que o maior trabalho contra a violência tem de ser preventivo, não curativo, na base do enfrentamento. Mas é necessário que haja instrumentos duros. E se não criarmos uma lei de exceção para os próximos dez anos neste País, vamos ficar reféns e prisioneiros nos próximos dez anos. Vamos ter de pedir autorização aos traficantes do asfalto para as *vans* dos nossos filhos passarem para eles irem à escola. Vamos pedir autorização a traficantes para embarcarmos no aeroporto, para virmos trabalhar, porque daqui a dez anos, com essa covardia, com esse comportamento mole dos homens públicos do Legislativo e do Judiciário, o tráfico de drogas e o crime organizado, infelizmente, vão tomar conta deste País. Eles vão dar ordens aos empresários, dizendo para fechar a empresa, para abrir a empresa, dizendo quando ela pode ou não pode funcionar. Cercarão esta Casa e dirão “você não trabalharão de terça a sexta-feira”.

Só um cego – que me perdoem os cegos, que sabem tudo, pois estudam e lêem. Eu não quero nem citar isso. Desculpem-me. Só aqueles que se elegem com o dinheiro da contravenção lutam contra o discurso que estou fazendo, dizem não à tese que estou defendendo.

Quero pedir ao cidadão brasileiro que está vendo a TV Senado que, pelo amor de Deus, mande *e-mail* aos Senadores e aos Deputados Federais falando da sua realidade, dos seus medos, dos seus filhos, das suas crianças, do tráfico de drogas que campeia no seu bairro. Não é preciso dizer o nome de ninguém,

mas fale sobre essa desgraça que vem se estabelecendo. E agora, mamãe – mamãe, me acode! –, vamos reduzir a pena e dar progressão de regime para crime hediondo?

Com todo o respeito que tenho pelo Ministro Márcio Thomaz Bastos, Ministro da Justiça não pode ser advogado. Ministro da Justiça tem que ser um homem do Ministério Público, um delegado, alguém que luta pelos interesses coletivos, não individuais. Amanhã ele vai deixar de ser Ministro e voltar a advogar, e quanto mais frouxa for a lei, melhor será, quanto mais brecha tiver, melhor será, quanto mais filigrana tiver, melhor será.

Apelo a você que está em casa para que, pelo amor de Deus, façamos uma grande corrente. Estou me sentindo como João Batista, falando sozinho no deserto neste momento. É preciso...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Magno Malta...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Com a palavra o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Estamos, atentamente, ouvindo V. Ex^a, que tem pautado sua vida na luta contra a criminalidade. Testemunho que, quando eu governava o Estado do Piauí, V. Ex^a nos ajudou a combater o crime organizado prendendo o Coronel Correia Lima. A Senadora Heloísa Helena disse que o Ministro Márcio Thomaz Bastos advoga defendendo acusados de crimes comuns e financeiros, mas quero dar um testemunho. Eu me lembro de que ele quis, com o Governador do Piauí, que Beira-Mar fosse hóspede daquele Estado. Os três Senadores do Piauí nos rebelamos e não permitimos. Ele disse que ia fazer cinco penitenciárias de alta segurança. Está terminando o mandato do “Lulinha paz, amor e mentira” e eu não conheço nenhuma penitenciária de alta segurança. Então, além de tudo, o Ministro mentiu aqui no Congresso. E eu aprendi com meu pai que quem mente rouba.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Obrigado, Senador Mão Santa.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Com a palavra o meu querido Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Peço desculpas ao Presidente, mas estou com o coração apertado ouvindo V. Ex^a. É claro que há uma evolução ou uma involução no processo de diminuir a criminalidade. Enquanto a criminalidade cresce, as providências decrescem. Então, V. Ex^a se coloca no âmago desse problema. Quando dizem que os praticantes de crimes hediondos podem ir para a rua após cumprirem um sexto da pena, estão fazendo um cálculo aritmético de quantos cabem na cadeia e quantos têm que

estar na rua. Ninguém está pensando na sociedade, que, amanhã, terá uma reincidência permanente desses criminosos de alta periculosidade. Com um sexto da pena, Senadora? Isso é uma violência à alma de qualquer cidadão. V. Ex^a dará 1,3 milhão assinaturas. Penso que, a essa altura, há mais de 100 milhões de brasileiros aplaudindo essa exigência de V. Ex^a, para que se pense melhor. Hoje, ouvi o Senador Demóstenes, nessa tribuna, dizendo que foi encarregado de fazer um projeto para modificar o aspecto da progressão das penas no caso de crime hediondo. Temos o Rio de Janeiro como exemplo. Em São Paulo também há crime. Só que as organizações criminosas passaram a comandar quase que o governo democraticamente estabelecido. No Espírito Santo, participei de operações especiais há alguns anos – 10, 12 anos –, e volta a criminalidade a comandar as operações com um governo de bem. Paulo Hartung é um Governador de bem. Essa omissão ocorre há muito tempo. Senador Mão Santa, ouvi, no primeiro dia de Governo, que seriam feitos no mínimo meia-dúzia de presídios de segurança máxima. Pergunto: onde está a pedra fundamental do primeiro, Senadora Heloisa Helena? Há uma pedra fundamental em Alagoas ou em qualquer outro lugar? Não. Senador, não vou mais tomar o seu tempo, mas a revolta e a mágoa são grandes. A sociedade tem o direito de ser defendida. V. Ex^a se refere à situação daqui a dez anos, eu me refiro a seis meses. Não vamos esperar dez anos, porque, em dez anos, sem dúvida alguma, o caos será total, e não teremos mais como reverter o processo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Muito obrigado, Senador Tuma. Enriquece muito o meu pronunciamento a sua experiência, o seu conhecimento da matéria.

Quero conclamar a sociedade brasileira que nos vê a fazer uma grande corrente. Precisamos modificar a Constituição brasileira e precisamos inserir prisão perpétua neste País para narcotráfico e crime organizado.

Eu gostaria de contar com os senhores que estão em casa me ouvindo. É hora de fazermos coro: prisão perpétua! Senhora e senhor que me vêem, que me ouvem, que tiveram alguém estuprado na família, barbaramente assassinado, que sofreu assalto seguido de morte ou crime hediondo cujos autores estão na cadeia com a perspectiva de sair – por benevolência ou bondade de quem? –, quero conclamá-los a não aceitar, a nos levantar, a fazer um grande levante nacional em favor da segurança dos nossos filhos, em favor da segurança das escolas, daqueles que são verdadeiramente donos das praças, que recolhem impostos, daqueles que são verdadeiramente donos das ruas, que recolhem impostos.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, gostaria de ter tempo, mas esta semana tratarei de cada assunto desse especificamente. Temos uma dívida com a Polícia Federal. Este País precisava ter mais de 20 mil homens na Polícia Federal e tem apenas sete mil.

Quero encerrar parabenizando o Exército, Senador Romeu Tuma. Parabéns para o Exército! As fotografias e a televisão mostram 1.500 homens na rua. Parabéns para o Exército! Quando eu falava da tribuna da Câmara Federal e do Senado Federal que o Exército poderia criar unidades, juntamente com a Marinha e com a Aeronáutica, para levar para as fronteiras e, numa ação conjunta com a Polícia Federal, guardar as fronteiras de um País aberto, por onde passam todo tipo de contrabando, tráfico de drogas, inclusive tráfico mulheres e crianças, houve reação das Forças Armadas. “O homem pode se contaminar, não estamos preparados para isso”. Mas foi só roubar fuzis do Exército que colocaram 1.500 homens nas ruas. Parabéns! Isso quer dizer que o Exército tem efetivo, bem como a Marinha e a Aeronáutica, para colocar homens nas fronteiras, guardando as nossas fronteiras.

Meu Senador Presidente, Brasília tem sete mil marinheiros, e nem mar há em Brasília. V. Ex^a quer ver mais o quê, além de chover para cima? São sete mil marinheiros em Brasília, e nem mar há aqui. Temos sete mil homens na Polícia Federal, Senador Flávio Arns.

Sr. Presidente, vou encerrar, porque, como esse tema é muito vasto e profundo, precisamos tratá-lo com profundidade, mas quero parabenizar o Exército, que está subindo os morros – imagino que não seja para matar civis, mas para proteger as pessoas de bem. Na Rocinha, há milhares de pessoas e uma meia-dúzia de bandidos que, com intimidação e medo, impõem uma situação dolorosa a uma população simples de pessoas pobres.

Na guerra, Senador Flávio Arns, quando se toma o terreno do inimigo, toma-se o aparelho do inimigo e o assume, põe ali a sua bandeira, os seus homens e o seu efetivo. O que adianta pôr o Exército na rua e, depois, ir embora? Se subiu, chegou no pico do morro, que a bandeira seja erguida e lá seja colocado o efetivo!

Por que não há um quartel da Polícia Militar no topo ou no meio do morro? Há ali dezenas de pessoas pobres, amedrontadas, trabalhadoras querendo sair. Indenizem o barraco, coloquem as pessoas em outro bairro e, naquela área, façam um quartel, um grupo de vigilância, de observação de cima para baixo. Com a ajuda das Forças Armadas, tomem conta do aparelho do inimigo. São 1.500 homens, mais do que o efetivo brasileiro que está no Haiti.

E se esses fuzis não forem recuperados? Será uma vergonha. Teremos gasto dinheiro em vão com os homens na rua. Mas serviu para algo, Deputado

Robson Tuma, meu companheiro na CPMI do Narcotráfico. Serviu para entendermos que o Exército pode, sim, ajudar a Polícia Federal.

Senadora Heloísa Helena, candidata à Presidência da República, serviu para começarmos a rediscutir nosso conceito de segurança nacional.

O Exército, a Marinha e a Aeronáutica devem ser usados em caso de invasão ou de guerra. Não haverá nada disso aqui. Quem invade é o narcotráfico, a criminalidade organizada, o dinheiro do bingo, o dinheiro do caça-níquel, o tráfico de mulheres e crianças, em fronteiras abertas. Esses são os nossos inimigos. Bin Laden nunca disse que jogaria um avião neste País. Pelo menos, nunca ouvimos uma palavra aberta do Bush de que invadirá este negócio aqui. Os nossos inimigos são o narcotráfico, o crime organizado.

A ida do Exército às ruas serve para começarmos a discutir o conceito de segurança nacional. É preciso fazê-lo urgentemente.

Encerro, Sr. Presidente, pedindo desculpas, mas agradecido. O assunto da segurança pública é muito vasto e doloroso. Tenho aqui depoimentos de mães e de pais que sofrem. Imagino que, em seu Estado, a angústia permeie o coração de milhares.

Conclamo o senhor, que está assistido à TV Senado agora, a senhora que está me vendo, o jovem, o adolescente a fazerem um coro comigo. Mandem *e-mail* ao Senador do seu Estado, ao Deputado Federal, Estadual, ao Vereador. Exijam, cobrem um posicionamento, instrumentos vigorosos contra esses desgraçados que, por conta da avareza, têm uma vida opulenta em cima de um trabalho que não fizeram e em cima do sangue e do sofrimento de muitas famílias deste País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Obrigado, Senador.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, como Líder, por cessão do Senador Romeu Tuma.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje saiu um indicador importante, que sempre foi uma referência no debate político e intelectual no Brasil e um dos que mais agrediam a nossa sociedade. Refiro-me ao fato de, nas estatísticas internacionais, o Brasil ser sempre um dos países com o pior perfil de distribuição de renda do Planeta. Éramos o segundo pior país. O cálculo desse indicador é feito pelo Coeficiente de Gini, em que uma análise estatística mostra qual é a participação da população em cada faixa de renda. Quanto mais próximo de um estiver esse coeficiente, tanto pior é a distribuição de renda. O Brasil tem estado, durante todo o tempo, em torno de 0,6%, mostrando que a participação dos po-

bres na renda nacional é muito baixa e que os ricos têm uma apropriação completamente indevida da riqueza e da renda, mesmo porque a riqueza é mais concentrada ainda do que a renda.

A estatística mostra que o Brasil recuou do segundo pior resultado para o décimo. É a melhor posição que conquistou ao longo dos últimos 25 anos. E eu, como Líder do Governo, poderia me sentir bastante satisfeito com esse resultado. Mas não. Penso que o fato de o Brasil ter melhorado, e apesar de ser o melhor resultado dos últimos 25 anos, é muito pouco. Precisamos encarar a questão da inclusão social, do combate à pobreza e da distribuição da renda como a questão central do desenvolvimento econômico do Brasil.

Superada a fase de transição da política econômica que encontramos, conseguimos tirar o Brasil do FMI, reduzimos a dívida externa em US\$41 bilhões, em três anos – coisa que não acontece há mais de três, quatro décadas na história brasileira –, recuperamos a liberdade de fazer política econômica – hoje, o País possui reservas cambiais que o protegem da instabilidade financeira internacional ou de turbulências econômicas –, estabilizamos a dívida pública, que vinha crescendo 26% ao ano, e cresceu, nestes três anos, 4% ao ano, em média. Se mantivéssemos a trajetória do Governo anterior, a dívida pública seria de R\$1,650 trilhão. Economizamos R\$650 bilhões nesse esforço fiscal que o Governo fez, na necessidade do superávit, porque conseguimos assegurar uma trajetória de queda da taxa de juros, que precisa avançar muito mais, pois ainda é insuficiente.

Esses dois avanços, nas contas públicas e nas contas externas, estão associados à estabilidade econômica. A cesta básica tem um dos melhores custos para os trabalhadores desde que foi criado o índice do Dieese. Quando o Presidente Lula tomou posse, cinco quilos de arroz agulhinha custavam R\$15,00, e hoje custam em torno de R\$5,00 ou R\$6,00. Se considerarmos o feijão, a carne, o óleo e o leite e comparamos com o poder de compra do salário mínimo, veremos que o trabalhador, hoje, compra duas vezes mais cestas básicas do que comprava quando o Presidente Lula tomou posse. Portanto, a recuperação do poder de compra, que vai ser fortalecida com o melhor salário mínimo pago aos trabalhadores nos últimos 25 anos, no próximo dia 1º de abril, e a queda do custo da cesta básica fazem parte do esforço da distribuição da renda.

Igualmente importante é o Programa Bolsa-Família. Todas as famílias do País, até o final deste Governo, receberão uma complementação de renda para colocar o filho na escola. Tão ou mais importante que a complementação de renda, que permite melhorar a nutrição e combater a fome dessas famílias, é co-

locar o filho na escola, porque esse é o passaporte para o futuro.

Não só estamos avançando no ensino fundamental, por meio desse mecanismo, como tenho certeza de que o Congresso Nacional, por meio do Senado Federal, agora, concluirá com agilidade a análise do Fundeb. Temos algumas audiências públicas, e tenho certeza de que o Senador José Jorge, Relator da matéria, trabalhará com todo o espírito público que tem marcado seu desempenho como Relator de matérias importantes. Aprovaremos o Fundeb, repassando mais recursos para valorizar os salários dos professores e para melhorar a qualidade de ensino. A base de um bom ensino é o professor na sala de aula, são os funcionários da escola. É o primeiro passo para melhorarmos a qualidade do ensino no Brasil. Há muita coisa a ser feita nessa área. Mas não melhoramos a qualidade do ensino apenas com o Bolsa-Família e com a valorização do salário dos professores. Estamos também abrindo vagas no ensino público superior.

Sr. Presidente, venho do Estado de São Paulo e me formei na mesma universidade que o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso: a Universidade de São Paulo, a USP. Fiz mestrado e doutorado na Universidade de Campinas, a mesma universidade do ex-Ministro Paulo Renato Souza. Por sinal, trabalhávamos juntos na mesma sala, já em 1977, pesquisando Economia do Trabalho.

Foram oito anos do Governo do PSDB, a quem faço uma indagação. Para todos nós, que vivemos tantos anos na universidade – eu, por exemplo, passei praticamente toda a vida adulta na instituição, há quase 30 anos sou professor universitário –, a universidade é uma instituição que tem 900 anos de história, em que a humanidade deposita o que tem de melhor em termos de conhecimento para formar profissionais, pensar alternativas de desenvolvimento da sociedade. Como é possível criar, em oito anos, apenas duas universidades públicas? Uma delas em 2002, implantada pelo Presidente Lula. O nosso Governo, em apenas três anos, está criando cinco universidades federais, 34 campos de extensão universitária e 220 mil vagas novas com o ProUni. É incrível! Foi preciso que assumisse a Presidência da República um trabalhador metalúrgico, operário, cuja família nunca teve oportunidade de estudar e muito menos de ingressar na universidade. O Presidente Lula foi o único que pôde estudar no Senai, e todo o seu aprendizado se fez na vida, na luta, na discussão, na vida política, partidária, sindical, na convivência com intelectuais, com grandes homens públicos. Sua Excelência está abrindo as portas das universidades públicas para os filhos dos trabalhadores que nunca tiveram essa oportunidade. Quem neste Senado não andou nas ruas tantas e tan-

tas vezes e viu um jovem dizendo: “Não posso estudar porque não posso pagar”?

Essa situação continua nas ruas do Brasil, mas pelo menos 220 mil vão poder estudar, se forem bem no Enem. E não apenas 220 mil, pois cinco universidades federais, só no ABC, em meu Estado, criarão 20 mil vagas. Existem, ainda, cursos em Guarulhos, em Diadema, em Sorocaba e em Santos, e estamos ampliando a rede de ensino público e dando acesso à educação de qualidade.

A educação é a base da cidadania e da consciência do povo. A elite manipulou e concentrou a renda, a riqueza e o poder porque nunca transferiu conhecimento, saber para a população. E é esse acesso ao saber, ao conhecimento, que permite hoje a um trabalhador ter chance no mercado de trabalho, poder produzir por meio de seu emprego, poder progredir com a ajuda da sua família, porque a economia será cada vez mais complexa, uma economia de informação complexa, e o trabalhador tem que ter uma formação mais abrangente, mais criativa, tem que se preparar para as inovações do mundo do trabalho.

Pois bem, é o Presidente Lula que está olhando para a sala de aula. Se isso tivesse sido feito há muito mais tempo, seguramente o Brasil estaria melhor naqueles indicadores que mencionei. De segundo pior país do mundo, fomos para a décima posição, o melhor resultado dos últimos 25 anos. Mas ainda é muito pouco, Sr. Presidente. É muito pouco. Se olharmos para a sala de aula, ampliarmos o Bolsa-Família, recuperarmos o salário mínimo, estimularmos o crescimento em emprego, seguramente, colheremos os resultados que começam a aparecer, não apenas no IBGE, mas também nas estatísticas internacionais.

Concedo um aparte ao Senador Siba Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Aloizio Mercadante, não tive a oportunidade de hoje apartear o Senador Antonio Carlos Magalhães. S. Ex^a nos desafiou a ter coragem de falar em defesa do Governo. Como eu não tive a oportunidade de falar, aproveito o pronunciamento de V. Ex^a para acrescentar o que ia dizer naquele momento. O jornal **Correio Braziliense** traz a seguinte matéria: “Os juros mais baixos do real serão praticados agora”. E acrescenta que, na ponta do lápis, os analistas mais atentos calculam que a Taxa Selic chegará, em dezembro deste ano, a cerca de 14% e 14,5%. Descontada a projeção de inflação de 4,5%, a taxa real cairia para 9,1% e 9,6%. Ou seja, a tão sonhada queda para um dígito estará programada para agora, e já se discute que amanhã o Copom deverá baixar até 1% e que, com o controle inflacionário, certamente o Brasil caminha para a redução da taxa de juros. Afirma também a matéria que muitos estão dizendo que o lucro dos bancos foi

exorbitante. Claro que foi. Mas acredito que não é por decreto que o Presidente Lula vai modificar a situação. Isto aqui mostra que, inevitavelmente, o dinheiro brasileiro vai migrar dos bancos para o investimento no setor produtivo, proporcionando maior distribuição de renda, geração de emprego, etc. Era o que eu gostaria de acrescentar ao pronunciamento de V. Ex^a. Voltarei amanhã, depois da reunião do Copom, quem sabe para tratar novamente do assunto.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Senador Sibá Machado, um dos problemas mais difíceis da economia brasileira é exatamente equacionar o problema da dívida pública e da taxa de juros. No Governo anterior, a dívida pública, como já expressei, cresceu a uma taxa média de quase 26% ao ano. Portanto, cresceu muito rapidamente. E para sustentar esse crescimento da dívida, que era alimentada fundamentalmente pela taxa de juros... E quero lembrar ao Plenário que a taxa de juros chegou a ser 53%, e a taxa média de juros do Governo anterior foi em torno de 24,5% durante os oito anos. Quando assumimos o Governo, a taxa de juros era 27,5%. Essa taxa de juros alimentou o crescimento da dívida pública, e o Governo anterior financiou esse processo vendendo o patrimônio público, privatizando empresas por R\$200 bilhões para amortecer a velocidade de crescimento da dívida, aumentando impostos. A carga tributária aumentou de 27% para 34% em oito anos.

Nós encontramos, portanto, a dívida pública em R\$870 bilhões, valor que pressiona a taxa de juros. O custo de financiamento do Estado é muito alto. Os investidores não querem financiar o Estado brasileiro e, exatamente pela fragilidade do Estado, impõem taxas de juros extremamente elevadas, além do problema do controle da inflação do qual a política monetária é um dos instrumentos. Eu acho que não deve ser o único e que nós deveríamos de ter outros instrumentos complementares.

Nesse cenário, o superávit primário que obtivemos, num esforço brutal de contenção de despesa e austeridade, permitiu desacelerar o crescimento da dívida. De quase 26% ao ano, ela está crescendo 4% ao ano nesses três anos. Continua crescendo, mas lentamente. E isso está permitindo a redução da taxa de juros cair e a criação de uma sinergia positiva: quanto mais caem os juros, mais baixa é a trajetória de crescimento da dívida. Primeiro estabilizamos a relação dívida/PIB para que ela possa cair. E, ao cair, nos permite aliviar a capacidade de investimento e de gasto público. Podemos reduzir ainda mais a carga tributária. E o Governo começou a reduzir a carga tributária para setores estratégicos, como construção civil, cesta básica de materiais de construção – quem compra e vende a casa própria em 180 dias não paga

mais qualquer tributo. Mesmo quem não comprar e vender, quando for vender, pode reajustar a tabela do Imposto de Renda.

Corrigimos a tabela do Imposto de Renda duas vezes em três anos. Estamos corrigindo.

Estamos agora incentivando famílias de classe média com uma empregada doméstica a debitar a metade do custo, reduzindo o Imposto de Renda cobrado. Era um importante projeto do Senador Renan, aprovado e vetado. Penso que essa é contribuição nosso também do ponto de vista tributário.

Estamos desonerando a cesta básica, o que fez cair o preço dela. Como eu disse, é o menor custo da cesta básica desde que o Dieese criou o índice para avaliar esse item.

Estimulamos as exportações com redução de impostos. Estimulamos alguns setores estratégicos da economia. E poderemos avançar nessa direção exatamente se a dívida pública cair, se desonerarmos o Estado criando não só uma sinergia positiva de redução dos juros, como também reduzindo ainda mais a carga tributária. São grandes obstáculos ao crescimento acelerado do Brasil: a dívida pública, a taxa de juros e a carga tributária elevada.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Senadora Ana Júlia, concedo-lhe um aparte para concluir, que eu não quero, evidentemente, extrapolar o meu tempo.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Certo, Senador. Eu quero só parabenizá-lo e dizer que sou testemunha dessa ampliação do ensino público, tanto no nível superior quanto no nível técnico, em todas as regiões do País. Inclusive o Governo revogou a lei que, na prática, proibia a expansão do ensino técnico no País. Essa lei determinava que só houvesse novas escolas técnicas se elas fossem financiadas pelo Estado ou pelo Município. Isso significava, na prática, não ter mais escola técnica. Significava, na prática, não investir mais no ensino técnico de nível médio da nossa juventude. Quero dizer isso porque em municípios importantes do meu Estado estão sendo criados cursos, inclusive o curso de Engenharia de Minas. Diferentemente do discurso de alguns que disseram que a universidade está sendo privatizada, a empresa Vale do Rio Doce, privatizada contra a nossa vontade, está doando recursos privados para a criação de universidade pública, permitindo a instituição de um curso fundamental para uma região, para um Estado, que, mesmo sendo a maior província mineral do mundo, não tinha um curso de Engenharia de Minas. Os jovens de lá não tinham, infelizmente, acesso ao mercado de trabalho. Eles precisavam buscar esse curso em outros lugares

do País. Agora, será diferente. Os jovens da região, os jovens que estão no Pará vão poder ter, sim, a formação necessária para esse mercado...

(Interrupção do som.)

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) ...específico, técnico, mas, sem dúvida alguma fundamental para o País, até porque sabemos o que a mineração tem trazido de positivo para as exportações brasileiras. O Reitor da Universidade Federal do Pará, um homem que conhece o mundo, que tem, além de mestrado, o curso de doutorado, que não tem ligação partidária nenhuma com o PT, declarou ser Lula o Presidente da educação pública no Brasil, por reconhecer que Sua Excelência foi o Presidente que mais investiu na educação pública do Brasil nas últimas décadas.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Agradeço a intervenção da Senadora Ana Júlia, que fortalece exatamente o que penso. Se a taxa de juros e a dívida pública são o problema econômico e conjuntural mais delicado do País pelas consequências que trazem, o problema sociocultural mais relevante, o problema estratégico mais relevante, exatamente na educação: o desafio de universalizar o ensino. E vejam que, nesses três anos, todas as faixas etárias aumentaram a escolaridade média, o povo brasileiro está estudando mais, em todos os níveis e em todas as idades.

Agora, precisamos dar um choque de qualidade na escola pública brasileira. E falo pelo meu Estado. Quando se analisa a evolução dos exames do Saeb, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, de 1995 a 2005, no meu Estado, nesses dez anos em que o PSDB governa o Estado junto com o PFL, percebe-se o quê? Que houve uma queda no domínio da língua portuguesa, tanto para a 4^a e 8^a séries, quanto para o 3^o ano do ensino médio – os três níveis avaliados pelo Saeb. Houve uma queda na qualidade do ensino da matemática nesses três níveis. Portanto, precisamos agora avaliar a qualidade do ensino. Menos de 10% dos jovens do meu Estado estão dominando como deveriam, de forma adequada, o conhecimento da língua portuguesa quando concluem a 4^a série ou o 8^o ano do ensino fundamental; menos de 10% tem o nível adequado que é a avaliação do Saeb estabelece.

Amanhã voltarei à tribuna dando a estatística exata de cada um desses níveis.

Na língua portuguesa, menos de 10% dos jovens dominam adequadamente a leitura e a redação. E mais grave: 30% das crianças do 1^o ano do ensino fundamental não estão aprendendo a ler e a escrever. Portanto, além de ampliar, precisamos garantir a qualidade do ensino. E se isso acontece no Estado de São Paulo, seguramente também acontece em outros Estados da Federação.

No meu Estado é particularmente grave, porque é o Estado mais rico do País, que tem o Orçamento de R\$82 bilhões, e não deveria estar nessa situação. Há 128 mil professores na rede pública que não são concursados. E isso vem se arrastando há mais de doze anos. Um professor hoje, com 35 horas/aula, recebe um salário de R\$1.200,00 depois de dez, quinze, anos de educação.

Assim, creio que temos um grande desafio, que é continuar focando a educação como um grande tema, não deste Governo. Penso que a educação é política de Estado. Faço críticas ao Governo de São Paulo porque penso que faltou um olhar atento à sala de aula, à qualidade do ensino, à valorização do professor. O Governo Federal está demonstrando que é possível, a partir do Fundeb – que vamos aprovar – ampliar o repasse para os ensinos fundamental e médio e para a pré-escola a partir do ProUni, que criou mais de 210 mil vagas, ampliar a rede pública de ensino médio e superior, enfim, aumentar o repasse para a merenda escolar.

É por isso, Sr. Presidente, e encerro aqui, que as pesquisas mostram, com o crescimento do Presidente Lula, o reconhecimento deste Governo, que está melhorando a distribuição de renda, está reduzindo a pobreza, está distribuindo melhor a renda do País e melhorando a qualidade das políticas sociais.

Agradeço, portanto, a tolerância da Mesa, com a certeza de que essa intervenção ajuda uma reflexão necessária a este Senado.

Nós precisamos debater políticas públicas e fazer avaliação. Eu gostaria de um debate com a Oposição para discutirmos, no mérito, as políticas que estão sendo feitas. Vamos avaliar os indicadores, vamos discutir os resultados. E todos os resultados indicam que estamos reduzindo a pobreza, melhorando a distribuição de renda, retomando o controle absoluto da inflação, reduzindo o custo da cesta básica, recuperando o poder de compra do salário mínimo e do salário médio da população. Existe muito ainda a se fazer, mas muitas coisas estão sendo feitas. E o que está sendo feito está melhorando, de forma significativa, a vida do povo brasileiro. E é esse o alicerce que sustenta a popularidade do Presidente e a certeza de que estamos no caminho certo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa; em seguida, ao último orador inscrito, Senador Heráclito Fortes. Serão cinco minutos para cada orador para encerrarmos a sessão.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Augusto Botelho, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros que nos assistem pelo sistema de

comunicação do Senado Federal, o Piauí é um Estado diferente. Atentai bem: este Brasil é grandão, pelo Piauí. Isto aqui seria dividido em dois. O pai chegou ao filho e disse: “Fica com o sul que eu fico com o norte”. Dom João VI ia ficar com o norte. Era o país Maranhão. Mandou seu afilhado, seu sobrinho militar tomar conta. E nós, em três sucessivos movimentos...

Atentai bem, Wellington Salgado: Minas teve a história do Tiradentes; um movimento contra a derrama. Um quinto dos impostos! Senador Heráclito, a derrama agora não é um quinto, é a metade! A derrama era um quinto; agora é a metade. Cada brasileira e brasileiro que trabalham – ó Lula, que pouco trabalhou e pouco entende de trabalho – dão metade da vida para o Governo. De doze meses, Senadora Heloísa Helena, seis meses – você que está trabalhando aí – são para o Governo. Quarenta por cento de imposto! Correspondem a cinco meses 40% de doze meses. E um é de juros para os banqueiros do “PB”, do Partido de Lula, que é o pai e a mãe dos banqueiros. É a metade, Senadora Heloísa Helena! Quem trabalha, atentai!

Minas Gerais se levantou contra isso. Era um quinto. Senador Wellington Salgado, levante-se contra esse Governo, porque agora é uma banda a derrama!

Mas atentai bem! O Piauí expulsou os portugueses. Na minha cidade, proclamamos a independência independentemente de grito de Dom Pedro I. O povo de Oeiras tomou o palácio, e, numa batalha sangrenta, expulsamos os portugueses para o Maranhão. Batalha sangrenta!

Os baianos fizeram, Senador Wellington Salgado, em julho. Nós fizemos em março. Mas esse é o Piauí! Senadora Heloísa Helena, Rui Barbosa ganhou no Piauí. Nós somos diferentes. E venho trazer aqui, Wellington Salgado, isso.

Olha, sou Vice-Presidente do PMDB! Recebi sexta-feira – o Senador Alberto Silva não pôde comparecer – o primeiro candidato da prévia, Germano Rigotto. E o piauiense, com a mesma bravura cívica e coragem, estava lá. Hoje, tivemos o prazer de receber o outro candidato, Garotinho. Estava lá o Piauí.

Senador Wellington Salgado, atentai bem, meditati! Este quarteto está perigoso: Presidente dali, Presidente daqui, Presidente da República e Presidente do STF. Nunca dantes houve uma imoralidade como essa! Faltam seis meses e pouco para as eleições e não tem... É o mesmo que mudar as regras da Copa Mundo: mulher pode jogar, Heloísa Helena; só oito, vale gol com a mão e não tem bandeirinha.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Mulher pode jogar.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sim, mas estou dizendo agora, na próxima Copa do Mundo, na Alemanha. Foram estabelecidas regras para a Copa.

Ô Wellington Salgado, esses meninos, esse quarteto está levando o Brasil para a pior crise. A democracia é nossa, é do povo. Eles estudam pouco, mas houve um homem que estudava muito, Aristóteles, e disse na Grécia, onde nasceu a democracia: “O homem é um animal político”. E esse homem, animal político, sempre buscou uma forma melhor de governo.

Os reis dominaram. Era deus na terra o rei. *L'État c'est moi* simbolizava o poder de todos. Heloísa Helena, e o povo, em quem acreditamos e que representamos, foi às ruas e gritou: “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”. Caíram todos os reis, e nasceu esse governo do povo, pelo povo e para o povo.

Atentai bem! Houve um Prefeito de Teresina que era Professor, Wall Ferraz, que dizia: “A cidade é o povo”. O Senador Heráclito Fortes foi eleito com o apoio dele, a Prefeito e a Governador. E eu cantava no Piauí: “O povo é o poder”. É o povo! A democracia é do povo, atentai bem, homens superados, traquinos, que querem acabar com a democracia! Atentai bem!

O PMDB – desafio esses daí, eles não são mais líderes do que nós só tem um hoje maior do que eu lá dentro, que é o Presidente Michel Temer – vou provocar aqui, Senador Heráclito Fortes, nós devemos muito a V. Ex^a. Aí estão as prévias. O PMDB enfrentou os canhões aqui. Ulysses Guimarães contra o General Ernesto Geisel. para poder... Teotônio Vilela, lá das Alagoas, com câncer, moribundo. Esse Tancredo Neves... Eu sou cirurgião! Era um quadro cirúrgico banal... Quantos e quantos opere! Ele se imolou, retardou a cirurgia para fazer a transição. Juscelino, médico como eu, médico de Santa Casa, Prefeitinho, Governador, cassado.... É, tem muita história...

Ulysses Guimarães disse: “Ouça a voz rouca das ruas!” É o povo! O PMDB é do povo, tem compromisso é com o povo, a democracia é do povo. Para os traquinas venderem o PMDB? Atentai bem, ó ignorantes, não há nada não, já passaram, já estão é podres. O Brasil os conhece! Estão podres! A democracia é nossa.

Olha a ignorância, Wellington Salgado! Eu respeito Minas, a tradicional família mineira e a história. A ditadura, Heráclito, não impediu que o PMDB tivesse candidato. Agora, esse PTzinho? Esse PTzinho?

Lembro-me do que disse Ulysses, a quem devo fidelidade. E o Senador Heráclito conviveu com ele, é irmão dele; o Ulysses morou na casa dele, e eu ouvi o Heráclito discursando, fiquei até chateado, porque eu era candidato a Deputado Federal, ele chegou com o Ulysses, e eu nem pude falar, ele se lembra. Mas Ulysses disse, Senadora Heloísa Helena, aos traquinas, desmoralizados, podres da política nacional... Vender o PMDB é vender a democracia, que é nossa. Ulysses disse: “A corrupção é o cupim da democracia”. Ô homem profeta! Então, o papel do PMDB é acabar com esse cupim! Eu

sei da história. Eu sei, eu estudei. Se o Lula não gosta de estudar, de ler e de aprender... O professor Wall gostava de mim porque era professor de História.

A corrupção é o cupim da democracia. Agora, o PMDB vai ser o rabo do PT. Não é mar de lama, é oceano.

O Piauí recebeu o Sr. Rigotto. O Presidente não foi, mas eu estava lá. Eu sou o Vice-Presidente. O Piauí, com a sua grandeza e a sua história, é grandioso. Devemos muito a V. Ex^a, Heráclito. Não sei por que V. Ex^a saiu do PMDB. Ninguém se perde no caminho de volta. Mas V. Ex^a é querido. Aliás, todos os nossos votos foram casados. Foi o povo que fez essa união. Na vida familiar, estou com Adalgisa, mas, politicamente... Foi o povo. Noventa por cento dos meus votos foram casados com o do Heráclito Fortes.

O Piauí agradeceu ao Heráclito, que foi um líder extraordinário do PMDB num momento difícil, na ditadura. Senadora Heloísa Helena, nem a ditadura impediu o PMDB de ter candidatos. É muita ignorância! É muita ousadia! Agora, quem está dizendo aqui é este homem do Piauí.

Eu podia ter votado contra aquela medida provisória que tirou os direitos dos velhinhos, dos aposentados, das professoras. Calado, eu podia ter fugido. Eu podia ter sido comprado. Tentaram me comprar.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Mão Santa, me permite?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu podia ter calado, mas fiz questão de vir aqui e votar aberto e dizer, decepcionado, que três coisas a gente só faz uma vez na vida: nascer, morrer e votar no PT.

Fui eu, do Piauí, o primeiro a olhar para José Dirceu e dizer: Zé é maligno! O Prefeito de Teresina é médico e sabe o que significa isso. Há tumores benignos e malignos, o câncer. Naquele tempo, ele era o todo-poderoso. Mas eu sou um homem do Piauí, com a coragem dos heróis da Guerra do Jenipapo. O Piauí é grandioso, e agradecemos ao Senador Heráclito, ele fez o PMDB.

Senador Heráclito, V. Ex^a sabia que 966 têm direito à votação nessa prévia, com 1.020 votos? É o décimo dos 27. Ô Heloísa Helena, não sei como vai o PMDB lá de Alagoas. Mas eu quero dizer que do nosso estou orgulhoso. Isso é relativo ao número.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mas nós somos os décimos. Talvez os maiores do Nordeste.

Então, quero dizer que já está tudo pronto. Aca- bem esse negócio aí, essa palhaçada. Olha, isso é falta de vergonha. Já li umas cinqüenta biografias, de Abraham Lincoln, de Bill Clinton, de Monica Lewinsky. É a mesma eleição. Se pegarmos Abraham Lincoln e

agora, são as mesmas regras. É uma vergonha! Este País, nós sabemos – De Gaulle disse –, não é um País sério, por essas coisas. Mas, respeitavam-se as regras um ano antes. Por que não fizemos isso um ano antes? Então, culpamos o Presidente da Câmara e o Presidente do Senado. O País sem ter regras, sem ter lei, sem ter normas, sem ter compromisso? Isso é a imagem. Por isso esses políticos aí estão sendo vaiados.

Mas o Piauí está preparado e vai ter a prévia. Vai ter! Não tememos ninguém, não. Será no dia 19 de março. Tem até urna eletrônica. Somos tão avançados, Heloísa Helena! Será o primeiro Estado com urnas eletrônicas – três! – e já estamos treinando. Agradecemos ao Secretário Veloso pelo gesto.

Com a palavra o Senador Heráclito Fortes, que foi do PMDB, no tempo em que combatiam os canhões.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Mão Santa, V. Ex^a disse muito bem quando falava à Nação sobre a persistência do Dr. Ulysses Guimarães em manter acesa a chama da democracia. Quando a escolha era pelo Colégio Eleitoral fechado, de cartas marcadas, ele teve coragem de lançar a antecandidatura e saiu com Barbosa Lima Sobrinho, Sobral Pinto e outros brasileiros – quero ficar só nesses –, percorrendo o Brasil afora, dizendo que ia ao Colégio Eleitoral enfrentar o *establishment*. Trouxe de volta o famoso verso de Fernando Pessoa de que “navegar é preciso, viver não é preciso”. Ulysses tinha muito senso da história, da sua perspectiva, da perspectiva histórica. Quando o PMDB, juntamente com o PFL, que formaram a Aliança Democrática, tomaram o poder, ele cunhou uma frase que, naquela época, vivia nos gabinetes da quase totalidade dos ministros: “A Pátria é o povo, e o povo é o poder”. Era exatamente para mostrar que cada um daqueles que ali estavam exercendo, temporariamente, a função de Ministro ou uma função em outro escalão de governo estava naquela função exatamente por delegação do povo, como diz a nossa Constituição Federal. Portanto, acho legítimo o desejo que V. Ex^a vem demonstrando...

(Interrupção do som.)

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – ...esse desejo não é de agora, não é recente – de que o nosso querido PMDB de velhas lutas tenha o seu candidato próprio, para honrar toda essa história, que tenho certeza de que ajudei, em algum momento da vida, a escrever. Muito obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Quero testemunhar a participação de V. Ex^a, o reconhecimento e até o orgulho, porque V. Ex^a sabe captar amizade e captou a amizade das personalidades mais importantes: Ulysses Guimarães, que vi lado a lado com V. Ex^a, Tancredo Neves, Renato Archer e, por último, Luís Eduardo.

Mas eu citaria quem me traz aqui: Ulysses. Eu não tive o privilégio de conviver com ele tão próximo como V. Ex^a, que me ofereceu um livro sobre ele.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Então, Ulysses disse, Presidente Augusto Botelho: “Se faltar coragem, acabam todas as virtudes”. E estou com esta coragem aqui para defender este PMDB, que é patrimônio. Só há democracia com partidos fortes. Entendo que, na história contemporânea, o mais forte, de melhor história, é o PMDB, na luta pelo renascer da democracia.

Atentai bem! Ô Lula, se manca. Não é possível! Pelo menos, se não gosta de ler, contrate uma pessoa para rememorar a história. Nem a ditadura impediu o PMDB de ter candidato.

Heráclito Fortes foi eleito Prefeito da capital por essa sigla, não é verdade? Em 1972, minha cidade enfrentava os campeões e as baionetas e conquistava a Prefeitura de Parnaíba, e eu lá, ao lado de Elias Ximenes do Prado.

Então, tirar o PMDB das competições eleitorais, Senador Wellington Salgado, é tirar o Brasil da Copa do Mundo.

Eu entendo – e entendo bem – que não tem nada de poder, não. Isso foi Montesquieu quem disse; ele é francês e eu sou do Piauí. Entendo que são instrumentos da democracia: instrumento Executivo, instrumento Legislativo e o instrumento Judiciário. O poder é o povo, que paga a conta, que é soberano e que decide. Eu, quando governei o Piauí, com as bênçãos de Deus, seis anos, dez meses e seis dias, rezava: O povo é o poder.

Com a permissão e a generosidade do nosso Presidente, concedo um aparte a Minas, porque Minas Gerais – **libertas quae sera tamen** – não pode faltar, principalmente em se tratando de um senador que substitui Juscelino Kubitschek nesta Casa, um mineiro.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Mão Santa, para mim, realmente é uma honra muito grande estar aqui representando Minas. Mas é uma honra também muito grande vê-lo falar desta Tribuna sobre a história do PMDB com o Senador Heráclito Fortes, que também passou por toda essa história do PMDB e que eu admiro muito. Mata-me de inveja não ter vivido, ao lado de Ulysses, esses momentos históricos maravilhosos que o Brasil viveu. Mas, ao participar aqui deste debate, também acabo voltando no tempo e vendo toda a história do PMDB. V. Ex^a, Senador Mão Santa, um grande animal político, digamos assim, que tem a sensibilidade de cada momento político que acontece, sempre sabe o que o povo quer e sempre está ao lado dele. Ao ouvi-lo, muitas vezes, chego a pensar contrariamente ao que vinha pensando, porque o PMDB, por ser um partido tão grande, com tamanha glória histórica, às vezes paga um preço muito alto também. E

qual é esse preço? É o de ter um candidato que tenha de motivar todo o Partido. Não sei se esse candidato vai ser o Garotinho ou o Rigotto, mas, seja lá quem for, precisará ter habilidade de motivar este grande Partido ao qual pertencemos. V. Ex^a faz a sua parte no Piauí, está motivado, defende candidatura própria, luta por isso, acredita, fala da história, do futuro, das coisas que estão acontecendo, nas quais não acredita, lê livros e os traz para cá. Então, nesses momentos, até questiono minhas posições, porque fico realmente procurando um candidato que motive as bases. E essa motivação é igual paixão quando bate. Nós já vivemos momentos históricos no País em que quando aparece aquele candidato ele nem precisa falar. Sentimos isso com o Governador Aécio Neves, em Minas. Embora seja do Partido dos tucanos, um partido que tem um bico que belisca muito, ele foi um candidato que, ao se lançar, já estava eleito, porque o povo queria o Governador Aécio Neves naquele momento. E assim acontece com os líderes. Eles aparecem sem explicação e muitos os seguem, como no caso do Senador Heráclito e de V. Ex^a, que chegaram juntos ao Senado normalmente porque o povo está com V. Ex^{as}. Então, fico esperando o momento em que seja Rigotto ou Garotinho que apareça e desperte essa paixão, para que possamos segui-lo.

(Interrupção do som.)

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Falarei mais rapidamente, Sr. Presidente, porque realmente foi um momento maravilhoso. Acredito que isso acontecerá, Senador Mão Santa, e que teremos um candidato que todo o Partido acompanhe.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Wellington Salgado, eu lhe agradeço. Quero dizer a V. Ex^a que tirar o PMDB da disputa eleitoral é como tirar o Brasil da Copa. Eu me lembro que o Senador Hélio Costa era visto como Pelé na política, mas V. Ex^a entrou nesta Casa e como um Amarildo: continua representando a grandeza da história política de Minas. E mais, porque V. Ex^a tem representado também aquela visão de que educação é a salvação deste País, pela sua experiência nessa luta.

Para concluir, Senadora Heloísa Helena, por que eu estou aqui? Porque o PMDB é um Partido forte. Sou Senador pelo PMDB e me sinto responsável por defender esse patrimônio do povo, da democracia. Eu defendo isso e ninguém mais tem essa vivência. O Presidente do Senado não tem a minha luta, o meu sofrimento; o Presidente da Câmara, muito menos; nem o Presidente do Supremo Tribunal. E Lula, paz e amor, ignorância muita.

Por que estou aqui? O PMDB teve candidato. Eu tenho que ser grato. Teve Quércia e Íris, aquela mulher brava. Se não tivesse, eu não estaria. Chegamos ao segundo turno, e Quércia, mesmo não tendo êxito, ele-

geu, Senadora Heloísa Helena, nove governadores de Estado. Um terço. Cinco deles estão aqui, senadores: Mão Santa, Maguito, Raupp, Garibaldi e José Maranhão. E muitos voltarão. Então, é esta a convicção.

Vamos continuar com o futebol. Time que não joga perde a torcida e não ganha. O PMDB tem que disputar porque essa é a sua contribuição à democracia, esse é o seu oferecimento ao soberano povo. É o povo que decide, é o povo que escolhe. Agora, eu me envergonho do povo e da pátria desses vendilhões que querem um cigano. O povo está estudando, está se conscientizando a respeito desses malvistas da democracia...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Peço que encerre, Senador.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ...querem vender o PMDB. O PMDB jamais vai ser rabo do PT, pai e mãe da corrupção no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Com a palavra o Senador Heráclito Fortes, último orador inscrito, por cinco minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senadora Heloísa Helena, o Senador Mão Santa estava falando há pouco, e eu fechei os olhos para poder voltar não a um passado distante, mas a um passado recente. Quem ousaria no País, do Oiapoque ao Chuí, dizer não no Plenário do Senado, mas em qualquer ponto, em qualquer bar, em qualquer rua ou esquina que o PT ao menos tivesse corruptos em seus quadros. Ele era agredido, apanhava. Os militantes, crentes naquilo que defendiam, iam às últimas conseqüências.

Nos últimos tempos, Senadora Heloísa Helena, outra coisa não ouvimos neste País, no rincão mais distante desta tribuna sagrada de Rui Barbosa, que não frases dessa natureza.

Hoje, em uma das Comissões, no depoimento de um cidadão cuja honorabilidade o PT colocava em dúvida, ouviu-se chamar o Partido dos Trabalhadores de Partido ligado à corrupção, por ter em seus quadros corruptos. E ninguém o defendeu.

Senadora Heloísa Helena, eu até acredito que aquele cidadão tenha todos os defeitos, mas o PT não pode negar que ele foi seu parceiro na conquista de apoio, de base de sustentação, até o dia em que esses escândalos estouraram.

O que não podemos, Senador Mão Santa, e digo isso com o coração triste, é ver o PT tentar fazer de vítima o conterrâneo do Senador Wellington Salgado, Marcos Valério, como se ele fosse o culpado de tudo. Marcos Valério tem a culpa dele e deve ser condenado, mas ele é um laranja usado pelo PT, por qualidades

que apresentou em outras empreitadas e de que o PT tomou conhecimento. Essa falta de solidariedade do PT a um ex-aliado seu ainda vai custar caro.

Fico muito triste, meu caro amigo, Senador Flávio Arns, por quem tenho o maior respeito. Vejo-lhe com os olhos tristes, cabisbaixo, convivendo com essa realidade para a qual V. Ex^a, em momento algum, contribuiu, tenho certeza.

O PMDB tem hoje em seus quadros os que penam no final do mês, com o cheque no vermelho, no Banco do Brasil, rolando dívidas, e os que se locupletaram de toda essa máquina. Usaram-na e silenciaram; só participaram da denúncia quando a Nação foi surpreendida com aquela malfadada visita que um empresário fez a um gabinete de três metros por três dos Correios. Foi a tampa do esgoto que explodiu.

De lá para cá, não há uma semana neste País em que escândalos novos não surjam. Parece-me que a anestesia do PT com a corrupção – temo isso, Senadora Heloísa Helena – começa a contaminar setores da Nação. O PT sabe que está no banco dos réus, não quer ficar só e está atrás de companhia. Em momento algum está procurando punir aqueles que colaboraram para que o Partido tivesse a sua memória irremediavelmente ferida de morte pela malversação dos recursos públicos. A arrogância e a prepotência com que comandam alguns setores das finanças nacionais é uma prova disso. Os velhos dogmas que empolgavam a todos nós nas praças públicas são coisas do passado, e o pragmatismo passou a ser a grande bandeira daquele Partido que ostentava uma estrela, simbolizando o seu posicionamento único, como um Partido ímpar no Brasil e no mundo.

Senador Flávio Arns, ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Gostaria de fazer um pequeno aparte, Senador Heráclito Fortes, inclusive para dizer que todos nós – sociedade brasileira – queremos naturalmente que os fatos levantados sejam apurados, investigados e que as pessoas culpadas sejam punidas. Agora, eu gostaria de suscitar duas situações que considero fundamentais. Apesar dos problemas que aconteceram e que envolveram expoentes do PT, infelizmente – e lamentamos isso –, existe uma crença de um milhão de militantes do PT de que os ideais têm de ser consolidados. A bandeira da ética continua sendo fundamental para o PT e para a sua militância. Entretanto, não podemos confundir bandeira da ética com bandeira de exclusividade da ética para o PT. É uma bandeira, eu diria, que toda a sociedade brasileira tem de perseguir permanentemente. Apesar dos problemas, nunca vimos no Brasil a Polícia Federal trabalhar tanto quanto nos últimos três anos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Talvez porque nunca tivéssemos tido tantos ladrões e tanto o que se apurar como agora.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Eu colocaria alguma dúvida nesse sentido. Dom Geraldo, Presidente da CNBB, foi claro ao dizer que esse é um problema endêmico no Brasil. Eu diria que, pela primeira vez, a Polícia Federal teve total liberdade; o Procurador-Geral da República, Cláudio Fonteles, e seu sucessor foram as pessoas almejadas pela sociedade brasileira, pela categoria; e a Controladoria-Geral da República trabalhou no combate à corrupção. Quero dizer também, Senador, que eu era do PSDB – V. Ex^a sabe, fomos companheiros na Câmara dos Deputados – e assinei a CPI da Corrupção, no final do Governo passado. Porém, o Governo era muito articulado e conseguiu derrubar a CPI que investigaria as privatizações. Infelizmente, estamos falando de dezenas de milhões nessa situação de hoje em dia. Ali estaríamos falando de bilhões. Por isso o problema é endêmico. Na verdade, o Governo, na ocasião, conseguiu evitar aquele caso.

(Interrupção do som.)

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – De qualquer forma, eu diria que, independentemente daquele ou deste Governo, desejamos que as instituições se fortaleçam – Polícia, Ministério Público, Poder Judiciário, CPIs –; que as instituições fiquem cada vez melhores e que fatos do Governo passado ou deste Governo não se repitam, para que tenhamos um Brasil melhor. Obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Concordo em gênero, número e grau com V. Ex^a. Nutro o maior apreço por V. Ex^a e sei que o que o motivou a sair do PSDB e procurar o PT talvez tenha sido a sua convicção e a frustração com o comportamento do partido em que até então militava.

V. Ex^a, um homem nacionalmente conhecido por suas ligações com a Igreja, participou da campanha, defendida pelo PT, de rompimento com o FMI e de não-adesão do Brasil à Alca, para isso inclusive usando setores fortes da Igreja que V. Ex^a bem conhece. Qual não deve ser a situação de frustração de V. Ex^a ao ver que o rompimento com a Alca, prometido ao Brasil, era apenas uma falácia eleitoral e que o rompimento com o FMI era apenas palanque?

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Concederei, em breve, a V. Ex^a um aparte.

Senador Flávio Arns, já que V. Ex^a falou em Dom Geraldo, imagino a sua tristeza quando, na mensagem deste ano, o Secretário da CNBB chamou a atenção, puxou as orelhas do Partido dos Trabalhadores pelo

uso de propaganda massificada, utilizando os recursos públicos no início da Campanha da Fraternidade.

Não gostaria que esse debate fosse com V. Ex^a, meu caro Senador, pela admiração que lhe tenho. Minha admiração por V. Ex^a conduz-me diariamente a olhar este plenário para vê-lo com aspecto abatido, frustrado, triste, porque não foi esse o PT que lhe conquistou. V. Ex^a não deixou o PSDB para entrar em um PT que, naquela época, era exclusivista da moralidade e que hoje se vê contaminado até as entranhas, a partir do Palácio do Planalto até às administrações que se sucedem pelo Brasil afora, nesse famigerado monstro, como dizia Ulysses Guimarães, que corroía a economia nacional durante a noite, que era a inflação ou a corrupção.

A inflação, o Governo de Fernando Henrique debelou, e o de V. Ex^a colaborou. Mas com a corrupção o Governo de V. Ex^a tem sido conivente, inclusive trazendo para o País novas técnicas e novas modalidades de prática.

Ouçó o aparte do Senador Mão Santa.

(Interrupção do som.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, permita-me citar Franklin Delano Roosevelt, dizendo que cada pessoa que vejo é superior a mim em determinado assunto, e nesse particular eu procuro aprender. Senador Arns – Evaristo Arns, Flávio Arns são santos –, Dom Geraldo entende de teologia, mas de saúde eu quero ensinar a ele. Quero dar o atestado de que a endemia passou para uma epidemia: se alastrou. Não é mais endemia, não. Eu sou médico. Atentai bem, a epidemia é incontrollável, atinge tudo, é uma globalização, está no PiauÍ. Senador Heráclito Fortes, documento oficial impresso pelo Detran: Pague Contas, destacado em letras garrafais, em caixa alta, em contraposição ao nome dos órgãos oficiais, Banco do Brasil, Caixa Econômica, em letras pequenas. O Secretário de Comunicação está ganhando do Duda Mendonça na comunicação e na corrupção. Está ganhando na mentira. Olha, nunca vi um agente do Governo negociar com o Governo. Atentai bem, Senador Heráclito Fortes! Está aqui o documento, do Departamento de Trânsito. Segundo a Larousse, o dicionário – não é preciso saber outras coisas, o direito –, coisa pública é relativa ou pertencente ao povo, à coletividade, privado é o que não é público ou não tem caráter público, particular, e ética é o conjunto de normas que orientam a conduta profissional. Secretário de comunicação ter uma instituição que se beneficia negociando, cobrando e ganhando contas da Agespisa, do Detran, da Cepisa, emprestando dinheiro... De endemia, o que D. Geraldo não sabe o que é, do que não tem noção, eu entendo.

(Interrupção do som.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Naturalmente, meu caro Presidente, é isso que vemos pelo Brasil afora.

A Srª Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Heráclito, V. Exª me concede um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Concedo o aparte a V. Exª.

A Srª Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Quero até pedir desculpas, mas me sinto na obrigação de fazer um aparte. Claro que respeito profundamente as considerações feitas pelo Senador Flávio Arns, como respeito todas as que são feitas, mas entendo que é algo extremamente grave – já falei sobre isto na semana passada e, por coincidência, o Senador Jefferson Péres tocou no assunto novamente – aquela brilhante frase, a análise que foi feita pela, certamente, maior filósofa da história contemporânea, Hannah Arendt, sobre a banalidade do mal. Penso que uma das piores coisas para uma sociedade é quando se banaliza a pobreza, a miséria, a violência e a corrupção. Quando se passa a encarar com naturalidade a corrupção, penso que isso é muito grave para a história de um país. E um dos primeiros passos para se banalizar a corrupção é a ousadia de estabelecer uma hierarquia entre maior e menor corrupção, é banalizar milhões comparando com bilhões, é buscar na história outros exemplos de corrupção para justificar a corrupção presente. Algumas pessoas até riem quando digo, como já disse várias vezes aqui, que acho muito ruim para uma sociedade, com todo o respeito, carinho e admiração que tenho por Dom Geraldo, é algo muito ruim, que beira a banalização da corrupção, estabelecer-se, para justificar o presente, o conceito endêmico de que assim é e, assim, será porque assim já foi no passado. Isso é muito grave! Tenho dito várias vezes que, se for para se buscar o passado, teremos de ir até Pero Vaz de Caminha, que encaminhou uma belíssima carta a Dom Manuel solicitando – algo que hoje seria chamado de tráfico de influência – que o genro dele, que cumpria pena em São Tomé, na África, porque batia em padre e roubava igreja, voltasse à Corte com os benefícios da complacência do rei. Nós nunca usamos isso e, certamente, jamais permitiríamos – e sempre fui implacável quando era Líder do PT e Líder da Oposição ao Governo Fernando Henrique – que alguma liderança do PSDB usasse a corrupção do passado, usasse esse termo maldito de que a corrupção é endêmica na máquina pública para justificar a corrupção do presente. Penso que é muito grave quando passamos a estabelecer uma hierarquia e a dizer que antes roubavam bilhões e que hoje roubam milhões. Não é uma coisa qualquer. Milhões não é uma coisa qualquer. Milhões não seria uma coisa simplória para nenhum de nós

que estamos aqui. Imagine o que significam milhões saqueados da máquina pública. Sempre digo que, se alguém me rouba, posso perdoar, denunciar ou não. Se alguém rouba a máquina pública – podem ser mil reais, duzentos mil ou milhões –, não tenho o direito de perdoar, porque o dinheiro não me pertence. O dinheiro público, o aparelho do Estado não é uma caixinha de objetos pessoais em que qualquer pessoa, gangue partidária ou personalidade política possa mexer conforme sua conveniência. Cada vez que se retiram da máquina pública milhões ou bilhões, isso significa que crianças irão para as ruas vender o corpo por um prato de comida, que jovens serão tragados, arrastados para a marginalidade e para o narcotráfico como último refúgio, que crianças ficarão fora da escola, que mulheres, na hora do parto, gritando de dor, irão perambular pelas filas dos hospitais porque não terão acesso à maternidade, ao aparato público. É muito grave! Era uma pequena observação que até me sinto na autoridade de fazer porque fiz oposição de forma implacável ao Governo Fernando Henrique. Não me arrependo da forma implacável como o tratei. Creio, inclusive, que o Governo Lula perdeu a autoridade moral de falar dos crimes contra a Administração Pública praticados no Governo Fernando Henrique. Eu não perdi. Posso falar quantas vezes quiser, posso esbravejar quantas vezes quiser, sobre o Governo Fernando Henrique, sobre o processo de privatização, sobre o que entendo que houve de corrupção. O Governo Lula perdeu a autoridade quando não abriu uma única auditoria, um único procedimento investigatório e quando entregou um atestado de moralidade pública ao Governo Fernando Henrique, passando a atacá-lo somente quando foi descoberto na lama da podridão e da corrupção. Desculpe-me por ter me estendido no aparte a V. Exª. Agora, tenha certeza de que não falo isso com prazer...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

A Srª Heloísa Helena (P-SOL – AL) – ... porque a repercussão da corrupção generalizada do atual Governo é muito grave não para a direita, porque, infelizmente, autorizou setores da direita que condenávamos com veemência a fazer discurso em defesa de ética e da moralidade, inclusive muitos que nem podiam fazer. A repercussão é maior para o que sobrou da esquerda socialista democrática, na qual estou. Para nós, seria muito fácil estarmos lá nos lambuzando no banquete farto do poder, na promiscuidade palaciana, transitando nos banquetes fartos, nas liberações de emendas, nas conveniências de cargos, prestígio e poder, mas não foi esta a opção que nós fizemos, nem por ato heróico e pessoal. Não fiz essa opção por ato heróico e pessoal, fiz até para honrar a memória de milhares

de militantes da esquerda socialista e democrática que enfrentaram adversidades inimagináveis...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Peço a compreensão de V. Ex^a para concluir o pensamento.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Está certo. Estou me estendendo mais no aparte, Senador Flávio Arns, para não pedir minha inscrição pela Liderança do P-SOL. Então, até para não pedir minha inscrição, acabei me estendendo mais no aparte a S. Ex^a. Então, só quero deixar isso registrado. Não se trata de endêmico ou epidêmico. Também sou da área da saúde pública. Se fosse para fazer um quadro de precisão, eu diria que era uma septicemia, que onde toca sai secreção purulenta. Então, para nem tratar desses aspectos da área de saúde, prefiro dizer que é grave, perverso, cruel banalizar a corrupção, comparar cifras da corrupção. É extremamente grave que façamos isso, porque é um passo para a banalização da corrupção, da pobreza, da miséria e da violência. Desculpe-me ter me alongado, mas me senti na obrigação de fazê-lo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O pronunciamento de V. Ex^a, que é testemunha ocular de fatos que ocorreram principalmente no Congresso Nacional nos últimos anos, é importante para o País. V. Ex^a fez uma afirmativa que é básica: no dia em que o Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, telefonou para o Presidente que deixava o Governo, Fernando Henrique Cardoso, pedindo-lhe que colocasse o Dr. Okamoto como Diretor do Sebrae, pois o queria na próxima administração sem que essa nomeação fosse feita no Governo dele e foi atendido, perdeu qualquer autoridade.

Ainda há a questão do Banco Central. Buscaram nos quadros do PSDB um empresário, banqueiro internacional que até então criticavam. Eu não discuto o Presidente do Banco. Num Governo neoliberal, era um homem aceitável e palatável. Mas nessas circunstâncias? O mais grave é que fizeram esse cidadão renunciar ao mandato de Deputado Federal, pelo PSDB de Goiás, com 180 mil votos.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Meu caro Senador Flávio Arns, agradeço a V. Ex^a.

O que me estarrece é que, a cada depoente que vem e revira as entranhas do Governo, o Governo procura imediatamente a imprensa ou a própria Comissão para descaracterizar, desqualificar o cidadão, querendo que a Nação tenha amnésia e não se lembre de que todos eles estão sendo convocados exatamente porque, direta ou indiretamente, participaram desse Governo e cometeram atos indignos. Por isso, estão indo à Comissão prestar depoimento.

Por último, lembro ao meu caro amigo Flávio Arns que, em duas ocasiões, estivemos perto, Senadora Heloísa Helena – vamos dizer a verdade –, da instalação da CPI da Privatização: uma, no Governo Fernando Henrique Cardoso; outra, neste. Por que ela não foi instalada? Porque o PT também não o quis. Examinem as assinaturas retiradas. Examinem os membros do PT que deixaram de assinar a CPI.

Essa história da privatização pode até condenar alguns governantes passados, mas deixará em estado de privação alguns petistas que comandam há muito tempo os fundos de pensão neste País, o grande carro-chefe das privatizações brasileiras.

Mais cedo ou mais tarde, até para a consciência tranqüila de todos nós, esses fatos têm que ser passados a limpo. Não é possível generalizar os episódios e fazer com que a Nação pense que corrupção não é mal maior, que corrupção é suportável, de acordo com um velho *slogan* usado em governo passado: “Roubasse, mas se faz”.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Agradeço a V. Ex^a pela participação, Senador Heráclito Fortes.

Antes de encerrar a sessão, quero, por obrigação inclusive, dizer da propriedade de utilização por parte de Dom Geraldo, da CNBB, da expressão endêmico. No contexto em que foi usada, ele dizia: “É necessário que o Brasil praticamente dê uma trombada, vá a nocaute, para que o resultado possa ser bom para o Brasil na seqüência”.

Então, há que haver um tratamento de choque, porque ninguém pode conviver, seja neste Governo, seja no governo anterior, seja quando for, com corrupção, porque essa é a chaga que realmente assola a sociedade brasileira e que tem que ser combatida não só por nós Parlamentares, mas por toda a sociedade. Temos o compromisso com a Nação de criar mecanismos para que essa vontade nossa se transforme, de fato, em realidade.

Agradeço às Sr^{as} e ao Srs. Senadores pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Os Srs. Senadores Papaléo Paes, Valmir Amaral, Romero Jucá, Eduardo Azeredo, Valdir Raupp e Romeu Tuma enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDTB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – DFSr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia 27 de janeiro de 2006, a agência norte-americana de controle de medicamentos, a *Food and Drug Administration (FDA)*, aprovou, para comercialização, a primeira insulina inalável do mundo.

Isso representa um grande avanço desde quando a insulina foi produzida em laboratório, pela primeira vez, tendo chegado ao mercado em 1923.

A Exubera é um produto de ação rápida, que praticamente dispensa ou reduz fortemente a necessidade de injeções de insulina, e está prevista para ser comercializada no Brasil ainda em 2006.

A Exubera “é uma grande ferramenta para que os pacientes percam o medo de utilizar insulina”, afirma o professor Nick Freemantle, da Universidade de Birmingham, na Inglaterra, um dos principais estudiosos da insulina inalável do mundo.

Muitos pacientes que fugiam do tratamento, com horror das injeções diárias, que são consideradas dolorosas e constrangedoras, poderão agora seguir seus tratamentos com regularidade, reduzindo os riscos de graves problemas e enfermidades advindas do diabetes, tais como infarto do miocárdio, derrames cerebrais, insuficiência renal e amputação de órgãos.

Um bom diagnóstico, um diagnóstico precoce e um tratamento adequado do diabetes certamente contribuirão para evitar muitos e graves problemas de saúde.

A cada dia esses riscos aumentam, pois as facilidades da vida moderna, em que quase tudo é automatizado e não requer esforço físico, contribuem para tornar a população mais sedentária, mais obesa e mais propensa a diversas doenças como o diabetes e as cardiopatias.

Até um passado recente, a desnutrição era um dos principais problemas de saúde pública. Para a grande maioria dos países do mundo, pois a obtenção de alimentos para suas populações era algo difícil, eo que ameaçava a sobrevivência de milhões de seres humanos.

O desenvolvimento científico e tecnológico e, com os métodos de produção da agricultura moderna contribuíram para tornar os alimentos mais abundantes, mais fáceis de serem obtidos e relativamente mais baratos.

Essas vantagens e facilidades sociais e econômicas trouxeram uma contrapartida negativa: o aumento generalizado de peso da maioria das populações de quase todos os países. A obesidade é hoje uma epidemia na maioria das sociedades modernas. As pessoas morrem mais por excesso do que por falta de alimentos.

Essas populações praticam pouca atividade física e se alimentam de forma inadequada, não saudável, abusando de alimentos gordurosos, o que contribui para o aumento da concentração de glicose no sangue e para o diabetes.

Estima-se que 7% dos brasileiros sofrem de diabetes, o que significa aproximadamente 13 milhões de pessoas. Muitas dessas pessoas nem sabem que sofrem de diabetes, o que significa um elevado risco para a saúde, pois não se submetem a qualquer tratamento.

A chegada ao mercado da insulina inalável apresenta um passo muito importante, um benefício muito grande para a melhoria da saúde de milhões de brasileiros que fugiam do tratamento médico, traumatizados com a possibilidade de tomar injeções de insulina por longos períodos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao tratarmos do tema diabetes, não podemos perder a oportunidade de usar a grande audiência da TV Senado e dos demais meios do sistema de comunicação do Senado para falarmos dos cuidados com essa doença e da prevenção dela.

Procurar uma vida saudável é fundamental para prevenir essa doença e para ter uma melhor qualidade de vida.

Uma alimentação saudável compreende alimentos ricos em fibras, como frutas e verduras, diminuição de gorduras e de carboidratos, evitar o chamado “*fast food*”, dando-se preferência à tradicional comida caseira.

Uma alimentação saudável deve diminuir a quantidade total de alimentos em cada refeição, repartindo-se a quantidade total por um número maior de pequenas refeições.

Uma vida saudável significa a prática regular de atividade física moderada, para prevenir doenças cardíacas, osteoporose, reduzir o colesterol, a hipertensão e combater a obesidade.

Uma vida saudável recomenda ainda manter-se ativo, produtivo, participante da vida social, com equilíbrio do corpo, da mente e do espírito.

Nada substitui uma consulta a um médico de confiança do paciente, para que se possa desenvolver de forma saudável, evitando os problemas da epidemia de diabetes, que vem se alastrando por todo o mundo e atinge também o Brasil.

Temos aqui no Senado da República muitos Senadores que também são médicos. Tenho plena convicção de que todos, e também os que não são médicos, desejamos que todos os brasileiros adotem métodos de vida mais saudáveis.

Devemos, em resumo, aproveitar os benefícios da ciência, da pesquisa, da tecnologia e as novas desco-

bertas da ciência, como a insulina inalável, sem perder de vista que prevenir é o melhor remédio.

Muito obrigado.

O SR. VALMIR AMARAL (PTB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Sete de Março é a data comemorativa dos fuzileiros navais, bravos integrantes dos contingentes anfíbios da Marinha do Brasil. No mar ou em terra, o fuzileiro naval, em sua labuta diária, zela pela defesa da Pátria, pelo seu engrandecimento, pela incolumidade do solo brasileiro, patrimônio generoso de cada filha e de cada filho desta terra.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o intrépido combatente anfíbio da nossa Marinha, o fuzileiro naval é um dos tantos heróis anônimos da Pátria, de um Brasil que, para a nossa alegria, pode contar com civis e militares ciosos da construção, em seu dia-a-dia, de uma nação melhor, porque mais justa, mais solidária, mais humana e mais pacífica.

Nossa vocação ao pacifismo tem raízes na História, e esse nosso compromisso é tão sério que foi albergado em nossa Carta Magna, que estatui, em seu Artigo 4º, que República Federativa do Brasil rege-se, nas suas relações internacionais, pelos princípios da não-intervenção, da igualdade entre os Estados, pela defesa da paz e pela solução pacífica dos conflitos.

Essa vocação histórica para o pacifismo, para a solução diplomática e racional, porque negociada, das questões políticas e de soberania; essa vocação brasileira para o convívio respeitoso e interdependente com os demais Estados da América e do mundo não nos desobriga de cuidar do nosso direito à autodefesa, pela garantia do estrito respeito às fronteiras, em um mundo complexo e instável.

É também nosso dever zelar pelo respeito ao território brasileiro, imenso repositório de riquezas naturais, seja no solo, ou no subsolo, seja em nossa costa, seja nas profundezas do Oceano Atlântico.

Sr^{as} e Srs. Senadores, os fuzileiros navais da Marinha do Brasil têm cumprido, com desvelo e patriotismo, esse papel histórico de preservação do nosso patrimônio e da nossa segurança.

A despeito do nosso inegável pacifismo, constituinte das relações que travamos com nossos vizinhos, estou certo de que nem os fuzileiros navais, nem as mais altas patentes das forças armadas olvidam o célebre aforismo latino: **si vis pacem para bellum**, ou seja: se queres a paz, prepara-te para a guerra.

Os fuzileiros navais, cômicos do seu dever, preparam-se diuturnamente para o combate que, se depender do ânimo nacional, jamais virá, muito embora a História do Brasil no Século XIX – nomeadamente, a guerra que travamos, a contragosto, com a República do Paraguai – seja a prova, mais contundente, de que

a intensa dinâmica das relações internacionais muitas vezes nos impõe resultados que, absolutamente, não almejamos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, permitam-me agora inverter o brocardo latino, na melhor lição de Mahatma Gandhi, inesquecível líder religioso indiano, que, em sua vida, pregou o oposto: se queres a paz, trabalhe por ela: pela sua construção, para que deite raízes no solo fértil do coração humano, de modo a permitir que fraternidade prospere entre os viventes do Planeta Terra.

A Marinha do Brasil, para muito além da vigília intermitente, em proteção ao nosso mar territorial, tem-se empenhado pela pacificação de Estados convulsionados, auxiliando os mais sofridos, as populações estrangeiras, tantas vezes desgraçadas por guerras de guerrilha ou por ruinosos conflitos externos.

Assim foi na República Dominicana, na América Central, e na lusófona Angola, Estado africano que aprendemos a admirar e que, para a nossa alegria, soube dar fim a décadas de guerra civil.

Em todas as missões de paz, muitas vezes sob a bandeira das Nações Unidas, como no conturbado Haiti dos nossos dias, o fuzileiro naval, rebento altivo e corajoso da Pátria Brasileira, orgulha-se por não fugir à luta, em obsequioso respeito à letra e ao espírito do Hino Nacional. Graças ao seu empenho, milhares de vidas têm sido salvas, atualmente, no território haitiano.

Sr^{as} e Srs. Senadores, neste dia 07 de março de 2006, quero, de todo coração, endereçar o meu mais sincero reconhecimento aos fuzileiros navais brasileiros. Desejo, igualmente, homenagear a Marinha do Brasil, protetora da nossa riquíssima Amazônia Azul, nos litorais do Oceano Atlântico.

Em visita à página da Armada na Internet, deparei-me com a lapidar definição de Raquel de Queiroz, que eu faço questão de repetir, neste singelo discurso: “Quando se houverem acabado os soldados do mundo – quando reinar a paz absoluta – que fiquem pelo menos os fuzileiros, como exemplo de tudo de belo e fascinante que eles foram”.

Hei de concordar, minhas Senhoras e meus Senhores, com a saudosa romancista cearense, primeira ocupante da Academia Brasileira de Letras.

Parabéns aos fuzileiros navais, que encarnam, há 198 anos, muito do belo e do fascinante que há em nossas Forças Armadas: que o sol lhes seja brando; que a brisa lhes seja leve, e que o Atlântico lhes seja pacífico.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Fundo das Nações Unidas para a In-

fância – UNICEF – já está distribuindo o seu relatório anual **Situação Mundial da Infância – 2006**, que, este ano, com o tema “Excluídas e Invisíveis”, põe em foco milhões de crianças que não foram alcançadas pelos benefícios de campanhas anteriores ou pelas metas estabelecidas em programas de governo ou convenções internacionais.

Ao escolher o tema do presente relatório, quando completa 60 anos de atividades, o UNICEF faz uma espécie de reavaliação, contemplando todos os avanços obtidos ao longo das últimas seis décadas, mas voltada diretamente para as áreas nas quais ainda subsiste uma necessidade crucial de progressos.

Em sua Mensagem, no citado documento, o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, lembra os compromissos da instituição firmados na **Declaração do Milênio** e especificados nos **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio** – ODMs; e destaca que os Objetivos, embora não sejam direcionados exclusivamente para o público atendido pelo UNICEF, têm um vínculo muito estreito com a proteção da infância. Em relação ao Relatório 2006 do UNICEF, Kofi Annan comenta: “Este relatório projeta luz sobre vidas em um mundo freqüentemente oculto ou negligenciado – um mundo de vulnerabilidade e exclusão. E nos convoca a todos para que nos manifestemos pelos direitos da criança, e para que atuemos em favor daquelas que precisam de proteção”.

Para a Diretora Executiva do UNICEF, Ann Vene-man, o relatório de 2006 destaca os milhões de crianças que não foram alcançados pelos benefícios ou avanços já realizados, as crianças “excluídas” ou “invisíveis”. “São crianças – enfatiza – que não têm acesso adequado à educação, a vacinas que salvam vidas, a proteção. Apesar dos imensos esforços empreendidos para levar os serviços necessários a todas as crianças, milhões delas ainda morrem a cada ano”.

Ela cita também os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, inspirados na Declaração do Milênio, adotada em 2000 por 189 países, com metas quantitativas para enfrentar a pobreza extrema e a fome, a mortalidade materna e infantil, o HIV/Aids e outras doenças, além de promover a educação primária universal, a igualdade de gêneros e a sustentabilidade ambiental. Igualmente procuram estabelecer uma parceria global em favor do desenvolvimento.

“Estamos em um momento crítico dos esforços internacionais para a realização desse sonho. As apostas são altas: se atingirmos os objetivos – diz –, cerca de 500 milhões de pessoas ficarão livres da pobreza até 2015; 250 milhões serão poupados da fome; e 30 milhões de crianças que viveriam apenas até os cinco anos de idade sobreviverão”.

Ao analisar, Sr. Presidente, as causas básicas da exclusão, o documento do UNICEF propõe combater essa situação com ações em quatro áreas básicas, que são: pobreza e desigualdade; conflitos armados e Estados frágeis; a elevada incidência do HIV/Aids; e a discriminação, que afeta mulheres e meninas, grupos étnicos e indígenas e pessoas com deficiência. Os dados desse capítulo demonstram, por exemplo, que na Suazilândia uma criança pobre tem cinco vezes mais probabilidade de ter baixo peso que uma criança rica; e que, nos países da África Ocidental e Central, 55% da população vive com renda inferior a um dólar por dia.

Mais adiante, o documento propõe ações para a proteção das crianças, como: comprometimento dos governos com a proteção infantil, por meio de recursos orçamentários e políticas de bem-estar social; ratificação e implementação de legislações relacionadas aos direitos da criança; condenação efetiva de pessoas que cometem crimes contra crianças e fim da criminalização de vítimas infantis; disponibilidade de serviços sociais básicos a todas as crianças.

Para promover a efetiva inclusão social desse grupamento, o UNICEF propõe ações governamentais em quatro áreas básicas, que compreendem a realização de pesquisas para elaboração de programas mais consistentes; a compatibilização das legislações nacionais com os compromissos internacionais que tratam do público infantil; financiamento e construção de competência, com a criação de instituições e aprovação de orçamentos orientados para a infância; e a adoção de programas para remover barreiras, como a utilização de postos de serviços destinados ao atendimento das crianças em locais remotos ou desassistidos.

Finalmente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o relatório do UNICEF propõe uma ação conjunta, com ênfase nas metas da Agenda do Milênio. “Viabilizar todas essas ações – destaca o documento – demandará mais do que vontade política ou estratégias bem-intencionadas. Nenhum governo, nenhuma agência ou organização pode alcançar esses objetivos individualmente. (...) Todos nós precisamos não só reconhecer nossa responsabilidade como parte da solução, mas também estar prontos e dispostos a trabalhar juntos em favor da criança”.

O Brasil, Senhor Presidente, é citado algumas vezes no documento do UNICEF, que, reportando o Comitê sobre os Direitos da Criança, questiona os procedimentos de segurança em relação às crianças mantidas pelo sistema judiciário. O UNICEF faz referência explícita aos relatórios de tortura e morte extrajudiciais em instalações penitenciárias.

Em outros trechos, porém, o Fundo das Nações Unidas para a Infância reconhece e até destaca os

avanços alcançados pelo Brasil na proteção à infância. Num deles, destaca, por exemplo, o Orçamento da Criança da cidade de Barra Mansa, no Estado do Rio, onde um conselho de orçamento participativo, composto por 18 meninos e 18 meninas, tem a missão de garantir que o conselho municipal atenda às necessidades e prioridades das crianças. O relatório cita, também, a atuação da Pastoral da Criança, nos últimos 21 anos, como fator decisivo para reduzir o número de mortes infantis e a fome nas comunidades mais pobres.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o relatório **Situação Mundial da Infância – 2006**, do UNICEF, representa um documento importante para a divulgação das condições em que vivem (e até dos casos em que não sobrevivem) as crianças de todo o mundo. Com levantamentos sempre atualizados e propostas efetivas de ações em favor da infância, esse documento tem balizado muitos programas, governamentais ou não, de proteção à criança. Ao cumprimentar o UNICEF pela publicação, quero manifestar minha crença de que nosso País continuará lutando para melhorar seus índices de proteção e promoção das crianças, em conformidade com todas as convenções de que é signatário, e demonstrando, na prática, que o direito a uma infância feliz e sadia é prioridade de nossas autoridades e de toda a comunidade brasileira.

Muito obrigado!

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: Venho à tribuna para requerer que conste dos Anais desta Casa de Rui Barbosa, carta que encaminhei à revista **IstoÉ** relacionada à matéria “Ministro no Valerioduto” (edição 1898, de 8 de março de 2006).

Trata-se de matéria que faz insinuações e afirmações infundadas, tratando como exclusivo um assunto que já foi exaustivamente e devidamente esclarecido – a campanha eleitoral de 1998. A revista distorce fatos e mistura situações, confundindo a opinião pública e atacando minha pessoa.

Sr. Presidente, para que conste dos anais do Senado Federal, reitero que a carta anexa seja considerada parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Ministro no Valerioduto.”

Causou-me estranheza a matéria intitulada “Ministro no Valerioduto” (**IstoÉ**, edição 1898, de 8 de março de 2006). Primeiro, porque além de inúmeras insinuações e afirmações infundadas e maldosas, a reportagem traz como “exclusivo” um assunto que já tinha sido divulgado, inclusive pela própria revista, e devidamente esclarecido.

Os citados “documentos agora descobertos” foram entregues à imprensa em outubro passado. E, ao contrário do que insinua **IstoÉ**, comprovam exatamente que o sr. Marcos Valério foi meramente reembolsado por um adiantamento que permitiu pagamento de dívida com o ex-tesoureiro da campanha de 1998, já em vias de protesto. Esses mesmos documentos foram enviados aos órgãos competentes, justamente, como atestado de que nada houve de irregular na operação.

A matéria também volta a citar “documento” que comprovaria suposta, absurda e fantasiosa movimentação financeira naquela campanha. Ora, tal “documentação” foi forjada pelo lobista Nilton Monteiro, autor de outras listas mentirosas e cujo prontuário criminal já foi amplamente divulgado à opinião pública pela imprensa brasileira.

Aliás, o ex-tesoureiro da campanha de 1998, apontado como autor do suposto documento, já testemunhou à Polícia Federal e à CPMI dos Correios tratar-se de falsificação.

Por fim, não vejo outro objetivo na referida matéria – que muito insinua e pouco informa – que não o de misturar situações e fatos, confundindo a opinião pública e atentando contra a minha reputação e a do ministro Walfrido Mares Guia.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando ocorreram os dois grandes choques de elevação dos preços do petróleo, em 1973 e 1979, a economia brasileira foi duramente atingida. O modelo desenvolvimentista que a norteava, estabelecido desde os anos de Juscelino Kubitschek e largamente ampliado durante os anos do regime autoritário, apresentava clara opção, no campo dos transportes, pelo rodoviarismo, isto é, pelo emprego do caminhão movido a *diesel* como principal modalidade para a movimentação de cargas. Como o País dependia quase integralmente da importação de petróleo, a crise se tornou inevitável: boa parte do endividamento que engessou nossas finanças tem origem nesse período de gastos crescentes com o insumo energético.

Foi em resposta a esse quadro emergencial que o Governo brasileiro lançou o Programa Nacional do Alcool, tendo por objetivo reduzir a dependência do País em relação aos combustíveis fósseis, derivados do petróleo, então extraído, em quantidade pequena,

de nosso subsolo, muito aquém das necessidades nacionais.

Durante a década de 1980, enquanto as turbulências internacionais do mercado de energia passavam por ondas de acirramento e distensão, o progresso da tecnologia do carro a álcool no Brasil se fazia notar. Houve um momento em que a maior parte dos automóveis fabricados no Brasil para o mercado interno era equipado com motor adaptado para funcionar com álcool hidratado. Paralelamente, com a abundância do insumo, foi-se adicionando álcool à gasolina para os automóveis com motores convencionais, reduzindo-se ainda mais o consumo nacional de gasolina.

Não se pode deixar de mencionar, sempre que se trata deste assunto, o fato de que a adição de álcool à gasolina granjeou ao Brasil a primazia de ser o país que, antes de todos os outros, aboliu o emprego do poluente chumbo tetraetila como aditivo antidetonante, pelo simples fato de ter o combustível verde octanagem mais elevada, apesar de seu menor poder calorífico. Quer dizer, o álcool produz menos energia, mas esta pode ser melhor aproveitada sem o uso de aditivos venenosos.

Mais tarde, em 1988, ocorreu um baque na oferta de álcool combustível, que abalou a credibilidade do combustível. A crise ocorreu porque os usineiros tinham garantia oficial do recolhimento da produção, mas não um compromisso forte de entregar suas cotas. Quando os preços internacionais do açúcar tiveram forte alta, eles procuraram desviar quase toda sua linha de produção para essa *commodity*, desabastecendo, por consequência, o mercado interno de combustíveis.

Depois de alguns anos de descrédito, o veículo a álcool voltou, aos poucos, a constituir uma opção considerada pelos consumidores, na hora da compra. Esse prestígio, já restabelecido, foi recentemente reforçado por uma nova conquista da tecnologia brasileira, o carro chamado "flex", que pode funcionar tanto com gasolina quanto com álcool. Tem sido tão forte a predominância dos modelos flexíveis entre os carros novos adquiridos nos últimos meses que o consumo de álcool cresceu e causou a atual alta dos preços, que aborrece muita gente.

É nada mais que uma constatação da velha lei econômica da oferta e da procura. Antes de se revoltar com o custo atual de abastecimento do carro com álcool, é preciso compreender que os preços continuarão a obedecer à lei de mercado quando a próxima safra for liberada, lá para o mês de maio, e certamente irão para patamar mais baixo. E que é situação melhor que a do desabastecimento.

Entretanto, além da contribuição do álcool para a redução da dependência brasileira em relação ao petróleo importado, uma vez que corresponde a cerca de

160 mil barris diários, ou quase dez por cento da atual demanda brasileira, forçoso é reconhecer os esforços da Petrobrás na ampliação da capacidade de produção nacional do insumo. Com efeito, segundo a empresa, a auto-suficiência será atingida em abril deste ano, a partir da entrada em operação da plataforma P-50, com capacidade para produzir 180 mil barris diários de petróleo, além de 6 milhões de metros cúbicos de gás natural.

Quando a P-50 estiver em pleno funcionamento, o que está previsto para daqui a sete ou oito meses, a produção brasileira média atingirá um total de 1 milhão, 910 mil barris diários, superando a demanda estimada para o período, que está na faixa entre 1,850 milhão e 1,9 milhão de barris diários.

Com o desenvolvimento da tecnologia do álcool combustível e a da produção de petróleo em águas profundas, o Brasil vem se tornando modelo de país com uma política energética de longo prazo séria e efetiva, ao ponto de chamar a atenção do presidente norte-americano, George W. Bush, conhecido por sua relutância em apoiar a busca de opções energéticas para o petróleo, especialmente as de biomassa, apoiadas pelos movimentos de defesa do meio ambiente.

Cabe dizer ainda que a indústria de álcool combustível tem ainda um outro mérito na economia de insumo energético. Trata-se da utilização de seu subproduto, o bagaço da cana, como combustível nas usinas para geração de energia elétrica de consumo próprio, o que representa mais uma significativa economia de derivados do petróleo, de cerca de 3,5 por cento da matriz energética nacional.

Além do álcool combustível e da auto-suficiência de petróleo, é preciso mencionar ainda a grande diversificação que vem sendo aplicada a nossa matriz energética, com o investimento em fontes como o gás natural e o *biodiesel*. Este último, aliás, deverá trazer, para caminhões, ônibus e trens, o que o álcool significou para os automóveis: um fator de economia de divisas e de redução da poluição atmosférica.

A auto-suficiência na produção de petróleo, a contribuição do álcool e, a partir de agora, do *biodiesel*, e a generalização do emprego do gás natural são fatores que haverão de assegurar ao País a energia necessária para a retomada do crescimento econômico, quando as condições fiscais e monetárias favorecerem mais o investimento produtivo. O setor energético, tendo à frente a Petrobrás e a indústria alcooleira, entre outros empreendedores, tem feito a sua parte.

O Brasil está, em definitivo, livre das crises causadas pela instabilidade dos principais países exportadores de petróleo. O quadro de inflação e estagnação, que marcou os anos 70, não se repetirá.

Muito obrigado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

Ao aprovar, no dia 17 do mês passado, o Projeto que viria a se converter na Lei Complementar nº 121, esta Casa tinha a nítida percepção de estar dando significativa contribuição para minorar um problema que muito aflige a sociedade brasileira.

Com efeito, o furto e o roubo de cargas e de veículos vieram adquirindo, ao longo das últimas décadas, proporções absolutamente alarmantes. À medida que quadrilhas passaram a se especializar nessas modalidades delinqüências, os prejuízos foram avultando de maneira insuportável para empresas transportadoras e para proprietários de veículos de uso particular. No curso dessa dinâmica – e obedecendo à incontestável lógica da economia de mercado –, os prêmios cobrados pelas companhias de seguro para dar cobertura a cargas e a veículos foram-se elevando os níveis estratosféricos, enquanto centenas de empresas privadas de segurança eram criadas, visando, especialmente, ao mercado da proteção armada ao transporte de cargas.

Mas nem sequer são os enormes prejuízos econômicos advindos dessas práticas criminosas a maior preocupação da opinião pública e das autoridades constituídas. Muitíssimo pior do que as perdas materiais são as perdas de vidas humanas. Isso porque os bandidos – para a consecução dos seus intentos, para a satisfação da sua ganância – não hesitam em eliminar, de modo frio e calculista, um pai de família que labuta arduamente sobre o asfalto, buscando garantir, no ofício do volante, o sustento da família. Assim, muitas vezes, no lugar de uma carga ou de um veículo que desaparece, resta um cadáver jogado ao relento, e, pelo País afora, legiões de viúvas e de órfãos desamparados.

O problema adquiriu tal dimensão que o Congresso Nacional entendeu necessária à constituição de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para se debruçar, especificamente, sobre a questão do roubo de cargas. Os trabalhos dessa Comissão, que tive a honra de presidir, foram objetos de próximo acompanhamento por parte da opinião pública e conduziram a importantes conclusões.

Uma das conseqüências do trabalho da CPMI do Roubo de Cargas foi a aprovação, no dia 7 de dezembro passado, pela egrégia Câmara dos Deputados, após nada menos do que oito anos de tramitação, do Projeto de Lei Complementar do ilustre Deputado Negromonte que cria o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas.

O Senado Federal, por seu turno, demonstrando grande sensibilidade em relação ao problema, conseguiu dar sua aquiescência à iniciativa em poucos dias. E, de modo muito significativo, fê-lo pela unanimidade

dos seus membros que estiveram presentes àquela sessão do dia 17 de janeiro último. O insigne Líder do Governo, por exemplo, quando a matéria foi colocada em discussão, cuidou de ilustrar a gravidade do problema mencionando dados que são, de fato, impressionantes. Segundo Sua Excelência, apenas em nosso Estado de São Paulo, 180 mil veículos são roubados a cada ano, o que equivale, ao longo de um período de doze anos, ao conjunto da produção automobilística do País em um ano.

E, assim, sucederam-se, nesta tribuna, representantes de todas as agremiações partidárias, expressando, em uníssono, seu repúdio a essas modalidades criminosas de conseqüências tão deletérias e seu apoio ao Projeto de Lei Complementar que objetivava aperfeiçoar a ação pública de combate a elas, mediante o planejamento e a implantação de uma política nacional articulada entre a União, os Estados e o Distrito Federal.

A todos nós, a proposta afigurou-se conveniente e oportuna. Na condição de relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ressaltei no parecer que aquele colegiado houve por bem aprovar, algumas das valiosas inovações corporificadas no Projeto, como a exigência de que o condutor de veículo comercial porte autorização para conduzi-lo, quando não for seu proprietário, acarretando, o descumprimento dessa exigência, as penalidades previstas no artigo 232 do Código de Trânsito Brasileiro. Outra medida destacada por muitos dos Senhores Senadores que discutiram a matéria é a previsão de que o Conselho Nacional de Trânsito estabeleça os dispositivos antifurtos e outros elementos que deverão equipar os veículos novos comercializados no País.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores:

Foi, para mim, motivo de profunda decepção, após testemunhar o esforço do Senado Federal para dar tramitação célere à matéria, tomar conhecimento, no último dia 9, do veto parcial apostado pelo Chefe do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 141, de 2005 — Complementar, contrariando, assim, o entendimento unânime desta Casa, inclusive, portanto, a opinião de seu próprio Bloco de Apoio e de seu Líder.

Lamentavelmente, o veto do Executivo descaracterizou profundamente aquele Projeto. Foi vetado, por exemplo, o dispositivo que autorizava o Poder Executivo a criar o Fundo Nacional de Combate ao Furto de Veículos e Cargas, o qual era destinado a financiar os programas e as atividades do sistema correspondente. Vetou-se, também, o artigo 6º, que sujeitava, mediante sentença condenatória transitada em julgado, os bens utilizados para a prática de furto ou roubo de veículos e cargas, para assegurar a impunidade do crime, e também para o depósito, a receptação ou a comer-

cialização da carga roubada à pena de perdimento em favor do Fundo recém-mencionado.

O Chefe do Executivo vetou a integração do Registro Nacional de Veículos Automotores (RENAVAM) ao agora criado Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas. E — especialmente deplorável — vetou o artigo 11 do Projeto, que apenava com multas elevadas o descumprimento da obrigatoriedade de baixa de veículos vendidos ou leiloados como sucata nos Departamentos de Trânsito, Circunscrições Regionais de Trânsito e demais órgãos competentes.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores:

A sociedade brasileira cansou-se de tomar conhecimento, a cada semana, do desaparecimento de inúmeros caminhões e de suas cargas, das mortes de motoristas, dos assaltos a ônibus em que todos os pertences dos passageiros são levados, dos milhares de veículos particulares que são furtados para serem transformados ou descaracterizados e vendidos em outros Estados ou países vizinhos.

É uma praga que assola as rodovias mais importantes do País e as ruas dos grandes centros urbanos, e o cidadão não mais tolera conviver com esse estado de coisas.

O Congresso Nacional tratou de dar sua contribuição para o enfrentamento desse grave problema. Constituímos uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que realizou um trabalho sério e aprofundado, que mereceu o reconhecimento da Nação. Agora, aprovamos a criação de um sistema integrado, que reúne várias formas de prevenção e repressão num todo articulado. Trata-se de uma fórmula abrangente, que contribui de modo efetivo, para a melhoria da segurança pública, por proporcionar que sejam implementadas políticas de combate ao furto e roubo de veículos e cargas, além de estabelecer regras eficazes para dificultar a ação dos criminosos.

Assim sendo, não podemos acatar o veto parcial que muito descaracterizou o Projeto de Lei nº 141, de 2005 — Complementar, transformado na Lei Complementar nº 121, de 9 de fevereiro de 2006. Volto a lembrar que o Projeto em questão foi aprovado nesta Casa em votação unânime, com apoio declarado do Bloco governista. Conclamo, portanto, os ilustres Pares a rejeitarem aquele veto.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005), que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; 9.074, de 7 de julho de 1995, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81-A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 5.989, de 17 de dezembro de 1973; 9.888, de 8 de dezembro de 1999; 10.768, de 19 de novembro de 2003; 11.094, de 13 de janeiro de 2005; e 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências.

Relatora revisora: Senadora Fátima Cleide.

Prazo final: 13.4.2006

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 270, de 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 270, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Presidência da República, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de oitocentos e vinte e cinco milhões, novecentos e oito mil, novecentos e sessenta e oito reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador Tião Viana.

Prazo final: 14.4.2006

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 271, de 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 271, de 2005, que autoriza a União a prestar auxílio financeiro complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

Relator revisor: Senador Wellington Salgado Oliveira.

Prazo final: 25.4.2006

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2006

*(Proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005), que altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social; 10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do INSS, 10.997, de 15 de dezembro

de 2004, que institui a Gratificação Específica do Seguro Social – GESS; 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais; e fixa critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial – GDAMP.

Relator revisor: Senador Sérgio Guerra.

Prazo final: 25.4.2006

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2006

*(Proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quinhentos e dezesseis milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador João Ribeiro.

Prazo final: 26.4.2006

6

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2006

*(Proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005), que acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação; revoga o art. 3º da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001; e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Romero Jucá

Prazo final: 28.4.2006

7

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da*

União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2006

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, que *altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro.*

9

REQUERIMENTO Nº 1.355, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.355, de 2005, do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito de operações financeiras eventualmente efetuadas entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com a empresa controladora do empreendimento *Beach Park*, localizado em Porto de Dunas, Ceará, ou com qualquer das empresas controladas por ela.

Parecer favorável, sob nº 162, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR)
– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 25 minutos.)

**ATA DA 15ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA,
EM 2 DE FEVEREIRO DE 2006**

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 013, de 3 de fevereiro de 2006)

RETIFICAÇÕES

1) No Sumário à página nº 02931, 2ª coluna, item 1.2.7 – Leitura de Requerimentos:

Onde se lê:

Nº 95, de 2006, de autoria do Senador Flexa Ribeiro,

Leia-se:

Nº 95, de 2006, de autoria do Senador Flexa Ribeiro e outros Srs. Senadores, ...

2) Na Ata à página nº 02942, referente ao Requerimento nº 95, de 2006, que se republica por haver saído com incorreções.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães **
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PMR – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney **

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Reginaldo Duarte*^S
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Morais**
PMDB – José Maranhão **

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PMDB – Gerson Camata**
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra *
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotônio Vilela Filho **

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
Sem partido – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
BLOCO-PT – Delcídio Amaral**
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney *
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
PMDB	
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Shhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)**

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.
Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾**

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽⁵⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Shessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)**

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfiliou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfiliou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾ PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Shessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾ PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Shhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador João Alberto Souza ⁽³⁾

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres ⁽⁴⁾

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. (vago) ⁽¹⁾	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M ^o doCarmo Alves(PFL)	SE	1306
Leonel Pavan (PSDB)	SC	4041	4. (vago) ⁽⁵⁾		
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela F (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Ney Suassuna	PB	4345	1. Gerson Camata	ES	3204
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. (vago) ⁽²⁾		
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago)		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 23.11.2005)

- ⁽¹⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.
- ⁽²⁾ O Senador Pedro Simon renunciou ao cargo de acordo com OF nº 101/05 – GSPSIM, publicado no DSF de 14.12.2005.
- ⁽³⁾ Eleito em 13.12.2005, na 1ª reunião, de 2005, do Conselho de Ética.
- ⁽⁴⁾ Eleito em 13.12.2005, na 1ª reunião, de 2005, do Conselho de Ética.
- ⁽⁵⁾ O Senador Alvaro Dias renunciou ao cargo de acordo com OF nº 1370/2005-SEM, publicado no DSF de 15.12.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 14.09.2005

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

5ª Designação: 22.03.2005

6ª Designação: 20.04.2005

7ª Designação: 16.05.2005

8ª Designação: 16.05.2005

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – s/ partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

Atualizada em 27.10.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
ALTON FREITAS		ANTERO PAES DE BARROS	
Dificuldades enfrentadas pelo pequeno e médio produtor de leite na comercialização do produto, que vem atingindo baixa rentabilidade.	397	Crise na agricultura brasileira e comentários a respeito do veto do Governo Federal ao projeto de lei que trata da renegociação das dívidas dos agricultores. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. .	417
ALMEIDA LIMA		ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	
Considerações sobre declarações do Presidente Lula, que afirmou, em importante órgão da imprensa internacional, que “o Brasil não tem pressa em crescer”. Aparte ao Senador Jorge Bornhausen.	374	Indignação contra acusações do Partido dos Trabalhadores sobre S.Exa. e seu neto, Deputado ACM Neto.	179
Leitura e comentários sobre a matéria publicada pela revista <i>Veja</i> , intitulada “Valério ameaça falar”.	384	Críticas ao Presidente Lula. Aparte ao Senador José Agripino.	214
ALOIZIO MERCADANTE		Lamento pelos vetos parciais apostos pelo Governo à proposição sobre a concessão de florestas públicas. Aparte ao Senador José Agripino.	216
Registro do indicador que mostra que o Brasil conquistou a melhor posição dos últimos 25 anos, na redução das desigualdades sociais.	445	Comentários a respeito do “aerolula”. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	220
ANA JÚLIA CAREPA		Comentários sobre matéria de autoria do acadêmico João Ubaldo Ribeiro, publicada em jornal baiano, intitulada “Lula é um assassino dos sonhos do povo brasileiro” e às declarações de D. Geraldo Majella Agnelo, Cardeal Arcebispo da Bahia Primaz do Brasil, Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , intitulada “Lula é o mais submisso a banqueiros”. ...	390
Comentários à nota de esclarecimento do Ministério do Meio Ambiente, sobre o relatório da CPI da Biopirataria, em resposta à matéria publicada na revista <i>Veja</i> . Aparte ao Senador Tião Viana.	19	Considerações sobre a ocupação de favelas no Rio de Janeiro, pelo Exército Brasileiro. Aparte ao Senador Ney Suassuna.	390
Comentários à matéria publicada na imprensa sobre a Lei de Gestão de Florestas Públicas.	54	Comentários a respeito de uma lacuna que se observa no ordenamento jurídico brasileiro: o único país das nações civilizadas que não tem uma lei que trata dos crimes hediondos. Aparte ao Senador Demóstenes Torres.	400
Pavimentação da Rodovia BR-163. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko.	408	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	
Comentários a respeito da Nota de Esclarecimentos sobre episódio de estremecimento entre a Igreja Católica e o PT. Aparte ao Senador Tião Viana.	439	Considerações sobre o vale-transporte. Aparte ao Senador Romeu Tuma.	28
Comentários a respeito do ensino técnico no Brasil. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante.	447		

	Pág.		Pág.
Comentários a respeito dos 20 anos da edição do Plano Cruzado, em 28 de fevereiro de 1986. Aparte ao Senador José Sarney.	40	cedora do Grande Prêmio Folha de Jornalismo de 2005, pelas suas reportagens sobre a revelação do “Mensalão”.	73
Reconhecimento pelo trabalho cumprido pelo Senado Federal, durante a convocação extraordinária.	48	Requerimento nº 224, de 2006, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do ator Guará Rodrigues, ocorrido no dia 21 de fevereiro de 2006, no Rio de Janeiro.	73
Entrega, ao Ministro Ciro Gomes, de vários decretos de situação de emergência, em diversos municípios de Sergipe, atingidos pela seca que assola a região.	48	Ameaças recebidas pelas famílias dos irmãos do ex-Prefeito de Santo André, Celso Daniel.	77
Alerta sobre a prioridade que deve ser dada à educação no Brasil.	376	Ameaças recebidas pelos irmãos do ex-Prefeito de Santo André, Celso Daniel. Aparte ao Senador José Agripino.	85
O debate na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Proposta de Emenda à Constituição 9, de 2006, que trata do Fundeb.	376	Considerações a respeito do caso Celso Daniel.	88
ARTHUR VIRGÍLIO		Transcrição de artigos do ex-Ministro José Dirceu a respeito do Presidente Lula, publicados nos jornais <i>O Globo</i> e <i>Jornal do Brasil</i> , intitulados “Dirceu diz que Lula não gosta de discutir assuntos graves” e “Esquerda, volver”.	88
Apresentação de requerimento de voto de aplauso às cidades de Oeiras e Floriano, no Piauí, cujas populações e administradores souberam reagir à altura a manifestações de despreço do Presidente Lula, por ocasião de sua visita a Parnaíba, no mesmo Estado.	48	Críticas à gestão Lula.	91
Anúncio, pelo Governo Lula, da suspensão de cento e noventa e sete mil aposentadorias.	48	Comentários a respeito da possibilidade de reeleição do Presidente Lula. Aparte à Senadora Heloísa Helena.	101
Comentários ao Programa Bolsa-Escola. Aparte ao Senador Cristovam Buarque.	58	Comentários sobre matéria da jornalista Sonia Racy, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , intitulada “Palocci decidiu coordenar a campanha de Lula”.	104
Críticas ao Governo do Presidente Lula. Aparte ao Senador Cristovam Buarque.	59	Redução dos recursos orçamentários destinados ao Ministério da Saúde. Aparte à Senadora Lúcia Vânia.	106
Considerações sobre o investimento da Telemar na empresa Gamecorp, que tem como um dos sócios, o filho do presidente Lula.	60	Transcrição da matéria intitulada “A última luta”, publicada na revista <i>Gracie Magazine</i> sobre o mestre brasileiro de Jiu-jitsu, Carlson Grace.	110
Requerimento nº 221, de 2006, que requer informações ao Ministro da Defesa acerca dos trâmites seguidos pelo Governo do Brasil para a aquisição de aviões de caça para monitoramento do espaço aéreo do País.	66	Requerimento nº 226, de 2006, que requer Voto de Lembrança ao ensejo do transcurso do quinto aniversário da morte do ex-Governador ex-Senador e ex-Constituinte Mário Covas. Requer, ainda, que seja consignado, nos Anais do Senado, e levado ao conhecimento dos familiares do homenageado.	165
Críticas à censura praticada pela Anvisa ao proibir reportagens e matérias que versem sobre remédios e bebidas alcoólicas por entender que se trata de propaganda.	71	Requerimento nº 227, de 2006, que requer, ao Senhor Ministro da Justiça, informação acerca das providências que foram ou estariam sendo tomadas pelo Governo no tocante ao ocorrido com um jovem futebolista brasileiro que permaneceu 16 dias no aeroporto de Frankfurt, no mês de fevereiro de 2006.	166
Encaminhamento de dois requerimentos de voto de aplauso, um para a jornalista Renata Lo Prete e um para a Conferência Nacional dos Bispos no Brasil.	72	Requerimento nº 228, de 2006, que requer ao Ministro da Saúde informações sobre providências acautelatórias de controle do consumo de anfetaminas.	167
Requerimento nº 222, de 2006, que requer Voto de Aplauso à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, pela iniciativa de editar uma cartilha de orientação aos eleitores brasileiros, sobretudo para a questão do financiamento de campanha. ..	73	Requerimento nº 229, de 2006, que requer voto de pesar pelo falecimento da artista plástica	

Pág.		Pág.
	e escritora Elsie Dubugras, ocorrido no dia 2 de março de 2006.	167
	Voto de lembrança ao ensejo do transcurso do quinto aniversário da morte do ex-governador, ex-senador e ex-constituente Mário Covas.	169
	Comentários a respeito do Carnaval. Aparte à Senadora Ideli Salvatti.	171
	Comentários a respeito das acusações do Partido dos Trabalhadores sobre o Senador Antonio Carlos Magalhães e seu neto, Deputado ACM Neto. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. ...	181
	Comentários sobre matéria da revista <i>Veja</i> sobre a corrupção no Governo Lula intitulada “Surto de autismo”.	187
	Solicita a transcrição, nos Anais do Senado, das matérias intituladas “9 lições para uma vida melhor”, publicada no dia primeiro de março de 2006 na revista <i>IstoÉ</i> ; e “Ao som da Amazônia, publicada no jornal <i>Correio Braziliense</i> de 4 de março de 2006, além de pronunciamento sobre a gripe aviária.	196
	Comentários a respeito da morte do ex-prefeito Celso Daniel. Aparte ao Senador José Jorge.	211
	Lamento pelos vetos parciais apostos pelo Governo à proposição sobre a concessão de florestas públicas. Aparte ao Senador José Agripino.	215
	Críticas ao Presidente Lula. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	221
	Conclama o Congresso Nacional a realizar sessão para exame dos vetos do Presidente da República à proposta de concessão das florestas tropicais.	224
	Requerimento nº 233, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao jornal <i>Diário de Pernambuco</i> , premiado, com duas páginas, no Best Newspaper Design, edição de 2005.	362
	Requerimento nº 234, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao jornal <i>Estado de S.Paulo</i> , premiado, em três categorias no Best Newspaper Design, edição de 2005.	363
	Requerimento nº 235, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao jornal <i>Correio Braziliense</i> , premiado pela 75ª vez no Best Newspaper Design, edição de 2005.	364
	Requerimento nº 236, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao jornal <i>Estado de Minas</i> , premiado, com duas páginas, no Best Newspaper Design, edição de 2005.	365
	Requerimento nº 237, de 2006, que solicita informações ao Sr. Presidente do Banco Central do Brasil sobre o ingresso no Brasil de verba de patrocínio da PDVSA, estatal petrolífera venezuelana, para o desfile da Escola Samba Unidos da Vila Isabel no Rio de Janeiro.	366
	Requerimento nº 238, de 2006, que requer, ao Senhor Ministro-chefe da Secretaria Especial da Presidência da República, informações acerca da programação vinculadas pela TV NBR, emissora do Governo Federal.	366
	Requerimento nº 239, de 2006, que requer Voto de Lembrança a um grande político e pensador brasileiro, Florestan Fernandes, ao ensejo do relançamento, dez anos após o seu falecimento, de dois de seus livros e de outro que fala da trajetória do saudoso sociólogo, escrito por Haroldo Cerávolo Sereza e intitulado “Florestan a inteligência militante”.	366
	Encaminhamento à Mesa de pronunciamento a respeito da gafe do Presidente Lula que se atrasou em pouco mais de um minuto em encontro com a rainha britânica, Elizabeth II.	419
	Encaminhamento à Mesa de pronunciamento a respeito do protesto contra a tolerância do Ministro da Defesa, no erro cometido pelo General Francisco de Albuquerque, que mandou parar um avião civil para que pudesse embarcar.	419
	Relacionamento entre o Governo Lula e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST).	423
	Elogios à atuação parlamentar do Senador Tião Viana. Aparte ao Senador Tião Viana.	439
	CRISTOVAM BUARQUE	
	Alerta sobre a gripe aviária e sugestão, em nome do PDT, no sentido de que o presidente Lula nomeie um coordenador para tratar do assunto.	21
	Comentários à matéria publicada na imprensa sobre a Lei de Gestão de Florestas Públicas. Aparte à Senadora Ana Júlia Carepa.	55
	Retrocessos do Programa Bolsa-Família.	56
	Questionamento sobre o significado da democracia no Brasil.	162
	Apoio ao Requerimento nº 226, de 2006, que requer Voto de Lembrança ao ensejo do transcurso do quinto aniversário da morte do ex-Governador ex-Senador e ex-Constituente Mário Covas.	166
	Preocupação com a cadeia de omissões que o Brasil vem enfrentando, com destaque para a ocupação das favelas do Rio de Janeiro, pelo Exército Brasileiro.	440
	DEMÓSTENES TORRES	
	Observação sobre uma lacuna que se observa no ordenamento jurídico brasileiro: o único país das nações civilizadas que não tem uma lei que	

IV

	Pág.		Pág.
trata dos crimes hediondos. Citação sobre decisão do STF a respeito da questão.	399	que trata da renegociação das dívidas dos agricultores. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho.	418
EDISON LOBÃO		GARIBALDI ALVES FILHO	
Comentários a respeito dos 20 anos da edição do Plano Cruzado, em 28 de fevereiro de 1986. Aparte ao Senador José Sarney.	39	Comentários a respeito das acusações do Partido dos Trabalhadores sobre o Senador Antonio Carlos Magalhães e seu neto, Deputado ACM Neto. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.	185
Considerações sobre a proposta de criação de um gasoduto que integrará Venezuela, Argentina e Brasil.	74	Drama vivido pelos parentes do ex-prefeito Celso Daniel e a necessidade de que o Estado se pronuncie sobre essa questão e assuma sua responsabilidade.	225
Acerca de Medida Provisória sobre os trabalhadores domésticos, comentários a respeito do fato de o Senado ter aprovado iniciativas semelhantes de autoria do Senador Renan Calheiros, em 2003, e do orador, em 1995.	405	Crise na agricultura brasileira e comentários a respeito do veto do Governo Federal ao projeto de lei que trata da renegociação das dívidas dos agricultores. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho.	417
EDUARDO SUPLICY		GILVAM BORGES	
Considerações sobre a desaceleração das exportações.	13	Comentários a respeito da eleição presidencial.	71
Manifestação de interesse em encontro da Comissão de Assuntos Econômicos com membros do Comitê de Política Monetária, para esclarecer detalhes sobre as reuniões que definem a taxa de juros no país.	13	Comentários a respeito da reforma eleitoral. Aparte ao Senador Cristovam Buarque.	164
Crise na agricultura brasileira e comentários a respeito do veto do Governo Federal ao projeto de lei que trata da renegociação das dívidas dos agricultores. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho.	418	Protesto pelo desligamento dos médicos peritos do INSS, terceirizados.	369
Registro de carta encaminhada por S.Exa. à Revista <i>IstoÉ</i> , relacionada à matéria intitulada “Ministro no Valerioduto”.	459	Apelo em favor da apreciação da MP 272/2005, cujos benefícios se estendem a milhares de servidores públicos, corrigindo a remuneração de integrantes de diversas categorias da perícia médica.	369
FLÁVIO ARNS		HELOÍSA HELENA	
Comentários a respeito da Nota de Esclarecimentos sobre episódio de estremecimento entre a Igreja Católica e o PT. Aparte ao Senador Tião Viana.	439	Comentários à nota de esclarecimento do Ministério do Meio Ambiente, sobre o relatório da CPI da Biopirataria, em resposta à matéria publicada na revista <i>Veja</i> . Aparte ao Senador Tião Viana. ...	20
Considerações sobre o PT e o envolvimento na corrupção. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	452	Considerações sobre o acordo da Telemar com a empresa Gamecorp, que tem como um dos sócios, o filho do presidente Lula.	50
FLEXA RIBEIRO		Comentários sobre pesquisa realizada pela socióloga gaúcha Ana Liési, da Universidade de Brasília, sobre Paternidade e Deserção – Crianças sem Reconhecimento, Maternidades Penalizadas pelo Sexismo. Aparte ao Senador Sérgio Zambiasi.	
Pavimentação da Rodovia BR-163. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko.	407	Críticas à política econômica e ética do Governo Lula.	99
Necessidade de providências imediatas para combater a crise na agricultura brasileira. Aparte ao Senador Osmar Dias.	413	Ausência em Plenário de Senadores da base governista, que poderiam comentar as acusações e denúncias contra a administração do Presidente Lula.	99
Crise na agricultura brasileira e comentários a respeito do veto do Governo Federal ao projeto de lei			

Pág.	Pág.	
	V	
	Pág.	
Projeto de Lei do Senado nº 40, de 2006, que acrescenta, no Código Penal, Decreto Lei nº 2.848/1940, o § 3º ao art. 317 e o § 2º ao art. 333, transformando o atual parágrafo único deste dispositivo, em § 1º; acrescenta o inciso VII-C ao art 1º da Lei nº 8.072/1990, que trata dos crimes hediondos.	357	
Explicações sobre a posição do P-SOL, com relação à polêmica da verticalização.	379	
Saúda a presença no plenário dos guerreiros e das guerreiras do Programa de Reabilitação do Lesado Medular da Rede Sarah de Brasília.	387	
Comentários a respeito da “legispirataria”. ...	405	
Crise na agricultura brasileira e comentários a respeito do veto do Governo Federal ao projeto de lei que trata da renegociação das dívidas dos agricultores. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho.	417	
Considerações sobre o PT e o envolvimento na corrupção. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	454	
HERÁCLITO FORTES		
Encaminhamento à votação do Requerimento nº 225, de 2006, que requer seja aprovado Voto de Lembrança pelo transcurso do quinto ano de falecimento do ex-Governador, ex-Senador, ex-Deputado Federal e ex-Prefeito Mário Covas, ocorrido no dia 6 de março de 2001. Requer, ainda, que esta manifestação do Senado da República seja levada ao conhecimento da família do falecido, ao Presidente do Partido de SP (PSDB) e ao Sr. Governador do Estado Dr. Geraldo Alckmin.	128	
Homenagem pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher. Aparte ao Senador Ney Suassuna.	160	
Comentários a respeito das acusações do Partido dos Trabalhadores sobre o Senador Antonio Carlos Magalhães e seu neto, Deputado ACM Neto. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. ...	183	
Apelo ao Presidente do Senado Federal no sentido de prorrogar as CPMLs.	220	
Viagem do presidente Lula à Inglaterra e os objetivos de sua recente ida ao Piauí.	220	
Lamento pela atitude do zagueiro Antonio Carlos, do time Juventude, que protagonizou gesto racista contra outro jogador, em recente partida de futebol. Aparte ao Senador Paulo Paim.	368	
Comentários a respeito de alternativas para combustíveis no Brasil. Aparte ao Senador Sibá Machado.	426	
Considerações sobre o PT e o envolvimento na corrupção.	452	
Considerações sobre a história do PMDB. Aparte ao Senador Mão Santa.	450	
	IDELI SALVATTI	
	Comentários sobre matéria de revista inglesa <i>The Economist</i> a respeito da política brasileira e da viagem oficial do presidente Lula à Inglaterra. Observações sobre editorial do jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , intitulado “Ponto para Lula - e o Brasil”.	170
	Parabeniza a Escola de Samba de Vila Isabel pela vitória do desfile carioca de Carnaval do ano de 2006.	170
	Comentários a respeito das acusações do Partido dos Trabalhadores sobre o Senador Antonio Carlos Magalhães e seu neto, Deputado ACM Neto. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. ...	182
	Noticiário dos principais jornais dando conta da diminuição das desigualdades sociais no Brasil.	371
	JEFFERSON PÉRES	
	Considerações sobre a ocupação de favelas no Rio de Janeiro, pelo Exército Brasileiro.	387
	Comentários a respeito da violência em Manaus e em todo o Brasil. Aparte ao Senador Ney Suassuna.	389
	JOÃO BATISTA MOTTA	
	Requerimento nº 230, de 2006, que requer tramitação conjunta da PEC nº 86, de 2003, e da PEC nº 31, de 2005.	167
	Lamento pelos vetos parciais apostos pelo Governo à proposição sobre a concessão de florestas públicas. Aparte ao Senador José Agripino.	218
	JOÃO RIBEIRO	
	Comentários a respeito do ensino superior. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko.	406
	Benefícios da transformação da Escola Técnica de Palmas em Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet-TO).	422
	JORGE BORNHAUSEN	
	Solidariedade ao Senador Antonio Carlos Magalhães, nos termos do pronunciamento do Senador José Agripino, na sessão de 06 de março de 2006. ...	373
	Considerações sobre declarações do Presidente Lula, que afirmou, em importante órgão da imprensa internacional, que “o Brasil não tem pressa em crescer”.	373

	Pág.		Pág.
JOSÉ AGRIPINO		JUVÊNCIO DA FONSECA	
Comentários a respeito dos 20 anos da edição do Plano Cruzado, em 28 de fevereiro de 1986. Aparte ao Senador José Sarney.	43	Necessidade de providências imediatas para combater a crise na agricultura brasileira. Aparte ao Senador Osmar Dias.	411
Comentários sobre as declarações do Presidente da CNBB, a respeito do Governo Lula.	46	LEONEL PAVAN	
Avaliação do Governo Federal pela CNBB.	82	Comentários a respeito do índice de desigualdade social brasileiro. Aparte ao Senador Jorge Bornhausen.	375
Ameaças recebidas pelos irmãos do ex-Prefeito de Santo André, Celso Daniel.	82	Lamento pelo péssimo estado das rodovias de Santa Catarina, que vêm provocando inúmeros acidentes com vítimas.	381
Críticas à gestão Lula. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	93	Manifestação sobre o pronunciamento do Senador Paulo Paim, a respeito do racismo.	381
Comentários a respeito das acusações do Partido dos Trabalhadores sobre o Senador Antonio Carlos Magalhães e seu neto, Deputado ACM Neto. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.	184	Registro da fatalidade que vitimou um jovem torcedor, na cidade de Joinville, que morreu, em razão de uma pedrada.	381
Críticas ao Presidente Lula. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	190	LÚCIA VÂNIA	
Críticas ao Presidente Lula. Aparte ao Senador José Jorge.	212	Alerta para a ilusão do denominado Programa de Farmácia Popular.	31
Lamento pelos vetos parciais apostos pelo Governo à proposição sobre a concessão de florestas públicas.	213	Considerações sobre o vale-transporte. Aparte ao Senador Paulo Paim.	33
JOSÉ JORGE		Elogios ao Senador Paulo Paim pela realização de audiências públicas, para discutir o fator previdenciário e o salário mínimo. Aparte ao Senador Paulo Paim.	33
Preocupação com a notícia da saída do País de parentes do ex-prefeito Celso Daniel.	211	Análise da matéria publicada no jornal <i>O Globo</i> , intitulada "A fila dos horrores para pedir o Bolsa Família".	106
Críticas à medida provisória que versa sobre a dedução no imposto de renda, do INSS pago às empregadas domésticas.	211	Redução dos recursos orçamentários destinados ao Ministério da Saúde.	106
Comentários a respeito do índice de desigualdade social brasileiro. Aparte ao Senador Jorge Bornhausen.	374	Reflexão sobre artigo intitulado "Desperta Brasil", de autoria do empresário Antônio Ermírio de Moraes, publicado no <i>Jornal do Brasil</i> , edição de 5 de março de 2006.	225
O debate na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Proposta de Emenda à Constituição 9, de 2006, que trata do Fundeb. Aparte ao Senador Antônio Carlos Valadares.	377	LUIZ OTÁVIO	
Comentários sobre decisão da 3ª Vara Federal Cível do Rio de Janeiro, que concedeu liminar, suspendendo propaganda sobre a concessão de empréstimos aos aposentados e pensionistas, para desconto em folha.	382	Comentários à decisão do Tribunal Superior Eleitoral referente às eleições.	80
JOSÉ SARNEY		Considerações sobre o projeto que cria a denominada Super-Receita.	80
Considerações sobre o vale-transporte. Aparte ao Senador Romeu Tuma.	27	MAGNO MALTA	
Recordação dos 20 anos da edição do Plano Cruzado, em 28 de fevereiro de 1986.	37	Comentários a respeito da polêmica da verticalização. Aparte à Senadora Heloísa Helena.	380

	Pág.		Pág.
Manifestação sobre o pronunciamento do Senador Paulo Paim, a respeito do racismo. Aparte ao Senador Leonel Pavan.	381	Requerimento nº 220, de 2006, que requer sejam prestadas pelo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Dr. Luiz Fernando Furlan, informações sobre fraudes perpetrada por empresas localizadas em áreas de livre comércio de importação e exportação na Região Norte, conforme denúncia do Correio Brasileiro, consubstanciada na Nota Informativa da Consultoria Legislativa do Senado em anexo, e quais as providências adotadas pelo Governo Federal no intuito de otimização da fiscalização tributária nas áreas de livre comércio da Região Norte.	5
Necessidade de providências imediatas para combater a crise na agricultura brasileira. Aparte ao Senador Osmar Dias.	413	Manifestação em defesa do Governador de Roraima, em razão das acusações feitas recentemente pelo Senador Romero Jucá.	35
Comentários a respeito do biodiesel. Aparte ao Senador Sibá Machado.	427	Esclarecimentos a respeito de denúncias contra S.Exa. formuladas pelo Senador Romero Jucá na sessão de 02 de março de 2006.	73
Inquietação com o crescimento avassalador da criminalidade, em função da omissão dos homens públicos e das famílias.	441	Comentários a respeito da CPI dos Bingos. Aparte ao Senador José Agripino.	87
Registro de envio, ao Ministro da Justiça, de um ofício sobre o agravamento do fenômeno da violência no Estado do Espírito Santo.	441	Resumo de um histórico jurídico sobre a questão da demarcação da reserva indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima, na fronteira do Brasil com a Venezuela e a Guiana.	395
Preocupação com a redução da pena para quem cometer crime hediondo.	441	NEY SUASSUNA	
MÃO SANTA		Comemorações pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher.	160
Comentários a respeito de alternativas para combustíveis no Brasil. Aparte ao Senador Sibá Machado.	426	Questionamentos sobre a não votação do Orçamento da União e sua repercussão.	160
Comentários a respeito do sistema penitenciário brasileiro. Aparte ao Senador Magno Malta.	443	Comentários a respeito da violência no Rio de Janeiro. Aparte ao Senador Jefferson Péres.	388
Lançamento de candidato para as eleições de 2006.	448	Considerações sobre a violência que está espalhada por todo o País.	388
Considerações sobre a história do PMDB.	448	Leitura de nota sobre assalto ao Prefeito de Patos, em rodovia federal.	388
Considerações sobre o PT e o envolvimento na corrupção. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	453	OSMAR DIAS	
MARCO MACIEL		Necessidade de providências imediatas para combater a crise na agricultura brasileira.	409
Requerimento nº 231, de 2006, que requer a tramitação conjunta dos Projetos PLS nºs 182/2003, PLS 352/2004, PLS 370/2005 e PLC 35/2000, com os Projetos PLS 242/2003, PLS 308/2003 e PLS 355/2003, que já tramitam em conjunto, por versarem sobre matérias semelhantes.	231	PAPALÉO PAES	
MOZARILDO CAVALCANTI		O grande avanço da medicina com a aprovação da comercialização da insulina inalável.	456
Requerimento nº 219, de 2006, que requer sejam prestadas pelo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Antonio Palocci Filho, informações sobre fraudes perpetradas por empresas localizadas em áreas de livre comércio de importação e exportação na Região Norte, conforme denúncia do Correio Brasileiro, consubstanciada na Nota Informativa da Consultoria Legislativa do Senado em anexo, e quais as providências adotadas pelo Governo Federal no intuito de otimização da fiscalização tributária nas áreas de livre comércio da Região Norte.	5	PAULO PAIM	
		Considerações sobre o vale-transporte. Aparte ao Senador Romeu Tuma.	27

VIII

	Pág.		Pág.
Considerações sobre a revogação da Medida Provisória 283, que suprime o artigo 4 da Medida Provisória 280, com relação ao vale-transporte.	32	pecial de pagamento de precatórios pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.	352
Comunicação da realização de audiências públicas, para discutir o fator previdenciário e o salário mínimo.	32	ROBERTO SATURNINO	
Preocupação com o desemprego no setor calçadista do país, especialmente no Vale dos Sinos. ...	32	Comentários a respeito da violência no Rio de Janeiro. Aparte ao Senador Ney Suassuna.	389
Trabalho desenvolvido no Governo Federal pelos ex-Ministros Emília Fernandes, Tarso Genro, Olívio Dutra, Miguel Rossetto e Dilma Rousseff.	78	RODOLPHO TOURINHO	
Realização de audiências públicas para discussão do fator previdenciário, do salário mínimo e do ensino profissionalizante.	78	Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2006, que dispõe sobre o regime jurídico e a regulamentação das atividades de Agente Comunitário de Saúde e Agente do Combate às Endemias, na forma do § 5º do art. 198 da Constituição Federal.	358
Comentários à decisão do Tribunal Superior Eleitoral referente às eleições. Aparte ao Senador Luiz Otávio.	81	Crise na agricultura brasileira e comentários a respeito do veto do Governo Federal ao projeto de lei que trata da renegociação das dívidas dos agricultores.	416
Avaliação do Governo Federal pela CNBB. Aparte ao Senador José Agripino.	83	ROMERO JUCÁ	
Realização de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH sobre o fator previdenciário.	157	Registro de atenção, respeito e reconhecimento à Ministra do Meio Ambiente Marina Silva. Aparte ao Senador Tião Viana.	19
Requerimento nº 232, de 2006, que requer voto de solidariedade e moção de apoio ao atleta Jeovânio Rocha Nascimento ao Grêmio Foot–Ball Porto Alegre e ao Ministério Público Estadual, pelo ato de coragem e prontidão diante do incidente de racismo ocorrido na partida de futebol entre os clubes brasileiros Esporte Clube Juventude e Grêmio Football Porto Alegre, pelo Campeonato Gaúcho.	361	Defesa da abolição pelo Brasil, da reciprocidade na exigência de vistos turísticos. Aplauso ao Ministro do Turismo que pretende encaminhar proposta ao Congresso, discutindo a questão.	25
Lamento pela atitude do zagueiro Antonio Carlos, do time Juventude, que protagonizou gesto racista contra outro jogador, em recente partida de futebol. .	367	Considerações sobre o vale-transporte. Aparte ao Senador Romeu Tuma.	28
PEDRO SIMON		Comentários a respeito dos 20 anos da edição do Plano Cruzado, em 28 de fevereiro de 1986. Aparte ao Senador José Sarney.	42
Parecer nº 187, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 6, de 2004 (nº 70/2004, na origem), do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Presidente do Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Mandado de Segurança nº 24.405-4 – Distrito Federal e demais peças necessárias.	7	Réplica ao pronunciamento do Senador Mozarildo Cavalcanti em defesa do Governador de Roraima, Sr. Ottomar Pinto.	44
RENAN CALHEIROS		Esclarecimentos a respeito de denúncias contra o Senador Mozarildo Cavalcanti.	76
Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2006, que acrescenta o § 7º ao art. 100 da Constituição Federal e o art. 95 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime es-		Trabalho realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário na redução de desigualdades sociais e econômicas.	111
		Repúdio à matéria publicada no jornal <i>Correio Braziliense</i> contendo acusações contra S.Exa.	176
		Relatório anual da UNICEF - Situação Mundial da Infância - com o tema Excluídas e Invisíveis.	457
		ROMEU TUMA	
		Leitura de resposta enviada pelo Dr. Paulo Fernando da Costa Lacerda, Diretor-Geral da Polícia Federal, sobre pedido de informações que fez,	

Pág.	Pág.
na qualidade de Corregedor do Senado Federal, relativo ao documento de Furnas.	25
Considerações sobre o vale-transporte.	25
Requerimento nº 225, de 2006, que requer seja aprovado Voto de Lembrança pelo transcurso do quinto ano de falecimento do ex-Governador, ex-Senador, ex-Deputado Federal e ex-Prefeito Mário Covas, ocorrido no dia 6 de março de 2001. Requer, ainda, que esta manifestação do Senado da República seja levada ao conhecimento da família do falecido, ao Presidente do Partido de SP (PSDB) e ao Sr. Governador do Estado Dr. Geraldo Alckmin.	125
Encaminhamento à votação do Requerimento nº 225, de 2006, que requer seja aprovado Voto de Lembrança pelo transcurso do quinto ano de falecimento do ex-Governador, ex-Senador, ex-Deputado Federal e ex-Prefeito Mário Covas, ocorrido no dia 6 de março de 2001. Requer, ainda, que esta manifestação do Senado da República seja levada ao conhecimento da família do falecido, ao Presidente do Partido de SP (PSDB) e ao Sr. Governador do Estado Dr. Geraldo Alckmin.	126
Referências à Previdência Social. Aparte ao Senador Paulo Paim.	157
Comentários a respeito da vacinação infantil contra o rotavírus. Aparte ao Senador Tião Viana.	162
Inquietação com o crescimento avassalador da criminalidade. Aparte ao Senador Magno Malta.	443
Apelo pela rejeição do veto parcial, aposto pelo Chefe do Poder Executivo, ao Projeto de Lei 141/2005-Complementar, transformado na Lei Complementar 121, de 9 de fevereiro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas.	461
SÉRGIO ZAMBIASI	
Comentários à matéria publicada pela revista <i>IstoÉ</i> , sobre palavras do Presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, sobre a “Voz do Brasil”. Fundamentos do Projeto de Lei do Senado nº 53, de 2003, que trata da obrigatoriedade de transmissão do referido programa.	15
Comentários sobre pesquisa realizada pela socióloga gaúcha Ana Liési, da Universidade de Brasília, sobre Paternidade e Deserção – Crianças sem Reconhecimento, Maternidades Penalizadas pelo Sexismo.	67
SERYS SLHESSARENKO	
Requerimento nº 217, de 2006, que requer informações ao Tribunal de Contas da União referentes à existência de procedimentos de fiscalização, auditorias ou inspeções realizadas em relação aos gastos do Ministério das Relações Exteriores com a manutenção de representações brasileiras no Exterior no período de 1994 a 2002.	4
Requerimento nº 218, de 2006, que solicita seja o presente requerimento encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, para que este providencie e encaminhe, as seguintes informações: 1. Qual o montante dos gastos realizados por este Ministério com a manutenção de Embaixadas do Brasil no Exterior no período de 1995 a 2002? 2. Quanto destes recursos foi destinado a reformas?	5
Denúncia contra a multinacional Bayer CropScience pela venda de defensivo agrícola ineficaz.	22
Preocupação dos agricultores de todos os locais onde se planta a soja, com a doença denominada “ferrugem asiática”.	22
Registro das comemorações do Dia Internacional da Mulher.	168
A importância do asfaltamento da Rodovia 163, no Estado do Pará.	168
Pavimentação da Rodovia BR-163.	406
Avanços no ensino superior.	406
Realização do vigésimo quinto Congresso do Andes - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.	406
Situação do agronegócio em Mato Grosso, sugerindo diversas medidas para o seu desenvolvimento no País.	406
SIBÁ MACHADO	
Participação de S.Exa. em solenidade referente à Lei de Gestão de Florestas Públicas.	51
Comentários à matéria publicada na imprensa sobre a Lei de Gestão de Florestas Públicas. Aparte à Senadora Ana Júlia Carepa.	54
Comentários a respeito da reforma eleitoral. Aparte ao Senador Cristovam Buarque.	163
Apoio ao Requerimento nº 226, de 2006, que requer Voto de Lembrança ao ensejo do transcurso do quinto aniversário da morte do ex-Governador ex-Senador e ex-Constituinte Mário Covas.	166
Parabeniza a Escola de Samba de Vila Isabel pela vitória do desfile carioca de Carnaval do ano de 2006. Aparte à Senadora Ideli Salvatti.	170

	Pág.		Pág.
Aplausos à decisão do governo Lula de beneficiar, através de medida provisória, as pessoas que trabalham no serviço doméstico.	195	Comentários sobre matéria da revista <i>Veja</i> sobre a corrupção no Governo Lula intitulada "Surto de autismo". Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	189
Comentários sobre matéria veiculada pelo jornal <i>Gazeta Mercantil</i> , referente ao crescimento das vendas de imóveis.	195	TIÃO VIANA	
Críticas à medida provisória que versa sobre a dedução no imposto de renda, do INSS pago às empregadas domésticas. Aparte ao Senador José Jorge. ..	212	Leitura de nota de esclarecimento do Ministério do Meio Ambiente, sobre o relatório da CPI da Biopirataria, em resposta à matéria publicada na revista <i>Veja</i>	17
Lamento pelos vetos parciais apostos pelo Governo à proposição sobre a concessão de florestas públicas. Aparte ao Senador José Agripino.	217	Comentários a respeito da questão do salário mínimo. Aparte ao Senador Paulo Paim.	158
Comentários a respeito dos vetos parciais apostos pelo Governo à proposição sobre a concessão de florestas públicas.	220	Aplausos ao Ministério da Saúde por implementar a vacinação infantil contra o rotavírus.	161
Comentários a respeito de uma lacuna que se observa no ordenamento jurídico brasileiro: o único país das nações civilizadas que não tem uma lei que trata dos crimes hediondos. Aparte ao Senador Demóstenes Torres.	401	Comentários a respeito da verticalização das coligações partidárias nas eleições. Aparte ao Senador Cristovam Buarque.	163
Comentários a respeito da importância do biodiesel e da elevação do preço do álcool ao consumidor.	424	Apelo em favor da apreciação da MP 272/2005, cujos benefícios se estendem a milhares de servidores públicos, corrigindo a remuneração de integrantes de diversas categorias da perícia médica. Aparte ao Senador Gilvam Borges.	371
Afirmações a respeito de investimentos no setor produtivo que proporcionarão maior distribuição de renda no Brasil. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante.	446	Leitura de documento político apresentado pelo Presidente da CNBB, que trata de Nota de Esclarecimentos sobre episódio de estremecimento entre a Igreja Católica e o PT.	438
TASSO JEREISSATI		VALDIR RAUPP	
Encaminhamento à votação do Requerimento nº 226, de 2006, que requer Voto de Lembrança ao ensejo do transcurso do quinto aniversário da morte do ex-Governador ex-Senador e ex-Constituinte Mário Covas. Requer, ainda, que seja consignado, nos Anais do Senado, e levado ao conhecimento dos familiares do homenageado.	165	Avanços no setor energético brasileiro.	459
Comentários sobre matéria de revista inglesa <i>The Economist</i> a respeito da política brasileira e da viagem oficial do presidente Lula à Inglaterra. Aparte à Senadora Ideli Salvatti.	172	VALMIR AMARAL	
Comentários a respeito das acusações do Partido dos Trabalhadores sobre o Senador Antonio Carlos Magalhães e seu neto, Deputado ACM Neto. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.	181	Registro do dia 7 de março como data comemorativa dos Fuzileiros Navais.	457
		WELLINGTON SALGADO	
		Considerações sobre a história do PMDB. Aparte ao Senador Mão Santa.	451